



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 83^a À 88^a SESSÃO DA 3^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51^a LEGISLATURA

VOLUME 25
Nº 16
1º AGO. A 8 AGO. 2001

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS - SENADO FEDERAL
BRASÍLIA - BRASIL
2001

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado, v. 1 - nº 1 28-fev./15 mar. 1977 -
Brasília 1977 -
V. irregular

Volumes anteriores publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular.

Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-55, pela Diretoria de Publicações no período de 1956-maio 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título. Annaes do Senado do Imperio do Brazil, 1826-1889.

Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado, 1946 -

I. Brasil. Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Anais.



CDD 328.81005
CDU 328 (81) (093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais
Anexo I - 22º andar
Praça dos Três Poderes - Palácio do Congresso
70165-900 - Brasília - DF - Brasil

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora
(2001 / 2002)

PRESIDENTE:	Senador JADER BARBALHO -PMDB-PA
1º VICE-PRESIDENTE:	Senador EDISON LOBÃO -PFL-MA
2º VICE-PRESIDENTE:	Senador ANTONIO CARLOS VALADARES -PSB-SE
1º SECRETÁRIO:	Senador CARLOS WILSON -PPS-PE
2º SECRETÁRIO:	Senador ANTERO PAES DE BARROS -PSDB-MT
3º SECRETÁRIO:	Senador RONALDO CUNHA LIMA -PMDB-PB
4º SECRETÁRIO:	Senador MOZARILDO CAVALCANTI -PFL-RR

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador ALBERTO SILVA -PMDB-PI
2º Senadora MARLUCE PINTO -PMDB-RR
3º Senadora MARIA DO CARMO ALVES -PFL-SE
4º Senador NILO TEIXEIRA CAMPOS -PSDB-RJ

SENADORES À 51ª LEGISLATURA
3ª Sessão Legislativa Ordinária
(2001)

	ACRE			PARANÁ	
Tião Viana		BLOCO	Álvaro Dias		BLOCO
Marina Silva		BLOCO	Osmar Dias		
Nabor Júnior		PMDB	Roberto Requião		PMDB
	ALAGOAS			PERNAMBUCO	
Heloisa Helena		BLOCO	Carlos Wilson		BLOCO
Renan Calheiros		PMDB	Roberto Freire		BLOCO
Teotônio Vilela Filho		BLOCO	José Coelho		PFL
	AMAPÁ			PIAUI	
José Sarney		PMDB	Alberto Silva		PMDB
Gilvam Borges		PMDB	Freitas Neto		PFL
Sebastião Rocha		BLOCO	Hugo Napoleão		PFL
	AMAZONAS			RIO DE JANEIRO	
Gilberto Mestrinho		PMDB	Roberto Saturnino		PSB
Bernardo Cabral		PFL	Nilo Teixeira Campos		BLOCO
Jefferson Péres		BLOCO	Geraldo Cândido		BLOCO
	BAHIA			RIO GRANDE DO NORTE	
Paulo Souto		PFL	Fernando Bezerra		PTB
Antonio Carlos Júnior		PFL	Geraldo Melo		BLOCO
Waldeck Ornellas		PFL	José Agripino		PFL
	CEARÁ			RIO GRANDE DO SUL	
Luiz Pontes		BLOCO	Pedro Simon		PMDB
Lúcio Alcântara		BLOCO	Emília Fernandes		BLOCO
Sérgio Machado		BLOCO	José Fogaça		PMDB
	DISTRITO FEDERAL			RONDÔNIA	
Valmir Amaral		PMDB	Amir Lando		PMDB
Lindberg Cury		PFL	Fernando Matusalém		BLOCO
Lauro Campos			Moreira Mendes		PFL
	ESPÍRITO SANTO			RORAIMA	
Paulo Hartung		BLOCO	Mozarildo Calvacanti		PFL
Gerson Camata		PMDB	Marluce Pinto		PMDB
Ricardo Santos		BLOCO	Romero Jucá		BLOCO
	GOIÁS			SANTA CATARINA	
Maguito Vilela		PMDB	Jorge Bornhausen		PFL
Íris Rezende		PMDB	Casildo Maldaner		PMDB
Mauro Miranda		PMDB	Geraldo Althoff		PFL
	MARANHÃO			SÃO PAULO	
Bello Parga		PFL	Eduardo Suplicy		BLOCO
Edison Lobão		PFL	Pedro Piva		BLOCO
João Alberto Souza		PMDB	Romeu Tuma		PFL
	MATO GROSSO			SERGIPE	
Antero Paes de Barros		BLOCO	Maria do Carmo Alves		PFL
Carlos Bezerra		PMDB	Antonio Carlos Valadares		PSB
Jonas Pinheiro		PFL	José Eduardo Dutra		BLOCO
	MATO GROSSO DO SUL			TOCANTINS	
Pedro Ubirajara		PMDB	Eduardo Siqueira Campos		PFL
Lúdio Coelho		BLOCO	Carlos Patrocínio		PFL
Juvêncio da Fonseca		PMDB	Leomar Quintanilha		BLOCO
	MINAS GERAIS			COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA	
José Alencar		PMDB	PMDB		26
Arlindo Porto		PTB	PFL		21
Francelino Pereira		PFL	BLOCO PARTIDÁRIO (PSDB,PPB)		14
	PARÁ		BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)		12
Luiz Otávio			PSB		3
Ademir Andrade		PSB	PTB		2
Jader Barbalho		PMDB	Sem Partido		3
	PARAÍBA				
Ney Suassuna		PMDB			
Wellington Roberto		PMDB			
Ronaldo Cunha Lima		PMDB	TOTAL		81

ÍNDICE TEMÁTICO

ANAIS DO SENADO FEDERAL

**ATAS DA 83ª À 88ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA DE 1º DE
AGOSTO A 08 DE AGOSTO DE 2001**

V.25 Nº 16

ÍNDICE TEMÁTICO

(ADENE)

Justificativas à apresentação de emenda à medida provisória que trata da Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste, para incluir na área de atuação os municípios do leste de Minas Gerais. Sen. José Alencar 153

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA

Considerações sobre o reajuste de 20,78% autorizado pela Agência Nacional de Energia, atendendo solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina. Sen. Casildo Maldaner. 614

(BOVESA)

Felicitações à empresa Boa Vista Energia – BOVESA, de Roraima, contemplada com o “Prêmio Excelência pelo Empreendimento” da Abrave. Sen. Romero Jucá 293

CADASTRO NACIONAL DO IMÓVEL RURAL

Registro da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Cadastro Nacional do Imóvel Rural. Sen. Romero Jucá 640

CAFÉ

Apelo às autoridades econômicas para que seja solucionada a crise na cafeicultura, principalmente no Estado de Rondônia. Sen. Almir Lando 214

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comentários ao lançamento do chama do “pacote ético” pela Câmara dos Deputados. Sen. José Fogaça. 223

CARNE

Participação de S. Ex.^a em encontro com empresários do setor de importação e processamento de carnes da Federação Russa, realizado na Embaixada Brasileira em Moscou, no dia 26 de julho último. Sen. Casildo Maldaner. 233

CARNE BOVINA

Relatório de sua participação em encontro na Embaixada do Brasil em Moscou, com importadores russos de carne bovina brasileira. Sen.Casildo Maldaner. 178

(CEBRAP)

Registro da posse do novo presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, o cientista político Fernando Limongi, ocorrida no início do mês de junho. Sen.Lúcio Alcântara 589

CLONAGEM HUMANA

Reflexões sobre as experiências destinadas à clonagem humana. 644

COMENTÁRIO

Comentários à recuperação da lagoa da Pampulha. Sen.Francelino Pereira 202

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Solicitação de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a analisar as condições de funcionamento dos aeroportos das cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Sen.Francelino Pereira 202

Necessidade de convocação do Ministro Pedro Malan para prestar esclarecimentos, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, acerca das propostas governamentais destinadas à retomada do desenvolvimento. Sen.Ademir Andrade 224

Anúncio de apresentação, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, de requerimento para convocação de autoridades para debater o novo acordo com o FMI. Sen.Heloísa Helena. 286

Considerações sobre a vinda do Ministro Pedro Malan à Comissão de Assuntos Econômicos para explicar o novo acordo com o FMI. Sen.José Eduardo Dutra 636

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Proposta para criação de subcomissão na Comissão Mista de Orçamento, destinada a analisar a questão do reajuste salarial do funcionalismo público. Sen. Romero Jucá 221

COMPANHIA DO VALE DO RIO DOCE

Preocupação com a manutenção dos compromissos sociais desenvolvidos pela Companhia Vale do Rio Doce no Estado do Pará, em virtude de mudança na sua diretoria. Sen. Luiz Otávio 190

CONGRESSO

Registro da realização, amanhã, do Congresso Estadual do CREA - TO, na cidade de Palmas. Sen. Eduardo Siqueira Campos 653

CONGRESSO NACIONAL

Considerações sobre a aprovação do Estatuto da Cidade pelo Congresso Nacional. Sen. Mauro Miranda 194

Avaliação do chamado “pacote ético”, sugerido pela presidência da Câmara dos Deputados como resposta às críticas da sociedade à atuação do Congresso Nacional. Sen. Marina Silva 581

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ratificação da imparcialidade na condução dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar quanto às representações contra o Presidente da Casa, Senador Jader Barbalho. Sen. Gilberto Mestrinho 047

(COPEL)

Importância da concessão de liminar adiando para o próximo dia 15 a audiência pública sobre o leilão de privatização da Companhia de Eletrificação do Paraná – COPEL. Sen. Osmar Dias 181

CRÍTICA

Crítica ao recesso parlamentar, comentando a proposta do chamado “pacote ético”. Sen. Lauro Campos 290

ECONOMIA

Análise dos resultados econômicos e sociais do Plano Real no transcurso do seu sétimo aniversário. Sen.Maria do Carmo Alves	046
Preocupação com o desenvolvimento do País diante da atual política econômica. Sen. Roberto Saturnino	075
Considerações sobre o desempenho econômico brasileiro, por ocasião do 7º aniversário do Plano Real. Sen.Eduardo Suplicy.	145
Críticas à política econômica do Governo Federal. Sen.Ademir Andrade	224
Análise da crise Argentina e suas conexões com a economia brasileira. Sen.Lauro Campos	290

ELETRONORTE

Cumprimentos à Eletronorte e ao Ministério de Minas e Energia pela implantação da linha de transmissão de energia elétrica de Guri, na Venezuela, para Boa Vista-RR. Sen. Romero Jucá	096
---	-----

EMENDA CONSTITUCIONAL

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2001, que altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, de titular de cargo no âmbito do Poder Executivo que seja detentor de mandato e cuja escolha dependa da aprovação prévia do Senado Federal, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades. Sen. Roberto Saturnino	089
Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2001, que altera o inciso V do art. 37 da Constituição Federal, para determinar que no mínimo cinquenta por cento dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores de carreira. Sen. Roberto Saturnino	091
Recuperação permanente do emprego no campo, em decorrência da Emenda Constitucional nº 28, que estabeleceu prazo de cinco anos para a prescrição das ações trabalhistas na área rural. Sen. Osmar Dias	106
Satisfação com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à constituição que limita a edição de medidas provisórias. Sen.José Fogaça	223

Justificativa à apresentação de emenda à Constituição Federal, incluindo o direito à alimentação como direito social. Sen. Antonio Carlos Valadares 548

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal. Sen. Antonio Carlos Valadares 565

ENERGIA ELÉTRICA

Registro da inauguração, em breve, da linha de transmissão de energia elétrica da Venezuela para Boa Vista/RR. Sen. Morazildo Cavalcanti 078

Repúdio à ameaça de racionamento de energia elétrica no Estado do Pará. Sen. Ademir Andrade 224

Apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia no sentido de que o Estado do Tocantins não seja punido por não atingir a meta de reduzir 15% do seu consumo médio anual. Sen. Carlos Patrocínio 289

Regozijo com a inauguração de linha de transmissão de energia entre a Venezuela e Boa Vista, em Roraima. Sen. Marluce Pinto. 601

Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que não penalize com o corte no fornecimento de energia elétrica os consumidores que não conseguiram atingir o percentual de racionamento. Sen. Íris Rezende 650

Protesto contra a pretensão do Governador do Estado de Goiás de vender as Centrais Elétricas de Goiás. Sen. Íris Rezende 650

ENERGIA TERMOELÉTRICA

Defesa da redução das tarifas cobradas pela Bovesa em Roraima, em virtude da substituição da energia termoelétrica, mais cara, pela energia proveniente da hidroelétrica de Guri, na Venezuela. Sen. Morazildo Cavalcanti 143

ESCLARECIMENTOS

Esclarecimentos ao Senador Lauro Campos. Sen. Antonio Carlos Valadares 315

ESPAÇO AÉREO NACIONAL

Necessidade de regulamentação da chamada “Lei do Abate”, que autoriza a destruição de aeronaves clandestinas que estejam sobrevoando o espaço aéreo nacional. Sen. Mozarildo Cavalcanti 204

ESTADO DE RONDÔNIA

Considerações sobre a ocupação territorial do Estado de Rondônia. Sen. Almir Lando. 101

EXTRATIVISMO

Registro de conferência no Acre destinada a debater os resultados da política de diversificação da economia extrativista. Sen. Marina Silva 283

(FMI)

Concordância com a proposta da oposição em convocar autoridades do Governo Federal para esclarecimentos sobre o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Sen. Lúdio Coelho. 282

Apoio ao requerimento da oposição para convocação de ministros ao Senado, para esclarecimentos sobre o acordo com o FMI. Sen. Romero Jucá 289

FORÇAS ARMADAS

Cobrança do cumprimento da lei que estabelece um plano de cargos e salários para o funcionalismo público, em particular para os servidores civis das Forças Armadas lotados no Comando da Marinha. Sen. Geraldo Cândido 585

(FUNASA)

Registro da proposta do Ministro da Saúde, encaminhada ao Ministério do Planejamento, de transformação da Fundação Nacional de Saúde em Agência Federal de Proteção à Saúde. Sen. Romero Jucá. 168

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Apoio à previsão de recursos no orçamento para reajuste salarial do funcionalismo público federal. Sen.Jefferson Péres 281

HIDROVIA

Importância econômica e social da conclusão das obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins e da Ferrovia Norte-Sul. Sen.Eduardo Siqueira Campos 588

HOMENAGEM

Homenagem pelos 261 anos de criação do Município de Arraias – TO. Sen.Eduardo Siqueira Campos 194

HOMENAGEM PÓSTUMA

Justificativas à apresentação de requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Chapadão do Céu – GO, Alberto Rodrigues da Cunha. Sen.Maguito Vilela 152

Homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento de Pedro Aleixo. Sen.Lúcio Alcântara 192

Homenagem pelo centenário de nascimento de Pedro Aleixo. Sen. Romero Jucá 231

Homenagem de pesar pelo falecimento, no último dia 7 de julho, do Sr. Francisco José Chiquilito Coimbra, ex-Prefeito de Porto Velho/RO. Sen. Moreira Mendes 586

Homenagem póstuma ao escritor baiano Jorge Amado, falecido no último dia 6. Sen.Antonio Carlos Valadares 610

Homenagem ao escritor Jorge Amado, falecido em 06 do corrente. Sen.Francelino Pereira 692

IMPrensa

Transcrição de reportagem publicada no Estado de Minas, intitulada “Aeroporto parado por três dias”, que aborda a situação do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. Sen.Francelino Pereira 202

Transcrição de matéria publicada no jornal **O Globo**, edição do último dia 1º, sob o título “Corte tira do orçamento reajuste dos servidores”. Sen. Romero Jucá 221

(INCRA)

Satisfação com a retomada, pelo Incra, do projeto Anauá, de assentamento no município de Rorainópolis-RR. Sen. Romero Jucá 580

(INSS)

Defesa da criação do cargo de técnico previdenciário dentro do quadro de reestruturação do INSS. Sen. Waldeck Ornelas 189

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Cumprimentos ao Ministro José Serra pela proposta de reestruturação da carreira de sanitaria do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde. Sen. Romero Jucá 293

NORDESTE

Críticas à morosidade e à burocracia brasileira para distribuição de água e cesta básica na região nordestina. Sen. Ney Suassuna 112

(OGM)

Considerações sobre o risco da liberação incondicional dos organismos modificados geneticamente – OGM. Sen. Marina Silva. 216

ORÇAMENTO

Contrariedade com a ausência de previsão orçamentária destinada ao reajuste dos servidores públicos federais. Sen. Antonio Carlos Valadares 151

Apelo ao Governo para que eleve os recursos do Orçamento destinados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, visando a recuperação da atividade cafeeira. Sen. Ricardo Santos. 166

ORDEM DO CRUZEIRO DO SUL

Justificativas à apresentação de projeto de lei que anula a concessão pelo Presidente da República da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-Presidente do Peru, Alberto Fujimori. Sen. Roberto Requião 613

PARECER

- Parecer nº 718, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 2000 (nº 1.381/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 304/99, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria, realizada na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE. Sen.Heloísa Helena 042
- Parecer nº 719, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, de Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências. Sen.José Fogaça 253
- Parecer nº 720, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Sen.Maria do Carmo Alves 255
- Parecer nº 721, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente. Sen.Bernardo Cabral 257
- Parecer nº 722, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado. Sen.José Eduardo Dutra 259
- Parecer nº 723, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Sen.Íris Rezende 262
- Parecer nº 724, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 165, de 2001, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001. Sen.Bello Parga 537
- Parecer nº 725, de 2001, da Comissão de Assuntos

Econômicos, sobre a Mensagem nº 160, de 2001 (nº 709/2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Benjamim Zymler para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. Sen.Lúcio Alcântara 540

Parecer nº 726, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997. Sen.Carlos Wilson 579

Parecer nº 727, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001 (nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele País. Sen.Íris Rezende 595

Parecer nº 728, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 53, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda através do Banco Central o envio de todos os relatórios de auditoria, inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984 a 1987. Sen.Bello Parga 596

Parecer nº 729, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (adoção de medidas provisórias). Sen. Osmar Dias 599

Parecer nº 730, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001. Sen. Ronaldo Cunha Lima 618

Parecer nº 731, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515/2000, na Casa de origem). Sen. Ronaldo Cunha Lima 635

PECUÁRIA

Situação da pecuária leiteira no Brasil frente à concorrência das multinacionais e à falta de uma política para o setor. Sen.Íris Rezende 543

(PMDB)

Críticas à intervenção da Diretoria Regional do PMDB no município de Campina Grande, que culminou com a saída de S. Ex.^a do partido. Sen. Ronaldo Cunha Lima 603

Comentários sobre as declarações do Senador Ronaldo Cunha Lima a respeito de sua saída do PMDB. Sen. Ney Suassuna 645

PODER LEGISLATIVO

Defesa do fortalecimento do Poder Legislativo. Sen. Bernardo Cabra 139

POLÍCIA CIVIL

Preocupação com os prejuízos resultantes da greve das polícias civil e militar no País. Sen. Ney Suassuna 186

POLÍTICO

Insatisfação com a generalização de que todos os políticos são corruptos. Sen. Ney Suassuna 112

PROJETO DE LEI

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, que torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário. Sen. Arlindo Porto 043

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2001, que dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. e dá outras providências. Sen. Wellington Roberto 082

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2001, que dispõe sobre o ressarcimento dos recursos utilizados no pagamento do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. Sen. Álvaro Dias 082

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2001, que dispõe sobre o Adicional Tarifário Para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas. Sen. Mozarildo Cavalcanti 160

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da

Saúde (SENASS). Sen.Geraldo Althoff	568
Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2001, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. Sen.Antonio Carlos Valadares	570
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). Sen. Romero Jucá	573
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). Sen. Tião Viana	573
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). Sen.Carlos Patrocínio	574
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). Sen.Luiz Otávio	574
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). Sen. Marluce Pinto	576
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Sen.Heloísa Helena	620
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Sen. Tião Viana	622
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Sen.Lúcio Alcântara	623
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.	

Sen.Geraldo Althoff 624

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Sen. Sebastião 624

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Sen.Heloísa Helena 625

Discutindo o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "estabelece normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências".Sen.Arlindo Porto 634

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução nº 29, de 2001, que altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. Sen.Lauro Campos 085

Projeto de Resolução nº 30, de 2001, que altera a Resolução nº 53, de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alimentação de bens móveis e imóveis. Sen. Roberto Saturnino 086

Projeto resolução nº 31, de 2001, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM. Sen. Romero Jucá 270

PRONUNCIAMENTO

Considerações ao pronunciamento do Senador Romero Jucá. Sen.Heloísa Helena 289

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, que altera a redação do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal. Sen.Ademir Andrade 161

(PSB)

Relato de sua participação no Encontro Internacional Socialista, organizado pelo PSB. Sen. Antonio Carlos Valadares 548

(PSDB)

Comunicação de filiação de S. Ex.^a ao PSDB. Sen. Ronaldo Cunha Lima 603

(PT)

Relato do comparecimento de S. Ex.^a à posse do novo Presidente do Peru, Alejandro Toledo, como representante do Senado Federal e do Partido dos Trabalhadores. Sen. Eduardo Suplicy. 117

REFORMA TRIBUTÁRIA

Apelo para aprovação célere da reforma tributária a fim de solucionar problemas tributários estaduais. Sen. Maguito Vilela 612

REGIÃO AMAZÔNICA

Comentários ao projeto denominado Infovia Multimídia para o Desenvolvimento de Programas de Educação e Saúde a Distância das Universidades Amazônicas, destinado a promover o ensino e a integração de populações carentes da região Norte. Sen. Romero Jucá. 590

REQUERIMENTO

Requerimento nº 396, de 2001, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Comandante Rolim Adolfo Amaro, fundador e Presidente da TAM. Sen. Pedro Simon 045

Requerimento nº 398, de 2001, solicitando que seja adiada do dia 2 para o dia 30 de agosto de 2001, a homenagem a ser prestada, na hora do Expediente, a Pedro Aleixo, pelo centenário de seu nascimento. Sen. Francelino Pereira 091

Requerimento nº 399, de 2001, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e nºs 94, 190 e 232, de 2000. Sen. Geraldo

Althoff.	092
Requerimento nº 400, de 2001, solicitando seja consignado voto de congratulação ao jornal Correio da Paraíba, pelo reconhecimento e homenagem prestada na publicação do dia 31 de julho do corrente ano pelo jornal Gazeta Mercantil, com o Prêmio Imagem Empresarial Estadual. Sen. Ronaldo Cunha Lima	122
Requerimento nº 401, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Rodrigues da Cunha, ex-Prefeito de Chapadão do Céu, em Goiás, ocorrido no dia 26 de julho último. Sen. Maguito Vilela	158
Requerimento nº 402, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Brasil, ex-Prefeito de Boa Vista, Roraima, ocorrido no último dia 30 de julho. Sen. Mozarildo Cavalcanti	160
Requerimento nº 404, de 2001, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido na última segunda-feira, dia 30 de junho. Sen. Ricardo Santos	192
Requerimento nº 405, de 2001, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e nºs 94, 190 e 232, de 2000. Sen. José Fogaça.	229
Requerimento nº 406, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Brasil, ex-Prefeito de Boa Vista. Sen. Marluce Pinto	229
Requerimento nº 407, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Plínio Ramos Coelho, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Advogado, Jornalista e Professor, falecido no Estado do Amazonas. Sen. Bernardo Cabral	266
Requerimento nº 408, de 2001, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de sua autoria, que torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário. Sen. Arlindo Porto	542
Requerimento nº 409, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA. Sen. Antonio Carlos Júnior	551
Requerimento nº 410, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador-BA. Sen. Eduardo Suplicy	552

Requerimento nº 411, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA. Sen. Marluce Pinto	552
Requerimento nº 412, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA. Sen. Pedro Simon	552
Requerimento nº 413, de 2001, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o escritor Jorge Amado. Sen. Paulo Souto	565
Requerimento nº 414, de 2001, solicitando ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. Sen.Carlos Bezerra	571
Requerimento nº 415, de 2001, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social as informações que menciona. Sen.Carlos Bezerra	571
Requerimento nº 416, de 2001, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2001, de sua autoria, que altera a redação dos arts. 148 e o § 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, tendo em vista a já existência do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2000, também de sua autoria, tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sen.Carlos Patrocínio	572
Requerimento Nº 417, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido no último dia 30 de julho, em Cariacica–ES. Sen. Paulo Hartung	572
Requerimento nº 420, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido nesta data, em São Paulo-SP. Sen. Romeu Tuma	588
Requerimento nº 421, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações que menciona. Sen.Carlos Bezerra	614
Requerimento nº 422, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura informações que menciona. Sen.Heloísa Helena.	615
Requerimento nº 423, de 2001, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Requerimento nº 53, de 2001. Sen.José Eduardo Dutra	616
Requerimento nº 424, de 2001, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, da Proposta de	

Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (adoção de medidas provisórias), cujo parecer foi lido anteriormente. Sen. Osmar Dias 617

Discutindo o Requerimento nº 256, de 1999, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, até que os conflitos envolvendo aquele País sejam melhores esclarecidos. Sen.Emília Fernandes 635

RODOVIA

Necessidade de recuperação da BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco, bloqueada por caminhoneiros. Sen. Nabor Júnior. 079

SECA

Ineficácia das políticas governamentais voltadas à minorar os efeitos da seca no Nordeste. Sen.Carlos Wilson 229

SEGURANÇA PÚBLICA

Balanço dos resultados alcançados no primeiro ano de criação do Plano Nacional de Segurança Pública. Sen.Casildo Maldaner. 119

SENADO FEDERAL

Preocupação com o desgaste da imagem do Senado Federal perante a opinião pública. Sen.Francelino Pereira. 141

Indagações sobre a legitimidade da licença do Senador Jader Barbalho em relação à Presidência da Casa. Sen.Lauro Campos 315

SIGILO BANCÁRIO

Reflexão acerca da tramitação, na Câmara dos Deputados, de matérias referentes à imunidade parlamentar, ao sigilo bancário e

ao financiamento público de campanhas eleitorais. Sen. Pedro Simon. 206

(STF)

Comentários à decisão do Supremo Tribunal Federal referente à obrigatoriedade de reajuste para os servidores públicos federais. Sen. Mozarildo Cavalcanti 279

TÍTULO

Recebimento do título de Cidadão de Boa Vista, concedido pela Câmara Municipal de Boa Vista. Sen. Romero Jucá 640

(TO)

Importância da agenda de inaugurações anunciada pelo Governo de Tocantins para o próximo dia 5 de outubro. Sen. Eduardo Siqueira Campos 104

Satisfação pela implantação no Estado do Tocantins do governo itinerante. Sen. Eduardo Siqueira Campos 194

Regozijo pela política governamental desenvolvimentista implantada no Estado do Tocantins. Sen. Eduardo Siqueira Campos 315

(TSE)

Registro de reunião com o Presidente do TSE, na próxima quarta-feira, para tratar da segurança nas eleições eletrônicas. Sen. Roberto Requião 613

(UNESCO)

Satisfação com a decisão da UNESCO de incluir o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no município de Alto Paraíso e do Parque Nacional das Emas, localizado na cidade de Mineiros, como sítios de patrimônio natural mundial. Sen. Mauro Miranda 694

UNIÃO FEDERAL

Defesa da venda do patrimônio imobiliário da União e da utilização dos recursos resultantes para pagamento da dívida do FGTS com os trabalhadores e para o reajuste dos salários do

funcionalismo público. Sen.Carlos Bezerra

647

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS

Regozijo com a inauguração da Universidade Estadual do Amazonas. Sen.Bernardo Cabral.

079

Ata da 83ª Sessão Deliberativa Ordinária em 1º de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Mozarildo Cavalcanti e Lindberg Cury*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Be-
lo Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos
Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo
Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Francelino Perei-
ra – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido –
Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho –
Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jef-
ferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro –
José Agripino – José Alencar – José Coelho – José
Eduardo Dutra – José Sarney – Juvenício da Fonseca –
Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury –
Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Otávio – Maria do
Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro
Miranda – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney
Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Pau-
lo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon
– Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo Santos
– Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturni-
no – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha
Lima – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington
Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 66
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos traba-
lhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozaril-
do Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**MENSAGEM Nº 499, DE 2001-CN
(Nº 693/2001, na Origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Fede-
ral, submeto à elevada deliberação de Vossas Exce-
lências, acompanhado de Exposição de Motivos do
Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orça-
mento e Gestão, o texto do projeto de lei que “Abre ao
Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Fi-
nanceiros da União, crédito especial no valor de
R\$3.642.611.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 28 de junho de 2001. – **Fernando
Henrique Cardoso.**

EM Nº 183/MP

Brasília, 27 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério da Fazenda solicita a abertura de
crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº
10.171, de 5 de janeiro de 2001), no valor de
R\$3.642.611.000,00 (três bilhões, seiscentos e qua-
renta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), em
favor de Encargos Financeiros da União – Recursos
sob Supervisão do Ministério da Fazenda.

2. O crédito destina-se a cobrir despesas da
União com a capitalização do Banco da Amazônia
S.A., no valor de R\$1.086.393.000,00 (um bilhão, oi-
ten ta e seis mi lhões, tre zen tos e no ven ta e três mil re-
ais) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor

de R\$2.556.218.000,00 (dois bilhões, quinhentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e dezoito mil reais), viabilizando, assim, o aporte de recursos necessários à continuidade da missão das referidas instituições financeiras.

3. Cabe ressaltar que tais instituições financeiras foram objeto de Inspeção Geral Consolidada por parte do Banco Central do Brasil, a qual detectou a necessidade de diversas medidas saneadoras, com vistas a assegurar liquidez e adequada estrutura patrimonial, na forma estabelecida pela Resolução Bacen nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, redefinida pela Resolução nº 2.543, de 25 de agosto de 1998, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de valor patrimonial compatível com o grau de risco das operações ativas.

4. Os recursos necessários ao atendimento do crédito pretendido serão provenientes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorização contida no inciso II do art. 54 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001 – LDO), não implicando acréscimo das despesas primárias do corrente exercício.

5. O pleito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto nos arts. 41, inciso II, e 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$3.642.611.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001) crédito especial no valor de R\$3.642.611.000,00 (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, no montante especificado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO		CREDITO ESPECIAL							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									3.642.611.000
OPERACOES ESPECIAIS									
28 846	0909 0361	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DA AMAZONIA S/A							1.086.393.000
28 846	0909 0361 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DA AMAZONIA S/A - NACIONAL	F	5	F	90	0	144	1.086.393.000
28 846	0909 0363	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A							2.556.218.000
28 846	0909 0363 0001	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - NACIONAL	F	5	F	90	0	144	2.556.218.000
TOTAL - FISCAL									3.642.611.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.642.611.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.171, DE 5 DE JANEIRO DE 2001

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.

LEI Nº 9.995, DE 25 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2001 e dá outras providências.

Art. 54. A lei orçamentária não poderá incluir estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal superior à necessidade de atendimento das despesas com:

II — o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e

que não estejam incluídas no programa de desestatização, devendo os títulos conter cláusula de inalienabilidade até o seu vencimento;

.....
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

MENSAGEM Nº 500, DE 2001-CN

(Nº 700/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Exce-lências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orça-mento e Ges tão, o tex to do pro je to de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$8.145.000,00, para os fins que especifica".

Bra sí lia, 29 de ju nho de 2001. – **Fernando Hen-rique Cardoso.**

EM nº 00178/MP

Brasília, 22 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da Repúbl-ica,

A Presidência da República e o Ministério dos Transportes solicitam a abertura de crédito especial ao Orçamento Fis cal da União (Lei nº 10.171, de 5 de ja ne i ro 2001), no va lor global de R\$8.145.000,00 (oito milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), por meio de remanejamento de recursos, conforme discrimina-do abaixo:

	R\$1,00
Órgãos/Unidades	Valores
Presidência da República	45.000
– Administração direta	45.000
Ministério dos Transportes	8.100.000
– Administração direta	600.000
– Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER	7.500.000
Total do Crédito	8.145.000

2. No tocante à Presidência da República—PR, o crédito proposto permitirá ao Gabinete Institucional cumprir suas atribuições de assessorar as áreas deci-sórias do governo nas questões ligadas à manuten-ção da ordem institucional do País.

3. O crédito previsto para o Ministério dos Trans-portes visa atender à programação de Melhoria da

Navegação no Corredor Sudeste, Hidrovia do Paraná — Paraguai — Trecho Cáceres — Corumbá, a fim de dar prosseguimento aos serviços de dragagem nesse trecho, não concluído em 2000 devido ao atraso no processo licitatório. No âmbito do DNER, o recurso é destinado à Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Leste — no Município de Cachoeiro do Itapemirim e à Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste — BR-101/PE – Prazeres-Cabo.

4. Os recursos necessários ao atendimento dos pleitos são oriundos do cancelamento de dotações alocadas em programações dos mencionados Órgãos, que apresentam disponibilidade orçamentária superior à sua execução provável para o corrente exercício.

5. O referido crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e em obediência ao que prescreve o art. 167, inciso V, da Constituição.

6. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o referido Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2001-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$8.145.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor da Presidência da República e do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor global de R\$8.145.000,00 (oito milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do cancelamento de dotações orçamentárias dos próprios órgãos, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 2000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA										
UNIDADE : 2991 - CABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VALOR
0643 INTELIGENCIA NACIONAL										
45.000										
ATIVIDADES										
05 183	0641 6361	ESTUDIOS PARA A MANUTENCAO DA ORDEM								45.000
05 183	0641 6261 0001	ESTUDIOS PARA A MANUTENCAO DA ORDEM INSTITUCIONAL - NACIONAL								45.000
TOTAL - FISCAL										
45.000										
TOTAL - SEGURIDADE										
0										
TOTAL - GERAL										
45.000										

ORÇAO : 2000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES										
UNIDADE : 2981 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VALOR
0232 CORREDOR SUDESTE										
600.000										
PROJETOS										
26 784	0232 5747	MELHORIA DA NAVEGACAO DAS HIDROVIAS								600.000
26 784	0232 5747 0001	MELHORIA DA NAVEGACAO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SUDESTE - HIDROVIA DO PARANA - PARAGUAI - TRECHO CACERES - CORUMBIA								600.000
TOTAL - FISCAL										
600.000										
TOTAL - SEGURIDADE										
0										
TOTAL - GERAL										
600.000										

ORÇAO : 2000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES										
UNIDADE : 2981 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VALOR
0230 CORREDOR LESTE										
4.000.000										
PROJETOS										
26 782	0230 5789	CONSTRUCAO DE CONTORNOS								4.000.000
26 782	0230 5789 0101	CONSTRUCAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS EM TERRENO LESTE - CONSTRUCAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NO MUNICIPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM								4.000.000
TOTAL - FISCAL										
4.000.000										
TOTAL - SEGURIDADE										
0										
TOTAL - GERAL										
4.000.000										

ORÇAO : 2000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA										
UNIDADE : 2991 - CABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VALOR
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR										
45.000										
ATIVIDADES										
04 301	0100 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA								45.000
04 301	0100 2004 0141	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL								45.000
TOTAL - FISCAL										
0										
TOTAL - SEGURIDADE										
45.000										
TOTAL - GERAL										
45.000										

ORÇAO : 2000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES										
UNIDADE : 2981 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VALOR
0232 CORREDOR SUDESTE										
600.000										
PROJETOS										
26 784	0232 5747	MELHORIA DA NAVEGACAO DAS HIDROVIAS								600.000
26 784	0232 5747 0001	MELHORIA DA NAVEGACAO DAS HIDROVIAS NO CORREDOR SUDESTE - HIDROVIA DO PARAGUAI - TRECHO CACERES - CORUMBIA								600.000
TOTAL - FISCAL										
600.000										
TOTAL - SEGURIDADE										
0										
TOTAL - GERAL										
600.000										

ORÇAO : 2000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES										
UNIDADE : 2981 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	VALOR
0230 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIA FIEDERAL										
4.000.000										
ATIVIDADES										
26 782	0230 5784	REESTABECIMENTO DE SERVIDORES								4.000.000
26 782	0230 5784 0000	REESTABECIMENTO DE SERVIDORES EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL								4.000.000
TOTAL - FISCAL										
4.000.000										
TOTAL - SEGURIDADE										
0										
TOTAL - GERAL										
4.000.000										

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.171, DE 5 DE JANEIRO DE 2001

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2001.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964).

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO** 3-6-1964)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

**MENSAGEM Nº 160, DE 2001
(Nº 709/2001, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea **b**, combinado com o art. 73, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, submeto à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Benjamin Zymler, Auditor do TCU, para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin.

Os méritos do Doutor Benjamin Zymler, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 3 de julho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 00179–MJ

Brasília, 28 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Exmº Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou a este Ministério processo referente ao provimento de um cargo de Ministro da Corte, destinada do Auditor, na vaga corrente da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin, efetivada pelo Decreto de 26 de junho de 2001, publicado no **Diário Oficial** da União de 27 seguinte.

Objetivando o preenchimento da mencionada vaga, o Pretório Interestadual, de acordo com o disposto no art. 281 do seu Regimento Interno, por unanimidade e em Sessão Extraordinária de Caráter Reservado, realizada em 14 de maio de 2001, indicou o nome do Auditor Doutor Benjamin Zymler, sob o critério de merecimento, para ser submetido ao Senado Federal, para ocupar a vaga vinculada em decorrência da aposentadoria do Ministro Bento José Bugarin.

Fica ressalvado que, de acordo com o § 5º do art. 281 do seu Regimento Interno ("Cada Ministro escolherá, na forma estabelecida no parágrafo anterior, três nomes, se houver de Auditores ou membros do Ministério Público, considerando-se indicados os mais votados"), o referido Tribunal deliberou encaminhar lista una e não tríplice, tendo em vista que os demais Auditores não preenchiam o requisito estabelecido no inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição Federal, por serem maiores de sessenta e cinco anos de idade.

Com o exposto, tenho a honra de transmitir o assunto em comento a elevada consideração de Vossa Excelência, objetivando o nome escolhido ser submetido à aprovação do Senado Federal, de acordo com o

artigo 73, § 2º, inciso I, e 84, inciso XV, da Lei Fundamental.

Respeitosamente. – **José Gregori**, Ministro de Estado da Justiça.

(Processo MJ nº 0881.003081/2001-91)

CURRICULUM VITAE

BENJAMIN ZYMLER

End.: SHIS QL 28 – CJ. 4 – CS. 4 – Lago Sul – Brasília/DF

CEP: 71.665-245

Tel.: (61) 367-2308 – Residência

(61) 316-7578 – Trabalho

(61) 9976-6617 – Celular

Data de nascimento: 25-3-56

Filiação: Ju lio Zymler e Cha ja Zymler

CI : 3.384.730 – IFP/RJ

CPF: 352.743.527-15

1. ESCOLARIDADE

1998/2000 Mestre em Direito e Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

1992/1996 Formado em Direito pela Universidade de Brasília – UNB.

1974/1978 Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME.

2. PERFIL PROFISSIONAL

1978/1991 Como Engenheiro Eletricista, possui 15 anos de experiência em Estudos de Planejamento e Análise de Sistemas Elétricos, com ênfase em Estudos técnicos e econômicos de Sistemas de Transmissão, tendo coordenado diversas equipes de engenheiros e técnicos e gerenciado projetos e contratos.

1992/1997 Como Analista de Finanças e Controle Externo do TCU, possui experiência em auditoria e análise de prestação de contas no Setor Público.

1998/2001 Como Auditor e Ministro-Substituto do TCU, possui experiência no julgamento de processos de prestação de contas e de fiscalização financeira dos dinheiros públicos.

3. EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO

2001 Professor de Direito Administrativo e Constitucional no Instituto dos Magistrados do Distrito Federal – IMAG/DF.

2000 Professor de Direito Administrativo na Escola Superior de Advocacia – OAB/DF.

2000/2001 Professor de Direito Administrativo e Constitucional na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios.

2000 Professor de Direito Administrativo no curso realizado pelo Centro de Estudos da Escola Fazendária — DF para a Funasa.

2000/2001 Professor de Direito Constitucional no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB

1999/2000 Professor de Direito Administrativo e Direito Constitucional no Instituto Processus.

1999 Professor de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Trabalho da 10ª Região — EMATRA X.

1999 Professor de Direito Administrativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

1998 Professor de Direito Administrativo no Centro de Estudos Jurídicos do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ.

1998 Professor da Cadeira “Teoria Geral de Direito Público” na Faculdade de Direito da UNB.

1996 Instrutor do Módulo “Legislação Básica e Normas Processuais do TCU”, do Curso de Aperfeiçoamento em Controle Externo, promovido pelo Instituto Serzedello Corrêa do TCU (20 horas).

1996 Instrutor da Disciplina “Legislação Básica e Normas Processuais” do Programa de Formação para Analistas de Finanças e Controle Externo, promovido pelo Instituto Serzedello Corrêa do TCU (20 horas).

1980/1984 Professor Associado e Professor Assistente na Associação Educacional Veiga de Almeida, tendo lecionado, na Faculdade de Engenharia, as cadeiras de Conversão Eletromecânica de Energia, Máquinas Elétricas e Sistemas de Transmissão de Energia.

4. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS e SEMINÁRIOS

2000 Proferiu palestra “Prestação de Contas dos Conselhos de Profissões Regulamentadas” na I Conferência Nacional de Procuradores e Assessores Jurídicos dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia e I Ciclo de Palestras de Conselhos de Profissões Regulamentadas.

1999 Proferiu palestra no III Seminário Nacional de Controle Interno e Externo da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas — FENASTC – sobre “Controle Externo no Contexto da Reforma do Estado”.

1999 Proferiu palestra no Ciclo Especial de Palestras sobre Controle e Fiscalização, realizado pelo TCU, sobre “A Melhoria dos Serviços Públicos como Objetivo Final do Sistema de Controle”.

1998 Proferiu palestra na Escola de Comando do Estado Maior do Exército sobre “QUESTÕES DE

CONTROLE — Controle das Finanças Públicas no Brasil — Visão Atual e Prospectiva”.

1998 Pro fer iu pa lestra no VEDICON – V Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno – sobre Contratação Indireta de Mão-de-Obra x Terceirização.

1992 Curso Básico de Auditoria em Processamento de Dados, promovido pelo Tribunal de Contas da União – Brasília – DF.

1992 Curso Suplementar de Formação para Analistas de Finanças e Controle Externo (300 horas), promovido pelo Tribunal de Contas da União – Brasília – DF.

1992 Pro gra ma de For ma ção – 2ª Etapa do Processo Seletivo para Analista de Finanças e Controle Externo (960 horas), promovido pelo Tribunal de Contas da União – Brasília – DF.

1991 XI SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, promovido pelo CIGRE – Comitê Nacional Brasileiro, Rio de Janeiro – RJ.

1989 II Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica – SEPOPE, promovido pela Eletrobrás São Paulo – SP.

1988 Encontro sobre Automação da Operação – ENAO, promovido pela Companhia Energética de Brasília – CEB – Brasília – DF.

1986 Primer Seminário IEEE em Sistemas Eléctricos de Potencia, promovido pelo IEEE/Chile e pela Universidad Catolica de Valparaizo.

1984 VII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, promovido pelo Ministério das Minas e Energia – Brasília – DF.

1982 Curso de Transitórios Eléctricos – EMTP, promovido pela Eletrobrás, em Furnas Centrais Eléctricas S. A. – Rio de Janeiro – RJ

1981 Treinamento em Recursos de Informática – Módulos 2, 3 e 8, promovido por Furnas Centrais Eléctricas S.A. – Rio de Janeiro – RJ.

1980 Curso Básico de Transmissão em Corrente Contínua, promovido pela Eletrobrás, na Escola Federal de Engenharia de Itajubá – Itajubá – MG.

1979 Curso Engenharia de Análise e Planejamento de Operação de Sistemas Eléctricos, promovido pela Eletrobrás, na Universidade de Minas Gerais — Belo Horizonte – MG.

1972 Curso Avançado de Inglês no Instituto de Cultura Anglo-Brasileira Curso Oxford.

1970 Curso Básico de Inglês no Instituto de Cultura Anglo-Brasileira Curso Oxford.

5. HISTÓRICO PROFISSIONAL

– Desde 3-2-98.

Ocupa o cargo de Auditor e Ministro-Substituto do TCU.

– De 27-9-96 a 2-2-98.

Ocupou o cargo de Secretário de Controle Externo da 10ª SECEX.

– De 5-9-95 a 26-9-96

Ocupou o cargo de Chefe de Gabinete do Subprocurador – Geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público junto ao TCU.

– De 8-7-94 a 4-9-95

Ocupou o cargo de Assessor do Procurador – Geral Jatir Batista da Cunha, do Ministério Público junto ao TCU.

– De 8- 3-93 a 7-7-94

Ocupou o cargo de Oficial de Gabinete do Procurador – Geral Francisco de Salles Mourão Branco, do Ministério Público junto ao TCU.

– De 7-7-92 a 7-3-93

Ocupou o cargo de Analista de Finanças e Controle Externo na 9ª Secretaria de Controle Externo.

– De 2-9-85 a 30-10-91

Trabalhou na MAIN Engenharia S.A., onde ocupou o cargo de Assessor/Consultor da Diretoria de Operações, Chefe do Departamento de Estudos de Sistemas Eléctricos e Gerente Regional do Escritório Brasília, tendo coordenado equipes e gerenciado diversos contratos ligados a estudos e planejamento de sistemas eléctricos.

– De 1º- 2-79 a 30-8-85

Trabalhou em Furnas Centrais Eléctricas S.A., como Engenheiro, tendo realizado diversos trabalhos ligados a planejamento técnico e econômico de sistemas eléctricos de potência.

6. PUBLICAÇÕES

2000 “Política, Direito e Reforma do Estado: uma visão funcional – sistêmica”. Publicada na **Revista de Informação Legislativa** nº 147, ano 37, julho/setembro 2000 – Brasília.

2000 “Política e Direito: uma visão autopoietica”. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Direito e Estado, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

1998 “Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 939 – DF. Tribunal Pleno (RTJ 151/755) (Instituição do LPMF) – Comentários”. Publicado na **Revista da Notícia do Direito Brasileiro** nº 3, jan/jul 1997 – Brasília.

1998 "Contratação Indireta de Mão – de – Obra Versus Terceirização", publicado na **Revista do TCU**, Brasília. V.29, n. 75, jan/mar 1998.

1997 "Exame Crítico de Acórdãos – STF – ADIN nº 539/DF – Instituição do IPMF", publicado na **Revista Notícia do Direito Brasileiro** nº3, 11 Semestre de 1997.

1996 "Processo administrativo no Tribunal de Contas da União", agraciado com o Prêmio Serze delo Corrêa, por ter obtido o 2º lugar em Concurso de Monografias promovido pelo TCU.

1992 "Desenvolvimento de um programa de análise dinâmica de Sistemas de Potência (DINAM)" apresentado no III Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica (III SEPOPE), organizado pela Eletrobrás.

1992 "Estudos dinâmicos de sistemas multiterminais em corrente contínua (MTCC)", apresentado no III Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica (III SEPOPE), organizado pela Eletrobrás.

1991 "Avaliação da interação subsíncrona entre compensadores estáticos e redes elétricas", apresentado no XI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTEE), organizado pela Eletrobrás.

1989 "Avaliação da estabilidade dinâmica e ressonância subsíncrona de sistemas, por determinação de auto – valores, auto – vetores e coeficientes de sensibilidade, através do programa RESUIB", apresentado no II Simpósio de Especialistas em Planejamento da Operação e Expansão Elétrica (III SEPOPE), organizado pela Eletrobrás.

1989 "Análise da influência da atuação não linear de compensadores estáticos em estudos dinâmicos à frequência industrial – vantagens e inconvenientes de um modelo detalhado", apresentado no II Simpósio de Especialistas em Planejamento, organizado pela Eletrobrás.

7. APROVAÇÕES EM CONCURSOS PÚBLICOS

1997 Cargo de Auditor do Tribunal de Contas da União.

1996 Cargo de Procurador Autárquico do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS (aprovação na 1ª etapa, referente a provas objetivas e dissertativa, e convocação para 2ª etapa – Programa de Formação).

1991 Cargo de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional.

1991 Cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, no TCU.

Brasília, 15 de maio de 2001. – Benjamin Zymler.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 161, DE 2001 (Nº 710/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mercio Felsky.

O Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 3 de julho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 00174-MJ

Brasília, 27 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa mensagem indicando o nome do Senhor Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, na vaga decorrente do término do mandato de Mércio Felsky.

Respeitosamente. – **José Gregori**, Ministro de Estado da Justiça.

CURRICULUM VITAE

Brasília, 2001

DADOS PESSOAIS:

Nome: **Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer**

Data de nascimento: 3 de junho de 1968

Naturalidade: San Salvador — El Salvador

Nacionalidade: brasileiro nato

Filiação: Roberto Augusto Castellanos Fernandez e Brigitta Elza Pfeiffer Castellanos.

Dados de identificação: RG nº 18.823.945-5, CPF nº 148.693.008-50 e OAB/SP nº 119.874.

Endereço Residencial: SQS 216, bloco E, aptº 503, Brasília, Distrito Federal.

Endereço Comercial: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Edifício sede, sala 240.

Telefones: (061) 346-6833 (residencial); (061) 224.5448 (comercial); 9979-8247 (celular).

CURSOS UNIVERSITÁRIOS:

– Em 1986 completou, com aprovação em todas as matérias, o primeiro ano do curso de Economia da Universidade de São Paulo.

– Em 1991 concluiu o curso de direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

– Em 1998 obteve o título de mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

– Aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil em 1992, tendo exercido a carreira de advogado liberal até 1993.

– Aprovado no concurso da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, para o cargo de Procurador do Estado, tomando posse em janeiro de 1993.

– Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal de maio a outubro de 1999.

– Consultor Jurídico do Ministério da Justiça desde outubro de 1999.

LIVROS PUBLICADOS

– Co-autor do livro Direitos Humanos: construção da liberdade e da igualdade, São Paulo, Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, 1998.

– Autor do livro Mandado de Injunção, São Paulo, Editora Atlas, 1999.

– Coordenador do livro Saúde e responsabilidade: a regulamentação dos planos e seguros de saúde, Editora Revista dos Tribunais, 1999.

– Co-autor do livro Convenção Americana de Direitos Humanos e o direito brasileiro, Editora Revista dos Tribunais, 2000.

TRABALHOS PUBLICADOS

– Artigo denominado “As procuradorias de estado e do distrito federal e a defesa do meio ambiente enquanto interesse público”, publicada na Revista Série Eventos nº 5, XX Congresso Nacional de Procuradores de Estado, Fortaleza/94, Teses de São Paulo, editada pelo Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado.

– Artigo intitulado “O advogado público e a tutela dos direitos individuais e coletivos”, publicado no Boletim do Instituto Paulista de Advocacia Pública, ano I, nº 0, de novembro de 1994.

– “A publicidade e o direito de acesso a informações no licenciamento ambiental”, artigo publicada na Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, nº 44, dezembro de 1995, na Revista de Direito Ambiental, Ed. RT, nº 8, outubro-dezembro de 1997 e

no livro Temas de Direito Ambiental e Urbanístico, São Paulo, Max Limonad, 1998.

– “As associações civis e a tutela de Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos das pessoas portadoras de deficiência”, artigo publicado no livro Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, São Paulo, Max Limonad, 1997.

– “Agravo Retido”, artigo publicado no Boletim Informativo do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública de outubro de 1997.

– “Ação Civil Pública e tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa pelos órgão da advocacia pública”, publicado no livro 1º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, São Paulo, Max Limonad, 1998.

– “A defesa do consumidor pela advocacia pública”, publicado na Revista Direito do Consumidor nº 30, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

– “A regulamentação dos planos de saúde”, publicada na Revista Direito Sanitário, São Paulo, Centro de Estudos e Pesquisa de Direito Sanitário, 2001.

TESES APROVADAS EM CONGRESSOS

– “As Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal e a Defesa do Meio Ambiente”, aprovada no XX Congresso Nacional de Procuradores de Estado Distrito Federal, realizado no mês de Outubro de 1994, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

– “A publicidade e o direito de acesso a informações no licenciamento ambiental”, aprovada no XXI Congresso Nacional de Procuradores do Estado, realizado no Rio de Janeiro, nos dias 5 a 9 de Novembro de 1995.

– “Ação Civil Pública para a tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa”, aprovada no XXIII Congresso Nacional de Procuradores do Estado, realizado em São Luís, Estado do Maranhão, em novembro de 1997.

– “Análise crítica da jurisprudência sobre planos de saúde”, aprovada no IV Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, realizado em Gramado, Estado do Rio Grande do Sul, em março de 1988.

– “Serviços Públicos concedidos e a proteção dos consumidores”, aprovada no V Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor, realizado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em maio de 2000.

ATIVIDADES DOCENTES

– Foi integrante do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino – PAE da Universidade de São Paulo, tendo exercido função de Professor Monitor na Disciplina “Direito Processual Civil I, II e III”.

– Foi professor do Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ministrando a disciplina "Direito Constitucional".

– Foi professor da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP, no curso de especialização sobre direitos coletivos e difusos e no curso de aperfeiçoamento na prestação de assistência jurídica gratuita.

– Foi professor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, no curso de especialização sobre direitos coletivos e difusos.

– Foi professor da Escola Superior de Administração Fazendária no curso sobre processo civil.

– Foi professor do curso de direito da Universidade Centro de Ensino Unificado de Brasília — UNICEUB, de agosto de 1999 a dezembro de 2000.

PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS E CURSOS

1. COMO EXPOSITOR:

– Palestra no painel "Tutela Jurisdicional dos Interesses Difusos e Coletivos das Pessoas Portadoras de Deficiência", no curso "Ordem Constitucional e os direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência", em junho de 1996.

– Palestra sobre o tema "Assistência Judiciária – Defensoria Pública", em março de 1997 no "Segundo Curso de Capacitação das Promotoras legais populares".

– Palestra sobre efetividade das normas constitucionais e mandado de injunção "na VI Semana Jurídica da Unoesc, em Chapecó, Santa Catarina, em setembro de 1997.

– Palestras sobre "tutela antecipada", no curso de atualização jurídica da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, em outubro de 1997.

– Palestra sobre o tema "Assistência Judiciária", em março de 1998 no "Terceiro Curso de Capacitação das Promotoras legais populares".

– Palestras sobre "Remédios Constitucionais", no curso de especialização em direito constitucional organizado pela Universidade de Sorocaba e pelo IBDC – Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, em maio de 1998.

– Palestra sobre "Meios de Defesa da Posse", no curso de aperfeiçoamento na prestação de assistência jurídica gratuita organizado pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, em maio de 1998.

– Palestra sobre "Ação civil pública", no I Seminário Nacional "Advocacia Pública e Meio Ambiente", promovido pela Comissão do Meio-Ambiente da OAB/SP e pelo Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, em agosto de 1998.

– Palestra sobre o tema "Planos e seguros de assistência privada à saúde", no XIX Curso Brasilcon de direito do consumidor, em São Paulo, em agosto de 1999.

– Palestra sobre o tema "A regulamentação dos planos e seguros de assistência privada à saúde pela Lei nº 9.656/98", no Encontro da 4ª Câmara do Ministério Público Federal.

– Palestra sobre "Serviços públicos concedidos e proteção do consumidor", no XXI Curso Brasilcon de direito do consumidor, em Porto Alegre, em março de 2000.

– Palestra sobre "Cláusulas sobre cobertura de doenças, carências e atendimento de urgência e emergência nos planos de assistência privada à saúde", no XXI Curso Brasilcon de direito do consumidor.

– Palestra sobre o tema "Acesso à justiça no âmbito do Mercosul", no IV Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, em Teresópolis, em Junho de 2001.

– Palestra sobre o tema "Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência", no Seminário Internacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência, em Brasília, em maio de 2001.

– Palestra sobre o tema "Responsabilidade civil do Estado: o anteprojeto de lei em elaboração", no curso de aperfeiçoamento dos assistentes jurídicos da União, em Brasília, no dia 28 de junho de 2001.

2. COMO DEBATEDOR:

– Curso "Temas atuais da lei de Locações", no Painel "Defesas em matéria de locações".

– Curso "Reformas do Código de Processo Civil", em janeiro de 1995.

– Palestra "Acesso à Justiça", em março de 1995.

– Palestra "Proibição administrativa", no I Congresso de Advocacia, realizado na cidade de Campos de Jordão, em novembro de 1997.

– Palestra "Direitos Humanos das pessoas portadoras de deficiência", no ciclo de debates "Direitos Humanos no Brasil: a realidade e a ordem jurídica, organizado pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.

– Palestra "Tribunais Constitucionais no Mercosul", no III Congresso Brasileiro de Advocacia Pública, em Salvador, em junho de 1999.

3. EM EVENTOS INTERNACIONAIS:

– "Direito do Consumidor no Mercosul", palestra proferida no Colégio de abogados de Buenos Aires, República da Argentina.

– Mercosul e acesso do consumidor à justiça“, palestra proferida no Congresso Interamericano de Direito do Consumidor, em São Paulo.

– “*Consumer protection law enforcement in Brazil*”, palestra proferida na *IMSN Conference*, em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

PARTICIPAÇÃO EM DELEGAÇÕES REPRESENTATIVAS DO BRASIL EM EVENTOS INTERNACIONAIS

– Membro da delegação brasileira na elaboração da Convenção contra o crime organizado transnacional, da Organização das Nações Unidas — ONU.

– Chefe da Delegação Brasileira na Comissão Técnica da Reunião de Ministros de Justiça do Mercosul, Bolívia e Chile, desde outubro de 1999.

– Membro da delegação brasileira no Comitê Técnico nº 7 (Defesa do Consumidor) da Comissão de Comércio do Mercosul.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES

– Membro da comissão interministerial designada para elaboração da Lei Geral da Polícia Militar.

– Assessor do grupo de trabalho designado pelo Exmo. Presidente da República para elaboração do Projeto de Lei de criação da Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência.

– Membro da Comissão de estudo da responsabilidade civil do Estado, instituída pelo Exmo. Advogado-Geral da União.

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

– Diretor do BRASILCON – Instituto Brasileiro de Direito e Política do Consumidor.

– Diretor do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS EXAMINADORAS DE CONCURSOS PÚBLICOS

– Membro da banca examinadora do 6º Concurso de Ingresso na Carreira de Procurador do Estado do Amazonas.

PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

– Aprovado nos testes de proficiência em língua inglesa e italiana nos exames de admissão para o curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Brasília, 28 de junho de 2001 – **Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 163, DE 2001 (Nº 722/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de Embaixador do Brasil junto à República da Belarus, República do Casaquistão e República da Geórgia.

Os méritos do Embaixador José Viegas Filho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de julho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 184/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 29 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de Embaixador do Brasil junto à República da Belarus, República do Casaquistão e República da Geórgia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum-vitae** do Senhor Embaixador José Viegas Filho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

Ministro de Primeira Classe José Viegas Filho

Campo Grande/MS, 14 de outubro de 1942. Filho de José Viegas e Dirce Bastos Viegas.

CPCD, IRBr, 1964/65. CAE, IRBr, 1982.

CPF: 07505990497

ID: 1297

Professor do Instituto Rio Branco – Política Externa Brasileira contemporânea, 1982/83.

Membro da Banca Examinadora do Curso de Altos Estudos do IRBr, 1992/94.

Terceiro Secretário, 15 de fevereiro de 1966.

Segundo Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1969.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de setembro de 1975.

Conselheiro, merecimento, 21 de junho de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 25 de junho de 1992.

Assistente do Chefe do Departamento de Assuntos jurídicos, 1966/67.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1969.

Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1978/79.

Assessor do Ministro de Estado, 1979/84.

Secretário, substituto, da Secretaria de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral (SEB), 1981/84.

Membro da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty, 1979/84.

Chefe da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty, 1991/94.

Chefe do Departamento de Organismos internacionais, 1991/93.

Subsecretário Geral de Planejamento Político e Econômico, 1993/94.

Nova York, Cônsul-Adjunto, 1969/73

Santiago, Segundo Secretário, 1973/75.

Santiago, Primeiro Secretário, 1975/78.

Roma, Encarregado de Negócios, 1984/85.

Paris, Ministro Conselheiro, 1985/86.

Paris, Encarregado de Negócios, 1985/86.

Havana, Ministro Conselheiro, 1986/91.

Havana, Encarregado de Negócios, 1987/88/89/90.

Copenhague, Embaixador, 1995/1998.

Lima, Embaixador, 1998

Comitê de Produtos de Base da UNCTAD, Genebra, 1967 e 1969 (delegado).

V Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, 1967 (delegado).

II Conferência da UNCTAD, Nova Delhi, 1968 (delegado).

XI Assembléia da Aliança de Produtores de Cacao, Salvador, 1968 (delegado).

Reunião de Peritos de Transportes e Obras Públicas do Cone Sul, Arica, Chile, 1975 (delegado).

Seminário da CEPAL sobre as negociações comerciais do GATT Santiago, 1975 (representante).

Assembleias Gerais da ONU, Nova York, 1972, 1980, 1981, 1982, 1990, 1991, 1992 (delegado).

Missões bilaterais de Planejamento Político: EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, 1979/84 (membro).

Missões bilaterais de Planejamento Político: França, Canadá, Angola, Moçambique, 1981/84 (chefe das missões)

Grupo de Trabalho sobre Cooperação Industrial-Militar entre o Brasil e os EUA, 1983 (representante do Itamaraty).

Conferência CEPAL-CELADE sobre População na América Latina, Havana, 1983 (delegado).

Congresso sobre relações entre as Comunidades Europeias e América Latina, Estrasburgo, 1986 (observador).

Comitê intergovernamental de Seguimento e Coordenação do Programa de Cooperação entre Países em Desenvolvimento (CISC), Havana, 1987 (chefe da delegação)

XXIII Assembleia do Grupo Executivo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), Havana, 1987 (chefe da delegação).

Seminário sobre Medidas de Confiança Mútua e Política na América do Sul, Lima, 1987 (representante).

Missões Bilaterais de Planejamento Político: EUA, Canadá, México, Argentina, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Rússia, Suécia, Itália, Espanha, Egito, Índia, China e Japão 1990/94 (chefe das missões).

Reuniões de Planejamento Político com as Forças Armadas brasileiras: Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, 1991/94 (chefe das missões).

Conferências na Escola Superior de Guerra e Escolas de Estado Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica, 1991/94.

Assembleias Gerais da Organização dos Estados Americanos, Santiago, 1991, Nassau, 1992, Washington, 1992 (delegado).

Reforma do Tratado de Tlatelolco, 1991/92 (chefe da equipe brasileira de negociação) Reunião do Grupo do Rio, Caracas, 1991 (delegado).

Cúpula Presidencial do Movimento dos Não-Alinhados, Jacarta, 1992 (delegado).

Cúpula Presidencial do Grupo dos 15, Dacar, 1992 (delegado).

Reunião Regional da FAO, Montevideu, 1992 (chefe da delegação).

Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena, 1993 (delegado).

Reunião Ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, Cairo, 1993 (chefe da delegação).

Missão de preparação da adesão do Brasil ao MTCR: Londres, Paris, Bonn, Berna, Estocolmo, Moscou, Tóquio e Washington, 1994 (chefe da missão).

Seminários sobre medidas de confiança na América do Sul, New Port, RI, 1995 (chefe da delegação).

Conferência de Revisão da Convenção sobre Armas Convencionais (minas terrestres), Viena, 1995 e Genebra, 1996 (chefe da delegação).

Comendador da Ordem Nacional do Mérito da França e da Ordem da Palma do Suriname;

Oficial da Ordem do Mérito do Chile; Medalha Santos Dumont, Medalha Tamandaré; Grande Oficial das Ordens do Mérito Militar, Mérito Naval, Mérito Aeronáutico e Mérito das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco. – **Eduardo Prisco Paraiso Ramos**, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa – II

Informação Geral sobre a República da Belarus

Brasília, Junho de 2000

I. Introdução

Belarus (Bielorrússia) nunca havia experimentado a independência, até emergir como uma das repúblicas soviéticas que se tornaram soberanas, em função do esfacelamento da URSS. Sua origem encontra-se nos principados eslavos que se estabelecem na região a partir do século VII. Nos séculos subsequentes, Belarus é sucessivamente invadida por vi-

kings, lituanos, poloneses e tártaros. No final do século XVIII, é anexada ao Império Russo, como resultado da partilha da Polônia efetuada entre russos, austríacos e prussianos. Em 1919, torna-se, finalmente, uma república soviética.

Em decorrência de sua posição geográfica, Belarus constitui área da União Soviética das mais atingidas pela invasão alemã executada durante a Segunda Guerra Mundial. Cerca de 1,3 milhão de pessoas, incluindo a quase totalidade dos judeus do país, perece durante a ocupação nazista (1941-1944). Com o fim da guerra, são incorporados ao país os territórios de população majoritariamente bielorrussa que pertenciam à Polônia.

O forte controle por exercido por “apparatchiks” locais, egressos do antigo regime soviético, faz de Belarus reduto de resistência conservadora às reformas democratizantes, mais avançadas em outros países oriundos do desmembramento da URSS. Nas primeiras eleições livres para o Soviete Supremo (Parlamento) da República, em 1989, a oposição reformista obtém apenas 30 das 340 cadeiras. As demais ficam com o Partido Comunista. Em 1991, o líder comunista Mikalai Dzemiantssei apóia o golpe de Estado conservador contra Gorbachev. Com o fracasso do movimento, Dzemiantssei foi obrigado a renunciar.

O reformista Stanislau Shushkevich, com o apoio da Frente Popular Bielorrussa, é designado chefe de Estado em agosto de 1991. Em dezembro de 1991, Belarus assina, juntamente com a Rússia e a Ucrânia, o acordo que cria a CEI. Em 1992, é instituído o rublo bielorrusso, que circula simultaneamente com a moeda russa. Para contrabalançar a influência russa, o governo tenta se aproximar dos EUA. Em troca de um acordo para assistência financeira e técnica dos norte-americanos, o governo compromete-se, em 1993, a desmantelar todos os mísseis nucleares da ex-URSS em seu território até o ano de 1999. Essa política sofre revés com a eleição para presidente, em 1994, do líder populista Aleksandr Lukashenko, que defende a unificação com a Federação Russa.

Em 1994, o Presidente Shushkevich perde o poder, sob acusações de corrupção, e assume seu lugar o então líder do Comitê Anti-Corrupção do Soviete Supremo, Alyaksandar Lukashenko, que, respaldado por plataforma de aproximação com a Rússia, termina por vencer as eleições convocadas para junho do mesmo ano.

Em 1995, um plebiscito aprova (com 84% dos votos) a integração econômica com Moscou e dá ao russo “status” de língua oficial. Em 1996, Lukashenko assina com a Federação Russa um tratado de coope-

ração, formando a Comunidade das Repúblicas Soberanas. No primeiro aniversário desse tratado (em 1997), os dois países estabelecem novo acordo que prevê uma futura integração entre eles. Embora permaneçam soberanos, irão adotar políticas externas, econômicas e militares unificadas, além de sistema legal e cidadania comuns. Desde então, nacionalistas bielorrussos protestam por temer novo controle de Moscou sobre o país.

Em junho de 1998, o Governobielorussodespeja os Embaixadores norte-americano, japonês e de vários países da União Européia (UE) de suas residências em Minsk, sem motivo aparente. A UE passa a acusar Belarus de desrespeitar a Convenção de Viena sobre imunidades diplomáticas e, em protesto, proíbe a entrada de funcionários do governobielorussos nos 15 países integrantes do bloco. EUA, Japão, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Grécia retiraram seus Embaixadores do país. Em janeiro de 1999, o incidente em torno das residências diplomáticas é superado, no quadro de entendimento promovido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Belarus, regressando os Embaixadores a seu Posto.

II. Situação Política

A República de Belarus constitui Estado presidencialista e unitário. O parlamento, estabelecido em 1996, em substituição ao Soviete Supremo, passa a ser bicameral, compreendendo a Câmara baixa parlamentar, com 110 cadeiras, e o Senado, com 60. Nos anos imediatos que se sucedem à independência, a situação interna de Belarus se polariza em moldes similares aos de outros países egressos da ex-URSS: com forte Partido Comunista à esquerda, nacionalistas na direita, e algumas agremiações partidárias reformistas ao centro. A principal figura política é o Presidente Ayaksandar Lukashenko.

Alyaksandar Lukashenko: começou sua carreira como diretor de uma sovkhoze (fazenda estatal coletivizada). Em 1991, passou a integrar o grupo "Comunistas pela Democracia", facção que rompeu com os comunistas tradicionais. Tornou-se líder do Comitê Anti-Corrupção do Soviete Supremo, posição que utilizou para explorar as fraquezas de seus oponentes. Em julho de 1994, elegeram-se como o primeiro Presidente pós-independência. Ampliou grandemente seu poder às custas dos plebiscitos organizados em maio de 1995 e novembro de 1996, que conduziram à dissolução do Soviete Supremo.

São as seguintes as principais agremiações partidárias em Belarus:

Frente Popular Bielorrussa: gruponacionalista fundado em 1998 por Zyanon Paznyak, tendo se constituído no primeiro partido de oposição no país. Até 1995, era a principal agremiação de oposição em Belarus, não havendo conseguido, todavia, votação suficiente nas eleições daquele ano. Embora bem sucedida na mobilização popular contra o Presidente Lukashenko e na denúncia do Tratado de União com a Rússia, a Frente tem suas bases confirmadas quase que exclusivamente à "intelligentsia" urbana do país.

Partido Comunista de Belarus: banido em 1991, foi legalizado em 1993, arrebatando o maior número de cadeiras nas eleições legislativas de 1995. Um setor expressivo do partido se opõe ao Presidente Lukashenko, preferindo uma união total com a Rússia à existência de um Chefe de Estado bielorrusso.

Partido Agrário: fundado em 1994 para representar interesses rurais. Este partido inicialmente compunha-se com os comunistas na legislatura anterior, passando a pautar a sua atuação posterior com maior independência.

Partido do Pacto Popular: estabelecido em 1992 como um grupo com orientação centrista. É liderado por Henadz Karpenka, ex-porta-voz do Soviete Supremo. Embora tenha alcançado apenas a 4ª colocação nas eleições de 1995, o partido logo transformou-se na maior facção parlamentar, obtendo sucesso em angariar apoios independentes. Karpenka integra o grupo de parlamentares que perderam seus mandatos com a dissolução do Soviete Supremo em 1996, pelo Presidente Lukashenko, passando a formar governo paralelo de oposição.

Partido Cívico Unido: fundado em 1995 por ex-Diretor do Banco Central bielorrusso, Stanislau Shushkevich. O partido é eminentemente reformista. Shushkevich desempenhou papel fundamental nas articulações para a assinatura do chamado "Acordo de Minsk", que estabeleceu a Comunidade dos Estados Independentes-CEI, em dezembro de 1991. No entanto, é opositor de maior integração com a Rússia e da adesão ao Tratado de Segurança Coletiva da CEI.

Foram os seguintes os principais resultados das eleições para o então Soviete Supremo de Belarus em 1995:

Partido	Nº de Cadeiras	Percentual de Votos
Partido Comunista	42	21,2%
Partido Agrário	33	16,7%
Partido Cívico Unido	9	4,5%
Partido do Pacto Popular	8	4%
União Social-Democrática	2	1%

Quando o parlamento (Soviete Supremo) foi dissolvido pelo Presidente Lukashenko em 1996, a maioria de seus representantes preferiu integrar nova Assembléia Nacional, sob combinação de ameaças e pressões financeiras. Um grupo de cerca de 70 parlamentares, porém, passou a formar um governo paralelo, em oposição aberta ao regime.

Merecem particular atenção, sobretudo à luz da escassez de informações confiáveis sobre o quadro político atual de Belarus, as potenciais consequências relacionadas com as eleições presidenciais não-oficiais promovidas no mês de maio de 1999 pelos movimentos de oposição ao Presidente Lukashenko e com possíveis desdobramentos imediatos. Assinale-se que a idéia de realizar as eleições partiu do grupo de ex-parlamentares aliados do poder pelo presidente Alexandr Lukashenko, quando este, com base nos resultados de um plebiscito de surpresa questionada, dissolveu o parlamento em 1996, e estendeu seu mandato presidencial de 1999 até o ano 2001.

São os seguintes os principais fatos relacionados com as eleições organizadas pela oposição:

- a base jurídica invocada pela oposição, e rejeitada pelo Presidente, para convocar as eleições foi a Constituição de 1994.

- dois candidatos foram efetivamente votados: Mikhail Chyhir, ex-Primeiro-Ministro de Lukashenko, atualmente cumprindo pena de três meses de prisão, por alegada corrupção, e Zyanon Paznyak, chefe da Frente Popular Bielorrussa, que se encontra voluntariamente exilado na Polônia.

- houve, durante a campanha não-oficial e as eleições, intensificação das medidas de censura e repressão governamentais, com ameaças a jornais, prisões, e violência contra ativistas da oposição.

- o presidente da Comissão Eleitoral, Viktor Hanchar, foi preso e o General Yuri Zakharenko, chefe da campanha do candidato Chyhir, encontra-se em destino ignorado.

- a decisão, por parte da oposição, de realizar a coleta de votos num período de vários dias, em vez de fazê-lo na data previamente acertada de 16 de maio contribuiu para aprofundar as diferenças entre os candidatos, sendo que Zyanon Paznyak anunciou mesmo a retirada de sua candidatura.

- os procedimentos foram pouco claros e muito prejudicados pela repressão e pela falta de informações entre os eleitores.

- os organizadores afirmam que cerca de 52% do eleitorado votaram.

- praticamente não houve cobertura noticiosa interna.

As principais conclusões que se podem tirar do fato são as seguintes:

- a oposição conseguiu despertar maior atenção, interna e externamente, para a situação política da Belarus, anômala se examinada pelo prisma de uma visão democrática.

- a oposição permanece, no entanto, profundamente dividida, e carece de uma plataforma atraente para os descontentes com a mão forte do Governo, que, mal ou bem, consegue manter o país numa situação econômica melhor do que a maioria dos vizinhos da CEI.

- a morte do líder oposicionista Hennadz Karpenko, em abril último, constituiu golpe adicional para as possibilidades de composição das diferenças entre oposicionistas.

- a situação da Belarus ainda desperta, comparativamente, pouco interesse em países que poderiam influir mais poderosamente a favor da democratização.

- na prática, Lukashenko deverá ter condições de governar sem mudança de orientação até 2001, final do seu atual mandato, mas deverá manter, ou mesmo intensificar o controle político, com possível acirramento das contradições entre oposições e Governo, o que poderá conduzir eventualmente a um endurecimento da repressão e a uma resistência mais violenta e determinada.

III. Situação Econômica

Com uma economia predominantemente rural até à Segunda Guerra Mundial, Belarus rapidamente desenvolveu expressiva base industrial, a qual em 1992 contibua com mais de 50% do PIB do país. Em 1996, no entanto, a proporção havia recuado para 43%. A produção agrícola, por seu turno, sofreu queda menor, passando de 22% para 21%, em 1996.

O pequeno setor privado da economia, por sua vez, dá mostras de maior dinamismo quando comparado às suas contrapartes estatais: 10% das empresas estatais privatizadas já respondem por 15% da geração do PIB. As privatizações, contudo, vêm tendo lugar de forma lenta, restringindo-se, em sua maioria, às propriedades urbanas e pequenos negócios. Apenas 10% de todo o patrimônio estatal viu-se privatizado até a presente instância.

A economia do país entrou em recessão a partir de 1990, sendo registrada em 1994 a maior queda do PIB – em torno de 12%. A contração foi, não obstante, menos severa do que em outras repúblicas da CEI,

em função dos acordos preferenciais e mecanismos de pagamentos existentes entre Belarus e a Federação da Rússia, que torna ramposível, por exemplo, o cancelamento de pagamentos por fornecimentos energéticos. Belarus tecnicamente saiu da recessão em 1996, sendo registrado expressivo índice de crescimento do PIB, por volta de 10%, em 1997.

Desde 1994, o Governo bielorusso vem promovendo tímido programa de reformas econômicas, que visa a eliminar subsídios ineficientes bem como gastos estatais, a fim de reduzir o déficit público e diminuir a taxa de inflação. Entretanto, a despeito de início promissor, chegou-se a uma situação de acomodação, o que fez com que o FMI e a comunidade financeira internacional suspendesse os arranjos para a concessão de novos empréstimos e a negociação de dívidas e pagamentos.

Belarus possui relativamente escassos recursos naturais, excetuando-se madeiras, além de pequenas reservas petrolíferas e de gás natural. O país necessita importar matrizes energéticas em larga escala: 93% de petróleo; 98% de gás natural, 100% de carvão; e 30% de energia elétrica.

Em 1991, o país estabeleceu estrutura financeiro-bancária independente. O número de bancos privados licenciados para atuar naquela praça ultrapassou a faixa de 50 em 1994. Belarus constituía significativa força industrial na era soviética: em 1988, com 3,6% da população da ex-URSS produzia cerca de 5% de seu PIB. Atualmente, o país exporta veículos, produtos minerais e equipamentos diversos e importa produtos energéticos em quantidade, além de alimentos, os quais conformaram 12% da pauta total, no exercício de 1998.

IV. Relações Externas

Belarus é membro fundador da Comunidade de Estados Independentes-CEI (1991), e sua capital, Minsk, constitui a sede dessa organização. A relação muito próxima mantida por Belarus com a Federação da Rússia é objeto, contudo, de suspeição pelos demais integrantes da CEI, que receiam eventuais desígnios hegemônicos daquele país. Em março de 1996, Belarus, Rússia, Casaquistão e Quirguízia assinaram acordo de união aduaneira, que se viu superado pela celebração, logo em seguida, do Tratado de União com a Federação da Rússia.

O Tratado de União estabeleceu a Comunidade de Repúblicas Soberanas-CRS, de caráter aberto a adesões. O Tratado estipula a coordenação comum de políticas externa e de defesa, além da unificação monetária e de políticas financeira e fiscal. O Tratado

tem sido objeto de ativa contestação por parte de nacionalistas bielorrussos, que vêm sendo reprimidos pelo Governo. Ressalte-se que os países vizinhos encaram a união com extremas reservas, temendo constituir-se em instrumento de expansão regional da hegemonia russa.

As relações com os países integrantes das estruturas euro-atlânticas têm-se deteriorado desde 1996, no quadro da alegada ausência de democracia e desrespeito aos direitos humanos fundamentais. O Conselho Europeu suspendeu o **status** de observador do país e a assistência externa em geral tem sido cancelada.

Crescentemente isolado pelo Ocidente, o atual Governo de Belarus busca alternativas para a consecução de sua política externa com outros países, incluindo China, Índia, países árabes e Irã. O país tem procurado novos mercados para a absorção de suas exportações com valor agregado de baixa qualidade em geral.

A Constituição de Belarus enfatiza a inserção global do país como “não-alinhado e não-nuclear”. Todos os armamentos nucleares em território do país foram transferidos para a Rússia, na esteira da formação da CEI. Em fevereiro de 1993, o parlamento ratificou o START-1 e o TNP, além do Protocolo de Lisboa. Em 1997, o total efetivo das Forças Armadas de Belarus atingia mais de 80 mil. Os gastos com defesa situaram-se em torno de US\$500 milhões.

V. Relações com o Brasil

A independência da República de Belarus foi reconhecida pelo Governo brasileiro em 26 de dezembro de 1991, quando se efetuou também o reconhecimento da independência dos demais países da CEI, que acabava de se formar. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 10 de março de 1992, por troca de Notas em Minsk. Em 31 de março de 1993, foi criada a Embaixada cumulativa com Moscou. Não existem atos bilaterais celebrados entre os dois países.

Segundo o registro de operações de intercâmbio comercial da SECEX/MDIC, o comércio bilateral Brasil-Belarus produziu, em 1998, um saldo negativo para o Brasil da ordem de US\$15 milhões, movimentando cifra inferior a US\$35 milhões em seu total. As exportações brasileiras totalizaram US\$9,8 milhões, enquanto as importações chegaram a US\$25 milhões. Dentre os itens da pauta de exportações brasileira, sobressai-se o açúcar em bruto, com mais de US\$8,5 milhões. Artigos de couro, tubos de TV e café solúvel completam o restante da lista. Por sua vez, compostos químicos para fertilizantes, como cloreto de potássio, sulfato de amônia, uréia e óxidos, além

de produtos metalúrgicos, constituem a quase totalidade da pauta importadora brasileira de Belarus.

Em abril de 1999, missão comercial de Belarus, tendo a frente o Ministro de Empreendimentos e Investimentos daquele país, esteve em visita ao Brasil, mais especificamente nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, a fim de prospectar oportunidades e de expandir as relações econômico-comerciais bilaterais. A visita culminou com a abertura, no Rio de Janeiro, da Câmara de Comércio Brasil-Belarus.

No plano político, assinala-se que o Governo bielorusso vem pressionando para que as relações bilaterais atinjam patamar mais elevado. Em fevereiro último, o Representante Permanente daquele país junto às Nações Unidas visitou o DG do DEU em Brasília, com o intuito de sugerir a visita do Vice-Primeiro Ministro de Belarus, Leonid Kozik, ao Brasil. Foi efetuada ainda sondagem pela Embaixada de Belarus junto à Embaixada do Brasil em Moscou sobre a possibilidade de abertura de Consulado-Geral daquele país em São Paulo. Assinala-se que Belarus se encontra em processo de estabelecimento de missão diplomática em Buenos Aires. Não se sabe o número exato, mas se estima relativamente significativo o tamanho da colônia de origem bielorrussa no Brasil (talvez 50 mil integrantes).

Em contato efetuado entre os representantes permanentes de Brasil e Belarus junto à ONU em Nova York (junho de 1999), foi manifestado o desejo daquele país em promover acordos bilaterais com o Brasil nas áreas de cooperação econômica, comercial, cultural, ciência e tecnologia, proteção recíproca de investimentos e isenção mútua de vistos de turistas. Pareceria lógico, contudo, aguardar-se maior densidade de relações, sobretudo nos planos comercial e consular, para desenvolver-se **a posteriori** a estrutura jurídico-política da relação bilateral.

VI. Principais Iniciativas Bilaterais

Visita do ex-DG do DEU a Minsk (1994)

Visita do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belarus ao Brasil (1996)

Visita do Ministro das Relações Econômicas Exteriores de Belarus à América do Sul — Brasil (1996)

Visita de Missão Comercial de Belarus ao Brasil — chefiada pelo Ministro de Empreendimentos e Investimentos (1999)

VII. Dados Básicos

- Nome Oficial do País: República da Belarus
- Capital: Minsk
- Nacionalidade: Bielorrussa

- Idiomas: Bielorusso (oficial); Russo
- Religião: Ortodoxos Bielorrussos (maioria); Católicos

- Independência: 25 de agosto de 1991
- Constituição: 1994
- Poder Executivo:

Chefe de Estado: Presidente Alyaksandr Lukashenko

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Sergei Ling

- Poder Legislativo: Parlamento Unicameral — Conselho Supremo, com 260 membros, eleitos por voto direto para mandatos de 5 anos

- Área: 270.600 km²
- População: 10,1 milhões hab. (1996)
- Composição demográfica (1991): bielorrussos (77,9%); russos (13,5 %); ucranianos (3 %); outros (5,6%)

- Cidades Principais (1992): Minsk (1.870.000); Homyel (517.000); Vitebsk (373.000); Mogilev (367.000)

- Densidade Demográfica (1996): 37,3 hab./km²

- Pop. Urbana (1996): 71,2%

- PIB: US\$20,2 bilhões (1998)

- PIB/capita: US\$2.160 mil (1998)

- Dívida externa: US\$1,2 bilhões (1996)

- Agricultura (1996):

Batata: 8,6 milhões/ton.

Cevada: 2,5 milhões/ton.

Beterraba: 1,1 milhão/ton.

- Pecuária (1996):

Bovinos: 5,4 milhões

Suínos: 4 milhões

- Minérios (1996):

Petróleo: 2 milhões/ton.

Gás Natural: 300 milhões m³

- Indústria (1996): máquinas industriais; metalurgia; eletrônica; química; materiais de construção

- Parceiros Comerciais: Repúblicas da CEI (Rússia: principal)

VIII. Principais Autoridades

Chefe de Estado: Presidente Alyaksandar Lukashenko

Conselho de Ministros: Primeiro-Ministro: Sergei Ling

Vice-Primeiro-Ministro: Vasily Dolgoliyov

Vice-Primeiro-Ministro: Gennady Novitski

Vice-Primeiro-Ministro: Valery Kokorev

Vice-Primeiro-Ministro: Vladimir Zametalin

Vice-Primeiro-Ministro: Leonid Kozik

Principais Ministros: Negócios Estrangeiros:

Ural Latypov

Agricultura: Yuri Moroz

Comunicações: Vladimir Goncharenko

Defesa: Alyaksandar Chumakov

Interior: Yuri Sivakov

Trabalho: Ivan Lyakh

Economia: Vladimir Shymev

Educação: Vasily Strazhev

Empreendimentos e Investimentos: Alyaksandar Sazonev

Finanças: Nikolai Korbut

Propriedade Estatal e Privatizações: Vasily Novak

Perfil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belarus

URAL RAMDRAKOVICH LATYPOV

Trata-se de especialista em Direito Internacional e ex-assessor do presidente Alexander Lukashenko para assuntos de política externa. É Coronel da Reserva.

PRINCIPAIS DADOS BIOGRÁFICOS:

- Natural da região do Bachkortostão. Nasceu em 1951.

- Estado civil: casado.

- Graduiu-se em Direito pela Universidade Estatal Lenine de Kazan, havendo realizado cursos de alto nível na antiga KGB, em Minsk, é doutor em Direito Internacional, é fluente em inglês e francês.

- De 1974 a 1989, atuou em diferentes agências da KGB na ex-União Soviética;

- De 1989 a 1994, foi titular da cátedra de disciplinas especiais e vice-chefe do Instituto Bielorusso de Segurança Nacional, encarregado da área científica.

A partir de 1994 atuou como assessor do presidente da república para assuntos externos. É também professor e tem trabalhos publicados na área de direito internacional.

Ministério das Relações Exteriores

Informação sobre o Casaquistão

Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Departamento da Europa Divisão da Europa — II

I. Apresentação

O Casaquistão é uma das maiores e mais importantes ex-Repúblicas soviéticas. Por sua localização estratégica, com longas fronteiras com a Rússia e

com a China, extensão territorial, recursos naturais (petróleo, gás, ferro, carvão, cobre, chumbo e outras reservas minerais) e influência sobre os demais países da Ásia Central, aliados à estabilidade política interna, o Casaquistão representa uma importante liderança regional.

As relações entre Brasil e Casaquistão apresentam boas perspectivas de incremento, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico e comercial. Entre todas as Repúblicas centro-asiáticas, surgidas do desmembramento da ex-URSS, o Casaquistão foi o país que tomou mais iniciativas de aproximação em relação ao Brasil. O Brasil reconheceu a independência do Casaquistão em dezembro de 1991. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1993. Foi proposta recentemente a criação, em caráter não-residente, da Embaixada do Brasil em Astana, cumulativa com a missão diplomática em Moscou.

Em razão do processo de transição pós-independência e das prioridades do cenário político regional, só a partir de 1995 o Governo casaque começou a voltar sua atenção para América Latina e, em especial, para o Brasil. Nesse contexto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Casaquistão esteve no Brasil para as cerimônias de posse do Senhor Presidente da República e, posteriormente, o Governo casaque propôs a realização de visita do Presidente Nursultan Nazarbaiev ao Brasil.

Por motivos de ordem interna, a visita do Presidente Nazarbaiev teve que ser adiada em mais de uma oportunidade. Os dois Presidentes, entretanto, mantiveram encontro em Nova York, à margem da Sessão Especial da AGNU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, mais recentemente, em janeiro passado, em Davos, Suíça, à margem do Foro Econômico Mundial. Nessa oportunidade, o Presidente da República reiterou o convite para que o Presidente casaque visitasse o Brasil e anunciou o envio a Akmola (atual Astana) de Missão de Alto Nível, chefiada pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava.

A Missão realizou-se em março último e logrou obter resultados positivos no aprofundamento do diálogo político com o Casaquistão e na avaliação das possibilidades concretas de cooperação e intercâmbio econômico e comercial entre os dois países. O Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos anunciou, naquela oportunidade, a criação da Embaixada do Brasil junto ao Governo do Casaquistão, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Moscou.

II. Avaliação das relações bilaterais

Perspectivas

Como elemento de especial interesse econômico para o Brasil, encontra-se a possibilidade de participação da Braspetro na exploração das reservas petrolíferas e de gás natural do Casaquistão. A Braspetro apresentou proposta de participar no consórcio formado pela Enterprise, inglesa, e a Repsol, espanhola, para exploração petrolífera no Mar Cáspio.

Além das promissoras perspectivas no setor de petróleo de gás, poderia haver possibilidade de presença brasileira nas áreas de serviços e de construção civil (oleodutos, gasodutos, pontes, estradas etc.).

O Presidente Nursulatan Nazarbaiev, no último encontro que manteve com o Senhor Presidente da República, propôs, além da cooperação com o Brasil no setor petrolífero, cooperação no campo da agricultura, possibilidade que poderia ser avaliada por esta Missão. Foi mencionado ainda pelo Presidente casaque interesse de seu país quanto ao sistema previdenciário brasileiro e com relação à construção de Brasília, uma vez que a nova capital casaque deverá ser inaugurada em junho próximo.

O Casaquistão poderia constituir-se ainda em interessante mercado e possível plataforma para os produtos brasileiros, facilitando sua entrada na China, na Rússia e demais países da Ásia Central.

Atos Bilaterais

Há três instrumentos jurídicos em negociação com o Casaquistão, que poderiam ser assinados por ocasião da visita ao Brasil do Presidente Nursulatan Nazarbaiev:

“Declaração sobre os Princípios Básicos das Relações Bilaterais:”

O texto definitivo já está acordado entre as partes, aguardando oportunidade para sua assinatura

“Acordo de Comércio e Cooperação Econômica”:

Foi apresentada contraproposta brasileira que se encontra em exame pelo lado casaque

“Protocolo de Consultas Políticas”:

O lado casaque apresentou propostas de emendas ao texto que se encontram em exame pelo lado brasileiro

O Casaquistão sugeriu também a assinatura de acordos para evitar a bitributação e para a promoção e proteção recíproca de investimentos. Estas duas propostas poderiam ser negociadas em etapa posterior, quando o adensamento do intercâmbio entre os dois países o justifique.

Comércio Bilateral

Intercâmbio Comercial		
Brasil/Casaquistão(US\$ mil-fob)	1996	1997
Exportações	374,58	521,70
Importações	1.347,59	456,72
Balança Comercial	- 973,01	64,98
Intercâmbio Comercial	1.722,17	978,41
Participação no total do comércio exterior brasileiro (%)	0,00%	0,00%

Principais produtos:

– Exportações: preparações alimentícias diversas, tabaco, vestuário e seus acessórios, café, chá, mate e especiarias, cacau e suas preparações, ferramentas, artefatos de cutelaria, talheres e instrumentos e aparelhos de ótica e médicos.

– Importações: papel e cartão, produtos químicos inorgânicos, pólvora e explosivos, fósforos, caldeiras, máquinas e aparelhos e instrumentos mecânicos, minérios, escórias e cinzas.

III. Conjuntura Política

Antecedentes históricos

A história do Casaquistão esteve ligada, desde cedo, à da Rússia e, ainda hoje, os laços políticos e econômicos entre os dois países permanecem sólidos.

Os casaques, palavra que significa “cavaleiros das estepes”, descendem de tribos nômades de origem turca e religião muçulmana. No século XVII, em face da ameaça de uma invasão mongol, os casaques solicitaram proteção ao czar russo. O perigo logo desapareceu, com a tomada dos territórios mongóis pelos manchus em 1758, mas os russos ficaram. O Império Russo retirou o poder dos chefes tribais e absorveu gradualmente o Casaquistão (século XIX). A abolição da servidão, em 1861, levou milhões de camponeses russos e ucranianos a se instalarem em terras casaques doadas pelo governo central, provocando ressentimentos na população nativa. Em 1916, uma grande rebelião contra o domínio russo foi brutalmente reprimida pelo Exército do czar.

Em 1936, o Casaquistão tornou-se uma República à parte dentro da URSS, depois de haver estado unida por dezesseis anos, desde 1920, a cinco outras nações da periferia do extinto Império Russo, formando o Turquestão. A imigração russa voltou a ser estimulada, de tal forma que, ao fim dos anos 30, já havia mais habitantes russos do que casaques no país. A etnia casaque só conseguiu superar novamente a população russa em 1989, graças a suas altas taxas de natalidade.

O processo de Independência

O Casaquistão foi palco da primeira explosão de nacionalismo no período da abertura soviética, depois da posse de Mikhail Gorbatchov, em 1985. A substituição, em dezembro de 1986, do chefe comunista local Dinmukhamed Kunaev por um burocrata russo, Genadi Kolbin, desencadeou uma onda de protestos. Conflitos étnicos irromperam no sul da república em junho de 1989. Nesse contexto, Kolbin foi transferido para Moscou e substituído pelo Primeiro-Ministro da República, Nursultan Nazarbaiev.

Defensor das reformas de Gorbatchov, Nazarbaiev assumiu a presidência em fevereiro de 1990, sendo confirmado, em abril, como resultado das primeiras eleições multipartidárias. Mantém o apoio a Gorbatchov contra a linha dura do Partido Comunista.

Com a derrota dos golpistas em agosto de 1991, o Partido Comunista do Casaquistão deixou de fazer parte do PC da União Soviética e mudou seu nome para Partido Socialista. O Casaquistão foi, assim, a última da ex-república soviéticas a proclamar a independência, tendo esperado até a criação da CEI, em dezembro de 1991, para dar esse passo. No mesmo mês, Nazarbaiev foi reeleito Presidente.

Em março de 1995, Nazarbaiev dissolveu o Parlamento, depois que o Tribunal Constitucional declarou inválidas as eleições de 1994, abrindo, assim, uma grave crise institucional. Nessas eleições, o partido do Presidente, o Congresso da Unidade Popular, havia conquistado maioria graças a fraudes, segundo o tribunal. Nazarbaiev passou, então, a governar por decreto, prometendo novas eleições.

No entanto, em abril o Presidente convocou um referendo sobre a extensão de seu mandato até o ano 2000. Vencendo o referendo por grande maioria, afirmou, na ocasião, que a extensão de seu mandato daria novo dinamismo às reformas. Em agosto, Nazarbaiev venceu outro referendo por larga margem desta vez sobre a nova Constituição que lhe outorga poderes mais amplos.

O alto grau de abertura ao capital estrangeiro é o traço mais marcante da economia do Casaquistão sob o governo de Nazarbaiev. O país tem atraído empresas ocidentais interessadas na exploração do petróleo do Mar Cáspio. As boas relações com o Ocidente foram facilitadas pela disposição do país em abrir mão do arsenal nuclear que herdou da extinta URSS, com sua adesão aos acordos do Start para eliminação de armas atômicas.

IV. Conjuntura Econômica

A economia do Casaquistão enfrenta as dificuldades de uma economia em fase de transição para

uma economia de mercado. O programa em curso, prevê reformas estruturais que incluem privatizações e a reestruturação dos setores empresarial e financeiro, entre outras medidas. Até o momento, o Banco Mundial já aprovou US\$1.189 milhões para 14 projetos no Casaquistão (4 operações de ajuste, 3 empréstimos de assistência técnica e 7 empréstimos de investimento/infra-estrutura).

O Casaquistão possui o segundo maior território entre as antigas repúblicas soviéticas. Com uma população pouco superior aos 17 milhões de habitantes, ou cerca de 6.2 habitantes por km², é um dos países mais escassamente povoados do mundo. Mais de 100 nacionalidades convivem no Casaquistão, sendo a maioria de casaques (40%) e eslavos (40%). A renda **per capita** é da ordem de US\$1.310 (1996).

Os principais recursos naturais encontrados no país são o petróleo, gás, e minérios, como o ouro, minério de ferro, carvão, cobre, cromo e zinco. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola, que representa 15% do PIB, enquanto o setor industrial representa 30%. O setor industrial casaque está praticamente todo voltado para o beneficiamento dos abundantes recursos naturais do país. A economia do Casaquistão mantém estreitos vínculos com as economias das ex-repúblicas soviéticas, e, em particular, com a Rússia. Desde a independência do país, entretanto, o comércio exterior foi rapidamente redirecionado para mercados fora da antiga URSS.

Em 1993, o Casaquistão deu início a um amplo programa de reformas econômicas com vistas à constituição de uma economia de mercado. Esse programa vem sendo apoiado pelos principais organismos financeiros internacionais, incluindo o Banco Mundial e o FMI. Como resultado, a inflação caiu de 1.160% (ano), em 1994, para 29% (ano), em 1996, e 12% (ano), em 1997.

Depois de haver sofrido queda ininterrupta em anos recentes, a produção estabilizou-se em 1996 e começou a crescer novamente. Conquanto a produção industrial tenha se estabilizado em 1995, a pior colheita de grãos no país em 30 anos e o virtual congelamento do investimento público contribuíram para a queda de 9% do PIB, em seqüência aos dois anos anteriores em que o PIB sofrera quedas ainda mais profundas. Em 1996, o crescimento do PIB foi de 0.5%. A taxa de desemprego está em torno de 12%.

A política fiscal também tem sido bem sucedida. A arrecadação fiscal caiu de 29% do PIB, em 1993, para 24% em 1996. O Governo logrou, todavia, uma queda geral do déficit fiscal de 7.2% do PIB, em 1994,

para 2.5% do PIB, em 1996. Ademais, em novembro de 1993, foram implementadas medidas de ajuste monetário com a introdução da moeda nacional, o *tenge*.

Reagindo à deterioração das condições econômicas, o Governo passou a acelerar as reformas. Foi adotado um programa anti-crise em julho de 1994 que introduziu um pacote revisto de reformas estruturais. A estabilização da economia associada às reformas estruturais no regime de comércio, levaram à melhora da situação externa. Em 1995, as exportações recuperaram-se levando a uma diminuição do **deficit** de US\$750 milhões, ou 4.2% do PIB, em 1994, para US\$520 milhões, ou 2.9% do PIB, em 1995. Em 1996, o **deficit** cresceu para US\$750 milhões, ou 3.6% do PIB. As reservas externas aumentaram para US\$2.0 bilhões em dezembro de 1996, equivalente a mais de três meses de importações.

O programa de reformas está, atualmente, em sua segunda fase, com a privatização de mais de 2/3 das pequenas e médias empresas e as privatizações, na área rural, de terras públicas e de uso coletivo. São crescentes os investimentos externos nas áreas do petróleo, gás e recursos minerais.

Segundo avaliação do Banco Mundial, as perspectivas econômicas do Casaquistão são altamente promissoras devido à abundância de recursos naturais (hidrocarbonos e minérios), dívida externa reduzida e mão-de-obra bem capacitada. A nova legislação referente a investimentos estrangeiros, impostos, petróleo e uso frutado do subsolo deverá melhorar o ambiente para as inversões externas nos próximos anos. Prevê-se que, já no início do próximo século, o Casaquistão tenha os meios para financiar sua balança de pagamentos com os investimentos estrangeiros, eliminando, assim, a necessidade de recorrer a fontes oficiais de crédito.

V. Mar Cáspio: a questão jurídica da repartição

Um dos principais elementos do quadro caspiano é a questão jurídica do **status** do Mar Cáspio, cuja repartição terá efeitos sobre a forma de exploração dos recursos naturais entre os cinco Estados ribeirinhos. A situação jurídica tomou-se indefinida com o colapso, em 1991, da antiga URSS. Os ricos depósitos situados no Cáspio, que eram no passado um recurso compartilhado entre a URSS e o Irã, passaram a ser reivindicados pelos novos Estados ribeirinhos independentes, a saber o Azerbaijão, o Turcomenistão e o Casaquistão, além da Federação da Rússia e do Irã.

A posição de princípio da Rússia é a de que o Cáspio teria as características de um lago, a ser controlado em condomínio pelos Estados ribeirinhos, enquanto que o Casaquistão deseja dividir o mar em zonas territoriais. Na disputa pelos importantes recursos, o Casaquistão vem advogando o estabelecimento de setores nacionais no Mar Cáspio, em oposição à tese defendida pela Rússia. A posição do Casaquistão é apoiada pelo Azerbaijão, enquanto o Turcomenistão se inclina pela posição russa, endossada pelo Irã. Os Estados Unidos da América apoiam a posição do Casaquistão e Azerbaijão, concedendo respaldo aos importantes interesses de suas companhias petrolíferas naquela região.

As tratativas sobre o **status** do Cáspio encontram-se num impasse há, já, bastante tempo. Uma vez que esse impasse não impediu a conclusão de diversos importantes contratos internacionais de parceria, inclusive com a decidida participação de empresas russas, tudo parece indicar existir um equilíbrio de forças estável na região e que a questão jurídica deverá encontrar caminhos para uma solução negociada.

VI. Dados Gerais

- Nome oficial: República do Casaquistão
 - Capital: Astana
 - Área: 2.717.300 km²
 - Divisões administrativas: 19 "oblastar" (singular: oblis) e 1 cidade ("calalar", singular: cala)
 - Localização: Ásia central, a noroeste da China
 - Fronteiras: total 12.012km, sendo 1.533km com a China, 1.051km com a Quirguízia, 6.846km com a Rússia; 379km com o Turcomenistão e 2.203km com o Uzbequistão.
 - O Casaquistão é banhado pelo Mar Aral (1.015km) e pelo Mar Cáspio (1.894km).
 - Disputas Internacionais: disputas relativas à delimitação de fronteiras do Mar Cáspio
 - População: 16.916.463 (1996)
 - Nacionalidade: casaque
 - Idiomas: casaque (40%) e russo (2/3 da população)
 - Moeda: *tenge*
- Governo
- Sistema de Governo: República Parlamentarista
 - Chefe de Estado: Presidente Nursultan Nazarbaiev, desde 22 de fevereiro de 1990 (últimas eleições)

realizadas em dezembro de 1991, a próxima deverá ocorrer no ano 2000)

- Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Akezhan Kazhegeldin, desde outubro de 1994

- Gabinete: indicado pelo Primeiro-Ministro

- Poder Judiciário: Suprema Corte

- Poder Legislativo: bicameral. Senado (eleições indiretas em dezembro de 1995, próximas em 1999) e "Majilis" (últimas eleições dezembro de 1995)

- Constituição: adotada em janeiro de 1993. Sofreu emendas em abril e agosto de 1995.

- Sistema eleitoral: sufrágio universal para maiores de 18 anos

- Principais partidos políticos: Partido da Unidade Popular (PUP), Partido Democrata, Congresso Popular do Casaquistão (PCK), Partido Socialista do Casaquistão (SPK), Partido Comunista, Partido Democrático Nacional, Partido Azat, União Camponesa do Casaquistão (KPU), Movimento Eslavo LAD, Partido da Justiça Social e da Recuperação Econômica "Tagibat", Partido Social-Democrata, Partido Republicano.

Indicadores sociais

- Religião: muçulmanos (47%), russos ortodoxos (44%), protestantes (2%) e outras (7%)

- Estrutura etária: 0-14 anos: 30%

- 15-64 anos: 63%

- maiores de 65 anos: 7%

- Taxa de crescimento populacional: - 0.15%

- Taxa de natalidade: 19,02 nascimentos/1000 pop.

- Taxa de mortalidade: 9,65 mortes/1000 pop.

- Mortalidade infantil: 63,2 mortes/1000 nascidos

- Expectativa de vida: homens 58,56 anos
mulheres 69,9 anos

- Composição étnica: casaques (41.9%), russos (37%), ucranianos (5.2%), alemães (4.7%), uzbeques (2.1%), tártaros (2%) e outros (7.1%).

- Alfabetização: 98% da população

Indicadores econômicos

- PIB: US\$ 46.9 bilhões

- Taxa de crescimento do PIB: - 8.9 %

- PIB per capita: US\$2.700

- Moeda: tenge (introduzida em novembro de 1993)

- Câmbio: US\$ 1 = 64 (1995) 54 (1994)

- Taxa de inflação: 60.3%

- Taxa de desemprego: 1.4%

- Força de trabalho: 7.356 milhões

- Recursos naturais: petróleo, gás natural, ouro, minério de ferro, cromo, zinco

- Terra cultivável: 15%

- Produtos agropecuários: grãos, trigo, algodão, lã e carne

- Taxa de crescimento da produção industrial: - 8%

- Principais indústrias: petróleo, carvão, minério de ferro, manganês, cimento, zinco, cobre, bauxita, ouro, prata, fosfatos, tratores e equipamentos agrícolas, motores elétricos, materiais de construção. Parte significativa das indústrias está fechada ou necessita de reparos.

- Exportações: US\$ 5.1 bilhões (1995)

- Principais produtos exportados: petróleo, metais ferrosos e não-ferrosos, produtos químicos, grãos, lã, carne e carvão

- Principais parceiros: Rússia, Ucrânia e Uzbequistão

- Importações: US\$ 3.9 bilhão (1995)

- Principais produtos importados: máquinas e suas partes, petróleo e gás

- Principais parceiros: Rússia e as outras ex-repúblicas soviéticas, China

- Dívida externa: US\$2.5 bilhões (dos quais, US\$1.3 bilhões com a Rússia)

Ministério das Relações Exteriores

Informação Geral sobre a Geórgia

Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Departamento da Europa Divisão da Europa - II

I. Introdução

Ao longo de sua história, a Geórgia alternou períodos de independência e de dominação estrangeira. Na antiguidade, seu território foi conquistado por gregos, persas e romanos. Tornou-se foco de disputas entre os impérios Persa e Bizantino e caiu em poder dos árabes em 654, quando um emirado muçulmano foi estabelecido em Tbilisi. Recuperaram a independência entre os séculos VIII e XIII, sob a dinastia Bagratuna, que fundou um império que se estendeu do Azerbaijão à Turquia. Em 1386, deu-se a invasão mongol, pondo fim à chamada Idade de Ouro georgiana. Em 1453, a tomada de Constantinopla pelos otomanos isolou o país do mundo cristão. Recorde-se a respeito que "mingrelianos e svans", dois importantes

sub-grupos étnicos da Geórgia, sofreram direta influência cristã ortodoxa, responsável pelo incentivo ao desenvolvimento de poderosa identidade nacional georgiana. Nos três séculos posteriores, a Geórgia esteve às voltas com repetidas invasões de otomanos e de persas, até que, em 1783, em troca de proteção, aceitou submeter-se ao Império Russo. Os russos anexaram a Geórgia no século XIX.

A Revolução Russa de 1917 abriu espaço para a formação de um Estado independente na Geórgia, em maio de 1918, sob um governo liderado por revolucionários mencheviques. O regime bolchevique russo reconheceu a independência da Geórgia em 1920, mas, no ano seguinte, invadiu o país transformando-o em uma República soviética. De 1922 a 1936, a Geórgia constituiu parte da chamada Federação Transcaucasiana Soviética, após o que se tornou uma República em separado. Os georgianos lograram cultivar o sentimento nativista durante todo o período soviético. Conjuntamente com a Armênia, por exemplo, a Geórgia pode manter e utilizar seu ancestral e singular alfabeto.

As aspirações nacionalistas da Geórgia voltaram a aflorar no quadro das reformas liberais do então-Presidente soviético Mikhail Gorbachev na segunda metade da década de oitenta. Em fevereiro de 1989, surgiu um movimento pela autonomia na Abcásia, na região noroeste do país. Nacionalistas georgianos responderam com uma série de manifestações, em Tbilisi, contra a secessão da Abcásia e pela independência da Geórgia. Em 8 de abril de 1989, tropas soviéticas reprimiram com violência os manifestantes. A indignação com a forte repressão sofrida pelos nacionalistas georgianos apressou a independência. Em novembro do mesmo ano, o Parlamento – dominado pelo ramo local do Partido Comunista – declarou a supremacia das leis da Geórgia sobre a legislação soviética. Os partidários da independência obtiveram a maioria esmagadora dos votos nas eleições legislativas de 1990 e elegeram Zviad Gamsakhurdia, um renomado intelectual e líder nacionalista, como seu presidente.

Em 9 de abril de 1991, o Parlamento proclamou a independência da Geórgia e, em maio, Gamsakhurdia foi eleito Presidente com 87% dos votos. Acusado de autoritário (prendeu líderes opositores, fechou partidos políticos, decretou a lei marcial), logo perdeu o apoio de seus aliados. Paralelamente, no norte, o governo lançou uma ofensiva contra a Ossétia do Sul, cuja população queria separar-se da Geórgia e vincular-se à Rússia.

O apoio de Gamsakhurdia à fracassada tentativa de golpe da linha dura comunista contra Gorbachev provocou uma rebelião de militares georgianos, em agosto de 1991, com a participação de membros dissidentes do governo. Entre setembro e dezembro, Tbilisi foi palco de violentos conflitos nas ruas. Em dezembro, Gamsakhurdia foi deposto e o país passou a ser governado por um Conselho de Estado organizado pela Guarda Nacional até a realização de eleições. As divergências não demoram a surgir, mas o risco de um confronto armado foi afastado pelo regresso, em março de 1992, de Eduard Shevardnadze, georgiano, que exerceu o cargo de chanceler soviético durante o governo de Gorbachev.

Designado presidente do Conselho de Estado, em abril, enfrentou rebeldes leais ao presidente deposto e o acirramento da luta na Abcásia. As eleições, em outubro de 1992, legitimaram Shevardnadze na presidência. Disputas internas para consolidar a sua posição conduziram ao estabelecimento por Shevardnadze do Conselho de Segurança Nacional e à criação de novo partido político, a “União dos Cidadãos Georgianos”. Como reação à perda de poder pelas milícias, o Presidente viu-se objeto de seguidos atentados no período 1992-95.

Em setembro de 1993, o Presidente Shevardnadze assumiu pessoalmente o comando das tropas georgianas em Sukhumi sob forte ataque rebelde. A cidade foi tomada pelos separatistas que seguiram avançando. Essas derrotas obrigaram a Geórgia a aderir à CEI, como condição para obter apoio da Rússia a um cessar-fogo.

Em dezembro de 1993, Gamsakhurdia suicidou-se. Persistiam focos de conflito em vários pontos do país e a posição de Shevardnadze ainda era frágil.

Em fevereiro de 1994, Shevardnadze e o Presidente Boris Ieltsin assinaram acordo de cooperação econômica e militar pelo qual a Rússia obteve o direito de manter três bases na Geórgia. Em março foi firmado um cessar-fogo com os rebeldes abcázios. A Abcásia promulgou nova Constituição e declarou-se um Estado soberano. Shevardnadze enfrentou a crescente ameaça de grupos rivais que desejavam tirá-lo do poder. Em agosto de 1995, sofreu um atentado do qual escapou.

A despeito de todas essas dificuldades, em novembro de 1995, cerca de 3,2 milhões de eleitores foram às urnas, pela primeira vez, para eleger o presidente e 225 parlamentares da Geórgia. Eduard Shevardnadze venceu os demais candidatos com 70% dos votos elegendo-se Presidente da Geórgia com um mandato de cinco anos. Sua posição ficou fortale-

cida após a vitória nas eleições de novembro de 1995, já sob a nova constituição do país. A “União dos Cidadãos Georgianos” arrebatou mais de 1/4 dos assentos no Parlamento. Com apoio popular, Shevardnadze teve condições para executar um programa de estabilização econômica, respaldado pelo FMI.

II. Política Interna

As eleições de novembro de 1995 representaram um passo de grande importância para a estabilidade política do país. O Presidente Eduard Shevardnadze assumiu o mandato por um período de cinco anos. As eleições parlamentares simultâneas asseguraram-lhe igualmente a maioria no Congresso georgiano e a Constituição de outubro outorgou-lhe poderes para levar adiante as reformas políticas e econômicas por ele iniciadas em 1994.

As principais metas anunciadas pelo Presidente à população foram: a melhoria dos salários e da qualidade de vida, o restabelecimento da integridade territorial do país mediante a solução adequada dos conflitos nas regiões da Ossétia do Sul e da Abcásia e a eliminação da criminalidade e da corrupção.

Conquanto se ainegável a crescente estabilidade política na Geórgia, as dificuldades econômicas e os conflitos regionais (Ossétia do Sul e Abcásia) são fatores que obstaculizam significativamente a concretização a curto prazo das promessas presidenciais. A médio prazo, contudo, há sinais que apontam para a recuperação da economia. No início de 1996, empresas petrolíferas do Reino Unido descobriram importantes reservas de combustível que poderão aliviar a crise energética crônica que enfrenta o país. Também foram descobertas grandes reservas de gás natural. A recuperação econômica do país, entretanto, parece depender particularmente de seu papel de território de trânsito da rota do comércio entre a Europa e o Azerbaijão e a Ásia Central. Nesse contexto, o acordo firmado em 1996 entre a Geórgia e o Azerbaijão para a construção de um oleoduto para transporte do petróleo até a costa da Geórgia no Mar Negro representa perspectiva promissora.

Principais Partidos Políticos:

– União dos Cidadãos da Geórgia (UCG):

Partido no poder, e que se apresenta como o veículo político por excelência de Shevardnadze. Tem caráter mais de movimento ou de frente do que propriamente de partido. Por isso, está sendo dividido em duas correntes, respectivamente com orientações de centro-direita (União Democrática Cristã) e de centro-esquerda (UCG), já visando ao pleito presidencial de 2000.

— Partido Democrático Nacional:

Mais influente agremiação de oposição. Partido que se considera sucessor do Partido Democrático Nacional existente no curto período anterior de independência da Geórgia, entre 1918 e 1921. Sua plataforma de ação coloca grande ênfase no combate à corrupção, bandeira utilizada para atacar a Administração Shevardnadze. Defende posições nacionalistas, inclusive a retirada das tropas russas da Geórgia.

— Governo Georgiano no Exílio (Abcásia):

Fator de pressão importante no cenário político interno da Geórgia. Propugna constantemente pela solução do conflito naquela província, bem como pelo retorno de refugiados georgianos.

— Partido Comunista Unido da Geórgia:

Liderado por Panteleimon Giorgadze. Não tem atraído significativos apoios.

— União para o Renascimento da Geórgia:

Partido que tem a frente importante cacique regional, Aslan Abashidze, Governador da Província de Adjara, cuja população, embora fale georgiano, é de maioria muçulmana, e ligada à Turquia. Abashidze é tido como o principal rival do UCG nas eleições presidenciais de 2000.

De acordo com dados divulgados, a “União dos Cidadãos Georgianos”, liderada pelo Presidente Eduard Chevardnadze, obteve 44,5% dos votos nas eleições parlamentares de 31 de outubro de 1999. O bloco de partidos de oposição liderado pela “União do Ressurgimento Democrático da Geórgia”, de Aslan Abachidze, Presidente do Parlamento da República Autônoma da Adjária, obteve 22,8% dos sufrágios.

Os eleitores georgianos elegeram 225 deputados, sendo 150 no âmbito de listas partidárias e 75 como resultado do voto majoritário. Os mandatos de dez deputados, representantes da Abcásia, que foram eleitos naquela República Autônoma em eleição anterior, foram prorrogados por mais uma legislatura uma vez que, atualmente, a Abcásia não está sob a jurisdição das autoridades georgianas.

A maioria obtida pelo partido de Chevardnadze significa a continuidade da política reformista e pró-ocidental do ex-Chanceler soviético e de seus esforços no sentido da admissão de seu país em instituições ocidentais, nomeadamente o Conselho da Europa, a Organização Mundial de Comércio e a OTAN. Chevardnadze declarou que “as eleições parlamentares do dia 31 de outubro constituíram uma sonora vitória da democracia e uma prova convincente de que a Geórgia deve ser reconhecida e admitida no Conselho da Europa”.

O bloco “Ressurgimento”, constituído de uma aliança heterogênea de forças anti-Chevardnadze, também apóia o processo de reformas e os contatos com o Ocidente mas em nível mais moderado, e defende uma atitude dura contra a corrupção e a ineficiência que assolam o país. Abachidze, potencial candidato às eleições presidenciais do próximo ano, é considerado um líder forte capaz de impor ordem na Geórgia.

III. Conflitos Separatistas na Geórgia

a) Ossétia do Sul

Primeiro desafio concreto à independência da Geórgia, o separatismo na região da Ossétia do Sul principiou a escalar a partir de 1989. As demandas nacionalistas na Ossétia do Sul nunca se revestiram de aspecto claro: alguns grupos pretendiam independência pura e simples; outros tentavam integrar a região à Rússia, em ligação com o território da Ossétia do Norte, república russa do Cáucaso Setentrional; e outros ainda consideravam apenas maior grau de autonomia dentro da própria Geórgia.

A reação do Governo Gamsakhurdia ao separatismo na Ossétia do Sul consistiu na supressão de seu “status” de região autônoma, em 1990. Em resposta, a Ossétia do Sul declarou a sua secessão da Geórgia. Irrompeu então conflito que já custou mais de mil vidas, deixando muitos refugiados, principalmente na Ossétia do Norte.

Em 1992, foi assinado acordo de cessar-fogo, e desde então uma força tripartite, compreendendo integrantes de Geórgia, Ossétia e Rússia vem garantindo a paz na região. Em maio de 1996, as partes renunciaram formalmente ao uso da força, e vem promovendo entendimentos pacíficos visando a equacionar o problema. Os laços econômicos entre Tbilisi e a capital da Ossétia do Sul, Tskhinvali, viram-se, na esteira das negociações encetadas, gradualmente restabelecidos.

O progresso no equacionamento da questão da Ossétia do Sul encontra-se mais avançado que o conflito na Abcásia. Ambas as partes parecem estar em busca de uma solução, embora subsistam problemas quanto à aceitação do “status” diferenciado do “Governo” da Ossétia do Sul. Indiretamente, porém, a crise do rublo auxilia nos entendimentos, visto que a moeda georgiana, o “iari”, apresenta perspectivas de longo prazo mais atrativas que a moeda russa, na formação da base econômica daquela província da Geórgia.

b) Abcásia

O conflito na Abcásia assumiu proporções calamitosas para a Geórgia. Ressalte-se que os abcásios não se encontravam em posição majoritária que especialmente desequilibrasse o arcabouço étnico em sua província. De acordo com censo de 1989, constituíam, com efeito, tão-somente 18% da população, enquanto étnicos georgianos perfaziam cerca de 45%. Desse ano em diante, principiaram os abcásios sua campanha por maiores direitos políticos e culturais, o que gerou escalada de tensões com a população georgiana local (a maioria integrante do sub-grupo étnico georgiano, conhecido como “Mingrelianos”). Da mesma forma como na Ossétia do Sul, variadas correntes propugnavam seja pela completa independência, seja pela união com a Rússia, em que os “Circassianos”, lingüisticamente similares aos abcásios, usufruíam de limitada autonomia.

O conflito eclodiu quando o então Ministro da Defesa da Geórgia, Tengiz Kitovani, enviou tropas à Abcásia em agosto de 1992. Os abcásios reagiram conduzindo sistemáticos ataques às forças invasoras, terminando por alcançar a vitória em outubro de 1993, no que se concretizou a expulsão quase total da comunidade georgiana da Abcásia. Mencione-se que na empreitada os abcásios contaram com apoio de circassianos, chechenos e voluntários de outras comunidades étnicas do Cáucaso Setentrional, ademais de expressivo suporte logístico russo, evidenciado pelo sofisticado armamento exibido pelos rebeldes.

A fim de neutralizar o velado apoio russo à causa abcásia, Shevardnadze anunciou, em outubro de 1993, que a Geórgia passaria a integrar a estrutura da Comunidade dos Estados Independentes – CEI em que a Rússia desempenha papel preponderante. A Rússia intermediou então a celebração de acordo de cessar-fogo, assinado em maio de 1994, e que previu a alocação de forças de paz russas na Abcásia. Os russos, desde então, têm conseguido colocar os abcásios sob pressão para negociar uma solução destinada a resolver o conflito, embora os georgianos considerem que a força de paz russa não tenha logrado auxiliá-los no retorno de refugiados georgianos.

As questões quanto ao “status” político da Abcásia e da volta dos refugiados georgianos permanecem em suspenso, não se prevendo a sua resolução no curto prazo. Shevardnadze ofereceu autonomia substancial à Abcásia, mas os georgianos são categóricos quanto à permanência da Abcásia no território da Geórgia. O Governo separatista abcásio mantém, por outro lado, posição firme em prol da indepen-

dência, decorrente de seu poderio militar superior. Os refugiados georgianos exercem, por sua vez, forte pressão por sua causa, o que faz com que ao Governo da Geórgia seja difícil adotar posições de maior compromisso.

Mencione-se que, em outubro de 1999, ocorreram eleições presidenciais na auto-proclamada “República da Abcásia”, tendo sido reeleito o líder separatista Vladislav Ardzinba. Paralelamente, foi realizado **referendum** em que a maioria absoluta da população confirmou a declaração de soberania daquela região com relação à Geórgia.

Tanto o Conselho de Segurança da ONU como o Conselho da Europa (que a Geórgia integra desde abril de 1999) consideraram as eleições e o **referendum** inaceitáveis e ilegítimos. O Presidente do Conselho de Segurança e Chefe da Delegação russa na ONU, Serguei Lavrov, declarou que tais eleições somente serão aceitáveis após a determinação do “status” político da Abcásia pela via da negociação e em respeito à soberania e integridade territorial da Geórgia, em suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. O Secretário-Geral do Conselho da Europa, Walter Schwimmer, declarou que as eleições ora realizadas, além de ignorarem a opinião de centenas de milhares de pessoas que fugiram da Abcásia, podem influenciar negativamente o processo de paz na região.

O Presidente Eduard Shevardnadze, por seu turno, considerou as eleições “ilegais e não democráticas”, criticando ainda duramente a presença de observadores russos, inclusive de representantes da Duma de Estado. O Presidente georgiano referiu-se à “política dúbio” da Rússia e afirmou que os parlamentares georgianos que participarão da próxima sessão regular da Assembleia Interparlamentar da CEI apresentarão protesto pela atitude da Duma de Estado e que a permanência da Geórgia na quele corpo dependerá da resolução a ser adotada sobre a questão. Por outro lado, Shevardnadze expressou satisfação com a postura que tem sido adotada pelo MID, atualmente de apoio claro à integridade territorial da Geórgia.

O conflito na Abcásia tem atraído o concurso de outros atores externos na tentativa de buscar-se um acordo entre as partes, a exemplo da própria ONU, e da OSCE. Para o lado abcásio, a questão central reside no estabelecimento de sua soberania plena; já para a Geórgia, o problema diz respeito ao retorno dos refugiados da guerra. No entanto, observam-se sinais de certa distensão entre as partes conflitantes, desde a última escalada de confrontos, ocorrida em maio de 1998. Registre-se que ambos os lados têm conseguido controlar facções e milícias irregulares, o

que significa que nenhuma das partes acredita numa solução exclusivamente militar para o conflito. Estima-se que o presente impasse ainda deverá persistir, em 1999, no tocante à evolução da questão.

IV. Economia

A economia georgiana é tradicionalmente baseada na agricultura, havendo, contudo, se beneficiado de maciços investimentos soviéticos na indústria, do que fornece exemplo a usina siderúrgica de Rustavi, construída para abastecer o mercado interno no antigo regime, e com acesso a energia e insumos subsidiados. Os termos favoráveis de troca com a Rússia fazem, no entanto, parte do passado, devendo a Geórgia agora adaptar-se às condições ditadas pelos mercados mundiais.

A demanda externa por metais e maquinário produzidos pela Geórgia, por exemplo, encontra-se em baixa e número expressivo de técnicos estrangeiros qualificados deixou o país, em desdobramento à guerra civil, emigrando em busca de novas oportunidades. A economia informal, diante do quadro de retração generalizada, vê-se em franco crescimento, compondo já a metade do PIB do país, estimado oficialmente em US\$6.8 bilhões (1998).

A Geórgia se insere dentre as ex-Repúblicas soviéticas que mais sofreram com o colapso da antiga URSS. Seus problemas econômicos derivam não apenas do cho que nos temos de troca e dos maiores preços para insumos e energia pelo lado da importação, como também das consequências da guerra civil e da ruptura dos canais tradicionais de comércio.

Após período de crônica inflação (ex: 15000%-1994) e desaceleração industrial, a economia voltou a estabilizar-se a partir dos últimos dois anos. Cite-se que o índice inflacionário em 1998 se situou em torno de 10%. A tendência tem sido no sentido da recuperação e da estabilização macroeconômica da Geórgia. Por outro lado, o crescimento da dívida externa (US\$1,3 bilhão-1997) e do déficit comercial (US\$675 milhões-1997) e o baixo investimento externo são dificuldades que obstaculizam a implementação das reformas estruturais desejadas.

A Rússia é o maior parceiro comercial da Geórgia, a despeito dos problemas de transporte através do Cáucaso, uma vez que a estrada principal e as estradas de ferro que passam pela região da Abcásia permanecem fechadas. A balança bilateral registra 27% do total das exportações, que atingiram US\$377,3 milhões em 1997, para a Rússia e 22% de importações georgianas da quele país, no idêntico pe-

ríodo. A Turquia, o Azerbaijão e a Armênia são outros importantes parceiros comerciais da Geórgia.

No tocante ao processo de privatização e reforma estrutural da economia, vale destacar que até o final de 1996 mais de 90% das pequenas empresas haviam sido privatizadas, inclusive com a participação acionária dos empregados. Ademais, a "Lei de Propriedade da Terra Agrícola", de 1996, instituiu e normatizou o direito à propriedade privada da terra. Por outro lado, foi pequeno o avanço na privatização de médias e grandes empresas. O Governo ainda detém significativa participação no controle acionário das mesmas.

Em resumo, valeria mencionar que, a despeito dos avanços evidenciados desde a independência do país, as dificuldades internas enfrentadas pela Geórgia, como a crise energética e os conflitos regionais na Abcásia e na Ossétia do Sul, bem como a falta de incentivos fiscais, a privatização ainda restrita, a precariedade da infra-estrutura e os problemas sérios de corrupção, não têm contribuído para elevar o ingresso de capital estrangeiro no país, tão necessário à recuperação e reestruturação plena da economia georgiana. Além das reformas estruturais (privatização, reforma do sistema bancário, reforma fiscal, etc), a maior esperança de investimentos do país parece residir ainda em sua condição de passagem do comércio de petróleo do Azerbaijão para o Mar Negro.

Mencione-se, por fim, que a admissão da Geórgia na Organização Mundial do Comércio-OMC, em outubro de 1999, foi classificada pelo Presidente Eduard Shevardnadze como um evento de significado comparável ao ingresso do país na ONU. Segundo o Presidente, a Geórgia poderá agora competir no mercado internacional e sua admissão na OMC permitirá o acesso, sem restrições, de empresas estrangeiras aos mercados georgianos e vice-versa.

Os principais produtos de exportação da Geórgia constituem metais não preciosos, ligas ferrosas (4% do mercado europeu), artigos de joalheria e equipamento industrial. Os principais produtos de importação, por sua vez, são: insumos e matérias-primas, alimentos e maquinário em geral.

V. Política Externa

a) Relações com a Rússia

A Geórgia, em função de seus conflitos internos, possui posição política e econômica vulnerável diante da Rússia. O reconhecimento desse fato tornou praticamente obrigatório o ingresso do país na CEI, que se deu em 1993, após hesitação inicial decorrente do receio quanto à hegemonia russa.

A despeito de determinado nível de apoio prestado pelos russos aos abcásios no conflito em 1993-94, as relações entre os dois países vêm demonstrando melhora: no quadro da visita do Chanceler Ivanov à Geórgia, em setembro passado, os russos reafirmaram seu suporte à integridade territorial da Geórgia, emitindo declaração pela qual consideraram a Abcásia como "parte integrante da Geórgia". Na mesma ocasião, Ivanov afirmou, com relação às "eleições presidenciais" havidas em outubro de 1999 na província à revelia da comunidade refugiada, que a posição russa está claramente expressa na resolução do Conselho de Segurança da ONU de 30 de julho último, e que descreve as assim chamadas eleições na Abcásia como "ilegais e inaceitáveis".

Com efeito, a presença de parlamentares russos na qualidade de observadores das eleições na Abcásia causou um certo mal-estar entre Tbilisi e Moscou e demonstrou subsistirem posições divergentes sobre o assunto. Cite-se que a atitude geral, entretanto, mesmo na Duma de Estado, é contrária à secessão da Abcásia, e a posição oficial de observância à Resolução do Conselho de Segurança e de respeito à integridade territorial da Geórgia foi reiterada pelo porta-voz do MID, Vladimir Rakhmanin, em comunicado emitido no dia seguinte ao das eleições. A Geórgia reconhece o papel fundamental da Rússia na questão da Abcásia e, em conferência de imprensa realizada em meados de outubro, o Embaixador da Geórgia em Moscou declarou que as tropas de paz russas deveriam assumir mais funções a fim de garantir controle mais eficaz na região e recordou que a Geórgia propôs a extensão da permanência das tropas russas por mais seis meses.

Cite-se que a posição predominante de influência russa no espaço geopolítico da antiga URSS vê-se gradualmente minada na esteira do enfraquecimento da estrutura da CEI. O chamado Pacto GUUAM, cujo nome deriva das iniciais dos países integrantes, e que é constituído por Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia, vem se apresentando como instância alternativa aos laços comerciais e de segurança no âmbito da CEI. O que começou em 1996-97 como um simples grupo de consultas em torno da questão do fluxo e transporte regional de bens e mercadorias, evoluiu para um arranjo coletivo de segurança informal no flanco sul da Federação da Rússia.

Cabe frisar que os cinco Estados pertencentes ao pacto têm em comum a ligá-los a desconfiança com relação a potenciais intenções hegemônicas regionais russas. O grupo GUUAM, conforme analisado

por especialistas, pode oferecer oportunidade para maior envolvimento de países da OTAN e da UE em região sob nítida esfera de influência russa nos últimos séculos. A cooperação econômica na área do pacto GUUAM pode dar-se igualmente não em necessário benefício da Rússia, a exemplo do eixo Geórgia-Azerbaijão, que já se configura como a principal rota de escoamento das exportações azeris e kazaques de petróleo do mar Cáspio.

Assinale-se que Geórgia, Azerbaijão e Uzbequistão não revalidaram em março de 1999 a sua participação no Tratado de Segurança Coletiva da CEI, em decisão que expôs a tendência atual de formação de novos reagrupamentos de interesses regionalizados. A fim de contrabalançar o novo pacto, a Rússia vem incentivando a celebração de união aduaneira e projeto de integração econômica com Bielorrússia, Casaquistão, Quirguízia e Tajiquistão. Também para esse fim, a Federação da Rússia vem igualmente mantendo ativa presença militar na Armênia e no mencionado Tajiquistão.

Relações com o Ocidente

A Geórgia tem mantido boas relações com países ocidentais e, desde 1994, participa do programa "Parceria para a Paz", em conjunto com a OTAN. Tem havido alguma ajuda financeira norte-americana, mas pequeno interesse político dos EUA naquele país, aparte a possibilidade de que possa constituir-se em rota alternativa para a exportação do petróleo do Azerbaijão. A União Europeia, por sua vez, teve seu interesse despertado para a Geórgia no contexto da estratégia que vem desenvolvendo, de cultivar relações com o grupo de países do flanco sul da ex-União Soviética, isto é, Geórgia, Azerbaijão e Uzbequistão, a fim de contrabalançar a excessiva influência da Rússia, e a ascendente influência dos EUA, na região. Em 1996, Geórgia, Armênia e Azerbaijão assinaram com a UE acordo de cooperação e parceria.

b) Relações com a Turquia

A Geórgia tem desenvolvido boas relações com a Turquia, embora o apoio da mídia turca à causa abcásia seja fonte de irritação para o Governo georgiano. Cite-se que a fronteira entre os dois países permaneceu sempre aberta. A Turquia tem apoiado os planos para a construção de oleoduto que atravessaria a Geórgia, a partir do Azerbaijão.

VI. Relações com o Brasil

Após a desintegração da antiga União Soviética, o Governobrasileiro reconheceu independência da República da Geórgia em dezembro de 1991. As

relações diplomáticas foram estabelecidas em 28 de abril de 1993. A Embaixada do Brasil em Moscou foi designada, em 1996, como representante dos interesses do país na Geórgia. Em função sobretudo dos problemas internos naquele país, que somente agora dá os primeiros sinais de estabilização política e econômica, as relações bilaterais apesar de amistosas não avançaram de forma significativa.

O comércio bilateral é ainda incipiente, embora as exportações brasileiras tenham saltado de apenas US\$3 milhões em 1996 para US\$22 milhões em 1998, sendo a maioria de soja em grãos. Além das questões internas previamente assinaladas como entrave a um maior intercâmbio comercial, o desconhecimento recíproco dos respectivos mercados e das oportunidades de negócios também são fatores que obstaculizam o incremento do comércio. Acordos de cooperação para intercâmbio de tecnologias – como na área bancária – poderiam também constituir uma excelente oportunidade para o estreitamento dos vínculos entre os dois países.

Em 1997, o empresário Israel Klabin acompanhado de missão empresarial visitou a Geórgia. Nessa ocasião, foi recebido pelo Presidente Eduard Shevardnadze, numa clara indicação que o país precisa e deseja diversificar parcerias e estreitar os laços de cooperação e intercâmbio comercial com países como o Brasil.

VII. Dados Gerais

População: 5,4 milhões (1997)

Área: 69.700km²

Densidade demográfica: 78,91 hab/km²

Força de Trabalho: 2,6 milhões

Sistema de Governo: República presidencialista. Parlamento unicameral, 235 membros eleitos pelo voto direto. Últimas eleições: novembro de 1995.

Constituição em vigor: 1995

Divisões administrativas: duas Repúblicas autônomas. Abcásia e Ajaria

Principais autoridades:

Presidente – Eduard Amvrosiyevich Shevardnadze

Ministro da Economia – Vladimer Papava

Ministro dos Negócios Exteriores – Irakli Menagharishvili

Porta-Voz do Parlamento – Zurab Zhvania

Relações bilaterais:

Relações diplomáticas estabelecidas em 28 de abril de 1993 e criação de Embaixada cumulativa com Moscou em 13 de dezembro de 1996.

Principais convites existentes:

Não há registro de convites para visitas de autoridades brasileiras à Geórgia ou de autoridades georgianas ao Brasil.

Principais acordos existentes:

Não há registro de acordos bilaterais.

Principais acordos em negociação ou de interesse de uma das partes:

Não há registro de acordos propostos ou em negociação.

Principais iniciativas bilaterais:

O empresário Israel Klabin e comitiva foi recebido pelo Presidente Eduard Shevardnadze, em 1997.

VIII. Dados econômicos

— PIB: US\$6,8 bilhões (1998)

— Crescimento do PIB: 2,9% (1998)

— Renda **per capita**: US\$1.080

— Composição do PIB: 70.4% agricultura, 10.2% indústria, 19.4% serviços

— Inflação: 7,1% (1997)

Comércio exterior:

— Exportações: US\$377 milhões (1997)

— Principais produtos: cítricos, chá, vinho e outros produtos agrícolas; maquinário variado; ferro e metais não-ferrosos; têxteis; químicos e reexportação de combustíveis

— Principais parceiros: Rússia, Turquia, Armênia e Azerbaijão

— Importações: US\$1,05 bilhão (1997)

— Principais produtos: combustível, grãos e combustíveis, maquinário e peças de reposição, equipamento para transporte

— Principais parceiros: Rússia, Azerbaijão e Turquia

Intercâmbio Comercial Brasil-Geórgia:

1996

Exportações brasileiras: US\$3,5 milhões

Importações brasileiras: US\$00,00

1997

Exportações brasileiras: US\$24,3 milhões

Importações brasileiras: US\$406 mil

1998

Exportações brasileiras: US\$22,1 milhões

Importações brasileiras: US\$925 mil

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 164, DE 2001

(Nº 743/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e como disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Os méritos do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de julho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 190/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 10 de julho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum-vitae** do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe de Seixas Corrêa**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

Ministro de Primeira Classe

Marco Antônio Diniz Brandão

Nascido em Belo Horizonte/MG, 7 de março de 1949. Filho de Wanderley Gomes Brandão e

Circéa Diniz Brandão.

CPF: 30724384715

Cl: 5303

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, UFF/RJ. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 15 de janeiro de 1974.

Segundo Secretário, merecimento, 2 de fevereiro de 1978.

Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 29 de junho de 1987.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 24 de junho de 1993.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 27 de junho de 2000.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1974.

Assistente do Chefe do Departamento Cultural, 1974/75.

Assistente do Chefe da Divisão da África-II, 1976/77.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1983/85.

Subchefe da Secretaria de imprensa, 1987/89.

Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul, 1992/1994

Diretor-Geral do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, 1997/2001.

Bissau, Encarregado de Negócios, em Missão Transitória, 1975.

Washington, Terceiro Secretário, 1977.

Washington, Segundo Secretário, 1978/79.

Washington, Primeiro Secretário, 1980/81.

Maputo, Primeiro Secretário, 1981/83.

Maputo, Encarregado de Negócios, 1983.

Paris, Conselheiro, 1989/92.

Roma, Ministro-Conselheiro (FAO), 1994

VI Sessão do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil/Estados Unidos da América.

Washington, 1979 (assessor).

Comissão Mista Brasil/Moçambique, Maputo, 1982 (assessor).

Comitê de Contribuições da ONU, 1983/85 (membro).

XX Período de Sessões da CEPAL, Lima, 1984 (delegado).

XXXIX Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1984 (assessor).

XLI Reunião Anual Conjunta das Assembléias de Governadores do FMI e do BIRD, Washington, 1986 (delegado).

Reuniões do Grupo dos 24 (países em desenvolvimento) e do Comitê Interino do FMI, Washington, 1987 (delegado)

Comitiva do Ministro de Estado da Fazenda em visita aos Estados Unidos da América, à Grã-Bretanha, à França, à República Federal da Alemanha, à Suíça, à Itália e ao Japão, 1987.

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita ao Peru, ao México, à Venezuela e à Costa Rica, 1987.

Comitiva do Senhor Presidente da República na reunião de Oito Presidentes Latino-Americanos, Acapulco, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado na III Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, Punta del Este, 1987.

Comitiva do Ministro de Estado em visita ao Paraguai, 1987.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores nas posses dos Presidentes Shankar, do Suriname, Borja, do Equador, e Stroessner, do Paraguai, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República nos encontros com os Presidentes da Argentina e do Uruguai, Anchorena, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita oficial à Colômbia e à Bolívia, 1988.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em visita à China e à Venezuela, 1988.

Comitiva do Senhor Presidente da República na II Reunião de Presidentes Latino-Americanos, Punta del Este, 1988.

Comitiva do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na XVIII Assembléia-Geral da OEA, El Salvador, 1988.

À disposição do Comandante da UNAVEM, Angola, 1989.

Reuniões do Clube de Paris para a renegociação das dívidas da Nigéria, 1990, Polônia, 1990, e

Zâmbia, 1992, e para o reescalonamento da dívida do Brasil, 1991 (delegado).

VIII, IX e XII Reuniões do Grupo Mercado Comum, Montevideu e Assunção, 1992, 1993 e 1994 (delegado)

I e II Reuniões Extraordinárias do Grupo Mercado Comum do Mercosul, Montevideu e Assunção, 1993 (delegado)

III e V Reuniões do Conselho do Mercosul, Montevideu e Colônia, 1992 e 1994 (delegado)

Comitiva do Senhor Presidente da República em visita oficial à Argentina e ao Uruguai (1993)

Reuniões de Planejamento Político e Econômico com a Índia, o Japão e a China, em Nova Delhi, Tóquio e Pequim, 1993 (membro da Delegação)

37ª a 40ª Sessões do Comitê de Políticas e Programas do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1994/1995 (chefe ou subchefe das Delegações)

I e II Sessões Extraordinárias e VI Sessão Regular da Comissão de Recursos Genéticos da FAO, Roma, 1994, 1995 e 1996 (chefe ou subchefe das Delegações)

107ª a 111ª Sessões do Conselho da FAO, Roma, 1994 a 1996 (subchefe das Delegações)

21ª Sessão do Comitê de Pescas da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação)

12ª Sessão do Comitê de Florestas da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação)

Reuniões Ministeriais da FAO sobre Pescas e Florestas, Roma, 1995 (delegado)

13ª Sessão do Comitê de Agricultura da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação)

60ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, Roma, 1995 (delegado)

54ª Sessão da Junta Executiva do FIDA, Roma, 1995 (delegado)

28ª Sessão da Conferência da FAO, Roma, 1995 (subchefe da Delegação)

I e II Sessões Regulares e I Sessão Anual da Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos, Roma, 1996 (subchefe da Delegação)

Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, 1996 (chefe da Delegação)

XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, 1996 (chefe da Delegação)

IV conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, 1996 (chefe da Delegação)

Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Fazenda (1985/1987).

Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Ordem de Francisco de Miranda, II Classe, Venezuela.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, França.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

TAILÂNDIA

MAÇO INFORMATIVO

Senado Federal

Junho de 2001

Departamento da Ásia e Oceania

Divisão da Ásia e Oceania – II

I – DADOS BÁSICOS:

SUPERFÍCIE: 513.115 Km²

POPULAÇÃO (EM MILHÕES):

2000— 61,94

1999— 61,66

1998— 61,47

DENSIDADE DEMOGRÁFICA:

CENTRAL (NÃO INCLUINDO A CAPITAL) – 137,8

SUL — 113,9

NORDESTE — 122,9

NORTE – 67,0

CAPITAL (BANGKOK) — 4.028,09 habitantes

RELIGIÃO:

BUDISTAS — 94,6%

MAOMETANOS – 4,6%

CRISTÃOS – 0,72%

OUTROS – 0,98%

MORTALIDADE INFANTIL: 4,06/1000 (1998)

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: 31,44 MILHÕES (2000)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA:

SETOR AGRÍCOLA – 14,15 MILHÕES (45%)

SETOR NÃO-AGRÍCOLA – 17,29 MILHÕES (55%)

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO:
 0,4% (2000)
 0,3% (1999)
 1,1% (1998)
 DESEMPREGO:
 3,6% (2000)
 4,2% (1999)
 4,4% (1998)
 NÚMERO DE LEITOS DE HOSPITAL POR
 1000 HABITANTES: 2,17 (1998)
 NÚMERO DE MÉDICOS POR 1000
 HABITANTES: 0,23% (1999)
 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB):
 2000 — US\$135,0 BILHÕES
 1999 — US\$123,7 BILHÕES
 1998 — US\$112,2 BILHÕES
 RENDA **PER CAPITA** :
 2000 — US\$2.168
 1999 — US\$1.950
 1998 — US\$1.766
 CRESCIMENTO DO PIB:
 2000 — 4,2%
 1999 — 4,1%
 1998 — 10,4%
 ORIGEM DO PIB:
 1999
 AGRICULTURA — 10,0%
 INDÚSTRIA — 33,0%
 CONSTRUÇÃO — 3,5%
 SERVIÇOS — 54,4%
 1998
 AGRICULTURA -11,7%
 INDÚSTRIA — 30,7%
 CONSTRUÇÃO — 4,1%
 SERVIÇOS — 53,5%
 Obs: em serviços estão incluídos ban cos, trans-
 portes e comunicações.
 INFLAÇÃO:
 2000 — 1,6%
 1999 — 0,3%
 1998 — 8,1%
 MOEDA: BAHT (1 BAHT = 100 SATANGS)
 TAXA DE CONVERSÃO (EM US\$): 1.00 US\$ =
 40,16 BAHT (TAXA MÉDIA EM 2000)
 ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
 VARIAÇÃO PERCENTUAL):
 2000 — 1,6%
 1999 — 0,3%

1998 — 8,1%
 COMÉRCIO EXTERIOR (MILHÕES DE
 DÓLARES):
 2000
 EXPORTAÇÕES (FOB): 67.942
 IMPORTAÇÕES (CIF): 62.423
 SALDO: 5.519
 Total do intercâmbio:130.365
 1999
 EXPORTAÇÕES (FOB): 56.800
 IMPORTAÇÕES (CIF): 47.529
 SALDO: 9.271
 Total do intercâmbio:104.329
 1998
 EXPORTAÇÕES (FOB): 52.878
 IMPORTAÇÕES (CIF): 40.643
 SALDO: 12.235
 Total do intercâmbio:93.521
 COMÉRCIO BRASIL-TAILÂNDIA (MILHÕES
 DE DÓLARES):
 2000
 EXPORTAÇÕES (CIF): 254,58
 IMPORTAÇÕES (FOB): 177,53
 SALDO: 77,05
 Total do Intercâmbio: 432,11
 1999
 EXPORTAÇÕES (CIF): 245,29
 IMPORTAÇÕES (FOB): 96,80
 SALDO — 148,49
 Total do intercâmbio:342,09
 1998
 EXPORTAÇÕES (CIF): 160,55
 IMPORTAÇÕES (FOB): 150,76
 SALDO: 9,79
 Total do intercâmbio:311,31
 Fontes:
 (1) Key Economic Indicators, Bank of Thailand,
 January 2001;
 (2) BOI Investment Review, Board of Investment
 of Thailand, March 2001 – www.boi.go.th;
 (3) National Statistical Office – www.nso.go.th;
 (4) National Economic and Social Development
 Board (NESDB) – www.boi.go.th; e
 (5) Department of Business Economics –
 www.moc.go.th/thai/dbe.

II — EVOLUÇÃO HISTÓRICA:

O primeiro reino tailandês unificado data do sé-
 culo XII. Nos séculos seguintes, sua hegemonia che-
 gou a alcançar regiões da Malásia e do Império

Khmer, respectivamente ao sul e a leste. A capital tornou-se Bangkok em 1767, quando os birmaneses saquearam a antiga capital, Ayutthaya. No século XIX, os reis siameses Mongkut (1851-1868) e Chulalongkorn (1868-1910) impediram que o país se transformasse em colônia européia. A monarquia constitucional foi estabelecida em 1932 e nas quatro décadas seguintes o país foi governado por militares, até o levante que depôs o último líder militar em 1973. Seguiram-se governos civis entremeados por golpes militares quase sempre não-sangrentos instauradores de regimes de curta permanência, em um processo de crescente distanciamento dos militares do poder. O país enfrenta agora o desafio de consolidar a democracia. A nova Constituição, a décima-sesta desde 1932 e aprovada em novembro de 1997, determina que tanto deputados quanto senadores serão eleitos por sistema proporcional; anteriormente, os senadores eram indicados pelo Rei.

III – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

A Tailândia é uma monarquia constitucional. O Chefe de Estado é o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX), entronizado em 1946.

O país se divide em 7 regiões. O Parlamento é bicameral: o Senado é composto por 200 membros eleitos pelo voto direto, com mandato de seis anos; a Casa dos Representantes com 500 membros, sendo 400 eleitos pelos legislativos regionais e 100 pelo voto direto, com mandato de 4 anos.

IV – CONJUNTURA POLÍTICA:

As eleições de 2001:

O partido “Thai Rak Thai” (Tailandeses Amam Tailandeses), fundado há aproximadamente dois anos pelo Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra, foi o grande vencedor das eleições gerais de 6 de janeiro de 2001. Pela primeira vez na história da Tailândia, uma agremiação política logrou uma vitória eleitoral que lhe garante mais de 50% dos assentos no Parlamento. Os Thai Rak Thai conquistaram 257 das 500 cadeiras na Casa dos Representantes, deixando aos Democratas, partido do então Primeiro-Ministro Chuan Leekpai, representativo das forças mais tradicionais da política do país, 127 cadeiras. O “Chart Thai” (Nação Tailandesa) obteve 39 cadeiras, o Nova Aspiração, 35, o “Chart Pattana” 29, o “Seritham” 11 e o Ação Social e o “Rassadom” um representante cada.

O Primeiro-Ministro Thaksin, no entanto, apesar da segura maioria parlamentar, montou um Governo que conta com a presença de expoentes de outras forças

políticas, inclusive pela necessidade de respaldo em face do próximo julgamento, pela Corte Constitucional, de acusações de falsidade em declarações de renda do milionário das telecomunicações que correm na Comissão Nacional contra a Corrupção. Em relação a isso, espera-se que a vitória eleitoral expressiva influencie no julgamento da questão, mas pesa, ainda, sobre o novo Governo, o risco da impugnação.

Entre alguns investidores estrangeiros ocidentais substancia-se o temor, provavelmente excessivo, de que a administração Thaksin venha mobilizar as massas no intento de propor a revisão de compromissos do país com os credores internacionais, particularmente o FMI e o Banco Mundial. Aqueles que professam essa posição de desconfiança alegam que o Primeiro-Ministro, por seus vínculos estreitos com industriais e banqueiros locais, pode buscar favorecer os setores de característica mais nitidamente nacional ou sub-regional, através de um retardamento no processo de liberalização da economia. Contribuem para essa posição os sinais de exacerbação do nacionalismo tailandês, principalmente entre as muitas lideranças empresariais locais que teriam perdido terreno nos últimos anos.

Evolução recente:

A política interna da Tailândia, desde o início do atual governo, se caracteriza pela ameaça de cassação do Primeiro-Ministro. Note-se, aliás, que foi eleito com expressiva maioria quando já se sabia que seus direitos políticos poderiam ser suspensos por cinco anos. Este é o veredicto que a Comissão Nacional de Luta contra a Corrupção recomendou que a Corte Constitucional, competente para a causa, acate. Thaksin Shinawatra é acusado de ocultar, pela transferência fraudulenta de ações de sua propriedade para familiares e servidores domésticos, parte de seus bens quando assumiu funções ministeriais em 1997.

Em 18 de junho de 2001, o Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra compareceu pessoalmente pela primeira vez à Corte Constitucional para a última audiência de seu processo por ocultação de bens. Reconheceu ter errado em suas declarações de bens de 1997, mas afirmou que não agiu de má-fé. Não apresentou à Corte, porém, nada além do que seus advogados já haviam submetido à Justiça. A pena, que deverá ser decidida proximamente, que poderá ser de cinco anos de suspensão dos direitos políticos.

Não se sabe, entretanto, qual seria o comportamento de Thaksin caso a Corte Constitucional suspenda seus direitos políticos. Já se manifestou com conformismo e resignação em face dessa hipótese. Sabe-se ao mesmo tempo que poderia, como alguns

de seus próximos já fizeram saber, contestar em cortes comuns uma eventual condenação da Corte Constitucional. Este seria um processo longo e complicado, por ser inédito, mas não impossível. Teria, entretanto, que se licenciar e o país não escaparia ao mesmo problema de instabilidade política.

V — COMPOSIÇÃO DO GOVERNO (18-2-2001) E CURRÍCULOS DOS PRINCIPAIS DIGNITÁRIOS

Primeiro-Ministro:

Thaksin Shinawatra (Partido Tailandeses Amam Tailandeses – Thai Rak Thai)

Vice-Primeiros-Ministros:

Gen Chavalit Yongchaiyudh (Partido da Nova Aspiração)

Suwit Khunkitti (Tailandeses Amam Tailandeses)

Pitak Intravitayanant (Tailandeses Amam Tailandeses)

Pongpol Adireksarn (Tailandeses Amam Tailandeses)

Dej Boon-long (Partido da Nação Tailandesa – Chart Thai)

Ministros Adjuntos ao Gabinete do Primeiro-Ministro (sem-pasta)

Krasae Chanawong (Nova Aspiração)

Gen Tharnmarak Israngkura Na-Ayutaya (Tailandeses Amam Tailandeses)

Jaturon Chaisang (Tailandeses Amam Tailandeses)

Somsak Thepsutin (Tailandeses Amam Tailandeses)

Agricultura e Cooperativas:

Chuchief Harnsawad (Tailandeses Amam Tailandeses)

Vice-Ministros:

Prapat Panyachatirak (Tailandeses Amam Tailandeses)

Natee Khlibtong (Nação Tailandesa)

Interior:

Purachai Piumsombun (Tailandeses Amam Tailandeses)

Vice-Ministros:

Sombat Uthaisang (Tailandeses Amam Tailandeses)

Sora-at Klinpratoom (Tailandeses Amam Tailandeses)

Defesa:

Gen Chavalit Yongchaiyudh (Nova Aspiração)

Vice-Ministro:

Gen Yuthasak Sasiprapha (Tailandeses Amam Tailandeses)

Finanças:

Somkit Chatusipitak (Tailandeses Amam Tailandeses)

Vice-Ministros:

Suchat Jaovisidha (Tailandeses Amam Tailandeses)

Varatheap Ratanakorn (Tailandeses Amam Tailandeses)

Negócios Estrangeiros:

Surakiart Sathirathai (Tailandeses Amam Tailandeses)

Educação:

Kaserm Watanachai (Tailandeses Amam Tailandeses)

Vice-Ministro:

Jamlong Krutkuntode (Tailandeses Amam Tailandeses)

Assuntos Univeritários:

Sutham Saengpratum (Tailandeses Amam Tailandeses)

Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente: Sontaya Kunplome (Nação Tailandesa)

Justiça:

Pongthep Thepkanchana (Tailandeses Amam Tailandeses)

Comércio:

Adisai Bodharamik (Tailandeses Amam Tailandeses) Vice-Ministro:

Suvarn Valaisathien (Tailandeses Amam Tailandeses)

Trabalho e Bem-Estar Social:

Dej Boon-long (Nação Tailandesa)

Vice-Ministro:

Ladawan Wongsriwong (Tailandeses Amam Tailandeses)

Saúde Pública:

Sudarat Keyuraphun (Tailandeses Amam Tailandeses)

Vice-Ministro:

Surapong Suebwonglee (Tailandeses Amam Tailandeses)

Indústria:

Suriya Juengrungruangkij (Tailandeses Amam Tailandeses)

Vice-Ministro:

Pichet Sathirachaval (Nova Aspiração)

Transporte e Comunicações:

Wanniuhamadnoor Matha (Nova Aspiração)

Vice-Ministros:

Pracha Maleenont (Tailandeses Amam Tailandeses) Pongsakorn Laohavichien (Nação Tailandesa)

O Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra e as Corporações Shin: O tycoon da tecnologia de ponta é representativo da saga da comunidade chinesa na Tailândia. Seu avô comerciava madeiras, arroz e sal; seu pai concentrou-se nos tecidos, destacando-se como fabricante das exclusivas sedas Shinawatra. O neto venceu nas concessões governamentais de serviços de telecomunicações, abandonando, então, a carreira policial preparada com esmero, inclusive acadêmico — Thaksin doutorou-se em criminologia pela Universidade Estadual Sam Houston, no Texas. Daí vêm suas relações privilegiadas com a família Bush, por intermédio de quem a mulher e ele obtiveram a representação da IBM.

Thaksin Shinawatra foi o fundador das Corporações Shin, cuja presidência é exercida por seu irmão, Payap Shinawatra. As 33 subsidiárias formadoras das Corporações Shin constituem o terceiro conglomerado econômico do país, precedidas pelas propriedades da Co roa Real e pelo Grupo CP (Charoen Pokphand, a que é vinculado o Ministro Pitak Intrawityanunt — ver abaixo).

Gabinete Thaksin:

O Ministério é composto por 38 membros, entre Ministros e Vice-Ministros. Quase todos são do Thai Rak Thai, a agremiação vencedora no pleito de 6 de janeiro de 2001. A composição do Gabinete tem, também, alguns importantes nomes em continuidade da administração anterior, egressos das agremiações Partido do Desenvolvimento da Tailândia e Nova Aspiração (do General Chavalit Yongchaiyudh). O Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra ocupa o cargo assessorado por cinco Vice-Primeiros-Ministros, um *zner circle*“ representativo dos principais acordos políticos da composição.

Destacam-se, a seguir, algumas dessas personalidades políticas.

General Chavalit Yongchaiyudh, representativo do Partido Nova Aspiração, pela terceira vez, ocupa o cargo de Ministro da Defesa, o qual acumula com o de Vice-Primeiro-Ministro. Ele foi, em 1996-1997, o Primeiro-Ministro em cujas mãos estourou a crise financeira do sistema global de mercado na Ásia.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros ficou ao encargo de Surakiat Sathirathai, administrador experiente e figura exponencial entre os jovens do Thai Rak Thai, mas que já exercera funções de Ministro

das Finanças e assistente do Chefe do Governo para assuntos econômicos e diplomáticos. Considera-se, entretanto, que Pitak Intrawityanunt permanecerá influenciando as decisões de política externa, especialmente nos temas econômicos.

O ex-Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Pitak Intrawityanunt é um nome-chave, de continuidade, da administração anterior, o qual acabou por ser indicado para Vice-Primeiro-Ministro do Governo Shinawatra. O Senhor Pitak Intrawityanunt é personalidade representativa das elites do grupo étnico chinês. Liderança receptiva ao incremento das relações com o Brasil, foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul, em 7-9-2000, e já visitou o país como Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, em setembro de 1997. Na vida privada, é ligado a um dos estamentos corporativos mais poderosos da Tailândia, o CP (Charoen Pokphand Group Co. Ltd.), com mais de US\$2,5 milhões investidos na China e ramificações no Bangkok Bank, de matriz original na etnia sino-tailandesa.

Somkid Jatusripitak, Ministro das Finanças: em declarações prestadas logo após assumir o cargo, o Ministro Jatusripitak afirmou que pretende aliviar a regulação bancária, a fim de facultar mais créditos e incentivos da rede varejista. Em encontro com expoentes da associação de banqueiros, prometeu investimento em educação e especialização de mão-de-obra, além de apoio à pequena empresa. Anunciou visitas à China e ao Japão e encontrou-se com o representante local do FMI. Revelou que irá promover o reescalonamento das dívidas públicas e privadas, com vistas a diminuir o volume dos empréstimos insolventes. Prometeu colocar o déficit orçamentário abaixo de 5%. Reiteou a disposição do novo Governo de financiar a agropecuária e a pesca, o que pretende realizar com créditos externos.

VI _ CONJUNTURA ECONÔMICA:

Os indicadores econômicos da Tailândia mostram que o país já se recuperou da crise cambial de 1997. Não obstante, como resultado da continuada crise econômica japonesa e da desaceleração da economia norte-americana, as autoridades do país se viram forçadas a rever as taxas de crescimento da economia previstas para 2001, em meio ponto percentual para baixo. Assim, ao invés dos 4 ou 4,5% esperados, o governo já se contentaria com um crescimento entre 3,5 e 4%, embora as expectativas de vários analistas sejam ainda inferiores em meio ponto de porcentagem.

As estatísticas de 2000 ainda não estão concluídas, mas estima-se que o crescimento tenha sido um pouco acima de 4%, especialmente por

causa da queda verificada no último trimestre do ano, quando se situou em 3,1%. Cálculos do Banco de Desenvolvimento da Ásia são, entretanto, menos otimistas e avaliam o crescimento do ano passado em apenas 3,5%, a mesma percentagem, aliás, prevista também para 2001.

Na realidade, além da conjuntura internacional desfavorável, verifica-se hoje na Tailândia um clima de expectativa decorrente de dois fatores:

a) a interrogação sobre a duração do atual Governo e

b) a espera de melhores definições quanto ao rumo do Governo, isto é, a elaboração de uma verdadeira política econômica.

Segundo o Primeiro-Ministro, o modelo econômico dos tigres asiáticos ter-se-ia esgotado. A Tailândia não mais se contentaria em se transformar em plataforma barata e poluída de exportação das indústrias que países mais desenvolvidos não desejam em seus territórios. Como não há propriedade intelectual acumulada no país que forneça alternativa a esse modelo de crescimento tão bem sucedido entre os anos 1980 até 1997, o Governo estaria estudando outras estratégias de desenvolvimento.

Até o presente momento suas diretrizes sobre a política econômica se resumem à redução das importações, com campanha de incentivo ao consumo de produtos tailandeses, do aumento das exportações, sem, contudo, instrução específica a respeito, e às medidas de promoção do turismo. Em 1990 o país atraiu 3,3 milhões de visitantes e teve receita de US\$4,4 bilhões; em 2000 foram 9,5 milhões de turistas e a receita foi de US\$6,4 bilhões. O chefe do Governo espera poder alcançar 20% de aumento no ano em curso, o que pareceria pouco realista, apesar da boa infra-estrutura turística e do relativo sucesso do país em atrair visitantes.

VII — POLÍTICA EXTERNA TAILANDESA:

Aspectos gerais:

Com o fim da Guerra Fria, e afastada a ameaça de vir a se tornar "o próximo dominó a cair", a Tailândia teve de redefinir sua forma de inserção nos cenários regional e internacional, baseada anteriormente no papel geoestratégico que desempenhava na política norte-americana de contenção do comunismo no Sudeste asiático.

Uma das prioridades permanentes da política externa da Tailândia consiste em procurar manter relações cordiais com os países vizinhos, em especial Camboja, Laos e Mianmar, a fim de solucionar conflitos de fronteiras ainda existentes e reduzir áreas de atrito que dificultam o avanço da cooperação bilat-

eral. A Tailândia, que tradicionalmente sempre viu a antiga Indochina francesa e a Birmânia como zonas de sua influência direta, pretende agora assumir o papel de centro irradiador (*regional hub*) em termos de comércio e investimentos direcionados aos novos mercados emergentes da sub-região.

A Tailândia e seus vizinhos: o problema das fronteiras:

A política de segurança regional da Tailândia tem mantido, historicamente, um padrão de ambigüidade. Com efeito, a política externa rigorosamente pragmática é uma constante na história tailandesa. Envolvendo, inclusive, a disposição concessiva de pactuar com vetores estrangeiros, desde Luís XIV, essa política tornar-se-ia característica a partir do século XIX, com o acordo Bowring de comércio preferencial com a Inglaterra, em vigor até os anos 30 do século passado, substituído pelo tratado de aliança com o Império nipônico, em 1940-1 e, com a derrota deste, logo pelo celebrado com os EUA.

A Tailândia não tem limites definitivamente demarcados com os quatro países com que faz fronteira, e as soberanias marítimas sobrepostas com a Malásia, o Vietnã e o Camboja pautam-se em ajustes não retomados em sua totalidade depois da partida das potências colonialistas beligerantes. Durante a Segunda Guerra Mundial, a política de suporte oportunista às potências imperialistas hegemônicas a cada momento valeu ao país a anexação de porções consideráveis do Camboja, Laos, Mianmar e Malásia.

A política externa sob o Governo Thaksin Shinawatra:

A política externa da Tailândia ainda não apresentou grandes modificações no governo de Thaksin Shinawatra. O Ministro dos Negócios Estrangeiros já realizou algumas viagens, que se podem definir como de estabelecimento de contatos e de exploração de possibilidades de cooperação. Além da viagem a Santiago, para participar da Primeira Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em março passado, e de sua escala de retorno em Paris, esteve em Beijing, Tóquio, Kuala Lumpur, Hanói e Langon, para reunião informal com colegas da ASEAN e contatos bilaterais.

A plataforma eleitoral de Thaksin Shinawatra não continha definições sobre temas externos, que aliás nunca empolgaram um país acostumado há meio século a integrar uma estreita aliança com os EUA e de participar como um peão no tabuleiro

internacional de xadrez. Com o fim da Guerra Fria, deixou de haver dividendos a se retirarem dessa aliança. Desagrada, ademais, à opinião interna verificar que a China, o gigante comunista quase inimigo, atraia investimentos e negócios que se esperava coubessem aos mais fiéis amigos.

Relação com os Estados Unidos:

A presença de G.W.Bush na Casa Branca é mais favorável, em princípio, a Thaksin Shinawatra do que aos antigos governos do PD de Chuan Leekpai, bastante ligados aos Democratas americanos. Shinawatra é, além disso, sócio da família Bush.

Historicamente, a Tailândia desempenha o papel de "aliada estratégica" dos Estados Unidos na Indochina. Quando da fundação da República Popular da China, em 1949, Henry Truman já decidia que a Tailândia seria central para a política norte-americana na Indochina. Devendo a preservação de sua soberania a Washington ao término da II Guerra - porque no início do conflito mundial se aliara ao Japão e declarara hostilidades às duas maiores potências ocidentais - em 1944-5 a Tailândia passou a apoiar incondicionalmente os Estados Unidos.

A política interna do país seguiu os imperativos e oportunidades desse alinhamento internacional: salvo em períodos fugazes de aberturas e governos eleitos, entre 1947 e 1992 o país repetiria a experiência de gestões ditatoriais dos anos 30 e 40, desta feita com apoio norte-americano. Assim, militares que combateram ao lado dos japoneses, esses facultando-lhes a anexação de porções consideráveis da Birmânia (Mianmar), Malásia, Camboja e Laos, substituíram o Japão pelos Estados Unidos.

Durante a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã, os tailandeses, que já haviam combatido na Coreia, cederam seu território ao Pentágono e à CIA, despachando quase 20 mil soldados e civis para o Vietnã do Sul. Deram apoio logístico e humano aos americanos no Camboja e Laos e consolidaram a aliança com Washington. Viveram no país, durante o conflito, cerca de 64 mil oficiais, praças, funcionários do Departamento de Defesa e agentes secretos dos EUA.

Relações com a República Popular da China:

A primeira visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia foi à China, de 23 a 27 de março de 2001. Na ocasião, o Presidente Jiang Zemin, que recebeu o Ministro Sathirathai em companhia do Chanceler Tang Jiaxuan, classificou o relacionamento entre os dois países como modelar,

recordando sua visita à Tailândia em 1999 e a da Rainha Sirikit à China em outubro de 2000, e evocando, como laço adicional, o fato de a Princesa Maha Chakri ser aluna da Universidade de Pequim.

O comércio entre a China e a Tailândia teve no ano 2000 um notável incremento de 57% em relação ao ano anterior, representando US\$2.24 bilhões de exportações (principalmente têxteis, mas incluindo também equipamento e material militar) e US\$4.38 bilhões de importações, com principal participação de arroz, segundo dados da alfândega chinesa. Há investimentos chineses em obras de infra-estrutura na Tailândia. Um dos temas que concentra veladamente a preocupação do lado chinês é o tráfico de entorpecentes operado por redes tailandesas, que atingiria a China através de Mianmar.

A relação com a China é central para a inserção da Tailândia na região. Não bastasse o incontornável peso político e econômico da China no Sudeste Asiático, são consideráveis os interesses econômicos compartilhados entre setores empresariais dos dois países, e notório o papel preponderante do grupo social de origem chinesa na economia tailandesa. Segundo **The Economist**, 14% dos tailandeses afirmam ter ancestralidade chinesa. Em Bangkok, mais de 70% da população é considerada de origem chinesa. Os dados de migratória a esse respeito deram a curaciada de nos últimos anos em virtude da política de assimilação étnica seguida por sucessivos governos desde 1940.

ASEAN — Associação das Nações do Sudeste Asiático

Não resta dúvida de que os maiores esforços da política externa tailandesa se concentram na região, isto é, entre os parceiros da ASEAN, entidade fundada em Bangkok, em 1967. Entretanto, as perspectivas não são as melhores entre estes. A Tailândia jamais conseguiu ter relações privilegiadas com seus vizinhos imediatos. Com todos estes seus limites geográficos não foram sequer até hoje estabelecidos em caráter permanente e final. Nenhuma das fronteiras foi ainda totalmente delimitada.

Verifica-se que a Chancelaria tailandesa vê com cautela as relações com Indonésia e Filipinas, por causa de tensões internas em ambos os países. Quanto ao Vietnã, existe efetivamente à vontade política de estreitar relações, como indica a recente viagem do Primeiro-Ministro a Hanói, acompanhado de importante delegação empresarial. Existe a expectativa de que empresas tailandesas possam participar da abertura econômica daquele país. Em termos concretos, entretanto, além da importância do

gesto, parece ter apenas causado como resultado o possível entendimento sobre medidas de sustentação do preço do arroz.

Malásia

Com a Malásia, um dos países visitados pelo novo Ministro do Exterior, persiste o problema causado pela volta atrás da Tailândia na já acordada venda de gás natural. A construção do gasoduto está paralisada por causa da oposição de movimentos ecologistas, que ameaçam até lançar campanha de sabotagem, mas sobretudo em razão do menor crescimento do consumo de energia desde a crise de 1997. Este tema foi o mais sensível na agenda do ministro em Kuala Lumpur. O Governo tailandês prometeu finalizar em poucos meses o estudo de alternativas menos invasivas ao meio-ambiente e, portanto, mais aceitáveis para atravessar região privilegiada de desenvolvimento turístico. No que se refere ao movimento separatista de províncias de maioria muçulmana, recebeu a promessa de que a Malásia não daria cobertura ou asilo a membros de movimentos secessionista e terroristas.

Camboja:

As relações com o Camboja não mais se encontram no clima de hostilidade latente que quase sempre prevalece entre os dois países. Não há laços fortes de amizade entre as duas famílias reinantes, como seria de se esperar por serem ambas fiéis ao budismo. Prevalece atualmente o desinteresse aparente de um país pelo outro.

Laos:

O Laos é percebido de maneira diferente na Tailândia. Os povos são etnicamente mais próximos. As duas línguas são muito parecidas. A maioria dos tailandeses acredita que se não tivesse havido o colonialismo francês na Indochina o Laos seria hoje parte integrante deste país. A pequena densidade demográfica, as riquezas naturais de seu território e o maior desenvolvimento relativo da Tailândia aconselham uma política mais cuidadosa que possa permitir maior projeção geográfica para as empresas tailandesas quando se abrandarem as condições de ortodoxia comunista. O diálogo bilateral, entretanto, está longe de alcançar fase de fluência, por não estar a Tailândia comprando a energia hidroelétrica que se havia comprometido antes de 1997 e por ter até hoje recusado a entregar os cidadãos de dupla nacionalidade acusados de atacar posto de fronteira.

Mianmar:

Mianmar é atualmente um dos temas mais delicados da diplomacia tailandesa. As relações

bilaterais se deterioraram sensivelmente desde 1999. O próprio Primeiro-Ministro cogitou de ir a langon pouco após ter assumido o cargo, no que foi desaconselhado. Foi resolvido então que o primeiro emissário seria o Vice-Primeiro-Ministro, chefe da pasta da Defesa, General Chavalit, ex-Primeiro-Ministro e notório amigo do país vizinho, onde teria importantes interesses financeiros. Estima-se, entretanto, na Tailândia, que tenha sido propositalmente ofendido, pois enquanto o General Chavalit ainda se encontrava naquela capital, o porta-voz da Junta anunciava oficialmente que o país estava sob bombardeio tailandês.

Desde então as tensões bilaterais têm crescido de maneira alarmante. A imprensa sensacionalista de Bangkok chegou a aventar a possibilidade de guerra. Aparentemente o General Wattanachai, comandante do III Exército (fronteira norte) seria adepto da linha dura contra o país vizinho e estaria sendo contido pelo General Chavalit, embora haja nesta data forças do exército de Mianmar ocupando posições entre 500m e 1km dentro do território tailandês. A imprensa registra grande descontentamento de militares de diversas patentes, inclusive do General Surayud Chulanont, Comandante-em-Chefe do Exército contra a moderação do Ministro da Defesa neste caso. Note-se que a desavença pública de militares de alta patente neste país é coisa rara, pois as forças são formadas dentro de quadros rígidos de disciplina e hierarquia.

Visita de Thaksin a langon:

Vencendo resistências dentro de seu próprio Gabinete, o Primeiro Ministro da Tailândia visitou oficialmente Mianmar de 19 a 20 de junho de 2000, acompanhado de comitiva altamente expressiva de seis ministros. A visita parece indicar uma normalização do diálogo bilateral, após as tensões dos últimos meses. Divulgou-se comunicado conjunto ao final da visita, que registra o desejo das partes de convocar diversos comitês bilaterais: de fronteiras, de desenvolvimento de regiões contíguas, de demarcação e de cooperação bilateral, que não se reúnem desde 1997. O documento refere-se também à determinação dos Governos em combater o tráfico de drogas. Foi ainda decidida a abertura dos três postos de fronteira fechados desde fevereiro de 2001.

Temas multilaterais:

Direitos humanos:

O último prisioneiro político detido, ainda dos levantes de 1973-6, foi liberado em 1996. As liberdades civis são pela primeira vez explicitamente garantidas, pela nova Constituição, promulgada em 1997. A extinção de uma antiga proibição legal a que funcionários públicos formassem sindicatos foi

aperfeiçoamento importante dos direitos trabalhistas no país.

Não obstante os recordes considerados positivos na região, o país foi, em 2000, sufragado pela primeira vez pela Comissão de Direitos Humanos da ONU. A corrupção militar e policial, aliada ao narcotráfico e à exploração sexual, inclusive de menores, afetam decisivamente o país na área de direitos humanos. Além disso, o trabalho infantil é generalizado, e há altos índices de prostituição, estimulados pelo turismo sexual. O país detém os maiores índices de contaminação por HIV de toda a Ásia.

Segurança regional e desarmamento:

A Tailândia promoveu o Tratado de criação da Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (SEANWFZ), assinado em Bangkok a 15-12-95 pelos países da ASEAN. O Tratado que cria a SEANWFZ proíbe a aquisição, produção posse e estacionamento de armas nucleares ou quaisquer dispositivos nucleares explosivos. Proíbe, igualmente, o despejo de rejeitos e materiais radioativos no mar. Deixa a critério do Estado-parte a permissão de aportamento de navios e de pouso de aviões estrangeiros equipados com armas nucleares.

Reforma da ONU:

A Tailândia advoga abrangente e universal reforma do sistema das Nações Unidas, colocando grande ênfase nos esforços de coordenação de todas as iniciativas nesse sentido. No que tange à manutenção da paz e segurança internacionais, defende maior racionalização e eficiência no planejamento e execução de missões de paz, para o que sugere maior número de atividades de diplomacia preventiva. Lançou o conceito de uma zona de paz, liberdade e neutralidade no Sudeste Asiático (ZOFPAN).

Sobre a reforma das Nações Unidas, o Governo tailandês tem manifestado que a reestruturação do Conselho de Segurança deve ser feita com base no aumento da legitimidade, da eficácia e transparência do órgão e da ampla participação de países em desenvolvimento. A Tailândia é favorável, em princípio, à entrada de novos membros permanentes no CSNU, além da Alemanha e do Japão, sem, no entanto, apontar nominalmente outros países candidatos em potencial.

VIII — RELACIONAMENTO POLÍTICO BILATERAL:

O Brasil instalou sua Embaixada em Bangkok em 1959. Desde então, em que pese sua tradição, o

relacionamento bilateral parece carecer da densidade que possivelmente possa ter.

Visitas:

Registram-se visitas de altas personalidades de lado a lado, ainda que o lado tailandês tenha sido mais profícuo em viagens ao Brasil. O ex-Ministro Luiz Felipe Lampreia visitou Bangkok em abril de 1996 e o Embaixador Ronaldo Sardenberg, então Secretário de Assuntos Estratégicos, em maio de 1998. O Vice-Presidente da República, Marco Maciel, fez escala em Bangkok em maio de 2001, durante viagem a Jacarta para comparecer à Cúpula do G-7. Na ocasião, foi recebido pelo Embaixador Pracha Gunakasem, Conselheiro Especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Do lado tailandês, visitaram o Brasil o Primeiro-Ministro Thanonkittikachorn (1963 e 1973), o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Siddhi Savetsila (1984), o Ministro do Comércio Surat Osathanukhoh (1986), o Príncipe Maha Vajiralongkorn(1993), o Chanceler Prasong Soonsiri (1994), o Vice-Chanceler Pitak Intrawityanunt (1997), o Primeiro-Ministro Chuan Leekpai (1999), a Princesa Real Dr^a Chulabhorn Mahidol (3/2000), o Ministro dos Transportes e Comunicações Suthep Thaugsuban (6/2000). Para participar da Latin America Defentch 2001, o General Surayud Chulanont, Comandante-em-Chefe do Real Exército da Tailândia esteve no Brasil em abril de 2001. O Chanceler Surakiat Sathirathai visitaria o Brasil em abril de 2001, porém sua visita foi adiada. Seu Conselheiro Especial, Embaixador Pracha Gunakasem, entretanto, esteve no Brasil em junho de 2001, como palestrante no Seminário “O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes”.

Levantamento consular:

Segundo dados da Embaixada do Brasil em Bangkok, residem, atualmente, no distrito consular, 117 brasileiros, assim distribuídos: Tailândia, 105; Camboja, 6; Laos, 5; Mianmar, 1. Desse total, 2 são presos — um cumprindo pena em Mianmar e outro aguardando expulsão (repatriação) em Bangkok. Não há, por outro lado, registro de brasileiros em situação ilegal no distrito consular.

IX — RELACIONAMENTO ECONÔMICO-COMERCIAL BILATERAL:

I) EVENTOS SIGNIFICATIVOS

“THAI TRADE CENTER” EM SÃO PAULO: Em julho de 1997 foi inaugurado em São Paulo o “Thai

Trade Center”, por ocasião da visita ao Brasil do Vice-Ministro Pitak Intrawityanunt, dos Negócios Estrangeiros.

VÔOS BRASIL—TAILÂNDIA: Em setembro de 1998 foi anunciada a suspensão dos vôos da VARIG ligando o Brasil à Tailândia, inaugurados em janeiro de 1993.

EMBRAER: Em junho de 2000, aeronaves da EMBRAER do tipo ERJ-145 realizam vôos demonstrativos em Bangkok.

“SEMINÁRIO SOBRE O MERCOSUL E A TAILÂNDIA”: Foi realizado em 4 de setembro de 2000. Apresentou dados e o potencial de comércio existente entre a Tailândia e os países membros do MERCOSUL.

ACORDO DE COOPERAÇÃO EM SATÉLITES: Foi firmado em 30 de janeiro de 2001 pela empresa brasileira BRAZSAT e por sua homóloga tailandesa SHIN SATELLITE, visa desenvolver parceria e negócios na área de serviços espaciais e de telecomunicações.

II) ANÁLISE DO COMÉRCIO BILATERAL EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS:

a) A Tailândia passou de 41º para 38º importador de produtos brasileiros no biênio 1999/2000. Em 1999 o Brasil exportou US\$166,465,009; em 2000, US\$228,112,964, o que significa um aumento da ordem de 37,03%.

b) Em 2000 a Tailândia foi responsável pela compra de 0,11% de farelo e resíduos de soja exportado pelo Brasil (US\$60,387,033); por 0,11% do total de semimanufaturados de ferro ou aço (US\$62,893,568), e por 0,05% das exportações brasileiras de produtos laminados planos de ferro ou aço (US\$28,336,015)

EXPORTAÇÕES TAILANDESAS:

a) A Tailândia passou de 42º para 38º fornecedor para o mercado brasileiro no biênio 1999/2000. Em 1999 o Brasil importou US\$144,608,201; em 2000, US\$220,589,115, o que significa um crescimento em torno de 52,54%;

b) Em 2000 a Tailândia forneceu 0,05% do total das importações brasileiras de circuitos integrados (US\$27,250,698);

X — COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA:

Há dois temas em que há perspectivas imediatas para incentivo de cooperação bilateral Brasil-Tailândia: as atividades espaciais ligadas a

serviço da Internet e telecomunicações e o uso de álcool como combustível.

O Memorandum de Entendimento assinado no início do ano em curso entre a Brazsat e a Shin Satélite, empresa pertencente ao Primeiro-Ministro, enseja uma promissora cooperação entre o Brasil e a Tailândia no campo da cooperação espacial aplicada a serviços de Internet e telecomunicações. Embora se trate de acordo entre empresas, e não de nível governamental, o instrumento constitui importante passo em direção ao adensamento das relações bilaterais, especialmente no crescente campo do comércio pela Internet. Poder-se-ia mesmo dizer que, por unir empresas privadas de cada país, representa um estágio mais avançado do que a intenção de dois governos em promover a integração.

Atualmente, campo também muito promissor para a cooperação entre o Brasil e a Tailândia parece ser o do desenvolvimento da produção do álcool e a disseminação de seu consumo na indústria automobilística. Há vários anos o programa nacional do álcool, adotado no Brasil na década de 1970, tem provocado admiração na Tailândia. O Rei, cujas opiniões são acatadas como de um semideus, já sugeriu publicamente que o exemplo brasileiro pudesse ser emulado em seu país. No ano passado, ademais, com o encarecimento do petróleo no mercado internacional, aumentou sensivelmente na Tailândia o interesse sobre a experiência brasileira com o álcool.

Nesse sentido, a Embaixada em Bangkok tem recebido com grande frequência indagações e pedidos de informação a respeito da utilização, produção e comercialização de álcool no Brasil. As consultas são de procedência variada: estudantes, meios acadêmicos, empresariais e, mais recentemente, diversos órgãos governamentais, como os Ministérios da Indústria, do Comércio, da Defesa, a “Petroleum Authority of Thailand” (empresa governamental) e outros.

O Governo tailandês já autorizou as empresas distribuidoras de combustíveis a misturar até 10% de álcool à gasolina, já que para tanto não há necessidade de se modificarem os carburadores, sistemas de injeção e motores. Vários postos de capital e do país já vendem o novo combustível misturado. Não há, entretanto, capacidade instalada de produção de álcool no país para a adoção generalizada dessa matriz de combustível. Existe, porém, a capacidade agrícola de promover o plantio de cana para atender à nova demanda, especialmente na atual conjuntura de baixas

cotações do açúcar no mercado internacional. Conseqüentemente, valeria a pena para o Brasil promover a cooperação nesta área, pois se poderiam abrir boas perspectivas de venda de etanol, em uma primeira fase imediata, e de tecnologia e de usinas para a sua fabricação.

A Tailândia não está em crise de energia. Pelo contrário, tem problemas com dois vizinhos (Laos e Malásia) por não estar ainda importando eletricidade de origem hidrelétrica e gás natural, respectivamente, conforme havia acordado antes da crise econômica de 1997 ter cortado drasticamente as projeções de consumo. O país tem também uma balança comercial confortável, que tem permitido a importação de petróleo sem restrições ao mesmo tempo que registra tradicionalmente superávits anuais de 5 a 10 bilhões de dólares. O incentivo ao consumo do álcool tem, portanto, a conotação estratégica de diminuir a dependência externa.

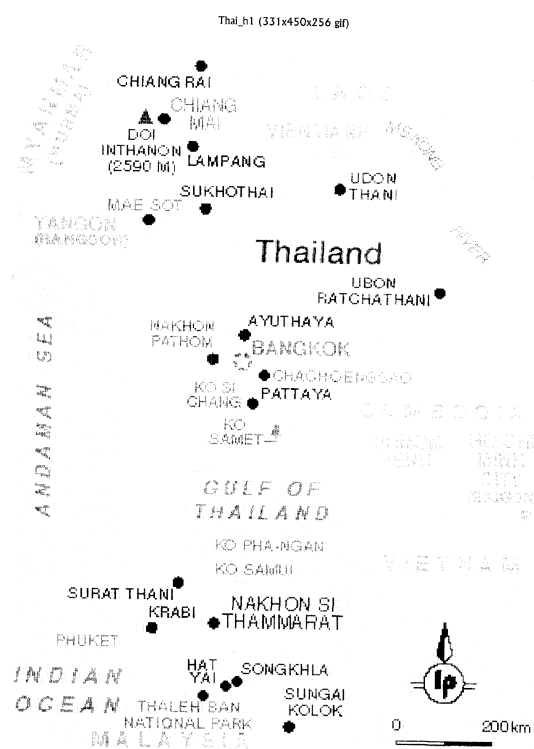
O fato de ser o Ministério da Defesa da Energia um dos principais órgãos do governo tailandês a tratar do assunto dá a medida de sua importância estratégica. Por outro lado, o Ministério do Comércio acaba de enviar uma missão ao Brasil (de 3 a 9 de junho), composta igualmente de especialistas em taxação do Ministério das Finanças, o que indica também a preocupação pragmática com a formação do preço do novo combustível a ser disseminado e, portanto, um passo mais adiantado e em direção à implementação do programa de mistura de etanol.

O momento parece, portanto, oportuno para se acordar a institucionalização da cooperação bilateral sobre o produto. O Ministério do Comércio da Tailândia pretenderia apresentar proposta formal neste sentido, seja como adendo ao acordo de 1984 ou sob a forma do novo instrumento específico. Por outro lado, o mesmo Ministério do Comércio manifestou em abril passado a vontade de seu titular Adisai Pothoramik em convidar o Ministro Alcides Tápias a visitar oficialmente a Tailândia e com ele co-presidir reunião da comissão mista prevista no acordo de 1984. Seria conveniente que o Ministro do Desenvolvimento e Comércio Internacional incluisse Bangkok na ocasião da sua viagem à Ásia, prevista para setembro próximo, quando então poder-se-ia, sob a forma de novo instrumento ou de adendo ao acordo de 1984, institucionalizar a cooperação bilateral sobre a produção e uso do etanol, com conseqüente venda de tecnologia e equipamentos para a sua fabricação.

XI — ATOS BILATERAIS:

O arcabouço jurídico sobre o qual se fundamentam as relações bilaterais poderia ser ampliado, no interesse dos dois Governos, com vistas a englobar setores ainda não regulados por instrumento legal. Atualmente, são os seguintes os acordos vigentes entre o Brasil e a Tailândia:

- Acordo de Comércio (1984);
- Acordo de Cooperação Técnica e Científica (1984);
- Acordo de Serviços Aéreos (março de 1991);
- Acordo para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais (janeiro de 1994).



(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

PARECER

PARECER Nº 718, de 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 2000 (nº 1.381/99 na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 304/99, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria, realizada na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE. (TC-275-215/95-4)

I – Relatório

1.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 1.381-SGS-TCU, de 15 de dezembro de 1999, mediante o qual o Tribunal de Contas da União — TCU encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 304/99, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria, realizada na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE.

Os documentos sob apreciação foram encaminhados pelo TCU ao Senado Federal apenas para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A auditoria foi realizada pela SECEX/CE — Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará, na qual foi detectado indícios de sobrepreço na obra de construção do Centro de Apoio aos Romeiros de Juazeiro do Norte/CE.

O Aviso foi recebido no Senado, em 1º de fevereiro de 2000, e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle — CFC, em 23 de fevereiro de 2000.

1.2 — Análise da Matéria

A auditoria concluiu que houve irregularidade grave na construção do Centro de apoio ao Romeiro de Juazeiro do Norte, tendo em vista que:

- a) Foi firmado o Contrato 153/93, sem previsão de recursos orçamentários para execução da obra;
- b) Os preços contratados foram superfaturados.

O Tribunal, diante das evidências de danos ao Erário resultante do sobrepreço na obra, proferiu a Decisão nº 304/99, nos seguintes termos:

"8.1. transformar os presentes autos em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei nº 8 443/92 e art. 197 do Regimento Interno;

8.2. determinar à SECEX/CE a adoção de providências com vistas à nova quantificação do dano ao Erário resultante do sobrepreço relativo à obra de urbanização do Centro de Apoio ao Romeiro em Juazeiro do Norte, e identificação das responsabilidades com vistas à citação dos responsáveis."

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada inteiramente no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, que não exige nenhuma providência adicional desta Comissão, do Senado ou do Congresso Nacional, opinamos por que seja dado conhecimento do feito a este Colegado e por que se delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

Sala da Comissão, 28 de junho de 2001. — Presidente, **Ney Suassuna** – Relatora (ad Hoc): **Heloísa Helena** – **Antônio Carlos Júnior** – **Wellington Roberto** – **Ricardo Santos** – **Bello Parga** – **Valmir Amaral** – **Geraldo Althoff** – **Gilberto Mestrinho**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Do Expediente lido, que vai à publicação, constam mensagens presidenciais encaminhando os Projetos de Lei n.ºs 28 e 29, de 2001-CN, que vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução n.º 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 06/8 publicação e distribuição de avulsos;

Até 14/8 prazo final para apresentação de emendas;

Até 19/8 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 29/8 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável. Como o Senador Mozarildo Cavalcanti estava presente antes de mim para se inscrever, peço que me inscreva em segundo lugar, reservando o terceiro a quem solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Atenderei à sugestão de V. Exª, Senador Bernardo Cabral.

O SR. NABOR JUNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que faça minha inscrição para uma comunicação inadiável após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a estará inscrito como terceiro colocado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 127 DE 2001**

**Torna imprescritíveis os crimes dos
quais resultem danos ao Erário.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O texto do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal —, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 359 — I:

“Danos ao Erário

Art. 359 — 1 . Os crimes definidos nesse Título, quando deles resultem danos ao Erário, são imprescritíveis.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O rigor de pequeno a médio das penas cominadas, aliado a um processo criminal pleno de recursos que permitem ao indiciado ou réu a proteção do julgamento, obriga-nos a assistir, impotentes, por força do instituto jurídico da prescrição, à impunidade da grande maioria dos criminosos que cometem delitos que resultam em danos ao Erário.

A presente proposição tem por objetivo a correção dessa disfunção da Lei, contribuindo para o aprimoramento do Direito e da Justiça.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. – Senador **Arlindo Porto**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

**DECRETO-LEI Nº 2.848
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

Código Penal.

.....
*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania – decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares.) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

Brasília, 27 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Levo ao conhecimento de V. Ex^a que, nesta data, estou desligando-me dos quadros do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Para os devidos fins, anexo cópias das correspondências encaminhadas ao Excelentíssimo Senhor Juiz da 192ª Zona Eleitoral do Estado do Paraná e ao Presidente do Diretório Estadual do PSDB do Paraná, nos termos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Atenciosamente, **Osmar Dias**, Senador.

Brasília, 27 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Juiz

Nos termos do art. 21 da Lei 9.096/TSE, de 19 de setembro de 1995, comunico a Vossa Excelência, minha desfiliação do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Filiei-me ao PSDB por acreditar firmemente nos preceitos consagrados na fundação do partido, pela consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades e o respeito ao pluralismo de idéias.

Ingressei no partido pela firme convicção de que poderia colocar em prática os princípios partidários, consagrados em seu estatuto, em defesa de valores éticos e morais. Durante os anos em que atuei no partido, empenhei-me para atuar com firmeza e lealdade. Acredito ter cumprido o compromisso que firmei com meus eleitores, de representar a população do meu Estado no Senado, com seriedade e responsabilidade.

Como Senador da República, assinei o requerimento pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de corrupção, em consonância com os princípios programáticos do partido, que tem como base a democracia interna, a articulação com os movimentos sociais e o livre debate de idéias.

Contudo, em reunião realizada no dia 26 de junho último, a Executiva Nacional do PSDB, tendo em vista haver eu, em defesa dos interesses da sociedade e, em especial, do povo do Estado do Paraná, subscrito requerimento destinado a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a corrupção em nosso País, decidiu enviar à análise do Conselho de Ética e Disciplina a questão referente a minha expulsão dos quadros partidários.

Tal decisão fere frontalmente os princípios que presidiram à fundação do Partido, criado, segundo seu Manifesto para “defender a democracia contra qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias”, em defesa de um povo “chocado com o espetáculo do fisiologismo político e da corrupção impune”.

Diante disso, por não encontrar razões plausíveis que justifiquem haver cometido afronta à ética partidária, e inabalável quanto a meus propósitos de retirar minha assinatura daquele requerimento, adianto-me à deliberação do Partido, qualquer que seja, para desligar-me de seus quadros.

Osmar Dias, Senador.

Brasília, 27 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 21 da Lei nº 9.096/TSE, de 19 de setembro de 1995, comunico a Vossa Excelência, minha desfiliação do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB.

Filiei-me ao PSDB por acreditar firmemente nos preceitos consagrados na fundação do partido, pela consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades e o respeito ao pluralismo de idéias.

Ingressei no partido pela firme convicção de que poderia colocar em prática os princípios partidários, consagrados em seu estatuto, em defesa de valores éticos e morais. Durante os anos em que atuei no partido, empenhei-me para atuar com firmeza e lealdade. Acredito ter cumprido o compromisso que fiz com meus eleitores, de representar a população do meu Estado no Senado, com seriedade e responsabilidade.

Como Senador da República, assinei o requerimento pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de corrupção, em consonância com os princípios programáticos do partido, que tem como base a democracia interna, a articulação com os movimentos sociais e o livre debate de idéias.

Contudo, em reunião realizada no dia 26 de junho último, a Executiva Nacional do PSDB, tendo em vista haver eu, em defesa dos interesses da sociedade e, em especial, do povo do Estado do Paraná, subscrito requerimento destinado a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a corrupção em nosso País, decidiu enviar à análise do Conselho de Ética e Disciplina a questão referente a minha expulsão dos quadros partidários.

Tal decisão fere frontalmente os princípios que presidiram à fundação do Partido, criado, segundo seu Manifesto para “defender a democracia contra qualquer tentativa de retrocesso a situações autoritárias”, em defesa de um povo “chocado com o espetáculo do fisiologismo político e da corrupção impune”.

Diante disso, por não encontrar razões plausíveis que justifiquem haver cometido afronta à ética partidária, e inabalável quanto a meus propósitos de retirar minha assinatura daquele requerimento, adianto-me à deliberação do Partido, qualquer que seja, para desligar-me de seus quadros.

Osmar Dias, Senador.

Brasília, 31 de julho de 2001

Senhor Secretário-Geral,

Nos termos do artigo 7º, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Sª que desliguei-me dos quadros do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, em 27 de junho do corrente ano.

Osmar Dias, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 396, DE 2001

Requer a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Comandante Rolim Adolfo Amaro, fundador e Presidente da TAM.

Com fundamento no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar, com apresentação de condolências à família, pelo falecimento, em acidente de helicóptero, nas proximidades das cidade de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), do fundador e Presidente

da TAM — Companhia de Investimentos em Transportes, Comandante Rolim Adolfo Amaro.

Justificação

Comandante Rolim é um desses empresários brasileiros que, partindo do nada, construíram, em poucos anos, uma das maiores, mais sólidas e mais progressistas empresas de nosso País. Viviu um dos momentos mais pujantes de sua carreira de empresário, quando a fatalidade o levou desta vida.

O acidente aéreo se deu, quando pilotava um helicóptero de sua propriedade, com apenas 45 horas de vôo, segundo informações da TAM. Portanto, estava em seu elemento, o ar, exercendo uma de suas paixões, pilotar uma aeronave nova em folha. Deveria estar feliz, portanto, quando recebeu o chamado por Deus.

Nascido a 15 de setembro de 1942, na cidade de Pereira Barreto (SP), já aos seis anos de idade teve contato com o avião, um monomotor de um dos tios. Daí nasceu a paixão pelo voo. Mas, se o tio tinha um avião, seus pais viviam das rendas de um armazém de secos e molhados, em São José do Rio Preto. Portanto, antes de atingir seu sonho, Rolim passou pelas dificuldades normais de um jovem de família remediada. Assim, abandonou os estudos antes de concluir a sétima série e foi para a Capital, São Paulo, onde trabalhou como assistente de mecânico, escrevente em cartório e entregador de sanduíches.

Com as primeiras economias, comprou uma lambreta velha, que vendeu, em seguida, para custear seu curso de aviação no Aeroclube de Catanduva (SP). Aos 18 anos, obteve seu brevê e deu início à sua verdadeira vocação. De posse dele, realizou vôos de transporte de carne, arroz, tijolos e coisas do gênero. Fez pousos forçados em estradas e em meio a tribos indígenas, na selva amazônica.

Em 1961, juntou-se a outros dez pilotos e fundou a Táxi Aéreo Marília – TAM, a pequenina empresa de aviação que deu origem à grande empresa que, segundo a revista **Veja** desta semana, acaba de superar a Varig, na liderança do transporte aéreo brasileiro, tendo transportado 29% dos passageiros das linhas domésticas, contra 28% desta última. No dia 17 de junho último o Comandante Rolim Amaro participou do vôo inaugural da TAM para Frankfurt, Alemanha.

Dispondo de 73 jatos e realizando 700 vôos diários que interligam 53 cidades brasileiras, a TAM transportou, no ano passado, 10,9 milhões de passageiros, tendo faturado R\$2,2 bilhões, quantia 60% su-

perior à do ano anterior. Além disso, a empresa já realiza vôos para dez cidades do exterior, com partidas diárias para Miami, Paris e Frankfurt. Recentemente, o Comandante Amaro Rolim fechou a compra de 25 aviões da Embraer. Atualmente, a TAM emprega 7.600 funcionários.

O Comandante Rolim deixa a mãe D. Etelvina Rosa Amaro, a esposa D. Noemy Almeida Oliveira Amaro e os filhos Maria Cláudia, Maurício e Marcos, além da neta, Maria Eugênia, dos irmãos João Amaro, Adolfo Amaro, Lesy Martin e Fany Amaro e também cunhados, sobrinhos e numerosos parentes.

Senado Federal, em 1º de agosto de 2001. — **Pedro Simon.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — A Presidência recebeu a Mensagem n.º 162, de 2001 (n.º 762/2001, na origem), pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do país no período de 27 a 29 de julho de 2001, para realizar visita oficial à República do Peru, para as cerimônias de posse do Presidente Alejandro Toledo.

É a seguinte a Mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 162, DE 2001 (Nº 762/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 27 a 29 de julho de 2001, para realizar visita oficial à República do Peru, para as cerimônias de posse do Presidente Alejandro Toledo.

Brasília, 25 de julho de 2001. — **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — A Presidência comunica ao Plenário que, durante o recesso, designou o Senador Eduardo Suplicy para, representando o Senado Federal, comparecer às solenidades de posse do Presidente do Peru, Sr. Alejandro Toledo, no período de 27 a 30 de julho, nas cidades de Lima e Machu Picchu, naquele País.

(Requerimento nº 251, de 2001 – M)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 165, de 2001 (nº 719/2001, na origem), de 4 de julho último,

pela qual o Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: "O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o *caput* deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 166, de 2001 (nº 723/2001, na origem), de 5 de julho último, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de maio de 2001, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

A matéria, anexada ao processado da Mensagem nº 105, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº 133/01, de 12 de julho último, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, em resposta a consulta formulada pelo Presidente da Casa, referente à convocação do primeiro suplente do Senador Ramez Tebet em virtude de sua nomeação para o cargo de Ministro de Estado, uma vez que do diploma apresentado pelo Senhor Pedro Ubirajara de Oliveira, não consta se Sua Excelência é primeiro ou segundo suplente, como estabelece o § 3º do art. 46 da Constituição Federal.

Em resposta à consulta, o referido Tribunal esclarece que o Senador Ramez Tebet foi eleito Senador no pleito de 1994, tendo como primeiro suplente o Sr. Paulo de Barros Lima e como segundo suplente o Sr. Pedro Ubirajara de Oliveira, e, ainda, que consta no Cadastro Nacional de Eleitores que o primeiro suplente, o Sr. Pedro Paulo e Barros Lima, teve o seu título eleitoral cancelado por falecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o início do mês de julho,

quando o Congresso Nacional encontrava-se de recesso, transcorreu o aniversário de sete anos o Plano Real, período da história da economia brasileira em que realmente foram alcançados resultados extraordinários na estabilização da moeda, no combate à inflação e na melhoria de alguns dos nossos indicadores sociais e econômicos.

Vimos de uma inflação de quase 2.500% ao ano em 1993 e chegamos a um patamar de 6% ao ano na atualidade. A taxa de mortalidade infantil caiu de 50 por 1.000 nas cidades viços, em 1994, para 33, devido à expansão do PSF – Programa de Saúde da Família, em que os agentes de saúde passaram de 30 mil, em 1994, para 154 mil, cobrindo quase a totalidade dos Municípios brasileiros. A taxa de escolarização do ensino fundamental chegou a 97%, contra 82% do início da década de 90.

Muitos resultados importantes foram alcançados e é justo se rememorar e reconhecer. Entretanto, Sr. Presidente, considerando o elevado custo social da estabilidade, alguns aspectos na avaliação do Plano Real causam hoje preocupações e exigem correções de rumo e providências urgentes de política econômica nos aspectos que dizem respeito ao comportamento do câmbio, que insiste em forçar a desvalorização da nossa moeda; o baixo índice de crescimento do PIB; o desemprego, que passou de 5,1%, em 1994, para mais de 7%; o déficit da balança comercial, que era superavitária no início do Plano; a situação deplorável das nossas estradas, como em Sergipe; a desvalorização dos salários; a crise energética; e a voracidade da dívida, que não pára de crescer, já abocanhando metade do PIB.

Além dessa nuvem negra do endividamento que paira sobre a nossa economia, sugando a vultosa soma de bilhões de reais em juros todos os anos, limitando em níveis irrisórios as disponibilidades orçamentárias para investimentos prioritários em setores estratégicos do nosso desenvolvimento, a política de juros altos, adotada pelo Governo para conter a inflação e atrair capitais externos, tem sido desastrosa na vida financeira da Nação brasileira, das nossas famílias. Se, por um lado, o arrocho dos juros travou a corrida inflacionária, por outro lado disparou o crescimento da dívida, que cresceu mais de 400 bilhões com relação ao seu estoque em 1994, não trazendo investimentos externos na mesma proporção. Endividamo-nos, Sr. Presidente, várias vezes mais do que o volume de recursos que ingressou no País.

Um lado perverso dessa prática de juros abusivos é o endividamento das pessoas e das famílias, especialmente da classe média, que vem transferindo

vultosas so mas de recursos de seus orçamentos para o sistema financeiro, sem correspondente benefício social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamou-me a atenção um dado publicado no jornal da Assisefe – Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas do Senado Federal. O dado afirmava que quem depositou R\$100 na caderneta de poupança em julho de 94 teria hoje R\$374, mas se essa mesma pessoa ficasse devendo R\$100 ao cheque especial, também em julho de 94, estaria devendo hoje R\$139.259,82, para ser exata. Imaginei que poderia haver um erro grosseiro nessas contas e pedi à minha assessoria que verificasse esses dados, o que foi feito, utilizando-se as fórmulas de juros compostos disponíveis no Excel e, para espanto e surpresa minha, foi confirmada por simulação a hipótese apresentada, quando foi atribuída à poupança uma taxa média de rendimento de 1,41% ao mês, e, ao cheque especial, uma taxa média de 8% ao mês.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é um dado estarrecedor. Não seria necessário uma pesquisa para se afirmar que grande parte dos correntistas brasileiros, especialmente os assalariados, estão utilizando o cheque especial não por esbanjamento ou descontrole, mas por necessidade.

A política é do Governo, mas esse lucro imenso, que vem escapando do Imposto de Renda, é apropriado pelos bancos, que, a cada ano, ampliam os seus ganhos, como tem sido revelado nos seus balanços.

Essa política dos juros, que vem beneficiando quase exclusivamente os bancos, além de dividir o País como um todo, dificultando a produção interna e as exportações, ainda espolia individualmente o cidadão e sua família.

A revista **Veja** desta semana divulgou um artigo em que comenta as dificuldades dos nossos empresários em competir no mercado externo. Isso se deve, principalmente, ao elevado custo do dinheiro, comparado às taxas de juros bem menores praticadas em outros países. A nossa participação no comércio mundial encolheu, comparando-se o início da década com os níveis atuais. E, ainda, quando se trata de banco ligado a capital estrangeiro, a esses lucros estratosféricos acima demonstrados, ainda se lhes acrescenta um outro relacionado com o câmbio, com a alta do dólar e com a remessa de lucros. Levantamento feito pela EFC – Engenheiros Financeiros & Consultores, com base em dados do Banco Central, relacionou os bancos mais rentáveis do País: Bank-Boston, Citibank e vários outros, cuja rentabilidade fica abaixo desses níveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governante que encontrar urgentemente outro conjunto de combinações de política econômica que possa garantir a estabilidade da moeda e os investimentos, mas sem penalizar a economia do País e sem penalizar, sobretudo, o cidadão, as famílias e a sociedade, pois a conjuntura atual vem contribuindo para alimentar a insaciável voracidade do sistema financeiro em detrimento dos interesses maiores do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Gilberto Mestrinho, do PMDB do Estado do Amazonas, em permuta com o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer a generosidade do Senador Mozarildo Cavalcanti, que me cedeu o seu tempo para este pronunciamento.

Nas últimas semanas, ou, melhor dizendo, nos últimos meses, venho assistindo a um espetáculo que nos deixa a todos perplexos. O Senado Federal vive hoje a maior crise moral de toda a sua história. Vivemos um estado de emergência moral e ética. Quero sensibilizar a todos desta Casa que soluções menores, covardes ou caudatárias só poderão agravar a presente crise. Estou perfeitamente consciente disso.

O momento exige coragem, coragem para restaurar a credibilidade ameaçada desta que é a mais alta Casa legislativa do País. Processos dolorosos como o que estamos vivendo naturalmente provocam na sociedade, na mídia e em toda parte os mais variados tipos de excessos, injustiças e julgamentos precipitados.

Por isso, ao lado da coragem para extirpar o que for prejudicial, temos de ter a necessária serenidade e equilíbrio para não nos afastarmos do rumo que a sociedade deseja.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu mesmo tenho vivido dias difíceis. Sofri ataques injustos, tão absurdos e inaceitáveis que não cabe detalhá-los neste discurso. Iria fazer um pronunciamento a respeito hoje. No entanto, entendo que mais importante do que a defesa de um Senador é a defesa do Senado Federal. Por isso, Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a o referido pronunciamento com os documentos comprobatórios de minhas afirmações, que requeiro seja

transcrito e publicado na íntegra para conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Só posso dizer que, mesmo ferido, entendo a atmosfera emocional que galvaniza o País nos dias de hoje.

Neste rápido pronunciamento, quero deixar claros os meus pontos de vista e a forma como atuarei como Presidente do Conselho de Ética desta Casa. Em primeiro lugar, não podemos desconhecer ou minimizar o que está em jogo neste momento. Quando, sucessivamente, quatro dos mais importantes Senadores – sem que rer des merecer os de mais – são atingidos e questionados da forma como o foram, episódio que levou um deles à cassação e outros dois à renúncia, fica claro que não se trata de casos isolados. O que está em jogo não é a honra desse ou daquele Senador; o que está em jogo não é a seriedade ou a ética de um ou de outro. É duro reconhecer, mas a sociedade suspeita do Senado como um todo. Estão em jogo, portanto, Sr. Presidente, a honra, o conceito e a ética desta instituição.

Quando o Senado está diante de um desafio tão perigoso, é preciso que se tenha um pensamento e uma atitude à altura da situação; quando uma instituição como o Senado sofre máculas tão profundas, a ameaça não recai sobre um Parlamentar, mas é o próprio regime democrático que corre risco.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, que o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado não tem amigos; tem deveres. Instituições não têm amigos. Cumprirei rigorosamente o meu dever, de acordo com o Regimento, a lei e a Constituição. Vínculos pessoais de um lado e ódios de outro não combinam com a vida pública. Jamais absolverei um amigo que seja culpado, como jamais condenarei um inimigo que seja inocente.

Quis o destino que eu assumisse a condição de magistrado num processo certamente doloroso para todos nós e, como juiz, não me resta outra alternativa: não se pode absolver o que é condenável. O que é condenável precisa ser sumária e exemplarmente punido. O Senado precisa ter coragem de absolver os inocentes – e eu tenho essa coragem –, mas não podemos tergiversar. Temos que cortar na própria carne quem quer que seja, se necessário for, para preservar o nome desta instituição.

Na condição de magistrado, por definição, não cabe a mim antecipar juízos ou concepções pessoais. É preciso que se dê amplo direito de defesa, já que essa é a base do sistema democrático que tanto lutei para que fosse, como é hoje, uma realidade em nosso País, mas não podemos tapar o sol com a peneira. O

que está em discussão é se iremos ou não cassar o Presidente desta Casa.

Quero tranquilizar a sociedade brasileira, pois iremos fazer o que tiver que ser feito, sem qualquer tipo de constrangimento pessoal. Torço, sinceramente, para que as explicações do Senador Jader Barbalho sejam convincentes e definitivas no processo, mas, acima de tudo, torço por esta Casa, torço pela democracia, torço pela ética, por que torço pelo Brasil.

Tenho que reconhecer que, por tudo que foi divulgado pela mídia até agora, as evidências são gravíssimas e exigem a mais profunda e imediata apuração. Se se confirmarem todas as alegações apresentadas até agora, teremos de fazer, inevitavelmente, uma escolha: restaurar a credibilidade do Senado, por mais dura que seja a medida, com o equilíbrio e o senso de justiça que a gravidade dos fatos apontados exige de nós. Essa é a posição que adotarei à frente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e que quis compartilhar com V. Ex^{as} e com a Nação.

O Conselho de Ética já está convocado para realizar sua primeira reunião na próxima quinta-feira, às 10 horas, quando serão iniciadas as atividades dessa nova fase.

Sr. Presidente, passo ao discurso que faria hoje, acerca das falsas acusações, das felonices que lançaram contra mim desde que fui escolhido Presidente do Conselho de Ética.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Pois não.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Gilberto Mestrinho, ouvi V. Ex^a com a atenção que o discurso duro que acaba de pronunciar merecia. Quero cumprimentá-lo duplamente. Primeiramente, porque V. Ex^a traz para a Mesa documentação que, ao que parece – V. Ex^a não tem tempo disponível para lê-la –, é absolutamente irrefutável. Em segundo lugar, V. Ex^a acaba de demonstrar que, na Presidência do Conselho de Ética, vai comportar-se como magistrado, porque sabe que acima de tudo está a instituição, ainda que no fim lhe sobrem algumas cicatrizes. Se elas existirem, fique certo, Senador Mestrinho, de que serão cicatrizes orgulhosas do dever cumprido. Eu não poderia ficar calado, numa omissão que é o subproduto do nada e do não, e de deixar de cumprimentar V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. O aparte

de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento e é fruto da sua generosidade, da longa convivência que temos e de uma amizade de longos anos.

Quero dizer que serão publicadas, além do que disseram a respeito, as deturpações que fizeram em pronunciamentos meus, as frases explicadas pela metade, as que tinham o intuito de me ridicularizar e as infames. Tenho comigo certidões, jornais de época, decretos de início de obras e uma declaração do Tribunal de Contas de que meu nome sequer consta do relatório. Inclusive, há aqui um decreto autorizando a construção de uma obra com data anterior à homologação de minha candidatura ao Governo do Estado. O Governador da época anunciava que esperava inaugurar-la em fevereiro, e eu assumi o cargo em 15 de março do ano seguinte. No entanto, sou acusado de não ter feito concorrência pública para a obra, de tê-la adjudicado e de ter estabelecido preços e contratos, dentre outras coisas.

Perguntaram-me sobre ética e respondi que se trata de um princípio da moral que observa o comportamento humano, procurando discernir o bem do mal. Disse-lhes que essa é a sua definição clássica, mas não é universal, porque depende de momentos históricos e de culturas. Expliquei, por exemplo, que a ética da paz é uma e a da guerra, outra. Na paz, atrair o inimigo para uma cilada é agra van te de crime. No entanto, em período de guerra, atrair o adversário para uma emboscada é ser ótimo estrategista, é transformar-se em herói nacional, porque essa é a ética em tempos de guerra. No Oriente, especialmente nos países islâmicos, a poligamia é ética. Está no Livro Sagrado. Ter uma filha no harém do sultão, do emir, do rei, é um glória para a família. Vejam V. Ex^{as} que há uma série de explicações para a palavra ética. No entanto, saiu que a minha ética era de momento, de ocasião. Nada disso foi dito. E por aí foram, dizendo coisas.

Digo a esta Casa que fui cassado na primeira lista do primeiro Ato Institucional de 1964, na madrugada de 9 de abril de 1964, quando o Comando Revolucionário editou o Ato Institucional. Fomos cassados na primeira lista quarenta e dois Parlamentares e outros brasileiros não parlamentares – tudo em nome da honra nacional – tais como: Jânio Quadros, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Rubens Paiva, Almir Afonso, Bocaíuva Cunha, e eu inclusive.

Havia um inimigo meu à frente da Revolução que exigiu a minha cassação. Ele fez tudo contra mim, para ver se pegava alguma coisa. Minha vida foi investigada desde os 16 anos de idade, mas não encontraram nem sequer um fato que justificasse minha chamada ao IPM. Havia centenas de unidades de

IPMs neste País, e não fui chamado a nenhuma. Dois anos depois da Revolução, fui convidado a prestar esclarecimentos, em Belém do Pará, sobre uma greve geral no Governo Parlamentarista de Brochado da Rocha, e que também havia sido exercitada no Amazonas. Fui lá. Fui bem tratado, prestei esclarecimentos e nunca mais fui incomodado. A única coisa que fizeram contra mim foi um comunicado de que eu estava proibido, enquanto durasse a cassação, de pisar no Amazonas. Efetivamente passei quinze anos e meio sem botar os pés lá. Fiz isso por questão de sobrevivência, porque eu sabia que as intenções eram outras.

Todos esses fatos foram alegados como se eu fosse uma figura abominável. No entanto, por três vezes fui eleito Governador: em 1968, em 1982 e em 1990. Em 1962, fui eleito Deputado Federal por Roraima. Em 1998, fui eleito Senador. Alguns desses fatos aparecem em todas as campanhas. Trata-se de uma montagem que fizeram, em 1957, da qual só tomei conhecimento quando terminava o meu primeiro Governo, do qual V. Ex^a fazia parte. Portanto, foi naquela oportunidade que tomamos conhecimento dessa montagem, dessa montagem, que não tiveram coragem de apresentar à época. Então, todas as vezes em que há uma eleição ou quando querem me atacar, lá vem a mesma história!

Como disse, Sr. Presidente, toda a minha vida foi investigada. Ela é limpa. Tanto é verdade que o povo me conferiu três mandatos de Governador, um de Senador, pelo Amazonas, e um outro como Deputado Federal por Roraima.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – situação e oposição – podem ficar tranqüilos, pois não há facciosismo.

Na condução do Conselho observaremos estritamente as normas regimentais e as constitucionais, porque essa é a nossa obrigação.

Muito obrigado.

SEGUE DISCURSO DO SENADOR GILBERTO MESTRINHO.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sinto-me no dever de, em respeito a esta Casa, assomar a esta tribuna, a fim de prestar aos eminentes pares esclarecimentos sobre notícias divulgadas nos meios de comunicação, a partir de minha escolha para a Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por indicação de meu partido, de acordo com a praxe e as normas regimentais.

Inicialmente, fui tomado de surpresa pela escolha e relutei em aceitar o encargo, segundo testemunho do eminente líder de minha bancada, senador Renan Calheiros. No entanto, consciente de minhas responsabilidades, terminei admitindo o desafio, em hora das mais difíceis para o Senado da República.

A partir daí, passei a ser instado a dar declarações sobre o comportamento que adotaria à frente do Conselho, especialmente sobre o rumoroso caso que envolve o Senador Jader Barbalho. Também tomei conhecimento de críticas, algumas, inclusive, de membros do meu próprio partido, com opiniões divergentes sobre a aceitação da indicação, em razão da minha condição de amigo do senador paraense.

Analisei as objeções opostas, com a necessária isenção, e mais uma vez constatei o acerto da decisão que adotara. A prevalecer entendimento diverso, seria inadmissível qualquer indicação entre adversários políticos. Se o que se busca é a isenção, esta deve valer para todos e não apenas para alguns. Afinal de contas não vivemos em regime totalitário.

Tenho a firme convicção de que todos os membros do Conselho de Ética são sérios, justos e exercitarão suas obrigações tendo em conta, exclusivamente, a apuração da verdade. Aprendi, desde cedo, que somente os totalitários condenam antes de apurar a veracidade dos fatos e que a condição de acusador e juiz reunida numa só pessoa agride os mais comезinhos princípios do Estado Democrático de Direito.

É com esse espírito que exercerei a Presidência do Conselho de Ética do Senado Federal. A amizade que tenho e não nego com o senador Jader Barbalho em nada influirá no meu comportamento e nas decisões que tomarei à frente do Conselho, que possui um regimento, que deve ser e será obedecido em sua plenitude.

De igual modo, faço questão de ressaltar que, em seguida, começaram a deturpar palavras e expressões que proferi, informações pela metade, acusações, enfim, tudo numa clara tentativa de incompatibilizar-me com o cargo que nem bem começara a exercer.

Exemplifico: ao ser indagado sobre o conceito que faço da ética, respondi que seu entendimento permitia a observação do comportamento humano de modo a distinguir o bem do mal. Esta é sua definição clássica. No entanto, essa concepção sempre experimentou variações correspondentes a cada momento histórico ou segundo as mais diferentes culturas da humanidade. Assim, reporteime à ética da paz e à ética da guerra. Na paz, dizia na ocasião, atrair um ini-

migo para uma cilada serve como agravante para um crime praticado. Na guerra, atrair o inimigo para uma emboscada e dizimá-lo é um grande feito estratégico e heróico. O mesmo se pode dizer sobre as diversidades culturais. Os muçulmanos são polígamos e a poligamia está inscrita no Livro Sagrado. Ter uma filha no harém do rei, do sultão ou do emir, é uma honra para a família. É a ética deles. Para nós, conquanto compreensível, é inaceitável, segundo nossos parâmetros históricos e culturais.

Esta a verdade, senhoras e senhores Senadores.

No entanto, passaram à opinião pública nacional algo inteiramente diferente. Falaram queteria sustentado uma espécie de *ética de ocasião* e que tal conceito marcaria minhas ações na Presidência do Conselho. Vejam, portanto, o absurdo da obliteração progressiva da realidade dos fatos.

Nes sa mes malinha de de sin for ma ções, fui acusado de ter feito a maior das indicações para preenchimento de cargos na SUDAM. Governei o Amazonas durante a existência desse órgão em dois períodos. Duvido que encontrem nos quadros daquela Superintendência, ou em cargos em comissão da mesma instituição (83 a 87 e 91 a 94), se quer um contínuo que tenha sido nomeado por indicação minha.

Perguntado como agiria sobre as denúncias envolvendo o senador Jader Barbalho, respondi sempre que a função do Conselho de Ética, criado pela resolução 20/93, desta Casa, era acompanhar o comportamento dos senadores durante o exercício do mandato, de modo a fazer observar o respeito pelo decoro parlamentar. Logo, os atos que estivessem dentro desses limites seriam apreciados pelo Conselho. Com relação aos anteriores, opinei que sua averiguação e julgamento seriam de competência da Polícia, do Ministério Público, da Justiça etc., porquanto praticados fora do exercício do mandato do senador. Tais declarações, pasmem senhoras e senhores senadores, causaram incrível celeuma junto aos meios de comunicação, felizmente já completamente superada.

Senhor Presidente.

Até minha cassação veio à baila. Lamentavelmente alguns segmentos da memória nacional sofrem de amnésia democrática e muitos não conhecem e não sabem o que foi 64.

Com a chamada "Redentora", de 31 de março/1º de abril de 1964, instalou-se o "Comando Revolucionário", constituído pelos comandantes das três forças armadas, que imediatamente assumiu o

Poder no Brasil. Em seguida, mais precisamente, na madrugada de 9 de abril, foi baixado o primeiro Ato Institucional que, "no resguardo da honra nacional", cassava e suspendia os direitos políticos por dez anos de inúmeros brasileiros ilustres, parlamentares ou não, como João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Almino Afonso, Bocayuva Cunha, Rubens Paiva e outros, inclusive eu, que fui o último dos 42 parlamentares da primeira lista, já que à época era Deputado Federal pelo então Território Federal do Rio Branco, hoje Estado de Roraima.

Cassado e com os direitos políticos suspensos, permaneci no País. Não procurei asilo nem fui para o exílio. Sei que minha vida foi vasculhada, mas não fui chamado a responder a um único IPM (Inquérito Policial Militar), quando havia centenas deles instaurados. Comunicaram-me, apenas, que não deveria voltar ao Amazonas. Dois ou três anos depois, convidaram-me a prestar esclarecimentos sobre uma greve geral que houve no País, inclusive no Amazonas, durante o mandato do primeiro Ministro Brochado da Rocha. Fui bem tratado, prestei os esclarecimentos e nada mais aconteceu.

Também, uma maldade montada em 57 foi levantada. Não levam em conta que a revolução de 64 investigou minha vida desde os 16 anos de idade. A ordem era descobrir qualquer coisa para me incriminar, se não fosse possível minha eliminação física pelo inimigo que eu tinha na cúpula da revolução e que exigiu minha cassação. No entanto, passei incólume pelas investigações e em 58 fui eleito Governador pela 1ª vez, e, posteriormente, com a anistia, mais 2 vezes Governador e agora em 98 – Senador.

O que não dizem é que, apesar de haver governado sempre em épocas de crise nacional – crises políticas e econômicas, fiz mais escolas, hospitais, estradas, prédios públicos e etc. na capital e no interior que todos os Governos juntos, antes de mim desde a fundação da Província.

Em 1979, em decorrência da anistia de 28 de agosto, no dia 3 de setembro, voltei ao Amazonas e anunciei que seria candidato ao Governo nas eleições de 1982, ano no qual a generosidade do povo amazonense me elegeu mais uma vez governador do Estado.

Agora, levantam a questão de uma ação de improbidade administrativa impetrada pelo Ministério

Público Federal no Amazonas, que vem servindo de base para noticiários sensacionalistas na grande imprensa brasileira.

Devo ressaltar que a ação, em referência, é inacreditável, senhora e senhores senadores, está toda ela estruturada, toda ela embasada, toda ela exclusivamente fundamentada, em simples **RELATÓRIO PRELIMINAR, RELATÓRIO PRELIMINAR**, destaque-se, de um auditor do Tribunal de Contas da União, da seccional no Amazonas. Nada além, nenhuma prova concreta, acabada, definitiva.

Na referida ação, acusam-me de:

1. Prática de fraude no processo licitatório, com dispensa de licitação da obra de construção do Centro Cultural de Manaus, mais conhecido como Sambódromo.

2. Superfaturamento nos preços da referida construção e de pagamento de serviços não executados.

3. Responsabilidade pelo desabamento do Sambódromo, com 27 vítimas do desastre, em Manaus, com graves prejuízos para os cofres públicos do Amazonas.

Em homenagem a esta Casa, presto os seguintes esclarecimentos:

1. O Sambódromo de Manaus não foi projeto de meu governo. Assumi o Governo em 15.03.91 e a obra foi iniciada em julho de 90 quando nem sequer eu estava homologado como candidato. Não promovi a licitação da obra e não contratei sua edificação com a empresa construtora. Não estabeleci preços e outras condições para sua execução. Ao assumir o mandato, tudo já estava em curso, sob a responsabilidade do governo que me antecedeu. Apenas dei continuidade ao projeto, não permitindo que tivéssemos mais uma obra inacabada, como tantas pelo Brasil afora, com graves prejuízos para o erário e para o contribuinte brasileiro. **(Documento nº1)**.

2. Não é verdade que tenha havido fraude no processo de execução das obras do Centro Cultural de Manaus, durante o meu governo, no período de 1991 a 1994, no Estado do Amazonas. De igual modo, não são procedentes acusações de superfaturamento ou de pagamentos de serviços não executados referentes ao projeto em questão.

3. Os preços da obra, ao longo da construção, em meu governo, foram praticados segundo valores

correntes no mercado para construções especiais, tanto é que as prestações de contas foram regularmente aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – e pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no referente a pequenas ajudas para a obra. **(Documentos nº2 e 3).**

4. A propósito com base nos mesmos frágeis fundamentos, foi anteriormente ajuizada Ação Popular, no âmbito do Poder Judiciário do Amazonas, tendo como autores membros na oposição no Estado, que questionaram exatamente os preços praticados na obra, com argumentos levianos e insustentáveis.

5. Evidenciada a verdade e exposta a manobra política de meus adversários, inclusive através de perícia técnica e judicial, que analisou o projeto e cotejou custos com obras semelhantes realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, a referida ação foi julgada inteiramente improcedente pela Justiça do Amazonas, em sentença publicada no Diário Oficial, em 5 de maio de 1994, com a qual atestou, de forma irretorquível, a inexistência de qualquer irregularidade, principalmente com relação a preços de construção do Complexo Cultural. **(Documento nº4).**

6. São também falsas as informações de que o Centro Cultural tenha desabado dois meses depois de inaugurado. Caiu parte da cobertura metálica, sem vítimas. Ninguém, nenhuma só pessoa, foi ferida no acidente. E, diga-se desde logo, os valores referentes ao custo da cobertura que desmoronou foram imediata e integralmente recolhidos aos cofres públicos, no dia 22 de dezembro de 1994, por minha pronta determinação na ocasião. Anexo cópias das guias de recolhimento. **(Documento nº5).**

7. O processo judicial, objeto da reportagem em tela, foi intentado de forma reconhecidamente equivocada, tanto é que, já ingressaram com pedido de desistência da primeira ação proposta. Aguarda-se um breve pronunciamento da Justiça que mais uma vez se fará límpida e serena.

8. Apresento, também, a Vossas Excelências, as declarações do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) atestando a aprovação dos convênios – que corresponderam a pouco mais de 5 milhões de reais e não o que dizem. Junto também certidões do Tribunal de Contas da União, certificando que "não consta do cadastro de julgamentos deste Tribunal registro de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais sob a responsabilidade do Sr. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, ex-governador do Estado do

Amazonas, atual Senador da República, CPF 000.659.192-20" (17/07/2001) e que no referido relatório não é sequer citado o meu nome. **(Documento nº6 e 7).**

Vale frisar, de outro modo, que os convênios em referência foram celebrados para a construção do Complexo com a edificação de salas de aula. Houve, na verdade, uma adaptação dos espaços dos camarotes para sua utilização como salas de aula. Esses locais, com tetos em concreto feitos para suportar cerca de 50.000 pessoas e com paredes de até 2,5 m. de espessura em concreto armado, foram edificados sobre fundações com toneladas e toneladas de aço e concreto, feitas para resistir ao peso de mais de 50.000 pessoas sentadas ou dançando.

Portanto, senhoras e senhores senadores, como se vê pretende-se comparar o incomparável, em cima de fatos e situações absolutamente distintas numa construção de natureza especialíssima, que até então como ficou dito, foi objeto tão-somente de uma inspeção que redundou num relatório preliminar.

Finalmente, Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência que faça publicar, na íntegra, os referidos documentos.

Assim, senhoras e senhores senadores, devemos ficar atentos para distinguir o que é efetivamente interesse público. As ditaduras surgiram sempre sob a alegação de que vinham para defender a honra nacional e os mais elevados interesses da pátria. Depois, a perpetuação do arbítrio, a longa noite de trevas, o sepultamento do regime e dos ideais democráticos.

Feitos estes esclarecimentos, acredito que os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderão transcorrer de forma a atender o anseio da sociedade na busca da verdade dos fatos, bem como na defesa dos interesses nacionais e preservação do regime democrático.

Com esse objetivo, já convoquei os senhores senadores, membros do Conselho de Ética, para a primeira reunião do novo Conselho, amanhã às 10 horas, quando iniciaremos os exames das matérias existentes e tomaremos as primeiras providências regimentais.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR GILBERTO MESTRINHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO
NOS TERMOS DO ART. 210 DO
REGIMENTO INTERNO.**

ganhar sambódromo: começa a construção

O sambódromo amazonense, obra reclamada durante anos, será construído no governo Vivaldo Frota, possibilitando a montagem de programas carnavalescos, folclóricos, estudantis e populares, em local condizente com as exigências destes eventos, com estrutura definida, oferecendo conforto e segurança para a população.

As obras serão realizadas na grande área localizada entre o estádio Vivaldo Lima e a Vila Olímpica, na avenida Pedro Teixeira, ainda este mês, com término previsto para o dia 7 de fevereiro, em condições de receber brincantes e populares do Carnaval de 1991.

Todo o estudo e planejamento da obra foi concluído, destacando-se a construção de arquibancadas sólidas e amplas, para abrigar milhares de pessoas, área de movimentação dos brincantes, alegorias das Escolas de Samba e blocos carnavalescos, levando em consideração ainda a organização de espaços para estacionamento.

O projeto, que atende a pedidos de toda a comunidade, foi montado com todo o carinho pela equipe determinado pelo governador, para garantir um local definido para as grandes manifestações populares. No Sambódromo serão realizados além do Carnaval, o Festival Folclórico, o desfile estudantil e militar e os eventos em geral, como o Dia da Raça, por exemplo.

Um detalhe importante: não haverá, como vinha ocorrendo, a interdição de ruas, prejudicando o trânsito e a movimentação normal das pessoas, durante o Carnaval e os desfiles estudantis e militar para a montagem da estrutura, palanques, e a ornamentação da avenida.

Escola — Mas a área ao lado da Vila Olímpica não será usada apenas para o Sambódromo. Ao mesmo tempo, o governador Vivaldo Frota, determinou a construção de uma escola de quarenta salas, para o ensino convencional, que também estará sendo inaugurada nos primeiros dias de fevereiro, e será integrada na rede estadual em ensino, no próximo ano.

Sambódromo e Ipasea agitarão Assembléia

A Assembléia Legislativa deverá votar hoje dois projetos dos mais polêmicos em tramitação naquele Poder. Um, de autoria do deputado estadual Abel Alves (PSDB), suscita a execução do termo de renovação de contrato feito entre o governo e a construtora Comagi, para a construção do Centro Cultural. Outro, oriundo de mensagem governamental, dispõe sobre a carreira do fiscal do Ipasea.

Os dois projetos constaram da pauta de quatro reuniões durante as quais receberam emendas. O mais polêmico deve ser mesmo o de Abel Alves, cujo parecer vem hoje a eleger e deve ser, a princípio, rejeitado pelos deputados, a que a grande maioria começa a ser favorável à construção da ala cultural de:

pois de acertos feitos nos bastidores pelas bancadas majoritárias na Assembléia.

A única dúvida que paira sobre a questão do Ipasea diz respeito a novas vagas de fiscais que poderão ser abertas sem concurso público. Os deputados querem evitar que isso ocorra. Várias outras matérias polêmicas ainda constam da pauta, para ser votadas até o final da próxima semana, quando começa o recesso no Legislativo estadual.

"Faremos quantas extraordinárias forem necessárias para zerar esta pauta", garante o presidente Atila Lins, que se desocede do poder nestas últimas reuniões, já que pretende assumir o cargo de deputado federal na próxima legislatura.

Vivaldo confirma vinda do presidente: Unitrop

"Quero anunciar ao Amazonas a presença do presidente Fernando Collor, no próximo dia 28 de junho, na cidade de Balbina, para instalar a Universidade do Trópico Umido, a primeira universidade do gênero no mundo".

A vinda do chefe da Nação foi confirmada pelo governador Vivaldo Frota numa entrevista coletiva que concedeu em seu gabinete, ontem de manhã, quando fez um relato sobre suas viagens a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, onde foi recebido em audiência pelo presidente da República, na semana passada.

"O presidente recebeu com muita satisfação o convite e prometeu que virá para a inauguração", disse ele aos jornalistas.

Saúde — Respondendo a um repórter que lhe havia perguntado se tratara a questão de saúde com o presidente, Vivaldo Frota declarou que não, pois "o problema da saúde já está sendo educionado via Ministério da Saúde e, inclusive, nestes momentos, o secretário Borborema está em Brasília, apresentando novo programa para a área".

Creches — O governador anunciou, também, que, de acordo com entendimentos havidos entre ele e o empresariado, vão ser construídas 30 creches em Manaus, atendendo o determinado nas Constituições do Estado e do País.

Em São Paulo, Vivaldo Frota reuniu-se com empresários interessados em investir na Zona Franca de Manaus e outros que já têm empresas instaladas no Distrito Industrial, tendo

o projeto das creches obtido todo apoio dos industriais.

Casas populares — O governador Vivaldo Frota confirmou, também, a construção de 2.300 casas populares, para serem entregues até o dia 3 de outubro, dentro do Plano Habitacional de Emergência do presidente Fernando Collor de Mello, que prevê, para todo o

Brasil a construção e entrega, até esta data, de 200.000 unidades habitacionais.

As casas, como exigência básica do Mutuo da Ação Social, terão que possuir a estrutura geral, com sistema de água, luz, esgoto, além de urbanização total, propondo a implantação de transportes coletivos na área.

Para o governo do Estado, segundo explicou o governador Vivaldo Frota, esta meta já sendo possível de atingir porque os trabalhos de terraplenagem já foram feitos e a estrutura exigida está em fase final de acabamento. "Quando scubemos do programa presidente Fernando Collor de Mello, nos precipamos e colocamos homens e maquina na área", explicou o governador, acrescentando que determinou a Sociedade de Habitação do Amazonas maior rapidez possível em obras para atender a grande demanda existente no setor.

As casas, conforme explicou o diretor técnico da Sham, Carlos Santoro, serão de alvenaria, mas há um estudo para estabelecer o tipo e o material a ser empregado; pois, há projeto, também, para casas mistas. "O podemos garantir e que as casas serão 27m², mas estamos concluindo o estudo para estabelecer se serão totalmente de alvenaria ou se serão mistas", adiantou o supendente da Sham, Vivaldo César.

A seleção dos mutuários destas casas feita pela própria Sham e a diferença entre casas convencionais e que a mensalidade será bem menor.

Centro Cultural pronto em fevereiro

—O governador Vivaldo Frota anunciou, ontem, para fevereiro, a inauguração do Centro Cultural e Desportivo que a Secretaria de Estado de Transportes e Obras começou a construir entre a Vila Olímpica e o estádio Vivaldo Lima.

"Esse Centro vai servir para os desfiles de 5 e 7 de setembro, para o Festival Folclórico e para o carnaval e sua inauguração já está

marcada para fevereiro do próximo ano", revelou o governador, na entrevista coletiva que concedeu, ontem, em seu gabinete, para relatar seu encontro com o presidente Fernando Collor em Brasília e suas viagens de trabalho em São Paulo e Rio de Janeiro, na semana passada.

As obras iniciais do Centro Cultural são aterro e terraplenagem do local, explicou Vivaldo

Frota, assinalando que ali, também, funcionará uma escola de primeiro grau, com 40 de aulas, o que equivale a acrescentar 60 salas a rede escolar estadual, nos três turmas.

O Centro Cultural será entregue à Prefeitura Municipal de Manaus, que promove o Festival Folclórico e os desfiles de escolas de São João do Carnaval.

Seed estrutura Comissão Disciplinar

A Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas — Espepa — cujas atividades estavam praticamente paralisadas, voltou a ser dinamizada, a partir deste mês, tornando-se a Escola de Administração, com a participação de funcionários aqui e ali, que o governador Vivaldo Frota pretende estabelecer na Administração do Estado.

Escola — A Escola de Serviço Público funciona na avenida Joaquim Nabuco, mas suas dependências estão sem condições de funcionamento, adequadas às determinações do secretário Ubaldino Meretes, que pretende seu papel na formulação de projetos, com a presença dos funcionários, numa administração pública, que os processos do Estado.

Secretarias e das entidades da administração indireta. "Com isso, vamos estabelecer o programa do ano inteiro e atingir a totalidade das necessidades do governo", disse o secretário Ubaldino Meretes.

Na reorganização da Comissão Disciplinar da Administração, pretende o governador Vivaldo Frota acentuar o processo de disciplina, que estão para

CCD e Unitrop, as duas grandes obras de Vivaldo

"Tenho duas grandes obras no meu governo: esta que é para o povo, para o povo e a outra, que é do coração".

Com estas palavras o governador Vivaldo anunciou para a imprensa, na manhã de ontem, em seu gabinete, o início das obras do Centro Cultural e Desportivo do Estado do Amazonas, localizado na área entre o Estádio Vivaldo Lima e a Vila Olímpica e que servirá como local para a realização dos grandes acontecimentos desportivos culturais e educacionais, pois, na formação do Centro estão embutidas cinquenta salas de aula, com capacidade para atender num só turno mais de 2.500 estudantes. A obra do coração, é a Unitrop.

Centro — O Centro Cultural e Desportivo, conforme explicou o governador Vivaldo Frota é um complemento da própria Vila Olímpica, tanto no aspecto arquitetônico, como nas finalidades.

O conjunto terá pista de desfiles com capacidade para abrigar, ao longo de suas laterais, 20.000 espectadores, uma grande área para shows com capacidade para 40 mil pessoas, 500 lugares para deficientes físicos e seus acompanhantes, museu do ciclismo, escola de arte, área opcional para creches, além de cinquenta salas de aula que serão anexadas ao sistema educacional a partir do próximo ano.

A pista tem 400 metros de extensão, e servirá, depois dos desfiles e apresentações formais, para jogos e competições esportivas, sendo transformada em quadras polivalentes para a prática do vôlei, basquete e futebol de salão.

O governador Vivaldo Frota garantiu que todo o sistema estará pronto e entregue ao povo no dia 12 de fevereiro, ainda em tempo para a realização do carnaval de 1991, e o custo da obra está orçado em 16 milhões de dólares, recursos do próprio Estado, embora o projeto esteja sendo encaminhado ao governo Federal, para a aquisição de recursos nas diversas esferas, como educação, esportes, turismo e até saúde.

"Uma coisa é certa: o Centro Desportivo e Cultural estará pronto no dia 12 de janeiro nem que eu tenha que realizar pingos na rua para conseguir recursos" determinou o governador.

Um fato importante: o projeto, já totalmente concluído e mostrado ontem à imprensa, foi coado pela empresa Rio do Rio de Janeiro, de acordo com informações prestadas pelo engenheiro José Carlos aos jornalistas durante a entrevista.

É uma forma de homenagear o governador Vivaldo Frota pela coragem de realizar e pela criatividade em

oferecer opções de lazer, cultura e educação "frisou o engenheiro, representando a empresa.

Construído em forma de ferradura o Centro Cultural e Desportivo terá uma ampla área para shows populares, apresentação de cantores, peças musicais e teatrais e para manifestações de clubes, entidades e associações, abrangendo 24 mil pessoas.

Ao longo da pista de apresentação serão construídos 238 camarotes com 12 lugares cada, que poderão ser vendidos garantindo arrecadação adicional para o carnaval ou eventos populares.

A imprensa conta com áreas especiais de localização, inclusive uma passarela com dez metros de altura, e várias opções ao longo da pista.

Camaval — "Está se tomando realidade o sonho de termos um local digno e capaz para a realização de um grande carnaval. Estamos aqui para agradecer ao governador Vivaldo Frota, em nome de todos os grupos e escolas de samba, por esta iniciativa que permitirá até mesmo o aumento das escolas de samba. Na verdade prometemos que em 1992 teremos 18 Escolas de Samba: todos de nível para grandes espetáculos no Centro Cultural" afirmou o presidente da Federação das Escolas de Samba, José Roberto Correia, ao abraçar, emocionado, o governador, ao lado do secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Rodemarck Castelo Branco e do presidente da Entematur, Rômulo Nunes.

Vivaldo convida Jô a ver o Centro Cultural

O governador Vivaldo Frota enviou dois telegramas, na manhã de ontem, esclarecendo dúvidas sobre a administração pública, que resultaram em posições injustas de algumas pessoas. Um telegrama foi enviado para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Amazonas, Edson de Oliveira, sobre o comportamento do governo em relação às reivindicações salariais dos professores e o outro para o humorista Jô Soares que fez críticas, ironizando a construção do Centro Cultural.

Advogado — Este é o texto do telegrama enviada a Edson de Oliveira.

"Em atenção ao telex que me foi dirigido por V. Sa. informo-lhe que jamais deixei de receber ninguém e principalmente funcionários ou seus representantes legais. Com relação ao pleito de aumento salarial de professores, quero informar ao eminente presidente que de acordo com a tabela que foi publicada na imprensa local e que deve ter sido lida por V. Sa. os professores do Amazonas são os melhores pagos do Brasil estando seus salários acima dos salários pagos aos professores dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e outros. Lamento profundamente ter que repetir que o assunto foge inteiramente à competência dessa instituição, da qual sou, membro nato e ex-presidente.

Centro Cultural — Este é o texto do telegrama enviado a Jô Soares.

"Tomei conhecimento comentário desrespeitoso e inverídico feito por V. Sa. em seu programa levado no ar dia 27 deste mês, referindo-se à suposta construção de um sambódromo em Manaus. Atribuindo tal fato à deturpação da verdade, esclareço-lhe que o governo do Estado não está construindo nenhum sambódromo, mas sim um Centro Cultural, dotado de 112 salas de aula para abrigar 10 mil alunos, sendo dotado, ainda, de quadras de esportes em todas as modalidades, biblioteca, cinema, creche, posto médico, restaurante, anfiteatro público para espetáculos artísticos das mais diversas modalidades e, inclusive, uma pista para apresentação de desfiles escolares, militares, folclóricos e carnavalescos.

Presto-lhe estas informações em respeito não somente à qualidade de seu programa, mas sobretudo na verdade, vez que V. Sa. não tem nenhuma necessidade de apelar para a difamação e injúria com o objetivo de conquistar notoriedade, porque já a possui.

Caso queira constatar pessoalmente a improcedência de sua manifestação, basta avisar que este governo está pronto a lhe enviar passagem e custear estada, a fim de que, em Manaus, verifique a obra que está sendo feita e que é do máximo interesse para um povo sofrido como o povo amazonense, que não tem o direito de viver com os privilégios daqueles que, como V. Sa. nasceram e vivem no Sul do País.



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS - RELATÓRIO

Manaus, 13 de julho de 1990.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado:

O Governo, embuido dos mais salutarés propósitos em atender os reclamos do povo, e, o interesse social, originou a idéia do aproveitamento da área entre a Vila Olímpica e o Estádio Vivaldo Lima no sentido de erigir a Ala Cultural do Complexo.

Em decorrência do exposto, instamos a COMAGI - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO ATAYDE GIRARDI LTDA., que elaborasse o projeto executivo com a respectiva proposta de execução das obras da futura "Ala Cultural" para integrar o Centro de Educação Física e Desportos do Estado do Amazonas do qual faz parte a Vila Olímpica e por extensão o Estádio Vivaldo Lima (Processo nº 2556 /90-SETRAN).

A urgência do empreendimento prende-se ao fato da imperiosa necessidade da execução imediata do Projeto, para atender a necessidade da Administração em ~~ter integrado~~ ao Conjunto Arquitetônico a VILA OLÍMPICA, a ALA CULTURAL e por extensão o ESTÁDIO VIVALDO LIMA e com isso dotar Manaus de uma praça Desportiva Cívica Cultural e evitar o preenchimento da referida área pela Indústria nociva de invasores de terras públicas, no ano político que experimentamos, com inevitáveis prejuízos do Saneamento Básico pelo afavelamento da área, como está ocorrendo com a área contígua que fica por trás do HOSPITAL EDUARDO RIBEIRO.

O fato de termos solicitado a "COMAGI" o projeto executivo para o objetivo colimado, vem de encontro ao interesse da Administração pelas vantagens resultantes de sua con



ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS

-02-

tinuidade, já que se encontra com um canteiro de obras no local a ser utilizado, bem assim, pela comprovada idoneidade financeira e técnica demonstrada de há muito na execução do projeto de restauração do Teatro Amazonas e na execução da Vila Olímpica, o que justifica uma contratação sem licitação, como também, evitar delongas dos processos licitatórios comuns, e no retardamento da execução da Obra que tem prazo certo para entrega, o que resultará em palpável economia de tempo e recursos financeiros à Administração.

Daí concluo pela elaboração de termo de renovação do Contrato nº 013/88-SETRAN observado o disposto no art. 22 incisos IV e V combinado com o art. 24 do Decreto-Lei nº 2.300 de 21 de novembro de 1986, devendo Vossa Excelência ratificar e autorizar aludida conclusão através de competente Decreto se com esse concordar.

Accite Vossa Excelência as expressões do nosso elevado apreço e singular respeito.

Engº JOSÉ BRAZ DE ESPINOSA RAIOL
Secretário de Estado dos Transportes e Obras

Art. 39 - Revoga-se as disposições em con-

trário. Art. 39 - Este decreto entrará em vigor na

data de sua publicação. CABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ

VITALINO DOS SANTOS Governador do Estado

JOSE NILO DE OLIVEIRA Secretário de Educação e Cultura

Nº 13.129 DE 11 DE JULHO DE 1990

PÚBLICA a conclusão final do Relatório sobre licitação para execução de

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 54, item VIII, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO, que a execução do Projeto de "Ala Cultural" do complexo Centro de Educação Física e Desportos, do Estado do Amapá, do qual fazem parte a Vila Olímpica e o Estádio Municipal, não pode sofrer solução de continuidade, por

CONSIDERANDO, finalmente, que consoante o Decreto nº 3.309/85, é dispensável a licitação pelas vantagens e vantagens de sua continuidade, como consta do Processo nº 2556/90

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificada a conclusão final do Relatório do Secretário de Estado dos Transportes e Obras, que era dispensável a licitação para a execução de "Ala Cultural" como complementação do Centro de Educação Física e Desportos do Estado do Amapá, através de renovação do Contrato nº 013/88-SETRAM, por força do art. 3º, incisos IV e V, do Decreto nº 3.300, de 21 de novembro de 1988.

Parágrafo único - A elaboração dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo são adjudicados à firma COMAR REGISTRACOES E COMERCIO ATASDE CIPARDI LTDA., ficando a Secretária de Estado dos Transportes e Obras, autorizada a proceder à lavatura do termo de renovação do Contrato nº 013/88-SETRAM, observadas as demais condições legais.

Art. 2º Revoga-se as disposições em contrário de este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus, 11 de julho de 1990.

VITALINO DOS SANTOS Governador do Estado

JOSE NILO DE OLIVEIRA Secretário de Estado dos Transportes e Obras

DECRETO Nº 12.119 DE 05 DE ABRIL DE 1990

CRIA a Escola Estadual "JOÃO BOSCO PANTOJA EVANGELISTA" em Manaus, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 54, item VIII, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO ainda, o que consta do Processo nº 003386/90-CACOV,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, com validade a contar de 01.03.90, a Escola Estadual "JOÃO BOSCO PANTOJA EVANGELISTA", localizada à Rua Pa. Apolinário - Crepense I, ficando a ser vinculada à Unidade Educacional da Crepense.

Art. 2º - Fica criada(s) uma Função Gratificada de Diretor do Estabelecimento de Ensino PEE (01) e uma Função Gratificada, símbolo FG-7, destinadas à Escola de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - A Secretária de Estado de Educação e Cultura estabelecerá os Cursos e modalidades de ensino a serem ministrados na Escola, através do Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ, em Manaus, 05 de abril de 1990.

Desembargador WALDIR SOUSA ROCHA Governador do Estado, em exercício.

C.O.P. CONFERE Cópia ORIGINAL Em 22 SET 1990 MARCOS DINIEL DIAS DE ANDRADE Secretário de Estado de Educação e Cultura, em exercício

*Reproduzido por haver saído com inscrição no D.O. de 05.04.90

Diário Oficial

ESTADO DO AMAPÁ, 11 DE JULHO DE 1990 EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO GOVERNADOR DO AMAPÁ Nº 13.129

JOSE ALVES PACHECO, DIRETOR DA CASA OFICIAL RODRIGUES NUNES BASTIA, COORDENADOR DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

OFICINAS: Rua Leopoldo Mülher, 1119 - Crepense CEP 67010 - Manaus - Amazonas

TELEFONES 332-4171/33-6170/33-6142/33-6140/33-6111

Anúncios:

(1990)

CAPITAL BÁLCÃO CONFINIO SEMESTRAL C\$ 300,00 C\$ 1.200,00

PREÇO DA EDIÇÃO: C\$ 70,00



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador GILBERTO MESTRINHO
OF. SF GSGM Nº 214/99

Brasília, 14 de outubro de 1999.

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o, cordialmente, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja feita uma pesquisa nos arquivos desta instituição, com as seguintes informações:

- Quais os convênios firmados entre o Governo de Estado do Amazonas e o FNDE nos anos de 1991 e 1992;
- Entre o Secretaria de Estado de Educação do Amazonas e o FNDE nos anos de 1991 e 1992;
- Quais as prestações de contas destes mesmos convênios estão homologadas, aprovadas e/ou com alguma pendência, ou
- Se estão todas aprovadas.

Na expectativa da acolhida ao presente pleito, encerro, renovando-lhe os votos de estima e consideração.

PAULA F. S. DE CASTRO
Chefe de Gabinete

Exmo. Sr.
PAULO RENATO DE SOUZA
Ministro de Estado da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco "A"
BRASÍLIA - DF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS – GECAP
DIRETORIA FINANCEIRA – DIROF

OFÍCIO N.º 2053 /99-DIROF/FNDE

Brasília, 19 de Outubro de 1999.

Senhora Chefe de Gabinete,

Atendendo solicitação contida no OF.SF GSGM nº 214/99, de 14/10/99, encaminhamos anexo, as situações das prestações de contas dos convênios firmados nos exercícios de 1991 e 1992, entre esta Autarquia e a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – AM.

Na oportunidade, informamos que neste período mencionado, conforme consulta realizada em nossos sistemas operacionais, não existe nenhuma pendência relacionada com esta Autarquia.

Vale mencionar que não existe termo de convênio firmado com o Governo de Estado do Amazonas e o FNDE, uma vez que a celebração de convênio, aconteceu diretamente entre esta Autarquia e a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – AM.

Atenciosamente,


JOSÉ FERNANDO UCHÔA TENÓRIO
GERENTE

A Vossa Senhoria a Senhora
Paula F. S. de Castro
Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho
Brasília - DF



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador GILBERTO MESTRINHO
OF. SF GSGM Nº 215/99

Brasília, 14 de outubro de 1999.

Senhor Ministro.

Cumprimentando-o, cordialmente, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja verificado se o Convênio 4209/91, firmado entre a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas e o FNDE encontra-se com as prestações de contas aprovadas e/ou homologadas.

Solicito ainda, que, seja enviada a cópia do ofício que pede a aprovação e/ou a homologação da referida prestação de conta.

Na expectativa da acolhida ao presente pleito, encerro, renovando-lhe os votos de estima e consideração.

PAULA F. S. DE CASTRO
Chefe de Gabinete

Exmo. Sr.
PAULO RENATO DE SOUZA
Ministro de Estado de Educação
Esplanada dos Ministérios Bl "A"
BRASÍLIA - DF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS – GECAP
DIRETORIA FINANCEIRA – DIROF

OFÍCIO N.º 2137/99-DIROF/FNDE

Brasília, 26 de 10 de 1999.

Senhora Chefe de Gabinete,

Atendendo solicitação contida no OF.SF GSGM nº 215/99, de 14/10/99, informamos que a prestação de contas do convênio n.º 4209/91 firmado entre esta Autarquia e a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – AM encontra-se aprovada e homologada no SIAFI.

Na oportunidade, encaminhamos anexo, documentação que comprova a veracidade da informação prestada.

Atenciosamente,


JOSÉ FERNANDO UCHÔA TENÓRIO
GERENTE

A Vossa Senhoria a Senhora
Paula F. S. de Castro
Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho
Brasília – DF

ACAO DE REINTEGRACAO DE POSSE

No. 155/93 - Requerente:- ANSELMA MARIA DA SILVA MENDES (Advo. Dr. João Freire da Cunha Filho). Requerido:- MARIA ANTUNIETA MOURA (Advo. Dr. José Eldair de Souza Martins). SENTENÇA:- Considerando que, dada essas circunstâncias e estado de coisas, estão plenamente configurados a ausência de requisitos essenciais, bem como a total ausência de provas do alegado na inicial, a que por si só inibe o prosseguimento da demanda, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, nos termos dos art. 3, 28, 267, I, IV, VI e 301, II e X, todos do código de Processo Civil. P.R.I., e, certificado o trânsito em julgado, Arquive-se observadas as formalidades legais. (a) Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro, Juiz de Direito.

ACAO POPULAR

No. 211/90 - Requerente:- SERAFIM FERNANDES CORREA (advo. Dr. Adalberto Cezar de Carvalho). Requeridos:- VIVALDO BARROS FROTA (Advo. Dr. Vivaldo Barros Frota), COMAGI-CONSTRUCOES E COMERCIO ATAYDE GIRARDI LTDA (Advo. Dr. Aluysio Nobre de Freitas), ENGO. JOSE BRAZ DE CHERMONT RAYOL (Dr. Rômulo Corrêa). Litisconsorte:- O ESTADO DO AMAZONAS (Procurador. Dr. José das Graças Barroso de Carvalho). SENTENÇA:- POSTO ISTO, livre em meu convencimento, com respaldo em tudo que dos autos ostentam, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados pelo Autor, entendendo legal o termo de Renovação do Contrato No. 013/88, celebrado entre o Estado do Amazonas e COMAGI-Constuções e Comércio Atayde-Girardi Ltda, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, em 25.07.90. Deixo de condenar em honorários advocatícios e custas judiciais, por entender o Autor, portador de boa fé, obediente ao que dispõe o art. 19 da Lei 4.717/65, após o trânsito em julgado desta decisão, determino a subida dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para o reexame obrigatório. P.R.I. (a) Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro, Juiz de Direito.

Manaus, 02 de maio de 1994

Estelita B. da Silva
 ESTELITA BARROSO DA SILVA
 ESCRIVA.

FI 1518

IMPRESSO OFICIAL
 ESTADO DO AMAZONAS
 LIVRE COM OR. TA.
 27.07.200

[Handwritten marks and signatures]



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DOCUMENTO DE ARRECADACÃO - DAR

01 RESERVADO

02 CRIMBO PADRONIZADO

04 162 244/0001-21

COMAGI CONSTRUÇÕES E COMERCIO
ATAYDE GIRARDI LIDA.

v. Constantino Nery Nº 2480
BAIRRO: CHAPADA - CEP 69060

MANAUS

A M

CODIGO DO CONTRIBUINTE

03 PERIODO DE REFERENCIA	04 EXERCICIO	05 PARCELA	06 DATA DO PAGAMENTO	07 CODIGO MUNICIPIO
12	94			260
08 DOCUMENTO DE ORIGEM	09 OUTRAS INFORMACOES			
	14102			

10 ESPECIFICACAO DA RECEITA

INDENIZACOES E RESTITUICOES

19 IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE

COMAGI - Construções e Comércio Atayde Girardi Ltda

20 OBSERVACOES

Ref. indenização conforme rescisão do contrato nº 41/93
- SETRAM - objeto: cobertura dos blocos "D" e "H" do Centro de
Convenções de Manaus.

12 TRIBUTOS	13 VALOR
5729	8.114,08
MULTA	
JUROS	
CORRECAO MONETARIA	
TAXA DE EXPEDIENTE	
TOTAL	8.114,08

AUTENTICACAO: NO VERSO

15 - VIA SETAT

CARIMBO DO AGENTE ARRECADADOR

IDENTIFICACAO DO CAIXA OU AGENTE RECEDEDOR

AUTENTICACAO

19-09-2012 15:00:00



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

CERTIDÃO - Nº 12/2001.

CERTIFICO, para os devidos fins e a pedido do interessado, que, até a presente data, de acordo com informações prestadas pela Secretaria de Controle Externo no Amazonas, **NÃO CONSTA** do cadastro de julgamentos deste Tribunal registro de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais sob a responsabilidade do Senhor **GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO**, ex-Governador do Estado do Amazonas, atual Senador da República, CPF nº 000.659.192-20.

Brasília, em 17 de julho de 2001.

VALMIR CAMPELO
Vice-Presidente,
no exercício da Presidência



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

CERTIDÃO - Nº 083/2000.

CERTIFICO, para os devidos fins, a requerimento do interessado que, até a presente data, **NÃO CONSTA** no processo nº TC-225.179/1993-8, Relatório de Levantamento de Auditoria realizado no Governo do Estado do Amazonas, ato que estabeleça a responsabilidade do Senhor **GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO**, CPF nº 000.659.192-20, ex-Governador do Estado do Amazonas/AM, Senador da República, pelos fatos tratados no mencionado processo.

Brasília, em 25 de outubro de 2000.

RAM SARAIVA
Presidente



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Data Link
17/03/1993 Referência

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1993

Dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É criada a Corregedoria do Senado Federal constituída de um Corregedor e três Corregedores substitutos, os quais serão eleitos na forma pelo qual o são os demais membros da Comissão Diretora.

Art. 2º Compete ao Corregedor ou Corregedor substituto:

- I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;
- II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes à segurança interna e externa da Casa;
- III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;
- IV - fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.

Art. 3º O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 4º Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 5º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor, ou Corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

1º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que couber.

2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

3º Servirá de escrivão funcionário estável do Senado designado pelo presidente do inquérito.

4º O inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade competente.

5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente do Senado, atendendo-se nesta hipótese, ao prescrito no art. 53,

§ 3º da Constituição Federal.

6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

7º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1993.

SENADOR HÚMBERTO LUCENA
Presidente



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Data Link
17/03/1993 [Referência](#)

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

Dos Deveres Fundamentais do Senador

Art. 1º No exercício do mandato, o Senador atenderá à prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º São deveres fundamentais do Senador:

- I - promover a defesa dos interesses populares e nacionais;
- II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;
- IV - apresentar-se ao Senado durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinária e participar das sessões do plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional.

CAPÍTULO II

Das Vedações Constitucionais

Art. 3º É expressamente vedado ao Senador:

- I - desde a expedição do diploma:
 - a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
 - b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior;
- II - desde a posse:
 - a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
 - b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, a;
 - c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;
 - d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo (Constituição Federal, art. 54).

§ 1º Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas **a** e **b** do inciso I e **a** e **c** do inciso II, para os fins do presente Código de Ética e Decoro Parlamentar, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo Poder Público.

§ 2º A proibição constante da alínea **a** do inciso I compreende o Senador, como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por eles controladas.

§ 3º Consideram-se pessoas jurídicas às quais se aplica a vedação referida na alínea **a** do inciso II, para os fins do presente Código, os Fundos de Investimentos Regionais e Setoriais.

CAPÍTULO III

Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 4º É, ainda, vedado ao Senador:

I - celebrar contrato com instituição financeira controlada pelo Poder Público, incluídos nesta vedação, além do Senador como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas;

II - dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º É permitido ao Senador, bem como a seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras referidas no inciso I.

2º Excluem-se da proibição constante do inciso II a direção ou gestão de jornais, editoras de livros e similares.

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar;

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

II - a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Parágrafo único. Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo:

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Senador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente as suas finalidades estatutárias;

II - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

CAPÍTULO IV

Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 6º O Senador apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as seguintes declarações obrigatórias periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano da legislatura: **Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos**, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como Senador;

II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento do prazo para entrega da Declaração do Imposto de Renda das pessoas físicas: cópia da **Declaração de Imposto de Renda** do Senador e do seu Cônjuge ou companheira;

III - ao assumir o mandato e ao ser indicado membro de Comissão Permanente ou Temporária da Casa: **Declaração de Atividades Econômicas ou Profissionais**, atuais ou anteriores, ainda que delas se encontre transitoriamente afastado, com a respectiva remuneração ou rendimento, inclusive quaisquer pagamentos que continuem a ser efetuados por antigo empregador;

IV - durante o exercício do mandato, em Comissão ou em Plenário, ao iniciar-se a apreciação de matéria que envolva diretamente seus interesses patrimoniais:

Declaração de Interesse, em que, a seu exclusivo critério, declare-se impedido de

participar ou explicitar as razões pelas quais, a seu juízo, entenda como legítima sua participação na discussão e votação.

§ 1º Caberá ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar diligenciar para a publicação e divulgação das declarações referidas neste artigo, pelo menos nos seguintes veículos:

- I - no órgão de publicação oficial - onde será feita sua publicação integral;
- II - em um jornal diário de grande circulação no Estado a que pertença o Parlamentar - em forma de aviso resumido da publicação feita no órgão oficial;
- III - no Programa "Voz do Brasil/Senado Federal" - na forma do inciso anterior.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior poderá qualquer cidadão solicitar diretamente, mediante requerimento à Mesa do Senado, quaisquer informações que se contenham nas declarações apresentadas pelos Senadores:

CAPÍTULO V

Das Medidas Disciplinares

Art. 7º As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 8º A advertência é medida disciplinar de competência dos Presidentes do Senado, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 9º A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada pelos Presidentes do Senado, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Senador que:

- I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;
- II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;
- III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave não couber, ao Senador que:

- I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;
- II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício do Senado, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 10. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Senador que:

- I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;
- II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste Código, especialmente quanto à observância do disposto no art. 6º;
- III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou Comissão haja resolvido devam ficar secretos;
- IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;
- V - faltar, sem motivo justificado, a dez sessões ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Art. 11. Serão punidas com a perda do mandato:

- I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no art. 3º (Constituição Federal, art. 55);
- II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos arts. 4º e 5º (Constituição Federal, art. 55);
- III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do art. 55 da Constituição.

CAPÍTULO VI

Do Processo Disciplinar

Art. 12 A sanção de que trata o art. 10 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15, excetuada a hipótese do parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. Quando se tratar de infração ao inciso V do art. 10, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 13. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, na forma prevista nos arts. 14 e 15 (Constituição Federal, art. 55, § 2º). Parágrafo único. Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 55 da Constituição, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 14. Oferecida representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do art. 17, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 15. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Senador, que terá o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de cinco sessões ordinárias do Senado, salvo na hipótese do art. 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de cinco sessões ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, será o processo encaminhado à Mesa do Senado e, uma vez lido no Expediente, será publicado no **Diário do Congresso Nacional** e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 16. É facultado ao Senador, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias.

§ 3º Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11, procederá na forma do art. 15.

§ 4º Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Senador.

Art. 18. Quando um Senador for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente do Senado, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 19. As apurações de fatos e de responsabilidade previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa do Senado, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 20. O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do Senador ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 21. Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

CAPÍTULO VII

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 22. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal.

Art. 23. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por quinze membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre Partidos Políticos ou Blocos Parlamentares não representados.

§ 1º Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos Senadores que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo Partido.

§ 2º As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Senador indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do art. 6º.

§ 3º Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais do Senado, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos arts. 8º e 11, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro e março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 24. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e designação de Relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discrição e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a três reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de seis reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 25. O Corregedor do Senado participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. O Orçamento Anual do Senado consignará dotação específica, com os recursos necessários à publicação das Declarações Obrigatórias previstas no art. 6º.

Art. 27. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de março de 1993.

Senador Humberto Lucena

Presidente

###RSF-000020-0-000-17-03-1993@@@REP01+++

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I

Dos Deveres Fundamentais do Senador

Art. 1º No exercício do mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º São deveres fundamentais do Senador:

- I - promover a defesa dos interesses populares e nacionais;
- II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, particularmente das instituições democráticas e representativas, e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;
- IV - apresentar-se ao Senado durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinária e participar das sessões do plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional.

CAPÍTULO II

Das Vedações Constitucionais

Art. 3º É expressamente vedado ao Senador:

- I - desde a expedição do diploma:
 - a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
 - b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior;
- II - desde a posse:
 - a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
 - b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, a;
 - c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;
 - d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo (Constituição Federal, art. 54).

§ 1º Consideram-se incluídas nas proibições previstas nos incisos I, a e b, e II, a e c.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, do PSB do Rio de Janeiro, por cessão da emittente Senadora Heloísa Helena.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos retornando aos trabalhos da Casa em meio a tensões que transitam não só dentro do Senado com as acusações levantadas sobre nosso Presidente licenciado, mas também tensões que transitam pelo País em meio a gravidade da situação econômica e social que vivemos. Episódios que caracterizam uma tensão gravíssima têm alertado a Nação e a todos nós, cidadãos e representantes, sobre os riscos de uma desagregação em escala mais avançada da economia e da própria sociedade brasileira.

Sabemos dos episódios ocorridos no âmbito das polícias, que ainda estão repontando aqui e ali. Além disso, há insatisfação de todo o funcionalismo, enfim, de todo o conjunto de servidores federais e estaduais deste País, que estão com seus salários congelados, mesmo diante da existência de taxas inflação que, embora baixas, são concretas e significam perda real de rendimentos desses servidores, que têm a mais alta responsabilidade. Tudo isso, somado, traz perspectivas de nuvens pesadas no horizonte. A situação da Argentina é motivo de inquietação para o Brasil. Há quase um consenso no mundo sobre a inviabilidade do modelo econômico adotado pela Argentina. Isso significa uma transformação negativa muito grande na economia e na sociedade daquele País, com reflexos naturais que incidirão sobre o Brasil.

E agora o Brasil novamente recorre ao Fundo Monetário a fim de garantir seus compromissos internacionais no futuro. A situação é extremamente grave e decorre de uma orientação política que temos, desta tribuna, tantas vezes condenado, mostrando que existem alternativas, que este País tem uma economia sólida, estruturada com muito sacrifício por parte da população e da sociedade brasileira e que está sendo corroída pela insistência em uma política absolutamente desgastante.

Sr. Presidente, na semana passada repetiu-se pela quarta vez o episódio do abandono, da desistência, da Pasta do Desenvolvimento pelo Sr. Ministro. Na verdade, trata-se de uma desistência. Ou seja, Ministros do Desenvolvimento deixam a sua Pasta por verificarem objetivamente que é impossível exercer a tarefa do desenvolvimento econômico do País, uma vez que ela é incompatível com a política financeira e econômica traçada pelo Ministério da Fazenda e do

Planejamento. Tal política é absolutamente restritiva, contrária a qualquer idéia de desenvolvimento. Isso significa que não há, no horizonte, pelo menos até a assunção de um novo Governo, muito esperado pela Nação brasileira, perspectiva de retomada do desenvolvimento.

Lembro-me dos compromissos e das promessas na campanha, quando o próprio Presidente falava em retomada do desenvolvimento como o único caminho pelo qual se poderia combater o flagelo do desemprego e ter uma perspectiva de melhoria da distribuição de renda, porque na margem desse crescimento fica mais fácil exercitar e realizar políticas de distribuição da riqueza e da renda no País.

O que é fato, no entanto, Sr. Presidente, é que não há possibilidade de desenvolvimento. E mantida a atual política que o Governo trata de perenizar pela institucionalização de alguns instrumentos, como essa idéia de um banco central independente, que garante que o novo Governo não poderá alterar essa política desastrosa, continuaremos subservientes ao mercado financeiro internacional, ao Fundo Monetário e a tudo isso que está na raiz dos nossos problemas atuais.

Desenvolvimento, Sr. Presidente, é uma expressão com a qual mantive muito contato na minha juventude. Minha vida profissional foi toda no Banco do Desenvolvimento Econômico, no BNDE. Ingressei no primeiro concurso, em 1955, exatamente no momento em que esse banco se caracterizou como uma verdadeira agência do projeto nacional de desenvolvimento brasileiro que teve um êxito muito grande. Teve, também, é verdade, falhas muito grandes no tocante à distribuição e à educação, mas produziu resultados que nenhum outro país naquele momento conseguiu, colocando o Brasil exatamente na situação de economia mais avançada entre aqueles países então considerados subdesenvolvidos.

O desenvolvimento era uma promessa dos grandes centros capitalistas do mundo, naquele momento, para os países retardatários em termos das suas respectivas economias. As palavras de ordem eram a reconstrução para a Europa de vasta e o desenvolvimento para os países da América Latina, da África, da Ásia, sendo que no caso dos países da África e da Ásia o desenvolvimento vinha também mesclado com as promessas da independência, da descolonização, da autonomia. Ou seja, o desenvolvimento propriamente dito era uma promessa específica para a América Latina. Livros e livros foram escritos descrevendo o que seria o desenvolvimento, as suas condições, as suas possibilidades de realização,

discussões travadas em fóruns da maior diversidade, mas todos preocupados com a questão de dar àqueles países retardados economicamente a possibilidade de preenchimento do hiato econômico que os separava dos países mais ricos e, às suas populações, a promessa de uma melhoria substancial e palpável na sua qualidade de vida.

Instituições foram criadas, como o Banco Mundial, o Bird, que era o Banco internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, reconstrução para os países da Europa, onde foram despejados dezenas e centenas de bilhões de dólares para propiciar a reconstrução, o que foi conseguido; e desenvolvimento para os países do chamado Terceiro Mundo, especificamente para a América Latina; também foi criado o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; o Brasil criou o BNDE para esse fim.

No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa expressão desenvolvimento simplesmente sumiu do dicionário econômico. Hoje, fala-se em mercado: mercado financeiro, mercado de produtos, de bens e de serviços. Nessa visão neoliberal e globalizante de hoje, o desenvolvimento é uma consequência da atuação do mercado. É preciso, portanto, que o mercado se sensibilize e encontre, nos países mais retardatários, possibilidades de investimento atrativas para poder investir e produzir algum tipo de melhora na formação do produto bruto, ainda que produzindo, também, desigualdades crescentes.

O fato é que o projeto de desenvolvimento era algo ligado à soberania das nações, eram projetos nacionais, projetos de Estados-Nação. Entretanto, o mercado e a visão neoliberal não só jogaram no lixo a expressão desenvolvimento, tirando-a do dicionário econômico, como também eliminaram ou reduziram substancialmente a soberania e o papel dos Estados-Nação, na medida em que esse desenvolvimento fica dependente das decisões no mercado financeiro internacional, criando vulnerabilidades crescentes para todos os Estados-Nação que continuaram existindo e acreditando em uma soberania que, dia-a-dia, se vê mais reduzida.

Assim, Sr. Presidente, não é surpreendente que não possamos ter um Ministro do Desenvolvimento, simplesmente porque, neste modelo, não existe mais desenvolvimento. Temos que ter ministros do mercado financeiro, como é o caso do Sr. Pedro Malan. Precisamos ter ministros do superávit primário, exigência do FMI, como é o caso do Sr. Martus Tavares. Não há, portanto, mais lugar para Ministro do Desenvolvimento. E o Sr. Alcides Tápias, reconhecendo essa realidade, pediu o chapéu e foi-se embora. O novo Ministro vai

encontrar a mesma realidade e irá seguir, evidentemente, o mesmo caminho do Ministro Alcides Tápias.

É esse o drama que estamos vivendo. Enquanto isso, a sociedade está se deteriorando, esgarçando-se com greves da polícia, saques, etc. No Rio de Janeiro, por exemplo, houve um incêndio em um grande mercado da Ceasa. Depois de extinto, tendo ainda sobrado alguns alimentos deteriorados, a população invadiu aquele mercado para apanhá-los e ter algo para alimentar a família. Um espetáculo deprimente e revoltante, mas que faz parte deste dia-a-dia que estamos vivendo em decorrência precisamente do fato de que não existe mais desenvolvimento e, sim, um mercado financeiro que é absolutamente cruel com as questões sociais e absolutamente exigente nas questões de afirmação dos seus interesses sobre as soberanias dos Estados nacionais.

Então, quero dizer que o fato da demissão do Ministro Alcides Tápias não pode surpreender a ninguém, porque o Ministério dele já não existia, não exercia missão nenhuma, não tinha função nenhuma. Ou seja, era um Ministério absolutamente vazio, na medida em que, no atual modelo, não há espaço para se pensar em desenvolvimento.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Concedo o aparte ao nobre Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Roberto Saturnino, quero me somar à total manifestação de V. Ex^a. Inclusive, quero dizer que me surpreendo com o noticiário da grande imprensa, da mídia brasileira e, principalmente, com o noticiário do setor econômico, colocando a questão da Argentina, ou seja, o que a Argentina fez agora – um pacote de contenção de despesas, um pacote de geração de superávit para também pagar o serviço da dívida, redução dos salários dos funcionários e redução dos salários dos aposentados – como algo que tivesse trazido algum alívio ou alguma solução para o problema. Tudo o que a Argentina fez o Brasil fez de pois: obedeceu às ordens, às determinações dos países desenvolvidos; atendeu à questão do mercado, da globalização; estatizou praticamente todo o seu patrimônio e não conseguiu reduzir a sua dívida. É um país praticamente falido, com desemprego altíssimo, em extrema dificuldade. Eu, sinceramente, não consigo compreender o pensamento desses economistas, porque não há nenhuma solução, nem para a Argentina, nem para o Brasil – e principalmente para o Brasil – que não seja uma nova fórmula de encarar o pagamento da dívida

externa e dívida pública interna brasileira. Senador Roberto Saturnino, estamos à beira da falência! Esse Governo é irresponsável, é incompetente! Essa equipe comandada pelo Sr. Pedro Malan e pelo Sr. Armínio Fraga não tem responsabilidade com o que está fazendo, é absolutamente inseqüente. O Brasil está caminhando para uma situação que será pior ainda que a da Argentina. Não temos condições de continuar pagando dessa dívida. Hoje está em todos os jornais brasileiros que será retirado qualquer aumento salarial do funcionalismo público, apesar dos sete anos sem reajuste! Está nas manchetes de primeira página dos jornais que o Brasil, com R\$1,7 bilhão ao mês, acabaria com a miséria, com a indigência, com a pobreza e com a fome do povo brasileiro, essa fome citada por V. Ex^a que leva as pessoas a invadir depósitos com o fim de pegar alimentos deteriorados para sua sobrevivência. E estamos pagando por mês, só da dívida pública interna, cerca de R\$11 bilhões! E R\$1,7 bilhão seriam suficientes para acabar com a fome e a miséria no Brasil. Essa equipe econômica é irresponsável, esse Governo é incompetente, não sabe como conduzir uma política e está levando o País ao caos, a uma situação de miséria e de insolvência! O Brasil está caminhando para a insolvência e para um quadro muito pior que o da Argentina. Espero que o povo brasileiro e os políticos acordem antes que a situação fique pior. E tomara que possamos mudar a forma de pagar essa dívida. Hoje, os juros Selic do Banco Central já estão em 19%! Isso é um absurdo, é um crime! A dívida pública brasileira está chegando à casa dos 60% do PIB, quando sempre se afirmou que ela jamais passaria de 45%. Essa situação não pode continuar. Por sorte, estamos perto de um ano eleitoral e, com certeza, esse Governo não será eleito. E espero que venha um novo Governo que tenha a coragem de enfrentar essa situação do mundo, em que o poder financeiro é quem determina o que as economias de países como o nosso têm que fazer. Somo-me às preocupações de V. Ex^a, mas fico angustiado porque, além de não podermos ainda resolver o problema, este Governo cada dia coloca o País em situação de mais dificuldades. Conseqüentemente, quem arcará com a irresponsabilidade desse Governo será o povo e a próxima Administração. Penso que essa solução deveria vir agora, mas como os Congressistas, em sua maioria, fecham os olhos e tapam os ouvidos para a grave situação brasileira, infelizmente não podemos fazer nada, porque quem manda no Congresso Nacional é o Senhor Fernando Henrique Cardoso, e não os Senadores ou os Depu-

tados Federais. Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Obrigado digo eu, Senador Ademir Andrade. V. Ex^a tem toda a razão, e a sua preocupação soma-se à minha. Estamos juntos nesta apreciação e na grande tensão que vivemos a respeito do futuro, não do futuro de longo prazo, mas no de curto e médio prazos deste País.

Senador Ademir Andrade, não tenho a mínima expectativa de mudança dessa política desastrosa com esse Governo que aí está, porque mesmo que ele quisesse transformar esse quadro, agora não poderia mais, porque não tem autoridade para exercitar uma política alternativa. O Executivo tem de insistir, ir ao fundo e levar o País ao fundo. Não sei que fundo será esse!

Senador Ademir Andrade, não sei se não teremos de decidir aqui no Congresso Nacional até uma antecipação das eleições por alguns meses, para evitar algo que pode ser catastrófico. Não sei! A gravidade é tamanha e a perspectiva de mudança é tão nula que só um novo Governo – creio eu, instaurado com apoio popular que lhe dê legitimidade para produzir mudanças substanciais poderá retirar o País desta situação. Talvez tenhamos de antecipar esse evento, porque não sei se o País suportará essa crise até a posse normal do novo Governo, que seria em janeiro de 2003.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço, com muita atenção, o Senador Geraldo Cândido.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Saturnino, parabéns V. Ex^a pelo pronunciamento e pelo tema que aborda, que aflige a população brasileira. Os cidadãos de bem, de boa vontade e de bom senso não podem concordar com a situação do povo pobre do nosso País. V. Ex^a, como Parlamentar do Rio de Janeiro, refere-se à situação do povo do nosso Estado, aos moradores do Bairro de Acari, na Fazenda Botafogo, que saquearam os escombros da Casa para pegar alimentos já em estado de putrefação, para se alimentar. Esse episódio atingiu frontalmente a dignidade humana. É essa a situação de grande parte da população brasileira. Não é só em Acari, na Fazenda Botafogo. Temos essa situação na Baixada Fluminense e em Caxias, por exemplo. No lixão de Caxias, as pessoas catam até restos de comida podre, disputada com os urubus. Os que passam por essa localidade no nosso Estado têm essa

triste visão freqüentemente. Essa é a situação do povo brasileiro. Hoje temos mais de 50 milhões de indigentes neste País, já que os que vivem com menos de meio salário mínimo não são pobres, são indigentes, miseráveis, abandonados, vivendo na miséria absoluta. Apesar disso, os acordos com o FMI são vergonhosos. O nosso Governo não abre mão de destinar parte dos recursos arrecadados para pagar juros da dívida externa. Contudo, não investe em saúde, educação, no bem-estar da população, no saneamento, em nada absolutamente. E a população cada vez mais se afunda na miséria. E a Imprensa mostra isso no dia-a-dia. Portanto, parabéns V. Ex^a pelo assunto abordado. Estamos solidários não só com a população do Estado do Rio de Janeiro, mas com todos os pobres do nosso País. Por isso, queremos o fim imediato desse Governo. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Cândido. Realmente, senti-me obrigado a trazer este tema ao debate no Senado, apesar de que há outra questão que nos ocupa atualmente – as investigações das denúncias que recaem sobre o Senador Jader Barbalho. E o Senado não pode se omitir, não pode fugir dessa responsabilidade. Esta Casa tem que fazer esse julgamento no Conselho de Ética. Não adianta pensarmos em “dar um jeitinho”, tentando jogar o assunto para o Poder Judiciário ou para o Ministério Público. Não! Eventualmente, o julgamento de qualquer ação criminal é do Ministério Público e do Poder Judiciário, mas o julgamento político é nosso! Não podemos fugir a esta responsabilidade. Temos que enfrentar a questão, mas temos que enfrentá-la logo, por que há outros assuntos mais graves ainda, que dizem respeito à encruzilhada em que o destino nacional está metido. Esses assuntos precisam da nossa atenção, do nosso debate, para que tomemos aqui decisões que minimizem os aspectos desastrosos dessa política econômica sofrida por toda a Nação brasileira e por todo o povo brasileiro.

Dessa forma, Sr. Presidente, trago este assunto à tribuna, apesar de saber que há outro urgente e grave a ser enfrentado, a questão do Senador Jader Barbalho. Contudo, não podemos deixar de lado outros pontos que também constituem nossa obrigação fundamental e precípua, nosso compromisso com a Nação brasileira e com o povo sofrido deste País, representado por nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência prorroga, de ofício, o tempo destinado ao Expediente.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, hoje, fazer uma comunicação a esta Casa e à Nação que me enche de orgulho, como representante de Roraima. Há poucos dias, foi feita a interconexão da energia que vem da Venezuela, da hidrelétrica de Guri, até Boa Vista, capital de Roraima. Portanto, ao contrário do que está acontecendo com as Regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste e outros Estados da Região Norte, que estão tendo de racionar energia, Roraima tem hoje energia elétrica vindada da Venezuela, que lhe garante abastecimento por 25 anos, pelo menos.

O Senhor Presidente Fernando Henrique estará em Boa Vista nos próximos dias, para formalmente inaugurar essa linha de transmissão. Vamos ter uma energia comprada da Venezuela, mas uma energia firme, barata, gerada por uma hidrelétrica que é equivalente à de Itaipu.

Aproveito também para registrar que, embora a obra tenha sido do Governo Federal, houve o empenho pessoal do Governador Neudo Campos, que não se deitou naqueles louros ou na comodidade de dizer que o problema era federal e que, por isso, não moveria nenhuma palha para sensibilizar as autoridades – que, diga-se de passagem, no início, eram completamente contrárias a essa linha de transmissão.

Hoje, a linha está concluída, energizada, e isso se deveu muito ao trabalho particular de S. Ex^a em convencer não só as autoridades brasileiras, como também as venezuelanas de que seria bom para ambos os países. Tanto a Venezuela vai ter o seu sul energizado – a sua parte subdesenvolvida –, quanto o Brasil, o seu extremo norte, graças a esse trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que faço este registro positivo da ação do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual – repito que, se não fosse o empenho pessoal do Governador Neudo Campos, isso não teria sido possível; basta ver o contraste com o clima de apatia no resto do País –, que rotam também assimilar o meu inconformismo, como Senador, com a deselegância do Presidente da Eletronorte, que, indo a Roraima para fazer os testes de energização da linha, convidou apenas um Senador do Estado de Roraima. O Presidente da Eletronorte, aliás, tem feito pouco caso do resto da representação do Estado e precisa, inclusive, dar algumas explicações sobre irregularidades co-

medidas na Bovespa, a subsidiária da Eletronorte em Roraima, pelo cidadão Waldemar Johanson, que, inclusive, foi afastado da companhia.

Portanto, além de registrar o fato auspicioso da energização da rede, menciono esse outro fato infeliz, triste, do Presidente da Eletronorte, que decididamente procura agir de maneira facciosa, parcial, sem levar em conta que não é o dono da Eletronorte e que não lhe pertencem, exclusivamente, as decisões e as ações políticas e administrativas que devem ser tomadas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na capital do meu Estado, haverá um acontecimento de muita significação.

Quem conhece o Amazonas sabe as dificuldades que o interior atravessa, sobretudo o jovem que termina o segundo grau e tem fechadas todas as perspectivas de cursar uma universidade, ora pela distância, ora pela impossibilidade de pagar um curso, seja Direito, Medicina ou Odontologia, em uma universidade particular. Se alguns não dispõem de recursos suficientes na capital, quanto mais aqueles egressos do interior.

Hoje, está sendo inaugurada a Universidade Estadual do Amazonas. Quando as suas portas foram abertas para que jovens se habilitassem ao vestibular, aconteceu uma população de 170 mil inscritos, o que dá a idéia do número de pessoas que queria dispor de um curso e não podia se pagar a inscrição.

Após essa inscrição gratuita, os aprovados vão freqüentar uma universidade sem nenhum dispêndio, e o mais interessante é que os que foram aprovados no interior – e não foram poucos – terão a possibilidade de obter uma bolsa de estudos gratuita, até o final do curso.

Sr. Presidente, isso é obra do Governador Amazonino Mendes e, talvez, a sua maior vitória no campo administrativo. Hoje, dá-se a aula inaugural, proferida por S. Ex^a, e a posse do Magnífico Reitor Lourenço dos Santos Braga. Amanhã, a aula será ministrada

pelo ex-Presidente da República José Sarney, muito ligado à região; na sexta-feira e no sábado, por outros profissionais do Direito, professores de faculdades, entre os quais, o meu modesto nome. Proferirei uma aula no sábado para mil alunos, aproximadamente.

Quero dizer, Sr. Presidente, com os dados que aquite nho, que a palavra "universidade" apareceu, na vida medieval, com o mesmo sentido de **universitas**, em latim. E do latim nos foi trazida, ainda outro dia, pelo mestre de todos nós, o Senador Lauro Campos, professor universitário melhor do que eu, com maiores luzes.

Talvez, fosse bom lembrar que a primeira universidade que surgiu na Idade Média, a Universidade de Bolonha, limitava-se ao estudo do Direito; depois, seguiu-se a de Salerno, de Medicina, e, mais tarde, a de Paris, onde o ensino das ciências era apenas um complemento. Ora, recordando a sua origem e chegando a um Estado como o nosso, no extremo norte, onde todas as dificuldades são registradas, verificamos que uma obra deste porte nos proporciona orgulho de ser amazonense.

Sr. Presidente, ao final destes cinco minutos que V. Ex^a, na tolerância regimental, concedeu-me, quero requerer à Mesa, por se tratar de um acontecimento da maior significação, que faça constar da Ata dos nossos trabalhos este registro e que dele seja dado conhecimento ao Governador Amazonino Mendes e ao Magnífico Reitor Lourenço dos Santos Braga.

Quando nada se faz justiça na Câmara Alta, no instante em que a instituição atravessa crise da maior seriedade, uma anotação que vale a pena. Praza aos céus que todos os governantes soubessem que investir na educação é a melhor forma de retribuição para o homem público.

O requerimento está feito. Espero que V. Ex^a o defira na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, último orador, para uma comunicação inadiável.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de 400 caminhoneiros continuam bloqueando o tráfego na BR-364, no trecho que liga Porto Velho a Rio Branco, a 165 km da capital de Rondônia, nas proximidades de Mutum-Paraná. Isso está levando o Estado do Acre a um sério e concreto risco de colapso, no abastecimento de derivados de petróleo e de praticamente todos os produtos ali consumidos.

O movimento dos caminhoneiros tem a finalidade de exigir do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a recuperação do leito daquela rodovia, entre a cidade de Porto Velho e a margem do rio Madeira, na confluência com o rio Abunã e, dali, até a capital do Acre, Rio Branco. O tráfico está sendo impedido há vários dias, afetando não apenas veículos de passageiros, mas principalmente os carros-tanques que levam combustível para Rio Branco e as cidades acreanas de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Bujari, Sena Madureira, Porto Acre, Xapuri, Brasília, Epitaciolândia e Assis Brasil – todas elas abastecidas a partir da base da Petrobrás em Porto Velho.

Para entender-se melhor a situação, creio ser importante explicar que gasolina, óleo diesel, gás de cozinha, e outros derivados de petróleo, são produzidos pela refinaria amazonense de Manaus e de lá transportados para o terminal da Petrobrás, em Porto Velho, através do rio Madeira, que é navegável o ano todo. De Porto Velho, esse combustível segue em caminhões-tanques para Rio Branco e as outras localidades do meu Estado a que me referi.

Aproveitando a oportunidade deste registro, apelo ao Diretor-Geral do DNER, no sentido de ser cumprido compromisso assumido com os caminhoneiros, que, há 60 dias, já haviam esboçado um movimento semelhante a esse, protestando contra as condições precárias do leito da BR-364 no Sudoeste da Amazônia. Nenhuma providência concreta foi adotada que solucionasse o problema!

A consequência é que, agora, eles efetivamente decidiram bloquear a estrada, fechando-a a todos os veículos que se destinem ao Estado do Acre ou dele sejam provenientes, com destino às demais Unidades da Federação.

Devido a esse bloqueio, muitos postos de gasolina, em Rio Branco, enfrentam a impossibilidade de atender à demanda dos consumidores, porque seus estoques se esgotaram.

Quero dizer, por fim, Sr. Presidente, que esse movimento dos caminhoneiros pode ter outros graves desdobramentos, inclusive atingindo o já precário fornecimento de energia para as cidades do Acre, cujas usinas termelétricas são movidas a óleo diesel ou óleo combustível.

As últimas informações dão conta de que o DNER e a Polícia Rodoviária Federal encaminharam uma delegação até Mutum-Paraná, para negociar com os líderes dos caminhoneiros. Mas até agora nenhuma solução concreta foi encontrada.

Mesmo assim, reafirmo a esperança de que o Diretor-Geral do DNER e o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, ponham termo a essa situação – a curto prazo, desobstruindo o estrecho bloqueio dos peões manifestantes; logo a seguir, adotando as providências eficazes e definitivas, a partir da recuperação desse trecho da BR-364, cujas péssimas condições estão inviabilizando o tráfego normal dos veículos que se originam ou se destinam ao meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, os seguintes Ofícios:

– Nº S/25, de 2001 (nº 66/2001, na origem), de 29 de junho último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 116121, que declarou a inconstitucionalidade da expressão “locação de bens móveis”, constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, pronunciando, ainda, a inconstitucionalidade da mesma expressão, contida no item 78 do § 3º do artigo 50 da Lista de Serviços da Lei nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos-SP (inconstitucionalidade de imposição de ISS sobre contrato de locação);

– Nº S/26, de 2001 (nº 67/2001, na origem), de 29 de junho último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 188391, que declarou a inconstitucionalidade dos arts. 86, I, II e III; 87, I e II; 91; 93, I e II; e 94, I e II, todos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, do Município de São Paulo (inconstitucionalidade de taxas por não terem por objeto serviço público divisível); e

– Nº S/27, de 2001 (nº 75/2001, na origem), de 5 de julho último, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 192527, que declarou a inconstitucionalidade do inciso XXII e da alínea b do inciso XXIII do art. 52, da Lei

Complementar nº 1, de 1990, Lei Orgânica do Município de Antonina, Estado do Paraná, na redação dada pela Emenda nº 7, de 1992, do referido Município (julgamento de Prefeito – in viação da competência do Tribunal de Justiça pela Câmara Municipal).

Os expedientes vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Presidente do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/28, de 2001 (nº 1.760/2001, na origem), de 13 de julho último, solicitando interpretação autêntica do Senado Federal sobre o disposto no art. 2º § 1º, inciso IV, da Resolução nº 78, de 1998, em face da solicitação do Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado do Mato Grosso, para assinar aditivo contratual junto ao Banco do Brasil S/A, no valor de quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos, a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 2001.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os seguintes Ofícios:

– Nº S/29, de 2001 (nº 1.763/2001, na origem), de 13 de julho último, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Município de Juiz de Fora (MG) para contratar operação de crédito como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT, no valor de dois milhões, noventa e quatro mil e novecentos e sessenta e oito reais, com finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do Município; e

– Nº S/30, de 2001 (nº 1.869/2001, na origem), de 23 de julho último, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da operação de compra e venda de ações da Companhia Pernambucana de Saneamento S/A – Compesa, emvolvendo o Estado de Pernambuco e a Caixa Econômica Federal – CEF.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

– nº 103, de 2001 (nº 2.722/2001, na origem), de 20 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 371/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizada na construção de contornos ferroviários no Corredor Transmetropolitano em Araraquara/SP (TC 012.234/2000-4).

– nº 104, de 2001 (nº 2.780/2001, na origem), de 25 de junho último, encaminhando cópia do Acórdão nº 362, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada na Secretaria de Saúde e no Instituto Estadual de Saúde Pública do Estado do Espírito Santo, tendo como objeto a aplicação de recursos federais na aquisição de medicamentos (TC – 015.816/99-0);

– nº 105, de 2001 (nº 2.836/2001, na origem), de 25 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 138, de 2001-TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Serviço de Assistência Médico-Infantil de Campina Grande (PB) (TC – 005.774/2000-5);

– nº 106, de 2001 (nº 2.868/2001, na origem), de 27 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 406, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, ainda Relatório de Inspeção, referente a Denúncia feita contra a Coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Sergipe (TC – 007.646/99-2); e

– nº 107, de 2001 (nº 2.991/2001, na origem), de 27 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 332, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal de Contas da União e o Reino Unido, no período de 04.09 a 13.10.2000, na Secretaria de Educação à Distância do Ministério da Educação, com a finalidade de verificar em que medida o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo pode melhor contribuir para aumentar as oportunidades de uso pedagógico da informática nas escolas do sistema público de ensino (TC – 012.374/2000-3).

Os Avisos vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O Aviso nº 107, de 2001, vai às Comissões de Educação e de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.762/2001, na origem, de 13 de julho último, enca-

minhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de maio de 2001.

Informa ainda que, no âmbito daquela Instituição, foram autorizadas duas operações de ARO, não tendo sido deferidas ou indeferidas outras operações de crédito sujeitas à Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/13, de 2001, vai à Comissão Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2001

Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao BNB — Banco do Nordeste do Brasil S.A e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São anistia dos 50% (cinquenta por cento) das dívidas de pescadores e pequenos produtores rurais, bem como as de suas colônias e cooperativas, contraídas junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., — BNB, relacionadas a financiamentos de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste — FNE e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT.

Parágrafo primeiro. Os saldos devidos das dívidas referidas no **caput**, após a aplicação do redutor de 50%, serão refinanciados por dez anos, com três anos de carência, à taxa de juros de 3% ao ano.

Parágrafo segundo. Os anistiados por essa lei poderão contrair novos empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., sem quaisquer embargos ou restrições.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os pequenos produtores rurais sempre tiveram papel de destaque e relevância na economia nordestina e mereceram tratamento favorecido por parte do Governo.

Até a década de 80, os empréstimos agrícolas aos pequenos proprietários levavam juros subsidiados. Havia o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO, que proporcionava ao agricultor cobertura total ou parcial da dívida, em caso de prejuízo, perda da produção, por motivo de estiagem, seca ou calamidade pública.

Infelizmente o tratamento favorecido à agricultura praticamente desapareceu nos anos 90. O Proagro foi desativado. Os recursos financeiros colocados à disposição dos produtores agropecuários passaram a ter custo muito elevado, com juros acima da TR ou da TJLP.

Nos últimos 6 anos, as condições climáticas têm sido muito adversas, a ponto de inviabilizar o pagamento da maior parte das dívidas de estabelecimentos agropecuários. Em diversas áreas do Nordeste, especialmente no Alto Sertão Paraibano, há empobrecimento e insolvência quase que generalizados da classe dos pequenos produtores agrícolas.

Na proposição do presente projeto, dedico também igual tratamento aos pescadores, que em tempos atuais têm se organizado em colônias, com vistas a obtenção de melhor produtividade no resultado de suas pescas, e enfrentam idênticos problemas aos dos pequenos produtores rurais.

Por outro lado, injusto seria se propusessemos a anistia parcial das dívidas dos pescadores e pequenos produtores rurais se não lhes proporcionassem a oportunidade de contrair novos empréstimos, visando o retorno ao trabalho, provendo-lhes a subsistência própria e de suas famílias. São enormes as carências da região Nordeste, a seca verde e o desemprego têm levado a fome e o desespero à população.

Este projeto de lei vem propor um tratamento justo e racional àqueles que representam o estio da agricultura, da pecuária e do setor pesqueiro do Nordeste.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. **Wellington Roberto.**

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2001

Dispõe sobre o ressarcimento dos recursos utilizados no pagamento do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores pagos em razão do disposto no art. 10 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, pelos adquirentes de automóveis de passeio ou utilitários, bem como pelos consumidores de gasolina ou álcool para veículos automotores, constituem crédito contra a Fazenda Nacional, que poderá ser utilizado na:

I — compensação de débitos relativos a:

a) impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal;

b) contribuições administradas pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

II — aquisição de ações de empresas estatais constantes do Programa Nacional de Desestatização;

III — arrematação de mercadorias apreendidas, leiloadas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 2º O Poder Executivo expedirá as instruções necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o disposto no art. 16 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, o empréstimo compulsório incidente na aquisição de automóveis de passeio e utilitários, assim como na compra de gasolina ou álcool, para veículos automotores, deveria ser resgatado no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado pelo mencionado decreto-lei.

Essa modalidade de pagamento — títulos em vez de moeda corrente — motivou a declaração de inconstitucionalidade do referido empréstimo compulsório, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários nºs 121.336 e 175.385 (**leading cases**) e em numerosos outros julgados.

Em decorrência desse entendimento do STF, o Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei (PL nº 3.720, de 1993), alterando o disposto no Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, para determinar o resgate em dinheiro do empréstimo compulsório.

Aprovado em regime de urgência, o projeto foi integralmente vetado pelo Chefe do Poder Executivo, atendendo à ponderação do Ministro da Fazenda, nos seguintes termos: "... o prazo de um ano para efetivação do pagamento do empréstimo parece-nos

muito curto para ser viabilizado... De acordo com o acima exposto e considerando que a instituição do empréstimo compulsório foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e que esse tem assegurado aos mutuantes recorrentes a restituição dos valores em moeda corrente, sugere-se que seja encontrada uma solução que atenda ao Supremo, mas que não coloque em risco o processo de estabilização econômica. Assim, sugere-se o veto ao projeto de lei e o encaminhamento, pelo Executivo, de outro que adie o início da devolução para o fim de 1994 e alongue mais os prazos de restituição".

Apreciado aos 30 de março de 1995, em sessão conjunta do Congresso Nacional, o veto foi mantido.

Desde então, decorridos mais de seis anos, não se tem conhecimento de qualquer iniciativa governamental no sentido de viabilizar o resgate do empréstimo compulsório criado pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 1986.

Daí a oportunidade da presente iniciativa, que objetiva reduzir o passivo da União para com os contribuintes do empréstimo compulsório, sem provocar expansão monetária, o que é fundamental no combate à inflação.

A sistemática de ressarcimento proposta não exige qualquer desembolso do Governo. O empréstimo compulsório será resgatado gradualmente, mediante sua compensação com débitos do contribuinte relativos a impostos e contribuições federais, ou pela sua utilização na compra de ações de empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização, ou no pagamento do preço de mercadorias estrangeiras adquiridas em leilão promovido pela Secretaria da Receita Federal.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. _
Senador **Álvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

DECRETO LEI Nº 2.288, DE 23 DE JULHO DE 1986

Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, e de acordo com o artigo 15, item III, do Código

Tributário Nacional (Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966),

.....
Art 16. O empréstimo será resgatado no último dia do terceiro ano posterior ao seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado neste decreto-lei.

§ 1º O valor de resgate do empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina e álcool será igual ao valor do consumo médio por veículo, verificado no ano do recolhimento, segundo cálculo a ser divulgado pela Secretaria da Receita Federal, acrescido de rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

§ 2º O empréstimo compulsório sobre aquisição de automóveis de passeio e utilitários terá rendimento equivalente ao das Cadernetas de Poupança.

.....
Classe/Origem **Relator**
RE-121336/CE Ministro SEPULVEDA PERTENCE
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Publicação **Julgamento**
DJ DATA-26-6-92 PP- 10108 EMENT
VOL-01667-03 PP-00482 RTJ VOL-00 139-
02 PP-00624 11/10/1990 - TRIBUNAL PLENO

Ementa

"Empréstimo compulsório".(DL. 2.288/86, art. 10 -

incidência na aquisição de automóveis de passeio, com resgate de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento: inconstitucionalidade.

1. "Empréstimo compulsório, ainda que compulsório, continua empréstimo" (Victor Nunes Leal): utilizando-se, para definir o instituto de Direito Público, do termo empréstimo, posto que compulsório — obrigação **ex lege** e não contratual -, a Constituição vinculou o legislador a essencialidade da restituição na mesma espécie, seja por força do princípio explícito do art. 110 Código Tributário Nacional, seja porque a identidade do objeto das prestações recíprocas e indissociável da significação jurídica vulgar do vocábulo empregado. Portanto, não é empréstimo compulsório mas tributo, a imposição de prestação pecuniária para receber, no futuro, quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento: conclusão unânime a respeito.

2. Entendimento da minoria, incluído o relator segundo o qual - admitindo—se em tese que a exação questionada, não sendo empréstimo, poderia

legitimar-se, quando se caracterizasse imposto restituível de competência da União - , no caso, a reputou inválido porque ora configura tributo reservado ao Estado (ICM), ora imposto inconstitucional, porque discriminatório.

3. Entendimento majoritário, segundo o qual, no caso, não pode, sequer em tese, cogitar de dar validade, como imposto federal restituível, ao que a lei pretendeu instituir como empréstimo compulsório, porque "não se pode, a título de se interpretar uma lei conforme a Constituição, dar—lhe sentido que falseie ou vicie objetivo legislativo em ponto essencial"; dúvidas, ademais, quanto à subsistência, no sistema constitucional vigente, da possibilidade do imposto restituível.

4. Recurso extraordinário da União, conhecido pela letra "b", mas, desprovido: decisão unânime:

.....
Classe/Origem **Relator**
RE-175385/SC Ministro MARCO AURELIO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Publicação **Julgamento**
DJ DATA-24-02-95 PP-03687 01/12/1994 -TribunalPleno
EMENT VOL-01776-04PP-00004

Ementa

EMPRESTIMO COMPULSORIO - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. O empréstimo compulsório alusivo à aquisição de combustíveis — Decreto-Lei nº 2.288/86 mostra—se inconstitucional tendo em conta a forma de devolução — quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento — ao invés de operar-se na mesma espécie em que recolhido — Precedente: Recurso Extraordinário nº 121.336-CE.

.....
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 111, DE 1993

(Nº 3.720/93, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Altera o disposto no Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, e na Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, para determinar o resgate em dinheiro do empréstimo compulsório.

O Congresso Nacional decreta:

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos
- decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projetos de resolução que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 2001

Altera a Resolução nº 20, de 1993, que Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 5º
.....
Parágrafo único.
.....

III — a retirada de assinatura de requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito do Senado ou Mista, após o protocolo do documento junto à Mesa Diretora do Senado Federal.”(NR)

Art. 2º Esta resolução entra em Vigor na data de sua publicação.

Justificação

A função de Controle externo, que constitui competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme determina a Constituição Federal; no inciso X do art. 49 é a que lhe permite fiscalizar e controlar diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. As comissões parlamentares de inquérito, mistas ou de cada uma das Casas do Congresso Nacional, desempenham relevante papel no exercício dessa função e dependem, para sua criação, do cumprimento de três requisitos: requerimento de pelo menos um terço dos membros de cada Casa, para as comissões de cada uma e de ambas, para as comissões conjuntas, além de terem por objeto a apuração de fato de terminada e prazo certo de funcionamento.

Além dessas condições, essenciais para a instalação dessas comissões, outras são fundamentais para que as funções de fiscalização e controle sejam exercidas em sua plenitude, assim, o Congresso não pode ser alvo de pressões, diretas ou indiretas, por

parte do Executivo, nem sob a forma de imposições dos líderes para mudanças de posicionamento em relação a determinadas matérias de interesse daquele poder, nem por meio da liberação de recursos para projetos de interesse do parlamentar ou eventual aprovação de emendas orçamentárias.

Assim, para assegurar ao Congresso a necessária independência com relação ao Executivo, é fundamental que se criem vedações determinadas práticas, como a retirada de assinatura de Senador em requerimento para criação de comissão de inquérito, em decorrência de eventuais pressões ou ameaças vindas de representantes daquele Poder. Por esse motivo, estamos propondo o acréscimo, no parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 20 de 1993 — que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, de um novo dispositivo, para incluir, no rol de atos considerados incompatíveis com a ética e o decoro, a retirada de assinatura de requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito do Senado ou Mista, após o protocolo do documento junto à Mesa-Diretora do Senado Federal.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. – **Lauro Campos.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I — o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art 55, § 1º);

II — a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III — a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Parágrafo único. Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo:

I — a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer

outra rubrica; a entidades ou instituições das quais participe o Senador, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou de outro, até o terceiro-grau, bem como pessoajurídica diretaouindiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II — a criação ou autorização de encargos, em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contrada possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 49.(*). É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 2001

Altera a Resolução nº 53, de 1997, que Regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art 6º da Resolução nº53, de 1997, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 6º A doação com ou sem encargo, de bens móveis que integram o patrimônio do Senado Federal, depende de autorização da Comissão Diretora, devidamente fundamentada.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução nº 53, de 1997, regulamenta, no âmbito do Senado Federal, no que concerne à alienação de bens móveis e imóveis, os arts. 17 e 18 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, que Regula menta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui

normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Ocorre que a Lei nº 8.666/93, Estatuto das Licitações vigente, é aplicável a todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no que se refere a licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, tanto no que diz respeito à administração direta, quanto no que tange aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia-mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente por qualquer deles (art. 1º, **caput** e parágrafo único).

Assim, ao regulamentar os arts. 17 e 18 da referida lei, não poderia a Resolução nº 53/97, do Senado, proibir – e ainda da maneira taxativa e absoluta como o faz – toda e qualquer espécie de doação de bens que integram seu patrimônio, pois o Estatuto das Licitações prevê essa forma de alienação, pela Administração Pública amplamente entendida, direta e indireta, com a inclusão explícita de todos os Poderes das três esferas político-jurídicas do País.

Quanto aos bens imóveis, a alienação depende de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, de avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensável dentre outros, nos casos “*de doação,... permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo*” (art. 17, **caput**, introdução e inciso I, **b**, da Lei nº 8.666/93). (Grifamos).

Quanto aos bens móveis, além dos requisitos constantes do **caput** para toda e qualquer alienação de bens públicos (existência de interesse público devidamente justificado e avaliação), a alienação dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta, dentre outros, nos casos de “...doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação” (art. 17, II, **a**, da Lei nº 8.666/93).

A Lei 8.666/93 prevê, ainda, no § 4º do art. 17, que “a doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo

dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado”.

Ao proibir, em seu art. 6º, aquilo que normas constantes dos dispositivos regulamentados permitem, a Resolução nº 53/97, do Senado, na verdade, inovou, legislou em contraposição a partes da lei, incidindo em inconstitucionalidade e injuridicidade, pois o Regulamento não pode contrariar a lei cuja aplicação concretiza e particulariza (inconstitucionalidade, por violação do princípio contido no art. 84, IV, da Carta Magna), nem quebrar-lhe a sistemática e organicidade (= injuridicidade).

Nosso projeto visa, destarte, não a abrir as comportas para doações indiscriminadas e de fundamentação jurídica e moralidade duvidosas – o que, aliás, seria inviável, do ponto-de-vista jurídico-constitucional, e incoerente, do ponto-de-vista de nossos princípios e conduta políticos – mas, dando nova redação ao art. 6º da Resolução nº 53/97, do Senado Federal, a expungir a norma interna do vício jurídico que a macula e ensejar, no âmbito da Casa, aplicação irrestrita das normas do Estatuto das Licitações, se e quando isso se justifique.

Ante todo o exposto, contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. –
Senador **Roberto Saturnino**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

RESOLUÇÃO Nº53, DE 1997

Regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis.

O Senado Federal resolve:

.....
Art. 6º Em nenhuma hipótese admitir-se-á a doação, com ou sem encargo, de bens que integram o patrimônio do Senado Federal.
.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da

Administração Pública, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

SEÇÃO VI Das Alienações

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação em pagamento;

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo;

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta lei;

d) investidura;

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo; (Alínea incluída pela Lei nº 8.883, de 8-6-94)

f) alienação, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis construídos e destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais de interesse social, por órgãos ou entidades da administração pública especificamente criados para esse fim; (Alínea incluída pela Lei nº 8.883, de 8-6-94)

II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;

d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente;

e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;

f) venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea **b** do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.

§ 2º A Administração poderá conceder direito real de uso de bens imóveis, dispensada licitação, quando o uso se destina a outro órgão ou entidade da Administração Pública.

§ 3º Entende-se por investidura, para os fins desta lei:

I – a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea **a** do inciso II do art. 23 desta lei; (Inciso incluído pela Lei nº 9.648, de 27-5-98)

II – a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão. (Inciso incluído pela Lei nº 9.848, de 27-5-98)

§ 4º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8-6-94)

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.883, de 8-6-94)

§ 6º Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior ao limite previsto no art. 23, inciso II, alínea **b** desta lei, a

Administração poderá permitir o leilão. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.883, de 8-6-94)

Art. 18. Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos serão publicados e, em seguida, ficarão sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 2001**

Altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, de titular de cargo no âmbito do Poder Executivo que seja detentor de mandato e cuja escolha dependa da aprovação prévia do Senado Federal, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O **caput** do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República ou titular de cargo no âmbito do Poder Executivo que detenha mandato e cuja escolha dependa da aprovação prévia do Senado Federal para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.”

Justificação

É da tradição de nosso Direito Constitucional, desde a Carta de 1934, a obrigação de os Ministros de Estado comparecerem ao Congresso Nacional para prestar informações, quando convocados. Trata-se de norma que se compatibiliza com a competência do Poder Legislativo de exercer a fiscalização das atividades do Poder Executivo. Ou seja, essa faculdade atribuída à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal representa um dos diversos elementos dos chamados freios e contrapesos existentes em nossa Constituição, que permitem a realização do princípio da independência e harmonia entre os Poderes da República.

Em 1994, com vistas a tornar mais efetiva essa prerrogativa do Congresso Nacional, a obrigação de comparecimento perante seus órgãos foi estendida, pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, aos titulares de órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República que não são Ministros de Estado.

As recentes alterações na estrutura da Administração Pública brasileira, com a criação das agências reguladoras, no entanto, estão a exigir uma nova ampliação dessa prerrogativa. Isso ocorre porque as agências, ainda que, formalmente, se revistam da condição de autarquias e se vinculem a um determinado ministério, gozam de um grau elevado de autonomia para o exercício de suas funções. Assim, essas entidades, que detêm amplas competências e cujo número é crescente, cobrindo, cada vez mais, áreas de atuação do Governo antes subordinadas diretamente aos ministérios, não se obrigam à permanente prestação de contas ao seu respectivo ministro supervisor e, além disso, seus dirigentes têm mandato fixo, não podendo ser demitidos **ad nutum**.

Desse forma, com a existência das agências reguladoras, não é mais suficiente que as Casas do Congresso Nacional e suas comissões possam convocar tão-somente, os Ministros de Estado e titulares dos demais órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, sob o risco de elas se verem incapazes de exercer adequadamente as suas funções fiscalizadoras.

Assim, submetemos aos nossos pares a presente proposta de emenda à Constituição, visando adaptar a nossa Carta Magna à nova realidade trazida com as profundas mudanças - hoje em andamento - no perfil da Administração Pública. Trata-se, destarte, de dotar o Poder Legislativo de instrumentos mais consentâneos com o momento presente.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. _ **Roberto Saturnino - Bernardo Cabral - Antonio Carlos Valadares - Nabor Junior - Mozarildo Cavalcanti - Maria do Carmo Alves - Romeu Tuma - Geraldo Mello - Ronaldo Cunha Lima - Eduardo Siqueira Campos - Leomar Quintanilha - Ademir Andrade - Ricardo Santos - Roberto Requião - Geraldo Cândido - Osmar Dias - Lauro Campos - Romero Jucá - Wellington Roberto - José Eduardo Dutra - Antero Paes de Barros - Valmir Amaral - Amir Lando - Valdek Ornelas - Antonio Carlos Junior - Marina Silva - Pedro Simon - Heloísa Helena - Arlindo Porto - José Alencar.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 50. * A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2001**

**Altera o inciso V do art. 37 da
Constituição Federal, para determinar
que no mínimo cinquenta por cento dos
cargos em comissão sejam ocupados
por servidores de carreira.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso V do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.

.....
V — as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos não inferiores a

cinquenta por cento previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;”

Art. 2º Os entes federados cujos cargos em comissão estejam ocupados em desacordo com o percentual mínimo estabelecido no inciso V do art. 37 da Constituição terão dois anos, contados da publicação desta Emenda Constitucional, para se adaptar a essa exigência.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A profissionalização dá função pública é universalmente reconhecida como um dos elementos mais importantes para garantir a eficiência e a qualidade da prestação de serviços públicos à população.

É imperioso reconhecer que, ainda que de forma lenta e com retrocessos, o BraSil tem caminhado nesse sentido. Podemos citar, aqui, desde iniciativas mais longínquas, como a criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, até a introdução, pela vigente Carta Constitucional, da exigência absoluta de concurso para acesso ao cargo e ao emprego públicos.

Na mesma direção, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a chamada “Reforma Administrativa”, alterou o inciso V do art. 37 da Lei Maior, estabelecendo que as funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e que os cargos em comissão, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, deverão ser ocupados por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei.

A alteração feita pela citada EC nº 19, de 1998, entretanto, não se revelou suficiente. De um lado, a falta da edição da lei que a emenda previu tem retirado, totalmente, a eficácia do dispositivo. De outro, a norma, como está, pode levar a que, mesmo regulamentada, tenha seu efeito fortemente mitigado, com o estabelecimento de percentuais extremamente reduzidos de ocupação obrigatória dos cargos em comissão por servidores de carreira.

Assim, para viabilizar que se continue buscando a profissionalização do serviço público, impõe-se alterar o citado inciso V do art. 37 da Constituição, para inserir nele a previsão de que a ocupação de cargos em comissão por servidores de carreira não pode ser inferior à metade do número daqueles cargos. Trata-se de quantitativo que permitirá,

simultaneamente, a garantia da continuidade na Administração Pública e a liberdade do Governo de colocar em cargos de natureza mais fortemente política pessoas de sua confiança, mesmo que estranhos à Administração Pública, conciliando a administração e a política.

Ressalte-se que, para dar eficácia imediata ao comando que se pretende alterar e, ao mesmo tempo, dar tempo aos diversos entes federados para se adaptar às novas exigências, prevê-se regra transitória, concedendo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios prazo de dois anos para a necessária adequação.

Desta forma, temos a certeza de que a presente proposta de emenda à Constituição se traduzirá em importante avanço na direção da mais do que desejável profissionalização da Administração Pública brasileira, sem engessar a necessária liberdade para livre nomeação dos cargos de natureza política, tendo como consequência a melhor prestação de serviços públicos à população, objetivo maior do Estado.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. _
Roberto Saturnino _ Bernardo Cabral _ Antonio Carlos Valadares _ Nabor Junior _ Mozarildo Cavalcanti _ Maria do Carmo Alves _ Romeu Tuma _ Geraldo Melo _ Ronaldo Cunha Lima _ Leomar Quintanilha _ Eduardo Siqueira Campos _ Ademir Andrade _ Geraldo Cândido _ Osmar Dias _ Lauro Campos _ Romero Jucá _ Wellington Roberto _ José Eduardo Dutra _ Antero Paes de Barros _ Valmir Amaral _ Amir Lando _ Marina Silva _ Pedro Simon _ Heloisa Helena _ Arlindo Porto _ José Alencar _ Alvaro Dias _ Casildo Maldaner.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL**

.....
"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"
.....

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

"V _ as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;"
.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e vusteio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – As propostas de emenda à Constituição, que acabam de ser lidas, estão sujeitas às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno, que seja adiada do dia 2 de agosto para o dia 30 de agosto de 2001 a homenagem a ser prestada, na hora do expediente, a Pedro Aleixo, pelo centenário de seu nascimento, aprovada pelo Plenário do Senado Federal, segundo o Requerimento nº 23, de 2001.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. _
Fracelino Pereira _ Bello Parga _ Arlindo Porto _ Nabor Júnior José Alencar _ Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2001

Senhor Presidente,

Tendo sido designado Relator do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, que "Altera dispositivo da Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados", venho, por este, requerer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 8, e do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que a tramitação da referida proposição legislativa se faça em conjunto com os seguintes projetos de lei, que versam sobre a mesma matéria e já se encontram submetidos ao regime de tramitação conjunta:

PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e nºs 94, 190 e 232, de 2000.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001.

Geraldo Althoff.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 61/01-Presidência/CCJ

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SE) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 291, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 62/01-Presidência/CCJ

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SE) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 302, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outro(s) Sr(s). Senador(es).

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, _ **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que, no dia 20 de julho, recebeu o Requerimento nº 397, de 2001, do Senador Jader Barbalho, solicitando licença do cargo de Presidente do Senado Federal, pelo prazo de sessenta dias, a qual foi deferida pelo 1º Vice-Presidente da Casa, que desde então assumiu as funções e atribuições constitucionais, legais e regimentais correspondentes ao cargo de Presidente do Senado Federal durante a vigência da referida licença.

É o seguinte o teor do expediente do despacho:

REQUERIMENTO Nº 397, DE 2001

Brasília, 20 de julho de 2001

Senhor Vice-Presidente do Senado Federal
M.D. Senador Edison Lobão

A atividade política foi um sonho que, apaixonadamente, acalentei desde minha juventude, quando, no movimento estudantil, ousávamos desafiar a truculência dos governos ditatoriais. Obtive, pelo voto, os mandatos de vereador, deputado estadual, deputado federal, por duas oportunidades governador do meu querido estado do Pará e, agora, Senador da República.

Muito além de pretensões pessoais, expus minha própria vida na defesa dos direitos mínimos da pessoa humana, da liberdade de expressão e da reconquista dos exercícios elementares da cidadania e da democracia, como o voto direto para Presidência da República. Conquista que mais me orgulha e nunca me será subtraída. O custo da democratização foi elevado, por ela muitos perderam a vida, e nós não podemos negligenciar tais conquistas.

Eleito Presidente do Senado Federal, situei-me acima das paixões partidárias, dos ódios e ressentimentos, para que a Casa reconquistasse sua

ascendência no cenário político nacional. Para mim, o rancor não passa de um conceito, jamais um sentimento.

Assumi o cargo imbuído do propósito de contribuir para melhorarmos nosso País, por meio da retomada das reformas tributária, política e do Judiciário. Pretendi a discussão imediata de temas prioritários para o País, aqueles que interferem diretamente no cotidiano de nossos cidadãos.

Há 15 meses sou vítima de um denunciismo desumano. Os regentes atiram as pedras e escondem as mãos. Nada, absolutamente nada, vem embasado em provas. São expedientes recorrentes, como os seriados, que parecem não ter fim. Todos remontam a períodos anteriores ao meu mandato de Senador da República.

O caso Banpará, ressuscitado pela enésima vez, já foi arquivado em seis oportunidades pelo Ministério Público Federal e Estadual. Em todas elas concluiu-se pela improcedência das acusações, com base em pareceres do próprio Banco Central que, conclusivamente, em 1992, isentou-me nominalmente de responsabilidade. Sem mencionar os balanços e contas aprovadas pelo Banco Central e pelo Tribunal de Contas do Estado, sem registros ou questionamentos sobre o assunto. Os documentos comprobatórios, certidões em meu favor, não têm peso, não merecem crédito, não são divulgados.

Recentemente fui vítima de mais uma acusação, de haver recebido em um **hall** de hotel, em São Paulo, há 13 anos, cheque de uma transação com TDA. Os pretensos acusadores, a quem foram atribuídas as “denúncias”, chamados à Polícia Federal, negaram, peremptoriamente, a “estória”. Apesar da negativa, estou eu, vítima da calúnia, sendo apresentado como suspeito, passando à condição de investigado. Tudo para confundir a opinião pública.

O denunciismo não conseguiu arrefecer meu ânimo, robustecido pela crença em Deus. Por isso voltaram-se contra minha família, não poupando minha mulher, pequena empresária de um ranário em parceria com a Sudam, no valor de R\$422.000,00 (quatrocentos e vinte e dois mil reais), completamente implantado e operando. Este é o fato, a verdade. A versão, caluniosa, a apresentou tendo recebido R\$9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil reais). Até meu pai, com 83 anos, doente, e minha ex-mulher e irmãos, são vilipendiados por aqueles que querem me atingir a qualquer preço e deteriorar minha imagem pública.

Fui à tribuna do Senado inúmeras vezes, de onde li e comentei documentos que demonstravam a improcedência das acusações. A dificuldade de veicular estas informações levou-me a abrir um endereço na internet _ www.jaderbarbalho.com.br _ onde os cidadãos isentos têm a oportunidade de conhecê-las. Cheguei ao limite de propor que esta casa, de maneira inédita, aprovasse uma autorização prévia ao Supremo Tribunal Federal para processar-me como forma de esclarecer e contraditar estas e quaisquer outras acusações, nunca, aliás, formalizadas por ninguém, seja perante ao Ministério Público ou à Justiça.

Desejo a apuração cabal e completa pela Justiça do meu País. Se aprendemos com o passado, não podemos recair em erros de sentenças arbitrárias.

Em mais uma inequívoca demonstração de desprendimento, correção e, a fim de permitir uma completa apuração de todos os fatos, encaminho pedido de licença da Presidência do Senado Federal, pelo prazo de 60 dias, para que tudo possa ser esclarecido.

Tomo esta iniciativa, inédita no parlamento brasileiro, movido pelo profundo respeito ao Senado Federal. Como democrata, solicito a licença, fundamentalmente, para evitar que a normalidade legislativa venha a ser afetada. Também não poderá se argüir, posteriormente, o uso do cargo para obstrução à justiça. Reitero meu desejo de que tudo fique esclarecido.

Saliento que nas democracias o ônus da prova deveria ficar a cargo dos meus detratores, no entanto, como não podem e não querem provar, mas tão-somente caluniar, provarei, como já venho fazendo, a completa improcedência de cada uma das acusações. Certamente, no foro competente, exercerei o direito do contraditório e da defesa, constitucionalmente assegurado a todo brasileiro, o que não tem sido permitido nesta farsa orquestrada para me atingir.

Atenciosamente, _ Senador **Jader Barbalho**,
Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

CONSIDERANDO QUE:

1. esta Primeira Vice-Presidência recebeu, nesta data, requerimento do Senador Jader Barbalho, em que Sua Excelência solicita licença do exercício do cargo de Presidente do Senado Federal, pelo prazo de sessenta dias;

2. a Constituição Federal, em seus arts. 55, III, e 56, II, prevê a licença do Parlamentar do exercício do mandato, instituto regulamentado nos arts. 13 e 38 a 44 do Regimento Interno da Casa;

3. a decisão adotada pela Mesa na 4ª Reunião da 1ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura, realizada em 5 de abril de 1999, e publicada no **Diário do Senado Federal** de 7 de abril de 1999, que reiterou decisão anterior no sentido de que compete ao Presidente da Casa decidir sobre os pedidos de licença;

4. de acordo com o art. 41, combinado com art. 48, XXV, ainda do Regimento Interno, compete ao Presidente da Casa despachar requerimento de licença;

5. o Regimento Interno não prevê expressamente a hipótese de licença do exercício de cargos de membros da Mesa do Senado Federal;

6. de acordo com o art. 412, VI, do mesmo Regimento Interno, os casos omissos serão decididos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito, o que é reforçado pelo disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 _ Lei de Introdução ao Código Civil;

DECIDO, após comunicados os líderes das bancadas partidárias no Senado Federal,

deferir o requerimento de licença do Senador Jader Barbalho do exercício do cargo de Presidente do Senado Federal, pelo prazo de sessenta dias.

Em consequência, nos termos do inciso I do art. 52 do Regimento, que determina a competência do Primeiro Vice-Presidente para “substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos”, exercerei, interinamente, durante a vigência da referida licença, o cargo de Presidente do Senado Federal, ficando investido em todas as funções e atribuições constitucionais, legais e regimentais correspondentes ao cargo.

Brasília, 20 de julho de 2001. _ Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, dou a V. Ex^{as} os votos de boas vindas, desejando que, no recesso que ontem se encerrou, tenham colhido a oportunidade de melhor conviverem com suas bases políticas. E aqui cheguem hoje fortalecidos e inspirados nas idéias e opiniões que auscultaram junto às populações que V. Ex^{as} tão bem representam.

Todos conhecem as circunstâncias pelas quais exerço a interinidade da Presidência do Senado Fe-

deral. Tenho, portanto, consciência das limitações do meu múnus, seja no tempo, seja na própria ação administrativa desta Casa.

Vivemos um momento político especialmente tenso. As questões de natureza ético-política têm assumido proporções de tempos em tempos observadas. Não lhes podemos nem queremos virar as costas. A opinião pública sensibiliza-se com essas questões, aguardando esclarecimentos cabais às suas dúvidas e exigindo instrumentos sérios, sólidos, definitivos, que apontem e punam culpados, em processos regulares, e impeçam as recidivas.

É de reconhecer-se que, nas duas Casas políticas, já demos alguns passos importantes.

O Senado e a Câmara tomaram a iniciativa, desde há algum tempo, de propor o rompimento de pontos de estruturas parlamentares clássicas, pertinentes ao Legislativo das nações democráticas estáveis, mas que, em virtude do mau uso por parte de alguns, foram considerados privilégios inaceitáveis em nosso País.

Refiro-me à soberania do sigilo bancário, que contempla por igual a todos os brasileiros, assim como à tradição das imunidades parlamentares.

O Projeto de Lei Complementar nº 5, de 1995 – de autoria do Senador Pedro Simon –, exclui do sigilo bancário as operações e serviços prestados por agentes públicos. Foi aprovado e remetido à Câmara em 1996, onde, sob o número 82, foi apensado ao Projeto de Lei Complementar nº 159/93.

Por outro lado, em 1998 o Senado aprovou a Emenda Constitucional nº 2/95, que altera as imunidades parlamentares para autorizar processos penais contra representantes do povo no caso de crimes comuns.

São proposições que, espero, não tardem a ser incluídas nas normas permanentes do nosso sistema legal.

Portanto, na prática, são esses dois projetos um anteparo para os muitos motivos que colocam o Congresso sob iterativas salvas de suspeitas.

Não tenho dúvidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, que este semestre será marcado como um período de fecundas realizações legislativas, sem desconhecer o quanto se fez no anterior.

Na reunião com as Lideranças, no correr do recesso de julho, delas recebi honrosa solidariedade para eleger um calendário mínimo de votações.

Depara-se-nos a oportunidade de oferecer à opinião pública o exemplo do trabalho e da proficiência. Estou certo de que as dignas Bancadas

parlamentares desta Casa não pouparão esforços nem devotamento para a apreciação e a votação das tantas matérias legislativas reclamadas pela Nação. Todas inseridas em pautas resultantes de amplo consenso.

Com maior número de Sessões Deliberativas e faculdades ampliadas para as reuniões das Comissões Técnicas, teremos o ensejo de agilizar ainda mais o exame das matérias da competência desta Casa.

É verdade que temos pela frente problemas políticos sérios, inclusive os que vão surgir pela proximidade das eleições do ano que vem. Contudo, tenho a convicção de que às Sr^{as} e aos Srs. Senadores – detentores da experiência na vida política – não há de faltar a criatividade para o encontro de soluções que correspondam aos mais legítimos e imediatos interesses do povo brasileiro.

Com a ajuda de Deus e a contribuição de todos, venceremos os obstáculos que se têm anteposto ao nosso trabalho parlamentar. É a minha firme crença neste momento.

Sejam bem-vindos todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) –
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 253, DE 2000

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2000** (nº 504/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 615, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº253, DE 2000 (Nº 504/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de novembro de 1999, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, com fins exclusivamente educativos, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2**

PROJETO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2000

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2001** (nº 556/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer sob nº 616, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto, favorável, com abstenção da Senadora Marina Silva.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 19, DE 2001
(Nº 556/2000, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 191, de 26 de novembro de 1999, que renova por dez anos, a partir de 16 de junho de 1991, a permissão outorgada à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

**PROJETO DO DECRETO LEGISLATIVO
Nº 328, DE 2000**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 328, de 2001**, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 111, de 2000, e 32, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 111, de 2000, e 32, de 2001, passam a tramitar em conjunto.

As matérias vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

**PROJETO DO DECRETO LEGISLATIVO
Nº 329, DE 2000**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 329, de 2001**, do Senador Bello Parga, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 1999, de sua autoria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 371, de 1999, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

REQUERIMENTO Nº 386, DE 2001

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 386, de 2001**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e de líderes, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, combinado com o inciso III, do art. 338, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2001-Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que modifica a composição do Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2001-Complementar, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo até o dia oito do corrente para emitir parecer sobre a matéria.

O projeto constará da pauta da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 9 de agosto, nos termos do art. 345, inciso III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que venho à tribuna, como Líder do Governo e Senador pelo Estado de Roraima, para registrar que desde o dia 22 de julho, um domingo, a energia de Guri, na Venezuela, abastece a cidade de Boa Vista. Esse empreendimento culmina um ciclo de obras que teve na sensibilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso o grande ponto de realidade para que pudesse acontecer e, se Deus quiser, transformar, no futuro, o Estado de Roraima.

Fico muito feliz em poder fazer este registro. Primeiro, porque, como Governador, levei a Eletronorte para Roraima, e graças ao seu trabalho técnico, durante todos esses anos, ela abasteceu Boa Vista, investiu no Estado e, mais que isso, investiu R\$55 milhões na construção dessa linha de transmissão que

traz energia da Venezuela. Graças à Eletronorte, a seus técnicos e ao projeto que, apresentado anos atrás, constou do Plano de Ação da Proposta de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1994.

Também na eleição de 1994, como candidato ao Senado por Roraima, defendia eu a construção da linha de Guri, pois sempre entendemos que tanto na questão energética como na questão do abastecimento de petróleo Roraima estava muito mais para a Venezuela do que para o restante do Brasil.

O Presidente Fernando Henrique acreditou e determinou ao Ministério de Minas e Energia, à Eletronorte e à Eletrobrás que buscassem uma solução para toda a Amazônia, solução que passava pelo aproveitamento do gás natural da Bacia do Solimões, pela interligação elétrica da Venezuela com o Brasil e pela interligação de Tucuruí-Manaus com o Amapá.

Tudo isso, decidido em 1995, foi colocado em prática, e agora podemos fazer o registro que estamos fazendo nesta tarde.

Particpei do acionamento das chaves na Eletronorte, no domingo, dia 22. Acompanhei **pari passu** essa obra e os investimentos federais. Estive lá prestigiando a ação do Governo Federal e da Eletronorte.

Quero parabenizar os Ministros José Jorge Vasconcelos, Raimundo Brito e Rodolpho Tourinho, pois as suas ações, juntamente com as do Presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, contribuíram para a realização dessa obra. Parabênzo, também, o povo de Roraima e registro a nossa satisfação por essa obra que poderá, no futuro, ampliar as bases do desenvolvimento do Estado.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que transcreva o ofício encaminhado pela Eletronorte que narra a história da concepção, da execução e do início desses trabalhos, a fim de que esses dados façam parte do meu pronunciamento.

Dentro de alguns dias de veremos a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso em Boa Vista para, como Presidente da Venezuela, inaugurar simbolicamente esse marco importante para a Amazônia Ocidental, que é a interligação de Guri com Boa Vista.

É importante dizer também que a Eletronorte e a Eletrobrás já estudam a interligação de Boa Vista com Manaus, ampliando a oferta de energia na capital do Amazonas e dando condições para que todo o Norte do Brasil possa ser interconectado e possa ter um sistema elétrico pleno de confiabilidade.

Peço, portanto, a transcrição da documentação que acabei de mencionar.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Brasília — DF, 6 de julho de 2001

CE GAC 32/2001

O jornalista André Gustavo Stumpf não foi feliz nas colocações publicadas em sua coluna do último dia seis de julho, intitulada "Notícias de um Brasil distante", uma vez que os técnicos de Brasília jamais se opuseram à Interligação Venezuela/Brasil. Muito pelo contrário. Vamos aos fatos

1. A Interligação Elétrica Venezuela/Brasil é um empreendimento do Governo Federal e não do Governo Estadual, sendo o primeiro acordo binacional do setor elétrico em se tratando de importação de energia elétrica por sistemas de transmissão;

2. Os estudos técnicos para a implementação do referido sistema elétrico são bastante anteriores à gestão do ex-ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto.

3. Na verdade, tiveram início na década de 80 e não se encerraram e nem se encerram com a pequena interligação que será energizada no próximo dia 12 julho. A diversidade hidrológica entre os rios da margem direita do Amazonas e os rios da bacia do Caroni, na Venezuela, é de tal ordem que em futuro próximo levará à construção de um grande sistema de transmissão que integrará de forma definitiva os dois países amigos.

4. No início do governo Fernando Henrique Cardoso houve a decisão de que o Estado do Amazonas utilizasse o gás natural como fonte primária de energia e que o Estado de Roraima fosse suprido pela energia produzida na Venezuela. Após várias reuniões técnicas houve o entendimento de que esse aproveitamento se desse até dezembro de 1998.

5. O trecho brasileiro teria condições de estar concluído até dezembro de 1998, mas como a estatal venezuelana, Companhia de Eletrificación del Caroni C. A. Edelca, não concluiria, como ainda não concluiu até hoje seu trecho, a Eletronorte concluiu sua parte no primeiro semestre de 1999;

6. Porém, já em 1994, a Eletronorte desenvolveu estudo de um sistema de transmissão ainda maior, interligando Guri a Manaus, passando por Boa Vista, numa tensão de 500kV;

7. Os estudos de planejamento foram consolidados em 1996 e descritos no Relatório "Interligação Elétrica Venezuela/Brasil — Definição do Traçado Preliminar da Rota da LT — Fronteira (Pacaraima — BV8)/Boa Vista e Locação da Subestação Boa Vista/230kV;

8. Em 11 de novembro de 1996, foi assinado acordo em Caracas, do qual participaram a Eletrobrás, Eletronorte e a Edelca. A Eletronorte esteve representada pelo diretor-presidente, José Antonio Muniz Lopes e pelo então superintendente de Planejamento, José Henrique Machado.

9. Em 1997, pela portaria nº 121, o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, autorizava a Eletronorte a implantar a Interligação Elétrica Venezuela/Brasil, em 230kV e foram iniciadas, então, as ações para o aprofundamento dos estudos realizados na fase de planejamento;

10. Em abril de 1997, em Boa Vista, na presença do presidente Fernando Henrique Cardoso e do então presidente da Venezuela, Rafael Caldera, o então ministro de Minas e Energia, Raimundo Mendes de Brito, o governador Neudo Ribeiro Campos, o então diretor-presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio, o diretor presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes, com o testemunho do senador Romero Jucá e da senadora Marluce Pinto, foi assinado o ato de autorização para a Eletronorte lançar os editais de concorrência para os serviços de topografia e execução das obras civis e montagem eletromecânica da linha entre Santa Elena e Boa Vista;

11. Os estudos topográficos foram realizados pela Eletronorte no período de 14 de julho a 28 de agosto de 1997;

12. A partir daí, a obra foi executada pela Eletronorte e concluída, conforme já dito, em maio de 1999, aguardando desde então a conclusão dos trabalhos por parte da Edelca, que finalmente se encerram neste dia 12 de julho;

13. Essa linha vai possibilitar a transmissão de energia da Venezuela para abastecer Roraima até o ano 2020. A linha tem capacidade de transmissão para até 200MW de energia firme para Roraima, que é o consumo estimado para o Estado até o ano de 2020. Trata-se de um sistema de transmissão

binacional, que leva a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Guri/Macáguas, na Venezuela, para o Estado de Roraima, no Brasil, numa extensão de 676 quilômetros. Os investimentos foram da ordem de R\$180 milhões. Desse total, os custos do Brasil são de R\$60 milhões e o restante da Venezuela.

14. A trajetória da linha é a seguinte: os 485 quilômetros do trecho venezuelano começam na subestação de Macáguas, na tensão de 400kV até a subestação Lás Claristas. Neste local, a tensão passa para 230kV até a fronteira com o Brasil, próximo à cidade de Santa Elena de Uairén. O trecho brasileiro, por sua vez, compreende 191 quilômetros de extensão e vai da fronteira até Boa Vista, numa tensão de 230kV. Vale ressaltar que a obra envolveu, em seu pico de construção, a geração de mais de 400 empregos diretos só no lado brasileiro.

15. O atual parque termelétrico de Boa Vista possui hoje o dobro da energia necessária ao atendimento do mercado e permanecerá, instalado e pronto para operar em complementação ao sistema de transmissão e como garantia frente a quaisquer eventualidades que possam ocorrer na interligação interligação elétrica Venezuela/Brasil;

16. Por tudo o que acima foi demonstrado e que pode ser confirmado a qualquer tempo na documentação técnica da Eletrobrás e da Eletronorte, solicitamos a publicação desta resposta em sua íntegra, confiantes que somos da credibilidade do **Correio Braziliense**.

Atenciosamente, **Alexandre Accioly**, Assessor de Comunicação Empresarial da Eletronorte.

Senhores Senadores,

É com muita alegria e satisfação que me dirijo a Vossas Excelências para informar que em poucos dias, ainda neste mês de julho de 2001, o Brasil estará recebendo a tão sonhada e desejada energia elétrica da Venezuela, para atendimento ao estado de Roraima.

Diante de um fato tão marcante no cenário nacional e principalmente para o estado de Roraima, faço uso da palavra para resgatar a história e ressaltar os eventos ocorridos que nos permitem hoje vislumbrar o iminente término da fase construtiva de tão importante projeto.

No dia primeiro de abril de 1995, em reunião com os nove governadores da Amazônia, na cidade de Manaus, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com a sua visão de estadista, determinou que num prazo de 120 dias fosse encaminhada uma decisão contemplando

os empreendimentos que deveriam ser implementados, visando incentivar a consolidação da infraestrutura energética na Amazônia Legal.

Em seguida, por meio da Portaria MME-128, de 2 de maio de 1995, foi designada uma Comissão constituída por representantes do Ministério das Minas e Energia, da Eletrobrás, da Eletronorte e da Petrobras para, no prazo de 90 dias, analisar e identificar as alternativas mais adequadas quanto aos aspectos estratégicos, de desenvolvimento regional, técnico-econômico-ambiental e de viabilidade de implantação, a partir dos seguintes projetos âncoras:

aproveitamento do gás natural da Bacia do Solimões na geração termelétrica, nos sistemas isolados;

- interligação elétrica Venezuela/Brasil;
- interligação, via linha de transmissão, da usina hidrelétrica de Tucuruí a Manaus com extensão a Macapá; e
- alternativas convencionais — usinas hidrelétricas, termelétricas e linhas de transmissão.

As conclusões apresentadas pela citada Comissão buscaram potencializar os benefícios de desenvolvimento regional associados ao projeto do gás natural amazônico e da integração entre o Brasil e a Venezuela, recomendando que o atendimento de energia elétrica aos nove estados da Amazônia Legal fosse equacionado a partir das seguintes ações:

- busca do entendimento com os governos estaduais;
- continuidade das negociações entre Eletronorte e Petrobras no sentido de ajustar as condições técnicas e comerciais do fornecimento de gás, com formalização de Protocolo de Intenções;
- conclusão das negociações com a Venezuela no sentido de reduzir o preço da energia a ser suprida na fronteira;
- modelagem da participação privada nos diversos segmentos envolvidos nos empreendimentos, incluindo a consolidação e segmentação dos projetos para fins de licitação;
- identificação das fontes de financiamento para a participação estatal nos empreendimentos, e inserção dos projetos recomendados no âmbito da política integrada do Governo Federal para a Amazônia Legal, e no Plano Plurianual _ PPA, a ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Visando definir as condições técnicas e comerciais para compra da energia elétrica da Venezuela, para suprir as cidades de Manaus e Boa Vista, foi formada uma comissão composta por técnicos da

Eletrobrás e Eletronorte que, durante o ano de 1995, realizaram estudos e negociações que definiram os custos desta alternativa.

Tendo em vista o valor final proposto para a venda de energia elétrica pela Venezuela, e os custos dos investimentos necessários no lado brasileiro, quando comparados com os menores custos e os maiores benefícios que seriam proporcionados pela utilização do gás de Urucu, em particular, impostos e geração de empregos no Brasil, decidiu-se encerrar as negociações referentes a energia da Venezuela.

Entretanto, a despeito da recomendação para utilização do gás natural de Urucu na geração de energia elétrica nos estados do Acre, Rondônia, Amapá, margem direita do Amazonas e na cidade de Manaus, esta alternativa não se aplicava ao estado de Roraima, pois as restrições à navegabilidade do Rio Branco para o transporte de gás por barcas durante o seu período de seca anual, e a grande distância e o pequeno porte do mercado consumidor não viabilizariam também um gasoduto para Boa Vista proveniente de Manaus.

A alternativa então recomendada para o atendimento energético ao estado de Roraima foi a expansão da geração termelétrica a derivados de petróleo em Boa Vista até a construção da usina hidrelétrica de Cottingo, ou a construção de Linha de Guri.

Decorrido cerca de um ano, e visando dar cumprimento à decisão tomada na reunião de 11 de maio de 1996 da COBAN - Comissão Binacional de Alto Nível, dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e Venezuela, de concentrar esforços para conclusão de um acordo que permitisse estender as linhas de transmissão venezuelanas ao estado de Bolívar, sul da Venezuela, e ao estado de Roraima, no Brasil, abrindo, deste modo, novas perspectivas de progresso nessas regiões dos dois países, Eletrobrás e Eletronorte retomaram as negociações com a empresa venezuelana Edelca.

Estas negociações culminaram em um acordo sobre as condições técnicas e econômicas referentes ao suprimento de energia elétrica da Venezuela ao Brasil, estabelecido em 11 de novembro de 1996 em Caracas, em reunião na qual participaram o Presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio, e o Presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes.

As condições negociadas originaram um Memorando de Entendimentos entre o Brasil e a Venezuela celebrado em solenidade no Palácio do Planalto no dia 6 de fevereiro de 1997 com a presença

do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, dos Ministros das Minas e Energia da Venezuela, Erwin Anrieta, e do Brasil, Raimundo Brito, além dos Presidentes da Edelca, Efrain Carrera, da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio, e da Eletronorte, José Antonio Muniz Lopes.

As diretrizes emanadas deste Memorando de Entendimentos nortearam a celebração em 11 de abril de 1997 de um contrato de suprimento de energia elétrica por parte da Edelca a Eletronorte.

A assinatura deste contrato ocorreu em Boa Vista, na presença dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e Rafael Caldera, da Venezuela, em cerimônia que teve a honra de participar e na qual foi também assinado o Ato de Autorização para a Eletronorte lançar os editais de concorrência para os serviços de topografia e execução das obras civis e montagem eletromecânica da linha de transmissão entre Santa Elena e Boa Vista.

A partir daí, a obra foi executada pela Eletronorte e concluída em agosto de 1999 aguardando desde então a conclusão dos trabalhos por parte da empresa venezuelana Edelca, que finalmente se encerram neste mês de julho.

Essa interligação vai possibilitar a transmissão de energia elétrica da Venezuela para abastecer Roraima até o ano 2020. A linha de transmissão tem capacidade para 200 MW de energia, que é o consumo estimado para o estado até o ano de 2020. Este sistema de transmissão binacional, que levará a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Guri/Macáguas, na Venezuela, para o estado de Roraima, no Brasil, numa extensão de 676 quilômetros, teve investimentos da ordem de US\$180 milhões, dos quais US\$55 milhões foram investidos pela Eletronorte.

Finalizando, gostaria de ressaltar que a interligação Venezuela_Brasil proporcionará a auto-suficiência de energia elétrica ao estado de Roraima, e que sua realização só foi possível, conforme os fatos aqui relatados, graças à firme atuação do Governo Federal através de seus ministérios e suas empresas, no cumprimento da diretriz de integração latino-americana estabelecida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concede a palavra ao Senador Amir Lando, por permuta com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto de uma peregrinação intensa pelo Estado de Rondônia. Ouvi a nossa gente, as suas aspirações, as suas demandas, as suas angústias, o seu sofrimento, os seus sonhos e as suas expectativas.

E sobretudo nesta tarde eu queria abordar um tema que tem sido a pedra de toque da minha vida parlamentar: a questão agrária. Andando na região da grande Ariquemes, na BR-421, senti que os produtos que estão trabalhando há mais de dez anos não têm tido do Incra a receptividade, não encontraram nele a sensibilidade para dar curso à titulação da terra de que tanto necessitam.

Sr. Presidente, acompanhei, desde a década de 70, a ocupação do Estado de Rondônia. Tenho repetido e mais uma vez devo dizer para os Anais desta Casa, já que a autoridade competente não tem ouvido para levar em conta a voz daqueles que estão abandonados no meio da floresta, daqueles que não têm oportunidade de reclamar a não ser diante dos Parlamentares, das autoridades locais, sobretudo do prefeito e dos vereadores, que dão a primeira resposta às necessidades, às reclamações da gente que trabalha na queles confins, que a Amazônia ainda é essa vastidão, essa região longínqua, de páramos remotos, de vasta solidão. Ali, infelizmente, não há nenhuma assistência ao trabalhador rural que recebeu um pedaço de terra ou a ocupou espontaneamente.

Os órgãos encarregados da reforma agrária, da realização da função social da propriedade, ausentes ou distantes, nada fazem para realizar a justiça social, que nada mais é do que dar a todos um pouco do seu e, no caso específico, dar a todos aquilo que é de todos.

Fundamentalmente, o Estado de Rondônia dispõe de mais de 20 milhões de hectares de terras públicas, terras que deveriam servir ao parcelamento familiar, àquilo que o Estatuto da Terra chama de propriedade familiar, que nada mais é que a terra necessária para promover o desenvolvimento econômico e social do produtor e de sua família. No entanto, várias áreas desapropriadas não têm recebido tratamento rápido e imperativo da distribuição para os sem-terra, para aqueles que foram inclusive selecionados e assentados pela Incra. E o que ocorre é que eles não suportam mais essa espera, porque sem o documento sem o documento de propriedade, não têm acesso ao crédito rural, não têm como encontrar no FNO um auxílio, um estímulo em termos de investimentos para melhorar a qualidade de vida no campo.

Mais uma vez, desta tribuna, quero chamar a atenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. E aqui faço um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que o atual Presidente do Incra, Procurador de carreira, conhece profundamente a questão agrária do Brasil e de Rondônia. Estive com ele recentemente solicitando providências e devo registrar que os primeiros passos, ainda sem a consequência prática e efetiva, começam a ser dados. Enfim, o Presidente do Incra se movimenta para dar uma solução aos problemas da região que compreende a BR-421.

Mas, enquanto isso não acontece, milhares e milhares de agricultores nos têm solicitado essa intermediação, como Parlamentar Federal, a fim de que essa matéria seja resolvida, a fim de que se possa dar curso à titulação, para que o agricultor tenha segurança, acesso ao crédito e a certeza de que a terra será sua em definitivo.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Nobre Senador, quero alinhar-me a essa preocupação de V. Ex^a. Não é de hoje que V. Ex^a assume a tribuna para apresentar suas preocupações com relação às pessoas que sentem uma certa insegurança quanto ao seu direito à terra e ao trabalho no Estado de Rondônia. E, quando se fala no povo de Rondônia, fala-se também em milhares de catarinenses que lá estão e que para lá foram e em outros tantos que que rem desbravar o Brasil, buscando um pedaço de terra para produzir. V. Ex^a sintetiza muito bem essa ansiedade que existe em Rondônia e no Brasil. Nós, no nosso Estado, temos uma preocupação muito grande com os pequenos proprietários, que, amanhã, poderão ser os sem-terra. V. Ex^a, que caminhou e peregrinou pelo seu Estado durante o mês de julho, traz, agora, essa preocupação a todo o Brasil. É muito importante a referência que V. Ex^a faz ao fato de o Presidente do Incra estar começando a se mover em relação a essa questão. E ninguém melhor do que V. Ex^a, que conhece essa questão a fundo, palmo a palmo, para trazer esse caso ao conhecimento de todos nós e de todo o Brasil. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a pelo seu brilhante aparte. Precisamos da solidariedade do Brasil para resolvermos um problema que ainda apresenta contornos de solução. Talvez amanhã isso seja impossível. Porque, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores? Porque come-

ça a acontecer uma organização, legítima no meu entender, em razão da ineficiência e da passividade do Poder Público, em locais onde a revolta comanda as ações. E aí, Sr. Presidente, não haverá mais uma solução pacífica, mas uma solução conflitiva, uma solução que começa pela invasão.

Quando a terra é abundante, fértil e divina e poderia saciar a fome dos sem-terra, que querem um pedaço de chão para plantar –, temos essa oportunidade, Sr. Presidente, de resolver essas questões. Mas, enquanto isso não acontece, as terras públicas são invadidas em grandes porções, as áreas, em vez de terem uma destinação social, são apossadas pelos grandes grupos privados. E o Incra acaba titulando essas posses à luz de uma legislação que realmente premia e dá uma recompensa ao pioneiro. Mas chegou ao fim o pioneirismo. Agora é a hora de dar uma destinação social ao solo rondoniense. Não podemos mais admitir essas invasões em grandes áreas, que realmente formam o latifúndio. Queremos, sim, a distribuição parcelária da terra. E é essa distribuição em termos de propriedade familiar que possibilita a justiça social e gera a oportunidade, como eu disse, de que cada um tenha o que é seu.

Essa gente transformou Rondônia num curto espaço de tempo, afeiçãoou a paisagem à imagem e semelhança do homem, deu, com as mãos criadoras, esse passe de mágica, transformando aquela região em um jardim florido da produção. É essa gente que trabalha e cria, que vai amanhando o chão, incorporando o trabalho ao solo e, consequentemente, transformando a paisagem numa relação mais harmoniosa entre o homem e a terra.

Por isso, é chegada a hora de dizer que precisamos atentar para essa realidade, porque estamos rompendo os limites da tolerância. Se não se fizer isso com urgência, talvez, amanhã, os conflitos de Corumbiara e de Carajás se repetirão. Essa é a realidade atroz que não conseguimos, de maneira alguma, modificar, nenhuma palha, nenhuma vírgula, apesar de muitas vezes termos falado sobre isso ao longo de nossa vida parlamentar, apesar de termos larga experiência e de conhecermos a situação territorial do Brasil e de Rondônia como a palma da minha mão.

Há uma história territorial que é preciso conhecer. Um Ministro da Reforma Agrária tem que saber a origem das terras deste País, tem que saber o que fazer com esse patrimônio público, com esse patrimônio que pertence ao povo.

No encontro com o líder das Ligas Camponesas, falava eu que talvez tivéssemos que constituir a

Brigada para a defesa da terra do povo, da terra pública. Não é mais possível deixar isso à sanha das grandes invasões, enquanto o pequeno produtor, aquele que quer apenas um pedaço de terra onde possa assentar sua família, não encontra oportunidades.

É esse confronto entre o forte e o fraco, entre a força e a fraqueza, que não pode continuar, porque a tendência é de que o pequeno agricultor perca em todas as situações.

Por isso, nós da Amazônia temos, sim, responsabilidade com o meio ambiente, mas temos uma responsabilidade ainda maior com o homem que está lá para fazer o Brasil, essa imensidão ainda inabitável.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – O problema de Rondônia é um problema de todo o Norte brasileiro, e creio, nobre Senador, que esse seja até um problema do Brasil. O Ministério da Reforma Agrária e o Incra, desde que o Governo civil assumiu, com o Presidente José Sarney e com todos os outros que o seguiram – o Getat foi criado pela ditadura militar e tinha uma ação muito consistente no processo de legalização e legitimação de propriedades –, praticamente deixaram de existir no que se refere à legitimação da propriedade de quem utiliza a terra. A desorganização é total e absoluta. Imagino que há mais de dez anos o Governo Federal não concede um título de terra no Brasil. São pequenos e médios proprietários que estão na terra há aproximadamente 20 anos. O Incra já fez vistoria, já identificou o tamanho da propriedade, já mapeou, já fez tudo, e o Governo persiste em não entregar o documento da terra ao proprietário, em não legitimar a propriedade da terra. A desorganização é total e absoluta, e é essa desorganização que gera o conflito: a ocupação pelo pequeno e também pelo grande proprietário. Observem o caso da CR Almeida. O dono da referida empresa, que se encontra no Estado do Pará, conseguiu uma documentação e, hoje, pelo menos, tem a posse de sete milhões de hectares de terra. Um único cidadão possui uma área de sete milhões de hectares! Portanto, o Incra está acéfalo. O Ministério da Reforma Agrária age aqui e ali sob pressão para legalizar, para desapropriar um imóvel, mas não concede o documento ao assentado. A situação continua muito irregular, muito difícil, não permitindo que haja desenvolvimento. Não se permite que o cidadão tenha a certeza de que aquele pedaço de terra é seu, de que ali ele vai

permanecer, crescer, desenvolver-se e constituir família. Ele não tem segurança alguma nesse sentido, o que gera o conflito entre o grande e o pequeno proprietário, porque o grande quer a terra, e o pequeno quer mais ainda. Portanto, não sei por que o Governo não destina recursos para esse fim. Não sei se essa é apenas uma decisão política ou se há também falta de recursos. O Incra não tem dinheiro nenhum. O dinheiro destinado ao Ministério da Reforma Agrária é insignificante. Os recursos destinados às centenas de assentamentos que o Governo propagandeia estão atrasados, assim como estão atrasados os recursos destinados ao fomento e à alimentação. Está tudo atrasado! Está um caos generalizado a questão da distribuição de terra no nosso País. Essa questão não é apenas de Rondônia, mas de todo o Norte do nosso País. Esse Governo não tem política para coisa alguma. É um Governo que só se preocupa em pagar dívidas, e os problemas continuam na nossa região. O povo é que paga o pato. E recrudescer a violência. Recentemente, tem havido muitas mortes de lideranças sindicais na nossa região, porque um conflito sem a interferência do Governo permite que os grandes e os pequenos proprietários se enfrentem sozinhos. Na verdade, quem está levando desvantagem é o pequeno trabalhador rural. Dessa forma, eu me somo à manifestação de V. Ex^a. Creio que esta Casa pode dar um jeito nessa situação. É só mudar o Orçamento e destinar mais recursos para os Ministérios que estão ligados aos investimentos, para o Ministério que está ligado à terra. Deve-se também trabalhar com o Governo no sentido de não se gerar esse superávit primário absurdo. Não se pode permitir que o Governo pense apenas em pagar dívidas, sejam elas internas ou externas, o que está levando o País a essa situação que V. Ex^a aborda. Todos nós, juntos, podemos fazer algo. Lamentavelmente, a maioria se omite no que concerne à responsabilidade de mudar os fatos. Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Quero agradecer o aparte de V. Ex^a, que retrata a situação do Pará e de toda a Região Norte. Não há dúvidas de que outras variáveis devem ser consideradas, como traz agora à lide V. Ex^a.

Infelizmente, o que me preocupa é o descaso pelo patrimônio público. O modelo liberal, essa idéia de que a coisa pública é desprezível, também acabou contaminando o patrimônio fundiário do País.

Sr. Presidente, quando fomos para lá, em 1970, como advogados do Incra, discriminamos as terras públicas, cuidamos de buscar a formação territorial, as cadeias de cada imóvel, para se poder dizer que isso foi

corretamente destacado do patrimônio público e tinha uma origem dominial boa, sólida, hígida. Os outros imóveis, que tinham uma cadeia ficta, falsa, procuramos anulá-los, inclusive judicialmente. E o fizemos com êxito: milhões e milhões de hectares foram resgatados ao patrimônio público, sobretudo pelo compromisso social com aquilo que o Estatuto da Terra determina e com toda a legislação agrária do Brasil.

Mas, infelizmente, neste momento, há descaso, desprezo. E, como disse V. Ex^a, os conflitos aumentam. Eu poderia citar aqui um conflito de terra que ocorreu recentemente em Jacilândia, onde foram eliminadas oito vidas. Pequenos produtores que pretendiam ocupar a terra foram chacinados. A imprensa não registrou o fato. E, infelizmente, o que, neste País, a imprensa não registra não existe. Então, sucumbe-se na ignorância e na inexistência, como se nada tivesse acontecido. Mas isso é comum, como me contou o delegado de Buritis. Lá, toda semana, um ou dois corpos são sacrificados nos conflitos de terra, e a Polícia comparece apenas para lavar o corpo de delito.

Essa é a realidade brutal e insensível. E ninguém comenta a respeito dos crimes, porque todo mundo tem medo até de dizer o que acontece. Assim, vão-se sucedendo as mortes, e pode-se dizer que vão aumentando as cruzes virtuais, uma vez que essas pessoas são sepultadas sob o manto implacável da floresta. Muitas vezes nem encontram uma campa para indicar a última morada.

Sr. Presidente, por isso, tenho repetido essa questão. Neste momento, precisamos de um esforço comum, de uma tarefa que vá além dos representantes de Rondônia e da Região Norte, que una todo o corpo legislativo, porque amanhã, talvez, seremos novamente surpreendidos com novos atos e confrontos. Em Rondônia, há terra para ser distribuída, há terra que, inclusive, foi desapropriada e paga e que não tem a destinação correta, conforme determina a lei.

É importante dizer que lutamos muito pela função social da propriedade. E o fizemos quando éramos advogados do Incra, na Justiça e na elaboração legislativa. Agora, o que se percebe é o desprezo pelo patrimônio que é do povo, por aquilo que poderia ser destinado ao povo sem maiores necessidades de gastos, sem nenhuma outra determinação a não ser a vontade de fazer a reforma agrária, a vontade de dar à terra uma função social, distribuindo-a àqueles que querem plantar.

Enquanto isso, os acampamentos se agigantam, a miséria grassa no campo. E aqueles que foram para ali para ter um pedaço de terra encontram-se frustrados.

Sr. Presidente, devo dar um testemunho. Quando advogado do Incra, na década de 70, lembro-me de que era então Ministro da Reforma Agrária Moura Cavalcante. Lá os colonos que recebiam os primeiros títulos, olhando-os, choravam, porque ali não estava apenas o título definitivo da terra, mas o título de alforria, o título de liberdade, pois não seriam mais tangidos pela pata do gado, nem pelas armas dos pistoleiros. Seriam livres para ter os pés na terra de maneira definitiva.

Ali nasceram os filhos, Sr. Presidente. Ali domaram a selva, mataram os mosquitos. Morreram muitos nesse embate entre a malária e a população, mas ali nasceram os filhos e as esperanças. Ali estão os seus amores. Ali, sobretudo, está a vida dessa gente.

Sr. Presidente, assomamos a esta tribuna para trazer desse povo esquecido, abandonado à própria sorte, uma voz que já não tem força para chegar a lugar nenhum, porque o que se endereça a eles é um desfecho trágico: o desfecho do abandono, do descaso e da desgraça.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Amir Lando, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Senador Amir Lando, noto que V. Ex^a está por concluir esse importante discurso. Constantemente, V. Ex^a traz ao Plenário essa importante discussão, que é comum à nossa região. Esse problema não deixa de ser vivido por toda a Região Norte, onde se inclui o Tocantins. Esperamos que V. Ex^a, ao abordar, no momento, este tema importante no reinício dos nossos trabalhos, possa sensibilizar as nossas autoridades para regiões tão produtivas como a nossa, que fazem parte deste Brasil das Tordeilhas, que ainda não foi ocupado, mas que já tem dono. Esse tipo de ocorrência na nossa região tem sido uma das principais causas para o atravancamento do desenvolvimento das nossas terras férteis. Portanto, eu gostaria de deixar esse registro em nome da população do nosso Estado, que, certamente, ouve V. Ex^a, concorda e espera que, ao trazer este assunto ao Plenário, V. Ex^a sensibilize as autoridades para este tão grave problema.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a enriquece meu discurso e mostra que esse problema é universal. Não habitamos o mesmo vale, mas vivemos o mesmo drama fundiário. Conheço relativamente bem a situação fundiária do Tocantins, pois, como advogado do Incra, no meu tempo, participamos do processo

de discriminação que se realizava também naqueles ermos mais remotos do então Estado de Goiás.

Hoje vemos essa preocupação para que se dê à terra destinação social. Sobretudo porque naquela região havia também muitas terras devolutas, muitas terras públicas, certamente essa destinação se procedeu visando a dar a muitos a chance para plantar. Foi o que aconteceu em Rondônia.

Fizemos, naquele Estado, uma experiência de colonização que reputo típica da reforma agrária, porque alteramos a tessitura fundiária, o sistema de tenência da terra, dando e distribuindo a terra àqueles que vinham de todos os recantos do Brasil, de Goiás, do Pará, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Mato Grosso, do Nordeste, de Minas, do Espírito Santo. Poderíamos aqui arrolar todas as unidades da Federação, que contribuíram com os seus contingentes que ali chegavam, repito mais uma vez, de panelas vazias, com o estômago faminto, com os filhos nos braços, que não encontravam cantigas senão o choro, mas, sobretudo, com esperança no coração.

Foi com isso que nos sensibilizamos e procuramos combater o latifúndio, pois os chegantes tinham fome de terra. Irrompemos, então, os cercados da exclusão, para dar a eles um trato de terra para plantar. E hoje, vê-se que essa gente está cada vez mais deprimida, sem perspectiva, quase desistindo e voltando, percebe-se que a pressão ambientalista está impedindo o desenvolvimento do Estado de Rondônia, porque a Medida Provisória nº 21-66, de que vou tratar em outra oportunidade, proíbe a exploração, em mais de 20%, das terras da Amazônia. Essa gente, que foi para lá há 20 anos, obrigada, inclusive, a derrubar até 50% do lote que recebeu, obriga da a fazê-lo para receber a titulação definitiva, agora tornou-se delinquente ecológica. Para obter o empréstimo do FNO – e que rolança aqui o meu protesto –, por intermédio do órgão executor, o Basa, é preciso averbar 80% da cobertura florestal. E quem não tem mais cobertura florestal de 80%, já que era obrigatória a derrubada de 50% de cada lote? Quem não tem mais precisa reflorestar. Isso é impossível. Ninguém volta às rodas do passado. Ninguém pode resgatar o gênese, porque ele se foi no contexto do universo. Não se pode voltar ao princípio quando se está em um estágio adiantado de desenvolvimento e de exploração das terras.

Hoje, o que se quer é o retorno, a desocupação da Amazônia. Isso nós não podemos conceber, porque, se tivessem coragem, que, antes, decretassem o despejo. Mas, para isso acontecer, Sr. Presidente – já disse aqui certa vez –, antes disso, arranca, arranca,

se puderem, do nosso peito o coração, porque jamais vamos abandonar a terra, que não é nossa, que é dos nossos filhos, daqueles que nos vão suceder. A terra é um bem social, um fator da produção, e, como tal, não podemos permitir esse retrocesso. Por isso, trago, desta tribuna, a minha solidariedade ao povo de Rondônia, ao povo do Brasil, sobretudo ao povo que ocupa as terras de todo o Norte brasileiro.

Sr. Presidente, é difícil defender só com palavras a vida, sobretudo quando é essa que se vê, como diria o poeta João Cabral de Melo Neto. Digo que viemos, talvez, com as nossas palavras, devolver, sim, a esperança para essa gente que fez Brasil aqueles páramos remotos.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que me conceda a palavra, no momento oportuno, para uma comunicação de Liderança, conforme dispõe o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a pode rá, como Líder, falar a qualquer momento. Se o desejar agora, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO). Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, durante o recesso parlamentar, visitei várias regiões do meu Estado.

Quero me congratular-me com o povo tocantinense, pois se aproxima o dia 5 de outubro, quando haverá uma série de grandes inaugurações, que não estão restritas à nossa realidade tocantinense. Estive visitando as obras da ferrovia Norte-Sul. Inauguraremos, no dia 5 de outubro, na importante ferrovia que sai do Maranhão e adentra o solo tocantinense, a ponte sobre o rio Tocantins. Inauguraremos, também, a usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, exatamente num momento em que o País clama por geração nova de energia, bem como, na cidade que mais cresceu neste País, o Aeroporto Internacional de Palmas, o mais central de todos os aeroportos brasileiros, uma alternativa para a redistribuição de cargas em todo o território brasileiro devido à sua posição estratégica, e, por fim, o Terminal Rodoviário de Palmas.

Temos, Sr. Presidente, uma série de rodovias importantes, pavimentadas, ligando-nos ao Nordeste, ao Pará, à região Sul do nosso País, todas veias de

articulação que não de aquecer ainda mais a economia tocantinense.

Sr. Presidente, é com muito otimismo que trago essas notícias ao Plenário desta Casa, principalmente porque, especificamente na questão da geração de energia elétrica, teremos uma inauguração importante, em uma modalidade que não custou aos cofres públicos nenhum investimento; bastou que usássemos do poder de atração de capitais privados externos. Assim foi viabilizado o processo de construção da usina Luís Eduardo Magalhães, a única usina hidrelétrica brasileira construída em menos de quatro anos. Todas as demais foram construídas em mais de dez anos, tendo suas obras paralisadas, dificuldades, custos elevados e, depois, a privatização. E aí, Sr. Presidente, tenho que concordar que não é aceitável construir com recursos públicos, com os preços que nós conhecemos, com a demora com que já nos acostumamos, para, depois, entregarmos à exploração privada. Mas entendo ser saudável, na dificuldade de obtenção de recursos públicos para investimento, que se atraia o capital privado, como foi feito no nosso Estado.

Quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que estamos em uma luta de muitos anos com relação à ferrovia Norte-Sul. Essa ferrovia foi tema de debate em diversos seminários internacionais, dada sua posição estratégica de articulação da nossa região com as demais regiões brasileiras. Temos, ao longo da rodovia Belém—Brasília um transporte absurdamente caro e inviável para a troca das nossas mercadorias, para a articulação entre insumos e para a exportação dos nossos bens, feita, hoje, por essa opção absurda pelo transporte rodoviário.

Por ser a Ferrovia Norte-Sul fundamental, por já ter o setor privado demonstrado interesse no assunto, que já foi debatido, inclusive, no Banco Mundial, por existir uma equação pronta que mostra não ser mais necessário nenhum centavo de recurso público para a conclusão das obras, peço ao Governo Federal, definitivamente, que envie para o Conselho Nacional de Desestatização esse processo da ferrovia Norte-Sul. Precisamos aproveitar esse desejo do capital privado de investir nesta importante obra, para desonerar os cofres públicos e para permitir que a nossa região esteja definitivamente integrada aos grandes mercados.

O Tocantins não pretende mais ser apenas um exportador das suas matérias-primas. Queremos a industrialização. Para isso, faz-se necessário a conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul, por que a soja produzida no Tocantins em grande quantidade já che-

ga aos portos brasileiros perdendo competitividade, em função do transporte rodoviário.

Sr. Presidente, não há quem não possa compreender a importância da Ferrovia Norte-Sul. Chega a ser comentado no nosso Estado, na nossa região, que existem interesses maiores, contrários à viabilização dessa obra, principalmente em função da soja brasileira—tocantinense e mato-grossense—e de termos as melhores terras, as melhores condições. Estamos produzindo em grande quantidade, mas estamos perdendo devido ao famoso Custo Brasil e, principalmente, ao transporte rodoviário.

Sr. Presidente, a Ferrovia Norte-Sul permitirá que a soja e os demais produtos cheguem ao Porto de Itaqui, no Maranhão, com preços imbatíveis no mercado internacional.

Por isso, conclamo o Governo para que, de uma vez por todas, solte as amarras, autorizando que a Ferrovia Norte-Sul seja construída pelo capital privado ou pelo recurso público e não permitindo que falte mais dinheiro para essa obra.

O Sr. Pedro Piva (Bloco/PSDB – SP) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço o aparte do Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (Bloco/PSDB – SP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, o seu discurso é muito apropriado. Num momento difícil por que passa esta Casa, V. Ex^a vem ao plenário para falar de algo positivo, do Estado de Tocantins, um Estado vitorioso que vem se afirmando como um dos mais progressistas Estados brasileiros. A Ferrovia Norte-Sul, que V. Ex^a agora defende, é um anseio antigo. V. Ex^a sabe das dificuldades por que passou o idealizador e o precursor dessa Ferrovia, o Sr. Olacyr de Moraes, que perdeu grande parte da sua fortuna nesse sonho que queria ver realizado. Concordo com V. Ex^a quando fala que, por meio do Poder Público ou do poder privado, de qualquer maneira, essa obra deve ser realizada. Mato Grosso, Tocantins, Goiás, o País inteiro só pode ser um verdadeiro país quando for interligado por estradas de ferro e de rodagem, quando construirmos uma malha que permita que todos os Estados sejam iguais e que tenham todo o progresso possível no que se refere à sua infraestrutura de transporte. Senador Eduardo Siqueira Campos, parabéns V. Ex^a porque, no dia de hoje, uma data muito feliz para o Estado de Tocantins, o seu Governador faz anos. É o aniversário do Governador do Estado de Tocantins, Siqueira Campos, a quem tive o prazer de telefonar, mas não lhe consegui falar, por estar S. Ex^a num governo itine-

rante pelo interior do Estado. Neste plenário, transmito por intermédio de V. Ex^a, filho do Governador e brilhante Senador, os meus votos de parabéns, de saúde e de felicidades ao Governador Siqueira Campos e a seu Estado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Agradeço, Senador Pedro Piva, pelo carinho de V. Ex^a para com o nosso Estado, para com o nosso Governador.

É verdade, Sr. Presidente, hoje, além de ser aniversário do Governador Siqueira Campos, a histórica cidade de Arraias, no extremo sul do nosso Estado, está completando 261 anos de existência. Por esse motivo, o Governador Siqueira Campos transferiu o Governo para Arraias e transformou-a na capital do nosso Estado para a data de hoje, nessa comemoração histórica.

É realmente importante mostrarmos essa posição estratégica do nosso Estado, a saúde financeira em que se encontra o Estado do Tocantins, que cresce a uma taxa muito acima da taxa nacional, que está absolutamente encaixado na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não temos excesso de funcionários nem excedentes em nenhum dos quantitativos especificados nessa Lei. Por essa razão, estamos crescendo bem, de uma maneira inovadora, e temos uma capital planejada; por isso, as coisas no Tocantins efetivamente ocorrem.

Era o que queria comunicar a esta Casa, Sr. Presidente, em nome da Liderança do PFL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de volta a esta Casa após o recesso de julho, percebi, no meu Estado, o resultado de uma emenda constitucional que aprovamos em maio do ano 2000, que traz reflexos altamente positivos para as agriculturas paranaense e brasileira e, por conseqüência, para o Brasil. Refiro-me à Emenda nº 28, que estabeleceu o prazo de cinco anos para a prescrição das reclamações trabalhistas no meio rural.

A Constituição de 1988 tinha estabelecido uma regra diferenciada para o trabalhador rural: em dois anos, ele podia reclamar direitos por tempo ilimitado,

ou seja, adquiridos há vinte, trinta, quarenta, cinquenta anos. Isso tornava impraticável a consecução desse objetivo, primeiramente porque, há trinta ou quarenta anos, o regime de trabalho no meio rural se quer era firmado em contrato. Na verdade, havia apenas os sistemas de parceria e de arrendamento.

Os produtores rurais praticamente não tinham como depositar ou guardar, por tanto tempo, documentos e recibos de pagamentos, inclusive de horas extras por eles cumpridas.

Ocorre que, ao longo dos anos, uma indústria de ações trabalhistas tomou conta do País. Aquilo que parecia ser um privilégio do trabalhador, ou seja, não estabelecer prazo igual àquele estipulado ao trabalhador urbano, que sempre dispôs de dois anos para reclamar os direitos dos últimos cinco anos de seu contrato de trabalho, acabou se transformando num grande peso de lo para o trabalhador rural, que passou a perder o seu principal direito: o emprego. Sem emprego, esse trabalhador não tinha direito ao Fundo de Garantia nem à contagem de tempo para aposentadoria, passando a ser tratado como bóia-fria e levando uma vida subumana.

Apenas quem tem a oportunidade de ver um caminhão ou um veículo transportando bóia-fria ou trabalhador volante, de madrugada, por longas distâncias, levando a marmita com sua comida fria, quase sempre exercendo a sua atividade sazonalmente, sem regularidade e sem a garantia do trabalho diário, apenas quem acompanha essa vida dura sabe que não é humano o tratamento que se dá, em nosso País, a essas trabalhadores, vítimas daquilo que se prenunciava como um privilégio na Constituição de 1988. Eles foram condenados ao desemprego e à subvida, muitas vezes até sem ter casa para morar, vivendo nas periferias, enquanto dezenas, centenas e milhares de casas da zona rural, em propriedades no campo, ficaram vazias por todo esse tempo.

Quando fui eleito Senador, procurou-me o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Sr. Agide Meneguette – que, coincidentemente, está hoje aqui. Ele trouxe-me uma preocupação que eu, como Secretário da Agricultura, já havia ouvido em muitas reuniões que realizava pelo interior do Paraná. Juntos, a Federação da Agricultura, a Confederação Nacional da Agricultura e o meu gabinete, elaboramos uma proposta de emenda constitucional e a apresentamos.

Durante cinco anos, Sr. Presidente, debatemos a referência PEC nesta Casa, tendo sempre argumentado que, no dia em que essa emenda fosse aprovada e colocada na Constituição, alcançaríamos a recupera-

ção do empregado permanente no campo. E, certamente, parte dessas 400 mil famílias de trabalhadores volantes do Estado do Paraná, que não têm emprego, voltará para o campo, porque terá emprego permanente.

Sr. Presidente, graças ao empenho da nossa Federação da Agricultura do Estado do Paraná e de algumas Federações de Agricultura do Brasil, conseguimos convencer os Senadores a votarem favoravelmente. Obtivemos 62 votos – inclusive de Senadores do Partido dos Trabalhadores e de outros Partidos da Oposição, que votaram a favor da nossa emenda. Não me recordo, mas creio que apenas 4 Senadores se posicionaram contrariamente à Emenda Constitucional nº 28, que, enviada à Câmara dos Deputados, demorou muito tempo para ser votada na aquela Casa.

Eu insistia que precisávamos eliminar esse problema no meio rural, porque não há empregador que seja estimulado a dar emprego permanente, em razão do medo de contratar e receber, depois, uma ação impagável na Justiça do Trabalho. Há casos no meu e em outros Estados. Recebi um caso, comunicado pela Federação da Agricultura de Pernambuco, em que o empregador recebeu uma ação trabalhista cujo valor era maior do que o da sua propriedade – um absurdo que só poderia ocorrer numa Justiça do Trabalho ou numa lei trabalhista que é muito complicada e que tem sido, ao longo dos anos, muito mais desestimuladora do emprego do que estimuladora do trabalho formal em nosso País.

Conseguimos aprovar a emenda e ela foi colocada na Constituição em maio de 2000. E só este ano, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, o aumento do emprego no campo chegou a 8,9%, ou seja, 9% foi o aumento do emprego formal na zona rural. Enquanto outros setores da atividade econômica tiveram uma redução do número de empregos, a agricultura brasileira conseguiu, segundo a Confederação Nacional da Agricultura, fazer crescer o número de postos de trabalho com registro em carteira, o que significa que muitos cidadãos estão conseguindo o que era o sonho de muitos deles, daqueles que abandonaram a atividade agrícola para, na periferia da cidade, encontrar uma vida subumana, o subemprego ou o desemprego. Ao lado da carteira assinada está a conquista da casa, da água, da luz, da hortaliça, de todos os elementos que são possíveis numa propriedade rural e que não se consegue obter morando na periferia das cidades.

Essa emenda foi uma das conquistas mais importantes para a solução do desemprego em nosso País. Nove por cento de aumento, nos cinco primeiros

meses, enquanto a média de crescimento de outros setores foi 2%, é algo que deve ser considerado importante, principalmente num País em que o desemprego é o maior desafio.

Tenho aqui alguns números. Foram gerados 99.962 empregos na agricultura brasileira nos primeiros meses do ano, num total de 465 mil. Só no mês de maio, o aumento de emprego no campo foi de 6,4%, o que representa quase 50% de todos os empregos gerados no Brasil no mesmo mês. Isso demonstra que, se tivermos consciência, não podemos continuar protelando, adiando essa discussão, esse debate, sobre a reforma da legislação trabalhista, não para tirar direitos do trabalhador – já quero dizer de pronto –, mas para garantir-lhe o direito principal: o emprego. Vamos avançar e fazer o Brasil avançar.

Tenho andado pelo Paraná, acompanhando o Ministro Almir Pazzianotto, do Tribunal Superior do Trabalho, onde S. Ex^a já fez dez conferências. Estive com S. Ex^a em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, onde nos reunimos para debater a legislação trabalhista. Nessa oportunidade, falamos das Comissões de Conciliação Prévia, criadas por lei e aprovada aqui, em janeiro de 2000. Elas também têm sido um fator de avanço nas relações trabalhistas no campo e na cidade, porque essas comissões permitem que haja entendimento entre as partes sem a necessidade do concurso de um advogado ou da Justiça, descomplicando, portanto, as relações trabalhistas e, dessa forma, estimulando a geração de emprego. As comissões demandam menos tempo e economizam recursos tanto do reclamante quanto da parte reclamada.

O Ministro Almir Pazzianotto tem ajudado muito nesse debate. Aliás, acho que o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho está dando um grande exemplo, porque, quando vai ao Paraná, vai despido dessa aura que cerca os Ministros e os Presidentes de Tribunais; discute e debate a legislação trabalhista do campo e da cidade com todos os interessados, trabalhadores, empresários, advogados, promotores, e o faz com muita simplicidade, numa linguagem que pode ser entendida por todos os cidadãos. S. Ex^a dá o exemplo de que podemos mudar o Brasil para melhor se houver, por parte daqueles que têm poder de decisão neste País, preocupação e, sobretudo, vontade de ouvir as pessoas, a nossa sociedade, que reclama muito a modernização de uma legislação criada em 1943, do tempo de Getúlio Vargas. Avançada para a época, hoje necessita de modificações para que seja estimuladora da geração de emprego.

Não podemos comemorar o fato de termos quase 50% dos trabalhadores brasileiros no mercado informal de trabalho. Isso ocorre porque a legislação não é boa nem para os trabalhadores, nem para os empresários, pois desestimula o registro em carteira. Há uma reclamação constante em todos os debates de que participamos, de que, ao lado da folha de pagamento, existe outra folha com o custo dos encargos sociais. Quando falamos da necessidade de reformulação da legislação trabalhista, dizem: "Mas você não está preocupado em ser antipático perante os trabalhadores? Pode parecer que você esteja pregando a redução dos encargos sociais e, dessa forma, sejam retirados os direitos dos trabalhadores!" Não, estou propondo não a redução dos direitos trabalhistas já conquistados, estes são adquiridos e jamais poderão ser removidos; mas é possível reduzir o custo dos encargos sociais para o empregador, aumentando os benefícios recebidos pelos trabalhadores.

Desafio quem quer que seja a me demonstrar matematicamente que todos os recursos pagos pelo empregador como parte dos encargos sociais estejam chegando como benefícios aos trabalhadores. É claro que não estão chegando! Então, é possível reduzir os custos.

Apresentei um projeto de lei amplo que permite uma grande reforma na legislação trabalhista rural, mas, depois dos debates, vi que não é só esta que precisa ser modernizada. Mesmo porque, quando o legislador aprovou a legislação trabalhista brasileira, não levou em conta que o trabalho no campo é diferenciado. O trabalho rural tem características peculiares muito diferentes das do trabalho urbano. Não dá para comparar o operário de uma fábrica de automóveis da Paraíba – Estado dos Senadores Ney Suassuna e Wellington Roberto – com o trabalhador de uma granja de suínos ou de aves ou de uma lavoura de soja. É diferente. As jornadas são diferentes e devem ser diferentes, inclusive, procurando levar em consideração as individualidades do trabalhador, como por exemplo o seu deslocamento para a propriedade rural. Tudo deve ser levado em conta ao aprovarmos uma legislação, todas as diferenças existentes entre uma e outra atividade.

Ficou demonstrado que, ao alterarmos um artigo da Constituição Federal, conseguimos mexer com um setor, que é o meio rural, aumentando o número de empregos em 9% nos últimos cinco meses. Portanto, eu me animei e apresentei vários projetos alterando alguns artigos da CLT no sentido de oferecer propostas para debate. Não citei todos a fim de não me alongar, mas desejo citar apenas dois projetos

que apresentei. Um deles dispõe que "as ações civis para a reparação de danos em acidentes de trabalho decorrentes de dolo ou culpa do empregador prescrevem igualmente em cinco anos contados da data do acidente". Sabem como se encontra na lei? Tais ações contra o empregador prescrevem em vinte anos. Será que alguém levará vinte anos para decidir entrar com uma ação contra o empregador, no caso de acidente de trabalho ou coisa que o valha? Será que as provas do acidente já não estarão todas destruídas ao longo desses vinte anos? Por que o prazo de prescrição para outras ações é de cinco anos e, para este caso, é de vinte anos?

Precisamos, ao falarmos em modernizar a legislação trabalhista, eliminar os pontos de conflito entre as partes, porque tais pontos afastam do empregador o desejo de empregar. Então, o que ele faz? Contrata o trabalhador informal para livrar-se de problemas ocasionados por uma legislação moderna para 1943, mas envelhecida e arcaica para 2001. Viramos o século e continuamos com a mesma legislação. Outros países, como França, Inglaterra, Estados Unidos, avançaram, reformularam suas legislações. Precisamos enfrentar esse debate com absoluta sinceridade; discutirmos como o trabalhador e empresário uma solução. Será que isso é bom para o trabalhador? Não, porque, ao considerar os 20 anos previstos em lei, o empregador terá mais um fator de desestímulo para concessão de emprego.

Sei que o Senador Ney Suassuna vai me pedir um aparte, todavia, citarei mais um exemplo complicador das relações trabalhistas. Trata-se da multa de 40% sobre o FGTS paga a trabalhadores demitidos. Como estamos num regime de inflação baixa, o empregador, ao considerar o percentual da multa, pensará se contrata ou não mais um trabalhador.

A não ser que venha aqui o sindicato e prove que estou errado, porque não aprovamos um projeto de lei, de minha autoria, propondo a redução da multa em 8% ao ano e, assim, em cinco anos, reduzamos essa multa a zero? Penso que a multa não beneficia o trabalhador, mas o emprego que está faltando. No momento em que são colocados esses desestímulos, esses entraves, aumenta-se, cada vez mais, esse enorme contingente de trabalhadores informais ou desempregados. Não adianta apenas falar, porque, quando andamos nas ruas, a realidade é outra. Numa cidade do interior do meu Estado, por exemplo, a realidade é dura. Vê-se muita gente, três, quatro horas da tarde, na calçada, sem emprego. Isso é resultado de outros fatores, mas também de uma legislação que não estimula a geração de empregos.

Antes de conceder um aparte a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, quero dizer que a Fundação Getúlio Vargas publicou – e V. Ex^a leu – um estudo revelando que 50 milhões de brasileiros vivem com uma remuneração mensal abaixo de R\$80,00, o que não dá para comprar uma cesta básica. Ou seja, esses cidadãos, irmãos nossos, não têm direito a comer uma vez por dia, regularmente. Quando comem hoje, ficam em dúvida se podem comer amanhã. Isso não é vida.

O que vai resolver o problema social deste País é a geração de oportunidades de trabalho. Não digo nem emprego, mas oportunidades de trabalho. E se temos uma legislação que é inimiga da geração de novas oportunidades, por que não a debatemos? Pode ser que esteja errado, que tudo o que estou dizendo aqui seja uma tremenda bobagem. Mas só que, lá no meu Estado, nos últimos três anos, a pobreza aumentou. Na região metropolitana de Curitiba, chegou a 16%. E aqueles que só vêem pela televisão a propaganda da região metropolitana e da cidade de Curitiba acham que estamos falando aqui uma bobagem. Mas é um dado da Fundação Getúlio Vargas. Dezesseis por cento representou o maior crescimento entre todas as regiões metropolitanas. O que significa isso? Está errado o modelo econômico no Estado do Paraná, bem como a legislação trabalhista em vigor, gerando muitos conflitos.

Concordo com a opinião do Presidente do TST, Almir Pazzianotto, que, para mim, é a pessoa que mais entende de legislação trabalhista no Brasil e que, portanto, tem maior autoridade para debater esse assunto. S. Ex^a tem essa mesma opinião.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Osmar Dias, é impressionante como V. Ex^a tem tido um volume de trabalho não só grandioso, como de excelente qualidade no Senado. Tenho privado do convívio de V. Ex^a em várias Comissões e me impressiona realmente esta sua capacidade. Nossas opiniões coincidem em muitos assuntos, mas, em relação a este, estou inteiramente de acordo com V. Ex^a, ou seja, o que foi feito para proteger o trabalhador acaba se voltando contra ele. O capitalista, o poupador, o investidor quase sempre são regidos por dois princípios: o da teoria keynesiana e o da teoria de Kalecki. Mas quem vai investir há tantos óbices, tantos obstáculos em seu caminho? Quem vai contratar

formalmente se há tantas adversidades, tantas esquinhas com emboscadas contra ele? É melhor deixar no informal, é melhor contratar cooperativas, é melhor terceirizar. E isso termina se revertendo contra o trabalhador. Concordo plenamente com V. Ex^a. Acredito que, no mínimo, temos obrigação de discutir e verificar o que é a favor e o que é contra. Não com a magia com que alguns segmentos se comportam, mas com essa seriedade de V. Ex^a. Analisar o que realmente interessa ao País, ao trabalhador e ao investidor. Com certeza, muitos dos itens são obsoletos, e temos visto inúmeros deles. Em relação a esses casos, 20 anos, por exemplo, são uma aberração, especialmente neste mundo globalizado, onde concorremos com países de legislação dinâmica que buscam privilegiar o trabalhador de outras formas, dando-lhe técnica, capacitação e oportunidades em vez de escravizá-lo e de fazer sinecura. Temos obrigação de proteger a massa trabalhadora, sim, mas penso que também esteja na hora de discutirmos uma nova relação capital/trabalho com toda a seriedade. Concordo com V. Ex^a quando cita o Ministro Almir Pazzianotto, um homem que conhece não só a parte sindical como também a legislação com profundidade e tem tido muita coragem ao dizer que precisamos fazer uma nova rodada de discussões para encontrar uma melhor relação entre capital e trabalho. Parabéns, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Obrigado, Senador Ney Suassuna. Aliás, gostaria de dizer que, quando V. Ex^a presidia a Comissão de Assuntos Econômicos e eu, na mesma gestão, a de Assuntos Sociais, as duas Comissões aprovaram aquele projeto de lei que hoje proporciona a instalação das comissões de conciliação prévia no País. Considero tal legislação um grande avanço no sentido de se sentirem a Justiça do Trabalho, a qual, segundo o Ministro Almir Pazzianotto, precisou alugar, em tempos recentes, um outro prédio só para guardar processos. Quem, de sua consciência, acredita que, com esse amontoado de processos trabalhistas os juízes podem julgar de forma correta, podem fazer justiça ao julgar cada ação trabalhista? É claro que é impossível. Para desentulhar a Justiça do Trabalho, estamos propondo que se simplifique a legislação trabalhista. Não precisamos manter determinados conceitos que dão ao empregador o temor de empregar. Ele pensa: "Para que vou dar um emprego formal, registrado em carteira, se posso dar um informal e fugir das dificuldades?" Precisamos clarear a situação, colocando o empregador e o trabalhador sentados à mesma mesa em harmonia, em paz. Já foi o tempo em

que muitos sindicatos julgavam que trabalhadores e empregadores só poderiam sentar-se à mesa em lados contrários. Hoje, todos sabem, há uma dependência direta entre um e outro. Não existe empregador sem trabalhador e vice-versa. É necessário que a empresa se fortaleça para que o trabalhador também se fortaleça.

Nesse sentido, estou apresentando outro projeto de lei que diz que os benefícios **in natura** não serão considerados na hora do pagamento de indenização como sendo parte desta. Ou seja, os benefícios **in natura** ou utilidades que o empregador, por força de contrato ou de costume, fornece habitualmente. Vou citar exemplos do meio rural, que conheço bem: um pedaço de terra para plantar uma roça; um pasto para colocar 2 ou 3 vacas leiteiras para o sustento da família. Na cidade, por exemplo, podemos citar o uniforme, o vale-refeição e outros benefícios. Com a lei atual, tais benefícios são incorporados. Será que isso é bom para o trabalhador? Não, porque amedronta o empregador. E por que não podemos debater esse assunto que estou apresentando? É para ser debatido. Não estouvando que isso vai resolver o problema do trabalhador, do desemprego, mas, repito, são projetos de lei que estou oferecendo ao Senado para que sejam pelo menos debatidos.

Considero que o primeiro semestre deste ano, dos seis que já passei aqui, foi o menos produtivo; ficamos discutindo sobre o painel, debatendo problemas de comportamento de Senadores, quebra de sigilo, se o laudo era positivo ou negativo, e muitos projetos deixaram de ser votados. Faço um apelo à Mesa para que esses projetos nas comissões sejam cobrados, em primeiro lugar pelos seus presidentes, e que tenhamos uma pauta repleta de projetos para votar, aprovar, reprovar ou jogar fora, mas que votemos o que está sendo proposto pelos Senadores da República. Não estou querendo dizer que deixemos de investigar essas denúncias que envolvem até mesmo o Presidente do Senado; pelo contrário, devemos investigar. O Conselho de Ética precisa se posicionar e rapidamente para não perdermos mais um semestre só com esses assuntos. O que que ro dizer é que o pacote ético do Governo e o que mais vier será votado. Tudo bem! Mas não estou entendendo bem por que só agora. Será que antes não era importante? Agora é que se tornou importante? Vamos votar, vamos aprovar, vamos quebrar sigilo bancário, fiscal, não há problema nenhum, vamos votar licença para se processarem Senadores e Deputados, mas vamos votar – pelo amor de Deus – projetos de interesse da Nação brasileira, por que o povo, na rua, na roça, na agri-

cultura, na cidade, reclama: por que o Senado não se debruça sobre as reformas necessárias ao País?

Considero a reforma ética a mais importante de todas porque, sem ela, não se resolve o problema de impunidade e corrupção, que tem que ser combatido – a corrupção é uma das maiores causas, sim, da pobreza –, mas não podemos nos esquecer de importantes reformas que estão sendo adiadas. O Governo diz que quer a reforma tributária, mas não põe a base para votar. Se o Governo estivesse sendo sincero, ela já teria sido votada, para melhor ou para pior. Na verdade, há uma embromação na questão da reforma tributária. Quando se elegeu pela segunda vez, o Presidente prometeu: agora é para valer; a reforma tributária sai. Há seis anos se está discutindo isso. O povo já se cansou de ver apenas discussão e não votação. Porque não vamos votar a reforma tributária agora? A reforma da legislação trabalhista, ao lado da tributária, pode não ser a solução para o problema do desemprego, mas é um avanço para amenizarmos o drama de milhares de pessoas que não têm registro em carteira e, portanto, direitos sociais garantidos.

O Senador Romeu Tuma entende a questão da segurança muito melhor que qualquer um de nós – é um especialista no assunto – e sabe que não adianta combater a consequência. Não adianta termos Exército e Polícia treinada, trocar o uniforme da Polícia de verde para amarelo. É o mesmo que fez o Felipão: trocou o uniforme da Seleção, mas não adiantou, ela perdeu o jogo. Não adianta. Precisamos combater a causa que, para mim, é muito clara: o desemprego que está grassando, o aumento da pobreza, da miséria, e porque não encontramos em alguns Estados – no meu posso dizer de cadeia, porque estou assistindo – um Governo que coloque em prática um modelo econômico que possa retirar do potencial e das vocações do Estado a renda e os empregos necessários.

Colocar duas ou três montadoras na capital pode deixar alegres meia dúzia de franceses, de americanos e ingleses, mas deixa muito tristes milhares de pessoas que no interior do Estado não tiveram um centavo de estímulo para continuar com seus negócios. Só no ano passado cinco mil e quinhentas empresas no meu Estado fecharam suas portas, assistindo ao Governador dizer na televisão que estava colocando uma montadora na capital que geraria milhares de empregos. Na verdade, uma delas já fechou suas portas porque foi exagerado o estímulo dado, e ela não tem nenhum interesse em permanecer no Estado – o proprietário da empresa trouxe um paletó, colocou-o na cadeira, mais o nome da empresa. Na verdade, era uma franquias de uma marca de automó-

veis, e o povo paranaense pagou a conta. Lá, vendem-se empresa de energia elétrica e banco, e se estatiza a fabricação de automóveis. O Governo do Paraná participa com 40% das ações da Renault, por exemplo. Esse paradoxo, essa contradição leva a região metropolitana de Curitiba a ver engordar a pobreza e, no interior do Estado, emagrecer os estímulos dados pelo Governo para aqueles que querem continuar criando renda, criando emprego em nosso Estado.

Nosso projetogerou, sim, empregos. A emenda à Constituição foi responsável pelo crescimento de 9% dos empregos do nosso Estado, e quase 9% na média brasileira. Atendemos ao apelo da Federação da Agricultura do Estado do Paraná que, em boa hora, apresentou-nos a proposta. Felizmente, o Paraná conta sempre com a participação do Ministro Presidente do TST, Almir Pazzianotto, que nos orientou e que continua debatendo a necessidade da promoção de uma reforma na legislação trabalhista.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo um aparte a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Osmar Dias, V. Exª aborda um tema que foi provocado na última reunião em que estive, em São Carlos, com a presença do Ministro Almir Pazzianotto. No seu pronunciamento, S. Exª fez algumas revelações sobre CLT, sobre o que acredita prejudicar o andamento dos procedimentos e gerar sobrecarga na Justiça trabalhista. Trata-se de um tema importantíssimo. Bebe-mos aqui do cálice da amargura no primeiro semestre, sem produzir nada; houve fatos importantes, aos quais V. Exª já fez referência. E o Conselho de Ética foi criado para, com liberdade, investigar, chegar a sua conclusão e, em tão, trazê-la ao Plenário para uma decisão final. Não devemos ocupar permanentemente o Plenário para discutir esses assuntos, senão não haveria necessidade da criação do Conselho de Ética. Lembro-me de quando se falava nos contratos de meia, de confiança, no interior de São Paulo, em que o morador tinha sua casa, e um espaço onde plantar e produzir para ele e para o proprietário da terra. Com o "avanço" na legislação trabalhista, surgiu essa desconfiança permanente. O cidadão meeiro achava que, em breve, seria o dono da terra onde trabalhava. Houve vários conflitos. À época, acompanhei ministros da Justiça ao interior, a uma área do Pará onde os conflitos de terra são permanentes. Percebemos, então, que a mudança na legislação trazia uma intranquilidade muito maior ao campo e que a convivência

pacífica entre os proprietários de terra e os trabalhadores poderia trazer algum resultado bastante razoável. Não estou dizendo que se deve voltar ao passado, porque naquela época havia exploração da mão-de-obra. É preciso haver critérios que tenhamos de respeitar, e não uma imposição legal que traga dificuldade para o cumprimento da própria lei. Não li o projeto de V. Exª, mas o endorsei. Quero participar da discussão e apoiá-lo, porque é importante para o País. O Brasil só melhora sua balança de pagamentos quando há aumento da produtividade agrícola. Não é a venda de automóveis que melhora a balança comercial, ao contrário. Estamos trocando produtos alimentícios por importação de veículos, que cresceu assustadoramente, apesar de a indústria nacional ter-se aprimorado. Quero cumprimentar V. Exª e dizer que estamos aqui para apoiar suas teses e projetos

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Exª sempre participa dos debates travados neste plenário. Como especialista em segurança, V. Exª sabe que estamos tratando de assuntos que têm muita relação entre si: o emprego e a segurança.

Não é possível ficar escondendo a realidade ou agindo como avestruz, isto é, enfiando a cabeça na terra para não enxergar o que está acontecendo.

Na região metropolitana de Curitiba, a situação está feia, a insegurança toma conta de todos. Não sei se esse é um bom exemplo, por que lá o Governo está muito desorganizado, vai mal, afundou o Estado em dívidas e não consegue realizar um trabalho eficiente, e quem paga por isso é a sociedade.

Na verdade, todos os dias vejo notícias relativas aos outros Estados, em que a situação não é muito diferente. Então, precisamos enfrentar a realidade.

Segundo os dados da Fundação Getúlio Vargas, 30% da população tem renda abaixo de R\$80,00, portanto, é pobre ou miserável; mas a pobreza é maior na faixa de idade que vai dos 14 aos 18 anos, quando ela atinge 45% dos jovens. Não é por outra razão que nessa faixa etária existe o maior crescimento dos índices de violência e marginalidade. Há, de fato, relação entre o desemprego e a violência.

Eu apresentei, e o Senado Federal aprovou, um projeto que se chama Primeiro Emprego e que está, há quatro anos, parado na Câmara dos Deputados. Eu não vi disposição do Governo em agilizar a sua tramitação. Conversei com o Ministro do Trabalho e com o Presidente da República, que, na campanha presidencial, disse que iria colocar em prática esse projeto, estimulando a contratação de jovens traba-

lhadores como aprendizes, qualificando e treinando mão-de-obra.

Repito: esse projeto de lei está parado na Câmara dos Deputados, e ninguém se incomodou em examiná-lo para verificar que ele realmente é importante para gerar empregos para os jovens trabalhadores.

Encerrando, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, ao apresentar esses projetos, a minha intenção é chamar para o debate os Senadores de todos os Estados, partidos e correntes e também o Governo. Já não estou preocupado com aquela situação ocorrida no semestre passado, quando, por ter assinado o requerimento para instalação da CPI da Corrupção e depois não ter aceitado retirar a minha assinatura, o PSDB praticamente me expulsou. Estou sem partido, mas até por isso chamo a atenção de todos aqueles que querem debater sério sobre um assunto relevante, que é a legislação trabalhista. Espero que o Governo não envide nenhum esforço para deter a tramitação dos projetos de minha autoria. Não estou aqui criticando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de seu Partido ter tido essa atitude feia de condenar quem assinou o requerimento de instalação da referida CPI. Os últimos acontecimentos no Senado e no País demonstram que eu tinha razão quando assinei aquele requerimento e também quando não retirei a assinatura.

Gostaria que a Mesa me ajudasse a pelo me nos submeter à discussão nas Comissões e no plenário do Senado esses vários projetos direcionados à modernização da legislação trabalhista.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o eminente Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de um mês de recesso, retornamos à Casa, onde muitos assuntos estão em debate nas Comissões e no plenário. Com certeza, essa é uma pauta bem diferente da que interessa à imprensa, que não tem tido outra postura senão a de buscar escândalos e dar à população a idéia de que a política é um mundo de corrupção, de descalabro e tudo o mais.

Muitas vezes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, que fazemos vida pública não profissionalmente, mas como pessoas que entendem que têm obrigação para com a sua comunidade, para com a sociedade, começamos a nos perguntar se esse é o caminho para servir à comunidade, porque somos mostrados como uma espécie de bandido. Hoje talvez seja melhor dizermos que somos de tal profissão, mesmo que ela seja menos importante, do que dizer que temos o mandato de Senador ou de Deputado. Quando dizemos em público que somos Senador, as pessoas já nos olham atravessado, como se fôssemos um cafajeste, um ladrão.

A situação é muito diferente. Nesta Casa, encontramos pessoas como o Senador Osmar Dias, que acabou de fazer ponderações sobre assuntos sérios, como o Senador Romeu Tuma, como nossos companheiros Pedro Simon, Eduardo Suplicy e tantos outros Senadores que vieram para cá para debater os problemas do País e apresentar soluções. Existe alguém cuja conduta é condenável? Então vamos puni-lo, vamos tomar as providências cabíveis. Mas essa não é a regra nesta Casa; aqui a regra é a seriedade. E são muitos as pessoas que vêm para cá porque têm amor às suas comunidades, à sociedade brasileira.

Eu não sou político; sou empresário, professor – é assim que gosto de ser chamado. Fui professor de várias matérias de 1º e 2º graus, depois fiz concurso para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde, desde 1967, sou professor da área B – Economia e Administração. Fiz os cursos de Economia, de Administração e de Pedagogia, ou seja, três cursos superiores. Depois fiz alguns cursos de pós-graduação. Sinto-me realizado quando estou dando aula, mas, seja pelos encargos familiares de uma família política, seja por acreditar que o meu Estado precisava de um representante que lutasse por ele com afinco, eu me candidatei e aqui estou, para minha surpresa, no segundo mandato. Penso que será o último, porque, a cada dia, olho com mais tristeza o quadro político, principalmente quando mostram os políticos como se fossem todos da mesma laia, todos corruptos, todos ladrões.

Eu me pergunto: que pessoa de bem vai se arriscar a exercer um cargo público se, a cada dia, de forma mais patente, somos mostrados como monstros? Eu não tenho tido muito estímulo como político. Nos últimos seis meses, durante a semana, fiquei em Brasília, batendo de porta em porta nos Ministérios, pedindo recursos para a minha Paraíba, aonde vou apenas nos fins de semana. Quando vou lá, vejo um

quadro que nos faz sentir vergonha de sermos brasileiros. No Nordeste, a seca continua, e é grande o sofrimento do povo. Há três dias, as cidades de Cajazeiras e de Sousa estão bloqueadas, as BRs estão fechadas por trabalhadores famintos.

A maioria da população do País não sabe o que significa seca verde. Quando chove irregularmente, há algum pasto, mas não se juntou água nos açudes e não há água para beber. Há cidades que estão assim há três anos. Não teve safrá, não há o que comer.

Essas pessoas não têm maior qualificação, porque nunca de mos a elas a redefinição de ter um ensino profissionalizante. No Brasil, dizemos que alguém é alfabetizado porque sabe ler e escrever. No mundo globalizado, o que isso significa? Nada, absolutamente nada, a pessoa continua analfabeta, essas pessoas estão aptas apenas a pegar uma enxada e a roçar. Se não há chuva, o que roçarão? Se não têm água para beber, o que vão fazer? Não têm dinheiro para levar o filho à escola, não têm dinheiro para comprar comida, não têm horizonte, não têm esperança.

A esperança que tínhamos, Senador Romeu Tuma, era a transposição do rio São Francisco, que nos permitiria um fluxo de água constante. O meu Estado é o único do País que não tem rios perenes. Quando chove, eles têm água; acabou a chuva, secam. Se não fizermos a barragem, não haverá água na seca. Às vezes, a seca vem três anos seguidos. Em 1999, fazia três anos que não chovia. Agora, de novo, começou outro período de seca.

À medida que o mundo esquenta – El Niño e La Niña são fenômenos que nos afligem, porque, num lugar, chove muito e, num outro, não chove nada – nós, no Nordeste, estamos pagando um preço alto por essa estiagem.

Setenta e dois dias de seca! Comecei dizendo "são 10 dias hoje" e já estamos no 72º. Não tivemos regularidade nem de carros-pipas nem da distribuição de cestas básicas. São 15 quilos de alimento para uma família – às vezes de até dez pessoas – comer durante um mês. É a solidariedade mínima que se esperava de uma República.

Senador Eduardo Suplicy, o Ministro Raul Jungmann disse que iria resolver e assinou com toda convicção. E queria que isso fosse resolvido, só que a burocracia não está reagindo na mesma velocidade. Tem que se fazer concorrência para comprar as cestas básicas; e essa concorrência não anda. E, quando foi feita, foi feita de forma irregular. Caiu até o Presidente da Conab. E voltamos à estaca zero. Enquanto isso, o cidadão está esperando para comer alguma coisa. Quanto aos carros-pipas, que deviam estar

chegando com frequência, o Exército tratou de fazer a distribuição somente na área rural. Na periferia das cidades não tem carro-pipa.

Sr. Presidente, veja que coisa incrível: não há distribuição de água na periferia da cidade. O cidadão tem que ficar na área rural. Lá, não há o que comer, o que beber, os seus animais já morreram, mas ele tem que ficar lá esperando que o carro-pipa chegue para encher sua lata d'água. Então, vamos convivendo com mais profundidade com o mecanismo da miséria, e ficamos impactados, sem acreditar.

Vejam que coisa kafkiana: quando falta água na cidade, o prefeito decreta estado de calamidade pública por 120 dias e serve apenas para levar o assunto ao conhecimento do Governador do Estado, que enviará a matéria à Assembléia Legislativa, que deverá ser votada em trinta dias. Dos 120 dias a que tinha direito, o prazo reduziu-se para apenas noventa dias. Depois disso, o assunto é encaminhado ao Governo Federal, que deve reconhecer o estado de calamidade tanto do Município quanto do Estado, o que demora outros trinta dias. Restam apenas sessenta dias para que comecem a tomar alguma providência. Quando o prefeito tem muitas sortes acontece de receber um sim, porque realmente concordam que o seu povo está passando por um estado crítico, faltam apenas vinte dias para o fim da vigência do estado de calamidade. Receberá, então, apoio por esse período, depois recomeça o sacrifício. Esse mecanismo enlouquece qualquer cidadão que tenha responsabilidade. Mas não pára aí: a água só poderá ser distribuída na região rural.

O critério de distribuição das cestas básicas é bem diferente da quele usada na última seca, ocorrida em 1999. Numa cidade como Desterro, por exemplo, setecentas pessoas alistaram-se para recebê-las; no entanto, chegaram apenas 148 cestas.

Sr. Presidente, saia do pêlo de V. Exª e ponha-se no pêlo do prefeito. Setecentos alistados, 148 cestas: que critério utilizar para decidir quem as receberá? Olhar a barriga para ver quem está com mais fome? Ver se o estômago encostou na espinha? Qual deveria ser o critério? O que fazer?

O Sr. Wellington Roberto (PMDB – PB) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Exª com muita satisfação.

O Sr. Wellington Roberto (PMDB – PB) – Senador Ney Suassuna, V. Exª tem demonstrado preocupação quanto aos problemas da seca no nosso querido Estado da Paraíba. Informo V. Exª de que re-

cebi hoje a informação de que as estradas continuam sendo bloqueadas, como é o caso da estrada que leva à cidade de Sousa. V. Ex^a também tem falado nas cestas básicas. Realmente, alguns itens que compõem as cestas que chegam à Paraíba têm sido de péssima qualidade, como é o caso do feijão, que não cozinha. O Presidente da Conab caiu sem resolver o problema da cesta básica. Isso é preocupante. É preciso que a Bancada nordestina esteja unida para resolver os problemas não só da seca no Nordeste, como também da falta de água, pois os caminhões-pipas não têm chegado regularmente. A atitude do Governo Federal é de extrema morosidade. Obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Wellington Roberto, sou eu que agradeço o seu aparte. V. Ex^a, como paraibano e sertanejo, tem assistido ao massacre que estão sofrendo os pais de família, açoitados pelo flagelo dessa estiagem que nos põe numa vulnerabilidade nunca vista.

Fico sem entender o que está ocorrendo. O que o Senador falou sobre a cesta básica é verdadeiro. Na fatura, o feijão é de primeira qualidade, mas na compra é de quinta. Cozinham-no o dia inteiro para que possa amolecer, mas nem caldo dá. O mesmo ocorre com os demais gêneros alimentícios.

Várias pessoas ainda ganham com a miséria alheia.

Senador Wellington Roberto, V. Ex^a apoiou-nos com sua intervenção quando eu falava das dificuldades que vive hoje o homem que tem tudo esturricado em sua pequena propriedade. Segundo o Governo, ele deve esperar a lata d'água, porque não pode ir para a periferia da cidade, onde é possível, pelo menos, pedir uma esmola ou receber a sopa que a maioria das prefeituras está oferecendo. A sopa é rala, mas é a comida de que se dispõe.

Esse contingente de flagelados anda pelas estradas e aglomera-se em busca de solução. De repente, alguém lidera o grupo e avisa que determinou a escola está distribuindo merenda. Então, Sr. Presidente, eles vão lá, que bramam por elas e levam a merenda escolar, tirando-a da criança. Mas eles também precisam comer. Quem dirá que eles não têm o direito de comer? Isso tem sido uma constante.

Também pode ocorrer a reunião de 300, 400, 500, mil ou duas mil pessoas em volta de uma cidade pequena, ameaçando invadir o comércio. O prefeito, então, fica louco, sem saber o que fazer e compra algo para distribuir. Pode ser uma rapadura, quilos de farinha, arroz, enfim, o que puder. Esse tem sido o clima que temos visto em nosso Estado – meu, do Se-

nador Wellington Roberto e do Senador Ronaldo Cunha Lima.

Na Paraíba, não existe água perene. Temos que fazer o barreamento. Com relação a essa regularidade, mesmo na chuva, chove numa área do Estado e na outra não. Então, tem que haver conexão, e já fizemos 1.500 km de adutoras para tentar fazer essa distribuição de água, pelo menos para beber, isto é, para consumo humano e animal. Estamos, como eu disse, com esse processo kafkiano dos 120 dias. Estamos recebendo a cesta básica em quantidade insuficiente, e não sei como o prefeito poderia agir, a não ser dizendo: "Prefiro não apanhar as cestas". Mas vem um Ministro de Estado e diz: "Vou denunciar o prefeito ao Ministério Público". E eu pergunto: caberia alguma outra ação ao prefeito? Mil pessoas e 100 cestas; vai-se fazer como? Isso é "A Escolha de Sofia" – refiro-me àquele famoso filme, àquele famoso romance, em que a mãe tem que escolher entre um filho e outro, qual dos dois vai morrer. Não sei, apenas tenho esse sentimento que bate no peito, de revolta, vergonha, tristeza – é assim que todos nós ficamos. Mas aí vimos para Brasília. E chegando aqui o burocrata disse: "Mas essa tem que ser a norma, porque não temos recursos". Não tem recursos para gastar R\$30 milhões por mês com cestas básicas para 12 milhões de nordestinos, que são esses que estão na situação pior? Mas tem recursos para fazer com que o dólar não suba um cent e se gaste R\$1 bilhão; ou para que se ajude um banqueiro que, desonestamente, desviou recursos e que não tenha o problema da vulnerabilidade do sistema.

Não sei que País é este! Eu não sei como fazer... É desagradável, Senador Romeu Tuma, falar toda hora do mesmo assunto, mas falamos para ouvidos de surdo; e o que é pior, não é aquele surdo que não ouve, mas aquele que não quer ouvir, porque não são surdos, mas ouvem e até ficam trombudos, zangados.

Passamos para a Oposição? Não; não passamos para a Oposição. Continuamos apoiando o Governo. Eu sou um dos que apóia o Governo sempre; mas precisamos ter algum **by-pass**, algum corte, que evite esse gasto de tempo. É demais fazer isso com boa parte da nossa população.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tem o aparte V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador, mas é tão dramático o cenário que V. Ex^a traz a esta Casa, que realmente nos

sensibiliza e nos entristece bastante. Não vou entrar no mérito, porque V. Ex^a pisa no chão duro da seca e fala com os flagelados que sofrem e sentem, na fome, a própria morte dos seus filhos. Temos visto cenários, principalmente nos jornais televisionados, de morte por inanição, por falta de alimentos e por falta de água. Às vezes nos questionamos se isso está acontecendo no Brasil. É no Brasil? É a descrição de algum lugar do Brasil? Então, eu me pergunto: Será que não dá para haver uma distribuição melhor de riqueza e o atendimento a essa população que não tem outra solução a não ser migrar? Essa população não tem qualquer esperança, porque a saturação das cidades está tão grande que os administradores não conseguem acompanhar o inchaço das cidades, da zona urbana. Então, temos que atender o campo. Então, pergunto a V. Ex^a, que está no campo, se assim me permitir: quando eu estava na Polícia Federal, nós identificávamos a deterioração de alimentos armazenados com o adiantamento de dinheiro do Governo Federal – a ordem era que se indiciassem e processassem as cooperativas que tinham o armazenamento e colocavam à disposição dos órgãos governamentais os grãos que não eram retirados e acabavam apodrecendo. Aí surgia a nova safra e não se sabia o que fazer, porque tinham que retirar a antiga para colocar a nova; aquela outra ficava ao relento. Isso continua acontecendo? Não tenho muita certeza, mas é algo que sempre me preocupou, só que agora não tenho as informações necessárias para saber se ainda ocorre. Há uma fiscalização correta? Porque quando se financia os pequenos produtores é preciso dar-lhes apoio, pelo menos para retirarem a safra e colocá-la à venda, ou distribuí-la para aqueles que não têm com o que se alimentar. Por isso cumprimento V. Ex^a, espero que esse grito da tribuna que V. Ex^a dá seja ouvido não só por um ouvido, mas por todos aqueles que têm a responsabilidade de decidir.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Romeu Tuma, pelo seu aparte. V. Ex^a é uma pessoa que, com esses anos de convivência, aprendi a admirar cada vez mais por sua transparência, correção, por seu discernimento e pelo grande companheiro que é no apoio das causas justas, além de dizer da bravura com que enfrenta os problemas num medo, sem as sombrias coisas alguma. Sou um admirador de V. Ex^a, mas lhe digo que tenho andado assombrado com a velocidade do descompasso que vemos entre o discurso e a ação. Às vezes me pergunto: por quê? E encontro algumas respostas que não são boas. A burocracia está desestimulada, não há aumento, passou a ser

vil e tudo o que não prestava era culpa dela e dos nossos funcionários públicos.

Fico pensando: "Meu Deus! Um país que tem tudo..." "Temos tudo, somos um país rico, por que, então, haver essa miséria? Até aprendi aqui, Senador Romeu Tuma, porque, por mais que vivamos, estamos sempre aprendendo. Até na hora da morte, aprendemos como se morre, não é verdade? Revoltei-me, numa dessas secas que enfrentamos, e fiz, aqui na frente do Senado Federal, um monumento de latas secas, sendo que cada uma delas tinha o nome de uma cidade que estava passando sede. Houve piadas, gozações, mas não me envergonhei disso. Pelo contrário, nem eu, nem meu povo. Por que eu teria vergonha de fazer isso, se meu povo está pegando lata d'água poluída para beber? Foi uma forma de chamar a atenção da imprensa.

Desta vez, Senador Romeu Tuma, fiz mais: fui direto a cada órgão de imprensa. Pedi ao jornal Folha de S. Paulo, ao O Estado de S. Paulo, ao Jornal do Brasil, ao O Globo, à TV Globo, a todo o mundo, que fizessem alguma reportagem sobre aquilo. Inclusive a TV Senado fez uma série, que deve passar por esses dias, muito importante, mostrando o que é a seca, o que é a miséria. Fiquei impressionado quando vi os nossos repórteres daqui da TV Senado pasmados, estupefatos, sem acreditar no que estavam vendo. É duro o quadro! Para quem **nunca** viveu aquilo, quando vê, sente revolta. A meu ver é o momento em que temos vergonha de ser brasileiros. A vontade é de buscar auxílio no exterior, na OEA, pois aqui não está funcionando como devia. A ordem foi dada, mas não chega na velocidade adequada. E as coisas se sucedem desde o tempo de D. Pedro II.

Se não é assim que funciona, o que devíamos estar discutindo? São coisas que não consigo entender. Milhões de pessoas no País não possuem casa, moram embaixo de pontes. Pergunto: há barro para fazer telhas e tijolos? Terra para alicerce? Desempregados para construir? O que falta? Uma vibração, um comando. E não saem do papel as coisas próprias populares. Não consigo entender o porquê.

Vejo o meu Estado, a Paraíba, naquele cantinho do Brasil, aquela corcova, a dias de vantagem em direção à Europa, se para lá fôssemos nos deslocar. É uma posição que nos dá uma vantagem relativa enorme. As indústrias de pesca do Uruguai, por exemplo, passaram a atuar na Paraíba. Ao invés de três pescadas por ano, fazem quatro, com 25% de aumento na produtividade. Onde não havia pesca, houve uma produção de vinte milhões, e para este ano a previsão é de 52 milhões. Já somos o maior porto pesqueiro,

porque aproveitamos a proximidade com o Golfo da Guiné, no Oceano Atlântico, onde está o atum e o espadarte. Também o turismo deveria ser aproveitado. Por de ver de ofí cio, co nhe ço bem o mun do e pude observar que no Japão uma pessoa com US\$4 mil ganha pouco. Mas são US\$4 mil. Enquanto os aposentados enfrentam um inverno duro na que le país, po deríamos realizar colônias de férias para os japoneses, aproveitando nossos japoneses desempregados em São Paulo para ajudarem. Poderíamos estar trazendo levadas de japoneses idosos, que levariam uma vida de rei e não gastariam nem um quarto do que recebem, porque o que lá no Japão é caro de mais aqui é barato. Eles teriam vida de rei. Nós podíamos estar fazendo essas colônias de férias. Nós podíamos estar fazendo tantas coisas, mas não estamos, porque não arregaçamos as mangas e não fazemos o que devíamos; os programas não chegam ao fim da linha. Um dos poucos programas que teve a sua conclusão é o da agricultura familiar. E vemos o milagre. Emprestem R\$500,00 para uma pessoa; ela compra duas cabras e um bode; ou só duas cabras e as leva para inseminação. De repente, muda-se a vida com R\$500,00. Esse programa tem chegado ao final.

O Governo tem programas bons, mas horas há em que o Governo parece apático. Não consigo entender. Voltei do recesso com a sensação de que esqueceram um pedaço do Brasil. É incrível. Como disse o Senador Wellington, há três dias está fechada a BR que liga João Pessoa ao Amazonas. E ela não faz falta, ninguém nem toma conhecimento.

Será que terão que crucificar alguém todo dia? Será que terão que decapitar pessoas? Será que terão que incendiar repartições públicas para chamar atenção e anunciar que estão urgentemente necessitando de ações? Eu não consigo entender o que se está passando no País. Vejo toda a imprensa discutindo o caso de um Senador. Parece que tudo no Congresso diz respeito a um único Senador. E vejo essa mesma imprensa fazer de conta que não está vendo a seca matando milhões de pessoas.

Não consigo entender os critérios. Não consigo entender o que está se passando no País. Mas quero dizer que esta Casa, onde há tantos patriotas – e tenho tido o apoio dos companheiros – ela tem tido pouca força. Creio que a Banca do Nordeste ainda não sentiu a força que tem. E continuamos numa situação patética, uma situação que nos deixa a todos perplexos.

Hoje venho fazer este desabafo. Hoje eu, o Governador José Maranhão e o Deputado Efraim Morais fomos aos gabinetes dos Ministros que comandam o

processo para pedir que, pelo amor de Deus, acelerem as ações. Eles disseram: – “Já mandamos”. Mas as ações ainda não chegaram na intensidade necessária.

Precisamos, realmente, encontrar soluções. Há muitas coisas a se fazer no País. Tenho cumprido, como Senador, o meu dever. Por onde passei, procurei cumprir o meu dever. Fui para a Comissão do Orçamento, Sr. Presidente, e entreguei o relatório quinze dias antes do prazo, porque o grupo todo de Parlamentares trabalhou dia e noite; ninguém arreda o pé de lá. Há vinte anos que não acontece isso. E, depois que fizemos, nunca mais ninguém fez. Fomos para a Comissão de Assuntos Econômicos e empreendemos a um número recorde de reuniões, de processos e de debates. Estamos na Comissão de Fiscalização e Controle, que não funcionava, e bateamos o recorde - empatando com outras - em projetos relatados.

Como eu, centenas de pessoas fazem o mesmo. Mas ficamos impotentes, quando se trata de fazer andar essa máquina gigantesca de modo mais veloz.

Tenho muito orgulho de ser nordestino, mas dói muito ser nordestino, porque vemos os nossos conterrâneos sofrendo de uma forma que arrasa o nosso coração, arrasa a nossa confiança no futuro para aquelas crianças. Não nos preocupa só a fome do momento, mas também os neurônios bloqueados, os neurônios atrofiados pela fome. Pior: a desagregação familiar. Sai o pai de família para procurar um emprego nas periferias das grandes cidades e fica a mulher sem ter o que dar de comer aos filhos.

Quando passamos, durante o período de seca, nas estradas do Nordeste, Sr. Presidente, dá vergonha. Vemos crianças, meninos de 12, 13 anos, substituindo-se para conseguir um trocado para levar aos irmãos menores. Isso não é correto; isso não está certo. Há muito o que fazer neste País, mas falta vibração; falta darmos as mãos e tentarmos resolver seriamente, sem que um fique puxando o tapete do outro, sem que um grupo, por ideologia, fique bloqueando a ação do outro. Soamos todos irmãos. Este País tem espaço para todos e tem meios e condições de nos fazer vibrar para resolver os problemas.

Encerro meu pronunciamento com uma frase mais dura: talvez falem coragem e vergonha. Se tivéssemos vergonha, com certeza já teríamos resolvido a maioria dos problemas que são críticos e que são prioritários neste País: habitação e educação. Isso melhoraria a segurança e com certeza refletiria na saúde.

São palavras, eu sei, um tanto amargas, mas entendam-nas como o desabafo de uma pessoa que quer fazer algo e não vê como. Este deve ser o 33º discurso sobre o tema; entretanto, já se passaram 72 dias sem que o assunto tenha sido resolvido. As BRs permanecem bloqueadas, impedindo a passagem para Cajazeiras e Sousa.

Até quando vamos ficar nesta chorumela? Eu queria estar aqui falando sobre exportação, progresso, tecnologia, sobre um País que está crescendo, porque tem tudo para crescer, mas, lamentavelmente, estou falando de tristezas, de mágoas, de decepção e de sofrimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lindberg Cury, neste último fim de semana, dias 28 e 29 de julho, estive em Lima, no Peru, acompanhando a posse do novo Presidente daquele país, Alejandro Toledo, eleito com mais de 5 milhões de votos, tendo alcançado mais de 53% dos votos no segundo turno contra o seu principal adversário, Alan Garcia, numa eleição que se constituiu em verdadeiro marco para a história da democracia da América do Sul, da América Latina.

Existe no país um verdadeiro trauma decorrente dos dez anos do Governo de Alberto Fujimori, caracterizado por autoritarismo, abusos e corrupção. Ele ainda tentou ser eleito pela terceira vez; foi, entretanto, desmoralizado de tal forma que seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, hoje, se encontra detido por crime de corrupção e o ex-Presidente Alberto Fujimori encontra-se refugiado no Japão.

Considerarei muito importante atender ao convite pessoal que me foi feito pelo Presidente Alejandro Toledo para a transmissão de mando. Fui representando o Senado Federal. Os Deputados Aloizio Mercadante e Feu Rosa foram como representantes da Câmara dos Deputados. Tanto o Deputado Aloizio Mercadante quanto eu estivemos representando a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores.

A transmissão de mando do Presidente Alejandro Toledo revestiu-se de enorme significado para o Peru. Aliás, isso ocorreu também por uma característica especial: Alejandro Toledo é o primeiro descendente de índios que assume a Presidência da República. Por essa razão, sobretudo, ele fez questão de que a cerimônia de transmissão de mando tivesse um

capítulo na cidade de Lima, no Congresso Nacional, e no domingo, o dia seguinte, continuasse na cidade de Machu Picchu, que possui uma característica mágica, sagrada, onde há montanhas maravilhosas nas quais os incas viveram e formaram o seu império que, em 1532, acabou sendo dizimado pelos conquistadores espanhóis, pela expedição de Francisco Pizarro.

Foi extremamente interessante e bonito perceber como os valores indígenas estão presentes na sociedade peruana e como o Presidente Alejandro Toledo, nesse revigoramento do anseio democrático no país, resolveu resgatá-los, ou seja, os valores indígenas da solidariedade, da reciprocidade, que caracterizavam a sociedade inca. A sua própria esposa, num pronunciamento muito bonito, no idioma quíchua, além de também fazê-lo em espanhol, lembrou alguns aspectos de estarem todos permitindo que não se apague a memória do grande povo, sobretudo indígena, que se mantenha a língua, que se sinta a mãe-terra, que, segundo os índios, era uma divindade, e que possam ser resguardadas as tradições de vestimenta, música, dança e tudo que era tão importante para os povos indígenas, os incas e os demais.

Em seus pronunciamentos, Alejandro Toledo ressaltou a importância de atacar a pobreza como eixo central de seu novo governo. Ele realizará enorme esforço, tendo dado instruções a todo o seu gabinete ministerial para que cada uma das ações se realize nos mais diversos setores, mas sempre orientada para o objetivo de realizar-se uma luta frontal contra a pobreza.

Sr. Presidente, dos 26 milhões de peruanos, que hoje caracterizam a população do Peru, 54% ainda estão em condição de pobreza e 4,5 milhões, em condições de pobreza extrema. Uma em cada criança menor de cinco anos está com fome crônica. A mortalidade infantil no Peru ainda é cinco vezes maior que nos países vizinhos. Mais de 40% não têm o devido sistema de tratamento de águas e esgoto; 25% não têm eletricidade; só ¼ da população do Peru é abrangida pelo sistema de seguridade; a qualidade da educação tem diminuído nos últimos anos.

Em que pese a Machu Picchu e tantos lugares lindíssimos e de extraordinária importância do ponto de vista antropológico e arqueológico, apenas 600 mil turistas visitam anualmente o Peru, comparados, por exemplo, a 60 milhões que visitam anualmente a Espanha. E o Presidente Alejandro Toledo tem por objetivo que, durante o seu Governo, nestes cinco anos, haja um crescimento de pelo menos três milhões de turistas. Essa foi sua meta, inclusive para colaborar no sentido da criação de pelo menos 400 mil empregos.

É seu objetivo fazer a economia peruana crescer aceleradamente, mantendo-se o controle da infla-

ção, mas procurando construir uma economia de mercado com um "rostro humano", nas suas próprias palavras. Portanto, S. Ex^a pretende realizar ações para reativar a economia, gerar emprego em muito maior velocidade do que tem ocorrido, realizar novos investimentos para ampliar a capacidade produtiva, tanto com empreendimentos com a colaboração de capitais nacionais quanto internacionais; realizar um grande apoio à pequena e à média empresa, incluindo uma linha de microcrédito de US\$50 milhões, há pouco anunciada; um programa de emergência social produtiva e, enfim, realizar um governo que possa estar à altura da grande expectativa e da esperança do povo peruano para uma nova era de democracia, de busca de justiça e de paz.

Foi importante o diálogo testemunhado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que o Presidente do Peru procurou ter um diálogo mais concreto com as nações andinas. Procurou, inclusive, realizar um entendimento, uma declaração especial, que eu gostaria de aqui registrar, dos países andinos. Tendo como cenário a cidadela de Machu Picchu, fez-se pública esta declaração, este foi o principal pronunciamento em nome dos países andinos que Alejandro Toledo apresentou, expressando seu convencimento de que a democracia, o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais sejam interdependentes e possam reforçar-se mutuamente. Os presidentes dos países andinos reiteraram a sua convicção de fortalecer a democracia como sistema de governo, comprometendo-se a defender a institucionalidade democrática e o Estado de Direito, insistindo que o exercício efetivo da democracia requer fortalecer o seu caráter participativo.

Assim, eles pretendem adotar uma carta democrática interamericana, durante a próxima Assembleia Extraordinária da Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil participará e que se realizará em Lima em setembro próximo. Esta deverá constituir-se em um instrumento destinado a contribuir para a promoção, estabilidade, preservação e defesa da institucionalidade democrática.

Os países andinos, os seus chefes de Estado propõem elaborar um texto para formar a carta andina de direitos humanos. Esse documento considera uma fonte de riqueza e de união entre as sociedades andinas a diversidade cultural e ética daquelas nações. Assim, expressam os presidentes dos países andinos – e isso é muito importante para nós, brasileiros – a sua decisão de continuar desenvolvendo estratégias e políticas dirigidas a revalorizar a pluralidade étnica e a multiculturalidade das nações, com o fim de promo-

ver a plena participação dos povos indígenas e das minorias étnicas, apoiando, assim, os esforços de promoção e proteção dos direitos e liberdades fundamentais dos povos indígenas, assim como o direito a sua identidade e tradições e a nunca serem removidos, como povos, de suas terras, para que se assegure a propriedade intelectual coletiva, manter e desenvolver o seu patrimônio cultural e histórico.

Em seu pronunciamento, a Sr^a Eleane Karp, em Machu Picchu, observou, em sua expectativa, que poderá Alejandro Toledo tornar-se o décimo Pachacútec da modernidade, colaborando para que o Peru se transforme em uma terra de igualdade para todos os povos, seguindo, assim, uma tradição dos incas. Há expectativa de que poderia Toledo ser um inca, o décimo Pachacútec, que voltaria para realizar um governo tão positivo em suas ações quanto aconteceu durante o tempo dos incas, que constituíram uma das mais importantes civilizações da história da humanidade.

Quero transmitir, Presidente Lindberg Cury, a maravilhosa sensação de testemunhar, seja no Congresso Nacional, em Lima, seja em Machu Picchu, o que foi essa cerimônia tão significativa.

Lembro-me de, estudante no Colégio São Luís, aos 14 ou 15 anos, ter ficado muito entusiasmado quando o Professor de História Geral e do Brasil, Sílvio Barbieri, falou-nos, com extraordinária vibração, do que havia sido conhecer Machu Picchu. Em classe, relatou-nos que havia viajado de trem de Bauru à Bolívia e, de lá, subido as montanhas do Peru pelas terras mágicas e maravilhosas dos incas.

Sr. Presidente, Senador Lindberg Cury, se V. Ex^a já esteve na região, certamente concorda comigo: trata-se de um dos lugares mais belos do planeta Terra e que tem um significado muito especial.

Seguindo a tradição, povos indígenas apresentaram o Presidente do Peru e pessoas dos diversos **suícos**, dos quatro cantos do Peru, fizeram oferendas ao Presidente Alejandro Toledo, ao mesmo tempo em que um dos principais sacerdotes conduzia uma cerimônia. O grande antropólogo Aurelio Carmona Cruz explicou-nos que a cerimônia da queima do **palo** santo – a incineração de uma madeira cuja fumaça é levada pelo vento – tinha o propósito de limpar os espíritos de todos ali presentes. Tenho certeza de que, com esse estado de espírito, o Presidente Alejandro Toledo e os ministros da sua equipe terão condições de realizar um trabalho à altura da enorme esperança que o povo peruano nele hoje deposita.

É claro que precisamos estar atentos, to marcado. Espero que o Presidente Alejandro Toledo não acabe sendo levado a ter um procedimento como o que hoje limita tanto as ações do Presidente Fernando de La Rúa, na Argentina, que acabou chamando um dos seus principais adversários na competição para se tornar o seu Ministro da Economia. Espero que ele tenha força suficiente para levar adiante os seus propósitos.

Quero informar que eu e o Deputado Aloysio Mercadante sugerimos ao Presidente Alejandro Toledo, nos nossos diálogos informais, e ele aceitou, que seja realizado, pela iniciativa de seu governo, no Peru, um simpósio internacional para o exame das diversas proposições visando ao combate à pobreza, que constitui um dos eixos básicos do seu governo, para que possam ser examinadas as diversas proposições, inclusive a garantia de uma renda básica como um direito à cidadania, como também outros programas. O Presidente Alejandro Toledo considerou bem-vinda essa sugestão.

Agradeço também ao embaixador do Brasil no Peru, José Viegas Filho, que nos deu toda a atenção durante o período em que lá estivemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Passo a palavra ao próximo inscrito, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, o Plano Nacional de Segurança Pública, lançado pelo Governo Federal, completou um ano no último dia 20 de junho, o que sugere, de imediato, um balanço para sabermos dos resultados alcançados. As avaliações são divergentes e há problemas no caminho, mas não há dúvida de que alguns resultados importantes foram alcançados.

O Plano nasceu sob as críticas dos governadores, que reclamavam, sobretudo, do fato de não terem sido ouvidos. O saudoso Governador Mário Covas, aliado do Governo Federal, foi irônico em relação à meta de redução de 10% da criminalidade, condição para receber as verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública. "Tudo bem, eu reduzo a criminalidade, agora o Governo Federal terá de reduzir em 10% o desemprego", disse ele à época.

Segundo matéria publicada pelo **Correio Braziliense** no mês de junho último, os secretários de Segurança estão entusiasmados com o Plano, com a abertura de um canal de comunicação com o Governo Federal para tratar do assunto e, sobretudo, com os recursos que têm recebido, ainda que eles sejam menores que originalmente previsto.

No ano passado, apenas R\$251 milhões foram repassados aos Estados, dos R\$330 milhões originalmente previstos. Este ano, serão destinados a eles apenas R\$403 milhões dos R\$500 milhões originalmente previstos. Quase R\$100 milhões foram retidos pela área econômica do Governo Federal. Ainda assim, os dezoito secretários entrevistados, inclusive os de governos de Oposição, apesar de uma ou outra ressalva, elogiam o Plano. Na verdade, eles comemoram não apenas os recursos recebidos, mas o envolvimento do Governo Federal com a questão.

Também há críticas quanto à falta de uma política efetiva de governo nesse campo e quanto à falta de atualidade do modelo de combate à criminalidade e da estrutura das polícias. O envolvimento do Governo Federal com a questão e a sua articulação com os governos estaduais são positivos.

A prova disso é a construção, pelo Governo Federal, de uma estrutura apta a medir os índices nacionais de criminalidade, o que antes não havia. Essa medição, imprescindível para o estabelecimento de políticas públicas e para a sua coordenação, já que o crime não conhece fronteiras, é fruto das esferas federal e estadual de Governo. Com isso, é possível saber que, nos últimos dois anos, o número de crimes contra a pessoa passou de cerca de 985 mil para 1,131 milhão, um crescimento de quase de 15%. É também possível conhecer a tipologia desses crimes, o que irá orientar melhor as ações governamentais e permitirá a sua coordenação para um combate mais eficiente à ação dos marginais.

No que diz respeito às ações efetivamente realizadas dentro do planejamento do Governo Federal, que prevê 124 ações ordenadas em 15 compromissos, que vão do combate ao narcotráfico e ao crime organizado à atualização da legislação, passando pelo reaparelhamento das Polícias –, vale a pena examinar os dados do balanço do próprio Ministério da Justiça, por ocasião do aniversário do Plano.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública permitiram o treinamento de 9.400 policiais, em mais de 80 cursos realizados em todo o País, a aquisição de 4.300 novos veículos, 15 lanchas, dois helicópteros, 20.700 armas, 8.700 equipamentos de informática e 4.800 equipamentos de segurança, como capacetes, escudos e coletes.

Foram repassados R\$98 milhões, por meio do Fundo Penitenciário Nacional, para a reforma e para a construção de presídios em todo o País, o que gerou 7.080 novas vagas nesses estabelecimentos. Para este ano, está prevista a aplicação de mais R\$206 milhões para a abertura de mais 14 mil vagas. Foram instaladas centrais e varas de penas alternativas em 15 Estados, propiciando a criação de mais 14 mil vagas. A criação de outras três unidades está prevista para os próximos meses.

Foram realizadas oito operações policiais integradas de combate ao crime organizado no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública, envolvendo os 26 Estados e o Distrito Federal. Nos Estados, foram executadas outras 230 operações.

Como resultado dessas ações, foram destruídos 970 mil pés de maconha e apreendidas 97 toneladas de maconha, 8,1 toneladas de cocaína e 42 mil comprimidos de **ecstasy**. Recentemente, foi incinerada uma quantidade recorde de entorpecentes nos altos fornos da Cosipa. Também foram apreendidas 5.800 armas, 38 mil cartuchos de munição e 321 explosivos diversos.

Foram inauguradas 18 novas delegacias de Polícia Federal em dez Estados da Federação, o que permitiu reforço na atuação daquela força contra o crime organizado e a conseqüente realização de 72 novas operações para o combate a essa forma de criminalidade.

O Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas atendeu até agora a 328 pessoas. A capacidade de atendimento desse programa será reforçada com novos recursos, o que resultará na possibilidade de atenção a 665 cidadãos em situação de risco.

Por último, Sr. Presidente, mas não menos importante, foram realizadas ações voltadas ao fortalecimento das comunidades carentes, buscando o que talvez seja o objetivo mais moderno do Plano. O Serviço Civil Voluntário treinou aproximadamente 14.000 jovens de cerca de 18 anos. O projeto Agentes Jovens de Desenvolvimento Social e Humano capacitou 17.600 adolescentes entre 15 e 17 anos, para que se tornem líderes em suas comunidades e colaborem nos programas assistenciais das prefeituras.

Também foram empreendidas ações dentro do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Como se vê, isso não é muito, o que é reconhecido pelo próprio Governo Federal. Na semana passada, o Ministro da Justiça José Gregori admitiu que "não há o que comemorar, mas há o que contabilizar", na abertura da Semana Nacional Antidrogas. Tem razão o Ministro. Há o que contabilizamos a favor e há o rol das coisas que foram prometidas e ainda não foram feitas.

Por exemplo, a criação de duas mil novas vagas na Polícia Federal já foi aprovada pelo Congresso Nacional, mas essas novas vagas, bem como 461 outras já existentes, ainda não foram preenchidas. Das 21 delegacias da Polícia Federal que deveriam ter sido criadas no ano passado, apenas 18 foram criadas até agora. Os R\$20 milhões previstos para a intensificação da vigilância nas fronteiras neste ano, em apoio às ações de

repressão ao narcotráfico, ainda não foram liberados.

O Projeto Reluz, que tinha como finalidade melhorar a iluminação pública urbana para auxiliar na redução da criminalidade e que deveria dispor de R\$150 milhões, em 2000, acabou liberando, por meio do Ministério de Minas e Energia, apenas R\$115 milhões para os Estados da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Goiás, do Amazonas, de Roraima, de São Paulo e para o Distrito Federal. Contudo, ultimamente, a crise de abastecimento de energia elétrica tem colocado o Projeto Reluz em dificuldades.

No campo legislativo, foram aprovadas pelo Congresso apenas duas das dez propostas do Ministério da Justiça, as que permitem a identificação criminal de pessoas apanhadas em flagrante e a infiltração de policiais em organizações criminosas para a obtenção de informações mediante a autorização judicial. As outras oito continuam tramitando, e apenas uma ainda não foi transformada em projeto de lei.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há um longo caminho a percorrer no campo da segurança pública em nosso País. Além de um envolvimento mais profundo do Governo Federal com essa questão, especialmente no papel de coordenador de esforços, é preciso modernizar a concepção das ações de combate ao crime com base nas idéias de que ele conhece fronteiras e se moderniza diuturnamente.

Para agravar ainda mais as dificuldades do Governo Federal na concretização das propostas do Plano de Segurança Nacional, o País defronta-se com as greves das Polícias Cíveis estaduais e com os motins dos policiais militares.

Estamos acompanhando, sob forte tensão, a evolução das negociações para a solução dos impasses a que estão sendo levadas essas greves. Para solucionar a crise, fala-se na "unificação das Polícias" e na "criação da Guarda Nacional". Está-se debatendo essa questão atualmente. O Governo reúne freqüentemente o seu primeiro escalão e os setores dessa área. Esse tema está sendo discutido em todo o Brasil.

Meus nobres Pares, dizia o Dr. Stelson Ponce, consultor legislativo do Senado Federal, que "esses nomes pomposos têm grande potencial de ilusão sobre a sociedade, mas não serão, decerto, a solução para os problemas aqui apresentados, até por entender que a crise é de autoridade".

Não nos parece também que as soluções propostas sejam as melhores. Em que pese o prejuízo ocasionado pelas greves ao serviço

essencial de segurança pública, não podemos fechar os olhos para os salários indignos que essas classes vêm recebendo, sem levarmos em conta o risco de vida a que estão submetidas no mister das suas funções e atribuições.

Surge, na oportunidade, outro questionamento: se o Governo Federal tem recursos para criar uma "Nova Força", o que gerará altos custos para a sua estruturação, por que não pagar melhores e merecidos salários às categorias dos policiais, evitando, assim, esse caos já implantado no País? Por que protelar essa justa pretensão? Por que não redirecionar recursos do próprio Plano Nacional de Segurança Pública? E o que acontecerá quando a Guarda Nacional se amotinar?

Trago este tema para reflexão desta Casa, Sr. Presidente, pois a tendência é o movimento se alastrar com no vas intervenções federais, o que trará mais insegurança à já insegura população brasileira.

Retomando o aniversário do Plano de Segurança Nacional, é fundamental combater as causas sociais da criminalidade. Uma criança tem duas oportunidades na vida de se transformar em cidadã: uma, na família e outra, na escola. Deve, preferencialmente, ter ambas as oportunidades. Mas se não tem nem uma e nem outra, dificilmente escapará da marginalidade criminosa. Assim, a distribuição de renda e a educação gratuita e de boa qualidade para todos é fundamental para ajudar a combater a criminalidade no nascedouro.

Um Judiciário forte e ágil também é fundamental no combate ao crime. A modernização da legislação e do Poder Judiciário, para que se tenha eficiência e celeridade nos julgamentos, também são passos importantes que precisam ser dados. Estão em exame, no Congresso, os Códigos Penal e de Processo Penal, além das medidas já mencionadas, de autoria do Executivo, para o combate à criminalidade. Urge que nos esforcemos para aprová-las o quanto antes.

O sistema penitenciário precisa ser completamente modificado. Atualmente, os presos têm imposto suas vontades às autoridades mediante rebeliões, como se viu recentemente no Paraná, numa inversão absoluta de valores. É preciso acabar com isso e tornar as prisões de nosso País lugares dignos, onde a custódia de criminosos pelo Estado não se transforme em submundo cruel ou escola do crime de nível superior.

Esse conjunto de ações parece que começa a ser compreendido como imprescindível pela nossa sociedade, que não agüenta mais tanta violência a

que ela está exposta diariamente. Essa compreensão e a saturação de que todos somos vítimas certamente irão nos impulsionar a encontrar as soluções que tanto a Nação reclama".

Sr. Presidente, nobres Colegas, são algumas considerações que faço hoje, na reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional, para que reflitamos sobre a questão. Toda a Nação está acompanhando as greves das Polícias nos Estados; o Governo, reunido, pensa na criação da Guarda Nacional, mas precisamos questionar as causas.

Não há a menor dúvida de que as Polícias têm o dever – o juramento foi feito – de defender o cidadão, as famílias, a todos, mas devemos verificar se uma das causas dessa greve não é a falta de um tratamento digno a esses policiais, que ficam impedidos de cumprir o juramento. Será que a causa não é a falta de poder aquisitivo, de condições de vida? Será que o Governo, que irá gastar valores que, por certo, não serão pequenos, para criar a Guarda Nacional, vai aumentar a dignidade dos policiais de hoje? Será que a solução é criar a Guarda Nacional para prender seus colegas que, às vezes, não têm condições de atuar?

Alguns questionam por que não há greve na Polícia Federal. Não há porque eles ganham condignamente. Ou será que é só por causa do juramento que fizeram? E os outros juraram, e por que não cumprem? Devemos questionar tudo isso. Levamos tudo isso em consideração.

Será que criar a Guarda Nacional e começar a prender em todas as greves de policiais vai resolver? Será que esse é o caminho para oferecermos segurança às famílias brasileiras, à cidadania? E se a Guarda se amotinar, como vão fazer? Ou a Guarda não se vai amotinar porque vai ganhar bem mais? Será que é por isso? Será que ela vai ter um outro salário?

Sr. Presidente e nobres Senadores, trago essa questão para que possamos refletir. Temos que pensar, temos que trocar idéias. Não adianta formar uma Guarda Nacional para prender colegas sem lhes dar condições de sobrevivência. Nesse caso, uma conversa franca, um diálogo transparente é fundamental.

Quando Governador do meu Estado, Santa Catarina, enfrentei greves. Não as resolvia de supetão, sempre acreditei que o diálogo é muito melhor do que cinco minutos de tiroteio.

Portanto, temos que esgotar o diálogo, observar as diversas pressões psicológicas e sociais sofridas pelos policiais, se há condições de trabalho, de sobrevivência, ou se eles desejam apenas fazer bagunça. Para tudo há limite, mas é fundamental analisar o problema de perto.

Antes de enviarmos propostas, alocarmos recursos extraordinários para a criação da Guarda Nacional, devemos buscar as causas, procurar soluções, afinal de contas, todos somos irmãos, policial federal, estadual ou municipal, todos nós merecemos viver dignamente e com segurança.

Eram essas as considerações, na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Limberg Cury) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 400, DE 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado um voto de congratulação ao **Jornal Correio da Paraíba**, a todos os seus diretores e equipe, pelo reconhecimento e homenagem prestada na publicação do dia 31 de julho do corrente ano pelo **Jornal Gazeta Mercantil**, com o Prêmio Imagem Empresarial Estadual.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001 – **Ronaldo Cunha Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Limberg Cury) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Limberg Cury) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geraldo Althoff, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena, e abstenção do Senador Ricardo Santos; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão durante o turno suplementar): favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 27 de junho do corrente ano, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2001 (nº 474/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 617, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2001 (nº 476/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 618, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 4 –

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 330, de 2001, de autoria do Senador Iris Rezende, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46, de 2000, e 6, de 2001, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Limberg Cury) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.*)

**ATA DA 81ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 28 DE
JUNHO DE 2001**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 29 de junho de 2001)

RETIFICAÇÃO

À página 14348, 1ª coluna, na leitura do projeto de lei recebido da Câmara dos Deputados nº 5.919/90, naquela Casa, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para efeito de acelerar e racionalizar o processo trabalhista e dá outras providências,

Onde se lê:

**PROJETO DE LEI DO [REDACTED] Nº 55, DE 2001
(Nº 5.919/90, na Casa de origem)**

Leia-se:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2001
(Nº 5.919/90, na Casa de origem)**

Ata da 84ª Sessão Deliberativa Ordinária em 2 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares,
Mozarildo Cavalcanti, Gilberto Mestrinho e Ademir Andrade*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Álvaro Dias – Amir Lando –
Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares –
Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral –
Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão
– Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy –
Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff
– Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Ca-
mata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloi-
sa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João
Alberto Souza – Jonas Pinheiro – José Agripino –
José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra
– José Fogaça – José Sarney – Juvêncio da Fonse-
ca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lind-
berg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz
Otavio – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves –
Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda –
Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassu-
na – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon
– Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo
Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Ro-
mero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima –
Sérgio Machado – Valmir Amaral – Waldeck Ornel-
as – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 65
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos traba-
lhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moza-
rildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 584/2001, de 28 de junho último, do Ministro
de Estado da Justiça, encaminhando as informações
em resposta ao Requerimento nº 190, de 2001, do
Senador Pedro Simon. Ao Arquivo.

Nº 586/2001, de 28 de junho último, do Ministro
de Estado da Justiça, encaminhando as informações
em resposta ao Requerimento nº 148, de 2001, do
Senador Geraldo Cândido. Ao Arquivo.

Nº 651/2001, de 26 de junho último, do Ministro
de Estado dos Transportes, encaminhando as infor-
mações em resposta ao Requerimento nº 86, de
2001, do Senador Waldeck Ornelas. Ao Arquivo.

Nº 652/2001, de 26 de junho último, do Ministro
de Estado dos Transportes, encaminhando as infor-
mações em resposta ao Requerimento nº 29, de
2001, do Senador Antonio Carlos Magalhães.

*As informações doram encaminhadas,
em cópia, aos Requerentes.*

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

MATÉRIAS RECEBIDAS DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 1-B, DE 1995**
(Nº 472/97, na Câmara dos Deputados)

**Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66,
84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras
providências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 48.

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

.....” (NR)

“Art. 57.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.”(NR)

“Art. 61

§ 1º

II –

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

.....” (NR)

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá

adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I – relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II – que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III – reservada a lei complementar;

IV – já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

§ 2º Medida Provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessentadias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

§ 9º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto." (NR)

"Art. 64

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

....."(NR)

"Art. 66.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

....."(NR)

"Art. 84.

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

....."(NR)

"Art. 88. A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública." (NR)

"Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive."(NR)

Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Despacho

SF – 2-8-2001

A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida será encaminhada, ainda hoje, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência determina que somente serão objeto de deliberação nesta Casa os dispositivos que foram alterados pela Câmara dos Deputados, conforme anotação no quadro em anexo, e que são os seguintes:

Ementa e art. 1º; inciso XI do art. 48; alínea e do inciso II do § 1º do art. 61; alínea d do inciso I do § 1º e inciso V (supressão)

do art. 62; §§ 2º, 7º e 8º do art. 62; arts. 88 e 246 (acréscimos).

Desse modo, com base no art. 372 do Regimento, aplicar-se-á à tramitação desta Proposta de Emenda à Constituição o mesmo rito previsto para a apreciação de emendas da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado, definido nos arts. 285 a 287 do Regimento Interno da Casa.

Essa decisão da Presidência tem por objetivo evitar o chamado “pingue-pongue” que se verifica na apreciação desta proposição, que será, agora, examinada pela terceira vez no Senado Federal, fato inédito na História desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que a Proposta de Emenda à Constituição n.º 1-B, de 1995, recebida da Câmara dos Deputados, será encaminhada ainda hoje – e peço a atenção do Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral, que muito nos honra com sua presença – à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência determina que somente serão objeto de deliberação nesta Casa os dispositivos que foram alterados pela Câmara dos Deputados, conforme anotação no quadro anexo, e que são os seguintes:

Ementa e art. 1º; inciso XI do art. 48; alínea “e” do inciso II do §1º do art. 61; alínea “d” do inciso I do § 1º e inciso V (supressão) do art. 62; §§ 2º, 7º e 8º do art. 62; arts. 88 e 246 (acréscimos).

Desse modo, com base no art. 372 do Regimento Interno, aplicar-se-á à tramitação desta Proposta de Emenda à Constituição o mesmo rito previsto para apreciação de emendas da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado, definido nos artigos 285 a 287 do Regimento Interno da Casa.

Essa decisão da Presidência tem por objetivo evitar o chamado “pingue-pongue” que se verifica na apreciação desta proposição, que será agora examinada pela terceira vez pelo Senado Federal, fato inédito na história desta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma emenda constitucional de grande importância para o prestígio do Congresso Nacional. Essa proposição, de iniciativa do Senado Federal, foi encaminhada à Câmara dos Deputados e retornou a esta Casa. Daqui foi no-

vamente remetida àquela Casa, que nos reencaminhou a proposição.

Faço um apelo especial ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nosso Colega Bernardo Cabral, aos Senadores membros e aos Líderes desta Casa no sentido de que possamos apreciar a referida proposição com extrema rapidez e dar uma resposta definitiva à sociedade no que diz respeito ao poder de legislar do Congresso Nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) . Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, fui o primeiro orador e fiz o registro de que se estava tentando deslocar o eixo do Senado em uma matéria dessa importância, exatamente sobre medida provisória. Vejo agora, com alegria, que V. Ex^a já está encaminhando a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De público, que ro de clamar a V. Ex^a que estou designando o eminente Senador Osmar Dias, Vice-Presidente desta Comissão, para que – e S. Ex^a já me confidenciou que o fará com a máxima celeridade – seja o Relator da matéria, a fim de que, na próxima quarta-feira, dia 08, já possamos votá-la, o que representa exatamente o pensamento de V. Ex^a, desta Casa e, sobretudo, da população brasileira.

Era a comunicação que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Bernardo Cabral, não é da tradição desta Presidência um debate dessa natureza, mas me permito modificá-la, para, desde logo, congratular-me com V. Ex^a e com o Relator indicado, Senador Osmar Dias.

Tenho a segurança de que a providência feliz tomada por V. Ex^a, como Presidente da Comissão, e a aceitação do Senador Osmar Dias constituem a garantia de que, de fato, atenderemos a essas reivindicações, que não são apenas nossas, mas desta Nação brasileira.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão)*
	Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.
	Art. 1º Os artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66 e 84 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações	Art. 1º Os artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações
Art. 48.....	“Art.48.....	“Art.48
X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;	X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;	X criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;
XI - criação, <i>estruturação</i> e <i>atribuições</i> dos Ministérios e órgãos da administração pública;	“XI - criação de Ministérios e órgãos da administração pública	“XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública
Art. 57. O Congresso Nacional reunirá, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.	Art. 57.	“Art. 57.
§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio	“§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.”	“§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.”

* Obs.: em negrito as alterações introduzidas pela Câmara dos Deputados, referidas na comunicação da Presidência.

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão)*
mensal. (Emenda Constitucional nº 19, de 1998)		
	“§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação	“§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.” (NR)
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;	Art. 61. § 1º.....	“Art. 61. 1º.....
II - disponham sobre:	II -	II -
e) criação, <i>estruturação</i> e <i>atribuições</i> dos Ministérios e órgãos da administração pública.;	“e) criação de Ministérios e órgãos da administração pública;”	e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão) ¹
	” (NR)
Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, <i>que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.</i> <i>Parágrafo único.</i> As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes	Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.”	“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.
	§ 1º-A. É vedada a edição de medida provisória sobre matéria: I - relativa a: a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; b) direito penal, processual penal e processual civil; c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;	§ 1º É vedada a edição de medida provisória sobre matéria: I - relativa a: a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; b) direito penal, processual penal e processual civil; c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

¹ Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão) ¹
	d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;	d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares , ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;
	II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro,	II - que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro,
	III - reservada a lei complementar	III - reservada a lei complementar
	IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República;	IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República;
	V - que tenha sido objeto de veto presidencial pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.	V - suprimido
	“§ 1º-B. Medida provisória que implique instituição ou majoração de tributos , exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.”	“§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos , exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.”
	§ 1º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 5º e 6º, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.	§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

¹ Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão)*
	<p>“§ 2º O prazo a que se refere o § 1º contar-se-á a partir da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.”</p> <p>§ 3º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais</p>	<p>§ 4º O prazo a que se refere o § 3º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.</p> <p>§ 5º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.</p>
	<p>§ 4º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando</p> <p>§ 5º Prorrogar-se-á por igual período a vigência da medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional</p> <p>§ 8º As medidas provisórias terão sua votação</p>	<p>§ 6º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.</p> <p>§ 7º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência da medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional</p> <p>§ 8º As medidas provisórias terão sua votação</p>

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão)*
	<p>iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, ficando a Mesa do Congresso Nacional incumbida de sua distribuição, observado critério de alternância.</p> <p>§ 7º Caberá a comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional</p> <p>§ 8º É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.</p>	<p>iniciada na Câmara dos Deputados.</p> <p>§ 9º Caberá a comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.</p> <p>§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.</p>
	<p>§ 9º Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 1º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.”</p>	<p>§ 11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas</p>
	<p>§ 10. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que</p>	<p>§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja</p>

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão)*
	seja sancionado ou vetado o projeto	sancionado ou vetado o projeto.” (NR)
Art.64.....	Art. 64.	“Art. 64.
“§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na Ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.	“§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.	“§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.” (NR)
Art.66.....	Art. 66	“Art. 66
§ 4º. O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento.”		
§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado em ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, <i>ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único.</i>	§ 6º. Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.	§ 6º. Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.” (NR)
Art. 84. Compete privativamente ao	Art.84.....	“Art. 84.....

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE A PEC Nº 1, DE 1995-A NA REDAÇÃO APROVADA PELO SENADO E A PEC Nº 472, DE 1997, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição Federal	Texto aprovado pelo Senado	PEC 472/97, da Câmara dos Deputados (última versão)*
Presidente da República:
<i>VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei:</i>	VI - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;	VI - dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;” (NR)
Art. 88. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios.		“Art. 88. A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública ” (NR)
Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.		“Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive. ” (NR)
	Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta Emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.	Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta Emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.
	Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

QuadroMP3a.doc

Elaborado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Substitutivo aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66 e 84 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66 e 84 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 48.
.....”

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;” (NR)

“XI – criação de ministérios e órgãos da administração pública;” (NR)

“.....”

“Art. 57.
.....”

“§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal.” (NR)

“§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.”

“Art. 61.”

“§ 1º
.....”

“II —
.....”

“e) criação de Ministérios e órgãos da administração pública;” (NR)

“.....”

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.” (NR)

“§ 1º-A. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:

I — relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) sucessivamente planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º;

II — que vise a detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro;

III — reservada a lei complementar;

IV — já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República;

V — que tenha sido objeto de veto presidencial pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.

§ 1º-B. Medida Provisória que implique instituição ou majoração de tributos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.”

“§ 1º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 5º e 6º, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.” (NR)

“§ 2º O prazo a que se refere o § 1º contar-se-á a partir da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 3º A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

§ 4º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.

§ 5º Prorrogar-se-á por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

§ 6º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, ficando a Mesa do Congresso Nacional incumbida de sua distribuição, observado critério de alternância.

§ 7º Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 8º É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

§ 9º Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 1º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

§ 10. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto."

"Art. 64.
....."

"§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação." (NR)

"....."

"Art. 66.
....."

"§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final." (NR)

"....."

"Art. 84.
....."

"VI — dispor, mediante decreto, sobre:"
(NR)

"a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;"

"....."

Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de dezembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o específico dos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas assembleias legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Inciso incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39 § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.”

SEÇÃO VI Das Reuniões

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I – inaugurar a sessão legislativa;

II – elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III – receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV – conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I – pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente – Presidente da República;

II – pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal.”

SUBSEÇÃO III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;“

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Alínea incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 5-2-98:

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.“

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos dos § 3º e § 5º o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99:

“XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;”

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII – nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX – celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV – prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV – prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Art. 88. A lei disporá sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios.

SEÇÃO III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

Art. 154. A União poderá instituir:

I – mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II – na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em

sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Art. 167. São vedados:

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Artigo incluído pela Emenda Constitucional nº 6, de 15-8-95 e pela Emenda Constitucional nº 7, de 16-8-95:

Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2001

(Nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO ORIGINAL Nº 1.090, DE 2001

Aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 527, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Informo a Vossas Excelências que o Exército brasileiro foi convidado a participar de um exercício de adestramento em operações de paz, a ser realizado em território da República Argentina, no período de 14 de agosto a 13 de setembro do ano em curso.

2 – A participação brasileira, juntamente com a dos Estados Unidos da América e de outros países sul-americanos, estará em conformidade com o planejamento do preparo da Força Terrestre para atuar em operações de paz, em atendimento a solicitações de organismos internacionais.

3 – Como é do conhecimento de Vossas Excelências, ultimamente a Organização das Nações Unidas tem lançado mão, com relativa frequência, das operações de paz para auxiliar os povos em nos favorecidos na solução de seus graves problemas de ordem social e humanitária. A missão de paz da ONU ora em andamento no Timor Leste, na qual o Brasil se faz presente com um contingente de Polícia do Exército, cujo desempenho tem sido motivo de elogios por parte daquele organismo internacional, é o exemplo

mais recente dentre outras participações brasileiras nessa atividade voltada para a paz e a segurança internacionais.

4 – O exercício de operações de paz, no qual se pretende incluir participação de militares brasileiros, está no contexto da cuidadosa preparação exigida para esse tipo de atividade, em que os trabalhos diários sempre se desenvolvem em conjunto com militares de inúmeros outros países.

Diante do exposto, estou solicitando a esse Congresso a devida autorização para o envio, à República Argentina, de um efetivo de tropa composto de 42 (quarenta e dois) militares, nos termos da legislação em vigor.

Brasília, 6 de junho de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 66/MD

Brasília, 24 de maio de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência a proposta de participação de tropa do Exército brasileiro em exercício de adestramento em operações de paz, a ser realizado em território da República Argentina, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001.

2 – A tropa está prevista para ser integrada por quarenta e dois militares e o seu envio para território estrangeiro necessita de autorização do Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 2.953 de 17 de novembro de 1956.

3 – A participação brasileira, juntamente com a dos Estados Unidos da América e de outros países sul-americanos, caso haja concordância de Vossa Excelência, estará em conformidade com o planejamento do preparo da Força Terrestre para atuar em operações de paz, em atendimento a solicitações de organismos internacionais.

4 – Diante do exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Congresso Nacional, na qual é solicitada a autorização para o envio de contingente militar do Exército brasileiro para participar de um exercício de adestramento de operações de paz em território da República Argentina, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001.

Respeitosamente. – **Geraldo Magela da Cruz Quintão**, Ministro de Estado da Defesa.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, recebi uma incumbência a que gostaria de dar seqüência, que é pedir a V. Ex^a que inscreva, tão logo seja anunciada a Ordem do Dia, uma comunicação inadiável em nome do eminente Senador Antonio Carlos Valadares, que, por estar presidindo a sessão, não pode fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Agradeço a V. Ex^a o comunicado, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001, lido anteriormente, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para exame.

A Presidência comunica ao Plenário que, por se tratar de matéria referente a ato internacional, e uma vez que o seu prazo de vigência se inicia no dia 14 de agosto corrente, inclui o Projeto na pauta da Ordem do Dia da próxima quinta-feira, dia 09 do corrente, em observância ao disposto no art. 172, II, "c", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 1.761/2001, de 13 de julho último, encaminhando, nos termos do inciso I do art. 39 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, relativo ao mês de abril de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais.

Informa, ainda, que, com vistas a atender aos objetivos de transparência e de ampla divulgação, o referido Boletim é enviado, mensalmente, por **e-mail** para os Senadores e disponibilizado também no **site** do Banco Central na internet.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/22, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que, nesta data, estou reassumindo o exercício do meu mandato de Senador da República, pela representação do Estado do Amapá.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001. –

José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Comunicação lida vai à publicação.

Há oradores inscritos. O primeiro é o Senador Bernardo Cabral, do PFL do Estado do Amazonas.

S. Exª terá 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há muitos anos, por volta de 1968, era eu um jovem Deputado Federal e, ainda sob os auspícios do Ato Institucional nº 5, pronunciei um discurso o qual intitulei Fortalecimento do Poder Legislativo.

Muitos anos decorridos, já aqui, no Senado, venho demonstrando, em companhia de outros Senadores, que o Parlamento é uma instituição que não goza da simpatia do povo brasileiro. Eu diria que não goza, que não desfruta de simpatia por que a cada dia ele se foi diminuindo, foi perdendo a sua grandeza, a ponto de, em determinada quadra, estar de joelhos perante o Poder Executivo.

Ainda há anos, após uma longa análise e debate demorado no seio da Comissão de Constituição e Justiça, ali se aprovava a regulamentação das medidas provisórias. Tomando-se como destino a Câmara, na forma regimental, ali ficou algum tempo, até que, hoje, os jornais registram que a Câmara dos Deputados está aprovando medidas que têm consonância com a ética. Entre elas se anuncia a aprovação da chamada regulação das medidas provisórias. Isso dá a impressão, Sr. Presidente, de que o Senado não vem desempenhando, como o faz, em verdade, o seu papel de Câmara Alta do País. E se pretende, portanto, deslocar o eixo político, que é desta Casa, para a Câmara, como se aqui, em virtude das lufadas que não são muito convenientes para a instituição, quando varre o seu nome sério, ficasse o Senado em posição subalterna; ora, quando esta Casa é conhecida exatamente como Câmara Revisora.

O que se vê, Sr. Presidente? Vê-se que, nesse recesso, os Parlamentares que estiveram nos seus respectivos Estados comprovaram que o Senado padece hoje de reprovação em todos os níveis.

Comenta-se, como se isso fosse um fato muito simples, que a cada instante um Senador é a bola da vez, como se fosse possível varrê-los, todos os oitenta e um Senadores, colocá-los no mesmo balaio de pessoas não sérias e, aí, enlamear, por via oblíqua, a instituição.

A primeira coisa que dizem os jornais, as rádios e os canais de televisão – quando querem fazer uma restrição o nível é total – é que todos os políticos brasileiros – nem sequer se registram as honrosas exceções – são pessoas que cultivam a improbidade. É de se lamentar.

Quem, ao longo da vida, sentiu o que venho sentindo, Sr. Presidente – fui Deputado Federal na casa dos 30, depois apunhalado pelas costas pelo Ato Institucional nº 5, que cassou o meu mandato e suspendeu os meus direitos políticos por dez anos, além de ter lugar como professor na Faculdade de Direito do Distrito Federal -, pode dizer que esses sacrifícios não são olhados em vão.

Como podemos querer contribuir para o fortalecimento do Poder se, a todo instante, ele se amesquina e desce da sua condição de independência para ficar de joelhos, quando de pé se pode receber melhor o abraço do povo brasileiro? Como é possível, Sr. Presidente, em determinada quadra da vida, pensar-se que há outro Poder mais legítimo do que este? Como alguém vislumbra que Executivo e Judiciário não podem ter suas portas abertas, como estão as nossas? Aqui ressoam todas as angústias populares; os clamores vêm para cá e todas as portas estão abertas para o julgamento e a análise do povo brasileiro. No entanto, quando deveria ser o primeiro a gozar dessa intimidade de julgamento, quando nada afetivo pelo menos correto, o Parlamento decai.

Agora, Sr. Presidente, nota-se esse avanço das medidas provisórias, que deveriam ter sido extirpadas da Constituição, porque quando ali as colocamos, ofizemos com a aprovação do sistema parlamentarista de Governo, uma vez que elas não podem conviver com o sistema presidencialista.

Hoje, o Senado está na ordem do dia e os jornais apenas dizem que se vai reunir o Conselho de Ética, sem que ninguém dê conta de que isso não tem como condão resolver o problema da fome que assola o País; do enriquecimento, a cada dia maior, do sistema bancário, sobretudo dos banqueiros, que têm lucros fabulosos; que não é essa perseguição ao Senado, transformando-o na bola da vez, que vai resolver o problema do desemprego.

Aí está o país vizinho, Sr. Presidente, a me acçar o nosso, e, no entanto, não se tem pelo Legislativo o

amor que se precisa ter, por que é dele que se tem a certeza de que a democracia está funcionando. Poder Legislativo fechado é sinal de que a ditadura está agindo em forma, não branda, mas co-arquitando, agrilhoando os direitos políticos do povo brasileiro.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Ademir Andrade, que foi meu colega na Assembléia Nacional Constituinte, onde tanto lutamos para que houvesse uma independência maior do Legislativo, sem que se perdesse a sua harmonia.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a, como sempre brilhante, aborda um tema da maior importância, que é o sentimento do povo a respeito do nosso Parlamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Eu não chegaria a tanto. Em qualquer país civilizado, o Parlamento é, de fato, o mais importante de todos os Poderes, e o deveria ser também no Brasil, porque, afinal, somos os responsáveis pelas leis que ditam as normas pelas quais o Executivo deve administrar o dinheiro público, arrecadando-o e aplicando-o em benefício do povo. Somos nós que fazemos as leis pelas quais os juízes – ou seja, o Poder Judiciário – interpretam e julgam as pessoas e os erros da sociedade. No Parlamentarismo, é o próprio Executivo que escolhe o primeiro ministro. Então, na verdade, o Poder mais importante entre todos os Poderes, o mais representativo e aberto, o que vive mais próximo do povo é, de fato, o Legislativo. No entanto, no Brasil, vivemos um atraso da compreensão política da sociedade. O Parlamentar, hoje, é associado a alguém que deve construir ponte, estrada, posto médico, enfim, que precisa fazer obras. Nos países onde a compreensão política da população é maior do que a da sociedade brasileira, que associa o Parlamentar ao Executivo, ele é visto como tendo outro tipo de obrigação. Esse talvez seja o nosso grande erro, Senador Bernardo Cabral. Muitos Parlamentares brasileiros, pensando na sua eleição ou reeleição, atrelam-se, submetem-se e deixam-se dominar e comandar pelo Governo. Passam a ser seus empregados, votando de acordo com as decisões do Executivo, pois, do contrário, não receberão órgãos para administrar nas suas bases e, conseqüentemente, encontrarão dificuldades para ganhar as eleições. Esse é um atraso político que precisa ser corrigido. O Parlamento brasileiro

é absolutamente submisso e a maioria dos seus integrantes não se lembram dos compromissos que têm e dos votos que receberam, acreditando que podem continuar ganhando-os se tiverem uma Sudam, Sudene, Suframa, um Incra, DNER nas ou cargo do INSS para comandar, fazendo a sua política pessoal em cada Estado. Esse compromisso, esse fisiologismo entre os Poderes, torna o Legislativo brasileiro absolutamente sem independência e submisso ao Poder Executivo, não encontrando solução para nada. O Executivo que temos é incompetente e está levando o País ao caos, a uma dívida astronômica e impagável, está sacrificando o povo brasileiro, o nosso desenvolvimento e crescimento econômico, em função dos compromissos externos e internos. Como lembra V. Ex^a, na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada recentemente, prevêem-se R\$31,5 bilhões de superávit para o próximo ano, o que não é suficiente nem para o pagamento de 30% dos juros da dívida pública interna. Mais R\$70 milhões vão-se acumular nessa dívida astronômica, que já está chegando à casa de 60% do PIB. O Parlamento, que poderia mudar isso, não fez, porque o Sr. Malan ba-teu na mesa e Senadores como os Srs. Carlos Bezerra e Inocêncio Oliveira, antes contrários, voltaram atrás, permitindo que o Orçamento fosse aprovado como o Governo queria. O Brasil está num caminho pior do que o da Argentina, Senador Bernardo Cabral. Que ninguém se iluda, pois o Brasil já fez tudo o que a Argentina fez e vendeu tudo o que possuía. Todo o sistema estatal foi dado de graça. No Brasil, só falta venderem-se as geradoras de energia. Tudo que se vendeu não serviu para nada, porque a dívida pública interna subiu de R\$54 para cerca de R\$600. Lamentavelmente, talvez este Parlamento não esteja sendo respeitado e bem visto pelo povo brasileiro porque não se impõe. Os Prefeitos de todo o Brasil se reuniram com uma pauta belíssima para resolver os problemas dos Municípios, mas onde estavam os Parlamentares para atender os pedidos que fizeram? Quem manda aqui são os Srs. Malan e Armínio Fraga. Talvez seja por isso que não mereçamos a consideração do povo brasileiro nesse aspecto. Esse é, de fato, o poder representativo. Infelizmente, por essa distorção política, por essa incompreensão da própria sociedade e pela dificuldade que o parlamentar governista encontra para se reeleger, ele se valha de cargos no Governo para fazer a sua própria política e, com isso, submeta-se às determinações do Executivo. Mas tenho fé de que um dia as coisas irão melhorar. A cada dia, o povo brasileiro está mais consciente da importância do partido político e do parlamentar. Espero que consigamos corrigir os nos-

ser para nos tornarmos, em breve, a grande Nação que merecemos ser. Temos tudo para isso, já que somos uma das Nações mais privilegiadas do mundo. Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Ademir Andrade, ainda bem que V. Ex^a espera. Não archive as suas esperanças. Acho que V. Ex^a faz bem, a esperança não pode ser uma frágil aspiração em trânsito para o desencanto. É por essa razão que aqui estou. Após a análise feita por V. Ex^a, apenas restou um pouco para mim – e nisso V. Ex^a foi gentil, não quis esgotar o assunto. Refiro-me ao ponto principal do Legislativo: a fiscalização. Este é o preceito constitucional que o Legislativo abdica, quando deveria fazê-lo em primeiro lugar já que é um postulado da Lei Maior: exercer a sua principal função, que é a de fiscalizar o Executivo.

Veja V. Ex^a: quando digo que o Poder Legislativo decai em quaisquer que sejam as pesquisas que se verifiquem país a fora é exatamente porque ele, que deveria ser o líder dos partidos, exerce uma omissão – e nenhuma liderança se afirma pela omissão –, quando, em verdade, aqui desta tribuna poder-se-iam apontar caminhos e indicar soluções.

Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Ademir Andrade, que, sendo um dos Líderes da Oposição, faz, como sempre, sua análise candente em torno do Governo, mas coadunada no sentido de colaborar para que possamos ter, aqui, dias melhores, na esperança a que V. Ex^a acaba de se referir.

Sr. Presidente, ao final deste modesto pronunciamento, quero mostrar que o caminho para se ter um Parlamento sério, ético e decente não será apenas pensando que a melhoria dele se revela por meio de cursos superiores. Há pessoas que têm o diploma da universidade da vida e são competentes para exercer tanto um mandato quanto uma chefia do Poder Executivo. O que deve prevalecer, isto sim, é a dignidade pessoal, a ética de cada um e a responsabilidade no trato da coisa pública. Posso assegurar a este Senado que as próximas eleições indicarão um caminho. Ai daquele que esteja padecendo de vícios de origem, cuja honestidade não esteja à flor da pele, porque o povo vai bani-lo do mapa político do País!

Sr. Presidente, quero, como integrante do Poder Legislativo, render a ele minhas homenagens. Penso que esta Instituição deveria merecer um pouco mais de respeito, que a generalidade não deveria recair sobre ela na análise que alguns fazem, no julgamento que outros realizam, tentando obstruir a sua função. Parlamento é sinônimo de liberdade política. Parlamento é sinônimo de que a democracia funciona. Par-

lamento fechado – repito – é sinal de que a ditadura está florescendo no País. Praza aos céus que daqui a mais algum tempo, passada essa caça às bruxas, poderemos separar o joio do trigo, para que não se generalizem todos no mesmo julgamento! Praza aos céus, Sr. Presidente!

Agora sou eu que espero não arquivar as minhas esperanças.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a já se encontra inscrito, de acordo com o art. 158 do Regimento Interno.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, pela Liderança, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Como Líder, para uma comunicação.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores venho manifestar à Mesa nossa preocupação com a imagem da Instituição que representamos perante o povo brasileiro. A verdade é que a imagem do Senado está em queda. Durante o recesso da Casa percorremos todas as regiões de Minas. Conversamos com os mineiros e, Sr. Presidente, trago a esta Casa o meu testemunho de que devemos cumprir, com rigor e com urgência, a nossa agenda e assumir, corajosamente, nossas responsabilidades.

Sr. Presidente, devo dizer também que se uns são atingidos pela mídia, não podem macular a Instituição como um todo, não podem atingir a todos os Senadores.

Felizmente, o Congresso não está inativo. Deputados e senadores estão firmemente dispostos a aprovar um conjunto de projetos, que se convencionou chamar de "pacote ético", cujo propósito é restabelecer, o mais cedo quanto possível, a credibilidade do Poder Legislativo e dar as respostas que, com justiça, a sociedade está exigindo de todos nós.

Já temos uma notícia positiva. Por 364 votos contra apenas três, a Câmara dos Deputados, através de um acordo de lideranças, aprovou, ontem, em segundo turno, no primeiro dia de suas atividades do segundo semestre, a Proposta de Emenda à Constituição que limita o uso das Medidas Provisórias pelo Presidente da República.

Segundo o texto aprovado, as Medidas Provisórias terão validade de 60 dias, prorrogáveis por ape-

nas mais 60 dias. E se não for avaliada pelo Congresso em 45 dias, a Medida Provisória tranca a pauta legislativa. Ficam proibidas as reedições e as modificações sobre o texto original.

A tramitação passa a ser burocrática, isto é, a Medida Provisória começa a tramitar pela Câmara e depois vai para o Senado. O sistema atual prevê a criação de uma comissão mista, formada por senadores e deputados, com a votação da Medida Provisória em sessão do Congresso.

Fica proibida ainda a edição de Medidas Provisórias sobre matérias relativas à cidadania, direitos políticos, confisco de dinheiro em contas correntes e poupança e matéria fiscal sem que seja cumprido o princípio da anualidade.

Também não poderá ser editada Medida Provisória sobre diretrizes orçamentárias e créditos suplementares ao Orçamento.

Continua proibida a edição de Medidas Provisórias sobre a organização do Poder Judiciário e do Ministério Público. A partir da vigência da emenda, as 52 Medidas Provisórias que ainda estão tramitando ficam valendo como lei, sem a necessidade de serem votadas no Congresso.

A restrição ao uso de Medidas Provisórias foi proposta originalmente pelo então senador Esperidião Amin, em 1995, e aprovada em 1997 pelo Senado. Depois de enviada à Câmara, a matéria retornou novamente ao Senado, tendo recebido substitutivo apresentado pelo senador José Fogaça, e aprovado nesta Casa em 1999.

Depois de mais de um ano engavetada na Câmara, por conta das divergências envolvendo as lideranças políticas, a matéria foi finalmente votada, e retorna ao Senado para apreciação eu, esperamos, seja definitiva.

As Medidas Provisórias editadas pelos sucessivos governos superam as seis mil. Foram 147 no Governo Sarney, 160 no Governo Collor, 505 no Governo Itamar Franco, 2.609 no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique e 2.605 no segundo mandato, em curso.

É claro que o Congresso tem uma boa dose de responsabilidade pelo excesso das Medidas Provisórias. Primeiro, por não estar atento à admissibilidade das Medidas Provisórias, aceitando-as mesmo que não esteja caracterizada a condição imposta pelo art. 62 da Constituição, ou seja, "em casos de relevância e urgência".

Segundo, por não dar seguimento à sua tramitação. As Comissões Mistas são constituídas para apreciar as Medidas provisórias, mas simplesmente não funcionam. Na maioria das vezes, o parecer é oferecido oralmente pelo relator na própria sessão do Congresso em que a Medida Provisória é apreciada.

Há casos de Medidas Provisórias que tramitam há anos, sendo cansativamente reeditadas a cada mês. O problema é que, em cada reedição, o Executivo é livre para alterá-la como bem entender, legislando, portanto, claramente, em substituição ao Poder Legislativo.

Estamos convencidos de que a Proposta de Emenda à Constituição votada pela Câmara dos Deputados e que retorna ao exame desta Casa atende às duas realidades inarredáveis.

Primeira, é preciso assegurar a governabilidade do País. Em um mundo em constante mudança, o Executivo, seja do Brasil ou de qualquer outro país do mundo, terá de dispor de instrumentos ágeis de ação, para responder às situações emergenciais e imprevistas, em benefício do povo.

Segunda, o Poder Legislativo precisa recuperar, o mais rápido possível, a função que é a principal razão de sua existência: a de fazer leis.

Sr. Presidente, para que possamos corresponder às justas expectativas da opinião pública, sustentamos que esta Casa aprecie, com a maior urgência, a Proposta de Emenda à Constituição votada pela Câmara, dispondo sobre as Medidas Provisórias.

E mais: que o texto aprovado pelos senhores deputados seja acolhido em sua íntegra por esta Casa, não só porque é o que mais se aproxima do ideal como, e principalmente, porque, com essa medida, evitaremos que a matéria retorne, pela segunda vez, ao exame da Câmara dos Deputados, o que levaria a um novo atraso em sua aprovação.

E não há mais como justificar novas procrastinações e novos atrasos em assunto tão importante para esta Casa e o Congresso.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – De acordo com o regimento, V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, próximo orador inscrito.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero fazer desta tribuna uma retificação ao que foi publicado pelo **Jornal do Senado** a respeito do meu pronunciamento de ontem. Referi-me claramente ao Presidente da Eletronorte, que foi a Roraima realizar o teste de energização da linha de transmissão da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, até Boa Vista, e que convidou apenas um Senador dos três representantes daquele Estado. Aliás, há uma ligação antiga do atual Presidente da Eletronorte com esse Senador, existindo inclusive denúncias, lamentavelmente arquivadas no Conselho de Ética, sobre atos de corrupção praticados por um ex-Diretor da Bovesa, que é subsidiária da Eletronorte em Roraima. Mas quero aqui deixar claro que, ao contrário do que noticiou o **Jornal do Senado**, não se trata do Presidente da Eletrobrás, mas, sim, do Presidente da Eletronorte, que praticou o ato a que me referi no pronunciamento de ontem.

Mas já que estou falando de Eletronorte, Sr. Presidente, quero trazer aqui a esta Casa uma angústia que domina a população do meu Estado. Foi preciso muito tempo para que houvesse a ligação da energia vinda da hidrelétrica de Guri, na Venezuela, até Boa Vista. Portanto, hoje, o nosso Estado está abastecido por uma energia hidrelétrica confiável, segura, ao contrário do que está acontecendo no resto do País. Mas o que está angustiando a população não é o fato de ter chegado a energia; ao contrário, o que a está angustiando é que a Eletronorte tem deixado vazar que a tarifa que estava sendo cobrada em Boa Vista por uma geração termoelétrica – portanto, muitas vezes mais cara – continuará a ser cobrada. Isto é, a Bovesa vai receber uma energia várias vezes mais barata, gerada na Venezuela e trazida até Boa Vista, e cobrará do usuário

domiciliar, comercial ou industrial a mesma tarifa que hoje cobra – repito – pela geração termoelétrica, várias vezes mais cara. Parece até que a Eletronorte está querendo se ressarcir dos investimentos feitos às custas dos poucos habitantes do Estado de Roraima, inclusive criando um obstáculo para a industrialização do Estado, que agora se inicia. Com isso, a Bovesa, que é subsidiária da Eletronorte em Roraima, teria o maior lucro na distribuição de energia no País.

Integro ao meu pronunciamento um quadro das tarifas de energia elétrica cobradas nas diversas regiões do País, e faço um apelo ao Presidente da Eletrobrás – já que não posso fazê-lo ao Presidente da Eletronorte, que nunca teve isenção para agir no que tange aos apelos feitos por este Parlamentar – para apresentar justificativas plausíveis à população e fazer uma revisão para reduzir essa tarifa, uma vez que não é justo que esse investimento seja ressarcido às custas dos usuários.

Sr. Presidente, também quero abordar um tema que preocupa muito não só o Estado de Roraima, mas toda a Região Amazônica. Trata-se das companhias aéreas regionais. Todos sabemos que a Amazônia representa 60% do território nacional, mas quem mora no Sul, no Sudeste, raramente tem a exata dimensão do que seja, por exemplo, ir de Manaus a Tabatinga, de Manaus a São Gabriel da Cachoeira ou a Boa Vista, de Boa Vista ao interior, enfim, a toda essa hinterlândia da Amazônia. É justamente nessas áreas que atuam as companhias aéreas regionais, onde o fluxo de passageiros não compensa muito a existência de aeronaves maiores – tanto que empresas poderosas, como a Varig e outras, não operam nessas localidades. São empresas regionais, como a Meta, a Rico, a Penta e outras, que vêm suprindo as populações das cidades pequenas da Amazônia com esses vôos, que eram mantidos, em grande parte, por um adicional cobrado pelas empresas aéreas nacionais de grande porte de seus usuários. Esse percentual era repassado para as empresas regionais que atuam na Amazônia. Mas a Varig capitaneou, judicialmente, ações para não mais repassar esse diferencial para as companhias aéreas regionais. Conseqüentemente, as outras empresas também estão seguindo o mesmo passo.

Fiz então um expediente ao Presidente da República, ao diretor do DAC e a outros dignitários dos diversos Ministérios relacionados à aviação e à nossa região, nos seguintes termos:

Nos últimos cinco anos, vimos florescer na Amazônia quatro empresas aéreas de âmbito regional, com o objetivo de atender principalmente às localidades isoladas da região, que têm uma área territorial maior que a Europa Ocidental e é considerada internacionalmente como um dos redutos naturais do mundo.

A aviação regional passou, recentemente, por várias situações difíceis, como a desvalorização do Real, no início de 2000, a ausência do repasse da suplementação tarifária da Varig, também a partir de 2000, a crise russa, que levou a economia brasileira a momentos de alguma incerteza, entre outras, mas nenhuma situação anterior colocou um cenário tão incerto para o futuro como o que agora se apresenta.

A suplementação tarifária, que, no passado, foi usada pelas empresas como fonte para novos investimentos, hoje se transformou em recurso de vital importância para a sobrevivência dessas regionais, tendo em vista a escalada do dólar americano e o acompanhamento de todos os custos a ele atrelados, tendo sua continuidade ameaçada pelo não repasse do Adicional Tarifário (Portaria nº 101/GC-5, de 22 de fevereiro de 2000) das maiores empresas aéreas de âmbito nacional (Varig e TAM), o que tem contribuído ainda mais para o empobrecimento das empresas da Região Amazônica, não sendo exagero afirmar que elas não sobreviverão sem a suplementação tarifária referida.

Os registros estatísticos são claros para se identificar que, no período 1998/2001, enquanto o custo do combustível, em dólares, evoluiu em taxas superiores a 50%, o valor das passagens aéreas, na região, tiveram considerável redução.

As empresas aéreas regionais executam o papel de integração econômico-social, atendendo sozinhas a mais de 30 cidades, abrangendo mais de 100 comunidades vizinhas, sem contar o atendimento feito com as empresas nacionais, transportando, somente no ano de 2000, cerca de 390 mil passageiros.

Os serviços especializados e aeromédicos são ainda incipientes na região, e a infra-estrutura hospitalar do interior não con-

segue atender a contento a demanda crescente. As empresas aéreas regionais acabam, por uma questão de respeito à vida e por solidariedade humana, transportando doentes do interior para as capitais em busca de uma chance a mais de sobrevivência. O fluxo de transporte de doentes, acidentados, índios doentes e policiais vitimados em serviço chega a 150 casos por mês.

A questão social, pois, está intimamente ligada à atuação dessas empresas na região, gerando empregos diretos e indiretos que ocupam mais de 1.400 trabalhadores. A frota utilizada é composta em 85% de aeronaves nacionais, voando em condições críticas de apoio à navegação, requerendo maior investimento em qualificação de pessoal, induzindo grande ênfase no nível de segurança de vôo, transformando a Amazônia em celeiro de excelentes profissionais da área.

Deve ser ressaltado ainda que, na Amazônia, por praticamente não existir uma pujante economia de mercado, as passagens aéreas são pagas em sua maior parte por órgãos públicos ou por cidadãos detentores de renda muito inferior à das regiões mais desenvolvidas do País, tornando-se inviável repassar toda a carga de aumento recebida pelo setor.

Por isso, Sr. Presidente, quero hoje fazer um apelo, de público, às autoridades competentes e denunciar à Nação mais um ato que muito prejudica a imensa Região Amazônica, que já é, por si só, isolada do resto do País e que encontra nessas empresas aéreas regionais um meio – como bem frisado aqui – de salvação de vidas, de resolução de problemas. Além de não haver estradas de rodagem, os caminhos via fluvial são muito longos, é difícil o deslocamento. Portanto, é mister que façamos algo urgentemente para salvar as empresas aéreas regionais da Amazônia.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nos próximos dias, apresentarei um projeto para tornar lei esse adicional tarifário que visa a propiciar a sobrevivência das empresas aéreas regionais. É verdade que, em outras regiões, talvez no Nordeste, a situação seja um pouco semelhante, mas tenho certeza de que, na Amazônia, essa situação é muito mais angustiante, muito mais aflitiva, e, portanto, requer do Governo Federal uma urgente medida que restabeleça esse adicional tarifário, que vinha vigendo por meio de uma

portaria, a qual infelizmente está sendo descumprida. Logo, talvez somente uma lei resolverá o problema.

Diante do exposto – repito –, apresentarei um projeto de lei visando a corrigir essa imensa injustiça que se pratica com o povo da Amazônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado Federal a comparecerem ao plenário para registrar suas presenças, pois daqui a pouco iniciaremos a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy, representante do Estado de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar hoje alguns pontos não considerados na publicação oficial da Presidência da República a respeito do sétimo aniversário do Plano Real. Refiro-me à publicação que foi divulgada pelos diversos órgãos de imprensa, denominada Sete Anos do Real: Estabilidade, Crescimento e Desenvolvimento Social.

Nessa obra, não foi mencionada, por exemplo, a pesada herança financeira do programa de estabilização e a sua incapacidade de gerar resultados palpáveis em termos de crescimento econômico sustentável, emprego e distribuição da renda.

Em verdade, podemos constatar na referida publicação que diversos aspectos deixaram de ser suficientemente considerados. Por isso, hoje quero destacá-los.

No que diz respeito às finanças públicas, o ajustamento fiscal prometido desde 1993/1994 só começa a se efetivar em fins de 1998, já no contexto do programa com o Fundo Monetário Internacional. Houve grande expansão do endividamento do setor público desde 1994. A dívida mobiliária federal (exclusivo títulos mantidos em carteira pelo Banco Central) subiu de R\$62 bilhões, em dezembro de 1994, para nada menos do que R\$562 bilhões, em maio de 2001. Ressalto, Sr. Presidente, que, dessa forma, tal dívida cresceu quase 10 vezes. E continuou crescendo em maio e em junho por força da recém-anunciada operação de saneamento dos bancos federais, da alta taxa básica de juros e da desvalorização cambial.

A dívida líquida do setor público como um todo, incluindo a União, os Estados, os Municípios e

as empresas estatais, que era inferior a 30% do Produto Interno Bruto em fins de 1994, alcançou 52% do PIB em abril último. A maior parte da dívida pública é interna, de custo elevado e prazo relativamente curto. Os papéis pós-fixados, com remuneração referenciada à taxa de juros de curto prazo, e os papéis cambiais, indexados à variação da taxa de câmbio, respondem por cerca de 75% do total da dívida mobiliária federal em mercado. Cerca de 40% da dívida mobiliária federal existente em fins de maio tinha vencimento nos 12 meses subseqüentes. A dívida indexada ao câmbio mais a dívida externa pública correspondem a aproximadamente 45% da dívida líquida do setor público consolidado. Em suma, a situação financeira do setor público tornou-se mais frágil nos anos recentes.

No que diz respeito às contas externas, há aqui o legado mais problemático do Plano Real, em termos macrofinanceiros. Os desequilíbrios registrados desde 1994 resultaram basicamente da prolongada sobrevalorização cambial, de meados de 1994 até janeiro de 1999, e de uma abertura pouco criteriosa do mercado interno às importações. O passivo externo líquido cresceu e continua crescendo em ritmo elevado. Não há dados oficiais sobre o estoque do passivo externo líquido do País, mas é possível estimar o seu crescimento a partir dos déficits acumulados no balanço de pagamentos em conta corrente, uma vez que o financiamento desses déficits implicam seja o aumento do passivo externo bruto do País (dívida externa, estoque de investimentos diretos e outros), seja a diminuição dos ativos externos do País (reservas internacionais e outros). Medido pelos déficits acumulados no balanço de pagamentos em conta corrente, o aumento do passivo externo líquido do Brasil foi de US\$155 bilhões entre 1995 e 2000. A desvalorização cambial de 1999 conseguiu apenas reduzir a taxa de crescimento do passivo externo líquido do País, isto é, o tamanho do déficit em conta corrente.

Em consequência desse grande aumento do endividamento, cresceu o volume de pagamentos ao capital estrangeiro. As despesas líquidas de juros da dívida externa, por exemplo, subiram de US\$6,3 bilhões, em 1994, para US\$15,1 bilhões, em 2000; as amortizações, de US\$11 bilhões de dólares, em 1994, para US\$28,2 bilhões, em 2000.

Assim, o desequilíbrio externo assumiu, em certa medida, um caráter estrutural. O longo período de sobrevalorização cambial desarticulou parcialmente os setores que produzem bens e serviços exportáveis ou que concorrem com importações no mercado do-

méstico. A mudança cambial de 1999 alterou o cenário, provocando a reação desses setores a partir de 2000, mas os resultados ainda são insuficientes, o que deixa a economia vulnerável a choques externos, como se vê no caso da grave crise argentina neste ano de 2001.

A própria composição da conta corrente do balanço de pagamentos torna difícil a diminuição do seu desequilíbrio, isso porque mais de três quartos do déficit em conta corrente correspondem a despesas com o capital estrangeiro aplicado no País (juros, lucros, dividendos e outros serviços fatores). Em 2000, essas despesas chegaram a nada menos do que US\$20,5 bilhões em termos líquidos. Naturalmente, esses compromissos aumentarão ao longo dos próximos anos, uma vez que a persistência de déficits altos em conta corrente produz aumentos adicionais no passivo externo líquido do País.

No que diz respeito ao crescimento, geração de empregos e distribuição da renda, observamos como muito insatisfatórios os avanços nos últimos sete anos. Em grande medida por causa da herança financeira acumulada, o Plano Real não conseguiu gerar condições para a retomada sustentada do crescimento. Além disso, em 2001, a crise energética revelou a tremenda regressão ocorrida em termos de planejamento econômico e suprimento de um insumo básico para a atividade econômica. Não houve, desde 1994, crescimento sustentado da economia, apenas surtos breves de expansão, notadamente no início do Plano, de meados de 1994 até março de 1995. As taxas de desemprego bateram recordes históricos no final da década de 90, caíram depois da crise de 1997/1999, mas permaneceram elevadas. Voltaram a aumentar com a desaceleração da economia em 2001. A promessa de que a estabilização da moeda melhoraria a distribuição de renda de modo significativo não se confirmou.

Recordemos, Sr. Presidente, que a tese oficial chegou a ser, em alguns momentos, a de que o combate à inflação constituía-se a melhor política social. A inflação despencou – isso nós reconhecemos –, mas os indicadores do Brasil em termos de distribuição de renda continuam a ser os piores do mundo. Basta ressaltar que, no último Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, o Brasil, entre mais de 100 países para os quais foram publicados dados disponíveis, encontra-se em posição que nada nos honra, pois estamos com um Índice de Gini da ordem de 60, ficando atrás apenas de Serra Leoa, cujo Índice de Gini é de 62,9, e da República Centro-Africana, cujo Índice de Gini é de 61,3.

Nesse relatório do Banco Mundial, os dados do coeficiente Gini referem-se, para o Brasil, a 1996; para Serra Leoa, a 1989; e, para a República Centro-Africana, a 1993. Esse coeficiente, que obviamente diz respeito a dados encaminhados pelo IBGE ao Banco Mundial, é indicador de que aqueles que estão no decil inferior da distribuição da renda recebiam 0,9%; no quintil inferior, 2,5%; no segundo quintil, 5,5%; no terceiro quintil, 10%; no quarto quintil, 18,3%; no quintil superior, 63,8%. Observando o decil superior, verificaremos que os 10% mais ricos no País estavam obtendo 47,6% da renda nacional, caracterizando-se o Brasil, portanto, por ter uma das concentrações de renda mais acentuadas em todo o mundo.

Se levarmos em conta o último relatório sobre o desenvolvimento humano publicado pela ONU, vamos observar que o Brasil, com o coeficiente Gini de 59,1%, referente ao ano de 1997, encontra-se também entre os quatro países com pior concentração de renda e de riqueza. Se considerarmos aqueles que têm coeficiente pior, verificaremos que há apenas três outros países com coeficiente Gini pior que o brasileiro. E, se compararmos os anos de 1996 e 1997 com os anos de 2000 e 2001, observaremos que as medidas adotadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso ainda são muito insuficientes para reverter um quadro de distribuição de renda que em nada nos honra.

Sr. Presidente, tenho a convicção de que, para as eleições de 2002, a questão da realização da justiça, que o Governo atual tanto deixou de atacar, constituir-se-á a principal meta, ou seja, é preciso que o Governo brasileiro, que o Poder Executivo e o Congresso Nacional se voltem para o objetivo de construir uma sociedade justa no Brasil, com instrumentos de política econômica que deixem longe esse quadro de tamanha desigualdade, que obviamente resulta em não serem resolvidos adequadamente os problemas da pobreza, da fome e do emprego em nosso País.

Sr. Presidente, avaliamos que se faz necessário não destacar apenas os aspectos róseos registrados no relatório da Presidência da República sobre os sete anos de vigência do Plano Real, mas trazer à tona dados que mostram a realidade mais de perto, enfim, os pontos que o relatório oficial não destacou.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLY EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001

Tabela 5. Distribuição da renda ou do consumo

Economia	Ano da pesquisa	Índice de Gini	Distribuição percentual da renda ou do consumo						
			Decil inferior	Quintil inferior	Segundo quintil	Terceiro quintil	Quarto quintil	Quintil superior	Decil superior
Africa do Sul	1993-94 ^{a,d}	59,3	1,1	2,9	5,5	9,2	17,7	64,8	45,9
Albânia									
Alemanha	1994 ^{c,d}	30,0	3,3	8,2	13,2	17,5	22,7	33,5	23,7
Angola									
Arábia Saudita									
Argélia	1995 ^{a,d}	35,3	2,8	7,0	11,6	16,1	22,7	42,6	25,8
Argentina									
Armênia									
Austrália	1994 ^{c,d}	35,2	2,0	5,9	12,0	17,2	23,5	41,3	25,4
Áustria	1997 ^{c,d}	23,1	4,4	10,4	14,8	18,5	22,9	23,3	19,7
Azerbaijão									
Bangladesh	1995-96 ^{a,d}	33,6	3,9	8,7	12,0	15,7	20,8	42,8	28,5
Belarus	1998 ^{a,d}	21,7	5,1	11,4	15,2	18,2	21,9	33,3	20,1
Bélgica	1992 ^{c,d}	25,0	3,7	9,5	14,6	18,4	23,0	34,5	20,2
Benin									
Bolívia	1990 ^{a,d}	42,0	2,3	5,6	9,7	14,5	22,0	48,2	31,7
Botsuana									
Brasil	1996 ^{c,d}	60,0	0,9	2,5	5,5	10,0	18,3	53,8	42,6
Bulgária	1995 ^{a,d}	28,3	3,4	8,5	13,8	17,9	22,7	27,0	22,5
Burkina Faso	1994 ^{a,d}	48,2	2,2	5,5	9,7	12,0	18,7	55,0	39,5
Burundi	1992 ^{a,d}	33,3	3,4	7,9	12,7	16,3	22,1	41,6	26,6
Camarões									
Cambodja	1997 ^{a,d}	40,4	2,3	6,9	10,7	14,7	20,1	47,6	33,8
Canadá	1994 ^{c,d}	31,5	2,8	7,5	12,9	17,2	23,0	39,3	23,8
Cazaquistão	1996 ^{a,d}	35,4	2,7	5,7	11,5	16,4	23,1	42,3	26,3
Chade									
Chile	1994 ^{c,d}	55,5	1,4	3,5	6,6	10,9	18,1	51,0	46,1
China	1996 ^{c,d}	40,3	2,4	5,9	10,2	15,1	22,2	46,6	30,4
Hong Kong, China									
Cingapura									
Colômbia	1996 ^{c,d}	57,1	1,1	3,0	6,6	11,1	18,4	60,9	46,1
Congo, Rep. Dem. do									
Congo, Rep. do									
Coreia	1993 ^{a,d}	31,6	2,9	7,5	12,9	17,4	22,9	39,3	24,3
Costa Rica	1995 ^{a,d}	36,7	3,1	7,1	11,2	15,5	21,9	44,3	29,8
Costa do Marfim									
Costa Rica	1995 ^{a,d}	47,0	3	4,0	8,5	13,7	21,7	51,8	34,7
Croácia	1998 ^{a,d}	26,6	4,0	9,3	13,3	17,8	22,9	26,2	21,6
Dinamarca	1992 ^{c,d}	24,7	3,6	9,6	14,3	18,3	22,7	34,5	29,5
Egito	1995 ^{a,d}	28,9	4,4	9,2	13,2	16,5	21,4	39,0	25,0
El Salvador	1995 ^{c,d}	52,3	1,2	3,4	7,5	12,5	20,2	56,5	40,5
Equador	1995 ^{a,d}	43,7	2,2	5,4	9,4	14,2	21,3	49,7	33,8
Eritreia									
Eslovênia	1995 ^{c,d}	26,9	3,2	8,4	14,3	18,5	23,4	35,4	20,7
Espanha	1990 ^{c,d}	32,5	2,8	7,5	12,6	17,0	22,5	40,3	25,2
Estados Unidos	1997 ^{c,d}	40,8	1,8	5,2	10,5	15,6	22,4	46,4	30,5
Estônia	1995 ^{c,d}	25,4	2,2	6,2	12,3	17,3	23,1	41,8	26,2
Etiópia	1995 ^{a,d}	40,0	3,0	7,1	10,9	14,5	19,8	47,7	33,7
Federação Russa	1998 ^{a,d}	48,7	1,7	4,4	8,6	13,3	23,1	53,7	36,7
Filipinas	1997 ^{a,d}	46,2	2,3	5,4	8,2	13,2	20,3	52,3	36,6
Finlândia	1991 ^{c,d}	25,6	4,2	10,0	14,7	17,6	22,3	25,8	21,6
Frância	1995 ^{c,d}	32,7	2,8	7,2	12,6	17,2	22,8	40,2	25,1
Gana	1997 ^{a,d}	32,7	3,6	8,4	12,2	15,8	21,9	41,7	26,1
Geórgia									
Grécia	1993 ^{c,d}	32,7	3,0	7,5	12,4	16,9	22,8	40,3	25,3
Guatemala	1995 ^{c,d}	59,6	0,6	2,1	5,8	10,5	18,6	53,0	46,6
Guiné	1994 ^{a,d}	40,3	2,6	6,4	10,4	14,8	21,2	47,2	32,0
Haiti									
Honduras	1996 ^{c,d}	53,7	1,2	3,4	7,1	11,7	19,7	58,0	42,1
Hungria	1996 ^{c,d}	30,8	3,9	8,8	12,5	16,6	22,3	39,9	24,8
Iâmen	1992 ^{a,d}	39,5	2,3	6,1	10,9	15,3	21,6	46,1	30,8
Índia	1997 ^{a,d}	37,8	3,5	8,1	11,6	15,0	19,5	48,1	32,5
Indonésia	1996 ^{c,d}	36,5	3,6	8,0	11,3	15,1	20,8	44,9	30,3
Irã									
Irlanda	1987 ^{c,d}	35,9	2,5	6,7	11,6	16,4	22,4	42,9	27,4
Israel	1992 ^{c,d}	35,5	2,8	6,9	11,4	16,3	22,9	42,5	29,9
Itália	1995 ^{c,d}	27,3	3,5	8,7	14,0	18,1	22,9	35,3	21,8
Jamaica	1996 ^{a,d}	36,4	2,9	7,0	11,5	15,8	21,8	43,9	28,9
Japão	1993 ^{c,d}	24,9	4,8	10,6	14,2	17,8	22,0	35,7	21,7
Jordânia	1997 ^{a,d}	36,4	3,3	7,6	11,4	15,5	21,1	44,4	29,8
Kuwait									
Ladô	1992 ^{c,d}	30,4	4,2	9,6	12,9	16,3	21,0	40,2	26,4
Lesoto	1996-97 ^{a,d}	56,0	3,9	2,8	6,5	11,2	19,4	63,1	43,4
Letônia	1998 ^{c,d}	32,4	2,9	7,6	12,9	17,1	22,7	40,3	25,9
Líbano									
Lituânia	1996 ^{a,d}	22,4	3,1	7,8	12,6	16,8	22,4	40,3	25,6
Macedônia									
Madagascar	1993 ^{a,d}	46,0	1,9	5,1	9,4	13,3	22,1	52,1	35,7
Malásia	1995 ^{c,d}	48,5	1,8	4,5	8,3	13,0	22,4	53,8	37,9
Malawi									
Mali	1994 ^{a,d}	50,5	1,8	4,6	8,0	11,9	19,3	56,2	40,4

Indicadores Seleccionados do Desenvolvimento Mundial

RECURSOS HUMANOS

Economia	Ano de pesquisa	Índice de Gini	Distribuição percentual da renda ou do consumo						
			Decil inferior	Quinta inferior	Segunda quinta	Terceira quinta	Quarta quinta	Quinta superior	Decil superior
Marrocos	1998-99 ^{a,d}	39,5	2,6	6,5	10,6	14,8	21,3	46,6	30,9
Mauntarwa	1995 ^{a,d}	38,9	2,3	6,2	10,8	15,4	22,0	45,6	29,9
México	1995 ^{a,d}	53,7	1,4	3,6	7,2	11,8	19,2	58,2	42,8
Mianmar
Mocambique	1996-97 ^{a,d}	39,6	2,5	6,5	10,8	15,1	21,1	46,5	31,7
Moldavia	1992 ^{a,d}	34,4	2,7	6,9	11,9	16,7	23,1	41,5	25,8
Mongolia	1995 ^{a,d}	33,2	2,9	7,3	12,2	16,6	23,0	40,9	24,5
Namibia
Nepal	1995-96 ^{a,d}	36,7	3,2	7,6	11,5	15,1	21,0	44,8	29,8
Nicaragua	1993 ^{a,d}	50,3	1,6	4,2	8,0	12,6	20,0	55,2	39,8
Niger	1995 ^{a,d}	50,5	0,8	2,6	7,1	13,9	23,1	53,3	35,4
Nigéria	1996-97 ^{a,d}	50,6	1,6	4,4	8,2	12,5	19,3	55,7	40,8
Noruega	1995 ^{a,d}	25,8	4,1	9,7	14,3	17,9	22,2	35,8	21,8
Nova Zelândia	1991 ^{c,d}	43,9	0,3	2,7	10,0	16,3	24,1	46,9	29,8
Países Baixos	1994 ^{c,d}	32,6	2,8	7,3	12,7	17,2	22,8	40,1	25,1
Panamá	1997 ^{a,d}	48,5	1,2	3,6	8,1	13,6	21,9	52,8	35,7
Papua Nova Guiné	1996 ^{a,d}	50,9	1,7	4,5	7,9	11,9	19,2	56,5	40,6
Paquistão	1996-97 ^{a,d}	31,2	4,1	9,5	12,9	16,0	20,5	41,1	27,6
Paraguai	1995 ^{a,d}	59,1	0,7	2,3	5,9	10,7	18,7	62,4	46,6
Peru	1996 ^{c,d}	46,2	1,6	4,4	9,1	14,1	21,3	51,2	35,4
Polónia	1996 ^{c,d}	32,9	3,0	7,7	12,6	16,7	22,1	40,9	26,3
Portugal	1994-95 ^{c,d}	35,6	3,1	7,3	11,6	15,9	21,8	43,4	28,4
Quênia	1994 ^{a,d}	44,5	1,8	5,0	9,7	14,2	20,9	50,2	34,9
Quirguizia	1997 ^{c,d}	40,5	2,7	6,3	10,2	14,7	21,4	47,4	31,7
Reino Unido	1991 ^{c,d}	36,1	2,6	6,6	11,5	16,3	22,7	43,0	27,3
República Centro-Africana	1993 ^{a,d}	61,3	0,7	2,0	4,9	9,6	18,5	65,0	47,7
República Dominicana	1996 ^{c,d}	48,7	1,7	4,3	8,3	13,1	20,6	53,7	37,8
República Eslovaca	1992 ^{c,d}	19,5	5,1	11,9	15,8	18,8	22,2	31,4	18,2
República Tcheca	1996 ^{c,d}	25,4	4,3	10,3	14,5	17,7	21,7	35,9	22,4
Roménia	1994 ^{c,d}	28,2	3,7	8,9	13,6	17,6	22,6	37,3	22,7
Ruanda	1983-85 ^{a,d}	28,9	4,2	9,7	13,2	16,5	21,6	39,1	24,2
Senegal	1995 ^{a,d}	41,3	2,5	6,4	10,3	14,5	20,5	48,2	33,5
Serra Leoa	1989 ^{a,d}	62,9	0,5	1,1	2,0	9,8	23,7	63,4	43,6
Síria
Sri Lanka	1995 ^{a,d}	34,4	3,5	8,0	11,8	15,8	21,5	42,8	28,0
Suécia	1992 ^{c,d}	33,1	2,6	6,9	12,7	17,3	22,9	40,3	25,2
Suíça	1992 ^{c,d}	25,0	3,7	9,6	14,5	18,1	23,2	34,5	20,1
Tadjiquistão
Tailândia	1998 ^{a,d}	41,4	2,8	6,4	9,8	14,2	21,2	48,4	32,4
Tanzânia	1993 ^{a,d}	38,2	2,8	6,8	11,0	15,1	21,6	45,5	30,1
Togo	1990 ^{a,d}	40,2	2,3	5,9	10,4	15,3	22,1	46,3	30,7
Tunísia	1998 ^{a,d}	40,6	2,6	6,1	10,2	14,7	21,5	47,5	31,7
Turcomênia	1994 ^{a,d}	41,5	2,3	5,8	10,2	14,8	21,6	47,7	32,3
Turquia	1996 ^{a,d}	32,5	3,9	9,6	12,0	16,2	22,0	41,2	29,4
Ucrânia	1996 ^{a,d}	32,5	3,9	9,6	12,0	16,2	22,0	41,2	29,4
Uganda	1992-93 ^{a,d}	39,2	2,6	6,5	10,9	15,2	21,3	46,1	31,2
Uruguai	1989 ^{c,d}	42,3	2,1	5,4	10,0	14,8	21,5	48,3	32,7
Uzbequistão	1993 ^{c,d}	33,3	3,1	7,4	12,0	16,7	23,0	40,9	25,2
Venezuela	1996 ^{c,d}	48,8	1,3	3,7	8,4	13,6	21,2	53,1	37,0
Vietnã	1998 ^{a,d}	36,1	3,5	8,0	11,4	15,2	20,9	44,5	29,9
Zâmbia	1996 ^{a,d}	49,8	1,6	4,2	8,2	12,8	20,1	54,8	39,2
Zimbábue	1990-91 ^{a,d}	56,6	1,8	4,0	6,3	10,0	17,4	52,3	46,9

Nota: Sobre comparabilidade e cobertura dos dados, ver as Notas Técnicas. Os números em gnto designam anos diferentes dos especificados.

a. Os dados referem-se a parcelas de consumo por percentis da população. b. Dados classificados pelo consumo per capita. c. Os dados referem-se a parcelas de renda por percentis da população. d. Dados classificados pela renda per capita.

12 Desigualdad de ingreso o consumo

Clasificación según el IDH	Año de la encuesta	Encuesta basada en ingreso o consumo (C) ^a	Participación en el ingreso o consumo (%)				Índice de desigualdad		
			Más pobre 10%	Más pobre 20%	Más rico 20%	Más rico 10%	10% más rico al 10% más pobre ^b	20% más rico al 20% más pobre ^b	Coefficiente de Gini ^c
51 México	1996	I	1.6	4.0	56.7	41.1	26.4	14.3	51.9
52 Panamá	1997	C	1.2	3.6	52.8	35.7	29.0	14.8	48.5
53 Belarus	1998	C	5.1	11.4	33.3	20.0	3.9	2.9	21.7
54 Belice
55 Federación de Rusia	1998	C	1.7	4.4	53.7	38.7	23.3	12.2	48.7
56 Malasia	1997	I	1.7	4.4	54.3	38.4	22.1	12.4	49.2
57 Bulgaria	1997	I	4.5	10.1	36.8	22.8	5.0	3.6	26.4
58 Rumania	1994	I	3.7	8.9	37.3	22.7	6.1	4.2	28.2
59 Jamahiriya Árabe Libia
60 Macedonia, ERV
61 Venezuela	1997	C	1.6	4.1	53.7	37.6	24.3	13.0	48.8
62 Colombia	1996	I	1.1	3.0	60.9	46.1	42.7	20.3	57.1
63 Mauricio
64 Suriname
65 Líbano
66 Tailandia	1998	C	2.8	6.4	48.4	32.4	11.6	7.6	41.4
67 Fiji
68 Arabia Saudita
69 Brasil	1997	I	1.0	2.6	63.0	46.7	18.7	14.4	59.1
70 Filipinas	1997	C	2.3	5.4	52.3	36.6	16.1	9.8	46.2
71 Oman
72 Armenia	1996	C	2.3	5.5	50.6	35.2	13.3	9.2	44.4
73 Perú	1996	I	1.6	4.4	51.2	35.4	22.3	11.7	46.2
74 Ucrania	1999	C	3.7	8.8	37.8	23.2	6.4	4.3	29.0
75 Kazajistán	1996	C	2.7	6.7	42.3	26.3	9.8	6.3	35.4
76 Georgia	1996	I	2.3	6.1	43.6	27.9	12.0	7.1	37.1
77 Maldivas
78 Jamaica	1996	C	2.9	7.0	43.9	28.9	10.0	6.3	35.4
79 Azerbaiyán	1995	I	2.8	6.9	43.3	27.8	9.8	6.3	36.0
80 Paraguay	1998	I	0.5	1.9	60.7	43.8	91.1	31.8	57.7
81 Sri Lanka	1995	C	3.5	8.0	42.8	28.0	7.9	5.3	34.4
82 Turquía	1994	C	2.3	5.8	47.7	32.3	14.2	8.2	41.5
83 Turkmenistán	1998	C	2.6	6.1	47.5	31.7	12.3	7.7	40.8
84 Ecuador	1995	C	2.2	5.4	49.7	33.8	15.4	9.2	43.7
85 Albania
86 República Dominicana	1998	I	2.1	5.1	53.3	37.9	17.7	10.5	47.4
87 China	1998	I	2.4	5.9	46.6	30.4	12.7	8.0	40.3
88 Jordania	1997	C	3.3	7.6	44.4	29.8	9.1	5.9	36.4
89 Túnez	1995	C	2.3	5.7	47.9	31.8	13.8	8.5	41.7
90 Irán, Rep. Islámica del
91 Cabo Verde
92 Kirguistán	1997	I	2.7	6.3	47.4	31.7	11.9	7.5	40.5
93 Guyana	1993	C	2.4	6.3	46.9	32.0	13.3	7.4	40.2
94 Suazilandia	1993-94	C	1.1	2.9	64.8	45.9	42.5	22.6	59.3
95 El Salvador	1997	I	1.4	3.7	55.3	39.3	28.5	14.8	50.8
96 Samoa (Occidental)
97 República Árabe Siria
98 Moldavia, Rep. de	1997	I	2.2	5.6	46.8	30.7	13.7	8.3	40.6
99 Uzbekistán	1993	I	3.1	7.4	40.9	25.2	8.2	5.5	33.3
100 Argelia	1995	C	2.8	7.0	42.6	26.8	9.6	6.1	35.3

Indicadores Sociais Mínimos

Trabalho e Rendimento

Informações Gerais - 1999

Brasil e Grandes Regiões	PIB(1) per capita		Rendimento Médio Mensal (2) em R\$	Índice de Gini	Taxa de Atividade (4)	Taxa de Desocupação (4)
	CR\$	US\$				
Brasil (3)	5.861,0	3.229,7	313,3	0,567	61,0	9,6
Norte			244,3	0,547	58,6	11,4
Nordeste			144,9	0,587	61,1	8,0
Sudeste			273,4	0,537	59,0	11,2
Sul			334,4	0,543	66,0	8,0
Centro-Oeste			291,3	0,573	63,5	9,6

→ Conceitos dos indicadores

→ Notas sobre os indicadores

Taxa de Atividade das pessoas 15 a 65 anos de idade por cor e sexo - 1999					
Brasil e Grandes Regiões	Total	Homens	Mulheres	Branca	Preta e Parda
Brasil (1)	74,4	85,5	58,2	71,2	71,7
Norte (2)	69,2	83,2	56,1	68,4	69,4
Nordeste	71,4	85,6	58,1	70,1	71,9
Sudeste	69,9	84,0	56,6	69,3	71,0
Sul	75,9	88,7	63,6	76,2	74,8
Centro-Oeste	73,2	88,4	58,8	72,0	74,3

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos, para que a Mesa possa assegurar, de acordo com o art. 158, § 2º, do Regimento Interno, a palavra a três oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito para esta fase da sessão é o Presidente que ora está à Mesa.

Convido o 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, a ocupar a Presidência.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamentavelmente, o Governo resolveu, mais uma vez, cometer um ato de perversidade contra os servidores públicos federais.

Trata-se de uma atitude impensada. Podemos até ir mais além e dizer que é uma atitude irresponsável, já que afronta uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, a de que é inconstitucional a manutenção do **status quo**, pelo qual o servidor público não tem um centavo de aumento há sete anos.

A divergência entre o Presidente da República e o Supremo Tribunal Federal já chegou ao público. Esse atrito não é salutar ao bom funcionamento das nossas instituições livres e democráticas. Se aquele Tribunal decide que o Governo tem de mandar um projeto de lei, como consta da Constituição, propondo reajuste para os vencimentos dos servidores públicos, o Presidente da República tem mesmo de cumprir tal decisão, do contrário estará não apenas gerando constrangimento mas também desrespeitando ao Supremo Tribunal Federal e, mais de perto, aqueles que estão sofrendo na própria carne o decréscimo do poder de compra dos seus salários, que estão congelados há 7 anos.

Os servidores públicos calculam que teriam direito a um aumento de pelo menos 75,48%, uma majoração destinada a reparar aquilo que perderam em 7 anos. E o que o Governo fez? Não permitiu que na Lei de Diretrizes Orçamentárias, já apreciada pelo Congresso Nacional, houvesse qualquer previsão de aumento, prometendo que no Orçamento de 2002 iria destinar uma dotação a esse objetivo. Mas o Governo já anuncia o seu pensamento: diante da crise na

Argentina e do racionamento de energia, os servidores públicos não terão aumento – mais uma vez, portanto, serão penalizados.

Mas, Sr. Presidente, quero registrar a felicidade com que ontem se pronunciou o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que disse, textualmente, que espera que as instituições funcionem normalmente. Foi um recado para valer, um recado de um homem que se investe da autoridade de Presidente do Supremo Tribunal Federal e diz ao Presidente da República que ele está desrespeitando decisões emanadas da mais alta Corte do País, que não apenas geram mas que determinam que o Governo não deve deixar de dar aumento.

E ainda mais o salário mínimo. Segundo os cálculos do Banco Central, a previsão de inflação para este ano é de 5,8%. Se esse número permanecer, como não haverá um aumento real do salário mínimo, o aumento será de apenas R\$10,50.

Que quantidade é essa, tão irrisória, para tantos milhares de trabalhadores que vivem única e exclusivamente do salário mínimo, para pensionistas, etc?

Cabe ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, corrigir essa injustiça, porque ele tem autonomia para tanto. Quando da discussão do Orçamento de 2002, iremos fazer o possível e o impossível, como representante do Partido Socialista Brasileiro nesta Casa, junto com o Líder do nosso Partido, Senador Ademir Andrade, e com os demais partidos que compõem a base oposicionista nesta Casa – e tenho certeza de que muitos Senadores do Governo se somarão a nós –, para que a Comissão de Orçamento corrija essa perversidade que mais uma vez se quer perpetrar contra a briosa classe dos funcionários públicos, que há sete anos, volto a dizer, não tem qualquer aumento.

O Governo alega que quer dar uma demonstração de austeridade ao mercado.

Que deus é esse, que Alá é esse que está comandando as ações do Governo? É o mercado. Essa figura invisível está, no Brasil, hoje, comandando as ações do Governo Federal, que tem a única e exclusiva preocupação de atender ao mercado, de atender ao capital internacional, de pagar uma dívida impagável. Dessa forma, o sangue do povo brasileiro é retirado todos os anos para pagar uma dívida de mais de 500 bilhões.

Enquanto isso, os balanços dos bancos, com os últimos aumentos das taxas de juros, estão registrando lucros exorbitantes, gerados como resultado des-

sa política monetária benfazeja para os bancos e maléfica para o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica a minha palavra de protesto e o meu alinhamento ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio, que resolveu falar na hora certa e dizer que espera sinceramente que as instituições funcionem, afinal, não estamos numa ditadura onde o Governo pode agir por ato institucional.

As medidas provisórias estão sendo limitadas. O Governo não go ver na mais por de cre to, mas com a participação do Congresso Nacional. Cabe ao Congresso Nacional – assim como o Presidente do Supremo teve coragem cívica de mostrar a realidade – ter co ra gem de cumprir o seu papel, co ra gem de exercer a sua competência e as suas atribuições constitucionais para assegurar aos servidores públicos de todos os matizes, dos ministérios, das autarquias, das fundações e das empresas públicas, o aumento a que têm direito. Do contrário, Sr. Presidente, pelo "andar da carruagem", será necessária mais uma ação, e o Supremo Tribunal Federal, que já julgou uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Oposição, mais uma vez vai se debruçar sobre esse assunto.

O Governo Federal tem que se render ao cumprimento de sua obrigação e aos direitos dos servidores, como também à sua competência constitucional de enviar para o Congresso Nacional um projeto de lei propondo aumento linear para todos os servidores públicos federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou solicitando, na manhã de hoje, em conjunto com os ilustres Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, apresentação de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Rodrigues da Cunha, ex-Prefeito do próspero e importante Município goiano de Chapadão do Céu, e de condolências à sua família e a toda a população daquela cidade.

O Sr. Alberto Rodrigues da Cunha foi o fundador do Município de Chapadão do Céu, foi o seu emancipador, o seu primeiro prefeito e também consolidador, hoje um dos municípios que têm melhor nível de vida no Brasil, um dos que individualmente mais produzem e têm o menor índice de desemprego no País.

Chapadão do Céu é hoje um exemplo para todos os municípios brasileiros e foi esse grande líder político, de prestígio em todo o Estado, o responsável pelo desenvolvimento extraordinário alcançado não só por Chapadão do Céu, mas por toda a região do extremo sudoeste goiano, especialmente no campo da agricultura.

Fruto de um ideal cujo ícone era o Sr. Alberto, Chapadão do Céu teve sua emancipação reconhecida em 1991, no Governo de Iris Rezende Machado. Dois anos depois, em 1993, já elegia seu fundador como prefeito pela primeira vez, com mais de 80% dos votos válidos.

Sob a gestão do Sr. Alberto, marcada por um perfeito planejamento estratégico, Chapadão do Céu se organizou, cresceu, e hoje oferece um dos melhores níveis de vida, uma das melhores qualidades de vida de todo o Estado de Goiás e, quero crer, de todo o Brasil.

Homem honesto, firme em seus ideais, sempre à frente do seu próprio tempo, o Sr. Alberto Rodrigues da Cunha acabou voltando ao comando da prefeitura nas eleições do ano passado, novamente com uma votação excepcional.

A segunda etapa de seu trabalho, no entanto, foi subitamente interrompida, no último dia 26 de julho, quando veio a falecer, aos 74 anos, vítima de um câncer de pulmão.

Seu legado de honestidade e trabalho terá seqüência agora, sem dúvida, com a posse do Vice-Prefeito, Eduardo Peixoto, homem de grandes qualidades, também um dos pioneiros da agricultura moderna na região, que certamente continuará trabalhando para fazer de Chapadão do Céu um dos melhores lugares do interior do Brasil.

A lacuna deixada pelo passamento desse líder fantástico que foi o Sr. Alberto Rodrigues da Cunha é difícil de ser preenchida. Por isso, em função de sua importância para o Estado de Goiás, estou propondo, com os Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, votos de pesar do Senado Federal pelo seu falecimento e apresentação de condolências à sua família.

O Sr. Alberto Rodrigues deixou esposa, a ex-Primeira-Dama Nadyr Garcia Cunha, e nove filhos: José Roberto, Paulo Rodrigues, Maria Amélia, Marcos Rodrigues, Marta Garcia, Márcia Garcia, Nadir, Alberto Jr. e Ronan Rodrigues.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive na cidade de Chapadão do Céu por ocasião do sepultamento do Sr. Alberto e fiquei emocionado, porque toda a cidade, todo o Município, praticamente toda a

região esteve presente nesse acontecimento. Ele era realmente um homem extraordinário, um líder político carismático, um homem extremamente honesto, correto, com uma visão muito ampla dos problemas de Goiás, do Brasil e do mundo inteiro.

Por esse motivo, fiz questão de assomar à tribuna para render as minhas homenagens a um dos homens públicos mais ilustres deste País, o ex-Prefeito Alberto Rodrigues da Cunha.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar, último orador inscrito para uma comunicação inadiável. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho realmente uma comunicação para trazer à Casa. Trata-se de uma emenda que apresentei hoje à Medida Provisória n.º 2.156-4, de 27 de julho passado, um assunto ligado à antiga área da Sudene, da nova Adene.

Todos sabem que a Sudene foi criada no Governo Juscelino Kubitschek para atender a uma região desfavorecida, o Nordeste do Brasil, e alcançou uma parte do território mineiro compreendida pelo norte de Minas, cujas características climáticas são semelhantes às das servidas pela Sudene, como os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; e alguns Municípios do norte de Minas.

Posteriormente, por iniciativa da Senadora Júnia Marise, do meu Estado, foi incluído também o território compreendido pela região do Vale do Jequitinhonha, que é também uma das regiões mais desfavorecidas do País. Foi uma medida muito acertada.

Depois disso, houve, agora mais recentemente, naqueles três dias em que assumi a Presidência da República o eminente Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, a inclusão de alguns Municípios do Vale do Murici, que também têm todo o direito de participar desses benefícios. Antes disso, porém, houve a inclusão de todo o território do Estado do Espírito Santo, que fica na divisa da região leste de Minas.

Aplaudimos a idéia do alcance dos benefícios da Sudene ao Estado do Espírito Santo, mas é preciso que se dê tratamento igualitário àquela região, cu-

jas características são semelhantes e, além disso, apresentam índices econômicos e sociais inferiores àqueles índices do Espírito Santo.

Portanto, a nossa emenda prevê a ampliação do alcance dos benefícios também para aqueles Municípios ligados ao leste de Minas, que estão, naturalmente, merecendo também um tratamento especial. A região, por exemplo, o Vale do Rio Doce e a Zona da Mata na que a área. Por quê? Por que a região da Zona da Mata apresenta índices inferiores a de outras regiões alcançadas. Além disso, no passado, ela foi celeiro agrícola do próprio Rio de Janeiro, nossa capital, e perdeu muito por ter uma topografia muito acidentada. Com o advento do adubo químico e da mecanização, as regiões de terras menos boas, como as do cerrado, na área do Triângulo Mineiro – e hoje estamos vendo até uma verdadeira redescoberta do Brasil no Mato Grosso – foram corrigidas pelo adubo químico e são áreas planas que permitem a mecanização da agricultura. Com isso, a Zona da Mata ficou prejudicada. Não tem mais como competir na produção de grãos. Tem tentado entrar na pecuária leiteira, porque lá é a região do capim gordura, que é muito rico para o gado leiteiro, porém esse capim não tem resistência. A verdade é que as terras são caras e não comportam mais que uma res por hectare, o que também retira competitividade para a atividade na nossa região.

Portanto, precisamos de algo que dê o tratamento diferenciado que a região merece.

É preciso ter em mente, Sr. Presidente, que Minas Gerais apresenta os piores indicadores econômicos e sociais da Região Sudeste, perde para o Espírito Santo, que, equivocadamente, é tido como o Estado mais pobre do Sudeste e, por isso, sempre foi objeto de políticas compensatórias por parte da União, haja vista que, desde a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, o Funres, pelo Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, vem usufruindo de benefícios fiscais e financeiros semelhantes aos proporcionados pelo Fundo de Investimento do Nordeste, o Finor.

O Produto Interno Bruto, o PIB, **percapita**, principal indicador econômico do Brasil, em 1998, foi de R\$5.648,00 e o do Espírito Santo foi de R\$5.996,00, enquanto o de Minas Gerais foi de apenas R\$5.230,00, inferior até mesmo ao da Região Centro-Oeste, com R\$5.681,00, e ao do Amazonas, com R\$5.990,00.

O Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, é um índice sintético, criado e utilizado pela ONU para medir o grau de desenvolvimento humano dos países.

No Brasil, ele é calculado pela Fundação João Pinheiro e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, para todos os Municípios brasileiros e engloba três dimensões e quatro indicadores básicos: na dimensão renda, a renda familiar **per capita**; na dimensão longevidade, a esperança de vida ao nascer; e na dimensão educação, a taxa de analfabetismo e o número médio de anos de estudo. O IDH de Minas Gerais tem sido sempre inferior ao do Brasil, na Região Sudeste e do Espírito Santo, embora superior aos dos Estados do Nordeste. Então, esse índice é muito expressivo.

O Estado de Minas Gerais é um Estado de transição entre o Nordeste e Sul, não só em termos geográficos, mas também econômicos e sociais. Pela sua dimensão e pela diversidade dos níveis de desenvolvimento das dez Regiões Administrativas em que se decompõe, pode-se afirmar que Minas comporta três Estados distintos. O Estado desenvolvido, de níveis próximos ao de São Paulo, que são: as regiões do Triângulo, a região central, do alto Paranaíba, do sul e centro-oeste. Esses são listados em ordem decrescente.

Pois bem, o Estado subdesenvolvido é uma outra região, com características semelhantes a do Nordeste, já integrada à Sudene, hoje Adene, há muito tempo, a região norte, há três anos Jequitinhonha e agora o Mucuri, como havia explicado antes. E o terceiro Estado, de níveis intermediários, entre os dois, porém inferiores aos níveis médios do próprio Estado de Minas e do Espírito Santo, constituído das regiões do Rio Doce e da Mata, que amargam o declínio há décadas. E esse declínio advém justamente das condições que já expliquei. Lá, nós não temos como mecanizar a agricultura, ainda que as terras sejam boas. Não há como viabilizar aquelas áreas para competir com as grandes empresas produtoras de grãos que estão instaladas em áreas planas em Minas mesmo, no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba e, também, no noroeste, na região de Paracatu – regiões irrigadas e planas, que permitem a mecanização. Da mesma forma como em outras áreas no Estado do Mato Grosso, no Estado do Mato Grosso do Sul e em outros Estados da Federação, o adubo químico chegou e corrigiu a acidez, dando condições para que entrasse a grande empresa rural – o que é certo – produzindo, economicamente, muito mais do que aquela agricultura de subsistência que se fazia na Zona da Mata.

Então, é preciso que haja algum incentivo. A Adene já não existe mais como recurso para oferecer condições para a implantação de projetos nem mes-

mo os pequenos, porque esses recursos não existem mais. Ela apenas representa, psicologicamente, uma condição para a atração de algumas empresas que, mesmo sem buscar os recursos públicos, vão levar algum investimento. Elas terão um tratamento diferenciado, ou seja, conforme o quadro de área da Sudene, elas teriam uma isenção por 10 anos no Imposto de Renda, o que, obviamente, incidirá sobre o lucro das mesmas. Isso é sadio para a região porque, em um País como o nosso, o lucro é praticamente todo reinvestido, especialmente pelas pequenas empresas, já que o pequeno empresário não vive da empresa, e sim para a empresa, realizando-se com o progresso da empresa, que, em última análise, é o progresso nacional, porque a empresa é uma fração da economia.

Por essa razão, Sr. Presidente, faço à Casa esta comunicação. Concluo agradecendo a tolerância de V. Ex^a e a atenção com que fui distinguido pelos nobres Colegas e peço que todos levem em consideração essa emenda que contempla o Estado natal de Juscelino Kubitschek, que lembrou do Nordeste. Que se lembrem de Juscelino Kubitschek, de Celso Furtado e que dêem condições para que esses benefícios da Adene alcancem também o Vale do Rio Doce e a Zona da Mata do meu Estado.

Sr. Presidente, solicito que a minha emenda à Medida Provisória nº 2.156-4 conste integralmente como parte do meu discurso.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR JOSÉ ALENCAR EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 1/8/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.156-4, de 27 de julho de 2001			
Autor Senador José Alencar	Nº Prontuário			
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
Página 01/09	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

”Art. 2º O Plano de Desenvolvimento do Nordeste abrange os Estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e as regiões e os Municípios do Estado de Minas Gerais de que tratam as Leis nºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998, bem como os Municípios de:

I – Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Maxacalis, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Ottoni e Umburati-
ba, pertencentes ao vale do Mucuri;

II – Angelândia, Aricanduva, Gouveia, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Monte Formoso, Ponto dos Volantes, Presidente Kubitschek e Veredinha, pertencentes ao Vale do Jequitinhonha;

III – Açucena, Água Boa, Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Antônio Dias, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Cantagalo, Capitão Andrade, Caratinga, Carmésia, Central de Minas, Coluna, Conceição de Ipanema, Conselheiro Pena, Co-roaci, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divino-lândia de Minas, Dom Cavati, Dolores de Guanhães, Engenheiro Caldas, Entre-Folhas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhães, Iapu, Imbé de Minas, Inhapim, Ipaba, Ipanema, Ipatinga, Itabirinha de Mantena, Itanhomi, Itueta, Jaguarapu, Jampruca, Joanésia, José Raydan, Mantena, Marilac, Marliéria, Materlândia, Matias Lobato, Mendes Pimentel, Mesquita, Mutum, Nacip Raydan, Naque, Nova Belém, Nova Módica, Paulistas, Peçanha, Periquito, Piedade de Caratinga, Pingo-d’Água, Pocrane, Resplendor, Sabinópolis, Santa Bárbara do Leste, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria do Suaçui, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santana do Paraíso, São Domingos das Dores, São

Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João Evangelista, São José da Safira, São José do Divino, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, Sardoa, Senhora do Porto, Sobralia, Taparuba, Tarumirim, Timóteo, Tumiritinga, Ubaporanga, Vargem Alegre, Virginópolis e Virgolândia, pertencentes ao Vale do Rio Doce;

IV – Abre-Campo, Acaiaca, Além Paraíba, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alto Rio Doce, Amparo da Serra, Antônio Prado de Minas, Aracitaba, Araponga, Argirita, Astolfo Dutra, Barão do Monte Alto, Barra Longa, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Brás Pires, Caiana, Cajuri, Canaã, Caparaó, Caputira, Carangola, Cataguases, Chácara, Chalé, Chiador, Cipotânea, Coimbra, Coronel Pacheco, Descoberto, Divinésia, Divino, Dom Silvério, Dona Eusébia, Dolores do Turvo, Durandé, Ervália, Espera Feliz, Estrela-D’Alva, Eugenópolis, Ewbank da Câmara, Faria Lemos, Fervedouro, Goianá, Guaraciaba, Guarani, Guarará, Guidoal, Guiricema, Itamarati de Minas, Jequeri, Juiz de Fora, Lajinha, Lamim, Laranjal, Leopoldina, Lima Duarte, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Martins Soares, Matias Barbosa, Matipó, Mercês, Miradouro, Miraiá, Muriaé, Olaria, Oliveira Fortes, Oratórios, Orizânia, Paiva, Palma, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra Dourada, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Pirapetinga, Piraúba, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Raul Soares, Recreio, Reduto, Rio Casca, Rio Doce, Rio Espera, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Rochedo de Minas, Rodeiro, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Cruz do Escalvado, Santa Margarida, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita do Ibitipoca, Santana de Cataguases, Santana do Deserto, Santana do Manhuaçu, Santo Antônio do Aventureiro, Santo Antônio do Gramma, Santos Dumont, São Francisco do Glória, São Geraldo, São João do Manhuaçu, São João Nepomuceno, São José do

Mantimento, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, São Sebastião da Vargem Alegre, Sem-Peixe, Senador Cortes, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Sericita, Silveirânia, Simão Pereira, Simonésia, Tabuleiro, Teixeiras, Tocantins, Tombos, Ubá, Urucânia, Vermelho Novo, Viçosa, Vieiras, Visconde do Rio Branco e Volta Grande, pertencentes à Zona da Mata.“

Justificação

A criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) em substituição à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como objetivo de implementar uma nova política de desenvolvimento regional, lastreada no novo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, enseja a oportunidade de ampliar a área geográfica de atuação da autarquia.

Desde o início, em 1959, parte do território mineiro pôde se beneficiar da ação da Sudene e da sistemática de incentivos fiscais que lhe era inerente. Os municípios definidos pelas Leis nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, e 6.218, de 7 de julho de 1975, pertenciam à vasta e pobre Região Norte de Minas Gerais. O Vale do Jequitinhonha, região contígua, situada no nordeste mineiro, com características físicas, sociais e econômicas similares às do norte, porém, mais pobre e desassistida, tinha ficado de fora.

Embora tardiamente, quase todos (mas não todos) os municípios do Vale do Jequitinhonha foram incluídos na jurisdição da Sudene, por meio da Lei nº 9.690, de 18 de julho de 1998. Este diploma legal incluiu também os municípios do norte do Espírito Santo, os quais, por força da nova redação dada à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, com base no art. 159, I, c, da Constituição Federal) pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, puderam, também, beneficiar-se dos recursos do FNE.

A Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001, incorporou todo o Espírito Santo na área de atuação da Adene. Atendendo, em parte, ao justo reclamo de outras regiões mineiras, a nova versão daquela medida provisória, a MP nº 2.156-3, de 27 de junho de 2001, incorporou todos os municípios do Vale do Mucuri, entre os quais três – Campanário, Itambacuri e Pescador – pertencem, de fato, à Região do Rio Doce.

A inserção dos 25 municípios foi um ato político-administrativo correto, que merece nosso aplauso. Mas precisa ser completado com a adição de todos

os demais municípios que compõem as mesmas regiões (definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) do Jequitinhonha, do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata.

É preciso ter em mente que Minas Gerais apresenta os piores indicadores econômicos e sociais da Região Sudeste. Perde para o Espírito Santo, que, equivocadamente, é tido como o Estado mais pobre do Sudeste, e, por isso, sempre foi objeto de políticas compensatórias por parte da União, haja vista que, desde a instituição do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES), pelo Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, vem usufruindo de benefícios fiscais e financeiros semelhantes aos proporcionados pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita – principal indicador econômico do Brasil –, em 1998, foi de R\$ 5.648; o do ES, de R\$ 5.996, enquanto o de MG foi de R\$ 5.230, inferior, até mesmo, ao da Região Centro Oeste (R\$ 5.681) e ao do Amazonas (R\$ 5.990).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice sintético criado e utilizado pela ONU para medir o grau de desenvolvimento humano dos países. No Brasil, ele é calculado pela Fundação João Pinheiro (FJP) e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), para todos os municípios brasileiros. Engloba três dimensões e quatro indicadores básicos: na dimensão renda, a renda familiar per capita; na dimensão longevidade, a esperança de vida ao nascer; e, na dimensão educação, a taxa de analfabetismo e o número médio de anos de estudo. O IDH de MG tem sido sempre inferior ao do Brasil, da região Sudeste e do ES, embora superior aos dos Estados do Nordeste.

O Estado de Minas Gerais é um estado de transição entre o Nordeste e o Sul, não só em termos geográficos, mas também econômicos e sociais. Pela sua dimensão e pela diversidade dos níveis de desenvolvimento das dez regiões administrativas em que se decompõe, pode-se afirmar que Minas comporta três estados:

a) o estado desenvolvido, de níveis próximos aos de São Paulo (Regiões do Triângulo, Central, do Alto Paranaíba, do Sul e Centro-Oeste, listadas em ordem decrescente de desenvolvimento);

b) o estado subdesenvolvido, com características semelhantes às do Nordeste, já integrado à Sudene/Adene, há muito

tempo (Região Norte), há três anos (Jequitinhonha), ou agora (Mucuri);

c) o terceiro estado, de níveis intermediários entre os dois, porém, inferiores aos níveis médios do próprio Estado de Minas e do Espírito Santo, constituído das regiões do Rio Doce e da Mata que amargam o declínio, há décadas.

A tabela anexa revela o IDH sintético e em suas três dimensões, da Bahia, São Paulo e Minas. O IDH mineiro, graças à sua decomposição por região, confirma a nossa análise a respeito da diversidade mineira.

Região do Rio Doce

Essa região abrange uma área de 41.835 Km², ou seja, 7,2% da área total de Minas Gerais, e se localiza ao leste do Estado, fazendo divisa com a região do Jequitinhonha/Mucuri ao norte, região da Mata ao sul e Estado do Espírito Santo a leste. Em sua delimitação espacial coincide com a mesorregião do Rio Doce, conforme o IBGE.

Compreende 102 municípios. Sua população representava 11,9% do Estado, em 1970; em 2000, não passava de 8,6%, com 1.533.352 habitantes. O relativo declínio populacional se deve, sobretudo, à forte migração para outras regiões do Estado, do País e do exterior. Sua cidade mais importante – Governador Valadares – tornou-se conhecida, nacionalmente, por ser o grande centro de emigração de mão-de-obra para os Estados Unidos. A região subdivide-se em 7 microrregiões: Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Mantena e Peçanha. À exceção de Ipatinga, onde se concentram 3 indústrias de grande porte, nas demais microrregiões predominam as atividades agropecuárias e uma economia estagnada.

Estudos da Secretaria de Planejamento de MG (SEPLAN) consideram que a região do Rio Doce em sua configuração anterior, ou seja, antes do ingresso, em 1994, de Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano, egressas da Região Central, teve sua participação no PIB estadual reduzida na seguinte proporção: na década de 70, era de 7%, em 80, passou para 5,7%; e em 90, apenas 4%. Como principais responsáveis por este quadro, aponta:

- *esgotamento das fontes de riqueza, como a produção de mica;*
- *a diminuição de sua bacia leiteira;*

- *a falta de infra-estrutura viária, com a maioria de suas estradas necessitando de reformas e duplicações (Rio-Bahia e BR-381), além do grande número de estradas vicinais necessitando de melhorias;*

- *falta de incentivos governamentais, creditícios e fiscais;*

- *baixo nível tecnológico de suas atividades, em geral, comprometendo o aumento da produtividade e o melhor aproveitamento dos recursos agroindustriais;*

- *pouca expressão industrial, com baixo aproveitamento da presença da Cenibra, Usiminas e Acesita para a instalação de indústrias satélites;*

- *estagnação da produção agropecuária que, apesar de contar com o maior percentual de população ocupada em relação a outras atividades, não adota técnicas capazes de proporcionar o aumento na produtividade e o melhor aproveitamento dos recursos naturais da região. Como grande parte dos solos é inadequada à prática agrícola, seriam necessárias algumas adaptações, para as quais, entretanto, os agricultores não possuem recursos.*

Mesmo com a participação destacada da microrregião industrial de Ipatinga, os índices econômicos da região como um todo são fracos, pois ela responde por apenas 3,8% dos tributos federais arrecadados em Minas e o seu PIB per capita é inferior ao do Estado.

Região Da Mata

Essa região abrange uma área de 35.941 km², cerca de 6,17% da área total de Minas Gerais; faz divisa com a região do Rio Doce, ao norte, e com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, a leste. Em sua delimitação espacial, coincide com a mesorregião da Zona da Mata do IBGE, composta de 7 microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa.

Compreende 142 municípios. Sua população representava 13,7% do Estado, em 1970; em 2000, não passava de 11,3%, com 2.029.168 habitantes. Comprovando o seu declínio econômico, está a sua baixa participação de: a) 8,3% no Valor Adicionado Total – VAT de Minas, em 1998; b) de 7,5% da arrecadação federal no Estado e de 6% da arrecadação es-

tadual. OVAT **per capita** não chega a 73% do Estado. Setores que, outrora, representavam o progresso da região foram declinando um após o outro, como foi o caso dos setores cafeeiro, têxtil e açucareiro.

Segundo diagnosticou a Seplan/MG:

A região da Mata vem apresentando nos últimos anos um quadro de estagnação econômica, acompanhando o movimento de perda de dinamismo da economia fluminense. Essa tendência pode ser sentida nos diferentes setores produtivos da região, conformando um espaço de importância declinante no contexto da economia mineira.

Na agricultura, os números mostram uma diminuição da área destinada a lavouras tradicionais e também uma queda da produção na pecuária, principalmente bovina. A região da Mata apresenta algumas restrições à agropecuária. As terras da região não apresentam boa aptidão agrícola para culturas anuais, tendo apenas aptidão regular para pastagens plantadas. Além disso, a topografia da região, bastante acidentada, impede a mecanização.

O quadro de estagnação econômica também se verifica no setor industrial. A região da Mata não se beneficiou do processo mais recente de industrialização no Estado, nem mesmo no grupo dos *bens* de consumo não-duráveis, ramo tradicional da indústria.

A emenda, que ora apresento, visa a garantir, para os municípios listados, novas oportunidades de investimentos propiciados: a) pela criação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, a ser gerido pela Adene; e b) pelo acesso aos recursos do FNE, cujos encargos se tornaram mais favoráveis para a atividade produtiva.

No caso dos municípios do Vale do Jequitinhonha, a medida se impõe para corrigir uma falha do Legislativo, quando da elaboração da Lei nº 9.690, de 1998. E, no caso dos municípios do Rio Doce e da Mata, a providência é necessária para pôr termo ao declínio socioeconômico e ambiental daquelas regiões e, a longo prazo, atenuar os desequilíbrios que hoje se aprofundam, no quadro da economia mineira.

Sala da Comissão, 1º de agosto de 2001. –
José Alencar.

ANEXO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) – MINAS GERAIS E SUAS REGIÕES

IDH				
Regiões	Renda	Educação	Longevidade	Global
Alto Paranaíba	0,632	0,675	0,688	0,665
Central	0,678	0,717	0,634	0,676
Centro-Oeste	0,610	0,670	0,660	0,646
Doce	0,577	0,589	0,604	0,590
Jequitinhonha/Mucuri	0,502	0,448	0,593	0,514
Mata	0,609	0,647	0,629	0,628
Noroeste	0,572	0,606	0,616	0,598
Norte	0,517	0,513	0,608	0,546
Sul	0,632	0,662	0,659	0,651
Triângulo	0,675	0,704	0,678	0,686
MINAS GERAIS	0,631	0,652	0,645	0,643
SÃO PAULO	0,745	0,728	0,673	0,715
BAHIA	0,554	0,506	0,601	0,554

Durante o discurso do Sr. José Alencar, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 401, DE 2001

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentada pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do senhor Alberto Rodrigues da Cunha, ex-prefeito do município de Chapadão do Céu, em Goiás, apresentando condolências à família.

Justificação

O senhor Alberto Rodrigues da Cunha foi o fundador do município de Chapadão do Céu, localizado a 465 quilômetros de Goiânia, e estava no exercício de seu segundo mandato de prefeito naquela cidade. Líder político de prestígio em todo o estado, foi ele um dos responsáveis pelo desenvolvimento extraordinário alcançado pela região do extremo sudoeste goiano, especialmente no campo da agricultura.

Fruto de um ideal cujo ícone era o senhor Alberto, Chapadão do Céu teve sua emancipação reconhecida em 1991. Dois anos depois, em 1993, já elegia

seu fundador como prefeito pela primeira vez com mais de 80% dos votos válidos.

Sob a gestão de Alberto, marcada por um perfeito planejamento estratégico, Chapadão do Céu se organizou, cresceu e hoje oferece uma das melhores condições de qualidade de vida em todo o estado de Goiás.

Homem honesto e sempre firme em seus ideais, Alberto Rodrigues da Cunha acabou voltando ao comando da prefeitura nas eleições do ano passado, novamente com uma votação excepcional.

A segunda etapa de seu trabalho, no entanto, foi subitamente interrompida no último dia 26 de julho, quando veio a falecer, aos 74 anos, vítima de um câncer de pulmão.

Seu legado de honestidade e trabalho terá sequência agora com a posse do vice-prefeito, Eduardo Peixoto, homem de grandes qualidades, também um dos pioneiros da região, que certamente continuará trabalhando para fazer de Chapadão do Céu um dos melhores lugares do interior do Brasil.

A lacuna deixada pelo passamento desse líder fantástico que foi Alberto Rodrigues da Cunha é difícil de ser preenchida. Por isso, em função de sua importância para o estado de Goiás, proponho, junto com os senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, votos de pesar do Senado Federal pelo seu falecimento e apresentação de condolências à sua família.

Alberto Rodrigues deixou sua esposa, Nadyr Garcia Cunha, e 9 filhos: José Roberto, Paulo Rodrigues, Maria Amélia, Marcos Rodrigues, Marta Garcia, Márcia Garcia, Nadir, Alberto Jr. e Ronan Rodrigues.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2001. – **Maguito Vilela – Iris Rezende – Mauro Miranda.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar por cinco minutos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, subscrevemos o presente requerimento, juntamente com os Senadores Maguito Vilela e Mauro Miranda, na certeza de que estamos nesta hora fazendo justiça a uma figura que fez por merecer ao longo de sua vida.

É muito natural que nos preocupemos sempre em prestar homenagens às grandes figuras intelectuais do nosso País, às grandes figuras políticas, mas é preciso também, Sr. Presidente, que reconheçamos o

importante papel desempenhado pelos pioneiros do nosso País. Alberto Rodrigues da Cunha foi um desses que, anonimamente, durante toda a sua vida, contribuiu para o desenvolvimento de Goiás e do Brasil.

Normalmente nos preocupamos em homenagear aqueles que escrivem, aqueles que foram detentores de mandatos políticos. Alberto Rodrigues da Cunha não deixou livros escritos, mas deixou uma cidade por ele fundada e construída sob a sua coordenação e administração: Chapadão do Céu de Goiás, uma das cidades mais lindas que conheço neste País. É pequenina, mas impressiona a todos que ali chegam. É uma cidade nova, recém-emancipada, que teve Alberto Rodrigues da Cunha como seu primeiro terceiro Prefeito. Quando se chega à cidade, tem-se a impressão de ser de primeiro mundo: é bonita, bem projetada, bem construída e tem de tudo para sua população, como igreja, colégio, postos de saúde, hospitais, agências bancárias. Chapadão do Céu foi construída sob o signo do trabalho e da produção.

O Senador José Alencar falava há poucos instantes das transformações vividas pelo Brasil na área da agricultura com o advento do adubo químico e da tecnologia de correção do solo. De Chapadão do Céu se enxerga o horizonte nos seus 360 graus e era uma região considerada inservível. Para ali foi o homenageado, que, acreditando na tecnologia, transformou aquela cidade em uma das regiões produtoras do Brasil com maior índice de produtividade de grãos.

Exercia o mandato de Prefeito quando, na última sexta-feira, foi chamado pelo Criador para o seu Reino, deixando um exemplo, uma marca, que servirá para as futuras gerações se espelharem, pela sua fé, seu sentimento patriótico, sua determinação, com que construiu cidades, transformou uma região e conseguiu condições dignas de vida para o seu povo. Chapadão do Céu é uma cidade pequena, que não conhece esmoleiro, que não conhece menino de rua, que não conhece a fome, graças ao trabalho desenvolvido por Alberto Rodrigues da Cunha, que, comandando uma ação de centenas e centenas de desbravadores, homens que realmente fazem da vida um motivo para trabalhar, deixou-nos um grande exemplo.

É por isso que nós, Senadores de Goiás, em nome do Senado Federal, prestamos à sua família e a Chapadão do Céu uma homenagem que consideramos extremamente merecida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento.º 401, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata e comunicado à família voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Brasil, ex-prefeito de Boa Vista-RR, ocorrido no último dia 30 de julho.

Justificação

Pecuarista, nasceu em 16-12-1917, na Nova Fazenda. Filho de Adolfo Brasil, um dos pioneiros de Roraima, Olavo Brasil era neto de João Capistrano da Silva Mota, o coronel Mota, primeiro intendente de Boa Vista.

Olavo Brasil, exerceu o cargo de vereador de 1968 a 1971, quando também foi Presidente da Casa e Prefeito de Boa Vista. Foi também suplente de Deputado Federal, quando Roraima, como Território Federal, elegia apenas um deputado.

Há 57 anos era casado com Alcinda Cabral, de família tradicional de Roraima. Além das atividades rurais e políticas, Olavo Brasil era desportista nato, fã nato pelo Atlético Roraima, o qual presidiu por mais de uma década, em diferentes períodos. A sua maior alegria foi ver o Roraima Campeão em 2000.

Pai de Olavo Brasil Filho, Prefeito do Município de Bonfim, também em Roraima.

Olavo Brasil, morreu com 83 anos de idade de insuficiência renal.

Sala das Sessões, 2 de Agosto de 2001. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2001

Dispõe sobre o adicional tarifário para linhas aéreas regionais suplementadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o adicional tarifário com o coeficiente de 1% (um por cento) a incidir sobre o valor da tarifa de todos os bilhetes de passagem vendidos referentes às linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas, inclusive os trechos de cabotagem.

Art. 2º Os recursos provenientes da arrecadação do adicional tarifário serão aplicados, exclusivamente, na suplementação tarifária de linhas aéreas regionais de passageiros com tráfego executado dentro da Amazônia Legal.

Art. 3º Cabe ao Departamento de Aviação Civil — DAC, a fiscalização e a normatização da arrecadação e da aplicação dos recursos provenientes do adicional tarifário, bem como o estabelecimento das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento desta lei.

Justificação

Nos últimos cinco anos vimos florescer na Amazônia quatro empresas aéreas de âmbito regional, com o objetivo de atender principalmente às localidades isoladas da região que tem uma área territorial maior que a Europa Ocidental e é considerada internacionalmente como um dos últimos redutos naturais do mundo.

A aviação regional passou, recentemente, por várias situações difíceis como a desvalorização do real, no início de 2000, a ausência do repasse da suplementação tarifária da Varig, a partir de 2000, a crise russa que levou a economia brasileira a momentos de alguma incerteza, entre outras, mas nenhuma situação anterior colocou um cenário tão incerto para o futuro como o que agora se apresenta.

A suplementação tarifária que no passado foi usada pelas empresas como fonte para novos investimentos, hoje se transformou em recurso de vital importância para a sobrevivência dessas regionais, tendo em vista a escalada do dólar americano e o acompanhamento de todos os custos, tem sua continuidade ameaçada pelo não repasse do adicional tarifário (Portaria nº 101/GC-5, de 22 de fevereiro de 2000) das maiores empresas aéreas de âmbito nacional (Varig e TAM) o que tem contribuído ainda mais para o empobrecimento das empresas da região amazônica, não sendo exagero afirmar que elas não sobreviverão sem a suplementação tarifária referida.

Os registros estatísticos são claros para se identificar que no período 1998/2001, enquanto o custo do combustível, em dólares, evoluiu em taxas superiores a cinquenta por cento, o valor das passagens aéreas, na região, teve considerável redução.

As empresas aéreas regionais executam papel de integração econômico-social, atendendo sozinhas mais de trinta cidades, abrangendo mais de cem comunidades vizinhas, sem contar o atendimento feito com as empresas nacionais, transportando somente no ano de 2000 cerca de 390.000 passageiros.

Os serviços especializados e aeromédicos são ainda incipientes na região e a infraestrutura hospitalar do interior não consegue atender a demanda crescente. As empresas aéreas regionais acabam, por uma questão de respeito à vida e por solidariedade humana, transportando doentes do interior para as capitais em busca de uma chance a mais de sobrevivência. O fluxo de transporte de doentes, acidentados, índios doentes, policiais vitimados em serviço, etc., chega a 150 casos por mês.

A questão social, pois, está intimamente ligada à atuação dessas empresas na região, gerando empregos diretos e indiretos que ocupam mais de 1.400 trabalhadores. A frota utilizada é composta de oitenta e cinco por cento de aeronaves nacionais, voando em condições críticas de apoio à navegação, requerendo maior investimento em qualificação do pessoal, induzindo grande ênfase no nível de segurança de voo, transformando a Amazônia em celeiro de excelentes profissionais da área.

Deve ser ressaltado, ainda, que na Amazônia, por praticamente não existir uma pujante economia de mercado, as passagens aéreas são pagas em sua maior parte por órgãos públicos ou por cidadãos detentores de renda muito inferior ao das regiões mais desenvolvidas do País, tornando-se inviável repassar toda a carga de aumento recebida pelo setor.

Com o intuito de estabelecer uma legislação que possibilite a continuidade das operações destas empresas, apresento o projeto de lei em tela.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2001. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Serviços da Infra-Estrutura – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, D E 2001

Altera a redação do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e oito por cento na seguinte forma:

- a).....
- b).....

c) quatro por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, distribuindo-se um por cento para o Norte, um por cento para o Centro-Oeste e dois por cento ao Nordeste, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade brasileira, desde os seus primórdios, teve um desenvolvimento social extremamente desigual. Inicialmente escravocrata, nunca se livrou das chagas da miséria e da injusta distribuição da renda nacional.

Assim, foi a decisão política dos nossos antepassados e a unidade lingüística que permitiram que a América Portuguesa se transformasse num grande Estado Nacional, qual seja, a República Federativa do Brasil. A atual Carta Política brasileira, em seu art. 3º, inciso III, adotou como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais.

A superação das diferenças – tanto econômicas quanto sociais – entre as regiões brasileiras constitui-se num problema estratégico para o Estado Nacional. Se a desigualdade não for enfrentada com decisão, os fluxos migratórios internos aprofundarão o desequilíbrio demográfico, com consequências ambientais, de abastecimento e degradação da qualidade de vida nas regiões Sudeste e Sul. Sem sombra de dúvidas que ao se manter a miséria e a crescente exclusão social das populações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tais fatores podem levar a um processo de secessão.

Embora a Constituição estabeleça em seus objetivos fundamentais a superação das desigualdades regionais, e em seu art. 159, I, c, destine 3% (três por cento) dos recursos da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, os dados estatísticos demonstram que estes recursos são insuficientes para estabelecer uma paulatina superação das desigualdades regionais.

Com efeito, o PIB (Produto Interno Bruto) das três regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), que em 1996 representava 23,4% do PIB nacional, teve essa participação reduzida para 22,6%, em 1998. Nesse período, a taxa de crescimento do produto das três regiões foi de 11,02%, contra 12,24% da registrada pelo País. Por outro lado, os dados do IBGE, de 1998, demonstram a excessiva concentração econômica e industrial nas regiões Sudeste e Sul do Brasil dentro do PIB nacional – que foi de US\$775,5 bilhões. Verifica-se que a região Sudeste, no mesmo ano, foi responsável por 59,6% do PIB (US\$462,6 bilhões) e só o Estado de São Paulo produziu 62% do PIB regional (US\$286,6 bilhões). Quando se juntam as duas regiões mais desenvolvidas, o Sudeste e o Sul, com 57,26% da população, geram 75,5% do PIB (US\$585,5 bilhões). Por outro lado, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com 42,74% da população do País, têm juntas apenas 24,5% do PIB (US\$190 bilhões).

Enquanto isso, a evolução do produto **per capita** apresentou trajetória similar. O Norte passou de uma posição que em 1996 representava 65,02% da média nacional, para 61,05%, em 1998. O Nordeste teve ligeira melhora, tendo saído de 44,74%, para 46,10% no período, o que, entretanto, ainda o deixa na pior posição entre as regiões (continua com menos da metade da renda **per capita** nacional). O Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal), caiu de 82,98%

para 75,98%. A questão é: por que esse panorama é tão negativo, se os fundos constitucionais aparentemente têm privilegiado com recursos baratos justamente essas áreas?

A resposta é que os fluxos dos fundos têm sido insuficientes para compensar a natural concentração causada pelo livre jogo das forças de mercado. Demonstra-se assim que o próprio Estado brasileiro contribui para a manutenção e até mesmo o aumento dessa concentração quando não cumpre os dispositivos constitucionais criados para reduzi-la.

Já a desigualdade demográfica é mais evidente quando se toma como exemplo a Amazônia Legal — que inclui o Mato Grosso e parte do Maranhão — pois representa 58% do território nacional, com aproximadamente 4,9 milhões de quilômetros quadrados e 12% da população, ou seja, 19 milhões de habitantes. Tem, portanto, uma densidade demográfica de 3,9 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto a média brasileira é de 18,4 habitantes por quilômetro quadrado.

É tão evidente que os recursos constitucionalmente destinados a promover a redução das desigualdades regionais são insuficientes para a reversão do abismo existente, que se tomarmos a região Norte como exemplo, segundo dados do IBGE, de 1995 a 1998, a renda média da população da região caiu de R\$442,60 para R\$416,00. Por outro lado, os pobres que eram 42,8% da população, no período, passaram para 45,1%.

Assim, por exemplo, a Constituição, no art. 165, § 7º estabelece que os recursos destinados às regiões, pela União, "terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional".

Na mesma direção, os arts. 43, § 2º, II e art. 151, I, estabelecem que as regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) deverão receber tratamento diferenciado em termos de isenções e de reduções de tributos federais, de forma a minimizarem-se as suas situações desvantajosas e promover, assim, o seu desenvolvimento.

Entretanto, isso não tem ocorrido. Segundo dados da Receita Federal, a chamada "renúncia fiscal", expressa na Discriminação dos Benefícios Tributários Regionalizada, historicamente vem apresentando uma realidade inversa. Tomem-se, como exemplo, os percentuais dessas renúncias para 2000: Enquanto o Norte teve 18,97% do total dos benefícios tributários, o Nordeste, 12,28% e o Centro-Oeste, 4,62%, o que totalizou 35,87%, o Sudeste teve 51,71% e o Sul, 12,42%, o que totalizou 64,13%. Note-se que o per-

centual da região Norte, com relativa expressão, e fundamentalmente decorrente da existência da Suframa.

A limitação dos recursos previstos na Constituição pode ser ilustrada com a situação do FNO, descrita no ofício da presidência do Basa (Of. Direx/Presi nº 181, de 16-4-2001), “o elevado volume de aplicações em 2000 (R\$697,3 milhões)reflete um substancial incremento da demanda de créditos pelos setores produtivos de todos os sete estados da região Norte, o que tende a crescer muito mais em 2001, como se constata pelo número de projetos em análise no banco (um montante de 9.024)”. Acrescente-se que a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, permite que os setores do comércio e prestação de serviços passem a acessar os créditos do FNO, de tal forma que, nas palavras do aludido ofício: “absorvendo 10% dos recursos programados, a disponibilidade estimada, para as atividades produtivas (rurais, agroindustriais e industriais), será de R\$506,4 milhões, isto é, cerca de 28% menor do que no ano passado”.

Para cumprir o objetivo constitucional – de redução da miséria e da desigualdade regional – é que submeto aos meus nobres Pares a proposta de aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. Tais recursos serão destinados a aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por intermédio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, distribuindo-se os recursos da seguinte forma: um por cento para o Norte, um por cento para o Centro-Oeste e dois por cento para o Nordeste. Assegura-se ainda para o semi-árido nordestino a metade dos recursos destinados para o Nordeste, isto é, um por cento.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2001. – **Ade-
mir Andrade – Jefferson Péres – Ney Suassuna –
Antero Paes de Barros – Leomar Quintanilha – Ri-
cardo Santos – Heloísa Helena – Eduardo Suplicy
– Marina Silva – Jonas Pinheiro – Paulo Hartung –
Casildo Maldaner – Renan Calheiros – João Alber-
to – Nabor Junior – Bello Parga – Waldeck Orné-
las – Antonio Carlos Junior – Romeu Tuma – Gil-
berto Mestrinho – Iris Rezende – Valmir Amaral –
José Eduardo Dutra – Maguito Vilela – Mauro Mi-
randa – Pedro Ubirajara – Marluce Pinto – José
Alencar – Roberto Requião – Lindberg Cury – Mo-
zarildo Cavalcanti – Carlos Wilson – Osmar Dias –
Geraldo Cândido – Edison Lobão – Lauro Campos**

– **Arlindo Porto – Eduardo Campos – Romero Jucá
– Bernardo Cabral – Geraldo Melo – Luiz Otávio.**

* *PEC que altera a redação do art. 159, inciso I, alí-
nea c da Constituição Federal.*

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos so-
bre renda e proventos de qualquer natureza e sobre
produtos industrializados, quarenta e sete por cento
na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos
por cento ao Fundo de Participação dos
Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos
por cento ao Fundo de Participação dos Mu-
nicípios;

c) três por cento, para aplicação em
programas de financiamento ao setor produ-
tivo das regiões Norte, Nordeste e Cen-
tro-Oeste, por intermédio de suas institui-
ções financeiras de caráter regional, de
acordo com os planos regionais de desen-
volvimento, ficando assegurada ao semi-á-
rido do Nordeste a metade dos recursos des-
tinados à região, na forma que a lei estabe-
lecer;

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Pro-
posta de Emenda à Constituição que acaba de ser
lida está sujeita às disposições específicas constan-
tes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Co-
missão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presi-
dência comunica ao Plenário que a Proposta de
Emenda à Constituição n.º 1-B, de 1995, recebida da
Câmara dos Deputados, será encaminhada ainda
hoje – e peço a atenção do Sr. Presidente da Comis-
são de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador
Bernardo Cabral, que muito nos honra com sua pre-
sença – à Comissão de Constituição, Justiça e Cida-
dania.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência determina que somente serão objeto de deliberação nesta Casa os dispositivos que foram alterados pela Câmara dos Deputados, conforme anotação no quadro anexo, e que são os seguintes:

Ementa e art. 1º; inciso XI do art. 48; alínea "e" do inciso II do §1º do art. 61; alínea "d" do inciso I do § 1º e inciso V (supressão) do art. 62; §§ 2º, 7º e 8º do art. 62; arts. 88 e 246 (acréscimos).

Desse modo, com base no art. 372 do Regimento Interno, aplicar-se-á à tramitação desta Proposta de Emenda à Constituição o mesmo rito previsto para apreciação de emendas da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado, definido nos artigos 285 a 287 do Regimento Interno da Casa.

Essa decisão da Presidência tem por objetivo evitar o chamado "pingue-pongue" que se verifica na apreciação desta proposição, que será agora examinada pela terceira vez pelo Senado Federal, fato inédito na história desta Casa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de uma emenda constitucional de grande importância para o prestígio do Congresso Nacional. Essa proposição, de iniciativa do Senado Federal, foi encaminhada à Câmara dos Deputados e retornou a esta Casa. Daqui foi novamente remetida àquela Casa, que nos reencaminhou a proposição.

Faço um apelo especial ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nosso Colega Bernardo Cabral, aos Senadores membros e aos Líderes desta Casa no sentido de que possamos apreciar a referida proposição com extrema rapidez e dar uma resposta definitiva à sociedade no que diz respeito ao poder de legislar do Congresso Nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM . Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje pela manhã, fui o primeiro orador e fiz o registro de que se estava tentando deslocar o eixo do Senado em uma matéria dessa importância, exatamente sobre medida provisória. Vejo agora, com alegria, que V. Ex^a já está encaminhando a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Depúblico, que ro de cl ar a V. Ex^a que es tou de signando o eminente Senador Osmar Dias, Vice-Pre-

sidente desta Comissão, para que – e S. Ex^a já me confidenciou que o fará com a máxima celeridade – seja o Relator da matéria, a fim de que, na próxima quarta-feira, dia 08, já possamos votá-la, o que representa exatamente o pensamento de V. Ex^a, desta Casa e, sobretudo, da população brasileira.

Era a comunicação que eu gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Bernardo Cabral, não é da tradição desta Presidência um debate dessa natureza, mas me permito modificá-la, para, desde logo, congratular-me com V. Ex^a e com o Relator indicado, Senador Osmar Dias.

Tenho a segurança de que a providência feliz tomada por V. Ex^a, como Presidente da Comissão, e a aceitação do Senador Osmar Dias constituem a garantia de que, de fato, atenderemos a essas reivindicações, que não são apenas nossas, mas desta Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geraldo Althoff, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena e com a abstenção do Senador Ricardo Santos, segundo pronunciamento sobre as emendas apresentadas durante o turno suplementar, favorável, nos termos da Emenda nº 02, do substitutivo.

A matéria constou da Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 27 de

junho último, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que acabo de receber: nos termos do art. 315, combinado com o Inciso III do art. 279 do Regimento Interno, solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 449/99, a fim de ser realizada na sessão de 08 de agosto de 2001.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 403, DE 2001

Nos termos do art. 315, combinado com o inciso III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999 a fim de ser feita na sessão de 8 de agosto de 2001.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2001. – **José Eduardo Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2001** (nº 474/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 617, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 2001

(Nº 474/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de abril de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2001** (nº 476/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, tendo Parecer favorável, sob nº 618, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 2001

(Nº 476/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 80, de 12 de julho de 1999, que renova por dez anos, a partir de 23 de junho de 1997, a permissão outorgada à Rádio Colonial FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 330, de 2001**, de autoria do Senador Iris Rezende, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46, de 2000, e 6, de 2001, por regulararem a mesma matéria.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As Propostas de Emenda à Constituição^o 46, de 2000, e nº 6, de 2001, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Retorna-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Santos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em fins do exercício legislativo passado, tivemos a oportunidade de abordar desta tribuna a experiência bem-sucedida do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf -, destacando-o como a mais importante iniciativa do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em favor dos produtores rurais de menor nível de renda da agricultura brasileira, ao assegurar a ocupação de mão-de-obra, melhoria do nível de renda dos agricultores, expandir a oferta de produtos agropecuários e inibir as migrações rural-urbanas.

Enfatizávamos que as linhas de crédito rural do Pronaf não poderiam ser transformadas em crédito convencional, defendendo que a concessão dos financiamentos deveria estar condicionada à assistência técnica e à supervisão na aplicação dos recursos, o que é de fundamental importância para assegurar

os retornos econômicos, sociais e ambientais propugnados pelo Programa.

No mês de julho, em razão do recesso legislativo, estivemos percorrendo vários Municípios do interior do Espírito Santo. Muitos deles encontravam-se com a sua agricultura fortemente baseada na atividade cafeeira e na produção familiar, dentre os quais destacamos: Águia Branca, Alto Rio Novo, Governador Lindenberg, Itaguaçu, Itarana, Pancas, Santa Maria de Jetibá e São Gabriel da Palha.

Observamos de perto os efeitos da crise cafeeira sobre a atividade econômica do interior do Espírito Santo.

De fato, a produção de café em nosso Estado representa a principal atividade do setor agrícola, ocupando atualmente 600 mil hectares, envolvendo cerca de 56 mil propriedades rurais (a sua maioria absoluta compondo o estrato de agricultores familiares) e 78 mil famílias, dentre as quais 36 mil famílias de proprietários, 37 de parceiros e 5 mil de empregados rurais, somando um contingente de 362 mil pessoas que trabalham diretamente na produção de café.

O excedente mundial da produção cafeeira vem, há mais de um ano, deprimindo os preços internacionais, o que pressiona os preços internos, verificando-se, nos últimos 18 meses, um declínio de 45% nos preços médios nominais do café arábica e de 60% nos preços do robusta. Essa crise cafeeira, para os produtores do Espírito Santo, afeta de modo marcante os padrões de sobrevivência dos agricultores familiares, já ocorrendo inclusive casos de abandono e de erradicação de lavouras de café.

É evidente que a queda no nível de preço do café trouxe como consequência forte desequilíbrio econômico e financeiro nos contratos de crédito firmados pelos cafeicultores no ano passado, principalmente os que se referem a crédito de custeio. Aqui, gostaríamos de evidenciar esses efeitos sobre as linhas de crédito rural do Pronaf.

No Espírito Santo, as modalidades de custeio do Programa Nacional de Agricultura Familiar, do chamado Pronaf Especial (Pronafinho), e do Pronaf-Rural Rápido, conforme denominação do Banco do Brasil, envolveram, nesta safra 2000/2001, quase 18 mil contratos, com recursos totais equivalentes a R\$44,83 milhões, o que representa uma média de R\$2.523,00 por contrato. Verifica-se, de pronto, que são pequenos valores individuais, retratando com rara precisão o perfil dos produtores capixabas, a maior parte absoluta deles pequenos cafeicultores.

Com o declínio dos preços do café, conforme já mencionamos, muitos cafeicultores com crédito no Pronaf, desdemedados de julho passado, para não ficarem inadimplentes junto ao Banco do Brasil e procurando beneficiar-se do "rebate" – descontos nos encargos – instituído para o pagamento "em dia", estão se descapitalizando, vendendo animais, pequenos veículos (motos) e outros bens de uso familiar para a quitação dos empréstimos.

Em síntese, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma situação com que nos defrontamos em nossos contatos com lideranças do interior do Espírito Santo, configurando um quadro de grave crise econômico-financeira que afeta fortemente a pequena produção familiar em nosso Estado e que tem no café o seu principal esteio.

Tocaram-nos profundamente as dificuldades dos produtores em saldar compromissos do crédito rural/Pronaf, inclusive as iniciativas que estão tomando, de vender bens familiares para liquidar os compromissos bancários. Ficamos sensibilizados com os perversos efeitos da crise sobre os produtores, mesmo porque, como sabemos, as medidas da política cafeeira oficial tomadas ultimamente não contribuíram para diminuir o seu impacto. O sentimento dos cafeicultores é de grande incerteza e inquietação quanto ao futuro da cafeicultura. Para muitos agricultores familiares, a situação é ainda mais grave: reconhecem a dívida, mas vivem o conflito entre garantir a sobrevivência e pagar os compromissos dos empréstimos contraídos com o Banco do Brasil.

Nessas circunstâncias, é fundamental que o Poder Executivo adote medidas em caráter de urgência, para que não sobrevenham, nas dificuldades, a descrença nos Governos e, pior ainda, a desesperança coletiva, prenúncio do retorno ao passado, de exclusão e de indigência.

Dentre as medidas que julgamos necessárias, destacaríamos:

- Utilização dos recursos do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) para o refinanciamento dos débitos dos produtores – essa sugestão foi feita por lideranças de produtores de café em recente encontro de agronegócios de café, em Varginha, Minas Gerais, no sentido de se amenizar o drama dos pequenos produtores familiares;

- renegociação das dívidas dos agricultores familiares e parceiros, mutuários do crédito de custeio do Pronaf;

- concepção e implementação de um programa de recepa, com revigoramento dos cafezais de menor produtividade, visando reduzir a oferta de curto prazo e melhorar a produtividade futura das lavouras recuperadas;

- ampliação das dotações de recursos do Pronaf/Infraestrutura e serviços municipais, visando dar continuidade ao programa, elevando a transferência de recursos de R\$43.000,00, por município, para R\$150.000,00 (equivalente ao exercício de 2000).

Informamos a esta Casa que, em razão da urgência das medidas de renegociação e prorrogação dos empréstimos de crédito rural, acabamos de encaminhar correspondência nesse sentido aos Ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Raul Jungmann, do Desenvolvimento Agrário, e ao Dr. Ricardo Alves da Conceição, Diretor do Banco do Brasil. Ao Ministro Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, reforçamos o pleito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à suplementação de recursos para o Pronaf/Infra-estrutura e serviços municipais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, reafirmamos, nesta oportunidade, nosso entendimento da importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Estado do Espírito Santo e para o Brasil. Não nos permitimos crer que a pequena dotação de recursos para este exercício, em várias de suas linhas de atuação, seja uma sinalização de diminuição da prioridade desse programa como instrumento de apoio à agricultura. É importante que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, as autoridades monetárias, representadas no Conselho Monetário Nacional, e o Banco do Brasil venham a considerar o momento atual, de grave crise financeira em razão dos baixos preços do café, apenando os produtores com a não renegociação das dívidas de crédito rural do Pronaf.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ricardo Santos?

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador Arlindo Porto.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG.) – Gostaria de cumprimentar V. Ex^a por esse pronunciamento, que chama a atenção do Governo para o momento crítico que estamos vivendo na cafeicultura do Estado do Espírito Santo, que V. Ex^a tão bem representa, do meu Estado, Minas Gerais, e do Brasil, o maior produtor mundial de café, que tem uma importância muito grande, até fundamental, para a nossa economia. A

sua produção gera muita mão-de-obra, renda e arrecadação, contribuindo de maneira efetiva para a balança comercial brasileira. Estamos vivendo essa crise já há dois anos. No ano passado, houve redução da produção e, neste ano, ocorreram os mais baixos preços da história da cafeicultura nacional. Devemos também alertar que apenas no processo de colheita abrem-se em torno de 600 mil vagas de trabalho, o que mostra a sua importância social na geração de emprego e renda. Assim, é lamentável observarmos o crescimento do custeio da cultura cafeeira, que hoje está na ordem de R\$3,6 mil por hectare. O preço comercial do café de boa qualidade gira em torno de quarenta sacas para a produção de um hectare, quando a média brasileira é da ordem de dezesseis a dezessete sacas por hectare, o que identifica, de maneira clara, que cada produtor que está conseguindo colher a sua produção tem um prejuízo três vezes maior do que ela. Devemos nos preocupar, sim, porque temos uma tradição na produção de café e se continuar essa crise perderemos o nosso parque cafeeiro e a oportunidade de mercado. É importante que se crie uma política cafeeira no Brasil. Devemos trabalhar por um programa de promoção do consumo interno do café, de promoção no mercado internacional e do seu poder de troca. Importamos mais a cada dia e a nossa balança comercial mostra essa fragilidade. Seria o momento de o Governo brasileiro incentivar – não interferindo diretamente – os países que exportam para o Brasil e que são consumidores de café a darem prioridade para a aquisição do produto brasileiro. É muito oportuno que V. Ex^a chame a atenção, da tribuna do Senado, para que as autoridades responsáveis não apenas ouçam, mas tomem alguma atitude em relação a essa abor da gem que faz. Meus cumprimentos. Sem dúvida, o Estado do Espírito Santo está muito bem representado.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES) – Agradeço o aparte, Senador Arlindo Porto. Com a sua autoridade de ex-Ministro da Agricultura, V. Ex^a fez uma avaliação abrangente da situação da cafeicultura nacional, inclusive da nossa perda de mercado internacional – de tínhamos quase um quarto desse mercado e, hoje, exportamos aproximadamente 18% -, chamando a atenção para a elevação de custos e a diminuição da rentabilidade do negócio cafeeiro.

Realmente, Minas Gerais, como principal produtor, Espírito Santo, como segundo, e outros Estados como São Paulo, Paraná e Bahia, hoje uma grande produtora de café, poderiam somar-se ao esforço de se encontrarem soluções, a curto prazo, para os graves problemas de desequilíbrio financeiro que es-

tão vivendo hoje os produtos de café, principalmente aqueles que estão sendo afetados com o problema dos seus débitos bancários, em alguns casos tendo que vender peques nos ativos para saldar suas dívidas.

Finalizando, Sr. Presidente, preferimos crer, neste momento, que todos se empenharão no encaminhamento de soluções para superar os obstáculos apresentados, visando à continuidade da promoção da agricultura familiar. Não podemos nunca nos esquecer de que todos os países desenvolvidos têm, no segmento de pequenos produtores, um sustentáculo do seu dinamismo econômico e um instrumento importante de distribuição de renda.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Santos, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Santos, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pela Liderança, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante. A Fundação Nacional de Saúde tem tido uma atuação extremamente importante para o País, especialmente na área de saúde.

A Fundação Nacional de Saúde modernizou-se, ampliou as suas atividades e, além das políticas de saneamento e de saúde indígena, agregou, do Ministério, o Programa Nacional de Imunizações, o Plano da Erradicação da Poliomielite, o Programa Nacional de Zoonoses, o Sistema de Vigilância Epidemiológica, o Sistema de Informações sobre Mortalidade, o Sistema de Laboratório de Saúde Pública, o Programa de Pneumologia Sanitária, o Programa de Dermatologia Sanitária.

Durante nove anos, a Funasa desenvolveu suas atividades de forma centralizada e pouco sistêmica, mas ela se modernizou. E, agora, Sr. Presidente, o Ministro José Serra encaminha ao Ministério do Planejamento proposta no sentido de transformar a Funasa em Agência Federal de Proteção à Saúde, am-

plian do as condições de atendimento e também as de trabalho dos próprios servidores da futura Agência.

Quero, aqui, como Senador, fazer esse registro e dizer da importância do fortalecimento da Funasa e de sua atuação na Região Amazônica, inclusive no meu Estado, Roraima.

Portanto, hipoteco, o meu apoio a esse estudo que está sendo feito no sentido de fortalecer a Funasa.

Peço, além desse registro, que seja transcrito o Ofício do Ministro José Serra com a primeira proposta, em discussão, que cria a Agência Federal de Proteção à Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Aviso nº 464/GM

Em 13 de julho de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Martus Tavares
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco K
70040-900 Brasília – DF
Senhor Ministro,

Encaminho para exame de Vossa Excelência o anexo projeto de medida provisória, que tem por objetivo estruturar os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, bem como a criação da Agência Federal de Proteção à Saúde.

2 – Os motivos e objetivos das mudanças propostas encontram-se explicitados em nota técnica elaborada pela Fundação Nacional de Saúde, cujos termos são endossados por este ministério.

Atenciosamente, – **José Serra**, Ministro de Estado da Saúde.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº , de 2001

Dispõe sobre os Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, cria a Agência Federal de Proteção à Saúde e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**CAPÍTULO I
Dos Sistemas**

**SEÇÃO I
Da Epidemiologia**

Art. 1º O conjunto de ações e serviços de saúde, relativo à epidemiologia, prestado por órgãos e entidades públicas federais,

estaduais, distritais e municipais, constitui o Sistema Nacional de Epidemiologia.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta medida provisória, conceitua-se o Sistema Nacional de Epidemiologia como sendo um conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco, das doenças e de outros agravos à saúde.

Art. 2º Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Epidemiologia:

I – definir a política nacional de epidemiologia aplicada à saúde pública;

II – organizar, normatizar e gerir o Sistema Nacional de Epidemiologia;

III – definir, normatizar e coordenar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública nos aspectos relativos à epidemiologia aplicada à saúde pública.

IV – executar ações de epidemiologia em circunstâncias especiais de risco, na ocorrência de agravos inusitados à saúde que suplante a capacidade de resposta do nível estadual do Sistema Único de Saúde – SUS, ou que representem risco de disseminação nacional.

Art. 3º As competências da União, previstas no artigo anterior, serão executadas:

I – pelo Ministério da Saúde no que se refere à formulação da política de epidemiologia aplicada à saúde, bem como do acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Epidemiologia; e

II – pela Agência Federal de Proteção à Saúde – AFPS, conforme estabelecido nesta medida provisória.

Art. 4º Compete aos Estados, Distrito Federal e Municípios a gestão, respectivamente, do componente estadual, distrital e municipal do Sistema Nacional de Epidemiologia, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Os Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como as entidades privadas que atuem na área de saúde fornecerão as informações pertinentes ao Sistema Nacional de Epidemiologia na forma e periodicidade estabelecidos pela AFPS.

Art. 5º As ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Epidemiologia serão executadas de acordo com programação pactuada integrada a ser periodicamente elaborada pelos gestores do sistema, na forma que vier a ser disciplinada pela AFPS.

SEÇÃO II

Da Saúde Ambiental

Art. 6º O conjunto de ações e serviços relativos à saúde ambiental, prestado por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, distritais e municipais, constitui o Sistema Nacional de Saúde Ambiental.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta medida provisória, entende-se por saúde ambiental o conhecimento, a prevenção e o controle dos processos, influências e fatores físicos, químicos e biológicos que exerçam ou possam exercer, direta ou indiretamente, efeito sobre a saúde humana, em especial na queles relacionados a

a) saneamento para controle de agravos à saúde;

- b) contaminantes ambientais;
- c) melhorias habitacionais para controle de agravos à saúde;
- d) qualidade da água para consumo humano;
- e) desastres naturais e acidentes com produtos perigosos;
- f) vetores, reservatórios e hospedeiros; e
- g) animais peçonhentos.

Art. 7º Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Saúde Ambiental:

- I – definir a política nacional de saúde ambiental;
- II – organizar, normatizar e gerir o Sistema Nacional de Saúde Ambiental;
- III – definir, normatizar e coordenar o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública nos aspectos relativos à saúde ambiental;

IV – executar ações de saúde ambiental em circunstâncias especiais de risco, na ocorrência de agravos inusitados à saúde que suplantem a capacidade de resposta do nível estadual do Sistema Único de Saúde – SUS, ou que representem risco de disseminação nacional.

Art. 8º As competências da União, previstas no artigo anterior, serão executadas:

I – pelo Ministério da Saúde no que se refere à formulação da política de saúde ambiental, bem como do acompanhamento e avaliação do Sistema Nacional de Saúde Ambiental;

II – pela Agência Federal de Proteção à Saúde – AFPS, conforme estabelecido nesta medida provisória.

Art. 9º Compete aos Estados, Distrito Federal e Municípios a gestão, respectivamente, do componente estadual, distrital e municipal do Sistema Nacional de Saúde Ambiental, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Os Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como as entidades privadas que atuem na área de saúde fornecerão as informações pertinentes ao Sistema Nacional de Saúde Ambiental na forma e periodicidade estabelecidos pela AFPS.

Art. 10. As ações desenvolvidas no âmbito do Sistema Nacional de Saúde Ambiental serão desenvolvidas de acordo com programação pactuada integrada, a ser periodicamente elaborada pelos gestores do Sistema, na forma que vier a ser disciplinada pela AFPS.

SEÇÃO III De Saúde Indígena

Art. 11. O conjunto de ações e serviços de saúde relativos ao atendimento às populações indígenas, integradas ao Sistema Único de Saúde – SUS, e observadas as disposições contidas na Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, constitui o Sistema de Saúde Indígena.

Art. 12. Compete à União no âmbito do Sistema de Saúde Indígena:

- I – definir a política nacional de saúde indígena;
- II – organizar, normatizar e gerir o Sistema de Saúde Indígena;
- III – financiar, com recursos próprios, e executar as ações de saúde indígena.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, bem como outras instituições governamentais e não-governamentais poderão atuar conjuntamente no financiamento e execução das ações de saúde indígena.

Art. 13. As competências da União, previstas no artigo anterior, serão executadas:

I – pelo Ministério da Saúde no que se refere à formulação da política de saúde indígena, bem como do acompanhamento e avaliação do Sistema de Saúde Indígena;

II – pela Agência Federal de Proteção à Saúde – AFPS, conforme estabelecido nesta medida provisória.

Art. 14. As ações de saúde indígena serão desenvolvidas de acordo com programação a ser periodicamente elaborada pela AFPS, na forma estabelecida em regulamento.

CAPÍTULO II Da Agência Federal de Proteção à Saúde

SEÇÃO I Da Criação

Art. 15. Fica criada a Agência Federal de Proteção à Saúde – AFPS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro no Distrito Federal, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional.

Parágrafo único. A natureza de autarquia especial conferida à AFPS é caracterizada por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, bem como autonomia nas suas decisões técnicas.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo instalar a AFPS, devendo o seu regulamento, aprovado por decreto do Presidente da República, fixar-lhe a estrutura organizacional básica.

Parágrafo único. Constituída a AFPS, com a publicação de seu regimento interno, ficará a autarquia, automaticamente, investida no exercício de suas competências.

Art. 17. A AFPS terá por finalidade institucional a promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas de educação e de prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde, bem como em atendimento integral à saúde dos povos indígenas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.

SEÇÃO II Das Competências

SUBSEÇÃO I Da Área de Epidemiologia

Art. 18. As competências da AFPS na área de Epidemiologia são:

I – propor política nacional de epidemiologia aplicada à saúde pública;

II – organizar, normatizar e gerir o Sistema Nacional de Epidemiologia;

III – exercer as competências e responsabilidades de autoridade sanitária federal previstas na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e seu regulamento;

IV – executar as ações de epidemiologia, de forma a complementar a atuação dos estados;

V – executar as ações de epidemiologia, de forma complementar, em caráter excepcional, quando constatada insuficiência da ação estadual;

VI – definir as atividades e parâmetros da programação pactuada integrada para a área de epidemiologia aplicada à saúde pública;

VII – prestar assessoria técnica a Estados, Distrito Federal e, excepcionalmente, a Municípios;

VIII – participar no financiamento das ações de epidemiologia, na forma definida em regulamento;

IX – prover insumos estratégicos, na forma definida em regulamento;

X – definir as doenças de notificação compulsória;

XI – definir e gerir os sistemas de informação epidemiológica;

XII – elaborar e divulgar análises epidemiológicas;

XIII – coordenar e promover as atividades de educação em saúde e mobilização social, de abrangência nacional e regional;

XIV – fomentar, coordenar e executar estudos e pesquisas aplicadas;

XV – executar, direta ou indiretamente, as atividades de epidemiologia, quando direcionadas às populações indígenas, em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios;

XVI – fomentar e executar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

XVII – fomentar a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

XVIII – supervisionar, controlar e fiscalizar a execução das ações previstas na programação pactuada integrada, incluindo a permanente avaliação dos sistemas estaduais de epidemiologia;

XIX – coordenar e normatizar a Rede Nacional de Laboratórios nos aspectos relativos à epidemiologia aplicada à saúde pública;

XX – coordenar o Programa Nacional de Imunizações incluindo a definição das vacinas obrigatórias no País, as estratégias e normatização técnica sobre sua utilização;

XXI – normatizar as ações de epidemiologia dos postos de entrada no território nacional de pessoas, meios de transporte e outros que possam ocasionar riscos à saúde da população;

XXII – elaborar estudos epidemiológicos para o estabelecimento de prioridades na alocação de recursos e na orientação programática das ações e serviços públicos de saúde;

XXIII – requisitar suporte e os meios necessários das Forças Armadas, Polícias Federal, Civil e militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e outras Forças Auxiliares para controlar surto ou a irrupção de epidemias, bem como requisitar bens e serviços na forma estabelecida no art. 15, XIII, da Lei nº 8.080/90.

SUBSEÇÃO II

Da Área de Saúde Ambiental

Art. 19. As competências da AFPS na área de Saúde Ambiental são:

I – propor a Política Nacional de Saúde Ambiental;

II – participar na formulação e na implementação das políticas de:

a) saneamento;

b) controle das agressões ao meio ambiente, que interfiram na saúde humana;

III – organizar, normatizar e gerir o Sistema Nacional de Saúde Ambiental;

IV – monitorar a qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público;

V – fomentar o uso de tecnologias apropriadas de engenharia de saúde pública para prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde;

VI – executar as ações de saúde ambiental, de forma complementar a atuação dos estados;

VII – executar as ações de saúde ambiental, de forma complementar, em caráter excepcional, quando constatada insuficiência da ação estadual;

VIII – participar junto a outros órgãos e entidades na definição de normas e mecanismos de controle que tenham repercussão na saúde humana;

IX – definir as atividades e parâmetros da programação pactuada integrada para a área de saúde ambiental;

X – estabelecer e monitorar os padrões máximos aceitáveis ou permitidos de exposição a fatores não biológicos que ocasionem riscos à saúde humana;

XII – prestar assessoria técnica a estados, Distrito Federal e, excepcionalmente, a municípios;

XIII – participar no financiamento das ações de Saúde Ambiental, na forma definida em Regulamento;

XIV – definir e gerir os sistemas de informação em saúde ambiental;

XV – elaborar e divulgar análises relativas à área de saúde ambiental;

XVI – coordenar e promover as atividades de educação em saúde e mobilização social, de abrangência nacional e regional;

XVII – fomentar, coordenar e executar estudos e pesquisas aplicadas;

XVIII – fomentar e executar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

XIX – fomentar a cooperação técnico-científica nacional e internacional;

XX – supervisionar, controlar e fiscalizar a execução das ações previstas na programação pactuada integrada, incluindo a permanente avaliação dos sistemas estaduais de saúde ambiental;

XXI – coordenar e normatizar a Rede Nacional de Laboratórios nos aspectos relativos à saúde ambiental;

XXII – normatizar a vigilância ambiental em saúde nos postos de entrada no território nacional de pessoas, meios de transporte e outros que possam ocasionar riscos à saúde da população; e

XXIII – participar do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e outros colegiados cuja atuação na área ambiental gere reflexos na saúde humana.

Subseção III

Da Área de Saúde Indígena

Art. 20. As competências da AFPS na área de Saúde Indígena são:

I – propor a Política Nacional de Saúde Indígena;

II – organizar, normatizar e gerir o Sistema de Saúde Indígena, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

III – coordenar, promover e executar, direta ou indiretamente, ações relativas à promoção, proteção e recuperação da saúde dos povos indígenas, segundo as peculiaridades, o perfil

epidemiológico e a condição sanitária de cada comunidade, respeitados os aspectos étnicos e culturais;

IV – prover o atendimento integral à saúde dos povos indígenas;

V – participar junto a outros órgãos e entidades da definição de normas e mecanismos de controle que tenham repercussão na saúde indígena;

VI – fomentar e executar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

VII – fomentar a realização de estudos e pesquisas aplicadas;

VIII – implantar e manter sistemas e serviços de saneamento;

IX – definir e gerir os sistemas de informações em saúde indígena.

Seção III

Da Estrutura Organizacional

Art. 21. A AFPS será constituída por uma Diretoria e de unidades especializadas, de acordo com o regimento interno.

Parágrafo único. A Agência contará, ainda, com um Conselho Consultivo, na forma disposta em regulamento.

Art. 22. A AFPS será dirigida por um Presidente auxiliado por outros oito Diretores e seus subordinados.

Parágrafo único. O Presidente e os Diretores serão brasileiros, de reputação ilibada, e indicados pelo Ministro de Estado da Saúde e nomeados pelo Presidente da República.

Art. 23. Compete ao Presidente:

I – exercer a administração da AFPS;

II – representar legalmente a AFPS;

III – nomear ou exonerar servidores;

IV – prover os cargos efetivos e comissionados;

V – exercer o poder disciplinar, nos termos da legislação em vigor;

VI – praticar todos os atos de gestão necessários ao alcance dos objetivos da AFPS;

VII – assinar contratos, convênios e instrumentos similares, bem como ordenar despesas;

VIII – editar normas de competência da AFPS;

IX – propor ao Ministro de Estado da Saúde as políticas e diretrizes governamentais destinadas a permitir à Agência o cumprimento de seus objetivos;

X – definir e aprovar o regimento interno, a área de atuação das unidades organizacionais e a estrutura executiva da AFPS;

XI – cumprir e fazer cumprir as normas relativas a epidemiologia aplicada à saúde pública, à saúde ambiental e à saúde indígena.

Seção IV

Da Gestão de Recursos Humanos

Art. 24. A gestão de recursos humanos da AFPS observará o disposto nos artigos 1º, 3º, 12 a 18, 21 a 24, 31, 33, 34, 37 e Parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nas disposições constantes desta Medida Provisória.

Art. 25. Ficam criados, para exercício exclusivo na AFPS, os empregos públicos de nível superior de Especialista de Saúde Pública e de nível médio de Técnico de Saúde Pública, os cargos

efetivos de nível superior de Procurador, os cargos Comissionados de Direção – CD, de Gerência Executiva – CGE, de Assessoria – CA e de Assistência – CAS, e os cargos Comissionados Técnicos, constantes dos Anexos I e II.

Parágrafo único. O Regulamento disporá sobre as atribuições específicas, a estruturação, a classificação e o respectivo salário dos empregos públicos de que trata o **caput**, respeitados os limites remuneratórios definidos no Anexo I.

Art. 26. Fica criado Quadro de Pessoal Específico destinado a absorver, segundo quantitativos e critérios definidos pela AFPS, parte dos servidores pertencentes ao quadro de pessoal:

I – da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;

II – do Ministério da Saúde e seus órgãos e entidades vinculadas que estavam em exercício na Funasa em 31 de dezembro de 2000.

§ 1º A soma dos cargos do Quadro a que se refere este artigo não poderá exceder ao número de empregos que forem fixados para o Quadro de Pessoal Efetivo, constante do Anexo I.

§ 2º O Quadro de que trata o **caput** deste artigo têm caráter temporário, extinguindo-se as vagas nele alocadas, a medida que ocorrerem vacâncias.

§ 3º À medida que forem extintos os cargos do Quadro de que trata este artigo, e facultado à Agência o preenchimento de empregos de pessoal concursado para o Quadro de Pessoal Efetivo.

§ 4º Se o quantitativo de cargos do Quadro de que trata este artigo for inferior ao Quadro de Pessoal Efetivo, é facultada à Agência a realização de concurso para preenchimento dos empregos, até o limite da diferença apurada.

§ 5º O ingresso no Quadro de Pessoal Específico será efetuado por redistribuição.

§ 6º Os servidores do Quadro de Pessoal Específico poderão ser redistribuídos para outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou cedidos nos termos da legislação do Sistema Único de Saúde.

§ 7º Os servidores da Funasa não aproveitados na forma estabelecida neste artigo serão redistribuídos para o quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

Art. 27. A remuneração dos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Específico redistribuídos para a AFPS, na forma estabelecida no artigo anterior, será

complementada, conforme definido em Regulamento, observada a tabela salarial de que trata o parágrafo único do art. 25.

Parágrafo único. A complementação de que trata o **caput** deste artigo será considerada vantagem pessoal nominalmente identificada e não integrará os proventos da aposentadoria.

CAPÍTULO III

Do Contrato de Gestão

Art. 28. A administração da AFPS observará contrato de gestão, apreciado pelo seu Conselho Consultivo e firmado entre seu Presidente e os Ministros de Estado da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de cento e vinte dias seguintes à designação do Presidente da Agência.

Parágrafo único. O contrato de gestão estabelecerá os parâmetros para a administração interna da AFPS, assim como os indicadores que permitam avaliar, objetivamente, a sua atuação administrativa e o seu desempenho.

CAPÍTULO IV
**Do Patrimônio, das Receitas e da
Gestão Financeira**

Art. 29. Constituem patrimônio da AFPS os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe foram conferidos ou os que venha a adquirir ou incorporar.

Art. 30. Constituem receitas da AFPS:

I – as dotações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais;

III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV – os valores apurados na venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.

V – o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

VI – os valores apurados em aplicações no mercado financeiro das receitas previstas neste artigo;

VII – a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VIII – quaisquer outros ingressos não específicos dos incisos I a VII deste artigo.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos II a VIII deste artigo serão creditados diretamente a AFPS.

CAPÍTULO V
Da Emergência Epidemiológica

Art. 31. Para efeito do disposto nesta Medida Provisória, entende-se por Emergência Epidemiológica, a ocorrência de casos de doenças ou de outros agravos inusitados de etiologia conhecida ou desconhecida, de alto grau de transmissibilidade, patogenicidade e letalidade, assim como os casos de terrorismo biológico.

Art. 32. Compete ao Ministro de Estado da Saúde, por proposta do Presidente da AFPS, declarar o Estado de Quarentena Federal em casos de Emergência Epidemiológica.

Parágrafo único. O Estado de Quarentena Federal terá prazo e área de abrangência definidos, podendo, se necessário, serem estendidos.

Art. 33. Compete ao Presidente da AFPS, durante a vigência do Estado de Emergência Epidemiológica:

I – dispor sobre o isolamento de indivíduos, animais e comunidades em situação de risco;

II – dispor sobre a interdição de áreas geográficas ou meios de transporte;

III – determinar o acompanhamento médico de indivíduos e a necessidade destes se reportarem, periodicamente, a autoridade de epidemiologia;

Art. 34. A AFPS implementará e manterá unidade de resposta rápida a emergências epidemiológicas.

§ 1º A unidade referida no **caput** deverá ter capacitação técnica e científica, de tecnologia, de mobilidade e de equipamentos adequados a sua missão para pronto emprego em todo território nacional.

§ 2º Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica poderão ser destacados para compor a unidade referida no **caput** por solicitação do Presidente da AFPS.

Art. 35. Para todos efeitos, considera-se Estado de Quarentena Federal como estado de calamidade pública.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Transitórias

Seção I

Da Contratação Temporária

Art. 36. Nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, é a AFPS autorizada a efetuar contratação temporária por prazo não excedente a trinta e seis meses, a contar de sua instalação.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, são consideradas necessidades temporárias de excepcional interesse público as atividades relativas à implementação, ao acompanhamento e à avaliação de atividades, projetos e programas de caráter finalístico na área de competência da AFPS, suporte administrativo e jurídico imprescindíveis à implantação da Agência.

§ 2º A contratação de pessoal temporário poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do **currículo vitae**.

§ 3º As contratações temporárias serão feitas por tempo determinado e observado o prazo máximo de doze meses, podendo ser prorrogadas desde que sua duração não ultrapasse o termo final da autorização de que trata o **caput**.

§ 4º A remuneração do pessoal contratado temporariamente terá como referência valores definidos em ato conjunto da AFPS e do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

§ 5º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro de Estado da Saúde, conforme estabelecido em regulamento e observado o limite de que trata o art. 19 da Lei nº 9.986/00.

Art. 37. É proibida a contratação, nos termos do artigo anterior, de servidores ativos da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

Art. 38. O pessoal contratado na forma estabelecida nesta Seção não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 39. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado na forma estabelecida nesta Seção serão apuradas

mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa

Art. 40. Aplica-se ao pessoal contratado na forma estabelecida nesta Seção o disposto na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993 e no art. 11 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 41. O contrato firmado na forma estabelecida nesta Seção extingui-se-á, sem direito a indenizações:

- I – pelo término do prazo contratual;
- II – por iniciativa do contratado.

§ 1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de trinta dias.

§ 2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

Art. 42. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação na forma estabelecida nesta Seção será contado para todos os efeitos.

Seção II Doinventário

Art. 43. Constituída a AFPS, com a publicação de seu regimento interno pelo Presidente da Agência, ficará a Autarquia, automaticamente, investida no exercício de suas atribuições, e extinta a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

§ 1º Os bens móveis e imóveis da Funasa serão transferidos para a AFPS, facultado ao Poder Executivo, após inventário supervisionado pela Agência, alienar o excedente ou doá-lo aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios;

§ 2º Fica transferida a responsabilidade pelo pagamento de:

- a) inativos e pensionistas da extinta Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;
- b) servidores ativos da Fundação Nacional de Saúde à AFPS.

Art. 44. É o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir para a AFPS o acervo técnico e documental, as obrigações, os direitos e as receitas da Fundação Nacional de Saúde, necessários ao desempenho de suas funções;

II – remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários da Fundação Nacional de Saúde para a AFPS, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas previstos na Lei Orçamentária em vigor;

III – subrogar contratos ou parcelas destes relativos à manutenção, instalação e funcionamento da AFPS.

CAPÍTULO VI Das Disposições Finais

Art. 45. A AFPS poderá contratar especialistas para a execução de trabalhos nas áreas técnica, científica, administrativa, econômica e jurídica, por projetos ou prazos limitados, observada a legislação em vigor.

Art. 46. A Agência poderá requisitar, com ônus e para ocupação de cargos comissionados, servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal.

Art. 47. A AFPS poderá requisitar, com ônus, servidores da extinta Funasa e durante os primeiros trinta e seis meses subse-

quentes à sua instalação, servidores de órgãos e entidades públicos, independentemente da função ou atividade a ser exercida.

§ 1º A AFPS poderá complementar a remuneração do servidor ou empregado requisitado, até o Limite da remuneração do cargo efetivo ou emprego ocupado no órgão ou na entidade de origem, quando a requisição implicar redução dessa remuneração;

§ 2º As disposições contidas nos artigos 26 e 27 desta Medida Provisória, não se aplicam às requisições efetuadas com base neste artigo.

Art. 48. Os ocupantes dos cargos efetivos de nível superior das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, criadas pela Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, quando no exercício de atividades inerentes às respectivas atribuições na Agência, fazem jus à Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDCT, criada pela Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998.

§ 1º A gratificação referida no **caput** também será devida aos ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de Desenvolvimento Tecnológico em exercício de atividades inerentes às suas atribuições na Agência.

§ 2º A Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDCT, para os ocupantes dos cargos efetivos de nível intermediário da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, criada pela Lei nº 9.647, de 26 de maio de 1998, será devida aos servidores em exercício de atividades inerentes às atribuições dos respectivos cargos na Agência.

§ 3º Para fins de percepção das gratificações referidas neste artigo serão observados os demais critérios e regras estabelecidos na legislação em vigor.

Art. 49. Ficam convalidadas, para efeito de exercício na AFPS, as requisições de servidores efetuadas pela extinta Fundação Nacional de Saúde.

Parágrafo único. Os servidores requisitados, quando em exercício na AFPS farão jus a todos os direitos e vantagens, calculados com base nas mesmas regras válidas como se estivessem em exercício no órgão cedente.

Art. 50. Poderão ter exercício na AFPS militares das Forças Armadas, a critério do respectivo Comandante de Força, por solicitação do Presidente da Agência.

Parágrafo único. Para fins de concessão de vantagens, prerrogativas e promoções, o período em que o militar se permanecer na situação prevista no **caput** será considerado para todos os efeitos como de efetivo exercício militar.

Art. 51. Aplica-se à AFPS, após a assinatura e enquanto estiver vigendo o contrato de gestão, as prerrogativas e flexibilidades de gestão previstas em lei, regulamentos e atos normativos para as Agências Reguladoras.

Art. 52. Até que seja aprovado o Regimento Interno da AFPS fica mantida a estrutura, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e a especificação dos respectivos cargos, da extinta Fundação Nacional de Saúde.

Art. 53. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, José Serra, Martus Tavares.**

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL EFETIVO E LIMITES DE SALÁRIO DOS EMPREGOS PÚBLICOS DA AFPS

EMPREGO	QTE.	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
Gestor de Saúde Pública		1.990,00	7.100,00
Procurador		1.990,00	7.100,00
Técnico de Saúde Pública		514,00	3.300,00
TOTAL			

ANEXO II
QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DA AFPS

CARGO COMISSIONADO	NÍVEL	VALOR (R\$)	QTE.
de Direção	CD I	8.000,00	
	CD II	7.600,00	
de Gerência Executiva	CGE I	7.200,00	
	CGE II	6.400,00	
	CGE III	6.000,00	
	CGE IV	4.000,00	
de Assessoria	CA I	6.400,00	
	CA II	6.000,00	
	CA III	1.800,00	
de Assistência	CAS I	1.500,00	
	CAS II	1.300,00	
de Técnico	CCT V	1.521,00	
	CCT IV	1.111,50	
	CCT III	699,50	
	CCT III	590,20	
	CCT I	522,60	
TOTAL			

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**

NOTA TÉCNICA

Brasília, 8 de março de 2001

A Fundação Nacional de Saúde – FUNASA criada por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e regulamentada pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, basicamente a partir da fusão da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM e da Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP, que exerciam, respectivamente, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) controle de doenças transmitidas por vetores;
- b) implantação e operação de unidades de Saúde e de Sistemas de Saneamento; e
- c) desenvolvimento de pesquisas operacionais e epidemiológicas.

2. Além das competências absorvidas desses órgãos, também outras pertinentes a áreas do Ministério da Saúde foram transferidas à Funasa, como as da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde – SNABS e da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde – SNPES, conforme a seguir discriminado:

- a) Programa Nacional de Imunizações;
- b) Plano de Erradicação da Poliomielite;
- c) Programa Nacional de Zoonoses;

- d) Sistema de Vigilância Epidemiológica;
- e) Sistema de Informações sobre Mortalidade;
- f) Sistema de Laboratórios de Saúde Pública;
- g) Programa de Pneumologia Sanitária; e
- h) Programa de Dermatologia Sanitária.

3. Durante seus primeiros nove anos, a Funasa desenvolveu suas atividades de forma centralizada e pouco sistêmica. Esse período caracterizou-se pelo desenvolvimento de ações pontuais, setoriais e desarticuladas. Essa realidade, aliada às diferenças culturais das organizações que a originaram, dificultava a sua integração ao Sistema Único de Saúde – SUS.

4. A falta de uma identidade cultural da Funasa, aliada a inexistência de uma política de recursos humanos compatível com as atividades desempenhadas levou, neste período, a uma série de conseqüências prejudiciais ao bom desempenho das ações institucionais, dentre as quais destacamos:

a) pouca integração entre as atividades desenvolvidas pelos departamentos da organização e estes com o Ministério da Saúde;

b) baixa interação entre o órgão central da Funasa e suas unidades descentralizadas (Coordenações Regionais e institutos de pesquisa);

c) inexistência de critérios técnicos para nomeação de cargos nas unidades descentralizadas;

d) quadro de pessoal desmotivado e mal remunerado. Recente levantamento realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, revela que das 34 escalas de vencimentos da administração pública federal a Funasa ocupa a 32ª colocação. A faixa salarial dos servidores de nível superior varia, em valores brutos, de um piso de R\$733,83 ao máximo de R\$1.572,90;

e) transferência a outras unidades do Ministério da Saúde de atividades de prevenção e controle de algumas doenças que deveriam estar sob a responsabilidade da Funasa;

f) resistência de setores da organização à sua efetiva integração ao Sistema Único de Saúde, tendo como conseqüência o isolamento da Funasa e a persistência na execução de ações de competência de estados e municípios;

g) ausência de decisão política para integração da Funasa ao SUS;

h) deterioração da estrutura operacional da instituição;

i) perda de efetividade das ações desenvolvidas pela organização; e

j) incapacidade do exercício pleno de suas competências.

5. A partir de 1999, por orientação do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde, iniciou-se um processo de reestruturação da Fundação Nacional de Saúde, quando uma série de medidas foram adotadas visando o redirecionamento da organização, dentre as quais destacamos:

a) elaboração do Planejamento Estratégico da instituição, com a definição clara de sua missão, de seus objetivos estratégicos, suas políticas diretrizes;

b) fortalecimento da função planejamento como instrumento de orientação dos trabalhos da instituição, tendo sido elaborado e implementado o Plano de Ação 1999/2000 composto de 27 ações, na sua maioria de caráter estruturante, visando sua adequação como órgão gestor federal das ações de prevenção e controle de doenças;

c) estabelecimento de critérios técnicos de nomeação para os cargos nas unidades descentralizadas, restringindo sua ocupação a servidores da Funasa ou, excepcionalmente, do Ministério da Saúde e de suas entidades vinculadas, com comprovada experiência profissional;

d) maior integração das ações desenvolvidas pelas diversas áreas da organização, com destaque para o estabelecimento de critérios epidemiológicos para alocação de recursos, em especial na área de saneamento, dando maior efetividade as ações de prevenção e controle de doenças;

e) publicação do Decreto nº 3.450/00, que reorganizou a Funasa direcionando-a ao cumprimento de sua missão e atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos em seu Planejamento Estratégico;

f) efetiva integração da Funasa ao Sistema Único de Saúde com a definição formal – Portaria MS nº 1.399/99 – das atribuições dos três níveis de governo na área de epidemiologia e controle de doenças, bem como a descentralização, para estados e municípios, das atividades próprias desses níveis, até então desenvolvidas pelo nível federal;

g) definição de fonte estável e permanente de financiamento das ações de epidemiologia e controle de doenças sob a responsabilidade de estados e municípios; e

h) conclusão do processo de descentralização para estados e municípios de 427 unidades de saúde, 190 oficinas de saneamento e da rescisão de 250 convênios para administração de serviços autônomos de água e esgoto, passando os mesmos para a administração municipal.

6. O processo de descentralização das ações de epidemiologia e controle de doenças, iniciado em dezembro/99 com a publicação da Portaria MS nº 1.399/99, levou a Funasa a ceder para estados, Distrito Federal e municípios a quase totalidade dos bens móveis e imóveis, alocados para execução daquelas ações, em todas as 27 Coordenações Regionais e em 80 Distritos Sanitários.

7. Como resultado desse processo, a Funasa reduziu o quantitativo de pessoal, efetivo e contratado, em exercício em suas diversas Unidades de 44.800 para 7.045 servidores (redução de 84,3%), da seguinte forma:

a) 25.400 servidores cedidos para estados, Distrito Federal e municípios, que vinham atuando nas ações de controle de endemias;

b) 6.355 servidores cedidos aos municípios onde a Funasa possuía unidades de saúde, oficinas de saneamento e administrava os serviços autônomos de água e esgoto; e

c) não renovação dos contratos temporários de, aproximadamente, 6.000 profissionais que atuavam na

execução de atividades de controle de endemias no estado do Rio de Janeiro e em saúde indígena nos estados de Roraima e Amazonas.

8. Em agosto de 1999, o Governo Federal transferiu da Fundação Nacional do Índio – FUNAI para a Funasa, a responsabilidade pela execução das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de toda a população indígena, estimada em 360 mil índios.

9. Concluída a etapa inicial de reestruturação da Funasa, partimos agora, para o desafio maior de consolidar definitivamente sua missão institucional de:

“ser uma agência de excelência na promoção e proteção à saúde, mediante ações integradas de educação e de prevenção e controle de doenças e outros agravos à saúde, bem como em atendimento integral à saúde dos povos indígenas, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população.”

10. As medidas administrativas que poderiam ser adotadas no âmbito de uma fundação pública foram implementadas. No entanto, ainda são necessárias outras que possam melhorar o processo de gestão e que possibilitem a excelência no atendimento às necessidades da população em relação a promoção e proteção à saúde.

11. Assim, para a melhoria do desempenho do gestor federal dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, entendemos necessário um novo modelo de organização. Este modelo é o de Agência Executiva, conforme preconizado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, possibilitando a solução adequada das seguintes questões:

a) estruturação de carreira própria com perfil e remuneração adequadas ao desempenho da missão institucional;

b) flexibilização na contratação de pessoal;

c) modelo gerencial caracterizado por ações voltadas para resultados, formalizado por intermédio de contrato de gestão;

d) maior autonomia e flexibilidade de gestão orçamentária e financeira, de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços e de adequação permanente da estrutura regimental; e

e) maior agilidade e melhor capacidade de resposta na aquisição, armazenagem e distribuição, com o necessário controle de qualidade, de insumos estratégicos, tais como: vacinas, soros, inseticidas e kits para diagnóstico de doenças, para suprimento das necessidades em todo o País.

12. A proposta de criação de uma única Agência que venha assumir a responsabilidade pelo papel de gestor federal dos Sistemas de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, impõe-se pelos seguintes motivos:

a) manter sob um único comando instrumentos que possibilitem a execução de ações integradas para prevenção e controle de doenças, inclusive em áreas indígenas;

b) as ações desenvolvidas nas áreas de epidemiologia, saúde ambiental, voltadas à promoção da saúde e prevenção de doenças necessitam, em muitas situações, de intervenções na área de saneamento, como por exemplo no controle da esquistossomose,

cólera, malária, dengue, doenças diarreicas, febre tifóide, dentre outras:

c) utilização da atual estrutura das Coordenações Regionais da Funasa, situadas nos 26 estados, bem como dos Centros e Instituto de pesquisas para ações junto aos estados e municípios, de assessoria técnica; acompanhamento da aplicação de recursos; supervisão e acompanhamento das atividades de epidemiologia e controle de doenças; e implementação das ações de saúde indígena, nas três grandes áreas de atuação (Epidemiologia, Saúde Ambiental e Saúde Indígena); e

d) utilização de uma única estrutura da área meio, possibilitando a otimização dos recursos humanos, logísticos e financeiros.

13. Pelos motivos apresentados, estamos propondo a edição de Medida Provisória, em decorrência da urgência e relevância para a saúde pública, cujo texto contemple, dentre outros, os seguintes aspectos:

a) estruturação dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena;

b) criação da Agência Federal de Proteção à Saúde, dando condições efetivas ao pleno exercício de todas as atribuições federais dos referidos Sistemas;

c) institucionalização da programação pactuada integrada, entre os gestores do Sistema Único de Saúde, como instrumento de planejamento e acompanhamento das metas e atividades nas áreas de epidemiologia e saúde ambiental;

d) direcionamento das ações e serviços de saneamento para prevenção e controle de doenças, com base na situação epidemiológica do País;

e) adoção de instrumentos adequados para enfrentar os atuais problemas de saúde pública e os desafios postos pelo fenômeno mundial de emergências e reemergências de doenças, tendo como um dos instrumentos a instituição do Estado de Quarentena Federal;

f) aperfeiçoamento da capacidade de análise da situação de saúde do país que subsidie o processo de tomada de decisões, a hierarquização de prioridades e avaliação do impacto de políticas programáticas de saúde;

g) criação de carreira específica da Agência, com cargos de nível superior e médio e com o perfil remuneratório adequados às suas atribuições; e

h) estabelecimento de contrato de gestão com os Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão para programação, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados.

14. Reafirmamos que o atendimento a esta demanda é urgente e relevante para a saúde pública do Brasil, principalmente pela necessidade de possuímos um órgão capacitado a responder rapidamente às emergências epidemiológicas e em especial nas seguintes situações:

a) epidemias que ultrapassem os limites de uma unidade federada;

b) epidemias de doenças emergentes;

c) introdução de vetor e/ou agente infeccioso eradicado ou não existente no país;

d) expansão de epidemias para áreas sem ocorrências anteriores; e

e) enchentes, secas e outras calamidades e/ou desastres relevantes em saúde pública, quando demonstrada a insuficiência da ação do município e, ou do estado.

15. Por fim, registramos que a concretização das sugestões ora propostas marcará, sem dúvida, uma nova era na história da saúde pública do Brasil.

George Hermann Rodolfo Tormin, Diretor-Executivo – **Jarbas Barbosa Silva Júnior**, Diretor do Centro Nacional de Epidemiologia – **Ubiratan Pedrosa Moreira**, Diretor de Saúde Indígena – **Celso Tadeu de Azevedo Silveira**, Diretor de Administração – **Sadi Coutinho Filho**, Diretor de Engenharia de Saúde Pública – **Antonio Leopoldo Frota Magalhães**, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – **Mau-ro César Santiago Chaves**, Procurador-Geral – **Benedito Orlando Nava Castro**, Auditor-Geral – **Márcia Beatriz Diekmann Turcato**, Chefe da Assessoria de Comunicação – **João Sandolim**, Chefe da Assessoria Parlamentar – **João Ismael Ortulane Nardoto**, Coordenador Regional do Espírito Santo – **Ailton Rodrigues de Oliveira**, Coordenador Regional do Acre, Substituto – **Edson Ricardo Pertile**, Coordenador Regional de Mato Grosso, Substituto – **Hélio Santelice**, Coordenador Regional do Paraná – **Jônia Francine de Oliveira**, Coordenadora Regional do Rio de Janeiro – **Paulo Gilberto Mabília**, Coordenador Regional do Rio Grande do Sul – **Milton Tadashi Hiratore**, Coordenador Regional de Santa Catarina – **José Antônio de Resende**, Coordenador Regional de São Paulo – **Frederico Carlos de Carvalho Soares**, Coordenador Regional de Minas Gerais – **Aroldo Ferreira Galvão**, Coordenador Regional de Mato Grosso do Sul – **Jorge Fernando Travassos da Rocha**, Diretor do Instituto Evandro Chagas – **José Augusto Pereira Carneiro Muniz**, Diretor do Centro Nacional de Primatas – **Miguel Aiub Hijar**, Diretor do Centro de Referência Professor Hélio Fraga – **Rogério Filomeno Machado**, Chefe de Gabinete – **Hélio Gonçalves Costa**, Chefe da Assessoria Técnica – **Maria Rosa Brandão Vilela de Castro**, Coordenadora Regional de Alagoas – **Camalibe de Freitas Cajazeira**, Coordenador Regional da Bahia – **José Wellington de Oliveira Lima**, Coordenador Regional do Ceará – **José Raimundo da Cunha Macedo**, Coordenador Regional do Maranhão – **José Joácio de Araújo Moraes**, Coordenador Regional da Paraíba – **Giovani Sávio de Andrada Oliveira**, Coordenador Regional de Pernambuco – **Wilson Gomes Vieira**, Coordenador Regional do Piauí, Substituto – **Sílvia de Castro Cavalcanti**, Coordenadora Regional do Rio Grande do Norte – **Antônio Evandro Melo de Oliveira**, Coordenador Regional do Amazonas – **Paulo Almeida Xavier**, Coordenador Regional do Amapá – **Josiclene Moura Leite**, Coordenadora Regional de Rondônia – **Emmanuel de Souza Patrício**, Coordenador Regional do Pará – **Ipojuca Carneiro Costa**, Coordenador Regional de Roraima, Substituto – **Félix Tadeu Chaves**, Coordenador Regional de Tocantins – **Rui Eduardo de Oliveira**, Coordenador Regional de Sergipe – **Renaldo Peixoto Guimarães**, Coordenador Regional de Goiás.

Ofício nº 0128 GABPR/FUNASA

Brasília, 12 de março de 2001

A Sua Excelência o Senhor

José Serra

Ministro de Estado da Saúde

Brasília – DF

Senhor Ministro,

Conforme entendimentos mantidos com V. Ex^a, encaminhado, em anexo, minuta de Projeto de Medida Provisória referente à proposta de estruturação dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, bem como criação da Agência Federal de Proteção à Saúde.

2. A proposta ora encaminhada, fruto de ampla discussão interna, reflete a aspiração de todo corpo dirigente da Fundação Nacional de Saúde, conforme consignado na Nota Técnica elaborada no último dia 8-3, e assinada, dentre outros, por todos Diretores e Coordenadores Regionais da FUNASA.

3. Solicito a adoção das providências necessárias visando a análise da proposta ora submetido a Vossa Excelência e o seu posterior encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Atenciosamente, **Mauro Ricardo Machado Costa** – Presidente.

PARECER CONJUR/MS/HC Nº 338/2001

(SIPAR nº 25000.033928/2001-91)

Ref.: Ofício nº 217 GAB/PRE FUNASA

Interessado: Fundação Nacional de Saúde — FUNASA — MS.

Assunto: Projeto de Medida Provisória referente à proposta de estruturação dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena, bem como a criação da Agência Federal de Proteção à Saúde – AFPS.

– Nota Técnica s/nº de 8-3-2001 (assinada por todos os Diretores e Coordenadores Regionais da FUNASA).

– Parecer Técnico nº 178/01, de 4-4-01, da PROJU/FUNASA.

Senhor Consultor Jurídico,

Retorna, o assunto epígrafado, agora sob nova versão, a esta Consultoria, para reexame de projeto de Medida Provisória e respectiva Nota Técnica, referente à proposta de estruturação dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde indígena, e a criação da Agência Federal de Proteção à Saúde.

Embora ainda não venha acompanhada de minuta da Exposição de Motivos Interministerial, cabe salientar-se que o resumo do contexto proposto na Medida Provisória se encontra no bojo da Nota Técnica (datada de 8 do corrente mês – assinada por todos os Diretores e Coordenadores Regionais da FUNASA) onde – além das especificidades para a devida estruturação dos Sistemas Nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena – encontram-se, especialmente, expostos os motivos da criação da Agência Federal de Proteção à Saúde – AFPS, bem como as razões de relevância e urgência que recomendam a solução proposta.

Ao examinarmos, detalhadamente, o conteúdo dessa Nota Técnica s/nº, de 8-3-2001 da FUNASA, parece-nos que, neste

momento, pode até suprir, ou, no mínimo, vir a subsidiar a pré-citada EMI (cabendo ser elaborada, posteriormente, conforme explicitado no Aviso do Titular desta Pasta ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão).

De seu turno, o Órgão Jurídico da FUNASA, após examinar esta segunda versão, já exarou sua manifestação totalmente favorável em Parecer Técnico de fls 2, (nº 178/01, em 04 do corrente) PROJU/FUNASA, ou seja, manifestou-se no seu item 3, pela inexistência de inconstitucionalidades nos documentos apresentados.

Em princípio, o texto da Medida Provisória (sem sugestões, no que pertine à sua matéria de ordem técnica, pois não se trata de assunto jurídico) e da referenciada Nota Técnica (como subsídio à Exposição de Motivos Interministerial) sub examine, encontram-se redigidos em conformidade com a boa técnica de redação de atos normativos, tendo sido neste aspecto, observadas as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e do Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999.

Como na atual versão da minuta da EMI da AFPS já foram procedidos os ajustes redacionais antes sugeridos) escoimadas, portanto, algumas impropriedades, inclusive as redacionais –, somos de opinião, s.m.j, que já está em condições de ser encaminhado o assunto à Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – como pleiteado no Ofício GABPR/FUNASA ao Titular desta Pasta.

Em conclusão, estando a presente proposta de Medida Provisória, formalmente adequada, sem eiva de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, não nos parecendo haver objeção ao mérito, cabe-nos acompanhar o pronunciamento da Procuradoria da FUNASA, manifestando-nos, pois, favoravelmente, à discussão da matéria, para o que se torna necessário, seu envio ao Senhor Ministro Titular desta Pasta, para fins da assinatura do devido Ofício, e em seguida ser em via do todo o expediente ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o subsequente prosseguimento até final.

À consideração superior.

Brasília, 4 de abril de 2001. – **Hildebrando Afonso Carneiro**, Assessor.

Despacho.

De acordo. Encaminhe-se o expediente ao Gabinete do Ministro, para assinatura e posterior remessa ao MPOG, como proposto.

Brasília, 4 de abril de 2001. – **Hélio Gil Graçindo**, Consultor Jurídico

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Casildo Maldaner, por cessão do Senador Ronaldo Cunha Lima.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, entrego à Mesa o resultado de um encontro, no qual tive a honra de representar o Senado Federal junto a Embaixada do Brasil em Moscou, na última semana.

Sr. Presidente, vale destacar a participação da nossa Embaixada, representada pela nossa Embai-

xadora Dr^a Thereza Maria Machado Quintella, com importadores de carnes – e aí des ta co não so men te os de interesse de Santa Catarina, mas do Brasil inteiro.

*Cumpre, por justiça, destacar o valioso apoio da diplomacia brasileira ao evento, em especial a participação da Assessoria de Relações com o Congresso e da Exm^a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella. Desde a fase de preparação até o término do encontro, houve-se o Itamaraty com total eficiência e senso profissional, permitindo que dele tirássemos o maior proveito possível.

Pude constatar, Sr. Presidente, da reunião em tela, interesses convergentes: de parte do empresário russo, importar carnes brasileiras em larga escala; de nossa parte, abrir e expandir, cada vez mais, mercados para os nossos produtos.

A par disso constatei que, primeiro, o empresário russo quer negociar diretamente com o exportador brasileiro, sem a presença das **internacional trading companies**, cuja intermediação termina por encarecer o produto importado. Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, quer me parecer que tais intermediários acabam por tumultuar o processo, ganhando em dobro do exportador e do importador. Se há, de um lado, a vontade de vender e do outro o desejo de comprar, para que serve a figura do atravessador? Apenas para atrapalhar, suponho.

Segundo, os russos se queixam de postura de desconfiança por parte dos nossos frigoríficos, constatada quando da missão comercial ao Brasil – principalmente uma comissão que esteve em Santa Catarina. Alegam ter boas e sólidas garantias para nos oferecer, não se justificando qualquer atitude preconceituosa de nossa parte.

Uma ou outra questão de menor peso será facilmente equacionada, quem sabe até com a ajuda dos nossos meios diplomáticos e do Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Exterior.

Sr. Presidente o fato primordial, a meu ver, é que estamos em face de uma oportunidade, talvez única, de consolidarmos nossas relações comerciais com a Federação Russa, da qual resultarão expressivos lucros para nos sabalça comercial. Devemos nos mover com celeridade e competência para que não percamos essa chance.

Outrossim, estou encaminhando cópia desse relatório a representantes do setor produtivo nacional diretamente interessado, em caráter de subsídio.

São essas algumas considerações que desejava fazer, sem prejuízo de futuras avaliações em relação a esse tema, porque é uma seqüência que teremos, de agora em diante, do Brasil com o governo russo, principalmente no setor da suinocultura e da avicultura. Essa missão, que esteve em Santa Catarina, manifestou esse interesse.

Sr. Presidente, ao entregar estes documentos à Mesa, eu gostaria de destacar dois fatores importantes junto à Embaixada do Brasil em Moscou com os importadores de carne do Brasil e os com prado res de lá, aqueles que representam esse setor da economia e que atendem ao mercado russo: que eliminemos os intermediários, pois eles não os querem, tendo em vista encarecer por demais o produto. As **tradings**, representantes de algumas empresas americanas e outras européias, na intermediação dos mercados brasileiro e russo aumentam o preço do produto em até 20%, segundo eles. Sr. Presidente, eles querem mais confiança de nossa parte em relação aos negócios bilaterais, além de nos oferecer garantias. Portanto, creio que devemos negociar diretamente com eles para baratearmos o preço tanto na fonte como na colocação final do produto no mercado.

Sr. Presidente, nós, brasileiros, precisamos arriscar um pouco mais!

Portanto, encaminho esse relatório à Mesa, de certo modo para prestar contas dessa missão, e também levar ao conhecimento do governo catarinense, por meio do Secretário Deputado Ricardo Zonta, com quem conversei antes. Levarei esse relatório também ao diretor da associação que representa o setor produtivo de carnes do Brasil, Dr. Felipe da Luz.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, haveremos de continuar acompanhando essas negociações - que são interessantes para nós e para os russos - e, por extensão, firmarmos, quem sabe, futuras relações comerciais com mais vigor, o que nos ajudará não somente no campo da economia como, também, fortalecerá nossos laços comerciais, gerando, com isso, mais renda para nós brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CASILDO MALDANER EM
SEU PRONUNCIAMENTO, NOS TERMOS
DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Para: Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldener

Telefone: (61) 311-2141

Fax: (61) 323-4063

De: João Carlos de Souza Gomes, Embaixador, Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso.

Fone: (61) 223-6244

Fax: (551) 322-9948

Data: 19-7-01

Senhor Senador,

Transmito a seguir para conhecimento de Vossa Excelência teor de programa preparado pela Embaixada do Brasil em Moscou para sua visita.

"Dia 25 de Julho Quarta-feira

17h30 min – Encontro com a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintellana Chancelaria.

Dia 26 de Julho Quinta-feira

13h – Almoço em sua na Residência com a presença de autoridades do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Comércio do Ministério da Agricultura e da Chancelaria local.

16h – Encontro com representantes da “Meat Union” (entidade que congrega as indústrias processadoras de Carnes da Rússia e a qual enviou recentemente missão comercial ao Estado de Santa Catarina) e com empresários do ramo no Setor de Promoção Comercial da Embaixada.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e alta consideração. – **João Carlos de Souza Gomes**, Embaixador, Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso.

Participantes do encontro entre o Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldaner e importadores russos de carnes

(Dia 26 de julho, às 16h00, na Residência da Embaixada)

1. Andreev, Dmitry, Diretor da Companhia “Rinor”
2. Zakaryan, Ashot, Diretor da Firma “Food Olti Trade”
3. Avdeev, Mikhail, Diretor da Companhia “Largo”
4. Mikhaylovna, Marina, Diretora Financeira da Firma “Exilon”
5. Tolstinkova, Zara, Diretora da Firma “Kromexpo”
6. Yatskin, Viktor, Diretor do Depto. de Importação da Meat Union
7. Aleksandrova, Ninel, Diretora da Firma “Agrotechinform”
8. Kuznetsova

Pontos de interesse brasileiro

– Avaliação da recente visita ao Estado de Santa Catarina realizada por missão russa organizada pela “Meat Union”

– Avaliação das barreiras impostas pelas autoridades sanitárias russas à importação de carnes provenientes do Brasil, em decorrência do aparecimento de casos de febre aftosa no Estado do Rio Grande do Sul (mais precisamente na região da fronteira com o Uruguai)

– Comentários sobre o papel das “trading companies” no comércio bilateral de carnes

– Indicação de fatores que, do ponto de vista dos importadores russos de carnes brasileiras, podem vir a facilitar as trocas entre os dois países

– Perspectivas vislumbradas para o comércio de carnes suínas, bovinas e de aves entre Brasil e Rússia.

Encontro do Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldaner com importadores russos de carnes

(Moscou, 26 de julho de 2001)

Participantes pelo lado brasileiro:

Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldaner,
Excelentíssima Senhora Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Embaixadora em Moscou

Secretário Alexandre F. Kessler, Encarregado do Setor de Promoção

Comercial da Embaixada

Senhor Leonid Lucachev, Intérprete

Participantes pelo lado russo:

1. Oksana Kuznetsova, Diretora Comercial da “Rinor”
2. Ashot Zakaryan, Diretor Comercial da Food Olti Trade
3. Mikhail Avdeev, Presidente da “Largo International Group”
4. Marina Mikhaylova, Chefe do Departamento de Vendas da “Largo International Group”
5. Zara Tolstinkova, Diretora-Geral da Kromexpo”
6. Viktor Yatskin, Diretor do Departamento de Importação da “Meat Union”

Relato do Encontro

No âmbito do programa organizado para a visita a Moscou do Senador Casildo Maldaner, realizou-se na Residência da Embaixada do Brasil em Moscou, em 26 de julho de 2001, encontro com representantes da “Meat Union” e de empresas russas importadoras de carnes (“Rinor, Food Olti Trade”, “Largo”, e “Kromexpo”) – os quais participaram de recente missão comercial russa enviada ao Estado de Santa Catarina –, para tratar de assuntos de interesse comum.

2. Na ocasião, foi apresentado relato negativo pelos empresários russos no que se refere à forma como vêm sendo levadas as negociações comerciais pela parte brasileira – fato importante de se registrar, sobretudo diante da presença que o setor exportador de carnes nacional vêm exercendo junto aos órgãos governamentais competentes para facilitar o acesso de sua produção ao mercado russo. Essencialmente, as queixas se concentraram (a) na demora verificada para a obtenção de informações solicitadas, (b) na dificuldade de interlocução com os representantes comerciais das firmas brasileiras da área das carnes, e (c) na preferência manifesta dos empresários nacionais em recorrer às grandes “trading companies” para intermediar os negócios com a Rússia – o que, nas palavras de um dos participantes do encontro, demonstra “a desconfiança do fornecedor brasileiro em relação aos empresários russos”.

3. A título de exemplo, foram citadas as frustradas tratativas mantidas pelos interlocutores em apreço com quatro empresas brasileiras exportadoras de carnes – Aurora, Perdigão, Sadia e Chapecó. A primeira, quando consultada sobre preços e quantidades disponíveis de carnes suínas para exportação, não encaminhou resposta diretamente, preferindo valer-se, mais tarde, de “trader” norte-americana para transmitir os dados solicitados. A Perdigão, igualmente contactada, nunca respondeu à consulta. A Sadia, que, por ocasião da visita da missão russa à Santa Catarina, informara (Sr. Roberto Banfi) determinado preço aos empresários visitantes, em consulta formal encaminhada posteriormente apresentou, por intermédio de sua representação na Itália (Sr. Natale Motta), preço 40 centavos de dólar mais caro para suas carnes suínas. No caso da Chapecó, quando, no Brasil, seu Diretor Comercial (Sr. Carlos Santana) fora procurado por importadores russos, a empresa designou ocupante de função inferior e de nacionalidade francesa (Sr. Jacques Cohen) para recebê-las – alegando não estar o titular disponível –, fato que causou desagrado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma notícia importante chegou do Paraná nesta manhã. Atendendo à ação, a Dr^a Maria Roseli Guiesmann, juíza ordinária, concedeu liminar suspendendo a audiência pública que se realizaria às 9 horas do dia de hoje, em Curitiba, procedimento exigido para um desastre que se prenuncia no Paraná, por insistência, por teimosia, por absoluta falta de consciência do Governador Jaime Lerner e o seu governo: a venda da Copel. A juíza, Dr^a Maria Roseli, juíza ordinária, suspendeu a audiência pública, felizmente. Com isso, ganhamos fôlego, tempo, para tentar, pelo menos, impedir esse desastreado patrimônio do Estado do Paraná, que será a venda da Copel. E a liminar, Sr. Presidente, foi concedida com base no art. 37 da Constituição Federal, que exige publicidade, moralidade e, principalmente, atendimento aos interesses públicos para que uma venda, uma privatização seja realizada. O edital que convocou a audiência pública não trouxe os mínimos requisitos exigidos pela legislação, sequer apresentou o regimento da instituição ou da entidade ou da empresa que estava sendo objeto da audiência pública e, portanto, a Copel.

Por que a juíza entendeu ser ilegal a audiência pública e, portanto, suspendeu a mesma? Não só em relação à publicidade, mas em relação à moralidade, e aí está um aspecto que eu gostaria de ressaltar junto com a questão do interesse público que não foi cumprido.

Pela primeira vez na história do Paraná, a Assembléia Legislativa recebeu um projeto de autoria do povo. Cento e trinta e oito mil assinaturas foram coletadas para a apresentação de um projeto que pretende proibir o Governo do Estado de vender a Copel. Fui o primeiro paranaense a assinar esse projeto de lei popular, com 138 mil assinaturas coletadas no transcorrer de 60 dias. Poderíamos coletar a assinatura de 94% da população do Estado do Paraná, porque numa pesquisa ficou claro que esse percentual dos paranaenses é contra a venda da Copel. Mas o governador insiste, contra a opinião de 94% da população, em vender a Copel. Um projeto de lei do povo do Paraná, pela primeira vez, está para ser votado, estando com data marcada já para o dia 15 próximo.

E esse procedimento da audiência pública é exigido para a publicação do edital de licitação que se daria no dia 30 de agosto. O Governo tem tanta certeza de que vai derrubar o projeto de lei na Assembléia que já marcou a data para a publicação do edital de licitação.

E vejam como essa atitude do Governo do Estado está cercada de ilegalidades. A Procuradora do Estado do Paraná Márcia Clara Pereira já convocou, em plena vigência da liminar que cancelou a audiência pública, uma nova audiência pública para hoje às 17 horas. A procuradora ignora a liminar concedida pela juíza, tanto é o apetite do Governador e de sua equipe em vender parte preciosa do patrimônio público do Estado do Paraná construído com muito sacrifício pelo povo do nosso Estado. Essa atitude demonstra bem que o Governo do Estado está disposto a qualquer coisa, a qualquer preço, para vender a nossa companhia de energia elétrica.

Foi muito feio ver o Secretário da Fazenda correndo. Dizem que ele escondeu-se atrás de um biombo, depois correu as escadas para não receber a intimação do oficial de justiça, que teve a coragem de dizer que ele não foi intimado porque não quis, fugiu. E, por ter fugido, considero que está intimado o Governo do Estado do Paraná e, portanto, em condições de a juízajulgar a ação e conceder a liminar, foi o que aconteceu.

Penso que com essa atitude o Governo não ter que fugir só do oficial de justiça. Se se concretizar esse crime contra o patrimônio público no Estado do Paraná, o Governo terá que correr e fugir do povo daqui a alguns dias, é o que se prenuncia no Estado do Paraná.

Aliás, o próprio Presidente da Assembléia Legislativa, pelas notícias que recebi, teve dificuldades para chegar ao local onde se realizaria a audiência pública, tamanho foi o cerco policial e o cuidado que o Governo do Estado teve para colocar um aparato policial cercando e impedindo o acesso das pessoas. O policial não reconheceu o Presidente da Assembléia, quase impedindo a presença dele no local onde se realizaria a audiência pública.

Essas atitudes do Governo têm muito a ver com o que já vimos acontecer recentemente no Paraná. O mesmo Governo, contra toda a opinião pública, vendeu o Banco do Estado a um preço muito abaixo do que valia. Trocamos o Banco do Estado do Paraná por uma dívida que será paga nos próxi-

mos trinta anos. Sr. Presidente, estamos pagando, da dívida que deixou o Governo do Estado por ter quebrado o Banco do Estado do Paraná, R\$30 milhões por mês, o que significa R\$1 milhão por dia. Sem dúvida alguma, com esse valor, daria para o Governo do Paraná fazer muita coisa que está deixando de fazer por absoluta incapacidade financeira.

Aliás, convênios assinados em 1997 não estão sendo cumpridos pelo Governo do Estado, porque não tem dinheiro em caixa sequer para oferecer a contrapartida para os empréstimos, os quais relatei nesta Casa, dizendo que o Governo do Estado não tinha capacidade financeira para contratá-los. A contratação daqueles empréstimos foi mais um capítulo da história triste que o Governador do Estado do Paraná está escrevendo, tornando o Estado devedor de quase R\$20 bilhões, dívida constituída apenas no seu mandato. Sem dúvida, essa será mais uma herança maldita que S. Ex^a deixará para o povo do Estado do Paraná e para os futuros governos.

A privatização da Copel é um crime ainda maior. Estamos vivendo um momento de crise de energia no Brasil inteiro. E o Paraná, Estado abençoado por Deus, que tem recursos naturais e condições de produzir energia – inclusive para abastecer a região Sudeste, já que 30% da energia consumida por essa região é produzida no Paraná – está vendo o Governador, teimosamente, insistir na venda da Copel, que poderia ser uma empresa a estabelecer uma tarifa referencial de preços no Brasil para energia elétrica.

Não estamos vendo, por parte do Governo Federal também, essa consciência de que, no dia em que todas as empresas de energia elétrica estiverem nas mãos da iniciativa privada, principalmente do capital estrangeiro que se assanha – inclusive, tenho notícias de que uma empresa espanhola está praticamente abocanhando a nossa Copel –, tenha-se uma atitude de respeito para com a população brasileira e detenha-se essa sede, esse apetite do Governo do Paraná, no sentido de destruir mais essa parte preciosa do nosso patrimônio, com a finalidade de colocar a Copel como balizadora de preço de tarifas de energia elétrica no Brasil. Mas, não, o Governo Federal se omite, esconde-se e não opina, permitindo que o Governador do Paraná cometa esse crime contra o nosso patrimônio.

É preciso considerar, Sr. Presidente, que a Copel teve um lucro, no ano passado, de R\$430 milhões e terá um lucro, já projetado pela própria companhia, neste ano, de R\$600 milhões. Se o Gover-

nador diz que precisamos vender para capitalizar o Fundo de Previdência, por que não se capitaliza o referido Fundo com uma lei que o próprio Executivo possa mandar para a Assembléia, colocando parte do lucro da própria Copel para capitalizar esse fundo? Seria dinheiro que estaria à disposição do Governo e do povo do Paraná todos os anos.

Em se vendendo a Copel, não vai mais haver esse resultado todos os anos. Em se fazendo isso, ficará o Governo impossibilitado, inclusive, de utilizá-la como alavanca de conquista de novos financiamentos internacionais, para a promoção do desenvolvimento do Estado. A Copel é uma empresa tão eficiente que é considerada modelo não apenas no mundo, mas na América Latina. Só que o Governo abre mão de uma empresa dessas num momento crucial da economia brasileira, em que a crise de energia ameaça milhares de empregos em todo o Brasil.

É uma irresponsabilidade, é uma loucura o que o Governo do Estado do Paraná está praticando! E a população do Estado pagará um preço muito alto por tudo isso!

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB PR) – Senador Osmar Dias, no fim de um governo, um Governador avaliado numa pesquisa do **DataFolha**, publicada na **Folha de S.Paulo** e na revista **Veja**, como o pior Governador do Brasil quer vender a Copel, que foi considerada, por um conjunto de empresas de energia elétrica públicas e privadas do País, como a melhor riqueza do Brasil. O pior Governador quer vender a melhor empresa! Seria mais interessante fazermos o contrário: vender o Lerner e ficar com a Copel. O PMDB do Paraná já fechou questão a respeito disso: faz parte da visão programática do PMDB desapropriar a Copel e reestatizá-la se ela, desgraçadamente, for vendida. A Copel é extremamente rentável, trabalha com insumos sem preço: com a água – que, desde o Direito Romano, é um bem fora do mercado – e com a força da gravidade. Produz energia a US\$4 o megawatt/hora na boca da usina, graças ao fantástico rio Iguaçu, cujo declive é de 900 m da sua nascente até a foz, o que permite a construção de usinas altamente produtivas e extremamente baratas. A venda da Copel é uma negociata de fim de governo! Noventa e três por cento da

população do Estado já se manifestou, em pesquisas de diferentes origens e empresas, contra a venda da Copel; mas o Governador e seu **staff** agarraram-se à hipótese de vendê-la e meter a mão nesse dinheiro no fim do Governo. Quando deixei o nosso Governo, Senador Osmar Dias – V. Ex^a participava dele, o Estado tinha 84% das ações da Copel. O Governo Lerner vendeu 53% das ações. Portanto, hoje temos apenas 31% das ações da Copel. Alguém perguntaria: "Então, ela já não é pública?" É, porque nesses 31% estão contidas 58% das ações ordinárias, ou seja, as ações que têm direito a voto. E essa gente quer vender a Copel e dará ao dinheiro proveniente desses 31% o mesmo destino dado aos 54% vendidos anteriormente: desaparecerão no ralo da incompetência e da corrupção. O Governo do Paraná não é um Governo, é uma quadrilha. Importante político do nosso Estado, com o qual conversei na semana passada, dizia-me o seguinte: "Como está sendo duro o Brasil com Jader Barbalho!". A acusação contra o Jader, verdadeira ou não, mas muito bem fundada e fundamentada até agora, é de desvio de cerca de R\$39 milhões. Só no Banco do Estado do Paraná, o desvio foi de R\$4 bilhões. E vi o Jaime Lerner rindo com o Fernando Henrique Cardoso e o Tony Blair em Foz de Iguaçu! Não existe processo no Paraná! Parece que há um conluio das elites, uma complacência e uma autocomplacência com a corrupção, atravessando os três Poderes. É preciso que se impeça a venda. Tramita na Assembléia Legislativa um projeto de lei de iniciativa popular, do qual nós dois participamos, proibindo a venda da Copel. Precisamos ver se os Deputados acordam, se percebem a bobagem que estão fazendo e o prejuízo que estão dando ao Estado. E que fique claro: quem pretender comprar a Copel estará comprando mal, estará comprando o que os paranaenses não querem vender. Portanto, estará comprando aquilo que o Governo corrompido do Lerner não tem autorização para vender! Estará comprando para devolver mais tarde, porque este é um compromisso do PMDB, com clareza, e será também o compromisso dos Partidos de Oposição: retomar a Copel, desapropriá-la e devolvê-la ao Estado do Paraná. A Copel tem a energia mais barata do País, e, no momento em que o Brasil preocupa-se com o apagão e o racionamento, produzimos mais energia do que consumimos. Isso ocorre graças à usina de Segredo, cuja construção iniciou-se no Governo Richa, passou pelo Governo Álvaro Dias e foi concluída no nosso Governo. O início da construção da usina de Caxias também foi no nosso Governo. Foi

uma ação do PMDB. Nós geramos 4.554 megawatts e consumimos 3.000 megawatts. Estamos exportando energia, mas a quadrilha, a canalha, o grupo de bandidos que tomou conta do Governo do Paraná quer vender a Copel literalmente para roubar esse dinheiro, como roubaram o dinheiro do Sercontel e da própria Copel, ao comprar a Companhia Telefônica de Londrina no Governo Belinatti. Belinatti, prefeito de Londrina e parceiro do Governador, semana sim, semana não, está na cadeia por determinação de juízes sérios. Mas, logo depois, essa determinação é quebrada por decisões do Tribunal de Justiça. É assim que acabará esse capítulo: a venda da Copel acabará, mais cedo ou mais tarde, com os vendedores na Penitenciária de Piraquara. Mas já assumimos um compromisso: o que é mal feito pode ser desfeito! Não existe o fim dos tempos num Governo corrompido. E não existe, Senador, direito adquirido contra o interesse público. Os ladrões internacionais, os especuladores que querem comprar a Copel e provavelmente já comissionaram o Governo corrompido para isso têm que estar cientes de que estão comprando mal; e, o que comprarem agora de uma quadrilha, devolverão amanhã ao Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (SemPartido – PR) – Senador Roberto Requião, agradeço aparte de V. Ex^a e, aproveitando-o, gostaria de lembrar que, como Relator da CPI dos Precatórios, V. Ex^a condenou os precatórios adquiridos pelo Governo do Estado do Paraná por serem ilegítimos, emitidos e utilizados com destinos diferentes dos que originaram a sua emissão. Isso aconteceu com os títulos de Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Osasco, Guarulhos.

O Sr. Roberto Requião (PMDB PR) – Senador Osmar Dias, dois anos depois de encerrada a CPI dos Precatórios, quando a Justiça de Alagoas tinha decretado a nulidade dos precatórios frios daquele Estado, o Banco do Estado do Paraná ainda comprou letras originadas nos precatórios para livrar o seu esquema de corrupção no mercado financeiro, coisa infinitamente maior que o roubo do Luiz Estevão ou do juiz Nicolau, infinitamente maior que as acusações feitas a Jader Barbalho hoje. Mas parece que, no Paraná, as coisas não funcionam como no resto do Brasil, ou tardam muito. Esse escândalo do qual o Jader é acusado é de 17 anos atrás. Fico imaginando: será que um dia ainda veremos esses paranaenses corrompidos na Penitenciária de Piraquara? Ou terminam o Governo e fogem para o exterior, ficando fora do alcance da Justiça brasileira?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Senador Requião, era exatamente isto que eu iria dizer: que o Governo do Estado comprou os precatórios mesmo depois das declarações da CPI dos Precatórios, publicadas pela imprensa nacional inteira.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – E depois de a Justiça ter anulado os títulos.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Sim, depois da anulação pela Justiça. E o próprio Governador de Santa Catarina disse que queimaria os títulos precatórios em frente à catedral de Florianópolis, porque eram ilegítimos. Ou seja, o Paraná ficou com o "mico". Só que essa história liga-se à Copel, porque, no momento em que o Governo comprou os títulos precatórios, que sabia serem ilegítimos, teve que dar em garantia 28% das ações da Copel valor que, à época, chegava a R\$420 milhões, os quais, corrigidos, segundo informações, hoje somam R\$800 milhões.

Pois bem, essas ações da Copel estão com o Itaú, que é o comprador do Banco do Estado. No momento em que a Copel for vendida, o Itaú ficará com R\$800 milhões da venda da Copel ou ficará com 28% das ações da Copel. De qualquer forma, o Governo do Estado já perdeu parte da Copel ou já perdeu parte do dinheiro que será contabilizado com a venda da empresa.

Então, é conversa mole dizer que vão capitalizar o Fundo de Previdência, como é uma mentira deslavada dizer que utilizarão o dinheiro para programas de saúde e de educação. Alguns dos prefeitos que, na eleição de 1998, acreditaram no Governador Jaime Lerner e o apoiaram para a sua reeleição, com convênios assinados fartamente – que jamais foram e jamais serão cumpridos –, voltaram a acreditar agora que o dinheiro da venda da Copel poderá irrigar os Municípios, fazer obras, construir hospitais. Uma mentira atrás da outra, porque esse dinheiro está comprometido: R\$800 milhões com as ações da Copel que estão no Itaú; e, quanto à outra parte, existe uma lei, todos sabemos, que destina 70% desses recursos diretamente para o fundo de previdência.

No entanto, existe outra mentira: no texto dessa lei não está escrito "obrigatoriamente", mas "primordialmente", que não significa obrigação. Então, o destino que será dado ao dinheiro da venda da Copel precisa ser discutido – talvez seja o mesmo que foi dado com a venda das ações, em que ninguém viu a cor do dinheiro.

Não vejo, no Estado do Paraná, obras realizadas pelo Governo do Estado. O que vejo é um discurso fantasioso e que faz crescer a pobreza em Curitiba, como em nenhuma outra região metropolitana do País. Nos últimos três anos, a pobreza cresceu, na região metropolitana de Curitiba, 16%, muito acima de toda a média brasileira. É o modelo econômico que está errado, e é o dinheiro público que está sendo destinado inadequadamente no Paraná, por um governo irresponsável, que quebrou o Banco, sim. E quem disse que existia uma quadrilha dentro do Banco do Estado não foi o Senador Requião, nem eu, mas a diretora do Banco Central, que veio ao Senado e disse, para o Brasil inteiro ouvir: "Uma quadrilha assaltou o Banco do Estado do Paraná".

Dessa quadrilha, ninguém está preso, nenhum centavo foi devolvido para o Banco do Estado, e quem está pagando a dívida é o povo: estamos pagando R\$1 milhão, por dia, da dívida do Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Ouço V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – E essa diretora do Banco Central, a D. Tereza Grossi, entende de quadrilha. Ela mesma participou da quadrilha do Marka e FonteCindam, dos desvios que foram feitos, dos quais o Cacciola foi beneficiado. Ela continua diretora do Banco, e o Cacciola, passeando de lambreta em Roma.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Mas isso não desqualifica a denúncia que ela fez.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Não, não desqualifica a denúncia, pelo contrário, ela é uma especialista em quadrilha. Veja bem, Senador, avaliaram a Copel em R\$8,5 bilhões. Ora, esse é o preço total da empresa, na avaliação também de outros quadrilheiros internacionais, que, normalmente, trabalham para o Governo Federal: Booz-Allen & Hamilton – uma coisa assim. Já venderam, dos 84%, 53%; restam 31%. Então, 31% de R\$8 bilhões dão, mais ou menos, R\$2,4 bilhões. Há as cauções para pagamento de título que o Banco do Estado comprou e não consegue dele se ressarcir. Mas o pior de tudo é que há empréstimos, também, do BNDESpar, garantidos com títulos da Copel, o que é uma operação absolutamente ilegal, porque, mesmo que o Governo tivesse autorização para vender a

Copel, que é patrimônio público, essa venda somente poderia ser feita por meio de licitação, concorrência pública. Jamais poderiam os títulos ser dados como garantia do empréstimo, sem autorização legislativa e sem a licitação, que é o imperativo legal. Por que se alienam, então, esses títulos no mercado sem as formalidades legais de alienação de patrimônio público? Mas parece que, no Paraná, não existe Justiça, não existe tribunal. Há um conluio de elites que tem que ser rompido, porque o Estado está sendo dilapidado e roubado. O que acontece no Paraná é extraordinariamente superior ao que aconteceu no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, com o juiz Lalau, é extraordinariamente superior às acusações que se fazem ao Senador Jader Barbalho, mas aquilo que explode no Brasil inteiro é coberto por uma superestrutura complacente e auto-complacente com a corrupção, que é a superestrutura dos três Poderes no Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – E a prova disso, Senador Requião, é que a Procuradora do Estado já marcou outra audiência pública para hoje, às 17 horas, confiando em que a Justiça vai derrubar a liminar.

O SR. Roberto Requião (PMDB – PR) – Não é confiando, mas desobedecendo à liminar que paralisou, porque provavelmente S. Ex^a já tem notícia de que algum desembargador derrubará a liminar da juíza. Era o caso de um inquérito no âmbito da Justiça e da Procuradoria do Estado, para averiguar como, por antecipação, sem saber para quem seria distribuído o pedido de derrubada da liminar, a Procuradora já convoca outra reunião. É uma associação muito estranha que se revela com essa atitude da Procuradora, ao marcar uma audiência à tarde, quando ela foi derrubada por uma liminar pela manhã.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – É exatamente isso que eu estava dizendo. S. Ex^a já sabe o resultado do julgamento da liminar pela Justiça. Ou seja, a liminar será derrubada, e já se marca uma audiência pública num local, Senador Requião, que impede o comparecimento das pessoas. Eu conheço o local para onde está marcada a audiência pública: não cabem 150 pessoas, e 138 mil apresentaram o projeto de lei popular. Marca-se uma audiência pública para um local a que ninguém pode comparecer, ou seja, fere-se a Constituição pela questão da publicidade. Não se deu publicidade à audiência pública, principalmente porque não se publicou junto o Regimento Interno da Companhia Pa-

ranaense de Energia Elétrica – Copel. E, dessa forma, vai-se atropelando a justiça, o povo, os interesses de uma população inteira, com a ganância de meter a mão nesse dinheiro e dar-lhe o destino que foi dado a outros recursos que no Paraná foram conquistados com a venda da Sanepar e do Banco do Estado.

Enfim, estamos assistindo, no Paraná, à desobediência completa do Governador Jaime Lerner à Constituição, mas, principalmente, àquilo que deseja o povo do Paraná. A Igreja se manifestou; estive conversando com bispos e com o Arcebispo de Curitiba: todos são contra a venda da Copel. As entidades de classe, a Associação Comercial do Paraná, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná e a Federação das Indústrias se manifestaram contra a venda; os professores, os estudantes e a população toda são contrários, e o Governador se acha no direito de ser autoritário, como aqueles que já conhecemos, que estão agindo por aqui e que não estão preocupados com o destino que se dá a um Estado e ao País; estão preocupados com outras coisas.

Quem assina requerimento de CPI no Senado é expulso do Partido; enquanto isso, o Partido que faz aliança com o PSDB nacional, lá no Estado, destrói o patrimônio público debaixo dos olhos do Governo Federal, que, complacente, assiste a tudo isso e aplaude, porque também vendeu a Vale do Rio Doce. Pergunto: diminuiu a dívida externa? Diminuiu a dívida interna? Estamos pagando menos juros? Obras foram construídas com o dinheiro da venda da Vale do Rio Doce? Não conheço nenhuma e desafio qualquer cidadão do Governo a me mostrar uma obra sequer que tenha sido construída com o dinheiro conquistado com a venda da Vale do Rio Doce. E é esse o destino que se dá ao patrimônio público brasileiro, que está sendo destruído pela irresponsabilidade de governos que se juntam para combinar como vender o Brasil.

Uma boa parte do Estado do Paraná já foi vendida. O próximo governador do Paraná, quando chegar ao Palácio Iguazu e sentar-se à mesa, verificará que não há mais Banco do Estado; a Companhia de Água e Saneamento já está praticamente na mão dos franceses, vendida que foi sorrateiramente, sem o conhecimento da população; as estradas do Paraná estão loteadas, vendidas às empreiteiras; os **royalties** e as receitas de Itaipu estão antecipadas. Nós estamos com uma dívida aberta de quase 20 bilhões, e o Governador diz: "Não, nós temos que resolver o problema fiscal do Estado. Nós temos que

vender a Copel para resolver o problema financeiro do Estado". Vai-se resolvero problema financeiro do Estado com um 1,5 bilhão, quando se devem quase 20 bilhões? Vai-se resolvero problema financeiro do Estado, devendo-se, nos convênios assinados com as prefeituras, que não são cumpridos, milhões de reais? Somente quanto ao salário-educação que foi desviado pelo Governo para outras finalidades, o Governo deve às prefeituras US\$120 milhões e não consegue pagar, como não consegue utilizar os recursos de empréstimos internacionais por absoluta falta de contrapartida. O Paraná está sendo governado pela irresponsabilidade.

Tenho, Sr. Presidente, uma preocupação muito grande com o futuro do Estado. E, por isso mesmo, faço um apelo aos Deputados que ainda não votaram o projeto de lei popular e o farão no dia 15, provavelmente, para que pensem, coloquem acima de tudo o interesse do Estado, porque, apesar de ter ouvido do próprio Chefe da Casa Civil do Governo do Estado que "barganha" em política é uma palavra comum, normal, que pode ser utilizada, barganha, para mim, Sr. Presidente, é coisa feia. O cidadão sério não pode incluir a palavra "barganha" no seu vocabulário, principalmente aquele que ocupa um cargo público. Espero que os Srs. Deputados atendam ao apelo do povo, feito através de todas as entidades de classe e das igrejas – citei a Igreja Católica mas também os pastores da Igreja Evangélica já se manifestaram –, a fim de que não permitam que o Governador Jaime Lerner cometa mais esse crime contra o patrimônio público do Estado do Paraná.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por várias vezes ocupei esta tribuna para dizer do meu apreço pelos policiais deste País. Exercer essa função não é fácil. O policial sai de casa, com seu instrumento de trabalho: uma arma de fogo, seja ela uma AR-15, uma 12 ou um 38, para enfrentar inimigos da sociedade que, com certeza, estão em melhores condições que eles, pois estão mais bem armados; e ainda há o elemento surpresa. Assim é a vida desses

profissionais: saem sem saber se voltam para a casa.

Quando o policial sai para o trabalho, sua mulher, provavelmente, fica rezando, pedindo ao seu santo de devoção para que o marido volte.

Não é à-toa que há tantos desvios psicológicos nas forças policiais, que o índice de desequilibrados é grande, tudo isso devido à pressão, ao temor, à tensão permanente em que vivem, principalmente num país complicado como está o nosso – no mundo todo é complicado, mas no nosso tem sido um pouco mais.

E, de repente, surgiu a proposta de mudança: acabar com os tribunais militares, sendo o policial julgado na Justiça comum e, se fosse o caso, detido junto daqueles que ele mesmo prendeu.

Vim muitas vezes a esta tribuna protestar, hipotecar a minha solidariedade e falar do meu apoio às Polícias de todo o Brasil. Recebi muitas condecorações das várias corporações militares, de São Paulo à Paraíba, e a minha admiração continua a existir.

Os policiais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são funcionários públicos que oferecem muito à sociedade, oferecem o maior patrimônio que um ser humano ou um ser vivo pode ter: a sua vida.

Mas, lamentavelmente, têm ocorrido fatos muito sérios. Estarrecida, a população assistiu às ameaçadoras greves dos policiais em todo o País e pergunta-se: onde está o quinto dedo da campanha do Presidente, que representava a segurança? Será que foi amputado? O que aconteceu com a segurança neste País? Havia cinco metas a se serem seguidas e a extinção da violência era uma delas. Mas temos assistido ao crescimento da violência, desordem, greves, desrespeito à lei, ocorrendo inclusive nas áreas que tinham obrigação de preservá-la.

A greve das Polícias Militar e Civil constitui uma ruptura do contrato social entre o Governo e população. O movimento se alastrou por todo o País, num efeito dominó. Da Bahia passou para mais uma dezena de Estados. Com um pouco de sorte e contando com a incompetência governamental, esses policiais, se continuarem dessa forma, conseguirão paralisar praticamente todo o esquema de segurança montado nos Estados brasileiros.

O crescimento da violência deve-se, com toda certeza, à falência governamental também. Como não se atinge o social como deveria, como não há

empregos como deveria, como o sistema na área judicial não está funcionando, a Justiça é lenta, como não se vêem exemplos de punição, vê-se um crescimento da violência no nosso País.

A Bahia sofreu saques, assaltos, arrastões, assassínatos, por causa da greve das Polícias Militar e Civil. Nesse momento, o nosso Ministro da Justiça, que por infelicidade estava em Nova Iorque, disse que o assunto não era federal, e sim estadual. É incrível, mas a Federação só é ressuscitada – porque tudo o Governo Federal puxa para ele – quando o assunto não serve.

Os prejuízos materiais e morais na Bahia foram incalculáveis. Cerca de 600 pacotes turísticos foram cancelados; o comércio perdeu R\$10 milhões com os saques; o Governador deixou de arrecadar R\$2 milhões de impostos; 45 pessoas foram mortas; mais de 100 foram baleadas; carros foram roubados e a população que ficou nas mãos de assaltantes e saqueadores, até hoje, não se refez do pânico que viveu.

Talvez a nossa política econômica deva ser repensada. Será que está certo cumprirmos tão à risca os itens do FMI? Sei que a estabilidade econômica é importante, mas será que a estabilidade social também não é? Será que os Governadores podem ficar à mercê da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, de uma forma ditatorial, obriga-os a ficarem manietados sem poder sequer cumprir alguns itens que trariam tranquilidade social?

Mal paga, com policiais em permanente tensão, sem sequer saberem se voltam para casa, a Polícia é mais que necessária, mas, por mais que haja tensão, não se justifica ver policiais encapuzados. Quem coloca capuz para usar arma de fogo é bandido, não é polícia. Choquei-me quando vi, nos telhados dos quartéis, policiais armados com AR-15, com 12, com revólveres, todos encapuzados. O que passa pela cabeça da população? Meu Deus, o que vou fazer? A quem recorrer? A polícia, a quem cabe cuidar da minha segurança, está ali encapuzada como se bandido fosse.

Sempre tivemos em nossa mente a diferença entre o bem e o mal, entre a escuridão e a luz e, de repente, nesse enredo, não sabemos quem é bandido e quem é mocinho. Tenho estado muito preocupado com essa situação.

Dois assuntos têm-me preocupado bastante. Um deles é a seca no meu Nordeste, a situação calamitosa em que estamos vivendo. Em relação a

esse assunto, levamos ontem uma pancada fortíssima: a Presidência da República declarou que a transposição das águas do rio São Francisco não ocorrerá a curto prazo. Para quem está lá morrendo de fome, tiraram a esperança, pelo menos a médio e curto prazos.

O outro assunto é a segurança, em relação ao qual observo que a Constituição Federal não tem sido seguida. O art. 9º garante o direito de greve a algumas categorias. As Forças Armadas não têm direito à greve e as Polícias, por serem forças complementares, também não o têm. A greve ocorrida na Bahia, em decorrência da qual morreram 45 pessoas, milhões de reais deixaram de ser arrecadados e R\$10 milhões foram pagos pelos comerciantes em função dos saques, sem ter a quem recorrer, faz com que a população grite, clame para que as Forças Armadas voltem a criar as inspetorias. Será esse o caminho certo?

O Congresso Nacional precisa urgentemente debater este assunto; não podemos esperar mais. O que fazer para que as Polícias voltem a cumprir o seu papel? Continuo afirmando que sou um admirador dos policiais, mas não podemos deixar, de maneira nenhuma, que as coisas degridem. Há um compromisso do Governo com a população. O Governo existe para fazer cumprir os seus deveres. E estamos vendo que, lamentavelmente, os Governadores estão tornando-se impotentes para cumprir com essas obrigações.

Todos esses fatos que estou citando aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demonstram a falta de autoridade dos comandos e até mesmo dos Governadores. Policiais baianos foram filmados em telhados de quartéis militares fortemente armados e encapuzados, mirando a população, em uma dolorosa repetição de cenas de rebelião nos presídios. Policiais usam armas para proteger a população, não para agredi-la.

Tenho um projeto tramitando nesta Casa em que se diz que um policial que assalta – e isso vem ocorrendo em todos os Estados – tem que ter pena dupla, porque a sociedade o paga para protegê-la. Como, então, um policial pode passar a assaltar a sociedade? Todos estamos vendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a audácia dos policiais de São Paulo, do Paraná chegou a um ponto em que estão sendo ministrados treinamentos especiais para suas esposas, de forma que aprendam a invadir ou bloquear a entrada das companhias e batalhões de polícia. É uma coisa surrealista: mulheres estranhas à profis-

são, que não são policiais, participando ativamente da rebelião.

Essas lamentáveis cenas demonstram a fraqueza do sistema político brasileiro e acenam com sinais de uma possível rebelião civil. O Governo Federal cogita em editar uma medida provisória dando prerrogativas às Forças Armadas em caso de motim armado ou criando uma guarda nacional ou, ainda, unificando as Polícias. Vem, no entanto, encontrando algumas resistências, mas temos que debater este assunto a curto prazo, Sr^{as} e Srs. Senadores, e encontrar as soluções. A sociedade não pode ficar manietada olhando o que está acontecendo.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Permite-me um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a traz um assunto da maior importância não só para o Brasil, mas também para o Senado Federal. Tenho certeza de que este momento que vivemos hoje, no Brasil, poderia ser bastante reduzido se começássemos a utilizar, em primeiro lugar, os recursos do Fundo Nacional da Segurança. Na verdade, o Presidente Fernando Henrique fez a sua parte quando criou o Fundo. Ocorre que os recursos estão seguros, presos, trancados no Ministério de Orçamento e Gestão. E da parte do Ministro Martus Tavares não há uma vontade de utilizá-los. Sabemos que, recentemente, o Ministro José Gregori disse que as Polícias militar e civil são uma questão estadual. Mas sabemos também que existem recursos no Fundo, pois houve superávit primário no mês de julho passado muito acima da expectativa, da projeção, do compromisso do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, acima de R\$9 bilhões, e por que não liberá-los custear essas Polícias militares com equipamentos, uniformes, combustível, viaturas? Todos sabemos que os recursos são liberados apenas para a aquisição de equipamentos, não para a sua manutenção. Todos sabemos também que não se pode liberar os recursos para os salários, que é a grande reivindicação dos policiais. Mas por que não liberá-los para o custeio das despesas das Polícias militares, permitindo, assim, que os Estados entrem com a sua parte no que se refere aos salários? No caso de Brasília, por exemplo, a União, o Governo Federal paga os salários dos policiais. Ou seja, a União repassa esses recursos ao Governo do Distrito Federal, que fica apenas com a manutenção, com o custeio da

operação. Os outros Estados não têm essa condição, até por uma questão constitucional, mas podemos realmente resolver o problema agora, de imediato, e aí sim procurar criar a força nacional, utilizando as próprias Polícias militares, o efetivo que se destaca na área de operações, como é a proposta de todos os comandantes das Polícias militares que estiveram reunidos ontem aqui em Brasília. Eles são contra a medida provisória que daria condições para que as Forças Armadas tivessem poder de polícia. Acredito que isso possa ser negociado, desde que também se encerre esse movimento articulado das greves das Polícias militar e civil, que se direciona hoje totalmente para a questão política. É esse o aparte que gostaria de fazer ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Luiz Otávio, agradeço a participação de V. Ex^a. Realmente, esse seria um caminho, mas diria que a parte financeira não é tudo. Trata-se de uma parte substancial e importante, mas algo está errado no sistema. Não tínhamos isso antigamente, e os salários não eram tão diferenciados com relação aos de hoje.

Precisamos ter a parte financeira sim, Senador Luiz Otávio, mas acredito que esteja faltando, principalmente, a exemplificação daqueles que quebram a disciplina. Um policial em Nova Iorque, hoje, está ganhando em torno de US\$4,5 mil – não temos condição de pagar isso – mas o custo de vida lá é cinco vezes mais caro. Talvez pudéssemos pagar a quinta parte disso, não sei. Mas a verdade é que os policiais são mal pagos e o seu papel é primordial, reconheço isso, inclusive tenho pela Polícia uma profunda admiração. Temos a necessidade de policiais treinados e educados para defender a sociedade, inclusive devemos fornecer-lhes os meios, concordando com isso. No entanto, não posso concordar que nós, a sociedade, os brasileiros, vejamos um policial com uma máscara, com uma arma, que deveria estar sendo usada para a nossa defesa, sendo usada contra nós. É preciso que se discuta e se encontrem as soluções; é preciso que haja parâmetros para que as coisas possam caminhar dentro deles.

A onda de violência e a desmoralização completa do sistema disciplinar não podem continuar. Não sei como agir. Creio que nem os comandantes, nem os Governadores, nem o Presidente da República. Temos, portanto, que criar um fórum urgente para debater e encontrar as melhores soluções. O que não pode é continuarmos enviando para o mun-

do globalizado as imagens de policiais que parecem bandidos.

Como é que podemos incentivar o turismo dessa forma? Não podemos vender para o mundo a imagem de uma sociedade impotente, incapaz de manter disciplina entre seus policiais, uma sociedade que não sabe quando a luz vai faltar, uma sociedade onde a população paga duplamente: paga a Polícia e paga a força privada. Hoje estamos assim.

No Rio de Janeiro, por exemplo, podemos ver ruas com portões e seus seguranças privados. Quer dizer, o cidadão está pagando duas vezes: por uma segurança que não recebe e por uma outra segurança privada para ter segurança. Isso está errado! Isso não pode continuar acontecendo! Temos que ter coragem de tomarmos as decisões, temos que exemplificar.

Ainda ontem um jornalista do meu Estado me perguntou o que poderia ser feito, já que os moradores de algumas ruas de João Pessoa também começaram a contratar segurança privada. Daqui a pouco teremos mais guardas privados do que a própria Polícia. Aliás, já temos. Mas o que é pior é que o policial que deveria estar cumprindo com o seu dever, está fazendo bico, trabalhando para a companhia privada, garantindo a segurança para os cidadãos que não a estão tendo.

Algo está errado. E essa é a razão que me trouxe à tribuna. Precisamos, rápida e urgentemente, discutir esses assuntos e encontrar soluções.

Meu respeito a todos os policiais deste País, mas a minha tristeza com aqueles que não cumpriram e que vilipendiaram as forças militares quando se comportaram como bandidos. O protesto é válido, mas até o limite em que deixa de ser protesto e passa a ser um desafio, e um desafio pernicioso que pode terminar em um outro golpe, em uma outra época de escuridão, em uma outra época sem democracia. Não conheço nenhum regime melhor que a democracia, mas ela, em excesso, pode gerar anticorpos, ou seja, o seu cerceamento. Acho que nós estamos passando dos limites.

Era essa a razão da minha fala de hoje. Desejo também pedir a todos os companheiros que promovam o debate. Não podemos mais ver quadros como os que vimos na greve da polícia da Bahia. Mas isso não ocorreu só na Bahia. Ocorreu em inúmeros Estados. Nós precisamos encontrar soluções. Somos mais de 170 milhões de pessoas e a 8ª economia do mundo; não podemos, de maneira nenhuma,

passar recibo ao mundo globalizado de que somos incompetentes, de que somos incapazes, de que não somos dignos de ter uma sociedade que se diga civilizada.

Vi, estarecido, todos aqueles quadros. Por isso ocupei a tribuna, exatamente para dizer que precisamos debater o assunto urgentemente. Na próxima semana devo apresentar um dos projetos, ou em uma comissão ou no próprio plenário, para que possamos encontrar uma forma de aprofundar esse debate e apresentar soluções à sociedade. Isso é, no mínimo, o que a população espera de nós, os seus representantes Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no exercício do cargo de Ministro da Previdência, até fevereiro deste ano, tive que enfrentar como um dos problemas mais importantes, como uma das metas estratégicas fundamentais para que nós pudéssemos reorganizar a Previdência Social, a questão da reestruturação do INSS – Instituto Nacional de Seguro Social, envolvendo a própria fusão efetiva do IAPAS e do INPS, que havia ocorrido, por lei, há mais de 10 anos, mas não se implementava de fato desde então. Fizemos isso mediante as novas agências da Previdência Social.

Mas essa é apenas uma das dimensões do problema.

Dentro do caos administrativo que prevalece na Administração Pública Federal, uma das questões básicas diz respeito ao reordenamento dos recursos humanos. E ao prestar contas da minha passagem pelo Ministério da Previdência, ao chegar aqui nesta Casa, em 7 de março, um dos pontos que destaquei foi exatamente o seguinte:

Aqui devo confessar uma frustração: deixei o Ministério antes de conseguir criar a carreira de técnico previdenciário. A mais genuína carreira da Instituição, essa nunca existiu. É uma dívida involuntária que reconheço para com os meus colegas previdenciários. Até isso reflete a falta de sentido social que havia na administração da Previdência: existem carreiras de fiscais, de procuradores, mas, para conceder benefícios, não existe uma carreira estruturada. É uma

distorção que precisa ser urgentemente corrigida. Deixei os estudos prontos, e esta é uma tarefa que fica para o meu sucessor, quem quer que seja.

Isso quer dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a atividade de conceder benefícios nunca foi priorizada dentro de uma instituição que foi criada para proteger o trabalhador brasileiro.

Estamos vendo que aquela atividade essencial, fundamental, genuinamente característica da instituição, é exercida por funcionários que, em sua maioria, ocupam o cargo de agente administrativo. Mas como essa função não é, por sua natureza, uma função de agente administrativo, o que foi feito? Desde 1987, foi discutida a hipótese de um Plano de Classificação de Cargos e Salários, um PCCS. Por conta disso, foi dada uma antecipação a um contingente desses servidores, uma parcela desses servidores, por entender que eles não eram agentes administrativos como os agentes administrativos que se distribuem por todo o aparelho administrativo da União; ao contrário, era preciso diferenciá-los e é preciso diferenciá-los. Daí a proposta que eu examinava de criação da carreira de técnico previdenciário.

Ocorre que, neste momento, se discute a implantação de um novo sistema de controle de administração de pessoal pelo Ministério da Previdência, que absorveu o Ministério da Administração, e essa antecipação de PCCS, do Plano de Classificação de Cargos e Salários, concedida desde 1987, não está sendo considerada regular pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ora, esses servidores recebem esse benefício – em muitos casos, equivalente a 50% da sua remuneração – desde 1987. Vários desses servidores tiveram a concessão por via administrativa, ou tros por via judicial, e não se pode, até por uma questão de bom senso, suprimir 50% de uma remuneração que já é percebida há mais de 15 anos.

Nesse sentido, venho fazer da tribuna o apelo para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão considere uma solução para esse problema. Não há como retirar esse valor. É preciso legalizá-lo, regularizá-lo, independentemente até do novo plano de carreira. O que não pode haver é redução da remuneração que os servidores já recebem – e são mais de 20 mil trabalhadores nessa situação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao trazer essa ponderação a esta Casa e ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, quero também estender esse apelo, no sentido de que seja, de imediato, encaminhado ao Congresso

Nacional o novo Plano de Carreira de Técnico Previdenciário. Que seja feito por projeto de lei, por medida provisória, ou pelo instrumento considerado mais adequado, mais apto, por parte do Executivo. O que não pode haver, sobre os trabalhadores da Previdência Social, é essa ameaça de perda de meta de sua remuneração. Isso seria o caos na vida de todas essas famílias, que já percebem essa remuneração há tanto tempo e já têm o seu orçamento doméstico definido em função desse nível de remuneração, o que determina, o que resulta em um certo padrão de vida.

O que precisamos, realmente, é continuar esse trabalho de reestruturação do INSS para que, com a nova carreira, tenhamos, efetivamente, valorizada a atividade, a tarefa de conceder benefícios, de atender aos nossos velhinhos do INSS, de atender aos trabalhadores brasileiros, porque o papel da Previdência é a proteção social do trabalhador.

Eram esses os comentários que eu queria trazer a esta Casa, neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem partido – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou aproveitar a tarde de hoje para, primeiramente, registrar a minha preocupação com relação à mudança na direção da Vale do Rio Doce. Foi anunciada a saída do Embaixador Jório Dauster, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, e a assunção do Sr. Roger Agnelli, que já assumiu a presidência da Companhia, apresentando, inclusive, algumas diretrizes que, com certeza, terão grande influência, grande participação e, eu diria, trarão um grande resultado, em especial, para o meu querido Estado do Pará e também para outros Estados participantes dos projetos desta megaempresa, hoje transnacional, que é a Companhia Vale do Rio Doce. Mas em especial ao meu Estado do Pará, aos Municípios que estão em torno do Projeto Carajás, como Paraopebas, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás, Marabá, Jacundá e outros que têm influência direta na exploração do minério de ferro, bem como do alumínio, na região de Barcarena e até mesmo na microrregião de Abaetetuba, Igarapé-Mirim e, lá no baixo Amazonas, na Mineração Rio do Norte, na baúta, que é a matéria-prima para a produção de alumínio.

E, finalmente, a energia elétrica, gerada em Tucuruí, que é um dos grandes insumos da indústria de eletrointensivos, que, no caso do alumínio, represen-

tapraticamente 80% do seu custo. Essa energia é gerada na barragem de Tucuruí e, futuramente, com Belo Monte e outras hidrelétricas que irão ser construídas no meu Pará, com certeza haverá mais condições para as exportações e para que os negócios da Companhia Vale do Rio Doce, que são feitos no mundo todo, possam realmente gerar mais divisas, emprego e renda para o meu querido Pará.

Porém, não posso deixar de registrar que, ao tempo em que a Companhia Vale do Rio Doce era uma empresa estatal, ela fazia um relacionamento muito próximo com as comunidades, com os municípios e com o Governo do Estado. Foi na fase da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, quando assumiu a presidência da Companhia o Sr. Benjamin Steinbruch, que tivemos o momento de maior dificuldade, de maior tensão no relacionamento entre o Governo do Estado do Pará e a Companhia. Foi um relacionamento difícil, conturbado, porque, naquele período da privatização, a empresa tinha como objetivo apenas o resultado econômico-financeiro e não tratava, em hipótese nenhuma, de assuntos da área social. Chegou-se a discutir o cancelamento do Projeto Salobo, em Carajás, que realiza a extração e industrialização do cobre, matéria-prima hoje importada pelo Brasil, gerando déficit na balança comercial. Essas importações poderiam ser evitadas se esse projeto de beneficiamento do cobre na verticalização minerária fosse instalado desde à época em que a Companhia Vale do Rio Doce era estatal.

Na mudança havida na direção da Companhia Vale do Rio Doce, há cerca de três anos, assumiu o Embaixador Jório Dauster, que também iniciou sua gestão de forma tensa em relação ao Governo do Pará. A Assembleia Legislativa do Estado, com os Deputados todos unidos, chegou a fiscalizar, auditar, pressionar e até criar uma CPI contra a Vale do Rio Doce. E o Governo do Pará também assumiu essa bandeira, exigindo da Companhia o compromisso sobre as comunidades em torno do projeto, bem como em relação a sua obrigação tributária, no recolhimento de impostos, como o ICMS gerado pelo transporte da bauxita da Mineração Rio do Norte, de Trombetas até Vila do Conde, em Barcarena.

Chegamos, inclusive, o Governo do Estado, a autuar em mais de R\$40 milhões a Companhia Vale do Rio Doce. Tivemos informações de que a empresa também não cumpria seus compromissos na área federal. E a corda foi tão esticada, eu diria, que chegou quase a um rompimento nas relações institucionais entre o Governo do Pará e essa Companhia. Mas o Embaixador Jório Dauster refletiu, reuniu a sua dire-

toria e, a partir dos últimos dois anos, a empresa passou a realmente avaliar a necessidade de investir também no Pará, de atender a área social, de atender as prefeituras. Porque nós não poderíamos permitir que acontecesse no Pará o que aconteceu no Amapá, onde a Icomi, depois de 50 anos de exploração de manganês, deixou apenas os buracos, os desempregados e a questão social totalmente entregue ao Governo do então Território do Amapá.

O Embaixador Jório Dauster passou a visitar mais o projeto, designou uma diretoria que passou realmente a morar no Estado do Pará, a visitar as minas de ferro e de alumínio, todos os projetos, inclusive os de logística, como as ferrovias e os portos que a Companhia tem no Estado do Pará. Passaram a cumprir com a obrigação no que se refere aos impostos. Foi estabelecida uma regra de recolhimento, houve, inclusive, um recolhimento de impostos significativo que permitiu ao Pará fazer mais investimentos. Foi criado um Fundo de Desenvolvimento em parceria com o Governo do Pará e a Companhia Vale do Rio Doce para a área social, que está funcionando a pleno vapor com objetivos claros, a exemplo de como é feita a administração do Governador Almir Gabriel.

Mas, de toda maneira, causa-nos preocupação essa mudança de direção, aliás o presidente vem do Bradesco. Ontem, assisti, no Programa “Espaço Aberto”, da **GloboNews**, uma entrevista do Presidente Roger Agnelli à jornalista Míriam Leitão. Deixou-nos preocupados ouvi-lo falar muito clara e objetivamente apenas nos aspectos econômicos e financeiros. Falou da necessidade de a Companhia investir mais no Brasil, porque aqui estão as suas reservas, e 60 a 70% da empresa funciona e alcança esses resultados porque está situada no Pará onde existem as reservas minerais, como o ferro, o cobre, o alumínio e o ouro. Disse, inclusive, que a prioridade de investimentos é o Brasil, o que me deixou satisfeito, porque vi que é ainda no Brasil que os grandes negócios são gerados – na Amazônia e, em especial, no Pará – e onde as empresas têm a grande expectativa de continuar seu processo de desenvolvimento, gerando crescimento da economia do País.

O Sr. Roger Agnelli afirmou ainda que o problema da geração de energia elétrica, com certeza, será solucionado e que a Companhia tem interesse em investir em hidrelétricas, em especial no Pará, pelo seu potencial hídrico para gerar mais energia, mais emprego e renda. Ficou claro o seu pouco conhecimento no que se refere à Amazônia e, em especial, ao Pará.

Portanto, a nossa preocupação, eu diria, é no sentido de que a nova direção da Companhia Vale do Rio Doce, sob a presidência do Sr. Roger Agnelli, realize realmente um trabalho sério, como tem sido feito até hoje, com o objetivo maior do lucro, do resultado, da concorrência, do mercado internacional, da competição, mas que também se lembre de que no Pará existem habitantes, que não estão preocupados apenas com o resultado financeiro, mas também com o aspecto social, para o qual os governantes do Pará estão atentos – o Governador Almir Gabriel e toda a Bancada Federal. Desejamos que essa parceria séria do retorno do capital investido seja vista em benefícios à população, no que se refere à geração de emprego, à geração de renda e à contribuição dos impostos para atender realmente a infra-estrutura necessária para o funcionamento de uma empresa de resultado tão otimizado.

Eu diria também que ouvi, com bastante atenção, a proposta de criação de uma nova diretoria relacionada à logística, tendo em vista os grandes investimentos que serão feitos na Amazônia, como já foi anunciado – e o Presidente Fernando Henrique deverá confirmar isso nos próximos meses. Será iniciada a construção da hidrelétrica de Belo Monte com a liberação do edital de concorrência. Realmente, isso fará com que especialmente o nosso Estado, e não apenas a Amazônia, trabalhe para que essa nova diretoria de logística da Vale do Rio Doce também pense nos investimentos e na verticalização minerária dos produtos gerados no Pará.

É importante que essa nova diretoria assuma o compromisso de viabilizar o Projeto Salobro, que é a industrialização, que é o beneficiamento do cobre, pois uma das maiores reservas do mundo encontra-se no Pará. A reserva é viável, o que já foi comprovado econômica e financeiramente. Esse projeto vai gerar emprego, renda e trará resultados à população paraense e, como consequência, à balança comercial brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 404, DE 2001

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentada pelo Senador Federal, voto de pesar pelo falecimento da irmã Marcelina de São Luiz.

Justificação

Faleceu na última segunda-feira, em Cariacica – Espírito Santo, aos 88 anos, a irmã Marcelina de São Luiz, dirigente maior do orfanato Cristo Rei naquela localidade. Essa instituição que abriga hoje 110 menores foi conduzida exemplarmente, durante 44 anos, pela irmã Marcelina e sua valerosa equipe de voluntários e colaboradores.

Filha mais velha de uma família de oito irmãos, Maria Braz Santana nasceu no Rio de Janeiro em 19 de março de 1913 e veio para o Espírito Santo aos três anos morar em Muqui. A escolha pela vida religiosa ocorreu aos 13 anos. Em 1957, a irmã chegou ao orfanato Cristo Rei, fundado pelo padre italiano Leandro Dello'Homo.

Para todos nós, amigos e admiradores, é difícil achar a palavra exata para descrever o significado e a importância da irmã Marcelina no meio social e religioso do nosso estado.

Trata-se sem dúvida da mais destacada benfeitora dos menores carentes na história do Espírito Santo, que por quase meio século se dedicou a apoiar material e espiritualmente milhares de menores.

Com esse registro manifestamos aquilo que todo capixaba sente nesse momento de imenso pesar. Ficará indelevelmente marcado em nossas mentes e corações a figura frágil e determinada da freira que com seu testemunho enriqueceu a vida de todos nós.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2001. – Senador **Ricardo Santos**.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Eduardo Siqueira Campos e Mauro Miranda em via ram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 1º de agosto de 2001 assinala a passagem do centenário de nascimento de Pedro Aleixo, alguém que marcou a vida pública brasileira ao longo de boa parte do século XX. Político, advogado, professor, jornalista e escri-

tor, esse mineiro nascido no berço histórico de seu Estado, Mariana, mereceter sua memória celebrada.

Falar de Pedro Aleixo é ato pedagógico. Nele, conceitos essenciais como o de democracia, justiça e liberdade são componentes indissociáveis na construção do espaço público, ou seja, da política, em admirável coerência com o irretocável comportamento pessoal. Com efeito, em toda sua trajetória de vida – do jovem que se bacharelou, em 1922, pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais ao experiente político falecido em 1975 – encontraremos a linha que balizou integralmente sua existência: a fé inquebrantável no Direito como instrumento da Justiça, na Liberdade como condição para a Cidadania, na Democracia como razão de ser do Estado.

Assim era Pedro Aleixo.

Estudante exemplar, quando aluno do curso de Direito, dirigiu a **Revista Acadêmica** e conquistou o Prêmio Rio Branco, distinção conferida ao melhor aluno. Em ambos os casos, era o sinal precoce do que iria caracterizá-lo pela vida afora. Vocação inquestionável para o jornalismo, cedo começou a militar na imprensa de Belo Horizonte: em 1923, já escrevia para o **Diário da Manhã**; quatro anos mais tarde, em 1927, une-se a outros companheiros na fundação daquele que ainda é o mais importante jornal mineiro, o **Estado de Minas**.

O final da turbulenta década de 1920, período em que mais e mais se explicita o quadro de profunda – e irreversível – crise da República Velha, irá encontrá-lo no firme e decidido combate às estruturas oligárquicas de poder existentes no País, participando ativamente da campanha da Aliança Liberal.

Eleito Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, Pedro Aleixo dava início à profícua carreira parlamentar que lhe dará projeção nacional. A Constituição de 1934 dele recebeu notável contribuição, especialmente no que tange ao Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais. Nessa curta legislatura, abreviada pelo golpe do Estado Novo de Vargas, atuou em várias frentes: integrou a Comissão de Reforma do Colégio Eleitoral, foi membro destacado da Comissão de Constituição e Justiça, exerceu as funções de Líder da Maioria e, em ato de justo reconhecimento de seu valor por parte de seus Pares, foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados, em maio de 1937.

Justamente quando do exercício da Presidência da Câmara é que Aleixo recebe a notícia do golpe de Estado desferido por Getúlio. Fiel aos princípios dos quais jamais se afastou, externou publicamente sua repulsa ao gesto ditatorial. Recolhido às atividades

privadas, não esmoreceu na luta pela volta do estado de direito. Assim é que, em 1943, inscreve-se entre os signatários do **Manifesto dos Mineiros**, plenamente consciente dos riscos que corria. Uma das primeiras reações da ditadura foi destituí-lo do cargo de Diretor Jurídico do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

Vencido o tempo do Estado Novo, vemos Pedro Aleixo filiar-se à nascente União Democrática Nacional, na convicção de que esse Partido seria a moldura natural para suas idéias liberais. Como Deputado Estadual, contribuiu profundamente na elaboração da nova Constituição do Estado. Licenciando-se do Legislativo, foi ajudar o grande Milton Campos a fazer um dos mais respeitados governos da História de Minas, assumindo a estratégica Pasta do Interior e Justiça.

Sua trajetória no âmbito nacional, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é retomada ao final dos anos 50. Pedro Aleixo foi eleito Deputado Federal para a 4ª Legislatura (1959-1963) e, nessa condição, participa ativamente de um dos mais tensos momentos de nossa História Republicana, correspondendo ao final dos "Anos JK", ao brevíssimo período de Jânio Quadros e ao conturbado Governo João Goulart.

Vale a pena rememorar a participação de Aleixo nessa fase de tanta turbulência política no País. Em meio a um quadro de crescente polarização ideológica, jamais se omitiu. Foi Líder do Governo Jânio Quadros na Câmara dos Deputados; liderou o Bloco Parlamentar UDN/PL e, ante o adensamento da crise política, conduziu a Oposição na Câmara.

Quando da tentativa de golpe, em 1961, para que o Vice-Presidente Goulart não assumisse o cargo que Jânio deixara vago, Pedro Aleixo estava entre os que mais lutaram por uma solução pacífica, que não ferisse de morte a Constituição. Menos de três anos depois, apoiou, sim, a derubada de Jango, tendo-o feito na mais firme crença de que a democracia corria sérios riscos. Coerentemente, insistia para que o novo regime rapidamente se reencontrasse em termos jurídicos: não por acaso, foi ele o Presidente da Comissão Especial do Congresso Nacional que elaborou a redação final da Carta de 1967.

Creio, Sr. Presidente, que a prova mais cabal de sua fidelidade ao ideário democrático e liberal que sempre o norteou foi dada por ele quando ocupou a Vice-Presidência da República. Naquele terrível dezembro de 1968, foi a única voz no Conselho de Segurança Nacional a se opor à decretação do Ato Institucional N.º 5, nele antevendo a institucionalização da ditadura.

Esse gesto de coragem cívica e de firmeza moral, além do esforço que desenvolveu para a reabertura do Congresso Nacional, foram atos que se mostraram inaceitáveis aos olhos da linha dura. Em fins de agosto de 1969, anunciou o afastamento do Presidente Costa e Silva, vítima de doença que o levaria à morte, não pôde assumir a Presidência da República.

O valente lutador das grandes causas não cruzou os braços. Sua derradeira campanha deu-se em torno da criação de um novo Partido político que, a despeito de todas as circunstâncias adversas e do perigo que rondava a todos que não se sujeitavam à força do arbítrio, buscou desnudar a artificialidade do bipartidarismo que o regime de exceção impusera ao País. Nascia, então, o Partido Democrata Republicano, o PDR, rigorosamente comprometido com a recomposição da ordem constitucional. No texto de apresentação do Partido, lá estava explicitado, em momento de suprema angústia nacional em face da escalada ditatorial, o compromisso de "assegurar e preservar os direitos fundamentais da pessoa humana".

Assim era Pedro Aleixo.

Ao falecer, em 1975, deixou um legado que somente os grandes homens são capazes de edificar: a retidão de caráter, a fidelidade a princípios, a coerência, a certeza de que Nação alguma consegue atingir seus mais elevados propósitos se não for pelo caminho da Lei, da Justiça e da Democracia.

Essas lições, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ele as deixou no Parlamento, na advocacia, no magistério, nos textos escritos, no cotidiano de uma vida honrada.

Essas lições, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se assimiladas, nos fazem maiores e melhores e nos permitem sonhar com um Brasil justo, próspero.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com grande satisfação retorno à tribuna desta Casa, para registrar um importante fato de iniciativa do Governo do Estado do Tocantins.

O Governador Siqueira Campos deu início ontem, na cidade de Arraias, a uma nova fase na administração estadual, denominada governo itinerante, iniciativa esta que se estenderá até 21 de setembro e transferirá o governo estadual para 18 cidades sedes de regiões administrativas. Cada cidade sede visitada receberá, também, os prefeitos dos municípios mais próximos. No caso de Arraias, foram atendidos os prefeitos de Combinado, Conceição do Tocantins e Novo Alegre.

A próxima cidade a abrigar o governo itinerante será a de Araguaína, juntamente com mais nove prefeitos daquela região.

É importante salientar, Sras. e Srs. Senadores, que a decisão do Governo Estadual buscar uma maior proximidade com os prefeitos, com a população e seus problemas, transferindo todo o centro político e administrativo para a região, propiciará mais agilidade na tomada de decisões, apresentando rapidamente soluções para as necessidades dos municípios tocantinenses.

Assim, quero louvar mais essa iniciativa política e administrativa do Governador Siqueira Campos, que, com certeza, será extremamente benéfica para o povo do nosso Estado.

Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para parabenizar o povo de Arraias, município que ontem completou 261 anos de criação, sendo a segunda cidade mais antiga do nosso Estado. A escolha daquele município para iniciar o governo itinerante, foi mais uma forma de o Governo do Estado homenagear o povo de Arraias, sua tradição e história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nossas cidades abrigam-se 80% dos brasileiros. Essa simples constatação traduz a soma de imensos problemas: a miséria das periferias, as habitações de padrão precário, a falta de saneamento, a criminalidade, as dificuldades do transporte coletivo e do trânsito, a especulação imobiliária.

Mas a presença de 80% de nossa população nas cidades significa também a oportunidade de elevar as condições de vida e o nível de justiça e bem-estar em nossa sociedade. Isso se pudermos transformar as cidades em foco de ações concatenadas de gestão urbana centradas no ataque a esses problemas. Para isso, carecíamos, até recentemente, de instrumento legal apropriado.

A Constituição de 88 nos deu uma importante base jurídica sobre a qual construir esse instrumento: é o capítulo da Constituição dedicado à política urbana, que impõe o conceito de função social da propriedade e a obrigação de adoção do plano diretor.

Além disso, Emenda Constitucional de 1999, por mim proposta, incorporou a moradia no rol dos direitos individuais, por meio de nova redação do ar-

tigo 6º da Constituição Federal. Esse foi um passo a mais na direção certa.

No entanto, essas feições e comandos da Constituição dependiam, para adquirir plena eficácia, da elaboração de lei federal que delineasse diretrizes de políticas urbanas e um adequado quadro de penalidades no caso de seu descumprimento. Agora, Sr. Presidente, temos essa Lei, dispomos do instrumento legal para enfrentar os gigantescos desafios físicos e sociais das cidades brasileiras: trata-se do Estatuto das Cidades, que o Senado aprovou em junho próximo passado.

Esse avanço jurídico conquistado pelo Brasil deve ser comemorado. Especificamente, quero aqui registrar o evento realizado no Palácio do Planalto, em 10 de julho, quando esta Casa estava em recesso. Naquela ocasião, o Presidente da República sancionou o Estatuto das Cidades aprovado pelo Congresso. Não só sancionou formalmente, como elogiou amplamente o trabalho do Congresso e enalteceu a importância da nova Lei.

Como relator da matéria nesta Casa, posso assegurar que o veto presidencial a alguns artigos relacionados à concessão de uso especial para fins de moradia nada mais representa do que um aperfeiçoamento à nova lei vigente. Tanto assim se caracterizou a alteração, que a assessoria do Palácio do Planalto tornou público, no mesmo dia da sanção, um novo texto com adequações pertinentes, principalmente quando se especifica os imóveis públicos que precisam ser preservados do risco de desapropriação. Nesse caso, especificamente, as áreas de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais, os reservados à construção de represas e obras congêneres e os que constituam vias de comunicação.

Processada a inclusão dessas normas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ficou evidenciado o grande serviço que o Congresso Nacional, e em especial a atual legislatura desta Casa, prestou à Nação ao aprovar, por unanimidade, o Estatuto da Cidade, redimindo-se perante os brasileiros dos 12 anos em que a sociedade ficou privada do ordenamento e controle do uso do solo.

A aprovação do Estatuto da Cidade foi uma grande vitória do Congresso Nacional, do Presidente da República e, acima de tudo, do povo brasileiro, que, a partir de agora, poderá cobrar dos administradores públicos municipais o combate à especulação imobiliária, entre os aspectos mais importantes.

Desta forma, leis municipais contidas no Plano Diretor poderão determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórias do solo urbano que não esteja sendo ocupado para atender a função social da propriedade. Caso o proprietário não cumpra os prazos determinados pela administração, o terreno sofrerá, durante cinco anos, taxa progressiva de IPTU. Se ainda assim as determinações não forem cumpridas, o imóvel poderá ser desapropriado.

Como se vê, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, está agora nas mãos dos prefeitos municipais de todo o País a tarefa de dar prosseguimento ao ciclo vitorioso iniciado no Congresso Nacional e que teve continuidade no Palácio do Planalto. À disposição desses administradores encontra-se um grande número de mecanismos para a gestão urbana, possibilitando a redução do abismo das desigualdades sociais.

E pela maneira como os prefeitos estão se movimentando em todo o País, não há dúvida sobre a revolução a ser proporcionada pelo Estatuto da Cidade. São dezenas e dezenas de consultas e seminários para discussão do tema, o que configura a necessidade de uma reforma urbana em todos os conglomerados urbanos.

Deve-se lembrar, ainda, que o Estatuto da Cidade é sábio ao estabelecer as diretrizes gerais da política urbana, sem contudo obrigar os Municípios ao uso desse ou daquele instrumento. Ao contrário, a nova lei oferece aos governos locais uma espécie de "caixa de ferramentas", que os Municípios poderão utilizar na exata medida de suas necessidades e conveniências.

Antes de finalizar minhas palavras, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, faço aqui um apelo para que todos aqueles que têm assento no plenário desta Casa utilizem de sua influência, em seus respectivos Estados, para provocar não apenas a discussão, mas a aplicação de todos os dispositivos contidos no Estatuto da Cidade no maior número de municípios. Estaremos, todos nós, dando uma grande contribuição à Nação.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 7 de agosto, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
<p style="text-align: center;">1</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997</p> <p>Senador Romero Jucá</p>	<p>Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR).</p> <p>Parecer nº 15/99-CCJ, Relator: Senador José Bianco, favorável, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.</p> <p style="text-align: center;">(Recurso nº 4, de 1999)</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p style="text-align: center;">2</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001</p> <p>(nº 563/2000, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.</p> <p>Parecer nº 659/2001-CE, Relator: Senador Waldeck Ornelas, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p style="text-align: center;">3</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001</p> <p>(nº 564/2000, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.</p> <p>Parecer nº 660/2001-CE, Relator: Senador Pedro Piva, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p style="text-align: center;">4</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001</p> <p>(nº 551/2000, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Parecer nº 619/2001-CE, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>
<p style="text-align: center;">5</p> <p>Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001</p> <p>(nº 571/2000, na Câmara dos Deputados)</p>	<p>Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.</p> <p>Parecer nº 620/2001-CE, Relator: Senador Arlindo Porto, favorável.</p>	<p>Discussão, em turno único.</p>

O SR. PRESIDENTE (AdemirAndrade) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 22 minutos.)

**ATA DA 82ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2001**
(Publicada no DSF de 30 de junho de 2001)

RETIFICAÇÃO

Na página 14580, primeira e segunda colunas,

Onde se lê:

“RECURSO Nº 16, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 254, parágrafo único do Regimento Interno, o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2001. – Senador **Lúcio Alcântara**, Senador **Pedro Simon**, Senadora **Heloísa Helena**, Senador **Tião Viana**, Senador **José Sergio Oliveira Machado**, Senador **Jonas Pinheiro**, Senador **Luis Machado Rezende**, Senador **Paulo Hartung**, Senador **Romeu Tuma** e Senador **Mauro Miranda**.

RECURSO Nº 16, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 254, parágrafo único do Regimento Interno, o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2001. – Senador **Fernando Matual – Maguito Vilela – Renan Calhir**.”

Leia-se:

“RECURSO Nº 16, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno, o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2001. – Senador **Lúcio Alcântara**, Senador **Pedro Simon**, Senadora **Heloísa Helena**, Senador **Tião Viana**, Senador **José Sergio Oliveira Machado**, Senador **Jonas Pinheiro**, Senador **Iris Machado Rezende**, Senador **Paulo Hartung**, Senador **Romeu Tuma**, Senador **Mauro Miranda**, Senador **Fernando Matusalém**, Senador **Maguito Vilela** e Senador **Renan Calheiros**.”

Ata da 85ª Sessão não Deliberativa em 3 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura

*Presidência dos Srs. Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon
Jefferson Péres, Ademir Andrade e José Fogaça*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 502, DE 2001 – CN (Nº 818/2001, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de R\$8.500.000,00, em favor da Câmara dos Deputados, para os fins que especifica".

Brasília, 2 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM nº 226/MP

Basília, 24 de julho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar solicitação de abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), no valor de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), em favor da Câmara dos Deputados.

2. A solicitação tem por objetivo cobrir despesas com a divulgação institucional da Câmara dos Deputados nos meios de comunicação social, conforme prioridade definida pela Presidência daquela Casa.

3. O crédito em questão decorre de solicitação formalizada por intermédio do Ofício nº 478/DG, da Câmara dos Deputados, datado de 5 de julho de 2001.

4. A abertura do presente crédito viabilizar-se-á por meio de projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Cabe esclarecer que, segundo o Órgão, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízo na sua execução, uma vez que o remanejamento proposto foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do corrente exercício.

6. Nessas condições, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente, – **Martus Tavares**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2001 – CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial no valor de R\$8.500.000,00, em favor da Câmara dos Deputados, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), em favor da Câmara dos Deputados, crédito especial no valor de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2001.

ORGAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
 UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS									8.500.000
		ATIVIDADES							
01 131	0553 2549	DIVULGACAO INSTITUCIONAL DA CAMARA DOS DEPUTADOS							8.500.000
01 131	0553 2549 0001	DIVULGACAO INSTITUCIONAL DA CAMARA DOS DEPUTADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	8.500.000
TOTAL - FISCAL									8.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.500.000

ORGAO : 01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS
 UNIDADE : 01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0553 ATUACAO LEGISLATIVA DA CAMARA DOS DEPUTADOS									8.500.000
		ATIVIDADES							
01 122	0553 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							8.500.000
01 122	0553 2000 0373	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	8.500.000
TOTAL - FISCAL									8.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.500.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.171, DE 5 DE JANEIRO DE 2001

Estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2001.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, dedu-

zir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

(À Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Do Expediente lido, que vai à publicação, consta mensagem presidencial encaminhando o Projeto de Lei n.º 30, de 2001-CN, que vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução n.º 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do Projeto:

Até 08-8 publicação e distribuição de avulsos;

Até 16-8 prazo final para apresentação de emendas;

Até 21-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 31-8 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) — Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

OF. Nº 182/01-GLPFL

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita a substituição na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 2.196-2, de 27 de julho de 2001, que “Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA”, ficando assim constituída:

Titulares

Jonas Pinheiro

José Agripino

Suplentes

Francelino Pereira

Romeu Tuma

Atenciosamente, – Senador **Francelino Pereira**, Líder do PFL, em exercício.

Ofício nº 1.016-L-PFL/2001

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.178-35, de 26 de julho de 2001, que “Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, instituiu Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado **Euler Ribeiro**

Suplente:

Deputado **Roberto Pessoa**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 1.029-L-PFL/2001

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST, que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.196-2, de 26 de julho de 2001, que “Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado **Átila Lins**

Deputado **Ronaldo Caiado**

Suplente:

Deputada **Celcita Pinheiro**

Deputado **Luís Barbosa**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 1.030-L-PFL/2001

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.201-1, de 26 de julho de 2001, que “altera a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado **Eliseu Resende**

Deputado **Rodrigo Maia**

Suplentes:

Deputado **Costa Ferreira**

Deputado **João Carlos Bacelar**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 1.031-L-PFL/2001

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.202-1, de 26 de julho de 2001, que “dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, e para a Seguridade Social – COFINS incidentes sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado **Cláudio Cajado**

Deputado **Pedro Bittencourt**

Suplentes:

Deputado **Aldir Cabral**

Deputado **Mauro Fecury**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 1.040-L-PFL/2001

Brasília, 1º de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, que "Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado **Arolde de Oliveira**

Deputado **Luciano Pizzatto**

Suplentes:

Deputado **Chico Sardelli**

Deputado **Francistônio Pinto**

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício PSDB/I/nº 364/2001

Brasília, 3 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado Jutahy Júnior pelo Deputado Júlio Semeghini como membro titular, na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 2.200-1, de 2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, e dá outras providências.

Atenciosamente, – Deputado **Jutahy Júnior**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira, por 20 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha permanência em Brasília, hoje, destina-se a tratar de um assunto de significativa importância para uma das mais belas e apaixonantes capitais do Brasil. Trata-se da minha, da nossa Belo Horizonte, que recentemente comemorou cem anos de existência.

Quando nela cheguei, Belo Horizonte era uma cidade de 300 a 400 mil habitantes. Hoje, tem mais de 2,5 milhões. A sua região metropolitana, composta por mais de 20 Municípios, está saturada pelos problemas que a envolvem e tem uma população em torno de cinco milhões de brasileiros. No entanto, quando se fala de Belo Horizonte, não há por que não se tratar de uma área específica, que foi sempre um cartão postal local: a região da Pampulha, cuja história está intimamente ligada ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que, nomeado Prefeito pelo então interventor Benedito Valadares, transformou a cidade.

JK elevou aos píncaros o otimismo e a confiança no destino da cidade. Trouxe para Belo Horizonte a marca cultural e, mais que isso, foi buscar em Niemeyer, em Burle Marx, em Lúcio Costa, que construíram Brasília, expressões que hoje trazem um sentimento de respeito e de admiração do Brasil. Assim, a Pampulha, de um momento para outro, transformou-se num dos centros mais importantes da nossa capital. O Brasil e alguns países do mundo conheceram aquele projeto e, simultaneamente, um clima de otimismo e confiança se instalou em Minas Gerais, em razão de a nossa capital representar um exemplo de prosperidade, cultura, beleza e turismo, de uma cidade que se transformava num dos símbolos da vida econômica, social, política e cultural do Brasil.

Do aeroporto da Pampulha, pequeno e belo, começamos a viajar para toda Minas Gerais, para o Brasil e para os países do mundo, e a cidade foi crescendo.

À frente do Governo de Minas Gerais – hoje com 18 milhões de mineiros e quase novecentas cidades – iniciei a construção de um novo aeroporto na localidade de Confins, ao lado das cidades de Confins, Vespasiano, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, recebido como uma obra extraordinária, que representava uma opção para o tráfego aéreo do Estado e do País. Acompanhei atentamente a elaboração do projeto e demonstrei às autoridades federais, às lideranças do meu Estado, aos setores empresariais e às comunidades mineiras que, efetivamente, estávamos construindo um aeroporto da maior significação para Minas. Uma obra que colocaria o Estado entre os grandes centros de interesse turístico, comercial e empresarial do País. Naquela ocasião, o velho aeroporto da Pampulha já era apontado, inclusive por comandantes de aeronaves, como o de piores condições de segurança entre os aeroportos das capitais do Brasil.

Com a inauguração de Confins, o movimento do aeroporto da Pampulha foi, em grande parte, transferido para o novo aeroporto internacional. Com ele, a

região metropolitana de Belo Horizonte tornou-se um centro de alta importância para a vida econômica, porque um aeroporto daquela dimensão era absolutamente indispensável ao desenvolvimento da economia mineira e ao relacionamento econômico, social, político, cultural e turístico das cidades do Brasil e do mundo.

Repito, Sr. Presidente, que o aeroporto da Pampulha era considerado de alto risco. Acidentes ocorreram. A preocupação era inevitável. Inaugurado Confins, as operações aéreas foram praticamente transferidas para o novo aeroporto. No entanto, há alguns anos – dois ou três anos –, o tráfego de aeronaves começou a aumentar no Aeroporto da Pampulha. Confins, com previsão para cinco milhões de passageiros, hoje, tendo em vista a sua sub – utilização, trabalha com a capacidade operacional reduzida em até 30%, enquanto o Aeroporto da Pampulha transformou-se em centro de grande movimentação de aeronaves. O aeroporto, pequeno, foi embelezado; fez-se uma reconstrução do prédio – e todos os mineiros gostaram.

Sr. Presidente, a Pampulha, que era a alma de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o sonho de Minas e dos mineiros, que era o novo espelho e cartão postal da nossa capital, foi-se deteriorando, inclusive com a degradação do lago. E ocorreu de forma impressionante! Hoje, usando a linguagem drumoniana, ou seja, de Carlos Drummond de Andrade, a Pampulha não há mais. Foi-se a Pampulha. Até os aviões se espantam quando passam por lá e constataam o seu desaparecimento.

Sr. Presidente, participei de reuniões com dirigentes da Infraero, os quais defendiam a instalação de aeroportos nas proximidades da zona central em detrimento de Confins, que está a 35 minutos do centro urbano de Belo Horizonte. Segundo eles, o ideal seria a Pampulha, que está a dez minutos do centro da cidade.

Sr. Presidente, em sua edição de hoje, o jornal **Estado de Minas** informa que as operações no Aeroporto da Pampulha ficarão suspensas por três dias no final de agosto ou início de setembro, para que se realizem as obras de reforma destinadas a corrigir as ondulações existentes na pista, sob pena de, se isso não ocorrer, causar desastres com perdas de vidas.

Segundo o **Estado do Minas**, ocorrerá hoje, no Rio de Janeiro, reunião da Infraero com representantes de 12 empresas interessadas no transporte aéreo para debaterem a situação daquele aeroporto.

O uso dizer que houve dois fatos importantes para trazer o tráfego aéreo de Confins de volta para a

Pampulha: a operação de aviões de médio porte, como o Fokker, e um impressionante **lobby**.

Sr. Presidente, requeiro seja transcrito nos Anais do Senado a reportagem publicada no **Estado de Minas** sob o título "Aeroporto parado três dias". Que esta Casa e o Brasil conheçam efetivamente o momento de apreensão que vive Belo Horizonte!

Traço também, Sr. Presidente, uma outra notícia de interesse da população de Belo Horizonte a respeito da Pampulha.

Trata-se de mais uma iniciativa concreta, buscando a recuperação daquela lagoa, ícone da capital mineira. Afinal, o objetivo, que todos nós almejamos, é vê-la novamente transformada em cartão postal de Belo Horizonte.

O Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, estará na próxima segunda-feira na capital mineira para prestigiar a assinatura do contrato de repasse de R\$7,5 milhões, firmado entre a Caixa Econômica Federal, a Agência Nacional das Águas – ANA – e as Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, para o financiamento das obras. A solenidade ocorrerá às 10 horas no Museu de Arte da Pampulha.

Trata-se da implementação inicial do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha – Propam –, cujo financiamento está assegurado por meio de emenda ao Orçamento Geral da União de 2001, patrocinada – ouçam bem – pela Bancada de Minas Gerais no Congresso Nacional – Deputados e Senadores.

As medidas incluem a recuperação das nascentes e das áreas degradadas, a melhoria da qualidade das águas dos córregos e da lagoa e a recuperação da capacidade de amortecimento de cheias do reservatório.

Também fazem parte do Propam a potencialização da represa e de sua orla para atividades de lazer, cultura e turismo, assim como a conscientização ambiental da população da bacia da Pampulha, que abrange 97 quilômetros quadrados nos dois Municípios.

O Programa foi aprovado pelo Consórcio Intermunicipal da Bacia da Pampulha, firmado entre os Municípios de Belo Horizonte e Contagem, pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte e pelo Comitê da Bacia do rio das Velhas.

Conforme o projeto, o desassoreamento da lagoa da Pampulha deverá ser realizado em quatro anos, com a dragagem de quatro milhões de metros cúbicos de sedimentos. A capacidade de amortecimento de cheias do reservatório caiu de 64%, em 1957, para 49%, em 1997, segundo estudos do De-

partamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Minas Gerais, a nossa UFMG.

Os especialistas estimam que, em 20 anos, o reservatório esteja totalmente assoreado – em 20 anos, ouçam por favor -, perdendo completamente sua capacidade de amortecimento de enchentes, se as obras de dragagem não forem feitas com urgência.

De acordo com a primeira etapa do projeto, parte dos sedimentos da Pampulha será depositada em 19,5 hectares, situados em área da Infraero no Aeroporto da Pampulha. Serão mobilizados para esta etapa recursos no montante de R\$8,504 milhões, sendo R\$3,584 milhões da União e R\$4,9 milhões da Prefeitura de Belo Horizonte.

As obras em Contagem incluem a recuperação da área degradada e a implantação do Parque Ecológico São Mateus, além da recuperação dos córregos Milanês e Gandhi. Os serviços envolverão saneamento básico, reassentamento de parcela da população localizada em área de risco de inundação e de desapropriação de áreas para preservação permanente.

Os investimentos previstos somam R\$5,123 milhões, dos quais R\$3,586 milhões correspondem a recursos da União e R\$1,537 milhão como contrapartida da prefeitura de Contagem.

Além dos R\$ 3,584 milhões destinados a Belo Horizonte e R\$3,586 milhões a Contagem, somando R\$ 7,170 milhões, os restantes R\$ 330 milhões financiarão um convênio a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas e o Consórcio Intermunicipal da Bacia da Pampulha, para a realização de estudos e projetos, perfazendo os R\$ 7,5 milhões dos recursos federais.

Trata-se, como mencionei anteriormente, de providência objetiva, embora modesta, com projetos definidos e recursos assegurados, destinada a mudar a fisionomia da Pampulha, a longo prazo, é verdade, trazendo de volta à população de Belo Horizonte o desfrute da beleza da lagoa.

Sr. Presidente, para encerrar, comunico a V. Exª que, ainda hoje, encaminharei requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando a realização de audiência pública destinada a discutir a situação do aeroporto da Pampulha e também dos aeroportos de Congonhas, em São Paulo e do Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Os três estão em vias de saturação, em razão do intenso tráfego aéreo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, três anos se passaram desde a entrada em vigor da Lei nº 9.614, de março de 1998, também conhecida como Lei do Abate, a qual, alterando dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica, autoriza a destruição de aeronaves hostis que estejam sobrevoando nosso espaço aéreo.

A necessidade de se intensificar e aperfeiçoar a vigilância, como condição indispensável para a proteção da Amazônia, é assunto que já foi exaustivamente discutido pelas autoridades governamentais e por toda a sociedade brasileira, tendo resultado desses amplos debates, como reconhecimento das exigências que se impõem, a elaboração e implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam como parte do projeto Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam.

Estima-se que a implantação do projeto Sivam estará concluída no segundo semestre do próximo ano, mas já se pode avaliar que os radares instalados até o momento melhoraram significativamente a cobertura da região Amazônica. Isso permitiu confirmar o que há muito já se sabia: a intensidade do tráfego aéreo clandestino na região, servindo quase sempre às atividades do narcotráfico e do contrabando de armas.

No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a melhoria na cobertura do nosso espaço aéreo, até o momento, não tem contribuído para o combate às atividades ilegais e clandestinas simplesmente por que a Lei nº 9.614 não foi ainda regulamentada.

De acordo com recente reportagem da **Folha de S.Paulo**, "a situação tem provocado situações exasperantes para os pilotos". "Aviões suspeitos ignoram tentativas de comunicação; pilotos escondem os rostos, evitando ser fotografados, e já se registraram casos em que mulheres e crianças são colocadas na janela da aeronave para evitar retaliações" – relata o periódico.

Sem a regulamentação da chamada Lei do Abate, informa o jornal na citada matéria, o piloto da FAB só pode alvejar um avião que voa ilegalmente se este atirar ou fizer manobra de ataque. Os narcotraficantes, porém, continuam voando simplesmente e ignoram a presença ou as advertências do avião militar.

Atualmente, há quase um consenso em torno da necessidade de se regulamentar a Lei do Abate, me-

dida, aliás, que foi proposta pelo Deputado Magno Malta, que presidiu a CPI do Narcotráfico, no ano passado. Essa providência foi defendida também pelo comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, e as informações disponíveis sugerem que a regulamentação não é apenas necessária, mas também urgente. É o que se pode prever da declaração do ex-Superintendente da Polícia Federal, no depoimento que prestou à CPI do Narcotráfico, de que "cerca de 2 mil e 300 aviões cruzam os céus do território brasileiro, todos os anos, transportando um total de 400 toneladas de pasta-base de cocaína".

A preocupação com as ações do narcotráfico na Amazônia se agravou com a implementação do chamado "Plano Colômbia", organizado por aquele país, com o apoio dos Estados Unidos. O receio de várias autoridades brasileiras, que encontra eco em outros países, é de que a Amazônia brasileira seja invadida pelos traficantes colombianos, que estão sendo combatidos vigorosamente em seus países.

Vale lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Plano Nacional de Segurança Pública, elaborado pelo Ministério da Justiça, contempla ações de repressão ao tráfico de entorpecentes e à produção de drogas na região. Há alguns meses, a **Gazeta Mercantil**, comentando o pacote de medidas do Plano Nacional de Segurança, destacava a previsão de se aplicarem R\$425 milhões na repressão ao tráfico de entorpecentes na região, bem como a assinatura dos projetos Promotec e Pró-Amazônia, que permitiriam modernizar os sistemas de Informação e de tecnologia da Polícia Federal.

A preocupação com a expansão do tráfico em nosso País foi manifestada pela DEA (Drug Enforcement Administration), a agência federal antidrogas dos Estados Unidos. Essa preocupação se tornou patente quando aquela agência promoveu um curso para policiais brasileiros no ano passado e previu o aumento da lavagem de dinheiro com o narcotráfico no Brasil "devido à dificuldade de implementação das leis, corrupção e falta de vontade política e de cooperação entre as instituições".

No documento intitulado "Relatório sobre Estratégia Internacional de Controle de Narcóticos", elaborado pelo Departamento de Estado norte-americano, conforme informou **Folha de S. Paulo** no mês de novembro passado, o Brasil é apresentado como "um grande corredor da cocaína que segue para os Estados Unidos e para os países europeus".

As perspectivas então apresentadas, do cenário de drogas em nosso País, eram as seguintes: rápida

expansão do tráfico de drogas por todo o Brasil, dada a dificuldade de controlar essas fronteiras com os países produtores, como Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai; aumento da lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico; crescimento do volume de droga enviada ao exterior; instalação de laboratórios de cocaína e expansão das áreas de cultivo da maconha em áreas remotas do interior do País; e aumento do consumo doméstico de drogas ilícitas.

Essa análise, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em muitos pontos coincide com as observações que nós mesmos, brasileiros, temos feito. Novamente, aqui se destaca o temor de um crescimento da atividade do narcotráfico em nosso País, em função da ação repressiva que se vem exercendo no exterior. Esse fato foi também identificado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em fins do ano passado, e destacado após entrevista com o então Secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Cohen.

"Desde que o Congresso americano [relatou o periódico] aprovou um pacote de ajuda no valor de US\$1,3 bilhão para a Colômbia, bem como o envio de 800 assessores militares e civis para, além de outras missões de natureza civil, treinar três batalhões especializados em operações contra o narcotráfico, Brasil, Equador, Panamá, Peru e Venezuela passaram a se preocupar com a possibilidade de que os narcotraficantes e a guerrilha colombianos passem a operar em seus territórios".

Não estamos, portanto, diante de meras hipóteses ou suposições. Na verdade, o Governo brasileiro não está inerte ou desatento em relação a esses fatos, mas sua ação tem sido limitada, entre outros fatores, pela não implementação de leis que dêem eficácia à ação repressiva – vale dizer, pela falta de regulamentação da Lei do Abate, entre outras providências.

A violação do espaço aéreo de um país, qualquer que seja ele, representa, por si, um afronta à soberania nacional. No caso brasileiro, precisamos ter em mente que o espaço sobrejacente ao nosso território, de dimensões continentais, requer a utilização de equipamentos sofisticados de vigilância e de proteção, aliada a normas jurídicas adequadas que possibilitem, além de prevenir, repelir atos de agressão.

A Convenção de Chicago sobre Aviação Civil Internacional, da qual o Brasil é signatário, estabelece em seu art. 1º: "Os Estados Contratantes reconhecem que cada Estado tem soberania completa e exclusiva sobre o espaço aéreo sobrejacente a seu território".

A destruição de aeronaves clandestinas, notadamente aquelas que exercem atividade ilícita na re-

gião Amazônica ou em qualquer outro ponto do nosso território, portanto, não só se justifica, em defesa da soberania, como se impõe na missão de combate ao narcotráfico e ao contrabando, em especial ao contrabando de armas.

É de se observar que as Normas de Defesa Aeroespacial, contidas apenas em documentos internos, não possuem hierarquia compatível com consequências de medidas mais drásticas, requerendo, portanto, urgente regulamentação da norma jurídica adequada – a Lei nº 9.614, ou Lei do Abate.

É missão nossa, Sr^{as} e Srs. Senadores, complementar a legislação que trata desse assunto para dar-lhe a eficácia requerida, sob pena de continuarmos na condição de meros espectadores de contrabandistas e traficantes que corrompem nossa juventude, ao mesmo tempo em que zombam de nossa Força Aérea e ridicularizam o conceito do nosso País na comunidade internacional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Senador Mozarildo Cavalcanti, pediria a V. Ex^a que assumisse a Presidência. (Pausa).

O Sr. Pedro Simon, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muita perspectiva envolve esta Casa com a reabertura dos trabalhos. Há a questão envolvendo o Presidente do Senado Federal e, principalmente, a chamada pauta ética, especial, na Câmara dos Deputados, que os Srs. Parlamentares estão tentando votar neste início do segundo semestre da sessão legislativa.

Quero felicitar o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, pela coragem de, reunindo as Lideranças, ter colocado as propostas em discussão. Ainda temos chance, Sr. Presidente, se o fizermos com urgência, de votar algumas propostas que possam ser postas em prática ainda na eleição do próximo ano.

Houve longa omissão na Câmara dos Deputados. Não tenho o direito de entrar em detalhes nem pretendo fazê-lo, mas a verdade é que esta Casa votou uma série de projetos da maior importância no campo de vista ético, mas eles sistematicamente pararam na Câmara dos Deputados. Em mais de uma oportunidade, solicitamos desta tribuna que fossem votados. Fomos, juntamente com o Presidente do Senado Federal, falar com o então Presidente da Câmara dos Deputados, que prometeu realizar o maior esforço para colocar essas matérias em votação. Às vezes até conseguimos isso, mas surgiam vários requerimentos, um adiando a votação de determinado projeto por 120 dias, outro solicitando a audiência da Comissão "X", ainda outro como aconteceu com um projeto de minha autoria solicitando seu apensamento a um bloco de mais de 20 ou 30 projetos. E os projetos não andaram.

Não há dúvidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esses projetos não andarão se não for adotada uma posição corajosa, primeiramente, pelo Presidente – que está tomando –, e, em segundo lugar, pelos Líderes. Se há possibilidade de votar em consenso, que seja assim. Se não há possibilidade, que se vote efetivamente e se decida a questão, aprovando-a ou rejeitando-a, divulgando os nomes daqueles que votaram a favor ou contra e dos que não compareceram.

Houve impasse ontem na reunião de Líderes. E o Líder de um importante Partido da base do Governo está hoje dizendo que o pacote do Deputado Aécio Neves "já foi para o espaço". Tenho dito para a imprensa que estamos no momento exato de aprovar esses projetos. Alguns, há mais de 6 ou 7 anos, tramitam por estas Casas. Há projetos relacionados à situação dos Senadores e Deputados, como o relativo à imunidade parlamentar, que já venho apresentando há mais de 20 anos. Há também os projetos do sigilo bancário e da prioridade a processos que envolvam Parlamentares ou pessoas que mexam com dinheiro público. Esses projetos vêm de longa data. E tenho dito à imprensa que nunca houve momento tão propício como este agora para se votar a favor deles.

Diante desta situação de o Senado e a Câmara dos Deputados – principalmente o Senado, diga-se de passagem – estarem nas manchetes dos jornais, fazemos a nós mesmos esta indagação: o que fazer para alterar isso, para mudar a imagem do Congresso? Se não votarmos agora, não sei, mas penso que levará muito tempo para que isso possa ser votado. O momento é agora. Devemos aproveitar a onda negativa que paira sobre nós, aproveitar o fato de a sociedade

de estar cobrando medidas sérias de nossa parte. Não há Senador, Deputado, político que ande pelo interior que não seja cobrado pelos eleitores: "O que é isso, Senador? O que é isso, Deputado? O que está acontecendo? Vocês não vão mudar a situação? Nada será alterado? Alguma coisa não será feita?"

Sr. Presidente, a hora é agora. Devemos mudar, e a nossa proposta é de que mudemos para sempre, para que fatos como esses não se repitam no futuro.

O primeiro projeto refere-se à imunidade parlamentar, que é uma instituição sagrada, um direito que não é nem do Parlamentar, mas da instituição, e identificado com a democracia. Onde não há democracia não há imunidade parlamentar, não há nenhuma garantia para o Congresso Nacional. Durante o regime militar, à época da ditadura, cassavam Parlamentares na hora que quisessem e faziam o que bem entendiam. A imunidade é sagrada, mas, por imunidade parlamentar, devemos entender as possibilidades a serem dadas ao Parlamentar para que possa debater matérias, discursar, denunciar fatos, votar na mais absoluta liberdade. Venho a esta tribuna, denuncio o Presidente, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Exército, digo o que acho que devo dizer, com a linguagem mais acre, e nada me pode acontecer. É a minha imunidade parlamentar que me protege. Fui eleito para, em nome do povo, dizer desta tribuna aqui o que devo dizer. E posso votar como bem entender, seja o **impeachment** do Presidente, seja a rejeição de quem quer que seja. E pelo que eu, como Senador, discursar desta tribuna e pelos votos que eu der, ninguém pode me atingir. Não posso ser processado por ninguém, nem por promotor, nem por ação popular. Absolutamente nada me pode atingir! Isso é imunidade parlamentar e é o que queremos preservar, pois, se o Congresso não tiver essa prerrogativa sagrada, inerente ao mandato eletivo, não pode haver liberdade no Parlamento. O que queremos é tirar os excessos, que já vêm acontecendo na prática e prejudicando a imagem do Congresso Nacional, como o que aconteceu com aquele Deputado que foi cassado depois de uma CPI. Havia uma licença para processá-lo, que não lhe era dada. O PFL o expulsou depois da sua condenação, e a CPI nos trouxe que ele era chefe de uma gangue em um Estado do norte e que até havia mandado cerrar os pés ou as mãos de uma criança, para que revelasse onde estava o pai.

Segundo o Presidente da Câmara dos Deputados, há setenta e tantas solicitações à espera de uma decisão sobre dar ou não licença. A tradição é não dar licença. Nós, Parlamentares, temos uma garantia, po-

demos fazer o que bem entendemos, porque esta Casa não dá licença. E isso é estendido aos Deputados Estaduais.

Quero felicitar o Deputado Estadual do PMDB do Rio Grande do Sul que, havendo um pedido para processá-lo na Assembléia Legislativa, foi à Comissão de Ética e exigiu que lhe fosse dada a licença para ser processado. A Comissão lhe deu, e ele defende, agora, no Plenário, que a Assembléia Legislativa, ao invés de negar a licença, como fazia no passado, concede-a para que possa defender-se. É um belo gesto, mas, lamentavelmente, muito raro no Congresso e nas Assembléias Legislativas.

É claro que se pode ficar escudado em um Prefeito que diz "Eu posso fazer o que quiser, posso matar, roubar, porque, se entrar em juízo, a Procuradoria pede licença, mas o Senado e a Câmara nem votam; o processo fica na gaveta, não é votado". Isso tem que terminar, Sr. Presidente.

Quero dizer: "Que bonito, o Senado votou a favor! Por unanimidade, a Câmara não quer votar. Viva o Senado!" E um Deputado já me disse: "Vocês são tão valentes somente porque sabem que o projeto vem para a Câmara. Eu gostaria de saber se votariam com essa rapidez, se eles se dirigiram ao Presidente da República". Confesso que não sei responder. Juro que não sei responder se teríamos a mesma firmeza e a mesma rapidez se esses projetos fossem à sanção, após votados no Senado. Mas a verdade – justiça seja feita – é que eles têm sido votados no Senado e têm parado na gaveta da Câmara.

O primeiro projeto é um pacote ético, que dizem que o Presidente da Câmara quer votar. Esse é um grande projeto. Imunidade parlamentar por atos? Não. Imunidade parlamentar por discursos? Sim. Por votos? Também.

O segundo projeto é o do sigilo, questão debatida, que vem de longe e que atingiu o clímax quando votamos o projeto sobre cheque, muito polêmico. Uma das razões que nos alegaram para aprovar aquela matéria era a de que, pagando-se um certo percentual, a Fazenda teria como verificar como cerca de 90% da população movimentam o seu dinheiro, se há caixa dois ou não, se a movimentação é regular ou não.

Aprovado o projeto de lei, a Secretaria da Receita Federal solicitou autorização para abrir as contas bancárias de determinados cidadãos, porque se constatarem irregularidades claras entre o que eles ganhavam e os cheques que movimentavam. Ela faria uma compa-

ração e veria como um cidadão passa um cheque com valor vinte vezes maior do que aquilo que ganha.

Pediu-se essa autorização ao Banco Central, que negou; pediu-se ao Supremo, que também negou com base nos direitos da individualidade sigilosa. Considerei um absurdo tanto do Banco Central quanto do Supremo Tribunal Federal.

Hoje isso está mudado. Há um sentimento como o que existe nos Estados Unidos, onde o sigilo da conta bancária praticamente não existe para a Receita. Nos Estados Unidos, todos os cheques, se não me engano acima de US\$10 mil, passam por uma espécie de central, onde se verifica se quem os passou tem aquele dinheiro ou não e para quem são destinados. E não se diz que isso é violar o sigilo de ninguém. Nos Estados Unidos, isso é uma rotina.

O meu projeto inicial previa que não teriam direito ao sigilo bancário os Senadores e Deputados Federais. Eu apresentava Deputados Federais e Senadores, não por considerar que só eles deveriam abrir mão do direito ao sigilo. Claro que sei que há mais pessoas que não devem ter direito ao sigilo, mas eu queria começar por nós, porque, votando o nosso caso, teríamos autoridade para votar a lei.

Não valeu o meu argumento, e aqui no Senado mesmo foram apresentadas emendas no sentido de acabar com o direito ao sigilo de Deputados Estaduais e todas as pessoas que mexem com dinheiro público, como Secretário da Fazenda, Ministro da Fazenda, Ministro do Tribunal de Contas. O projeto é ótimo, é o que eu pretendia no final, mas já saiu daqui assim e está na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, quando vejo algum Parlamentar dizer que o sigilo, a inviolabilidade das suas contas é um direito, não concordo. O cidadão que é eleito Senador ou Deputado, ao lado da honra, do poder, da autoridade de falar, de gritar, de bater, de votar, de alterar a legislação, a Constituição, tem responsabilidades e deveres.

Diz o Parlamentar: "Mas se qualquer cidadão tem direito ao sigilo, por que eu, Deputado ou Senador, não tenho direito a ele?" Exatamente, qualquer cidadão pode ter direito ao sigilo. Mas, se é eleito Deputado, Senador ou Prefeito, se é Secretário da Fazenda ou Ministro da Fazenda, está mexendo com dinheiro público, a coisa pública. Isso faz a diferença. Portanto, deve ser mais fiscalizado, tem que ser mais transparente. Não interessa à sociedade como o João, o Manoel, o Antônio ou o Batista movimentam seu dinheiro, mas lhe interessa como o Pedro Simon, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Cen-

tral, como essa gente que mexe com o dinheiro público movimenta a sua conta. Acho isso de uma evidência absoluta, Sr. Presidente. E ficamos nesse drama.

O Secretário da Receita Federal disse que fica louco de contentamento quando vê criar uma CPI. O Senador Jefferson Péres sabe disso, estava lá quando ele declarou. Reparem, o Secretário da Receita Federal, um homem do Governo! E, quando lhe perguntamos o motivo, respondeu: "Porque é a chance que temos de abrir uma série de contas e tomar conhecimento de dados de uma série de pessoas, o que não aconteceria, se não fosse a CPI.

Então, é necessário que se tenha uma CPI para se abrirem as contas à Receita Federal. Quebrar sigilo não é publicar nos jornais ou escancarar, mas fazer com que os órgãos competentes como, por exemplo, a Receita Federal e a Procuradoria-Geral tenham o direito de investigar as nossas vidas.

Esse é o outro Projeto, que está para ser votado, aprovado ou não. E vou ser muito sincero, Sr. Presidente: a tranquilidade é não deixar votar. Se eu tenho muitos negócios, muita confusão na minha vida, e fui Prefeito, Governador, Ministro e isso e aquilo, ainda que se tenha certeza de que não há nada, como alguém já disse, é mais tranquilo não deixar votar, porque há tanta coisa no passado em que se vai mexer, que eu nem sei saber como explicar. Pode ser. Mas a verdade é que ou fazemos isso ou seremos sempre um grupo fechado. Nós queremos ética, queremos moral, queremos terminar com a impunidade, temos que começar por cima, com fatos que levem à ética e que levem a terminar com a impunidade.

Esse é o segundo Projeto.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senadora Marina Silva.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento que faz de forma ousada e corajosa. O pacote ético que está em discussão, na verdade, talvez seja a sistematização de um conjunto de medidas que já haviam sido propostas, boa parte delas por Parlamentares que, como V. Ex^a, ao longo de sua vida pública, têm demonstrado no Congresso, uma preocupação no sentido de evitar os abusos praticados pelas autoridades que, sob o manto da proteção da imunidade parlamentar, se utilizam desse mecanismo ficaram impunes a crimes que são praticados contra a economia popular, contra a ética parlamentar etc. Uma das causas do aumento da criminalidade, dos

atos de improbidade administrativa é a certeza da impunidade. As pessoas quando têm quase certeza de que não serão, digamos assim, apanhadas na malha fina da Justiça, se dão ao desfrute de realmente praticar irregularidades. Quanto a isso, graças a Deus, já estamos observando que, pelo menos em caráter espasmódico, a sociedade e os meios de comunicação não têm deixado impune aquilo que muitas vezes o Congresso Nacional tem. Registro que esse pacote ético, fazendo justiça ao que vem acontecendo no nosso País, não é fruto da vontade espontânea do Congresso Nacional. Ele está acontecendo num momento de muita pressão por parte da sociedade e dos meios de comunicação. É por isso que agora temos o pacote ético. Na verdade, o comportamento do Congresso muitas vezes, e até do Executivo, é no sentido de aplacar a fúria de moralidade. Não quero dizer que haja um sentido udenista, pretende-se aplacar a fúria até para que tenhamos um processo de calma, para que a sociedade pense que estamos tomando providências e que as coisas estão entrando nos eixos. Mas esses espasmos de moralidade deixam-se levar pelo tempo, e novamente temos a reincidência de problemas que são verdaieiros desgastes para as instituições públicas. Se observarmos o caso Collor, o caso dos Anões, o que cassou o Senador Luiz Estevão, agora o caso do painel do Senado e o novo episódio envolvendo o Presidente licenciado, verificaremos que são espasmos de moralidade que se dão mais pela pressão da sociedade do que por uma ação endógena do Congresso Nacional, o que é lamentável. Para concluir o aparte que faço ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a, devo dizer que o Congresso, numa expressão popular dos agricultores do Norte e do Nordeste, está sendo puxado pelo beijo nessa discussão. Não se trata de uma ação espontânea, de moto próprio, de debruçar-se sobre os problemas que temos que enfrentar e cortar na nossa própria carne. Os vários casos de CPI que aqui foram propostas e arquivados são demonstrações de que o Congresso, às vezes, faz vistas grossas aos problemas que hoje, a olhos nus, estão sendo colocados para a sociedade brasileira. As vísceras do Congresso Nacional realmente estão expostas. Não queremos simplesmente fazer uma operação sem extrair o pior câncer de que essa sociedade está sofrendo, que é o câncer da corrupção, principalmente a incentivada pela certeza da impunidade. Parabênizo V. Ex^a pelo pronunciamento que faz e digo que muitos Parlamentares, fazendo justiça, já tinham projetos e iniciativas que hoje compõem o chamado Pacote Ético, que está sendo apre-

sentado pelo Congresso, mas que vem da iniciativa e da cobrança da sociedade brasileira.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concor do plenamente com a exposição feita por V. Ex^a. Foi dessa forma que iniciei o meu pronunciamento, ou seja, disse que estamos passando por esse momento devido ao fato de o Congresso Nacional ter sido colocado contra a parede, pela cobrança que a sociedade tem feito de nós. Não podemos andar pelo interior, por que todos perguntam o que vai acontecer. É essa avalanche que está levando a esse debate. Disse mais, ilustre Senador, que acredito que esse é o momento propício, porque, se essas medidas não forem votadas hoje, levará muito tempo para serem apreciadas; se forem, terá sido pela pressão da sociedade.

Por outro lado, V. Ex^a defendeu um argumento muito importante e que faço questão de esclarecer. Quando falei que esse projeto havia sido apresentado por mim, deixo claro que o apresentei, sim, mas que há uma série de Senadores e Deputados, uma série interminável, que têm apresentado projetos neste sentido, buscando a normalização dos trabalhos com relação à dignidade. Tem razão a Senadora, e eu concordo aqui.

O outro projeto diz respeito à prioridade no julgamento de parlamentares ou autoridades que lidam com dinheiro público e que tenham sido condenados por desviarem recursos públicos: o que dispõe sobre as conclusões de CPI. Sabemos que, lamentavelmente, hoje a Justiça não funciona. O pobre da favela conhece é a Polícia, às vezes, tão corrupta quanto a gangue dos homens da droga, do jogo de bicho e tudo o mais.

É essa angústia em que ele se encontra. Afora isso, é difícil V. Ex^a encontrar um julgamento na Justiça brasileira. Quando falo em julgamento, não me refiro à rotina das coisas, mas em algo que significa projeção, proposta, realidade de que alguém fez, feriu um político, um empresário, um homem importante, ou seja, um homem de rádio e televisão, que tenha sofrido um processo – já não digo nem a condenação ou a absolvição, mas processo. Não se chega nem a processar, ou melhor, abre-se um processo e vai para a gaveta.

Há uma proposta resultante de uma argüição de inquérito, idéia do Senador Ramez Tebet, muito importante, que visa o seguinte: as condenações de uma CPI endereçadas ao Procurador-Geral da República, ou ao Supremo Tribunal Federal, terão que ser decididas pelo Ministro ou juiz em primeiro lugar. Não pode, sob o argumento de que tem mil processos, co-

locar no fim da fila. Se tem mil, esse é o primeiro; se tem dez, esse é o primeiro.

O resultado de uma CPI, processo que envolva parlamentar ou qualquer pessoa que lide com dinheiro público tem que ser analisado, processado e julgado em primeiro lugar, sob crime de responsabilidade da autoridade. Esse projeto foi aprovado aqui. É um dos projetos do pacote ético na Câmara dos Deputados.

Reconhecemos que há uma reforma judiciária que pretende que inúmeras medidas sejam tomadas a fim de que exista justiça. Há mil coisas a serem feitas, e devem ser feitas. Esse é um início. Cria-se uma exceção, uma regra à parte, algo que sai da rotina, mas é a exceção que determina o início do término da impunidade, e determina por cima. Não podemos começar com ladrão de galinha, com o operário, nem com o pequeno empresário do interior. Temos que começar com aquilo que é mais importante. E para a Nação o mais importante é quem lida com dinheiro público.

Uma CPI é feita, movimentam-se manchetes, jornalais. Meu Deus, o que acontece? O que aconteceu na CPI do Sistema Financeiro? Toda imprensa praticamente a acompanhou ao vivo. Foram denunciados bancos, dos mais importantes, pessoas, governadores, prefeitos, os mais importantes, e tudo parou na gaveta do Procurador-Geral. Tudo parou na gaveta do Procurador-Geral! Segundo esse projeto que aprovamos no Senado e está na Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral seria processado por crime de responsabilidade. Periodicamente, ele tem que enviar ao Congresso informações sobre como está o andamento do projeto, o que está sendo feito, até que se chegue a um pedido de arquivamento, caso contrário que deve ser arquivado – mas há que dizer o porquê –, ou na denúncia apresentada ao Tribunal, que por ele deve ser apresentada.

Penso que esse projeto é o início do término da impunidade. Quer acabar com a impunidade, quer começar um programa de moralização, cobrar das pessoas, enfim, acabar com a tese de que no Congresso é tudo igual, de que político não vale nada, porque tudo é nivelado por baixo? E se a população nivela por baixo é porque a imprensa publica notas sobre "a", "b" ou "c", tentando separar quem tem razão de quem não tem, mas não acontece nada. Ninguém tem o direito de se defender. Mas também ninguém é processado, condenado. Assim, a opinião pública pensa que é tudo igual, pois se entra na vala comum.

O processo penal tem que ser mudado, a Justiça tem que ser mudada, há que se fazer profundas alterações, mas uma é a mais singela de todas: pessoas que lidam com dinheiro público ou resultados de CPI têm que ser julgados em primeiro lugar, não interessando o Código de Processo Penal, não interessando o que o juiz tenha mil e tantos processos para julgar. Mas hoje acontece exatamente o contrário: se o cidadão é importante, tem prestígio, o processo fica na gaveta do delegado, do procurador do interior, de algum juiz, enfim, fica em uma gaveta. Isso tem que terminar. Esse é um outro projeto que é vital. Se quisermos realmente mudar para valer, temos que adotar esse projeto.

Há ainda um outro projeto que visa às eleições. Para mim, é uma questão de vida ou de morte. Tudo está indicando que as próximas eleições serão complicadas. O espaço destinado aos princípios dos partidos políticos está cada vez mais reduzido. A plataforma das candidaturas está se reduzindo puramente a nomes, o que me faz lembrar a época de Collier e de Jânio Quadros, em que, independentemente das promessas, do que diziam os candidatos, as coisas acontecerão, sem nada atrás e à frente, sem um passado histórico que dê garantia e sem a perspectiva do que irá acontecer. Diante disso, Sr. Presidente, se não aprovarmos o projeto de financiamento de campanhas eleitorais só com o dinheiro público, não saberemos o que poderá acontecer.

Cada vez digo com mais tranquilidade que a corrupção no setor público começa na campanha eleitoral. Muitas vezes um candidato honesto a prefeito, decente e bem-intencionado – sei como é isso – acaba por se embrenhar na corrupção. Por exemplo, busca-se um médio empresário, um médico de bom conceito, um médico humanitário, uma pessoa de grande conceito para ser candidato a prefeito. Essa pessoa se candidata. Muitas vezes não foi vereador, não foi prefeito, não tem passado político nenhum, mas se candidata. Na hora de se candidatar, seu comitê de campanha é organizado, e esse candidato sai a trabalhar com alguém encarregado de ser o tesoureiro de campanha. Ao término da campanha, são apresentadas as contas. E o que acontece na maioria das vezes? Aquele tesoureiro vai informando ao candidato agora eleito que, por exemplo, o serviço de ônibus vai ser entregue para o fulano de tal, porque contribuiu com a campanha, em prestou os ônibus para levar e trazer pessoas para o comício eleitoral; o serviço de lixo, já está marcado: tem-se que abrir uma concorrência, uma licitação, sei lá o quê, mas quem vai ga-

nhar é o fulano, porque contribuiu com a campanha. E assim continua.

E o pobre do prefeito olha para um lado, olha para o outro lado: "Mas quem disse isso? Por que eu não soube de nada?" Os tesoureiros são assim: dizem que não quiseram atrapalhar o candidato, pois ele estava indo muito bem, estava desenvolvendo a sua parte, e que aquela parte seria deles. Há ainda aqueles que têm a coragem de dizer que preferiram não envolver o candidato naquela parte suja. Consideraram melhor não levar fulano de tal, do lixo, por exemplo, para falar com o candidato. E resolve tudo sem dar conhecimento ao candidato.

E o pobre prefeito eleito tem que cumprir; o partido lhe impõe que cumpra. E lá vai o serviço do lixo sem licitação, e lá vão os serviços de ônibus para o fulano de tal, e lá vai não sei mais o quê. Começa, então, a corrupção. Cedeu, está cedido; nunca mais volta a ser o mesmo. Aquele homem puro, aquele médico íntegro, aquele homem sincero, sério, bem-intencionado, sem querer – e estou falando de essas pessoas, imaginem as outras – está no meio da lama. Fizeram o negócio e ele tem que cumprir. Campanha eleitoral é assim. Foi o que descobrimos quando houve o **impeachment** do Collor. O extraordinário Relator, Senador Amir Lando, homem de coragem, de luta e de garra, está aí para não me deixar mentir. Pergunte para ele se toda a corrupção do Governo do Collor não começou na campanha eleitoral. Foi nesse período que o PC fez os grandes esquemas.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a como sempre, com brilho e com ardor, traz a esta Casa assuntos de interesse da Nação brasileira e, sobretudo, da ética, o que é muito importante, porque temos que estabelecer neste País uma doutrina séria a respeito da ética na política e, mais do que isso, da lisura no pleito, porque tudo começa por aí. E como bem disse V. Ex^a, dediquei, no relatório, um capítulo especial para o financiamento das campanhas, exatamente onde tudo começa. A justificativa primeira, o motivo de uma vantagem oblíqua, para não dizer ilícita, da corrupção começa no processo eleitoral. É aí que há um fundamento, aparentemente até imperativo, porque são necessários recursos para as campanhas. E onde se vai buscar? Nessa triangulação criminosa entre obra pública, empresário, candidato e, evidente, quem governa tam-

bém, porque é sempre ele que dá o aval, ou seja, é a autoridade administrativa que dá o aval para que essa operação se processe. Infelizmente é o que V. Ex^a diz: temos que combater isso tanto quanto possível para que possamos extinguir essa mácula que vicia não apenas o processo eleitoral como também o processo político e, por que não dizer, inclusive, questiona a legitimidade do poder. O poder já sai maculado, já sai com esse compromisso da perversidade e da corrupção. V. Ex^a tem toda razão. Parabéns, mais uma vez, por abordar um tema tão importante.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a era o homem mais badalado deste País na hora do **impeachment**, não apenas por ter sido o Relator, mas também – tenho que dizer – pela sua coragem, pela sua bravura. Muita gente queria que V. Ex^a não tocasse em **impeachment** em seu relatório, deixasse essa questão para a hora da votação no plenário da Comissão. E, se V. Ex^a não tivesse colocado esse tema ali, não sei o que teria acontecido. V. Ex^a afirmou: "V. Ex^{as} fazem o que quiserem em plenário, mas, no meu relatório, tenho que votar de acordo com o que a minha consciência manda. E a minha consciência manda que eu faça isso". Reuniões foram feitas madrugadas adentro, e até Ministros aposentados do Supremo foram chamados para nos orientar no sentido de que isso não acontecesse. V. Ex^a foi de uma firmeza que merece respeito e que ficará na História deste País.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Queria apenas agradecer a generosidade de V. Ex^a. Mas há um outro capítulo que ainda não foi conhecido pela Nação. Quem eram esses personagens? Quem estava ali fazendo essa pressão? Fiquem que hoje ainda desempenham papéis importantes; outros, infelizmente, não estão aqui. Mas há um momento que merece uma reflexão: quando, no gabinete de V. Ex^a, estavam reunidos quase todos os membros da ala que realmente tinha compromisso com a verdade, o Dr. Ulysses, pensando muito mais longe, pensando muito mais nas consequências, também estava temeroso. Depois de uma conversa que durou aproximadamente quatro horas, todos nós...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E V. Ex^a fez o argumento de tudo o que estava acontecendo.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Eu disse que teria que esquecer tudo, ter uma amnésia absoluta. Foi o momento em que o Dr. Ulysses, com a dignidade de um estadista, disse: "Nestas circunstâncias, não há o que fazer. Vamos marchar para o **impeachment**". No mesmo dia, durante os depoimentos, ele se sentou ao meu lado na Comissão, dando-me o seu

apoio moral. Ele empunhou essa bandeira que resultou, enfim, no afastamento do ex-Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que quero salientar é que V. Ex^a foi vice de tena nacional durante um longo período. Depois foi candidato a Governador em seu Estado.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Fui candidato a Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi candidato à reeleição ao Senado. Toda a máquina publicitária lá estava nas mãos de seu oponente. Havia dinheiro à vontade nas mãos do seu oponente.

Ele me pediu – eu era Líder do Governo – que tivesse pelo menos a chance de falar em rádio nacional, porque os outros assim o faziam. Essa rádio cujo proprietário era o Governo Federal entrava em seu Estado. Seu oponente, coordenador de Collor, falava no momento em que quisesse. Ele não falou uma vez.

Saiu uma manchete de página inteira dizendo que seu oponente tinha sido indicado por Itamar Franco para representar o Brasil na ONU, o que é ridículo, diga-se de passagem, pois ele entrou na "panelinha" dos que foram para a ONU. E compete ao Presidente da República publicar o nome do Sr. Fulano de tal, por indicação do Senado Federal, para compor a representação de Brasília. Não tenho como desmentir isso.

Ele acabou perdendo uma eleição no seu Estado, mas ganharia em qualquer lugar do Brasil. No Rio Grande do Sul, seria eleito com uma infinidade de votos. O poder econômico agiu e o esmagou de tal maneira, que ele não pôde respirar. Havia possibilidade de ele conseguir dinheiro, talvez, mas S. Ex^a não quis adotar esse estilo. Ele teve propostas nesse sentido, até pelo seu brilho e capacidade, mas, falando comigo, disse que ou iria como era ou não iria. E não veio. A sua competência, a sua garra e a sua capacidade fizeram com que depois, sem o bojo da publicidade e da lavagem cerebral, pudesse explicar e fosse eleito Senador da República. Ele está aqui e, no próximo ano, será eleito Governador.

Mas observem a forma como a campanha é feita hoje: quem tem dinheiro faz o que quer, e quem não o tem não pode fazer nada. Sr. Presidente, campanha tem que ser feita como na Alemanha, com dinheiro público.

Não digo que o telespectador que me está assistindo agora esteja rogando praga para mim, mas, com certeza, ele está dizendo: "O Simon, que tanto respeitamos, está defendendo isso?! Estão aí os jornais dizendo que esses vigaristas ganham não sei quanto por mês. E eles ainda querem dinheiro público

para a campanha? O nosso dinheiro, do nosso imposto, para essa gente vagabunda fazer campanha?!".

Respeito a sua reação, meu prezado telespectador. À primeira vista, parece um contra-senso. Realmente, ganhamos um bom salário. E, no momento da eleição, recebemos o dinheiro público para realizar a campanha? Porém, não há outra saída. Se quisermos uma campanha e uma eleição limpas, deveremos proceder dessa forma.

Por exemplo, sou candidato à próxima eleição para Presidente da República, mas não tenho um tostão e não há ninguém que me possa fornecer dinheiro – e se houvesse, eu também não iria querer, porque sei que, de graça, ninguém vai contribuir. Mas, numa campanha, a gente disputa com um candidato que tem ligações religiosas; com outro que tem ligações com a Fiesp, em São Paulo; com outro que tem ligações com a **TV Globo**; com outro que tem ligações não sei com quem! Será um massacre! E se houver um adversário bilionário, como, por exemplo, o Antonio Ermírio de Moraes, que pode utilizar o seu dinheiro? E o dinheiro é dele mesmo. Ele prova que o ganhou honestamente, porque ele é um homem honesto. Ele pode gastar o seu dinheiro em sua campanha. Isso não pode acontecer. A campanha tem que ser feita com dinheiro público. Cada candidato a Deputado Estadual ou Federal, a Senador, a Presidente da República, a Governador deve ter direito a um valor específico.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador, nós, naquele momento, inclusive com a colaboração de V. Ex^a e de muitos outros, propusemos um projeto exatamente nesses termos. Argumentávamos que o custo é muito menor para a sociedade quando esses recursos vêm de maneira transparente, visível, porque, senão, ocorre esse processo de corrupção, que devora não apenas 10%, nem 5%, mas, hoje, tranqüilamente de 30% a 40% do orçamento. Não é possível continuar com esse modo de operar e extremamente danoso para a sociedade. A sociedade vai pagar menos, muito menos, vai pagar realmente o que custa a dignidade democrática, apenas isso, se utilizarmos dinheiro público.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a colocou o dedo na ferida. O telespectador tem que entender isso. Foi feita uma conta, e cada eleitor terá que dar R\$8 para que a campanha seja feita com dinheiro público. A campanha será feita com dinheiro público, como na Alemanha.

Na Alemanha, Helmut Kohl, que, para mim, até o escândalo em que ele se viu envolvido, foi o maior

político do final do século – foi o homem que unificou a Alemanha derrotada e arrasada por duas grandes guerras, a Alemanha que estava praticamente dividida para sempre –, criou um projeto fantástico, em que estão sendo aplicados por volta de US\$200 bilhões na Alemanha Oriental, para que esta possa avançar e se equiparar à Alemanha Ocidental. Esse homem era considerado um gênio. De repente, ficou reduzido a zero. Por quê? Por que – repa rem – ele telefonou a cinco ou dez empresários amigos seus, pedindo que dessem dinheiro em determinados locais para Deputados do seu partido, pois ele precisava que eles ganhassem, porque tinha medo de não fazer maioria na Câmara dos Deputados da Alemanha.

Esse foi o clima. Ficou comprovada a existência dos telefonemas. Observou-se, pela campanha eleitoral, pelo desempenho dos candidatos, quem estava gastando mais do que podia com o dinheiro público. E qualquer cidadão pode saber quanto um Deputado pode gastar. Se todos os dez Deputados podem gastar igual e, de repente, aparece uma propaganda acima das outras, é sinal de que se gastou mais. Foi o que aconteceu: o Helmut Kohl telefonou para um empresário e pediu que desse dinheiro para determinado Deputado, e o empresário deu. A campanha subiu. E isso foi denunciado. E, com a denúncia, ele teve que confessar que ganhou dinheiro do empresário tal, que, por sua vez, para se defender, disse que deu o dinheiro, porque o Helmut Kohl lhe telefonou fazendo esse pedido.

O Sr. Helmut Kohl largou a Presidência de honra, largou a Presidência do partido, largou a liderança, deixou de ser Primeiro-Ministro e, hoje, é uma figura amarga, que caminha pelos corredores do Congresso, causando pena.

É assim que deve funcionar no Brasil. Se, no Rio Grande do Sul, cada candidato a Deputado vai gastar dez, podemos saber o que cada um pode fazer com esse valor. São 150 candidatos a Deputado Federal. Verificando cada candidato, percebe-se o que gasta mais, pois aparece mais. Mas, hoje, não se pode fazer isso. E, em vez de haver uma lei eleitoral permanente, o nosso vergonhoso sistema de legislação brasileira permite que, a cada eleição, a maioria faça uma nova lei, abrangendo seus próprios interesses.

Essa última lei aboliu os limites. Antigamente, Sr. Presidente, votava-se um limite para Deputado, um limite para Presidente, um limite para Governador. Na última legislação, não havia esse limite. O Partido estabelecia o céu como limite! Definia o que bem entendesse. Essa é a legislação brasileira.

Já votamos no Senado o projeto que estabelece o financiamento público de campanha, Sr. Secretário? (Assentimento)

Mas, então, meu Deus do Céu, se o Senado já votou, falta só a Câmara votar! Então, a Câmara tem que votar até outubro. Se a Câmara quiser, vota essa matéria e muda em 1000% o futuro das campanhas eleitorais na História deste País.

Eu poderia avançar, Sr. Presidente, mas estaria cometendo injustiça com os demais oradores que querem falar e estão inscritos.

Essas são algumas das medidas. Lembro-me que, quando apresentei o primeiro projeto sobre financiamento público de campanha, fui quase execrado. Hoje, felizmente, a sociedade já entende isso, e conseguimos a aprovação do projeto por unanimidade do Senado Federal.

Ao lado disso, Sr. Presidente, que bom seria se o Senado e a Câmara votassem também o projeto que estabelece que a propaganda eleitoral na televisão tenha que ser feita ao vivo! Está provado que 70% dos gastos de um Partido em uma campanha vão para o programa eleitoral, isto é, se um Partido político gasta R\$1 milhão na campanha eleitoral, R\$700 mil são destinados para execução do programa de televisão, que – dizem – tem que ser um programa espetacular. E o programa é feito para quê? Para enganar o eleitor, para esconder o candidato, como foi feito com o Sr. Celso Pitta. Trouxeram, para fazer sua campanha, os mesmos que fizeram a campanha do Presidente americano e pediram ao Sr. Paulo Maluf que indicasse um candidato. Paulo Maluf respondeu que não tinha um candidato natural, que não havia preparado. Pediram-lhe que apresentasse uma lista de seis ou sete nomes de prováveis candidatos. O Maluf apresentou sete nomes. Foi feita uma análise, e um dos pontos que mais chamaram a atenção para o Pitta foi o fato de ele não ter um passado político. Ele não tinha sido Vereador, Deputado, Secretário ou Prefeito. Consideraram isso ótimo, pois, não tendo uma carreira política, poderiam inventar qualquer coisa. E fizeram uma campanha onde o Sr. Celso Pitta foi o que menos apareceu; apresentaram-no como o estadista mais fantástico da história. Deu no que deu.

Namimha opinião, um programa eleitoral na televisão deve ser feito ao vivo. Mas refutam essa minha opinião alegando que, muitas vezes, o candidato é chato e que o eleitor pode desligar a televisão. Que bom! Se o candidato é ou não chato, não interessa, pois o programa político na televisão não foi feito para dar ibope, não foi feito para dar altos índices de au-

diência, mas para o candidato se apresentar e o eleitor conhecer a sua cara, observar seus olhos, sua boca, a maneira como fala e, principalmente, o que diz. Só assim o eleitor pode depositar ou não confiança naquele candidato. Não se pode transformar o programa eleitoral de televisão em uma briga entre Brahma e Antarctica, entre o produto A e o produto B, onde se põe dentro da garrafinha o que se bem entende.

Acredito que esse seria o outro projeto realmente importante e significativo para levarmos adiante.

Não sei, Sr. Presidente, mas, às vezes, é difícil estarmos envolvidos num esquema de mesmice, onde se cai e levanta continuamente. Parece que teria que ser aplicado aqui um castigo como o de Sodoma, afastando todos para virem outros, porque já estamos viciados em fazer as coisas como elas são.

Acredito que está nas mãos da Câmara dos Deputados uma oportunidade realmente muito importante. E me mago quando ouço alguns líderes dizendo que o pacote já morreu, não tem nenhuma chance, e outros dizendo que sigilo é um direito que se tem e que não precisam dar nenhuma satisfação.

Com toda sinceridade, o momento é importante. Algo deveria ser feito para que buscássemos alterações profundas e necessárias.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, volto a esta tribuna atendendo reclamações que recebi no meu Estado de Rondônia a respeito do preço do café.

Não há dúvidas de que atravessamos uma crise que vai muito além do Estado de Rondônia, justamente sobre esse produto que era símbolo da nacionalidade. O café e o Brasil sempre tiveram uma relação íntima. E esses dois no mes representavam um ao outro. Por mais de um século, o café foi o produto que alavancou recursos para, inclusive, financiar a indústria nacional, sobretudo no Estado de São Paulo.

E o café, esse produto que tem uma representação ainda importante no balanço de pagamentos, sempre foi esse elo de ligação com o mundo, foi du-

rante todo esse tempo a representação da nacionalidade.

Ocorre que a globalização agora assume uma outra face. O café já não tem mais aquela relação de poder internacional. O mercado deixou de ser uma relação entre a demanda e a oferta para se tornar um ente abstrato, superior, quase um semideus. E há os especialistas que têm sempre uma explicação sobre o que vem ocorrendo. Dizem simplesmente: "É uma questão de mercado. É uma questão da Bolsa, e nada se pode fazer".

Ora, Sr. Presidente, temos que pensar em soluções que realmente contribuam para se achar uma saída em relação à erradicação do café, uma saída que mantenha essa produção. Mais do que uma referência hoje, a produção de café é responsável pelo emprego no campo, já que demanda mão-de-obra de maneira efetiva – e, por que não dizer, o campo requer abundância de mão-de-obra.

Na verdade, não houve uma política sobre o café no Brasil. Essa política deixou de lado considerações importantes no que diz respeito à melhoria da qualidade do produto – teríamos que buscar padrões de qualidade total também na cultura do café –, e a cafeicultura, em conseqüência, foi abandonada. Fomos sendo superados por produções excelentes, como a do Vietnã, a da Colômbia e a dos países da África em geral. Até há bem pouco tempo, o Brasil exportava o seu café de qualidade e comprava café de qualidade inferior para o consumo interno. Hoje, não podemos concorrer com aqueles países que investiram de forma a produzir um café de qualidade. Em conseqüência, Sr. Presidente, o que acontece não é apenas o avanço da produção em outros países. Na verdade, trata-se da perda de excelência do produto nacional.

É por isso que, agora, ao tratar desse tema, quero referir-me ao problema específico de Rondônia, porque é de lá que recebo as reclamações. Realmente, temos que solicitar e, mais do que isso, implorar às autoridades do País responsáveis pela área que apresentem uma solução para essa questão. E isso deve ser tratado na área da agricultura e não no setor da indústria e do comércio, como ocorreu no passado.

O café merece uma reflexão. Cabe fazer uma pergunta à sociedade brasileira: o que ela quer financiar? Ela quer financiar apenas os bancos, por intermédio do Proer, ou quer financiar a agricultura brasileira? O grande problema do financiamento da agricultura é a inadequação no tempo, porque, no momento de se financiar a produção, esses recursos

atrasam, chegam fora de época, fora daquilo que é implacável na agricultura: o tempo certo para o plantio, para a colheita e para o trato agrícola em geral. E isso vem ocorrendo em todos os setores da agricultura brasileira, apesar de todo o esforço do Ministério da Agricultura, que tenta estabelecer esse cronograma de maneira acertada e correta. Os recursos tardam, e, mais uma vez, sempre se repete o prejuízo na área agrícola.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso que realmente possamos sensibilizar as autoridades – agora me refiro às autoridades da área econômica –, porque, se esse problema continuar, cada vez mais haverá frustração em relação à safra, principalmente a do café. Não podemos perder essa referência nacional, não podemos perder esse produto, que é um símbolo do País.

O que está acontecendo? É a erradicação em massa. As regiões que produziam café de melhor qualidade, como a região de Patrocínio – faço uma referência apenas a Minas Gerais –, estão hoje prejudicadas. Os cafezais estão sendo substituídos pelas pastagens e outras atividades agrícolas. Isso é lamentável, porque, cada vez mais, estamos abandonando aquilo que é natural, aquela que é uma vocação do solo nacional, aquilo que realmente produz emprego e renda, aquilo que propicia o desenvolvimento e que poderia, se houvesse uma política mais acertada, mais correta, mais compatível, realizar o milagre da preservação da produção do café.

Sabemos que, para o café se tornar produtivo, é necessária uma renda ao menos de 35 a 40 sacos por hectare. Sobretudo, é preciso dizer que o preço do café deve ter uma garantia mínima. É preciso perguntar à Nação se ela quer ou não financiar também a agricultura e não apenas os bancos, que realmente causam transtornos na área econômica, na área da estabilidade monetária.

Será que o custo que temos que pagar é somente o da área financeira? A essa pergunta a Nação não respondeu e não teve chance de fazê-lo, porque, em verdade, as receitas são feitas sempre em salas fechadas, por um número reduzido de responsáveis pela condução econômica, e a Nação não participa do debate, não é chamada à colação.

Ora, Sr. Presidente, temos realmente que olhar com muito carinho esse setor. Agora vou me referir especificamente ao Estado de Rondônia. Ao percorrer os confins do nosso Estado, sobretudo os Municípios mais distantes da BR, verificamos que hoje não se obtêm mais do que R\$20 por saca de 60 quilos de

café, o que gera uma situação de desespero. Em Rondônia, promoveu-se uma campanha a que a sociedade respondeu com eficiência e participação real e efetiva, chamada Projeto Plante Café. Essa campanha mostrou que havia uma possibilidade de esperança. É claro que os preços eram convidativos, extremamente compensadores, e a sociedade rondoniense participou desse projeto de corpo e alma.

E agora? Não há mais condições sequer de se realizar a colheita do café, por que os preços que estão sendo praticados lá não são viáveis. Não está sendo possível fazer sequer a colheita. Que direi eu sobre a exploração, a manutenção e a preservação dos cafezais?

Por isso, quero fazer um apelo muito especial. Já fiz também uma consulta ao Ministro da Agricultura sobre o que poderia ser feito. Já estão estabelecidas algumas normas do Funcafé, mas é preciso dizer que, apesar de todo o esforço, aqueles que estão endividados não tem mais como saldar os débitos aos preços que estão sendo praticados no mercado. A prorrogação dessas dívidas está sendo efetivada para que, em determinado momento, os devedores, os cafeicultores tenham condições de pagá-las.

Neste momento, temos que dar um passo adiante em relação às propostas estabelecidas no Fundo. Para aqueles que estão nessa circunstância, nesse estado de calamidade pública, por que não dizer – a calamidade pública advém do mercado, e muito mais, às vezes, do que das condições climáticas, meteorológicas, enfim, das modificações ambientais –, temos que pensar que a solução maior surge no momento de crise no mercado. E é isso que está acontecendo. Kautsky já falava que o problema do agricultor não ocorre diante da inclemência da natureza, das geadas, dos vendavais, das tempestades, etc, mas, sobretudo, no momento em que o mercado não pode e não tem condições de absorver a produção. E é exatamente isso: o mercado não tem condições de absorver a produção.

Neste momento, devemos desenvolver campanhas para incentivar o consumo do café, porque esta é a hora de o mercado interno dar uma solução à crise do produto. Não é o momento de se dizer, como se ouviu do Ministério da Saúde, que o café faz mal à saúde. É preciso que se discuta melhor essa matéria, pois a propaganda contrária também leva à diminuição do consumo. Deve-se, também, buscar soluções e verificar a possibilidade de se financiar, ao menos durante esse período, o preço mínimo.

A preço de mercado, sobretudo o café conilon – o mais representativo do Estado de Rondônia – encontra uma referência de US\$20 a US\$21 por saca, o que seria bem melhor do que o preço atual naquela região, que oscila entre R\$20 e R\$30. Nessas circunstâncias, não há como continuarmos com a produção. O produtor de Rondônia, desprotegido por todos os meios – pelo isolamento e pela sua fraqueza econômica –, não tem condições de financiar e estocar a produção.

Por isso, quero repetir para as autoridades econômicas um apelo que fiz pessoalmente ao Sr. Ministro da Agricultura, do qual recebi apoio, tanto quanto possível, dentro das limitações do próprio Ministério: vamos pensar na produção do café do Brasil, porque se não fizermos nada, a erradicação, que já devasta grande parte da nossa capacidade produtiva, sobretudo no Centro-Sul, vai-se alastrar pelos Estados do Norte, especialmente pelo Estado de Rondônia. E aí amanhã seremos, em vez de primeiro produtor, um grande importador de café, produto que faz parte da dieta nacional, integrando o costume e até, por que não dizer, o hábito e, às vezes, o vício dos brasileiros.

Sr. Presidente, aproveito o momento para fazer este apelo dramático em nome daqueles que, no Estado de Rondônia, não sabem o que fazer e não têm nenhuma perspectiva. Aguardar por mais dois ou três anos que o mercado crie uma solução própria é tempo demasiado. Até lá, essas pessoas sucumbirão, com absoluta certeza, e terão de erradicar aquilo que foi difícil de ser produzido, que, com o labor do produtor e de sua família, às vezes engajando mão-de-obra estranha, foi cultivado em milhares e milhares de hectares do Estado de Rondônia: o café, viçoso, que representa uma perspectiva econômica de produtividade bastante razoável, inclusive em termos nacionais.

É hora de dizermos: o que vamos fazer? Mais uma vez a agricultura ficará relegada a segundo plano, à própria sorte, ao desprezo, para que cada um se vire por si mesmo, já que não há uma política pública para atender àquilo que é uma necessidade premente, circunstancial, emergencial, ou vamos dar uma solução de modo a proteger essa cultura, tão importante na História nacional, tão importante no processo de desenvolvimento industrial do Brasil? Foi a acumulação que o café propiciou, em grande parte, que financiou, como eu disse, a indústria brasileira – refiro-me sobretudo a São Paulo. E, agora, o que vamos dar como resposta aos produtores do Estado de Rondônia e, poderia dizer também, do Acre, que começa a ter uma cafeicultura incipiente, mas de boa qualidade?

Esse é o drama do imenso território brasileiro. É o drama da diversidade, da crise que atinge as fronteiras da expansão agrícola de maneira mais dura, rígida e perversa. Por isso, apelo novamente às autoridades da área econômica: busquem uma solução para que possa haver novos financiamentos, além da prorrogação de antigos, a fim de que se realize a travessia deste momento ruim, deste tempo aziago, contrário ao desenvolvimento da produção do café.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero trazer a esta Casa, novamente, a polêmica dos transgênicos, que se reacende com uma série de debates nos meios de comunicação e na sociedade civil, os quais também deverão ocorrer no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu gostaria de alertar para o fato de que há várias iniciativas tramitando no Congresso: são mais ou menos dezoito na Câmara dos Deputados e duas nesta Casa, de uma das quais sou proponente. Assim, essa discussão sobre os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) deverá tomar fôlego, pois temos uma série de novidades e acontecimentos que podem redimensioná-la, ainda mais se considerarmos que o Executivo tem atuado para protelar a tramitação dessas matérias.

Em 1997, apresentei uma proposta de moratória de dois anos para que a comunidade científica pudesse estudar melhor os possíveis efeitos dos transgênicos. Na época, o Presidente atualmente licenciado, Senador Jader Barbalho, tentou apensá-la, apenas, sob meu ponto de vista, para postergar o andamento da matéria. Retirei o projeto e o reapresentei em 1999, com uma nova versão, propondo que a moratória fosse de cinco anos. O Senador Lúcio Alcântara é o atual Relator dessa matéria e já chegamos a um avanço nas discussões, reduzindo o prazo de cinco anos para três, mas até o presente momento não foi apresentado o relatório de S. Ex^a na Comissão de Assuntos Sociais, o que aguardo, porque a discussão está no vácuo no centro dos debates, tanto dos meios de comunicação, quanto do Congresso Nacional.

No meu entendimento, vem ocorrendo uma certa proteção, até mesmo por parte do Congresso Nacional e do Executivo – não digo de todos os segmentos e de todas as autoridades envolvidas –, e observamos também uma certa ansiedade, por parte das

autoridades, com a liberação dos transgênicos, precipitada e de difícil compreensão.

Os Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde têm tido uma posição cautelosa. Mas os Ministérios da Ciência e Tecnologia e o da Agricultura, bem como a CTNBio, têm agido de forma pouco compreensível, já que essas instituições públicas deveriam se adequar ao que prescreve a Constituição Federal: não havendo a segurança quanto aos riscos para o meio ambiente e para a saúde humana, deve-se agir de acordo com o princípio da precaução. Lamentavelmente, os Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia, assim como a CTNBio, no meu entendimento, têm agido precipitadamente ao querer licenciar para cultivo os transgênicos até de forma exacerbada em nosso País.

Já não tem a mesma postura o Poder Judiciário que, na prática, mantém uma moratória aos transgênicos – por decisão judicial, baseada principalmente no art. 225 da Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor. Mesmo assim, em oposição, parte do Poder Executivo tenta açodadamente, por todos os meios, liberar a produção comercial dos transgênicos no País.

O que vemos, portanto, é, de um lado, o Judiciário zelando pelo princípio da precaução no trato com a saúde pública e o meio ambiente, no interesse da sociedade, sob as mais variadas pressões políticas e corporativas, e, de outro lado, parte do Executivo – sobretudo os Ministérios da Agricultura e da Ciência e Tecnologia – com iniciativas no sentido de atender aos interesses pretensamente econômicos, mas que no fundo estão associados a grandes grupos transnacionais de biotecnologia que ambicionam o mercado brasileiro.

Esse açodamento chegou ao ponto de o Ministério da Agricultura fazer estranhas declarações sobre a liberação dos OGMs no País, que afrontam o Judiciário em suas prerrogativas e ainda estimulam a desobediência à legalidade – como vem acontecendo no Rio Grande do Sul, onde alguns agricultores estão plantando, de forma clandestina, sementes transgênicas.

A afronta ao Poder Judiciário resultou em despacho recente do Juiz Tourinho Neto – do Tribunal Regional Federal – intimando os responsáveis pela Pasta da Agricultura a formalmente prestarem esclarecimentos à Justiça.

No entendimento do Ministério Público, uma medida provisória promulgada em dezembro passado e um decreto recém-editado sobre normas de rotulagem podem invalidar uma decisão judicial anterior sobre os OGMs. O Ministério Público e o juiz federal

entendem que nenhum ato do Executivo tem poder legal para invalidar uma decisão judicial.

Sr. Presidente, temos, ainda, alguns aspectos que nos levam a justificar e a concordar com o que vem fazendo a Justiça, principalmente a partir do Ministério Público, no sentido de optar pelo princípio da precaução. Para que se entenda qual é a polêmica que envolve os transgênicos, ressalto alguns aspectos.

Os transgênicos são seres vivos que têm o seu genoma – o DNA – alterado. Acrescenta-se ou suprime-se um gene a um organismo de modo a alterar suas características originais, conferindo-lhe novas propriedades.

Essa nova técnica vem-se implantando no mundo por multinacionais desementes e agrotóxicos, muitas vezes apoiada e seguida por laboratórios públicos de pesquisa que vêem numerosas vantagens na utilização de alterações genéticas. Os argumentos mais difundidos baseiam-se no apelo de resolver o problema da fome no mundo e na redução no uso de agrotóxicos.

No entanto, quem contesta esses argumentos não são apenas ecologistas radicais, como querem fazer pensar alguns. Existe pesquisa de res ligados à FAO que asseguram que para alimentarmos os oitocentos milhões de famintos em todo o mundo não precisaremos de transgênicos agora. Eles dizem que esses organismos são caros e exigem estudos prévios e medidas de precaução quanto à saúde e ao meio ambiente. Com certeza, por não termos essa segurança, talvez não seja adequado correr os riscos, sob a argumentação de que estaríamos contribuindo para alimentar a população faminta do planeta, até porque sabemos que internacionalmente existe produção suficiente de grãos para suprir essa necessidade. Não existe, contudo, a distribuição adequada das riquezas. Por isso temos tantos famintos. Só no Brasil soam 50 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza.

No Brasil, por decisão judicial, só é permitido o cultivo experimental de OGMs, e os licenciamentos têm-se baseado nos pareceres da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Além do EIA-RIMA, é exigido um Registro Especial Temporário (RET), que tem de ser fundamentado em avaliações agrônomicas e de risco à saúde e ao meio ambiente realizadas pelos Ministérios da Agricultura, da Saúde e do Meio Ambiente.

Mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde assegurava, no início do ano, que não existia o Registro Especial Temporário para qualquer cultura transgênica em plantios experimentais no País. Ou seja, a CTNBio tem proferido pareceres fa-

voráveis a esses testes de campo sem o parecer dos Ministérios afins – o da Saúde e do Meio Ambiente –, que são exatamente os responsáveis por uma avaliação sobre os prejuízos à saúde ou ao meio ambiente.

Em abril passado, a Justiça concedeu liminar aos Procuradores Aurélio Rios e Alexandre Assis pela suspensão das lavouras experimentais de OGMs, por não terem Registro Especial Temporário. Segundo o Procurador Rios, o MPF poderia inclusive processar autoridades governamentais por improbidade administrativa.

Apesar dessa determinação judicial, até o momento não se tem notícia de qualquer campo experimental desativado. Ao contrário, o Ministro Pratini de Moraes e seu Secretário Executivo Márcio Fortes têm declarado repetidamente que em breve será oficialmente liberada a produção comercial de OGMs no Brasil.

A Medida Provisória de dezembro de 2000, sem respeitar o prazo de 5 dias para avaliação do Congresso Nacional, vincula o parecer técnico da CTNBio à permissão que cabe aos Ministérios da Saúde, da Agricultura e da Ciência e Tecnologia, numa tentativa de suprir deficiência legal alegada na decisão judicial que proíbe os transgênicos no mercado brasileiro.

Com a mesma motivação, editou-se o Decreto nº 3.871, que deverá entrar em vigor em 31 de dezembro deste ano. Nos termos desse decreto, só serão rotulados os produtos que tenham recebido parecer técnico favorável da CTNBio e contenham acima de 4% de resíduos de OGMs em sua composição. Enquanto isso, o Parlamento Europeu adotou formalmente a moratória por três anos. A seguir, a União Europeia baixou normas de rotulagem mais rigorosas, que obrigam a identificação de qualquer porcentagem de resíduo transgênico nos alimentos. Ou seja, no Brasil, está-se fazendo uma rotulagem que, do meu ponto de vista, é de fachada, porque só considera necessária a rotulagem se na composição dos alimentos houver cerca de 4% de resíduos de OGMs. Isso em cada produto. Mas não considera que, se houver 2% no milho, 2% na soja, isso já significaria um processo cumulativo para caracterizar a rotulagem.

Além do mais, na Europa, em que há hoje toda uma preocupação com os OGMs, em função da experiência drástica que estão vivendo com o fenômeno da vaca louca, decidiram fazer a rotulagem para qualquer percentual de OGM na composição dos alimentos.

De sorte que o Brasil está propondo uma forma de rotulagem que, sob o meu ponto de vista, é apenas uma espécie de medida "para inglês ver". Retifico: para inglês ver não é, porque os europeus já estão bastante cuidadosos. No caso, é para os brasileiros verem.

Se considerarmos que, no Brasil, não se tem o hábito de verificar o rótulo a composição dos alimentos, o problema se torna ainda mais grave, ou seja, essa medida da rotulagem aqui não tem o devido alcance. Mas poderíamos estar fazendo uma rotulagem em acordo com o que já vem acontecendo na Europa.

A excessiva tolerância do Governo brasileiro para com as grandes empresas do setor, em detrimento dos princípios básicos de precaução, motivou um pedido de CPI e a formação de uma Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Essa Comissão atualmente realiza uma série de audiências públicas em que são analisados processos de liberação dos campos experimentais de transgênicos.

Os transgênicos comercializados até o momento não foram gerados para serem mais produtivos, mas para resistir a herbicidas e/ou matar insetos: 76% dos transgênicos desenvolvidos até hoje são resistentes a herbicidas; 19% são cultivos inseticidas *bt*, que são plantas estéreis, ou seja, as sementes não se reproduzem. Essas plantas têm um controle absoluto por parte das multinacionais, e os produtores terão, a cada momento, de comprar as sementes, ficando numa dependência total das empresas e das transnacionais que as produzem. Finalmente, 7% combinam as duas características, isto é, são resistentes a herbicidas e são sementes que não se reproduzem.

O cientista Charles Benbrook publicou trabalho em maio deste ano, demonstrando que a soja transgênica tem produtividade de 2% a 8% menor que as variedades convencionais e exige, em média, de 11% a 30% mais agrotóxicos.

Na Argentina, em apenas três anos, para uma mesma área plantada com transgênicos, o consumo de herbicida RR da Monsanto triplicou. As plantas saturadas com o herbicida são, posteriormente, utilizadas na alimentação de animais. A polinização cruzada entre plantas transgênicas e não-transgênicas tem provocado contaminações indesejáveis e imprevisíveis a determinados ecossistemas. Basta verificarmos que, na França, registram-se casos de contaminação com a couve, o milho e a soja. Nos Estados Unidos, o pólen do milho estéril da Monsanto, depositado em outras plantas por ação natural do vento, matou borboletas monarca que não eram pragas, ou seja, a planta é produzida para matar as pragas, mas acaba matando outras espécies.

Na Alemanha, estudos divulgados, na semana passada, em campos de cultivo de canola transgênica, demonstraram que, nos intestinos de abelhas, foram encontradas bactérias com DNA alterado. Isso

comprova que uma seqüência de DNA geneticamente alterada pode ser transferida para outro organismo que não seja planta.

Porém, o caso que mais chamou a atenção deu-se no Canadá, em abril passado, quando um juiz sentenciou um agricultor a pagar milhares de dólares à Monsanto por "violar" o monopólio que aquela empresa gigante detém sobre uma determinada semente transgênica de canola. No Canadá e nos Estados Unidos, é ilegal que os agricultores reutilizem sementes patenteadas.

Alerto para o fato de que a dependência total dos agricultores dessas sementes que são patenteadas, que não podem mais contar com a velha fórmula dos agricultores tradicionais de fazerem o melhoramento natural das suas sementes, de armazenarem as melhores sementes para o plantio, pode levar até mesmo a uma crise no que se refere à alimentação no Planeta, porque, em vez de haver um estudo científico que possibilite às pessoas terem melhores sementes, realmente há sementes aparentemente melhoradas, mas estas são monopolizadas por essas empresas, e qualquer agricultor que delas queira lançar mão terá que pagar por elas. E aqueles, como no caso aqui citado, ocorrido no Canadá, que fizerem isso sem a compra, de moto próprio, poderão ser multados e condenados pela Justiça a pagar multas vultosas.

Diante desse quadro todo que acabo de relatar, Sr. Presidente, há uma série de reações que vale a pena registrar aqui. Existe um raciocínio, por parte de alguns cientistas e até mesmo de alguns colegas, de que a visão crítica referente aos transgênicos seria atrasada, de ir contra a ciência, de não se querer o avanço científico. Refuto todas e quaisquer acusações dessa natureza. Não somos contra as experiências e os estudos que estão sendo feitos em campos experimentais. So mos contra que esses estudos e experimentos sejam feitos sem se cumprir a norma legal, sem a observância do devido aspecto de cautela diante de determinadas circunstâncias e do aqoda-mento por parte de alguns segmentos do Governo em querer liberar para a comercialização o cultivo dos transgênicos.

Então, há uma reação em todo o mundo. Note-se que a União dos Agricultores do Canadá pediu a moratória nacional à produção, importação e distribuição de alimentos transgênicos. Com o apoio dos produtores de trigo do Estado de Dakota do Norte, nos Estados Unidos, foi decretada moratória ao cultivo de trigo transgênico que a Monsanto pretende comercializar a partir de 2003.

Em março deste ano, a União Nacional dos Agricultores dos Estados Unidos apoiou a moratória contra a introdução, certificação e comercialização do trigo geneticamente modificado, até que questões relacionadas à polinização cruzada, responsabilidade sobre danos, estoque, segregação e aceitação de mercado sejam devidamente analisadas e resolvidas. Isso está acontecendo nos Estados Unidos, no berço da Monsanto.

O Congresso local do Estado de Indiana, nos Estados Unidos, de finiu por decreto, no mês passado, direito dos agricultores guardarem sementes para replantio.

No Japão, há uma movimentação no sentido de fazer o mesmo que hoje está sendo feito pela Comunidade Européia.

A cautela européia tem base no traumático caso da "vaca louca", em que os efeitos de uma experiência com ração animal, nos anos 80, produziu uma doença fatal – alimentou-se o gado bovino, herbívoro por natureza, com ração composta de proteína animal.

Tenho certeza de que, à época, se aqueles que patentearam a ração com proteína animal para o gado na Europa fossem questionados, diriam que os críticos eram pessoas fundamentalistas, ambientalistas que não queriam o progresso e o avanço tecnológico. Também tenho certeza de que, se a mesma discussão tivesse sido introduzida aqui no Congresso ou aqui no Senado, muitos se levantariam para dizer que se trata de uma posição retrógrada, contra a ciência, que não quer o avanço tecnológico. Defenderiam que a ração com a proteína animal destinada a animais herbívoros não teria nenhum problema, que era um avanço da ciência. No entanto, a experiência mostra que essa ração fornecida a animais herbívoros por natureza constituiu-se num grande problema para a Comunidade Européia, acarretando a doença da vaca louca.

Infelizmente, esses exemplos não são suficientes para os nossos modernizadores de plantão. A todo o momento, eles pensam que aqui lo que acontece no "mundo desenvolvido" deve ser implementado no nosso País, ao arpeio da lei. Mesmo quando se questionam essas inovações tecnológicas em seus países de origem, mesmo quando eles já estão voltando atrás, certos brasileiros pensam que tudo isso deve ser implementado em nosso País, pois de ve mos passar por todos os processos históricos já experimentados por aqueles.

Essa visão da História não como um processo cumulativo, mas como um processo linear é completamente equivocada. Alguns pensam que devemos passar por todas as experiências vividas por aqueles

que nos antecederam. No entanto, a História é dialética e, por isso, não precisamos repetir, aqui no Brasil, as experiências fracassadas dos Estados Unidos e da Europa. Não podemos ser, pura e simplesmente, a lixeira desses inventos.

No caso da multinacional Monsanto, por exemplo, a empresa já começa a perder o mercado europeu e corre o risco de perder o mercado japonês. Diante disso, ela não quer, em hipótese nenhuma, que o Brasil seja uma área livre de transgênicos, por que isso nos levaria a ser mais competitivos no mercado internacional. Eles gostariam, sim, que o Brasil fosse como a Argentina, o Canadá e os Estados Unidos, para que não tivéssemos chance de concorrer com eles. E realmente somos uma ameaça para a referida multinacional, porque a nossa soja, mesmo com a hipótese de que boa parte dela esteja contaminada pelo cultivo clandestino, é mais vantajosa para os importadores europeus do que a soja proveniente do Canadá e dos Estados Unidos. Tal fato ocorre porque, quanto à soja brasileira, são menores os investimentos para os testes de controle da qualidade e da quantidade dos OGMs.

Diante do exposto, Sr. Presidente, temos uma vantagem diferencial em termos econômicos. Não sei por que o Governo brasileiro não revê sua estratégia econômica, já que a Argentina, o Canadá, os Estados Unidos não têm mais condições de serem zonas livres de transgênicos. Só o Brasil tem esse potencial, e deveríamos aproveitá-lo, em vez de contaminar nossa produção, comprometendo, talvez, o futuro da nossa soja.

Dos três maiores produtores mundiais de soja, o Brasil é o único sem transgênicos. Há, no entanto, denúncias no sentido de que agricultores gaúchos estejam plantando soja transgênica clandestinamente, o que faz com que os europeus exijam testes também da soja brasileira, ainda assim com custo bem menor que a segregação, controle e certificação, possível apenas parcialmente, dos produtos americanos e argentinos.

Como a Europa constitui-se no maior importador de grãos do planeta, a preferência pelo Brasil fez a exportação nacional triplicar nos últimos cinco anos. Segundo o diretor da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, Sérgio Mendes, "antes não vendíamos entre setembro e março, que é o período da safra americana". Agora, mesmo no período da safra americana, estamos vendendo porque temos esse diferencial de qualidade ao qual já me referi anteriormente.

Tal sucesso ameaça os concorrentes, que se apressam em divulgar denúncias de plantios clandestinos e a pressionar o Governo brasileiro pela liberação imediata dos transgênicos no Brasil, alternando

ameaças de desobediência às determinações judiciais com discursos pró-modernidade e progressos científicos ora por parte de representantes dos grupos transnacionais que investem nos organismos modificados, ora por parte de setores do Executivo Federal. Contudo, devo ressaltar aqui, até por uma questão de justiça, que o Ministério do Meio Ambiente, assim como o Ministério da Saúde, têm tido uma posição cautelosa; mas vejo a ação por parte do Ministério da Agricultura e da Ciência e da Tecnologia.

Sr. Presidente, quero ainda informar que houve decisão judicial pela destruição dos cultivos e dos experimentos que estão sendo feitos, por não contarem com o registro especial provisório. Todavia, no Estado do Paraná, o Ibama, ao invés de cumprir a determinação judicial, deu um prazo de 10 dias para os produtores. Ontem, em conversa com o Presidente do Ibama, Dr. Casara, dei conhecimento a ele dessa denúncia que havia chegado a mim, e ele determinou que seja cumprida a decisão judicial. Disse também que as autoridades responsáveis por seu cumprimento não podem conceder prazos às empresas, possibilitando que estas consigam tempo para talvez se livrar da referida decisão judicial.

Não quero aqui fazer uma guerra santa contra os transgênicos. Pelo contrário, só quero que o Brasil pense estrategicamente, que respeite a nossa legislação, que esteja atento ao que diz a nossa Constituição no que concerne ao princípio da precaução. Igualmente, que as autoridades competentes não fiquem fazendo o jogo das multinacionais, que já estão observando que a Comunidade Européia já instituiu a moratória de três anos, já estabeleceu a rotulagem para qualquer quantidade de transgênicos em seus produtos. O Japão também está fazendo uma discussão no sentido de não que rer os transgênicos no seu país. Contudo, no Brasil, que poderia ser uma zona livre de transgênicos, investiremos numa tecnologia que não está mais sendo aceita nas demais regiões do planeta. Até mesmo nos Estados Unidos e no Canadá, a opinião pública está bastante crítica em relação a esses produtos que contêm OGMs.

Dessa sorte, faço aqui um apelo em favor de meu projeto da moratória, que não é mais de cinco anos, mas de três anos, porque fizemos uma equiparação com o que está ocorrendo na Europa: eles pediram três anos de moratória, e também adotariam o mesmo prazo. E tenho certeza de que os produtores de grãos no Brasil, aqueles que pensam estrategicamente, aqueles que não querem apenas fazer o jogo das multinacionais saberão aproveitar essa oportuni-

da de sermos uma zona livre de transgênicos. Com isso, poderemos abastecer o mercado europeu, que tem hoje uma visão bastante crítica em relação a essas "inovações científicas" que causam alguns prejuízos, como o que aconteceu com a raça com proteção animal destinada a animais herbívoros por natureza e que hoje padecem da doença da vaca louca.

Somos um País com megadiversidade. Por isso, jamais poderemos introduzir sementes estéreis sem conhecer exatamente as repercussões nos ecossistemas, que poderão ser irreversivelmente prejudicados. Não podemos dispensar a polinização natural das plantas, efetivada pelos ventos ou pelos insetos.

Aproveitando a presença do Líder do Governo, faço um apelo para que o projeto da moratória possa tramitar, com todo o respeito que tenho pelo meu Colega, Senador Lúcio Alcântara. Quero também fazer este apelo ao Senador, já que a Relatoria está com ele. Sei que ele é uma pessoa sensível às questões ambientais, com certeza, agirá de acordo com o desejo da opinião pública nacional e também dos setores especializados, que fazem uma crítica responsável com relação a esse aqodamento do Ministério da Agricultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senadora Marina Silva, gostaria de fazer o registro de que o Governo e sua Liderança vão buscar o debate, a finalização dessa questão, que está sendo discutida mundialmente e interessa ao País. V. Ex^a pode ficar certa de que buscaremos o entendimento no sentido de defender o nosso País.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Envidarei todos os esforços para votarmos, o quanto antes, esse projeto.

Se as autoridades brasileiras tivessem uma compreensão mais estratégica dessa problemática, estariam fazendo uma série de discussões junto ao setor produtivo, no sentido de orientar como deverá ser o comportamento dos nossos agricultores, para que não venham a comprar gato por lebre, já que as empresas produtoras dessas sementes geneticamente modificadas, para não afundarem sozinhas, que rem, a todo custo, fazer com que eles embarquem na canoa dos transgênicos. Elas têm medo, tenho certeza, de que o Brasil constitua uma grande alternativa de grãos que não estejam contaminados pelos OGMs, porque poderíamos fazer concorrência com

as suas sementes, que realmente começam a sofrer uma série de críticas e cuidados por parte dos segmentos mais conscientes em relação ao meio ambiente e à saúde.

Agradeço ao Presidente. Extrapolei o tempo, mas sentia necessidade de fazer este pronunciamento, porque estamos em uma discussão que considero altamente importante do ponto de vista ambiental e social e no que se refere à vantagem econômica que podemos ter, ao nos instituímos como zona livre de transgênicos.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, por 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje, para tratar de um assunto que ganhou as páginas da imprensa e da opinião pública neste final de semana e a partir da quarta-feira, dia 1º, e que diz respeito à proposta orçamentária no que tange ao reajuste de servidores federais para o próximo ano.

Tenho defendido a busca de estudos que possam efetivamente contemplar os servidores federais com o reajuste. O título da matéria de capa do jornal **O Globo**, de quarta-feira, 1º de agosto, foi "Corte tira do orçamento reajuste dos servidores".

Pode-se ler na primeira página:

O Líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), disse que o Congresso é autônomo e deve discutir uma proposta de aumento para os servidores, que estão sem reajuste há sete anos (...).

Na página três, há, ainda, um desdobramento da matéria, em que está registrada uma declaração minha:

O Governo será pressionado a dar um aumento generalizado para o funcionalismo, a começar pelo próprio Líder no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR) (...).

– O Congresso é autônomo para emendar o Orçamento, que vai ser discutido aqui pela maioria. Vamos ver se conseguimos alguma coisa. O melhor para o governo seria dar o aumento. Agora, vamos ver se suporta – disse Jucá.

Gostaria, Sr. Presidente, de comentar essas declarações. Primeiro, estou propondo à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, que crie uma subcomissão para discutir, analisar, acompanhar e definir, especificamente, estudos do Orçamento para o reajuste salarial dos servidores. Como disse, entendo que o Congresso é autônomo, independentemente de vir ou não o reajuste salarial na proposta do Governo.

Quero abrir um parêntese, para dizer que o Executivo não fechou a sua proposta orçamentária para o próximo ano, ainda não a enviou ao Congresso para ser discutida. É, portanto, prematuro dizer que o corte tira do Orçamento o reajuste dos servidores. Mas, apesar das dificuldades conjunturais, como a crise da Argentina, e das respostas que o País tem de dar à questão do equilíbrio fiscal, defendemos que o Congresso dará a última palavra nessa questão dos reajustes. E, para isso, é preciso que seja feito um estudo profundo do Orçamento e da própria folha de pagamento de pessoal.

É importante registrar que, ao longo dos últimos anos, o Governo tem reestruturado o salário para algumas atividades públicas e determinadas carreiras. Assim, nem todos os servidores têm a mesma situação, apesar de grande parte estar sem aumento há sete anos.

Por isso, do mesmo modo que, na discussão do ano passado para o Orçamento deste ano, o Congresso Nacional conseguiu uma solução para o aumento real do salário mínimo, poderá trabalhar na questão do reajuste dos servidores.

Defendo, então, a criação de uma subcomissão na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, exatamente para analisar a proposta orçamentária, as repercussões do aumento generalizado dos funcionários, os níveis em que este poderia acontecer, a implicação na receita e na despesa, enfim, a montagem de um arcabouço técnico, para que se possa suportar essa condição do reajuste dos servidores.

Quero deixar clara a minha posição como Senador, porque represento um Estado que tem muitos servidores públicos, cujas dificuldades tenho acompanhado. No entanto, ao mesmo tempo, reconheço o esforço do Governo na questão do equilíbrio fiscal, na tentativa de conter os problemas que infelizmente afligem outros países e de reestruturar o serviço público.

Creio que devemos ter uma discussão séria, técnica, debruçada sobre os números, para efetivamente encontrarmos um caminho que possa minorar a dificuldade dos servidores públicos.

Peço, Sr. Presidente, que façam parte do meu pronunciamento as matérias citadas, do jornal **O Globo** de quarta-feira, dia 1º de agosto.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

REAJUSTE

**Governo desiste de incluíramento linear
para o funcionalismo público**

Cátia Seabra
BRASÍLIA

Na véspera de ano eleitoral, o governo não deverá ter boas notícias para servidores, trabalhadores e aposentados com salário e benefícios indexados ao mínimo. Convencido a conceder um reajuste linear para o funcionalismo públicofederal – que está há sete anos sem aumento – o governo desistiu de incluir a medida na proposta de Orçamento que envia este mês ao Congresso. E, em meio ao ajuste imposto pela crise da vizinha Argentina, o aumento do salário-mínimo apresentado pelo governo também deverá ser tímido: cobrirá apenas as perdas causadas pela inflação.

Esse aperto frustrou a expectativa dos próprios aliados, que esperavam uma folga maior no ano eleitoral e já começam cobrar mudanças durante a tramitação da emenda do Orçamento no Congresso. O governo será pressionado a dar um aumento generalizado para o funcionalismo, a começar pelo próprio líder no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), candidato à reeleição.

– O Congresso é autônomo para emendar o Orçamento, que vai ser discutido aqui pela maioria. Vamos ver se conseguimos alguma coisa. O melhor para o governo seria dar o aumento. Agora, vamos ver se suporta – disse Jucá.

Quando o assunto é funcionalismo, o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), discorda:

– Sou contra o reajuste linear. Tem mesmo que ser diferenciado. O governo não pode administrar pensando na eleição.

Na oposição, o líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), acha que ainda há espaço para remanejamento de rubricas e encontrar fontes de recursos para a concessão do aumento para o funcionalismo.

Segundo a última estimativa do Banco Central, a previsão de inflação para este ano é de 5,8%. Mantido esse índice, o mínimo teria só R\$ 10,50 de aumento, passando para R\$ 192.

– O reajuste do mínimo seguirá só o que manda a lei – revelou uma fonte do governo, referindo-se à exigência constitucional de reposição das perdas causadas pela inflação.

O GLOBO

Cortetira do Orçamento o reajuste dos servidores

Aumento do salário-mínimo cobrirá
apenas as perdas da inflação

• O governo federal desistiu de dar aumento aos servidores públicos no ano que vem. Devido ao ajuste fiscal e aos cortes no Orçamento impostos pela crise na Argentina, está cancelado

também o aumento real do salário-mínimo. A correção do valor atual do mínimo – R\$180 – deverá ser suficiente apenas para repor as perdas provocadas pela inflação, como manda a lei. O governo quer dar uma demonstração de austeridade de ao merca do internacional, mas deverá sofrer pressões, em ano eleitoral, de seus próprios aliados para rever essas decisões. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB – RR), disse que o Congresso é autônomo e deve discutir uma proposta de aumento para os servidores, que estão sem reajuste há sete anos e reivindicam reposição salarial de 75,48%. Setores do funcionalismo federal iniciam hoje paralisação de 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Ex^a será atendido na formaregimental.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uso da palavra apenas para fazer um rápido comentário a respeito de duas posições que se registraram recentemente na Câmara dos Deputados.

A primeira, merecedora de todos os elogios, foi a aprovação da emenda constitucional que regula e limita a edição de medidas provisórias. Não se trata de um gesto de vaidade ou de orgulho, mas, sim, de reconhecer que o Senado Federal teve uma participação muito importante na concretização de um novo tempo para a superestrutura jurídica do País. Não podíamos continuar convivendo com esse sistema indefinido, indeterminado, de reedição constante de medidas provisórias, que causou – e ainda causa – uma grande instabilidade e insegurança jurídica para o País.

Portanto, faço este registro, este elogio declarado e formal à atitude personalizada do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, que tomou para si a responsabilidade de dar consequência àquilo que o Senado Federal, há muitos anos, vem tentando tornar realidade, ou seja, a aprovação de uma emenda constitucional que limite a edição de medidas provisórias.

A matéria sofreu algumas alterações – com as quais, creio, o Senado Federal deverá concordar – e deverá retornar a esta Casa. Creio que aqui haverá quase que unanimidade e concordância absoluta para ratificar inteiramente o novo texto, aprovado na Câmara dos Deputados, fazendo com que a matéria possa ser promulgada o mais rapidamente possível.

Mas ao mesmo tempo em que faço este elogio à Câmara dos Deputados pela atitude, neste início de semestre, de aprovar, em segundo turno, a votação da emenda constitucional que limita a edição das medidas provisórias, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a

Senadora Marina Silva, quero registrar também a minha estranheza e até uma certa inconformidade com essa expressão que vem sendo adotada na Câmara dos Deputados para um conjunto de medidas e leis que devem ser aprovadas nos próximos dias, ou nos meses ou semanas subsequentes, que é a expressão "pacote ético".

Não consigo entender como se conceitua, como se cria, como se institui um "pacote ético", até porque todas as medidas que lá estão para serem votadas vêm sendo votadas de maneira absolutamente normal, regular, metódica, e de forma nenhuma vêm sendo empacotadas. Todos esses pontos vêm sendo votados, já foram votados, foram iniciativa do Senado Federal ao longo de muitos anos.

A emenda constitucional, por exemplo, que acaba com a imunidade parlamentar nos chamados crimes comuns foi aprovada há quase 3 anos no Senado Federal. No início deste ano, foram aprovadas as propostas relativas a financiamento público de campanha. E uma série de outras medidas incluídas nesse pacote ético, de maneira metódica, regular, subsequencial ao longo do tempo, sem nenhum alarde, a não ser a necessária expressão pública do debate, o Senado tem aprovado, não como um pacote, não como um instrumento de propaganda.

A ética deixa de ter um caráter ético quando ela se torna simplesmente um instrumento para efeito circunstancial, para produzir um determinado efeito de propaganda e de publicidade na imprensa ou na mídia. Não há necessidade de nenhum pacote ético, não há necessidade de nenhuma ostentação ética. Basta, isto sim, o comportamento regular, normal, o comportamento metódico de fazer as leis de acordo com aquilo que é o ritmo normal da vida e das coisas.

Se o ritmo normal da vida e das coisas, Se na hora Marina Silva, tivesse sido observado pela Câmara dos Deputados nos últimos anos, não haveria nenhum pacote agora, não seria preciso empacotar tudo de uma só vez e transformar isso num instrumento de propaganda política, porque todas essas leis já estariam em vigor.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Evidentemente, com muita honra, dou o aparte a V. Ex^a.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a foi feliz ao estranheza a denominação, essa nomenclatura, "pacote ético". Na verdade, isso só denuncia a forma, talvez lenta, como o Congresso Nacional, como a Câmara dos Deputados, principalmente, se

posicionaram sobre as diversas iniciativas apresentadas para dar maior transparência, para evitar abusos por parte do Legislativo. Por não ter apreciado aquilo que deveria ter sido, no devido tempo, apreciado, debatido e votado, agora, no bojo da pressão da sociedade e dos meios de comunicação, o Congresso tem de empacotar ética para que ela possa ser apreciada de uma forma mais célere. O que entendo, Senador Fogaça, é que neste momento não há como dizermos que é possível continuar a ser normal a tramitação. Todos os que já buscávamos a aprovação das matérias sempre quisemos que elas fossem votadas com uma certa pressa, em um certo tempo que não levasse à inanição, como vem acontecendo no Congresso Nacional. Neste momento, há pressão da sociedade, e nós, que já estávamos em sintonia com essa necessidade, achamos que ela é mais do que atual. Infelizmente, um setor deixou os projetos nas gavetas, não contribuiu para a sua tramitação, e é exatamente esse setor que, agora, se sente na necessidade de empacotá-los para que aconteça a tramitação necessária, no bojo das pressões que estão sendo feitas pelos meios de comunicação e pela sociedade. Nós temos que realmente nos debruçar sobre essas propostas, até porque boa parte delas já havia sido aprovada pelo Senado. Quem já era a favor continuará a favor, dando graças a Deus, porque, em razão da pressão da sociedade, agora elas serão apreciadas.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS) – Obrigado, Senadora Marina Silva. É exatamente esta a minha estranheza. A estranheza não é pela votação, nem pela urgente necessidade da votação. A estranheza é que, como deixaram acumular tanto ao longo do tempo, agora são obrigados a empacotar tudo. E mais, o que me preocupa é que isso acabe sendo apenas um instrumento passageiro e circunstancial de propaganda política que não tenha as consequências positivas que necessariamente deveria ter.

O Senado aprovou o fim da imunidade parlamentar; a Câmara esqueceu a matéria na gaveta. O Senado aprovou o fim do sigilo bancário; a Câmara esqueceu a matéria na gaveta. O Senado aprovou o financiamento público de campanha; a Câmara deixou a matéria na gaveta. Como isso é o efeito de inércia, ou seja, do mesmo efeito físico que ocorre quando há o freio súbito de um ônibus, por exemplo – quando um ônibus lotado, carregado de gente, freia subitamente, todos os que estão lá atrás se acumulando vêm se acotovelar na frente –, é o que está acontecendo. Ou seja, agora querem dar uma freada súbita. Creio que essas freadas sú-

bitas acabam dando muito discurso, mas pouca consequência prática positiva.

Trata-se mais de um efeito decorativo, de um efeito externo, com poucos resultados, com poucas consequências efetivas. É o que eu temo, e é exatamente essa a estranheza do tal pacote ético. Deve-se votar metódica e regularmente, de maneira consequente, responsável, de maneira cidadã, e não de repente, em uma tentativa, digamos assim, de tapar o sol com a peneira, de cobrir um determinado momento; e não reunir tudo isso em um pacote ético e fazer a aprovação imediata de todos os projetos que o Senado aprovou e que estão engavetados na Câmara dos Deputados.

Apenas externo essa estranheza, sem deixar de, é claro – registro que já fiz –, dizer que, entre tudo isso, há pontos positivos que não podem ser negados, como a aprovação recente da emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias no País.

É bom reconhecer que o Governo esteve, digamos assim, participando da discussão, participando do acordo. É um Governo que está, portanto, cortando na própria carne, está perdendo poder em favor de uma maior estabilidade, de uma maior confiança, de uma maior segurança jurídica no País. E isso também é elogiável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senador José Fogaça, apelaria a V. Ex^a que assumisse a Presidência para que eu pudesse fazer uso da palavra. (Pausa).

O Sr. Ademir Andrade deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns Estados – mais especificamente os 105 Municípios do Estado do Pará e o Maranhão – talvez tenham que se sujeitar, injustamente, ao racionamento de energia estipulado em todo o território nacional.

Nós, que somos produtores, que somos superavitários na geração de energia, que consumimos apenas 40% da energia que produzimos, vamos ser agora, talvez, obrigados a esse racionamento e a essa multa absurda para quem não cumprir a meta de 20%. E essa situação pode ocorrer porque, contrariando todas as Lideranças do Estado do Pará, toda a

sua representação política, quem está negociando em caráter exclusivo, sobrepondo-se à Assembléia Legislativa do Estado, à Bancada dos Senadores e dos Deputados Federais no Congresso Nacional, à Fiesp, às organizações empresariais e sindicais do Estado do Pará, é o Governador do Estado.

S. Ex^a veio a Brasília, há cerca de um mês, negociou com o Governo uma redução de 15% no consumo da nossa energia, o que não foi atingido, pois chegamos a 10%. E agora o Presidente Fernando Henrique, junto com a Comissão que estuda o problema, convoca mais uma vez os governadores da região para dar uma posição definitiva sobre a questão e ameaça colocar o Pará, o Maranhão e o Tocantins – são três Estados, na verdade, atingidos por essa situação – nessa condição de racionamento a que está submetido o resto do Brasil.

Se não se falasse na irresponsabilidade do Governo Fernando Henrique, na falta de competência, na falta de visão administrativa, que levou o Brasil a essa situação, pois não investiu na geração de energia, se não se contasse isso, deveria se contar pelo menos o fato de que cedemos grande parte da nossa energia a outras regiões do País. Esse é um aspecto. O outro: somos uma região menos desenvolvida, uma região menos populosa, que tem que ter um tratamento especial para melhorar as condições de vida e permitir o desenvolvimento do Norte brasileiro.

Pois bem, nada disso é levado em consideração. Impõe-se ou se pretende impor também à nossa região o racionamento que está sendo colocado em âmbito nacional por irresponsabilidade do Governo.

Agora, se realmente tivermos que fazer uma economia maior, talvez o Governo devesse pensar na possibilidade de parar, por um determinado período, o funcionamento das indústrias de eletrointensivos no nosso Estado. Podíamos paralisar a empresa que produz alumínio, que transforma a bauxita em alumina e depois em alumínio, no Estado do Pará, que é a Albrás/Alunorte. Essa empresa, sozinha, consome praticamente a mesma quantidade de energia que consome todo o Estado do Pará.

O Maranhão também tem uma dessas empresas, a Alcoa, que funciona em São Luís e consome também uma quantidade enorme de energia. Praticamente 40% da energia produzida pela hidrelétrica de Tucuruí é gasta por essas duas empresas de eletrointensivos, que apenas economizaram por volta de 14% do seu consumo.

Essas empresas são subsidiadas, são favorecidas pelo Governo, têm um subsídio que vai até o ano

de 2004. Enquanto o cidadão comum paga cerca de R\$180 por megawatt consumido, essas empresas pagam apenas R\$27. É uma diferença astronômica. Essas empresas dão à Eletronorte, e conseqüentemente ao Governo brasileiro, um prejuízo anual da ordem de US\$200 milhões, valor correspondente ao subsídio que elas recebem.

Portanto, não vejo como pode se pensar em sacrificar toda a economia do Estado, todo o segmento empresarial, o segmento de comércio, o hoteleiro, o turismo, as indústrias madeireiras, enfim, como pode se pensar em sacrificar uma quantidade enorme de indústrias em nosso Estado sem se levar em consideração a possibilidade de fazer essas duas indústrias terem uma redução maior de seu consumo de energia.

Creio que se essas duas indústrias reduzirem pela metade o seu consumo, não haveria nenhuma necessidade de racionamento na nossa região. Ainda não há um racionamento; há, sim, um posicionamento, um comprometimento do Governo de que a redução do consumo deveria chegar a 15%. Ainda não foram estabelecidas, no Estado do Pará, as multas e as sobretaxas, mas poderão ser estabelecidas a partir da reunião que será realizada no próximo dia 7 de agosto.

Esperamos mais firmeza da parte do Governador Almir Gabriel, da Governadora Roseana Sarney e do Governador Siqueira Campos. A Governadora Roseana Sarney já disse que não aceita isso; inclusive já ameaçou não comparecer à reunião. Espero que o Governador Almir Gabriel se sensibilize com a vontade política do povo do Pará, de suas representações e com a expressão de opinião das entidades empresariais do Estado do Pará, a Fiepa, a Federação da Agricultura, a Federação do Comércio, enfim, de todas as entidades que representam o Estado do Pará, para não aceitar para a nossa região, em nenhuma hipótese, o mesmo racionamento que se é obrigado a fazer no restante do Brasil.

Penso que a solução mais viável seria sacrificar um pouco mais essas empresas que já foram tão privilegiadas durante anos e anos com o recebimento de US\$200 milhões de subsídios anuais, o que as permitiu ganhar rios de dinheiro. Esses recursos, em cinco anos, seriam suficientes para pagar toda a segunda etapa da hidrelétrica de Tucuruí que está sendo feita agora. E em 15 anos, com esse subsídio, que já existe há muito tempo, daria para construir a nova usina hidrelétrica de Belo Monte, que irá custar aos cofres públicos brasileiros US\$3,8 bilhões.

Espero, portanto, que o Pará, o Maranhão e o Tocantins, pelas suas condições econômicas, pela

necessidade do seu crescimento econômico e até mesmo para diminuir as desigualdades regionais, não sejam submetidos a esse raciocínio pelo qual o Brasil está passando.

Um outro ponto, Sr. Presidente, diz respeito à questão do posicionamento do Governo em relação à sua política econômica. O Governo brasileiro, especialmente a equipe econômica que comanda esse processo, porque creio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não entende absolutamente nada de economia, não sabe como funciona e nem tem idéia do que é o setor produtivo, acredito que não entende nem de orçamento e, portanto, quem decide as coisas é o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga; são eles que ditam as regras da nossa economia, e o Sr. Martus Tavares é apenas um cumpridor das ordens do Sr. Ministro Malan.

Se observarmos a situação por que passa a Argentina, as dificuldades extremas, podemos concluir que o Brasil segue pela mesma linha – eu diria até que o Brasil se encontra numa situação pior. A Argentina se antecipou no processo de globalização, obedecendo às ordens do Fundo Monetário Internacional, que representa os interesses dos países desenvolvidos do mundo, privatizou tudo o que existia naquele país e não conseguiu reduzir a sua dívida. Hoje está praticamente falida, sem condição de absolutamente resolver o seu problema econômico porque não tem coragem de assumir uma posição de enfrentamento aos países desenvolvidos, ao sistema financeiro internacional, de suspender o pagamento da dívida externa, de dar um tempo para recuperar a sua economia, produzir, gerar riqueza, para aí, então, cumprir esses compromissos externos. Não, a Argentina continua se submetendo às exigências e às ordens dos países desenvolvidos e do sistema financeiro internacional, sacrificando a sua população com redução de despesas, com contenção de gastos, com a falta de aplicação em investimentos estatais que produzem o crescimento econômico, com estradas, com hidrelétricas, com ferrovias, com metrô. Para tudo, para todo o investimento, reduz o salário do funcionalismo público e o dos aposentados, muda toda a economia. E para quê? Para continuar cumprindo com os compromissos externos, para continuar pagando rigorosamente em dia os serviços da dívida externa. Esse foi o caminho da Argentina, que vendeu tudo e hoje se encontra falida, com mais de 16% de desemprego da sua população e um Congresso Nacional e um Governo que se submetem às imposições do sistema financeiro internacional.

E o Brasil está trilhando o mesmo caminho, o mesmo rumo da Argentina. O País está devendo já, só de dívida pública interna, R\$640 bilhões; aumentou essa dívida pública, ao longo de seis anos e meio do Governo Fernando Henrique, de R\$54 bilhões para R\$640 bilhões. Hoje, temos um comprometimento de serviço dessa dívida pública interna da ordem de R\$130 bilhões de juros ao ano, o que significa aproximadamente R\$11 bilhões de juros ao mês, e tudo isso feito em função de atrair recursos externos para continuar pagando o serviço da dívida, considerando que a balança comercial vem sendo deficitária ao longo desses seis anos e meio do Governo Fernando Henrique. E, agora, os juros internos aumentaram – eles chegaram até a 15,25% e voltaram agora para 19% ao ano. Essa situação é insustentável. A dívida está crescendo assustadoramente. Neste ano de 2001, em sete meses, o Governo Fernando Henrique já obteve um superávit primário de R\$30,2 bilhões. Em sete meses de Governo, este Governo Fernando Henrique arrecadou do povo brasileiro mais do que gastou R\$30,2 bilhões; o que significa que se R\$5 bilhões por mês que ele tira do povo brasileiro para pagar o serviço dessa dívida. E o pior: de tudo o que ele tira não dá para pagar nem 40% do serviço da dívida pública interna, 60% vai se somando a essa dívida de maneira astronômica. O caminho do Brasil é o caminho da falência. É o caminho da absoluta condição de pagamento dessa dívida.

O Governo, então, faz, aqui no Brasil, o mesmo que fez a Argentina. Já vendeu todo o sistema de telecomunicações, grande parte do sistema de distribuição de energia, os bancos de quase todos os Estados brasileiros, as siderúrgicas, as mineradoras, enfim, já vendeu quase tudo. E se perguntar: para onde foi o dinheiro de tudo que se vendeu no Brasil? Foi para o ralo do lixo. Foi para mão dos especuladores nacionais e internacionais, daqueles que vivem da sabedoria do jogo de aplicação de recursos no sistema financeiro. Não serviu para absolutamente nada, repito, porque tudo o que foi vendido não conseguiu reduzir a dívida pública interna; ao contrário, só fez aumentá-la. Essa dívida não tem sustentação; não há como continuar sendo paga da forma como ela se encontra.

E agora o Governo brasileiro, cinicamente, declarou, ontem, que o funcionalismo público brasileiro – depois de sete anos sem aumento – não terá aumento também neste ano. Evidentemente, houve uma reação em todo o Brasil, até da base política de sustentação do Governo, e ele voltou atrás; está pensando em dar um pequeno aumento. Ora, eu tenho

uma posição, que sempre defendi, que esse aumento não deve ser linear; não deve ser igual para todos. Esse aumento deve ser na proporção daquilo que cada um ganha, ou seja, nós, do Partido Socialista Brasileiro, entendemos que o aumento deve ser com um percentual maior para aqueles que ganham menos e, evidentemente, com um percentual menor para aqueles que ganham mais. É preciso que se diminua essa diferença muito grande existente entre os que ganham mais e os que ganham menos. E a forma de diminuir e fazer justiça a esse aumento para o funcionalismo público é dando um aumento proporcional: um aumento maior para quem ganha menos e um aumento menor para quem ganha mais. Os recursos públicos serão melhor distribuídos, far-se-á mais justiça e diminuir-se-á esse abismo que existe entre os que ganham mais e os que ganham menos no nosso País. Porém, jamais deve-se pensar em não conceder aumento, em aceitar esse posicionamento ou essa submissão do Governo brasileiro, como aconteceu com a Argentina e como tem acontecido com os países do continente sul-americano. Todos, na verdade, têm a sua política econômica e de desenvolvimento ditada em função das suas dívidas externas e das regras que são estabelecidas pelos chamados países desenvolvidos do mundo.

Outra situação que o Governo Fernando Henrique quer colocar é dar ao salário mínimo um aumento apenas proporcional à inflação, o que significaria um aumento em torno de 6%, 7%, que é a inflação prevista para o ano de 2001. Quer dizer, o salário mínimo passaria a R\$195,00, o que não chega hoje, com o dólar em termos de U\$2,50, a U\$60,00 mensais. Ele, Presidente Fernando Henrique, que prometeu a vida inteira que em seu governo o salário mínimo atingiria a casa dos U\$100,00 e daí cresceria e jamais baixaria, não cumpriu o seu compromisso. Esse salário mínimo vergonhoso da Nação brasileira está em torno de U\$58,00, U\$60,00 mensais, o que representa U\$5,00 por dia de trabalho. Além de não dar aumento ao funcionalismo público e um aumento digno ao salário mínimo, ainda contingencia recursos de toda ordem, corta recursos do Orçamento na área da saúde, da educação – as nossas universidades estão passando as piores dificuldades da sua história –, achata o funcionalismo público, enfim, tenta economizar de toda forma naquilo que seria importante para o nosso desenvolvimento. Deixa de aplicar na recuperação das nossas estradas, na segurança pública e no crescimento da nossa economia, para atender a quem?

Para atender aos compromissos do pagamento da dívida externa brasileira, em sacrifício do nosso povo.

Não é possível continuar aceitando essa situação, não é possível que o Congresso Nacional fique sempre a baixar a cabeça, aceitando as imposições do Governo Fernando Henrique e da sua equipe econômica.

Em 27 de junho passado, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002. Na discussão dessa lei houve manifestações contrárias ao superávit primário previsto no valor de R\$31,5 bilhões para o ano de 2002. O PMDB e o PFL, que são base de sustentação do Governo nesta Casa, manifestaram-se contrários à previsão desse superávit primário. O Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão, e o Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL na Câmara dos Deputados, disseram que não aceitariam e tentaram negociar com o Executivo uma redução desse superávit de R\$31,5 bilhões para R\$24 bilhões. O que significaria uma aplicação de R\$6,5 bilhões no setor de produção de energia e na recuperação das estradas brasileiras. Garantiram que iriam reduzir essa previsão de superávit primário e não conseguiram. Na hora, o Ministro Pedro Malan bateu na mesa e disse que tinha que ser aprovado do jeito que havia sido encaminhado ao Congresso Nacional e os Deputados e Senadores governistas voltaram atrás nas suas posições e aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias exatamente como estava prevista.

Nessa lei, havia uma perspectiva de aumento salarial do funcionalismo público em torno de 10% e também de aumento do salário mínimo. Agora, diante do aperto e da ameaça de fuga do capital especulativo no Brasil, o Governo ameaça com o não-reajuste salarial dos servidores públicos, com o reajuste do salário mínimo equivalente à inflação do ano, em torno de 6%, com corte de gastos em todos os setores da nossa economia e ainda se queixa quando os policiais brasileiros, os PMs e os policiais civis, fazem greve no Brasil inteiro por melhores salários.

É preciso que o Congresso Nacional não ceda a essa pressão do Governo Fernando Henrique Cardoso. É preciso que o Congresso Nacional se imponha, porque o poder de fato está aqui, nós temos todas as condições de nos impormos diante das determinações da equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso para garantir esse aumento do funcionalismo; um aumento real do salário mínimo; investimentos em energia para que não passemos por essa situação vexatória; recursos para recuperação das nossas estradas;

das; crédito ao setor produtivo brasileiro; para que a nossa economia possa crescer, desenvolver-se e gerar emprego. Temos todas as condições.

Se o Governo Fernando Henrique é subserviente, é vaidoso e quer cumprir a todo custo e a qualquer preço os seus compromissos internacionais, que mantenha a sua posição, mas o Congresso Nacional, que representa o povo, composto por parlamentares que foram eleitos e que dependem da consciência política do povo brasileiro e estão em vias de reelegerem-se em 2002, devem se impor diante do Presidente e estabelecer uma mudança dessa política econômica, uma redução dos juros do pagamento dessa dívida, ou até mesmo uma renegociação geral da dívida externa brasileira.

Sr. Presidente, considero essa questão tão grave que estou apresentando à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado uma convocação do Ministro Pedro Malan para que possa dar uma explicação para o inexplicável. Na verdade não há explicação, mas podemos pelo menos contribuir para que o povo brasileiro tome conhecimento da gravidade da situação em que essa equipe econômica está colocando o Brasil. Estamos convocando o Ministro Pedro Malan – espero que a Comissão de Assuntos Econômicos aprove essa convocação -, para que S. Ex^a venha aqui explicar como pretende resolver a questão do nosso comprometimento e do nosso endividamento interno e externo e de que maneira pretende conduzir a nossa economia para sanar essas dificuldades e para que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento e do crescimento. Enfim, eles não podem continuar fazendo as coisas como querem, como desejam e atendendo apenas aos interesses do sistema financeiro internacional.

O setor produtivo, mesmo o internacional, que tem indústrias, que aplica no trabalho e na produção, deveria receber uma atenção maior, uma política desenvolvida pelo sistema financeiro internacional. Um sistema que quer ganhar a todo custo, quer tirar a última gota de sangue, por que só objetiva o lucro fácil. O Brasil, a Argentina, os países do cone sul, os países em desenvolvimento, ou mesmo os países subdesenvolvidos, não teriam muito a perder com uma posição de independência diante dessa questão das suas dívidas externas, diante de uma renegociação e até mesmo diante de moratórias. Se analisarmos esses setores produtivos do mundo, vemos que têm grande parte dos seus investimentos nos nossos países. Olhem o caso brasileiro: a indústria automobilística é multinacional, não existe nenhuma indústria inteiramente nacional de automóveis no nosso País; as in-

dústrias de maquinário são multinacionais; as indústrias de cigarro, 95% são multinacionais; 95% dos medicamentos brasileiros são fabricados por indústrias multinacionais; indústrias de bebidas, como Brahma e Antarctica, são multinacionais. Enfim, todas as indústrias neste País são multinacionais. Quem está tomando conta do sistema de telecomunicações no Brasil são as empresas multinacionais? Quem é dono da Vale do Rio Doce hoje são grande parte do capital multinacional? Isso também se dá com a Alcoa, Albrás/Alunorte. Quem é dono de parte das terras brasileiras são empresas internacionais? Será que esse setor produtivo do mundo não está vendo a situação a que o sistema financeiro internacional está nos submetendo? Será que querem o caos?! Que o nosso mercado deixe de comprar, deixe de consumir?! É preciso enxergar isso.

Na verdade, estão se impondo condições, estão com medo de reagir a essa pressão dos especuladores, desses vagabundos que vivem da sabedoria, do conhecimento, do jogo do dinheiro, do dinheiro fácil, do dinheiro especulativo, do dinheiro não produtivo.

O Brasil está cedendo a esse tipo de pressão. E não creio que o Brasil tenha nenhum prejuízo, porque o mundo, o próprio setor produtivo do mundo desenvolvido haveria de enxergar o grande mercado que representamos, não apenas o mercado consumidor, mas o mercado produtivo para suas próprias regiões, um mercado que tem mão-de-obra barata, mas teria que oferecer, que não impõe condições a essa economia internacional. No Brasil, 45% da pauta de exportação são representadas por produtos primários, produtos que não passaram por nenhum sistema de beneficiamento, que serão industrializados fora do nosso País, gerando emprego e renda lá fora, fazendo com que se tenham emprego e uma vida boa lá fora e não permitindo que isso aconteça no nosso País.

Portanto, é preciso que o Congresso Nacional atente para essas coisas e as impeça. Afirmo e reafirmo que o Congresso Nacional tem todas as condições de mudar a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Só não o faz se continuar submisso, se continuar pensando mais na "polítiquinha" corriqueira das suas bases, nos cargos de comando em seus Estados, nas ameaças da troca de fisiologismo pelo Governo Fernando Henrique. O Congresso tem condições de resolver as dificuldades do nosso País se analisar, se estudar profundamente o assunto e apresentar soluções.

Espero que o Ministro Pedro Malan venha à Comissão de Assuntos Econômicos expor soluções

para o impasse. S. Ex^a já compareceu à Comissão três ou quatro vezes, e tudo o que disse não se concretizou; tudo o que disse piorou, inclusive a proporção da dívida pública interna em relação ao PIB brasileiro, que, segundo S. Ex^a, jamais passaria de 45%. Hoje, esse percentual já está atingindo os 55% e, em breve, estará em torno de 60%. Isso é o caos, é a falência, e o Congresso brasileiro não pode ficar omisso diante dessa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ademir Andrade.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 405, DE 2001

Tendo sido designado Relator do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, venho, por este, requerer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 8, e do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que a tramitação da referida proposição legislativa se faça em conjunto com os seguintes projetos de lei do Senado que versam a mesma matéria e já se encontram submetidos ao regime de tramitação conjunta: PLS nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2001. – Senador **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, "c", Item VIII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Ademir Andrade.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 406, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Prefeito de Boa Vista, Olavo Brasil:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2001. – Senadora **Marluce Pinto**.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – O expediente lido vai à publicação.

A Mesa informa que o Senado Federal aprovou, na sessão de ontem, requerimento nesse mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Os Srs. Senadores Carlos Wilson, Romero Jucá e Casildo Maldaner enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho de novo a esta tribuna para mais uma vez tratar da seca do Nordeste. E mais uma vez sem que o governo tenha se mobilizado para a tarefa de superar o sofrimento daqueles brasileiros.

Não se trata de alarmismo, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Mas, a impressão que tive ao percorrer o sertão do meu Estado em julho foi a de que o relógio parou no tempo.

Ainda são vivas as imagens de mulas transportando água potável por quilômetros, de lavouras destruídas, de mais uma geração de nordestinos condenados à miséria e à sobrevivência.

A elas se somam novas imagens, que mais parecem fruto de um pesadelo interminável. De uma visão de terror. Refiro-me ao desperdício de recursos que marca o ir e vir de inúmeras políticas governamentais de pretenso ataque aos males da seca. São muitos os açudes abandonados com a extinção do DNOCS. A maioria abaixo do nível de utilização, outros irremediavelmente comprometidos pela falta de manutenção.

Um dos maiores açudes do Nordeste, o de Boa Vista, localizado no município de Salgueiro, por exemplo, foi inaugurado pelo presidente Juscelino Kubistchek em 1958 para abrigar mais de 17 milhões de litros de água. O perímetro irrigado possui mais de 60 quilômetros de canaletas para transportar água a diversas lavouras. Um investimento de vulto completamente perdido. Para se ter uma idéia, no local onde deveria funcionar o sangradouro do açude, a população improvisou um campo de futebol.

Será possível que a engenharia nacional, que a tecnologia brasileira não possui uma alternativa para situação tão dramática. É claro que falta vontade política. O açude de Boa Viagem acumula hoje pouco mais de 500 mil litros, insuficientes para alcançar os limites de vazão que permitiria a distribuição da água.

São inúmeros os açudes completamente secos ou sem qualquer possibilidade de utilização, com as águas salinizadas pela incúria dos antigos adminis-

tradores do DNOCS que simplesmente abandonaram seus postos e largaram máquinas e veículos.

A tudo o governo federal e estadual assistiram impávidos.

A situação em Salgueiro é gravíssima, como em todo o sertão nordestino. Eis alguns dados de mais uma tragédia que envolve os brasileiros daquela região:

- Cerca de 85% das lavouras de milho estão perdidas;
- Cerca de 90% das lavouras de feijão perdidas;
- A totalidade das lavouras de arroz de sequeiro, perdidas;
- Mais de 70% das pastagens artificiais, perdidas;
- Mais de 80% das pastagens nativas, perdidas;
- Os reservatórios de água apresentam níveis inferiores a 10% de sua capacidade.

Repito que me reporto à situação de Salgueiro, no meu estado, Pernambuco. Mas, a situação é a mesma, no Ceará, no Piauí, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, Sergipe e até na Bahia e no Norte de Minas Gerais. Os números da tragédia podem variar levemente para pior ou para menos ruim, mas o cenário é o mesmo. São 40 milhões de brasileiros abandonados, alinhavados por promessas que passam de geração a geração.

O pior é que os contornos do flagelo social da seca ganharam detalhes tenebrosos.

Sem trabalho no campo, a única coisa que resta às famílias sem qualquer assistência é migrar para as cidades. Aí aumentam os problemas que já são muitos. Estoura o atendimento médico e sanitário; estoura o limite de assistência das prefeituras; aumenta a violência, a promiscuidade e a fome.

Como no inferno, o sertão nordestino está cheio de boas intenções. Mas, a verdade é que o governo federal e o governo dos Estados daquela região governam de costas para o sertão. Tomam medidas e anunciam programas, com toda a pompa como se fossem resolver a questão, mas não consultam ninguém, não apontam fontes de recursos. Criam uma burocracia tola. E tudo resulta em um grande desperdício.

Quantos milhões de dólares foram aplicados por exemplo nas obras de prolongamento do eixo tronco da antiga Rede Ferroviária Federal, que ligaria Salgueiro a Petrolina e outro ramal a Juazeiro do Norte e

daí até Fortaleza. Pois o cenário é de túneis e de pontes abandonadas.

Recursos mal aplicados, com certeza, que poderiam financiar a retomada da lavoura do algodão, motor econômico daquela região por décadas.

Mas, Sr^{as.} e Srs. Senadores, o retrato do abandono ainda é mais avassalador. O eixo-tronco da Rede Ferroviária Federal, que ligava a cidade do Recife a Salgueiro, em uma extensão aproximada de 600 quilômetros, também está completamente abandonado. Um longo cenário fantasma. Vendida para um consórcio privado, foi condenada, segundo seus novos proprietários, por inviabilidade financeira. Dá para entender, então, por que estes senhores compraram uma ferrovia financeiramente inviável? Que negociomagistral é esse que retira da mão do Estado um equipamento tão complexo como uma ferrovia, apenas para desativá-lo?

Só mesmo as sombras do programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso podem explicar esta lógica, que retrata bem o seu governo: financeiramente perfeita, mas socialmente um fracasso.

É o fundo do poço? O retrato acaba do do desgo-
verno?

Ainda não! A situação tem contornos mais graves, e a ação do governo continua ainda longe de compreender a realidade com que está lidando.

Pode-se repetir no Nordeste brasileiro a mesma situação que impera nos altiplanos da Cordilheira dos Andes. Lá, como aqui, a desfaçatez e a incompetência dos governos permitiram que expressiva parcela da população se dedicasse ao cultivo de lavouras proibidas. A coca por lá, a maconha por aqui.

Ora, como recorrer à moral, à ética ou à religiosidade e convencer um colono a plantar feijão quando basta jogar uma semente que brotará um arbusto desgraçadamente resistente, que se proliferará como erva daninha, e ainda assegurará a sobrevivência dele e de toda a sua família? Será que o milho, o arroz ou qualquer outro produto pode lhe dar tal segurança?

Ocupar militarmente o Nordeste com as PMs ou com a Polícia Federal de nada adianta. É preciso mais do que coibir o tráfico e a produção. É preciso dar uma alternativa a esta gente.

A fome é um adubo precioso para a maconha. E não há ação policial que consiga refreá-la. Não há moral que resista ao abandono.

Concluindo Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores:

- É preciso que fique claro que a seca no Nordeste não começou no governo Fernando Henrique Cardoso;

- Não é água que falta no sertão, é gerenciamento e planejamento;

- Sobra desperdício, falta vontade política;

- Antes de se falar em conviver com a seca, é preciso atentar para questões estruturais como a implantação de uma lavoura perene, que fixe o homem no campo;

- Não se pode condicionar a ação social a um elenco burocrático. Não se pode arquitetar uma ação de combate a seca nos gabinetes refrigerados do poder, sem se conhecer de perto, sem se ouvir a realidade do sertão;

- Não se pode falar em crime, moral ou ética, quando se conhece na mais uma geração à fome e à miséria;

- Finalmente, não se pode tratar da questão do Nordeste de forma tópica, extinguindo alguns órgãos, substituindo outros, ao bel-prazer dos interesses políticos do momento. A questão é hoje, como sempre foi, grave, gravíssima: brasileiros perecem abandonados nas periferias dos pequenos e grandes centros urbanos. Brasileiros como nós.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que o País se debate com graves crises de ordem econômica, social e política, o centenário de nascimento de Pedro Aleixo soa-nos como um alento e um refrigério. Em sua longa e profícua trajetória, foi advogado, escritor e jornalista, mas foi sobretudo – e assim seu nome se inscreve na História –, um político notável, que manteve sua coerência e seus compromissos democráticos mesmo nos instantes mais dramáticos da vida nacional.

Tendo militado na seara política por mais de meio século, deixou-nos um precioso legado, que se traduz na defesa dos direitos humanos, da pluralidade partidária, da justiça social. Foi ardoroso defensor do pleno funcionamento do Congresso Nacional; foi Deputado em numerosas legislaturas, Ministro da Educação e Cultura e Vice-Presidente da República, sufragado pelo colégio eleitoral durante o regime militar. Em todas essas situações, jamais demonstrou apego ao cargo, preferindo, a quaisquer honrarias e ao acúmulo de poder, a recolhida convivência com suas convicções democráticas e humanísticas.

Ao homenagear Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento – ocorrido ontem –, poderia fazê-lo destacando qualquer das várias facetas de sua vida, nas quais demonstrou brilho incomum: o advogado que trabalhou no escritório de Abílio Machado, em Belo Horizonte, onde também se distinguiriam Milton Campos e, mais tarde, José Maria Alkmin; ou, dando sequência a esse ramo do conhecimento, o professor de Direito Penal, o catedrático de Direito Internacional Público e de Prática do Processo Penal que foi também um dos fundadores da Faculdade Mineira de Direito, mais tarde integrada à PUC de Minas Gerais; ou, ainda, o jurista que deixou pareceres fundamentados nas comissões técnicas de que participou no Legislativo, além de estudos de notável valor e obras como *O Peculato no Direito Penal Brasileiro*, *Imunidades Parlamentares* e outras.

Poderia destacar o jornalista atuante que trabalhou no *Diário da Manhã* ao lado de nomes famosos, como Antônio Augusto de Lima Júnior, Orozimbo Nonato e Clemente Soares de Faria, e que mais tarde, em 1927, fundaria com Juscelino Barbosa e Álvaro Mendes Pimentel o *Estado de Minas*, jornal que dirigiu até sua incorporação pelos Diários Associados.

Poderia, Sras. e Srs. Senadores, ater-me à sua produção literária de reconhecido valor, atestado por sua eleição para a Academia Brasileira de Letras.

No entanto, sendo esta Casa uma instituição política, e tendo Pedro Aleixo se notabilizado como um dos homens públicos mais importantes de sua época, quero concentrar minhas homenagens no homem cuja morte, no dizer do saudoso jornalista Carlos Castello Branco, empobreceu a paisagem humana e política de Minas Gerais – e do Brasil, tomou a liberdade de acrescentar.

Seu amplo conhecimento jurídico lhe possibilitaria colaborar significativamente no ordenamento das leis, como ocorreu já em seu primeiro mandato, durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Na legislatura ordinária que se seguiria, atuou na Comissão de Reforma do Colégio Eleitoral e na Comissão de Constituição e Justiça. Escolhido Líder da Maioria, não tardaria a presidir a Câmara dos Deputados, cargo que ocupou por breve tempo, de vez que o Congresso foi fechado com a implantação do Estado Novo.

Naquele momento, Sras. e Srs. Senadores, Pedro Aleixo romperia com Getúlio Vargas, numa clara demonstração de que não se curvava nem a favores nem a intimidações do poder. Seu filho, Padre José Carlos Brandi Aleixo, professor universitário e Doutor em Ciências Políticas, assim relatou o comportamento

to de Pedro Aleixo naquela ocasião: "Em 1937, foi escolhido, pelos Pares, Presidente da Câmara e tornou-se assim o eventual substituto do Presidente da República. Nesta alta função, rompeu com o primeiro mandatário quando este, em 10 de novembro, implantou o Estado Novo e fechou o Congresso. Remeteu a Getúlio Vargas antológico telegrama de protesto. Em 1938, declinou sedutor convite do governador de Minas Gerais, para ser prefeito nomeado de Belo Horizonte, porque não queria exercer cargos públicos sem o restabelecimento do regime democrático".

Esse mesmo episódio mereceu do jornalista Carlos Castello Branco o seguinte comentário: "Consumado o golpe, só lhe restava (a Pedro Aleixo) o protesto enérgico que emitiu da sua província mineira e a preparação para uma luta clandestina de que se tornou um dos mais encanizados condutores".

Aliás, Sr. Presidente, faço aqui um parêntese para incluir mais um comentário do ilustre jornalista a respeito do nosso homenageado: "Ele era um político para quem a vitória pouco dizia. O que lhe importava era a luta e nela buscava a afirmação de valores que geralmente escapam aos que travam a guerra cotidiana dos cargos e dos benefícios do Poder".

Seus vínculos democráticos se manifestariam em diversas outras ocasiões, como em 1943, quando foi um dos articuladores e signatários do histórico Manifesto dos Mineiros, documento que marcava a resistência ao regime autoritário e ao mesmo tempo assinalava a ruína dele.

Eleito deputado à Assembléia Constituinte Mineira, contribuiu na elaboração do anteprojeto da Constituição Estadual, licenciando-se a seguir para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça no governo Milton Campos. Intercalando sua atuação política com as atividades do escritório de advocacia, assumiria, em 1961, a liderança do Governo, no período do Jânio Quadros, e a liderança da Oposição, após a renúncia deste.

Tendo apoiado a Revolução de 1964, foi Líder do Governo e depois Ministro da Educação e Cultura, no Governo Castelo Branco. Na sucessão seguinte, foi escolhido Vice-Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, tendo substituído o Presidente Costa e Silva durante reunião de Chefes de Governo em Punta del Este.

Sua participação no Governo militar, Sras. e Srs. Senadores, não significava um alinhamento automático com as decisões que eram tomadas. Essa posição ficou clara quando da edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, quando foi voto vencido.

Única voz contrária à medida no Conselho de Segurança Nacional, tinha plena consciência de que colocava seu cargo em risco, mas ainda assim advertiu que o Ato institucionalizava a ditadura e representava perigo para a ordem constitucional.

Sua altivez o impediria de assumir a Presidência da República com a morte de Costa e Silva, em 1969. A Junta Militar que assumiu o poder o destituiu da Vice-Presidência, por meio do Ato Institucional nº 16, alegando que ele se opusera à edição do AI-5. Os militares desconfiavam, então, de que Pedro Aleixo, uma vez empossado, revogaria o ato de exceção.

O *Correio Braziliense*, em caderno especial, comemorativo dos 90 anos de nascimento do ilustre político, assim descreveu o ocorrido:

"A violência praticada contra Pedro Aleixo e, por conseguinte, atentatória até mesmo às frágeis instituições criadas pelo regime militar, é um episódio ainda nebuloso da História contemporânea. Não há dúvida de que entre os radicais da caserna cultivava-se inocultável desconfiança no Vice-Presidente, em virtude de suas idéias liberais e compromissos com o processo de estabilização democrática do País".

Em outro trecho, o periódico destacava a altiva resposta de Aleixo aos ministros militares: em pequeno improvisado, disse que se sentia lisonjeado com aquela desconfiança, uma vez que, empossado, de fato não hesitaria em revogar o edito ditatorial.

Mais tarde, Pedro Aleixo, novamente, daria demonstrações de desapego ao poder, aos cargos e às honrarias, o que explica sua recusa a sondagens que lhe foram feitas para aceitar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Tendo rejeitado a glória e o atalho fácil para voltar à cena política, deitou-se à formação de um novo partido político – o Partido Democrático Republicano. Era um caminho mais longo e árduo, mas, na sua concepção, essencial para restabelecer o pluripartidarismo e, conseqüentemente, a normalidade democrática.

Esse, Sras. e Srs. Senadores, foi o político Pedro Aleixo, que teve atuação destacada, ao longo de décadas, no nosso cenário político. Ao render-lhe as póstumas e merecidas homenagens, o Senado Federal reaviva na memória o exemplo de um homem público que, exercendo suas funções com desapego, com desassombro e com dignidade, foi e continua sendo motivo de orgulho da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por designação da Mesa do Senado Federal, participei, dia 26 de julho último, na Residência da Embaixada Brasileira na Federação Russa, em Moscou, de encontro com empresários do setor de importação e processamento de carnes naquela comunidade.

Participaram do encontro, pelo lado brasileiro:

- O orador, em nome deste Senado;
- A Sra. Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella;
- O Sr. Secretário Alexandre F. Kessler, Encarregado do setor de Promoção Comercial da Embaixada.

Peloso russo, tomaram parte os empresários:

- Oksana Kuznetsova, Diretora Comercial da RINORT;
- Ashot Zakarian, Diretor Comercial da FOOD OLTI TRADE;
- Mikhail Avdeev, Pres. da LARGO INTERNATIONAL GROUP;
- Marina Mikhaylova, Chefe do Depto. De Vendas da LARGO INTERNATIONAL GROUP;
- Zara Tolstenkova, Diretora-Geral da KROMEXPO;
- Viktor Yatskin, Diretor do Departamento de Importação da MEAT UNION.

Cumpra, por justiça, destacar o valioso apoio da diplomacia brasileira ao evento, em especial a participação da Assessoria de Relações com o Congresso e da Excelentíssima Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella. Desde a fase de preparação até o término do encontro, houve-se o Itamaraty com total eficiência e senso profissional, permitindo que dele tirássemos o maior proveito possível.

Pude constatar, na reunião em tela, interesses convergentes: de parte do empresariado russo, importar carnes brasileiras em larga escala; de nossa parte, abrir e expandir, cada vez mais, mercados para nossos produtos.

A par disso, contudo, percebi estas que deverão ser aplainadas o quanto antes, sob pena de ferir grandes interesses nacionais, entre as quais vale enfatizar:

- Primeiro, o empresário russo quer negociar **diretamente** com o exportador brasileiro, sem a presença das *international trading companies*, cuja intermediação termina por encarecer o produto importado. Quer-me parecer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que tais intermediários acabam por tumultuar

o processo, ganhando em dobro, do exportador e do importador. Se há, de um lado, a vontade de vender e, do outro, o desejo de comprar, para que serve a figura do atravessador? Apenas para atrapalhar, suponho.

- Segundo, os russos se queixam de postura de desconfiança por parte dos nossos frigoríficos, constatada quando da vinda de missão comercial ao Brasil. Alegam ter boas e sólidas garantias para oferecer-nos, não se justificando qualquer atitude preconceituosa de nossa parte.

Uma ou outra questão, de menor peso, será facilmente equacionada, quem sabe até com a ajuda de nossos meios diplomáticos e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O fato primordial, a meu ver, é que estamos diante de uma oportunidade, talvez única, de consolidarmos nossas relações comerciais com a Federação Russa, da qual resultarão expressivos lucros para nossa balança comercial. Devemos mover-nos com celeridade e competência, para que não percamos essa chance.

Outrossim, estou encaminhando cópia desse relatório a representantes do setor produtivo nacional diretamente interessado, em caráter de subsídio.

Essas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as considerações que desejava fazer no momento, sem prejuízo de oportunas abordagens futuras deste tema, por demais relevante para os interesses brasileiros.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CASILDO MALDANER EM
SEU DISCURSO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Para: Excelentíssimo Senhor

Senador Casildo Maldaner

Fone: (61) 311-2141

Fax: (61) 323-4063

De: João Carlos de Souza-Gomes

Embaixador

Chefe do Assessoria de Relações com o Congresso

Fone: (61) 223-6344

Fax: (61) 322-9948

Data: 19-7-01

Senhor Senador,

Transmito, a seguir, para conhecimento de Vossa Excelência, teor de programa preparado pela Embaixada do Brasil em Moscou para sua visita.

“DIA 25 DE JULHO – QUARTA-FEIRA

17h30 – Encontro com a Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella na Chancelaria.

DIA 26 DE JULHO – QUINTA-FEIRA

13h – Almoço em sua homenagem na residência com a presença de autoridades do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Comércio, do Ministério da Agricultura e da Chancelaria local.

16h – Encontro com representantes da Meat Union (entidade que congrega as indústrias processadoras de carnes da Rússia a qual enviou recentemente missão comercial ao Estado de Santa Catarina) e com empresários do ramo, no setor de Promoção Comercial da Embaixada."

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e alta consideração. – **João Carlos de Souza-Gomes**, Embaixador, Chefe da Assessoria de Relações com o Congresso.

**Encontro do Excelentíssimo Senhor
Senador Casildo Maldaner
com importadores russos de carnes
Moscou 26 de julho de 2001**

Participantes pelo lado brasileiro:

Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldaner
Excelentíssima Senhora Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella. Embaixadora em Moscou.
Secretário Alexandre F. Kessler. Encarregado do Setor de Promoção Comercial da Embaixada.
Senhor Leonid Lucachev. Intérprete.

Participantes pelo lado russo:

Oksana Kuznetsova. Diretora Comercial da "Rinort".
Asnot Zakaryan. Diretor Comercial da "Food Olti Trade".
Mikhail Avdeev. Presidente da "Largo International Group".
Marina Mikaylova. Chefe do Departamento de Vendas da "Largo International Group".
Zara Toistenkova. Diretora-Geral da "Kromexpo".
Viktor Yatskin. Diretor do Departamento de Importação da "Meat Union".

Relato do Encontro

1. No âmbito da programação organizada para a visita a Moscou do Senador Casildo Maldaner realizou-se na Residência da Embaixada do Brasil em Moscou, em 26 de julho de 2001, encontro com representantes da "Meat Union" e de empresas russas importadoras de carnes ("Rinort", "Food Olti Trade", "Largo" e "Kromexpo") – os quais participaram de recente missão comercial russa enviada ao Estado de Santa Catarina – para tratar de assuntos de interesse comum.

2. Na ocasião foi apresentado o relato negativo pelos empresários russos no que respeita à forma como vêm sendo levadas as negociações comerciais pela parte brasileira – fato importante de se registrar, sobretudo, diante da pressão que o setor exportador de carnes nacional vem exercendo junto aos órgãos governamentais competentes para facilitar o acesso de sua produção ao mercado russo. Essencialmente as queixas se concentraram: (a) na demora verificada para a obtenção de informações solicitadas; (b) na dificuldade de interlocução com os representantes comerciais das firmas brasileira da área das carnes; e (c) na preferência manifesta dos empresários nacionais em recorrer às grandes **trading companies** para intermediar negócios com a Rússia – o

que nas palavras de um dos participantes do encontro demonstra "a desconfiança do fornecedor brasileiro em relação aos empresários russos".

3. A título de exemplo foram citadas as frustradas tratativas mantidas pelos interlocutores em apreço com quatro empresas brasileiras exportadoras de carnes – Aurora, Perdígão, Sadia e Chapecó. A primeira quando consultada sobre preços e quantidades disponíveis de carnes suínas para exportação não encaminhou resposta diretamente preferindo valer-se, mais tarde, de **trader** norte-americana para transmitir os dados solicitados. A Perdígão, igualmente contactada nunca respondeu à consulta. A Sadia que por ocasião da visita da missão russa à Santa Catarina informara (Sr. Roberto Banfi) determinado preço aos empresários visitantes em consulta formal encaminhada posteriormente apresentou, por intermédio de sua representação na Itália (Sr. Natale Motta), preço 40 centavos de dólar mais caro para suas carnes suínas. No caso da Chapecó, quando no Brasil, seu Diretor Comercial (Sr. Carlos Santana) fora procurado por importadores russos, a empresa designou ocupante de função inferior e de nacionalidade francesa (Sr. Jacques Coner) para recebê-los – alegando não estar o titular disponível – fato que causou desagrado.

**Participantes do encontro entre o
Excelentíssimo Senhor Senador Casildo Maldaner
e importadores russos de carnes
(Dia 26 de julho, às 16h, na Residência da Embaixada)**

Andreev, Dmitry, Diretor da companhia Rinor
Zakaryan, Ashot, Diretor da firma Food Olti Trade
Avdeev, Mikhail, Diretor da companhia Largo
Mikhaylovna, Marina, Diretora Financeira da firma Exilon
Tolstinkova, Zara, Diretora da firma Kromexpo
Yatskin, Viktor, Diretor do Depto. de Importação da Meat Union
Aleksandrova, Ninel, Diretora da firma Agrotechinform
Kuznetsova

Pontos de interesse brasileiro

- Avaliação da recente visita ao Estado de Santa Catarina realizada por missão russa organizada pela Meat Union.
- Avaliação das barreiras impostas pelas autoridades sanitárias russas à importação de carnes provenientes do Brasil, em decorrência do aparecimento de casos de febre aftosa no Estado do Rio Grande do Sul (mais precisamente na região da fronteira com o Uruguai).
- Comentários sobre o papel das **trading companies** no comércio bilateral de carnes.
- Indicação de fatores que, do ponto de vista dos importadores russos de carnes brasileiras, poderiam vir a facilitar as trocas entre os dois países.
- Perspectivas vislumbradas para o comércio de carnes suínas, bovinas e de aves entre Brasil e Rússia.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 11 minutos.*)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 15ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 15ª Reunião, realizada em 02 de agosto de 2001, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos de natureza administrativa.

Estiveram presentes os Srs. Senadores:

PMDB

Gilberto Mestrinho
 Casildo Maldaner
 João Alberto Souza
 Nabor Júnior
 Ney Suassuna

PFL

Geraldo Althoff
 Bello Parga

Waldeck Ornelas
 Jonas Pinheiro

BLOCO – PSDB/PPB

Antero Paes de Barros
 Ricardo Santos
 Leomar Quintanilha
 Sérgio Machado

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)

Heloísa Helena
 Jefferson Pères
 Marina Silva
 Paulo Hartung

PSB

Ademir Andrade

CORREGEDOR

Romeu Tuma

LISTA DE FREQUÊNCIA

SENADO FEDERAL CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 15ª REUNIÃO DE 2001 (Reunião Administrativa) Em 2 de agosto de 2001, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa. LISTA DE PRESENÇA Presidente: Senador Gilberto Mestrinho Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Gilberto Mestrinho	Renan Gallietos
Carlos Bezerra	Ney Suassuna
Casildo Maldaner	Martuce Pinto
João Alberto Souza	Gilvam Borges
Nabor Júnior	Cerson Camala
PFL	
Geraldo Althoff	Carlos Patrício
Mouira Mendes	Felício Neto
Bello Parga	Mozanildo Cavalcanti
Waldeck Ornelas	Jonas Pinheiro
BLOCO PSDB/PPB	
Antero Paes de Barros	Geraldo Maia
Ricardo Santos	Romero Juca
Leomar Quintanilha	Sérgio Machado
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Pères	Paulo Hartung
PSB	
Roberto Saturnino	Ademir Andrade
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	
Visto:	Art. 25 da Resolução nº 20/53-SF)

Brasília, 2 de agosto de 2001

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A pauta da presente reunião é de natureza administrativa, eis que se trata da primeira reunião do período.

Para conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, informo que foram protocoladas e devidamente autuadas na Secretaria deste Conselho as seguintes Denúncias:

Denúncia nº 02, de 2001, recebida pelo Conselho no dia 6 de junho de 2001, de autoria da Sr^a Marly Silva Figueiredo Dias, que requer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigação sobre o envolvimento, em crimes que especifica, do Senador Ramez Tebet quando era advogado e atuou em processo em favor de Ondina Leite Hage, Adib Salim el Hage, Stênio Congro, Antônio Fogaça, Rosário Congro Neto, João Arinos e Edith Leite Arinos.

Em 12 de junho último, o Presidente do Conselho, declarando-se impedido, despachou a denúncia à Corregedoria do Senado Federal.

Denúncia nº 03, de 2001, recebida pelo Conselho em 5 de junho de 2001, de autoria da Sr^a Liliana Prinzivalli, que requer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a aplicação de pena devida ao Senador Eduardo Suplicy pela prática de ilícito penal, abuso de prerrogativas constitucionais e quebra de decoro parlamentar, conforme declarações feitas por S. Ex^ª em entrevista concedida à **Rádio Bandeirantes**, em 16 de março de 2001.

Em 19 de junho último, o Senador Ramez Tebet, então Presidente do Conselho, proferiu despacho pelo arquivamento da Denúncia, dando-se ciência ao Denunciado.

Denúncia nº 04, de 2001, recebida pelo Conselho no dia 11 de junho de 2001, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que requer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar providências no sentido de instaurar a Mesa Diretora do Senado Federal a desarquivar a Denúncia nº 01, de 2001, prosseguindo-se no feito até o definitivo esclarecimento sobre os fatos arrolados em notícia veiculada pela revista **IstoÉ**, edição nº 1.654, de 13.6.2001, pp. 33 a 36, relativa à violação do painel eletrônico de votação do Senado Federal.

Na Sessão do Senado Federal do mesmo dia 11 de junho, o Senador José Eduardo Dutra proferiu discurso, solicitando ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, se este entender ser impossível o desarquivamento da referida Denúncia, que analise a alternativa de instauração de novo processo, considerando a matéria da revista **IstoÉ** relativa à violação do painel

eletrônico de votação, e que abra uma apuração contra a sua pessoa.

Em 19 do mesmo mês de junho, o Senador Ramez Tebet, então Presidente do Conselho, acolhendo o parecer da Advocacia-Geral do Senado no sentido da impossibilidade do desarquivamento da Denúncia citada, bem como da instauração de procedimento apuratório constante do aditamento feito pelo nobre Senador, indeferiu o pedido, dando-se conhecimento ao Senador José Eduardo Dutra.

Denúncia nº 05, de 2001, recebida pelo Conselho no dia 13 de junho de 2001, de autoria dos Srs. Senadores José Eduardo Dutra, Heloísa Helena, Jefferson Péres, Paulo Hartung, Sebastião Rocha, Marina Silva, Emilia Fernandes e Tião Viana, que requer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a promoção preliminar e sumária dos fatos arrolados em matéria publicada pela revista **IstoÉ**, edição nº 1.654, de 13.6.2001, intitulada "O inferno de Jader", vinculando o Senador Jader Barbalho à venda de títulos da Dívida Agrária – TDAs; e requer também ao Conselho a apresentação ao Plenário de requerimento ao Banco Central do Brasil no sentido de submeter ao Senado Federal extratos da movimentação financeira e fotocópias de cheques emitidos referentes à conta da Sr^a Vera Arantes Campos.

O Senador Ramez Tebet, em despacho exarado no dia 19 do mesmo mês de junho, acolheu o Parecer da Advocacia-Geral do Senado, determinando fosse dado conhecimento do inteiro teor deste aos requerentes.

Denúncia nº 6, de 2001, recebida pelo Conselho de Ética no dia 29 de junho de 2001, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que requer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a instauração de processo de investigação sobre possível descumprimento de preceitos constitucionais e regimentais por parte do Senador José Eduardo Dutra no episódio de violação do painel eletrônico do Senado Federal, quando da sessão de cassação do ex-Senador Luiz Estevão.

Em despacho exarado no mesmo dia, esta Presidência determinou a autuação do feito e a sua remessa à Advocacia-Geral do Senado, para que emitisse parecer.

Os textos das Denúncias de nºs 03, 04, e 05, de 2001, acima referidas, foram publicados, com os respectivos despachos, no **Diário do Senado Federal** do dia 21 de junho de 2001, às pp. 13.678 a 13.702.

Informo, ainda, que, durante o recesso parlamentar, a Secretariado Conselho de Ética e Decoro Parlamentar recebeu as seguintes matérias:

- Em 18 de julho, denúncia de autoria dos Srs. Senadores Heloísa Helena e Paulo Hartung e do Sr. Deputado Walter Pinheiro, em que solicitam a este Conselho, com amparo do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, a promoção de apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria intitulada "As Provas do Crime do Banpará", publicada pela revista **Veja**, edição nº 1.709, de 18 de julho de 2001;

- Em 24 de julho, denúncia de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Hartung, bem como dos Deputados Walter Pinheiro e Rubens Bueno, em que requerem, na forma do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993, a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados em matéria que especificam, publicados nas revistas **IstoÉ** e **Veja** e nos jornais **O Estado de S.Paulo** e **Folha de S.Paulo**.

Essas são as matérias que foram decididas pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no período anterior e as matérias apresentadas neste período, as quais serão objeto dos nossos trabalhos nesta fase.

A Presidência, em face do que foi dito, leva em conta que há três denúncias objeto de deliberação deste Conselho. A primeira é de autoria do Senador Geraldo Althoff. Em que pese o brilhantismo da sua apresentação, trata-se de matéria já vencida, objeto de parecer e de indeferimento na reunião anterior do Conselho. Por não apresentar fato novo, como manifesta o parecer da própria Advocacia-Geral do Senado, a Presidência decidiu pelo indeferimento da matéria.

Há duas denúncias referentes ao Senador Jader Barbalho. Uma delas diz respeito à matéria divulgada em revistas e jornais sobre sua suposta participação em entendimentos e recebimento de comissões em acordo com a Sudam: "Jader quer US\$5 milhões...", entre outras coisas, em consequência do aparecimento de uma suposta fita que traria uma informação que as revistas transcreveram.

Em respeito à opinião pública, em respeito à dignidade do Senado e como o próprio requerimento pede uma apuração sumária preliminar, esta Presidência designa uma comissão de inquérito, constituída por representantes do PMDB, do PFL e do Bloco de Oposição, para, no prazo regimental, fazer a apuração devida.

A outra denúncia se refere à suposta falta de verdade em pronunciamento no plenário do Senado. Esta denúncia depende, para sua apuração, para sua verificação, como reconhecem os próprios denunciadores, do resultado da apresentação do relatório do Banco Central. Este relatório, já solicitado, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser posteriormente aprovado em Plenário, pois só aquele Colegiado pode fazer o pedido de remessa do relatório. O Conselho não tem competência para tanto.

Então, se o Plenário votar pela aprovação, será solicitado o relatório, o qual, naturalmente, será encaminhado a este Conselho, quando, então, a denúncia poderá ser apreciada, e os denunciadores terão condições de comprovar se é verdade ou mentira. Também em face disso, nomearemos uma comissão de inquérito para acompanhar os trabalhos, solicitando a todos o máximo empenho para que, no prazo mais razoável possível, cheguemos ao resultado das apurações.

O clima reinante na opinião pública está preocupando a todos. O Senado precisa dar uma resposta à sociedade. Os fatos devem ser apurados com isenção, de modo que a opinião pública veja que há seriedade nos trabalhos deste Conselho.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA – Senador Gilberto Mestrinho, talvez eu não tenha entendido bem. E se não o fiz, gostaria de fazer em forma de sugestão. A decisão de V. Exª – e sabemos que o Regimento, no caso específico da denúncia, não estabelece o procedimento, a metodologia, se de relatoria ou de comissão –, por analogia, no caso específico da apresentação, poderia ser, como manda o Regimento, uma comissão de inquérito composta por três Parlamentares. Já tive inclusive oportunidade de abordar – e V. Exª aquiesceu – a importância de se garantir, também por analogia, a proporcionalidade dos blocos, como ocorre na composição de todas as comissões da Casa. Por isso a necessidade da participação de um membro da Oposição, o que V. Exª entendeu como perfeitamente cabível à luz do Regimento.

Sugiro, então, caso eu não tenha entendido direito, que a mesma comissão trate das duas denúncias. São denúncias que tratam de temas diferentes, mas é evidente que os três Parlamentares poderiam se dedicar às duas. No caso específico do Banpará, tenho absoluta convicção de que os Senadores membros da comissão, com a responsabilidade que a legislação impõe, tratarão o documento como sigiloso. Ao chegar ao Plenário, que o documento seja desti-

nado à comissão, para conhecimento, para que possa providenciar as diligências necessárias e ela mesma analisar todas as denúncias relacionadas ao Presidente do Congresso Nacional licenciado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Continua franqueada a palavra. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, Corregedor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Concordo com a Senadora Heloísa Helena e pergunto a V. Ex^a se, com respeito à fita citada por V. Ex^a, já não se poderia providenciar a sua requisição para a perícia antes mesmo da subcomissão, se assim pudesse chamar, para adiantar o expediente.

A SR^a HELOISA HELENA – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pois não.

A SR^a HELOISA HELENA – Como a comissão será constituída hoje, na reunião, a sugestão do Corregedor é perfeitamente cabível, no sentido de que parte das diligências já tenham inclusive essa possibilidade.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É porque o Senador Jefferson Péres estava preocupado com essa questão ontem, conversamos a respeito. Fiz uma consulta à Polícia Federal e eles têm condição de fazer. A Unicamp tem uma estrutura melhor nesse campo, mas a Polícia Federal já está em condições. Então a Comissão teria que requisitar, até para confirmar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Embora não querendo interferir na condução do trabalho da Comissão, quero dizer que é importante também que um dos primeiros atos seja a convocação do Deputado que está supostamente envolvido no problema.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – A Comissão cuida disso, é normal.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, para esclarecer uma questão de procedimento. Suponho que a comissão designada por V. Ex^a para apurar os fatos irá examinar a documentação, ouvir testemunho de pessoas que conhecem os fatos ou que foram participantes dos eventos. Gostaria de deixar bem claro se a oitiva dessas testemunhas se dará em reuniões dessa comissão designada com a

possibilidade, também, de participação dos Senadores do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Nobre Senador, é um direito dos Senadores, membros ou não da Comissão ou do próprio Conselho, participar apenas, sem direito a voto, quando for o caso.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Só para deixar isso claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, não participei, propositadamente, aliás, dos entendimentos partidários que V. Ex^a neste momento implementa. Sem embargo, gostaria de pedir alguns esclarecimentos a V. Ex^a.

A criação de uma comissão para apreciar o assunto é prevista no art. 15 ape nas no caso de re apresentação e já para promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades. A Senadora Heloisa Helena, na sua intervenção, antecipou-se, certamente em função dos entendimentos, dizendo que V. Ex^a está procedendo por analogia.

Gostaria que V. Ex^a esclarecesse pois, nos termos do art. 17, que é o ocorre em relação às denúncias, diz o §2º: "Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias."

Entendo que V. Ex^a está assegurando a essa comissão um prazo de trinta dias. Prazo máximo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Correto.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Muito obrigado. Gostaria de levantar mais dois ou três aspectos.

Observei que V. Ex^a anunciou três denúncias, a de nº5 e dois outros documentos, uma relacionada ao Banpará e outra relacionada à questão da Sudam. E V. Ex^a, no encaminhamento da questão, falou apenas em duas.

São três. Imagino que todas três estejam sendo encaminhadas à mesma comissão para tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Não, nobre Senador. Há duas denúncias pertinentes, por se tratar de matérias que supostamente foram objeto de pronunciamentos, ou de execução, ou de realização no exercício do mandato. Os fatos anteriores ou estão na Corregedoria ou já foram encaminhados ao Ministério Público. Então essas denúncias são objeto de apreciação. O caso, por exemplo, das TDAs está na Corregedoria.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Está com a Corregedoria? Então não está arquivado?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Não está arquivado.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma para esclarecimento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, estamos acompanhando de perto todas as diligências da Polícia Federal e do Ministério Público, com quem tenho mantido contato bem estreito. Os depoimentos prestados pelo Presidente da Casa, sua esposa e as outras testemunhas acompanhei em Belém do Pará, onde estive presente. Tenho, à medida que me foi solicitado por qualquer membro deste conselho, encaminhado as cópias dos depoimentos.

O processo está aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal, porque o Ministro Ilmar Galvão preferiu não despachá-lo durante o recesso. Acredito que, de hoje para amanhã, deverá ser designado o relator, diante dos pedidos que foram feitos pelo Delegado, acompanhado pelo Ministério Público Federal.

Também não deixei de ouvir várias testemunhas, inclusive o casal acusado de ter comprado as TDAs, e de fazer diligências junto aos hotéis e todos aqueles para comprovar ou não presença das pessoas nas reuniões que as revistas citaram em vários números que temos aqui.

Então o procedimento está sendo acompanhado de perto e estamos preparando um pré-relatório, para apresentar à Comissão, de tudo que aconteceu até agora, no caso das TDAs.

Sobre a outracomissão, se precisar que a Corregedoria acompanhe perícias, investigações, nós, por obrigação regimental, estaremos à disposição também.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Agradeço a V. Ex^a.

O terceiro aspecto que iria considerar era exatamente o papel da Corregedoria em face da criação da comissão, mas creio que a intervenção do Senador Romeu Tuma, ao se colocar à disposição para as perícias, etc., já esclarece essa questão.

Sr. Presidente, gostaria que fossem distribuídos esses documentos, porque não foram ao Plenário e não temos conhecimento – eu pelo menos não tenho conhecimento- do teor das denúncias.

Quanto ao mérito, sendo esta uma reunião administrativa, apenas nos manifestaremos oportunamente.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, apenas para deixar bem registrado, como é o gosto, o prazer e a obrigação da Oposição, diante da fala do Senador Waldeck Ornélas, que S. Ex^a está realmente ausente, e talvez tenha especulado com delírio persecutório, não tem entendimento nenhum.

A Oposição tem a obrigação de conhecer o Regimento, única e exclusivamente. A Oposição inclusive teve a oportunidade de conversar com V. Ex^a ontem, no Plenário, dizendo que entendíamos a necessidade de que fosse designado um relator, mas como temos obrigação de conhecer o Regimento e estamos vendo aqui que o art. 17 não estabelece a metodologia em relação à denúncia quando diz: "O Conselho procederá...", o Conselho pode ser três, pode ser dez, vinte ou um. Não diz aqui: designa relator. Portanto não tem entendimento coisa alguma.

O que dissemos não faz parte de entendimento, mas de interpretação de Regimento e tivemos a oportunidade de dizer a V. Ex^a, inclusive ontem, que nós teríamos, não por entendimento, mas como manda o Regimento Interno da Casa, um lugar da Oposição porque, por analogia, em qualquer comissão, mesmo diante do "quando couber", haverá obrigatoriamente a participação da Oposição. E tivemos a oportunidade de dizer a V. Ex^a isso ontem.

Então não há entendimento. O que há é conhecimento do Regimento, e é obrigação de V. Ex^a e minha conhecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – E, sobretudo, é um processo democrático.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, mais uma vez este Senado Federal, quer queira quer não, faz a sua parte. Mais uma vez este Conselho de Ética, que é Conselho de Ética e não de ilusão de ética, dá passos significativos no sentido de esclarecer, apurar, dar respostas que a sociedade cobra do Conselho de Ética e de todos nós.

Mais uma vez, Sr. Presidente, fica sem dúvida, portanto, demonstrado que o que nos move é a necessidade de investigar, aprofundar a investigação e de dar respostas rápidas. Queria louvar o Senador Tuma, aliás, pela colocação que fez.

Permito-me até sugerir a V. Ex^a que, se for possível, antes mesmo da reunião que V. Ex^a designou ou designará, acertemos alguns procedimentos no rumo da investigação. Por exemplo: foi sugerido requisitar fitas, ouvir as pessoas envolvidas na própria gravação, o que for preciso fazer.

Definitivamente, o País está acompanhando a coerência do PMDB. Queremos fazê-lo para que tenhamos, repito, os esclarecimentos que cobram de todos nós.

De modo que queria parabenizar V. Ex^a. Não podemos, de forma alguma, partidizar este Conselho. Em todos os casos que aqui se analisaram defendemos esta posição. Este é um Conselho de Ética, não pode ser partidizado. É importante que este Conselho seja independente, tenha bom senso e isenção, sem o que não chegaremos verdadeiramente a lugar algum.

Parabenizo V. Ex^a e digo-lhe que o papel do PMDB neste Conselho continuará sendo pelo esclarecimento de todos os fatos, sem exceção.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, quero agradecer as palavras do Senador Renan Calheirose prestar um esclarecimento.

Havia uma dúvida quanto aos procedimentos, porque tivemos casos anteriores de apuração pelo Conselho de Ética do Senado, dos quais resultaram um Senador cassado e dois Senadores que renunciaram. Naqueles casos foi nomeado diretamente um relator. Por quê? Porque, no caso do Senador cassado, houve a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário que já trouxe o resultado para o Conselho de Ética. Não havia necessidade de investigação preliminar.

O caso dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda foi consequência de

uma sindicância. Tendo havido a sindicância, não havia necessidade de nova sindicância preliminar. Com isso, foi nomeado diretamente o relator.

Os casos ora analisados são distintos, são diferentes. Então, a própria Oposição, em seu requerimento, pede uma apuração preliminar. E a maneira mais democrática de fazer a apuração preliminar e o meu compromisso neste Conselho é atuar democraticamente é por meio de uma Comissão, em que os diferentes pensamentos políticos sejam apresentados para que se possa chegar a resultados. Por isso, houve a nomeação da Comissão, que é amparada regimentalmente e é a única que tem prazo definido.

Dessa forma, não procede aquela idéia de que o objetivo aqui é protelar, porque o único procedimento com prazo marcado é o dessa Comissão. Os demais não têm prazo.

O SR. PAULO HARTUNG – O prazo é de 30 dias, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Sim; de 30 dias. Os membros da referida comissão têm esse prazo definido para apresentar seu relatório.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA Nobre Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes ficamos pasmados quando constatamos na imprensa as idéias vendidas ao público de que "o Partido Tal vai manipular os seus Senadores, o Partido Qual vai mobilizar os seus Senadores". Nesta Casa não há ninguém manipulável. Todos nós temos uma história. Ninguém chega aqui sem ter uma história, sem ter uma linha e sem ter um julgamento público.

A segunda coisa que ouvimos da imprensa é: "O Partido vai agir assim". Não. No PMDB, não houve nenhuma reunião em que algum órgão do Partido decidisse posição tal ou qual. Existe a consciência de cada Senador de que é necessária a maior transparência possível.

Louvo as palavras do Líder, que acabou de dizer que a máxima nossa é: "Queremos transparência e queremos investigação, contra A, contra B, contra C, contra quem bater neste Senado, nesta Comissão de Ética". Queremos a transparência, independentemente de Partidos. O que queremos é cumprir com o nosso dever.

Então, ao louvar as palavras do Líder, ao dizer que cada um de nós aqui tem uma história, que cada um de nós tem uma consciência, quero lembrar a todos os que estão nos ouvindo porque a **TV Senado** hoje é de uma audiência fora do comum que estamos agindo com a máxima transparência. Tudo está sendo televisionado pela **TV Senado**, transmitido pela **Rádio Senado** e relatado não só pelos repórteres do nosso Congresso, mas também os repórteres de todo o Brasil. Nada aqui é feito às escondidas. Já relatei vários casos neste Conselho, inclusive um deles se referia ao Presidente do PSDB, com a maior transparência, com a maior tranquilidade. Pode ser PSDB, PMDB, PFL ou PT, vamos cumprir com a nossa consciência.

Tenho certeza de que V. Ex^a carrega o galardão dizendo que quer transparência, celeridade e que este Senado Federal faça tudo às claras. É assim que tem sido. É assim que será. Não adianta "a" ou "b" tentarem vender uma versão diferenciada.

Ao louvar mais uma vez os dizeres do nosso Líder, quais sejam, que o PMDB quer transparência, celeridade e, com toda a certeza, a verdade, também louvo a posição de V. Ex^a, que está presidindo uma comissão inclusive com prazo para que tenhamos...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – O prazo é regimental. Não sou eu quem estou definindo.

O SR. NEY SUASSUNA – O prazo é regimental, claro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Muito obrigado, Senador.

Continua franqueada a palavra. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA – V. Ex^a, no início dos trabalhos, leu alguns despachos referentes a matéria vencida, se não me engano. Eram denúncias encaminhadas ao Conselho por cidadãos e por Parlamentares. Afirmou também que houve despacho do Presidente anterior e de V. Ex^a. Os despachos lidos por V. Ex^a afirmam que deu ciência aos denunciados, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Sim. Essa matéria foi decidida pelo Presidente anterior do Conselho. Como não houve mais reuniões, não foi dado conhecimento ao Plenário. Mas os denunciados, segundo os despachos, receberam a comunicação.

O SR. BELLO PARGA – Peço a V. Ex^a que despache de ofício ou submeta ao Plenário, pois os denunciamentos também devem ser comunicados dessa decisão. Se for encaminhada uma solicitação, seja por Parlamentares, seja por cidadãos, os requerentes devem obter o resultado da decisão do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Todas essas decisões são publicadas na imprensa oficial.

O SR. BELLO PARGA – Assim como foi comunicado aos denunciados, que seja comunicado também aos denunciadores, ou seja, que obtenham resposta das denúncias encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – V. Ex^a será atendido.

Solicito à Secretaria que providencie, nos casos de denúncias, que os resultados sejam comunicados aos denunciadores.

O SR. BELLO PARGA – Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Solicitamos que os Senadores assinem a lista de presença, porque teremos logo mais o início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Está faltando o anúncio da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Ou dos nomes da Comissão?

Há uma proposta da Senadora Heloísa Helena de que a mesma comissão estude, verifique e apure os dois casos, as duas denúncias referentes ao Senador Jader Barbalho: na questão da revista **IstoÉ** e na questão de uma possível falta de verdade no pronunciamento no Senado Federal, que, para comprovação, ainda depende do parecer do Banco Central.

Acato a sugestão e uma única comissão realizará esse trabalho.

Passamos à designação da comissão. Pelo Bloco de Oposição, Senador Jefferson Péres; pelo PMDB, Senador João Alberto; e pelo PFL, acumulando duas funções – a de Corregedor e essa outra função –, Senador Romeu Tuma, o que vai facilitar o trabalho da comissão, sendo três membros, por analogia com o art. 15.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Antes do término da reunião, gostaria de fazer uma solicitação a V. Ex^a. Fui buscar, junto à Secretaria da Comissão, o parecer da Advocacia do Senado Federal referente à Denúncia nº 6, e não o encontrei. Gostaria, logicamente, não só como membro desta Comissão, mas como denunciante, de ter acesso ao parecer da Advocacia do Senado Federal. No entanto, Sr. Presidente, a Secretaria não tem a cópia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – O problema todo é que o reinício dos trabalhos se deu ontem. Antes disso, na fase de recesso, nenhuma atividade oficial poderia haver na Casa, e a Procuradoria só liberou o parecer no fim da tarde de ontem, daí não ter sido possível distribuí-lo aos Srs. Senadores.

Mas peço à Secretaria que passe ao Senador Geraldo Althoff a cópia do parecer que tenho comigo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, também gostaria, ainda com relação à Comissão, de levantar o assunto da indicação do Senador Romeu Tuma como representante do Partido da Frente Liberal. Considerando o fato de ser S. Ex^a Corregedor, não seria de bom senso e de bom alvitre que tivéssemos a participação de outro membro do Partido da Frente Liberal nesta Comissão?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A Corregedoria não representa o PFL na Comissão, Sr. Presidente. Ela é membro.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Exatamente em função disso é que tem sustentação a minha argumentação e a minha solicitação.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Em função do que acaba de ser mencionado pelo Senador Geraldo Althoff, do PFL, e das considerações anteriormente feitas pela Senadora Heloísa Helena, com base no Regimento do Senado Federal e no próprio Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eu queria louvar, mais uma vez, a iniciativa da Comissão.

Mas, tomando-se a sugestão do Senador Geraldo Althoff e as palavras da Senadora Heloísa Helena, talvez fosse o caso de se calcular a proporcionalidade, uma vez que o PFL está sentido-se discriminado.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Não se sente representado.

O SR. RENAN CALHEIROS – Como a Oposição se sentiu discriminada...

O SR. GERALDO ALTHOFF – Nós não nos sentimos representados.

O SR. RENAN CALHEIROS – Estou com a palavra.

Como o PFL está sentindo-se discriminado, e a Oposição ontem levantou isso em boa hora, concordo com esse argumento da necessidade de haver representação proporcional partidária.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Quero fazer um pedido, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS – Apesar de V. Ex^a ter – e não poderia ser diferente – absoluta autonomia para escolher entre os membros do PMDB, nós não vamos, como Partido, participar da indicação. Entendo que isso seria "partidarizar" o andamento dos trabalhos do Conselho de Ética, coisa que me recusei a fazer em todos os momentos e em todos os processos que por aqui passaram.

De modo que essa colocação do Senador Geraldo Althoff tem pertinência. S. Ex^a está requerendo a proporcionalidade que o Regimento estabelece.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Não, não.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS – Talvez seja o caso, porque, quando essas coisas são ditas, palavras são jogadas ao vento. Nós fazemos um esforço muito grande para investigar, para esclarecer, e parece que o esforço que se está fazendo aqui é exatamente no sentido contrário.

Então, vamos fazer a coisa como tem que ser feita, que é seguir a proporcionalidade que o Regimento estabelece como obrigatória.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Quero esclarecer, em meu nome pessoal e também dos Senadores Bello Parga e Geraldo Althoff – e certamente falo pelo Senador Moreira Mendes, que está ausente –, que não há essa interpretação que o Senador Renan Calheiros tenta dar de que o PFL se sente discriminado. De modo nenhum e nem tampouco o PFL não se sente representado pelo Sr. Senador Romeu Tuma. É uma questão regimental. O Sr. Senador Romeu Tuma é membro nato do Conselho de Ética na condição de Corregedor. Seja S. Ex^a de que Partido for, não integra a representação partidária - do ponto de vista regimental - no Conselho, como S. Ex^a próprio fez questão de vir, aqui, à nossa Banca da comentar.

Assim, como o PFL não foi ouvido previamente sobre a questão, não sabia que iria ser criada uma Comissão, a intervenção, então, do nobre Senador Geraldo Althoff, que é o Líder no Conselho de Ética, tem o sentido, exatamente, de dizer que o Partido quer indicar, depois, um membro para a Comissão, a fim de não haver, inclusive, uma superposição entre o trabalho da Corregedoria e o trabalho da Comissão, o que poderia ser negativo para os trabalhos do Conselho de Ética.

A SR.^a HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena para uma questão de ordem.

A SR.^a HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, quando estabelecemos o debate regimental, compreendemos - embora tenhamos tido a oportunidade de dizer a V. Ex^a - que se quisermos reabrir o debate para a indicação de um único relator não tem problema. Nós concordamos. Se quisermos reabrir o debate para ser um relator, concordamos e ficaremos, como Senadores, monitorando o trabalho do relator.

O SR. RENAN CALHEIROS – Concordo com isso.

A SR.^a HELOÍSA HELENA – Entretanto, como já foi decidido - e agora não tem mais como concordar porque já foi decidido...

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Ex^a acaba de colocar...

A SR.^a HELOÍSA HELENA – Não. Já foi anunciando por V. Ex^a. A Comissão já está constituída e quando nós dissemos que eram três membros é

porque o Regimento determina. E mais do que o Regimento: o precedente que já foi aberto nesta Casa quando se instalou uma Comissão, no caso específico do Sr. Senador Wilson Campos. Foi instalada uma Comissão de três membros e a proporcionalidade partidária foi garantida. O problema não é a proporcionalidade partidária mas é porque a minoria cabe. É a minoria. Quando os regimentos são feitos em todo o mundo é para possibilitar a representação da maioria e da minoria.

O SR. RENAN CALHEIROS – É a representatividade...

A SR.^a HELOÍSA HELENA – Pode nem caber todos da maioria mas o da minoria pode, efetivamente, fazê-lo. Por tanto, em função disso, eu apenas vou ler o Regimento, novamente - como sei que todos já sabem -, no seu art. 15, que dispõe: "...sempre que considerar necessário" – e o Presidente do Conselho considerou necessário, assim como nós entendemos necessário, acatando, por analogia, a decisão de V. Ex^a –, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades".

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, efetivamente, eu não vejo nenhuma diferença nem pelo que aqui foi colocado pelo nobre Senador Geraldo Althoff, nem pelo nobre Senador Waldeck Ornélas e nem pela nobre Senadora Heloísa Helena. Nenhuma, absolutamente nenhuma. Eu apenas me reporte ao que a nobre Senadora havia defendido ontem e eu li nos jornais: a necessidade de se respeitar a proporcionalidade em respeito da participação da minoria com o qual eu concordo radicalmente, como concordaria em indicar somente um Relator e como concordaria em fazer uma Comissão. O que queremos é esclarecer – e eu disse a V. Ex^a e repito: eu me recuso, partidariamente, a fazer a indicação para a Comissão. V. Ex^a tem o direito de, dentre os membros do PMDB que compõem a Comissão, escolher o que quiser para que façamos a investigação. Mais do que isso, nós não podemos fazer. Nós não podemos, de forma nenhuma, diminuir os trabalhos deste Conselho que, mais uma vez, demonstra que quer esclarecer.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS – Foi colocada uma questão na defesa da proporcionalidade, e entendendo que isso seja regimental, precisando, pois, ser seguido. Foi colocada uma preocupação com relação ao PFL. A meu ver, a proporcionalidade é, também, direito do PFL, como é da Oposição e como é do PMDB, sem pretender – repito e até peço desculpas por isso – partidizar os trabalhos deste Conselho. Nós queremos apurar, haja o que houver, seja qual caso for. Penso que temos avançado muito e precisamos continuar avançando para esclarecer tudo, absolutamente tudo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma para um aparte.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Presidente, estou entendendo a preocupação do nobre Senador Renan Calheiros sobre a proporcionalidade mas, pelo que estou entendendo, é pela representatividade. Os dois Partidos majoritários terão um representante cada, e a Oposição, o Partido minoritário, terá um representante. É o minoritário. Portanto, é a representatividade; não seria em razão da proporcionalidade. A representatividade numa comissão teria os dois partidos majoritários e mais o minoritário. Creio que é isso o que a Senadora Heloísa Helena tenta explicar. Vejo que essa posição é coerente com o pensamento do Senador Renan Calheiros, senão seria uma comissão de oito, nove, ou dez.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) - Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG - Era apenas para V. Ex^a encaminhar.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, como os dois partidos majoritários estão representados e ocasionalmente o Senador Romeu Tuma, que é o Corregedor, faz parte do PFL, o PFL está representado nesta comissão. Não há problema nenhum. Parece-me que o assunto está resolvido. Os partidos majoritários estão representados, e o minoritário também. Creio que está correta a decisão de V. Ex^a; ela foi sábia e inteligente.

Ocasionalmente, o Senador Romeu Tuma, que é o Corregedor, é do PFL. Poderia ser de um outro partido e, naturalmente, não seria ele o representante do PFL, mas S. Ex^a é do PFL. Portanto, pode ao mes-

mo tempo ser Corregedor e representar o referido partido.

V. Ex^a usou o bom senso, a inteligência e a isenção para dar continuidade aos trabalhos desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, creio que já esgotamos esse debate. Falta agora a palavra do Presidente.

O encaminhamento que a Presidência ofereceu foi acatado pelo Plenário, que é a indicação dos três membros.

Cumprimos a nossa tarefa no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – A Presidência primeiro esclarece que o Sr. Corregedor, além de membro do Conselho, tem voz de voto no Conselho. Assim, em termos de Conselho, ele é um membro igual aos outros. Não perde características nem sequer partidárias. S. Ex^a oficialmente é membro do PFL, e não há discriminação no PFL. Por isso, a Presidência mantém a decisão anterior, por se tratar inclusive de uma comissão que fará uma apuração preliminar, e ninguém melhor para participar desta comissão, pela sua experiência, reconhecida não apenas na Casa, mas nacionalmente, que o Senador Romeu Tuma, e pelas facilidades que encontra também no processo.

Dessa forma, a Presidência mantém a indicação dos Senadores Jefferson Péres, João Alberto e Romeu Tuma, que se abstém da condição de Corregedor e, como membro do Conselho, passa a ser membro da Comissão.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornélas, pela ordem.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, as coisas não estão começando bem. Não estão com bom sinal.

Veja V. Ex^a: tenho aqui a lista de presença que acabamos de assinar, todos os Parlamentares. Titulares pelo PMDB: Gilberto Mestrinho, Carlos Bezerra, Casildo Maldaner, João Alberto Souza e Nabor Júnior; PFL: Geraldo Althoff, Moreira Mendes, Bello Parga e Waldeck Ornélas; Bloco PSDB/PPB: Antero Paes de Barros, Ricardo Santos e Leomar Quintanilha; Bloco de Oposição PT/PDT/PPS: Heloísa Helena e Jef-

erson Péres; PSB: Roberto Saturnino; Senador Romeu Tuma, Corregedor.

V. Ex^a disse que estava querendo cumprir rigorosamente os Regimentos do Senado e do Conselho de Ética. O Senador Romeu Tuma é um dos mais importantes quadros do PFL, do Senado da República; é um dos homens mais respeitáveis da Casa e, por isso, é Corregedor. Mas, no Conselho de Ética, S. Ex^a não representa o PFL.

Numa composição de uma comissão de três, V. Ex^a estabeleceu que colocaria um membro do PMDB, um do PFL e outro do Bloco de Oposição. Portanto, V. Ex^a está quebrando o critério que V. Ex^a mesmo estabeleceu, apesar das ponderações que o Partido da Frente Liberal está a lhe fazer.

Eu ponderaria a V. Ex^a que o Senador Waldeck Ornélas, o Senador Bello Parga e o Senador Geraldo Althoff sugerem o nome do nosso Líder neste Conselho, o Senador Geraldo Althoff, para membro da comissão que está sendo constituída por V. Ex^a.

Quanto ao Senador Romeu Tuma, ao contrário do que diz V. Ex^a, penso que não deve ter o seu trabalho como Corregedor misturado ao trabalho da comissão, uma vez que a Corregedoria tem a sua independência assegurada pelo Regimento da Casa, não podendo ter as suas atribuições confundidas nesse caso. Então, que V. Ex^a não criasse comissão nenhuma e autorizasse a Corregedoria a proceder às investigações preliminares. Seria a alternativa para V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Socorrendo, com um argumento a mais, o que foi colocado pelo Senador Waldeck Ornélas...

O SR. PEDRO SIMON – O PFL está pedindo a sua saída da Comissão?

O SR. RENAN CALHEIROS – ... e ainda na linha...

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, estou com a palavra.

Sr. Presidente, acolhendo, em tese, o que acaba de ser colocado pelo Senador Waldeck Ornélas, da mesma forma que, em tese também, acolhi os argumentos do Senador Geraldo Althoff, e partindo do fato que aqui colocamos já sobejamente, de maneira até repetitiva, de que não devíamos partidizar o Conselho com nomeações políticas, de Bloco ou não, talvez

fosse o caso – diante da recusa que o Senador está fazendo com relação à participação do Corregedor, que é um homem íntegro e sério, que tem demonstrado coerência em toda investigação da qual participou nesta Casa –, sem delongas, uma vez que precisamos avançar na investigação e no esclarecimento, de V. Ex^a escolher, como escolheu nos outros Partidos – V. Ex^a não ouviu a Oposição para escolher o Senador Jefferson Péres, como não ouviu o PMDB para escolher o Senador João Alberto –, dentre os membros do PFL, to dos honrados, aquele para compor a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

O SR. PEDRO SIMON – Trata-se de um veto a um Senador do PFL, que tem uma história, uma biografia longa demais para, de repente, sair da comissão sem mais nem menos. Creio que é muito séria a retirada da Comissão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – V. Ex^a cumpre o Regimento quando designa uma Comissão de três. Em uma Comissão de três, é impossível a proporcionalidade, obviamente – é uma questão matemática –, até porque o PSDB teria que integrar a Comissão, e outros Partidos menores, como o PPB. Logo, há impossibilidade matemática. Agora, V. Ex^a, ao indicar um membro da Oposição, obedeceu ao princípio democrático, que prevalece em todas as Casas Legislativas, de a Minoria ser representada, mesmo em caráter minoritário.

De forma que divirjo, Sr. Presidente. O Senador Romeu Tuma é membro da Maioria, nesta Casa; logo, há dois representantes da Maioria e um da Minoria. E é filiado ao PFL.

Divirjo, **data venia**, da objeção feita pelo eminente Senador Waldeck Ornélas, mas creio que a decisão de V. Ex^a foi sábia e deve ser acatada por este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Continua franqueada a palavra.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – A questão está posta, Sr. Presidente, para decisão de V. Ex^a, ressalvadas as gaiatices do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Bem como as grosserias do Senador Waldeck Ornélas.

(Discussões paralelas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) (Fazendo soar a campainha.) – Eu gostaria que mantivéssemos, neste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o mínimo de ética, para que os trabalhos se fizessem normalmente.

Denúncia n.º 6, de 2001



SENADO FEDERAL
ADVOCACIA

PARECER Nº 036/ADVOSF

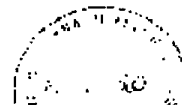
*Apelido o parecer
por seus fundamentos
2/8/2001*

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.
DENÚNCIA Nº (6) DE 2001. Denunciante: Senhor Senador
Geraldo Althoff. Denunciado: Senhor Senador José Eduardo
Dutra. Denúncia fundada em declarações submetidas à fase
instrutória própria perante o Conselho de Ética e Decoro
Parlamentar, sobre as quais nada objetou o Relatório
aprovado. Inexistência de fato novo. Pelo indeferimento.

Senhora Advogada-Geral,

I.

1. Tratam os presentes autos de denúncia formulada pelo
Excelentíssimo Senhor Senador Geraldo Althoff, perante o Conselho de Ética e
Decoro Parlamentar, protocolizada sob o número 6, de 2001, para que seja
apurado o suposto envolvimento do Excelentíssimo Senhor Senador José
Eduardo Dutra no conhecimento prévio da violação do painel eletrônico de
votação do Plenário do Senado Federal por ocasião da sessão secreta que
culminou com a cassação do ex - Senador Luiz Estevão, conforme matéria
jornalística publicada pela Revista Isto É, edição nº 1.654, que circulou no dia 13
de junho de 2001, sob o título "O Cúmplice Petista".





**SENADO FEDERAL
ADVOGACIA**

2. Em sua denúncia, o nobre parlamentar faz referência a um pronunciamento do próprio Senador José Eduardo Dutra perante aquele Conselho, e que, ao seu ver, conteria confissão no sentido da denúncia apresentada, corroborada por material jornalístico, apontado fortes indícios de que o parlamentar envolvido teve conhecimento de que o painel fora violado, antes mesmo que a sessão secreta tivesse ocorrido, e não tomou providência alguma para coibir tão grave irregularidade, nem mesmo depois da votação, somente tornando público esse conhecimento quando se viu pressionado pelas investigações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

3. Tal atitude, descrita pelo nobre denunciante, incide no art. 13 do Código Penal e fere mandamento insculpido no art. 55 da Constituição Federal, sendo passível da perda do mandato parlamentar.

II.

4. Reportando-se ao processo ético disciplinar preliminar que teve transcurso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e que perfez sua fase com a votação e aprovação do parecer do ilustre relator, Excelentíssimo Senhor Senador Saturnino Braga, referente aos fatos que marcaram a violação do painel eletrônico do Plenário desta Casa, deve-se esclarecer, inicialmente, que o mesmo teve sua fase própria de instrução durante a qual todo material probatório possível foi colhido por aquele colegiado.

5. Nessa fase própria, documentos foram juntados, depoimentos foram tomados e cada parlamentar integrante do Conselho teve oportunidade de requerer e ter produzidas as provas por ele julgadas necessárias a instrução do feito.



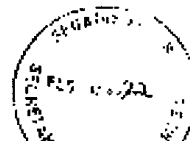


SENADO FEDERAL
ADVOCACIA

6. É de se observar que foi durante essa ocasião que o Senhor Senador José Eduardo Dutra procedeu ao pronunciamento que serviu de escopo à presente denúncia. Todos os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tiveram acesso imediato ou mediato ao referido depoimento. Entretanto, as colocações nele contidas não foram, naquela oportunidade, objeto de qualquer interrogação por parte dos membros daquele Colegiado. Nenhuma diligência foi solicitada, nem as declarações daquele parlamentar foram tomadas como depoimento, ou mesmo seu depoimento foi solicitado em razão daquelas mesmas declarações.

7. Pode-se concluir, neste ponto, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não vislumbrou, durante toda a fase instrutória que ali transcorreu, qualquer indício de envolvimento do Senhor Senador José Eduardo Dutra no episódio de violação do painel de votação eletrônica do Senado Federal. Esta conclusão, inclusive, não admite ilação contrária, diante do que constou do Relatório aprovado por aquele Conselho.

8. Examinando-se o teor das declarações do Senhor Senador José Eduardo Dutra, às quais se refere o nobre Senador denunciante, e confrontadas tais declarações com o conjunto de provas colhidas e que estabelecem o *modus operandi* em que as irregularidades foram perpetradas, o que se pode aduzir, conforme os elementos constantes do processo disciplinar, e que aquele parlamentar, antes da sessão secreta, tão surtente chegou a ostentar, a exemplo de outros senadores, a preocupação de que o painel eletrônico pudesse vir a ser violado e, posteriormente à cassação, teve a informação de que a líder de seu partido teria votado contra a cassação, boato que se espalhou pelos bastidores da Casa até que a matéria relativa à violação veio a público, quando, então, aquele parlamentar subscreveu a denúncia que culminou com o processo ético disciplinar em questão.





**SENADO FEDERAL
ADVOGACIA**

9. Em todas as confissões que foram lavradas e em todos os depoimentos que foram tomados e acareação que foi efetuada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nenhuma alusão foi feita, pelos envolvidos e depoentes, à participação ou ao prévio conhecimento das irregularidades por parte do Senhor Senador José Eduardo Dutra. Mesmo quando perguntados sobre terceiros que teriam tido ciência da prática deletéria ou dela participado direta ou indiretamente, os depoentes – senadores, servidores e procuradores da República, e acareados, em momento algum, se reportaram ao nome do referido parlamentar. É o que consta dos autos. É o que foi relatado, relatório este que foi aprovado pelo Conselho.

10. Quanto à matéria publicada pela Revista Isto É, edição nº 1.654, que circulou no dia 13 de junho deste ano, as notícias por ela veiculadas são atribuídas a "personagens envolvidos no episódio" e "fontes ouvidas por Isto É". Portanto, são informações apócrifas, denúncias anônimas que não se coadunam com o que consta do processo ético parlamentar devidamente instaurado e concluído, não se constituindo, por conseguinte, em fato novo que pudesse produzir efeitos jurídicos capazes de reabrir um processo findo.

11. Por seu turno, a quantidade de vezes em que o Senhor Senador José Eduardo Dutra acionou o botão de votações a ele reservado, não tem qualquer relevância fático-jurídica para estabelecer uma suspeita de conhecimento ou participação do parlamentar em relação à violação do parâmetro eletrônico, até porque, sendo a votação realizada em sessão social, este acionamento múltiplo, naquela ocasião verificado, não pode ser considerado como prova em direito admitida, nos termos do inciso I, VI do art. 5º da Constituição Federal, senão mediante deliberação do Plenário daquela sessão e naquela oportunidade, por aplicação analógica do art. 194 do Regimento Interno.





**SENADO FEDERAL
ADVOGACIA**

III.

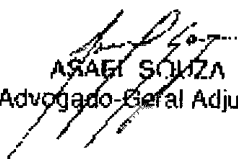
12. Não havendo, pois, fato novo, a presunção que reside em favor do Senhor Senador José Eduardo Dutra, é a de inocência, conforme conheceu e concluiu o processo ético disciplinar transcorrido perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

13. Reabrir, com os elementos que constam da presente denúncia, processo investigativo em desfavor do mencionado parlamentar, por fatos anteriormente apurados, sem a presença de elemento novo de convicção, consistiria em coação ilegal, em prejuízo da presunção de inocência que deve residir em favor do denunciado, conforme amparo constitucional.

14. A par da nobre intenção do parlamentar denunciante, cioso de sua postura ética e de seu dever do ofício, somos pela não acolhimento da presente denúncia, uma vez que, como se demonstrou, não se apresenta nenhum fato novo que autorize o presente pedido de investigação.

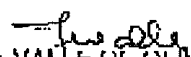
É o nosso parecer. s. m. j.

Brasília, 01 de agosto de 2001.


ASAEL SOUZA
Advogado-Geral Adjunto

De acordo encaminhando-se ao Senhor Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Brasília, 01 de agosto de 2001.


JOSEFINA VALLE DE OLIVEIRA PINNA
Advogada-Geral



Ata da 86ª Sessão não Deliberativa em 6 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti

{(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

– Nº 167, de 2001 (nº 695/2001, na origem), de 29 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

– Nº 168, de 2001 (nº 701/2001, na origem), de 29 de junho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de quatro milhões, trezentos e quatro mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.245, de 29 de junho de 2001.

– Nº 169, de 2001 (nº 705/2001, na origem), de 2 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2000 (nº 110/95, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º e dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, sancionado e transformado na Lei nº 10.246, de 2 de julho de 2001.

– Nº 170, de 2001 (nº 728/2001, na origem), de 9 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2001 (nº 2.429/2000, na Casa de origem), que instituiu Dia da Televisão, sancionado e transformado na Lei nº 10.255, de 9 de julho de 2001.

– Nº 171, de 2001 (nº 711/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 13, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de cento e oitenta milhões de reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.247, de 4 de julho de 2001.

– Nº 172, de 2001 (nº 712/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 14, de 2001-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de seiscentos e oitenta e seis milhões, cento e quarenta mil e noventa e cinco reais, para reforço de dotações consignadas nos orçamentos vigentes, sancionado e transformado na Lei nº 10.248, de 4 de julho de 2001.

– Nº 173, de 2001 (nº 713/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 15, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de duzentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.249, de 4 de julho de 2001.

– Nº 174, de 2001 (nº 714/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito especial no valor de duzentos e trinta e nove milhões e cinquenta mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.250, de 4 de julho de 2001.

– Nº 175, de 2001 (nº 715/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional,

crédito especial no valor de setecentos e setenta milhões de reais, para os fins que especifica, sancionada e transformada na Lei nº 10.251, de 4 de julho de 2001.

– Nº 176, de 2001 (nº 716/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Relações Exteriores, crédito suplementar no valor de cinquenta e nove milhões e quarenta e dois mil reais, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.252, de 4 de julho de 2001.

– Nº 177, de 2001 (nº 717/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 23, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de setenta e um milhões, cento e trinta mil, cento e noventa e oito reais, em favor do Ministério da Fazenda, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.253, de 4 de julho de 2001.

– Nº 178, de 2001 (nº 718/2001, na origem), de 4 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de vinte e um milhões, trezentos e oitenta e seis mil reais, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.254, de 4 de julho de 2001.

– Nº 179, de 2001 (nº 727/2001, na origem), de 6 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2001-Complementar (nº 177/2001-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

– Nº 180, de 2001 (nº 731/2001, na origem), de 11 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2001 (nº 4.210/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 295 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, que trata de prisão especial, sancionado e transformado na Lei nº 10.258, de 11 de julho de 2001.

– Nº 181, de 2001 (nº 735/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, sancionado e transformado na Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

– Nº 182, de 2001 (nº 736/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

– Nº 183, de 2001 (nº 737/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2001 (nº 3.639/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União, sancionado e transformado na Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001.

– Nº 184, de 2001 (nº 738/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 11, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de cinquenta milhões de reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionada e transformada na Lei nº 10.262, de 12 de julho de 2001.

– Nº 185, de 2001 (nº 739/2001, na origem), de 12 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 11-A, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.263, de 12 de julho de 2001.

– Nº 186, de 2001 (nº 742/2001, na origem), de 16 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999 (nº 2.556/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Pedro Piva, que acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, sancionada e transformada na Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.

– Nº 187, de 2001 (nº 751/2001, na origem), de 19 de julho último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 16-B, de 2000-CN, que inclui programa e altera ações do Plano Plurianual para o período 2000/2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.265, de 19 de julho de 2001.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Nº 45/2001, de 18 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 270, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias.

*As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.
O Requerimento vai ao Arquivo.*

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 2.879/2001, de 27 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 386, de 2001 (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam (TC 002.569/2001-9), em resposta ao Requerimento nº 42, de 2001, do Senador Renan Calheiros.

*As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.
O Requerimento vai ao Arquivo.*

PARECERES

PARECER Nº 719, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que "acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências".

Relator: Senador **José Fogaça**

Sob exame o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do nobre Senador Lúcio Alcântara, que tem por objetivo acrescentar dispositivo à Lei 9.504 de 1997, com vistas a exigir que a propaganda eleitoral para os cargos de Chefes de Executivo e de Senador faça também referência aos candidatos a Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e aos suplentes de Senador.

Estabelece, ainda, sanção, sob a forma de pena de multa (mil a dez mil UFIR), pela inobservância da referida exigência.

Na sua justificação, o ilustre autor da proposta ressalta a necessidade de se preencher lacuna existente na legislação eleitoral, prejudicial ao pleno exercício do direito de voto, pois, no mais das vezes, fica o eleitor sem saber os nomes dos candidatos a Vice e a suplentes, que, em grande parte, não são citados nas campanhas. Ocorre freqüentemente que, em razão da vacância dos cargos, alguns vices de chefes de Executivo ou suplentes de Senador assumem a condição de titulares sem que os eleitores não saibam

sequer de quem se tratam. Daí a importância de se criar exigência legal para que seus nomes sejam mencionados por ocasião da campanha eleitoral.

Voto

O projeto não apresenta óbices sob o prisma jurídico e constitucional. Antes, vem ao encontro do propósito visado pelo legislador constituinte ao implantar, no Brasil, o voto direto, símbolo máximo da democracia, que deve se traduzir na expressão da vontade popular de forma consciente e responsável. Para tal, é imprescindível que nossa legislação eleitoral seja dotada de mecanismos que possibilitem esse exercício da consciência cidadã. Portanto, concordamos plenamente com o intento visado pela iniciativa sob comento, que aperfeiçoa o processo eleitoral na medida em que, ao obrigar sejam mencionados os nomes dos vices e dos suplentes durante a campanha eleitoral, torna possível ao eleitor conhecer perfeitamente o perfil de todos os postulantes aos cargos.

O aprimoramento da nossa legislação referente ao processo político requer sejam tomadas medidas que busquem propiciar maior desenvolvimento da educação e informação política. Entendemos que a proposição contribui para esse mister, por aperfeiçoar a qualidade do voto, garantindo, assim, uma eleição mais saudável e levando a que os candidatos a vices e a suplentes se interessem por apresentar propostas coerentes e honestas, com empenho em promover uma campanha comprometida com princípios éticos baseados na justiça social.

Outrossim, a obrigatoriedade de fazer constar os nomes citados poderá levar os postulantes aos cargos a escolher seus vices ou suplentes imbuídos de maior responsabilidade e seriedade, já que tal escolha passará a ter grande peso na opção dos eleitores por ocasião do sufrágio.

O dispositivo que se pretende inserir no projeto em análise, assim, terá, se aprovado, o condão de evitar que os vices ou suplentes venham a possuir uma credibilidade fictícia, por terem recebido votos apenas em função dos titulares, já que os eleitores muitas vezes não sabem quem são eles ou o que realmente pretendem, por não terem tido seus nomes divulgados na ocasião da campanha. Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999.

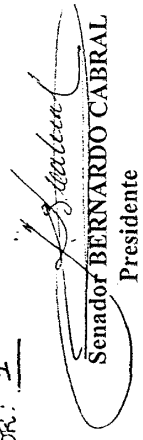
Sala das Comissões, 20 de junho de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Lúcio Alcântara**, Autor – **Fracelino Pereira** – **Álvaro Dias** – **Maria do Carmo Alves** – **Belio Paraga** – **João Alberto** – **Antonio Carlos Júnior** – **Iris Rezende** – **Gerson Camata** – **Sebastião Rocha** – **Maguito Vilela**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA					1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA					4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES					5- HUGO NAPOLEAO				
JOSÉ AGRIPINO					6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- * JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- YAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U:/CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em 12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

PARECER Nº 720, DE 2001

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

Vem a exame a proposição supra identificada, de autoria parlamentar neste Senado Federal, pela qual se pretende a alteração de dois tipos penais constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A primeira alteração, feita sobre o tipo do art. 240, amplia a conduta típica da atual “produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, ou película cinematográfica, para produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de adolescentes em cena de sexo explícito ou simulado”. A parte final também ficou alterada, já que a redação original prevê, como qualificadora do tipo, cena de sexo explícito ou pornográfica.

Também, ainda nesse dispositivo, é especialmente agravada a pena se o crime é cometido utilizando-se de criança, o que representa inovação sobre a redação original.

A segunda alteração incide sobre o art. 241, em que a mudança do tipo é mais contundente. Absorvida em parte pela alteração perpetrada no art. 240, a descrição penal passa de “fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente” para apresentar, vender, fornecer divulgar, em qualquer meio de comunicação, cena de sexo explícito ou simulado envolvendo adolescente”. Aqui também há agravante específica para o uso de criança.

A proposição foi apresentada a esta Casa em 16 de março de 1999 e, em 21 de maio deste ano, distribuída a esta relatora.

Não há emendas a apreciar.

É o relatório.

II – Parecer

Amatéria penal é de competência legislativa privativa da União, na dicção do art. 22, I, da Constituição Federal.

A mesma Constituição Federal, no art. 227, § 4º, determina que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente, além de, no **caput** desse dispositivo, determinar à sociedade e ao Estado que assegure, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito da criança e do adolescente, de forma a colocá-los a salvo de toda forma de, exploração e violência.

Por fim, a Carta da República, ao regular a comunicação social, impõe que a lei federal estabeleça meios legais para coibir a nocividade à saúde, inclusive moral, das pessoas e da família (CF, art. 220, § 3º II, **in fine**) e, no art. 221, IV, manda que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atendam aos princípios do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Tudo demonstra a absoluta constitucionalidade, formal e material, do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, que ora temos sob análise.

A técnica legislativa, inclusive a técnica legislativa penal, é satisfatória e não exige reparos.

Por conta disso, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – **Maria do Carmo Alves**, Relatora – **Lúcio Alcântara** – **João Alberto** – **Francelino Pereira** – **Antonio Carlos Júnior** – **Gerson Camata** – **Paulo Hartung** – **Bello Parga** – **José Agripino** – **Álvaro Dias** – **Romeu Tuma** – **José Fogaça**.

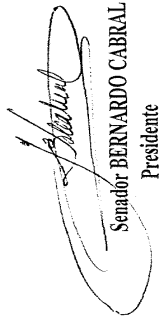
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 135, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA	/				4- JOAO ALBERTO	/			
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA	/				3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEU TUMA	/			
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSD/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	/				1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LIGIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)	/			
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 12 SIM; 12 NÃO; 0 ABSTENÇÃO: 0

Sala das Remissões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

LC/CC/Remissão/Quadro Votação Nominal - Doc/A atualizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I—direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 3º – Compete à lei federal:

II – estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão

que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4º – A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 240. Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva ou película cinematográfica, utilizando-se de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica:

Pena – reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança ou adolescente.

Art. 241. Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão de um a quatro anos.

PARECER Nº 721, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara que "altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para per-

mitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente".

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

Relator *ad hoc*: Senador **José Eduardo Dutra**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame e decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. A proposta altera o art. 44 do Código Penal, para permitir que penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente e não mais apenas em substituição às penas tradicionais.

Em sua justificação, o ilustre autor lembra a falência das penas prisionais tradicionais e sua inadequação ao objetivo maior de ressocialização dos condenados.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – Preliminares

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal (art. 101, I), cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas.

Quanto à constitucionalidade, note-se que a proposição dispõe sobre Direito Penal, que é matéria de competência privativa da União (Constituição Federal, art. 22, I). Por outro lado, inexistente vício de iniciativa.

A proposição encontra-se de acordo com os princípios gerais do Direito e com a organização das normas jurídicas nacionais, atendendo ao critério de juridicidade.

Ficam, assim, atendidos os requisitos preliminares merecedores da atenção desta Comissão.

III – Mérito

Sob a égide do moderno Estado de Direito, já não se admite a antiga visão da pena como uma expressão da vingança do Estado ou da sociedade. A pena é o mecanismo utilizado pelo Estado para lograr a pacificação social, ao mesmo tempo que busca a ressocialização do criminoso.

Nesse sentido, as penas restritivas de direito, previstas no Código Penal desde a reforma de sua Parte Geral em 1984, são absolutamente instrumentais, já que os condenados a essas penas escapam às armadilhas que são as prisões e presídios, verdadeiras universidades do crime. Infelizmente, embora o

art. 44 do Código Penal declare que essas penas são autônomas, restringe seu uso aos casos que enumera, sempre em substituição a uma pena prisional.

O projeto em exame vem precisamente afastar essa restrição, permitindo que as penas restritivas de direito sejam aplicadas independentemente das penas prisionais. Dessa maneira, o juiz passa a dispor de mais flexibilidade na aplicação da lei penal no caso concreto, adequando a pena às condições peculiares de cada condenado. A iniciativa é, portanto, meritória.

Tendo em vista essas considerações, o voto é pela aprovação do PLS nº 306 de 1999.

Sala das reuniões, 20 de junho de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **José Eduardo Dutra**, Relator (ad hoc) – **Lúcio Alcântara** (Autor) – **Osmar Dias** – **Jefferson Péres** – **Sebastião Rocha** – **Gerson Camata** – **Maria do Carmo Alves** – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Hartung** (sem voto) – **José Agripino** – **Nilo Teixeira Campos** – **Bello Parga** – **Antonio Carlos Júnior**.

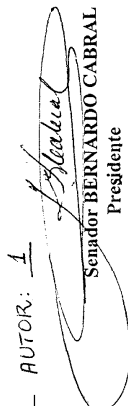
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 306, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GÉRSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- IDAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS	/				3- JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)	/				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	/			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)	/				3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U/CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

PARECER Nº 722, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado.

Relator: Senador **José Eduardo Dutra**

I – Relatório

Chega a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, que visa a tornar obrigatória a divulgação, em **Diário Oficial**, do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado. De acordo com a proposição, a publicação deve ser efetuada no prazo de quinze dias, a contar da data da leitura oficial do relatório.

Ao justificar sua proposta, o autor considera que a maior publicidade das informações se refletirá positivamente na redução dos acidentes e no grau de confiança que os usuários depositam nos transportes aéreos.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

A iniciativa do Senador Álvaro Dias demonstra sua preocupação com a segurança dos nossos serviços de transporte aéreo e, sobretudo, sua convicção na transparência dos procedimentos como forma de assegurar o rigor das investigações.

A par de concordar com a opinião do nobre Senador, acreditamos que a publicidade das informações sobre as causas dos acidentes pode ter repercussão favorável, também, sobre a tranquilidade da população, na medida em que lhe oferece a perspectiva de que providências efetivas serão adotadas em curto prazo.

Nesse sentido, apoiamos a sua proposta de tornar obrigatória a divulgação, no **Diário Oficial**, das informações contidas nos relatórios das caixas-pretas dos aviões civis acidentados, desde que haja o encerramento das investigações oficiais.

Observamos, contudo, que, no caso das operações militares, pode haver necessidade de manutenção dos sigilosos breves dados, por motivo de segurança nacional. Por essa razão, consideramos que a divulgação dos relatórios deve se restringir à aviação civil.

III – Voto

Em vista dos argumentos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, com a emenda que apresentamos.

EMENDA Nº 1(CCJ)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, a seguinte redação:

”Art. 1º As conclusões do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de aeronave civil acidentada deve ser publicado no **Diário Oficial** no prazo de quinze dias, após o encerramento da investigação oficial.

Sala da Comissão, 8 de março de 2001.

Bernardo Cabral, Presidente – **José Eduardo Dutra**, Relator – **Marina Silva** – **Eduardo Suplicy** – **José Agripino** – **Nilo Teixeira Campos** – **Bello Parga** – **Antonio Carlos Júnior** – **Francelino Pereira** – **Gerson Camata** – **Maria do Carmo Alves** – **Lúcio Alcântara** – **Sebastião Rocha** – **Jéfferson Péres** (abstenção) – **Romero Jucá** – **Álvaro Dias** (autor).

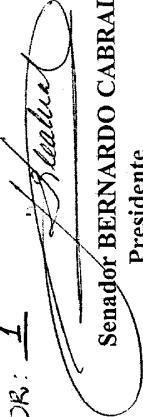
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 91, DE 2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA					1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAIO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR					2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA					4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES					5- HUGO NAPOLEAO				
JOSÉ AGRIPINO					6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS					2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3- * JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLYCY (PT)				
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)					2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)					4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1 - VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISE)

U:/CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

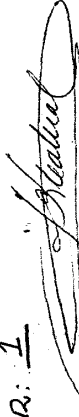
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Emenda n.º 1.CCJ ao PLS Nº 91, DE 2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MÁGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE					3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4 - JOÃO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA	/				3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEAO				
JOSE AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS			/		1- SERGIO MACHADO				
NILIO TEIXEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS					3-* JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA	/				5- LUCIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)					1- EDUARDO SUPLICY (PT)	/			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)	/			
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1 - VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 13 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U:/CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

TEXTO FINAL

Do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000 Na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania que:

Dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As conclusões do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de aeronave civil acidentada deve ser publicado no **Diário Oficial** no prazo de quinze dias, após o encerramento da investigação oficial. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de Junho de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente.

PARECER Nº 723, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

Relator: Senador **Iris Rezende**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, que pretende que o disposto na parte final do parágrafo do art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, não se aplique no caso de indícios de crime contra a mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-namorado.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

É o relatório.

II – Análise

A violência contra as mulheres, que reflete relações de poder historicamente desiguais e assimétricas entre homens e mulheres, constitui grave violação aos direitos humanos e limita o exercício dos demais direitos fundamentais de que são titulares as mulheres.

De acordo com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma em cada cinco mulheres que faltam ao serviço o faz por ter sofrido agressões físicas (*in Os direitos humanos e as mulheres, Flávia Proveso, 1998*).

Pesquisa realizada pela Human Rights Watch referente à Violência contra a Mulher no Brasil, mostra que, de cada 100 mulheres assassinadas, 70 o são no âmbito de suas relações domésticas.

Sessenta e seis por cento dos acusados em homicídios contra mulheres são seus parceiros (dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos).

Dados da ONU demonstram que a violência doméstica é a principal causa de lesões em mulheres entre 15 e 44 anos, no mundo.

Dispõe o **caput** do art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que “a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.”

O seu parágrafo único determina que “ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança”.

A parte final a que se refere o presente Projeto de Lei é a que determina “não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.”

Assim, de acordo com a proposição, tal parte final não se poderá aplicar se tratar-se de indícios de crime contra mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-namorado.

De acordo com dados divulgados pela mídia, os Juizados Especiais Criminais têm-se mostrado ineficientes para proteger as mulheres contra agressões praticadas pelos seus próprios ou ex-companheiros, maridos ou namorados. Aproveitando-se da privacidade do ambiente doméstico ou da facilidade de acesso a esse meio, esses indivíduos têm praticado crimes contra a vida da sua própria mulher ou ex-mulher.

Este Projeto serve para romper a invisibilidade que acoberta essa grave violência de que são vítimas tantas mulheres, reafirmando os direitos humanos como inalienáveis e indivisíveis.

É preciso observar que o processo visa à consecução de uma ordem jurídica justa, livre de formalismo, mas dotada de elevado grau de fidelidade aos princípios constitucionais de prevalência dos direitos humanos, cidadania e dignidade da pessoa humana.

As decisões policiais e judiciais tomadas, tendo em vista a violência doméstica, não têm sortido efeito prático de defesa da comunidade familiar, diante do direito positivo interno e internacional.

A Constituição Federal proclama que a família é a base da sociedade, tem especial proteção do Estado, de acordo com o art. 226, **caput** e § 8º.

A Declaração Universal de Direitos Humanos proclama os direitos de igualdade e inalienabilidade de todos os membros da família humana.

Entretanto, a violência nolar, caracterizada pelo segredo, falta de provas e obstáculos sociais e jurídicos, repugna e ultraja a dignidade humana, excluindo muitas mulheres de participarem dos benefícios de uma convivência harmoniosa e pacífica.

O controle jurisdicional do crime é assegurado pela anteposição de todo o sistema processual penal entre a pretensão punitiva e o direito de liberdade, acrescida das garantias inerentes à defesa e ao de vi-

do processo legal. Contudo, as condições de defesa não podem ser incompatíveis com a garantia constitucional de direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança.

A preponderância do direito à liberdade de suspeito de crime contra a pessoa da mulher é institucional, haja vista a garantia supranacional do princípio da igualdade, em que os mais frágeis precisam ser equitativamente fortalecidos e defendidos contra o abuso de condutas criminosas.

III – Voto

Isto posto, opinamos pela aprovação deste Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, juntamente com a seguinte Emenda, que o aperfeiçoa quanto à efetividade da proteção contra crimes que ofendam a pessoa da mulher, dotando a sociedade de instrumento mais ágil para realização da justiça, permitindo trazer resultados efetivos à pacificação das pessoas.

Emenda nº I – CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 69, da Lei nº 9.099, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

"Art. 69.

§ 2º O disposto na parte final do parágrafo anterior não se aplica no caso de indícios de crime contra a pessoa da mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-namorado"


Sala da Comissão, 20 de junho de 2001 – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Iris Rezende**, Relator – **Bello Parga** – **Lúcio Alcântara** – **Osmar Dias** – **Jefferson Péres** – **Sebastião Rocha** – **Gerson Camata** – **Maria do Carmo Alves (Autora)** – **Eduardo Suplicy** – **Antonio Carlos Júnior** – **Nilo Teixeira Campos** – **José Eduardo Dutra** – **José Agripino** – **Paulo Hartung** (Sem Voto).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 7, DE 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE	/				3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMÉZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTORA	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES	/				5- HUGO NAPOLEAO				
JOSÉ AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS	/				3- * JOSE ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	/				4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICAO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)	/				1- EDUARDO SUPPLY (PT)	/			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)	/				3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTORA: 1


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

Sala das Reuniões, em 20/6/2001

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U:/CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em 12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

Emenda n.º 1-CCJ ao PLS N.º 7, DE 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERSON CAMATA	/				1- MARLUCE PINTO				
MAGUITO VILELA					2- CASILDO MALDANER				
IRIS REZENDE	/				3- WELLINGTON ROBERTO				
JOSE FOGAÇA					4- JOAO ALBERTO				
PEDRO SIMON					5- CARLOS BEZERRA				
RAMEZ TEBET					6- AMIR LANDO				
ROBERTO REQUIAO					7- JOSE ALENCAR				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTORA	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL					1- JORGE BORNHAUSEN				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	/				2- MOREIRA MENDES				
FRANCELINO PEREIRA					3- WALDECK ORNELAS				
BELLO PARGA	/				4- ROMEU TUMA				
MARIA DO CARMO ALVES			/		5- HUGO NAPOLEAO				
JOSÉ AGRIPINO	/				6- CARLOS PATROCINIO				
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1- SERGIO MACHADO				
NILO TEIXEIRA CAMPOS	/				2- PEDRO PIVA				
OSMAR DIAS	/				3- JOSÉ ROBERTO ARRUDA				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)					4- RICARDO SANTOS				
ROMERO JUCA					5- LUCIO ALCANTARA	/			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES (PDT)	/				1- EDUARDO SUPLYCY (PT)	/			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	/				2- MARINA SILVA (PT)				
ROBERTO FREIRE (PPS)					3- HELOISA HELENA (PT)				
SEBASTIAO ROCHA (PDT)	/				4- PAULO HARTUNG (PPS)				
TITULAR - PSB					SUPLENTE - PSB				
ADEMIR ANDRADE					1- VAGO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTORA: 1

Sala das Reuniões, em 20/6/2001


Senador BERNARDO CABRAL
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

U:/CCJ/Reunião/Quadro Votação Nominal. Doc(Atualizado em (12.06.2001)

(*) DEIXOU O EXERCÍCIO DO MANDATO

TEXTO FINAL

Do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001 Na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania que:

Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que “dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 69, da Lei nº 9.099, de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 69.

§ 2º O disposto na parte final do parágrafo anterior não se aplica no caso de indícios de crime contra a pessoa da mulher, cometido por seu próprio marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, ou namorado ou ex-namorado.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de Junho de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VII

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 407 DE 2001

Sr. Presidente,

Faleceu, ontem, em Manaus, Plínio Ramos Coelho que foi, em sua vida pública, Deputado Estadual Constituinte, Deputado Federal, Governador por duas vezes do Estado do Amazonas, Advogado, Jornalista e Professor, tendo contribuído sempre, em cada cargo que ocupou, para o engrandecimento do Amazonas e do País, razão por que requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Amazonas, à Assembléia Legislativa do Amazonas, à Academia Amazonense de Letras e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Amazonas.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2001. – Senador **Bernardo Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Este requerimento depende de votação. No seu encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com profunda tristeza que ocupo a tribuna do Senado para registrar este infausto acontecimento.

A morte de Plínio Ramos Coelho, ocorrida ontem na cidade de Manaus, deixa o nosso Estado empobrecido de vi do à figura humana e política que ele representou, primeiramente para uma mocidade mal saída dos bancos da Faculdade de Direito. Plínio foi jornalista dos mais competentes, advogado militante. Elegeu-se Deputado Estadual pela Assembléia Legislativa do Amazonas e, ali, à época da redemocratização do País, foi constituinte e mais tarde Deputado Federal.

Elegeu-se Governador numa campanha em que não havia sequer as mínimas condições financeiras. Tinha ele, então, 35 anos. Todos nós o acompanhamos – universitários, alunos da Faculdade de Direito – numa campanha que tinha como lema “O Tostão Contra o Milhão”. Plínio conseguiu derrotar uma oligarquia

política que, ao longo dos anos, vinha tomando conta do nosso Estado. Encontrou uma circunstância altamente desfavorável, com o funcionalismo atrasado, leprosos na rua e apenas – se o valor fosse hoje atualizado – pouco mais de R\$2 mil nos cofres públicos.

Criou o que se chamou Novo Amazonas. Saneou as finanças públicas. A sua Lei nº 5 ficou famosa porque foi possível pagar todos os compromissos e confiar na juventude que ele chamou para os seus quadros.

Imagine, Sr. Presidente, que, aos 25 anos de idade, fui nomeado Chefe de Polícia do Estado do Amazonas a convite de Plínio Coelho. Aos 26 anos, ele repetiu o convite, convidando-me para ser Secretário do Interior da Justiça. Àquela altura, também fez ele Prefeito de Manaus – a nomeação era feita diretamente pelo Chefe do Executivo – o então jovem assessor Gilberto Mestrinho, hoje Senador da República, que aqui não se encontra porque teve de comparecer à última homenagem àquele nosso amigo, uma vez que não me pude deslocar. Falo, portanto, em nome de nós dois, Sr. Presidente.

A matriz política que me levou até hoje às funções mais altas iniciou-se com o Governador Plínio Coelho. Sei que o Estado do Amazonas dificilmente terá outro Governador da sua estirpe intelectual e moral. Além de advogado, escritor, também era poeta com várias obras publicadas. Plínio deixa, sem dúvida nenhuma, uma grande saudade para o povo amazonense.

Por isso, Sr. Presidente, em meu nome e também em nome do Senador Gilberto Mestrinho, solicito a V. Ex^a e aos meus eminentes pares que aprove este requerimento e que, na forma regimental, a homenagem de profundo pesar seja levada à família enlutada, à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, ao Governo do Estado do Amazonas e à Academia Amazonense de Letras, a fim de que, um dia, os pesquisadores notem que não passou em branco uma homenagem a quem tanto merecia.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares) – Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação do requerimento de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao ouvir a leitura do requerimento do

Senador Bernardo Cabral, estou tomando ciência do falecimento de Plínio Ramos Coelho. E não posso deixar de cumprir o dever de manifestar os mais fortes sentimentos de tristeza e de perda – não apenas em caráter pessoal, mas em nome de toda a Bancada do PMDB nesta Casa.

Plínio Ramos Coelho ocupou quase todas as funções públicas, no Estado do Amazonas. Recém-saído da Faculdade de Direito do Amazonas, elegeu-se, em 1947, Deputado Constituinte da Assembléia Legislativa do Amazonas, integrando-se a uma plêiade de grandes homens públicos, vultos da maior expressão política, como Aderson de Menezes, Arthur Virgílio Filho, Áureo Mello, Abdul Sa-yol de Sá Peixoto, Paulo Pinto Néri, Mendonça Júnior e outros tantos ilustres amazonenses.

Foi essa geração luminosa que elaborou a primeira Constituição Estadual amazonense, após a queda do regime ditatorial implantado, em 10 de novembro de 1937, pelo então Presidente Getúlio Vargas.

Estudei em Manaus durante muito tempo, o que me permitiu acompanhar a trajetória desse grande amazonense, nascido no Município de Humaitá, no rio Madeira. Tive o privilégio de antever, logo em seus primeiros passos, o futuro promissor que o aguardava, não apenas no generoso âmbito de seu Amazonas, mas em toda a Região Norte e na construção da democracia no País.

Foi assim que, em 1950, logo após a conclusão do seu mandato de Deputado Estadual, Plínio Coelho foi eleito Deputado Federal, tendo, na Câmara e no Congresso Nacional, uma atuação das mais destacadas. O passo seguinte, em 1954, foi a primeira eleição para Governador do Estado do Amazonas, que lhe propiciou inovar toda a administração daquele Estado.

O Senador Bernardo Cabral, com a sensibilidade de sempre, situou no tempo institucional e no espaço político a sua figura: Plínio Coelho foi o homem que banuiu os resquícios do arbítrio e das oligarquias no seu Estado, dando-lhe bases modernas para, com a implantação posterior da Zona Franca, criar bases econômicas e sociais mais justas.

Sim, porque a fase de industrialização do Amazonas começou na sua primeira administração, tão vitoriosa que conseguiu eleger seu sucessor, nosso hoje colega Gilberto Mestrinho – e, ao final da administração de Mestrinho, em 1962, foi eleito Governador

dor uma segunda vez, já em meio aos tumultos institucionais que precederam o golpe militar.

Cassado pelo regime arbitrário, na metade daquele mandato, Plínio Coelho se viu impedido de exercer sua vocação de ativista da democracia. Viveu tempos de dificuldades financeiras, por ser um homem reconhecidamente pobre, mesmo após exercer tantas funções públicas: Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Amazonas por duas vezes. E, para sobreviver com a família, exerceu as atividades de advogado, jornalista, escritor e poeta, entre outras.

O grande amazônida legou um exemplo para todos os brasileiros, particularmente os seus conterrâneos, pela probidade, pela maneira com que se conduziu no exercício das atividades públicas e também nos cargos eletivos que o povo do Amazonas lhe confiou.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pelo conhecimento pessoal que tive com Plínio Coelho e por sua importância para a causa democrática no Brasil, quero expressar, neste momento, o mais sentido pesar e a saudade que enlutam não apenas o Amazonas e seu povo, mas todos quantos seguem a bandeira de liberdade, patriotismo e respeito aos superiores interesses nacionais que Plínio Coelho sempre desfraldou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Jefferson Péres, do Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de subscrever o requerimento lavrado pelo Senador Bernardo Cabral solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento de Plínio Ramos Coelho.

Plínio Ramos foi figura marcante da política do meu Estado em meados do século passado, constituinte estadual em 1947, Deputado Federal no início dos anos 50 e Governador. Assumiu o Governo em meio a profunda crise gerada pelo atraso do funcionalismo e pela pobreza generalizada no Estado, mas soergueu as finanças estaduais e promoveu grandes realizações. Quatro anos depois, voltou ao Governo e teve seu mandato interrompido por força do Ato Institucional nº 1.

Na redemocratização do País, candidatou-se algumas vezes a cargos eletivos, mas não logrou êxito. Acabou abandonando as lides políticas.

Foi um dos mais aguerridos políticos da minha terra, o que lhe valeu o apelido carinhoso de Ganso do Capitólio, porque, no início da sua carreira, ligou-se às lutas sindicais, um destemido defensor das liberdades públicas e dos direitos dos trabalhadores.

Embora tenha tido trajetória tão brilhante, acabou inteiramente afastado da vida pública, dedicando-se à sua atividade de advogado no foro de Manaus. Dedicou-se um pouco mais às Letras. Era meu companheiro e de Bernardo Cabral na Academia Amazonense de Letras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não acrescentarei mais nada ao que já foi dito aqui pelos Senadores Bernardo Cabral e Nabor Júnior. Entretanto, não poderia deixar de associar-me a esse voto de pesar mais do que merecido em favor de Plínio Ramos Coelho.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Em votação o Requerimento n.º 407, de 2001, de autoria do Senador Bernardo Cabral em homenagem ao ex-Governador do Estado do Amazonas Plínio Ramos Coelho.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 50/01–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de

Vice-Presidente, Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 51/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que “altera os arts. 240 e 241 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Esta tu to da Criança e do Adolescente”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 52/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, de libe rou pela apro va ção do Proje to de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Dispõe sobre a divulgação em **Diário Oficial** do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado”.

Aproveito a oportunidade para estima e consideração.

Cordialmente, – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 53/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da

Senadora Maria do Carmo Alvos, que “Altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 54/01 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 20 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, co mu ni co a Vossa Excelência que, em Re união Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que “Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente.”

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com relação aos ofícios lidos anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que está aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa para que os Projetos de Lei do Senado n.ºs 56, 135 e 306, de 1999; n.º 91, de 2000; e n.º 7, de 2001, cujos pareceres foram lidos no Expediente, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1996 (nº 565/95, na Casa de origem), que *altera o art. 19 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951*.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.975-4/2001, de 2 do corrente, en-

caminhando, nos termos do inciso I do art. 39 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Boletim das Finanças Estaduais e Municipais, relativo ao mês de maio de 2001, contendo a posição do endividamento dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais.

Informa, ainda, que com vistas a atender aos objetivos de transparência e de ampla divulgação, o referido Boletim é enviado, mensalmente, por *e-mail*, para os Senadores e disponibilizado, também, no *site* do Banco Central na internet.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/22, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1975.5/2001, na origem, de 2 do corrente, encaminhando a relação das operações de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios analisadas no mês de junho de 2001.

Informa ainda que, no âmbito daquela Instituição, foram indeferidas uma operação de crédito sujeita à Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, e uma concessão de garantia. Comunica, também, que foram autorizadas por essa Casa do Congresso Nacional duas operações de crédito.

O expediente, anexado ao processado do Ofício nº S/13, de 2001, vai à Comissão Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 188/2001 (nº 720/2001, na origem), de 4 de julho de 2001, através da qual o Presidente da República, encaminha, nos termos da Resolução nº 57, de 1995, com a redação dada pelas Resoluções nºs 51, de 1997; 23, de 1999; e 74, de 2000, todas do Senado Federal, relatório sobre a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, relativo ao período de fevereiro a abril de 2001.

O expediente, anexado ao processado do Diversos 34, de 1997, e, em cópia aos processados das Resoluções referidas, vai à Comissão Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, os seguintes Ofícios:

– Nº S/31, de 2001 (nº 1975.1/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos, equivalentes a oitenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais, a preços de 29.6.2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento da segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará;

– Nº S/32, de 2001 (nº 1975.2/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Ceará para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de sete milhões de dólares dos Estados Unidos, equivalentes a treze milhões, seiscentos e sessenta e três mil e trezentos reais, à taxa de câmbio de 18.1.2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – Prodetur/NE;

– Nº S/33, de 2001 (nº 1975.3/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhado manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor de vinte e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e dois marcos alemães e vinte e dois centésimos, equivalentes a dezoito milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e onze reais e quarenta e cinco centavos, a preços de 31.12.2000, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Esgotamento Sanitário da cidade de Natal.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2001

Dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º As operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, a serem contratadas por Municípios com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, agente financeiro da União e co-executora do Programa, observarão os limites individuais indicados nos Anexos, estabelecidos em razão de suas populações e dos Estados onde estão localizados.

Art. 2º As operações de crédito a que se refere esta Resolução serão realizadas com recursos captados, para essa finalidade, pela República Federativa do Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do Empréstimo BID nº 1.194-OC BR, no valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), nos termos da Resolução nº 64, de 1999, do Senado Federal.

Art. 3º Os subempréstimos a serem concedidos pela CAIXA observarão as seguintes condições:

a) credor: União, que assumirá o risco operacional, mediante a concessão da garantia dos municípios através do sistema de autoliquidez pela vinculação das receitas previstas nos artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea **b** e § 3º da Constituição Federal, com anuência do banco centralizador das receitas municipais, e débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantia:

b) agente financeiro e co-executor do Programa: Caixa Econômica Federal – CAIXA;

c) a assinatura do contrato de subempréstimo ficará condicionada à apresentação de certidões negativas de inscrição no CADIN ou de documentos que indiquem solução para os atrasos que deram origem a sua inscrição:

d) juros: a partir das datas em que ocorrerem liberações de parcelas do financiamento ao município, incidirão juros remuneratórios devidos, inclusive durante o período de carência, nas datas em que sejam devidos os juros do Empréstimo do BID à União, e na liquidação da dívida: os juros remuneratórios serão calculados sobre os saldos devedores diários do subempréstimo a uma taxa anual determinada a cada semestre pelo custo dos Empréstimos Multimonetários Qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescida de uma margem razoável, expressa em termos de uma percentagem anual, que o BID fixará peri-

odicamente de acordo com sua política sobre taxa de juros:

e) taxa de inspeção e supervisão: 1% (um por cento) de cada parcela liberada pelo agente financeiro ao tomador do subempréstimo, descontada pela CAIXA no ato de cada liberação:

f) comissão de crédito: de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não liberado do subempréstimo, incidente a partir de sessenta dias após a data de assinatura do contrato de subempréstimo e até a liberação total do crédito ou até o cancelamento do saldo não utilizado, exigível dos devedores nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros remuneratórios: a comissão de crédito será calculada, para cada semestre, com base nos saldos diários não liberados do crédito aberto:

g) remuneração do agente financeiro e co-executor do programa: a CAIXA será remunerada mediante comissão, a cargo dos mutuários dos subempréstimos e calculada sobre o saldo devedor dos subempréstimos realizados, nas mesmas datas de pagamento de juros das operações financiadas, sendo: (i) nos primeiros quatro anos de execução dos Projetos financiados, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano: (ii) nos anos seguintes, até a total liquidação do saldo devedor dos subempréstimos, correspondente a 0,3% (três décimos por cento) ao ano:

h) juros moratórios: de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre as obrigações em atraso, a partir da sua exigibilidade até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação, além dos encargos acima estipulados:

i) moeda: os subempréstimos serão contratados em reais, com a equivalência ao dólar norte-americano;

j) amortizações dos subempréstimos: o prazo de amortização dos subempréstimos será de até 20 (vinte) anos, incluindo-se neste prazo até 4 (quatro) anos de carência, em prestações semestrais, iguais e sucessivas: o pagamento da primeira prestação ocorrerá na data de pagamento de juros, após transcorridos seis meses da data prevista para o desembolso final do subempréstimo, e o pagamento da última prestação ocorrerá até 18 de maio de 2021.

Art. 4º Não se aplicam às operações de crédito de que trata esta Resolução as disposições dos arti-

gos 7º no que se refere à apresentação de resultado primário negativo, e 8º da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 5º A certidão de que trata o inciso III do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, será relativa ao último exercício analisado pelo órgão responsável por sua emissão.

Art. 6º As demais condições e exigência relativas às operações de crédito objeto desta Resolução continuam regidas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Governo Federal criou o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM, com o objetivo de modernizar e tornar eficientes as máquinas administrativas municipais, em especial do ponto de vista por meio da otimização dos mecanismos de arrecadação e do aprimoramento da qualidade das despesas. E, por isso, de grande prioridade para o País.

A Medida Provisória nº 2.118, de 24 de maio de 2001, dispõe, em seu art. 14, que a União está autorizada a realizar, por intermédio da Caixa Econômica Federal – CAIXA, operações de crédito com os Municípios, destinados a programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal, utilizando, para esse fim, recursos provenientes de contratos de empréstimos junto a organismos financeiros internacionais.

Os recursos internacionais foram contratados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em operação autorizada pelo Senado Federal por força da Resolução nº 64, de 25 de novembro de 1999, e concretizada com a assinatura em 18 de maio de 2001, do Contrato de Empréstimo nº 1.194 OC-BR.

As normas operacionais do Programa para a contratação de subempréstimos exigem que os Municípios forneçam a documentação prevista pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o que pode resultar em dificuldade de contratação do empréstimo do PNAFM para inúmeros Municípios.

Contudo, alguns dos dispositivos da Resolução nº 78, de 1998, em princípio aplicáveis ao PNAFM, poderão ser objeto de dispensa ou simplificação, com repercussão extremamente favorável à efetiva implantação do Programa.

Esse é o caso da dispensa, prevista no PRS, das exigências dos arts. 7º especificamente no que se refere à apresentação pelo Município de resultado primário negativo, e 8º daquela Resolução. Se mantidas tais exigências, estaria comprometida a própria essência do PNAFM, de instrumento de regularização de desequilíbrios fiscais dos municípios.

Outro dispositivo do PRS prevê que a certidão de que trata o inciso III do art. 13 da Resolução nº 78, a ser obtida pelo município junto ao Tribunal de Contas, será relativa ao último exercício analisado por aquele órgão. Motiva tal proposição livrar de obstáculos operacionais removíveis a tramitação do pedido de crédito.

São mantidas as demais condições e exigências, aplicáveis ao caso do PNAFM, estabelecidas pela Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal.

Releva acrescentar que o PRS prevê, ainda, o estabelecimento prévio dos limites de crédito, apresentados nas tabelas anexas, a serem abertos para os Municípios que vierem a participar do Programa. A variação dos valores estabelecidos visa a adequar os subempréstimos às exigências dos projetos técnicos cobertos pelo PNAFM, considerado o porte do Município contemplado. A origem da variação de valores dentro de uma faixa de população é a diferenciação do percentual de contrapartida, financeira do Município, estabelecida com vistas a favorecer, por meio de participação financeira variável, os entes municipais localizados em Estados com menor estágio de desenvolvimento. A taxa de câmbio utilizada, de R\$2.12/US\$, corresponde ao dólar orçamentário para 2002, ano que deverá concentrar os maiores desembolsos do Programa. Essa taxa de câmbio, também, conduz a tabela de limites de crédito, em reais, compatível com as exigências de financiamento dos projetos técnicos a serem desenvolvidos.

Por último, compõe o PRS a descrição das condições a serem observadas para a assinatura dos contratos de subempréstimo, de forma a dar desde o início maior transparência na execução do Programa. A transparência, por sinal, é um dos principais resultados objetivos do PNAFM, nas administrações municipais onde implantado, e é também um dos pressupostos fundamentais fixados pelo Ministério da Fazenda no desenvolvimento e execução do Programa.

Sala das Sessões 6 de agosto de 2001. – Senador **Romero Jucá**.

ANEXO 1 – PROJETOS SIMPLIFICADOS

Faixa	População	Estado de Localização do Município	Limite de financiamento	
			US\$	Equivalência em Reais (1)
1	Até 5.000	TODOS	94.460	200.255
2	5.001 a 10.000	TODOS	102.331	216.942
3	10.001 a 20.000	TODOS	111.860	237.143
4	20.001 a 30.000	TODOS	141.689	300.381
5	30.001 a 50.000	TODOS	178.977	379.431
6	50.001 a 70.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	205.094	434.799
		DEMAIS	217.159	460.377
7	70.001 a 90.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	234.393	496.913
		DEMAIS	248.181	526.144
8	90.001 a 120.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	275.757	584.605
		MA,MT,AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	292.992	621.143
		DEMAIS	310.227	657.681
9	120.001 a 150.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	303.333	643.066
		MA,MT,AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	322.291	683.257
		DEMAIS	341.250	723.450

(1) RS/US\$: 2,12

Observação: Esta tabela é aplicável aos Projetos Simplificados do PNAFM; para as faixas 6 a 9, somente é aplicável no caso de opção do Município pelo desenvolvimento de Projeto Simplificado, sujeita a aprovação pela Unidade de Coordenação de Programas – UCP/SE/MF, conforme disposto no Regulamento Operativo do Programa.

ANEXO 2 – PROJETOS AMPLIADOS

Faixa	População	Estado de Localização do Município	Limite de financiamento	
			US\$	Equivalência em Reais (1)
6	50.001 a 70.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	850.000	1.802.000
		DEMAIS	900.000	1.908.000
7	70.001 a 90.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	1.038.889	2.202.444
		DEMAIS	1.100.000	2.332.000
8	90.001 a 120.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	1.644.444	3.486.222
		MA, MT, AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	1.747.222	3.704.111
		DEMAIS	1.850.000	3.922.000
9	120.001 a 150.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	2.266.667	4.805.333
		MA, MT, AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	2.408.333	5.105.667
		DEMAIS	2.550.000	5.406.000
10	150.001 a 200.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	2.411.111	5.111.556
		AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	2.583.333	5.476.667
		MA, MT	2.755.556	5.841.778
		DF, MS	2.927.778	6.206.889
		DEMAIS	3.100.000	6.572.000
11	200.001 a 250.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	2.955.556	6.265.778
		AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	3.166.667	6.713.333
		MA, MT	3.377.778	7.160.889
		DF, MS	3.588.889	7.608.444
		DEMAIS	3.800.000	8.056.000
12	250.001 a 350.000	BA, MG, PR, RJ, RS, SP	3.000.000	6.360.000
		AM, CE, ES, GO, PA, PE, SC	3.750.000	7.950.000
		MA, MT	4.000.000	8.480.000
		DF, MS	4.250.000	9.010.000
		DEMAIS	4.500.000	9.540.000

ANEXO 2 – PROJETOS AMPLIADOS (continuação)

Faixa	População	Estado de Localização do Município	Limite de financiamento	
			US\$	Equivalência em Reais (1)
13	350.001 a 450.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	3.666.667	7.773.333
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	4.583.333	9.716.667
		MA,MT	4.888.889	10.364.444
		DF,MS	5.194.444	11.012.222
		DEMAIS	5.500.000	11.660.000
14	450.001 a 700.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	4.333.333	9.186.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	5.416.667	11.483.333
		MA,MT	5.777.778	12.248.889
		DF,MS	6.138.889	13.014.444
		DEMAIS	6.500.000	13.780.000
15	700.001 a 950.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	5.333.333	11.306.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	6.666.667	14.133.333
		MA,MT	7.111.111	15.075.556
		DF,MS	7.555.556	16.017.778
		DEMAIS	8.000.000	16.960.000
16	950.001 a 1.950.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	8.333.333	17.666.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	10.416.667	22.083.333
		MA,MT	11.111.111	23.555.556
		DF,MS	11.805.556	25.027.778
		DEMAIS	12.500.000	26.500.000
17	1.950.001 a 2.950.000	BA,MG,PR, RJ,RS,SP	12.333.333	26.146.667
		AM,CE,ES, GO,PA,PE,SC	15.416.667	32.683.333
		MA,MT	16.444.444	34.862.222
		DF,MS	17.472.222	37.041.111
		DEMAIS	18.500.000	39.220.000
18	Acima de 2.950.000	RJ,SP	16.666.667	35.333.333

(1) RS/US\$: 2,12

Observação: Esta tabela é aplicável aos Projetos Ampliados do PNAFM.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Seção V

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

***Art. 156.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

- I propriedade predial e territorial urbana;
- II transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- III *serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.*
- IV *(Revogado).*

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O imposto previsto no inciso II:

- I não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;
- II compete ao Município da situação do bem.

§ 3º *Em relação ao imposto previsto no inciso III, cabe à lei complementar:*

- I *fixar as suas alíquotas máximas;*
- II *excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.*

§ 4º *(Revogado).*

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

- I o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- II cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;
- III cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
- IV vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

- I três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;
- II -- até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

- a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;
- c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 1999

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

O Senado Federal resolve:

Art 1º É autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida neste artigo destinam-se a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

Art 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – *executor*: Ministério da Fazenda;

IV – valor total: US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos);

V – *prazo*: aproximadamente vinte anos;

VI – carência aproximadamente quatro anos e seis meses:

VII – *juros*: vencíveis semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada semestre determinada pelo custo dos Empréstimos Qualificados tomados pelo Banco durante o semestre anterior, acrescido de margem que o Banco fixará periodicamente, de acordo com sua política de taxa de juros. Após cada semestre, o Banco notificará o mutuário a taxa aplicável para o semestre seguinte:

VIII – *comissão de crédito*: 0,75% a.a. (setenta e cinco por cento ao ano), exigida semestralmente so-

bre o saldo não desembolsado do empréstimo, contada a partir de sessenta dias após a assinatura do Contrato;

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento), do valor da operação indicado no inciso IV:

X – prazo para desembolso: quatro anos, contado a partir de sessenta dias da assinatura do Contrato:

XI – condições de pagamento:

a) do principal: em até trinta e duas prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais vencíveis em 10 de Janeiro e 10 de julho de cada ano, vencendo-se a primeira parcela seis meses após a data prevista para o final do desembolso do empréstimo, cujo prazo é de quatro anos a partir da assinatura do Contrato, e a última, o mais tardar, em 10 de julho de 2019;

b) dos juros: semestralmente vencidos, em 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, o primeiro em 10 de Janeiro de 2000:

c) da comissão de crédito: semestralmente vencível em 10 de Janeiro e 10 de julho de cada ano:

d) dos recursos para inspeção e supervisão geral: desembolsados do valor do financiamento em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais, ingressando em conta do BID independente de solicitação do mutuário.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do Contrato.

Art 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de quinhentos e quarenta dias, contado da data de sua publicação.

Art 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de novembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 78, DE 1998(*)

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

.....
Art. 6º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de

suas respectivas autarquias e fundações observarão simultaneamente os seguintes limites:

.....
§ 3º Entende-se como Receita Líquida Real, para os efeitos desta Resolução, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, observado, ainda, o seguinte:

I – serão excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de anulação de restos a pagar, de alienação de bens, de transferências vinculadas a qualquer título, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participação constitucionais e legais;

II – serão computadas as receitas oriundas do produto de arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinado à concessão de quaisquer favores fiscais ou financeiros, inclusive na forma de empréstimos ou financiamentos, ainda que por meio de fundos, instituições financeiras ou outras entidades controladas pelo Poder Público, concedidas com base no referido imposto e que resulte em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.

.....
Art. 7º O Banco Central do Brasil não encaminhará ao Senado Federal pedido de autorização para a contratação de qualquer operação de crédito de tomador que apresente resultado primário negativo no período de apuração da Receita Líquida Real ou que estejamine implantadas junto a instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil tornará pública a metodologia de cálculo do resultado primário dos órgãos e entidades do setor público abrangidos por esta Resolução.

Art. 8º O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Líquida Real, calculada na forma do § 3º do art. 6º

CAPÍTULO IV **Da Instrução dos Pleitos**

Art. 13. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações encaminharão ao Banco Central do Brasil os pedidos de

autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, instruídos com:

I – pedido do respectivo Chefe do Poder Executivo;

II – autorização específica do órgão legislativo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, para a realização da operação;

III – certidão que comprove a inexistência de operações com as características descritas nos incisos I e II do art. 3º, emitida pelo respectivo Tribunal de Contas;

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O projeto lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

S. Exª dispõe de 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com a decisão tomada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 25 de abril, por unanimidade, que considera que o Presidente Fernando Henrique foi omissos ao não ter encaminhado ao Congresso Nacional o projeto que regulamenta a revisão anual dos servidores públicos, o Congresso Nacional não pode mais adiar a necessária discussão do tema.

A decisão do referido Tribunal responde a uma ação direta de inconstitucionalidade, ação pouco comum no Supremo Tribunal Federal, na qual a decisão já é de mérito, ou seja, não cabe pedido de liminar.

A Emenda Constitucional nº 19 incluiu, no art. 37 da Constituição Federal, o inciso X, que determina seja a remuneração dos servidores fixada por lei específica e assegura uma revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Como o dispositivo não foi cumprido – os servidores públicos estão sem reajuste há cinco anos –, o STF aguarda, agora, que o Chefe do Executivo nacional providencie o envio do projeto ao Legislativo.

Os Ministros tiveram o apoio da Procuradoria Geral da República, que demorou exatamente um ano – março de 2000 a março de 2001 – para emitir seu parecer, mas acabou se posicionando pela procedência da Adin por omissão. A Procuradoria votou para que se desse ciência ao Executivo de que ele

deve adotar as medidas necessárias para a observância do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Como os Ministros do Supremo não estabeleceram prazo para o Planalto enviar projeto de lei ao Congresso Nacional, prevendo o reajuste, nem declararam a partir de que momento estaria caracterizada a omissão, é necessário Sr^{as} e Srs. Senadores, que esta Casa esteja preparada para a retomada de uma discussão que envolve muitos pontos polêmicos.

A principal polêmica girará, certamente, em torno do percentual do reajuste. Alguns partidos já sustentaram que até maio de 98 a perda dos servidores para a inflação foi de 48,54% e, de junho daquele ano até março de 2001, chegaria a 34,54%. Se a omissão for considerada a partir da vigência da reforma administrativa, de junho de 98, o funcionalismo teria direito à reposição de 34,54%.

Os servidores públicos federais, por sua vez, reivindicam um aumento de 75,48%. O percentual pedido é o que repõe as perdas salariais, de janeiro de 1995, quando o Governo concedeu o último reajuste linear, a dezembro de 2000.

É um embate que se anuncia caloroso. A parte do funcionalismo que permanece com os salários congelados totaliza 983.960 dos 1.369.543 funcionários públicos federais. Desde a posse de Fernando Henrique Cardoso, o Governo abandonou a política de conceder ao funcionalismo os reajustes lineares que ocorriam sempre no mês de janeiro. Optou-se por aumentar os salários de algumas categorias, aquelas que são consideradas típicas de Estado, sem equivalência na iniciativa privada: diplomatas, fiscais, policiais e militares entre outros.

Mesmo entre os servidores das carreiras típicas de Estado, porém, é difícil encontrar quem esteja contente. Em primeiro lugar, porque os aumentos ainda não chegaram para todo mundo. Vários dos que receberam aumento também estão descontentes. É que os percentuais raramente são generosos. Em muitos casos, não atingem sequer a inflação do período.

Todo o gasto da União com pessoal aumentou 53,71%, entre 95, o primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, e o ano passado. É pouco mais do que a inflação do período, de 50,8%. E nem tudo isso é aumento de salário: os gastos elevaram-se também por conta da contratação de pessoal e de novas aposentadorias. Assim, na média, a massa salarial do pessoal da ativa diminuiu.

Pasmem, Sr^{as} e Sr^s Senadores! Há casos até mesmo de redução de salário, entre os auditores da Receita Federal, por exemplo. O Governo estabele-

ceu novos critérios de remuneração, em que um terço do salário depende do rendimento. Nessa parcela variável, 60% do ganho depende do rendimento coletivo: se o trabalho da equipe ficar dentro do esperado, todos ganham. Os outros 40% dependem da avaliação que o chefe faz de cada funcionário, levando em conta critérios como iniciativa, criatividade e envolvimento com a instituição. Quem consegue o rendimento máximo dessa gratificação variável recebe salário 12,43% superior ao que recebia em 1994. Muitos ficam aquém do que recebiam antes.

Outro fator complicador se verifica na discrepância de critérios entre os Poderes. O aumento das despesas de pessoal do Judiciário entre 1995 e 2000 ficou em 151,22%, bem mais que a média da administração federal no período, de 53,71%.

Parte dos funcionários da Justiça conseguiu super-salários graças a uma interpretação legal. Em 1998, o Governo cancelou, por meio de medida provisória, o direito dos funcionários de incorporar ao salário as gratificações por exercício de cargo de confiança. Quem já ocupava esses cargos, porém, teve o direito de incorporar a gratificação ao salário de forma definitiva. Alguns funcionários passaram a receber a gratificação duas vezes: incorporada ao salário e de maneira provisória, enquanto ocuparem o cargo em que estão.

Isso sem falar na excrescência que o Judiciário trouxe à tona, o auxílio-moradia, para impedir uma greve dos juízes federais, espécie de tapa-buraco que permitiu a acomodação dos juízes e o adiamento, por algum tempo, da definição do teto salarial.

Como se vê, Sr^{as} e Sr^s Senadores, a negociação que se anuncia é complicada, mas isso não nos exime de iniciá-la o quanto antes, até como forma de pressionar o Executivo a encaminhar sua proposta, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nossos servidores passam por uma fase de descrença, pessimismo e inconformidade. A eles têm sido imputadas, injustamente, a responsabilidade total pelos desmandos de algumas instituições públicas, que, na verdade, são perpetrados, na maioria das vezes, por ocupantes transitórios de cargos políticos.

Os verdadeiros servidores públicos são pessoas que têm aptidão para o serviço público e que nele ingressaram mediante concursos públicos, muitas vezes extremamente concorridos e disputados. São justamente os que sustentam a administração, permitindo ao Governo desenvolver sua política econômica e social. Sem eles, o Governo não existiria.

Aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, faço uma observação a respeito dos funcionários federais dos ex-territórios, pois com põem um quadro em extinção, no qual ninguém mais ingressa, e sai somente por morte ou aposentadoria. Por essa razão, tais funcionários têm sido sistematicamente penalizados, perdendo determinadas vantagens que possuíam. No caso das Polícias Militares dos ex-territórios, por exemplo, são funcionários da União enquanto permanecerem na ativa e também ao aposentar, mas perdem gratificações antes incorporadas a seus salários em equivalência com a Polícia do Distrito Federal e com soldos do Exército.

Participamos dessa luta há algum tempo. Se os funcionários federais, de um modo geral, são prejudicados, os funcionários dos ex-territórios federais mais ainda, por que não só não estão tendo o aumento como estão perdendo vantagens e direitos já adquiridos.

É chegado, portanto, Sr^{as} e Sr^s Senadores, o momento de se conceder algum tipo de estímulo a essa categoria. É preciso encontrar um consenso quanto ao percentual a ser reajustado.

Ao reabrirmos as discussões, estamos cumprindo nossa obrigação de buscar algo de interesse de todo o funcionalismo público, evitando a redução de concessões arbitrárias e impedindo a perpetuação de uma situação comprovadamente injusta, geradora de desigualdades e favorecimentos.

Uma vez que temos ouvido do Executivo que o Congresso é que vai ter que encontrar, agora na votação do Orçamento, a fonte de financiamento do aumento ao funcionalismo público, esse realmente passa a ser um desafio prazeroso para o Congresso: encontrar, dentro do Orçamento, as fontes capazes de financiar esse aumento. Reitero que, já que não se encontra uma solução técnica dentro dos Ministérios a que está afeto o problema, devemos, portanto, na votação do Orçamento, procurar discutir de comum acordo com o Poder Executivo, se possível, a fim de encontrarmos uma solução, como o fizemos em relação ao salário mínimo, que propicie o aumento dos servidores públicos federais, que estão realmente a merecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por cessão do Senador Francelino Pereira.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a terá 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Sr^s Senadores, os servidores federais anunciam para o dia 22 uma paralisação de advertência ao Governo pelo fato de, mais uma vez, a proposta orçamentária para 2002 não incluir o reajuste dos seus vencimentos.

Essa omissão do Governo agora é agravada porque implica descumprimento a uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que determinou o cumprimento do art. 37, X, da Constituição, que foi objeto de acórdão da Suprema Corte do País.

Sr. Presidente, modéstia a parte, tive papel relevante na aceleração dessa decisão do Supremo Tribunal Federal. O histórico dessa decisão é o seguinte: a Constituição vigente estabelecia, até 1998, a obrigatoriedade da revisão dos vencimentos dos servidores públicos ativos e inativos, no entanto, não fixava períodos. Partidos políticos e associações de classe foram ao Supremo, que, em decisão tomada por maioria, decidiu que, não havendo períodos fixados, o Executivo não estava obrigado a cumprir. Em 1998, no entanto, no bojo da reforma administrativa, uma emenda à Constituição estabeleceu que essa revisão geral de vencimentos e proventos teria de ser anual. Assim, o período ficou realmente estabelecido.

Em 1999, um ano depois, como o Governo, na proposta orçamentária para o ano 2000, não incluía a revisão, o meu Partido, o PDT, e o PT ingressaram no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão para fazer com que o Executivo Federal cumprisse esse dispositivo constitucional. Em fevereiro deste ano, como não houvesse nenhuma decisão do Supremo, eu, sozinho, tomei a iniciativa de procurar o Relator Ministro Ilmar Galvão a quem fiz um apelo para que apressasse o julgamento da matéria, cujo teor interessava a todo o universo de servidores federais, estaduais e municipais. O Ministro Ilmar Galvão me revelou então que o processo estava desde novembro de 1999 nas mãos do Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, para emitir parecer. Fazia, portanto, 1 ano e 3 meses que o processo se encontrava na Procuradoria Geral da República. Saí do Supremo Tribunal Federal para o gabinete do Dr. Geraldo Brindeiro e lhe solicitei que emitisse o parecer. S. Ex^a prometeu-me fazê-lo em dez dias e cumpriu a palavra: o parecer foi emitido 8 dias depois. O Ministro Ilmar Galvão me havia dito que, tão logo recebesse o parecer da Procuradoria, proferiria seu voto no prazo de 30 dias. O Ministro, igualmente, cumpriu a palavra: menos de um mês depois, prolatou seu voto favorável. O Supremo Tribunal Federal julgou a matéria e, por unanimidade, acolheu

a ação, decidindo que o Executivo está obrigado a cumprir aquele dispositivo constitucional. Havia, no entanto, Sr.^{as} e Srs. Senadores, o perigo de o acórdão levar 1, 2 ou mais anos para ser publicado. Existem exemplos de acórdãos que levaram 4 anos para ser publicados tamanha a plethora de processos no Supremo Tribunal Federal. Mais uma vez, voltei àquela Corte e tive uma audiência com o Ministro Marco Aurélio de Mello, que me disse falta reme apenas esclarecimentos dos votos dos Ministros Nelson Jobim e Ellen Gracie, aos quais pediria que se apressassem. Assim, S. Ex^a, o Ministro Marco Aurélio, publicaria o acórdão logo em seguida. Realmente, 10 ou 15 dias depois do meu encontro com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o acórdão foi publicado. Foi um tempo talvez recorde, Sr. Presidente: junho deste ano, dois meses depois do julgamento.

Agora, os Executivos federal, estadual e municipal – inicialmente apenas o Executivo federal, e depois por ações correspondentes também o estadual e o municipal – estão obrigados a fazer cumprir a Constituição. É um problema, porque o País possui superávit primário, mas déficit nominal. Os recursos terão que vir de algum lugar. O Governo já disse que entrega a batata quente ao Congresso. Não podemos, evidentemente, agir irresponsavelmente e fazer aumentar o buraco das contas públicas para atender ao funcionalismo. No entanto, este precisa ser atendido. É uma questão de Justiça, porque dois terços dos servidores públicos federais estão sem reajuste há 7 anos. Apenas algumas categorias como militares, professores universitários e o grupo Fisco tiveram reajuste e recuperaram total ou parcialmente seu poder aquisitivo. A grande maioria está realmente caminhando para a miséria. O funcionalismo público federal não aguenta mais esse arrocho salarial. E como não vamos cometer a irresponsabilidade de desequilibrar o Orçamento federal, temos que tirar de algum lugar; cortar investimentos, reduzir talvez o superávit primário, não sei, mas algum reajuste há de ser concedido aos servidores em geral; primeiro, porque é justo, e segundo, porque se trata de um imperativo constitucional e de uma decisão da mais alta Corte do País e, como disse o Ministro Marco Aurélio, não pode ser uma decisão inócua, tem que ter consequência. Os dois Poderes, o Executivo e o Legislativo, não podem fingir que não existe um mandamento constitucional, por um lado e, por outro, uma decisão do Poder Judiciário a que temos de obedecer.

De forma, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, que ao dar depoimento da minha participação nesse episódio quero unir a minha voz à de outros Senado-

res – Senador Mozarildo Cavalcanti, há pouco eu estava distraído mas percebi que V. Ex^a abordava o mesmo assunto. Quero unir-me a S. Ex^a e a outros Senadores que já se pronunciaram para que a Comissão Geral de Orçamento e, de pois, o Plenário do Congresso Nacional procurem uma solução para esse problema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, tomo conhecimento do propósito da Banca de Oposição de convocar o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central para trazerem ao Senado esclarecimentos mais abrangentes sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Por antecipação, apóio esse propósito. É importante para a Nação e o Senado Federal que tenhamos conhecimento muito detalhado do acordo.

Sempre tenho afirmado – às vezes até imprópria-mente – que uma nação procura o Fundo Monetário Internacional quando sua economia está necessitando de conselhos e apoio. É como uma consultoria: quem está doente procura um médico; e se a economia está em dificuldades, a nação procura o Fundo – área competente para tratar de problemas de economias em dificuldades.

O endividamento de certas nações está enorme, as dificuldades para o cumprimento das obrigações de juros são extremamente elevadas, as nações mais pobres da África e algumas do Oriente Médio já estão recebendo perdão das nações credoras. Quanto a países como o Brasil, a Argentina, a Turquia, a Rússia e outros, tenho a impressão de que, dentro de alguns anos, haverá um acordo internacional no sentido da redução coletiva dessas obrigações, porque esses países devem ressão muito importantes para o mundo, e principalmente para os capitalistas, por assegurarem rendimento à aplicação de recursos deles.

Apóio integralmente o desempenho do Ministro Pedro Malan no Ministério da Fazenda. Considero S. Ex^a uma peça muito importante para a recuperação da economia nacional. Ouço todo dia cobrança ao Governo para que aplique mais recursos em determinadas áreas e pergunto: recursos oriundos de onde? Penso que temos de economizar mais ainda. O Poder Público brasileiro, em todos os níveis, Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os escalões, necessita

fazer um esforço enorme no sentido de aprimorar a Administração Pública. A família brasileira teve competência para reduzir o consumo de energia elétrica, o que foi motivo de orgulho para todos nós, pois a população, desde os mais humildes até os mais ricos, entendeu a gravidade do problema. Tenho dito à minha família e às pessoas com quem convivo que precisamos fazer essa economia permanentemente, pois ela exige um esforço que todos temos competência para tolerar. Por que não desenvolver a economia em todos os setores da vida brasileira, começando no Congresso? Temos de reduzir gastos em todas as áreas. Esse é o meu pensamento.

Felicito a Bancada de Oposição por convocar o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, para discutir com o Senado Federal as cláusulas do acordo assinado e as medidas nele previstas. Talvez tenhamos uma idéia promissora para oferecer ao Executivo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lúdio Coelho, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante o longo período de visita a diversas comunidades do meu Estado, tive a oportunidade de conviver com as diferentes realidades a que estão submetidas as populações da Amazônia. Alegram-me muito os resultados que estamos obtendo no que concerne à política de diversificação da economia extrativista.

Foi realizada uma conferência estadual, que refletiu sobre a realidade da economia extrativista e florestal do meu Estado. Dessa conferência, participaram também observadores do Estado do Amazonas, que ali compareceram para, à luz da experiência do Acre, implementar a Lei Chico Mendes, que será aprovada também no Estado do Amazonas – se Deus quiser. Essa lei cria subsídio para a borracha, a fim de oferecer a esse produto, que ainda alavanca a economia extrativista, preço capaz de viabilizar a economia das famílias – e são mais de cem mil na Amazônia – que vivem do extrativismo da borracha e das casta-

nas, assim como da quebra do babaçu ou da pesca artesanal.

No meu Estado, com alegria, observamos que a diversificação da economia extrativista está possibilitando à família retorno econômico e social além das expectativas estabelecidas. Durante mais de trinta anos essa economia ficou completamente abandonada. Há dois anos o governo passou a preocupar-se com a floresta. Em virtude disso e da luta dos seringueiros, que ao longo dos anos resistiram para que a sua atividade não desaparecesse, hoje vemos que mais de três mil famílias já retornaram à atividade extrativista. Esse é um movimento ímpar em nosso País, onde a tendência tem sido as pessoas saírem do campo para a cidade; no caso do Acre observamos um movimento inverso: as pessoas estão saindo da periferia das cidades para ocupar inúmeros postos dentro das reservas extrativistas, particularmente na reserva Chico Mendes.

As avaliações feitas registram aspectos positivos, como o aumento do preço da borracha que, em 1995 era de R\$ 0,30; hoje mesmo nos lugares onde existem associações, usinas de beneficiamento de borracha e cooperativas, que oferecem mercadoria a um preço menor, o preço do quilo da borracha oscila entre R\$1,20 e R\$1,30. Isso tem melhorado a condição de vida dessas famílias, porque antes, além de o quilo da borracha custar trinta ou, no máximo, cinqüentacentavos, o preço das mercadorias era estarrecedor. Aquelas populações eram muito exploradas.

Além desse ganho no preço da borracha e da redução do custo das mercadorias, existe hoje a presença do Estado, que dá a essas populações assistência à saúde e à educação, bem como meios para o escoamento da sua produção. Além disso tem havido algumas campanhas importantes, como o Projeto Cidadão, que leva a essas comunidades benefícios na área de saúde e, principalmente, na de documentação.

Durante essa conferência, também foi avaliada a ação propriamente dita do Governo estadual e do Governo Federal. Devemos dizer, até por uma questão de justiça, que, embora a política ambiental do Governo Federal e a de desenvolvimento sustentado para a Amazônia tenham sido incipientes e pulverizadas, em alguns aspectos foram positivas. Foi aprovado, graças, diga-se de passagem – é bom que se registre isso –, ao esforço e à luta do Conselho Nacional de Seringueiros e, de modo geral, ao Movimento dos Extrativistas da Amazônia, dos seringueiros, dos quebradores de coco, das babaqueiras, dos pescadores, pessoas que lidam com artefatos feitos com cipós e

outras atividades extrativistas. Graças a essa presença, algumas conquistas foram realizadas junto ao Governo Federal, como, por exemplo, o subsídio federal para a borracha, o Programa Amazônia Solidária e o crédito especial para os extrativistas, o Prodex, que tem beneficiado milhares de famílias. Essa conquista se deu graças a uma ampla mobilização de centenas de extrativistas, durante os anos de 1995 e 1996, que vieram a Brasília e conseguiram audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião, tive a oportunidade de ser a mediadora, com a presença de figuras importantes como o Padre Paulino Baldassari e de Dom Moacir.

Abro um parêntese para dizer que Dom Moacir sofreu um acidente no Estado de Rondônia, mas, graças a Deus, já se encontra fora de perigo, recuperando-se, ainda que com muito sofrimento. Se Deus quiser, o Bispo voltará são e salvo, para a alegria das populações da Amazônia, que tanto precisam do seu apoio e da sua vibrante capacidade de levar aos que não têm, não podem e não sabem algum fio de esperança, tanto do ponto de vista social quanto da sua organização política.

Graças à participação das pessoas nesse movimento, obtivemos essas conquistas. Também fico feliz de ter feito parte desse esforço, desde que cheguei aqui, em 1995, trabalhando em várias das propostas, dia e noite, tentando sensibilizar autoridades da esfera econômica, que não conseguiam compreender a importância dessas atividades, considerando-as como sobrevivência de uma economia do passado que persiste no momento presente, embora este momento exija a substituição desse antigo modelo pelo que julgam ser o mais moderno e mais adequado. No entanto, da reflexão que fazemos, é possível compatibilizar as atividades produtivas tradicionais do extrativismo da borracha, da castanha, da coleta do óleo da andiroba e da copaíba, dos cipós, que servem para o trabalho de móveis artesanais e de tantas outras atividades extrativistas com uma outra forma de produção, que vai desde o manejo sustentável de madeira para a certificação, visando abastecer o mercado qualificado, que exige que a exploração madeireira já não mais ocorra nos antigos moldes da exploração predatória. É fundamental uma atividade pecuária que não seja extensiva, uma atividade agrícola que não seja puramente a de derrubar florestas para fazer queimadas, visando o plantio de lavoura branca. É possível uma pecuária que faça manejo de pastagem e uma agricultura perene, que não esteja o

tempo todo necessitando de mais derrubadas e mais queimadas.

Existe espaço para uma economia agroflorestal na Amazônia. É isso que o Acre está querendo mostrar na prática para a Amazônia e para o Brasil. É isso que estamos buscando viabilizar a partir da realização do zoneamento ecológico econômico.

Reconhecemos que esse é um caminho difícil, mas que vale a pena ser trilhado, pois sabemos que seu resultado será duradouro e sustentável, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, social, cultural, político e ético.

É lamentável dizer que, por determinados projetos e práticas econômicas, poderemos sacrificar os recursos de um milênio em apenas dez anos e, ainda mais, que a utilização predatória desses recursos de forma centralizada, sem diversificação e sem distribuição, irá beneficiar por pouco tempo uma meia dúzia, em detrimento daqueles que precisarão desses recursos naturais oferecidos pela nossa floresta ao longo de toda a existência.

Sr. Presidente, retorno às minhas atividades nutrida pelas esperanças acalentadas, pelos sonhos transformados em realidade a partir de propostas concretas e, também, pelas críticas feitas àquilo que ainda não está dando certo. Sinto-me altamente nutrida quando observo que as pessoas, de forma autônoma e consciente, estabelecem uma relação de autonomia com o Governo, dizendo aquilo que é positivo e negativo, até mesmo reconhecendo seus próprios erros.

Por sugestão minha, apresentei ao Ministério do Meio Ambiente uma proposta de avaliação e acompanhamento dos programas que hoje estão voltados para o extrativismo, como é o caso do Prodex e do Programa Amazônia Solidária. Não queremos programas que não sejam avaliados, até para que os erros sejam corrigidos. Esperamos que esse segmento tão importante da nossa economia extrativista possa, à luz desses ensinamentos, modificar rumos, persistindo na idéia de que a Amazônia precisa de um projeto que diversifique a sua economia, com espaço para os diversos segmentos. Necessariamente, esses segmentos devem estar subordinados a um modelo de sustentabilidade, que não poderá deixar de ser uma sustentabilidade econômica, social, cultural, política, ambiental e, acima de tudo, ética. Se não pensarmos a Amazônia como um espaço de desenvolvimento econômico e social, onde a equidade social deva estar presente, todo o nosso esforço terá sido em vão.

Acredito que a luta dos seringueiros e dos índios da Amazônia tem contribuído para dar esse grito em

busca da equidade e da justiça social, e, sobretudo, da sustentabilidade ambiental e cultural.

Fiquei bastante feliz ao saber que, no meu Estado, já existem pessoas da iniciativa privada que estão apostando nesse modelo, fazendo com que suas atividades econômicas objetivem a sustentabilidade, buscando ocupar espaços no mercado, tanto dentro do País como fora dele, para constituirmos um exemplo de uma economia não predatória, que não pensa apenas no imediato. A partir de uma visão estratégica, futurista, podemos estabelecer novas bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Isso é sobremaneira animador.

O meu pequeno Estado do Acre tem-se constituído nesse pequeno espaço, apesar das dificuldades e dos desafios que, sabemos, precisam ser enfrentados, no que concerne à infra-estrutura – construção de estradas, com critérios de sustentabilidade, com respeito às populações tradicionais, que precisam ser feitas para que a economia se desenvolva; luta em defesa de um modelo que aporte também na gestão sustentável dos investimentos; gestores altamente qualificados, buscando a competitividade, para que a nossa economia não fique eternamente na dependência de modelos externos à nossa realidade.

Temos também o desafio de fazer com que aquele pequeno Estado da Amazônia honre o conteúdo histórico da sua luta em defesa da nossa floresta e, ao mesmo tempo, honre a simbologia do que representa, em termos da resistência daqueles que adquiriram uma consciência ambiental, baseada numa relação estabelecida com a floresta, e não meramente em teorias, que, muito embora sejam importantes, precisam ser testadas na prática.

A luta social dos povos do Estado do Acre constituiu um movimento que, a partir da realidade local, econômica e social, das suas próprias mazelas, foi capaz de apresentar alternativas, não ficou apenas na crítica, no registro ou no diagnóstico, mas, acima de tudo, partiu de propósitos que considero grandiosos e, em cima deles, estabeleceu alternativas, como é o caso das reservas extrativistas e de boa parte das políticas que estão sendo implementadas na Amazônia para beneficiar os que nunca haviam sido lembrados por nenhuma política de governo, quer no plano estadual, quer no plano federal, porque as políticas eram sempre voltadas para os patrões, à época os seringalistas.

Hoje, a partir dos próprios extrativistas, temos uma série de propostas, como é o caso das que já mencionei: a idéia das reservas extrativistas, dos pro-

jetos de assentamento extrativistas, de uma lei federal subsidiando a atividade de extração e produção da borracha e de uma linha de crédito especial para os extrativistas que, em mais de cem anos de atividade, muito embora tenham propiciado cerca de 40% das exportações do nosso País, nunca tiveram a oportunidade de entrar em um Banco para terem acesso a um crédito de qualquer natureza.

Mas, agora, graças a Deus, com a ajuda do movimento social organizado, com o meu trabalho aqui com a ajuda de outros parceiros, também sensíveis a esta causa, mesmo não sendo da Amazônia, nós conseguimos essa linha de crédito com o apoio, na época, do Prefeito Jorge Viana, que hoje é Governador, do Governador João Alberto Capiberibe e do Secretário de Planejamento de Rondônia à época do Governador Valdir Raupp.

Faço este registro por entender que as grandes idéias, os grandes projetos, aquilo que realmente tem consistência nunca pode ser crédito de uma única pessoa ou segmento. É sempre obra de muitas mãos. Sempre digo que somos anjos com uma só asa e somente conseguimos voar quando estamos abraçados.

A luta em defesa de um modelo sustentável para a Amazônia jamais poderá ser fruto da ação de um grupo ou de uma pessoa; terá necessariamente que ser a luta dos homens e mulheres de bem que compreendem que esse espaço não pode ser utilizado de forma predatória e irresponsável, mas que, acima de tudo, seja utilizado da forma como merece, ou seja, por representar a maior megadiversidade do planeta com 22% das espécies vivas do mundo, 20% da água doce disponível no mundo e por ter uma biodiversidade avaliada em quatro trilhões de reais, ou seja, uma riqueza imensurável.

No meu Estado, várias comunidades continuam lutando e persistindo, reconhecendo os erros da trajetória da luta, mas que, acima de tudo, continuam com a disposição acertar. Com alegria, observo que esse não é mais um discurso de minoria, mas da maioria. Pelo menos no discurso. Em uma revista de uma companhia aérea vi um anúncio que dizia que mais de 90% da área do Estado do Amazonas está preservada e que o Estado aposta num modelo de sustentabilidade.

Lembro-me de que, há doze ou treze anos, quando Chico Mendes ainda era vivo, a maior crítica à sua figura vinha exatamente de alguns setores conservadores do Estado do Amazonas, como se ele estivesse na contramão da história. Anos se passaram,

e hoje vejo que o discurso do Chico Mendes, de doze, treze anos atrás, foi assimilado até mesmo por aqueles que defendiam o tacionamento da motosserra. As grandes idéias não ficam privatizadas para um pequeno grupo ou uma pessoa, elas são expandidas, projetadas no inconsciente coletivo da sociedade, da humanidade, alcançando até aquelas cabeças mais resistentes. Com alegria, observo que estamos conseguindo essa preservação, essa projeção, essa sustentabilidade para uma Amazônia que é simbolicamente amada, desejada. Vislumbramos a sua preservação, não apenas simbolicamente. Também no seu conteúdo e na sua forma, a Amazônia exige essa preservação, que hoje estamos conseguindo. Mais palavras do que ações, mas algumas ações estão se concretizando, ainda que pulverizadas e incipientes.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de saudar a Senadora Marina Silva pelo pronunciamento e dizer da nossa constante alegria por vê-la, juntamente com todos os companheiros do Acre, num esforço gigantesco para viabilizar políticas públicas e sociais e investimentos na perspectiva de garantir o desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, amanhã, respaldando uma reivindicação de todos os Senadores da Oposição – espero que não só os da Oposição –, apresentaremos requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, que também será apresentado no plenário do Senado, no sentido de que possamos debater, no Congresso Nacional e no Senado Federal, o novo acordo firmado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

Sei que o debate não é novo na Casa, talvez tenha sido mais agigantado no final de 1998, início de 1999. Lembro-me, com muita clareza, embora ainda não fosse membro do Congresso Nacional, de uma questão de ordem levantada pelo Deputado Federal José Dirceu, Presidente do meu Partido, referente ao art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que trata da necessidade de pronunciamento do Congresso Nacional, e não apenas do Senado Federal, de acordos que tenham atos que acarretem em cargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. O Dr. Raimundo Carreiro inclusive nos forneceu a conclusão oferecida à então Presidência da Casa, relacionada a uma consulta feita à Consultoria, na qual não se esta-

belecia como necessária a reivindicação ao art. 49, visto que o Brasil já se apresenta como membro efetivo do Fundo Monetário Internacional. O próprio Ministro Malan, em todos os acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional ou em qualquer outra operação de crédito, sempre fez questão de dizer que apenas poderá informar à Comissão de Assuntos Econômicos, nem oficialmente à Presidência da Casa. Do mesmo jeito, acaba sobrando para o Senado, porque o art. 52, inciso V, estabelece como competência privativa do Senado a autorização dessas operações de crédito. Acabam sendo discutidas no Senado simplesmente as conseqüências, os passos seguintes relacionados ao acordo com o FMI.

É de fundamental importância que esta Casa faça o debate, porque é no mínimo irritante que o Congresso simplesmente aceite a demagogia, a mentira, a propaganda enganosa do Governo Federal, que insiste em se comunicar com a opinião pública apresentando o FMI como se fosse uma instituição filantrópica, o que é uma mentira. O Fundo Monetário Internacional não é uma instituição filantrópica, é uma instituição financeira que age de forma unilateral para preservar única e exclusivamente os interesses dos credores internacionais. Ou seja, com a confusão da crise da Argentina, portanto, com a possibilidade da nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o planeta Terra, há o chamado capital especulativo, aqueles parasitas que não fazem nada, não colocam um tijolo, não geram emprego, não dinamizam a economia local, não geram renda, não se submetem, como os parques produtivos nacionais ou os milhões de trabalhadores que ficam à mercê dessa ciranda financeira imposta pela política econômica. Essa é a turma que não bota um prego sem estopa. É a nuvem financeira de capital volátil que paira sobre o Planeta Terra e parasita nações inteiras. E é para essa turma que o Governo Federal, mais uma vez, insiste e faz um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional. Mentira, quando apresenta o FMI como instituição financeira. Não é! É mentira!

Portanto, é de fundamental importância que os Ministros Malan e Martus Tavares estejam aqui, porque, quando o Governo Federal vai à opinião pública e tem a ousadia de dizer que vêm 15 bilhões para o Brasil, é mentira! Conversa mais feia! Deviam envergonhar-se por mentir tanto perante o Brasil. Mentira! Não há 15 bilhões coisíssima nenhuma. De setembro de 2001 até o final do ano que vem, vão ser disponibilizados o que hoje são 2 bilhões e que não podem sequer ser transformados em moeda corrente, o que

significadólarpreservadoemcaixa parapagaros agi-
otas internacionais. E, jun to com isso, há co i sa pior: o
"Lexotan" para acalmar a histeria do mercado, e o
choque elétrico no povo brasileiro, que é calmo. Men-
tem, dizendo que vêm 15 bilhões – porque não vêm –
e isso não significa recurso novo para investir na saú-
de, na educação, na segurança pública. Mentira! Não
tem recurso nenhum. Junto com isso, o FMI impõe al-
gumas coisas: mais cortes no Orçamento para a po-
pulação brasileira. Até agora, eles já cortaram mais
de 18 bilhões. Como? Da forma mais cruel, cínica e
dissimulada: não executaram o Orçamento. Então, já
estão cortando.

Cortaram 18 bilhões até agora, por que não exe-
cu ta ram o que dis se ram ao Bra sil e ao Congres so Na-
cional que iriam fazer. Não executaram, e ainda as-
sim, com o novo acordo, há mais coisas a fazer: ele-
va-se a arrecadação por meio de impostos e taxas,
sobrecarregando o setor produtivo, aquele que se
sub mete à ló gi ca do mer ca do, às re gras da com pe ti ti-
vidade, à oscilação da política econômica ou à histe-
riado capitalespeculativo. E o Governo não tem cora-
gem de fazer a reforma tributária e tem a ousadia de
dizer que irá fazê-lo com os penduricalhos encami-
nhados ao Congresso.

O Governotemquecontingenciarrecursospara
investimentos em infra-estrutura, ou seja: em rodovi-
as, ferrovias, no setor elétrico – e neste setor vive mos
uma crise gigantesca –, no abastecimento d'água e
em obras de irrigação no Nordeste. Tudo isso vai ser
cortado. Tem que contingenciar recursos para custe-
io, salário, equipamentos, pesquisas, ciência e tecno-
logia. Tem que contingenciar, ou seja, vai cortar, rou-
bar dinheiro da educação, da saúde, da habitação...
Tem que continuar incentivando a alienação de bens
da União, como sempre fizeram, com privatizações e
concessões. Este Governo não tem autoridade moral
para falar em privatização, mas continua falando em
dar continuidade à privatização das hidrelétricas.
Quer acelerar a discussão sobre a privatização das
companhias de abastecimento e saneamento etc.

Então, Sr. Presidente, é inadmissível a calmaria
no Senado. É inadmissível a calmaria no Congresso
Nacional, diante de uma mentira! Sei que o Governo
Federal mente muito e que já deveríamos estar acos-
tumados com isso. Mentem tanto que já virou contu-
mácia. Mentem, ludibriam, manipulam informações.
Eles precisam ir, Senador Lauro Campos, à opinião
pública fazer a propaganda enganosa de que chega-
ram 15 bilhões ao Brasil. Não façam isso, porque o
povo brasileiro já é tão sofrido, vive tanta dor, tanta mi-

séria! Quando ouve falar de 15 bilhões, o pobre coita-
do que está morrendo de fome, de sede, que mora na
favela até se alegra um pouco, achando que sobrarão
dinheiro para a saúde, para a educação, para a segu-
rança pública, para a habitação... Mentira!

O Governo Federal, que é mentiroso, precisa ao
me nos vir ao ple ná rio da Casa e ex pli car tudo o que
será feito. E espero que, mais uma vez, o Senado, o
Congresso Nacional, não se submetam à posição de
anexoarquitetônico do Palá cio do Pla nal to. É uma co-
isa impressionante: é tanta pose nossa, é tanta pose
do Congresso Nacional... É muita pose! É uma belís-
sima estrutura arquitetônica, enquanto a vida do País
é discutida num acordo como esse. São as políticas
sociais, as políticas públicas, os setores produtivos, o
parque produtivo nacional, os postos de trabalho...
enfim, a vida do País está sendo discutida nesse mo-
mento.

Por isso, espero que, mais uma vez, não assu-
mamos a sín dro me do anexo arquite tônico do Palá cio
do Planalto e possibilitemos a vinda do Governo ao
plenário ou na Comissão de Assuntos Econômicos,
garantindo-se a participação de todos os Senadores.
Que possamos discutir a propaganda enganosa do
Governo Federal, relacionada a mais um acordo do
Fundo Monetário Internacional.

O Sr. Lauro Campos (Sem Partido - DF) – V.
Exª me concede um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT - AL) –
Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Exª, Se-
nador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Sem Partido - DF) – Se-
nadora Heloísa Helena, para falar a verdade, estava
com saudades de apartear seus brilhantes pronuncia-
men tos. V. Exª dis cursa para acor dar uma par te des-
ta Casa que continua a dormir em berço esplêndido,
como bem salientou, enquanto lá fora a noite é fria,
perigosa, tenebrosa e ameaçadora. A América Latina
está em uma situação pré-revolucionária e, no entan-
to, continuamos a dormir neste Senado. Nas raras ex-
ce ções em que se fala, comenta-se "o mundo da lua"
ou outros assuntos completamente fora do alcance
dos mortais brasileiros, dos penitentes brasileiros.
Quando comecei a escutar o discurso de V. Exª, não
sabia se o assunto era o Brasil, a Argentina ou outro
"paiseco" qualquer da América Latina. Os neó fitos, os
neoliberais, os "neonadas" estão por aí – e ainda di-
zem que não são. Não têm coragem de falar, de colo-
car uma tabuleta em seus descaminhos. Pois bem, V.
Exª tem toda a razão: um País dominado, de joelhos,
como é o Brasil, fez inscrever na sua Carta Magna,

art. 166, § 3º, inciso III, letra b, que nós, Deputados e Senadores, não podemos apresentar nenhum projeto, nenhuma medida ao Orçamento. E o povo acredita que nós fazemos o Orçamento. Um Orçamento que já vem feito, um Orçamento no qual não podemos influenciar em nada de significativo, até mesmo porque o artigo que citei afirma que não podemos apresentar emenda que implique redução das nossas disponibilidades para o pagamento da dívida. A prioridade primeira deste País – envergonhada, mas primeira –, não é educação, não é saúde, não é social. Está escrito na Constituição: a prioridade é o pagamento da dívida externa. E nós não podemos alterar esse dispositivo, não podemos atingir o tal do superávit primário. Então, precisamos arrecadar mais, como arrecadamos agora mais de 30 bilhões e deixar de reserva para quando "o seu lobo" chegar. E ele chega sempre, todos os dias. O lobo é o FMI, que concentra todos os poderes e interesses da dominação imperialista internacional. Não podemos fazer nada. Ficamos ali brincando, trocando seis por meia dúzia. Apresentamos projetos para fingir, nos municípios, que conseguimos verba. Conseguimos coisa alguma! Tiramos da saúde e aplicamos na educação. Tiramos da educação e aplicamos nas estradas, e assim por diante, mas não podemos tocar na parte do lobo, do FMI. Há superávit, excesso da arrecadação, que não pode ser empregado em nada porque tem que ficar de reserva para que o FMI coma à vontade e se farte. Depois, vamos fazer outro superávit para matar a fome do ano que vem. Assim estamos fazendo desde o princípio. Realmente é o momento de aproveitarmos essa rebelião. E quem foi o responsável por isso na Argentina? Foi o Sr. Cavallo, o comandante que montou no cavalo de Átila, destruiu a Argentina, desempregou o povo argentino e quer, tal como aqui, tirar um milhão. Agora, teremos US\$15 bilhões de empréstimos para pagar no futuro, mas, por enquanto, só vieram US\$4,6 bilhões. O resto virá se ficarmos bonzinhos, confiáveis e aplaudirmos. Então, se isso acontecer, o Brasil terá US\$15 bilhões. A Argentina já foi esfaqueada desde 1991 por um plano igualzinho a esse, só que lá incluíram na Constituição a taxa de câmbio. Então, houve algum português – desculpe Portugal, sou de ascendência portuguesa, mas por assim dizer – para fazer um absurdo desses, incluir taxa de câmbio, que deve oscilar, que deve ser flexível, na Constituição. Na hora em que o Governo for mexer na taxa de câmbio, todo mundo fica sabendo, e não haverá nenhum "burro de cachola" que não entenda que ele tem que mudar de posição! É lógico! Desculpe a extensão do aparte, sou o próximo orador, cederei parte do meu

tempo a V. Exª, já estou fazendo meu discurso antecipadamente, porque há muito a dizer. Por exemplo, apresenta rei agora mais um projeto. Não valerá nada, como esse do Art. 166, que eu quis apresentar, mas tem que contar com 27 assinaturas. Então, apenas fala rei nele, para registrar, para os meus netos saberem que não fui enganado, que eu sabia o que estava acontecendo e que a Constituição assegurava o assalto deles sobre o Brasil. É um assalto constitucionalizado! Esse pessoal de dupla nacionalidade, esses "Cacciola", roubam aqui e fogem para lá, onde têm outra nacionalidade e não podem ser extraditados, esse "Fraga" esses herduais, de dupla nacionalidade. Eles não erraram conosco, estão acertando para outra pátria amada, que tem um lugar para eles no futuro. Na hora em que a situação apertar aqui, como no caso do Salvatore Cacciola e tantos outros, serão amigos do George Soros. Tenho um projeto para restringir a dupla nacionalidade: roubar aqui e correr impune para lá. Isso não é possível, vamos continuar sendo bobos até quando? Agradeço pelo aparte e peço desculpas pela delonga. Há mais de vinte dias eu não falava e não agüentei a pulsão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Exª, meu querido companheiro, Senador Lauro Campos, que tem sido sempre um verdadeiro guerreiro defendendo os interesses do Brasil e da humanidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fica aqui o nosso requerimento. Espero que a base governista não crie qualquer problema ou celeuma em relação a isso. Sei que existem dificuldades gigantescas para trazer ministros a esta Casa.

Acima de tudo, espero que o Senado não se comporte como um anexo arquitetônico do Palácio do Planalto, que esta Casa cumpra o seu papel e traga a esta Casa Ministros como Pedro Malan ou Martus Tavares. Enfim, que a equipe do Governo que está operacionalizando mais um acordo com o grande exemplo de parasitismo da humanidade, o Fundo Monetário Internacional, possa vir a esta casa prestar as explicações necessárias diante da mentira e da propaganda enganosa que insistentemente fazem por intermédio dos meios de comunicações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem o tempo determinado pelo Regimento Interno, que é de cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tratarei do tema ferido pela Senadora Heloísa Helena. Tanto o Ministro Pedro Malan quanto o Ministro Martus Tavares, como qualquer outro do Governo Fernando Henrique, sempre que convidados, fizeram questão e compareceram ao Plenário ou às Comissões do Senado Federal e do Congresso para prestar esclarecimentos. Portanto, qualquer requerimento de convite é bem-vindo. Penso ser importante os Ministros virem a esta Casa – e têm vindo exaustivamente – no sentido de prestar informações da ação transparente do Governo.

Quanto à questão específica do acordo com o FMI, ventilada muito hoje pela imprensa, considero o acordo extremamente importante, no momento em que os fundamentos da economia da América do Sul estão vivendo esta situação por conta do que acontece na Argentina. Sem dúvida, essa sinalização, em âmbito internacional, é fundamental não apenas para o Governo Fernando Henrique, mas para garantir o equilíbrio e a governabilidade ao próximo Governo para que não se defronte, no final do período em crise, com algum desses contratemplos internacionais.

Portanto, ao alocar ou ao garantir os recursos para o Governo Fernando Henrique, o FMI, na verdade, demonstra que os fundamentos da economia brasileira estão no caminho correto, diferentemente da Argentina. Este acordo, feito com muita responsabilidade, sem nada escondido, virá ao Senado para ser aprovado e, tenho certeza, de que o Ministro irá explicá-lo bem e demonstrar que o País está no caminho certo.

Em nome da Liderança do Governo, concordamos com o convite e, no momento correto, vamos aplaudi-lo e aprová-lo, para que o Ministro Pedro Malan possa vir novamente demonstrar o esforço que o Governo do Presidente Fernando Henrique tem feito no sentido de manter a economia equilibrada, conter o endividamento, enfim, procurar os caminhos para dar sustentabilidade ao nosso desenvolvimento.

Peço a V. Exª a minha inscrição para discursar, em um outro momento, como Senador, porque o importante agora é fazer o registro em nome da Liderança do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Pergunto à Senadora Heloísa Helena se V. Exª vai ocupar o tempo da Liderança, neste horário, para falar em nome do bloco de Oposição?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um pequeno registro. Talvez nem seja necessária a inscrição. Como o Senador Romero Jucá se inscreveu, também acabei por me inscrever. Vou solicitar as notas taquigráficas, até porque, como o Senador Romero Jucá disse, esse acordo caberia a aprovação do Senado, embora o acordo já tenha sido efetuado. Sabemos que o que ocorreu em 1998 foi um faz-de-conta de acordo com o FMI, pois trata-se de fato de uma autorização para uma operação de crédito com um banco do Japão.

Desta vez, conforme disse o Líder do Governo, o acordo com o Fundo Monetário já foi feito, já está inclusive na Internet, na página do Fundo Monetário Internacional, eles já estão operando nesse sentido, mas nós também vamos participar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, durante o recesso parlamentar, visitamos cerca de 35% dos Municípios do meu Estado e tivemos a oportunidade de receber a honrosa visita do Ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vem visitando o Estado do Tocantins mais amiúde, tendo em vista que esse Estado deverá ser o salvador da crise energética do nosso País.

Apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para que não puna o Estado do Tocantins nem os Estados da região Norte, que consomem apenas cerca de 50% da energia que produzem.

Sr. Presidente, foi instituído, no decorrer do mês de julho, que se economize 15% de energia no Estado do Tocantins, já que o nosso Estado é **sui generis**. Temos as mais belas praias interioranas fluviais do País – as praias do Rio Araguaia e do Tocantins, além das praias dos seus afluentes –, para onde acorrem, sobretudo no mês de julho, das férias escolares, dos recessos, centenas de milhares de pessoas, para desfrutarem das maravilhas da natureza.

A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica propôs que os Estados da região Norte fizessem um esforço para, num primeiro passo, economizar 15% de energia. Em não sendo cumprida essa meta,

o Governo teria de reduzir 20% da energia que consumimos, agora já com as sanções previstas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica em nosso País.

Sr. Presidente, há fins de semana no Estado do Tocantins em que temos mais pessoas nas praias que nas próprias cidades. Hoje, as cidades próximas às praias fornecem a energia elétrica por meio das ligações permitidas pela Celtins, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins. Nessas épocas, temos, durante 24 horas por dia, um consumo intensivo de energia para o lazer dos inúmeros tocantinenses que estudam ou trabalham em outros Estados e, sobretudo, dos convidados que vão para a região a fim de desfrutarem das belezas naturais que o nosso Estado proporciona.

Assim, já no final do mês de julho, o Estado de Tocantins, em que pese ao esforço de sua gente e dos órgãos governamentais, não havia conseguido economizar nem 12% do consumo de energia elétrica. O prazo previsto para alcançar a meta de economia vence amanhã, dia 7, quando teremos de prestar contas ao Grupo Estadual de Racionalização de Energia, Gere, comissão criada pelo Governo do Estado para orientar as pessoas a fim de diminuir o consumo.

É bem provável que o Estado de Tocantins e os outros Estados do Norte, por serem Estados de turismo ecológico, não consigam economizar energia pelos parâmetros estabelecidos pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Portanto, apelo às autoridades federais para que dêem mais um prazo ao Estado de Tocantins, talvez um dos menores consumidores de energia elétrica do nosso País, embora atualmente venha expandindo o oferecimento de energia elétrica para os produtores rurais. Por intermédio de um ousado programa, com recursos oriundos de organismos japoneses e de acordos de cooperação entre Tocantins, JICA e Eximbank, do Japão, estamos conseguindo implantar energia em cerca de 12 mil propriedades rurais do nosso Estado. Evidentemente, esse projeto está sofrendo uma solução de continuidade, uma demora, tendo em vista a crise energética em nosso País.

Sr. Presidente, apelo às autoridades, ao Ministro Pedro Parente, ao ex-Deputado Euclides Scalco e a todos que compõem a Câmara de Gestão para que dêem mais um prazo – até 07 de setembro – para que o Tocantins possa efetivamente mostrar o esforço que vem sendo feito no sentido de economizar energia.

No final deste ano, a Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães começa a produzir energia, que será oferecida ao País. Num primeiro passo, certamente, cerca de mais de 300 megawatts e, posteriormente, um total de mais de 900 megawatts. O Governo está enviando esforços ingentes no sentido do aproveitamento total da Hidroelétrica de Itaipu, que poderá, com a instalação de novas turbinas e com o término da rede de transmissão, produzir mais de 1.400 megawatts. Também Tucuruí poderá oferecer nos próximos meses ao Brasil cerca de 1.500 megawatts.

Fica aqui o apelo de um Estado que busca o mínimo possível de energia elétrica, mas que não tem conseguido alcançar a meta nesse primeiro passo, em que pese à boa vontade de todas as autoridades e da sociedade civil. Por isso, pedimos que não haja punição e que se dê pelo menos mais um mês de prazo para que o Estado alcance aqueles 15% estabelecidos pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

O Estado do Tocantins já teve licitada sua própria usina, a Usina Hidroelétrica Peixe Angical, que deverá gerar cerca de 400 megawatts, que serão incorporados à energia do nosso País.

Sr. Presidente, na minha volta a esta Casa, passei em cerca de oito cidades. Tive oportunidade de encontrar Prefeitos e de participar de reuniões com diversos setores organizados das cidades, com as Câmaras de Vereadores, com associações comerciais e industriais, com sindicatos rurais e sindicatos de trabalhadores. Com o esforço que se está fazendo no Estado do Tocantins, há de termos de cumprir as metas estabelecidas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Reitero o apelo para que se dê pelo menos mais um mês de prazo para o Tocantins, que agora não tem tantas visitas ilustres, sempre bem-vindas ao nosso Estado, a fim de que se possa adequar aqui o que nos pedem os responsáveis pela gestão da crise de energia em nosso País.

Era o apelo que queria fazer às autoridades do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lauro Campos, por vinte minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de um longo e prolongado recesso – para mim altamente surpreendente, porque, estando aqui há seis anos e meio, não conhecia a prática desse dispositi-

vo, já que, na nossa profissão, não tínhamos direito a férias –, o recesso parece surgir como solução para algumas pessoas que nele se refugiam.

Isso me faz pensar que precisamos mesmo de um pacote ético. Mas, para mim, a expressão é antiética, pois temos pacote de batata, pacote de coisa furta da, pacote de sem-vergonhice, não de ética. A ética é algo que se cultiva com muitos calos, muitas penas e muitas frustrações. Desse modo, pacote ético não pode ser ético. A ética não pode ser transportada e distribuída em pacotes. Há um engano nisso.

Contudo, como neste País não há solução para nada, mudam-se as palavras, os nomes. Houve um rombo na Sudam? Espere aí, vamos mudar o seu nome! Houve um outro na Sudene, antiga Sudeco? Já mudou de Sudeco para Sudene, e estamos agora com um neonome, neste neogoverno neonada. As soluções passaram a ser no sentido de mudar nomes, siglas.

Quero dar os parabéns a este bravo exército do Governo, do qual sempre tive um pouco de escrúpulo, inclusive ético, de me aproximar.

Meu avô teve dois sobrinhos que foram governadores de Minas Gerais. Sou primo do Francisco Campos, o Chico Ciência, que foi Ministro, foi tudo neste País; mas nunca subi os degraus do Palácio da Liberdade na minha vida. Não gosto de governo. O meu bisavô, Presidente do Conselho de Ministros de D. Pedro II, o Conselheiro Martinho Campos, ex-Ministro da Fazenda e ex-Presidente da Província do Rio de Janeiro, quando exercia o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, tinha tamanho hábito de criticar o governo que, quando notou, estava criticando a si mesmo, ao governo do qual era o chefe, Presidente do Conselho.

Prefiro esta tribuna baixa e sofrida, perto das ruas e das estradas, a tribuna da oposição. Estou muito bem aqui na oposição. Não quero jamais chegar lá.

O assunto que nos abala a todos é a chamada crise da Argentina, como se ela não fora a pátria irmã do Brasil. A diferença é muito pequena. O senhor "Cavallo de Átila", como há dez anos eu digo e repito, destruiu, esterilizou, desempregou, desestatizou, desmanchou a Argentina, que costumava ser considerada uma parte da Itália, a **aplomb** dos franceses na América Latina. Hoje, nem isso, os argentinos estão humilhados e desempregados. Esse governo neoliberal, que nunca pensou nos aposentados, a não ser para castigá-los, agora, volta exigindo dos aposentados, esmulambados, desrespeitados, mais um "sacrifíciozinho".

O Brasil, que é tão grande diante da Argentina, quer, e vai consigo, US\$15 bilhões. A Argentina, pobre coitada, está vendo se consegue US\$1 bilhão do FMI. A que ponto chegaram os nossos orgulhosos irmãos argentinos! Mas caminhamos no mesmo sentido, com toda a irresponsabilidade neoliberal de um neófito que faz um governo neonada.

Estamos constatando que o Ministro Pedro Malan tem toda a razão. Eu o conheci quando ele era uma pessoa saudável, no tempo em que seus olhos brilhavam, no tempo do destemor. Eu o conheci, e ele já foi assim um dia, coisa rara no mundo dos economistas, porque todos eles escrevem muito mal, pensam muito limitadamente. O velho Robert Malthus chamava a Economia de ciência lúgubre, cujo objeto é o capitalismo. Um objeto suspeito, desumano, que está sempre caminhando para crises e arrancadas de prosperidade suspeita. Robert Malthus já sabia disso e ficou a vida inteira discutindo com o David Ricardo a respeito de suas teorias, de suas idéias, equilibristas ou não. O Malthus era não-equilibrista, e o David Ricardo era equilibrista e monetarista em certo sentido.

Quero dar os parabéns ao Ministro Pedro Malan por ter dito, no tempo em que era realmente uma pessoa saudável, que, de início, o cachorro abana o rabo. O cachorro somos nós brasileiros, argentinos, colombianos etc. Quando chega um empréstimo externo, o cachorro abana o rabo! O rabo é a dívida externa, que é abanada alegremente pelo cachorrinho. Desde 1825, o Brasil vale-se da salvadora dívida externa. Está sendo salvo pela dívida externa desde 1825. E o Pedro Malan disse que, no princípio, o cachorro abana o rabo. Quando chega o empréstimo externo, é aquela alegria! Agora, sim, vamos fazer estradas, vamos fazer aeroportos, até mesmo, quem sabe, se sobrar algum, investir na saúde, inaugurar hospitais, fazer pedras fundamentais, uma indústria de pedras fundamentais para sair inaugurando obras.

Verificamos em uma Comissão do Senado Federal que contamos com 2.200 obras inacabadas. Perguntaram-me se eu gostaria de ir. Eu disse que não, que vejo isso há vinte anos. São obras keynesianas. John Maynard Keynes, o mestre de todos eles, disse que as obras do governo devem ser não apenas parcialmente **wasteful**, dissipadoras, mas **whole wasteful**, completamente dissipadoras. O modelo é o TRT de São Paulo. As 2.200 obras inconclusas são a impressão digital deste Governo que aí está e de outros que o antecederam. E, talvez, de outros que o seguirão.

Mas o Malan – como S. Ex^a me chama de Lauro, vou chamá-lo de Malan – disse há pouco tempo, na-

quela ca de i ra, que não foi ele quem pro nun ci ou a frase. Fiquei satisfeito com a frase. Agora, finalmente, algum economista, além de Delfim Netto, usa o sarcasmo: no início é o cachorro que abana o rabo; de pois, o rabo cresce tanto que passa a abanar o cachorro. Estamos – juntamente com a Argentina, o México e a América La ti na – na se gun da fase. É o rabo, é o apên di ce que fi cou tão gran de, é o fe ti che que cres ceu tan to que agora nos comanda.

Quem será o próximo pre si den te do Ban co Cen tral? Será o próxi mo pre si den te da dí vi da ex ter na e da dí vi da pú bli ca. Quem será o próxi mo Mi nis tro da Fa zen da? Será o Mi nis tro que apre ndeu ou pen sou que apre ndeu a abanar esse rabo que nos comanda, que nos suga, que nos escraviza, fetichistamente. Então, é natural que andemos na mesma andadura do Sr. Domingos Cavallo.

Parece que o Cavallo é mais esperto. Embora não tenha tido a escola do Sr. George Soros, ele é muito esperto. Ele vendeu, por US\$500 mil, um plano para Bu ca ram, El Loco, Pre si den te do Equa dor. Bu ca ram, El Loco, Pre si den te do Equa dor, queria pagar US\$500 mil por esse plano, que o Don Cavallo xerocou do FMI. O homem recebe um plano xerocado do FMI e o vende para o pre si den te de uma re pú bli ca ta la ti no-ame ri ca na, completamente perdido, só pode, por US\$500 mil. Então, esse Sr. Cavallo está lá muito confortável, cavalgando ainda, dando pinotes na Argentina.

Pois bem, a Argentina chegou a tal ponto de destruição, de neoliberalização, de desemprego, de desestruturização de tudo: da máquina, do Estado, da saúde, da educação, dos aposentados... Tudo desmanchado, desmoralizado! A Argentina inteira caiu do "cavallo". E, agora, chamam de volta esse senhor que desconstruiu tudo, para ver se ele consegue reconstruir. Ele que desconstruiu deve saber como reconstruir. (Risos.) Ai, meu Deus do céu! Onde estamos? Então, quer dizer que é natural até que, diante dessas aberrações, um ex-colega – porque saí do PT –, um que ficou no PT, mas que nunca foi petista, diga que o Malan e o Gustavo Franco – diz esse gênio, essa expressão da intelectualidade petista – deverão continuar uns três ou quatro meses, caso o PT vença as eleições. E esse senhor afirma que tudo o que diz aprendeu com Lauro Campos. Pedi a ele, umas quinze vezes, que, por favor, não dissesse aquilo, porque não era verdade e me envergonhava.

Assim, estamos aí, todos perdidos, completamente perdidos. Mas, algumas vezes, ainda temos uma esperançazinha.

O Ministro-Presidente do Supremo Tribunal realmente é uma pessoa que merece encômios, elogios, principalmente quando S. Ex^a vem lembrar da dívida aos déspotas, aos autoritários que se implantaram neste País, em nome da democracia, a esse despotismo mal disfarçado presidido por sua majestade o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele, o Presidente do Supremo Tribunal, afirmou algo que não precisava ter afirmado se tivéssemos pessoas saudáveis, respeitadas, dignas dos cargos que ocupam: o Ministro Marco Aurélio teve que lembrar à sua majestade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que Sua Excelência tem que pagar, deve pagar as suas dívidas, que o Executivo deve pagar as dívidas do Governo.

Para fora, não podemos dar o calote, temos que pagar a dívida externa aos agiotas internacionais em dia ou nas vés pe ras; mas, aqui den tro, o que diz este Governo com sua majestade o Presidente Fernando Henrique Cardoso à frente? Sete anos sem pagamento aos funcionários. É uma dívida incrível, acumulada, desrespeitada, não paga, apesar do mandamento constitucional e das decisões do Supremo Tribunal Federal.

Seria preciso, num país onde houvesse democracia, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal lembrasse ao Presidente da República que este tem de pagar as dívidas já vencidas há tanto tempo? Dívidas que empobreceram os funcionários, que deveriam ter sido pagas àqueles que não foram vítimas da demissão voluntária – demissão voluntária como fuzil nas costas?

De modo que, de descalabro em absurdo, vamos tentando seguir o caminho "Avança, Brasil" em direção a Buenos Aires, não para uma guerra, mas para um abraço fraterno. Há até uma música que fala dessa **patria ermana**, pátria irmã. Este é o nosso caminho: o caminho daqueles que se desencaminharam e se perderam há muito tempo!

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso pen sa va – e ele já pen sou -, es cre veu que, "para a pro du ção de uma ma i or mas sa de mais-va lia" – que hoje ele poderia dizer: de um su pe rá vit pri má rio ma i or –, "é preciso que o Governo seja despótico, autoritário, aumente a exploração dos trabalhadores, reduza salários. A única parte da população que realmente poupa é a que consome pouco ou a que não consome. São os pobres e os trabalhadores que fazem a poupança em que os ricos investem. Demorei muito tempo para en ten der algo tão sim ples. Qu an do o Go ver no co me ça a de ver e tem que au men tar a pou pan

ça para pagar empreiteiros, banqueiros, para pagar o Proer, o FMI e os agiotas internacionais precisa ser despótico, autoritário, utilizar mais força para que o paciente Brasil, sedado, permita a sangria adicional. O Senhor Presidente, Fernando Henrique Cardoso, sabia de tudo. Também é preciso força, disse Sua Excelência, quando o resultado da exploração, da mais-valia extraída dos trabalhadores, muda de destino. Há tempos, os comerciantes levam grande parte do nosso sacrifício. Depois passaram a ser os industriais e banqueiros. Em outra fase, na primeira década perdida, parecia que eram os banqueiros. Agora são os credores internacionais. Na hora em que eles rugem, nós brasileiros temos que escutar aquela velha conversa ética: se devemos, temos que pagar; todos que devem têm que pagar.

Acontece que para pagar a dívida social, para pagar os funcionários que estão com salários atrasados, para pagar aquilo que foi extraído dos trabalhadores brasileiros e deveria ter sido reposto pelo menos em parte por um salário mínimo mais digno – como umas oito ou dez vezes falei aqui e mostrei e comparei com outros países –, na hora de fazer isso, eles se esquecem de sua etiqueta, de sua falsa ética, se esquecem de que pregaram que é honesto pagar pontualmente as suas dívidas, e a dívida interna, a dívida com o social, a dívida conosco, funcionários, etc., eles não pagam, protelam sempre, e é preciso que o Ministro do Supremo Tribunal venha lembrar-lhes que **pacta sunt servanda**, os pactos devem ser obedecidos, e o principal pacto de um presidente da República deveria ser com a sua coletividade, com as partes menos protegidas dessa coletividade sobre a qual ele impera.

Agradeço à Presidência a permissão de ultrapassar em uns quatro minutos o meu tempo e espero poder retornar amanhã porque a tarefa e o lixo acumulado são enormes, e não consigo varrê-lo com a eficiência que o País merece e que o Governo desejaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, que terá 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido. Pedi a palavra para fazer dois registros que considero importantes. Eu o fiz como Senador, e não como Líder, porque quero fazê-los em nome do meu mandato de Senador.

Primeiro, gostaria de registrar que o Ministro José Serra, mediante o Aviso nº 463/GM/MS, de 12 de julho, encaminhou ao Ministro do Planejamento, Martus Tavares, pedido para a reestruturação das carreiras de sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e de entidades vinculadas.

Quero aqui manifestar o meu apoio a esse pleito e salientar a importância de a carreira de sanitarista ser reestruturada e fortalecida. Vejo que o Senador Tião Viana, como médico da região amazônica, também é favorável ao registro que estou fazendo. Entendemos que fortalecendo a carreira de sanitarista daremos um passo ainda mais importante no sentido de melhorar a saúde pública brasileira.

O Ministro José Serra, com muita sensibilidade, encaminhou esse pleito que aqui registro. E junto com o Aviso, o Ministro encaminhou todo o arcabouço jurídico da disponibilização técnica e operacional para que essa carreira seja estruturada.

Sr. Presidente, peço a transcrição dessa documentação, para que faça parte do meu pronunciamento.

O segundo assunto que eu gostaria de mencionar diz respeito ao meu Estado, Roraima, e à Empresa Boa Vista Energia S/A (Bovesa), que é federal.

A Bovesa, nos últimos três anos, fez uma reestruturação administrativa e operacional muito grande que culminou com a ação da Eletronorte no sentido de ligar a energia com a linha de Guri, na Venezuela.

O Presidente Astrogildo Quintal, da Bovesa, comunicou-me que a empresa ganhou o prêmio de excelência de evolução e desempenho no País, o Prêmio AbraVe 2001. Foi a empresa que melhores indicadores apresentou por conta da evolução e do desempenho. Portanto, merece aqui esse registro e a nossa ação.

Quero parabenizar todos os servidores e a diretoria da Bovesa, bem como o seu Presidente, Astrogildo Quintal, pelo feito de se transformar em uma empresa evoluída, moderna, com um desempenho muito melhorado, da forma como foi registrado.

Peço a V. Ex^a que conste nos Anais desta Casa esse meu voto de louvor para a Bovesa e também para todos os servidores que fazem parte dessa conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

AVISO Nº 463/GM/MS

Brasília, 12 de julho de 2001

A Sua Excelência o Senhor
Martus Tavares
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Senhor Ministro,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de alteração da Medida Provisória nº 2.150-39, de 31 de maio de 2001, que "Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências", para incluir a reestruturação da Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas.

A Carreira de Sanitarista, de que tratam o Decreto nº 79.465, de 30 de março de 1977, o Decreto nº 83.928, de 3 de setembro de 1979, e a Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977, é integrada pelos ocupantes do cargo de Sanitarista dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, nas seguintes áreas profissionais: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia e Bioquímica (habilitação em análises clínicas e toxicológicas e em bioquímicas de alimentos), Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Estatística, Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Ciências Econômicas, Comunicação Social (habilitação polivalente em Relações Públicas e Jornalismo), Ciências Sociais (habilitação em Sociologia e Antropologia), Engenharia (habilitação em Engenharia Civil e Engenharia Sanitária), Agronomia, Ciências Biomédicas, Medicina Veterinária e Nutrição, os quais têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, a gestão, o planejamento, a ordenação, a supervisão, a normatização e a execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública, abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle e a prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas, destacando-se: a esquistossomose, a cólera, a dengue, a malária, a febre amarela, a leishmaniose, a doença de Chagas, a hanseníase, a tuberculose, a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e as doenças emergentes;

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambientais relacionados com a saúde humana;

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e à vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

f) a promoção e a implementação de ações educativas de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e o acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e à inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalização sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados; e

l) a vigilância sanitária internacional.

É importante salientar que as ações de saúde desempenhadas pelos Sanitaristas, no âmbito deste Ministério, têm proporcionado à população brasileira:

a) a erradicação da varíola e da poliomielite no País, doenças que eram responsáveis por inúmeras mortes e deixavam graves sequelas nos doentes acometidos;

b) a eliminação da transmissão vetorial da doença de Chagas em 6 (seis) estados brasileiros;

c) a economia de US\$ 11,925 milhões, no período de 1984 a 1994, com o controle da esquistossomose, e de US\$ 18,606 milhões, no período de 1988 a 1995, com o controle da doença de Chagas, valores estes comprovados mediante estudo de custo-benefício; e

d) a fiscalização sanitária dirigida aos mercados de serviços, de insumos e de equipamentos afetos à saúde humana, bem assim aos produtos de uso humano (alimentos, medicamentos, cosméticos e saneantes domissanitários), com impacto de grande repercussão na economia nacional.

Essas ações estão voltadas para a promoção e a prevenção em saúde pública, com vistas ao

bem-estar da sociedade como um todo, e pela redução da prevalência/incidência de doenças endêmicas e epidêmicas, assim como de outros agravos, como a redução da mortalidade, em especial as decorrentes de doenças imunopreveníveis, propiciando economia de milhões de dólares para o País.

É oportuno salientar que a contribuição dos Sanitaristas, no contexto nacional, tem sido decisiva para o cumprimento da competência atribuída ao Sistema Único de Saúde (art.200 — CF), e nas leis orgânicas derivadas do texto constitucional, a cargo desta Pasta, que colocam a saúde pública como dever do Estado, e delegam ao gestor do SUS a competência para fomentar a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, mediante o desenvolvimento de políticas de saúde e saneamento, que assegurem acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços de saúde, capazes de reduzir o risco de contrair doenças e de expor a saúde a outros agravos, passíveis de medidas preventivas.

Acrescente-se que, sob o ponto de vista econômico-financeiro, são restritas as práticas de saúde pública, que se constituem de atividades sujeitas à execução pela iniciativa privada, que, pela baixa rentabilidade que oferecem, desestimulam e até mesmo afastam investidores nesse campo.

O presente projeto de Medida Provisória contempla, também, a transformação dos atuais cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do grupo-Saúde Pública, criado pelo Decreto nº 79.456, de 30 de março de 1977, e o Decreto nº 83.928, de 3 de setembro de 1979, e os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo, Técnico em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Permanentes do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, com a conseqüente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira (Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), desde que atendam às seguintes exigências:

a) possuam curso de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou que, no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional com provado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública;

b) tenham ingressado no serviço público por meio de concurso e, se antes de 5 de outubro de 1988, de acordo com as normas constitucionais e ordinárias então vigentes.

Para finalizar, apresento a Vossa Excelência minuta consolidada e Anexos da emenda a ser introduzida na próxima reedição da Medida Provisória nº 2.150-39, de 31 de maio de 2001, objetivando estabelecer os padrões de equanimidade que se pleiteiam para os profissionais de saúde, cujas ações estão voltadas para atividades exclusivas do Estado, dentro do espírito de coerência gerencial que norteia o governo, contando para tanto com o indispensável apoio de Vossa Excelência.

Atenciosamente _ **José Serra**, Ministro de Estado da Saúde.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.150-39 DE 31 DE MAIO DE 2001

Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, de Fiscal Federal Agropecuário e de Sanitarista, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

I – Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e Controle;

II – Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento;

III – Analista de Comércio Exterior;

IV – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

V – Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior e de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;

VI – Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500;

VII – Analista, Procurador e Técnico do Banco Central do Brasil;

VIII – Inspetor e Analista da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

IX – Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

X – Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia,

XI – Carreira de Desenvolvimento Tecnológico; e

XII – Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia.

XIII – Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

Art. 2º As carreiras e os cargos a que se referem o art. 1º são agrupados em classes ou categorias e padrões, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 3º O ingresso nos cargos de que trata esta Medida Provisória far-se-á no padrão inicial da classe ou categoria inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou médio, ou equivalente, concluído, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Parágrafo único. O concurso referido no **caput** poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observada a legislação pertinente.

Art. 4º O desenvolvimento dos servidores nas carreiras e nos cargos de que tratam os art. 1º e 55 desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para fins desta Medida Provisória, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe ou categoria, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior da classe ou categoria inicial, vedando-se-lhe, durante esse período, a progressão funcional.

Art. 5º É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos e carreiras a que se refere esta Medida Provisória, ressalvados os casos amparados por legislação específica.

CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO

Art. 6º Os cargos efetivos de que tratam os incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e o inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, reestruturados na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Parágrafo único. Os cargos vagos de Técnico de Planejamento e Orçamento existentes em 30 de junho de 2000, e os que vagarem a partir dessa data, ficam automaticamente extintos.

Art. 7º Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 6º o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei nº 9.625, de 1998, e no inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 1998.

Art. 8º Ficam extintas a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP, de que trata o art. 1º da Lei nº 9.625, de 1998, e a Gratificação de Planejamento, Orçamento e de Finanças e Controle, de que trata o art. 7º da Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, e instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, devida aos integrantes dos cargos referidos no art. 6º desta Medida Provisória no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, conforme valores estabelecidos nos Anexos VII e VIII.

§ 1º A GCG será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem assim de metas de desempenho institucional fixadas, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º Até vinte pontos percentuais da GCG serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

Art. 9º A Gratificação de Desempenho e Eficiência – GDE, de que trata o art. 10 da Lei nº 9.620, de 1998, não será devida aos ocupantes do cargo de Analista de Comércio Exterior, a partir de 30 de junho de 2000.

Art. 10. Os critérios de que tratam os arts. 1º, 7º e 8º da Lei nº 9.625, de 1998, e os arts. 16 e 17 da Lei nº 9.620, de 1998, aplicam-se à GCG.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Finanças e Controle, em exercício na Secretaria do Patrimônio da União, em 31 de dezembro de 1998, fazem jus à GCG.

CARREIRAS E CARGOS DA CVM E DA SUSEP

Art. 11. Os cargos efetivos de Inspetor e Analista da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, de que tratam o Voto do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 401, de 28 de janeiro de 1987, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 7, de 3 de outubro de 1988, reestruturados na forma do Anexo I, têm sua correlação de cargos estabelecida no Anexo XVII.

Art. 12. Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1º da Lei nº 9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 13. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários – GDCVM, devida aos ocupantes dos cargos de Inspetor e Analista da CVM, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados – GDSUSEP, devida aos ocupantes dos cargos de Analista Técnico da SUSEP, no percentual de até cinqüenta por cento, incidentes sobre o vencimento básico do servidor, conforme valores estabelecidos no Anexo VII.

§ 1º A GDCVM e a GDSUSEP serão atribuídas em função do efetivo desempenho do servidor, bem assim de metas de desempenho institucional fixadas, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º Até vinte pontos percentuais das gratificações de que trata o **caput** deste artigo serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

Art. 14. Os ocupantes dos cargos de Inspetor e Analista da CVM e de Analista Técnico da SUSEP não fazem jus à percepção da Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários e da Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, de que trata a Lei nº 9.015, de 1995.

Art. 15. A GDCVM e a GDSUSEP serão integralmente pagas, respectivamente, com os recursos arrecadados na forma das Leis nº 7.940 e nº 7.944, ambas de 20 de dezembro de 1989, que instituíram a Taxa de Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários e a Taxa de Fiscalização do Mercado de Seguros.

Art. 16. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere o art. 14 desta Medida Provisória, quando cedidos, não perceberão a GDCVM e a GDSUSEP.

CARREIRAS DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 17. Os cargos efetivos da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, reestruturados na forma do Anexo II, têm sua correlação estabelecida no Anexo V.

Parágrafo único. Os vencimentos dos servidores de que trata este artigo corresponderão àqueles fixados no Anexo IX, para os respectivos níveis, classes e padrões.

Art. 18. Ficam extintas a Gratificação de Atividades em Ciência e Tecnologia – (GCT, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.691, de 1993, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDCT, de que trata a Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998, e a Lei nº 9.647, de 26 de maio de 1998.

Art. 19. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, devida aos ocupantes dos cargos efetivos integrantes das carreiras de que trata o art. 17 desta Medida Provisória

Art. 20. O valor da GDACT será de até trinta e cinco por cento para os cargos de nível superior, de até quinze por cento para os cargos de nível intermediário e de até cinco por cento para os cargos de nível auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 17 somente farão jus à GDACT se em exercício de atividades inerentes às atribuições das respectivas carreiras nos órgãos e nas entidades a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993, e nas Organizações Sociais conforme disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

§ 2º A GDACT será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e do alcance das metas de desempenho institucional fixadas em ato do dirigente máximo do órgão ou da entidade.

§ 3º Os critérios e procedimentos de atribuição da GDACT serão estabelecidos em ato conjunto dos titulares dos Ministérios aos quais estejam vinculados os órgãos e as entidades de que trata o § 1º deste artigo e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se os seguintes limites:

I — até quatorze pontos percentuais, para os cargos de nível superior;

II — até seis pontos percentuais, para os cargos de nível intermediário; e

III — até dois pontos percentuais, para os cargos de nível auxiliar.

Art. 22. O titular de cargo efetivo das carreiras e dos cargos referidos no art. 17, quando investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, fará jus ao valor máximo da GDACT.

Art. 23. O titular de cargo efetivo das carreiras e dos cargos referidos no art. 17 que não se encontre em exercício nos órgãos e nas entidades a que se refere o § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993, excepcionalmente fará jus à GDACT nas seguintes situações:

I — quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a GDACT calculada com base nas regras aplicáveis aos órgãos e às entidades cedentes; e

II — quando cedido para órgãos ou entidades do Governo Federal, distintos dos indicados no § 1º do art. 1º da Lei nº 8.691, de 1993, e no inciso anterior, da seguinte forma:

a) o servidor investido em cargo em comissão de Natureza Especial, DAS 6, DAS 5, ou equivalentes, perceberá a GDACT em valor calculado com base no disposto no art. 22; e

b) o servidor investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDACT no valor de setenta e cinco por cento do valor máximo da GDACT.

Art. 24. O **caput** do art. 21 da Lei nº 8.691, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. Os servidores de que trata esta lei, portadores de títulos de Doutor, Mestre e certificado de aperfeiçoamento ou de especialização farão jus a um adicional de titulação, no percentual de setenta por cento, trinta e cinco por cento e dezoito por cento, respectivamente, incidente sobre o vencimento básico.” (NR)

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I — a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;

II — a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;

III — a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária,

IV — a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;

V — a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e

VI — os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário— NS 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes do cargo de Médico Veterinário— NS 910 que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 31 de julho de 2000, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

§ 3º Ficam criados duzentos e cinqüenta cargos de Fiscal Federal Agropecuário na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 29. Aos ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, não se aplica a jornada de trabalho

a que se refere o § 2º e o **caput** do art. 1º da Lei nº 9.436, de 5 de fevereiro de 1997, não mais se admitindo a percepção de dois vencimentos básicos.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único. A GDAFA será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário são os constantes do Anexo X.

Art. 32. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 25 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 33. O integrante da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, que não se encontre na situação prevista no art. 30 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFA:

I – quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II – quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária, a que se referem as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização, a que se refere a Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998.

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA JURÍDICA

Art. 35. Fica criada a Carreira de Procurador Federal no âmbito da Administração Pública Federal, nas respectivas autarquias e fundações, composta de

cargos de igual denominação, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, com a estrutura de cargo constante do Anexo III.

Art. 36. O ingresso nos cargos de que trata o artigo anterior far-se-á mediante concurso público, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Parágrafo único. Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 37. São atribuições das titulares do cargo de Procurador Federal:

I – a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;

II – as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;

III – a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV – a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.

§ 1º Os membros da Carreira de Procurador Federal são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.

§ 2º A lotação de Procurador Federal nas autarquias e fundações públicas é proposta pelos titulares destas.

Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei nº 8.112, de 1990, e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.

§ 1º Ao Procurador Federal é proibido:

I – exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II – contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pelo Advogado-Geral da União;

III – manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa, do Advogado-Geral da União;

IV – exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V – participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

§ 2º Devem, os Procuradores Federais, dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e na que a legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto.

Art. 39. São transformados em cargos de Procurador Federal, os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais:

- I – Procurador Autárquico;
- II – Procurador;
- III – Advogado;
- IV – Assistente Jurídico; e

V – Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Procurador do Banco Central do Brasil.

Art. 40. São enquadrados na Carreira de Procurador Federal os titulares dos cargos de que trata o artigo anterior, cuja investidura nos respectivos cargos haja observado as pertinentes normas constitucionais ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público

§ 1º O enquadramento deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2º À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivos.

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento, incidente sobre

o vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º A GDAJ será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor e dos resultados alcançados pelos órgãos jurídicos dos órgãos e das entidades, na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União e, no caso do Defensor Público da União, em ato do Defensor-Geral da União.

§ 2º A Gratificação Temporária de que trata o art. 17 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, atribuída exclusivamente a outros servidores, mantidos os fatores estabelecidos no Anexo III da referida lei, será paga nos seguintes valores:

- I – GT-I, R\$471,87 (quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos);
- II – GT-II R\$340,79 (trezentos e quarenta e sete reais e nove centavos);
- III – GT-III, R\$209,72 (duzentos e nove reais e setenta e dois centavos);
- IV – GT-IV, R\$157,29 (cento e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Art. 42. O titular de cargo efetivo das carreiras de que trata o artigo anterior, quando investido em cargo de Natureza Especial ou em comissão dos níveis DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à GDAJ calculada com base no limite máximo.

Parágrafo único. O beneficiário da GDAJ, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, se investido em cargo em comissão do nível DAS 4, perceberá a referida Gratificação em valor não inferior a vinte por cento do respectivo vencimento básico.

Art. 43. O titular de cargo efetivo das carreiras referidas no art. 41, que não se encontre nas situações previstas nos arts. 41 e 42, somente fará jus à GDAJ, nos termos deste artigo:

I – quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; e

II – quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em Comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a vinte por cento do vencimento básico.

Art. 44. Os valores do vencimento dos cargos de Procurador Federal e dos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União são os constantes do Anexo XI.

Parágrafo único. Aplica-se aos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União a correlação estabelecida no Anexo XIV.

Art. 45. Não serão devidas as seguintes vantagens aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior, inclusive àqueles colocados em quadros suplementares:

I – Representação Mensal de que tratam o Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987, e Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987;

II – Gratificação de que trata o art. 7º da Lei nº 8.460, de 1992;

III – Gratificação de Fiscalização e Arrecadação – GEFA de que trata a Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992;

IV – Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários – RVCVM de que trata a Lei nº 9.015, de 1995;

V – Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados – RVSUSEP de que trata a Lei nº 9.015, de 1995;

VI – Gratificação Temporária-GT de que tratam as Leis nº 9.028, de 1995, e 9.651, de 1998;

VII – Gratificação Provisória-GP de que trata a Lei nº 9.651, de 1998;

VIII – Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Justiça-GFJ de que trata a Lei nº 9.651, de 1998; e

IX – Representação Mensal de que trata a Lei nº 9.366, de 16 de dezembro de 1996.

Art. 46. Os cargos efetivos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, privativos de Bacharel em Direito, que não foram transpostos pela Lei nº 9.028, de 1995, nem por esta Medida Provisória, para as Carreiras de Assistente Jurídico e de Procurador Federal, comporão quadros suplementares em extinção.

§ 1º O quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal direta de que trata o **caput** inclui-se na Advocacia-Geral da União.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos integrantes da Carreira Policial Federal, aos cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, Procurador da

Procuradoria Especial da Marinha e Juiz do Tribunal Marítimo.

Art. 47. Os cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União serão distribuídos pelas três categorias das respectivas carreiras, mediante ato do Advogado-Geral da União.

Art. 48. Aplicam-se aos Procuradores da Procuradoria Especial da Marinha, de que trata a Lei nº 7.642, de 18 de dezembro de 1987, e aos ocupantes de cargos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 a tabela de vencimento constante do Anexo XI, observada a correlação do Anexo VI e a gratificação de que trata o art. 41, observado o disciplinamento estabelecido por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os ocupantes do cargo de Juiz do Tribunal Marítimo farão jus, a título de vencimentos, ao valor correspondente ao padrão III da categoria especial da tabela constante do Anexo XI e à gratificação de que trata o art. 41, conforme disposto nesta Medida Provisória.

Art. 49. O exercício, por Procurador da República, do direito de opção irrevogável por Carreira da Advocacia-Geral da União, facultado pelo § 2º do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderá ser manifestado ao Advogado-Geral da União, no prazo de quinze dias estabelecido no art. 61 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, contado da publicação da lei de conversão desta Medida Provisória, e comunicado ao Procurador-Geral da República.

§ 1º Ficam assegurados ao optante o ingresso em cargo compatível da Carreira da Advocacia-Geral da União e a percepção dos vencimentos e vantagens do cargo antes ocupado, salvo opção pela retribuição do novo cargo, respeitado o tempo de efetivo serviço e o direito a promoções, assim como as garantias e prerrogativas próprias a membros do Ministério Público Federal, no que não conflitar com a natureza da Advocacia-Geral da União.

§ 2º A opção de que trata este artigo implica a automática criação de cargo na carreira escolhida pelo optante, o qual integrará Quadro Especial, e será extinto quando vagar.

Art. 50. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, relativamente aos cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e àqueles dos integrantes de seus órgãos vinculados.

CARREIRAS E CARGOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 51. A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

”Art. 3º São atribuições dos titulares do cargo de Analista do Banco Central do Brasil:

I – formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos relativos a:

- a) gestão das reservas internacionais;
- b) dívida pública interna e externa federal, estadual e municipal;
- c) política monetária, cambial e creditícia.
- d) emissão de moeda e papel-moeda;
- e) saneamento do meio circulante; e
- f) gestão de instituições financeiras sob regimes especiais.

II – gestão do sistema de metas para a inflação;

III – regulamentação e fiscalização do Sistema Financeiro, compreendendo, entre outros pontos:

- a) o funcionamento do Sistema Financeiro;
- b) o acesso ao Sistema Financeiro;
- c) a supervisão direta de instituições financeiras;
- d) o monitoramento indireto de instituições financeiras, conglomerados, macrosegmentos e mercados; e
- e) a prevenção e o combate a ilícitos cambiais e financeiros.

IV – estudos e pesquisas relacionados a:

- a) políticas econômicas adotadas;
- b) acompanhamento do balanço de pagamentos;
- c) desempenho das instituições financeiras autorizadas a funcionar no País; e
- d) regulamentação de matérias de interesse do Banco Central do Brasil.

V – atuação em todas as atividades vinculadas às competências legais do Banco Central do Brasil;

VI – orientação aos agentes do Sistema Financeiro e ao público em geral sobre

matérias de competência da Autarquia, mediante solução de assuntos objeto de consultas;

VII – representação da Autarquia junto a órgãos governamentais e instituições internacionais; e

VIII – atividades de natureza organizacional e outras a elas relacionadas.” (NR)

”Art. 4º São atribuições dos titulares do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil:

I – a representação judicial e extrajudicial do Banco Central do Brasil;

II – as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Banco Central do Brasil;

III – a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV – assistir aos administradores do Banco Central do Brasil no controle interno da legalidade dos atos a serem por eles praticados ou já efetivados.” (NR)

”Art. 7º

§ 1º Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, observado o interstício de setecentos e trinta dias, redutível, mediante processo de avaliação de desempenho em até cento e oitenta e dois dias.

.....”(NR)

”Art. 11. É criada a Gratificação de Atividade do Banco Central do Brasil – GABC, observados os seguintes critérios e percentuais:

I – cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos nas classes D, C e B: setenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor;

II – cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos nos padrões I, II e III da classe A: sessenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor,

III – cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos no padrão IV da classe A: cinquenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor; e

IV – cargo de Técnico do Banco Central do Brasil: noventa por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor.

Parágrafo único. Os percentuais a que se refere o **caput** deste artigo poderão ser acrescidos de até dez pontos percentuais, nas condições a serem fixadas pela Diretoria do Bacen, enquanto estiver o servidor em exercício de atividades:

I – externas de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, inclusive de câmbio;

II – que importem risco de quebra de caixa, e;

III – que requeiram profissionalização específica." (NR)

"Art. 15.

§ 1º A contribuição mensal do servidor ativo, inativo ou do pensionista será de um por cento a três por cento de sua remuneração, provento ou pensão, e a contribuição relativa aos dependentes não presumidos será de um por cento a cinco por cento da remuneração ou provento do servidor contribuinte.

.....(NR)"

"Art. 17-A. Além das proibições previstas no artigo anterior, ao Procurador do Banco Central do Brasil também é proibido:

I – exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II – contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotadas pelo Procurador-Geral do Banco Central do Brasil ou pelo Advogado-Geral da União;

III – manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assuntos conexos as suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa da Diretoria do Banco Central do Brasil;

IV – exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou

no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V – participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único. Devem os Procuradores do Banco Central do Brasil dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, ou seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto." (NR)

Art. 52. O Anexo II à Lei nº 9.650, de 1998, passa a vigorar na forma do Anexo XII a esta Medida Provisória.

Art. 53. Os ocupantes dos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil são enquadrados, a partir de 1º de agosto de 2000, na forma do Anexo XV a esta Medida Provisória.

Art. 54. O ingresso nos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, e de Procurador do Banco Central do Brasil da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil dos aprovados em concurso, cujo edital tenha sido publicado até 29 de junho de 2000, dar-se-á, excepcionalmente, na classe D padrão III.

PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Art. 55. Os cargos efetivos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, ressalvados os atingidos pelas Leis nºs 9.678, de 3 de julho de 1998, e 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, e os integrantes da área jurídica abrangidos por esta Medida Provisória, são reestruturados na forma de alínea a do Anexo I e têm a sua correlação de cargos estabelecidas no Anexo IV.

Art. 56. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacio-

nal - GDAE, devida aos ocupantes dos cargos Técnicos-Administrativos das instituições federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, referidos no art. 55, no percentual de até duzentos por centos incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º A GDAE será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional da instituição federal de ensino, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º As avaliações de desempenho individual deverão ser feitas em escala de zero a cem pontos, sendo que o desvio padrão deverá ser maior ou igual a cinco e a média aritmética das avaliações individuais deverá ser menor ou igual a noventa pontos, considerando o conjunto das avaliações de cada instituição federal de ensino.

Art. 57. Os valores dos vencimentos dos cargos referidos no art. 55 desta Medida Provisória são os constantes do Anexo XVIII.

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE SANITARISTA

Art. 58. Fica criada a Carreira de Sanitarista, composta de cargos de igual denominação, nos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 59. A Carreira de Sanitarista, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. 60. Os ocupantes do cargo de Sanitarista têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, a gestão, o planejamento, a coordenação, a supervisão, a normatização e a execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública, abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle e a prevenção de doenças endêmicas e epidêmicas, destacando-se: a esquistossomose, a cólera, a dengue, a malária, a febre amarela, a leishmaniose, a doença de Chagas, a hanseníase, a tuberculose, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida — AIDS e as doenças emergentes;

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e

de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambientais relacionados com a saúde humana,

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

f) a promoção e a implementação de ações educativas de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e o acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e à inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalizações sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário, cujos compromissos tenham implicações na área de saúde pública; e

l) a vigilância sanitária internacional.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Sanitarista em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 61. São transformados em cargos de Sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, mediante opção, os titulares dos cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo-Saúde Pública, criado pelo art. 1º do Decreto nº 79.456, de 30 de março de 1977, e o art. 1º do Decreto nº 83.928, de 3 de setembro de 1979, e os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo, Técnico

em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde e dos demais órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Saúde, com a consequente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira (Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), na forma do Anexo XVII.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Sanitarista os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, detentores de diploma de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou que, no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional comprovado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública e, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo de forma irreatável até 30 dias após a publicação desta medida provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 62. A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Sanitarista é de 40 (quarenta) horas semanais, com direito ao Incentivo Funcional, por trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 63. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Saúde Pública – GDASP, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Sanitarista, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Saúde, na Fundação Nacional de Saúde e nos demais órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A GDASP será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem

como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 64. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Sanitarista são os constantes do Anexo VII.

Art. 65. O titular de cargo efetivo da carreira que trata o art. 55 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 5 e DAS 6, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus ao valor máximo da GDASP.

Art. 66. O integrante da Carreira Sanitarista, que não se encontre na situação prevista no art. 60 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDASP:

I _ quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II _ quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDASP no valor de setenta e cinco por cento de seu valor máximo.

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS

Art. 67. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Commissionadas Técnicas – FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

§ 1º As Funções Commissionadas Técnicas destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, constantes do Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1º desta Medida Provisória.

§ 2º O servidor ou empregado, investido nas Funções Commissionadas a que se refere o **caput** deste artigo, receberá pelo exercício desta função, a título de parcela variável, valor equivalente à diferença entre a remuneração ou o salário recebido pelo cargo ou emprego público e o valor unitário total da função que exerce, conforme estabelecido no Anexo XIII.

§ 3º Para fins de cálculo da parcela variável a que se refere o § 2º, será considerada como remuneração

ração a definidano inciso III do art. 1º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 4º O servidor ou empregado a que se refere o § 2º deste artigo poderá optar por receber, pelo exercício da Função Comissionada Técnica, parcela variável correspondente ao valor da opção, conforme estabelecido no Anexo XIII, obedecidos aos limites fixados pela Lei nº 8.852, de 1994.

§ 5º As Funções Comissionadas Técnicas não são cumulativas com os cargos em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei nº 9.030, de 13 de abril de 1995, com as Funções Gratificadas, criadas pelo art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, com as Gratificações de Representação da Presidência da República e dos órgãos que a integram e com os cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata o art. 1º da Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998.

§ 6º A Função Comissionada Técnica a que se refere este artigo, caracterizada pela complexidade e responsabilidade, somente poderá ser ocupada por servidor ou empregado com qualificação, capacidade e experiência, na forma definida em ato do Poder Executivo.

§ 7º o preenchimento das Funções Comissionadas Técnicas referidas no **caput** deste artigo deverá ser feito de forma gradual, observando-se a disponibilidade orçamentária em cada exercício, e somente poderá ocorrer após a avaliação de cada posto de trabalho existente no órgão ou na entidade, de acordo com critérios a serem estabelecidos em regulamento.

§ 8º As Funções Comissionadas Técnicas não se incorporam aos proventos da aposentadoria e às pensões.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 41 e 56 desta Medida Provisória:

I _ somente serão devidas, se percebidas há pelo menos cinco anos; e

II _ serão calculadas pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1º A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2º Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Art. 69. Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, exceto:

I _ as gratificações a que se refere os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória, relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000; e

II _ as gratificações a que se refere o art. 56 desta Medida Provisória relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até 31 de maio de 2001.

Art. 70. Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 59 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

I – Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão, vinte e cinco por cento;

II – Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, vinte e cinco por cento;

III – Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados, vinte e cinco por cento;

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, doze vírgula vinte e cinco por cento, cinco vírgula cinco por cento e dois vírgula cinco por cento, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente;

V – Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária, vinte e cinco por cento; e

VI _ Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento;

VII – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional, cento e sessenta por cento.

§ 1º O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou menor.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos ou funções comissionadas que fazem jus às gratificações de que tratam os incisos I a VII.

Art. 71. Os valores dos vencimentos básicos constantes dos Anexos VII, VIII, IX, X, XI, XVIII não poderão servir de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens de quaisquer outros servidores.

Art. 72. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira.

Parágrafo único. Em se tratando de nomeados para cargos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União, em decorrência de concursos públicos iniciados até 30 de junho de 2000, a diferença será calculada tendo-se em vista a remuneração inicial de maior valor indicado em edital, assim também se calculando para os demais integrantes das respectivas categorias iniciais das mencionadas Carreiras.

Art. 73. Os ocupantes dos cargos de que trata esta Medida Provisória não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade – GAE, de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 74. Até que seja aprovado o regulamento de que trata o § 2º do art. 4º desta Medida Provisória, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas vigentes na data de sua publicação.

§ 1º Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, não será considerado como progressão funcional ou promoção o enquadramento decorrente da aplicação desta Medida Provisória.

Art. 75. Nos casos de transposição o novo enquadramento, as diferenças remuneratórias, decorrentes de alterações no vencimento básico, serão

consideradas para todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico.

Art. 76. Será de cento e vinte dias, contados a partir de 30 de junho de 2000, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de que trata o art. 68.

Art. 77. A remuneração dos Cargos em Comissão de Natureza Especial — NES e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores— DAS, níveis 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e dos Cargos de Direção das Instituições Federais de Ensino, passa a ser constituída de uma única parcela nos valores constantes do Anexo XVI desta Medida Provisória.

§ 1º O servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública Federal direta ou indireta, investido nos cargos a que se refere o **caput** deste artigo, poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas, obedecidos os limites fixados pela Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994:

I – a remuneração do Cargo em Comissão ou de Direção, acrescida dos anuênios;

II – a diferença entre a remuneração do Cargo em Comissão ou de Direção e a remuneração do cargo efetivo ou emprego; ou

III – a remuneração do cargo efetivo ou emprego, acrescida dos seguintes percentuais da remuneração do respectivo Cargo em Comissão ou de Direção:

a) sessenta por cento da remuneração dos cargos DAS níveis 1, 2 e 3;

b) vinte e cinco por cento dos cargos NES e DAS níveis 4, 5 e 6; e

c) vinte e cinco por cento dos CD, níveis 1, 2, 3 e 4.

§ 2º O docente da carreira de Magistério, integrante do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, submetido ao Regime de Dedicção Exclusiva, poderá ocupar Cargo de Direção—CD ou Função Gratificada – FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar nos termos da alínea **c**, inciso III, § 1º, deste artigo.

§ 3º O docente a que se refere o § 2º ce di do para órgãos e entidades da Administração Pública Federal

direta, autárquica e fundacional, para o exercício de Cargo em Comissão de Natureza Especial ou de Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 6, DAS 5 ou DAS 4, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao Regime de Dedicção Exclusiva.

§ 4º O acréscimo previsto no parágrafo anterior poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação, para o exercício de Cargo em Comissão de nível DAS 3.

Art. 78. Caso venha a ser extinta autarquia ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º Na hipótese de extinção de autarquia ou fundação ocorrida anteriormente à criação da Carreira de Procurador Federal, será facultado, aos que ocupavam na entidade extinta qualquer um dos cargos elencados no art. 39 desta Medida Provisória, o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, mediante opção do interessado, manifestada até 31 de janeiro de 2001, desde que atendidas as exigências necessárias ao enquadramento.

Art. 79. Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior aos casos semelhantes de redistribuição, independentemente de haver sido ou não extinta a entidade de origem.

Art. 80. Os arts. 1º e 2º do Decreto Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, alcançam em seus efeitos os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, ativos e inativos, e os pensionistas que já estejam percebendo a vantagem deles decorrente.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos integrantes da Carreira de Procurador Federal.

Art. 81. O art. 22 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Ficam as Agências autorizadas a custear as despesas com remoção e estada para os profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para os Cargos Comissio-

nados Técnicos, nos níveis CCT V e IV, vierem a ter exercício em cidade diferente da de seu domicílio, conforme disposto em regulamento de cada Agência, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Pública Federal direta.” (NR)

Art. 82. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.136-35, de 23 de fevereiro de 2001.

Art. 83. O Quadro IV da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, fica acrescido das autorizações constantes no Anexo XIX desta Medida Provisória.

Art. 84. O art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º.
.....

§ 7º Os contratos dos professores substitutos prorrogados com base no inciso III deste artigo poderão ser novamente prorrogados, pelo prazo de até doze meses, desde que o prazo final do contrato não ultrapasse 31 de dezembro de 2002, e tenha sido aberto processo seletivo simplificado, com ampla divulgação, sem a inscrição ou aprovação de candidatos.” (NR)

Art. 85. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.136-38, de 24 de maio de 2001.

Art. 86. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 87. Ficam revogados os arts. 4º, 9º, 10 e 11 do Decreto-Lei nº 2.266, de 12 de março de 1985; a Lei nº 7.702, de 21 de dezembro de 1988; o art. 7º da Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992; o art. 22 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998; a Lei nº 9.647, de 26 de maio de 1998; o art. 11 da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998; os arts. 1º e 10 da Lei nº 9.641, de 25 de maio de 1998; o § 1º do art. 11, o § 2º do art. 12 e o Anexo III da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; os arts. 1º e 13 da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998; o Decreto nº 2.665, de 10 de julho de 1998, e a Medida Provisória nº 2.136-38, de 24 de maio de 2001.

Brasília, 31 de maio de 2001. – 180º da Independência e 113º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – Pedro Malan – Eliseu Padilha – Paulo Renato Souza – Marcus Vinícius Prati de Moraes – José Serra – Alcides Lopes Tápias – Martus Tavares – Roberto Brant – Ronaldo Mota Sardenberg – Gilmar Ferreira Mendes.

ANEXO I

a) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E DOS CARGOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Fiscal Federal Agropecuário	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	A
V		
IV		
III		
II		
I		

b) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM, SUSEP E SANITARISTA DO GRUPO SAÚDE PÚBLICA

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.	IV	ESPECIAL
	III	
	II	
	I	
	VII	
Analista de Comércio Exterior	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
Superintendente e Analista da CVM	I	B
	VII	
	VI	
	V	
	IV	
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento, e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.	III	A
	II	
	I	
	VI	
	V	
Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas	IV	A
	III	
	II	
	I	
	V	

ANEXO II

a) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

VEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE
NS	Pesquisador	III	TITULAR
		II	
		I	
		III	ASSOCIADO
		II	
		I	
		III	ADJUNTO
		II	
		I	
		III	ASSISTENTE DE PESQUISA
		II	
		I	

b) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE
NS	Tecnologista	III	SÊNIOR
		II	
		I	
		III	PLENO 3
		II	
		I	
		III	PLENO 2
		II	
		I	
		III	PLENO 1
		II	
		I	
NI	Técnico	III	JÚNIOR
		II	
		I	
		III	TÉCNICO 3
		II	
		I	
NI	Técnico	III	TÉCNICO 3
		II	
		VI	TÉCNICO 2
		V	
IV			

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	
NA	Auxiliar Técnico	III	TÉCNICO 1	
		II		
		I		
		VI		
		V		
		IV		
		III	AUXILIAR TÉCNICO 2	
		II		
		I		
		VI		AUXILIAR TÉCNICO 1
		V		
		IV		
III				
II				
I				

c) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE
NS	Analista em Ciência e Tecnologia	III	SÊNIOR
		II	
		I	
		III	PLENO 3
		II	
		I	
		III	PLENO 2
		II	
		I	
		III	PLENO 1
		II	
		I	
		III	JÚNIOR
		II	
		I	

NI	Assistente em Ciência e Tecnologia	III	ASSISTENTE 3
		II	
		I	
		VI	ASSISTENTE 2
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
		VI	ASSISTENTE 1
		V	
		IV	
III			
II			
I			
NA	Auxiliar em Ciência e Tecnologia	VI	AUXILIAR 2
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	
		VI	AUXILIAR 1
		V	
		IV	
		III	
		II	
		I	

ANEXO III
ESTRUTURA DE CARGOS

CARGO	PADRÃO	CATEGORIA
Procurador Federal	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	V	PRIMEIRA
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VII	
	VI	SEGUNDA
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
Médico Veterinário	B	VI	VI	C	Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		

D	II	II	A	-
	I	I		
	V	V		
	IV	IV		
	III	III		
	I	I		

ANEXO V

a) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Situação Atual		Situação Nova	
CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
TITULAR	III	III	TITULAR
	II	II	
	I	I	
ASSOCIADO	III	III	ASSOCIADO
	II	II	
	I	I	
ADJUNTO	III	III	ADJUNTO
	II	II	
	I	I	
ASSISTENTE DE PESQUISA	III	III	ASSISTENTE DE PESQUISA
	II	II	
	I	I	

b) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Situação Atual		Situação Nova	
CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
SÊNIOR	III	III	SÊNIOR
	II	II	
	I	I	
PLENO 3	III	III	PLENO 3
	II	II	
	I	I	
PLENO 2	III	III	PLENO 2
	II	II	
	I	I	
PLENO 1	III	III	PLENO 1
	II	II	
	I	I	
JÚNIOR	III	III	JÚNIOR
	II	II	
	I	I	
TÉCNICO 3	III	III	TÉCNICO 3
	II	II	
	I	I	
TÉCNICO 2	VI	VI	TÉCNICO 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
TÉCNICO 1	VI	VI	TÉCNICO 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
AUXILIAR TÉCNICO 2	VI	VI	AUXILIAR TÉCNICO 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
AUXILIAR TÉCNICO 1	VI	VI	AUXILIAR TÉCNICO 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	I	I	

c) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Situação Atual		Situação Nova	
CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE
SÊNIOR	III	III	SÊNIOR
	II	II	
	I	I	
PLENO 3	III	III	PLENO 3
	II	II	
	I	I	
PLENO 2	III	III	PLENO 2
	II	II	
	I	I	
PLENO 1	III	III	PLENO 1
	II	II	
	I	I	
JÚNIOR	III	III	JÚNIOR
	II	II	
	I	I	
ASSISTENTE 3	III	III	ASSISTENTE 3
	II	II	
	I	I	
ASSISTENTE 2	VI	VI	ASSISTENTE 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
ASSISTENTE 1	VI	VI	ASSISTENTE 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
AUXILIAR 2	VI	VI	AUXILIAR 2
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
AUXILIAR 1	I	I	AUXILIAR 1
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	

ANEXO VI
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargos	Categoria	Padrão	Padrão	Categoria	Cargo
Procurador Autárquico Procurador Advogado Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários	A	III	III	ESPECIAL	Procurador Federal
		II	II		
		I	I		
	B	VI	V	PRIMEIRA	
		V	IV		
		IV	III		
		III	II		
		II	I		
	C	VI	VII	SEGUNDA	
		V			
		IV			
		III			
		II			
	D	I	VI	SEGUNDA	
		V			
		IV			
		III			
		II			
		V			
		IV			
		III			
		II			
		I			

ANEXO VII
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM RS)
Analista de Finanças e Controle,	ESPECIAL	IV	4.490,21
		III	4.359,01
		II	4.232,05
		I	4.108,78
Analista de Planejamento e Orçamento,	C	VII	3.950,75
		VI	3.835,68
		V	3.723,96
		IV	3.615,50
		III	3.510,19
Analista de Comércio Exterior,	C	II	3.407,95
		I	3.308,69
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental,	C	VII	3.181,44
		VI	3.112,95
Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500,	B	V	3.045,94
		IV	2.980,37
		III	2.916,22
Técnico de Planejamento e Pesquisa, demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA	B	II	2.853,44
		I	2.792,02
Inspetor e Analista da CVM	A	VI	2.684,63
		V	2.603,91
Analista Técnico da SUSEP	A	IV	2.515,85
		III	2.440,21
Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde e entidades vinculadas	A	II	2.366,84
		I	2.295,67

ANEXO VIII
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	ESPECIAL	IV	1.467,80
		III	1.441,85
		II	1.417,75
		I	1.395,42
	C	VII	1.362,72
		VI	1.338,62
		V	1.316,25
		IV	1.295,52
		III	1.276,37
	B	II	1.258,75
		I	1.241,37
		VII	1.211,09
		VI	1.189,68
		V	1.168,64
		IV	1.147,98
	A	III	1.127,68
		II	1.107,74
		I	1.088,15
VI		1.056,46	
V		1.032,71	
IV		1.008,50	
III		985,83	
II		963,67	
I	942,00		

ANEXO IX
TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM RS
NS	Pesquisador Tecnologista Analista em Ciência e Tecnologia	III	TITULAR SÊNIOR	2.387,96
		II		2.291,71
		I		2.199,34
		III	ASSOCIADO PLENO 3	2.070,94
		II		1.987,46
		I		1.907,36
		III	ADJUNTO PLENO 2	1.796,00
		II		1.723,61
		I		1.654,14
		III	ASSISTENTE DE PESQUISA PLENO 1	1.557,57
		II		1.494,79
		I		1.434,54
		III	JÚNIOR	1.350,79
		II		1.296,34
		I		1.244,09
NI	Técnico Assistente em Ciência e Tecnologia	III	ASSISTENTE 3 TÉCNICO 3	1.196,52
		II		1.151,01
		I		1.107,15
		VI	ASSISTENTE 2 TÉCNICO 2	1.064,84
		V		1.024,03
		IV		984,63
		III		946,62
		II		909,85
		I	874,33	ASSISTENTE 1 TÉCNICO 1
		VI	840,11	
		V	806,97	
		IV	774,96	
		III	743,98	
		II	714,05	AUXILIAR 2 AUXILIAR TÉCNICO 2
		I	685,01	
VI	530,32			
NA	Auxiliar Técnico Auxiliar em Ciência e Tecnologia	V	AUXILIAR 1	516,88
		IV		503,79
		III		491,02
		II		478,58
		I		466,45

		V	AUXILIAR TÉCNICO 1	435,05
		IV		424,03
		III		413,28
		II		402,81
		I		392,60

ANEXO X
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM RS)
Fiscal Federal Agropecuário	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,77
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
	A	I	2.047,39
		V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

ANEXO XI
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CATEGORIA	PADRÃO	VALOR (EM REAIS)
Procurador Federal Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União Procurador da Procuradoria Especial da Marinha	ESPECIAL	III	5.446,34
		II	5.309,16
		I	5.176,14
	PRIMEIRA	V	4.883,15
		IV	4.749,68
		III	4.619,86
		II	4.493,59
		I	4.370,77
		VII	4.123,37
	SEGUNDA	VI	3.927,02
		V	3.740,02
		IV	3.561,92
		III	3.392,31
		II	3.230,77
		I	3.076,92

ANEXO XII
TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM RS) (40h semanais)
Analista do Banco Central	A	IV	3.903,30
		III	3.614,10
		II	3.361,24
		I	3.144,29
	B	IV	2.957,24
		III	2.796,44
		II	2.658,85
		I	2.541,92
	C	IV	2.443,57
		III	2.362,08
		II	2.296,06
		I	2.244,44
Técnico do Banco Central	D	III	2.206,38
		II	2.150,00
		I	2.007,78
		IV	1.165,01
	A	III	1.130,69
		II	1.087,01
		I	1.045,20
		IV	1.004,95
	B	III	966,26
		II	920,09
		I	876,10
		IV	834,29
C	III	794,35	
	II	749,11	
	I	706,68	
	III	666,43	
D	II	628,68	
	I	592,80	

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM REAIS) (40h semanais)
Procurador do Banco Central	A	IV	3.903,30
		III	3.614,10
		II	3.361,24
		I	3.144,29
	B	IV	2.957,24
		III	2.796,44
		II	2.658,85
		I	2.541,92
	C	IV	2.443,57
		III	2.362,08
		II	2.296,06
		I	2.244,44
	D	III	2.206,38
		II	2.150,00
		I	2.105,27

**ANEXO XIII
FUNÇÕES COMISSI ONADAS TÉCNICAS**

FUNÇÃO COMISSI ONADA	QUANTITATIVO DE FUNÇÕES	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)	VALOR DA OPÇÃO (EM REAIS)
FCT 1	131	3.800,00	1.140,00
FCT 2	191	3.187,20	956,16
FCT 3	252	2.673,22	855,43
FCT 4	313	2.242,13	762,32
FCT 5	374	1.880,55	695,80
FCT 6	435	1.577,29	630,91
FCT 7	496	1.322,93	582,09
FCT 8	557	1.109,59	543,70
FCT 9	618	930,65	511,86
FCT 10	679	780,57	483,95
FCT 11	740	654,69	458,28
FCT 12	801	549,12	439,29
FCT 13	862	460,56	414,51
FCT 14	923	386,29	386,29
FCT 15	1.331	324,00	324,00
TOTAL	8.703		

**ANEXO XIV
TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS**

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA			
Cargos	Classe	Padrão	Categoria	Cargos	
Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União	ESPECIAL	III	ESPECIAL	Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União	
		II			
		I			
		V			
		IV			
		III			
	PRIMEIRA	II	PRIMEIRA		
		I			
		VII			SEGUNDA
		VI			
		V			
		IV			
III					
SEGUNDA	II	SEGUNDA			
	I				

**ANEXO XV
TABELA DE CORRELAÇÃO**

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista do Banco Central do Brasil Procurador do Banco Central do Brasil	A	IV	IV	A	Analista do Banco Central do Brasil Procurador do Banco Central do Brasil
		III			
		II			
		I			
	B	IV	I	B	
		III	IV		
		II	III		
		I	II		
	C	IV	I	C	
		III	IV		
		II	III		
		I	II		
	D	III	I	D	
		II	II		
		I	I		
		I	III		
		II			
		I			

**ANEXO XVI
TABELA DE REMUNERAÇÃO**

a) GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES - DAS

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
DAS 101.6 e 102.6	6.000,00
DAS 101.5 e 102.5	5.200,00
DAS 101.4 e 102.4	3.800,00
DAS 101.3 e 102.3	1.390,19
DAS 101.2 e 102.2	1.240,45
DAS 101.1 e 102.1	1.120,14

b) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano	8.000,00
Secretário de Estado de Assistência Social	7.200,00
Secretário de Estado dos Direitos Humanos	7.200,00
Comandante da Marinha	7.200,00
Comandante do Exército	7.200,00
Comandante da Aeronáutica	7.200,00
Secretário-Geral de Contencioso	6.200,00
Secretário-Geral de Consultoria	6.200,00
Subdefensor Público Geral da União	6.000,00
Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios	6.400,00

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO - CD

CARGO	VALOR UNITÁRIO (EM REAIS)
CD - 1	5.600,00
CD - 2	4.800,00
CD - 3	3.800,00
CD - 4	2.800,00

**ANEXO XVII
TABELA DE CORRELAÇÃO**

Cargo	SITUAÇÃO NOVA					
	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo	
Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo-Saúde Pública.	A	III	IV	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA Analista de Comércio Exterior Inspetor e Analista da CVM Analista Técnico da SUSEP. Sanitarista do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional da Saúde e entidades vinculadas	
		II	III			
		I	II			
		VI	I			
	B	V	VII	C		
		IV	VI			
		III	V			
		II	IV			
	C	I	III	B		
		VI	II			
		V	I			
		IV	VII			
	D	III	VI	B		
		II	V			
		I	IV			
		V	III			
		IV	II			
		III	I			
		II	VI			
		I	V			
		IV				
		III				
		II				
		I				
			A			

ANEXO XVIII
TABELA DE VENCIMENTO

a) Cargos de Nível Superior

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnicos- Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	ESPECIAL	III	644,89
		II	603,40
		I	563,87
	C	VI	555,50
		V	539,44
		IV	523,92
		III	508,85
		II	494,21
		I	480,01
	B	VI	466,21
		V	452,82
		IV	439,82
		III	427,19
		II	414,94
		I	403,05
	A	V	391,52
		IV	380,29
		III	318,89
II		309,75	
I		300,87	

b) Cargos de Nível Médio

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)	
Técnicos- Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	ESPECIAL	III	387,68	
		II	358,57	
		I	343,62	
	C	VI	329,29	
		V	326,95	
		IV	313,36	
		III	300,34	
		II	287,84	
		B	VI	264,47
			V	253,55
IV			243,08	
III			233,04	
II			223,44	
A		I	214,25	
		V	205,47	
		IV	201,01	
		III	198,40	
		II	196,40	
I	194,40			

c) Cargos de Nível Auxiliar

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnicos- Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	ESPECIAL	III	218,07
		II	207,70
		I	203,81
	C	VI	200,60
		V	199,50
		IV	198,40
		III	197,30
		II	196,20
		I	195,10
	B	VI	194,00
		V	192,90
		IV	191,80
		III	190,70
		II	189,60
	A	I	188,50
		V	187,40
		IV	186,30
		III	185,20
		II	184,10
	I	183,00	

ANEXO XIX

Demonstrativo de que trata o art. 62 da Lei nº 9.995, de 2000, Para atendimento ao Disposto no art. 169, § 1º, Inciso II, da Constituição

”4 – Poder Executivo:

V – Ministério da Fazenda:

l) provimento, mediante concurso público, de 115 cargos de Analista do Banco Central do Brasil: e

m) provimento, mediante concurso público, de 30 cargos de Procurador do Banco Central do Brasil.

VII – Ministério da Justiça.

d) concessão da Gratificação de Operações Especiais—GOE para os Policiais Rodoviários Federais.

XVI — Ministério da Defesa:

b) implantação da Lei de Remuneração dos Militares;

c) provimento, mediante concurso público, de até 8 cargos de Pesquisador Adjunto da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

d) provimento, mediante concurso público, de até 18 cargos de Assistente de Pesquisa da Carreira de Ciência e Tecnológico no Comando da Aeronáutica,

e) provimento, mediante concurso público, de até 3 cargos de Tecnologista Sênior da Carreira de Ciência e Tecnológico no Comando da Aeronáutica,

f) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Tecnologista Pleno 2 da Carreira de Ciência e Tecnológico no Comando da Aeronáutica;

g) provimento, mediante concurso público, de até 10 cargos de Tecnologista Pleno 1 da Carreira de Ciência e Tecnológico no Comando da Aeronáutica;

h) provimento, mediante concurso público, de até 136 cargos de Tecnologista Júnior da Carreira de Ciência e Tecnológico no Comando da Aeronáutica;

i) provimento, mediante concurso público, de até 48 cargos de Analista em Ciência e Tecnologia da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

j) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Técnico 3 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

k) provimento, mediante concurso público, de até 15 cargos de Técnico 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

l) provimento, mediante concurso público, de até 108 cargos de Técnico 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica,

m) provimento, mediante concurso público, de até 6 cargos de Professor de Ensino de 3º Grau para o Instituto Militar de Engenharia do Comando do Exército;

n) provimento, mediante concurso público, de até 39 cargos de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus no Comando da Marinha e

o) provimento, mediante concurso público, de até 1.013 empregos diversos para o Hospital das Forças Armadas.

XVII — Ministério da Educação:

a) reestruturação de cargos e carreiras integrantes do PUCRCE, Lei nº 7.596, de 1987; e

b) provimento, mediante concurso público, de até 2000 cargos efetivos de Professor de Ensino de 3º Grau.“

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa, uma vez que tenho lido, na imprensa diária, que amanhã regressará a esta Casa o já quase saudoso Presidente Jarbas Passarinho e que S. Exª – as declarações são entre aspas – voltaria aqui não para assumir a Presidência, mas para usar da tribuna do Senado; ou seja, voltaria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tal vez tenha se enganado: não o Senador Jarbas Passarinho, mas o Senador Jader Barbalho.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF) – Sim! Jader Barbalho! Estou tão velho! Jarbas Passarinho foi meu capitão no CPOR de Belo Horizonte e me lembrei dele aqui, agora.

Então, o Presidente Jader Barbalho regressará a esta Casa, mas, de acordo com suas declarações à Imprensa, não sei se devidamente, voltará apenas

para assumir a sua cadeira de Senador. Quer dizer que, realmente, a cadeira de Presidente desta Casa virou uma "cadeira elétrica". Eu mesmo, se convocado para substituir o Presidente, não teria a coragem que V. Exª está tendo. Meus parabéns!

S. Exª disse que não quer assentar na "cadeira elétrica" e assentar-se-á na planície. Parece que o art. 57, § 5º, da Constituição Federal estabelece que, sendo o Senador o Presidente da Casa, a Presidência e a senatória não podem ser exercidas separadamente uma da outra. Não pode haver só um exercício da metade da banda; tem que ser da banda inteira: Senador e Presidente.

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de pedir à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Respondendo à indagação de V. Exª, Senador Lauro Campos, a Mesa tem o entendimento de que, estando o titular licenciado, assume, como assumiu, de forma temporária, até a resolução dessa questão, o Senador Edison Lobão, que é Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Espero haver respondido à questão de ordem formulada por V. Exª.

A Presidência está sendo ocupada pelo substituto eventual, no caso, o Vice-Presidente Edison Lobão, de acordo com o § 5º do art. 57 da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 57.

§ 5º – A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Quem está investido de todas as prerrogativas inerentes ao cargo é o Senador Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, conseqüentemente, S. Exª é o Presidente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Não há mais oradores inscritos.

O Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª. será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como transformar uma das regiões mais subdesenvolvidas

do Continente, abandonada não durante décadas, mas séculos, em algo que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso classificou como o "Eldorado brasileiro"?

A receita, Sr. Presidente, está na administração do Estado do Tocantins, e tem como ingredientes fundamentais muito trabalho, muito interesse público e uma política inteligente e criativa de incentivos fiscais, que vem atraindo, constantemente, investimentos nacionais e internacionais.

Nossa intenção, ao fazermos este breve pronunciamento, é demonstrar que o desânimo, o marasmo, o derrotismo que hoje contamina parcela da população e até autoridades governamentais em seus vários níveis, pode e deve ser superado, pois o Brasil, e seu extraordinário povo, são infinitamente maiores do que qualquer crise episódica e passageira, e o caso do Estado do Tocantins é um exemplo dos mais positivos, que deve ser considerado paradigma e inspiração para todos, particularmente em momentos de preocupação com a coisa pública, como o que estamos atualmente a viver.

Todos sabemos que, com a globalização que inexoravelmente espalhou-se para todo o planeta, é essencial, em nosso tempo, que investimentos domésticos e internacionais sejam atraídos, para que o desenvolvimento possa ser deflagrado. É a estratégia utilizada por países formalmente comunistas, como a República Popular da China, que não tem nenhum constrangimento em receber empresas "capitalistas", ou da Cuba de Fidel Castro, que hoje arrecada mais com o turismo de estrangeiros do que com a produção de açúcar.

Essa, precisamente, é uma das tônicas dominantes da estratégia desenvolvimentista implantada no Tocantins, e que, queremos proclamar desta tribuna, vem dando certo, permitindo que o Estado se liberte dos grilhões do atraso e do subdesenvolvimento e ensejando uma melhor qualidade de vida à sua laboriosa população.

No último mês de julho, por exemplo, nosso Estado foi honrado com a visita do Presidente da Eslováquia, Rudolf Schuster, quando declarou que seu país e o Tocantins deverão tornar-se parceiros comerciais. A nação europeia deverá importar grãos e cristais tocaninenses e o Tocantins deverá tornar-se um centro de distribuição, para os demais Estados, de produtos eslovacos.

Também um grupo empresarial espanhol, denominado União Fenosa e Soluciona Saúde, que atua no setor de consultoria, visitou o Tocantins, buscando parcerias em negócios emergentes, manifestando particular interesse nas sete usinas hidroelétricas que proximoamente serão objeto de licitação, e que serão construídas no Estado.

Negociações estão sendo promovidas com grupos franceses que atuam no setor de cosméticos, pois há interesse na importação de quinze plantas típicas do cerrado tocaninense havendo concreta possibilidade de o Estado abrigar um grande laboratório que atua nesse segmento.

Missão francesa, igualmente, esteve em nosso Estado no final do mês transato, integrada por técnicos da universidade gaulesa de Contiegne, com o objetivo de prestar assistência técnica em projetos de tecnologia, no contexto de um projeto de transferência de tecnologia denominado "Exchange".

E, já no primeiro dia do mês em curso, empresários gaúchos da Maxxibolt, do Grupo Fio Forte, estiveram em nosso Estado, informando que vão investir cerca de R\$20 milhões na instalação de uma fábrica metalúrgica, em Palmas, cujas obras terão início em apenas 15 dias e gerarão, inicialmente, pelo menos 200 empregos.

Todas essas visitas a nosso Estado, todos esses investimentos de grupos brasileiros e internacionais vêm dinamizando a economia do Tocantins, ensejando a abertura de vagas no mercado de trabalho e permitindo que a população tenha melhores condições de vida.

Para nós, por conseguinte, a palavra crise não é motivo de desânimo, de desalento, mas, muito pelo contrário, é de senca de a dor e novas ações, da busca por financiamentos e investimentos.

Foi com esse propósito que fizemos este pronunciamento, não apenas para apresentar uma pequena amostra do que está sendo feito no Tocantins, mas, principalmente, para que esse exemplo frutifique, servindo de modelo aos administradores públicos e políticos de nosso País.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 1997

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR), tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francellino Pereira.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001 (nº 563/2000, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 659, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornelas.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001 (nº 564/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 660, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001 (nº 551/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em

freqüência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 619, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francellino Pereira.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 40, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001 (nº 571/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 620, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001 (nº 527/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 678, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 47 minutos.)

Emenda apresentada perante a Comissão Mista, destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.202-1, adotada em 26 de julho de 2001 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas e Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e para a Seguridade Social – COFINS incidentes sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação":

CONGRESSISTA

EMENDA Nº

Deputado Ricardo Ferraço.....001

SACM

Emendas Apresentadas: 001

MP 2.202-1
000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 01.08.2001	proposição Medida Provisória nº 2.202-01/2001
--------------------	--

autor Ricardo Ferraço	nº do prontuário 292
--------------------------	-------------------------

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte artigo ao texto da MP 2202-01/2001:

"Art. 2º A empresa exportadora fará jus a crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na forma da Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, como ressarcimento das mesmas contribuições incidentes sobre as aquisições de mercadorias no mercado interno, destinadas à exportação.

Parágrafo único. O crédito presumido de que trata este artigo será apurado na forma da Lei nº 9.363, de 13 de dezembro de 1996, ou desta Medida Provisória, podendo ser compensado com tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidos pela empresa exportadora."

Justificativa

Encontrando-se na mesma situação dos contribuintes a que se refere a Medida Provisória supracitada, imperioso que se faça a equiparação das empresas exportadoras, ao benefício do crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na forma da Lei nº 9.363/96.

Ricardo Ferraço
Deputado RICARDO FERRAÇO
PPS/ES

PARLAMENTAR

Deputado RICARDO FERRAÇO

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 017/2001-CN

MENSAGEM

Nº 00345, de 20-6-2001-CN
(Nº 0578, de 19-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, Crédito Suplementar e Assistência suple-

mentar no valor de R\$916.000,00 (novecentos e dezesseis mil reais), para reforçar dotações consignadas no orçamento vigente.

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00001
PL 17/2001 - CN
Mensagem 0345/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	17	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA 1 de 1
---------------------	----	-----------------------	------------------

TEXTO

Acrescente-se R\$ 300.000,00 nos "Serviços de atendimento aos usuários da previdência social/ ouvidoria da previdência social - Nacional" - 09 271 0085 2587 0003

Cancele-se R\$ 300.000,00 na "Formulação de políticas na área de assistência social - nacional" - 08 122 0072 4589 0003

JUSTIFICAÇÃO

A quantia de R\$ 500 mil para formulação de políticas parece excessiva, enquanto a Ouvidoria da Previdência Social precisa ser melhor operacionalizada.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Dep. Virgílio Guimarães	UF MG	PARTIDO PT
DATA 01/08/2001	ASSINATURA <i>Virgílio Guimarães</i>		

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 018/2001-CN
MENSAGEM

Nº 00346, de 20-6-2001-CN
(Nº 0579, de 19-6-2001, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$700.000,00 (sete centos mil reais), para os fins que especifica.

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

EMENDA - 00001

PL 18/2001 - CN
Mensagem 0346/2001 - CN

INSTRUÇÕES NO VERSO 18 PROJETO DE LEI NÚMERO PÁGINA 1 de 1

TEXTO

Cancele-se R\$ 700.000,00 para o subtítulo "concessão de empréstimos para liquidação de sociedades seguradoras, de capitalização e entidades de previdência privada aberta (Lei 10.190/2001 – Art. 3)- Nacional" – 04 125 0779 0351 0001

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda é evitar que os essenciais recursos para a fiscalização do mercado de seguros, já sabidamente reduzidos, sejam utilizados para conceder empréstimos a instituições com fins lucrativos, reproduzindo o Proer neste mercado, um programa que grandes prejuízos trouxe ao Banco Central e, por consequência, ao Tesouro Nacional.

CÓDIGO NOME DO PARLAMENTAR UF PARTIDO

Dep Virgílio Guimarães HC PT

DATA ASSINATURA

07/05/2001 Virgílio Guimarães

ATAS DE COMISSÃO**COMISSÃO MISTA ESPECIAL**

Criada através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, Com a finalidade de "Estudar as Causas da Crise de Abastecimento de Energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento".

1ª Reunião de (Instalação) realizada em 5-6-01.

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e hum, às treze horas e quarenta minutos, na sala 02 da ala Senador Nilo Coelho, ", sob a presidência do Senador Nabor Júnior, reúnem-se os Senhores Parlamentares, membros da Comissão Mista Especial, com a finalidade de "estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como

propor alternativas ao seu equacionamento, para sua instalação. Presentes os Senadores Alberto Silva, Paulo Souto, José Agripino, Heloísa Helena, Paulo Hartung e os Deputados Antônio Cambraia, Juquinha, Marcos Cintra, Aníbal Gomes, João Colaço, Fernando Ferro, Airtton Dipp, Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Virgílio Guimarães e Clementino Coelho. A seguir o Senhor Presidente iniciou o processo de votação que depois de encerrado foram convidados para servirem como escrutinadores os Deputados José Carlos Aleluia e Fernando Gabeira, que procederam a apuração encontrando treze cédulas que conferiram com o número de votantes, tendo apresentado os seguintes resultados: doze votos para o Deputado Antônio Cambraia como Presidente, quatro votos para o Deputado Fernando Gabeira como Vice-Presidente, totalizando os votos em treze. Para apuração dos votos a reunião foi presidida pelo Senador José Agripino que proclamou o resultado e empossou os eleitos, convidando o Deputado Antônio Cambraia para assumir a os trabalhos. Agradecendo a confiança que lhe foi depositada, o Senhor indicou para ser Relator desta Comissão Especial o Senador Paulo Souto e a seguir foram dadas as palavras aos Deputados Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Fernando Ferro, Morone Torgan e o Senador Alberto Silva; tendo a presente reunião encerrado às quinze horas e quinze minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Antônio Cambraia, encerra os trabalhos e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do vice-Presidente da Comissão, bem como à indicação de seu Relator.

Para tanto, solicito à Secretária distribuir as cédulas de votação. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro instalada a Comissão Mista Especial, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, com a finalidade de estudar as causas

da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

A pauta desta reunião destina-se a proceder à eleição do Presidente e à indicação do Relator. Houve número regimental, e a votação se processou após a distribuição da cédula de votação. Concluído o processo de votação, convido o Deputado Fernando Gabeira e o Deputado José Carlos Aleluia para funcionarem como escrutinadores.

(Procede-se ao escrutínio da votação.)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Antes de proclamar o resultado, quero fazer um esclarecimento: a eleição para Presidente estava suficientemente clara. Foram 12 votos para o Deputado Cambraia e um voto em branco.

Não ficou claro que se estava processando a eleição da Vice-Presidência. Manifesto, inclusive, o meu desconhecimento com relação a ela. Eu teria muito prazer em votar no Deputado Fernando Gabeira para Vice-Presidente da Comissão, mas, de qualquer maneira, S. Ex^a obteve quatro votos a favor, e não há ninguém disputando com S. Ex^a.

Declaro eleitos e empossados Presidente da Comissão: Deputado Antonio Cambraia; Vice-Presidente da Comissão: Deputado Fernando Gabeira.

Convido o Deputado Antonio Cambraia para assumir a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Inicialmente quero agradecer a confiança em mim depositada pelos Srs. membros desta Comissão Mista, Srs. Senadores, Srs. Deputados.

De acordo com determinação regimental, indico o Senador Paulo Souto para funcionar como Relator da Comissão.

Não está presente S. Ex^a. Concedo a palavra a algum Deputado ou Senador que queira se manifestar.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, queria inicialmente cumprimentá-lo pela vitória e dizer que existe uma questão preliminar que eu já queria abordar hoje porque me parece muito importante.

A nossa Comissão está surgindo na primeira semana de junho. Teremos mais possivelmente três semanas para atuar e depois começa o recesso. Exatamente no momento em que teremos mais trabalho ou que a situação talvez se torne mais crítica, sobretudo no Nordeste, estaremos em recesso.

Consultei hoje o Presidente da Câmara e alguns líderes sobre essa situação. Eles disseram que pelo Regimento não se pode trabalhar em julho e a única

comissão que pode trabalhar nesse período é a Comissão Representativa do Congresso.

Levantei então a hipótese – se fosse uma hipótese defendida pela Comissão seria mais forte – de que a nossa comissão passasse a ser Comissão Representativa do Congresso no mês de julho. Existe uma comissão representativa que, de modo geral, é composta por sorteio e é quase burocrática. Escolhem-se algumas pessoas que vivam em Brasília, em Goiás para ficarem nesse período respondendo pelo Congresso. Então eu queria sugerir que a nossa comissão esteja presente na Comissão Representativa do Congresso, se não toda já que talvez o número da comissão representativa seja maior, em julho, para que em caso de emergência possa funcionar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero saudar a eleição de V. Ex^a, quero saudar a instalação da Comissão Mista do Congresso Nacional para analisar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País. Quero também, Sr. Presidente, expressar aqui uma certa preocupação pela audiência congressual a este assunto, que, por sua vez, parece-me que tem que ter uma relação direta com o interesse do cidadão e das questões presentes na vida nacional não tenho dúvida nenhuma de que esta é a que afeta a unanimidade dos brasileiros, menos os 15 milhões que não têm a felicidade de ter energia ainda nesta virada de século e de milênio. Mas esta é uma questão que interessa a todos, às crianças, aos adultos, aos trabalhadores, ao desenvolvimento nacional. E o Congresso, na minha opinião, não deu ao assunto até o momento a atenção devida. Todos sabem – e se não sabem, aqui digo – que o Brasil viveu sob a ameaça do racionamento durante toda a década de 90 e parte da década de 80. Vivemos um racionamento que seria da mesma intensidade do atual com déficit de 15% na Região Nordeste em 1987, déficit este que teve a mesma origem do atual: falta de investimentos.

Portanto, vivemos, durante toda a década de 90, sob a ameaça do racionamento, em que pese o Governo ter passado toda a década de 90 negando essa ameaça. Por que ameaça? Porque os critérios de planejamento hidrológico vigentes até o início da década de 80 permitiam conviver com um déficit de 3%, em razão das restrições de investimento impostas pelos órgãos de controle de investimentos desta tais. Já lá

na década de 80, os critérios foram relaxados, e se passou a admitir um risco de déficit da ordem de 5%. E foi esse relaxamento dos critérios que levou ao racionamento de 87. Na década de 90, o relaxamento ocorreu de forma real. Convivemos alguns anos com riscos de 15% e até mais, e o Governo insistia em negar a existência do risco.

O Governo, nitidamente, Sr. Presidente, fez uma opção e uma aposta. A opção foi pelo equilíbrio fiscal, pela geração de superávit fiscal, pelo não investimento em infra-estrutura. E é bom que se deixe claro que, no período Collor-Itamar, os investimentos foram também muito pobres. E, além de não haver investimentos, não houve mudança de modelo.

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu, existiam mais de 20 obras importantes paralisadas. O Presidente, e o seu Governo, trabalhou na implementação de um modelo, conseguiu retomar esses investimentos, conseguiu retomar investimentos com a participação da iniciativa privada, privatizou uma parte do processo. E aí, é bom que se diga: não há quem possa culpar a privatização pelo racionamento, porque não há racionamento no Sul, exatamente onde se fez a privatização.

Não estou querendo dizer que não poderíamos ter evitado o racionamento sem privatização. Poderíamos, sim. O erro foi não ter gerado expectativa, clima, condições para atrair investimento privado – na medida em que não existe poupança privada nacional, teríamos que ter poupança privada internacional – e ter optado por impedir que as empresas federais buscassem o investimento que podiam fazer.

Chegamos ao racionamento, Sr. Presidente, e podemos constatar a existência de, pelo menos, três grandes erros. O primeiro é o fato de não termos sido capazes de evitar o racionamento e fazer os investimentos necessários. O segundo erro foi de não termos preparado, com a discussão e a participação da sociedade, do Congresso e dos acadêmicos, um programa para o enfrentamento do racionamento, do déficit de energia, que estava previsto e poderia ter acontecido muito antes.

E o terceiro erro, Sr. Presidente, talvez o mais grave deles, foi o Governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica, como órgão de Estado, conseguirem cobrir da sociedade, no período de março, abril e maio, a existência de um racionamento inevitável. Nós assistimos isso, e fui obrigado a fazer um discurso que gerou, no meu entendimento, movimentação do Governo, porque, no dia seguinte, o Governo estabeleceu um grupo para tratar do enfrentamento da

questão do déficit de energia elétrica. Portanto, o Governo conseguiu esconder da sociedade o assunto, durante os meses de março, abril e maio, e o Congresso conseguiu se omitir, no mínimo, nos meses de março, abril e maio completo – o Governo ainda trabalhou um pouco em maio.

Portanto, fico muito satisfeito em vir à instalação da comissão, mas tenho deveres com aqueles que estão nos ouvindo, com aqueles que estão nos acompanhando, de dizer que o Congresso também tem responsabilidade, porque não tem dado a atenção devida ao problema que afeta todos os brasileiros, menos 15 milhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenham um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Antes de passar a palavra ao Senador Alberto Silva, convido o Deputado Fernando Gabeira, Vice-Presidente desta Comissão, para fazer parte da Mesa dos trabalhos.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, Deputado Antonio Cambraia, sinto-me satisfeito por estar aqui hoje, ao lado desses companheiros que formam a Comissão Mista, de V. Ex^a, que foi Prefeito da Capital. Assisti à sua administração exemplar sob os pontos de vista técnico e administrativo. Estou satisfeito também por estar aqui ao lado de alguns companheiros da Câmara, porque, antes de ir para o Senado, fui Deputado, com muita honra. Aqui ao meu lado está o Deputado Aleluia. Fomos parte de uma comissão polêmica e complicada que tratava dos portos, da PEC da cabotagem. Aleluia era o Relator e eu, o Presidente. Tivemos muitos problemas, discutíamos, mas deixamos esses problemas pelo menos equacionados.

O companheiro Aleluia, engenheiro dos mais competentes e ex-Diretor da Chesf, fala de cadeira: “sou dessa área, sou engenheiro eletricista mecânico e civil”. E sinto-me muito feliz em estar aqui agora nesta Comissão. Guardados todos os erros e todas as omissões existentes, nós do Congresso podemos oferecer alguma proposta.

Como disse o companheiro Aleluia, já que está formada esta Comissão, vamos fazê-la agir. Agir como? Estamos diante de um fato. Não podemos pedir a São Pedro mais do que ele pode dar. Esqueçamos que as chuvas podem chegar no volume que pretendemos, porque elas podem não chegar.

Estou trabalhando ativamente, com todo o empenho que posso no sentido de encontrar uma solução alternativa e imediata, porque, caso contrário, va-

mos para o pior. Não estamos admitindo a catástrofe. É claro que o racionamento deve ser feito, para reduzir o consumo e garantir a água em algum lugar. Mas sei que, no Nordeste, a coisa está bem pior. Tenho conversado com o pessoal de operação da Chesf e com o seu Presidente, e a situação é meio dramática, como é dramática no País todo.

Parabenizo o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão que conheci na Câmara, como Deputado. Estive naquela Casa por quatro anos.

Nós aqui reunidos poderemos encontrar uma solução, com a participação direta do engenheiro Cambraia, do engenheiro Aleluia, do engenheiro Alberto Silva e dos outros companheiros que, sendo engenheiros ou não, estão aqui para apresentar propostas para o País.

Como daqui a pouco haverá uma audiência pública com dois dos homens que estão encarregados, um como Ministro e outro como representante da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, veremos que contribuição eles nos vão dar e o que podemos fazer para apresentar uma esperança ao povo brasileiro. Há uma solução, e vale a pena tentar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Gabeira, Sr^{as} e Srs. Congressistas, temos uma responsabilidade e um momento da maior grandeza para levar ao País um debate e propiciar à Nação uma discussão democrática que informe e dê tranquilidade, porque o elemento central é a informação. A população precisa de informação sobre o quadro que estamos vivendo. Temos de fazer esse diagnóstico com profundidade e com responsabilidade, porque corremos o risco de cair em certo tipo de atitude praticada pelos membros do Governo que atuam nesse setor.

Lembro as declarações de membros do Operador Nacional do Sistema Elétrico, quando, no ano passado, alertávamos para essa situação. Eles diziam, num rompante de arrogância e de auto-suficiência exagerada, que nada havia de risco. Eram declarações do tipo “Não há nada em curso. Temos os nossos planos de contingência. Não há nenhum motivo para pânico e segurança ou qualquer outra coisa para que alguém se mova dos processos de modernização e evolução econômica do País. Não há risco de colapso energético: isso era dito aqui apesar dos alertas e dos sinais de **blackout** e de degradação da con-

fiabilidade do sistema, do aumento dos índices de déficits do suprimento de energia, que, à época, já atingiam 15% – quando historicamente sempre foi trabalhado com 5% por uma questão de margem de segurança do setor.

Essas pessoas falavam isso com toda a segurança e certeza. Evidentemente, hoje não é o momento de fazer ajuste de contas. Mas é preciso que as autoridades deste País tenham responsabilidade e aprendam a agir com respeito – inclusive nós da Oposição, que alertamos e falamos dessa situação de risco, não com intuito de alarmismo, como se pretendeu avisar, ou de se fazer política com a degradação do serviço, até porque a ninguém interessa esse estado de caos.

A degradação do sistema elétrico não interessa a ninguém. Queremos exatamente ter a capacidade de planejar e de vislumbrar o futuro do setor, porque ele é essencial para qualquer projeto. O Governo atual não é eterno e poderemos ser situação em algum momento. Por isso, devemos ter a responsabilidade para lidar com o setor com a inevitável capacidade de compreendê-lo como algo permanente, um bem público para atender às necessidades de crescimento e de atendimento à população.

Espero que esta Comissão também seja capaz de investigar e de buscar, nesse diagnóstico, os responsáveis por essa situação. Não adianta fazer apenas a avaliação se não identificarmos o autor disso, pois há responsabilidade pública. É impossível pensar nesse quadro sem definir claramente o comportamento de autoridades e de pessoas responsáveis. Podemos inclusive tirar lições futuras, para que não se atue com a irresponsabilidade com que se tratou um patrimônio da importância do sistema elétrico brasileiro, que, agora, em virtude da sua degeneração e da sua degradação, implicará o comprometimento das metas de crescimento econômico.

O anúncio dos economistas acerca da incapacidade de atender a carga provocará muitas dificuldades para o povo brasileiro quanto ao emprego e até do atendimento das metas macroeconômicas do Governo, que foi imprevidente, desconsiderou a realidade e abandonou o planejamento do sistema elétrico. A consolidação desta Comissão permitirá que façamos um bom diagnóstico e desenvolvamos um relatório à altura do desafio que enfrentaremos.

Aproveito, Sr. Presidente, para mostrar o grau de irresponsabilidade. Ontem, no Recife, faleceram duas pessoas num hospital público por falta de energia elétrica. Esse é um quadro isolado que não pode-

mos creditar aos problemas do apagão. Mas, tendo em vista a redução da capacidade de geração do Complexo de Paulo Afonso – que inclusive tira algumas máquinas de funcionamento –, com a gradativa perda de confiabilidade do sistema, poderemos ficar sujeitos a apagões imprevisíveis, aqueles não programados.

Lamentavelmente, o Ministério Público de Recife está acionando a companhia concessionária, porque duas pessoas faleceram na mesa de cirurgia de um hospital público – Hospital da Restauração, o maior hospital público de atendimento de urgência em Recife – por falta de eletricidade. Isso demonstra quão dramática a situação pode ficar e que é nossa a responsabilidade de acompanhar a evolução da crise e de tentar mitigar os impactos que, sem dúvida, serão extremamente danosos à população.

Esta Comissão tem o papel importantíssimo de buscar elucidar esse quadro do sistema elétrico brasileiro e propor outros rumos. Os que existem claramente não interessam, pois estão superados e não atendem a uma perspectiva de crescimento da população do País e às pretensões de desenvolvimento que temos apregoado ao longo do tempo e das quais tanto fala o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Deputados Cambraia e Fernando Gabeira, nosso Relator, eminente Senador Paulo Souto, colegas que estão atuando com essa responsabilidade importantíssima, leio o título da Comissão e preocupa-me um pouco essa questão das causas, pois estas todos já conhecem. Então, não é preciso perder tanto tempo. Talvez a responsabilização a que fez referência o Deputado Fernando Ferro* seja mais relevante do que qualquer outro assunto, porque pode-se alegar que o céu ficou responsável por não ter mandado chuva, esquecendo-se, todavia, do preceito público segundo o qual a fé sem obras é morta. Parece-me que só houve a fé e não as obras. Foi o que ocorreu.

É importante haver – inclusive antes dos 90 dias e até, Deputado Fernando Gabeira, anteriormente ao receso – uma decisão preliminar a dar à Nação, porque é um caso emergencial. Não podemos esperar todo esse tempo. Vejo várias opções. Não sou técnico do assunto, mas gostaria de ter um grande interesse nisso. Sei que V. Ex^{as} trabalham e muitos são técnicos. Pergunto se há como informar, no menor tempo pos-

sível, a solução emergencial e a médio prazo. As termelétricas, por meio de gasodutos, são uma solução adequada? A energia eólica, que também pode ser instalada de uma hora para outra, seria um instrumento? Os linhões de energia interligando as Regiões Norte e Sul, que estão abastecidos, quanto tempo levariam? O povo quer saber quanto tempo cada solução demora para ocorrer. Muitas vezes, quando não somos técnicos da área, pensamos que tempo é questão de dinheiro. Se se investir muito, o que se faria em um ano é realizado num mês. Pelo menos, as sistimos a obras assim, como o caso de um edifício que da noite para o dia é levantado. Então, pergunta-se como aquilo ocorreu e de que forma outro prédio custou tanto para ser edificado. Para este, não havia dinheiro, ao contrário da situação da quele.

Num momento deste, precisamos sem dúvida saber a responsabilidade, mas principalmente propor ao povo brasileiro as opções urgentes, que não deveriam esperar. Proponho à Comissão que as soluções urgentes deveriam ser analisadas antes do receso parlamentar, deixando as soluções de médio e longo prazos, assim sim, para deliberação até o fim da Comissão. Solicito à Comissão a deliberação das medidas urgentes para conter o apagão até o final de junho. Assim, poderíamos prestar contas imediatamente à população brasileira.

Eram essas as minhas sugestões.

Parablenizo V. Ex^{as}. Tenho certeza de que a condução dos trabalhos desta Comissão está em boas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Moroni Torgan.

Não havendonenhum parlamentar inscrito, nem nada mais a tratar, agradeço a todos pela presença, convidando-os para a próxima reunião, a realiza-se a seguir...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Aleluia para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, gostaria de saber se V. Ex^a indicou o relator.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Foi indicado relator o Senador Paulo Souto, que se encontra à Mesa.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Convido-os a participar de uma reunião a seguir, nes-

te mesmo local, com a presença dos Ministros José Jorge e Pedro Parente que irão tratar da crise energética.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

2ª Reunião Conjunta, realizada em 5-6-01.

Às quinze horas do dia cinco do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador José Alencar, presentes os (as) Senhores (as) Senadores (as) Nabor Júnior, Romeu Tuma, Carlos Patrocínio, Paulo Souto, Valmir Amaral, Jonas Pinheiro, Romero Jucá, José Eduardo Dutra, Paulo Hartung, Mauro Miranda, Ricardo Santos, José Fogaça, Sérgio Machado, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Freitas Neto e Teotônio Vilela Filho e os Senhores Deputados Antônio Cambraia, Juquinha, Marcos Cintra, Aníbal Gomes, João Colaço, Fernando Ferro, Delfim Netto, Airton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, Márcio Fortes, José Carlos Aleluia, Salatiel Carvalho, Odelmo Leão, Clementino Coelho e Luciano Zica e ainda os Senhores Senadores José Agripino, Jorge Bonhausen, Francelino Pereira e Lúcio Alcântara e os Senhores Deputados, Arthur Virgílio Neto, Nelson Marquesan, Arnaldo Madeira, Inocêncio de Oliveira, Vivaldo Barbosa, Alberto Goldman, Inácio Arruda, Sérgio Miranda, Benito Gama e Moroni Torgan, reúnem-se extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura e Comissão Mista Especial criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “estudar as causas de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passe-se à apreciação do único item da Pauta – Audiência Pública. Assunto: Esclarecimentos sobre o processo de racionamento do uso de energia elétrica no país. Inicia-se a Audiência Pública, com a presença das seguintes autoridades convidadas: Senador José Jorge, Ministro das Minas Energia e do Dr. Pedro Parente, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Após a exposição das autoridades, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado os Senhores Parlamentares: Senadores Paulo Souto, Alberto Silva, Paulo Hartung, Heloísa Helena, Carlos Patro-

cínio, Sebastião Rocha; Deputados Fernando Ferro, Fernando Gabeira, José Carlos Aleluia, Marcos Cintra, Clementino Coelho, Aníbal Gomes, Arthur Virgílio Neto, Juquinha, Salatiel Carvalho, Luciano Zica, João Caldas e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, lavrando nós, Celso Antony Parente e Francisco Naurides Barros, Secretários das Comissões, a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e irá à publicação, em conjunto com suas notas taquigráficas. Senador **José Alencar**, Presidente da C.I. e Deputado **Antônio Cambraia**, Presidente da C.E.M.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que é conjunta com a Comissão Mista Especial criada através do Requerimento n.º 73/2001 – Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Estão presentes à Mesa o ilustre Deputado Antônio Elbano Cambraia, que é o Presidente da Comissão Especial, e o ilustre Senador Paulo Souto, Relator da mesma Comissão.

Esclareço aos Srs. Senadores e Deputados que a pauta desta reunião é a seguinte: audiência pública. Exposição dos Ministros Senador José Jorge, Ministro de Estado de Minas e Energia, e Dr. Pedro Parente, Ministro de Estado da Casa Civil e também Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. O assunto é o esclarecimento sobre o processo de racionamento do uso de energia elétrica no País.

A lista de inscrição para esta audiência pública encontra-se sobre a Mesa. Os Srs. expositores terão o tempo que se fizer necessário para suas exposições e abrir-se-á em seguida a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o quê, poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se aos seus expositores o mesmo tempo para a tréplica.

Antes de passar a palavra à Senadora Heloísa Helena, que pediu pela ordem, eu gostaria de esclarecer que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, que tenho a honra de presidir, por requerimento convidou para a audiência pública que se realizaria hoje às 10 horas da manhã... Vou inter-

romper um pouco para receber as autoridades. (Pausa.)

Prosseguindo, a Comissão de Infra-Estrutura havia convidado os Srs. Ministros, assim como professores da USP e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por requerimento, para uma reunião que se realizou hoje às 10 horas. Eles participaram, e foi feita uma palestra pelo ilustre Diretor-Geral da Aneel, Dr. José Mário Miranda Abdo, e outra pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Professor Mário Santos. Ambos foram absolutamente claros na sua exposição, que foi completa, aplaudida por todos os presentes, houve um debate com o Senador Paulo Souto, e aqueles professores que haviam sido convidados, como já haviam participado de outras anteriormente, não participaram daquela reunião. Como houve antecipação da realização desta, que estava marcada para depois da Ordem do Dia, para as três horas, eu os convidei para que viessem para cá. Então esses professores estão aqui neste instante. Porém, esta é uma reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão Especial do Congresso Nacional, presidida pelo Deputado Antônio Cambraia. Dessa forma, nesta reunião deverão falar o Sr. Ministro das Minas e Energia, José Jorge, e o Presidente da Câmara de Gestão e Ministro da Casa Civil, Dr. Pedro Parente. Portanto, terá início a reunião.

V. Ex^a deseja fazer uso da palavra, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, como o Senador José Alencar informou, esta é primeira reunião da Comissão Mista Especial. Mas, por ser conjunta com a Comissão de Infra-Estrutura, faço um apelo aos Senadores e Deputados no sentido de que possamos acatar, até para sermos fidedignos a um requerimento aprovado por consenso em uma comissão permanente da Casa, a Comissão de Infra-Estrutura, a qual, na perspectiva de se estabelecer o contraditório e também de ou virtécnicos de universidades que ao longo de suas vidas acadêmicas têm se dedicado de forma exaustiva ao tema, aprovou que o debate ocorresse entre os representantes do Poder Executivo e os representantes das universidades, que muito têm a contribuir. Estiveram hoje pela manhã na Casa mas não participaram do debate justamente na perspectiva de que pudessemos debater hoje à tarde.

É o apelo que faço a V. Ex^a, Senador José Alencar, e a todos os Senadores e Deputados. E cito os arts. 93 e 94 do Regimento Interno da Casa, que tratam de audiências públicas. E embora esteja citando o Regimento Interno do Senado Federal, tenho absoluta certeza de que na Câmara dos Deputados também a possibilidade de estabelecer o contraditório é algo relevante, de fundamental importância. Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente a qualquer matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas. O que existe é uma reunião conjunta da Comissão de Infra-Estrutura e da Comissão Mista, cuja primeira reunião foi realizada hoje. Reunião em que, de fato, não conseguimos sentar, discutir e estabelecer uma agenda em função de todos os parlamentares estarem em suas respectivas atividades no Congresso. Vimos e apenas votamos nos que estavam sendo indicados como presidente e como relator.

Creio que é de fundamental importância, em nome do espírito democrático, estabelecer o princípio do contraditório no momento em que todo o povo brasileiro deseja que discutamos o diagnóstico e as alternativas concretas, ágeis e eficazes a fim de minimizar os efeitos de um problema tão grande como esse. Então faço um apelo a V. Ex^a no sentido de que o requerimento aprovado por unanimidade na Comissão de Infra-Estrutura possa ser acatado por esta Comissão Mista. E que possamos ter a participação de quatro personalidades, pessoas que se dedicaram durante toda a vida ao tema, no sentido de contribuir. É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, gostaria de registrar minha discordância com relação à posição da Senadora Heloísa Helena, por alguns motivos. Não se trata de desrespeito ou falta de reconhecimento à capacidade dos professores convidados. Mas ocorre que a reunião é precípua para ouvir os dois Ministros, a questão do posicionamento político do Governo e as propostas em andamento. Os Srs. Professores já tiveram a oportunidade de, na própria Comissão de Infra-Estrutura debater duas vezes o assunto. Uma quando vieram individualmente, e outra hoje pela manhã, com a presença do Dr. Mário Santos e do Dr. José Mário Abdo, que discorreram acerca da questão técnica do racionamento. Nada tenho contra

a discussão. Entendemos que, se a Comissão Mista, em determinado momento, quiser ouvir os professores, pode convocar uma reunião especificamente para isso. Mas na pauta da reunião de hoje consta, e vamos defender a participação apenas dos dois Ministros, porque nós temos muito o que discutir. Mesmo só com os dois Ministros, essa será uma reunião que se estenderá, com certeza, noite adentro.

Portanto, somos contrários à proposição e queremos que a pauta seja cumprida da forma como foi convocada, para que possamos ouvir, imediatamente, os dois Ministros.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há várias questões de ordem.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente, sou o autor do requerimento, junto com a Senadora Heloísa Helena. O nosso requerimento foi aprovado; já se passaram em torno de 20 dias, e não conseguimos realizar audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura. A promessa do Líder do Governo, que está aqui na nossa frente, é que faríamos essa audiência hoje, numa sessão conjunta da Comissão Mista criada com a Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Então, tenho expectativa de que esse requerimento, que foi aprovado duas vezes, possa ser cumprido no dia de hoje e que possamos estabelecer o contraditório, que tenho certeza que só enriquecerá essa reunião, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, como fui citado, eu gostaria apenas de registrar dois pontos. Primeiro, os professores fazem parte de um requerimento que foi aprovado e já fizeram a sua audiência na Comissão de Infra-Estrutura, no mesmo dia em que V. Ex^a e vários Parlamentares participaram de uma reunião no Palácio do Planalto com o Sr. Presidente da República.

Hoje, novamente, os senhores professores estiveram na discussão da reunião da Comissão de Infra-Estrutura com o Diretor da ONS e com o Diretor da Aneel. Essa reunião específica da Comissão Mista do Congresso, que está se juntando com a Comissão de Infra-Estrutura, é para a oitiva dos dois Ministros, Pedro Parente e José Jorge.

Portanto, nossa posição de que os Ministros viriam aqui para a discussão está mantida, e os Ministros irão depor. O que nós não queremos é misturar uma audiência com outra, porque não foi o motivo da convocação da Comissão Mista esta audiência de agora.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Senador Romero Jucá, eu já havia dado o esclarecimento, mas vou repetir.

Convocamos uma audiência pública e convidamos os Ministros Senador José Jorge e Dr. Pedro Parente, naquela ocasião. Como houve a primeira reunião da Câmara de Gestão no Palácio do Planalto, para a qual fomos convidados a comparecer, nós realmente nos afastamos, e a audiência pública foi feita com a participação daqueles quatro professores que estão aqui. Isso é verdade. Por isso, na abertura desta reunião, eu dei esse esclarecimento de que hoje também estava convocada, também por requerimento, porque o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura não toma nenhuma deliberação por decisão própria. Foi feito o requerimento por escrito, de acordo com o Regimento, foi discutido o Requerimento, foi aprovado – nesse caso, foi aprovado por unanimidade –, e foram convocados os professores.

Há outros Deputados que já solicitaram a palavra e que falarão. Não tenho dúvida nenhuma de que tanto o Dr. Pedro Parente, ilustre Ministro da Casa Civil, como o Senador José Jorge, ilustre Ministro de Minas e Energia, não teriam nenhuma preocupação em dialogar, mesmo porque o objetivo aqui não é causar uma polêmica. Todos estamos engajados no trabalho de minimizar as consequências do quadro que está à nossa frente. Nós já ultrapassamos aquela fase de responsabilizar quem quer que seja. O próprio Governo já assumiu a responsabilidade, porque algumas obras, de fato, poderiam ter sido feitas. A diminuição do índice pluviométrico também é um motivo, mas o Governo já assumiu a responsabilidade que lhe cabe. O Governo não está preocupado com isso. Estamos preocupados, hoje, é em trazer justamente os Ministros responsáveis, especialmente aquele que é o titular da Câmara de Gestão da Crise Energética, justamente porque aqui há uma transparência nacional e há uma oportunidade para que os Parlamentares façam um diálogo com esses Ministros. É preciso que isso aconteça, para que a sociedade perceba com clareza o que está acontecendo e se engaje cada vez mais. É o engajamento da sociedade que nos está entusiasmando. Eu não tenho dúvida nenhuma de que tanto o Ministro José Jorge como o Ministro Pedro Parente são homens democráticos e não têm nenhuma preocupação em dialogar. Só que a convocação para esta reunião foi para ouvir os dois Ministros. Então, penso que provavelmente a vontade de ouvir comece com eles, mas preciso ouvir os outros Deputados que solicitaram a palavra pela ordem.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado. Perdão por não me lembrar agora do seu nome todo.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Senador José Alencar, quero concordar com o argumento da Senadora Heloisa Helena, primeiro porque, se há alguma coisa que precisa se ter neste momento, é transparência. Imaginar que um País entra em uma situação tão delicada como esta, vivêssemos em uma Nação onde houvesse um maior apego às responsabilidades e às regras democráticas, essa situação não seria admitida.

Eu lamento essa atitude de fuga da discussão do Governo. Até porque, na Câmara dos Deputados, foram convidados Ministros para uma sessão plenária que foi transformada em comissão geral e nenhum compareceu. Nós tivemos uma situação muito curiosa, porque veio o representante do Governo dos Estados Unidos e de uma Universidade americana e não vieram os representantes do Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há um orador na tribuna, por favor, vamos fazer silêncio.

O SR. FERNANDO FERRO – E essa situação se configura como algo inusitado. As autoridades têm obrigação de trazer informações e têm obrigação de estarem abertas ao debate e à discussão. O Governo está racionando energia e a base do Governo vem aqui e quer racionar o debate. Não dá para aceitar. Não vamos racionar o debate, não vamos racionar a democracia. Acho que, mais do que nunca, é hora de discutir, de esclarecer, de buscar entender e compreender essa situação, Sr. Presidente.

Por isso creio que temos que fazer um esforço de procurar compreender, porque uma coisa é vir alguém do Governo aqui e falar e falar e não se ouvir a opinião de outras pessoas que também têm uma visão sobre o assunto. O Governo, a cada semana, modifica as medidas provisórias. Hoje, houve mais uma transformação. O Governo está atônito, está descontraído nas suas ações jurídicas em relação ao racionamento. Por isso é importante o debate, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Não dá para entender a fuga da discussão. E isso nos preocupa, porque revela uma insegurança em discutir certos temas e eu não gostaria de participar desta Comissão sem que fosse para debater e discutir. Nós queremos tirar linhas de diagnósticos, de sugestões e uma reflexão sobre o momento que nós estamos vivendo.

É muito grave a situação! Não entendo porque essa vontade de fugir da discussão. Por que isso? É por isso que eu apelo que tenhamos um mínimo de bom senso e participemos da discussão. É isso que

se quer, a Nação precisa e o Governo tem a obrigação de aceitar o debate. É uma atitude autoritária fugir do debate.

Eu não gostaria que esta Comissão trabalhasse com essa lógica. Gostaria evidentemente que estivessemos abertos para o debate. Afinal temos aqui parlamentares de todas as posições. Por que não termos na Mesa de debate posições contraditórias? Isso vai enriquecer a discussão. Isso só vai contribuir para o debate. Não há por que ter medo do contraditório. Faz parte da democracia. E é por isso que é belo ou vir o que não queremos ouvir e, muitas vezes, dizer o que não queremos dizer. Quer falar e ouvir só o que queremos?! Vamos ouvir o que não queremos também. Isso é a essência da democracia.

Nesse sentido faço um apelo para que prevaleça o bom senso e que sejamos capazes de ouvir as vozes contrárias. Em muitos pontos há confluência de informações e de entendimentos que poderão ajudar a compreensão do momento em que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A minha preocupação é que o uso da palavra “pela ordem” está se transformando em uma palestra, assim, não vai sobrar tempo para ouvirmos o Ministro.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, de fato o debate está aberto. Os Ministros se dispuseram a vir a Comissão, estão aqui e, portanto, não há nenhuma restrição ao debate. Alguns parlamentares que estão presentes são extremamente qualificados para o debate e talvez tenham mais conhecimento técnico do que os próprios professores presentes. Alguns parlamentares são especialistas no setor. Então não temos nenhuma dificuldade em participar do debate.

Queria apenas lembrar que se o Governo tem feito modificações nas suas medidas é justamente em função do debate com a comunidade. O Presidente Fernando Henrique recebeu as instituições de defesa do consumidor, alterou as suas medidas, apresentou-se em rede nacional, tem feito debates com a sociedade brasileira. Hoje, recebemos a notícia de que São Paulo já reduziu em 20% na sua demanda. Portanto estamos vencendo as dificuldades. As entidades de defesa do consumidor já estão atendidas nas suas reivindicações.

Sr. Presidente, esta reunião foi convocada para ouvir os Srs. Ministros. Vamos ouvi-los, queremos saber suas posições sobre a crise. Certamente, eles pu-

deram aprender muito, tanto na Comissão-geral realizada na Câmara – e tenho certeza de que S. Ex^{as} tomaram conhecimento dos depoimentos –, quanto em todas as comissões, e também nas palestras feitas por esses professores.

Colo-co-me à disposição — e sei que muitos parlamentares também o farão —, para transmitir perguntas aos Srs. Ministros sobre alguma dúvida que ainda reste aos Srs. Professores. Transmitiremos todas as perguntas. O Senador Francelino Pereira está aquiescendo de que também está à disposição. Então, qualquer dúvida que ainda resista à explanação dos Srs. Ministros, transmitiremos as dúvidas dos professores aos palestrantes que compõem a Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, parece-me um pouco delicado provocarmos um debate entre a Oposição e o Governo sobre esse tema.

Considere muito forte a idéia de buscar o contraditório. Na verdade não creio que, neste momento, seja o que estejamos buscando no Brasil. Acredito que estamos buscando a convergência. Infelizmente, o Governo se fechou um pouco e ficamos impossibilitados de discutir o assunto como gostaríamos. Em São Paulo, foi criada uma câmara alternativa. No meu entender, deveria ser convocada a nossa Comissão — e já lanço essa idéia para o nosso relator —, para que possamos atrair a sociedade brasileira e com ela discutir todas as possibilidades.

Não vejo por que, se o Professor Sauer propor que troque mos as lâmpadas de vapor de merúrio por vapor de sódio, vai-se criar uma grande contradição com o Governo. Não vejo grandes contradições nesse momento.

Por isso acredito, Sr. Presidente, que V. Ex^a, com o seu espírito mineiro, talvez pudesse buscar algum elemento de conciliação para seguirmos em direção ao essencial da nossa discussão, que é o questionamento do Governo. A minha proposta conciliatória é que os membros do Governo falassem, fizéssemos o debate e dedicássemos, ao fim ou durante o debate, como quiserem, cinco ou dez minutos para que os Professores pontuassem toda a discussão e apresentassem a sua visão do assunto. Penso que essa proposta conciliatória pode nos fazer sair desse impasse. Caso não consigamos, proponho que sigamos diretamente para a votação. Será um pouco problemático para a população brasileira saber que ficamos aqui discutindo tanto tempo e não chegamos ao ponto que

ela deseja, que é a questão do racionamento. Então, proponho que ou adotemos uma solução conciliatória ou votemos, para solucionar o problema imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a V. Ex^a e passa a palavra ao ilustre Deputado Antônio Cambraia, Presidente da Comissão Especial.

O SR. ANTÔNIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Srs. Se na do res e Srs. De pu ta dos, da parte da Comissão Especial Mista não ha ve ria ne nhum proble ma em ouvirmos também professores, cientistas e estudiosos do assunto. No entanto, esta reunião foi convocada especificamente para ouvirmos, para aqui os Srs. Ministros fazerem uma exposição e esclarecerem os Membros da Comissão sobre a questão da crise que estamos atravessando. O debate estará sempre presente na Comissão que se instalou hoje aqui no Congresso. Se as sim não fora, não ha ve ria mo ti vo para a sua instalação. Mas aqueles que estão com tanta ansiedade de ouvirem hoje os seus professores serão satisfeitos. Teremos 90 dias para realizar os nossos trabalhos e, com certeza, os professores aqui presentes e outros serão convidados pela Comissão para exporem e debaterem, o Governo também será convidado para esse debate. Portanto, vejo e reafirmo que nesta reunião de hoje, ouçamos as exposições dos Srs. Ministros, porque ficou assim acertado. Se assim não fosse, o horário também não seria esse, pois não haverá tempo para todas as exposições, até porque há uma Ordem do Dia que deverá iniciar-se logo mais. Portanto, penso que para sermos fiéis ao que ficou acertado, teríamos hoje a exposição dos Srs. Ministros sem excluir o debate futuro, que é salutar e necessário para que esta Comissão chegue a um resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há a proposta da Senadora Heloísa Helena e outra também objetiva do Deputado Fernando Gabeira.

A proposta da Senadora Heloísa Helena foi discutida amplamente mas colocarei em votação, se me permitem, a proposta conciliatória do Deputado Fernando Gabeira.

O SR. – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o requerimento que fosse colocado em votação tivesse o apoio de seis Deputados e seis Senadores como exige o Regimento Interno. Na verdade, estamos discutindo sobre um requerimento que nem sabemos se tem o apoio.

Seria mais claro que definíssemos essa questão regimental para depois discutirmos a questão da decisão do Plenário.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para contraditar.

Estamos tentando manter a calma e a serenidade necessárias. Primeiro, esse requerimento não foi votado por ninguém. É claro que a maioria da base governista consegue seis assinaturas com facilidade. Agora, não foi votado por ninguém. Não houve reunião da Comissão para votar isso. Estamos entendendo a disponibilidade do Presidente da Comissão Mista, que expôs com muita clareza, que os Ministros se prontificaram a vir aqui para participar do debate. Então, não vamos estabelecer o debate regimental legalista, porque nem aconteceria esta reunião, porque isso não foi aprovado.

Entendemos que é muito importante a participação dos dois. Estamos fazendo um apelo, mas conhecemos o Regimento. E se é para fazer o debate legalista, o fazemos também e com muita propriedade. Acato a posição de V. Ex^a, Senador José Alencar, de colocar em votação a proposição feita pelo Deputado Fernando Gabeira, ao tempo que também questiono V. Ex^a, porque no início fomos informados – se é para ser legalista – de que esta reunião seria após a Ordem do Dia. Aliás, está aqui, após a Ordem do Dia. Então, se é para ser legalista, vamos ser. Está aqui: entendo que deve ser um problema com a agenda dos Ministros e estamos para fazê-lo agora aqui.

Digo que acato a proposta de V. Ex^a de pôr em votação a proposta conciliadora do Deputado Fernando Gabeira, ao tempo que também questiono a V. Ex^a como ficará a nossa participação na Ordem do Dia. Como há operações de crédito a serem votadas, se por acaso ocorrer verificação de **quorum**, apenas questiono se houve algum acordo com o Presidente da Casa, no sentido de que estejamos aqui e não participando diretamente da votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A sua gestão para que antecipássemos o horário desta reunião para as 15 horas foi-me passada pelo Dr. Carreiro. Portanto, deve ter sido por ordem do Presidente.

O Presidente, numa hora dessas, só tem uma saída democrática. Então, será colocada em votação a proposta da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Aceito a proposição de V. Ex^a de colocar a proposta de consenso do Deputado Fernando Gabeira.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Considerando que a convocação para esta audiência pública

prevê duas palestras, uma do Sr. Ministro de Minas e Energia e outra do Sr. Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e Ministro da Casa Civil, colocarei em votação a proposta da seguinte maneira: aqueles que estiverem de acordo que se obedeça a forma como foi convocada a reunião queiram permanecer sentados, e aqueles que estiverem de acordo com a proposta da Senadora Heloísa Helena queiram se manifestar. (Pausa.)

Está aprovada a manutenção da proposta.

É obrigação minha dizer que os professores foram convidados por mim para virem aqui e eu gostaria que eles permanecessem. Eles têm trazido grande contribuição à Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Não tenho dúvida de que eles poderão trazer ainda alguns esclarecimentos a esta reunião, desde que os conferencistas estejam de acordo que eles possam assessorar companheiros nossos que queiram fazer alguma questão ou que eles próprios queiram se manifestar. Penso que não deve haver, da parte do Governo, nenhuma preocupação em dialogar com professores universitários que conhecem a matéria. Do contrário, fica pairando lá fora que o Governo tem alguma coisa a esconder. E o Governo não tem nada a esconder. O que ele está querendo é trazer informações para que nós todos fiquemos menos apreensivos com o quadro.

Concedo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Srs. Presidentes da Comissão Especial Mista para Apuração das Causas da Crise do Setor Elétrico Brasileiro e da Comissão de Infra-Estrutura, Sr. Ministro Pedro Parente, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Srs. Senadores, Srs. Deputados, membros das duas comissões que estão analisando a crise energética do nosso País, em primeiro lugar, agradeço o convite que me foi feito para estar aqui, nesta tarde, discutindo com os Srs. Senadores e os Srs. Deputados o assunto tão polêmico. Em segundo lugar, deixo o meu apoio ao Congresso Nacional, que, em boa hora, criou esta comissão.

É verdade que esse assunto, pela gravidade de suas interferências nos sistemas econômico e social do Brasil, é de tal importância que merece ser tratado por uma comissão especial. Realmente, temos a Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados e a Comissão de Infra-estrutura no Senado Federal, mas, de qualquer maneira, a criação desta comissão vai oferecer o fórum apropriado para que todas as pessoas que entendam desse assunto ou que estejam vivendo esse problema possam estar aqui, dando o seu depoimento. Que, ao final dos noventa dias de

trabalho, se possa ter uma visão política, mas também técnica e econômica daquilo que efetivamente aconteceu e sobre quais as medidas que serão tomadas para corrigir essas distorções.

Por razões semelhantes a essa – talvez pelas mesmas razões por que o Congresso Nacional criou esta comissão mista de Deputados e Senadores –, o Poder Executivo resolveu criar a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, para que esse problema pudesse ser enfrentado em todos os seus aspectos. Na realidade, no início, quando se verificou que havia a necessidade de um corte da ordem de 20%, fui ao Senhor Presidente da República e disse que era necessário que tivéssemos uma visão mais ampla da solução desse problema; que o Ministério das Minas e Energia, por ser setorial, voltado basicamente para a oferta de energia, não teria os meios ou as condições necessárias para que pudesse enfrentar esse problema, com a prioridade e gravidade de que ele tem.

Então, o Senhor Presidente da República houve por bem criar essa Comissão, que é presidida pelo Ministro Pedro Parente. Portanto, o problema deixou de ser setorial, passou a ser um problema de Governo, e assim, está sendo tratado.

Dessa maneira, penso que o Governo está conseguindo enfrentar essa situação, tendo em vista que estamos levando em consideração todos os aspectos dessa questão.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, falar da importância desta Comissão. Temos certeza de que, ao final, inclusive, pelas excelentes escolhas do Presidente e do Relator, teremos um relato bastante aproximado da realidade, tendo em vista que podemos aqui ouvir abertamente toda a sociedade, o Governo, os empresários, os trabalhadores, enfim, todos os segmentos sociais ligados ao assunto.

Ao final de todas essas audiências, em 90 dias, a Comissão irá dizer quais foram as causas, quais serão as medidas, e nós estaremos acompanhando dia a dia, para podermos também fazer com que o Ministério leve em conta essa situação. Mas, eu gostaria de, rapidamente, me referir a alguns pontos que considero importantes serem debatidos aqui, para que se chegue à conclusão final sobre o que aconteceu, o que está acontecendo e o que irá acontecer.

Em primeiro lugar, todos os números mostram que, na verdade, do início da década de 80 para cá, ou desde meados da década de 80 que o sistema elétrico brasileiro sofreu uma grande falta de investimentos. Na verdade, esses investimentos, neste último quinquênio, após a mudança do modelo, foram recu-

perados em parte, mas não o foram o suficiente para impedir que a demanda alcançasse um valor tão próximo da oferta de energia elétrica instalada.

Tivemos até a década de 80 um modelo baseado em empresas unicamente estatais. Esse modelo funcionou até aquela época, mas, daí em diante, houve uma grande falta de investimentos e nós chegamos a ter, no início dos anos 90, períodos em que se implantaram 1.000 a 1.200 megawatts em média, ao ano, durante cinco anos.

Assim, a falta de investimentos é um fator claro que está sendo recuperado. O novo modelo tem dado resposta, e acredito que pode dar uma resposta melhor, maior ainda nos próximos cinco anos. Na verdade, temos um sistema que, de certa forma, está subdimensionado.

Em segundo lugar, tivemos a questão da mudança do modelo. Ao final da década de 90, esse sistema estatal que tinha funcionado durante duas ou três décadas, com a democratização, entrou em um processo em que tínhamos estatais federais, que geravam energia; estatais estaduais, que distribuíam energia.

Após a redemocratização, houve uma questão tarifária. Em razão da política econômica de fazer com que os preços não interferissem nos índices de inflação, eles não acompanharam o processo inflacionário, e as empresas concessionárias não puderam honrar os compromissos com as geradoras. O sistema entrou em crise.

Tivemos, então, um projeto, em que o Deputado Eliseu Resende – se não me engano, na época, era Presidente da Eletrobrás – trabalhou, e no Congresso Nacional foi feito um acerto de contas da ordem de 26 bilhões de dólares para que o sistema voltasse ao leito comum.

Isso ocorreu entre 1993 e 1994, sendo a etapa final da que o sistema antigo. Delá para cá, montou-se um novo sistema, que tem um grau de complexidade um tanto maior; entraram muitos novos agentes, como a Aneel, o ONS, o MAE agentes privados na distribuição, na geração e na transmissão, agentes na comercialização.

É todo um sistema novo, que iniciou-se praticamente entre 1995 e 1996. É um sistema que está ainda em implantação, ou seja, tem apenas três ou quatro anos de vigência, quando todos nós sabemos que no setor elétrico, os planos são para dez anos, para cinco anos, no mínimo. Qualquer planejamento para o setor elétrico é de dez anos. Esse sistema ainda está em implantação, mas já reagiu no sentido do aumento

da oferta. Muitas obras que estavam paralisadas foram reiniciadas. Dessa forma, no último quinquênio, implantamos cerca de três mil megawatts novos por ano, enquanto que, no quinquênio anterior, foram implantados pouco mais de um mil megawatts por ano. Então, o número de megawatts implantado foi, praticamente, dobrado. Evidentemente, ainda ficamos longe do aumento que a oferta teve durante todo esse período de 15 anos.

O terceiro ponto importante foi o crescimento da oferta. Houve um crescimento de oferta muito grande. No Nordeste, por exemplo, houve um consumo residencial muito amplo com o Plano Real – no Sudeste isso também ocorreu, tanto em termos industriais quanto em termos residenciais. Dessa maneira, chegamos a essa situação.

O SR. – V. Ex^a falou “oferta”.

O SR. JOSÉ JORGE – Desculpem-me. Falo do crescimento do consumo. Houve um crescimento do consumo. Entenda-se o que eu disse por último como consumo. Houve um crescimento da demanda, do consumo, de tal maneira que se pressionou a oferta.

Em quarto lugar, houve a questão dos regimes hidrológicos dos rios. Tendo em vista as questões que comentei anteriormente, os reservatórios das principais bacias do Sudeste e da única bacia do Nordeste – este tem todo o seu sistema hidrelétrico baseado na hidrologia de um único rio, o rio São Francisco – tiveram um consumo maior de água do que o natural para atender à demanda. O sistema ficou trabalhando com uma quantidade hidrológica menor do que o esperado, do que deveria ser realizado. Com isso, neste ano, houve uma das piores hidrologias dos últimos anos, e ficamos sem água. Estamos caminhando para uma situação de alto risco: a de não termos água suficiente para operar o sistema. Daí, veio a necessidade de se fazer um contingenciamento da demanda.

Por último, nessa primeira etapa, há a questão do meio ambiente, da conservação de energia. Na verdade, temos que anexar a conservação de energia, temos que, cada vez mais, consumir energia de uma forma racional no sentido de, inclusive, gerar a energia necessária. Praticamente, todas as formas de produção de energia têm uma relação muito grande com o meio ambiente. Sempre há alguma forma de agressão ao meio ambiente, quando não são, por exemplo, combustíveis fósseis, cuja quantidade é finita – em algum momento, eles vão acabar e, portanto, têm que ser economizados e utilizados da melhor maneira possível.

Creio que esse momento de restrição da demanda também é um momento para pensarmos na questão da conservação, do meio ambiente. É uma forma de tirar as lições necessárias.

Creio que esses são os cinco pontos mais importantes. Tenho lido muitos artigos e consultado muitas opiniões sobre a questão. Cada pessoa tem a sua opinião. Uns a conhecem mais, outros menos. No entanto, todos têm o direito de opinar e de ser ouvidos. Tenho certeza de que esta Comissão será o foro adequado para organizar as opiniões e chegar a uma conclusão.

Com a criação da Câmara de Gestão da Crise, dividimos o trabalho em três grandes linhas. A linha que será a das ações relacionadas à intenção da demanda ficou sob a responsabilidade do Ministro Pedro Parente e do Presidente de Itaipu, o ex-Deputado Euclides Scalco. As ações relacionadas ao aumento de oferta ficaram sob minha responsabilidade, tendo em vista que são as ações próprias do Ministério de Minas e Energia.

Poderíamos falar um pouco sobre o futuro e as questões referentes às causas. Poderíamos detalhar esse assunto no debate, dependendo da questão abordada por cada Deputado e Senador. Gostaríamos de dizer que, com relação à questão da oferta – o Ministro Pedro Parente falará sobre a questão da demanda –, estamos trabalhando em duas linhas: uma linha de questões gerais que estão associadas à forma de aumentar os investimentos no setor. Como sabemos, os setores são realizados por intermédio de empresas privadas e de empresas públicas. Ainda existe o sistema Eletrobrás. O Governo investe por intermédio do sistema Eletrobrás e participa diretamente ou indiretamente de investimentos privados. E para que pudéssemos incrementar esses investimentos, tanto os investimentos privados quanto os investimentos públicos, estamos estudando uma série de medidas – que vou citar aqui e que posteriormente poderei mandar os documentos necessários ou os técnicos específicos para discutir aqui na Comissão cada uma dessas medidas, que são medidas de natureza técnica, algumas de grande complexidade, mas que poderiam ser discutidas aqui de uma forma mais técnica. Mas, eu gostaria de citar também seis pontos que considero importantes no sentido de incrementar os investimentos, antes de falar dos investimentos propriamente dito.

Em primeiro lugar, a questão do risco cambial. Como todos nós sabemos o Brasil hoje em dia é um importador de energia; é um importador e continuará

sendo, porque na América do Sul a grande demanda de energia elétrica está concentrada no Brasil. E todos os países vizinhos ao Brasil praticamente são exportadores de energia de diversas formas. A Bolívia, por exemplo, é exportadora de gás para o Brasil. É uma exportação importante para a Bolívia. Basta dizer que a aquisição dos 30 milhões de m³/dia que o Brasil adquire da Bolívia representa quase 50% da pauta de exportação boliviana; é uma questão muito importante para a Bolívia. A Venezuela também é grande exportadora de petróleo, produz mais de 3 milhões de barris/dia e consome praticamente 500 mil, o que faz com ela seja uma das maiores exportadoras de petróleo do mundo. O Paraguai é exportador de energia, por meio da hidrelétrica de Itaipu e de outras formas. E a Argentina tem exportado energia e gás para o Brasil. Então, temos inclusive uma situação única de ser um importador de energia de todos esses países vizinhos. E daí vem que como nós não temos uma moeda que seja aceita ainda internacionalmente, então toda essa negociação é feita na base do dólar; quer dizer, são aquisições feitas na base do dólar tanto na Argentina, como na Bolívia, como no Paraguai.

Então, uma das primeiras questões que estão associadas a investimentos na área de energia são aquelas relativas ao câmbio, porque muitas vezes não coincide a questão da variação cambial com a questão dos aumentos que são dados ao real. Então, isso aí tem que ser analisado caso a caso. Agora mesmo nós acabamos de analisar a questão do gás boliviano; mas temos a questão de Itaipu, que já foi equacionada há tempos. E temos outras situações que vão surgindo conforme vamos nos transformando em importadores de energia dos países vizinhos. Então, esta é uma questão que está sendo discutida e que deve ser discutida também aqui na Comissão.

A segunda é uma política tarifária. Na realidade, temos duas situações diferenciadas: primeiro, a estrutura tarifária interna que é utilizada no setor elétrico há muito tempo; há 20 ou 30 anos que se utiliza uma estrutura tarifária que subsidia a tarifa industrial e, inclusive, subsidia mais a tarifa industrial dos grandes consumidores, como, por exemplo, dos eletrointensivos que têm contrato de longo prazo e que têm a sua tarifa subsidiada.

Então, essa política tarifária interna tem, também, que ser analisada e debatida no sentido de verificar se interessa ainda para a sociedade brasileira, neste momento, subsidiar tarifas industriais a custos muito altos.

Outra questão importante no sistema agora é a questão dos PPAs. Eles são a garantia da compra da energia elétrica. Para que o sistema funcione e os investimentos tenham garantia é necessário que haja – em alguns casos, ou em sua maioria – um contrato fixo de compra de energia por um prazo relativamente longo, para que faça com que haja uma atratividade para se investir neste setor, tendo em vista que o retorno é de longo prazo.

Em quarto lugar, há a questão das linhas de financiamento.

Praticamente, muitos investimentos, aqui no Brasil, na área de energia elétrica têm sido feitos com investimentos internacionais, mas já temos agora uma linha importante de financiamento do BNDES. Ele está financiando co-geração, PCHs, projetos de energia eólica, linha de transmissão, inclusive termelétricas.

Ficará explicitado na LDO, que será votada no Congresso ainda neste semestre, que a prioridade número um para o BNDES serão os investimentos na área de energia elétrica.

Em quinto lugar, há um aspecto importante: investimentos das empresas estatais. Na verdade, as empresas estatais têm feito investimentos, mas têm discutido a formatação desses investimentos, porque são empresas que têm capacidade de geração alta ainda e que têm experiência em realizar esses investimentos.

Por último, as questões tributárias. Na realidade, criamos, inclusive, uma comissão especial no Comitê de Gestão para tratar das questões tributárias no seguinte sentido: incentivar o uso do equipamento que consome pouca energia e não incentivar aquele equipamento de uso que consome muita energia. Isso se refere ao lado da demanda.

Do ponto de vista da oferta, precisa-se diminuir os impostos sobre os investimentos na área de energia para que se possam realizar de forma mais barata. Conseqüentemente, haverá um retorno mais rápido daquilo que se vai realizar.

Essas são as questões de natureza geral. Penso que a própria Comissão e nós – no Ministério e na Câmara – estamos nos debruçando para retirar as amarras que fazem com que não possamos aumentar os investimentos em energia elétrica no Brasil.

Em relação à questão de médio prazo, já iniciamos o trabalho para atualizar o plano decenal que existe no Ministério e que deve ser aprovado pelo CNPE. Todos sabemos que, no setor de investimentos em energia elétrica, dez anos é um prazo curto,

um prazo médio. Então, para sabermos o que vamos fazer no ano que vem, em 2003, 2004, é necessário que tenhamos uma visão de longo prazo daquilo que se pretende realizar.

Uma questão fundamental é atualizar, discutir no Congresso essa questão. Por exemplo, devemos fazer como se fez na área de educação, que é uma área em que a aplicação dos investimentos não demanda prazos tão longos – os resultados sim, a aplicação não. Ela teve o seu plano decenal aprovado, inclusive, aqui no Congresso. Tive oportunidade de relatar essa matéria no final do ano passado. É necessário, também, que o setor de energia elétrica tenha um plano decenal que seja atualizado ano a ano, no sentido de que possa servir de base para todas as discussões e para todas as questões de energia elétrica.

Outra questão é a conservação de energia. Neste momento de dificuldade, a sociedade toda se engajou – o Ministro Pedro Parente irá detalhar isso – nesse processo, mas, na verdade, o processo está sendo feito de maneira emergencial. Teremos que levar em conta a realização de um programa de conservação de energia que seja feito no sentido de tirar o conforto das pessoas, mas de oferecer o mesmo conforto, com a menor quantidade de gasto de energia. Essa é que é a idéia.

A idéia da conservação não é a de retirar, não é a pessoa desligar o seu ar condicionado ou ventilador ou ainda o seu **freezer**, mas é no sentido de você manter o seu ar condicionado desligado na hora em que não for necessário uso. Devemos conservar e gastar menos energia, para que possamos atender ao sistema, com a menor quantidade de investimentos.

Essas duas questões são questões importantes.

Agora eu gostaria de falar um pouco sobre o que se está pensando de geração a curto prazo. O que chamamos de curto prazo no setor elétrico seria um programa emergencial que estamos realizando – estamos concluindo e mandaremos aqui para a Comissão – em que teremos investimentos entre 2001 e 2003. Serão aquelas medidas que já estão em andamento ou que serão realizadas no sentido de aumentar a oferta, o mais rapidamente possível, entre 2001 e 2003.

Nessa questão, temos, em primeiro lugar, um programa de geração hidrelétrica. Esse programa atuará em um conjunto de hidrelétricas, cuja maioria são obras já iniciadas ou que estão para ser iniciadas. Serão 20 hidrelétricas, que serão ampliadas ou construídas, cujo acréscimo de potência total será da or-

dem de sete mil megawatts. Em 2001, esperamos a geração de 1.116 megawatts; em 2002, três mil megawatts, e, em 2003, 2.400 megawatts. Essas são obras já iniciadas e, portanto, que poderão ser realizadas.

Em segundo lugar, temos a questão da geração térmica a gás. Atualmente, temos 41 usinas termoelétricas em funcionamento, que representam 14 mil megawatts e um consumo de gás de 74 milhões de m³/dia. Trata-se de um consumo bastante alto. Dessas usinas, 21 têm participação da Petrobras, como sócia minoritária, e 20 sem a participação da Petrobras. Com obras já iniciadas, temos 15 termoelétricas, que deverão gerar 5.475 megawatts. E, com obras a serem iniciadas, temos o restante, que gerará em torno de oito mil megawatts.

Acreditamos que com esse programa, pela grande quantidade de termoelétricas em andamento, teremos condições de, nesses três anos, colocar o mínimo de dez mil megawatts em funcionamento, embora o programa tenha 14 mil megawatts, porque, na verdade, algumas termoelétricas têm problema com fornecimento de gás, e outras, problemas de fornecimento de turbinas. Por isso, priorizaremos no sentido de que dez mil megawatts possam ser instalados, o que totaliza 17 nesses dois segmentos.

Outro item é a questão da importação de energia. Atualmente, estamos importando 1.050 megawatts da Argentina. Uma via Garabi...

O SR. – Ministro José Jorge, qual é o horizonte dos dez mil megawatts das termoelétricas?

O SR. JOSÉ JORGE – O ano de 2003. Tudo que estou falando é para o horizonte de 2003.

Importamos atualmente 1.050 megawatts. A idéia é que, até o final de 2003, possamos importar 2.700 megawatts. A maior parte da Argentina e uma parte do Uruguai ou do Paraguai. Então, seria um acréscimo de três mil, que somados à produção dez mil megawatts das térmicas, com sete mil das hidrelétricas e a importação perto de três mil, totaliza rão cerca de 20 mil megawatts.

Tem também um investimento importante em linhas de transmissão. As linhas de transmissão são importantíssimas no sentido de maximizar o rendimento do sistema, porque temos um País muito grande, praticamente com geração hidrelétrica. Com linhas de transmissão, podemos maximizar o uso dos recursos hídricos, porque podemos transferir energia de uma bacia para outra, como estamos fazendo agora para o Nordeste. Só está sendo possível transferir mais de mil megawatts de Tucuruí para o Nordeste

exatamente porque construímos uma linha de transmissão. Se essa linha de transmissão não existisse, não teríamos como transferir essa energia. Então, temos também um programa específico de linha de transmissão que vai construir cerca de 5.700 quilômetros de linha até 2003. Além disso, temos investimentos menores, individualmente, mas que, somados, podem oferecer um bom acréscimo de investimentos.

Temos as PCHs, que estão sendo financiadas pelo BNDES. Existe um programa específico em que a Eletrobrás fornece o PPA, isto é, adquire a energia, dá um contrato de fornecimento de energia, e o BNDES financia o investimento.

Existe também um programa específico de co-geração, programa esse que já foi implantado, inclusive com diversos tipos de co-geração, utilizando bagaço de cana, casca de arroz, sobras de madeira; são usinas que geram de 5 a 20 megawatts e têm um grande potencial, principalmente no Estado de São Paulo e no Nordeste, pela produção de cana e outros produtos.

E temos a usina eólica. Diversos Estados têm trabalhos muito importantes de energia eólica – eu destacaria o Estado do Ceará, que realizou todo o seu mapa eólico, e há possibilidade de haver um potencial já identificado de 6 mil megawatts de energia eólica. Por enquanto, no Brasil, temos usinas bastante pequenas, de 5 a 10 megawatts, não chegam a 30 megawatts, mas há projetos para usinas 100 a 150 megawatts, principalmente no Nordeste. É uma usina que oferece energia mais cara, mas agride menos o meio ambiente. No Nordeste, especificamente, a época de maiores ventos, quando há um rendimento maior, é exatamente a época em que o rio São Francisco tem menos água. O VN da usina eólica é cerca de R\$0,75 maior do que o VN da usina competitiva hidráulica e a gás. Mas, como será um valor pequeno em relação ao total instalado, ela poderá oferecer um bom serviço, um bom trabalho, principalmente no Nordeste. Também há uma questão de prazo. Muita gente diz que dá para fazer uma usina eólica em seis, sete ou oito meses, mas, na verdade, o prazo de construção de uma usina eólica de tamanho razoável é em torno de um ano e meio. Portanto, a resposta não é de tão curto prazo. Essas são as questões principais em relação à oferta.

Eu gostaria de encaminhar, posteriormente, o detalhamento de todo esse plano para o Relator e para todos os membros da Comissão, com os investimentos, citando cada usina, porque a idéia do Minis-

tério é implantar um sistema de controle da construção dessas usinas, que vai poder ser acessado pela Internet. Toda a sociedade brasileira vai poder acompanhar a realização desse investimento, desde o seu início até o final, até a entrada em operação dessas usinas hidrelétricas, hidráulicas, térmicas, PCH, qualquer que sejam.

Essas seriam as informações adicionais, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ministro, estão incluídas aí, na geração até 2003, as duas turbinas de Itaipu?

O SR. JOSÉ JORGE – Estão incluídas as duas de Itaipu. Estão incluídas as ampliações, como é o caso de Tucuruí. A idéia é que Tucuruí tenha, já em 2002, uma turbina sendo utilizada e, em 2003, mais duas turbinas. Tucuruí já está incluída.

Vou oferecer um detalhamento, não vou explicar agora, porque são muitas usinas e não daria para discutir neste momento.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras iniciais, colocando-me à disposição para perguntas posteriormente.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA – Eu perguntaria a V. Ex^a se nos seria permitido fazer algumas perguntas ao nobre Ministro de Minas e Energia ou esperar a exposição.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Vamos ouvir, primeiro, o Ministro Pedro Parente, para, depois, entrarmos na fase dos debates.

A Presidência agradece a apresentação do Ministro José Jorge e passa a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. – Sr. Presidente, pediria, se fosse possível, ao Ministro José Jorge, a cessão desses dados que nos trouxe sobre o total da previsão da potência instalada até 2003, especificando por fonte de energia, e também as condições de financiamento desses empreendimentos.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, enviarei à Comissão um documento detalhado sobre cada uma dessas formas que falei: as hidrelétricas, as termoelétricas, e fazendo fechamento. Não só oferecendo nome de cada usina, sua localidade, a forma como está sendo construída, quais são os investimentos, qual o prazo de conclusão, cronograma, ou seja, um

documento bastante detalhado, que está sendo elaborado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Está satisfeito Deputado?

Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro José Jorge, senhores membros da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, senhores membros da Comissão Mista Especial para tratar da crise de energia, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, demais presentes, queria agradecer a oportunidade de vir aqui e prestar as informações a respeito da questão do programa de racionamento, sem querer repetir as questões já mencionadas pelo Ministro José Jorge.

Lembro que há cerca de três semanas e meia, numa quinta-feira, se não me engano no dia 14 de maio, o Sr. Ministro José Jorge pediu ao Senhor Presidente uma reunião para tratar da questão da crise de energia, onde relatou as suas preocupações com esse tema. Disse que achava que essa era uma questão que, pela sua gravidade, necessitava do envolvimento de várias áreas do Governo. E essa ação deveria acontecer de uma forma muito mais expedita, superando as burocracias tradicionais, vencendo prazos. Por isso, ele entendia que era importante haver um grupo de trabalho no âmbito da Presidência da República para que cuidar dessa questão.

O Senhor Presidente da República acatou a sugestão do Ministro José Jorge, criou essa Câmara de Gestão da Crise de Energia, que tem, fundamentalmente, o objetivo de coordenar ações de Governo.

O Ministro José Jorge já mencionou que temos três linhas de ação.

A primeira linha delas é o programa de racionamento propriamente dito.

A segunda linha de ação é o trabalho liderado pelo Ministro José Jorge, de equacionamento da oferta no médio, longo prazo com vistas a corrigir definitivamente esse problema.

E a terceira linha de ação é aquela em que avaliamos os impactos macro e microeconômicos das medidas necessárias a lidar com essa situação. E, quando é o caso, propomos as medidas para lidar com essas questões de repercussão macro e microeconômica.

Essa comissão foi constituída das pessoas que são do conhecimento de V. Ex^{as}. O ponto de partida é o pedido oficial do operador nacional do sistema de que é necessário neste ano um corte da redução da carga da demanda de energia de 20%, implementada a partir de 1º de junho.

Sobre essa questão, a Comissão começou a trabalhar – e é claro que o Ministério de Minas e Energia já vinha trabalhar nessa questão anteriormente –, avaliando as diversas alternativas realizando reuniões com várias áreas interessadas, distribuidores, enfim, procurando se informar do tema em que basicamente se colocavam as duas possíveis alternativas: ou se faria um programa onde as unidades consumidoras, ou seja, as famílias, indústrias, empresas, instituições de governo administrariam a sua redução de carga; ou se faria um programa onde o governo administraria essa redução de carga por todos, ou seja, o chamado apagão, os cortes gerais ou parciais de energia em bairros, regiões ou cidades. Essas eram as alternativas que estavam colocadas sobre a mesa.

Começamos a avaliar a questão do apagão pelo nível solicitado de redução de carga aparentemente seria o caminho indicado desde o início, mas as avaliações que foram feitas pela comissão, num processo de ampla discussão com todos os seus membros, foi de que não haveria tempo hábil para uma preparação da sociedade, das cidades, dos bairros, dos setores essenciais para se fazer o chamado apagão. Em nenhum processo de racionamento tão extenso como esse se conhece uma forma de fazer sem transtornos – todas as informações que recebíamos era de que haveria um transtorno muito grande. E havia a questão dos setores essenciais. Apenas para dar um número citado pelo Secretário de Energia do Estado de São Paulo, se fôssemos fazer o apagão na cidade de São Paulo, dada a necessidade de manter os setores, as regiões onde há hospitais, delegaciais, presídios, ligados não seria possível desligar, na cidade de São Paulo, mais do que 10% da cidade. Como o corte necessário seria de 20%, nem mantendo esses 10% o tempo todo desligado, nós conseguiríamos atender as metas necessárias de redução de carga.

A conclusão, na quele momento, foi de que deveríamos tentar encontrar uma forma que não fosse o chamado apagão dada as duas questões: a falta de tempo para preparação dos setores essenciais, e o fato de que essa forma de trabalho traria mais transtornos do que um sistema onde tentaríamos a possibilidade de que as próprias unidades consumidoras, as famílias e empresas pudessem administrar a sua própria redução de consumo de energia.

Essa foi a opção feita no início, ou seja, achamos que seria possível tentar um programa dessa natureza, buscando atender alguns princípios nesse programa de racionamento. O princípio inicial era de que deveríamos contar com a participação de todos

os consumidores, diferenciando-os por setores, em função de sua essencialidade, de sua capacidade de poupança, da sua repercussão na sociedade em função de um corte maior ou menor. Adotamos, também, a idéia de evitar ônus desnecessários, ou seja, não faríamos o programa de racionamento nas regiões onde aquilo não fosse necessário e somente se faria onde se fosse necessário e na medida certa; buscamos também o desenho de um programa que tivesse um certo grau de uniformidade, de simplicidade, que permitisse uma compreensão mais rápida, embora um programa como esse, de resfrição, sem preterir dificuldades de aceitação e compreensão. Procuramos fazer com que existissem regras, sempre que possível e na maior extensão possível, uniformes para todos os setores – como é o caso de usarmos sempre a mesma base para cálculo da redução, ou seja: maio, junho e julho do ano de 2000.

Procuramos desenhar um programa que, para os consumidores residenciais, tivesse três princípios básicos: em relação aos consumidores de até 100 quilowatts/hora/mês. A esses consumidores não seria pedida nenhuma redução em relação à base. Eles poderiam consumir até 100% dessa base de maio, junho e julho do ano de 2000. Isso, evidentemente, no reconhecimento de quem consome pouco é muito mais difícil cortar do que quem consome mais.

Para os consumidores acima de 100 quilowatts/hora e até 200 quilowatts/hora, a aplicação de uma meta correspondente a 80% do seu consumo de maio, junho e julho do ano passado. Para os consumidores acima de 200 quilowatts/hora/mês, além dessa meta de 80% dos meses de maio, junho e julho, também o aumento na tarifa correspondente a 50% do valor da tarifa praticada pela concessionária.

Os consumidores acima de 500 quilowatts/hora, além também da meta de redução correspondente a 20%, um adicional de tarifa no valor correspondente a 200% da tarifa praticada pela concessionária.

É importante mencionar a razão do aumento da tarifa, em primeiro lugar, a idéia de que estávamos diante de um insumo, de um bem, de um serviço que estava se tornando escasso, daí o preço precisaria refletir essa escassez. Além disso também como foi mencionado e como é do conhecimento de todos, a idéia de que nós deveríamos, para estimular a redução do consumidor de baixa renda, criar um sistema de bônus. Esse sistema foi criado dando ao consumidor de até 100 quilowatts/hora/mês, um bônus de R\$2,00, para cada real poupado, e para os consumi-

dores acima de 100 quilowatts/hora/mês, um bônus de até R\$1,00 para cada real economizado.

Além dessas questões, ou seja, da questão da meta de consumo, além da questão do aumento da tarifa e da questão do bônus, também havia a idéia de que nós deveríamos, para evitar principalmente do consumidor de alta renda, que ele não tivesse problemas com relação ao pagamento das tarifas, que ele se engajasse também no processo de redução do seu consumo, estabeleceu-se também que aqueles consumidores que não cumprissem a sua meta estariam sujeitos a corte.

É importante mencionar que os consumidores até 200 quilowatts/hora/mês, como mencionei, não pagariam tarifa adicional e esses consumidores representam, nessas regiões sob racionamento, cerca de 70% das famílias. Portanto, estávamos falando de cobrar uma tarifa adicional sobre apenas 30% das famílias brasileiras, deixando fora dessa tarifa adicional, 70% das famílias.

Outra observação importante é que famílias que consumissem até 500 quilowatts/hora/mês, se cumprissem sua meta de redução, também não teriam aumento na sua conta de luz. Essas famílias que consomem até 500 quilowatts/hora/mês, representam cerca de 94% das famílias brasileiras nessas regiões.

Portanto, esse sistema que foi proposto, tinha essa característica, ou seja, de não onerar as famílias de menor renda, não teria nenhum ônus para as famílias com consumo inferior a 200 quilowatts/hora/mês, e para as famílias com até 500 quilowatts/hora/mês, se viessem a cumprir sua meta de redução, também não teriam um desembolso no final do mês maior do que aquele que tinham anteriormente.

Com relação aos consumidores industriais e comerciais, estabeleceu-se uma meta de consumo variável entre 75 e 85% do consumo-base, ou seja, de maio, junho e julho do ano passado. Por que essa meta é variável? Por uma razão muito simples, porque os impactos na economia são diferenciados em função do setor que operam essas empresas industriais e comerciais. Apenas para dar um exemplo, no caso das indústrias-eletrointensivas, um corte de 20% tem um impacto muito menor em termos de agregação de produto, em termos de geração de emprego do que uma empresa do tipo da indústria automobilística ou uma empresa que tenha também uma agregação de valor que seja superior a essa. Então, apenas para exemplificar que, no caso das indústrias, o Governo optou por um caminho onde pudesse minimizar os impactos macroeconômicos dessas redu-

ções, estabelecendo, então, a faixa, como eu disse, de 75% a 85%, por tanto, cortes de 15% a 25% que foram estabelecidos de forma diferenciada.

Estabelecemos, também, metas para áreas essenciais, que, naturalmente, tiveram as suas metas muito inferiores às demais estabelecidas, exceção apenas dos consumidores residenciais de baixa renda: a área rural e os setores essenciais tiveram uma redução solicitada de 10%. Naturalmente, determinando-se que esta redução não poderia incidir, no caso dos hospitais, por exemplo, sobre a unidade de terapia intensiva, centros cirúrgicos, etc.

Após essas duas últimas observações, nós podemos passar à seção de debates.

Em primeiro lugar, o fato de que nós observamos uma reação da sociedade – isso é notório, é conhecido – bastante favorável na direção de uma redução voluntária do seu consumo. Os números são bastante expressivos, são repetidos diariamente pela imprensa. Mas eu gostaria de trazer aqui o último número oficial que foi apresentado pelo ONS, na semana passada, e dizem respeito à situação do mês de maio de 2001. Quer dizer, em maio de 2001, nós tivemos para todo o mês uma redução média no consumo de 6%. Mas é importante registrar que na última semana de maio a redução do consumo foi de 12% em relação ao valor que é previsto antes de iniciar cada mês pelo ONS. Portanto, um valor bastante significativo.

Isso fez com que nós não tivéssemos uma redução muito elevada, nos reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Na realidade, a previsão era de que teríamos uma energia armazenada da ordem de 29,1% naquelas duas Regiões, enquanto o valor observado foi quase 1% superior, ficando em 29,7% em face do apoio da população neste nível que vimos.

Em relação à Região Nordeste, nós tivemos um problema mais sério em relação às afluições do problema hidrológico. No caso da Região Nordeste, a hidrologia, segundo informa o ONS, é a pior dos últimos 70 anos. Isso fez com que nós tivéssemos, nos reservatórios do Nordeste, uma redução maior do que aquela que foi prevista. Havia uma previsão de uma redução em maio de 1%, quando, na realidade, os reservatórios daquela Região caíram a 5,3% neste mês.

A pergunta que se coloca é: Como ficaremos daqui para a frente em relação ao programa de racionamento? As simulações que foram efetuadas levaram em conta a hipótese de carga própria de energia para as duas Regiões. No caso do Sudeste e do Centro-Oeste uma carga própria correspondente a 80% daquela base, ou seja, de maio a junho de 2000. Por-

tanto, uma carga de 20.165 megawatts/médio de carga para o período de junho a novembro. E para o Nordeste, levando em conta a mesma base e o mesmo percentual, de 4.531 megawatts/médios.

Além disso, para os cálculos que foram feitos pelo ONS se levou em conta as seguintes hipóteses de afluição neste período: no Sudeste/Centro-Oeste 75% da média do longo termo no período de junho a novembro. Essa média de longo termo é a média dos últimos 70 anos. E para o Nordeste uma utilização de 56% da média de longo termo que é pior do que o ano da série, exatamente porque esta é a previsão de junho do ONS, que foi estendido até novembro.

Foram utilizadas também hipóteses de intercâmbios de energia, do Norte para o Sudeste e Centro-Oeste de zero, ou seja, nenhuma remessa de energia do Norte para o Sudeste e Centro-Oeste. Do Norte para o Nordeste – e esse é um dado importantíssimo para atenuar a situação do Nordeste –, a manutenção de 1.000 megawatts médios de transferência com uma adaptação de carga na Região Norte. E da Região Sul para a Região Sudeste e Centro-Oeste até 2.100 megawatts médios.

Bom, utilizando, então, essas premissas, a pergunta é o que acontecerá com os nossos reservatórios? Em relação às Regiões Sudeste e Centro-Oeste, as simulações do Operador Nacional do Sistema mostram que chegaríamos em novembro com um reservatório de 12,8%. Lembro que esse número leva em conta a redução de carga, a hipótese de afluição, que depende do que vamos verificar no futuro e dessas transferências de energia.

Esse número de 12,8%, por tanto, está acima do nível mínimo de segurança, estabelecido para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que é de 10%, o que nos faz assumir a hipótese de que, cumprido o programa, ou seja, se conseguirmos essa redução de 20% e ocorrendo a hidrologia mínima, tal como indicado, teríamos condição de administrar essa situação até o fim do período seco, sem necessidade de se fazer o chamado “apagão”.

É muito importante lembrarmos que isso é uma possibilidade. Dado o fato de que depende, primeiro, do sucesso do programa e depois da hidrologia, isso é no momento uma suposição, feita com todo o cuidado naturalmente, mas não podemos dizer que, peremptoriamente, afastamos a possibilidade de ‘apagão’. Os dados que daqui decorrem são dados mais favoráveis, nos fazem admitir que, se essas premissas forem cumpridas, teremos a condição de adminis-

trar a situação sem o “apagão”, mas insisto que não podemos garantir isso.

Em relação ao Nordeste, levando em conta a redução de 20%, aquela afluência que é a projeção do que aconteceu em junho, o pior caso dos últimos 71 anos, chegaríamos, no final do período seco, com cerca de 4,3% dos reservatórios, que é um número ligeiramente inferior ao mínimo de segurança estabelecido de 5%.

Então, a questão da Região Nordeste está mais em cima da risca. Não achamos que seja o caso de mexer no programa de racionamento neste momento. Achamos que devemos avaliar o andamento deste programa, para poder observar se medidas adicionais seriam necessárias em relação ao Nordeste. Estudá-rias antes de chegar à necessidade do “apagão” todas as medidas possíveis. Mas, como disse, a decisão da Câmara foi de manter o programa de racionamento tal como estabelecido e fazer uma reavaliação no final do mês de junho.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha apresentação, sei que já é do conhecimento de todos, mas considero importante mencionar algumas mudanças que foram feitas na legislação. Não temos nenhum problema em introduzir aperfeiçoamentos na legislação, porque decorrem, enfim, de manifestações da sociedade, de sugestões que são trazidas ao Governo, decorrem, também, desta reação extremamente favorável da sociedade.

Lembro que, quando esse programa foi estabelecido, não tinha ainda a reação da sociedade, que se mostrou extremamente favorável posteriormente. Portanto, permitiu-se, e o Presidente da República decidiu então, introduzir essas mudanças, que são mudanças que funcionam todas na direção de melhorar o programa para o consumidor. A primeira foi a de estabelecer que os consumidores de até 100 **quilowatts**/hora/mês não estariam sujeitos a corte, mas se mantém o bônus. A segunda, foi estabelecer que só haveria o pagamento da tarifa adicional se o consumidor não cumprisse a sua meta, ou seja, diferentemente da situação anterior, e, por último, se estabeleceu que na primeira ocorrência de um descumprimento da meta, ao invés de o consumidor já estar sujeito a corte, ele receberá um aviso, uma notificação para que tenha mais uma oportunidade de corrigir o seu consumo e cumprir a sua meta.

Sr. Presidente, eram essas as observações iniciais que eu queria fazer e me coloco à disposição para a fase dos debates.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a apresentação feita pelo Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem, Senador?

O SR. PEDRO SIMON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Eu pediria, se fosse possível, que fosse distribuída para os membros da Comissão a cópia dos dois depoimentos que foram feitos por escrito. Acho que isso seria muito útil para todos nós, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senador Pedro Simon pede cópia das exposições que foram feitas. Naturalmente, podemos pedir à Taquigrafia da Casa, tendo em vista que elas foram gravadas, que retire uma cópia para V. Ex^a.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Ferro, primeiro orador inscrito.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente da Comissão Mista, Deputado Cambraia, senhores palestrantes, é evidente que muitas das informações aqui trazidas já são do nosso conhecimento. Creio que se faz importante estabelecer, permanentemente, um canal de ligação entre esses dados e esta Comissão. Quereria, então, fazer uma sugestão e um pedido aos Ministros José Jorge e Pedro Parente, para que fornecessem, semanalmente, a evolução do racionamento de energia praticado pela sociedade.

O Ministro Pedro Parente falou que houve uma redução de 6% no consumo; na última semana de maio, de 12%, e eu gostaria de saber: por classe de consumo, como foi essa economia de energia? Interessaria-me saber quem de fato está contribuindo com esse plano. Se for possível dizer-me isso agora, eu agradeceria, porque suspeito que essa parcela de sacrifício está sendo feita principalmente pelos consumidores residenciais, que a indústria, o comércio e os grandes consumidores ainda não participam disso com a devida urgência.

Os consumidores residenciais representam um pouco mais de 1/4, em média, do consumo nacional e é importante que eles não sejam tão sacrificados quanto o restante dos consumidores, principalmente os energointensivos e os grandes consumidores industriais. Esse é um esforço que tem que ser cobrado

e acho que isso faz parte da justeza do sacrifício que é imposto ao povo brasileiro.

Gostaria de obter, também, esclarecimentos do Ministro José Jorge a respeito de como, efetivamente, ficou a questão do risco cambial: a Petrobras é que vai arcar, ou seja, o Tesouro é que vai arcar com esse risco cambial? Quais são as condições que estão colocadas?

Vou alinhar outras perguntas: quanto ao programa de conservação de energia a que V. Ex^a se referiu, quais são as medidas desse plano? É importante lembrar que está em votação, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que vai ao encontro dessa preocupação. Se não me engano, está agendada para amanhã a votação de um projeto de lei que traz sugestões interessante a respeito. Espero que ele seja votado amanhã.

Gostaria de perguntar ao Ministro Pedro Parente e ao Ministro José Jorge, a que altura dessa crise V. Ex^{as} foram informados da iminência da necessidade de racionamento e da situação caótica do setor elétrico brasileiro? O Presidente da República nos confidenciou publicamente, há cerca de três semanas, que Sua Excelência também havia sido pego de surpresa. Portanto, quando, efetivamente, a equipe do Governo tomou conhecimento dessa crise?

Gostaria também de alertá-lo para uma situação que considero das mais graves. Refiro-me às microempresas, tendo em vista que elas se constituem em um universo impressionante de sobrevivência, principalmente as existentes na Região Nordeste e na periferia das grandes cidades, às quais funcionam nas próprias residências. Acredito que essas microempresas serão duramente penalizadas com as medidas aplicadas para os consumidores residenciais, aliás, elas se vão mais penalizadas do que as grandes empresas, já que essas microempresas são fontes de sobrevivência de muita gente, e, por estarem funcionando em residências, estarão sujeitas a utilizarem somente determinada carga. Penso que isso causará enormes transtornos na vida dessas pessoas. São técnicos, manicuras, enfim, há uma infinidade de microempresas que serão enquadrados como consumidores residenciais e, conseqüentemente serão duramente punidos tendo em vista a política proposta pelo Governo.

Aliás, solicitaria que fosse flexibilizado, por intermédio de algum mecanismo, que esses pequenos empresários fossem reconhecidos como tal, sendo tratados diferentemente dos consumidores residenciais. Caso contrário, eles pagarão um pesado ônus, in-

justo até, já que eles sobrevivem às custas desse tipo de atividade.

No que diz respeito à Região Nordeste – acho que é o quadro mais dramático –, além da economia de energia, soma-se a ela a questão da seca e o seu agravamento na Região. O reservatório equivalente está operando na escala 4,3. Nós nunca operamos nessa escala, portanto, não sabemos as conseqüências de se operar nesses níveis para os geradores e para as turbinas. Gostaria de saber se o Governo já dispõe de uma avaliação técnica sobre as condições de operação da Usina, por exemplo, de Sobradinho, com o reservatório operando nesse nível. Isso pode trazer conseqüências desastrosas para os equipamentos e danos irreversíveis para os equipamentos. Teria o Governo garantia de fabricante ou algum estudo que permita operar nessa condição? Até porque há informações, que já circulam no setor, e sugestões para se inverter o volume morto. Caso isso ocorra, realmente a situação está próxima do caos, o que poderá gerar uma situação extremamente dramática para essas empresas.

Sr. Presidente, eu ficaria por aqui nas perguntas e questionamentos que faço.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Responderei a algumas perguntas apenas.

Na semana passada, em relação à questão do risco cambial do gás boliviano, – deve ter saído no **Diário Oficial** de ontem –, divulgamos uma Portaria conjunta, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Minas e Energia, que equaciona essa questão.

Na verdade, o problema se coloca da seguinte forma: o gás, que é adquirido em dólar – anualmente há um aumento do preço da energia – varia diariamente. Portanto, como o gerador de energia compra gás e vende energia, ocorria o seguinte: comprava-se o gás por um preço, que variava diariamente ou trimestralmente de acordo com o que fosse feito, mas que variava com o dólar, e só depois de um ano é que esse dólar era repassado para o preço do gerador. Então, do ponto de vista da diferença do preço do dólar do ano não havia problema, porque se o dólar fosse dois e passasse para quatro, entrariam os quatro. O problema existia exatamente no financiamento daquela parte do dólar que variou durante o ano.

Essa é uma questão que foi discutida durante muito tempo, terminou se chegando a um acordo, que foi o que a portaria especificou, no qual a Petrobras vai financiar, não vai absorver esse custo, vai financi-

ar a diferença para mais ou para menos do dólar, porque o dólar também pode variar para mais ou para menos – atualmente está variando para mais, mas pode variar para menos. Ela vai financiar essa parcela anual e depois repassar para o preço do ano seguinte para a geradora. E a geradora, então, vai depender do VN que ela tiver com a distribuidora.

O SR. FERNANDO FERRO – Justamente incluir o gás na PPE do petróleo, não é, Ministro?

O SR. JOSÉ JORGE – Não, não é na PPE. É um sistema parecido, mas tem alguma diferença em relação à PPE.

Em relação à conservação de energia, na verdade o Ministério já tem um programa chamado Procel, que, em determinadas épocas, trabalha com muita eficácia e é muito eficiente, tem muito prestígio no Ministério, depois outras épocas ele tem menos, agora espero que tenha mais prestígio, uma época que ele realmente possa enfrentar a questão da conservação, exatamente baseado na aprovação desse Projeto, que está na Câmara, já está circulando aqui no Congresso há 11 anos. O Ministério tem trabalhado nesses últimos 90 dias, desde que estou lá, no sentido de aprová-lo, e aparentemente vamos aprová-lo esta semana, que servirá de base para que o Procel possa ser reafirmado como um programa muito importante.

Essa questão atualmente, conjuntural, vai ajudar, mas ajuda em parte, porque na verdade agora ela tira uma parte do conforto, que não é a idéia. A idéia, por trás da conservação de energia, não é diminuir o conforto, pelo contrário, é mantendo o mesmo nível de conforto com um nível de consumo de energia menor.

Essa data da crise posso dar a minha parte. Na verdade, assumi o Ministério no dia 13, mas aconteceu uma série de problemas, inclusive a questão da P-36, no dia 15; encontrei o Deputado Gabeira em Macaé, passamos uns dois dias em Macaé, e só menti no dia 20 assumi. Desde aquele dia, quando verifiquei as curvas do reservatório das Regiões Sudeste e Nordeste que vi que havia uma situação de extrema gravidade.

Criamos dois grupos: um para elaborar um plano de racionalização de oferta e demanda, que lançamos num programa de televisão nacional, na rede nacional, uma semana depois ou duas semanas depois e, ao mesmo tempo, elaboramos um plano de racionamento para que quando houvesse solicitação nós já tivéssemos um plano elaborado.

No dia 26 de abril, recebemos um ofício da ONS solicitando um racionamento de 15%, que depois foi, se não me engano, no dia 2 de maio foi aumentando para 20%. Convocamos então o CNPE no dia 8 de maio, para que fosse feita a reunião no sentido de aprovar o plano de racionamento. Recebi até um telefonema do Deputado Aleluia também, lembro que S. Ex^a ligava para mim sobre essa questão, e convocamos no dia 8 de maio. No dia 10 de maio fizemos uma reunião com o Presidente da República para que criássemos a Câmara de Gestão e tomássemos aquelas medidas. Daí em diante já houve uma economia de energia substancial.

Desde que estive na televisão explicando a situação e solicitando a colaboração, mesmo antes da questão do racionamento propriamente dito, já aí – tenho os dados aqui – houve uma diminuição da demanda durante o mês de maio.

Passaria a palavra ao Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO – Pelo que pude entender, o Ministro tomou conhecimento da situação no mês de março, em vinte de março?

O SR. JOSÉ JORGE – Não, março foi o mês que assumi, no dia 20.

O SR. FERNANDO FERRO – Então... o fato é que esse relatório de ONS já era de conhecimento no final de fevereiro, início de março, esse relatório de 15% do corte.

O SR. JOSÉ JORGE – Não, o relatório pedindo corte é do dia 26 de abril.

O SR. FERNANDO FERRO – Posso dizer-lhe, Ministro, que sabia dessa informação em março. Pode parecer até vidente, mas eu tinha essa informação no setor no mês de março.

O SR. JOSÉ JORGE – V. Ex^a tinha a informação de que os reservatórios estavam em uma situação crítica, como estiveram também no ano passado.

O SR. FERNANDO FERRO – Não era uma situação crítica, mas a de que o corte era de 15%.

O SR. JOSÉ JORGE – O ONS trabalhou até o dia 26 de abril com 3 hipóteses: 5%, 10% e 15%. O Presidente do ONS está aí e pode confirmar que trabalhou com 5%, 10% e 15%.

O SR. FERNANDO FERRO – Tenho as informações.

O SR. JOSÉ JORGE – Não é esse o documento?

O SR. FERNANDO FERRO – Estou querendo dizer que essa situação revela que o Governo, realmente, desconsiderou ou não ouviu os técnicos da área. O alerta já vinha de antes. No final de fevereiro ou no começo de março, já tínhamos essa informação no setor. Infelizmente, não houve qualquer preparação ou precaução em relação ao quadro que se estava anunciando. Diferentemente, em outros momentos de racionamento houve uma antecipação e foram tomadas algumas medidas que um quadro desses exige.

Gostaria de fazer-lhe algumas indagações, Ministro José Jorge. Tenho informações de que o Presidente da ANP, David Zylbersztajn, impediu a adoção da medida sobre risco cambial de gás. Que problema houve com a Agência Nacional de Petróleo? Houve uma divergência para tomar-se a definição? Qual é a ordem de prioridade e qual o problema com a Agência Nacional de Petróleo que tem a capacidade e o poder político de impedir o acordo? O que houve?

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, a portaria já foi feita; ele não a impediu. Como a Agência Nacional de Petróleo é encarregada também da questão do gás, que está dentro de sua área de distribuição, o Dr. David Zylbersztajn, como qualquer outro diretor de agência na área de energia elétrica, na área da água, foi ouvido sobre a questão do gás. Evidentemente, deu sua opinião, assim como Presidente da Petrobras, os investidores e o Ministério o fizeram. Enfim, todos deram sua opinião e, no fim, foi elaborada uma portaria que leva em conta a opinião de todos, mas não atende todos. Em nenhum momento, S. Ex^a impediu. A prova maior é a que a portaria já foi publicada, já está no **Diário Oficial**, e já está sendo executada.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Deputado, sobre a primeira questão, a redução por classe de consumo, não tenho um dado preciso, um dado quantitativo para fornecer-lhe. Posso dizer que, qualitativamente, a nossa avaliação diz respeito a residências e setor público. Quer dizer, no mês de maio, em nossa avaliação – comprometo-me a enviar à Comissão a avaliação detalhada – houve redução do consumo nas residências e no setor público. De fato, a indústria e o comércio só começaram a entrar no racionamento, por obrigação legal, a partir do dia 1º de junho. Então, a avaliação é a de que a redução de consumo, ocorrida no mês de maio, foi basicamente nas residências e no setor público. É claro que houve outras medidas

como, por exemplo, a redução de **outdoors**. Quanto a isso, infelizmente, houve limitações suspendendo. Mas, enfim, há outras medidas. Atribuímos, basicamente, sem poder precisar-lhe a informação por não dispor dos dados agora – pedirei ao operador do sistema que repasse essas informações – às residências e ao setor público.

Não entendi, ainda, como as microempresas estariam prejudicadas, Deputado. O limite das empresas comerciais também é de 20%. Agora, com até duzentos quilowatts/hora por mês não pagam qualquer sobretaxa. V. Ex^a estaria falando, eventualmente, em não haver o pedido de corte para quem não atingir os 20%. Se deixássemos de qualificá-las como residências e passássemos a qualificá-las como comércio, também estariam sujeitas ao corte de 20%. Pediria para V. Ex^a, se puder, detalhar o problema: que diga exatamente o que está acontecendo, onde poderão ficar prejudicadas. Comprometemo-nos a analisar. Não entendi, na pergunta, como ficariam prejudicadas sendo classificadas como residência. Então pediria ao senhor que se pudesse...

O SR. FERNANDO FERRO – Os consumidores residenciais estão sendo os mais atingidos pelas medidas de contenção e pelas medidas de punição sugeridas. No caso, muitas dessas residências, na verdade, não são só residências, são residências e empresas. Dever-se-ia fazer algum tipo de flexibilização para que essas pessoas pudessem, evidentemente a partir de um comprovante junto às concessionárias, atestara sua condição não apenas de consumidor residencial, mas também de sobrevivência e de comércio que têm, para que pudessem ser considerados numa situação diferenciada, porque evidentemente há um tratamento diferenciado entre consumidores residenciais e consumidores industriais, empresários. Há um tratamento diferenciado. O que estou sugerindo é que se leve em conta essas pessoas nessa condição para que possam ser ouvidas e tratadas com essa característica que têm de não apenas consumidores, mas também de geradores de emprego e de renda e um segmento importante na economia deste país, na informalidade da economia deste País.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, vamos então analisar. Depois podemos conversar para o senhor entender melhor onde está o problema específico para podermos dar um tratamento.

Finalmente, sobre a questão das avaliações técnicas sobre o funcionamento, principalmente no Nordeste, a 5%. O que temos é o paquer dos órgãos técnicos do Governo de que isto seria possível, não que

este parecer seja feito sem, digamos, um nível mínimo de preocupação dizendo que é uma operação que não foi feita antes, mas achamos que é possível. É claro que não vamos estar esperando acontecer os problemas para depois eventualmente tomar uma outra providência; vamos estar acompanhando isto permanentemente. Então a informação que temos, e não sou um especialista do setor, é de que é possível, este é o mínimo necessário como mínimo de segurança no caso dos reservatórios do Nordeste. E no caso dos reservatórios do Sul e Sudeste, 10%.

O SR. FERNANDO FERRO – Neste caso que o senhor está citando, é a Eletrobrás que está fornecendo esta informação, é o ONS?

O SR. PEDRO PARENTE – Tenho essa informação, um parecer, não é um parecer escrito, mas a opinião do ONS.

O SR. FERNANDO FERRO – E em relação ao Nordeste, aos projetos de irrigação. Esses 5% de reservatório, o que implicam nos programas de irrigação? Porque as informações que temos é que isso poderá afetar de forma direta esses empreendimentos da área de irrigação, principalmente do semi-árido do São Francisco, na região de Petrolina, naquele região do médio e submédio São Francisco. Quer dizer, 5% de reservatório, o que acarretam aos programas de irrigação da Região Nordeste?

O SR. PEDRO PARENTE – Bom, Deputado. Fico devendo, comprometo-me a trazer a informação por que não sei.

O SR. FERNANDO FERRO – Está bem.

Sr. Presidente, fiz uma pergunta: a partir de quando o Ministro Pedro Parente tomou conhecimento da crise?

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, tinha entendido que o Ministro José Jorge tinha respondido à questão. Até o final do ano passado, a avaliação que tínhamos era de que, em função das chuvas inclusive ocorridas até dezembro, tínhamos a possibilidade de ter o ano de 2001, mesmo considerando um aumento de carga melhor do que o ano anterior, o ano 2000.

O que se viu nos meses seguintes foi, a partir de janeiro, a ocorrência de chuvas muito abaixo da previsão. Essas informações eram periodicamente passadas naturalmente pelo órgão técnico, pelo Ministério das Minas e Energia, mas sempre com a observação de que era um quadro que poderia ser revertido nos meses seguintes.

A situação só ficou clara de que poderíamos ter um racionamento e não um processo de racionalização a partir das datas informadas pelo Ministro José

Jorge. Até janeiro ou fevereiro, já havia informações de insuficiência de chuvas, mas até aquele momento as hipóteses que se trabalhava eram: 1 – se necessário, poderia ser resolvido com um processo de racionalização; e 2 – ainda assim era possível – dependendo da fluência de chuvas nos meses seguintes – que essa posição pudesse ser revertida.

Então essa era a informação que tínhamos, e o restante da história o senhor ouviu do Ministro José Jorge.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, tenho em mãos um relatório, de dezembro de 2000, assinado pelo Ministro Pedro Parente que diz que os reservatórios estão se esaurindo sistematicamente e as razões para tanto podem ser atribuídas à causa de investimentos na expansão de novas hidrelétricas e de uma base termelétrica adequada para assegurar o suprimento de energia quando da ocorrência de períodos de hidraulicidade significativamente desfavoráveis que de fato aconteceram. Quer dizer, o relatório do Conselho Nacional de Política Energética já previa isso em dezembro e foi assinado por vários Ministros: Pedro Malan, Pedro Parente, todos eles assinaram.

O SR. PEDRO PARENTE – Não, não está.

O SR. FERNANDO FERRO – Está, o seu nome está aqui.

O SR. PEDRO PARENTE – Não. Leia, por favor, Deputado, o que está escrito em cima.

O SR. FERNANDO FERRO – Composição do Conselho Nacional de Política Energética. Plenário. E o relatório é o relatório do Conselho Nacional de Política Energética. E o senhor é um dos membros desse Conselho.

O SR. PEDRO PARENTE – Esse relatório não foi levado ao Conselho, Deputado. Eu não assinei esse relatório. O senhor, por favor, veja...

O SR. FERNANDO FERRO – Então peça para tirar o nome do senhor, porque isso aqui compromete a sua posição. O senhor, como Ministro, é signatário. Aqui está o seu nome; o senhor está constando como elaborador desse relatório. Então, o que posso fazer? Ou o Governo não lê os relatórios que faz ou põe os nomes dos Ministros, indevidamente, para que eles sejam comprometidos com esse tipo de coisa. É lamentável, Sr. Ministro.

O SR. PEDRO PARENTE – Não, lamentável é o senhor dizer que assinei uma coisa que não assinei.

O SR. FERNANDO FERRO – Está escrito aqui. Sr. Presidente, encaminhei ao Ministério das Minas e Energia um requerimento pedindo o documento so-

bre política energética do Governo. Foi pela Câmara, a Mesa da Câmara encaminhou o meu requerimento e me foi devolvido este relatório aqui, do Ministério das Minas e Energia. Então, este é um documento oficial do Governo, e V. Ex^a consta como membro disto aqui. O que estou dizendo é que essa situação... De fato, sinto que é uma situação constrangedora, mas revela claramente o desencontro, a desinformação e a desatenção de V. Ex^{as} em relação à política energética.

Trataram muito bem da parte financeira do Governo e esqueceram a política energética. Está aí. É isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eminentíssimo Deputado Fernando Ferro, está muito proveitosa a participação de V. Ex^a. Devo ponderar, todavia, que há vários Deputados e Senadores inscritos. O que fica absolutamente cada vez mais evidente para a sociedade brasileira é que o Brasil é realmente um País que prima pela imprevidência. A imprevidência está até na Previdência. A própria Previdência está sofrendo de imprevidência há muitos anos. Esse é um fato.

Mas, repetindo aquilo que tive oportunidade de colocar no início desses trabalhos, gostaria que aproveitássemos para tentar ajudar o Governo a minimizar as conseqüências desse problema que está aí e que se avizinha cada vez mais grave, tendo em vista as perspectivas. É claro que além de ser um País imprevidente, o Brasil é também o País dos desperdícios. Espero, então, com o engajamento da sociedade brasileira nesse problema, que comecemos a adotar uma postura menos imprevidente e de menos desperdício também.

É por isso que penso que os trabalhos desta Comissão poderão ser muito úteis para que o Governo consiga encontrar uma solução para amenizar, para minimizar as conseqüências, as mazelas desse problema que está aí.

Assim, se V. Ex^a me permite, gostaria que fôssemos mais objetivos daqui para a frente, até por que todos desejam participar. Então, como segundo orador inscrito, concedo a palavra ao eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma consideração final? Concorde com a preocupação de V. Ex^a. Não há aqui, da nossa parte, nenhum interesse, nenhum oportunismo político nessa crise que se abate sobre a Nação. Temos que discutir de forma conjunta. Agora, o que quero dizer é que não podemos esquecer as responsabilidades, o ônus e o bônus de exercer o poder e temos

que cobrar. É meu papel. Contribuímos, na Comissão de Minas e Energia, com textos e documentos alertando sobre o problema. Não houve só críticas. Nesse sentido, concordo que V. Ex^a tenha essa preocupação, mas a nossa preocupação é também construtiva, o que não impede que sejamos críticos nas nossas análises e observações do trabalho que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Deputado Fernando Ferro, tudo bem. Antes de fazer as minhas considerações, coloquei que a participação de V. Ex^a estava sendo altamente proveitosa, só que precisamos realmente ganhar tempo. Então, se me permite, passo a palavra ao eminente Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, evidentemente que todos temos a intenção de contribuir – até com o Governo – mas com uma visão crítica, uma vez que o próprio Sancho Pança contribuía com Dom Quixote quando ele dizia “olha, mestre, olha o que o Sr. está dizendo!” Então, a minha visão crítica, na verdade, será para mostrar ao Governo o que ele fez de errado e como ele poderia encontrar um caminho, na minha opinião. Digo na minha opinião, por que temos que ser modestos, pois essa crise transcende a nossa capacidade.

O problema central do Governo, inclusive a crítica não se dirige ao Ministro Pedro Parente nem ao Ministro José Jorge, quem encontrei no Rio de Janeiro no Congresso Internacional de AIDS, e ainda não sabia que essa situação dramática iria cair nas suas mãos.

Houve um erro básico na condução que deve ser imputado ao Presidente da República: a não-definição de parte do Governo se iria intimidar a população ou atraí-la e se irmanar com ela. Então, houve uma sucessão de promessas de castigo, que, aos poucos, estão sendo levantadas, mas que mostram que a população foi muito mais madura que o Governo, por que ela mostrou, na prática, que o caminho era irmanar com o esforço da população e não intimidá-la. É claro que mesmo do ponto de vista político mais clássico, do ponto de vista maquiavélico, nunca vi um governo que goste de fazer mal aos pouquinhos. A orientação é sempre fazer o mal de uma só vez. No entanto, o Governo Fernando Henrique se perdeu tanto nesse processo, que escolheu a intimidação e escolheu fazer o mal aos poucos.

A outra crítica que faço se dirige, também, ao Presidente da República. Por incrível que pareça, Sua Excelência resolveu se fechar nesse processo. Criou uma câmara que deveria estar articulada com outros

processos. Por exemplo, criou-se uma câmara em São Paulo, formada pela Fiesp, pelos Sindicatos, mas que não foi atraída pelo Governo, o Governo não a recebeu. Isso foi um erro fundamental. Se examinarmos, dentro do Governo, verificaremos que ele também se isolou. O Governo foi incapaz de trazer para a câmara, o Ministério do Meio Ambiente, que podia contribuir; foi incapaz de trazer o Ministério da Defesa, que tem um papel fundamental do ponto de vista logístico, caso cheguemos ao apagão. Na verdade, a própria câmara do Governo, do ponto de vista do Governo e dos seus recursos, é incompleta.

Portanto, o primeiro aspecto que temos que pedir ao Governo – e temos pedido ao longo do tempo – é que cesse a intimidação. Que ele compreenda que se relacionar de uma maneira adequada com a população trará resultados muito melhores.

O segundo pedido a fazer, que também é importante, é uma crítica, é que ele rompa o seu isolamento, que ele compreenda de uma vez por todas que ele está diante de uma questão que transcende a capacidade de um grupo de pessoas fechadas numa câmara. Ele tem que se abrir para a sociedade. E o Governo não fez isso. O Presidente da República não assumiu essa liderança. Agora, Sua Excelência assumiu a liderança da comunicação, que tinha cometido uma série de erros. Esta era outra coisa que eu não percebia: a comunicação do Governo não estava presente na câmara como deveria estar, se não não teriam sido cometidos esses erros que foram cometidos.

Então, essa sucessão de erros, depois do erro estratégico de nos levar ao racionamento, é quase imperdoável, mas temos um caminho pela frente.

Gostaria de fazer uma série de perguntas que, de uma certa maneira, estruturam a minha crítica. A primeira delas é a seguinte: quando a câmara se reuniu e decidiu que iria criar uma sobretarifa ou iria aumentar as tarifas, que iria dar um bônus às pessoas que economizassem, não houve um cálculo de quanto seria – evidentemente, seria impossível calcular quanto seria o dinheiro arrecadado com a sobretarifa e quanto seria o dinheiro gasto nos bônus... No entanto, para minha perplexidade e por causa das lacunas do próprio Governo, assisto na televisão a um dos diretores da Light dizer o seguinte: “Que bom para nós! Vamos perder de um lado, mas vamos ganhar de outro”. Porque a tarifa foi aumentada, porque o Governo não definiu claramente para a população que qualquer dinheiro extra que sair desse processo tem que voltar para o consumidor e não para as empresas distribuidoras.

Não há sentido nenhum em se criar um processo de transferência de renda da população para as empresas distribuidoras, que não são heroínas nessa história. São tão ou mais culpadas que todos os outros. Mas elas não mereciam, não devem receber nenhum processo de transferência.

Creio que isso tem que ficar mais claro. Pode ser que tenha havido uma brecha de comunicação; pode ser que a imprensa não tenha esclarecido totalmente, mas é preciso ficar claro que todo o dinheiro excedente do aumento de tarifa, nesse contexto de racionamento, deve voltar para o consumidor, para a melhoria da situação do consumidor, porque ele vai transceder aos bônus. Muito dificilmente, alguém, nesse contexto, hoje, no Brasil, vai economizar energia pensando em mais R\$1 ou R\$2 de bônus, embora isso possa acontecer, mas a previsão é a de que haja mais dinheiro da sobretarifa do que dinheiro para se pagar em bônus.

A segunda pergunta – e é importante que fique definido também: o Governo, no encontro do Palácio do Planalto, depois de muitos protestos, disse que não iria atropelar o Código do Consumidor. O Governo se comprometeu a fazer isso. No entanto, ao reconsiderar a sua medida de fazer cortes, ele continua atropelando o Código do Consumidor, porque os cortes não podem ser feitos nem da maneira branda que foi anunciada agora. Os cortes teriam que passar por um processo de avaliação, por um tipo de julgamento. O consumidor não pode ser lançado ao Código apenas porque ele recebeu um aviso e, no mês seguinte, ele não conseguiu estabelecer a cota que o Governo quer. O Governo prometeu, mas ainda não materializou adequadamente o seu respeito ao Código do Consumidor.

O terceiro ponto que eu queria perguntar é qual será a política clara do Governo em relação às empresas que produzem usando muita energia, especificamente no caso do alumínio. Existem experiências em outros países em que as fábricas de alumínio foram fechadas nesse período. Existem outras experiências em que os cortes são mais intensos para elas. Então, eu me pergunto: essa energia é subvencionada? Tem sentido, hoje, o Brasil pagar subvenção à indústria de alumínio, no momento em que todos nós estamos pagando uma taxa extra pela eletricidade mais consumida? Não tem! Era preciso haver uma política muito mais clara. Uma pequena cooperativa de costureiras, por exemplo, que trabalha o dia inteiro vai ter que economizar às vezes demitindo. É preciso haver uma política para elas e outra para essas empresas que con-

somem muita energia – alguma dessa energia subvencionada pelo Governo.

Não está claro isso, e o Governo tem que esclarecer qual é a política. Outro ponto que é preciso esclarecer: o Governo está se preparando para o apagão? O Ministro Parente disse: “Existe uma possibilidade. Se as chuvas acontecerem...”

Outra pergunta que quero fazer: como é que o Governo chegou à previsão de 70% nos seus cálculos? Existem oito países que fazem previsões meteorológicas. Nossa diplomacia já contactou todos os oito, já pediu um parecer de todos os outros países especializados sobre qual é a evolução das chuvas que teremos nesse período. Não sei desse passo. Se não tomou, sugiro que tome o passo, porque não podemos dizer se as chuvas serão de 70% na média.

Temos que saber qual é a conjugação das previsões, mesmo admitindo que essas previsões sejam inadequadas para um período tão longo, mas, ainda assim, o Brasil tem que fazer esse esforço. Buscar os sete países do mundo que mais trabalham nesse campo.

Suponhamos que a previsão não dê certo. O Governo está se preparando para o apagão? Tenho dúvidas quanto a essa questão. O Governo fez algum trabalho de importação de geradores, como o Professor Ildo Sauer está propondo? Não fizemos nenhum esforço específico de importação de geradores, que poderiam, no futuro, servir como co-geração, como está colocado aqui. O Governo não o fez. O Governo trabalhou efetivamente. Além de trocar lâmpadas e de reduzir o consumo público, ele trabalhou efetivamente nos pontos de conservação que poderia ter trabalhado? O Professor Sauer propõe trocar 10 milhões de lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, o que daria uma redução de 550 quilowatts, que é muita coisa, gastando-se 1 bilhão. Mas esse é um tipo de eletricidade que podemos produzir aqui e agora. Aqui e agora, realizando essas trocas. Quer dizer, existem uma série de sugestões que vão e vem e nós não podemos colocá-las na Câmara, porque a Câmara, até este momento, exceto algumas audiências que o Ministro Pedro Parente concedeu e as entrevistas que ele concedeu, ela continua fechada para o País. Os grandes temas não foram colocados para ela e eu acho que isso é uma hesitação desnecessária. O Governo ficou, no meu entender, um pouco tímido porque ele cometeu um grande erro. E ao cometer um grande erro, ele se fechou. Ele não percebeu que a sociedade estava sinalizando para ele: Olha, cometeu um erro, tudo bem, mas vamos

adiante. Adiante nós vamos ver as responsabilidades. Vamos fazer alguma coisa juntos. E o Governo não está disposto. O processo, as campanhas na TV, o Governo jamais convidou todos os diretores de televisão para perguntar qual a contribuição que a televisão brasileira podia dar neste instante. O Governo não convidou os artistas para perguntar. A primeira medida foi, desculpem-me a expressão, uma medida inadequada, porque todos os circos e parques de diversões foram cortados naquele momento. O Governo não compreendeu a dimensão política da questão. Quer dizer, os atores, os circos poderiam ser os maiores aliados no processo de racionamento. Não era esse o caminho. Não era esse o caminho.

Então é necessário, neste momento, se abrir para compreender que não estamos apenas diante de questões técnicas, que, no meu entender, não estão ainda respondidas adequadamente, mas estamos diante de questões políticas das quais o Governo se apequenou. O Governo se encolheu diante da crise, o que pode ainda ser recuperado. Existem caminhos para que ocorra essa recuperação. Até acho que ele está se recuperando nos últimos dias. Quando o Presidente da República disse que não queria uma queda de braço com a sociedade brasileira, ele estava falando algo sério. Mas quando se chega ao ponto de dizer isso é porque a queda-de-braço já está se avizinando no horizonte. Quando, na verdade, ele já podia estar harmonizado com a sociedade brasileira desde o princípio da crise.

Então quero colocar, evidentemente já sei que outros estão inscritos, teremos outras perguntas, essas posições na mesa e propor aqui um pacto nacional. Essa Câmara tem que ser apenas a Câmara dela. Temos que ter um pacto nacional com o Congresso e com a Câmara de São Paulo, criar um organismo maior para essas questões possam ser discutidas, com todo o respeito pela autonomia do Governo. Mas os senhores devem ter a humildade de sair do Palácio do Planalto, do lugar que foi destinado para os senhores, e encontrar num lugar onde a Câmara, feita em São Paulo, e outros setores do Brasil que queiram discutir, mais o Congresso brasileiro, estejamos juntos num grande fórum que faça pelo menos uma reunião de quinze em quinze dias, de mês em mês para avaliarmos a situação e tomarmos decisões conjuntas, respeitada a autonomia do Governo que foi eleito com votos populares incontestáveis e tem a responsabilidade de tomar as decisões.

O SR. – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE () – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. – Sr. Presidente, eu gostaria de saber quantos Parlamentares estão inscritos aí?

O SR. PRESIDENTE () – Treze.

O SR. – Treze. Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão pela ordem para que V. Ex^a pudesse estabelecer um tempo, porque acredito que é grande o interesse nos Parlamentares em fazer pelo menos uma pergunta, já que essa oportunidade é rara de estarmos com o Ministro das Minas e Energia e com o Ministro Pedro Parente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Sim, de acordo com o Regimento cada Parlamentar tem cinco minutos. A Presidência tem sido realmente bastante generosa, mas é porque as duas intervenções foram muito ricas e espero que todos compreendo que o aproveitamento foi bom, mas todos terão a oportunidade.

Quero passar a palavra, agora, para o Ministro José Jorge, para começar a resposta às colocações feitas pelo Deputado Fernando Gabeira.

O SR. JOSÉ JORGE – Na realidade, acho que o Deputado Fernando Gabeira colocou algumas idéias muito interessantes. Nós todos sabemos que essa questão...

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, quero apresentar uma proposta. As perguntas serão repetitivas. Muitas delas seguirão mais ou menos a mesma linha. Proponho, então, que todos os Parlamentares falassem e, no final, os Ministros Pedro Parente e José Jorge respondiam as perguntas. A resposta seria em bloco. Considero esse procedimento muito mais racional do que fazer esse ping-pong.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, façamos blocos. Não há sentido também em todos os Parlamentares se pronunciarem em seqüência. Sugiro que sejamos divididos em grupos de quatro.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – De fato, há muita procedência nessas observações. Só penso que não há que ser de quatro em quatro, porque os Ministros terão o cuidado de anotar e depois responderão a todos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Seguindo a sugestão de V. Ex^a, Sr. Presidente, deixa de ser um de-

bate, porque a resposta do Ministro pode gerar uma nova pergunta, um novo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Mas como ninguém vai se retirar, o debate poderá acontecer.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Mas temos que suscitar, Sr. Presidente, o debate. Sendo assim, de quatro em quatro seria mais razoável, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Há um orador na tribuna.

O SR. FERNANDO GABEIRA – O melhor, Sr. Presidente, seria conceder três minutos a cada Parlamentar, com a possibilidade de uma réplica de um ou dois minutos, por que se não não haverá debate e, em não havendo debate... Não é que o Governo queira a possibilidade... **(inaudível, fora do microfone)** ...não estamos aqui investigando nada de especial, mas o debatenesse caso é rico, representa a possibilidade de avançarmos. Se o Governo monologar pura e simplesmente, não avançaremos. O Governo já está monologando há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Atenção, por favor.

A proposta do eminente Deputado Inocêncio de Oliveira é muito boa para esta reunião. Os Ministros também desejam conhecer o que pensa cada um dos Parlamentares aqui presentes. Ainda que possa prejudicar o debate, vamos fazer o possível, e o possível será isso. Penso que todos aprovaram e não é preciso nem colocar em votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Protesto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então vamos tentar quatro. (Pausa)

Mas como somos 12, vamos fazer grupos de seis, que é o meio-termo. (Pausa)

Pronto, já houve até quem quisesse se inscrever, o Senador Sebastião Rocha.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só peço, então, que a medida não retroaja à minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Então o limite é de cinco minutos. Não posso reduzir, porque isso é regimental.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Mesmo para quem for muito bem, Sr. Presidente? Mesmo para quem tiver um grande desempenho?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a, por exemplo, talvez tenha o beneplácito da Casa pela...

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Não sei nem quem são os inscritos. Apenas gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Também para colaborar com a agilidade e como a pergunta do Deputado Fernando Gabeira envolve basicamente a questão política do Comitê, pediria que o Ministro Pedro Parente, que é o Presidente do Comitê, a respondesse. Após S. Ex^a, se o Deputado ainda quiser, também posso me manifestar.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Sr. Presidente, só para esclarecer, eu pediria que constasse que não assinei tal relatório, por que acho que não ficou claro esse ponto. É só uma observação para não haver dúvida com relação a esse tema que me parece muito importante.

O Deputado Fernando Gabeira faz alguns comentários iniciais. S. Ex^a tem uma avaliação de que houve um erro básico atribuído ao Senhor Presidente da República. Essa é uma questão de opinião. Discordo, mas não é o caso, porque é uma questão de opinião. Abordarei em minha resposta os pontos objetivos, até para que possamos avançar nas questões.

Quero dizer, Sr. Deputado, que não recusei nenhuma reunião que tenha sido pedida à Câmara. Realizamos reuniões com as distribuidoras, com os sindicatos, com os representantes dos consumidores – e dessa reunião saiu a sugestão de modificação do Código, que foi acatada –, com uma comissão de Parlamentares da área de saúde, cujas sugestões também foram acatadas. Além dessa última, realizamos também outras reuniões com Parlamentares e com empresários, inclusive das telecomunicações; a imprensa tem divulgado isso.

Então, Sr. Deputado, sinceramente, digo a V. Ex^a: só se eu conseguisse trabalhar 30 horas por dia. Eu não consigo. De fato, temos. Agora, a questão é tão palpitante, tão importante, envolve tantas questões, mexe tanto com a vida das pessoas, que entendo que exista essa angústia. De nossa parte, há todo um desejo de diálogo. Nós não temos o monopólio da verdade, não queremos ter. Queremos agir, nessa situação, trabalhando, dialogando e usando o bom senso, mudando aquilo que tiver que mudar; não tenho nenhuma preocupação em mudar, se for necessário. Digo a V. Ex^a: “Não nos fechamos”. Se é essa a idéia, eu lamento.

Outra questão, Sr. Deputado: o Meio Ambiente está na Câmara, assim como o Secretário de Comuni-

cação Social e o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Talvez tenha havido falta de comunicação, mas essas três áreas do Governo estão na Câmara, dando suas sugestões, sempre que necessário.

E, quanto à outra questão que V. Ex^a também abordou, todas as vezes em que conversei com a imprensa sobre a tarifa adicional, disse que esta tinha três destinações. Isso está na Medida Provisória e foi dito à imprensa reiteradas vezes. O primeiro objetivo é pagar o bônus de quem consumiu mais do que o previsto, até 100 quilowatts hora/mês; o segundo, fazer uma provisão de 2% para cobrir o custo administrativo das distribuidoras com as mudanças que elas precisam fazer para adaptação do sistema; o terceiro, pagar o bônus dos consumidores acima de 100 quilowatts hora/mês, se sobraem recursos, quer dizer, mediante um rateio. Ainda assim, se sobraem recursos, esse dinheiro não ficará com a distribuidora. Ele vai para o acerto tarifário seguinte, ou seja, volta para o consumidor sob a forma de redução da sua tarifa. De novo: isso foi dito, está na Medida Provisória e talvez não tenha merecido o destaque necessário dos órgãos de imprensa. Mas essa é a decisão, que vai, exatamente, na linha que V. Ex^a sugeriu.

Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, nós já fizemos as modificações sugeridas. É muito importante, Deputado, entender por que esse corte é necessário. Nós não estamos falando só do pequeno consumidor. Esse pequeno consumidor já está livre do corte. Nós estamos falando do médio e, principalmente, do grande consumidor residencial, que não tem sensibilidade ao preço. Esse grande consumidor residencial vai pagar qualquer preço por sua energia elétrica e se, de fato, não houver a possibilidade do corte, não vai cooperar. Assim, considero justo manter o corte, porque, senão, não conseguiremos fazer prevalecer um programa que tem uma exigência maior, da qual não conseguimos fugir, que é o fato termos de reduzir a nossa carga em 20%. É fundamentalmente necessário o corte dos grandes consumidores, e a orientação que está dada para as distribuidoras é a de fazer o corte na ordem inversa do desvio em relação à meta – desvio absoluto, e não relativo, ou seja, quanto mais um determinado consumidor se desviar da meta, mais ele estará sujeito a corte, começando por aquele que mais se desviar da meta. Parece-me uma regra bastante justa, que tem esse objetivo de fazer com que todos economizem, porque, diferentemente do grande consumidor, os consumidores médios são sensíveis ao preço, e o pequeno já reconhecemos que não tem condições de reduzir o consumo.

Com relação aos eletrointensivos, está muito claro. Nós dissemos que é preciso cortar 25% do consumo dos eletrointensivos. Quanto ao resto da indústria, são 15% ou 20%. Neste momento, não podemos impor um corte maior. O corte de 25% em relação à sua meta de maio, junho e julho do ano passado já é bastante substancial. Agora, de fato, é uma energia muito mais barata do que a paga pela indústria, pelo comércio e, fundamentalmente, pelas residências, mas isso não pode ser modificado de uma hora para outra, porque eles têm contratos. No entanto, considero importante uma revisão tarifária, para levar em conta um novo quadro. Essa política foi importante para atrair as indústrias. Naquele momento, era necessário trazê-las, porque senão não teríamos indústrias de alumínio no País.

Hoje, vivemos outra situação em que, num processo de revisão tarifária, que não é trabalho deste grupo, é possível rever a questão da estrutura, uma vez que há subsídios cruzados entre os diversos tipos de consumidores.

No Governo há um grupo nomeado pela Câmara que está trabalhando na preparação de um programa de racionamento do tipo apagão. Estamos nos preparando para isso e nossa intenção é divulgar esse plano previamente, mesmo que ele não venha a ser necessário, para que a sociedade possa avaliar, discutir, propor e poderemos então chegar a uma linha que permita fazer um processo de natureza, se necessário, pois estamos procurando evitar, com algo que seja previamente conhecido porque não julgamos não haver necessidade de surpreender a sociedade com um programa como esse.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, um segundo para cada resposta.

Quanto a tarifa, a informação que eu tinha, talvez o Diretor da Light também não tivesse, o próprio Deputado Aleluia também não tinha, no momento em que defendeu que fosse para o consumidor.

A segunda questão, atinente ao Código do Consumidor. O senhor tem dado quase uma visão de Robin Hood aos cortes, no sentido de cortar os ricos. Mas os cortes, como estão de terminados, não há distinção entre rico e pobre, pois quem passar da cota, for avisado e continuar passando da cota vai ser cortado.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, há uma distinção, sim, porque estamos dizendo, e esta é uma regra esclarecida de que tem que iniciar por quem tem um desvio maior em termos absolutos em rela-

ção à meta. Isso significa dizer que quem vai ser cortado são os grandes. As distribuidoras não têm a condição operacional de cortar todo mundo. Claramente esclarecedendo: comece por quem mais consome.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Pelo menos está claro que não vai cortar de quem conosco, digamos, 200 quilowatts, senão vai ficar essa espada sobre o Código do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Eu só gostaria de dizer, Deputado, que sobre essas questões pontuais e de detalhes o Ministro Pedro Parente, assim como o Ministro José Jorge terão imenso prazer em receber V. Ex^a para que V. Ex^a possa levar esses detalhes. Do contrário, não vamos cumprir tudo que ficou aprovado.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Só um minutinho. Sabemos que V. Ex^a tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Quanto à questão do alumínio é preciso uma definição se o Brasil vai subvencionar ou não indústrias que usam muita energia. É preciso ter uma definição política sobre isso.

Finalmente, no tocante ao apagão, é preciso que os senhores não caiam no mesmo erro anterior. Quando chegar o plano do apagão e começar a discutir com a sociedade, vai haver esse deus-nos-acuda e vão ter que voltar atrás rapidamente. Porque não fazer algo já pactuado desde agora? É muito melhor.

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, é esta exatamente a idéia. Quando disse que vamos divulgar previamente não é estabelecer o plano, pois até esperamos não precisar dele. O que estamos dizendo é que, uma vez tendo esse plano concluído, levá-lo como consulta pública para essa discussão. Temos, portanto, sempre que lembrar que temos por trás de nós uma necessidade de reduzir a carga em 20%. Esta é a questão e não podemos nos furtar a isso. De fato queremos fazer essa discussão em relação a esse plano. Isso foi informado também quando divulgamos a comissão que está preparando esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos seis Parlamentares. Concedo a palavra ao eminente Deputado José Carlos Aleluia, por cinco minutos..

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Os Deputados, evidentemente, estão acostumados ao espaço curto do tempo, dada à disputa do grande número de deputados pela cena política na Casa. Os Senadores terão mais dificuldade.

Mas vou começar por ler a finalidade desta comissão: estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento. Entendo que há equacionamento de curto, de médio e de longo prazo.

Vou começar falando das causas e procurando investigá-las. Muito foi dito sobre elas. Hoje fiquei muito sintonizado com a exposição do Ministro José Jorge. No começo S. Ex^a tentou imputar toda a responsabilidade a São Pedro e alguns disseram até que São Pedro é do PFL. São Pedro não é do PFL e a responsabilidade não é dele e nem do PFL isoladamente, mas do PFL na medida em que participa do Governo. É responsabilidade do Governo, ou dos Governos, porque, no passado, os Governos Estaduais ajudaram muito nos investimentos de energia elétrica. Tanto o Governo Federal quanto os Governos Estaduais, em média, fugiram dos investimentos no Setor de Energia Elétrica.

Quanto às causas, é preciso voltar à década de 80. Nisso, o Ministro José Jorge tem toda razão. Desde a década de 80, o modelo estava falido. Não foi por outro motivo que só em 1993, na era Collor-Itamar, elaborou-se a Lei Eliseu, que acabou com a tarifa unificada, e o contribuinte pagou, de subsídios para o consumidor, 28 bilhões de dólares. Naquela época, a tarifa era barata porque uma parte era paga pelo consumidor e outra pelo contribuinte.

Quanto à causa, é uma só: não foram feitos os investimentos necessários para fugir do risco. Vivemos parte da década de 80 e toda a década de 90 na mira do risco. Tanto que, em 1987, tivemos um racionamento no Nordeste, e a causa foi exatamente a mesma: falta de investimentos. A usina de Itaparica estava atrasada e não havia transmissão suficiente de Tucuruí para a região Nordeste; portanto, o racionamento teve a mesma causa. Essas causas decorrem da falta de poupança pública ou de orientação diferente para tal poupança.

O Governo tomou uma decisão política e precisa assumi-la. Essa decisão teve riscos e vantagens. Foi graças à opção de incluir os recursos decorrentes da poupança pública no ajuste fiscal que o Governo conseguiu trazer a estabilidade econômica. Agora, alertávamos muito: a estabilidade econômica sem investimento em infra-estrutura vai gerar a estagnação decorrente da falta de infra-estrutura. Hoje, deparamo-nos com estrangulamentos na energia elétrica, nas estradas, nos portos. Foi uma opção política. Vivemos, portanto, toda a década de 90 sob a mira do racionamento.

Quando eu era engenheiro, na década de 80, trabalhávamos com riscos de 3%. Em meados da década de 80, passamos os riscos toleráveis para 5% devido à chamada Cestin, que não era nada mais do que o controle das estatais para os investimentos. E começamos a viver com riscos que foram aprofundados, porque, evidentemente, não houve virtudes para viver com riscos. Para viver com riscos é necessário ter mais virtudes do que para enfrentar a má sorte que tivemos agora.

O Governo, evidentemente, tem sua responsabilidade e é preciso combater as causas: falta de investimentos em produção e em transmissão. As causas estão ligadas ao fato de que as transmissoras sentem-se desobrigadas de tudo. A sua obrigação é apenas vender o que recebem e cobrar tarifas razoavelmente boas graças aos contratos feitos pelo BNDES, que asseguram fórmulas de reajustes maravilhosas.

Ministro Pedro Parente, apóio inteiramente o Programa. Disse a V. Ex^a que achava inconveniente o “tarifaço”, vejo com bons olhos a revisão, mas não concordo que se indenizem os custos administrativos das distribuidoras, porque a Lei de Concessões, Sr. Ministro, diz que elas exploram o serviço por sua conta e risco. O risco de correde elas não tem feito bons contratos de compra de energia, o que levou à falta dela. Não dá para o Governo assumir o problema sozinho, Sr. Ministro. As distribuidoras precisam assumir também.

E o cidadão não pode assumir sozinho. Da maneira como a questão está colocada, apenas o cidadão, a indústria, o comércio têm prejuízo. Quem é responsável por atender o cidadão na forma da Lei que eu tive a oportunidade de relatar e fazer o Substitutivo, cujo autor é o Presidente Fernando Henrique Cardoso? A Lei diz, claramente: conta e risco. Não temos de cobrir despesas decorrentes de racionamento dentro das empresas distribuidoras de eletricidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, as causas são muito evidentes. Nós as removeremos atraindo investimentos. Não temos poupança privada nacional, ou quase não temos. Dificilmente geraremos poupança pública suficiente para enfrentar as necessidades. Precisamos criar ambiente para investimentos privados internacionais e, quando possível, nacionais.

Penso, Sr. Ministro de Minas e Energia, que a curto prazo precisamos usar a habilidade, a competência, a estrutura das empresas estatais que não foram privatizadas. Elas têm que Ter o suficiente para

enfrentar as necessidades. Temos de criar um ambiente para investimentos privados internacionais e, quando possível, nacionais.

Sr. Ministro das Minas e Energia, a curto prazo, temos de usar a habilidade, a competência, a estrutura das empresas estatais que não foram privatizadas. Elas têm de – aliás estou colocando a possibilidade de que se faça isso no meu substitutivo da 2.905 – procurar articular investimentos, incentivar investimentos, fazer **joint ventures**, promover investimentos não só nas termelétricas – foi um erro do Governo só investir em termelétricas –, mas nas pequenas centrais hidrelétricas.

Meu projeto está há um ano no Governo, e ainda não conseguimos votá-lo porque o Congresso e o Governo não tiveram vontade política para fazê-lo. Há que se investir nas pequenas centrais, na biomassa, nas eólicas.

Sr. Ministro, temos de resolver o problema de Angra 3. Não há mais condições de ignorá-lo. Temos de tratar de Belo Monte. Temos de equacionar investimentos.

Quanto ao curto prazo, não gostei da fórmula feita. Deveriam ter ouvido mais o pessoal do setor elétrico; ouviu-se mais o pessoal do setor de petróleo. Fechar posto de gasolina é apagão de posto de gasolina; desligar circuito elétrico é totalmente diferente. Portanto, o grande erro do Governo no começo foi esse. Quanto às causas, elas estão bem claras. O Governo não deveria fugir, tem de assumir de frente e procurar saídas.

Fico preocupado, Ministro Pedro Parente, e gostaria que me desse um pouco de tranquilidade com relação às indústrias que estão retomando a produção. Muitas indústrias estavam fechadas. No meu Estado, há uma indústria chamada Sibra, que estava fechada, que foi comprada pela Vale e que está retomando. É preciso analisar cada caso. Não pode haver tratamento plano porque, senão, a indústria quebra no meio do trabalho.

Portanto, o Governo tem de melhorar também a comunicação. Estou com problema na minha casa, porque faço o programa de racionamento, e o Governo dá uma bonificação que é sem previda como maior que a concedida. A família quer voltar a consumir como antigamente. Não quero consumir predatoriamente da mesma forma que o Governo consumiu os reservatórios; e não foi somente neste ano. Os reservatórios foram usados predatoriamente durante anos sucessivos.

Portanto, tem o meu apoio o Governo e a Oposição. A Oposição está criticando. O Governo cresceu hoje ao vir nesta Casa discutir. Estou inteiramente afinado com a posição da Oposição, com a posição do Deputado Gabeira. Vamos mobilizar a sociedade e, se for o caso, vamos cortar. Mas essa é a última saída. Aliás, é nesse sentido que V. Ex^a tem caminha do com muita habilidade, indo e voltando. Cada vez que o Governo volta, há ganho. O Governo volta porque ouviu a rua.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA – Sr. Presidente, o nosso Deputado Aleluia disse que, quando S. Ex^a era engenheiro, pensava de uma forma. Depois, continuava engenheiro e pensava de outra forma. Como trabalhamos juntos na Câmara e fizemos muitas coisas juntos, imaginei que S. Ex^a continuava engenheiro. Agora S. Ex^a continua engenheiro aqui.

Apesar da minha idade, eu sempre disse que não sou um político, mas um engenheiro na política. E, como tal, apóio as considerações do meu companheiro Aleluia e as medidas do Governo.

Sei que o Ministro Pedro Parente está fazendo um esforço sobre-humano porque S. Ex^a não era dessa área e, de repente, foi buscado pela experiência, pelo bom senso, pela competência. O Ministro José Jorge foi arrancado da Câmara e designado para a função porque também é um engenheiro.

Estamos nesta Comissão dispostos, meu caro Presidente e grande empresário, a dar uma contribuição. Pretendia fazer algumas perguntas, mas, como a resposta será em bloco, prefiro proceder à consideração posterior.

É possível, sim, evitar o risco que se corre. O Ministro Pedro Parente fez uma ponderação e o Ministro José Jorge começou dizendo: “Estamos caminhando em direção ao fim do ano e faltam quatro meses para novembro, uma data perigosa.” Quanto à redução de consumo pelo programa, que tem sido eficiente, parabéns-os, porque conseguiram algum resultado rapidamente e não é fácil. É difícil realizar algo a que o Brasil não está acostumado. O nosso Presidente disse que o Brasil e até a Previdência são imprevidentes. No entanto, este País é ágil em encontrar soluções.

Ministro Pedro Parente, propozi aos meus companheiros uma sugestão para evitar o risco que corremos. A redução pode manter-se pelo apoio da sociedade. Quanto a redução representa relativamente à parte da hidrologia? Não sei. V. Ex^a saberá. Se hidrologia significar 70%, a redução efetuada pela sociedade

de é 30%? Se assim não for, qual é o número? Para evitar o risco, tenho uma proposta – que farei oportunamente – de acrescentar à geração brasileira algo em torno de 5 mil megawatts antes do fim do ano. Pedirei, noutra oportunidade, uma audiência a V. Ex^{as} para discutir essa proposta.

Além disso, congratulo-me com esta Comissão, que permite que a sociedade, por intermédio do Congresso, se insira no programa e no problema que é de todos nós. Apresento o meu apoio, ressaltando que sou otimista por definição. Sou um engenheiro ativista que não prega o desastre. Temos saída, como sempre tivemos. O Brasil tem solução, assim como o seu Governo. Os Ministros presentes demonstraram isso.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Alberto Silva, que foi objetiva e muito proveitosa.

Concedo a palavra ao eminente Deputado Marcos Cintra pelo prazo de cinco minutos.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, tentarei ater-me logicamente ao prazo estipulado, até porque várias perguntas que eu gostaria de fazer já foram formuladas.

Sr. Presidente e Srs. Ministros, é muito importante que possamos entender as causas da crise primeiramente para não repetirmos os erros. Além disso, a compreensão das causas da crise, Ministro Pedro Parente, é muito relevante, para que possamos buscar as soluções.

Desse modo, não quero, absolutamente, fazer um processo de caça às bruxas. Não se trata de tentativa de responsabilizar um ou outro, mas de um entendimento mais claro acerca dos motivos pelos quais a sociedade brasileira está atônita e do que de fato se passou, a fim de evitar esses mesmos erros.

A minha primeira indagação – à qual peço uma resposta absolutamente esclarecedora, para que a sociedade brasileira entenda – é a seguinte: por que não foram feitos investimentos adequados para evitar a crise energética? É difícil compreender e ninguém aceita a justificativa de que foram fatores climáticos aleatórios os responsáveis pela crise. A área energética sabidamente envolve, primeiramente, investimentos físicos e previsíveis bem como previsão de riscos de condições meteorológicas adversas.

Há modelos matemáticos que explicam a probabilidade de ocorrência desses fenômenos meteorológicos, o que, tradicionalmente, Ministro Pedro Parente, se incorpora à previsão de capacidade. Capacidade de energia hidrelétrica não é só a instalada e em

condições de 100% de escoamento de águas, mas também a previsão de risco de que essas águas não tenham a vazão necessária.

Então, a primeira pergunta que faço, com muita clareza – e é importante que a sociedade compreenda para que possa colaborar – é a seguinte: que leitura os Srs. Ministros, a Câmara e o Governo fazem hoje da falta de investimentos? Por que eles não ocorreram? Assim, não cometeremos mais os mesmos erros.

A segunda pergunta que gostaria de fazer, Sr. Presidente, diz respeito também a informações que julgo fundamentais para todos nós. Quanto custará para a sociedade brasileira esta crise? Estamos logicamente tentando minimizar os seus impactos. Este é o objetivo desta Comissão: analisar as causas e propor soluções. Portanto, pergunto: que riscos nós, a sociedade brasileira, estaremos enfrentando em termos de perda de PIB, de desemprego, de crise cambial e até da retomada do processo inflacionário?

Ouvimos dizer aqui que a prioridade à política de estabilização acabou gerando certo descasos para com a política de investimentos na infra-estrutura. Esse fato não acabará causando a perda de todo o esforço na busca da estabilidade econômica e que, na realidade, poderia até se justificar por si mesma? Não fomos capazes de encontrar esse equilíbrio? Não é possível compatibilizarmos a estabilidade econômica com os investimentos mínimos essenciais para a manutenção do funcionamento da economia brasileira?

Pergunto se há estimativas no Governo. A Fundação Getúlio Vargas estimou a perda de, no mínimo, 1,5% do PIB neste ano e de 800 mil empregos – aproximadamente US\$1,5 bilhão a mais de déficit comercial. Estão corretos esses números? Que balizamento nós, sociedade brasileira, devemos ter para colaborar com a solução dessa crise?

Uma terceira indagação, Sr^s Ministros, diz respeito à minimização dos efeitos da crise energética. Sem dúvida alguma, isso implicará políticas que prejudicarão vários setores da economia brasileira, mas é obrigação do Governo tentar minimizar esses efeitos, o sofrimento e o impacto em termos de desemprego e de perda de produção. Que medidas aparentemente intuitivas e corretas poderiam acarretar?

Cito, por exemplo, um caso da questão da mídia externa – que, aliás, já tive a oportunidade até de levar especificamente ao Ministro José Jorge. É um setor aparentemente intuitivo, pois representa um consumo supérfluo. O referido setor sofreu um corte de

energia elétrica não de 15%, de 20%, de 25%, de 30%, de 50%, de 70% ou de 90%, mas de 100%. V. Ex^{as} decretaram a falência de um setor e o fechamento de uma atividade econômica. V. Ex^{as} estão provocando, por decreto, por uma decisão burocrática – quem sabe –, centenas ou milhares de empregos perdidos. Não se trata mais de um impacto nem do desconforto de um racionamento, mas de perda total em termos de atividade econômica, de emprego e até de expectativa de vida de várias famílias. Pergunto-me: como se podem compatibilizar esses efeitos.

Termino, Sr. Presidente, ligando a essa observação da mídia externa o fato de que, muitas vezes, a intuição nos engana e nos leva a fazer cortes em determinados setores aparentemente corretos. Por exemplo, se, no setor de alumínio, se gasta muita energia, cortam-se 30% ou 40% desse produto. Se noutro setor se gasta muito, corta-se mais. Assim, consigo-se a redução da energia elétrica. Desse modo, pergunto: houve uma avaliação do impacto econômico que o corte mais acelerado nesse determinado setor pode ter no restante da economia? As relações, as matrizes interindustriais, aliás o levantamento feito pelo próprio IBGE mostra que muitas vezes um setor aparentemente inocente, tendo a sua produtividade – ou a sua produção – cortada vamos supor em 20% ou 30% poderá acarretar carências e estrangulamentos no restante da economia muito maiores do que aqueles projetados. Ou seja, há necessidade de não se ir apenas pela intuição, e daí pergunto, ligando a esta observação: qual é a avaliação que o Governo faz da proposta do feriadão? O feriadão me parece uma proposta absolutamente razoável; já foi utilizada em outros países. Por quê? Porque não se introduzem distorções nas relações interindustriais. Um feriadão tem a capacidade de fazer com que o conjunto da economia sofra um escalonamento para baixo, mantidas as proporções nas relações interindustriais e, conseqüentemente, poderia minimizar o efeito distorcido que determinadas medidas intuitivas, porém equivocadas, poderiam ter. Eu indagaria, portanto, se está sendo considerada essa solução. Repito: já foi usada no Japão, já foi usada em outros países com um aparente sucesso e, segundo informações que tenho, os feriados no Brasil significam uma economia de 35% de energia naquele dia. É só fazer uma pequena extrapolação para se calcular o impacto que essa medida poderia ter. Portanto, fica aqui essa indagação também. As observações que fiz, muito pontuais, em termos da avaliação que os senhores fazem da crise e essa questão do feriadão que, me parece, poderá

ser uma alternativa racional – menos intuitiva, porém mais racional do que simplesmente se estabelecerem cortes que estão entre 15% e 25%, não sei por que critérios; esse pode ser o critério global, de busca de economia, mas não necessariamente esse patamar ou esse índice deve ser igualmente distribuído entre todos os setores. Poder-se-ia estar introduzindo distorção muito séria no funcionamento do sistema econômico com essa medida.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do eminente Deputado Marcos Cintra e passa a palavra ao eminente Deputado Clementino Coelho, por cinco minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Ministro Pedro Parente falou no monopólio da verdade. Entendo que nesta crise ficou comprovado realmente que o açoitamento, a radicalização na questão da estabilidade monetária retirou justamente do Governo... Alguns em Brasília já sabiam que o monopólio da verdade não estava na mão da equipe econômica, mas, com esse desdobramento da crise energética, realmente hoje a população tem a certeza de que realmente o Governo não tem mais esse monopólio, não tem mais essa capacidade, e precisa justamente interagir numa solução.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte: a gravidade da escassez de energia no planejamento energético brasileiro sacrifica, pela primeira vez, em um século, a região do semi-árido. Em 100 anos tivemos seca, Ministro, e até hoje a sociedade brasileira – Oposição e Governo – não resolveu o problema, também por miopia, por imediatismo, por acreditar que somente as medidas requeitadas, paliativas (cesta básica, carro-pipa, transformando isso na indústria da seca) seriam a solução. Essa é a política que a União tem para o Nordeste, é a humilhação. Mas pela primeira vez em 100 anos essa crise vem acompanhada pela crise energética. E aí me preocupa, Senador Paulo Souto, por que não falta razão a aqueles para dizer que isso é o final, isso é o sepultamento da irrigação. É a única alternativa de desenvolvimento sustentável que tem o semi-árido, povoado por 22 milhões de brasileiros – o semi-árido mais populoso do mundo, de maior densidade demográfica –, o semi-árido de maiores recursos hídricos em termos de mananciais, se compararmos com os semi-áridos desenvolvidos que as autoridades do Governo estão acostumadas a visitar: oeste americano, Califórnia, Arizona, Chile, Austrália, África do Sul e Espanha, que têm menos água que a gente, menos gente, mão-de-obra, menos horas de

sol. E estamos colocando em risco. Ouço ameaças a projetos de irrigação. Se lançarem mão da vazão morta da represa de Sobradinho, aniquilaremos, pois a irrigação atual não é mais a da cultura de rotação, da cultura de ciclo curto. É a irrigação de microgotejamento, da uva, do vinho, da manga, de culturas permanentes. O próprio sistema de irrigação, importado de Israel, em seu princípio, já está incluída a racionalidade da água e da energia. Não dá mais para racionalizar, até porque a planta morre se não houver a demanda adequada. O Ministro José Jorge sabe disso. O setor rural está sendo contingenciado, pois absorve menos de 4% da demanda da matriz da energia e contribui com exportação, contribui com empregos, contribui com “agrobusiness”, contribui com o ordenamento do homem no interior do país. A iluminação pública e os prédios públicos federais consomem mais do que a agricultura como um todo.

Li a revista **Veja** desta semana. O único segmento que não vai parar de crescer é a agricultura. Produziremos seis milhões de toneladas de grãos. Por que sacrificar o produtor rural? Não entendo, se há os eletrointensivos, contratos com multinacionais, por que levar o ônus ao homem do interior? Faço uma súplica: vamos excepcionalizar a fruticultura irrigada, não pela questão da subjetividade da marginalização do Nordeste, mas porque representa uma aberração científica e tecnológica querer ir contra o princípio do microgotejamento. Na própria Califórnia, Ministro Pedro Parente, que lançou um plano de racionamento de energia, o único setor excepcionalizado foi o da agricultura irrigada. E inclusive recebeu autorização para consumir 20% a mais de potência, se houver necessidade, pois não há mais como racionar.

O Ministro José Jorge tem conhecimento de que o Governador de Pernambuco decretou, na sexta-feira passada, estado de calamidade pública em todo o sertão do Estado em razão da seca. Existe amparo jurídico e constitucional para isso. Pela primeira vez, a seca adentra os perímetros irrigados, justamente pela ameaça na água para irrigar a fruticultura ou na energia que demandam as bombas. Assim, faço um outro apelo: que nos Municípios que se encontram em estado de calamidade – não é área urbana, é área rural – a atividade rural seja excepcionalizada. É o apelo que faço em favor do setor rural. Tenho certeza de que é possível. Se formos transparentes, equitativos e justos, é possível não impor contingenciamento e nenhum desconforto a um setor que, além de consumir pouca energia, pode manter essa ordem.

Outro ponto para o qual gostaria de fazer um apelo é o da indústria do alumínio no Nordeste. O Deputado Fernando Ferro fez perguntou e o senhor disse que se reservava o direito de depois comentar a respeito. Já conversamos com alguns profissionais do setor, engenheiros, consultores da Chesf, do Ilumina. A única maneira, Ministro, de evitarmos interromper a irrigação no sub e no médio São Francisco é o Governo retirar parte dos 1.300 Mw contínuos que o pólo de alumínio consome. Porque, nesse quadrante agora, que vai até novembro, o linhão que nós temos lá tem uma capacidade nominal de mandar de 1.000 a 1.300 megawatts contínuos. Isso cai para 500, 600, 700 megawatts por causa da sazonalidade da hidrologia da bacia do Tucuruí e por causa dos contratos que ele tem com os consumidores locais.

O Pólo de Alumínio consome um terço da energia gerada por Tucuruí. Se nós pedirmos emprestados 600 ou 700 megawatts ao pólo, vamos continuar usando o linhão pleno. E o que sobra desses 600 megawatts contínuos é, basicamente, o mesmo que os 2 bilhões e 900 milhões de metros cúbicos que quem usar da reserva morta para poder gerar energia a fio d'água. Então, é preciso dar essa tranqüilidade. São mais ou menos 150 mil hectares irrigados; é um PIB agrícola de R\$800 milhões; são exportações de R\$80 milhões. É a única alternativa auto-sustentável dessa região. Não podemos gerar mais insegurança.

Sr. Presidente, há alguns dizendo que essa energia subsidiada que o Pólo de Alumínio recebe, com contratos transparentes feitos, não pode ser vendida no mercado **spot**. Como disse o Deputado Delfim Netto, o Governo tem que indenizar pela produção: “Vamos fechar a fábrica aqui. Quanto deixou de exportar? Quanto é isso?” É portoneia da de alumínio, por que eles não podem se aproveitar desta crise, pegar algo subsidiado de US\$18 e vender a US\$300, por que vai ser mais rentável do que a atividade produtiva. O que o Governo, o que a sociedade tem que indenizar é a produção não-exportada. Eu queria também fazer esse apelo.

Na minha última pergunta – eu apenas aproveitei que há um pedido de V. Ex^a de audiência para o pessoal da irrigação, que eu espero poder agendar; há também um pedido de audiência para o Ministro José Jorge, para discutir a questão da matriz eólica no Nordeste – eu queria sugerir que o Ministro pedisse, por meio do Executivo, criar um programa emergencial de energia eólica. O projeto do Deputado José Carlos Aleluia é amplo, muito grande, que mexe com muitos interesses, e esta Casa sabe que, quando me-

xemos com muitos interesses, a coisa não anda. Então, é preciso aproveitar a oportunidade. Não estamos querendo dinheiro orçamentário na energia eólica, nós queremos as condições da energia assegurada, como é para PCH*, como é para termelétrica.

Quero pedir algo ao Governo, Ministro Parente e Ministro José Jorge. Penso que o Presidente já fez um **mea-culpa**, mas nós queremos saber qual vai ser o nosso modelo energético, porque já tem gente dizendo na revista **Veja**, já tem ex-Diretor do Banco Central dizendo que essa crise só existe porque a privatização não foi acelerada, não foi concluída. Penso que, se tivesse sido concluída, aí é que seria o apocalipse, estaríamos no pior dos mundos. Só em se anunciar, criou-se essa inércia, essa letargia. Então, precisamos transformar Furnas, Tucuruí, Chesf e Eletrobrás num referencial, como é o BNDES no setor de infraestrutura, de investimento. O setor privado não atenderia o empresariado nacional nem a demanda por infraestrutura se não tivéssemos um BNDES. O mesmo acontece com o Banco do Brasil, um referencial de banco agrícola ou regulador das taxas.

Então, no setor energético brasileiro, é preciso admitir que não cabe nenhum modelo, nem americano, nem inglês. Aqui cabe o nosso modelo, que é assentado nos rios brasileiros, com empresas públicas, com o braço estatal forte, chamando a iniciativa privada para as fontes complementares, para a expansão, para as outras matrizes. Eu penso que se está precisando tranquilizar, dizer qual é o modelo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Deputado Clementino Coelho, peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Para concluir, Sr. Presidente, se vamos fazer todo esse esforço para continuar no mesmo modelo, estaremos perdendo uma oportunidade de podermos sair mais bem-estruturados, sobretudo numa infraestrutura que é a mais básica e alavancadora de todas as infra-estruturas existentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que fez.

Passo a palavra ao eminente Deputado Aníbal Gomes.

O SR. ANÍBAL GOMES – Sr. Presidente, Srs. Ministros, gostaria de chamar a atenção para um fato. Muito se falou a respeito do problema grave que estamos vivendo. Estamos vivendo, praticamente, uma calamidade, um momento de aflição, um momento difícil para o País. Hoje, tive oportunidade de conversar

com alguns técnicos da Eletrobrás e de outros setores, como também com alguns empresários, que entendem que o Governo brasileiro ainda está tratando a questão energética como se estivéssemos vivendo um momento normal. Um exemplo é o PPA hoje fornecido pela Eletrobrás.

Os PPAs, hoje, só são fornecidos para as pequenas centrais hidrelétricas. É uma vergonha. Temos turbinas de 30 megawatts, de 100 megawatts para pronta entrega na Rússia, na China, nos Estados Unidos. Os empresários estão doidos para que essas usinas entrem em funcionamento. Sabemos que elas poderiam entrar em funcionamento, tranquilamente, no máximo em dez meses, enquanto as PCHs e outros tipos de energia levariam três anos.

Então, perguntamos: por que a assessoria do Governo está tão lenta dessa maneira?

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Por favor, vamos fazer silêncio. Há um orador na tribuna.

O SR. ANÍBAL GOMES – O BNDES, hoje, trata o momento como se fosse normal. Pega o empresário, mesmo com PPA, com a garantia de compra de energia, e faz um empréstimo normal, hipotecando os bens do empresário, quando poderiam instituir uma garantia evolutiva, com o próprio investimento se garantindo. Pergunto: será que o Governo vai continuar dessa maneira? Por que o Governo não evolui?

Ouvi pro postas de técnicos da Eletrobrás de usinas recondiçionadas que poderiam entrar em funcionamento em quatro meses. Todos sabem que as turbinas são como turbinas de aviões. Turbinas recondiçionadas são turbinas que durariam vinte anos, sem problema. As turbinas não teriam que ser novas. É sobre essa questão que gostaria de ter uma resposta do nosso Ministro, agradecendo-lhe a presença e o entrosamento conosco.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a objetividade do eminente Deputado Aníbal Gomes.

Passo a palavra ao Senador Paulo Hartung. (Pausa)

Passo a palavra ao ilustre Deputado Arthur Virgílio.

Depois da apresentação do Deputado Arthur Virgílio, completaremos os seis nomes e vamos passar a fazer uma avaliação por parte dos Ministros presentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na verdade, fico aquém dos 5 minutos que V. Ex^a prodigaliza nesta tarde.

Quero dizer que, na minha cabeça, é preciso que haja um diálogo em sintonia fina com as indústrias eletrointensivas. Disse muito bem o Ministro Delfim Netto: “Nada que leve à quebra de contratos”, mas que leve a um acordo com perdas aceitáveis pelas partes envolvidas no cotejo das ideias, entre o Governo e as próprias indústrias, de modo a se poupar substancialmente energia a partir desse acordo, onde se gasta bastante intensivamente esse fator fundamental para a economia.

Outro dado é louvar a maturidade da reunião. Esse tema é tão importante que, imagino, vamos discutir-lo por dez anos seguidos, porque, de repente, acordamos para a importância que este deve ter na agenda do desenvolvimento brasileiro e as questões adjetivas ficaram para trás. Ouvi manifestações serenas de todas as partes. O povo já passou para o Congresso que quer – já dizia alguém nesta Casa que o Congresso sempre acaba fazendo o que o povo quer – que se discuta com maturidade, sem eleitoralismo, que se discuta com uma preocupação muito clara de se fazerem todos os inventários de culpa, de Cabral para cá, mas com a preocupação de se lançar um olhar estratégico sobre as soluções. O Brasil, desta vez, tem que encontrar a melhor formulação estratégica para a questão da energia, o que, de fato, a meu ver, não impedirá o crescimento econômico este ano, não impedirá a meu ver – e faço aqui uma ousada colocação – um crescimento acima do razoável. Ainda assim não otimizaremos o crescimento econômico de um ano excepcionalmente bom, precisamente porque encontramos esse gargalo emergencial da energia.

Discordando de alguns companheiros que merecem todo o meu apreço, o meu carinho, quero dizer que uma das preocupações que tenho é que não se aproveite este momento para desqualificar o exitoso programa brasileiro de desestatizações. Seria o mesmo que cobrar, na mão inversa, o endeusamento ao êxito retumbante do programa de telecomunicações, a democratização do acesso aos telefones celulares e à telefonia fixa para a ampla camada de brasileiros.

Outra falácia que se tem colocado, e sobre essa tenho muito pouco a perguntar em vista das coisas que foram explicadas, é se dizer que a preocupação com a estabilidade fiscal, como se fosse algo supérfluo, como se fosse o brinco da mulher, e não a parte mais essencial da vestimenta, teria sido a vilã do episódio em tela. E digo mais: hoje, na minha convicção, as empresas estatais deveriam trabalhar como catalisadoras de investimentos de parcerias, mas não sei se o mais correto para o País é investirmos e injetar-

mos recursos nas empresas estatais, até porque a minha cabeça firmemente é no sentido da privatização dos serviços de geração.

Quando se diz que fracassou a privatização, pergunto: que privatização fracassou? O fracasso se deve ao fato de não se ter feito mais privatizações, porque 80% da geração permanece em mãos estatais; apenas 20% estão em mãos privadas. As distribuidoras têm uma capacidade de geração de energia de até 30% pelo contrato. Na minha cabeça, sem estabilidade fiscal teríamos todas as crises, não só esta. Na minha cabeça, vamos ter que, mais cedo ou mais tarde, quanto mais cedo melhor, privatizar os serviços sim, para que investimentos fartos venham e possamos dotar a economia brasileira desse fator essencial para que se possa pensar em sustentar a sério o crescimento econômico.

Alguém diz assim: “A opção era privatizar, mas não privatizaram”. Não. A opção era o Estado, que se esgotou enquanto modelo, que faliu, que terminou nos anos 80 mostrando toda a cara da sua falência econômica, social, moral inclusive, e que foi substituído por uma proposta muito clara e consistente que, a meu ver, rendeu frutos imensos em diversos setores da economia. Se não rendeu todos os frutos agora, preocupa-me mais saber que no tempo de governo que resta ao Presidente Fernando Henrique Sua Excelência faça o melhor. No tempo que vai ter de governo quem venha a sucedê-lo que faça o melhor, mas o fato é que maduramente energia está na nossa agenda.

Tive o cuidado de levantar os discursos que se fizeram na Câmara, de 1994 para cá. Foram poucos. Por incrível que pareça, a Câmara foi mais farta na produção de discursos a partir de 2001, precisamente depois da casa estar arrombada.

Em 1999, e por quê em 1999? Por que dava para serem construídas de 1999 para cá todas as termelétricas necessárias para não estarmos discutindo isto aqui, hoje. Nem sei se não é bom estarmos aqui discutindo se olharmos do ponto de vista de futuro a longo prazo do País.

Houve apenas um pronunciamento em 1999, e não foi de alerta a crise alguma, foi um pronunciamento de um deputado do meu Partido, Deputado Domiciano Cabral, da Paraíba, com enorme amor pela sua terra, tratando de assunto de sua terra, portanto não estava para valer na agenda do Brasil.

Só pedidos de **impeachment** do Presidente por razões fúteis já vi mais de mil. Já vi chegar aqui um milhão de assinaturas pedindo não sei o quê, mas

não era investimento em energia. Estava em segundo plano a idéia de se discutir a fundo, como agora estamos a fazer, a questão energética. Por isso louvo o fato de aqui estamos com o Governo presente e detemos ouvido técnicos de fora, acadêmicos. Estamos aqui a cumprir com aquela que é a exigência mais sensata que se faz aos homens públicos brasileiros, até porque o povo está mostrando toda a sua sentatez ao colaborar com a questão emergencial. Estamos aqui a discutir a projeção para o futuro — fazendo todos os inventários do passado — do que queremos como modelo energético para sustentar o crescimento econômico de um País que tem tudo para crescer muito e brilhantemente, ao longo das próximas décadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO — Eu gostaria de dizer ao Líder do Governo que uma das funções básicas do Governo é antecipar crise, planejar. S. Ex^a está dizendo que isso só entrou na agenda porque a crise chegou.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) — Permita-me V. Ex^a agora. Combinamos que ouviríamos seis Parlamentares e passaríamos a palavra aos Ministros.

Passo a palavra ao Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE — Na realidade, respondi a cada Parlamentar, procurei ser o mais breve possível e deixar uma parte para ser respondida pelo Ministro Pedro Parente, como já combinamos.

Com relação às palavras do Deputado José Carlos Aleluia, eu gostaria de fazer duas observações. Em primeiro lugar, em relação à questão dos investimentos das estatais. Na verdade, as estatais não estão proibidas de investir, apenas têm que solicitar a autorização ao CND — Conselho Nacional de Desestatização e essas orientações serão concedidas. A idéia principal do investimento das estatais é que elas complementem os investimentos privados, de acordo com a formatação do modelo energético, entrem em sociedade com empresas privadas, para alavancar seus recursos. Em algumas questões, quando não há interesse privado ou há uma prioridade maior do que os outros investimentos, ela poderá entrar sozinha e realizar o investimento. Então, ela poderá atuar das três formas: sozinha, realizando investimentos, em sociedade com empresas privadas ou poderá entrar em complementação de uma empresa privada para sair posteriormente.

Em relação à Angra III e à Hidrelétrica de Belo Monte, não falei sobre isso porque são medidas que estarão no Plano Decenal. Angra III já tem diversos

relatórios dos Ministérios. Como todos sabem, uma planta de energia nuclear é uma questão bastante polêmica pela questão ambiental e pelos custos — é uma usina cara — além de diversas outras questões que traremos aqui quando da discussão do Plano Decenal. A usina de Belo Monte também será incluída no Plano Decenal. Para os que não sabem, trata-se de uma imensa usina de 11 mil megawatts de potência instalada, quase do tamanho de Itaipu. Será a maior hidrelétrica brasileira e poderá ser realizada no rio Xingu, com a vantagem de que o novo projeto elaborado para ela tem um lago pequeno, o que faz com seus efeitos ambientais sejam bastante pequenos em relação ao que poderia ser, pelo seu tamanho.

Em relação ao Senador Alberto Silva, na realidade, aguardaremos sua sugestão.

Em relação ao Deputado Marcos Cintra, sobre a questão dos efeitos econômicos da crise, temos uma equipe formada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que no dia 30 de junho, após o primeiro mês do racionamento que atingiu os setores empresariais, elaborará um relatório específico para acompanhamento de cada item do ponto de vista do emprego e do crescimento econômico, das exportações, da inflação.

Em relação à questão da mídia externa, como V. Ex^a me falou logo no início do processo, levei ao Dr. Euclides Scalco, eles estão analisando e, inclusive, ontem, por coincidência, cobri dele e cobrei novamente para que possamos criar uma situação diferenciada, para que eles possam continuar funcionando e economizando energia, como aliás eles mesmos propuseram: diminuir o horário de funcionamento e a luminosidade.

Em relação ao feriadão, é uma sugestão de que o Ministro Pedro Parente falará, que está sendo analisada. O feriadão pode entrar como uma complementação, porque se ele entrasse sozinho, não seria um feriadão, seria um “semanão”, pois o nível de corte é muito alto para que se fosse feito somente com o feriadão. Em alguns casos ele poderá ser utilizado. Seria bem melhor do que o chamado apagão, disso não tenho dúvida.

Na verdade, houve uma idéia de priorizar o setor rural, por isso tem o menor corte, e tanto eu quanto o Ministro Pedro Parente estamos sabendo sobre a questão do rio São Francisco, principalmente na área de gotejamento, e evidentemente estamos dispostos a verificar porque, sem dúvida, é um consumo pequeno em relação ao total. Há também a idéia de que todos participem. Vamos verificar uma forma que resol-

va os problemas, quem sabe, aumentando o residencial, ou coisas assim. O uso do linhão de Tucuruí, a idéia é para que este ano use os 1000Mw o período inteiro, mesmo que tenha que cortar no Norte.

A questão da energia eólica, na verdade, estamos analisando. Existe a questão do projeto de aléluia, eu também tenho um projeto, você tem outro e a idéia é que no caso específico do Nordeste pelo fato de termos praticamente utilizado todo o recurso hídrico disponível, toda a hidroeletricidade, temos pouco gás por enquanto, porque não há grandes descobertas de gás para gerar energia. O gás na geração de energia é muito dispendioso, não é como o uso normal. Em Pernambuco, usam-se atualmente 700 milhões de m³ por dia de gás. Se construirmos uma termoelétrica que está sendo projetada, a Termopernambuco, só para essa termoelétrica de 500Mw vai-se com sua miríade de milhões de m³ de gás por dia. Quer dizer, são ordens de grandeza diferentes; o uso industrial, o uso comercial e o uso para gerar energia.

Quanto à questão do modelo energético, no plano decenal que se está elaborando vai-se discutir o modelo energético. Agora, esse modelo energético é de tal importância que terá uma discussão política que será realizado na eleição, no novo Governo.

Em relação ao Deputado Anibal Gomes, na realidade há três aspectos: a relação de fornecimento de PPAs. Atualmente a Eletrobrás fornece PPAs através de um programa exatamente para as PCHs, porque são PPAs de valor menor. Um PPA é um contrato de compra de fornecimento de energia por 15 a 20 anos. É uma questão que tem de ser olhada com muito cuidado, porque vai comprometer o futuro muito longínquo. Então, vamos definir uma política específica para fornecimento de PPAs pelas estatais que leve em conta a necessidade da implantação, mas também um cuidado para comprometer o futuro da empresa.

Em relação à questão das garantias do BNDES, estamos equacionando esse problema, porque há duas questões: a garantia depois da obra construída, pode ser pela energia elétrica, mas durante a construção da obra terá alguma garantia adicional. Só para exemplificar, posso receber o dinheiro e não fazer a obra. Então, a energia não garante nada. Estamos tentando uma fórmula que durante esse período possa se garantir, sem que isso fique muito burocratizado, principalmente para as PCHs.

Essa questão de usinas reconcondicionadas também é uma questão um pouco polêmica e tem-se que examinar caso a caso, porque os prazos de implantação dessas usinas não são tão curtos como parecem.

Em Manaus, durante muito tempo, tentou-se implantar usinas. Diziam que demoraria quatro meses para a implantação, e quando vemos demora um ano ou dois, e por isto temos que examinar caso a caso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece os esclarecimentos dos ilustre Ministro José Jorge.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. – Dei entrada ao requerimento de convite para o Governador Olívio Dutra, Jaime Lerner e Itamar Franco, que são três Governadores que estão com uma situação particular em relação ao racionamento. O Governador Itamar Franco anunciou que não iria respeitar o programa de racionamento do Governo. Não sei se isso é verdade, ou qual a outra alternativa. O Governador do Rio Grande do Sul teve uma série de iniciativas nessa área, assim como o Governador Jaime Lerner. Parece que houve um pacto dos Governadores do sul do País para tratar diferentemente.

Encaminho esse requerimento e eu gostaria de pedir apoio para ouvirmos essas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – V. Ex^a pode entrar com o requerimento que será levado à pauta da próxima reunião.

Concedo a palavra ao eminente Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – O Ministro José Jorge já abordou vários dos pontos mencionados. Há um ponto que considero importante comentar e que foi abordado algumas vezes – depois eu verificaria se restou alguma questão dos Srs. Parlamentares a que o Ministro José Jorge não tenha respondido –, que é a explicação de por que razão chegamos onde chegamos.

O Senhor Presidente considera essa uma questão que merece ser aprofundada. Essa análise é necessária, porque certamente as conclusões não podem advir de uma única causa, de uma causa simples. São causas que se somaram, são causas complexas.

Ouvi alguns comentários aqui, por exemplo, mencionando os investimentos de empresas estatais. O Ministro José Jorge já mencionou essa questão; o Deputado Arthur Virgílio falou do modelo. Todas seriam conclusões precipitadas que precisam, de fato, de uma análise mais aprofundada. O Senhor Presidente

no me ou uma comissão, presidi da pelo Dr. Jerson Kelman, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Águas, que tem representantes de fora do Governo, para fazer essa avaliação. Tenho certeza de que os resultados, uma vez concluídos, serão trazidos a esta comissão para esclarecimento.

Por que digo que essa questão é extremamente complexa e merece essa análise aprofundada? Hoje mesmo, o Dr. Kelman me passou uma análise dos volumes das águas dos afluentes de Sobradinho que é extremamente interessante. Ela não considera só o ano, ela considera um período de quatro anos. Portanto, não é uma análise anual, é uma análise multianual.

Esse gráfico mostra que, em relação à média, a linha azul, tomando o pior quadriênio anterior ao atual, a linha verde, e tomando o atual quadriênio, 1998 a 2001, mesmo quando se considera, no caso de Sobradinho, uma afluência de quatro anos, o que estamos vendo é a pior afluência que se observa em toda a série.

Essa não é uma questão da qual pode decorrer uma conclusão simples e imediata. Precisa-se de uma discussão aprofundada. Penso que essa comissão vai ter a condição de aprofundar essa discussão, assim como o Presidente da República, por meio daquela comissão, também terá condições de oferecer essas informações.

Um outro detalhe: a diferença entre essas duas curvas, ou seja, a pior curva anterior e a atual, segundo me disse o Dr. Kelman, corresponde ao volume do lago de Sobradinho. Isso é só para dar a idéia de que há uma questão muito importante que precisa ser analisada.

Daí não se poder concluir que é um problema, que ou é o problema do modelo ou é o problema do investimento das empresas estatais. Penso que todas essas questões têm de ser analisadas. O importante é que os investimentos não aconteceram. Explicar por que não aconteceram, como disse o Deputado José Carlos Aleluia, é importante para que possamos evitar esse problema no futuro.

Há uma outra informação também com relação aos investimentos das empresas estatais. Quando se compara a demanda das empresas estatais nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001 com aquilo que foi aprovado pela área econômica, não se notam diferenças relevantes, assim como também foi esclarecido pelo Ministro José Jorge, que não é impedimento. Elas podem solicitar investimento ao CND.

Então, considero essa discussão extremamente importante por que não poderia mostirar como conclusão imediata e direta: primeiro, que é o problema do plano econômico, que trouxe inúmeros outros benefícios; segundo, que é o modelo que está errado, porque ele não foi implementado totalmente. Não se pode, portanto, dizer que o modelo está errado porque não houve a implementação total; e a privatização, porque, como já foi mencionado, há outros setores em que ela trouxe enormes resultados para a população, entre os quais o setor de telecomunicações.

Esse foi um ponto levantado por alguns Parlamentares, Deputado José Carlos Aleluia, Deputado Marcos Cintra, confirmando o tema que o Ministro José Jorge disse, que vamos estar permanentemente avaliando os impactos do corte na economia, para, se for o caso, adotar medidas compensatórias.

Quanto à questão da irrigação, o Ministro José Jorge já a havia levado e vamos analisar. Longe de nós qualquer idéia de sepultar a irrigação. Sabemos que na área, é a única atividade econômica possível e empresarial rentável. Não há, portanto, de nossa parte nenhum interesse nesse sentido. Pelo contrário, dentro da linha de minimizar os impactos vamos trabalhar essa questão também.

A sugestão de que os municípios que estão em calamidade sejam isentados vamos analisar.

Quanto à sugestão de que as áreas rurais dos municípios pudessem não estar sujeitas ao corte, vamos analisar.

Outro tema colocado, o Deputado Arthur Virgílio colocou, e o Sr. Clementino Coelho mencionou, quanto aos eletrointensivos, a indústria de alumínio, preservando inteiramente os contratos, quero dizer que nós estamos conversando com a indústria. O problema básico é que se fizermos isso, o objetivo não é fazer essa energia retornar, digamos, sob forma de consumo, e sim preservar essa energia sob a forma de água nos reservatórios. Isso significa que o Governo tem de comprar, tem de haver recursos. Mas essa é uma alternativa que entendemos que deve ser considerada e vamos fazê-lo, ou seja, uma negociação com o setor, respeitando os contratos, mas com o objetivo de reduzir o consumo desse setor nesse período como forma de aumentar as nossas chances de passar por esse período do sem o apagação.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a apresentação do Ministro Pedro Parente.

Vamos começar a última série. Temos como primeiro orador inscrito o Deputado Juquinha.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, eu começaria falando de um jogador de futebol do Goiânia Esporte Clube, de Goiás, que consta do nosso folclore que, certa vez, chegando ao aeroporto, tomou um táxi e ao chegar a sua residência o taxímetro acusava R\$40,00 e ele só tinha R\$20,00. Ele, então, disse, que o motorista tinha de fazer uma marcha à ré de R\$20,00, para que pudessem resolver a situação, porque ele só tinha aquele valor.

É isso o que estamos passando no momento, em nosso País. Na verdade, temos de fazer um corte de 20%, que está bem conduzido pelo Ministro Pedro Parente. Eu nunca vi a população entender de forma – a mídia também foi muito importante. Há uma compreensão geral nesse sentido, os consumidores residenciais fizeram o “dever de casa”, de modo que seria possível evitar cortes industriais e mesmo comerciais. Acredito que até o final do ano, deveremos vencer essas dificuldades.

Do outro lado, o Ministro José Jorge disse que precisamos, do lado da oferta, de mais 20 mil megawatts em um curto espaço de tempo. Assim, precisamos cortar 20% e acrescentar 20 mil megawatts.

Rapidamente, eu gostaria de acrescentar sugestões que estão ocorrendo no momento. Eu pedi um levantamento da Aneel com relação às licitações ocorridas nos últimos anos, e constatei que existem quase 5 mil megawatts já licitados através de leilão. E deles, pouca coisa sairá do papel. Creio que está sendo feita somente a usina de Cana Brava; mais nenhuma usina está sendo feita. Dos cinco mil megawatts, é preciso sair do papel e passar para a realidade.

A Lei nº 8.666 tem brechas para que algumas empresas participem da licitação da Aneel. Essas empresas têm demonstrado que não possuem recursos para dar em garantia ao BNDES ou a outras fontes para executar o empreendimento.

É importante que acompanhem o que está acontecendo no momento. São cerca de cinco mil megawatts, entre os vinte que foram delimitados pelo Ministro. Uns alegam a questão do meio ambiente – por sinal, hoje é o Dia do Meio Ambiente–; outros, a questão de licença ambiental. Isso também deve ser analisado com muito carinho. Acredito que, na questão ambiental, as próprias estatais, que até hoje comandaram o sistema – 80% ainda são das estatais –, têm que ter mais cuidado com as nascentes dos rios. Nunca tivemos preocupação com as nascentes dos

rios e nem com seus leitos. Essa seria uma observação com relação ao Dia do Meio Ambiente.

Quanto relação ao Ministro Pedro Parente, gostaria de pedir a S. Ex^a que acompanhasse as perdas na distribuição do setor elétrico, que, hoje, estão na ordem de 14% a 15%. As perdas técnicas, que são permitidas, ficam na ordem dos 7%. Haveria uma forma de trabalhar a questão das perdas sem onerar os consumidores.

Há as perdas técnicas, por efeito joule, ou nos equipamentos da distribuição ou até mesmo da transmissão. Nas outras, é possível fazer muita correção ao longo do tempo.

No caso da iluminação pública, existe o Reluz. É um programa do Governo ao qual deve ser dada continuidade. Na verdade, muita coisa pode ser feita, inclusive com recursos das prefeituras.

Todos sabem que hoje a tarifa residencial é muito alta. O setor residencial está pagando por tudo. É preciso haver um equilíbrio entre o setor residencial, o industrial e o comercial. É preciso estudar muito bem o assunto e, depois, trazê-lo para o Congresso aprovar.

Dentro do que é de nossa responsabilidade, Sr. Ministro, existe o Projeto nº 2.905, que o Governo mandou e cujo Relator é o Deputado Aleluia. Na verdade, esse projeto dá alguns pontos à Eletrobrás e é de muita importância para o momento. Naturalmente, é preciso haver a compreensão dos Deputados e Senadores, no sentido de aprovar esse projeto o mais rápido possível.

Existem outros projetos em andamento. Há um projeto que passa o PCH de 30 para 50 megawatts. Isso daria uma maior velocidade nas contratações da Aneel. Até 30 megawatts, faz-se sem licitação. Na Europa e nos Estados Unidos, o limite é de 50 megawatts. Não estaríamos inventando. Deixaríamos o tamanho do lago, que hoje é da ordem de 3 km² ou 5 km², para ser definido de forma ambiental e financeira. Deixaremos que o próprio projeto defina o tamanho do lago, naturalmente com discussões que envolvam toda a população.

Existe também o projeto da iluminação pública. Falo da PEC nº 222, que está em andamento. É necessário que haja atenção do Governo para aprová-la o mais rápido possível, pois essa proposta vai resolver a questão da inadimplência do setor elétrico, tendo em vista que as prefeituras municipais, hoje, têm a obrigação de cuidar da iluminação pública, mas não têm fonte de recursos.

Existem inúmeros outros projetos por meio dos quais poderemos colaborar com o Governo durante este momento difícil por que está passando, fazendo com que a operacionalização possa ocorrer de uma forma mais rápida.

Tenho dito na Comissão de Minas e Energia, da qual faço parte, que de mos um cho que mu i to gran de no setor elétrico. Na verdade, as ações, Ministro, estão muito devagar, mesmo no momento. A ação da Câmara de Gestão foi rápida, mas as providências que o Governo precisa tomar para construir esse 20 mil mega estão muito morosa. Existe muita burocracia, existem muitas providências a serem tomadas.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Deputado Juquinha e passa a palavra ao nobre Deputado Salatiel Carvalho.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, rapidamente eu gostaria de colocar algumas perguntas, mas não poderia deixar de fazer só uma reparação ao Líder do Governo, que falou sobre os alertas que foram levantados na Casa.

Quero lembrar-lhe que em 1999, quando houve aquele famoso apagão que foi originado, segundo as autoridades do Ministério das Minas e Energia, por um acidente na subestação de Bauru e houve um efeito cascata que se propagou por todo o Sudeste.

Então, na que la época já era uma sinalização de que o sistema operava realmente em um regime de alto risco. E nós fizemos aqui um grande seminário com a participação de cinco comissões permanentes da Casa, com a presença do Ministro Tourinho, do Operador Nacional do Sistema, da Aneel, enfim, e houve realmente alertas significativos já naquela audiência pública da Câmara em abril de 1999.

No ano passado, quando presidi a Comissão de Defesa do Consumidor e o Deputado Fleury Filho presidiu a Comissão de Minas e Energia, fizemos um seminário intitulado “O Colapso Energético”, há mais de um ano.

Agora, rapidamente, só fazendo três colocações do seminário, diz o Professor Pinueli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “O risco de déficit aumenta. Notamos que os reservatórios estão vazios e que o causou isso? A falta de investimento”. O Professor diz ainda: “Temos que investir o máximo que pudermos no setor elétrico para que este País não entre em uma situação crítica de falta de energia elétrica, prejudicando o desenvolvimento e setores sociais.” Isso dito há mais de um ano.

Não quero defender o Governo, mas vejam o que disse o representante do Operador Nacional do Sistema presente neste seminário, um dos diretores do ONS: “Abordando o tema desse seminário “O Colapso Energético”, podemos dizer que não há colapso energético no Brasil, particularmente no setor elétrico. Não enxergamos colapso de energia no setor elétrico.” Isso dito pelo Dr. Carlos Ribeiro, Diretor de Operador Nacional do Sistema, no mesmo seminário.

Portanto, enquanto os representantes do meio acadêmico e científico já tinham pleno conhecimento de que essa crise se avizinhava, o Operador Nacional dá realmente uma versão que não é a verdade, e nós estamos agora comprovando que não é a verdade dos fatos.

Sr. Presidente, preocupa-me bastante a curva que foi mostrada da evolução da crise dos reservatórios do Nordeste, de que, por volta de novembro, estaremos apenas com 4,3%, o que é realmente um margem extremamente perigosa, e temo inclusive pelo apagão descontrolado, porque entraremos numa fase muito mais complexa, que é o apagão absolutamente descontrolado e regiões inteiras saírem completamente fora do ar.

Eu acho que temos que ter ações rápidas. O Ministro Pedro Parente já disse aqui que o Governo está se preparando para o apagão. Acho que ele é inevitável no Nordeste. E quero deixar a primeira pergunta para o Ministro Pedro Parente sobre a viabilidade de se manter ou aumentar o índice de racionamento no Nordeste, os 20%. Com a apresentação desta curva não seria muito seguro se manter hoje o nível de 20% para a Região Nordeste.

Agora, Ministro, estamos dentro da crise e temos que procurar a saída mais rápida. Não vejo saída mais rápida do que incentivar de forma intensa. Além do racionamento, temos que aumentar rapidamente a oferta de energia e não vejo outra solução que não o incentivo maciço, absolutamente prioritário ao programa de co-geração. Na Holanda em outros países da Europa, nos últimos anos, quase que 20% a 30% da demanda foi suprida somente com a co-geração. E nós podemos utilizar o bagaço de cana no Nordeste, o próprio gás natural.

Deixo também uma pergunta: a questão cambial do gás vai valer para a co-geração? Sei que foi resolvido – parece-me que saiu a portaria ontem para as usinas termelétricas –, mas quero saber se a Petrobrás também vai manter a tarifa congelada por um ano para o gás que foi usado na co-geração? E ela tem uma importância muito grande, porque serve tan-

to para indústria como para os serviços, **shopping centers**, hospita-se por aí fora.

Faço um apelo dentro da margem de flexibilidade com que a Câmara está operando: temos, no Rio Grande do Norte, a reserva de Guamaré, que é a reserva de gás que atende a todo o Nordeste e vai até a Bahia, através do gasoduto Nordestão. Então, pelo menos em princípio, enquanto a Petrobras não tiver condições de ter uma co-geração ou geração própria para manter a reserva de Guamaré em funcionamento, os compressores em funcionamento, não pode haver redução de energia, porque vamos ter uma outra crise violentíssima.

Tivemos, recentemente, uma reunião com empresários de Pernambuco que estão interessadíssimos na disseminação da co-geração. Mas se não tiver o gás natural vindo de Guamaré, teremos uma crise muito maior. Então, poder-se-ia tomar uma medida, enquanto não houver co-geração e geração própria em Guamaré, para que não haja corte no fornecimento de energia para a reserva de Guamaré no Rio Grande do Norte.

Outra pergunta que quero fazer, inclusive ainda dentro da co-geração: a Eletrobrás comprometer-se-ia a ter o PPA para o excedente da co-geração no caso de usinas térmicas movidas a gás, já que é permitido para pequenas centrais hidrelétricas?

Outro aspecto, Ministro, acho que o Deputado Juquinha, que é o homem do setor, tem absoluta razão quando fala na questão emergencial. Vou dar um exemplo, que é o caso do Nordeste e do Nordeste também. Em Recife e em Salvador, temos que fazer, urgentemente, a repontecialização de uma usina térmica e temos que providenciar rapidamente uma usina para Maceió também. Em Furnas, há a repontecialização de São Gonçalo, de Campos, de Santa Cruz, e isso vai representar um incremento significativo de megawatts no sistema.

Já se conhece a seriedade do setor elétrico ao qual pertencemos, a tradição de seriedade do setor elétrico. E, nós, o Congresso, quando abrimos o mercado de petróleo, concedemos um processo mais simplificado de licitação a Petrobras. Ora, nessa crise, que eu acho que é a crise mais grave que estamos tendo desde a II Guerra Mundial, tem que haver, de imediato, uma simplificação no processo licitatório de Furnas, de Chesf, de Eletronorte, da Eletrobrás, da Anel, porque se formos nos submeter a licitações que demorarão sessenta, noventa dias, no caso as internacionais até mais do que isso, neste caso, quero dar o exemplo daquele gerador que veio da Ucrânia, que

é um dos males, das conseqüências graves da lei de licitação, e, infelizmente, agora, estamos perdendo quase mil megawatts...

Creio que é uma hora de guerra em que se deve, realmente, fazer prevalecer esse sentido de emergência, essas repontecializações. Por exemplo, alinha de transmissões que liga Serra da Mesa a Salvador é uma obra da maior urgência, razão pela qual deve ser feita nesse critério de emergência. Penso que é absolutamente prioritário disponibilizarmos rapidamente a oferta de energia.

Com relação à questão de segurança pública, à questão de iluminação, o que está se fazendo hoje é simplesmente arrancar as lâmpadas de dois ou três postes, seqüenciando a iluminação. E as cidades ficando na penumbra. Mas temos a solução do vapor de sódio mais o redutor que mantém o mesmo nível de iluminação. Portanto garante-se a segurança cidadã, que é um problema sério. Utilizando conjuntamente a lâmpada do vapor de sódio mais o redutor, temos 80% a 85% de energia, sem precisar de ixar as cidades na penumbra.

Basicamente eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Temos agora, em seguida, a Senadora Heloísa Helena, depois o Senador Carlos Patrocínio, o Senador Paulo Hartung, o Senador Sebastião Rocha.

Com a palavra, a eminente Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e convidados, primeiro, temos a obrigação de deixar registrado, até em função, especialmente, da fala do Líder do Governo, Deputado Artur Virgílio, que não aceitamos essa socialização de responsabilidade, essa conversa que de Cabral para cá todo mundo tem responsabilidade. Essa falácia não cabe na Oposição e para muitos Parlamentares. Mesmo Parlamentares pertencentes a Partidos da base de sustentação do Governo já vinham alertando para o risco. Essa afirmação também não cabe para a sociedade como ente abstrato. Portanto, tem endereço certo. Não é o ET de Varjinha, nem nenhum disco voador. A responsabilidade pela irresponsabilidade que estamos vivenciando é do Governo Federal.

Inclusive, o Partido dos Trabalhadores entregará ao Senador Paulo Souto, como Relator, e ao Presidente da Comissão, algumas propostas a curto, médio e longo prazos para enfrentar a crise energética. Deixamos registrada a necessidade de modificação dos marcos legais para o setor. Muitos dos proble-

mas, inclusive das agências reguladoras, são de responsabilidade do Governo. Desde 1999, brigamos na Casa sobre a questão da verdadeira promiscuidade montada entre o público e o privado na definição dos recursos humanos das agências reguladoras. Por isso, temos de discutir os marcos legais em relação ao setor, que é de responsabilidade do Governo.

Quero fazer três perguntas extremamente objetivas. Como estamos discutindo a LDO, e vamos discutir o Orçamento também, que ro saber quanto o Governo está disponibilizando para as chamadas obras de expansão da capacidade de geração de energia. Essa conversa é muito antiga. Essa conversa de investimento em outros componentes de matriz energética – energia eólica, biomassa, termelétrica – é muito velha e vários Parlamentares daqui já vêm discutindo isso há muito tempo, e o Governo Federal não fez nada em relação ao investimento em outros componentes de matriz energética.

Então, quero saber, objetivamente e agora, quanto o Governo Federal, com ou sem acordo com o FMI, vai disponibilizar na LDO para as obras de expansão da capacidade de geração de energia. Agora, enquanto sobra o tempo de Governo do Presidente Fernando Henrique, o que será disponibilizado objetivamente?

Outro assunto que vários Parlamentares comentaram a partir da fala do Deputado Fernando Gabeira. Quero saber se é medida provisória, se é pacto, se é acordo e qual é o prazo para discussão com o setor de eletrointensivos. Quando isso será efetivamente viabilizado, até porque ninguém precisa explicar aqui quanto se exporta de energia em barras e qual é o preço. Há muito mais facilidades do que a lavadeira do interior do Estado, que paga, no mínimo, US\$90 por megawatt, enquanto eles pagam apenas US\$12 megawatt/hora. Isso tem que ser discutido agora, porque, já que se está penalizando a sociedade, se vai penalizar a lavadeira que passará a ferro no interior de Alagoas, quero saber agora qual é o prazo que os senhores estão estabelecendo para enfrentar esse problema grave da queles que pagam pouco e dinamizam pouco a economia local. Quero saber o que o Governo fará para preservar os postos de trabalho. Se há caos, crise, se a responsabilidade é do Governo, a resposta tem de ser muito objetiva para a pergunta de qual é a cota de sacrifício que esse setor vai dar.

Enquanto nordestina, considero que os nordestinos não têm de aceitar cota de sacrifício nenhuma. O Nordeste, especialmente, vem discutindo ao longo dos anos a questão do uso múltiplo e conflitante das

águas. Sei que esse não é um problema só do Nordeste, mas essa região tem uma situação muito mais especial, extremamente especial. Há quanto tempo estamos discutindo a necessidade de investimento em outros componentes de matriz energética? Os senhores é que não fizeram absolutamente nada. Inclusive, sempre tivemos problemas do ponto de vista tributário, em que o Nordeste sempre foi penalizado. Em relação aos tributos, não ficava nada para o Nordeste do ICMS em função da geração de energia. Então, o Nordeste não pode ser penalizado, não tem condição nenhuma de ser penalizado. Então, o que vai ser feito em relação à proteção de parques produtivos do Nordeste, em relação àquilo que dinamiza a economia local, gera emprego e renda e produz alimento? É um problema do Governo. O Nordeste não pode ser penalizado mais do que já foi. O que o Governo vai disponibilizar agora de linhas de crédito subsidiadas em relação aos geradores? O que vai ser feito? Quando vai sair a medida provisória em relação a alíquotas de importação? Vai haver um tabelamento em relação aos geradores, que certamente estão sendo presos para inflacionar o preço? Porque existem setores essenciais, como a educação e a saúde, que não podem esperar. Não existe seletividade em relação a um tronco de diminuição de demanda de energia nas áreas de saúde e de educação. O mínimo para o setor saúde, o mínimo, o básico, o simplório, o medíocre do setor saúde, na porta de entrada do sistema, que é um postinho de saúde, é a vacinação. Vacinação não existe sem refrigeração. No Brasil, um País de dimensões continentais, não existe possibilidade de organizar um serviço de saúde sem estabelecer gerador para a casa maternal, para a unidade mista, para a unidade intermediária. Então, quando vai sair a disponibilização de linhas de crédito subsidiadas? Na área de educação, do mesmo jeito, não tem como compatibilizar. À noite, o trabalhador precisa ir para a escola. Não tem sala de aula, não têm recursos humanos disponíveis. Efetivamente, o que vai ser disponibilizado em relação a linhas de crédito subsidiadas para aquisição de geradores nas áreas de educação e saúde e em alguns setores produtivos, alguns parques produtivos que vão precisar disso e não podem – não é só a fruticultura, é a bacialeiteira. Nenhum setor produtivo pode dar mais quotas de sacrifício do que já foi dado.

São três perguntas extremamente objetivas. Quanto o Governo vai disponibilizar para obras de expansão da capacidade da geração de energia? Qual é o prazo do Governo. Se é medida provisória, o que vai ser feito em relação ao setor eletrointensivo? E, di-

retamente relacionada às linhas de crédito, a questão dos geradores e da operacionalidade em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece à participação da Senadora Heloísa Helena e passa a palavra ao eminente Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Parlamentares, já que se trata de uma reunião conjunta com a Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal, gostaria de pedir a V. Ex^a, Sr. Presidente, caso não haja manifestação em contrário, que sobrestasse um requerimento que fiz de convite semanal ao Ministro José Jorge para que comparecesse à Comissão de Infra-estrutura para prestar esclarecimentos. Como está em curso esta Comissão Especial Mista, torna-se desnecessário tal convite.

Sr. Presidente, das crises também se pode tirar algum proveito, e tenho certeza absoluta e convicção inabalável de que esta crise, até certo ponto, será benéfica para o Brasil. Acredito que vão ser incorporados alguns megawatts a mais e que ninguém nunca pensou sobre, o Governo nunca pensou, o Ministro José Jorge nunca pensou. O povo brasileiro vai começar a devolver para o Governo aquela energia que lhe era destinada. Isso agora, evidentemente durante a vigência da crise, e, posteriormente, o Brasil vai-se acostumar com isso.

Lembro-me, Sr. Presidente, quando era criança ainda e, posteriormente, jovem, de que minha mãe e meu pai andavam atrás de mim, dizendo: “Apaga essa luz, me não; você não está usando”. Sou oriundo de uma família de doze filhos. Posteriormente, fui estudar em Belo Horizonte e morei algum tempo na casa da minha tia – ela tinha treze filhos –, e a gente ouvia sempre essa mesma cantoria. Tem que apagar a luz, tem que apagar os aparelhos quando não estão utilizando. Não tenho visto isso nas casas de hoje em dia; parece que relaxamos um pouco, e todo mundo está consumindo em excesso. Portanto, gostaria de frisar que acredito que vamos tirar proveito desta crise, nós vamos tirar proveito dessa crise. O pessoal vai economizar energia mais do que o Governo espera, e, posteriormente, quem sabe, durante uma geração, haveremos de estar sempre economizando energia cada vez mais, porque sabemos que isso é necessário – e todos sabemos que o Brasil é o País do desperdício.

Não tenho mais perguntas a fazer, porque elas já foram esgotadas. Gostaria só de entender uma questão. Alguns defensores do Governo dizem que foi

investido muito recurso na geração de energia, no setor energético nacional, tanto é que existe, hoje, instalada uma capacidade de oferta de 75 mil megawatts. No momento de pico, do pico máximo de gasto de energia do Brasil, não se gasta mais de cerca de 55 mil megawatts. Então, que remprovar que não se trata de falta de investimento, por que há, quem sabe, energia de sobra. Não entendi essa matemática.

Gostaria de perguntar qual que será a relação ideal de megawatts para que a pessoa possa consumir “x” megawatts. Isso foi parte de um discurso que fiz no plenário e também parte do pronunciamento do eminente Senador Geraldo Melo.

O pessoal do Governo diz que muito foi investido nesse setor e que hoje a oferta é de 75 mil megawatts de energia para o povo brasileiro – e no pico máximo de consumo não se gasta mais do que 55 mil megawatts.

Sinceramente, gostaria de entender essa matemática.

Somos do PFL e somos favoráveis à privatização.

Sr. Presidente, há tramitando, no âmbito do Congresso Nacional, alguns projetos de lei. Tenho conhecimento de um, do Senador Roberto Freire, que retira o setor energético do Programa Nacional de Privatização. Não seria tão radical, mas, na minha opinião, não deveríamos privatizar as hidroelétricas feitas e acabadas. No máximo, devíamos abrir concessão para que o capital nacional ou internacional investisse na geração de energia. Isso é o que penso.

O Congresso Nacional tem que se debruçar sobre essas questões, porque é muito fácil receber uma hidroelétrica já pronta, faltando apenas um pouco numa linha de transmissão. Dessa forma estamos facilitando demais.

Essa foi uma das causas da crise energética no nosso País.

Eram os comentários que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do eminente Senador Carlos Patrocínio.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG – Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Sr. Presidente da Comissão Mista, Sr. Relator, Srs. Ministros, Sr^{as} e Srs. Senadores e Srs. Deputados, neste momento está havendo duas reuniões importantes sobre o mesmo tema: esta reunião, na qual tive a oportunidade

de de ouvir as exposições iniciais, e uma audiência pública que está ocorrendo na Comissão de Assuntos Econômicos, tratando justamente desse projeto de autoria do Senador Roberto Freire.

Lá estão presentes o empresário Antônio Ermírio de Moraes e também o Secretário do Ministério, Dr. Afonso Henriques, numa excelente discussão da qual tive oportunidade de participar, que está tratando justamente de uma questão que vai fazer parte da minha pergunta.

O Senador Roberto Freire não está, com esse projeto, proibindo a presença do capital privado no setor elétrico, seja ele nacional ou estrangeiro; nada disso, como alguns divulgaram. S. Ex^a está retirando do Plano Nacional de Desestatização, as geradoras existentes construídas com recursos públicos, e a rede de transmissão que me parece até o governo tem hoje uma avaliação de que não deve ser privatizada. Então, é um debate importante e em cima dele quero fazer a minha única pergunta para não ser repetitivo.

Temos uma crise hoje no mercado atacadista de energia, que me parece ter começado com o episódio de Angra II e se aprofundou agora, quando a demanda está superior à oferta. Gostaria de perguntar aos dois ministros o que o Governo está pensando em fazer com o mercado atacadista de energia, emergencialmente, nesse momento de crise aguda que estamos vivendo? E o que o Governo está pensando em fazer em termos de modelagem do setor?

Quando ouvi as duas exposições achei que faltou um elo do processo. O nosso colega Ministro José Jorge tratou da emergência no que tange à geração e transmissão, mas não nos deu muitos detalhes embora tenha prometido mandar o plano detalhado; e o Ministro Pedro Parente tratou especificamente da emergência do consumo residencial, industrial e assim por diante. Dois planos emergenciais evidentemente precisam ser aperfeiçoados. Os ministros demonstraram consciência, o próprio Governo já recuou de muita coisa que propôs, mas acredito que falta um elo, que acredito seja o futuro. O que o Governo está pensando? Quer dizer, o Governo montou um modelo que deu errado, na minha opinião. Nós vamos criar uma nova modelagem para o setor, rediscutindo-o, repensando em termos de futuro ou vamos tratar só da urgência, da emergência e da conjuntura presente?

Não sei se o Governo delegou essa tarefa para um outro ministro, para um outro membro da equipe que está tratando do assunto... mas gostaria de colocar que a Aneel saiu muito fragilizada desse proces-

so, e não enxergar isso é tentar tapar o sol com a peneira – o que não é o caso –, porque precisamos resolver o problema. E toda a estrutura montada e pensada pelo Governo em termos de regulação do setor tem sido muito discutida, até a questão do mercado atacadista que coloquei. Então, como se pensa essa questão para um ponto futuro para não vivermos esse mesmo problema em 2002? E parece-me que vamos vivê-lo parcialmente em 2002, mas que o cidadão, nós e o setor produtivo nacional não tenhamos esse mesmo constrangimento em 2003, em 2004, em 2005, no futuro.

Basicamente, Sr. Presidente, é essa a indagação que ofereço aos dois ministros.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Paulo Hartung e passa a palavra ao nobre Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Relator, Sr^s e Srs. Parlamentares, tenho a mesma convicção daqueles que entendem que o modelo de privatização do setor elétrico está sendo equivocada. Primeiramente provocou uma estagnação nos investimentos do setor público e não ampliou os investimentos no setor privado, porque ao promover a privatização as empresas, que assumiram 20% do setor, se preocuparam primeiro em colocar em funcionamento, em adequar o setor adquirido e não fazer novos investimentos.

A pergunta que faço objetivamente é se o Governo mantém a sua programação de privatizações? Isso do ponto de vista estrutural, porque uma coisa é discutir a situação conjuntural... então, quais as medidas adotadas? E nesse âmbito, entendo que o Ministro Pedro Parente, provavelmente por esquecimento, deixou de responder uma das perguntas do Deputado Fernando Ferro quanto à importação de geradores nesse episódio da crise, enquanto medida conjuntural.

Do ponto de vista conjuntural, o Governo está fazendo o que pode e tem novas sugestões como as apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores e muitas outras. Acredito que o Governo deva fazer todo o possível no sentido de realizar novos investimentos no setor e acelerar a construção de novas hidrelétricas. Já foi citada aqui Belmonte, tem a questão do Linhão de Guri, na Região Amazônica.

Se o Governo pretende manter a mesma política prevista de privatização do setor, sobretudo quanto a hidrelétricas. Tenho uma posição muito firme contra a privatização das hidrelétricas, tendo em vista que a maioria dos países desenvolvidos não optaram

por privatizar suas hidrelétricas, sobretudo as existentes.

la repetir a pergunta da Senadora Heloísa Helena, mas como ele colocou do ponto de vista orçamentário, eu diria que se pensarmos do ponto de vista orçamentário – o que o Governo vai fazer em termos de investimentos – começará em 2002.

Queria que os Ministros pudessem definir quais são, de fato, as metas do Governo, do ponto de vista a curto prazo mas que vão resultar, se não numa solução imediata mas pelo menos numa prevenção da crise para o ano que vem.

Gostaria também de sugerir a inclusão do nome do Governador Almir Gabriel, do Pará no requerimento que me parece já foi apresentado pelo Deputado Fernando Ferro. A Amazônia não deveria sofrer essa crise, participar dela; o Norte do Brasil é auto-suficiente em produção de energia. Nós já pagamos acima do que devíamos, em função de que a margem esquerda do Rio Amazonas, por exemplo, não possui energia elétrica de boa qualidade e de nível estável. A Amazônia já está sendo penalizada porque possui um grande potencial que está sendo desenvolvido a partir sobretudo de Tucuruí. No entanto, grande parte da população da Amazônia, uma parte significativa da população da Amazônia, não está sendo beneficiada pela energia de Tucuruí. Ainda a Amazônia corre o risco de sofrer parte dessa crise.

O meu Estado não está envolvido nisso, o Amapá não está interligado ao sistema Sul, Sudeste e Nordeste, não está vivendo este momento, passamos por essa crise. Como foi possível solucionar a crise no Amapá, claro que com investimentos muito menores, mas até num prazo razoável? Medidas emergenciais foram adotadas, aquisição de geradores até utilizados em outros Estados, como Camaçari, por exemplo, a Bahia, nos cedeu, temporariamente, e estão lá até hoje alguns geradores de Camaçari.

O Brasil precisa tomar providências imediatas, não sou da base governista, Ministro Pedro Parente, principalmente mas, se fosse, estaria preocupado com o ano de 2002. A pergunta que deixo é se o Governo vai se submeter ao apagão eleitoral também porque, mantido o apagão energético no ano que vem, não há dúvida nenhuma de que o apagão eleitoral também é inevitável.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece a participação do Senador Sebastião Rocha.

É Relator da Comissão Mista Especial, o eminente Senador Paulo Souto. Temos apenas 3 Sena-

dores inscritos para terminar a reunião ou antes, naturalmente, passando a palavra aos conferencistas, ilustres Ministros. São o Relator, Senador Paulo Souto, o eminente Deputado Luciano Zica e o eminente Deputado João Caldas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, propositadamente, deixei que os membros da Comissão ocupassem o tempo, fizesses as perguntas porque sei, como Relator, vou ter muito tempo e vou ter muito trabalho durante esta Comissão, e gostaria de ter uma visão bastante ampla da opinião de todos os membros da Comissão.

Hoje vou ser extremamente rápido só para algumas coisas que me parecem que são importantes neste momento.

Primeiro, quero dizer que fiquei muito alegre por essa providência acabando aquela sobretaxa. Creio que ia ser terrível, mesmo para uma pequena parte da população, ter consciência de que fez economia, consumiu menos e que, no fim do mês, ia pagar mais pela energia elétrica. Então, por mais boa intenção que houvesse nessa medida – e o Ministro Pedro Parente falou aqui qual era essa intenção de que os que consomem mais e possam pagar não tivessem a grandeza de fazer essa economia – mas, de qualquer sorte, isso iria causar um certo desconforto para o programa.

Eu acho que nós não podemos, entretanto, agora, dizer: abrir a guarda. Eu acho que, neste momento, mais do que nunca, quando houve essa demonstração de inteligência, de boa vontade, de bom senso do Governo, mais do que nunca, nós temos que nos dirigir a esses que consomem mais, dizendo que essa atitude foi tomada, mas é preciso que eles continuem, principalmente os maiores consumidores residenciais, que eles sintam que há necessidade de continuar fazendo economia.

Mas eu tinha uma dúvida quanto a isso, que é a seguinte: aquele que não cumprir a quota, o valor da sobretaxa e apenas sobre quota que não cumpriu, ou vai continuar valendo aquela escadinha de 200 a 500, de 500 ou mais e 1.000. Essa é a dúvida que eu fiquei de como isso, efetivamente, vai ser feito inclusive para que as pessoas fiquem absolutamente conscientes do que é que vai acontecer.

Eu fiquei surpreso, por exemplo, numa reunião de condomínio com todas as pessoas, razoavelmente, muito bem informadas, e ainda havia muita dúvida antes dessas medidas de como seria realmente a questão da sobretaxa. De qualquer sorte, eu acho

que as medidas são boas para evitar aquilo que eu falei: o sujeito faz o sacrifício e, no fim do mês, ele consome menos quilowatt e vai pagar mais real, o que evidentemente não seria uma medida de racionamento, seria uma medida de aumento de tarifa.

A outra pergunta, também, é na linha de uma certa preocupação que eu fiquei aqui. E, agora, basicamente, com a questão da chamada aumento de oferta no período de energia. Nós estamos numa fase de transição, sabemos o que é isso, não é fácil. Não quero discutir mérito, embora tenha posição firmada sobre isso. Um País sofrer esse nível de transformação, por exemplo, com relação à telefonia, à produção de energia elétrica, etc. Quer dizer, muda-se completamente o modelo. Eu acho, por exemplo, que é muito interessante uma fase de transição.

Mas, basicamente, o que eu queria saber é o seguinte: nesse programa de emergência, estão efetivamente, mais ou menos, dentro da linha que foi feita os investimentos que couberem às empresas estatais estão definitivamente garantidos? E, ainda mais do que isso, se falharem os outros investimentos, aqueles que se espera do setor privado, o que é que o Governo pretende fazer?

Porque eu acho que, neste momento, Ministro, mesmo que isso, eventualmente, venha a contrariar um certo modelo que o Governo está estabelecendo, nós não podemos, dentro dessa fase de emergência, ficar sujeitos a uma nova eventualidade do que nós estamos sofrendo neste momento. Então, isso não significa que o Governo vai mudar sua posição. Significa apenas que o Governo vai agir de tal forma que nós não estejamos, daqui a um ano, dois anos, o tempo que for, eventualmente, sujeitos à contingência que estamos sujeitos hoje.

Eu acho que eram basicamente essas duas perguntas.

E eu tenho certeza de que nós vamos ter muito tempo, daqui para a frente, para cuidar dessas questões que são extremamente importantes. Por isso, eu preferi – hoje, ouvi bastante – ter uma visão bastante ampla do pensamento de todos os membros que fazem parte desta reunião, que foi extremamente proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito obrigado, Senador Paulo Souto.

Concedo a palavra, agora, ao nobre Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, Srs. Ministro, eu esperei

até agora com o firme propósito de apresentar algumas propostas com vistas à solução do problema.

Mas não quero deixar de fazer algumas considerações sobre falas que aqui ouvi. Entre elas – e a primeira – do Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo, que diz ter desconhecimento, ter lido os pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados, nos últimos seis anos, e não ter em contra das referências a esse problema. Eu vou enviar a S. Ex^a uma série desses pronunciamentos, inclusive, alguns feitos por ocasião da aprovação atropelada da Lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica, que foi debatida por exatos quinze minutos no plenário da Câmara dos Deputados, sem ter passado por Comissões e criou algumas distorções inaceitáveis. Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um substitutivo, resultado de três meses de trabalho em torno da questão, que sequer foi considerado. No nosso substitutivo encontra-se uma solução a diversos dos problemas aqui gerados por falha da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O segundo ponto da fala do Deputado Arthur Virgílio, que eu quero ressaltar, é a questão doutrinária que S. Ex^a aqui trouxe, ao defender insistentemente a privatização da geração.

Considere que o exemplo dessa crise nos acende, nos ilumina para a necessidade de termos um setor público de geração de energia, principalmente hidráulica, indispensável, e demonstra a importância desse setor, o que não quer dizer, por exemplo, que não devamos receber investimentos para a geração de energia nova. É uma outra questão.

Penso que o Governo tem que ter a grandeza de fazer essa reflexão, compreender e fazer uma inflexão no seu projeto de privatização e de desmonte do controle público desse setor.

Com relação à fala do Deputado Juquinha, meu colega de Comissão de Minas e Energia, de que a população está entendendo e aceitando, queria dizer que a população está tendo o comportamento de um cidadão que anda pela rua e recebe um seqüestrador, pensando que se trata de um seqüestro relâmpago, mas sem saber que o seqüestro é de longo prazo, de pelo menos três anos, e com um revólver na sua cabeça lhe entrega o cartão de crédito, a senha e segura a família seqüestrada em sua casa, no escuro, à esperada que ele volte e lhe devolva a situação.

O comportamento da população é este, de compreensão, porque não tem alternativa.

Quero dizer também que a parcela de consumidores abaixo de 200 **quilowatts**/hora/mês não têm

como cortar os 20%. Tem uma televisão, um rádio-re-lógio despertador, para levantar para trabalhar, um chuveiro e meia dúzia de lâmpadas. Não tem como economizar. Acho cruel esse tratamento.

Quanto às medidas adotadas pelo Ministério, tenho me pronunciado em abundância na Câmara dos Deputados acerca desses problemas na Comissão, frente ao Ministro José Jorge, e queria elencar aqui algumas questões que me preocupam. Primeiro, a tolerância, revelada pelo Ministro Pedro Parente, em relação aos eletrointensivos. Vai dialogar com eles e buscar uma redução.

Penso que seria perfeitamente possível...exatamente, a manutenção do contrato. Os únicos que cumpriram o contrato nessa história foi a população, que está sendo punida por excesso de pagamento, como diz o José Simão. Os que romperam o contrato foram o Governo e as concessionárias, que estão sendo premiadas com sobretaxas, com aumento de tarifas extraordinário e com taxa de religação, inclusive, da conta de luz cortada, enquanto vai se conversar com o setor dos eletrointensivos, que poderia perfeitamente, de acordo com propostas que apresentamos, adiar a exportação de energia nas barras de alumínio. Estamos exportando energia: 80% da produção do alumínio, por exemplo, é para exportação a US\$12,50, enquanto o consumidor paga US\$100 na ponta da linha.

Então, temos que ter capacidade de chamar esse setor e dizer: vocês vão adiar a produção, vamos negociar com o Governo, que vai fazer uma série de propostas e vamos tabelar a energia, acabar com o mercado atacadista. Vamos tabelar, para evitar a especulação. Essa energia não é deles, embora possa ter sido constituída eventualmente com investimentos deles, é uma energia que pertence ao País. Portanto, não deve ter um prêmio de comprar energia subsidiada e vender no atacado, no preço do mercado, na contingência em que estamos. Essa é uma questão.

Agora, preocupa-me, além das medidas de curto prazo – a Senadora Heloisa Helena, minha Líder apresentou à Comissão um conjunto de documentos, uma proposta elaborada por nós, do Partido dos Trabalhadores.

(Fora do microfone)

Apresentamos um conjunto de propostas. Mas além delas queria acrescentar algumas questões, com a preocupação em relação ao médio prazo. Vejo a crise como uma crise que, infelizmente, durará muito tempo e que demandará de todos nós que milita-

mos no setor uma ação responsável, sincera, o que acho o Governo não está sendo nesse aspecto com a população, no sentido de buscar soluções. A curto prazo, acho que o Governo demorou a tomar medidas, tomou medidas inseguras, ineficientes, vacilantes e gera na população, hoje, muita desconfiança e muita insatisfação.

Eu tenho um exemplo: a questão das lâmpadas incandescentes. O Governo permitiu um acordo, em 1996, com os fabricantes de lâmpadas, reduzindo de 127 para 120 volts as lâmpadas, com uma rede de 127. Isso deu um prejuízo de energia de dois anos que poderia ter melhorado o nosso sofrimento. Eu fui autor de um projeto de lei que provocou o restabelecimento dos 127 volts, embora a vida útil das lâmpadas tenha continuado menor em 25%, em razão do acordo feito pelo Governo.

Com relação às medidas de longo prazo, para mim elas passam, necessariamente, pela retomada dos investimentos das empresas públicas, pela ruptura do compromisso assumido com o FMI, que estabelece a crueldade do lucro, ou seja, as empresas entram com receita da União e de pois, na hora do investimento, entram como despesa e está proibido. É preciso que tenhamos capacidade de investimento nesse setor e que haja revisão dessa política.

Segundo, precisamos de um programa estratégico para aproveitar o potencial já mapeado de energia hidrelétrica. Nós temos 100 mil megawatts, já devidamente mapeados e disponíveis e precisamos retomar os investimentos nesse sentido, a longo prazo.

A médio prazo, eu queria fazer um alerta que já fiz ao Ministro José Jorge. Participei, ontem, em Piracicaba, de uma audiência pública para a instalação da Usina Termelétrica de Carioba II. Nós temos, além do custo dos componentes, além do custo do gás, que a sociedade vai pagar por intermédio da Petrobras – eu estou defendendo, na PEC 277, a rediscussão disso, a criação de uma conta que distribua para toda a sociedade, para os consumidores de energia e de combustíveis em geral essa conta, incluindo o gás – uma outra preocupação fundamental. Os investidores que hoje se programam para construir as usinas termelétricas – majoritariamente, são propostas da Petrobras cerca de doze delas, pelo que sei, e ou tras duas com abundantes recursos do BNDES – insistem em construí-las nas regiões metropolitanas, onde não há disponibilidade de água. Provavelmente, essa condição – e ouvi isso ontem, na audiência de Americana – vai retardar substancialmente o processo, em função do abastecimento nos grandes centros, inclusive São Pa-

ulo, que pega água da bacia do Piracicaba, do sistema Cantareira. Assim, o Governo teria que tomar uma decisão política.

Eu já sugeri ao Ministro José Jorge, e S. Ex^a manifestou-se favoravelmente a ela na Comissão de Minas e Energia da Câmara, to mar a de ci são de de terminar aos investidores um redirecionamento desse investimento, sob pena de ele não acontecer e não termos uma solução de médio prazo.

Qual seria essa solução, Ministro José Jorge e Ministro Pedro Parente? Primeiro, a questão da água. A Usina Carioba II – eu participei do debate, ontem, em Americana – enfrenta, hoje, profunda rejeição da sociedade da região, porque a bacia do rio Piracicaba passou do momento crítico de disponibilidade de água. Nós, hoje, estamos com previsão de falta de água potável na região, inclusive na Grande São Paulo, brevemente. Ela demanda uma vazão de água de 1430 m³ por hora, não disponíveis no rio Piracicaba. As outras que se pretende construir nessas regiões enfrentam o mesmo problema. O empreendedor está fazendo propaganda, dizendo que vai pegar o esgoto tratado de Americana e não conta como água da bacia. Isso é uma hipocrisia extraordinária, pois o Governo está comprando o esgoto tratado para reinjetá-lo nas bacias. O rio Piracicaba é um rio de esgoto. O que o empreendedor está fazendo é pegar a melhor parte da água do rio Piracicaba, que é o esgoto tratado de Americana, e evaporá-lo na geração de energia. – 80% evaporam.

Quero apresentar uma proposta concreta ao Governo, para que ele tome amanhã uma medida que solucione esse problema: determinar, de pronto, a construção dessas usinas termelétricas no eixo do gasoduto Bolívia/Brasil, na região no oeste do Estado de São Paulo, onde temos um sistema hídrico extraordinário do rios Tietê, Paraná, Feio, Dourado e diversos rios com uma abundância hídrica extraordinária. Temos o gás do gasoduto que passa na que la região e temos redes de transmissão suficientes. Não temos a outra ponta, o berro do boi, onde os frigoríficos costumam querer ganhar e que os empreendedores querem, que é o mercado para o vapor, mas que é também um ponto positivo. Na medida em que se instalar na que la região esse pólo gerador de energia termelétrica estaremos atraindo investidores industriais para descentralizar o desenvolvimento, ajudar a resolver os problemas urbanos dos grandes centros metropolitanos e, além de tudo, com um outro componente importante ao levar esse investimento para aquela região, que é o fato de termos, lá, condições de resolver

o problema atmosférico, através do reflorestamento ou mesmo da utilização dos canais para a absorção dos gases emanados da queima. Então, é uma solução fácil, ágil, que não vai enfrentar os problemas, pelo contrário, vai ser bem recebida pela sociedade e não vai causar os problemas que ela está ameaçando causar naquela região de Campinas, São Paulo. Não cabe geração termelétrica na bacia do rio Piracicaba, a não ser pequenas soluções. Solução para 1.200 megawatts é inaceitável naquela bacia. O comitê de bacia não aceita. Todos os estudos científicos demonstram que não há disponibilidade hídrica naquela região.

Para concluir, Presidente José de Alencar, não podia deixar de manifestar minha contribuição, que é séria, e o Governo, infelizmente, teima em não ouvir.

Espero que o Governo acolha essa, como as outras sugestões que apresentamos via Senadora Heloísa Helena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – A Presidência agradece ao Deputado Luciano Zica.

Passo a palavra, para não perder tempo, ao eminente Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, eu gostaria de começar citando o ilustre mineiro Celso Brandt, que sonhava com a mobilização nacional. Fui Deputado Estadual pelo PMN e Deputado Federal pelo PMN, em Alagoas, com 70.000 votos, e o Dr. Celso sonhava com esse povo-cidadão. E vemos, hoje, nessa crise, esse povo-cidadão, que está se mobilizando, dando exemplos de cidadania e fazendo o povo pensar em tudo. Essa, talvez, seja a saída do Brasil em outros aspectos. Mas, como ele cita va como exemplo o Betinho, que fez a grande mobilização nacional de combate à fome e à miséria, criando aqueles comitês no Brasil inteiro, onde ele conseguiu mobilizar a sociedade, que hoje tem internet, que evoluiu, que tem TV abertas, TV Câmara, TV Senado, fax, celular e outros recursos, esse povo está se mobilizando e vamos, com certeza, não a médio prazo, mas a longo prazo, porque as pessoas falam em termelétrica como se tivessem na prateleira, no **shopping center** pronto da ser usada. Para se ter um exemplo, para fazer duas ou três turbinas precisamos de 1 ano, dependendo da capacidade delas. Ministro Pedro Parente, há um ano e meio, fiz parte do Conselho do Ciman como representante da Câmara dos Deputados juntamente com o Senador Jonas Pinheiro. A Lei nº 9.478, de 1997, dispõe sobre a política energética e existe um conselho. Procurei, na época, o Ministro

Tourinho, procurei o Ministro Pratini. Os Ministros, parece-me, são nove a fazerem parte desse conselho e o Presidente da ANP, o David Zilbersztajn, mas esse conselho, que discute a política energética do País se reuniu três vezes apenas. Fiz vários pronunciamentos, enviei faxes, inclusive ao Ministro Pedro Parente, inclusive tinha um trabalho na Comissão de Indústria e Comércio, onde fizemos uma subcomissão especial de combustíveis renováveis a partir da biomassa, preocupados com a crise no Oriente, com a alta do dólar, com a falta de petróleo, energia de fósseis, achando uma saída, e sugerimos, Sr. Ministro, a criação de uma Agência Nacional de Combustíveis Renováveis.

Temos um grande potencial: da cana-de-açúcar, do milho, da beterraba, do babaçu, para fazer motores estacionários, a partir das oleaginosas que temos, a exemplo da carrapateira, da mamona. Tenhei de todas as formas, mesmo que alguém queira avisar alguma coisa a esse Governo não consegue. Pode berrar na Câmara o dia todo. É mais fácil encontrar Pedro Simon no céu e resolver com ele o problema da chuva do que chegar ao Governo – é muito complicado.

Não quero delongar, vamos ficar nesta Comissão, vamos colaborar com o Governo para pegar as idéias brilhantes desses Deputados, fazê-las exequíveis, sem sectarismo, sem demagogia, só com o propósito de resolver, minimizar o sofrimento do povo.

Queria fazer uma pergunta aos Ministros Pedro Parente e José Jorge. Como fica o Programa Luz no Campo? Queria que depois o Ministro respondesse. Programa importante, vital para a região rural, principalmente no Nordeste, onde há mais densidade rural do País, como fica esse programa?

A idéia de um feriado nacional na segunda-feira ou na sexta-feira – só não pode ser feito na quarta-feira porque não haverá ninguém em Brasília. Esse feriado podemos vê-lo com outro enfoque, como uma oportunidade para o turismo rural, para o turismo ecológico, para a interiorização do turismo, para gerar empregos, gerar renda e fazer o turismo interno, dentro de uma proposta, lógico, de turismo, com uma subcomissão do turismo na Câmara, com a Comissão de Indústria e Comércio. Essa será uma saída. Se tivermos que fazer esse feriado é preciso haver uma saída, para equilibrar a balança, PIB, porque tínhamos outras fontes. Que na crise encontremos um caminho, até que o brasileiro consiga conhecer o próprio Brasil.

Esse o adendo que eu gostaria de fazer. Gostaria de falar da termelétrica, que o nosso companheiro Salatiel se referiu. Temos a maior planta de gás ou a

segunda. Alguém diz que é a primeira, outros dizem que é a segunda em Alagoas. Temos um gasoduto que leva o gás para Sergipe e o outro Marco Maciel levou para Pernambuco, lá para o Pólo de Suape, lá para a terra de Salatiel.

Queremos gerar energia, a partir do gás, da termelétrica, e aproveitar o nosso gás, mas fica a preocupação do preço do gás, conta, paridade com dólar, coisas que vamos discutir nesta Comissão.

E usaria ao Ministro que as multas, os investimentos, que o Governo fizesse uma espécie de kit, para atender às comunidades pobres, às pessoas pobres. O pobre não pode mais trocar uma lâmpada, porque aumentou o preço para 27,28,29 reais. Se ele trocar três bicos de luz, fica sem o salário mínimo dele. Então, esse kit atenderia as associações comunitárias, as vilas, os povoados, as maternidades desses locais, os postos de saúde, as escolas comunitárias, com o quê? Com um kit de gerador, para trabalhar com a ajuda de subsidiar, por exemplo, o diesel, o gás, fazer alguma coisa no sentido de o Governo olhar que temos milhões de pessoas na linha de pobreza e, com certeza, não vão poder se proteger do apagão, se houver, porque os ricos vão tomar suas providências, vão comprar seus geradores, vão ter todos os recursos possíveis e imaginários.

Não quero prolongar mais, Sr. Ministro, até porque já ouvi tantos pronunciamentos e eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Agradeço ao Deputado João Caldas, último orador inscrito. Quero cumprimentá-lo pela citação do nosso Professor Celso Brandt, que realmente é uma figura admirável.

Passo a palavra ao eminente Senador Inácio Arruda, aliás, Deputado.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Na próxima eleição, vou me arvorar a disputar essa posição no Estado do Ceará. Por enquanto, Sr. Presidente, ainda estou na qualidade de Deputado Federal.

Cumprimento V. Ex^a, o Deputado Antônio Cambraia, o Senador Paulo Souto, Srs. Ministros. Não quero mais entrar na discussão doutrinária e ideológica posta aqui pelo Deputado Arthur Virgílio, porque, desse ponto de vista, podemos usar a assertiva dos que planejaram a economia dos últimos anos de que o que valem são os resultados. E, do ponto de vista concreto, temos um fracasso dos resultados. Não há mais o que discutir, pelo menos do ponto de vista energético do nosso País.

Levanto duas preocupações para o Governo. Uma é o problema dos trabalhadores. Estamos assistindo a isso e podemos ter duas conotações. A primeira é que vai haver desemprego em função da contenção mesmo das empresas; quer dizer, estou contido no meu investimento e não posso continuar com esse conjunto de trabalhadores, tendo, então, que demitir. E outra, a oportunidade de demitir frente à necessidade da economia de energia. Então, levanto a idéia, para que o Governo a analise, de nós examinarmos, durante esse período de racionamento, o problema da estabilidade dos trabalhadores no emprego; se vamos ter um desemprego em massa, além da escuridão, das trevas, vamos ter também um caos no setor ligado aos trabalhadores, um desespero ainda maior. Então, é uma questão a ser examinada.

O segundo, levantado pelo Senador Paulo Hartung, é que fizemos uma pequena emenda, que temos apresentado sucessivamente às medidas provisórias. Como elas têm-se sucedido, temos tido que também fazer a mesma coisa com a nossa emenda, considerando que não há por que manter as atividades do MAE durante o racionamento; teríamos de suspender suas atividades, porque o MAE, em última instância, pode transformar-se num mercado especulativo brutal, inadmissível, inaceitável; teríamos de suspender, assim, a sua atuação nesse período. Quer dizer, o MAE já existe, uma lei instituiu o Mercado Atacadista de Energia, mas estamos numa situação efetivamente de emergência; portanto, não cabe especular com um insumo que está faltando. Teríamos de suspender essa atividade; é algo que temos proposto sucessivamente à medida provisória e, evidente, que seria alvissareiro se o próprio Governo concordasse quanto a questão. Desse modo, não teríamos grandes dificuldades de o Relator acatar e votar isso imediatamente, resolvendo o problema.

Um terceiro aspecto está ligado ao que levantou a Senadora Heloísa Helena: o problema dos investimentos. Estamos falando aqui em termelétrica, parque energético no seu conjunto, em que se incluem a geração hidrelétrica, termelétrica, eólica, o babaçu, a carrapateira e outras alternativas. Essas alternativas são letas mor tas se não constarem da LDO, do Orçamento da União e se não houver suplementação orçamentária agora. Para outras questões, quando há interesse concreto e emergencial do Governo, suplementa-se. Então, o Governo teria, a rigor, que mandar uma suplementação para o Ministério das Minas e Energia para garantir tudo isso que estamos falando aqui e muito mais coisas que o Governo tem falado –

aqui também se fala muita coisa, a lista está grande, com certeza, nas mãos de V. Ex^a. Para garantir que as básicas sejam atendidas, o Governo precisa suplementar o Orçamento deste Ministério; do contrário, não há como tratar de absolutamente de nenhuma atividade de geração no médio, porque, na emergência, é isto mesmo, sem outra alternativa: vamos raciocinar o máximo que pudermos. Ainda mais nós do Nordeste, que vamos nos submeter a um racionamento que pode superar os 20%, quer dizer, uma situação muito mais difícil a nossa, que exige, portanto, o chamamento para a suplementação e também a garantia de que mesmo com esses problemas todos que levantou o Deputado Zica, em relação ao suprimento de água para a geração nas termos, que é um problema concreto nosso, no Nordeste tivemos a possibilidade também, está lá o gás, agora para ter as termelétricas precisaríamos ter água. Ao final, quem sabe, precisaríamos de um outro Ministério na Mesa para propormos já de imediato também a transposição do Tocantins para o São Francisco, para resolvermos esse problema de água na geração de energia lá no Nordeste e conseguirmos realizar essas termos. Mas fico justamente aqui, porque não quero prolongar o debate doutrinário ideológico, porque os resultados são práticos, concretos e objetivos.

Então são questões que gostaria de levantar para examinarmos em relação ao problema da crise de energia que estamos vivendo em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Muito bem, a Presidência agradece ao Deputado Inácio Arruda. Agora passo a palavra, para concluir, ao Senador, perdão, ao Ministro José Jorge e ao Ministro Pedro Parente.

O SR. – Como a renovação é de 2/3, o Senador José Alencar está considerando que vai ser ampla mesmo.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – O Senado ganharia dois grandes nomes. Antes, porém, quero perguntar ao eminente Presidente Antonio Cambraia, da Comissão Mista, se deseja fazer as suas considerações para os Ministros.

O SR. ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, apenas agradeço a presença do Ministro José Jorge, das Minas e Energia, e do Ministro Pedro Parente, Coordenador da Câmara de Gestão, agradecer aos Deputados e Senadores da Comissão Especial Mista, e informar que, na quinta-feira, às 9h30min, teremos uma reunião administrativa para análise de requerimentos que já chegaram à Comissão e também para

estabelecermos uma agenda de trabalhos para a nossa Comissão. Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Com a palavra, então, o Ministro José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou, como das outras vezes, examinar as perguntas, responder algumas e deixarei outras para o Ministro Pedro Parente.

Em relação às perguntas do Deputado Juquinha, como é do setor, existem algumas perguntas, de certameira, técnicas aqui. A primeira, em relação a 5.000 megawatts que já foram licitados e ainda não foram realizados em termos de hidrelétricas. Estamos levantando esta questão e será abordada na atualização do Plano Decenal que estamos realizando. Não abordamos essas hidroelétricas no Plano Conjuntural, esse atual de que falei hoje, por que normalmente o prazo de construção dessas hidroelétricas não daria para entrar nesse prazo, são três, quatro, cinco anos no mínimo. E essas realmente ocorrem muitas vezes por falta de investimento ou por questão de meio ambiente, ou de garantias. São essas basicamente as três razões. Muitas vezes, como S. Ex^a disse, um grupo ganha, mas não tem os recursos; outras vezes não tem as garantias, e em terceiro, muitas vezes, naquele local, não se consegue, como o Deputado Zica falou... Para a termo acontece também para a hidro. A questão das perdas é também uma questão técnica que vamos mandar examinar.

A questão do Reluz, que é um programa importante na área da racionalização da demanda, vai ter continuidade. Existem alguns problemas em relação a distribuidoras que vamos procurar resolver para que possa caminhar mais rápido.

Em relação à Lei nº 20.905, estamos com esperança de que o Congresso aprove o mais rápido possível. Se não me engano, esta semana os líderes já deram prioridade. Não sei se o Deputado confirma. Mas a nossa idéia é que seja aprovada o mais rápido possível.

O aumento da PCH de 30 para 50 megawatts é uma questão técnica a discutir, porque, na verdade, vem a questão do PPA e das garantias do financiamento. No momento em que se aumenta o valor, aumentam-se também as condições de garantia, as dificuldades do PPA. Então tem que haver um equilíbrio entre, vamos supor, a facilidade e o valor do investimento, não se pode também... (Fora do microfone) Atualmente é até 30, S. Ex^a quer aumentar até 50. Essa é que é a idéia dele.

O SR. JUQUINHA – Sr. Ministro, posso falar um pouquinho? É que tem investidor sobrando para esse intervalo, entre o 30 e o 50. Esse modelo é usado pelos Estados Unidos, pela Europa inteira.

O SR. JOSÉ JORGE – Mas não está impedindo que ninguém faça uma hidrelétrica de 40, de 50. Ele apenas não é uma PCH e tem algumas dificuldades adicionais.

O SR. JUQUINHA – Pois é, mas aí vai dar uma mobilidade muito grande.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Perdão, Sr. Ministro, entendi a colocação posta pelo Deputado Juquinha, é que a PCH tem zero de outorga onerosa e a transmissão também é sem ônus até 30 megawatts. Então, se ele vamos até 50, isso ajuda na viabilização de usinas desse porte.

O SR. JOSÉ JORGE – Sem dúvida. Concorde que ajuda na viabilização. Mas a autorização da Aneel para um usina de 30 é mais simples, o meio ambiente é mais simples, o transporte do recurso é mais simples, o financiamento também é mais simples, a Eletrobrás fornece o PPA.

No momento em que eu elevar isso para 50, vai facilitar. Em compensação, é uma responsabilidade maior em relação ao tamanho, pois já é bem maior o de 50, mas vai ser analisado. E vamos levar em conta os seus argumentos.

O SR. JUQUINHA – Ministro, além disso, é entrar no lixo do ONS, no mercado atacadista de energia. Mudando o PCH de 30 para 50, já teríamos um potencial muito grande. Na verdade, estou querendo ajudar.

O SR. JOSÉ JORGE – Agilizar. A questão do Deputado Salatiel, na realidade, subdivide-se em três: em primeiro lugar, a questão do PPA para as térmicas. Na realidade, estamos preparando uma filosofia geral para o fornecimento de PPA pelas estatais, porque é a mesma coisa: tem o lado positivo e o lado negativo. O lado positivo é que você agiliza a construção pelo setor privado; o lado negativo é que você compromete o futuro quando concede um PPA por 15 anos, que é o prazo normal que se dá a um PPA. Então, tem que ter uma política de fornecimento desses PPAs.

A usina do Bon gi já está em processo de restauração, e vai ser realocada. A questão da licitação é uma questão de muita responsabilidade para quem trabalha no Governo. E a licitação, na realidade, foi a melhor maneira encontrada para que o Governo possa comprar as coisas. A medida provisória conferir ao comitê para, em alguns casos, dispensar licita-

ção. Mas a nossa idéia é que isso seja feito com o maior comedimento possível, para evitar que possamos ter problemas no futuro. E isso também para linha de transmissão, para geração, etc.

Em relação à questão da Senadora Heloísa Helena e a LDO... Na questão do orçamento, eu talvez pudesse dar três informações: em primeiro lugar, a partir de reuniões que tivemos com a Relatora, Deputada Lúcia Vânia, vamos incluir algumas afirmações na LDO em relação à prioridade para o setor de energia, tanto no Orçamento quanto no BNDES. Os recursos propriamente ditos vêm no Orçamento. Mas também vamos pedir uma suplementação em relação ao Orçamento deste ano, para garantir esses investimentos que serão feitos pelas estatais, e vamos apresentar um orçamento específico para o ano que vem. Essas são as três coisas que serão feitas. Com relação aos valores, vou fornecê-los posteriormente, já que ainda não os fechamos.

Na verdade, há uma coisa que talvez fosse importante esclarecer: desses 20 mil megawatts que falei, boa parte dele está sendo feita através de empresas privadas. As termelétricas, mesmo as hidrelétricas, das 20 hidrelétricas que estão em construção, somente uma é puramente estatal, que é Tucuruí, que está sendo ampliada; com relação às demais, algumas têm participação estatal, mas muitas são de iniciativa privada. E as termelétricas também, a maioria tem participação da Petrobrás com a iniciativa privada. A maioria das termoeletricas tem participação da Petrobras com a iniciativa privada. Mas a idéia é que essas participações da Eletrobrás ou de outra estatal sejam ampliadas e apareçam nos orçamentos.

Em relação ao que disse o Senador Carlos Patrocínio, a diferença de ter o pique e não ter energia, comparativamente, é como ter um automóvel e não ter a gasolina. Na realidade, no nosso caso, temos máquinas que poderiam gerar mais energia, como estão gerando hoje, porém, como não temos água, não temos combustível, não podemos gerá-la. Portanto, não adianta nada, por exemplo, ter um Mercedes-Benz e não ter gasolina para andar nele. É melhor ter um fusquinha com gasolina.

Esta é a diferença: estamos girando com 60 mil megawatts, no Brasil todo – porque tem uma parte que está fora do sistema, tem máquina em manutenção –, e estamos com um consumo no pico de 51 mil megawatts. Quer dizer, há uma folga de 9 mil megawatts, o que é confortável, pois não há o risco de o sistema cair na hora do pico. Lá, ontem, uma matéria que dizia que, em Nova Iorque, o problema de energia é

no pico. Eles têm 35 mil megawatts de giro e já têm um consumo de 33 mil megawatts, e o verão está chegando. Na realidade, o nosso problema é outro.

Peço desculpas pela questão do convite. Eu deveria ter vindo aqui há duas semanas, mas a data coincidiu com a reunião de que participei com o Presidente e não pude vir. Depois foi feita essa reunião conjunta, e eu agradeço a oportunidade de estar aqui.

Quanto à pergunta do Senador Paulo Hartung em relação ao MAE, há pouco tempo, a Aneel, que fiscaliza o MAE, fez uma intervenção no órgão. Ele está sendo reestudado, para que se verifique qual o seu papel. Em relação a esse modelo, o que acontece é que o sistema só tem três anos de funcionamento, portanto, praticamente, não foi implantado. Temos que ter um pouco de cuidado na análise do sistema, para verificarmos, a médio e a longo prazos, quais serão as mudanças que deverão ser feitas neles, sem que seja a nossa primeira opinião. Todo mundo tem uma opinião e, geralmente, a opinião de cada um é certa, mas, normalmente, a melhor opinião é a do conjunto das pessoas que discutem.

Acho que esta Comissão e outras que estão sendo criadas em nível técnico, certamente, opinarão, e nós, do Governo, ou veremos o que for mais importante, para fazermos as modificações que devem ser feitas.

Em relação à questão do Senador Sebastião Rocha, foram feitos alguns investimentos numa boa parcela do Norte, que tinha uma situação bem mais difícil. Hoje, o Norte tem uma situação melhor do que a restante do País, e isso é ótimo.

A pergunta do Senador Paulo Souto sobre o problema de emergência, eu deixo para o Ministro.

Na realidade, com relação ao problema de emergência, como eu disse, boa parte dos investimentos são do setor privado. Inclusive, na parte de hidrelétricas, só incluímos hidrelétricas já em construção; que são 20, porque as outras não alcançam o prazo de 2003. Em algumas delas, a Eletrobrás participa e poderá participar de outras para agilizar.

Em relação à questão do Deputado Luciano, nós já conversamos sobre isso quando estive na Câmara. Inclusive, já repassei essa informação para a Petrobras e vou passá-la novamente e vou cobrar sua resposta. Realmente, temos muita dificuldade com relação ao meio ambiente na localização dessas usinas em São Paulo. Uma delas, inclusive, vai ceder as turbinas para colocar na Usina de Santa Cruz. Lá se conseguiu autorização ambiental, mas o Ministério Público entrou na Justiça e cancelou a autorização.

Foi na de Cuba tão. O Ministério Público cancelou, então, vai se fazer no Rio de Janeiro.

O SR. – Em Caioba, se for concedido, eu vou entrar na Justiça para embargar por conta da questão da água.

O SR. JOSÉ JORGE – Então, é melhor fazer em outro lugar.

O Deputado João Caldas, em relação ao Programa Luz no Campo, apesar de ser um programa de aumento de demanda, mas é um programa que consome muito pouca energia, voltado para a população rural, não demandará nenhuma solução de continuidade, continuará.

Em relação ao Deputado Inácio Arruda, sobre a questão da suplementação, enviaremos a suplementação e o orçamento do ano que vem, dentro desse plano emergencial que será feito, e a idéia do Governo, como o Ministro Pedro Parente pode falar, é a de que todos esses recursos sejam disponibilizados.

Como foi minha última resposta, agradeço a atenção de todos, e peço desculpas aos Senadores que chamei de Deputado e aos Deputados que chamei de Senador, e ao Ministro, que chamei de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José de Alencar) – Agradecemos a participação do eminente Senador José Jorge, ilustre Ministro de Minas e Energia, e passamos agora a palavra ao eminente Ministro Pedro Parente.

O SR. PEDRO PARENTE – Obrigado, Sr. Presidente.

Indo também às questões, anotei aqui um item do Deputado Juquinha, que o Ministro José Jorge não respondeu. S. Ex.^a fez um comentário em relação ao fato de que as ações estão muito devagar, que a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica teria arda do múi torá pi do, mas que isso não está chegan do – digamos – aos escalões inferiores da estrutura.

Quero dizer que, nesse trabalho que o Ministro José Jorge está coordenando, identificaremos a ação, e acompanharemos todas, exatamente para evitar esse problema, e a medida provisória dá poderes para que a gente entre e inste a andar mais rápido, a superar obstáculos.

Há também a questão das concorrências que o Ministro José Jorge mencionou, quer dizer, a Câmara tem o poder de definir caráter de urgência a determinadas obras, mas, como S. Ex.^a mencionou, temos que fazer isso com muito cuidado.

Então, é um problema essa questão das ações, mas atuaremos objetivamente, olhando caso a caso para que possamos ter uma ação não de uma ordem geral, que às vezes não funciona, mas olhar o ponto específico, onde está segurando, para que possamos avançar nessa linha.

O Deputado Salatiel Carvalho mencionou a questão do apagão descontrolado. Acho que essa é a nossa obrigação, evitar esse apagão descontrolado de qualquer forma. Quero dizer que, com relação ao Nordeste, não esperamos chegar aos 4,7, quer dizer, como dissemos, vamos estar acompanhando para que possamos adotar outras medidas, se a tendência se manifestar. O que esperamos é que essa tendência não se manifeste nessa direção para que possamos continuar com o programa de racionamento, tal como definido.

Também quero dizer que, em relação ao Nordeste – vi outras preocupações –, nossa primeira opção não será aumentar o percentual do racionamento. Então, que ro de i xar cla ro isso, que tenta rem os bus car outras alternativas antes de discutir essa possibilidade, mas vamos fazer, de qualquer forma, em discussão com os Governadores do Nordeste.

Quanto aos demais itens, já falamos da simplificação dos processos...

O SR. SALATIEL CARVALHO – Ministro Pedro Parente, creio que a parte mais importante da minha intervenção foi exatamente a co-geração, e V. Ex.^a não falou nada sobre co-geração.

O SR. PEDRO PARENTE – Mas, quanto à co-geração, eu pediria ao Ministro José Jorge que pudesse falar, porque a idéia é de que haverá um apoio maciço para o programa de co-geração – só para mencionar, porque S. Ex.^a deu uma saída –, dentro desse programa que S. Ex.^a vai encaminhar para esta Comissão. Ali S. Ex.^a tem um programa que é de trabalho por hidrelétricas, termelétricas, transmissão, terá também co-geração, terá SPC a gás, energia alternativa, então, haverá uma lista de programas para cada um desses e um reforço maciço para o programa de co-geração. Como é uma parte do programa, uma atribuição que está sob a responsabilidade do Ministro José Jorge, não comentei. Mas está dentro do programa, achamos que é fundamental, muito pode ser feito realmente em termos de co-geração, principalmente em termos de velocidade, quer dizer, é uma área onde muito rapidamente podemos ter retorno, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Co-geração e geração própria.

O SR. PEDRO PARENTE – É isso mesmo.

O SR. PEDRO PARENTE – Quanto à iluminação pública, continua o programa com estímulo. Creio que o Ministro José Jorge mencionou que não estamos modificando o programa de incentivo à iluminação pública, na realidade ele continua, e faz parte a idéia de que estimularemos a substituição das lâmpadas, e inclusive estamos discutindo, porque, como a re gra saiu, diz para re du zir em 35% o con su mo, o que permite que se faça a substituição das lâmpadas e mantenha o mesmo grau de luminosidade. Isso também estamos vendo.

À Senadora Heloísa Helena, uma questão da LDO, o Ministro José Jorge já res pon deu. Fez a pergunta sobre a questão do prazo, discussão com os setores eletrointensivos. Há uma questão fundamental que é a definição de como é que fica a Região Norte. Tão logo seja concluído, que isso será feito muito rapidamente, também queremos concluir a discussão com os eletrointensivos rapidamente.

A questão do uso múltiplo de água, lembrar que foi criada Agência, Agência Nacional de Águas. Quer dizer, não é que não tenha sido feito nada. Essa Agência está cuidando dessa questão e eu não teria mais informações para dar neste momento, porque não conheço o tema.

Na parte de saúde e educação, geradores para saúde e educação, também foi criado um grupo cujo objetivo é olhar para esses setores essenciais, entre os quais se incluem hospitais e escolas. É um grupo coordenado pelo General Cardoso e o objetivo é exatamente que a gente tenha condição de preparar essas áreas para uma eventualidade de que que re mos evitar de apagões. Ainda em relação à saúde, lembrar que o Ministro José Serra recentemente lançou um programa para a instalação de geradores em todos os hospitais acima de um determinado número de leitos, que não me recordo aqui, agora, mas isso também já foi trabalhado. Apenas dizer que o Governo está olhando essa questão com o General Cardoso para que a gente possa atender essas áreas prioritárias.

O Senador Paulo Hartung mencionou a questão da falta de um elo para o futuro. O Ministro José Jorge já mencionou a questão do modelo. Acho que é uma discussão ne ces sá ria sa ber se é um proble ma do mo delo ou se é um problema de implantação do modelo. Na parte do Governo Federal, do Poder Executivo, nós estamos fazendo aquela Comissão que está analisando essas questões, que é exatamente para a gente poder ter uma convicção com relação ao que

fazer. Essa Comissão conclui os seus trabalhos em 60 dias a partir da data da sua implementação.

O Senador Sebastião Rocha mencionou a questão da importação dos geradores. Nós estamos olhando essas questões também. Temos uma preocupação que nos foi trazida, inclusive pela área sindical, de não permitir a importação de geradores que são fabricados no Brasil. Quer dizer, a idéia de não atrapalhar o consumo, quer dizer, a produção interna. Mas os geradores que não são fabricados no Brasil nós vamos estimular, inclusive mediante uma política tarifária.

Então o se nhor fez um co men tá rio sobre a questão do apagão eleitoral. Apenas dizer para o senhor que, com sinceridade, não faz parte das nos sas preocupações. O nosso objetivo hoje é resolver esse problema, administrar essa situação que não é muito simples.

Senador Paulo Souto, ficou uma dúvida aqui, a questão da tarifa adicional. O que Governo fez foi de apenas dizer: quem cumprir meta não paga a tarifa. Portanto, as tarifas permanecem naquelas faixas: de duzentos a quinhentos e de quinhentos até o valor do consumo da conta. Se cumprir, não paga a tarifa adicional, mas se não cumprir a tarifa se aplica nessas faixas, conforme o estabelecido. Quer dizer, é um artigo simples na Medida Provisória dizendo: cumpriu a meta, não pagou a tarifa adicional.

O Deputado Luciano Zica, a questão dos eletrointensivos. Já mencionei que nós vamos aguardar a definição da situação na Região Norte. Eu não concordo que foram medidas inseguras e vacilantes. Penso que se a gente tivesse escutado e não tivesse alterado, nós estaríamos agora sendo criticados porque fomos insensíveis. É uma forma de ver. Acho que é muito melhor que a gente possa escutar. Alterar aquilo que a gente concordar, parece-me melhor do que sustentar uma posição apenas pelo orgulho de dizer que estava certo no início, não vou mudar, ainda que a gente seja tachado como inseguro e vacilante.

O SR. – Espero que isso valha para revisar o modelo também.

O SR. PEDRO PARENTE – De pu ta do, com certeza. Apenas não podemos esperar que a gente tenha opiniões de con sen so ou con ver gen tes, mas sem dúvida nenhuma acho muito importante que no modelo para um setor tão importante a gente possa ter um debate muito amplo, por que não que re mos repetir o problema. Ninguém quer. O Poder Executivo não quer. O Senhor Presidente não quer.

Quanto à retomada de investimentos das estatais, o Senador José Jorge já falou, espero que ele não se incomode de eu chamá-lo de Senador ou Ministro. Não houve, quer dizer, a questão dos investimentos estatais quero mencionar que é muito pequena a diferença entre a demanda solicitada pelas estatais e o que foi autorizado nos orçamentos de investimento. Houve problema de realização. Todas essas questões devem ser discutidas, mas é fundamental...

O SR. – O problema da realização é em torno de 25%

O SR. PEDRO PARENTE – Sim, Deputado, mas o problema da realização não se refere à falta de autorização nem ao corte prévio. Há outras questões que precisam ser analisadas. Às vezes é problema de projeto, enfim há uma série de questões, mas não podemos – e esse é um ponto de vista do Governo – deixar de realizar os investimentos necessários. Isso nos parece fundamental. Temos um ponto de vista, e sei que alguns discordam, de que é melhor oferecer primeiro para o setor privado. Aqueles que não forem contemplados pelo setor privado, são fundamentais, devem ser feitos pelo Governo, ou seja, não há como ficarmos sem investimentos em setores como esse. Nesse ponto há uma concordância. Não podemos, sem dúvida alguma, ficar sem os investimentos que engargalam o País.

Com relação às termoelétricas, aprendi aqui com V. Ex^a ao comentar esse problema da água. É uma questão do Ministro José Jorge. Vou apenas anotar para conhecimento futuro, mas, realmente, como disse, é da área do Ministro José Jorge.

Deputado João Caldas, estamos de fato analisando o feriado nacional, mas colocando-o como uma medida complementar. Não é algo a ser adotado no programa de racionamento administrado.

O SR. JOÃO CALDAS – Ministro, apenas para uma contribuição. Do meu ponto de vista, se o feriado for nacional, perde a eficácia. Teria que ser regionalizado, ou seja, a cada dia da semana seria feriado em uma região. Dessa forma faria sentido na economia média de energia. Do contrário, não vamos reservar energia suficiente de um dia para o outro apenas com um feriado nacional. É uma preocupação que gostaria de expressar. Tenho ficado apreensivo com essa manifestação do feriado nacional, pois, do meu ponto de vista, não resolve e nem fica bem para um país que precisa se preocupar com a produção.

O SR. PEDRO PARENTE – Muito obrigado, Sr. Deputado. Sempre dizemos que quando recebemos uma sugestão, temos que analisá-la sob dois pontos

de vista: primeiro, se atende ao objetivo de reduzir o consumo; segundo, suas repercussões na economia.

Anotamos também a questão do **kit** para os pobres, para ver como poderíamos viabilizar. Confesso que não tenho nada a dizer agora.

Para concluir, o Deputado Inácio Arruda referiu-se à questão dos trabalhadores. Já realizamos um encontro com a área sindical e vamos fazer um outro encontro. O Ministro Francisco Dornelles está agendando, mas é possível que seja na quinta-feira. Ainda não posso confirmar essa data. Tal encontro será exatamente para analisar problemas levantados pelas fábricas de lâmpadas. Estaremos, então, nos debruçando sobre essa questão na quinta-feira.

A questão dos investimentos, também levantada pelo Deputado Inácio Arruda, já foi abordada pelo Ministro José Jorge. Também falei há pouco sobre ela.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Ministro, faltou...

O SR. – Em relação a nossa sugestão, com quem o Governo poderia ver a possível criação de uma agência nacional de combustíveis renováveis? Quem seria o interlocutor que estabelecesse tecnologia, alguém com quem pudéssemos ao menos discutir ao menos a proposição?

O SR. PEDRO PARENTE – Deputado, sugiro em primeiro lugar, se V. Ex^a já tiver alguma documentação pronta, que a encaminhe. Creio que a melhor autoridade para conversar sobre combustíveis é o Ministério de Minas e Energia. Agora, essa é uma opinião apressada. Podemos analisá-la melhor. Se V. Ex^a quiser me encaminhar, garanto que analisaremos a proposta.

O SR. – Com certeza, Ministro. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Faltou um comentário de V. Ex^a sobre a pergunta do Deputado Inácio Arruda. Qual a posição do Governo sobre o mercado atacadista de energia? Hoje o preço do megawatts no Spot foi R\$684, o que significa que grandes fortunas vão se formar nesse processo. Pode vir a ser um processo de transferência de renda de grandes dimensões se o Governo não tiver a perspectiva adequada. O que o Governo está pensando efetivamente sobre isso? Mesmo que esteja funcionando há pouco tempo, mas é uma situação concreta de emergência.

O SR. PEDRO PARENTE – O mercado atacadista de energia, alguém mencionou, mas não lembro quem, começou a enfrentar problemas a partir da questão da energia de Angra II. É um tema que está sendo analisado. Não posso dizer, neste momento,

“vamos suspender as atividades e aceitar essa proposta”, mas é um tema que tem que ser considerado e avaliado pelo Governo, em função, inclusive, desse novo sistema de racionamento. Apesar de ser um tema de consideração e preocupação do Governo, não podemos, neste momento, anunciar nenhuma medida, sem nos debruçarmos sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (José Alencar) – Srs. Senadores e Srs. Deputados, cabe-me encerrar esta reunião ultraproveitosa. Antes, porém, gostaria de pedir a atenção de V. Ex^{as}, para dizer que há um paradoxo altamente positivo. Normalmente, apaga-se a luz para dormir, mas o chamado “apagão” está servindo para despertar o Brasil, especialmente o Governo.

Nós acabamos de ouvir do Sr. Ministro Pedro Parente que o Estado estará presente nos investimentos essenciais que não forem de interesse do setor privado. Isso já é um passo altamente positivo. Outra coisa que ouvimos, aqui, de ambos os Ministros – ou de um deles –, é que aquela preocupação com a administração absolutamente correta por meio da estabilidade monetária passa a ser um meio. A luta pela estabilidade monetária e também aquela concepção do próprio superávit primário passam a ser um meio, a fim de que haja recurso a ser aplicado em energia e em infra-estrutura, porque, do contrário, estaremos cuidando do caixa, sem nos preocuparmos com a administração do Brasil. Este, para mim, é o grande resultado positivo desta crise em que o Brasil entra.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h45min.)

Ata da 3ª Reunião Realizada em 7-6-01.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e um, às dez horas e dez minutos, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, reunem-se os Senhores Parlamentares, membros da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “**Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento**”. A presente reunião de caráter administrativo teve como propósito a discussão do plano, de trabalho, escolha dos dias para suas reuniões e apresentação de requerimentos que discutidos foram aprovados por unanimidade, a saber: nº 01, de autoria do Deputado Clementino Coelho, solicitando sejam convidados para audiência pública os Senhores Ministro das Minas e Energia, o Presidente da Companhia de Desenvolvi-

mento do Vale do São Francisco – CODEFASF, o Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, o Presidente da Associação dos Produtores Exportadores de Hortigrangeiros e Derivados do Vale do São Francisco – VALEXPORT e o Gerente do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho; nº 02, de autoria do Senador Paulo Souto, requerendo sejam convidados para prestarem esclarecimentos a esta Comissão, os Senhores Mozart Siqueira, Presidente da CHESF, Airson Bezerra Lócio, Presidente da CODEVASF e Jerson Kelmann, Presidente da ANA; nº 03, de autoria da Senadora Heloísa Helena e outros, requerendo que sejam convidados para audiência pública os professores Ildo Luis Sauer, da Universidade de São Paulo, Luiz Pinguelli e Maurício Tolmasquim, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Pesquisador Bautista Vidal; nº 04, de autoria do Deputado João Caldas, requerendo seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, disponibilizar os consultores legislativos da área de Minas e Energia daquela Casa, a fim de prestarem assessoramento técnico e especializado a esta Comissão; nº 05, de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo a realização de audiência pública com o Sr. Jayme Buarque de Holanda, Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética; nº 06, de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo o envio de indicação ao Senhor Ministro Chefe da Casa Civil e Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, em que se retratamento diferenciado às áreas rurais dos municípios do Nordeste que estejam em situação de calamidade pública, em virtude da seca; nº 07, de autoria do Deputado Marcos Cintra, requerendo sejam convidados a comparecer em Audiência Pública os Senhores Fernando Garcia, Professor do Departamento de Planejamento e Análise Econômica da Fundação Getúlio Vargas/SP; Antônio Ermírio de Moraes, Presidente da Votorantim; Daniel Feffer, Vice-Presidente da Companhia Suzano de Papel e Celulose; Luis Carlos Santos, Presidente de FURNAS; Euclides Gerolano Scalco, Diretor Geral Itaipu Binacional e membro da Câmara Gestora da Crise Energética; Ministro Alcides Lopes Tápias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ministro Martus Antônio R. Tavares, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda; José Rosenblatt, Consultor Independente – Mercados de Energia/RJ; Marcos Severine, Analista de Investimento Sênior – Banco Sudameris; nº 08, de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo seja convidado o Presidente

de FURNAS Centrais Elétricas S.A.; nº 09, de autoria do Deputado Juquinha, requerendo a realização de audiência pública com os Concessionários vencedores de licitação de geração e transmissão da ANEEL, para esclarecimentos e debates; nº 10, de autoria do Deputado Clementino Coelho, solicitando sejam convidados para audiência pública a Senhora Ivonice Campos, Coordenadora de Ações de Desenvolvimento Energético do Ministério da Ciência e Tecnologia e dos Senhores Armando Abreu, Diretor da Brasil Energias Solar e Eólica Ltda – BRASELCO, Pedro Vial, Diretor Superintendente Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda, Carlos Nascimento, Diretor da SIIS Energ do Brasil Ltda, Prof. Everaldo Feitosa, Coordenador do Centro Brasileiro de Energia Eólica – CBEE; nº 11, de autoria do Deputado Luciano Zica, requerendo seja convidado o Senhor Presidente da Petrobrás, Henry Philippe Reichstul; nº 12, de autoria do Deputado Clementino Coelho, solicitando sejam convidados para audiência pública os senhores Luiz Carlos Bresser Pereira, Luís Carlos Mendonça de Barros, ex-Ministro das Comunicações, Antônio Ermínio de Moraes, Grupo Votorantin, Ildo Sauer – Prof. USP, Luiz Pinguelli Rosa – COPPE/UFRJ; nº 13, de autoria do Deputado Fernando Ferro, solicitando informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia a respeito das medidas adotadas para a implementação do Plano de Racionamento de energia elétrica; nº 14, de autoria do Senador Sebastião Rocha, requerendo seja convidado o Governador do Estado do Pará, Dr. Almir Gabriel; nº 15, de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo sejam convidados os Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Dr. Olívio Dutra, de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco e do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner. Participaram dos debates os seguintes Parlamentares, Senador Paulo Souto e Alberto Silva, os Deputados Clementino, Fernando Ferro, Luciano Zica, José Carlos Aleluia, Marcos Cintra Juquinha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente Deputado Antônio Cambraia, encerra os trabalhos e para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Há número regimental.

Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de es-

tu das causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Informo que a presente reunião com caráter administrativo para votação de requerimentos já apresentados e a apresentação de sugestões para o calendário a ser elaborado para os trabalhos da Comissão.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião de instalação realizada no dia 5 do corrente mês ou se podemos considerá-la como lida.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de solicitar a dispensa de leitura, uma vez que as atas já foram distribuídas a tempo para todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Dispensada a leitura da ata.

Coloco em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada a ata da reunião anterior.

O Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Fernando Gabeira, encaminhou ofício à Comissão justificando a sua ausência a esta reunião, em vista de compromissos assumidos anteriormente no Rio de Janeiro.

Indago à Secretaria se existem expedientes a serem lidos.

Esta reunião, além da votação dos requerimentos, tem também a finalidade, como eu disse anteriormente, de procurarmos estabelecer uma agenda para as nossas reuniões, para os trabalhos da Comissão. Neste sentido, proponho aos Srs. Parlamentares que tenhamos duas reuniões como ordinária, na terça-feira e na quinta-feira. Na terça-feira há uma sugestão de que seja após a Ordem do Dia do Senado. Há um choque quando termina a do Senado começa a da Câmara, mas há como conciliar. A sugestão é que as nossas reuniões sejam nas terças-feiras às 16h30min, e nas quintas-feiras às 9h30min como hoje.

O SR. MARCOS CINTRA – Eu que ria fazer uma sugestão. Conversávamos com o Senador Paulo Souto antes do início da reunião e acho que é fundamental que tenhamos duas reuniões ordinárias por semana como proposto pela Presidência. A data de terça-feira após o término da Ordem do Dia do Senado nos parece adequada. Agora a quinta-feira pela manhã é problemática, dependendo da agenda de

discussões na Câmara principalmente muitas vezes encontraremos dificuldades para obter **quorum**. Eu proporia à consideração de V. Ex^a se não poderíamos fazer na quarta-feira no mesmo horário, que teria as mesmas características em termos de distribuição que na terça-feira. Como o Senador Paulo Souto bem lembrou que às vezes pode ser interessante fazer quinta-feira e como sugerido pelo Deputado Clementino Coelho poderíamos alternar. Uma semana seria sempre nas terças-feiras depois da Ordem do Dia e uma semana na quarta-feira e eventualmente outra semana na quinta-feira pela manhã, para evitar que Deputados que muitas vezes são obrigados a sair na quinta-feira cedo não possam participar das reuniões. Sendo pelo menos uma semana sim e uma não na quarta-feira também após a Ordem do Dia do Senado, poderíamos compatibilizar essas duas posições.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Aquela conciliação que falei com relação à Ordem do Dia da Câmara é que normalmente na terça-feira entram projetos de leis que dificilmente são submetidos à votação nominal. Entretanto, na quarta-feira, com certeza, na Câmara, há votação nominal de projetos de lei complementar e de PEC. Para conciliar, na quarta-feira, o nosso horário da Comissão com a Ordem do Dia da Câmara fica mais complicado.

O SR. MARCOS CINTRA – Apenas chamo a atenção, Sr. Presidente, porque muitas vezes é possível. Nós saímos, voltamos e votamos, como já tem sido feito. É provável que haja também, às vezes, votações nas terças-feiras. É um desafio para nós, porque o grande número de comissões e de comissões especiais que ocorrem nas duas Casas realmente nos limita um pouco a possibilidade de encontrarmos tempo disponível para todos.

Portanto, fica essa sugestão. Sei que será difícil, mas, se pudéssemos alternar, na quarta-feira à tarde e na quinta-feira pela manhã, acredito que atenderia às nossas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Está colocada a sugestão. Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho e, em seguida, ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, creio até que nós Deputados poderíamos cobrar do Presidente Aécio Neves alguns pontos da campanha dele – que foi justamente assegurar maior assiduidade por nossa parte, os Parlamentares, durante a semana.

Acredito que esse tema é de suma importância, refere-se a política pública e a impactos sociais e econô-

mico. Considero essa a questão mais importante que se trava hoje no Brasil, independentemente da posição tomada pelo Governo ou pela Oposição. É uma questão da sociedade. No entanto, poderíamos pedir ao Presidente da Câmara dos Deputados que o painel na quinta-feira só fosse aberto às duas horas da tarde. Pela manhã, faríamos as nossas reuniões aqui com quorum. Quem quisesse viajar poderia fazê-lo a partir das duas horas da tarde. Mas, na quinta-feira, pela manhã, seria produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – O problema não é o painel. É até bom que o painel abra de manhã, porque concede presença.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não. O painel tem de abrir à tarde, porque, se for de manhã, o Parlamentar marca presença e vai embora. É preciso que seja aberto à tarde, às duas horas, para que o Parlamentar não viaje antes desse horário e possa estar aqui.

O SR. PAULO SOUTO – Vamos tentar marcar as reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Para terça-feira e quinta-feira, como opção de quarta-feira.

Não está descartada também a reunião numa segunda-feira ou sexta-feira, no sábado ou domingo, porque esta Comissão terá de apresentar trabalho e resultado. Em princípio, reuniões ordinárias ficariam marcadas para a terça-feira e para a quinta-feira, com essa variante para a quarta-feira, com conhecimento antecipado evidentemente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro pela ordem.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, concordo com a sugestão de V. Ex^a, até porque, se marcarmos reuniões, mesmo compreendendo as ponderações do Deputado Marco Cintra, às terças-feiras e às quartas-feiras, em razão da proximidade entre elas, muitas vezes os assuntos debatidos na terça-feira não teriam novidades para emplacar uma reunião em seguida. Esse intervalo de um dia possibilita o entendimento de nossas outras atividades, permitindo, ainda, processar melhor, na quinta-feira, as informações debatidas na terça-feira.

Por outro lado, haverá um calendário aqui, mas, provavelmente, teremos de fazer visitas em outros locais. Faço inclusive uma sugestão de visitar algumas áreas afetadas pelo racionamento, empresas e regiões afetadas a fim de discutirmos com esses seg-

mentos. Quanto aos outros setores, devemos estabelecer uma agenda que ouça a sociedade, que é uma das funções desta Comissão. Precisamos debater com vários segmentos da indústria, do comércio e da agricultura sobre os impactos do racionamento nas atividades desses segmentos.

Portanto, sugiro que já discutamos um programa de trabalho, que deve ser o objetivo desta reunião a fim de articularmos o desencadeamento do trabalho da Comissão.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, primeiramente, acredito que é perfeitamente possível a realização das reuniões nos horários propostos, mas uma alternativa a ser considerada – já que a Câmara tem encerrado as suas atividades às dezenove horas e o Senado não tem essa mesma linha de comportamento –, em situações especiais, como disse o Deputado Marco Sintra, seria a das dezoito horas da quarta-feira, quando já teria terminado a Ordem do Dia do Senado, estando a Câmara prestes a terminar. Seríamos avisados para não correr o risco da reunião passada de precisar sair correndo para pegar nossos pertences nos gabinetes na Câmara, uma vez que estão, de fato, apagando as luzes.

Podemos pensar na hipótese de agendar reuniões na quarta-feira à noite. Há esse problema citado pelo Deputado Fernando Ferro de curto intervalo entre uma reunião e outra. Mas pode ser, talvez, mais eficaz do que se reunir na quinta-feira com reduzido número de Parlamentares.

Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – O desenvolvimento dos trabalhos indicará modificações e situações.

Passo à leitura dos vários requerimentos já apresentados à Comissão, que apreciaremos e votaremos hoje. O primeiro deles tem como Relator o Senador Paulo Souto e requer sejam convidados para prestar esclarecimentos a esta Comissão os Srs. Mouzart Siqueira, Presidente da Chesf, Airson Bezerra Lócio Presidente da Codevasf e Jerson Kelman, Presidente da Ana. O requerimento do Deputado Clementino Coelho é praticamente no mesmo sentido, acrescentando a essas autoridades que constam no requerimento do Relator, Senador Paulo Souto, também a Vale Export.??

O SR. PAULO SOUTO – Trata-se da entidade que congrega os produtores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – E o gerente de um distrito de irrigação.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, desculpe-me interrompê-lo, mas, talvez vindo o Presidente da Codevasf, não há a necessidade de chamar os gerentes de cada projeto de irrigação. Acredito que a referida autoridade poderá dar-nos uma idéia geral de todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Aprovar-se-ia primeiramente o requerimento.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, farei uma sugestão. Estamos trazendo representantes dos empresários que sofrerão os impactos dessa crise. Proponho a inclusão do Presidente da Contag – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que poderia oferecer uma contribuição do lado dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Haverá essa oportunidade. Há muitos requerimentos de convites para audiência pública – talvez não com esse grupo, mas com outros grupos. Há requerimento do Deputado Fernando Gabeira, que requer uma audiência pública.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Marcos Cintra.

O SR. MARCOS CINTRA – Apenas para entender como V. Ex^a organizará os trabalhos, votaremos um a um os requerimentos ou V. Ex^a lerá todos e depois votaremos em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Farei a leitura de todos e, depois, algum autor pode manifestar-se, encaminhando a votação.

O SR. PAULO SOUTO – Se alguém tem algo contra os requerimentos, é favor manifestar-se.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Podendo encaminhar a votação do seu requerimento, se for o caso, ou de algum a que seja contrário até para agilizarmos e objetivarmos os trabalhos.

O SR. MARCOS CINTRA – Perfeito. Mas a idéia é votar em bloco. Aprovaríamos o conjunto mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Em bloco.

O SR. MARCOS CINTRA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Há o requerimento do Deputado Fernando Gabeira, que solicita seja realizada audiência pública com o Sr. Jaime Buarque de Holanda, Diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética, para informar sobre os desperdícios e as alternativas de aproveitamento de energia. Há, ainda, requerimento do Deputado João Caldas, que pede seja encaminhado ofício ao Presidente da Casa solicitando assessoria à comissão dos consultores legislativos da área de Minas e Energia da Câmara. Eles já têm vindo naturalmente.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, a propósito dessa sugestão, já tive inclusive uma conversa com o Presidente da Câmara, uma vez que esta Casa Legislativa precisa contratar assessoria na área de energia. Há especialistas na área de petróleo e em outros setores. No entanto, nessa área de energia elétrica, não há pessoas que dominem esse assunto. Tenho experiência pessoal de solicitação de trabalho à assessoria legislativa, com cujo diretor mantive contato, tendo-me sido dito da necessidade de pesquisar na área.

Poderíamos pensar numa possibilidade de consultar universidades. O Ilumina dispôs-se a dar uma contribuição e assessorar-nos para que consultemos se esses segmentos da universidade podem participar também formalmente dessa assessoria. Creio que isso é possível. Posteriormente, poderíamos discutir essa alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – No âmbito inclusive da Comissão de Minas e Energia, que é permanente.

Há o requerimento do Deputado Clementino Coelho, que solicita ao Sr. Ministro da Casa Civil e Coordenador da Câmara de Gestão sejam eximidas do racionamento de energia elétrica as áreas de Municípios do Nordeste em situação de calamidade pública em virtude da seca. Trata-se de áreas rurais embora não esteja dito. Ontem, já foi inclusive apresentado em Plenário dos trabalhos da Comissão esse pedido.

Há requerimento de audiência pública do Deputado Fernando Ferro, convidando o presidente de Furnas Centrais Elétricas para comparecer a esta Comissão, com o fim de trazer subsídios sobre as providências adotadas com vistas ao enfrentamento da crise energética.

Do Deputado Juquinha, solicitando realização de audiência pública com as concessionárias vencedoras de licitações de geração, de transmissão da Aneel.

O SR. PAULO SOUTO – Eu podia só... Conversei com o autor do requerimento, talvez ele pudes-

se... acho que talvez valesse a pena uma explicação, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Ao final da leitura dos requerimentos, cada Deputado, se desejar encaminhar a votação de seu requerimento, usará da palavra.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho: solicita sejam convidados para audiência pública a Sr.^a Ivonice Campos, coordenadora de ações do desenvolvimento energético no Ministério da Ciência e Tecnologia, os Srs. Armando Abreu, Diretor da Brasil Energia Solar e Eólica Ltda., Braseco, e Pedro Vial, Diretor Superintendente Volgue and Power Indústria e Comércio Ltda(?), Carlos Nascimento, Diretor da Syns?? Energética do Brasil Ltda., professor Everaldo Feitosa, coordenador do Centro Brasileiro de Energia Eólica. Também em audiência pública nesta Comissão.

Requerimento da Senadora Heloísa Helena e outros, que requer seja convocada audiência pública, a realizar-se na próxima reunião para debater o processo de racionamento do uso de energia elétrica e atual crise nacional de energia, devendo a Comissão Especial estudar a crise e convidar como palestrantes os professores que estiveram aqui na última reunião e que não fizeram sua exposição, até porque não estava previsto: Ildo Sauer, Luiz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, além do pesquisador Bautista Vital. Os quatro que estiveram aqui.

Requerimento do Deputado Marcos Cintra: solicita em audiência pública sejam convidados a comparecer a esta Comissão o professor Fernando Garcia, Antônio Ermírio de Moraes, Daniel Fefer??, Luiz Carlos Santos, presidente de Furnas, Euclides Scalco, Ministro Alcides Tápias, Ministro Martus Tavares, Ministro Pedro Malan, Sr. Roosevelt Rosemblat, consultor independente, Marcos Severino, analista de investimentos sênior.

Requerimento do Deputado Fernando Ferro: requer seja convidado o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, o excelentíssimo Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Itamar Franco, o excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Jaime Lener, para comparecerem à Comissão, com o fim de trazer subsídios sobre as providências adotadas com vistas ao enfrentamento da crise.

Requerimento do Senador Sebastião Rocha, da mesma forma convidando o Governador Almir Gabriel, do Pará, para comparecer a esta Comissão para oferecer subsídios e prestar informações sobre a escassez de investimentos no setor de geração elétrica.

Lidos os requerimentos, como ficou acertado, os autores que desejem encaminhar a votação podem usar a palavra, iniciando pelo Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar mais um requerimento verbal, está chegando já formatado, que seria justamente para convidar o ex-Ministro Luís Carlos Bresser Pereira, o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, o empresário Antonio Ermírio de Moraes e o professor Ildo Sauer e José Luiz Pinguelli Rosa, para discutir a suspensão das privatizações de Furnas, Chesf e Tucuruí e o novo modelo de produção e gestão de energia. Eu queria que pudesse entrar nas considerações, e esse requerimento estaria apresentando dentro de cinco minutos, está chegando formalizado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pode apresentar, que procederemos à leitura.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O requerimento não foi apresentado, mas desejo levantar uma questão de ordem. Temos uma pauta, uma ementa, um título. Temos um objetivo e devemos perseguir-lo. É evidente que, durante o curso, poderão surgir questões relativas à privatização. Deve-se discutir o assunto quando este surgir aqui. Não vamos transformar esta Comissão em uma Comissão antiprivatização e nem numa Comissão pró-privatização. A Comissão deve tratar do modelo, dos caminhos...

O SR. CLEMENTINO COELHO – Das causas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – No mínimo, o requerimento deve ser modificado, a fim de que eu possa votar a favor. Devemos convocar pessoas para discutir as crises, as causas, como está aí. Mas com discussão em torno de privatização não posso concordar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, gostaria de dizer que a causa principal é o modelo introduzido, que é a privatização das hidrelétricas. Há dois ex-Ministros e Conselheiros do Governo pedindo a suspensão nos jornais. O empresário Antônio Ermírio de Moraes esteve aqui, na semana passada, pedindo a suspensão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O Sr. Antônio Ermírio de Moraes, evidentemente, tem interesse em não privatizar. É diferente do meu interesse.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Que é privatizar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não.

O SR. CLEMENTINO COELHO – O seu interesse é privatizar; o dele é não privatizar. O debate seria salutar.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Eu não produzo alumínio.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Discutir a suspensão da privatização, até porque as autoridades convidadas, cientistas, não têm poder de decisão, se vão suspender ou não.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Que decisão! É emitir uma opinião qualificada sobre essa questão!

O SR. FERNANDO FERRO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, pediria que V. Ex^a encaminhasse os requerimentos que estão sobre a Mesa, para que fossem apreciados. E os outros requerimentos que, por acaso, chegarem aqui, nós os discutiremos no devido momento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Apresente por escrito.

Concedo a palavra ao Deputado Marcos Cintra.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, gostaria apenas de encaminhar os requerimentos que apresentei à Mesa. São nomes de especialistas, professores e alguns Ministros diretamente ligados à área econômica. V. Ex^a pode observar, pelos nomes que apresentei, que se trata, sobretudo, de uma avaliação econômica do fenômeno que estamos vivendo.

Portanto, gostaria apenas de justificar isso perante os membros da Comissão, pedindo o apoio de todos, uma vez que devemos discutir a parte técnica, sem dúvida alguma, mas também os impactos econômicos da crise e as formas de minimizá-los.

É essa a justificativa pelos nomes que apresentei à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Airton Dipp.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, gostaria apenas de sugerir, em função do que disse o Deputado Marcos Cintra – sou favorável à aprovação de to-

dos os requerimentos –, que se colocassem em ordem os palestrantes com relação às causas, conservação e expansão do setor elétrico; outros falaram sobre as conseqüências econômicas e sociais. Estarão presentes empresários e trabalhadores. Poderíamos colocá-los numa certa ordem, a fim de que otimizássemos as nossas reuniões.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, o que pretendo, justamente, é, de posse dos requerimentos, tentar fazer os agrupamentos e apresentá-los à Comissão. É claro que, no primeiro, como temos de dar andamento aos trabalhos, pedirei um pouco de crédito. Mas pretendo agir desta maneira: agrupar os requerimentos por assunto e discuti-los aqui.

Devemos perder um pouco a ansiedade de apresentar hoje todos os requerimentos possíveis. Haverá tempo para isso. Não haverá tempo suficiente agora, nesse primeiro período, para se fazer tudo isso. Talvez, possamos examinar alguma prioridade, algum aspecto relacionado à questão emergencial, o que pode acarretar sugestões.

Gostaria também de dizer que não precisamos marcar reuniões apenas para ouvir pessoas. Precisamos marcar reuniões também para discutir entre nós. Vejo que há aqui algumas pessoas do setor que têm capacidade de dar sugestões. Devemos aproveitar idéias nesta fase inicial de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – A sugestão do Deputado Airton Dipp foi muito oportuna. O Relator já havia, inclusive, pensado nisso.

Concedo a palavra ao Deputado Juquinha.

O SR. JUQUINHA – Sr. Presidente, gostaria de comentar a respeito do meu requerimento e de fazer uma sugestão. Enquanto debatemos, alguém tem que estar trabalhando, tem que estar construindo; a verdade dos fatos é essa. Então, eu discuti muito com o nosso Relator, Senador Paulo Souto, e eu penso que é hora de nós mostrarmos também a nossa experiência, de colocarmos para fora tudo que conhecemos. Nesse intuito, eu fiz um requerimento convocando os empresários vencedores de leilão na Aneel. Eu fiz uma solicitação à Aneel, e ela me passou a relação. Aproximadamente 4.780mw já estão licitados; poucos deles saíram do papel. Nós temos que saber como as coisas estão andando, porque um dos nossos objetivos é fiscalizar, é fazer o acompanhamento. Então, nesse sentido, eu entrei com esse requerimen-

to. Eu discuti com o nosso Relator, e a idéia dele é boa: fazer um agrupamento. Primeiro, fazer solicitação aos empresários, para eles dizerem como está o andamento de cada uma daquelas obras, e, em seguida, fazer uma pré-seleção e convocar, realmente, aqueles que não estão cumprindo as suas metas, ganhadas em licitação pública. É importante dizer isso, não é verdade? Então, o meu requerimento foi nesse sentido.

Eu concordo com o que o nosso Relator sugeriu e penso que tem que haver debates internos. Trazer esse pelotão de gente não vai adiantar nada. O que está faltando e o que provocou isso tudo, até o presente momento, na minha ótica, foi falta de ação; eu tenho falado disso todas as vezes. E, em quanto nós estamos conversando aqui, não tem ninguém agindo ainda do lado da oferta. O Governo está agindo muito bem do lado do racionamento. Nós vemos que a população colaborou e muito, mas, do lado da oferta, não vejo ação nenhuma ainda no presente momento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Pelo menos, nós não temos conhecimento.

O SR. JUQUINHA – Nós temos que ter um pé com o estatal. Não adianta, o modelo está privado. O Aleluia já colocou bem: as leis foram montadas desta forma; nós vamos ter que mexer um pouco na regulação. A verdade dos fatos é essa. Tem que haver um pé com as estatais, usar um pouquinho de força delas e correr atrás do tempo. Nós estamos 20% atrasados; isso é muito importante. Além de o Governo estar falido, Aleluia, mas recursos para a energia tem que ter sempre.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O modelo que estava falido era o anterior, que era pior do que esse.

O SR. JUQUINHA – Outros governos. Esse problema não vem de agora, vem de longo tempo; é falta de investimento ao longo do tempo, mas falta de ação, também. Pode verificar isso aí.

Então, nesse sentido, Relator, eu concordo com o que V. Ex^a colocou e penso que temos que partir para a ação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito bem.

O SR. PAULO SOUTO – Eu queria fazer um comentário rápido. O que ele fez foi o seguinte, que eu considere procedente. Há uma série de concessionários que tiveram as concessões do Governo e que, eventualmente, não estão cumprindo. Como são muitos, a idéia foi solicitar uma informação por escrito do estágio deles, rapidamente, onde vão dizer qual é a

situação agora e as dificuldades. De posse dessa informação que vamos conhecer, o Deputado autor do requerimento, junto com o plenário, faz uma seleção, para que ouçamos aqui alguns deles que tenham problemas maiores, para conhecermos exatamente por que não se está cumprindo, por exemplo, o contrato de concessões, etc., porque são muitos. Se nós fôssemos chamar todos eles, inicialmente, seria difícil.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Eu penso que, com relação a esse problema do Juquinha, além de pedir essas explicações, devemos fazer um levantamento de quanto essas empresas recentemente privatizadas de distribuição já transferiram de dividendos para o exterior. Não estão cumprindo, mas estão mandando o dinheiro para fora.

O SR. PAULO SOUTO – Mas não são. Pelo que entendi, não são empresas de distribuição.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Pensei que fossem distribuidoras.

O SR. PAULO SOUTO – Não, está tratando de concessionárias de obras de transmissão e geração, que é o problema agora.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Os requerimentos não foram ainda colocados em votação, e foi apresentado mais um requerimento do Deputado Luciano Zica, que requer seja convidado o Presidente da Petrobras para prestar esclarecimentos à Comissão acerca da implantação das termelétricas a gás. Eu o incorporo ao rol dos requerimentos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, eu consultei os companheiros ao lado e fiquei impressionado pelo fato de estarmos fazendo tantos requerimentos e não convidarmos o porteiro, que é o Presidente da Aneel.

O SR. PAULO SOUTO – Mas esse já se esgotou.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não, não esgotou. Ele é o responsável pela regulação. Nós não podemos deixar de ouvi-lo. Não sei se no começo ou se mais adiante.

O SR. PAULO SOUTO – Ele falou aqui na reunião passada.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não.

O SR. PAULO SOUTO – Foi uma reunião conjunta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Ele virá, com certeza, em algum momento e poderia apresentar o requerimento, inclusive, do ONS também.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu queria fundamentar os dois requerimentos de minha autoria: um, diz respeito à questão da Petrobrás; o outro, versa sobre o assunto da energia eólica.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V.Ex^a

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu acho que o primeiro requerimento poderia ser fundido com o de iniciativa do Sr. Relator Paulo Souto, porque trata do mesmo assunto, que é a questão da irrigação do rio São Francisco, a conveniência ou não do racionamento do setor rural brasileiro e o problema da seca, que é uma das agravante, gerando, inclusive, áreas de calamidade pública.

Mas o outro requerimento que eu gostaria de pedir o apoio e a atenção da Mesa, principalmente nas pessoas do Sr. Presidente e do Sr. Relator, diz respeito à energia eólica. Porque a informação que eu tenho é que o Governo estaria estudando a implantação de um programa emergencial de energia eólica para o Nordeste, através de medida provisória, no sentido de atrair capitais privados, mas está encontrando alguma resistência, alguma letargia justamente por parte da burocracia da Eletrobrás. Como o modelo não está definido, então, eles não estão querendo criar nada emergencial. Acho que o Nordeste não pode perder essa oportunidade, inclusive, porque há empresários estrangeiros desse setor. Porque se o programa for montado – nós estamos solicitando 5 mil megawatts, mas poderão ser montados de 1 mil, de 2 mil, de 3 mil – eles virão instalar suas fábricas em território nordestino para fazer a montagem, a construção das turbinas, etc. Então, esse assunto é importante. Sr. Presidente, com relação às alternativas que existem e que podem dar retorno mais barato em termos de ampliar a geração e, ao mesmo tempo, diversificar a fonte limpa, que é a energia eólica. Implanta-se uma usina eólica em menos tempo do que uma termelétrica, uma hidrelétrica, uma PCH. E com uma vantagem: hoje, existe oferta de turbinas para energia eólica em disponibilidade, o que não ocorre com as termelétricas, como é o caso do programa americano que foi lançado para 1300 termos.

Eu queria solicitar ao Governo Federal que viabilize o mais rápido possível o lançamento desse programa de energia eólica porque nós já poderíamos estar produzindo 500 megawatts instalados em doze

meses, com recursos da iniciativa privada, não envolvendo recursos orçamentários, nas costas cearenses, bahianas, rio-grandense-do-norte, pernambucanas, com a garantia de que a Chesf ou a Eletrobrás comprariam a energia assegurada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Está encerrada a discussão.

Votação em bloco dos requerimentos com a observação do Sr. Relator no sentido de ganharmos maior objetividade na condução dos trabalhos.

Os Srs. Senadores Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ao apresentar esse requerimento, propondo o convite ao Sr. Henri Phillipe Reichstul, eu tenho por objetivo entrar na linha que o Deputado Juquinha mencionou de que nós temos que, além de discutir as razões do problema, evitar que a crise gere privilégios para alguns especuladores, como a questão do MAE, hoje, que virou a possibilidade de ganho com a energia já produzida, amortizada e comprada barata para ser vendida em valores exorbitantes. Nós temos que buscar atender às demandas de curto e médio prazo, principalmente.

E, nesse sentido, de acordo com as informações de que dispomos, nós temos, hoje, em processo de implantação projeto mais avançado e acelerado de 14 termelétricas a gás, sendo que 12 delas são de iniciativa da Petrobrás. Então, nós não temos informações concretas do estágio em que se encontram. Então, seria importante que o Presidente da Petrobrás viesse, aqui, a esta Casa, expor suas razões e nós colocarmos para S.Sª a nossa preocupação que, infelizmente, na lógica e no ritmo normal das coisas, os investidores – e, aí, incluo a Petrobrás – não tinham a preocupação suficientemente profunda, que é a questão da localização. É aquele debate que eu coloquei, na reunião anterior, que é sobre o problema da água disponível para a geração termelétrica. Então, proponho que o Presidente da Petrobras seja ouvido e que possamos fazer-lhe sugestões até mesmo para ganhar tempo licenciamento dessas usinas, instalando-as em locais apropriados. O convite ao Presidente da Petrobras se prende a essa proposta. Já que é a Petrobras o principal empregador da energia de médio prazo e que pode nos tirar da crise daqui a dois ou três anos – infelizmente é o horizonte mais otimista que vemos –, eu gostaria então de enfatizar a importância, talvez até mesmo a urgência, na escala de pri-

oridades de convocação, porque talvez tenhamos que acelerar o processo, ou seja, é tentar com os que podem fazer, depois o resto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Aírton Dipp.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, Sr. Relator, dentro do aspecto da organização dos nossos trabalhos acredito que haja um ponto importante para ser examinado pela Mesa. Teremos as nossas reuniões ordinárias, para discussão interna e encaminhamento das questões, as audiências públicas e as visitas **in loco** em pontos críticos do País. Existe um ponto que precisamos examinar, por meio da Mesa, que é a questão do mês de julho.

Esta é uma Comissão Especial Mista, estamos passando por um momento de crise no País no setor energético, o que afeta toda a população brasileira, haverá recesso na Câmara, e do meu ponto de vista não podemos suspender os trabalhos desta Comissão em função da situação emergencial por que passa o país.

Então submeto o assunto à Mesa para ser examinado nos próximos dias e também para que programemos uma linha de ação para o mês de julho, para não seja necessário suspender os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Após a aprovação dos requerimentos outros foram apresentados. Há tempo útil para aprovação; não teremos apenas esta reunião.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, veja bem, já que foram apresentados mais dois...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – O seu requerimento foi apresentado verbalmente com o compromisso de, em seguida, ser apresentado por escrito

O SR. CLEMENTINO COELHO – Então está aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sim, o requerimento de V. Exª já está aprovado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, penso que devemos buscar um dinamismo e uma visibilidade à Comissão, dada a importância do assunto. Conversei com o Presidente da Eletronorte, que é um engenheiro extremamente competente, o engenheiro José Antonio, que, parece-me, está sen-

do convocado também, e penso que o ideal seria ouvi-lo numa viagem – que o Presidente se dispõe a organizar –, da Comissão ao sítio da maior usina que o Brasil tem para construir, levaríamos algumas pessoas da imprensa para apresentar o local e o Projeto de Belo Monte.

O SR. PAULO SOUTO – Isso para julho seria ótimo.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Até junho mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Para não atrapalhar os trabalhos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Pode ser até julho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Há o pensamento de fazermos uma agenda de visitas também.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Essas visitas sugeridas pelo Relator, poderíamos fazer em julho, devemos acertar a data com o Presidente. Podemos incluir Tucuruí, e até mesmo fazer um **tour** mais completo, já que é uma semana toda, passaríamos talvez pelas instalações da Chesf, que é caminho, ou irmos a Tucuruí, e depois ao sítio de Belo Monte.

O SR. PAULO SOUTO – Podia talvez sugerir uma programação a esse respeito.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Na semana que vem ele trará a programação para o Presidente e para o Relator, para mostrar como é importante que esse projeto seja apresentado ao Brasil. A China considera a Três Gargantas como um projeto nacional. O Brasil não tem projetos nacionais desde Tucuruí. E esse não é um projeto para ser feito só pelo Brasil, ele justifica uma **joint ventures** das empresas estatais com o setor privado, provavelmente nacional. O setor do alumínio, por exemplo, se quer permanecer no País vai ter que investir em energia elétrica, não é possível continuar comprando energia a 11 milésimo de dólar por quilowatt/hora, sem investimento.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, sei que é indispensável a presença de alguns administradores do setor, etc. Mas, só para conhecimento da Comissão, alguns já vieram aqui ou na Câmara. Por exemplo, aqui no Senado, deixaram trabalhos de excelente qualidade que podem nivelar nossos conhecimentos. Não estou dizendo que, com isso, prescindimos da presença deles, mas, por exemplo, os relatórios deixados aqui pela NOS e pela Aneel, principalmente, nivelam o conhecimento. Eu, por exemplo, não tive oportunidade de lê-los completamente, mas sei

que dão um ótimo nível de conhecimento à Comissão. Sei que, com isso, não prescindimos da presença deles, mas creio que as informações neles contidas são essenciais para que não venhamos a repetir o que já é perfeitamente conhecido.

Particularmente, fiquei impressionado com o gráfico que mostra a queda do nível de pico dos reservatórios nos últimos cinco anos. É uma coisa impressionante. Sempre tomando o pico dos reservatórios, o gráfico demonstra como caíram os picos nos últimos quatro ou cinco anos, o que era um sinal assustador.

Teço essas considerações porque os relatórios podem nivelar nossos conhecimentos para que não repitam o que já disseram, provavelmente, na Câmara e já disseram uma vez aqui. De posse desses resultados, eu diria que pode ser mais analítico na presença deles quando vierem a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Foi sugerido que faríamos reuniões informais e esta reunião serviu até de exemplo. Apesar de ter sido informal, foi uma discussão aberta e ampla, de forma que assim chegaremos a resultados melhores.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião a realizar-se na próxima terça-feira, às 16:30 horas.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h48min.)

Ata da 4ª Reunião Realizada em 12-6-01.

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia doze do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Alberto Silva, José Fogaça, Nabor Júnior, Heloísa Helena, Paulo Harthug, Sebastião Rocha e os Senhores Deputados Iris Simões, Juquinha, Marcos Cintra, Fernando Ferro, Airton Dipp, Fernando Gabeira, Rose de Freitas, Salatiel Carvalho, José Carlos Aleluia, Virgílio Guimarães, Sérgio Novais, Clementino Coelho, membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “**Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento**”. Registrando ainda a presença do Deputado Jorge Khoury, Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passe-se à apreciação da pauta presente reunião de caráter ordinário

destina-se a ouvir as – Exposições das convidadas: Dr. Airson Bezerra Lócio – Presidente da CODEVASF, Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo – Presidente da CHESF, Dr. Fernando Brendaglia de Almeida – Superintendente da VAEXPORT é registrada a presença do Prefeito de Petrolina – PE, o Senhor Fernando Bezerra, representando os prefeitos da região. Foram ouvidos os expositores que foram questionados, em bloco, pelos Senhores Parlamentares presentes. A seguir o Presidente passa a palavra ao Deputado Fernando Gabeira, que apresentou proposta sobre o funcionamento da Comissão no período do recesso parlamentar, que foi apoiado por outros parlamentares. Foram apresentados requerimentos que deverão ser votados na reunião administrativa, convocada para tal na próxima semana. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, levo a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a quarta reunião da Comissão Especial Mista, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir exposições do Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf, do Dr. Mozart Siqueira Campos de Araújo, Presidente da Chesf, e do Dr. Fernando Bendaga de Almeida, Superintendente da Valexport.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se é necessário a leitura da ata das reuniões anteriores.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Dispensada a leitura da ata.

Em votação a ata.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata das reuniões anteriores.

Há dois ofícios a serem lidos. O primeiro deles é do Sr. Presidente da Aneel, Sr. José Mário Miranda Abdo, colocando à disposição desta Comissão os servidores José Eduardo Pinheiro Santos Tanure e

Antônio Marra de Lima para assessorar o Senador Paulo Souto nos trabalhos da Comissão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE () – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex^a que determine à Secretaria da Comissão para entrar em contato com o Presidente do Aneel, porque é conveniente que os assessores estejam presentes à reunião. Se já estiverem, removo a minha sugestão, mas penso que eles deveriam acompanhar todo o processo, para poder melhor ajudar, porque são funcionários com conhecimento extremamente competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Muito bem lembrado. Essa, realmente, é a finalidade do pedido: acompanhar permanentemente os trabalhos.

O segundo ofício é do Presidente do Valexport, Dr. Aristeu Chaves, comunicando a sua ausência por motivo superior – ele está em viagem ao exterior – e apresentando o seu representante, nesta audiência pública, o Dr. Fernando de Almeida, que é Superintendente daquela entidade.

Solicito à Secretaria que faça adentrar os expositores.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de se começarem as exposições.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, na reunião anterior, que foi também a reunião inicial, apresentei à Presidência uma proposta, mas não a formalizei por escrito. Essa proposta depende de uma discussão nesta Comissão. Propus que esta Comissão fosse aproveitada como a Comissão Representativa da Câmara dos Deputados no período do recesso, porque, regimentalmente, não poderemos trabalhar no período do recesso. Entretanto, a crise vai se acentuar nesse período e precisamos de alguma saída regimental para que tenhamos condições de nos reunirmos e trabalharmos. Se esta Comissão fosse aproveitada em peso como a Comissão Representativa da Câmara dos Deputados e do Senado no período do recesso, teríamos condições de trabalhar normalmente.

Não sei qual é a situação dos outros membros da Comissão, mas eu estaria disposto a continuar o trabalho em julho, porque considero necessário. Agora, temos de fazer uma avaliação para ver se há ou

não condições de fazer essa proposta como Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Informo ao Deputado Fernando Gabeira e aos demais membros da Comissão que foram mantidos contatos com a Presidência do Congresso e a informação que temos é a de que, durante o mês de julho, irá se fechar o Congresso Nacional, até por causa do racionamento. Essa informação não foi ainda discutida nem negociada, mas é a primeira que temos.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, não me conformo muito em se fechar o Congresso Nacional em julho, apesar de ter sido o autor da proposta de racionamento de energia aqui. Não precisamos manter todo o Congresso Nacional aberto, mas um mínimo necessário para que funcione a Comissão que intervirá na questão do racionamento é fundamental, se não vamos utilizar a lógica do Governo, que decretou feriado na sexta-feira. Sem energia, vamos todos descansar e, quando chover novamente, nós voltamos.

O caminho não é esse. Vamos ter de tomar soluções aqui, discutir com o Governo, estar presentes. Eu estaria disposto a isso neste momento. É uma questão decisiva para o País. Não tenho o hábito de ser grandiloquente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concordo. Deve ser bastante discutida essa questão de fechar o Congresso no recesso.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Mas é uma questão vital. O Congresso não pode fechar totalmente em julho. Tem de haver um espaço, alguns quilowatts para discutirmos a questão da energia e tentar nos articularmos com o Governo, na busca de uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, antes de entrar no assunto que me levou a pedir a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, quero concordar com o Deputado Fernando Gabeira.

Até compreendo a intenção do Governo de fechar o Congresso no mês de julho. Na verdade, é uma questão política, não há outra explicação, e, evidentemente, se tirarmos essas férias, será extremamente conveniente a ausência do debate nesta Casa. Por trás disso, está essa questão mencionada: é o racionamento do debate, e não de energia.

Eu gostaria, entrando no assunto, de fazer um apelo a esta Comissão. Estamos no período de discussão dos trabalhadores do setor elétrico. Eles estão

em campanha salarial, e a data base é 1º de maio. Aproveito a oportunidade para, diante desse quadro e tendo em vista, há mais de cinco anos, a dificuldade de negociar, a impossibilidade, a recusa sistemática de negociação com a categoria que tem acontecido. Refiro-me ao grupo Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Cepel, Eletronuclear, parte da Eletrosul. Esse contingente de trabalhadores está em um estado de tensão – além da preocupação com o racionamento que já envolve a categoria –, devido a uma negociação não realizada.

Gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a a fim de que possamos solicitar aos Ministros da área para receber esta comissão da Federação Nacional dos Urbanitários, para que possamos estabelecer algum nível de diálogo e de negociação, a fim de que se tenha um desfecho.

Estamos assistindo ao crescimento de uma certa tensão na base dessa categoria. Já se anuncia um estado de greve, e posso assegurar, pelo clima que começo a sentir, que a disposição é de endurecimento. Há muita revolta. A população começa a se manifestar, angustia-se, e a se revoltar nessa situação.

Gostaria, então, de sugerir que V. Ex^a possa, como Presidente desta Comissão, intermediar um encontro da liderança da Federação Nacional dos Urbanitários com o Ministro das Minas e Energia ou com alguém que negocie essa situação para ver se é possível encontrar uma solução negociada ou a abertura de um canal de negociação.

Poderíamos assinar juntamente com V. Ex^a, oficiando uma solicitação de audiência – inclusive, colo-me à disposição para participar –, para que se possa estabelecer um canal de negociação em relação aos interesses dessa categoria que é tão importante e essencial para o funcionamento desse serviço e que, neste momento, está em um estado de tensão permanente.

Creio que uma forma de contribuímos em relação a este problema, para haver uma distensão, é abrir um canal de negociação que permita, pelo menos, aliviar o clima que está se formando entre os eletricitários e urbanitários de todo o País.

Esse é o meu apelo para que V. Ex^a, como democrata, ajude a estabelecer esses canais de negociação que contribuirão para um clima menos tenso, além do que temos em função dos acontecimentos mais recentes no setor.

Essa é a minha proposta.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Apoio a proposta do Deputado Fernando Ferro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, gostaria de justamente me solidarizar com a proposta do Vice-Presidente, Deputado Fernando Gabeira, e do Deputado Fernando Ferro.

O Governo tem até a prerrogativa de não convocar todo o Congresso para estar aqui, excepcionalmente, em julho. Creio que cabe a nós tomar essa decisão, juntamente com a Comissão Representativa que vai funcionar.

As informações que temos são a de que nas outras Regiões o racionamento vai equacionar o problema. No Nordeste, se não ficarmos vigilantes 24 horas, vamos ter apagão, vamos dizimar a irrigação. Precisamos ficar atentos porque o Governo está tratando com relação à questão do racionamento do pólo de alumínio do Norte. Precisamos que o racionamento do alumínio, que está em 25%, seja aumentado para 50%. Só assim haverá garantia de que a reserva morta de Sobradinho é intocável para poder assegurar, ao menos, os projetos de irrigação e o abastecimento de água das cidades ribeirinhas. Não podemos protelar e empurrar com a barriga essa decisão. Está em jogo o contrato social que a União tem para com os filhos do Nordeste e um contrato de exportação que pode, muito bem, ser indenizado. Não podemos aceitar essa letargia, essa inércia de intervenção. Os relatórios da Chesf, dos técnicos que entendem do assunto, é no sentido de que a situação do Nordeste é a mais grave possível. Um racionamento de 25% no pólo de alumínio não vai equacionar o nosso problema. O poder econômico está falando do mais alto do que a questão social do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Vamos discutir essa questão hoje.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Estou falando de ficarmos de plantão em julho.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra Deputado Sr. Salatiel Carvalho.

O SR. SATATIEL CARVALHO – Gostaria de manifestar total solidariedade às colocações dos Deputados Fernando Gabeira e Clementino Coelho. Creio que julho é um dos meses em que a crise vai avançar. Entendo ser de fundamental importância, até para colaborar com o Governo, com a sociedade, que a Comissão – não digo na sua totalidade – man-

tenha-se em funcionamento. A intenção das duas Casas, tanto do Presidente Aécio Neves quanto do Presidente Jader Barbalho é a de que esta Comissão sirva de elo entre a sociedade e o Governo para que possamos, em um processo de vigilância, procurar ajudar no que for possível para minimizar os efeitos da crise sobre a sociedade. Creio que não podemos parar em julho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Registro a presença plenária do Prefeito de Petrolina, Sr. Fernando Bezerra, que representa aqui os prefeitos daquela região.

Passo, de imediato, a palavra aos senhores expositores. Informo que cada um terá o tempo suficiente para sua exposição.

Início concedendo a palavra ao Sr. Mozart Siqueira Campos Araújo, Presidente da Chesf.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, a Presidência não respeitou à questão do Deputado Fernando Ferro: se a Comissão se dispõe, também, a contribuir na intermediação da problemática dos eletricitários com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Ficou registrada a solicitação do Deputado Fernando Ferro. Uma representação da Federação dos Eletricitários esteve, agora à tarde, na Comissão de Minas e Energia. Lá, nos comprometemos a fazer essa intermediação em busca de uma audiência com o Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao Dr. Mozart, Presidente da Chesf.

O SR. MOZART SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Deputado, pedi um atestado de 5 minutos. Como na pauta que recebi, a Codevasf estava colocada em primeiro lugar, instalaram o computador, mas nós não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Não há problema. Passo a palavra ao Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf, para fazer sua exposição.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Prefeito da região do Vale do São Francisco.

Estava muito satisfeito que o Presidente da Chesf falasse em primeiro lugar porque S. S^a entende, realmente, de energia. A Codevasf, hoje, é usuária de energia e de água. Qualquer projeto que a Codevasf vá realizar leva um tempo grande para conseguir a outorga das águas.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, a nossa intenção realmente era de que a Codevasf comparecesse aqui na qualidade de usuário, quer dizer, que reflexos tem, etc. Claro, que do ponto de vista do problema da energia em si, diria que o responsável é a Chesf. A nossa idéia era ouvir a Codevasf sobre qual é o significado que isso pode ter sobre os projetos de irrigação que de alguma forma ela administra, etc. Se isso não ficou explícito, este seria o objetivo principal da presença de V.S^a aqui, nesta Comissão.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Ficou bem. Gostaria apenas de, inicialmente, ter ouvido a Chesf, porque naturalmente ela tem maiores informações e dados do que a própria Codevasf.

Temos usuários com grandes e graves dificuldades e com a previsão de que isso se agrave a cada ano.

Inicialmente, vou-me referir apenas à Bacia do São Francisco. Quero mostrar a produção que existe numa região em que foi desenvolvida uma irrigação que é uma das atividades primordiais para o desenvolvimento sustentável da região do semi-árido. Tendo a irrigação essa prioridade em termos de geração de emprego, de renda e de desenvolvimento de uma região em que vez por outra estamos com problemas de seca, e agora também já estamos com essa dificuldade, então soma-se o problema de seca, o problema de água e o problema de energia.

Então o problema dos perímetros de irrigação do Vale do São Francisco não é apenas de energia; elétrica, de redução ou de diminuição dos gastos de energia, mas da água. Esse é o que mais nos preocupa.

Como os senhores podem ver neste quadro, essa produção representa um valor muito grande, porque gera milhares de empregos e desenvolvimento para a região. As principais culturas do Vale do São Francisco são: banana, uva, goiaba, pinha, mamão e outros produtos. Alguns perímetros têm mais de 53 variedades de fruticultura, estas são as principais. Hoje temos uma área 99 mil hectares no Vale do São Francisco, com a produção de 1 milhão e 787 mil toneladas de produtos. Isso envolve fruticultura e em algumas áreas também há culturas de ciclos curtos, o que chamamos de culturas anuais. O valor bruto da produção de é cerca de R\$745 milhões.

Então é uma atividade econômica muito importante, e estamos sabendo que na parte da Califórnia, os Estados Unidos tiveram problema energético, mas a parte de irrigação foi totalmente preservada. Temos condições de fazer a redução do consumo energético

e esta nos fazendo, juntamente com os peritos de irrigação, através dos distritos.

Há que se esclarecer aqui que esse consumo já é o mínimo com que o irrigante trabalha; hoje o irrigante trabalha usando o mínimo de energia, o mínimo de água, justamente para dar uma lucratividade muito baixa, através de gotejo, microaspersão, tudo para gastar pouca água e pouca energia. Quer dizer, fica muito difícil reduzir mais do que 10%.

Temos um acordo com a Chesf em termos de uso de água e energia, principalmente de água, para que não prejudique a geração de energia e que também não venha a prejudicar a irrigação projetada para o Vale do São Francisco, que é da ordem de 800 mil hectares. Hoje estamos numa faixa de 330 mil hectares irrigados, tanto em perímetros públicos como privados. Então, nosso acordo com a Chesf é de chegar até 800 mil hectares sem que se tenha grandes problemas em termos de geração de energia no Vale do São Francisco.

O SR. – O senhor me permite um esclarecimento?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Pois não.

O SR. – O senhor, no quadro anterior, falou em 99 mil hectares, e agora colocou 330 mil hectares. O que são esses hectares?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Da Codevasf são 99 mil...

O SR. – E os 330?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – ... e o restante de iniciativa privada.

O SR. – Do geral. Está bem.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Aí tem irrigação, pequena irrigação, irrigação comunitária, alguns projetos privados, o que dá cerca de 330 mil. Desses 99 mil, hoje, quase 80% são de fruticultura.

O SR. – Esses 800 mil a que V. S^a fez referência são o projeto?

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Essa é a capacidade hídrica, ao longo da história do Vale do São Francisco, de chuva, que, sem prejudicar a geração de energia, poderia ser irrigada no Vale do São Francisco. O levantamento da Codevasf dá 32 milhões de hectares irrigáveis em todo o vale, 8 milhões a uma distância de 60km, em uma altura de, no máximo, 120; mas com a capacidade hídrica só temos condições de irrigar até 800 mil sem que venha a ter prejuízo na energia elétrica, a não ser em anos excepcionais em que precisa haver uma complementação – isso está previsto – com a energia termelétrica, com-

pensando cerca de 5% das perdas em alguns anos; atualmente é muitas vezes maior do que 5%.

Fizemos as simulações junto com a Chesf. Hoje temos pessoas em cada projeto, fazendo a medição, e, nos fins de semana, de acordo com a Chesf, fazemos algumas simulações de liberação de água em Sobradinho. Domingo agora foram liberados 1.100 m³/s, e com isso faltou água na cidade de Juazeiro. Quer dizer, se soltar pouca água, a água baixa e os motores e as bombas, em alguns projetos, não alcançam mais água. Então temos que ter um equilíbrio muito grande na liberação e na geração para que não haja o problema da falta de água, que me parece ser o mais sério.

Com a falta de água num projeto de irrigação – ou até mesmo de energia –, o prejuízo é algo astronômico. Hoje, gasta-se entre R\$30 mil a R\$35 mil para plantar 1 hectare de uva. Quer dizer, o cidadão que perder 10 hectares de uva está, realmente, liquidado em termos econômicos.

E mais: se uma indústria parar, quando voltar a ter energia, ela retoma seu instrumento de produção, com seu estoque que está guardado. E, no caso da irrigação, ele leva rá dois, três, até quatro anos para voltar a ter aquela produtividade anterior. Então é um problema, realmente, que tem que ser visto com muito equilíbrio, tem que haver um controle, principalmente de Chesf e Codevasf, nessa distribuição de água, na liberação desses recursos hídricos e até mesmo em um programa de liberar, por exemplo, numa cheia, ou na quele pico, como o controle para que esses projetos captem água naquele momento em que está entrando aquela onda de água. Para fazermos esse controle, temos que contar muito com a Chesf.

Nessas demonstrações aqui, que fizemos em 28 de maio, liberando 1.200 e até 1.300 m³/s, não deu, houve dificuldades em alguns projetos. Apenas no Brígida, que é um projeto inclusive da Chesf, daquele programa de Itaparica, zerou a quantidade de água. Quer dizer, se baixar mais do que isso, ele fica desativado. Outros estão normais, nesses níveis de até 1.200 m³. Portanto não podemos baixar desse nível a liberação de água em Sobradinho, a não ser que se faça essa programação com a Chesf para liberar, em determinado período, uma leva de água para captar também naquele momento, quer dizer, haver um controle entre os projetos de irrigação e a liberação de recursos.

Aí vemos os níveis, a cota mínima operacional de cada rio na sua captação. O último, de Torão, já

tem uma estação que está fora, pois foi feita um pouco alta.

Os projetos anteriores à Barragem de Sobradinho tinham uma captação bem mais baixa, que correspondia à captação normal do rio em épocas de seca, de forma que esses não têm tido dificuldades.

Quanto às vazões naturais e às médias anuais do Sobradinho, quero dizer que, ao longo do tempo, a média de chuvas no São Francisco gerou uma vazão de 2.800 metros por segundo. Naturalmente, num período menor, é menor, mas a média tem sido essa. A média regular de Sobradinho é de 2.060 metros por segundo, dos 2.800 de média do São Francisco.

De acordo com esse gráfico, o período em que houve a maior crise no Vale do São Francisco foi de 1951 a 1954, quando choveu menos. V. Ex^{as} podem observar essa faixa no gráfico, correspondente a esse período crítico: está mais largo o período de poucas chuvas. No restante, tem-se comportado normalmente, inclusive no ano passado.

Não há informação de que não houve chuvas. Foram um pouco abaixo da média. Nestes últimos anos, não houve o período que chamamos de cheias, aquele período maior que encha as barragens. Nos últimos três ou quatro anos, não houve um período de cheia capaz de encher todos os reservatórios. Mas as chuvas no Vale do São Francisco, em geral, estão na média. Não se pode dizer que não choveu neste último ano, de acordo com as informações e os dados que tenho. Mas nos últimos dois ou três anos, não houve chuva torrencial que viesse realmente a abastecer esses reservatórios que, ao longo dos anos, foram utilizados não sei se bem ou mal.

Os anos de 1953, 1954, 1955, 1956 foram críticos, conforme viram V. Ex^{as} no gráfico anterior. O ano de 1998 também foi um período muito ruim, parecido com 1953 e 1954. A vazão foi de 1.927. O período de 1999 também foi abaixo da média, mais ou menos 1.780, mas, no ano de 2000, chegou a 2.492 metros, apenas os reservatórios foram encontrados com baixo nível, então não deu para compensar os anos anteriores. O que faltou realmente foram as cheias que são frequentes em Minas Gerais.

Impacto de retirada de água para uso de irrigação em terras a montante de Sobradinho. Acima de Sobradinho, vários projetos colhem água não só na calha principal do Rio São Francisco, mas nos seus tributários. Esse cenário que se apresenta agora é a montante de Sobradinho, sem considerar a Barragem, só a água normal que vem de Três Marias e dos rios tributários. Atualmente há um déficit de 70 metros

cúbicos, em função das águas tiradas acima de Sobradinho. Esse déficit faz com que a Chesf reduza ou perca capacidade, gerando um déficit de 289 megawatts. Na hipótese, e aí a sugestão da Codevasf — são estudos feitos com a Eletrobrás, de simulação de reserva de água, com dez reservatórios nos afluentes —: reduziríamos, em Sobradinho, o déficit de 70 para 24. A perda de geração de energia seria apenas de 174 megawatts. Se se fizerem dez reservatórios nos afluentes e seis na calha principal, vamos zerar, porque menos um considera-se zero, aumentar a geração de energia da Chesf de 1.002 e a variação de descarga de Sobradinho, embora seja reduzido de 148, o déficit da Chesf é de apenas 417.

Vamos separar os 330 mil, que arredondei para 300, e, no outro quadro, 800 mil. Mesmo que chegue a 800 mil, a variação de descarga de Sobradinho reduziria em 148 e o déficit da Chesf não haveria se se fizessem as barragens na calha de São Francisco e em dez reservatórios principais. Então há necessidade, há muitos anos, o que está previsto nos estudos da capacidade de geração do Rio São Francisco, que é de 22 mil megawatts e, hoje, não chega a 11 mil. A capacidade hídrica do São Francisco é de 22 mil megawatts.

O Brasil tem que optar pela geração de energia hidroelétrica, que ainda é a mais barata, e pensar nas energias caras, queimando óleo e gás, quando não houver mais disponibilidade hídrica alguma. O Vale do São Francisco, nos seus tributários e na sua calha... Aqui são apenas dez reservatórios. O estudo da Codevasf são de 29 reservatórios gerando energia, que têm as seguintes vantagens: primeiro, evita cheia em Minas Gerais — vez por outra, há cheia, cuja calamidade, às vezes, é maior que a da seca, porque deruba tudo e mata gente; a seca é mais prolongada e ainda dá para chegar com os carros-pipa —, aumenta a capacidade hídrica do Rio São Francisco para que não ocorra o esvaziamento da barragem de Sobradinho e garante algo chamado navegação do Rio São Francisco, que é navegável, mas não é uma via navegável porque não tem segurança hídrica. Não adianta dizer que vai fazer balizamento e dragar em tal lugar. Tem que aumentar a capacidade hídrica do rio para se ter uma navegação permanente. A hidrovía interligada com ferrovias é instrumento de desenvolvimento de uma região. Tem que aumentar a capacidade hídrica com essas barragens, que vão evitar cheia, gerar energia, principalmente, aumentar a capacidade hídrica do rio para fazer navegação e levar água para outros Estados, o que é possível desde que se recu-

pere o Rio São Francisco na parte de capacidade hídrica.

Vamos defendendo isso com um plano que já tem quatro, cinco anos e até já foi apresentado no Congresso Nacional, no próprio Senado. Trata-se de um plano de desenvolvimento do semi-árido e do Vale do São Francisco que não teve repercussão alguma. Trabalhamos com isso desde que o Presidente da Sudene, de 1995, veio com o compromisso de revitalização do Rio São Francisco, assinado com nove Governadores.

Outro dia, a Codevasf estava estudando essa forma de honrar a promessa do Presidente da República e continuamos com essa proposta. As ligações que temos com a Eletrobrás e com a Chesf é que, feitas essas barragens, a parte de geração de energia da Chesf ia melhorar em 100%. Esses são os depoimentos que sempre ouvimos da Eletrobrás. Não vamos para uma solução que, parece-me, pedem aqui. A solução que vejo é a revitalização do Rio São Francisco em todos os seus segmentos, desde a parte ambiental, onde há uma série de atuações que têm de ser feitas, mas não pode ser apenas com mata ciliar, porque essas matas ciliares ficaram na boca de todo mundo, mas ninguém foi sobrevoar os rios da região para ver que as matas estão lá. Há algumas degradações que precisam ser corrigidas, mas a mata ciliar não pode ser a solução do Vale do São Francisco. Qual é a solução? Mata ciliar? Meu amigo, a solução é um conjunto de ações ambientais e de revitalização do rio em termos de capacidade hídrica. Hoje, Três Marias está liberando apenas 300m³/s, quando o mínimo que poderia liberar seria 500m³/s.

A infraestrutura de obras hidráulicas concebida para alcançar o equilíbrio entre a demanda e a disponibilidade hídrica da Bacia do São Francisco aumenta a disponibilidade de água para a irrigação. É aquilo que eu disse: se se aumenta a capacidade para a navegação, vai haver água para irrigação e até para se levar a outros Estados. Não há solução no semi-árido do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Alagoas, Sergipe, onde não há alternativa de água subterrânea, e é o que predomina. Sem a participação do Rio São Francisco não há essa solução. Podem inventar o que quiserem, carro-pipa ou outras coisas, mas é preciso levar água do São Francisco para complementar as águas locais e dar sustentabilidade econômica à região. Já vi muitos debates aqui nos quais se diz que se deve furar poços, mas o problema não é de poço de água de beber. O problema é de fome, é de pobreza, é de produção.

Quando se diz hoje que a região está em estado de emergência, é porque está mesmo, já que lá não se produziu nem milho, nem feijão, cul tura de subsis tência dos pequenos produtores, todos minifundiários. O problema é de água na planta, não é de água para beber. Há problema de água de beber? Em algumas regiões mais distantes, é preciso usar o carro-pipa, porque acostumamos o sertanejo a beber água de pipa. O Governo trouxe o carro-pipa e o sertanejo vendeu o jumento, a ancoreta, a lata d'água. Por isso o Governo tem de chegar é com os carros-pipas mesmo, não há outra saída. Foram-se poços mais próximos quando o carro-pipa está distante e se houver essa possibilidade.

Há alternativas pontuais que se podem fazer, mas o plano deve ser de desenvolvimento econômico. Não se trata de um problema social, mas de pobreza mesmo. Se tiver condições econômicas, o cidadão compra até água mineral. Então o problema é de pobreza, não de água. Toda vez que se fala em emergência, sugere-se furar poços. Primeiro que não há sequer máquinas para furá-los. Pensa-se no cata-vento, então, mas não existem para comprar. Lá em Campina Grande, o sujeito faz 30 cata-ventos por ano e que rem que faça 3 mil dentro de 1 ano, mas não há estrutura para isso. Então, há essas questões para se resolver o problema emergencial.

Temos o problema e é preciso fazer alguma coisa, seja o básico ou carro-pipa, mão-de-obra que é necessária, mas é preciso fazer algo. A Codevasf fez proposta para o Ministro Raul Jungmann do que acredita deve ser feito, porque há muitos erros cometidos anteriormente que precisam ser corrigidos.

Com o aumento da infra-estrutura de obras hidráulicas, temos de ter o controle total da oferta d'água. É preciso haver um gerenciamento perfeito desse problema de água. Mas é necessário que haja praticidade, não se pode ficar só em seminários, **workshops**. Só se fala nisso, só se faz isso e as ações verdadeiras não acontecem. Nunca vi tantos **workshops**, tantos seminários, tantas coisas para falar de água sem se sair do lugar.

Acréscimo na geração de energia hidrelétrica, a melhoria das condições de vida na ve gá ve is, de que já falei, controle de ocorrência de inundações, um problema que, vez por outra, ocorre naquela região, quando vêm as chuvas torrenciais. Este ano, as pessoas estão falando em seca verde. Houve, na média, chuvas quase normais. Foram chuvas torrenciais. Alguns açudes, barreiros. O que chamamos chuva louca chegou a encher os barreiros, mas não influiu

em nada na produção. Quem plantou perdeu, pois não choveu mais.

Eu estive em uma região do sertão e um camarada me disse: "A última vez que São José esteve por aqui foi no dia dezenove. Depois ele viajou. Já procuramos e não o encontramos nem pelo telefone celular". Realmente parou. Não choveu mais e tudo morreu. Não tem milho, feijão, enfim, não se colheu nada.

O gerenciamento de recursos hídricos na região semi-árida do Nordeste. Se não houver realmente um gerenciamento... Darei um exemplo. Há algum projeto de que se vai perenizar o rio tal. Tira-se uma água caríssima, ela é bombeada e colocada para sair rio abaixo. Não há quem gerencie ou controle a água dentro de um rio, evaporando, infiltrando, e todo mundo tira sem nenhum controle. Tem de haver canais, que são caros. Tem de haver o gerenciamento das águas, sob pena de, no futuro, não ser...

Nesse plano que a Codevasf emprega desde esse período, estabelecemos um sistema de suprimento, regulação das vazões principais dos afluentes e até mesmo de águas de bacias vizinhas. Aí, sim, aumentará muito mais a capacidade de geração de energia e a capacidade hídrica do rio. Há disponibilidade de bacias vizinhas no Paraná. Daí se diz: "Mas Furnas também está seca", mas é um período excepcional. Hoje, os estudos que a Codevasf tem são de que em um período, em Rio Grande, em Furnas, de três a quatro meses, há a disponibilidade de água perdida que irá embora. Lá é apenas um dique. Se se retirar o dique e colocar comportas para, naquele período, a água passar para o Rio São Francisco, precisará aumentar, em muito, a capacidade hídrica dele.

Há necessidade dos tributários na calha do Rio São Francisco e, também, de, no futuro, trazer água das bacias vizinhas, inclusive de Tocantins. Aí sim, seria uma das águas mais caras que poderiam chegar ao Rio São Francisco, em razão da distância das águas. Embora tenha muito água, é distante da calha que irá passar pelo Rio São Francisco.

Outro subsistema é o de distribuição e captação, porque tem de se levar a água para as regiões mais secas, através de canais em que se vão desenvolver projetos de irrigação.

Um dos grandes problemas de projetos de irrigação concentrados em grandes áreas é a atração pelo emprego. Cito Petrolina e Juazeiro, que, em função do seu desenvolvimento, dos resultados econômicos que têm feito com que essas regiões se desenvolvam muito, há também uma atração gigantesca das pessoas que vão atrás de emprego. Do Piauí, da

Paraíba, do Ceará, todas se dirigindo para Juazeiro e para Petrolina e, se não fosse a atuação política da região – há uma disputa entre Juazeiro e Petrolina para ver quem leva mais pessoas –, seria, hoje, uma Serra Pelada, porque lá existe problema de habitação, de saneamento, de saúde, de segurança, pela atração. Então há que se fazer perímetros irrigados em outras regiões para descentralizar esse desenvolvimento. É isso que a Codevasf tem procurado fazer: reduzir alguns projetos estudados, há algum tempo, que são muito grandes. Reduzi-los para que se possa fazer também em outras regiões. Descentralizar e ter o melhor consumo de água e o melhor resultado.

Esse subsistema de distribuição prevê levar água além dos perímetros irrigados já projetados na calha do Rio São Francisco para regiões mais pobres e mais secas desse semi-árido.

Nesses empreendimentos dos afluentes que a Codevasf tem estudos, juntamente com a Eletrobrás – temos um convênio com a Eletrobrás –, há vinte e nove aproveitamentos inventariados nos afluentes do Rio São Francisco que acarretam um aumento substancial. Aqui estão os dados: 91m³ por segundo na Bahia e 492m³ em Minas Gerais. Mas em termos de Barragem de Sobradinho, ele aumenta na ordem de 52 metros cúbicos por segundo. Essa água fica nesses reservatórios.

Se o volume armazenado em Sobradinho tivesse sido alocado em Minas Gerais... Esse é um dos problemas, porque a água que passa para gerar energia tem que passar para gerar energia. Se ela gerasse energia acima, em Minas, estaria disponível para todos os usos. Então, haveria uma disponibilidade de água astronômica. Cerca de 2.000 m³. No entanto, a geração de energia é na área do médio São Francisco, quase que no baixo São Francisco. Então, temos que deixar passar essa água para não prejudicar a geração de energia.

Acredite que o Dr. Mozart fala também das necessidades, ainda, de 4 ou 5 geradores de energia no Moxotó I, Itaparica II, Itaparica III. Tudo isso por que se aproveita a água de uma que vai passando para a outra.

É preciso gerar mais energia, fazer mais investimento nessa área da Chesf, sem esquecer que tem de ser feita uma geração de energia em Minas Gerais, pelos motivos que aqui já expus.

Porém a implantação desses aproveitamentos, além de aumentar a vazão mínima nos períodos de estiagem dos afluentes, aumenta a garantia de fornecimento de água para diversas demandas, inclusive

nos perímetros de irrigação atual e futuro, porque atualmente só temos 330 e nós queremos chegar a 800 mil. Com isso, acrescenta-se uma potência de 1.375 megawatts no sistema de geração de energia.

Aproveitamentos inventariados dos afluentes do São Francisco. Aqui está a denominação das barragens: o rio da Velha, Jequitaí, Urucunha, Paracatu, etc.

Algumas barragens que foram previstas em anos passados, estudadas, não podem ser mais feitas no mesmo local, porque não há condição de se conseguir, do Meio Ambiente, essas licenças, já que hoje existem populações, cidades. É preciso construir as barragens mais em cima. Em vez de uma grande, serão duas ou três.

Então tudo isso que se deixou de fazer à época precisa ser feito no momento, com modificações de estudos localizados.

Aqui temos a potência, em megawatts, gerada, 627 e cada uma, individualmente. E o aproveitamento na calha do São Francisco. Quase todas em Minas. Só há uma da Bahia, em Paratinga, com 440 megawatts de potência.

Para quem quiser falar, estou aqui à disposição. Em linhas gerais, essa seria a situação.

Em termos de projetos de irrigação, há uma preocupação muito grande da Codevasf. Encaminhamos correspondência ao Dr. Pedro Parente, sugerindo que saíssem normas para irrigação no semi-árido, estabelecendo alguns princípios que achamos importantes, que deveriam ser discutidos, naturalmente, com os interessados: os irrigantes, os conselheiros dos projetos de irrigação, dos distritos de irrigação. Mas a proposta seria: proibir o início de plantio de novas culturas, tanto as perenes como as anuais, até que passe a crise; proibir a incorporação de novas áreas irrigáveis até que se chegue lá; estabelecer prioridades para a irrigação de culturas perenes em relação às anuais – se vai perder manga, que se perca melancia, tomate, o que for, contanto que a fruticultura seja preservada; fixar o limite máximo de 15% na redução de consumo de energia, na hipótese de o limite atual de 10% ter de ser aumentado. Não queremos que saia de 10% de jeito nenhum, mas se houver uma hipótese de Governo, uma necessidade, no máximo 15%; daí para a frente, podemos encerrar os projetos porque não vão funcionar.

Estabelecer que os períodos diários de irrigação tenham seus horários negociados entre os irrigantes e as concessionárias de energia elétrica – os horários e o tempo de uso de energia –; determinar que as

eventuais parcelas de dívidas vincendas dos irrigantes que tenham suas atividades paralisadas em termos dos itens 1 e 2, que é aquela de expansão ou novos projetos de irrigação, sejam negociadas junto às instituições credoras para o pagamento após o período que perdurar a crise, ou seja, que aqueles que tenham tomado empréstimo para implantar ou para expandir tenham também prorrogação do seu prazo de pagamento.

Essas foram as sugestões feitas à Câmara de Gestão da Crise Energética. Não saiu ainda nenhum instrumento regularizando essa parte. Com isso, que fossem chamados outros organismos para sabermos se teriam outras idéias.

Muito obrigado pela atenção.

Estou aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Airson.

Passo a palavra ao Dr. Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente da Chesf, que fará a sua exposição.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sr. Deputado Antônio Cambraia, Presidente da Comissão Especial, Sr. Senador Paulo Souto, senhores palestrantes, Srs. Deputados, recebemos o convite da Comissão Especial para falar sobre a situação energética, particularmente as questões voltadas para as causas e algumas propostas de soluções.

Ontem, tivemos a oportunidade de sermos abordados pelo Deputado Clementino Coelho, que nos pediu também para tratar da questão relativa aos impactos sobre os usos, sobretudo referentes à irrigação, no perímetro do Rio São Francisco. Além da questão da irrigação, é importante observar que temos também a questão da navegação e do consumo humano, todas ligadas à vazão do Rio São Francisco.

A partir da Barragem de Sobradinho, temos o controle da vazão do Rio São Francisco, a jusante de Sobradinho, a jusante de Paulo Afonso e a jusante de Xingó. Em todos esses trechos, temos obviamente que conviver com a produção de energia elétrica associada a um turbinamento, ou seja, há um volume de água que passa pelas turbinas, e esse volume de água, por sua vez, está associado à vazão do rio, que define determinadas alturas nos trechos do rio.

O Dr. Lócio teve a oportunidade de falar.

Dentro da nossa exposição, que se vai voltar para a questão energética, até porque somos oriundos de uma empresa energética, não vamos deixar de tratar a questão relativa ao controle da água.

Vamos aproveitar para colocar que a Chesf é uma mera executora dessa política de controle das vazões. Antes de 1995 e antes da criação do ONS, a Chesf era quem determinava. Hoje, executamos essa política e nos relacionamos com o Operador Nacional do Sistema para definirmos o que é melhor não somente para controle das vazões, mas também para a produção de energia elétrica na Região Nordeste.

Vou passar rapidamente, até porque os Srs. Deputados devem saber, para que vejamos algumas questões que fundamentalmente afetam a modificação que ocorreu recentemente, quando da reestruturação do setor elétrico.

É importante observar que a partir de 1995, com a mudança da Constituição no seu artigo 175, duas leis foram aprovadas e diria que essas duas leis regulamentam esse artigo da Constituição, mas representam um marco regulatório importante: são as leis relativas ao regime de concessão e outras que definem, por exemplo, a criação de produtor independente. Essas duas leis, após a sanção e a aprovação pelo Congresso brasileiro, tiraram do grupo Eletrobrás, ou seja, das empresas estatais a responsabilidade pela energia nova, adicional – chamamos isso de energia nova, de geração.

Antes desse modelo, havia uma responsabilidade intrínseca das empresas estatais de garantir o abastecimento. Com essa mudança, com essa reestruturação que ocorreu a partir de 1995, passou a ser um mercado e novos organismos foram criados para que esse atendimento viesse a ser feito pelas empresas do Brasil.

Alguns pontos importantes da Lei 8.987. É uma lei, obviamente, muito grande, mas ela passou a definir regras de licitação. O que isso significa? Antigamente uma empresa concessionária de geração podia receber diretamente a outorga para fazer um projeto. Essa lei começava a definir um outro tipo de proposta, definir um inventário e então a outorga é licitada e qualquer empresa do País, inclusive uma empresa estatal, é que vai se habilitar a disputar a concorrência desse empreendimento.

A questão da política tarifária que impactou, sobretudo, as questões da transmissão. Hoje, cada trecho de linha é licitado e tem uma política tarifária, e outras regras importantes com relação aos contratos de concessão do serviço público e às obrigações do poder consuetâneo.

Com relação à Lei nº 9.074, ela criou produtor independente de energia elétrica, que é um modo diferente de produzir energia elétrica. O produtor inde-

pendente tem preços livres, pode negociar diferentemente de uma concessionária de geração, que tem uma tarifa para vender energia elétrica.

Criou o consumidor livre. A maioria dos consumidores eram cativos, só podiam comprar a sua energia ou de uma empresa distribuidora ou de uma empresa geradora de sua área de atuação. Estou listando isso aqui, mas depois vou distribuir essa apresentação para mostrar, inicialmente, que o setor elétrico, a partir de 1995, sofreu uma reestruturação muito importante com relação a sua atuação.

A partir dessas leis, o Governo contratou a Coopers, com um conjunto de 160 técnicos do setor elétrico brasileiro, para regulamentar essas leis, com a coordenação da Secretaria de Energia, e foram desenvolvidos estudos nos anos de 1996 e 1997 e passou-se, então, à regulamentação e implementação desses estudos, inclusive algumas leis foram também editadas e aprovadas aqui no Congresso fruto desse estudo que foi feito pela Secretaria Nacional de Energia Elétrica.

Um dos objetivos da reestruturação era permitir ao Governo se concentrar mais na definição de políticas e na regulamentação e fiscalização do setor e propiciar a transferência de responsabilidade da operação e dos investimentos para o setor privado.

É importante dizer que hoje as empresas iniciaram um processo de desverticalização. Atualmente, a Chesf ainda é uma empresa de transmissão e geração, mas deverá ser cindida em duas empresas: uma de geração e outra de transmissão. A distribuição e a transmissão continuariam como monopólios naturais por área de concessão e se estabeleceria uma competição na geração e comercialização de energia.

É importante observar a estrutura anterior, num quadro simplista, que era de monopólio na geração e comercialização e passou a ser uma estrutura de competição. As empresas antes eram integradas não somente na geração, mas na geração e transmissão e distribuição. O exemplo disso é a Cemig. As empresas terão que ser desverticalizadas. As tarifas anteriores eram definidas pelo custo, agora são tarifas e preços de mercado. Os consumidores cativos, alguns em baixa tensão, continuam cativos e outros são livres, poderão comprar energia de várias empresas. A predominância anterior era estatal, e, hoje, sobretudo na distribuição, há uma predominância privada, e o acesso que era limitado, na transmissão e distribuição, hoje tem acesso livre.

Com esse arcabouço, foram criado através de lei o Agente Nacional de Energia Elétrica, o Operador

Nacional do Sistema, o Mercado Atacadista de Energia e existe um órgão que é planejamento e está até hoje ligado ao Ministério de Minas e Energia, que é o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão, que substitui um órgão importante dentro da Eletrobrás, que era o GCPS, e as empresas passaram a ter esses seguimentos bastante distintos de atividade: atividade de produção, que é a geração; atividades de serviços, que é a transmissão e distribuição, e atividade de comercialização, que são os comercializadores que estão atuando hoje no Brasil.

A conclusão dessa regulamentação foi feita basicamente através de leis aprovadas no Congresso. O arcabouço legal foi concluído no ano passado com a Lei nº 9.984, que instituiu a Agência Nacional de Águas. Anteriormente, essa regulamentação dos organismos que já citei foi feita pela Lei nº 9.427, que criou a Aneel, até a Lei nº 9.648, que considero uma das leis mais importantes dentre as outras que também são importantes no que diz respeito à montagem do arcabouço legal e institucional do setor elétrico brasileiro.

Então falei da Lei nº 9.648 porque ela autorizou a desverticalização das empresas federais, criou o gerador do serviço público para o produtor independente, separou a questão do acesso, estabeleceu os contratos iniciais, instituiu o Mercado Atacadista de Energia e o Operador Nacional do Sistema.

Fiz esse preâmbulo para mostrar que uma mudança importante ocorreu nos últimos seis anos, de 1995 até o ano passado, no setor elétrico brasileiro, que modificou substancialmente o papel das empresas de energia elétrica no País.

A Chesf, como os senhores sabem, é uma empresa que atua em oito Estados do Nordeste, à exceção do Maranhão, que é da área de atuação da Eletronorte, com uma área de quarenta e um milhões de pessoas e um consumo médio, sem racionamento, da ordem de cinquenta e dois mil gigawatts/hora.

Dentro dessa área a empresa é a maior rede de transmissão de energia elétrica do País, pois são dezessete mil quilômetros de linha de extra e alta tensão, entre 230.000 e 500.000 volts, que hoje está ligada ao Sul através dessa linha que vem até a Usina de Serra da Mesa e se liga, a partir daí, com o Sudeste. O Nordeste, até 1999, era apenas ligado ao Norte, à Usina de Tucuruí, mas a partir de 1999, com a construção da linha Norte/Sul, o Nordeste ficou integrado ao Sudeste, ao Centro-Oeste e ao Sul do País.

O mercado do Nordeste por estado é o que está aí: a Bahia com cerca de 35% do mercado do Nordeste.

te; Pernambuco com cerca de 20%; Ceará com 14% e o restante dos estados com percentuais um pouco inferiores a 10% complementam todo mercado da Região Nordeste, exceto o Maranhão. As classes de consumo são importantes: o parque industrial representa 41% no consumo de energia elétrica no Nordeste; cerca de 28% residencial; 15% comercial e 17% outros, incluídos iluminação pública, serviços públicos, eletrificação rural, etc.

Nos últimos anos, mesmo com as dificuldades decorrentes da dívida que a empresa contraiu, sobretudo com a construção da Hidrelétrica de Xingó, conseguimos fazer um investimento médio no Nordeste da ordem de R\$500 milhões. Esse investimento se focou fundamentalmente na rede de transmissão do Nordeste, principalmente pela necessidade de escoar a energia de Xingó, que foi concluída em 1997, e aumentar a capacidade de importação do Norte do País, uma vez que os grandes empreendimentos hidráulicos já tinham sido realizados no Rio São Francisco, e a alternativa de energia basicamente delineada a partir de 2001/2002 é a termelétrica e a importação de energia do Norte, mas sobretudo do Rio Tocantins, que é hoje um grande canteiro de obras no que diz respeito à construção de hidrelétricas.

Sempre mostramos esse gráfico e, do ponto de vista estrutural, dentro da energia disponível, há previsão de que haveria necessidade de energia nova no Nordeste nos meados de 2002. Tínhamos cerca de 5.700 megawatts médios disponíveis de energia estrutural, agregados a cerca de mais uns 400 megawatts que adquirimos da Eletro norte. Somente a partir de 2002 é que, em termos de energia estrutural, precisaria de energia nova no Nordeste. Essa energia nova seria oriunda seja de mais importação de hidrelétricas do Norte, seja da inclusão de novas termelétricas que, a partir de 1999, começaram a ser delineadas para serem colocadas nas diversas capitais do Nordeste.

Esses degraus referem-se à liberação dos volumes de energia para um mercado livre, de acordo com a lei atual. No Projeto de Lei nº 2.905, já existe uma nova alternativa para essa liberação de energia que acabamos de ver, mas haveria uma liberação paulatina dessa energia baseada no modelo de mercado. E, conseqüentemente, como a energia que hoje é vendida pela Chesf não somente é a mais barata do País, mas do mundo, hoje a energia no Nordeste representa cerca de 18 dólares o megawatt/hora, é o preço que vendemos de geração mais transmissão... Sabemos que quando se libera o preço da energia, se

ele for para preço de mercado, vai atingir custo marginal de expansão e pode chegar a cerca de 39 dólares. Estou falando em dólares porque os valores em reais variam em função da inflação.

Vamos falar da questão do Rio São Francisco, porque é importantíssimo colocar as questões que hoje estamos administrando. Esse quadrilátero cinzento que estamos colocando é onde nascem quatro bacias importantes: a Bacia do Tocantins, o Alto Tocantins nasce em Goiás, dentro desse quadrilátero, na parte superior desse quadrilátero, perto de Belo Horizonte, nasce também o Rio das Velhas, que é um dos afluentes importantes do Rio São Francisco, e, no quadrilátero inferior, já próximo à região de São Paulo, temos os rios Grande e Paranaíba, que se juntam para formar o Rio Paraná.

A situação dos reservatórios é muito dependente das chuvas que caem nesse quadrilátero. Quando as chuvas não caem adequadamente nesse quadrilátero, muitas vezes caem na parte inferior, gerando uma situação confortável no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Outras vezes, caem na parte superior, e não na inferior, havendo uma situação confortável no Nordeste e no Alto Tocantins.

Entretanto, o ano de 2000 está se mostrando o pior ano hidrológico dos últimos 72 anos. Isso vale particularmente para esses quatro rios. E nós vamos ter oportunidade de mostrar adiante.

Com relação ao Rio São Francisco, que, fundamentalmente, era usado, até dez anos atrás, somente para produção de energia elétrica, cada vez mais outros usos estão se fazendo presentes, demandando sempre a utilização da água. A Chesf, como empresa de energia, usa água, mas não a consome. A navegação usa a água e não a consome. Já a fruticultura e o abastecimento humano consomem água, ou seja, além do seu uso, há o consumo dela. Com esses consumos cada vez maiores, a tensão natural, no futuro, é termos uma menor produção de energia elétrica, fruto da necessidade de se deslocar mais água para esse consumo. Essa é uma das coisas com que trabalhamos: a diminuição da produção de energia elétrica na medida em que se intensifique a utilização para irrigação, consumo humano sobretudo; e isso nós começamos a observar.

Para V. Ex^a ter uma idéia, hoje existem, na Secretaria de Recursos Hídricos, solicitações de outorga de uso da água, sobretudo para irrigação, que chegam a 700m³ por segundo de vazão. Isso é uma coisa que tem que ser bem administrada, porque sabemos que esse uso não existe, mas em termos de outorga

há essa de man da que vai ter que ser bem adminis tra da. Daí a importância da Agência Nacional de Águas, recentemente criada.

Para as pessoas e os Deputados que não conhecem o São Francisco, em termos de produção de energia elétrica, a sua primeira barragem que contribui com cerca de 33% da vazão regularizada, Três Marias, é operada pela Cemig. As barragens subsequentes, todas elas são de propriedades da Chesf e operadas por ela, sendo que a principal delas é a de Sobradinho, que, quando cheia, armazena 34 bilhões de m³. Desses 34 bilhões de m³, cerca de 5,8 bilhões não são utilizados para a geração de energia elétrica. É o que nós chamamos de volume morto. E essa camada d'água inferior é utilizada para poder se obter a altura de queda.

Para que V. Ex^{as} saibam, embora Sobradinho seja uma barragem de 34 bilhões de m³, a queda d'água para produção de energia elétrica é de 20m. Daí as grandes dificuldades de se gerar energia na parte superior do rio, pois demandaria inundação de muitas áreas irrigáveis. E essa é uma questão que conhecemos na Chesf. Toda vez que se irrigam principalmente áreas em que há uma intensificação do uso da agricultura irrigada há essa situação, fora a questão do equilíbrio ambiental, que é absolutamente necessário.

Então a maior parte da geração está no médio e baixo São Francisco porque é exatamente nesses locais que estão os acidentes geográficos, as quedas. Onde havia a famosa cachoeira de Itaparica, foi construída a Usina de Itaparica, que tem uma queda de 60m. Aqui, na região de Paulo Afonso, temos queda de 80 e 112m. E, finalmente, Xingó, onde há a maior queda, que chega a 140m. Nessa região aqui, do alto São Francisco, não temos quedas muito importantes.

A particularidade de Xingó é que, diferentemente de Itaparica e de Sobradinho, não inundou muitas terras, porque o reservatório ficou encaixotado dentro do Vale do São Francisco. Tem-se aqui um reservatório que é muito pequeno e, conseqüentemente, uma superfície muito baixa e uma produção de energia muito elevada.

Há algumas coisas que gostaríamos de dar como informação para V. Ex^{as}. A área da Bacia do São Francisco representa cerca de 645 mil km², tem uma extensão de 2.700km, a vazão média de longo período é de 2.850m³ por segundo. Sempre alertamos que não se deve fazer a conta com esses 2.850 m³, porque quando se armazena água, como é o caso das barragens de Três Marias, Sobradinho e Itaparica,

evapora-se muita água. Para se armazenar água, evapora-se a água. Essa evaporação chega a 300m³/s. Nessa vazão média, pelo menos pelo uso, você tem que reduzir esses 300m³/s.

Para os senhores terem uma idéia, nesse momento, como a umidade está muito baixa no alto do São Francisco, os nossos cálculos estão mostrando uma evaporação de cerca de 300m³/s, devido à temperatura e à umidade que está muito baixa, não pela seca nas cabeceiras, mas pela seca até no próprio Nordeste. Então, temos uma evaporação muito grande.

Sempre que vamos fazer a conta do São Francisco, é fundamental reduzirmos desses 2.850 ou 2.800 cerca de 300m³/s. E qualquer barragem que se fizer adicionalmente tem sempre que lembrar de descontar o efeito da evaporação.

Um dado importante é que recentemente fomos procurados pelo Governo de Pernambuco para estudar a questão de uma barragem importante lá dentro do Estado, de Poço da Cruz, e mostramos que encontrar a barragem não era necessário, porque se enchêssemos a barragem ela ia evaporar 5m³/s, ou seja, se seria preciso que ficássemos bombeando 5m³/s para que a barragem ficasse cheia sem que a usássemos.

É preciso ter muito cuidado no Nordeste com relação a essas contas relativas à evaporação e cada vez mais termos cuidado com a utilização múltipla dos recursos hídricos.

Bom, é importante observar que o São Francisco é um rio que, a depender das épocas e vamos retornar a esse assunto, pode ter vazões muito elevadas. O principal pico foi no dia 10 de março de 1979, quando chegamos a ter uma vazão no São Francisco de 18.000m³/s.

Por outro lado, como o Dr. Lócio já colocou, em 1955, quando ainda existia a barragem de Sobradinho, a vazão natural chegou a 595m³/s. Isso é uma das coisas que provavelmente vai se repetir esse ano, fruto dessa estiagem que está ocorrendo na barragem do São Francisco.

Vejam que a barragem de Três Marias proporciona 500m³ de regularização; a de Paulo Afonso, cerca de 1.200m³ e conseguimos dizer que a barragem é 2.060, porque o restante é a própria vazão natural do rio. Se somarmos aqui esses 1.200 com 500, mais a vazão mínima, vamos obter valores que 2.060, mas esses 2.060, vejam que sempre coloco aqui, é o valor com a evaporação já descontada.

O que ocorreu este ano? Não me refiro a 2000, estou me referindo a 2001, até porque 2000 foi um ano bom. Quando digo um ano bom, estou querendo

dizer que é um ano que se aproximou da média histórica, mas não chegou a ela. Mas 2001 será, sem dúvida, o pior ano hidrológico da Bacia do São Francisco.

Os senhores viram que a média histórica é de 2.800m³/s. Esse ano deveremos ter 1.500m³/s.

Ocorreu que, em 2000, choveu bem em novembro e em dezembro e parou de chover de janeiro em diante e não choveu mais. Ou seja, de janeiro até agora praticamente não choveu mais sobre Minas Gerais, o que tem feito com que a média histórica se situe em torno entre 35% e 40%. Esse desempenho do rio nunca ocorreu em sua história.

Estamos falando aqui do período um, do 2000/2001, porque o período um começa em novembro do ano anterior, então inclui novembro e dezembro de 2000. Este será o quarto pior na história.

Mas o período seco será o pior e o ano de 2001 também será o pior do histórico.

Para mostrar de uma forma diferente, o Dr. Lócio já teve oportunidade de dizer, o Rio São Francisco apresenta ciclos hidrológicos muito elevados, ciclos hidrológicos baixos e ciclos hidrológicos médios.

Os senhores observem aqui que no período que começa em 1944, indo até 1950, se pegarmos a média das vazões aqui, será superior a 3.500m³. Se observarmos também o período que vai de 1979 a 1984, pegará médias superiores a 3.500 metros cúbicos. Entretanto, há períodos intermediários em que a vazão do rio realmente ou é muito baixa... Aqui está o período que o Dr. Lócio falou, 1952, 1953, 1954. Temos também aqui 1971, que foi um ano muito baixo do ponto de vista hidrológico. Finalmente, temos o ano de 2001, que deverá apresentar uma vazão de pouco superior à metade da vazão histórica do São Francisco. Quando dissemos que 2000 foi um ano bom, mesmo assim nesse ano não choveu a média histórica; choveu 2.500 metros cúbicos.

Observamos que estamos num período em que as vazões do São Francisco estão abaixo da média histórica. Há períodos muito bons, repetidos, períodos razoáveis e períodos em que há uma baixa vazão média histórica. Isso é o que está fazendo com que tenhamos hoje dificuldades, com que não possamos atender o mercado de energia elétrica.

O que ocorreria se não houvesse racionamento? Primeiro, eu gostaria de mostrar aos senhores o que ocorreu no ano 2000. No ano 2000, em janeiro, estávamos com 38% do reservatório equivalente do Nordeste. Choveu, como os senhores viram, razoavelmente. Atingimos aqui cerca de 70%. Depois houve uma queda. Em novembro e dezembro choveu

bem. Resultado: começamos janeiro de 2001 numa situação melhor do que a situação de janeiro de 2000. Infelizmente, parou de chover e o reservatório, ao invés de acumular água, começou a se esvaziar.

Isto aqui é uma simulação de uma situação sem racionamento: os reservatórios chegariam próximo de zero em setembro, zero de volume útil. Todas as nossas simulações sempre estão relacionadas com a não-utilização do volume morto. Essa é uma posição da Chesf. Houve intenção de alguns órgãos em utilizar o volume morto. Mas entendemos que a utilização do volume morto poderia trazer prejuízo para 2002, 2003, para o futuro. Estamos defendendo a não-utilização do volume morto. Mesmo que haja dificuldades com relação ao racionamento, é melhor aprofundá-lo ou encontrarmos outras formas de gerar energia do que a utilização do volume morto, pois geraria riscos para os anos subsequentes.

Com a premissa colocada aqui de intercâmbio de 950 megawatts, defluência em Três Marias de 420 metros cúbicos, chegaríamos a 5%. A projeção recente do ONS, fruto do que ocorreu no mês de maio, é que ao invés de 5% chegaríamos a 4,3%. O que estamos fazendo? É absolutamente necessário que essa premissa de 20% seja atingida. Temos conseguido superar no que diz respeito a trazer energia do Norte. A simulação foi feita com 950 megawatts. Acredito que no mês de junho vamos atingir um valor médio entre 1.100 e 1.150 megawatts.

Por outro lado, a defluência de Três Marias não está atingindo os valores previstos, ou seja, há uma situação também muito difícil no reservatório de Três Marias. Hoje, por exemplo, Três Marias está defluindo apenas 300 metros cúbicos. Assim, há alguns ganhos e algumas perdas no que diz respeito a essa simulação e ela deverá ser atualizada no final de junho.

Para que os senhores observem que essa situação é dentro daquele quadrilátero, vou permitir-me dar algumas informações relativas não somente ao Rio São Francisco, mas também aos rios Paranaíba e Grande, que estão no Sudeste, colocando algumas datas. Por exemplo: no dia 17 de maio de 2000, comparando com 2001, na mesma data. Como os senhores podem ver, os reservatórios fruto de um período hidrológico muito baixo, todos eles não retomaram ou reencharam, e a situação, comparativa a 2000, é bem inferior. Em função disso, o racionamento não está restrito somente ao Nordeste, mas também ao Sudeste e ao Centro-Oeste.

O que estamos fazendo para administrar essa situação? Estamos comprando energia de alguns

auto-produtores existentes no Nordeste, estamos negociando com alguns consumidores industriais a posteriorização do uso dos contratos que eles têm para o próximo ano e vamos ter mais tempo de administrar novas fontes de energia.

Com relação ao intercâmbio com a Eletronorte, estamos chegando a uma situação de cobertor curto. Qual é a situação? À medida que o racionamento se aprofunda, precisamos, para trazer mais energia do Norte, produzir menos energia no Nordeste. Ao produzir menos energia no Nordeste, começamos a chegar aos níveis mínimos de vazão no São Francisco que afetam sobretudo as captações de água. Não sei se V. Ex^a está me entendendo. Vou explicar, Senador. Vou dar um exemplo de um domingo de madrugada, em que a carga chega a 3.700 megawatts, hoje, com o racionamento. Como estamos conseguindo trazer, num dia de fim de semana, 1.300 megawatts de Tucuruí, sobram, para produzir no Nordeste, para fechar os 3.700 da carga, 2.400. Para produzir 2.400 megawatts no Nordeste, tenho que reduzir a vazão de Sobradinho, de Paulo Afonso e de Xingó abaixo de 1.100. Por quê? Porque estou precisando produzir menos energia para trazer mais energia do Norte. Produzindo menos energia, guardo mais energia no reservatório, mas, para guardar mais energia no reservatório, violo a vazão mínima das captações. Essa situação já atingimos e começamos agora a fazer o seguinte: como temos interesse em produzir menos energia e trazer mais do Norte para poupar o nosso reservatório, estamos fazendo um teste. Por exemplo: o Dr. Lócio deu-nos uma informação correta. No dia 30 de maio, fizemos uma experiência, reduzindo a vazão em 1.100 e tivemos problema lá em Juazeiro. Quero dizer que resolvemos o problema da seguinte forma: vamos lá na captação, resolvemos, se precisa desassorear, fazemos o trabalho, testamos normalmente hoje e conseguimos passar com 1.100 sem problema. Ou seja, estamos na situação de ter, por exemplo, o abastecimento de Aracaju no baixo São Francisco. Se lá em Xingó eu reduzo muito a geração de energia, baixo também o nível da altura da captação. Tivemos problemas lá com a captação de água para Aracaju. Foi lá e fizemos a limpeza da captação. Muitas vezes está limpo. Então buscamos uma solução técnica. Há três alternativas para deixarmos a captação livre e reduzirmos mais a vazão, fazemos o teste e temos conseguido. Com isso, talvez cheguemos a valores de 1.000 metros cúbicos por segundo, sem trazer problemas para todas as captações do rio, porque na hora em que trago mais energia do Norte preciso ge-

rar menos. Para gerar menos e poupar água, tenho que diminuir a vazão do rio. Por isso é que digo que é um cobertor curto, porque tenho que ter um compromisso com a vazão do rio de um lado, tenho que limitar num determinado valor mínimo e, por outro lado, tenho interesse de trazer o máximo de energia do Norte, porque quanto mais eu trouxer, a vazão diminuirá mais. Essa situação estamos vivendo. Esse é um grande esforço que estamos fazendo e em toda a bacia vamos ter oportunidade de demonstrar.

Além dessa questão do intercâmbio, que está trazendo um problema operacional muito sério, tanto do ponto de vista elétrico quanto do ponto de vista hidráulico, estamos também operando uma turbina antiga nossa a diesel, lá em Camaçari, produzindo 32 megawatts. A situação do Parnaíba é mais confortável do que a situação do São Francisco. Eventualmente, estamos até produzindo mais energia na Usina de Boa Esperança, em função da disponibilidade de água superior no Parnaíba.

Quanto à priorização hoje, para podermos aumentarmos a produtividade lá em Paulo Afonso – o Deputado Aleluia que já foi Presidente da Chesf conhece bem, sabe que a Usina de Paulo Afonso IV é mais moderna –, com a mesma quantidade de água, produz mais energia. Hoje para o complexo Paulo Afonso I, II e III e Moxotó e estamos produzindo energia somente para o PA-4. Com isso, com a mesma quantidade de água, conseguimos aumentar em 130 megawatts a produtividade da cascata. Ou seja, estamos buscando soluções que não são simples. Isso tem rebatimento na transmissão de pois que a energia é produzida, mas conseguimos lá, através dos nossos técnicos, encontrar uma solução na distribuição após a usina e estamos produzindo mais energia em Paulo Afonso IV com a mesma quantidade de água. Para isso, obviamente as unidades têm que operar no ponto máximo de rendimento.

Finalmente, no nosso caso específico, estamos procurando dar exemplo e reduzindo fortemente nos prédios administrativos da empresa, de tal forma que possamos dar exemplo à própria sociedade em termos de economia de energia.

Estão em andamento dois processos, já encaminhamos para a Câmara de Gestão da Crise Energética, para que nos sejam autorizadas dotações suplementares do orçamento. Devemos assinar, nesse mês de junho, o contrato para recuperação e modernização da Usina Hidrelétrica de Camaçari, que hoje é a diesel, não tem condições de produzir energia. Deverá ser feito um contrato para transformá-la a gás,

produzir 350 megawatts, num primeiro momento em ciclo aberto, e de pois, em si, combinado, ele varmos a 500 megawatts.

Se concluirmos esse processo hoje com o fabricante, que está na fase final, a primeira máquina de 50 megawatts entra em junho do próximo ano. Essa é a meta que estamos perseguindo. Dependerá, obviamente, do acordo com o fabricante. Estamos pedindo prioridade e ele está se esforçando para nos dar essa prioridade, porque vai depender de algumas tratativas dele com o sócio suíço. As máquinas lá são Brown Boveri, são máquinas antigas.

No caso de Bongí, recentemente tivemos um encontro com o Presidente da **Siemens**, é uma térmica que hoje está em Recife. É uma térmica que está desativada, tem problemas sérios do ponto de vista de terreno. Além disso foi uma térmica feita para funcionar somente em horário de ponto; ela não é adequada para funcionar em períodos de 24h. Tivemos o contato com a **Siemens**, que comprou a **Westing House**, e está nos prometendo também que no mês de julho fechamos um contrato para que a partir de julho de 2002 ela seja colocada à disposição do sistema. 150 megawatts fica aberta e depois mais 60, 210 em 2003, em ciclo combinado.

Estamos atuando, também conjuntamente com os órgãos do Governo, o NOS, que é um órgão privado, e a Agência, participando de estudos e apresentando alternativa de oferta de energia. Na nossa opinião, não podemos pensar somente no ano de 2001, que já é um ano muito grave. Agora estamos partindo para eventualmente trazer soluções externas.

Está-se avaliando no Ministério a possibilidade de trazer soluções externas de energia, seja barçaça flutuante, porque temos que ter um cuidado muito grande. As experiências que o Brasil teve recentemente em Manaus não foram muito boas, quer dizer, tem que se inspecionar bem, porque essas térmicas muitas vezes são bastante especulativas, fora as questões de ofertas em menores blocos, mas que ajudarão o racionamento.

A longo prazo, no caso do Nordeste, principalmente com a duplicação de Tucuruí, encaminhamos o ME acatou a colocação do terceiro circuito P-Dutra Teresina, de forma que possa nos trazer mais energia do Norte. Quando falo em energia do Norte, estou pensando em Lajeado, em Serra da Mesa e Tucuruí II. Ou seja, precisamos ampliar cada vez mais as interligações do Nordeste com Tocantins, porque lá será, sem dúvida, uma região onde se produzirá muita energia hidrelétrica. E as outras alternativas estão no

plano estratégico do próprio governo, que são as termelétricas que estarão entrando durante este ano e o próximo em algumas capitais do Nordeste.

Com relação à água – quis dar essa atenção sobretudo, pedi ao pessoal para colocar em função de uma solicitação do Deputado Clementino, porque estive com ele ontem à noite –, temos uma interação muito forte com a Codevasf que tem dado bons resultados. Estamos fazendo reuniões com as prefeituras, com representantes dos projetos de irrigação, para minimizar a operação das vazões dos rios em valores baixos, principalmente de madrugada e nos fins de semana. Estamos efetuando os levantamentos topométricos de todas as captações de água, porque quanto mais energia pudermos trazer do Norte estaremos afastando-nos da possibilidade de corte de energia, ou seja, com esse sistema estaríamos contribuindo. Quanto à questão da dragagem, existe o Projeto Pedra Branca, de reassentamento da Chesf pelo lado da Bahia, em que tivemos problema e recuperamos.

No que diz respeito ao lago de Sobradinho, o Projeto Nilo Coelho sabe mos que está operando sem problema, porque o seu nível mínimo, que representa a cota operacional, está em 380,5, dois metros acima do nível zero do reservatório. Então no Projeto Nilo Coelho importante é começarmos a olhar se não há um assoreamento do canal de entrada d'água. Temos que verificar isso juntamente com o próprio responsável pelo projeto, porque é preciso, eventualmente, se houver algum assoreamento, que seja dada a manutenção e feita a dragagem.

Em Sobradinho e Itaparica, estamos acompanhando todos os projetos, mas tomamos a liberdade de citar alguns deles, que são os grandes, em que estamos fazendo inclusive esses testes, como que fizemos hoje, e conseguimos passar com sucesso, da redução da vazão para 1.100 metros cúbicos. No próprio lago de Itaparica não temos problema, porque hoje ainda está com 57%, embora seja um lago que não armarize na muita água. A sua cota mínima é da ordem de 299 metros de altura.

No baixo São Francisco, estamos com os projetos de Itiúba, Propiá e Cotinguiba e ainda observando as adutoras da Companhia de Água Deso, Companhia de Sergipe que capta algumas águas para consumo humano, e a Casal de Alagoas, e temos também feito testes para que nos fins de semana, sobretudo, não tenhamos problema.

Temos feito algumas reuniões, inclusive uma delas até com o Senador Waldeck Ornelas. No que

diz respeito às reuniões do lago de Sobradinho, há uma preocupação muito grande das cidades que estão em torno do lago, mas a situação está sob controle porque o lago de Sobradinho varia o seu nível. Na realidade, a nossa preocupação não está agora com essas pessoas. Estamos prevenindo. Ele vai chegar a níveis em que nunca chegou próximo de outubro e novembro. Em 1999, o lago Sobradinho chegou a cerca de 11%, hoje ainda estamos com 23%.

As preocupações nossas são com relação ao futuro e estamos nos reunindo com os prefeitos e com a própria Codevasf.

Quanto à questão da hidrovia, temos feito reuniões com a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia, que trabalha ligada à hidrovia, para que reduza a eclusagem de Sobradinho. Sobradinho é uma barragem que, além de ser geradora e acumuladora de água, também tem um papel de eclusagem. E estamos reduzindo isso porque na eclusagem temos um volume de água importante que não é passado pelas turbinas. Todas essas medidas estão sendo tomadas para minimizar os efeitos da vazão. Ações, acredito de curto e médio prazo.

Como os senhores sabem isso aqui é o nosso Brasil, que tem hoje uma capacidade de 62 gigawatt/hora ou 62.000 megawatts/hora instalado de potência hidráulica. Temos um potencial de 260 mil. Obviamente que esse potencial não pode ser todo explorado, devido às questões ambientais, questões de terras férteis, então ainda vamos ser durante muitos anos um Brasil fortemente produtor de energia elétrica de origem hidráulica. Temos aí um parque de transmissão que chega a quase 160 mil quilômetros. Isso incluindo tudo. Então, como os senhores podem ver, hoje o grande potencial hidrelétrico está aqui no Sudeste, mas o que falta explorar está praticamente na Região Amazônica. Já chegamos ao Rio Tocantins e agora estamos indo para o Xingu, com a usina de Belo Monte, que é uma usina importante, de 11 mil megawatts. A Eletronorte fez um trabalho extraordinário para reduzir os impactos ambientais e precisamos investir nessa usina no sentido de viabilizá-la não somente do ponto de vista de geração de energia. Acredito que a Eletronorte terá a oportunidade de mostrar esse trabalho que foi feito para reduzir os impactos ambientais. Vejam que só essa usina é maior que os 6,4 – 11 gigawatt, só essa usina de Belo Monte.

Hoje a situação de interligação entre as Regiões Nordeste e Norte, Sudeste e Centro-Oeste em regime normal é essa. Vejam que, em regime normal, a situação de fluxo entre o Norte e o Nordeste chega a 900

megawatts. Como estamos numa situação extraordinária, estamos conseguindo trazer 1.300 megawatts de madrugada ou em fim de semana. E normalmente estamos definindo um mínimo de 1.000, mas essa é uma situação extraordinária. Então o importante é que cada vez mais aumentemos essas interligações regionais, de tal forma que essa sinergia existente do ponto de vista hídrico entre essas regiões possa ser melhor explorada, e as linhas de transmissão são fundamentais.

O SR. – (Fora do microfone) Ainda está faltando a ligação entre o Sudeste e o Nordeste.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Isso aí é a partir de 2003. Veja que estou fazendo um gráfico aqui do ano 2005, porque algumas interligações não conseguirão ser feitas até 2005. Mas tem a Sudeste/Nordeste, prevista para entrar em 2003, que poderá jogar também para o Nordeste 1.000 megawatts.

Uma das nossas solicitações, para fazer em 15 meses, a P-Dutra-Teresina, é para deixar uma situação de fluxo normal de 1.300 megawatts.

O SR. PAULO SOUTO – Isso seria obra da Chesf?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Estamos pleiteando para ser obra nossa. Estamos pleiteando uma autorização emergencial para fazer. Esta linha já está licitada, é iniciativa privada que vai fazer, mas essa que aumenta o fluxo normal de 900 para 1.300 estamos pleiteando para fazer e fazer rápido, quinze meses.

O SR. – Presidente, a Chesf está pleiteando realizar essas obras há quanto tempo?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Só recentemente nós pleiteamos, porque num regime normal essas obras a Aneel identifica e coloca para licitação. Essa é a regra do jogo hoje. Como estamos num regime emergencial, inclusive estamos pleiteando uma autorização, que é uma forma excepcional de fazermos essa linha. Hoje mesmo, para que seja feito isso, é preciso uma autorização excepcional.

O SR. PAULO SOUTO – Qual o investimento de uma linha dessa?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Uma linha dessa é R\$150 milhões.

O SR. PAULO SOUTO – A Chesf tem recurso próprio para fazer essa linha?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Eu diria que tem capacidade para fazer

essa linha sem problema porque temos crédito no mercado, entendeu?

O SR. PAULO SOUTO – E precisa só de autorização no Conselho?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Porque essa forma para fazermos essa linha não é a forma legal. Mas a Aneel está sensível. Quero dizer aos senhores que nessa transição fizemos cinco mil quilômetros de linha nos últimos três anos e, a maior parte dela, mesmo após a aprovação desses instrumentos, como havia realmente necessidades de serem feitas essas linhas, a Aneel tem feito autorizações excepcionais para a Chesf.

O SR. – A cisão da Chesf iria inviabilizar isso?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, não obrigatoriamente. Estamos tendo uma oportunidade única nesta Comissão. É importante que façamos um realinhamento de preço. Para termos capacidade de investimento de recursos próprios, não podemos continuar praticando essas tarifas nos termos em que estamos praticando porque não são tarifas condizentes nem com o ativo amortizado. Acho que é preciso uma empresa no mínimo ter um retorno de 6% ao ano no seu ativo amortizado. Hoje estamos com retornos na faixa de 2% a 3%. A empresa não está com problemas financeiros, está com o seu fluxo de caixa normal, mas ela tem um dívida a pagar de R\$5 bilhões. Então essas questões têm que ser colocadas de forma bastante clara. Se perguntarmos: essa empresa tem condições de pagar essa dívida? Claro que tem, mas não podemos continuar praticando as tarifas que estamos praticando hoje, porque elas estão muito baixas.

O SR. PAULO SOUTO – Por exemplo: se ela fosse uma empresa que tivesse necessidade de continuar investindo, essas tarifas não permitiriam esse investimento?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – É verdade. Elas não permitiriam na necessidade que o sistema precisa.

O SR. – Mas a tarifa não é para pagar investimento.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, a tarifa tem que remunerar os investimentos feitos.

O SR. – Sr. Presidente, só uma sugestão, para que o Presidente da Chesf concluísse sem intervenção dos colegas, para que em seguida pudéssemos começar.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Estou falando remunerar os investimentos feitos, não é o que vamos fazer.

Existem hoje, identificados, dentro dos projetos termelétricos prioritários, 17 mil megawatts. Claro que esses projetos não poderão ser feitos do dia para a noite nem de um ano para outro. É preciso administrar a entrada desses megawatts. E também vamos ter que administrar algumas questões regulatórias.

Gostaria de dizer aos senhores que se no próximo ano chover 100% da média histórica, paramos todas as térmicas do Brasil, porque o sistema hidrelétrico é capaz de atender ao Brasil se no próximo ano chover 100% da média histórica. Então essas questões têm que ser resolvidas porque elas criam para o investidor privado uma insegurança muito grande. Ele pode fazer uma térmica e amanhã está com ela parada porque sem as hidrelétricas...

Fora a questão relativa aos investimentos, há questões de riscos que terão que ser administradas, ou seja, riscos relativos ao próprio mercado de energia elétrica. Por exemplo: se você pega um grupo de anos bons, como aqueles que eventualmente São Francisco tem, essas termelétricas vão ficar sem funcionar, ou elas funcionam e a jogamos água no mar. São essas duas alternativas, entendeu? Então, é preciso ter, obviamente, um processo de...

O SR. – E a terceira que é viver a situação que estamos vivendo agora.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sim, e tem a terceira, que é a situação... Aí é não ter termelétrica também.

O programa emergencial que impacta mais a Região Nordeste, que é uma região onde temos atuação, está colocado hoje dessa forma, ou seja, temos aí as diversas datas relativas às termelétricas nos diversos Estados do Nordeste e as hidrelétricas que também nos interessam, em função das linhas de transmissão que temos, que certamente serão fonte de aumento da oferta do Nordeste nos próximos dois anos, posso até dizer três anos. Esses são os empreendimentos que deverão entrar em operação.

Alternativas para o abastecimento de energia no País: acelerar a implantação de novas usinas geradoras, o que só se faz com realinhamento de preço e também com garantias para o investidor privado; fontes alternativas. Sabemos que há fontes alternativas importantes, mas é preciso que tenhamos claro de que elas têm custos bem maiores do que os das térmicas e das hidrelétricas. Ampliação das interligações regionais. Já estamos fazendo isso, mas preci-

samos acelerar. Combater o desperdício de energia. Esse exemplo do racionamento mostra que as pessoas cada vez mais sabem o quanto podem consumir de energia. Revisar as regras do MAE para incentivar a expansão da oferta. Precisamos adequar o mercado atacadista. Definir a participação e o futuro das empresas geradoras estatais. Pedimos ao Deputado Aleluia que, no seu Projeto nº 05, permita, e S. Exª já nos deu sinal verde. Hoje, as empresas federais não são autorizadas a participar como sócias minoritárias ou parceiras. Entendemos que esta é uma alternativa importante, com a qual o Deputado concordou, porque vamos ter volumes de energia liberados a partir de 2003, isso está contemplado nesse projeto de lei, e precisamos saber como os preços desses volumes serão tratados para que possamos vislumbrar investimentos. O investimento é feito com a capacidade que se tem de remuneração do negócio anterior. E, finalmente, o realinhamento desses preços na geração e transmissão.

Em termos institucionais e até legais, é importante que haja autorizações legais para subsidiárias da Eletrobrás pedirem o sistema. Ahamos que caso ainda permaneçamos durante algum tempo como empresas estatais é importante termos um contrato de gestão. É fundamental, porque define metas, desempenho, qualidade, tudo.

Um regime especial de aplicação da Lei nº 8.666. A Petrobras conseguiu ter seu regulamento aprovado, porque, num momento como este, é natural precisarmos agir mais rápido. Para tanto, precisamos de regulamentação especial.

Terceiro, que os investimentos não sejam considerados como déficit público. Hoje os investimentos das estatais são considerados despesas, e investimento tem que ser remunerado.

Finalmente, não menos importante, o investimento na revitalização e na conservação da Bacia do São Francisco. Ele é primordial. Essa questão foi levantada pelo Dr. Lócio e deixamos como última, mas vamos precisar, se quisermos continuar a produzir energia menos sujeita a alguns problemas. No que diz respeito à revitalização e conservação do rio, é muito importante que nos dediquemos a isso. Acho que poderíamos propor projetos específicos de revitalização do rio não somente na área relativa às matas, mas também quanto à pesca. Existe a questão dos esgotos que são jogados no rio, com o qual precisamos ter cuidado, porque a água do rio é muito importante para o futuro da região.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado ao senhor, Dr. Mozart, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Almeida, para fazer sua exposição.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Sr. Presidente, Deputado Antônio Cambraia, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Srªs e Srs. Senadores e Deputados presentes, que ro ser o mais possível objetivo e pragmático em relação ao impacto do racionamento no setor da agricultura e da fruticultura irrigada como um todo.

Houve uma pequena falha.

Em primeiro lugar, gostaria de, em nome do Presidente da Valeexport, apresentar as desculpas por S. Sª não estar presente, e essa desculpa é justificável já pelo racionamento. O nosso Presidente da Associação viajou ao exterior para evitar que sejam cancelados contratos de importação de frutas.

Como os senhores sabem, os contratos de exportação de frutas se dão com seis meses de antecedência, porque estabelecem suprimento de frutas semanais para diversas redes de supermercados, com metragem de gôndolas já previamente definidas. Mas, em virtude da situação atual de nosso País, está havendo uma preocupação dos importadores de que qualquer contrato assinado hoje possa não ser finalizado, ou seja, possa não ser cumprido, de forma que já há imediatamente uma disposição dos importadores de frutas nordestinas de esperar para saber se haverá ou não impacto do racionamento na fruticultura como um todo.

Queria falar um pouco também da região do Vale do São Francisco.

O Vale do São Francisco hoje é uma região que apresenta uma importância ímpar no contexto da produção da agricultura irrigada e que vem respondendo, até o presente momento, pelo volume total.

Estamos com problema de energia. Vou, então, pedir uma gentileza aos senhores enquanto é restabelecida. Todos receberam um encarte e gostaria que acompanhassem por ele essa apresentação.

Queria que os senhores entendessem primeiro. A Valeexport é uma associação de produtores e exportadores. É uma iniciativa privada que gera, na Região Nordeste, empregos, renda e divisas para o País. A área de atuação da associação é no sub-médio São Francisco. Por isso, os senhores observarão que alguns dados não são exatamente os apresentados pela Codevasf, porque referem-se à área de abrangência da Valeexport.

Chamo a atenção dos senhores, em primeiro lugar, para as vantagens comparativas do Vale do São

Francisco. O Vale do São Francisco é a única região semi-árida tropical do mundo onde está sendo explorada a agricultura. Essa é uma condição única, e não estou me referindo ao Brasil ou à América, mas ao mundo, que nos dá capacidade de sermos altamente competitivos. Então descobrimos no Vale um tesouro. Estou falando isso para citar uma máxima dos irmãos Marx. Um deles olhou pela janela e falou que havia um tesouro na casa ao lado. O outro respondeu que não havia uma casa ao lado. O primeiro falou “então construiremos uma”. Isso aqui é um tesouro, e estamos construindo a casa ao lado – é a fruticultura irrigada –, para que possamos colher esse tesouro.

Esse mapa nos fornece uma idéia de que temos o melhor **hardware** para produzir frutas do mundo. Estamos construindo o **software**, que é a geração de pesquisa e tecnologia para tirar o máximo proveito. Mas o **hardware** foi Deus quem deu. Está aí: é o único semi-árido tropical do mundo. O que faz isso produzir ininterruptamente? É o único lugar em que se pode colher frutas todos os dias do ano. Isso não existe em nenhuma outra região. Mais de duas safras/ano na mesma planta, baixa incidência de doenças, proximidade de mercados, abundância de mão-de-obra. Ou seja, há um conjunto de fatores que colocam o Vale como um local privilegiado para competir no mundo com fruticultura irrigada, com agricultura irrigada.

Os principais cultivos de fruticultura irrigada na área de abrangência da Valexport dão conta de que estamos com 41.500 hectares. A manga e a uva são as principais frutas para exportação.

Vamos falar um pouco sobre o impacto que essa fruticultura gera na nossa região. Primeiro, a geração de empregos. Um dado comparativo: 5.000 hectares de soja geram cem empregos; 5 mil hectares de uva geram vinte e cinco mil empregos. E olha que estamos ali com 7.000 hectares de uva. Vejam a importância. São empregos diretos. Pessoas trabalhando embaixo da produção, dentro da propriedade.

Aqui uma idéia da relação pessoas por hectare em cada um dos cultivos. Apresentei o dado da uva, que é alto, mas na média consideramos duas pessoas por hectare na produção de frutas como emprego direto e mais duas como emprego indireto.

Um outro dado importante da fruticultura irrigada não é só o emprego que ela traz. Com pouco investimento gera-se esse emprego. Ou seja, com 6.000 dólares aplicados na fruticultura gera-se um emprego. Para conseguir a mesma coisa em outros setores, você tem que fazer um investimento muito

maior. E por isso a opção do Nordeste nesse instante é a fruticultura.

Não só a geração de emprego, a geração de renda. Vejam que há uma receita anual também alta no ramo da fruticultura irrigada. Essa renda é distribuída. Uma vez que tenho uma alta empregabilidade, uma porcentagem do custo de produção alta é mão-de-obra, a renda gerada na fruticultura paga os trabalhadores. Então há uma distribuição de renda. Ela tem um efeito social forte. Ela fortalece a renda familiar. Por quê? Porque a fruticultura irrigada, emprega a mão-de-obra masculina e a feminina mais ou menos na mesma relação um para um. Via de regra, o que se vê num projeto de fruticultura irrigada é o marido e a esposa trabalhando na atividade. Então a renda familiar é aumentada. Também ela paga acima da média, porque necessita de trabalhos especializados. De forma que ao especializar remunera-se melhor e, pagando os dois, consegue-se, com essa remuneração maior, formar uma classe média rural no Nordeste. Talvez a fruticultura seja uma das únicas formas capazes de formar realmente uma classe média rural no Nordeste brasileiro, possibilitando uma interiorização do desenvolvimento em bases sustentáveis. O Nordeste vem buscando uma alternativa capaz de dar maior dignidade a sua população e, sem dúvida, a única possibilidade hoje utilizada fortemente no Nordeste é a fruticultura irrigada.

Mas não é só isso. Ela gera divisas. O Vale hoje é o maior exportador de frutas do País. Para os senhores resta rem uma idéia, 85% do total da manga brasileira exportada é do Vale do São Francisco, 95% de toda a uva brasileira exportada é do Vale do São Francisco. Então essa fruticultura irrigada do Vale do São Francisco representa um grande volume da exportação, transformando o Vale no maior exportador de frutas do País. E isso nós temos que possa ser jogado fora.

Fiz um pouco da exposição para apresentar o que significa a fruticultura e a geração de empregos, renda e distribuição de renda e a formação da classe média.

Quero apresentar agora a transformação que ocorre do ponto de vista técnico. Esse é o semi-árido e, aqui, vamos falar um pouco a irrigação localizada. A fruticultura irrigada no Vale do São Francisco utiliza irrigação localizada. São dois sistemas: gotejamento, que joga gota a gota em cada planta, de forma que só se repõe a água na área de alcance das raízes, sem espalhar água para todo o lado, e a área de microaspersão, onde se joga um volume um pouco maior

para as culturas que exijam um volume maior de água também na área de absorção.

O que queremos mostrar com isto é que só se joga água na área de absorção da planta, ou seja, esta é a maneira mais eficaz e mais eficiente de se utilizar a energia. Nós usamos a energia somente para fornecer água para a planta e somente a quantidade mínima necessária, a gota. Não há como raciocinar 10% de uma gota. Esta é a primeira colocação que quero fazer e quero que isto seja entendido. O nosso problema não é hidráulico; o nosso problema é de climatologia e fisiologia. É isto que quero explicar aqui. A primeira coisa que tem que ser entendida é que o equipamento utilizado hoje já é o mais eficaz existente para se produzir. É o que se usa no deserto de Israel, é alta tecnologia.

Sem querer entrar na fisiologia propriamente dita, queria apresentar para os senhores o que é a nossa fábrica. A nossa fábrica é um conjunto de fábricas biológicas verdes, em paralelo, que produzem frutas e elas se abastecem de minerais e água através das raízes e toda a sua energia gerada não vem das hidrelétricas. Toda a energia gerada nas nossas fábricas biológicas vem do sol. A única energia que usamos – na quantidade mínima e eficaz – é para colocar água nessa parte da raiz, de forma que, ao evaporar, os nutrientes subam para as plantas e, através da fotossíntese, transformem em matéria. Nós, então, materializamos a energia do sol. É isto que nós fazemos. A água tem sido e é somente um veículo. O que nós jogamos de água no solo é somente o que a natureza ou o clima fez evaporar, o que acontece também no lago, ou seja, se não irrigar e segurar no lago, evapora do mesmo jeito. Toda a superfície irrigada do Vale para a produção vegetal evapora somente um terço do que o lago de Sobradinho evapora por estar parado ali.

Quais são as vantagens desse sistema utilizado? Alta produtividade e qualidade. A planta é conduzida da maneira que se quiser, sem nenhum excesso; eficiência de irrigação de 94% a 98%, ou seja, não há nenhum desperdício; controle total da umidade do solo e ainda jogamos os nossos fertilizantes via eses gotejamentos. Este é um sistema muito eficaz.

Eu dizia aos senhores que apenas repomos a evaporação e a transpiração da planta. A evaporação se mede por um tanque classe A; é função da temperatura, da umidade relativa e dos ventos. Basicamente é o que influi sobre a evaporação.

O que fazemos hoje no Vale é, através de estações meteorológicas, de sensores de solo, medir a

evaporação e a transpiração diária das plantas e repor com as gotas a evaporação e essa transpiração. É somente isso que se faz como consumo de energia: repor o que se evapora.

Não quero entrar em detalhes sobre o cálculo, mas quero dizer que o que pesa nesse caso é a evaporação, temperatura, ventos, que só repomos a água evaporada e consiste no único consumo de energia.

Para se ter uma idéia do quanto se consome nas diferentes culturas, podemos ver que uva consome 25 quilowatts por hectare/dia e vê-se uma lista do nosso consumo em quilowatts por hectare/dia para apenas repor a água à planta. Toda energia da fabricação da matéria-prima é do sol.

Queríamos mostrar, para ficar mais claro que, se pegarmos um hectare de uvas, que emprega cinco pessoas de forma direta, considerando o segundo semestre, o período de maior evapotranspiração histórico e uma fruta que tem sua principal safra no segundo semestre, o nosso consumo total é de 4.590 quilowatts/hora por hectare. Com o custo de 0,09 quilowatts, temos 413,10 quilowatts como custo de energia para produzir um hectare. O nosso custo de mão-de-obra é de R\$7,6 mil, de novo reforçando a alta empregabilidade da fruticultura. Ou seja, com 918 quilowatts/hora geramos e mantemos um emprego e com um quilowatt/hora de consumo, aparecem do nada, através de nossa fábrica biológica, cinco quilos de fruta.

Esta é a prova cabal de que o que faz a nossa produção não é o consumo de energia elétrica, mas sim da energia fotossintética que estamos querendo vender ao MAE a preço de mercado (risos).

Um outro dado comparativo é a energia para gerar um emprego. Na média da fruticultura irrigada – o dado anterior era da uva – com 1,2 mil quilowatts/hora por semestre gera-se um emprego. A indústria de cimento, para gerar o mesmo emprego, gasta 619 mil quilowatts/hora nos mesmos seis meses. Isso são 512 vezes mais para gerar um emprego. Não são duas vezes, 100%, não são dez vezes e não são cem vezes, mas 512 vezes. Este é o quadro.

O SR. – O consumo na indústria de alumínio é ainda maior.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Já não estou nem falando do alumínio porque está muito em foco.

Um dado da própria Chesf mostra que 42% de seu consumo são da indústria, 27% residencial, 13% comercial, 4% rural e 14% outros, sendo mais a área pública.

O setor rural, no caso da Chesf para Pernambuco, consome somente 4% da energia. Um terço disso é referente à agricultura irrigada. Ou seja, toda a agricultura irrigada, com mais de 300 mil empregos diretos gerados no sub-médio, consome 1,2%. Quer que se reduza 10% do consumo vai dar uma contribuição final ao sistema de 0,1%, menor do que o desvio padrão de qualquer um dos outros consumos, o que representa praticamente nada, reduzindo 10%, COM a possibilidade de diminuir 100% a exportação por perdas de qualidade da fruta.

Como mostrei para V. Ex^{as}, só reponho o mínimo. Se eu tirar o mínimo, ela define, imediatamente. E a planta, fisiologicamente, no momento em que define, pára de emitir brotos reprodutivos que darão frutas, para emitir brotos vegetativos, folhas, para tentar sobreviver. Então é muito importante porque, diminuindo 10%, podem-se jogar fora 100% da exportação, pelo menos 50% da produção, que só se recuperaria, como o Dr. Lócio falou, em três a quatro anos, e gerar uma massa de desemprego e um dividendo violento que pode afetar, inclusive, a governabilidade em toda a região do submédio, por um racionamento de 0,1%.

Dessa forma, no nosso entender, a fruticultura irrigada, pelo impacto social que ela gera, deve ser encarada como excepcionalidade. Não é que não queiramos contribuir. Todos os esforços empresariais serão feitos no sentido de diminuir, mas ela não pode ter uma cota definida. Isso seria impraticável.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que não há como criar um parâmetro referente a anos anteriores, porque a situação que se vive, de reposição de água, é do clima daquele dia. Ora, se não conseguimos prever o clima, não há como prever um racionamento baseado em anos anteriores. Não há parâmetro possível. As cotas que os produtores receberam, já pela Celpe, na região de Pernambuco, dão conta de que, na verdade, os 10% aplicados estão significando de 50% a 60% da cota que ele deveria estar repondo pela evaporação, hoje, o que, aí, sim, aniquilaria de vez toda a produção.

Então, a tese é que é impossível, não há base, não há parâmetro. E outra: não vejo como qualquer engenheiro possa admitir aplicar um processo com custo-benefício tão danoso. O efeito seria cascata – como eu disse – e os contratos de exportação encerrados – já estamos sendo ameaçados de termos os nossos contratos encerrados.

E quero trazer à luz da discussão o que vem acontecendo na Califórnia. Como V. Ex^{as} sabem, a

Califórnia, sozinha, como está, já é o oitavo PIB do planeta. Ela tem uma importância econômica única, com indústrias fortíssimas: uma indústria de entretenimento forte – Las Vegas, Hollywood, Disney –, uma indústria de tecnologia de ponta – Vale do Silício, etc. O que vem acontecendo na Califórnia? O único setor que ficou fora do racionamento foi a agricultura irrigada, ou seja, não há medida de racionamento. Inclusive, pode-se consumir mais, porque se sabe que o consumo está ligado ao clima diário. Não há uma tabela periódica possível de ser aplicada.

Há um compromisso dos produtores e do Governo, sim, em tentar melhorar a eficiência do sistema. Ou seja, está-se fazendo um plano – que nós também acreditamos que seja necessário para o Vale ou para toda a área irrigada do País – de reconversão tecnológica, para que se coloquem cada vez mais equipamentos, com maior eficiência; que se revisem as bombas de capacitação que não tiverem com eficiência de 50%; que sejam repostas, imediatamente, bombas com eficiência de 70, 80%, bombas novas, etc.. Ou seja, medidas para aumentar a eficiência. Não há cota estabelecida de racionamento, na Califórnia, para a agricultura.

E mais: o que foi feito com relação ao alumínio – para não deixar de falar do alumínio – na Califórnia? O Governo deu férias coletivas para os produtores, para os funcionários, está pagando lucros cessantes para as indústrias, porque isso é muito mais barato do que desempregar milhares de pessoas e causar colapso em outros mercados.

Para finalizar, queria deixar, em nome da Associação dos Produtores e Exportadores, da forma mais digna possível, um apelo. Na verdade, suplicar aos Srs. Deputados e Senadores desta Comissão para que a fruticultura irrigada seja excepcionalizada por uma questão técnica e por de custo/benefício justa. E também pedir que seja, na medida do possível, criado um programa de reconversão tecnológica dos equipamentos para que haja aumento de eficiência e eficácia. Queremos colaborar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Fernando, pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu queria focalizar um pouco com relação à Chesf. Os trabalhos do INS indicam que, ao final de novembro, com uma fluência de 56% da média de longo prazo, o reservatório chegaria a 4,3%. Isso consi-

derando o racionamento de 20% e importação de energia do Norte de 950 megawatts.

Então, a primeira pergunta é a seguinte: mantidas essas condições, mesmo numa situação de grande risco ao final de novembro, eventualmente não teríamos um problema mais grave que o que estamos vivendo? Depois de novembro, quais são as simulações que podem ser feitas caso não haja um retorno do período de precipitações de forma razoável?

Do ponto de vista da Chesf, vi uma ênfase grande para a necessidade de se fazer esse outro circuito entre Presidente Dutra e Teresina. Isso estamos falando para além de 2002. Quer dizer, se a empresa não tivesse limitações com relação à própria filosofia do governo, o que V. S^a consideraria prioritário para evitar que além desse período tivéssemos algum problema? Ainda que não fosse assim, se não fosse diretamente investido pela Chesf, que ações poderiam ser prioritárias para que não tivéssemos esse constrangimento, eu diria, no médio prazo?

Uma outra pergunta é uma coisa tópica, sei que o efeito é pequeno. Está ou não está nos planos da Chesf motorizar a Pedra do Cavalo? É uma usina que está lá, próxima a Salvador. Sabemos que não é uma usina brilhante do ponto de vista de produção de energia, mas, de qualquer sorte, faltaria apenas a motorização.

Com essas perspectivas, claro que ninguém aqui vai pensar na catástrofe, mas que medidas de segurança adicional teríamos realmente para enfrentar esse período até novembro ou depois de novembro?

Parece que V. S^a falou na possibilidade de flutuações que seriam vindas de outros países. Teria mais alguma coisa em relação a isso em termos de sugestões para que fosse feito, para que não pudéssemos realmente ser surpreendidos com uma nova frustração do período chuvoso que trouxesse consequências ainda mais complicadas que a que estamos vivendo?

Para garantir essa energia importada do Norte, realmente é preciso que o Norte venha a pelo menos reduzir um pouco ou talvez fazer algum tipo de racionamento, etc. Isso é realmente necessário? Eu colocaria isso.

Depois, aquela questão um pouco filosófica, com a qual fiquei realmente preocupado, mas que achamos importante, diria, para essa nova feição que o mercado está tomando.

Você diz que isso assusta um pouco e até entendendo que você, como uma empresa geradora de

energia hidrelétrica, tenha abordado isso, como quem dissesse: “Olha, não tem garantia para o sujeito que investe nas térmicas vender energia”. O que precisamos é ter essa garantia. É aquela história de dizer: temos essa alternativa, uma segunda ou uma terceira se não tiver isso.

Então qual é o conceito desse novo sistema que permite realmente que saíamos do risco que, eventualmente, pode existir no sistema essencialmente hidrelétrico para um sistema em que, mesmo acontecendo o predomínio do sistema hidrelétrico, garanta que investidores adicionais no sistema térmico, por exemplo, não venham ter a possibilidade de não ter a sua energia vendida? Se for assim, efetivamente, ninguém produzirá adicionalmente.

Por fim, lembrei-me agora da que o projeto de biomassa que estava previsto no extremo sul; se isso realmente foi abandonado e por que motivo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Dr. Mozart.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – O Senador Paulo Souto fez uma série de perguntas, espero que tenha anotado todas, porque S. Ex^a falou muito rápido, por isso vou responder rápido.

Depois de novembro, não há dúvida de que esse racionamento terá que perdurar – neste caso é a opinião técnica de quem trabalha na base da segurança –, no meu entender, a não ser que haja um período chuvoso excepcional, mesmo que ocorra um período chuvoso normal, até março. Alguns acham que ele pode ficar em fevereiro, mas acho que vai até março por segurança.

Obviamente, num momento em que estamos racionando isso até março, estamos poupando e recuperando os reservatórios e, se houver um ano hidrológico, a probabilidade de um ano hidrológico ocorrer igual a este é muito baixa porque ele é o pior. Nunca, de pois de um pior, houve um pior do que ele. A probabilidade é baixa, mas existe. Sempre se diz que a pior seca e a pior cheia ainda estão por vir, mas admitamos que o que esperamos é que seja avaliada a retomada do ano hidrológico. Sempre chove, quer dizer, chova pouco ou muito, mas sempre chove, nunca parou de chover, e em função da ocorrência do período hidrológico e da entrada de novas unidades de geração, por exemplo, estamos sabendo que, provavelmente, em setembro entra a primeira macro de Lajeado em operação. Existe a possibilidade, num próximo ano, de entrar a Termo Bahia no início do ano. No meio do ano, entrarão algumas térmicas nossas. Essas tér-

micas estamos repotenciando. Então há uma probabilidade. Estou falando do Nordeste. No Sudeste há outras alternativas e mais de um rio, que é uma grande vantagem, diferentemente do nosso.

Quando V. Ex^a se reporta a ações no futuro, creio que a grande ação vai passar pelo aspecto regulatório e algumas políticas que ficam muito claras, a meu ver, do sistema predominantemente hidrológico.

Ora, algumas térmicas vão ser feitas. Quais serão? As térmicas para autoprodução e térmicas vinculadas à concessionária de distribuição.

Térmicas para produtor independente poucas serão feitas, porque são térmicas de risco. O que vai acontecer, a meu ver, é que provavelmente, do ponto de vista ainda governamental, num período próximo, vamos ter que construir. Ou nós construímos ou se dá o que chamamos de contratar capacidade, ou seja, contratar só a máquina, e vamos entrar numa seara que não gostaria de abordar aqui porque será preciso regulamentar, que é a questão do gás.

Imagino que se definiu que se pode vender capacidade. O que é capacidade? É uma máquina parar lá, mas tem a questão do **take OP**, ou seja, o contrato de gás, que também é preciso regulamentar. Cada vez mais essa questão precisa ser aperfeiçoada no setor elétrico brasileiro. Não tenho dúvidas de que essa é outra questão fundamental.

Nós, que estamos construindo essas térmicas e repotenciando-as, sentimos a questão do gás, que será fundamental. Diferentemente das hidroelétricas, em que o insumo depende dos rios, as termelétricas dependem do gás, uma **commodity** que tem preços mundiais e outros problemas. Particularmente no Nordeste, temos problemas de disponibilidade e não de uso. Na Bahia, se não me engano, em Camamu, uma jazida foi descoberta, mas não sei como está sua situação. Os volumes de gás para termelétricas são muito elevados e, quando olhamos para o futuro, penso que teremos de aperfeiçoar ainda mais essa questão.

É o risco do consumidor hidráulico. Muitas vezes um consumidor tem o que quer que a hidráulica dê-lhe o que chamamos de garantia. Por outro lado, estamos vendo que, com os riscos hidrológicos existentes, o consumidor hidráulico não pode ficar sem uma garantia térmica nos períodos de baixa hidraulicidade. Creio que essa questão tem de começar a ser discutida não apenas pelo Governo, mas também pelo Congresso Nacional, com vistas à regulamentação da utilização de concessionário público de geração termelétrica ou concessionário privado de geração termelétrica

de capacidade e não de energia. Esse assunto merece regulamentação.

Motorização de Pedra do Cavalo. Isso se passou rapidamente. A usina Pedra do Cavalo não é mais de propriedade da Chesf, mas da Eletrobrás. Nesse processo de reestruturação do setor elétrico, de todas as obras que não estavam em construção, foi retirada a concessão da Chesf e, no caso de Pedra do Cavalo, em que somos proprietários da barragem, a Eletrobrás adquiriu a barragem da Chesf. Hoje, a barragem é de propriedade da Eletrobrás e não mais da Chesf. Quanto ao projeto, provavelmente, será feita uma licitação.

V. Ex^a perguntou sobre as alternativas de que falei. As alternativas são várias em curto prazo. Entretanto, todas as alternativas, dentro do modelo institucional estabelecido, dependerão fortemente de ações do Governo e também do próprio mercado. De acordo com o atual modelo institucional, não posso comprar energia. Posso fazer isso, se estiver disponível, mas, como estatal, tenho de fazer, no mínimo, uma consulta pública de preços, para avaliar e comprar.

Embora sejamos uma empresa estatal e até haja a possibilidade de se comprar energia, é preciso sempre apresentar uma possibilidade de mercado. A curtíssimo prazo, temos algumas alternativas, hoje estudadas pelo Ministério, de importação de térmicas pequenas que podem ser transportadas em caminhões e conectadas rapidamente na rede de 69 mil volts. Todas essas ações estão centralizadas no ONS, na Aneel e no próprio Ministério de Minas e Energia. As empresas serão chamadas, seja para adquirir energia e revender, seja para atuar na operação dessa energia. Temos apresentado as sugestões.

Hoje, na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, existe um grupo, conduzido pelo Ministro José Jorge de Vasconcelos, responsável pela oferta, no qual existem alguns subgrupos, entre os quais o que estamos chamando de Subgrupo de Ações Superemergenciais, que está avaliando a possibilidade de trazer energia de curtíssimo prazo para situações eventuais de agravamento da crise energética nas regiões Sudeste e Nordeste.

No Nordeste, na primeira semana, a situação está indo relativamente bem. Há uma colaboração muito grande da população, mas acredito que a questão mais crítica ocorrerá em outubro e em novembro, quando passa a haver no Nordeste temperaturas mais quentes. Nesse caso, não é simples. Quem mora no Nordeste sabe que os meses de junho, julho e até agosto apresentam um clima relativamente

ameno e é possível não usar ar-condicionado. Há uma série de cargas que podem ser não-utilizadas. Em outubro e em novembro, isso nos preocupará. Temos de verificar como está a situação dos reservatórios. Avaliaremos diária e mensalmente essas questões relativas à oferta.

Anotei dois itens muito rápidos – o último diz respeito ao conceito de energia elétrica.

O SR. – Isso sempre ocorreu.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sr. Deputado, não chove até novembro. Quando afirmo isso, que ro dizer que as chuvas ocorridas nesse período não têm relevância na Bacia do São Francisco.

Com relação ao projeto de biomassa, iniciado com Eletrobrás, Chesf e Shell, esta retirou-se do projeto por questões empresariais, fez uma reestruturação mundial e reduziu muito a sua atuação. Entretanto, neste momento, fizemos um acordo com a Eletrobrás e assumimos sozinhos o projeto. Estamos expondo, então, o assunto referente ao Banco Mundial, que tem recursos da ordem de US\$30 milhões do GEF – **Globe Environment Facility**, um fundo ambiental importante.

Caso o BIRD concorde que o projeto seja assumido pela Chesf, como estamos delineando agora – a área para a instalação da floresta energética já foi comprada –, iniciáramos o processo final de construção de uma planta piloto de 30 megawatts no sul da Bahia. Já existe a área. Agora, falta simplesmente essa contrapartida, porque não temos condições de desenvolver o projeto nos moldes em que está proposto sem o apoio do Banco Mundial.

Estivemos recentemente na Secretaria de Assuntos Internacionais, que está nas tratativas – espero. Recentemente, inclusive, cobramos da referida Secretaria um posicionamento com relação à definição desses recursos oriundos do Banco Mundial

Anotei dois pontos, Senador. Mas, como V. Ex^a foi rápido, não lembro exatamente o que foi. Trata-se de energia elétrica e conceito.

O SR. PAULO SOUTO – Quanto a esse problema que V. S^a já se referiu sobre térmicas e hidrelétricas, o mercado está um pouco confuso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigada, Dr. Mozart.

Concedo a palavra aos Parlamentares inscritos. Em vista do avançado da hora, o nosso Presidente,

Deputado Fernando Gabeira, ainda não propôs que as perguntas fossem feitas em grupo, mas sugiro que as participações dos Srs. Deputados e Srs. Senadores sejam em grupo para economizarmos tempo.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Peço a palavra como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Inicialmente por V. Ex^a o primeiro grupo de quatro. Nas vezes anteriores, funcionou bem e conduziremos dessa forma.

Concedo, de imediato, a palavra ao Deputado Clementino Coelho, solicitando que seja objetivo como foi o nosso Senador Paulo Souto, relator desta Comissão.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. expositores, agradeço a todos. Procurarei concentrar-me no tema da irrigação, deixando justamente essa questão energética para o Deputado José Carlos Aleluia e os outros companheiros presentes.

Apenas chamo a atenção não só dos colegas, mas também da mídia. O Senador Waldeck Ornélas fez um pronunciamento muito bom na semana passada acerca dessa questão da crise energética no Nordeste, mais precisamente do semi-árido brasileiro. A mídia, os Parlamentares e as pessoas, de modo geral, precisam entender o que é semi-árido.

O semi-árido brasileiro significa aproximadamente 800 mil Km² e 22 milhões de brasileiros. Trata-se do maior bolsão de miséria e pobreza, apesar de ter toda essa potencialidade do que representa Petrolina, em Juazeiro, como um **show room** de demonstração de que é viável transformar as adversidades justamente em parceiras do desenvolvimento.

Essa crise é simultânea no Nordeste. Todas as regiões do País estão vivendo apenas uma crise energética. Nós estamos vivenciando a crise energética e, pela primeira vez, a crise nos projetos de irrigação. Desse modo, a irrigação, o único processo viabilizado em todo o mundo e que está sendo testado no Brasil, embora com tamanha morosidade, está sendo ameaçada caso os critérios de racionamento e de intervenção não forem seletivos – não apenas pelo lado social ou econômico, mas até do ponto de vista científico e fisiológico.

Se pudermos verificar o que significou o racionamento decretado na Califórnia há menos de um mês, concluiremos que não se estão impondo cortes à agricultura irrigada, porque não se podem fazer mais cortes. Entretanto, estão-se elaborando proposi-

ções de conversão tecnológica e de monitoramento da eficácia das bombas.

Precisamos, no Brasil, acreditar que resolveremos os problemas por meio de decreto. Se houver decreto, a questão estará resolvida. Tenho uma preocupação, Presidente Mozart Siqueira, no sentido de que o Nordeste não alcançará 20%, porque o seu consumo **per capita** é o menor do Brasil. Não há gordura para economizar. No Sul e no Sudeste, a pessoa possui três televisões, computador e mil e um acessórios elétricos, que permitem a possibilidade de corte. Toda via, no Nordeste, o perfil já é de um consumidor mínimo de energia, que racionaliza pela renda **per capita**. Então, se esses 4,3% estão condicionados aos 20%, estaremos em péssima situação. Se também estiverem condicionados aos 950 mil megawatts contínuos, o Governo precisa deixar de ser inerte com a questão do alumínio, pois, em virtude da hidrologia e da sazonalidade do segundo semestre – peço até que V. S^a responda isso –, se não se aumentar o corte do alumínio, não haverá os mil quilowatts contínuos. Para isso, ou seja, para garantir a reserva morta e inócua do lado de Sobradinho, o racionamento, na questão de alumínio, precisa ser próximo dos 50%. A informação que temos é a de que os 25% não resolvem.

Aproveito a oportunidade para avisar que, amanhã, ocorrerá uma audiência entre representantes do setor de irrigação e o Sr. Ministro Pedro Parente* para expor, mais uma vez, essa questão. Não queremos deixar de contribuir. O setor pretende colaborar e tem propostas nesse sentido. Inclusive, Senador Paulo Souto, existe, naquela região, uma série de colonos e de microempresários que ainda não estão usando o sistema de microgotejamento. Usam-se outros sistemas, como o de aspersão e o de pivô central, que consomem mais energia e mais água. Poderia haver um programa emergencial de conversão tecnológica específico para isso, que possibilitará que esse pequeno colono ou a cooperativa possam utilizar energia de maneira mais barata. Assim, haverá racionamento.

Esses são procedimentos muito mais democráticos nos quais se inclui uma responsabilidade social. Esse submédio São Francisco representa aquilo que queremos para todo o semi-árido nordestino. É uma gota d'água em meio às soluções que poderão advir. No entanto, precisamos entender, Presidente Cambraia, que esse modelo que é a solução do desenvolvimento sustentado já está cercado por Municípios em estado de calamidade pública – apenas na Bahia, são 105; em Pernambuco, são 65 –, decretado pelos

respectivos governadores em razão do quadro da seca.

Se aproveitamos a irrigação, que dá o sustento e o emprego, o semi-árido terá esperança, porque as pessoas visitarão a região irrigada ou lerão o assunto, por exemplo, na revista **Veja**, na qual foi publicada matéria referente à questão dos pólos agroindustriais: Petrolina, Juazeiro e Barreiras. O que está acarretando aquilo é justamente a agricultura.

Se penalizarmos isso, tiraremos justamente a esperança, fazendo um desmantelamento, como disse o Presidente da Codevasf. O apagão pode demorar três ou seis meses, mas, depois, todos voltarão a ter a mesma comodidade e a mesma conveniência. Mas, na fruticultura, se procederem de modo irracional no sentido de racionalizar a gota d'água do microgotejamento, a pessoa talvez perca toda aquela poupança de investimento – e o Governo, a única medida que está dando certo nos sertões do Brasil, que é a agricultura e a irrigação.

Solicito a esta Comissão que se posicione ou até que se crie uma comissão que possa acompanhar os produtores dos irrigantes, que estão aqui representados pela Valexport, para estas colocações junto ao Ministro Pedro Parente, para que possamos ter a certeza. Estou até mais tranquilo, porque o Ministro colocou aqui que vai encontrar uma forma, sabe da importância da irrigação.

Fico também tranquilo quando o senhor colocou aquele mapa, dizendo que justamente ali, a montante de Sobradinho no lago, se não se tocar na reserva morta, podemos ficar um pouco mais sossegados quanto à questão da captação. Mas precisamos de garantias, porque continua havendo alguns iluminados da Aneel que estão querendo pegar 10% da vazão do lago, que vai dar 2,9 bilhões de litros, que é quase a meta de da reserva morta – um pouco mais –, para liberar, o que deixa tudo a perder. Então, precisamos ter essa garantia de governabilidade. Isso é pânico numa microrregião de mais de 60 municípios que é modelo de alavancagem. Temos que ter essa inserção, até porque desenvolvimento regional só se faz agora se for com essa inserção localizada, não pode ser genericamente.

Para concluir, vamos racionalizar. Queria também que o Presidente Mozart de Siqueira Campos Araújo pudesse comentar sobre a questão da complementaridade da eólica na Bacia do São Francisco, discordando de uma colocação sua quando fala da questão da termo, ou, melhor colocando que as energias alternativas na Bacia do São Francisco no Nor-

deste têm uma prioridade diferente das energias alternativas nas outras regiões do Brasil.

Como V. S^a colocou, temos um único rio, um único manancial hídrico, onde se tem, com seca ou sem seca, com má gestão dos reservatórios ou não, o eterno conflito do uso da água – navegação, irrigação, dessedentação e energia. Então lá é preciso ter, para poder asseguar – não é nem energia – que os outros usos de água possam ser utilizados democraticamente, em termos de lazer. Estamos vendo aí, Senador Paulo Souto, o Governo preocupado com a hidrovía que ia até o Paraná. Estão pensando até em secar o lago de Furnas para manter a navegabilidade, agora no mês de julho e agosto, para transportar a produção de soja. Mas ninguém fala da navegação do Rio São Francisco, que já está parada, que vai parar, que já chegou a transportar 250 mil toneladas, que já tem fábricas lá no pólo do oeste e também em Juazeiro e Petrolina. Existe até um contrato. O Presidente da Codevasf pode confirmar. Quando Três Marias foi feita, a Codevasf era parte no contrato, e era obrigatório, por contrato, que a vazão fosse de 500m³ por segundo, para permitir a navegação intermitente durante o ano todo. Esse contrato foi para a cucuia, porque a vazão lá ninguém respeita. Então, no Nordeste, é preciso se ter a complementação alternativa para não se prejudicarem as outras demandas de uso da água no contexto econômico e social. A navegação é importante, a piscicultura é importante, a irrigação é mais do que importante.

São essas as colocações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Os expositores responderão em grupo, quatro falarão.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Salatiel Carvalho, por cinco minutos.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, vou racionar totalmente, nem os cinco minutos vou usar porque quero fazer diretamente as perguntas. A crise realmente é grave, não adianta, devemos aproveitar o momento não para fazer discurso, mas para ir diretamente às perguntas.

Primeiro, para a Codevasf: qual o percentual dos projetos, o que representa, no planejamento da Codevasf, o que foi cancelado de novos projetos, porque, no caso da irrigação há duas questões colocadas: a energia e a vazão. Então, o que isso representa em termos de redução de novos projetos no planejamento da Codevasf?

Em segundo lugar, à Chesf: Dr. Mozart, qual o percentual da capacidade de transmissão Norte/Nordeste já em utilização no momento?

Outra pergunta para a Chesf: há possibilidade de transmissão do Sul para o Nordeste?

Outra pergunta para a Chesf: é verdade que existe o projeto, ou a idéia, de se ligar Serra da Mesa ao Nordeste, através de uma linha de transmissão Serra da Mesa – Salvador? E que importância teria no fluxo, já que estão entrando algumas usinas no Centro-Oeste, além do potencial importante do Tocantins?

A terceira pergunta não vou fazer porque já foi feita, se a redução de 20% é capaz de evitar o apagão.

Uma outra pergunta, para o Dr. Mozart, a respeito dos prazos de conclusão das repotenciações de novas térmicas, principalmente nas capitais. Se chegará antes de março.

A última pergunta, para o Dr. Mozart: no Nordeste, pelo que vimos, não há potencial, não há capacidade de geração hidrelétrica. Acredito que muito pouco. Talvez o Nordeste seja a região com menor capacidade de geração de energia hidráulica, já que praticamente um manancial, que é o Rio São Francisco. As alternativas seriam reforço em linha de transmissão e a própria incrementação da geração térmica?

Ainda uma pergunta: se as obras emergenciais, principalmente as repotenciações, já foram autorizadas pelo Ministério das Minas e Energia, num processo licitatório mais simplificado.

Sr. Presidente, ao concluir, gostaria de fazer uma proposta baseada na exposição do Dr. Fernando. A Comissão, e me dirijo também ao nobre Relator, Senador Paulo Souto, não pode apenas promover palesstras e aguardar que, ao final dos trabalhos, haja um relatório, pois tem por título propor alternativas. Por exemplo: pelo que coloca o representante da fruticultura, não há a menor condição de se estabelecer meta e quota para a irrigação. Mesmo a redução de 10% inviabiliza, pois 100% da exportação desaparecem e compromete 50% da produção. Assim, se os números são verdadeiros, não há como aceitar para a irrigação. E verificamos que o impacto é muito pequeno, além do consumo rural de apenas 4%, um terço é destinado à irrigação.

Portanto, gostaria de propor ao Relator e a V. Ex^a, como Presidente da Comissão, que já fizéssemos a proposta à Câmara de Gestão a fim de que suspenda imediatamente a redução de 10% para o setor de irrigação, como medida, pois é necessário dar mais dinamismo ao funcionamento desta que é uma Comissão Especial do Congresso Nacional e

que representa a sociedade. Se estamos respaldados nos dados aqui apresentados, corroborados também pela Codevasf, que cuida do setor, considero altamente apropriado que V. Ex^a, imediatamente, redija um ofício, juntamente com o Relator, que seja dirigido amanhã ao Presidente da Câmara de Gestão suspendendo qualquer tipo de redução, pois os prejuízos são totalmente desproporcionais em relação à eventual poupança de energia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – V. Ex^a sugere que propostas definidas e aprovadas pela Comissão sejam antecipadamente encaminhadas à Câmara de Gestão. É evidente que teria de ser votada cada proposta para a tomada de providências.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Nesse caso, já encaminharei à Mesa a proposta a fim de que na próxima reunião ordinária, com **quorum** maior, seja aprovada, para que haja maior dinamismo. Creio que teremos realmente que propor algumas soluções de emergência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Haverá reuniões administrativas para analisar a questão.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro, por cinco minutos.

O SR. FERNANDO FERRO – Acabo de ser informado de que já estão apagando nos gabinetes, por medida de contenção. Portanto, utilizarei menos de cinco minutos, pois irei embora. Do contrário, terei de subir quatro andares de escada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Alguns expositores terão de viajar também e amanhã não haverá mais vôo.

O SR. FERNANDO FERRO – Dr. Lócio, V. S^a insinuou, em alguns momentos, a possibilidade de transposição das águas do Rio São Francisco. Penso que ninguém acredita mais na transposição a essa altura do campeonato. Que transposição de bacia é essa que V. S^a citou? É a que está proposta? É a que o ex-Ministro Fernando Bezerra citava? Isso não existe. Pode ser que em outra geração, em outra década, possamos discutir o assunto. Mas na atual situação é difícil tocar o projeto.

Outra pergunta: qual é o consumo médio por hectare dos projetos da Codevasf?

Para o Dr. Mozart, primeiro acho interessante sempre discutirmos esse quadro de legislação que montamos, mas isso, na verdade, vai ter que ser rediscutido. Esse programa que foi debatido, esse processo de reestruturação nem na Inglaterra está dando

certo. Lá o MAE não está funcionando. Consegue, quando muito, fechar 20% dos negócios. Quer dizer, não funciona, então vamos ter que sentar e discutir isso.

Uma das conseqüências dessa crise é discutir essa legislação. Esse corpo de leis em relação à energia elétrica tem que ser rediscutido, porque os parâmetros legais estão profundamente discutíveis, inclusive há um componente dessa crise associado a essa estrutura de leis que votamos aqui. Desverticalizar, criar essas alternativas de concorrência, de competição, diferentemente do que falaram, foi feito em alguns países mantendo-se as empresas estatais. A Noruega fez isso: desverticalizou, introduziu concorrência na geração e uma série de outras alternativas ditas necessárias. Esse discurso neoliberal que vingou há até pouco tempo agora não dá mais. Vemos a Chesf tendo que voltar. Quer dizer, estão tendo que engolir todo o discurso neoliberal para a Chesf novamente voltar a investir, porque não há dinheiro privado para fazê-lo. Então não podemos ser dogmáticos. É até bom o resultado da crise, porque alguns de nós da verdade vão ter que rediscutir isso.

Queria fazer algumas perguntas em relação à Chesf. Dr. Mozart, qual é a avaliação que vocês têm, se é que já têm, dos fabricantes, em operar Sobradinho com 4,3% acima do volume útil? Qual é a repercussão disso sobre os equipamentos? Existe alguma análise sobre os equipamentos? Com a possibilidade de redução disso, que impactos podem acontecer. Pelo meu conhecimento, isso nunca foi operado.

No caso de não serem atingidas certas metas de racionamento, vai-se entrar num plano de emergência. Qual seria o esboço de um plano de emergência para, inclusive, verter volume morto? Pode-se chegar a uma situação dessa. Qual seria a alternativa de um plano de emergência? Qual é o perfil do racionamento hoje? Já é possível a Chesf dizer quem está economizando em termos de consumo residencial, industrial ou outros? Quem está economizando, quem está atendendo hoje? Intuitivamente, sei que deve ser 70% de consumo residencial, o resto ainda está para chegar. De quanto a Chesf dispõe para investir hoje nessas linhas de transmissão? Se a Chesf for autorizada a investir, do que ela dispõe hoje em termos de recursos, de caixa, para só correr imediatamente?

O planejamento da Chesf, que era feito historicamente, com as empresas privatizadas sofreu algum processo de continuidade? Há troca de informação? O sistema permite que se faça uma montagem

de mercado para se fazer, inclusive, previsões seguras de que estamos trabalhando com dados efetivos, ou há uma perda de coordenação no planejamento do mercado para definir a expansão?

Por último, falamos em 20% de racionamento, mas esse percentual foi montado com base nos meses de abril, maio e junho do ano passado, quando a curva de carga é a menor, está lá no vale. Quando chega setembro, outubro e novembro, isso está lá em cima, em tão não é mais 20%. Além do mais, temos 6% que o mercado cresceu nesse período, então não vamos racionalizar 20%, mas algo acima de 25%. Isso significa que estamos falando para a população em 20% e vamos exigir dela mais do que isso. Qual é a perspectiva que V. S^a vislumbra para o atendimento disso?

Tenho impressão de que para o Nordeste, particularmente, com essa situação de 24% do reservatório de Sobradinho, com o deplecionamento desse reservatório nessa base, a situação de lá vai ficar muito mais grave. Creio que seria importante, inclusive, alertar o País. Penso que é uma responsabilidade nossa agora, porque a situação da seca e da gravidade do Nordeste é muito mais complicada. Então, é uma questão de responsabilidade política alertar para essa situação, senão poderemos nos defrontar com uma situação muito crítica, com um pré-colapso na Região Nordeste, com condições com as quais, muitas vezes, estamos querendo até pintar um outro quadro. Era muito melhor ser mais realista e alertar o País, as autoridades, sobre a situação particular do Nordeste, que, no meu sentimento, exigirá um tratamento diferenciado e particular nessa crise que estamos enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Fernando Ferro.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia e solicito ao Vice-Presidente, Deputado Fernando Gabeira, que assuma a direção dos trabalhos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, eu quero registrar com satisfação o fato de ver que ainda existem pessoas do setor elétrico do Governo que entendem do assunto. Uma constatação que faço, pelo desfile das informações prestadas pelos agentes do Governo, é de que a virtude do saber não tem sido valorizada, a engenharia brasileira não tem sido valorizada. Eu sei que V. Ex^a fala não só da sua competência, mas da competência de uma instituição que tem engenheiros do melhor quilate, o que significa que o Brasil tem je-

to, só é necessário que volte a ouvir as pessoas que sabem.

A segunda constatação que faço é de que V. Ex^a deixou muito claro que houve um erro de **time**; o Governo errou ao esconder da sociedade. Eu queria que V. Ex^a me confirmasse se houve ou não o atraso e que dia deveria ser o tempo correto. V. Ex^a está prestando depoimento no Congresso. Quando o Governo tinha certeza de que haveria o racionamento? V. Ex^a sabe. Embora V. Ex^a tenha as suas relações com o Governo, faço essa pergunta porque quero claramente esclarecido qual era o dia em que estava límpido, não mais probabilístico. A probabilidade esteve presente durante muito tempo, mas, em determinado momento, já não era mais probabilidade, era certeza do racionamento. Em que data ficou muito claro e não foi trazido para a população?

Quero fazer uma pergunta ao Presidente da Codevasf. Gostaria que S. S^a falasse um pouco mais sobre o programa de barragens que a Codevasf defende. Evidentemente, se o saldo hídrico for positivo, deveremos trabalhar nesse projeto, tanto as barragens dos afluentes quanto as barragens do leito. E gostaria que o Presidente da Chesf me respondesse por que não trabalhamos nas barragens do leito, sobretudo na escada existente entre Sobradinho e Itaparica. Na verdade, – quando Presidente da Chesf, trabalhávamos nisso – que os projetos iniciam um grande impacto social, mas existem projetos com baixo impacto social, e o Brasil precisa começar a pensar projetos grandes.

A BR 116 atravessa o São Francisco nas imediações de Ibó, mais ou menos onde seria construída uma barragem. Por que não fazer uma barragem substituindo a ponte, para instalar usinas de baixa que dá e tirar 100mw ou 200mw a mais no rio? Por que não fazemos isso? Por que a Chesf não faz? Quem está amarrando a Chesf? É importante dizer quem está amarrando a Chesf, por que isso está acontecendo.

Sr. Presidente, quero também dizer da importância de termos grandes projetos no Brasil. Há uma crise de cidadãos brasileiros que possam ser ouvidos para gerar grandes projetos nacionais. Os militares foram mais eficientes nisso: geraram Itaipu, Tucuruí, Xingó, e, antes dos militares, gerou-se Paulo Afonso. Ainda no Governo Sarney, falou-se na ferrovia Norte-Sul, e hoje nós não fazemos nada. O Brasil não tem grandes projetos. V. Ex^a traz aqui Belo Monte, que é a Três Gargantas do Brasil, usando a experiência chinesa. Por que não imediatamente buscar a conjuga-

ção de competência e capacidade da engenharia das empresas da Eletrobrás? Todos têm interesse, pelo menos Furnas, Chesf e Eletronorte, em juntar as empresas brasileiras privadas e fazer esse empreendimento logo.

Inclusive, sugiro que votemos depois uma exposição específica sobre Belo Monte para sabermos o que é esse projeto. Esse projeto é da maior importância. Inclusive sugiro marcarmos em julho, acatando sugestão do Deputado Fernando Gabeira, um ciclo de visitas, em que se iria incluir o sítio de Belo Monte, de Tucuruí, para vermos o andamento das obras, iríamos a Sobradinho. Pediria ao Presidente da Codevasf que propiciasse a organização dessa nossa visita ao sítio de Sobradinho. Posteriormente, iríamos a Itaipu e Xingó, para conhecermos e conversar com a comunidade, para observarmos o reflexo disso na região.

Sr. Presidente, o Governo tem falhado sempre, porque vem tarde. Quando o Governo atrasou nas minhas contas – e que ro que V. Ex^a confirme se é verdade ou não –, quando atrasou em três meses o racionamento, obrigou que ele tivesse que ser 30% maior, porque não fez economia nos meses em que deveria fazer, portanto vai ter que fazê-lo agora mais do que devia. O racionamento teria que ser de 15% e agora vai ser de mais de 20%, pelo atraso. Confirme isso, Sr. Presidente, ou desminta.

Quanto ao transporte de energia do Norte para o Nordeste, V. S^a sabe que há um trecho comum do Maranhão para o Nordeste. Por que o Governo não incluiu o Maranhão ainda? Tecnicamente não está errado? Se o Maranhão entrasse, não aumentaria o fluxo para o Nordeste? Por que isso? Por que o Governo não toma essa decisão logo? Acho que é fundamental que a sociedade saiba se é ou não, ganha ou não, aumentou ou não a disponibilidade de fluxo para o Nordeste se diminuirmos o fluxo para o Maranhão? Não quero onerar apenas a sociedade do Maranhão, mas sobretudo as indústrias do Maranhão têm que pagar.

Desde 1997, quando houve racionamento no Nordeste, as eletrointensivas falam em fazer aproveitamentos, e não fizeram muita coisa. Portanto temos que rever essa relação do povo brasileiro com as eletrointensivas. Não sou contra as eletrointensivas, mas temos que rever a relação do preço da energia, dos contratos de energia, dos ganhos e das perdas do mercado internacional para que se possa reduzir o problema tarifário.

V. S^a deixou muito claro na sua exposição que há um erro grande no Brasil quanto à distribuição dos

recursos do consumidor. O consumidor está mandando recursos para as distribuidoras, que nada fizeram para evitar a crise. A empresa do meu Estado está fazendo Itabebi, portanto está fazendo algum esforço, mas a maioria não fez absolutamente nada.

V. S^a deixou claro que há uma tarifa muito grande do consumidor e a produção recebe pouco, por isso vai faltar energia, porque o distribuidor, no meio, está tendo uma margem muito grande. Isso não é culpa só do distribuidor, mas do BNDES, que conduziu mal a privatização e maximizou os ativos e o mercado. Foi vendido muito mais o mercado do que o ativo, o que fez com que as empresas tivessem uma valorização alta, por isso agora tivessem fórmulas de correção que já vão perto de 100% no período do Plano Real. O consumidor já não aguenta mais pagar tarifas elevadas como vêm sendo cobradas.

Querias sugerir a V. S^a que, na sua exposição, no momento em que fala em sugestões, desse mais ênfase à co-geração. A sua palestra tem apenas esse ponto a reparar: co-geração e conservação, porque é fundamental que se invista nisso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Fazer um combate ao desperdício.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – É, mas é mais do que isso, é mais do que o desperdício, que é apenas comportamental. A conservação é tecnológica. Nas cidades do Nordeste, acima de um determinado nível, as prefeituras têm que exigir que os prédios sejam construídos com aquecedor solar. Não podemos abrir mão disso. É importante que o Relator acrescente no relatório: temos que exigir isso dos hotéis, dos prédios de habitações de uso coletivo e dos prédios de apartamentos – Dr. Félix Mendonça, engenheiro, sabe a importância disso e já deve estar introduzindo em seus projetos esse aspecto.

Quanto à irrigação, concordo, ficou muito claro e é importante que na próxima reunião votemos a recomendação para que a irrigação seja no máximo estimulada através de bônus, nunca estabelecendo uma penalidade para o cumprimento.

Com relação ao 905, V. Ex^a disse, e, realmente, estou apresentando substitutivo, que vem com a sugestão de que a Eletrobrás e as suas subsidiárias possam negociar consórcios com empresas privadas para ir à frente.

Por fim, pergunto a V. Ex^a: Pedro do Cavallo, vale a pena fazer? Se voltar para a Chesf, ela faz? Os estudos econômicos mostram que ela é viável economicamente? Por que não foi feita até hoje? A barragem, que foi o maior investimento, já está lá.

São estas as minhas sugestões.

Fico preocupado com a questão do gás, porque a legislação do gás está emperrada por um dos erros da Constituição de 1988, que a entregou aos Estados, ficando essa legislação complicada. Ontem, os jornais mostraram que o ICMS será um obstáculo para a solução do gás, na medida em que os Estados vão em cima do ICMS, PIS, Cofins. Além de tudo, há uma série de coisas que não estão bem resolvidas, mas não vejo como o Congresso Nacional ajudar neste momento.

Parabenizo, mais uma vez, o Presidente da Chesf pela palestra e o Presidente da Codevasf pela simplicidade com que a Codevasf trata as coisas do sertão. Se os tivessem ouvido, não se teria gasto tanto tempo com a loucura de uma transposição irresponsável que teve uma previsão de R\$300 milhões no orçamento da União deste ano. O Senador Paulo Souto fez uma emenda para retirar, mas não teve sucesso. O Deputado Jorge Khoury conseguiu tirar R\$150 milhões. Afinal, nada seria feito, pois ninguém faz nada contra a gravidade. Um projeto para elevar a água a trezentos metros de altura para fazer irrigação é loucura. Vamos ajudar a Paraíba que precisa de água, mas não com essa loucura de transposição. Pelo menos, a natureza colocou o Governo de volta à sensatez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Completado o primeiro grupo dos quatro, passo a palavra aos expositores: pela ordem, Dr. Mozart, Dr. Lócio e Dr. Fernando.

O SR. MOZART SIQUEIRA CAMPOS DE ARAÚJO – Embora o Deputado Clementino Coelho não esteja aqui, quero dizer-lhe que não me coloquei contra a energia eólica. Aliás, sou um entusiasta dessa energia. O que temos de dizer claramente é que ainda é uma energia cujos preços são mais caros. Obviamente, se se fizer um mix tarifário, pode-se incluí-la no mix do Nordeste e se fazer grandes investimentos em energia eólica, resolvendo grande parte, até porque existe uma complementariedade, ou seja, quando se tem mais vento no Nordeste é quando se tem menos água.

Então, essa é uma questão que eu gostaria de deixar registrada, porque eu não sou adversário, ao contrário sou entusiasta, do uso da energia eólica. Onde a energia eólica tem sido utilizada, ela tem sido utilizada com subsídios. Isso tem ocorrido na Europa e nos Estados Unidos.

Atendendo ao Deputado Salatiel Carvalho, hoje, o limite de transmissão extraordinário entre o Norte e o Nordeste é 1300 megawatts. Hoje, Tucuruí não tem mais disponibilidade do que isso. Em determinados horários, eventualmente, conseguimos carga leve: de madrugada ou nos fins de semana. Durante o dia, fica variando em volta de 1200 megawatts.

É possível trazer energia do Sudeste para o Nordeste? É possível. Eu gostaria de mencionar um ponto sobre o qual tenho falado aos Governadores do Nordeste e sobre o qual quero falar agora a esta comissão que representa o Congresso Nacional. Temos de defender o princípio da equidade. O que significa isso? Em determinado momento, no início deste ano, a situação do Nordeste era melhor que a do Sudeste e foi mais energia do Norte para o Sudeste do que veio para o Nordeste. Infelizmente, a situação do rio São Francisco se agravou tanto, no seu perfil hidroológico, que houve uma inversão em termos de agravamento. Eventualmente, no segundo semestre, com o princípio da equidade que rege o setor elétrico, pois os reservatórios são unificados pela NOS, pelo que a Chesf paga – quando digo paga, é que há termas no Sudeste em que 14% da geração são pagas pela Chesf –, se houver necessidade, se o Norte não tiver disponibilidade e se a situação do Nordeste estiver mais grave mais do que a do Sudeste, obrigatoriamente, com esse princípio mantido, virá energia do Sudeste para o Nordeste. Estou falando isso, porque é algo importante.

O SR. PAULO SOUTO – Tem transmissão que garanta isso?

O SR. MOZART SIQUEIRA CAMPOS DE ARAÚJO – Podem vir 600 megawatts do Sudeste.

Então, estou dizendo essas questões, porque elas são legais e institucionais. Eventualmente, estamos sentindo essas questões.

Serra da Mesa/Salvador. Existe uma linha licitada, vendida pela iniciativa privada, que deve entrar em operação em 2003.

Repotenciação. Devemos colocar, caso fechemos o contrato neste mês – não tenho dúvida de que no caso de Camaçari o contrato está mais adiantado. Se não fecharmos até o final deste mês, o faremos em julho –, em julho do próximo ano estará em operação a primeira máquina.

No caso de Mogi, devido a uma questão mercadológica, o fato de os mercados estarem cido e a máquina de Mogi ser Westinghouse, sendo a fábrica nos Estados Unidos, estamos fazendo um esforço muito grande com a Siemens, que comproveu a Westinghouse.

se, para que ela também garanta os prazos. Mas temos uma questão mercadológica neste momento. Tivemos, na semana passada, contato com o presidente da Siemens no Brasil, para que seja dada uma prioridade e também os períodos de no máximo doze meses a partir do contrato sejam cumpridos.

O Deputado Fernando Ferro apresentou-me uma questão sobre o plano de emergência. Deputado Fernando Ferro, com a mudança da estrutura do setor elétrico, no que toca a todos os planos de emergência, de racionamento – somos hoje alguns técnicos a Chesf emprestados seja eventualmente para o Ministério ou para o ONS –, a responsabilidade quanto a esses planos não mais da Chesf. Esses planos estão hoje sendo elaborados seja pelos grupos no Ministério em contato com a ONS.

Sabemos que independentemente do racionamento deveremos ter sempre planos de racionamento e emergência. Essa é uma obrigação de qualquer setor elétrico nacional, e hoje, com a interligação, esses planos deverão estar prontos e avaliando as especificidades de cada região. Creio que dentro deles deverão ser priorizadas classes produtoras, dentro das classes industriais e também a parte referente à classe comercial. Acredito, não tenho dúvida, de que esses planos estão em fase de análise neste momento para, na eventualidade de serem necessários, serem utilizados pelo operador nacional, desde que autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, isso do ponto de vista institucional.

O senhor nos fez também nos perguntou, em sendo a Chesf autorizada a fazer a linha, se teria ela condições para tanto. Quero dizer que a Chesf, hoje, se encontra, apesar da crise, em uma situação, do ponto de vista creditício, nunca vista no mercado.

Se o senhor indagar se temos caixa, a questão do fluxo financeiro não é um problema, mas se precisarmos de nos financiarmos no mercado nacional ou internacional, quero dizer que os Bancos nos procuram até para nos oferecer empréstimos. Alguns empresas de fomento internacional têm nos procurado. O aspecto financeiro não é o fundamental, e sim que para nos endividarmos precisamos de autorização, funções orçamentárias, e a isso todas as empresas estatais estão sendo submetidas.

Quanto à questão do planejamento, é importante dizer que no momento da transição, da mesma forma em que o GCOI foi extinto e criado o ONS, o CGPS também foi extinto e foi criado o CCPE. Por outro lado, algumas obras que entravam no chamávamos planejamento determinativo, quando se dizia

para a estatal fazer determinada obra, com um novo arcabouço legal, algumas dessas obras deixaram de ser do planejamento determinativo e passaram para o planejamento indicativo. Isso significa que se identifica qual obra é necessária (Pausa.). É feita a licitação, são dados os prazos.

Houve, quanto a essas questões, uma mudança institucional importante. Como estamos em uma situação de emergência, através do Ministro José Jorge, estando solicitando que algumas obras emergenciais que identificamos passem a ser, no planejamento determinativo, autorizadas. Temos condições e créditos.

Anotei aqui uma pergunta. Anotei a palavra “crítica”, foi muito rápido.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sobre se já há o perfil de quem está racionando.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não temos o perfil exato. Não temos o perfil detalhado do distribuidor.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Do industrial vocês têm?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Alguns consumidores industriais estão adotando, inclusive, uma prerrogativa – alguns neste momento – que está contribuindo para que cheguemos rapidamente aos 20%. Vou até dar-lhe uma informação diferente. Como alguns consumidores industriais sabem que têm que racionar 25% estão racionando mais, ou seja, pararam literalmente, estão aproveitando para fazer manutenção preventiva. A idéia é racionar 25% em um mês e trabalhar mais de 30 dias para, na média, dar os 25%. Neste momento, inclusive, no Caso do Nordeste, a contribuição maior, ao menos dos consumidores da Chesf, está vindo por parte dos consumidores industriais. Alguns Estados, dos quais temos informações preliminares, não estão nos surpreendendo. Por exemplo, Estados como a Bahia, Pernambuco, estão muito próximos dos 20%. A classe consumidora de Estados de menor perfil, sob o ponto de vista do poder aquisitivo, como o Piauí, Pernambuco, é diferente. Tive acesso aos dados da Celpe divulgados recentemente. Por exemplo, a Celpe tem 1,700 mil consumidores. Um milhão consomem menos de 100 quilowatts/hora.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Oitenta e três por cento consomem menos de 200 quilowatts/hora.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Creio que em um Estado como o Piauí, esse número é menor ainda. Os Estados menores terão mais dificuldades. Em contrapartida, os Estados

maiores do Nordeste vão ultrapassar os 20%, ao menos é a tendência que observamos nos últimos dias. Percentualmente os Estados menores, como Pernambuco e Bahia, vão ultrapassar. Em compensação há dificuldades em Estados menores do Nordeste em função do perfil do consumidor, que já consome pouca energia. Há mais dificuldades. São, inclusive, protegidos pelas resoluções.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – A questão de operar com 4,3% e a repercussão disso sobre os equipamentos.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não sou especialista em turbinas, mas conheço um pouco. Sou um curioso. Na verdade, sou um especialista em máquinas elétricas. Sobradinho tem uma turbina que trabalha praticamente sem queda, é a chamada turbina Capla. Esta não traz problemas para pequenas quedas. Uma queda que tenha 20m vai cair para 12m ou 13m. A turbina Capla não tem problemas para trabalhar com quedas menores. Posso até chamar um especialista para que dê esse depoimento. Se for Capla sei que dá problema de vibração. Há dois tipos de turbinas utilizáveis. A Capla é, praticamente, uma hélice.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Hoje, Sobradinho já está produzindo pouco. Não é isso?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Hoje, a produtividade da usina, com a queda do lago, é menor. As máquinas, com a abertura total das válvulas distribuidoras, não dão a mesma potencial, o que estava previsto nas simulações. Não tenho qualquer indicativo dos engenheiros que trabalham na área mecânica de que temos qualquer problema para operar até o final. Se houver alguma dificuldade de creio que é a hora de colocar. Já trabalhamos com 10% e não tivemos qualquer problema. Não há porque temer problemas. O esforço que a turbina vai sofrer com o peso da água é menor, tendo em vista que a coluna de água é menor. Em princípio, não temos qualquer problema para trabalhar.

Devo até dar um depoimento sobre a turbina. Trabalhamos com as melhores máquinas, em termos de robustez, da Chesf, são as máquinas russas. Temos uma turbina importada...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O senhor está falando de qual usina?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sobradinho.

Todas máquinas são extremamente sólidas. Já tive oportunidade de trabalhar na época em que o Deputado José Carlos Aleluia era Presidente, eu era en-

genheiro de operação e vivia dentro das casas de máquinas, e posso dizer que não temos problema com essa usina. É extremamente robusta. A usina de Sobradinho talvez seja a mais robusta que temos no País.

Primeiro gostaria de agradecer as palavras de S. Ex^a. Entendo que se dirige à Chesf, que continuará, sem dúvida alguma, sendo... estamos investindo sempre em treinamento e informação. Por isso, temos conseguido nos superar. Um dos melhores de sempre hoje em qualidade de energia são da Chesf. Gostaria de aproveitar esse momento e dizer que a Chesf está muito bem na área de abastecimento.

Com relação à barragem do leito, Deputado José Carlos Aleluia, pretendemos solicitar autorização da câmara para fazer o estudo do degrau, pois existe a possibilidade de fazermos pequenos aproveitamentos entre Itaparica e Sobradinho. Solicitamos, e acredito que não teremos problema, o estudo e, eventualmente, com parcerias ou não, definido o quantitativo... Há estudos preliminares que mostram a possibilidade de construirmos pequenas barragens...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quem o senhor falou que concederia a autorização?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – A autorização é pedida ao Ministério, porque preciso de rubrica orçamentária. É o Ministério que encaminha à Câmara da Crise, para que façamos...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas normalmente seria solicitada a quem? A câmara de crise está atuando somente agora.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Ao Ministério.

Não vamos ter problemas para isso, porque já conversamos. Vamos aproveitar esse momento e fazer um estudo para identificarmos os melhores sítios, porque não podemos mais inundar grandes áreas na região do submédio São Francisco, pois os impactos ambientais e sociais não podem mais ocorrer. Provavelmente, mesmo assim, poderíamos construir duas hidrelétricas pequenas, com queda de 9 metros de altura, que podem gerar 200 megawatts cada uma. Uma dessas hidrelétricas, conforme colocado pelo Deputado José Carlos Aleluia, pode ser usada para construir uma ponte interligando Pernambuco à Bahia, criando um outro corredor de transporte entre os Estados muito barato.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – ... do Ministério dos Transportes.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Com relação à questão de Belo Monte, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, como Presidente da Chesf, fomos à Associação Brasileira de Geradores e nos dispomos, juntamente com Eletrobrás, Chesf, Furnas e Eletronorte, que é quem capitania esse projeto, e temos condições de fazer isso juntamente com a iniciativa privada, a antecipar esse projeto de Belo Monte, que, sem dúvida alguma, nos dará maior tranquilidade para pelo menos cinco ou seis anos. É um projeto de 11 mil megawatts. É importante que o Presidente da Eletronorte venha aqui demonstrar a essa Comissão a qualidade atingida pelo projeto e a possibilidade de fazermos...e esse projeto de lei do Deputado José Carlos Aleluia se torna importante nesse momento, pois define a participação minoritária das subsidiárias, o que hoje não nos é permitido. Precisamos dessa autorização legislativa para que possamos participar minoritariamente. Solicito inclusive o apoio dessa Comissão para agilizar essa autorização minoritária das empresas estatais.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas isso depende de lei?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Depende de lei. Se os Deputados acharem por bem, poderão inclusive solicitar antes, inclusive na Medida Provisória do racionamento, e vemos isso de bom grado.

Com relação à visita à Sobradinho, é importante que a Comissão venha conhecer **in loco** o que está ocorrendo e o que estamos fazendo. Quero dizer ao Deputado que não focalizamos a questão da co-geração, mas entendemos que sobre tudo alguns produtores de cloro e soda, que estamos conversando, produtores que precisam de vapor, como a própria Copene, no sul da Bahia, e outros produtores que usam vapor de modo intensivo, o que sem dúvida alguma é uma alternativa que o Brasil não tem utilizado, mas que esbarra, mais uma vez, nas autorizações que vamos precisar para entrar no mercado de termelétricas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – V. S^a falou na Copene deve ser aquela empresa de celulose no sul da Bahia.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, é porque a Copene é uma grande fornecedora...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – O resto já faz.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – ... mas, lá, existem alguns outros pólos

que têm mercado para que forneçamos... Por exemplo, o projeto que a própria Petrobras está fazendo na Termobahia é uma térmica de 160MW mas, na realidade, é de 240MW que vai utilizar 80MW de gás para abastecer vapor da própria Refinaria Landulpho Alves, que hoje gasta gás simplesmente para aquecer caldeira, e não gera energia elétrica. Então, a quantidade de aproveitamento – e o Deputado lembrou bem – no que diz respeito à co-geração é realmente fantástica no Brasil, e sem aumento do custo de gasto com gás, o que é mais importante. No pólo álcool-químico de Recife, como a antiga Cooperb, que hoje é a Petroflex, a Álcool Química, em Sergipe, é a mesma coisa, está-se construindo, ou seja, usa-se ainda muito no Brasil gás simplesmente para gerar vapor e aquecer caldeira, sem gerar energia elétrica. Isso, no mundo, não ocorre mais.

O SR. – É um crime termodinâmico.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Exatamente. Então, acho que foi bem lembrado, não coloquei porque, talvez, vamos precisar de autorizações legislativas para tudo. As estatais estão muito engessadas nesse momento, há, realmente, um engessamento dos dois lados. Primeiro, por falta de autorização legislativa para participar como minoritário. Um projeto de co-geração é perfeito para que uma empresa de energia elétrica entre de forma minoritária, como a Chesf, porque, normalmente, há interessados, quer dizer, tem que se ter um parceiro que vá comprar o vapor, e, eventualmente, tem-se até o produtor da máquina, que pode entrar, e fazer uma parceria de três. Isso viabilizaria muitos projetos no Brasil, sem aumento dos custos.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ainda não entendi bem. Apenas para explicar: já não existem instalações industriais onde você...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Muito poucas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Então, tem que ser projeto novo?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, na realidade não é projeto novo. Darei um exemplo: a Petroflex, em Pernambuco, procura-nos, e o que ela quer? Ela gas ta 500.000m³ de gás para aquecer caldeira. Posso muito bem colocar uma termelétrica lá de 100MW, gerar energia elétrica e utilizar 1 milhão de metros cúbicos de gás. Os 500 dela vão me gerar, pelo menos, uma rentabilidade de 50% a mais, com o mesmo gás que ele aquece, ele gera energia elétrica, com rentabilidade muito elevada.

Há projetos como esse que está sendo desenvolvido na Bahia em que a rentabilidade é de 27% e vai para 82%.

O SR. PAULO SOUTO – Que projeto é esse?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO É um projeto dentro da própria refinaria da Termobahia.

O SR. PAULO SOUTO – A Fafen também.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Exato, a Fafen também está fazendo um projeto dentro dessa linha. Então, é essa a alternativa. Finalmente, eu gostaria de falar da questão de Pedra do Cavalo, que é um projeto que merece ser estudado pelos seus múltiplos usos: é uma barragem que controla a cheia, que fornece água e que pode gerar energia.

O SR. PAULO SOUTO – Os outros dois já estão funcionando.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sim, os outros já estão funcionando, o problema é quando gerar energia elétrica, vai ter que se definir bem para não haver conflito desses usos. Tem, às vezes, que ter volume de espera para poder controlar a cheia, tem que soltar água para poder gerar, e não pode soltar demais, senão o lago seca.

Então, é um projeto complexo, mas, como disse V. Ex^a – talvez o Deputado José Carlos Aleluia – estivesse fora, essa barragem não é mais nossa, essa barragem agora é da Eletrobrás. É a mesma coisa, se nos for dada a opção de construir a usina, gostaríamos de estudar o projeto, não tem problema, a Eletrobrás continua com a barragem, como a Cemig, lá, opera Três Marias, a barragem é da União e ela é dona das máquinas. Para nós, é mais uma alternativa, e, eventualmente, depende novamente de autorizações orçamentárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Mozart de Siqueira Campos de Araújo...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ficou uma pergunta sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – A pergunta é chata, por isso o Presidente, convenientemente, esqueceu.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não...

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quando ficou claro que o racionamento não era mais probabilístico e sim determinístico? Segundo: o fato de ter atrasado três meses a decisão, nas minhas contas – março, abril e maio – aumentou em 30% o racionamento mesmo? São duas informações importantes para a sociedade.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Claro.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Porque o Governo tem que aprender a decidir ligeiro. Fiz um discurso patético, dizendo que era escravo do que sabia, e um ou dois dias depois saiu o ministério do racionamento. Agora, quero saber isso mesmo, é verdade o que estou pensando ou estou de fato errado e só descobriram que haveria racionamento em maio?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Talvez seja uma pergunta mais delicada. Costumo ser muito franco ao responder perguntas delicadas por ser pessoa do setor elétrico.

O SR. PAULO SOUTO – Quero apenas saber disso, para que o senhor não fique constrangido, porque foi dito que o primeiro ofício que tratava do assunto foi recebido no dia 12 de março.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – É verdade. Direi exatamente o que ocorreu.

As situações no dia 03 de janeiro não eram confortáveis, mas mais do que confortáveis. No caso da Chesf, estávamos com o reservatório com 43%. Havia chovido 96% da média de longo termo em novembro e 112% em dezembro. Precisávamos chegar a apenas 50% do reservatório. Então o que ocorreu? Pararam as chuvas em janeiro.

É importante dizer que, apesar de não termos mais essa atribuição, por uma questão pessoal de formação e de responsabilidade, acompanhamos a questão diuturnamente. Então, no final de janeiro, a representação dos geradores no ONS, órgão responsável por esse assunto, por meio de nossos representantes do Conselho de Administração, sugeriu fosse contratado um estudo. No ano passado, o mesmo ocorreu. No mês de janeiro as chuvas não pararam, mas, eventualmente, em fevereiro não choveu. No entanto, choveu em março e não tivemos problemas.

É natural e normal haver, durante o período do úmido, o que denominamos veranico: uns quinze ou vinte dias em que pára de chover. O problema é que parou de chover durante trinta dias. Por isso o ONS contra-

tou um órgão nacional de meteorologia para que fizesse um estudo com as previsões.

Fui informado que, de acordo com as previsões recebidas pelo órgão, o período chuvoso seria um período normal.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Fizeram estudos?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, porque houve uma parada. Choveu 96% da média de longo termo em novembro – estou falando do São Francisco, pode ser que, em todo o Brasil os números sejam diferentes – e 112% em dezembro. Por isso, na média de longo termo de janeiro aparece ainda 71%, porque é fruto inclusive de algumas chuvas que caíram no final de dezembro de 2000.

Ficamos preocupados. Então, foi feita uma primeira avaliação e a informação que recebemos dos nossos Conselheiros da Geração no ONS foi que se tratava de um veranico. Mas a queda continuou. Embora aquela média que apresentamos fosse de 71%, no final de janeiro, já estava em 49% da MLT, ou seja, era de 71% porque vínhamos com uma média muito elevada no início de janeiro.

No final de fevereiro, para nós acendeu a luz amarela. Mais uma vez o Conselho de Administração do ONS se reuniu e elaboraram uma carta datada. Veio então o Carnaval, lembro-me bem disso, e, na semana posterior, o ONS informou que, para não haver racionamento, precisavam de chuvas que superassem em 100% a média de longo termo.

A situação não mudou. Conseqüentemente, durante o mês de março, iniciou-se um estudo para definir regras para o racionamento. Como geradores, tínhamos uma opinião muito clara sobre a necessidade de se fazer um racionamento. Entretanto havia opiniões divergentes de técnicos, o que é natural. Para definir o percentual, ainda faltava o mês de abril – o mês de março não havia se encerrado. Pela própria característica que temos como geradores, agimos antecipadamente. Obviamente o ONS é um órgão que tem conselheiro da geração, da distribuição, da transmissão. Mesmo assim, no dia 12 de março, nessa data – essa carta do dia 12 de março, recebeu dia 19 de março no meu e-mail, a partir daí, diversas discussões ocorreram no setor elétrico. Nossa opinião chegou a tal ponto que... Na primeira quinzena de abril, quando a situação hidrológica não havia mudado, a agência nacional partiu para um plano de racionalização. Obviamente não cabe aqui questionar. Com relação a essa visão, apresentamos nossa opinião de

empresa e de agência. Infelizmente, o período consolidou-se e não choveu mais. O racionamento só começou no dia 1º de junho. Essa é a verdade dos fatos.

Nós, como agentes, perante o ONS, posicionamo-nos ainda em abril. O ONS, juntamente com a Aneel, preparou as avaliações e sugeriu o racionamento durante o mês de abril. Primeiro, foi adotado um plano de racionalização e, apenas em junho, partiu-se para o plano de racionamento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – V. Exª não respondeu à pergunta com relação à necessidade de inclusão do Pará e Maranhão. Porque demoramos tanto?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Com relação a isso, não há necessidade de incluir o Pará ainda este mês de junho. Por quê? Por uma medida operativa, nós... Quando do falo nós é o setor hidrelétrico, o ONS, a Eletronorte... Na verdade, a Eletronorte fez uma indução no reservatório de Tucuruí, que foi elevado até a quota de 108%. Como ele está com essa cota, durante este mês, deve haver equilíbrio entre a água que chega e a que sai. Não deixa de haver vertimento este mês. Ainda há uma folga de 8%, que deve ser usada até o dia 15 de julho. O ONS está fazendo uma proposta, novamente, para que se faça racionamento no Norte, até porque não há água suficiente em Serra da Mesa, ou seja, a barragem principal do Rio Tocantins, que regulariza 54% do rio, está apenas com 30% do seu volume, porque a seca do São Francisco é igual no Alto Tocantins. A sugestão estudada é o racionamento a partir de 15 de julho, também de 20%.

O SR. PAULO SOUTO – Para manter o quê, esse fluxo?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não. Esse racionamento... A barragem do Tucuruí é pequena. As pessoas pensam que ela é grande, mas é pequena. Então, a velocidade com que a água esvaízia é enorme, tanto que, em outubro, nos períodos de 18 e 30 horas, que chamamos de período de pico, o Nordeste e o Sudeste deverão socorrer o Norte, porque, anualmente, ocorre dessa forma, ou seja...

O SR. PAULO SOUTO – Que período?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Outubro e novembro. Devemos socorrer durante essas horas, porque há uma queda rápida, pois o reservatório é pequeno e as máquinas não têm potência. Então, realmente, é necessário racionar o Norte para que a queda seja em menor velocidade e a troca de energia, que, naturalmente, ocorre anual-

mente, seja feita sem maiores problemas no final do período de seca.

O SR. PAULO SOUTO – Só para esclarecer, é desse racionamento que depende a manutenção dos níveis de energia que estão sendo transportados para o Nordeste?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Com certeza, por que é o seguinte: a partir de um determinado momento, as máquinas do Tucuruí vão perdendo potência porque a altura vai caindo. Por exemplo, hoje trazemos 1.300 megawatts, mas, daqui a 60 dias, não traremos. Se não houver racionamento, não haverá potência lá disponível para isso.

O que significa o princípio da equidade? Em 1996, 1997, quando se precisou encher Serra da Mesa, o Nordeste exportou 300 megawatts para socorrer o Norte durante quase todo o ano. Estou dizendo isso porque, na época, havia a questão, do ponto de vista financeiro envolvido, que, mesmo mandando energia, tínhamos que pagar porque, embora houvesse mais água lá, precisou-se encher Serra da Mesa. Não chegava água em Tucuruí e tínhamos que mandar energia, ou seja, o sistema é solidário. Quando falo em equidade, às vezes, obviamente, é difícil quem está no Norte, com o lago cheio, querer fazer racionamento, mas há solidariedade...

O SR. PAULO SOUTO – ... federativo, que é um negócio tão difícil.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – É verdade. Senador, desculpe-me, mas não somos muito uma Federação. Nos Estados, a autonomia é pequena.

Atendi ao esperado, Deputado, ou haveria algum outro esclarecimento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Continuo achando que essa indução de veria ser preservada. O racionamento deveria ter começado antes.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Aí eu devo dizer o seguinte: como sai da bacia do São Francisco, tenho de confiar nos estudos da ONS que estão dizendo que se precisa de 20%.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas antes...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Ele está dizendo que é em julho. Ele disse que dá, sem problema. Essa é a proposta da ONS.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Está perdendo potência, o senhor acabou de dizer que está perdendo potência e se poderia estar, no mínimo, fazendo uma coisa voluntária no Norte...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – O que ocorre é que, se eles racionarem lá neste momento, não podemos trazer mais do que 1300 megawatts.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não podemos trazer, mas mantemos a sobrelevação no reservatório.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Ah, sim, com certeza. Isso é verdade.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mantemos o rendimento da...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Podemos trazer depois, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Claro. Não estou querendo agora, mas, depois, evidentemente... Mais uma vez, o Governo está parecendo aquelas meninas que ficam grávidas e só dizem ao pai quando a barriga cresce.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Mozart. Com a palavra o Dr. Lócio.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, parece-me que o problema do Vale do São Francisco, e aqui de fenda a Co de vas e os irrigantes, não é apenas de energia. Aliás, a energia entra numa pequena escala, porque a participação da energia em irrigação é insignificante em termos de consumo geral da região – conforme os senhores viram na exposição, em torno de 1% do consumo do Nordeste para áreas irrigadas, áreas de uma importância muito grande.

Vejo aqui também um segmento voltado quase que exclusivamente para a geração de energia, como se isso fosse o único problema. O Vale do São Francisco não pode pensar só em energia. Não adianta pensar que se fará só a eólica, algo tão pequeno que não altera nada. Se passar para termelétrica, aí virão preço de gás, ICM não sei de quê, um custo elevadíssimo, quando um país como este tem toda a probabilidade de continuar fazendo geração de energia hidráulica.

Estive vendo uma reportagem sobre a Suíça, em que se aproveita todas as quedas d'água, mínimas que sejam, em geração de energia, que se completa com a energia comprada da França. Vemos, em toda essa região, um cuidado por meio de que pode-se fazer energia, tanto no Vale do São Francisco, como em todos os seus afluentes, e pensa-se apenas em gastar milhões em geração de energia termelétrica, abandonando-se totalmente o problema econômico que defendemos para uma região: aumentar a capa-

cidade hídrica do rio, fazer transporte. A energia passa a ser até um subproduto porque todas essas barragens geram energia e estão sendo transportadas aí 600, 1300, e, com essas barragens só na cara do rio, vai-se aumentar para 1870, quando se está importando, no máximo, do Norte, 1300. Nos tributários, apenas o inventariado dá 627 mil megawatts.

Vamos continuar só pensando em energia? E o problema da água? E o problema do transporte? Hoje nosso problema é água. Se for feita uma economia de energia muito grande em Sobradinho para não gerar energia, ou não gastar, ou não chegar no “morto” deles, vai faltar água nos perímetros irrigados. Então, há um problema que é muito sério, chamado água. Podemos até ultrapassar o consumo de energia e brigar com o Governo para não cortá-la, mas a água não tem jeito.

Tenho de aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco. Que rio integração é esse, sem água? Por que não fazer as barragens associadas à iniciativa privada? O Governo faz o corpo da barragem e, depois de uma licitação, a iniciativa privada fará as máquinas geradoras, fará tudo, injetará essa energia e a venderá do outro lado. Temos, por exemplo, a energia de biomassa, de bagaço de cana, com todas essas usinas. São atividades empresariais de peso, fortes. Até ontem, ninguém queria sequer saber qual era a energia que estava sendo produzida. Ninguém queria comprar nem por dez pães. Hoje, é importante. Está-se precisando da energia. Essa visão única de ser somente o problema de energia é hoje, mas o problema geral é para a vida toda. É isso que a Codevasf tem defendido. Revitalizar o Rio São Francisco, aumentar a sua capacidade hídrica e acabar com as cheias que matam muitas pessoas. Irá gerar energia e dará transporte.

Há algumas perguntas difíceis. O consumo varia de acordo com o projeto. Dependerá dos equipamentos, se há ou não gravidade. Dependerá muito desse consumo. Não sei se o consumo é de energia ou de dinheiro. Depende do tipo de cultura. Se for de manga, será um tipo; se for de uva, será outro. Agora, se é em custo, posso dizer que para a cultura de uva, a energia entra com 2%, 3%, no máximo. É o custo financeiro no custo geral. A mão-de-obra participa com quase 30%, os produtos, etc. Para a cultura de milho, o custo vai para 30%, 35% – é esse o custo da energia para a cultura de milho. Recomenda-se, então, não plantar milho.

Em uma crise como essa, de falta de energia, se tiver de economizar, continuo defendendo que sejam

sacrificadas as culturas de ciclo curto: as de milho, de feijão, de melancia e de melão. Que se preserve a fruticultura, porque, para essa ser recuperada, é difícil. O País perderá milhões e milhões em renda, em emprego, em miséria. Será preciso levar os carros-pipa e as cestas básicas aos projetos de irrigação, o que seria muito triste.

Não posso pensar aqui nessa linha de gerar energia. Só pensamos em gerar energia. Quando se vai pensar em termoelétrica, serão necessários dois, três anos. As barragens daqui, talvez, levem mais tempo, mas elas têm por objetivo o desenvolvimento, o crescimento e a sustentabilidade de uma região, e não somente essa parte de geração de energia.

Estou com dois problemas: a energia e a água, mas o caso da água me parece ser mais grave. Temos as águas das sub-bacias. Há estudos no sentido de que é possível desfazer. Sobre as águas do Rio Paranaíba – acredito que seja o Paranaíba mesmo, ali, próximo a Paracatu, em cinco quedas, com mais de 200 metros de altura, durante o pico, em cascata, durante a noite, na hora do pico – gera energia suficiente para manter. Lembro-me do Senador Waldeck Ornelas, que defendeu essa navegação. O Estado da Bahia, juntamente com a Codevasf, está fazendo estudos, porque é importantíssima a navegação. É o desenvolvimento do Oeste da Bahia. É a interligação com o Piauí, a partir de ferrovia. Há, então, uma possibilidade de desenvolvimento.

Nessa crise é assim mesmo. É como ocorre com o problema da seca. Estamos em uma emergência. Não adianta pensar em outras saídas. É carro-pipa, é cesta básica, etc.

O posicionamento da Codevasf é duplicar a merenda escolar, suspender férias durante o período e sustentar a meninada para que não tenham problemas de retardamento por falta de alimento. Isso é o principal. Daí, já podem até escapar, chupando imbu verde e tal. Mas a população infantil, que frequenta a escola, tem de ser preservada para o futuro desse trabalho que queremos fazer, que são as barragens para a geração de energia e para o aumento da produção de água.

Não sei se respondi às perguntas, porque me foram feitas de uma forma geral. Sobre Três Marias, ela foi feita pela Codevasf. Paulo Afonso foi iniciada pela Codevasf. Na época, por uma comissão. Depois, realmente, foi criada a Companhia. Mas a barragem de Três Marias continua sendo a de Três Marias, continua da Codevasf. Há um acordo para se pagar trans-

porte. Até outro dia, a Codevasf pagava as balsas para atravessar os que foram isolados.

Hoje, a Cemig, pelo menos, paga isso.

Termoelétrica, não acredito. A não ser como complementação, principalmente em um País que tem muita água.

Transposição, que foi a pergunta, dentro do plano da Codevasf, se pode levar água para outros estados e não tem outra solução em termos de semi-árido, onde o subsolo é cristalino, e ele tem que ficar consciente disso, senão vai ficar o carro-pipa a vida toda sem levar essa água do São Francisco.

Primeiro, aumenta a capacidade hídrica do São Francisco. São 29 aproveitamentos inventariados pela Eletrobrás.

Principais, na calha – se pergunto o que foi perguntado: Pompeu, Formoso, São Romão, Januária, Bananeira e Paratinga, na Bahia. O resto tudo... E vai gerar energia de 1.870. Os tributários, render muito mais.

Não sei se deixei de responder a alguém que queira fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Doutor.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Então, pode fazer a transposição desde que haja água.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Lócio. Vou pedir licença ao Dr. Fernando para conduzir, aqui, de uma forma prática, por que dentro de 10 minutos o Dr. Mozart precisa ir para o aeroporto. Ele tem compromisso amanhã de manhã, em Recife, e em seguida, na Bahia.

Então, há três Deputados inscritos: Deputado Fernando Gabeira, Deputado Jorge Khoury e Deputado Sérgio Novais.

Solicito que façam as perguntas que serão dirigidas ao Dr. Mozart, diretamente a pergunta, e depois retornará a palavra a estes Deputados para prosseguirem nos seus questionamentos com os demais expositores.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira para uma pergunta direta ao Dr. Mozart.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Bem, que ro ser rápido. Não desejo fazer com que o senhor perca o seu avião. Vou ser rápido. O mais rápido possível.

Eu tinha três perguntas, mas quando o senhor fez as observações sobre a chuva, ocorreu-me também fazer uma observação sobre essa resposta.

Não é contraditório um País que dependa basicamente de uma matriz hidráulica, da hidroelétrica, não ter um bom sistema de previsão de chuva?

O professor Aziz Saiber fez essa declaração. O Brasil não é um dos oito países do mundo mais capacitados a prever chuva, e o Governo jamais se interessou por esse assunto. Inclusive, não se interessa em ouvir os especialistas que existem na universidade, segundo o professor. Então, há uma contradição grande. Nós dependemos da energia dos rios e não fazemos uma previsão adequada de chuvas.

Em janeiro, se tivéssemos uma boa previsão, talvez pudéssemos ver que aquilo era uma aparência e que essencialmente iria faltar água.

Essa questão precisamos desenvolver, no Brasil. Se nós dependemos da energia hidráulica, temos que desenvolver uma grande capacidade de visão meteorológica dentro dos limites humanos possíveis, é claro! Mas precisamos desenvolver.

As três perguntas que eu que ria fazer são de ordem nacional, mas envolvem a sua área.

A primeira delas é sobre a questão que está em jogo aqui: o alumínio, as indústrias eletrointensivas. Qual é a diferença da tarifa que um produtor de alumínio paga da que nós pagamos, se fôssemos consumidores no Nordeste?

Se pergunto: na sua área, qual a parte da produção de alumínio que é destinada à exportação? Porque tive uma informação, pelos jornais, de que 90 mil toneladas são exportadas e 30 mil são consumidas internamente. Quer dizer que se está produzindo, na sua área, por acaso, com tarifas mais baixas para a exportação? Qual a dimensão desse problema, para podermos avaliar e tomar uma posição mais clara sobre esse tema?

A segunda questão, também geral, mas que pode atingir a sua área: as empresas distribuidoras, amparadas no anexo V do contrato que têm com as geradoras, estão reivindicando uma indenização de 4 bilhões e 600 milhões. Pode ser até 5 bilhões. Pergunto: isso vai atingir a sua geradora, a sua empresa, a empresa que o senhor preside? O senhor acha correto que haja esse guarda-chuva para as distribuidoras que confrontam o Governo como consumidoras nesse caso, que não haja nenhum guarda-chuva para os milhões e milhões de consumidores que confrontam as distribuidoras, aí já como fornecedoras. Quer dizer, que história é essa? Tenho alguns requerimentos tentando avançar nesse tema, mas a questão dos eletrointensivos e a questão do Anexo V desse contrato interessam, especialmente nesse momento de crise.

A terceira questão que quero colocar para o senhor, é que divergimos – quero divergir democraticamente – sobre o caminho que o Governo está tomando nesse **back up** das hidrelétricas. Em primeiro lugar, acho o seguinte: a geração com a biomassa, segundo alguns cálculos, nos próximos dez anos, poderia nos dar 16 mil megawatts. É uma matriz solar, porque, quando falamos biomassa, estamos falando de uma das modalidades de energia solar. A co-geração com gás natural poderia nos dar, segundo esses cálculos também, 10 mil megawatts. E a co-geração hoje – acho que a ausência da sua menção à co-geração pode ser entendida também de uma maneira. Quer dizer, a co-geração vai transformar as grandes produtoras apenas em grandes produtoras, mas vai apresentar para o Brasil a possibilidade de muita gente produzir energia cada vez mais; e esse é o caminho do futuro.

O Brasil, para ser competitivo no futuro, não pode se escorar numa grande produtora de energia; ele vai ter milhares e milhares de produtores de energia, inclusive o sujeito que compra o aparelho solar para substituir o chuveiro. Essa geração distribuída é o futuro, no meu entender, para o Brasil se tornar competitivo.

Os senhores estão falando de barragens, mas sabem que a ONU tem uma comissão especial para estudar as barragens. O relatório que ela publicou nesse final de ano foi devastador sobre as barragens. A maioria das barragens do mundo não atingiu os objetivos que as pessoas propuseram; as barragens produzem milhões e milhões de refugiados. Até no Brasil já temos um movimento de pessoas atingidas pelas barragens.

Quero dizer o seguinte: a aposta no gás que o Governo decidiu e que já vi que está tudo encaminhado para isso, pode ser mais um erro nesse processo, porque vamos pagar o gás em dólar, os equipamentos são difíceis, os americanos encomendaram, se não me engano, 1.300, e isso vai demorar. Além disso, vi agora os dois casos em que trabalhei com gás. A usina de gás Carioba II vai retirar 33 m³ do Rio Piracicaba, que já tem menos água do que a ONU recomenda para a região. E, além disso, está abastecendo São Paulo. São Paulo ainda rouba 23 m³ por segundo do Rio Piracicaba, a cidade de São Paulo. Então ali é impossível fazer Carioba II. Em Santa Branca, no Vale do Paraíba, você faz uma fogueira, e a fumaça fica parada no ar. Então, os alemães querem construir, mas a população está contra.

Vai acontecer no Brasil com algum master métricas, nas áreas mais esclarecidas, o fenômeno ameri-

cano com as nucleares, que chamamos de NIMBY, **not in my back yard**, quer dizer, no meu quintal, não. A aposta que o Governo está fazendo, como a aposta Belmonte, já fizemos uma manifestação mundial, chamava Cararaô, não chamava Belmonte, à época. Quer dizer, são apostas problemáticas não só do ponto de vista ambiental.

A eólica, que foi mencionada aqui, está produzindo 12% da energia da Dinamarca, 16% do norte da Alemanha; ela cresce a 25% por ano contra qualquer outra; o óleo cresce 1,5% ao ano. Apostar na eólica é apostar no Bill Gates contra a IBM, é a mesma coisa. A IBM era uma empresa grande, poderosa, pesada; o Bill Gates foi lá e, hoje, é muito superior. A IBM quase morreu nesse processo.

Então fico preocupado com a competitividade do Brasil no futuro, sobretudo agora que os americanos, que são os nossos rivais em competitividade, estão entrando no caminho errado; seria bom se entrássemos no caminho certo, como os europeus estão entrando. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Jorge Khoury.

O SR. JORGE KHOURY – Vou milimetrar uma questão de tudo que foi dito aqui. Acho que ficou claro que as alternativas para a energia são várias, o potencial do País é muito grande, agora fico na condição do Dr. Lócio, de que na verdade é a única alternativa para manter a fruticultura da região é a água.

Então, Presidente Mozart, o que queria deixar rapidamente aqui é que as exposições feitas pelo Dr. Fernando, da Valexport, e pelo Dr. Lócio, da Codevasf, são uma demonstração inequívoca de que os projetos de irrigação mudaram a face do semi-árido nordestino na Região do São Francisco.

É uma alternativa econômica viável não em nível teórico, mas em nível real. Isso se constata e a sugestão do Deputado de Aleluia de se visitar a região é para não ter dúvida do que estou colocando aqui. O volume produzido e o valor desta produção já foram expostos.

O apelo que faço a V. Ex^a é que procure, informando-se cada vez mais desse aspecto, buscar as alternativas possíveis para evitar que haja, com todo o controle que se faça com relação a questão da água para energia, um prejuízo para região sem tamanho, por que se isso que estamos dizendo é possível hoje, é um trabalho de mais de 30 anos. Não é uma coisa que se plantou ontem e que está se colhendo hoje. Então a própria credibilidade do setor perante o mercado nacional e o mercado estrangeiro pode total-

mente ser liquidada caso uma catástrofe desavenha a acontecer na região, além do problema de energia que, já não temos mais dúvidas que já existe. Acontece isso com relação a irrigação, não temos dúvidas de que vamos prestar um desserviço maior ainda.

Um Ministro paulista chegou a dizer que o Nordeste não precisava de nada, a não ser irrigação no interior e turismo no litoral.

Com isso, nem mais a irrigação no interior, e olhe lá o turismo no litoral, por que sem energia vai haver problema sério lá.

Então esse apelo veemente que faço a V. S^a. Espero também que o nosso Relator Paulo Souto, essa sugestão do Deputado Salatiel de ir já antecipando determinadas posições, Sr. Presidente Cambraia, desta Comissão, a exemplo que V. Ex^a fez na CPI do Judiciário, inclusive não esperou o relatório final, já com uma série de ações foram tomadas em tempo hábil, e só assim creio que podemos reverter essa expectativa negativa, até porque se visitar a região, nesse momento, já pode sentir o pânico que está criado lá. Muitos dos comerciantes da região estão tendo dúvida se devem fazer a sua compra para o segundo semestre ou não; se o produtor vai ter condição de pagar os compromissos ou não vai. Os bancos, os financiamentos feitos, quer dizer, durante o período, as parcelas que vencem naquele período, como vão ser administradas? Então realmente é um problema seriíssimo. E gostaríamos de saber da sua...

O Deputado Aleluia colocou com muita propriedade a sua sensibilidade, a sua competência no trato das coisas da Chesf na região, e não temos dúvidas que tanto a Valexport, como a Codevasf têm todos os dados necessários para informá-lo, para instruí-lo e que V. S^a possa, junto à área competente do Governo, demonstrar que é impossível solicitar qualquer redução de água que venha prejudicar as tomadas d'água dessas áreas, da cultura permanente que a é a fruticultura da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Sérgio Novaes.

O SR. SÉRGIO NOVAES – Queríamos ver o comportamento do Nordeste, porque quinhentos milhões em três anos me parecem muito aquém do que esperávamos.

Outro ponto é que na fala de V. S^a é constante a afirmação de que esse modelo está completamente equivocado e que precisaríamos – e não tenho dúvida de que esta Comissão deveria dar uma grande contri-

buição para o Brasil, por que o Executivo não fará isso e continuará errando insistindo no erro pelo menos até o final do Governo, porque não deve dar o braço a torcer neste momento, vai querer defender a continuidade disso daqui para frente – fazer uma revisão no modelo, porque esse dado de V. S^a de que está havendo problema em liberar 1.100 metros cúbicos por segundo em função da captação nas outras barragens é gravíssimo. Temos energia na região Norte, mas não podemos usar porque não podemos reduzir a nossa vazão. Toda a problemática aponta que deveríamos reverter tudo isso, inclusive a tarifa. Reajustar a tarifa com o varejo nesse patamar é uma loucura insustentável. Os níveis de inadimplência no Ceará são completamente inaceitáveis, as pessoas desconectam da rede por não ter capacidade de conectar, de ter mais... .

Se estão admitindo 4,3% em novembro, é sinal de que temos que obrigatoriamente receber a energia do Sul. O princípio da reciprocidade tem que ser trabalhado por todos nós, porque não adianta e nessa discussão devemos trabalhar um pouco essa situação de alguns setores da Bahia e de Pernambuco. Se pensarmos desta forma, está correto o Senador Jader Barbalho quando diz que não tem sentido liberar a energia do Pará, porque Tucuruí está com uma situação positiva; não tem sentido o Maranhão de ir passar a linha para o Ceará, que hoje está consumindo toda a energia do Ceará, que já é de Tucuruí, para livrar a Bahia e Pernambuco de uma situação mais difícil.

Portanto, temos que trabalhar bem essa questão, porque se chove no Sul e temos capacidade de reduzir o Sudeste para 15%, podemos deixar o Nordeste com 25% ou 30%, e não recebermos o que é possível receber na transmissão.

Acredito, pelos baixos níveis de consumo, que deveríamos ter esse tratamento diferenciado, e o governo não pode ter um tratamento equânime para situações tão diferenciadas.

Por fim, a transposição do São Francisco. Vejo que foi uma promessa eleitoral. Quando o candidato de oposição dizia que iria estudar a transposição do São Francisco caiu um mundo no Nordeste. Estavam contra a transposição que iria livrar o cearense, o paraibano da seca, e Fernando Henrique Cardoso foi claro e enfático, juntamente com o Vice-Presidente Marco Maciel, de que a transposição estaria garantida. É por isso que estamos vivendo uma situação de tanto descrédito.

Ontem, no momento eleitoral, houve o silêncio ou a concordância com a transposição e num momento pós-eleitoral precisaríamos ter cuidado com essa questão.

Ora, se a Bahia e Pernambuco se arvoram de ser donos da água do São Francisco é como se alguém se arvorasse nesse momento em ser dono da energia no Brasil. Então o princípio da solidariedade de um país tão diferenciado precisa estar acima de nossas diferenças regionais e políticas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Antes de passar a palavra para os nossos expositores para as respostas e considerações finais, há uma questão que gostaria de submeter aos Srs. Parlamentares. Existem alguns requerimentos que serão votados na próxima reunião, mas há um requerimento do Senador Paulo Souto, nosso Relator, que convida o Dr. Afonso Henriques Moreira Santos para vir a esta Comissão já na próxima semana, juntamente com o Presidente da Petrobras e o Presidente da ANA. E também convida o Dr. Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para estar aqui na próxima semana, juntamente com os Professores que estiveram aqui na nossa primeira audiência, e não puderam falar, até por que não estava prevista a fala deles.

Submeto aos Srs. Parlamentares a aprovação de seu requerimento especificamente para que operacionalizemos uma só audiência.

O SR. FERNANDO GABEIRA – São quantas audiências públicas?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – São duas audiências.

Há concordância dos Srs. Parlamentares?

O SR. – Entendi que não haveria votação. A Deputada Rose de Freitas, que é vice-Líder do Governo, me pediu que discutisse qualquer convocação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Antes da saída, conversei com ela sobre esta questão, que seria apenas um requerimento que convidaria o Dr. Afonso Henriques...

O SR. – Se V. Ex^a concordou com ela, sinto-me aliviado porque tinha dito a ela que...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, tenho dois requerimentos que considero urgentes para na próxima reunião, um chamando para falar da questão dos eletrointensivos e outro do Anexo V.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Vi aqui, inclusive, um como Deputado Salatiel Carvalho, que subscreveu juntamente com...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Esse é o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – É o terceiro, digo um deles.

Aprovado o requerimento.

Vamos ouvir os nossos expositores para respostas e considerações finais.

Vou iniciar desta vez pelo Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO ALMEIDA – Na verdade, não houve nenhuma pergunta específica direcionada à questão da fruticultura irrigada, então vou só fazer uma consideração final.

A principal é dizer que em anos anteriores, neste momento, os empresários estariam reunidos com alguns bancos, como o BNDES e outros, fazendo um plano de antecipação de investimentos para absorver mão-de-obra da seca. Tem sido assim toda vez que a seca aflige a região, ou seja, a agricultura irrigada sempre se flexibiliza, antecipa investimentos para segurar essa mão-de-obra da seca.

Não tenho dúvidas de que a energia para manter um hectare irrigado é menor do que a energia para criar uma cesta básica. De forma que é melhor manter a agricultura irrigada do que aumentar a área de seca com todos os prejuízos que ela pode trazer.

Queria fazer jus ao Deputado Clementino Coelho porque não ouvi uma pergunta dele respondida, que foi a questão de Tucuruí, endereçada ao Presidente da Chesf, a questão do alumínio, ou seja, se deveria se reduzir já o consumo de alumínio a 50% para manter o reservatório de Tucuruí e o de Sobradinho, já que a questão vital para os irrigantes é não só energia, mas volume de água.

Seria essa a consideração final. Mais uma vez, queria agradecer ao Deputado Salatiel Carvalho pela proposição, pelo requerimento encaminhado, oxalá pudesse ser votado hoje. Acreditamos que semana que vem já seria satisfatório.

Mais uma vez, agradeço a convocação que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Fernando.

Concedo a palavra ao Dr. Lócio para suas respostas e considerações finais.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓSCIO – Antes de agradecer, apenas fazer umas ressalvas. Quando se fala nas energias alternativas, não é que sejamos contra a energia solar porque sempre vem fazendo e nesse semi-árido não se consegue energia dentro das casas e dos pequenos agricultores, aqueles que

vivem no querosene, queimando candeeiro. Chegamos lá com as placas e produzimos alguma energia. A energia eólica tudo bem, mas não podemos desprezar um plano de desenvolvimento regional que implica dar emprego, gerar renda e resolver um problema econômico de forma sustentável, com todos aqueles cuidados que se tem com o meio ambiente, por que isso aí é uma parte que a Co de vasf tem preza do muito.

De forma que não temos muito a acrescentar. E é pena que a Comissão seja de energia e apenas para reduzir esses encargos do problema energético. Gostaria que fosse mais ampla, porque o problema ainda é do homem, ainda é do desenvolvimento regional.

Estou de acordo com o Deputado Clementino, que não está presente, que falou que é muito difícil reduzir uma população que não tem coisa alguma. O que vemos hoje é que a televisão estampa apenas a questão de São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, quer dizer, não enfoca a situação de uma população pobre. Às vezes, diz: “Não, desligue o chuveiro elétrico!” Quem é, naquele interior, naquele sertão, que tem chuveiro elétrico? Nunca nem viu esse negócio; não sabe nem o que é. De forma que é muito difícil fazer uma redução de 20% quando o cidadão tem dois pontinhos de luz. Realmente, é uma situação muito difícil a posição, como sempre, do Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Lócio.

Com a palavra Dr. Mozart, para suas respostas e considerações finais.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Deputado Fernando Gabeira, com relação às questões de alumínio que V. Ex^a colocou, na realidade, temos 14% do nosso mercado direto que chamamos de consumidores eletrointensivos. Quero dizer até que estamos em discussão com eles, neste momento, até para ver se conseguimos, num primeiro momento, ver qual é o efeito na produção final desses produtores de alumínio, principalmente um de origem canadense e que também produz alumínio não sei se para o mercado interno, qual é o percentual de produção. Mas, na realidade, esses produtores, de uma maneira geral, têm tarifas não diferentes do resto.

O problema é o seguinte: a tarifa que a Chesf comercializa energia é tão barata que é generalizada. Nós não temos tarifa diferenciada para distribuidor. Realmente, é a tarifa mais barata do mundo. Hoje,

vendemos energia a US\$18. Não há isso em lugar nenhum do mundo.

O SR. PAULO SOUTO – Só um minuto. Uma diferença que não há para os produtos de alumínio do Nordeste, aquelas tarifas especiais...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, não, não. Tarifa nossa...

O SR. PAULO SOUTO – Há a tarifa industrial, que ainda estão dizendo que é barata, mas não...

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, a tarifa que nós vendemos para um distribuidor é a mesma que vendemos para um consumidor de alumínio.

No caso nosso – e eu aproveito a oportunidade para responder também ao Deputado Sérgio Novaes –, a tarifa que estamos praticando tem que ser realinhada porque não remunera – não estou falando na tarifa residencial, na tarifa final – os nossos ativos, adequadamente. Precisa haver um realinhamento dessas tarifas, como bem salientou o Deputado José Carlos Aleluia nas suas colocações. O que precisamos é de uma reestruturação tarifária, ou seja, pegar os segmentos de distribuição, de transmissão e de geração e remunerá-los adequadamente. Essa reestruturação tarifária talvez seja uma das questões mais importante a se remetratadas no nosso País neste momento.

Ao se começar a privatização das distribuidoras pela distribuição, criaram-se contratos de longo prazo associados a essas tarifas. Essas tarifas, inclusive, não estão compatíveis com algumas estruturas tarifárias no mundo inteiro. A pirâmide aqui está um pouco invertida. Ou seja, no mundo, de uma maneira geral, a maior parcela da tarifa total é para produção. Aqui está invertida, está na distribuição. Então esse é um problema sério. De qualquer forma, a que isto está levando? Na hora em que se faz esse inversão, não se remunera bem na produção. Então há dificuldade de alavancar investimentos de produção.

Com relação ao Anexo V, vou me atrever aqui dizer o seguinte: quem entende mais de anexo, no Brasil, se chama Chesf. O problema do Anexo V foi levantado pela Chesf. E como eu fazia parte do Coex, que era o Comitê de Mercado Atacadista, existe, aprovado na Assembléia Geral do MAE, um acordo de mercado que protege as geradoras em um acordo com as distribuidoras. Esse acordo foi aprovado na Assembléia Geral do MAE, por unanimidade, tendo força legal. Não sei se V. Ex^{as} sabem disso.

Levamos isso no dia 10 de maio ao conhecimento da Aneel. No dia 11 de maio fizemos uma ex-

posição para a Aneel, que concordou conosco. Esperamos que esses quatro bilhões de que o senhor está falando, e é verdade, não seja, por que não vamos nos conformar com relação a isso. É uma questão, Deputado, do Anexo V.

Os contratos iniciais são contratos padrões e têm um furo. Em função desse furo, no mercado atacadista, as geradoras e as distribuidoras fizeram um acordo. As distribuidoras hoje estão querendo esquecer esse acordo. Esse acordo, além de ter sido feito, foi submetido à Assembleia Geral do MAE e aprovado por unanimidade. Já colocamos formalmente isso para a Câmara de Gestão da Crise, por que é impossível que, com 6%, possamos estar transferindo uma média de um bilhão de reais por mês para as distribuidoras. Isso é um absurdo.

Estou dizendo isso de forma veemente, colocando-me à disposição para, de forma detalhada, explicar a V. Ex^{as}, porque, graças a Deus, conheço isso profundamente não só como membro do mercado, mas porque na Chesf fomos nós quem levantamos isso e levamos à Associação Brasileira de Geradores, que hoje tem tido tratativas, mas acredito que isso será resolvido, porque há uma conscientização muito grande do Dr. Mauro Asses, a Aneel tem profundo conhecimento disso, porque fizemos uma exposição para ela no dia 11 de maio, e sabemos que o acordo que foi feito é válido e nos protege. Esse acordo diz que quando tivermos sobra de energia, contratual, não física, essas sobras ficarão como créditos em energia. E se, por algum motivo, não forem utilizadas até o dia 31/12/2002, indenizaremos os distribuidores em quatro reais. Foi feito esse acordo que foi aceito pelos distribuidores.

Muitas vezes temos ouvido representantes de distribuidores falarem publicamente, dizerem que são a favor de regras, esquecendo-se de que há um acordo aprovado por unanimidade no MAE que protege isso.

Essa foi a condição para que os geradores aprovassem as regras do mercado. Estou dizendo isso porque fiz parte, desde o início, desse processo de acordo dentro do Mercado Atacadista de Energia.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Há um requerimento meu chamando alguém da Câmara para falar sobre isso. Tenho visto que as distribuidoras estão ameaçando quebrar se não receberem isso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Não, elas não queiram, quem quebra somos nós, elas não têm problema nenhum.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Também acho isso.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – As distribuidoras vão perder 20% da redução, nós também vamos perder 20% da redução do nosso contrato. Agora, eles querem perder 20% e receber 100% de indenização.

O SR. – Sr. Presidente, eu queria só dizer que as distribuidoras, se perdem, não é responsabilidade nossa.

V. S^a começou a exposição falando da Lei de Concessões. Fui Relator e autor do Substitutivo da Lei de Concessões. A lei diz claramente que os profissionais assumem os serviços por conta e risco e não se pode atribuir a outras pessoas que não eles.

O Código de Defesa do Consumidor também é claro. As empresas distribuidoras são responsáveis perante os consumidores. Portanto, não podemos agora querer cobrir prejuízo de ninguém.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Deputado, o problema é o seguinte: queria colocar a V. Ex^a com a clareza que acho que tem. Houve uma falha nos contratos iniciais que todos assinaram. Essa falha foi observada no mercado atacadista. Foi feito um acordo para corrigir essa falha. O contrato inicial é um contrato padrão...

O SR. FERNANDO GABEIRA – O acordo tem peso legal? É isso que eu pergunto, por que eles estão amparados em uma base legal. O acordo do MAE tem peso legal?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Claro, a adesão ao MAE, a lei que criou o MAE diz que as empresas que aderem ao MAE se submetem às decisões da assembleia geral. É claro, o mercado atacadista foi criado por uma lei. Então, na hora em que a Assembleia Geral do MAE toma, por unanimidade, uma posição isso vale como regra. Agora, há esquecimento em relação a isso, porque há jogo de ... Agora, isso não pode ser admitido. Não posso admitir que uma empresa estatal transfira, como no caso da Chesf, 200 milhões de reais por mês para as empresas privadas. Isso vale para todos os geradores hidrelétricos. Nós fizemos um acordo. Estou tranquilo porque sei que a Aneel tem conhecimento disso. Nós registramos isso via carta. Essa situação de crise gera esses problemas. Na realidade a Advocacia-Geral da União está avaliando isso. Espero que tenhamos uma solução compatível, porque todos estão perdendo com esse racionamento. Nós estamos perdendo muito. O prejuízo previsto para uma empresa como a Chesf poderá chegar a R\$500 mi-

lhões neste ano. Assim, nós estamos perdendo, todos estão perdendo. Quem trabalha no sistema hidrelétrico sabe desse risco das hidrelétricas.

Esse assunto do Anexo V me deixa um pouco nervoso. É a única coisa que me deixa preocupado, porque eu não aceitaria, de forma nenhuma, esse prejuízo. O senhor falou de co-geração. O problema é que precisamos de instrumentos legislativos, porque somos uma empresa estatal, para investirmos não somente em co-geração. Quero dizer ao Dr. Lócio que temos um potencial, no Nordeste, de energia eólica de mais de 6000 megawatts. Isso tem que ser desenvolvido com política de governo. Empresa privada não vai investir em energia eólica, a não ser que haja subsídios como há na Europa...

O SR. – Mas a 2509 tem lá a viabilidade para a privada e para o governo investir. O meu substitutivo da 2509 está viabilizando investidores pequenos, médios e grandes da energia eólica, com a equalização do valor de geração. É o mesmo sistema da comunidade européia.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Se for utilizado o sistema da comunidade européia, a iniciativa privada vai investir, porque ela vai ter uma parte do investimento subsidiado pelo Governo. Por outro lado, há uma consciência muito forte na Alemanha. Eu conheço muito bem isso. Por exemplo: hoje na Alemanha, se você for comprar energia térmica, nuclear ou eólica, verificará que os preços da eólica são mais caros. Mas a população compra a eólica, que é mais cara.

Mas acho que essa é uma questão que ...

O SR. PAULO SOUTO – É um país que tem uma renda melhor.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Eu sei disso porque estive lá recentemente. Nós realmente temos aqui um potencial eólico estimado em cerca de 20 mil megawatts, dos quais 6000 mil estão na costa do Nordeste.

Com relação aos projetos de irrigação, quero deixar o Dr. Lócio tranqüilo. Sabemos que vamos produzir menos energia hidráulica no São Francisco em favor da irrigação. Segundo, vou aproveitar para responder às duas perguntas do Deputado Sérgio Novais. Para recebermos hoje mais energia do Norte, do jeito que estamos hoje, temos que baixar muito a vazão. Quero garantir a todos que estão aqui – o Dr. Lócio sabe disso, porque estamos juntos nisso – que não traremos problemas para o irrigantes. Para os eventuais problemas que possam surgir, daremos soluções técnicas rápidas junto com a Codevasf. Ou

seja, se precisamos reduzir de 1.100 para 1.000, se testamos e aparecerem duas ou três captações que dão problemas, vou com 1.000, resolvo os problemas das captações, passo a operar com 1.000, recebo mais energia do Norte para poupar mais água no Nordeste. Água não tem faltado.

O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO – Presidente, permita-me interromper para dizer que Chesf e Codevasf sempre trabalharam juntos, mas ele informou que agora não tem mais nada com a água, que o problema agora é da ONS. Como esse organismo não tem nada com a Codevasf, nunca teve nenhum contato com esse órgão, eu estou preocupado. Quando a Chesf diz que não tem mais o controle da água. Isso foi dito por escrito pelo Presidente da Chesf. Isso realmente me preocupou.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – O que ele está colocando é verdade. O que eu estou dizendo é a verdade do ponto de vista legal. Até hoje o ONS não se indisponha conosco. Quando nós dissemos estamos fazendo teste para ajudar o próprio ONS... Quem define, hoje, a vazão e o despacho é o ONS. Se o ONS disser que é preciso botar 1.100 ou 1.200, tenho que botar. Posso até me insubordinar, eventualmente, mas teria algumas penalidades. Se eu não quiser me insubordinar, esse é o modelo que aí está.

Quero encerrar, agradecendo ao Dr. Cambraia, Presidente, pelo convite que recebi, em nome de todos, e dizer o seguinte: estamos fazendo o possível e nos desdobrando no que é possível para minimizar os impactos do racionamento no Nordeste. Não está sendo fácil para uma empresa como a Chesf, que sempre foi acostumada a vender e a dizer que tinha energia farta. Estamos passando por um momento muito difícil, os empregados, a questão da auto-estima é importante, porque somos acostumados a dar notícia boa, trabalhamos para isso. Se vocês pegarem o último relatório da Chesf, o do ano passado, vão ver que a Chesf bateu recordes em qualidade de atendimento, recorde histórico em seus 52 anos. Infelizmente, não vamos poder dizer isso este ano. Estamos fazendo um esforço muito grande.

Quando falo em tarifa, quero dizer aos Srs. Deputados o seguinte: temos que remunerar adequadamente os ativos da empresa, porque senão não teremos condições de equacionar as questões relativas ao fornecimento da energia elétrica. O Deputado falou muito bem dos investimentos. Os investimentos da Chesf, no final da década de 90, foram maiores. Agora, é em função desses investimentos e da baixa

tarifa que fizemos investimentos menores, porque contraímos uma dívida de 5 bilhões para terminar Xingó e temos que pagar de juros anuais em média 15%, que representam 750 milhões. Então, sem tarifa e tendo que pagar 750 milhões? Foi graças à Eletrobrás, esses 500 milhões anuais que os senhores viram aí, que negociamos com nossos credores para não pagar o principal, pagando apenas os juros para a dívida não aumentar investindo 500 milhões no Nordeste. Precisamos, essa é uma condição natural, não se conseguirá... E digo mais: se privatizarmos a empresa, e podemos privatizá-la, o produtor independente venderá no outro dia, sem problema, a 80 reais. Estou dizendo isso. Agora, podemos fazer um **mix**, se a sociedade desejar, para investir em energia eólica, uma equalização tarifária mínima. A Chesf vendia energia em 74 a 35 dólares, hoje está vendendo a 18, e esses números não remuneram a empresa. Estou colocando isso porque é preciso investir, mas pagamos os nossos investimentos, que não são a fundo perdido pelo governo, anualmente, e este ano, chegaremos a um equilíbrio de fazer investimento sem precisar deixar de pagar.

Então, concluo agradecendo a todos os Deputados presentes, ao Deputado Cambraia, mais uma vez, ao Senador Paulo Souto, Relator, pela compreensão, e acho que valeu à pena eu ter perdido o avião.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradecendo a presença de todos, especialmente, dos senhores expositores, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 21h21min)

Ata da 5ª Reunião Realizada em 19-6-01.

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia dezoito do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto, Teotônio Vilela, Heloísa Helena, Paulo Harthug e Roberto Saturnino e os Senhores Deputados Juquinha, Marcos Cintra, Fernando Ferro, Jandira Feghali, Aiton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, Rose de Freitas, José Carlos Aleluia, Salatiel Carvalho, Virgílio Guimarães, Clementino Coelho e Luciano Zica membros da Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “**Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como pro-**

por alternativas ao seu equacionamento”, e ainda as presenças dos Deputados Haroldo Lima, Vivaldo Barbosa, Ivanio Guerra e Eliseu Rezende Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informando que presente reunião destina-se a ouvir as – exposições dos senhores Dr. Henri Philippe Reichstul – Presidente da PETROBRAS, Dr. Afonso Henrique Moreira dos Santos – Secretário de Energia do MME, Dr. Jerson Kelman – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, bem como foi aprovado o Requerimento nº 16, de autoria do Senador Paulo Souto requerendo as oitivas dos Senhores Afonso Henrique Moreira dos Santos do MME e Adilson de Oliveira, da UFRJ. Os expositores apresentaram transparências sobre cada assunto relacionado com sua área de atuação. Foram questionados, em bloco, pelos Senhores Parlamentares presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Especial Mista, criada por meio do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas para o seu equacionamento.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir exposições dos Senhores: Dr. Henri Reichstul, presidente da Petrobras; Dr. Afonso Henriques Moreira dos Santos, Secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia e membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica; e o Dr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 12 do corrente mês ou se podemos considerá-la aprovada.

O SR. (parlamentar não identificado na gravação) – Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Solicitada a dispensa da leitura da ata anterior.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos para serem lidos?

Não há expediente a ser lido.

Solicito à Secretaria que faça tomar parte à Mesa o Dr. Jerson Kelman, Presidente da ANA.

Informo aos Srs. Membros da Comissão que o Dr. Henri Reichstul, presidente da Petrobras, chegará logo mais, conforme informação do mesmo, que está com compromisso em outra Comissão da Câmara dos Deputados.

Desta forma, iniciaremos a exposição pelo Dr. Kelman, ao qual concedo a palavra por vinte minutos, prorrogáveis pelo tempo que se fizer necessário, para a sua exposição.

Com a palavra, o Dr. Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Paulo Souto, Srs. Parlamentares, gostaria de fazer uso das transparências.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pois não, Dr. Kelman.

Antes que o Dr. Kelman inicie a sua exposição, informo, principalmente aos Srs. Deputados, que está em processo de votação nominal uma proposição na Câmara dos Deputados, e vamos ficar nos revezando e indo votar para cumprirmos o preceito regimental.

Solicito ao Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Fernando Gabeira, para assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. JERSON KELMAN – Srs. Parlamentares, vou aproveitar essa oportunidade que me dá essa Comissão, para tratar de alguns temas sobre a interface entre o uso da água e produção de energia elétrica, que tem sido um tema muito tratado na imprensa nos últimos dias e imagine no que tem sido essa a principal motivação para a minha convocação para essa Comissão, dado que sou o Presidente da Agência Nacional de Águas.

Começo, com esse desenho esquemático, tentando mostrar aos senhores que os reservatórios operam entre o nível máximo operativo e o nível mínimo operativo.

Quando, no jargão técnico, se fala em esvaziar os reservatórios, na realidade, está se falando em depressioná-los, quer dizer, baixar o nível até o mínimo operativo. Quando isso acontecer, o mínimo operativo

é aquele que permite ainda entrar água pela tomada de água que leva água para as turbinas. Mas quando ele chegar ao mínimo operativo, nesse exemplo aqui, ainda existirá um grande volume no reservatório, varia de caso a caso, mas queria primeiro esclarecer um tema que tem sido posto na imprensa de que os grandes reservatórios do setor elétrico estariam secando. Na realidade, estão se aproximando dos níveis mínimos operativos. Para termos uma idéia do que é isso, no caso de Sobradinho, o principal reservatório do Nordeste, se ele atingisse o nível mínimo operativo – não queremos que isso aconteça –, na pior hipótese, restaria ainda um volume remanescente de 5,5 bilhões de metros cúbicos. Para traduzirmos este volume de 5,5 bilhões de metros cúbicos em alguma coisa mais palatável, isso seria o suficiente para abastecer todas as residências dos brasileiros por um semestre.

Esse é o primeiro item que vale a pena esclarecer porque começou a haver certo pânico de que todos os reservatórios iriam subitamente ficar secos. Não é bem isso.

O segundo tema que acho interessante trazer à apreciação dos Srs. Parlamentares é este gráfico, que mostra os volumes afluentes ao reservatório de Sobradinho. Estou me referindo a Sobradinho porque é caso mais dramático. Depois podemos tratar de outros. Para termos uma idéia do que são esses reservatórios é bom que se diga que este é um dos maiores reservatórios artificiais do mundo. Ele tem, quando completamente cheio, uma área exposta de 4 mil quilômetros quadrados, um espelho d'água gigantesco que se vê nos mapas.

Este gráfico mostra, ano após ano, desde o início do registro, em 1931, qual foi a variação dos volumes afluentes. Verificamos que houve anos de vacas cortas, como, por exemplo, a década de 40, e anos secos, como é conhecida da década de 50, anos secos. O ano de 71 também foi um ano seco. Agora no último quinquênio, com exceção, de 1997, também houve anos secos.

Em termos de números, o mínimo que foi registrado em um único ano foi o de 1971, quando o volume afluente foi de 53 bilhões de metros cúbicos. O que é isso? Uma maneira de tornar isso dimensional é dividir pelo volume útil de Sobradinho. O volume útil é aquele que fica entre o nível mínimo operativo e o máximo operativo. É o que flutua. Assim, se dividirmos o pior ano da história, 1971, pelo volume útil de Sobradinho, isso daria 1,9. O que quer dizer isso? Mesmo no pior ano, seria possível encher o reservatório de Sobradinho quase duas vezes. Isso é para

nós termos a idéia de que esse gigantesco reservatório de Sobradinho é na realidade pequeno frente ao volume total que a ele aflui por conta do rio São Francisco. Está claro?

Da mesma maneira, se pegarmos o volume médio, todos os anos, é 86 bilhões de metros cúbicos, e o máximo, em 1945, foi 150 bilhões de metros cúbicos.

Outro dado interessante é que a flutuação, entre o máximo e mínimo, é de 3.

O SR. HAROLDO LIMA – V. S^a está-se referindo ao volume médio que aflui em todos os afluentes do São Francisco desde a Serra da Canastra?

O SR. JERSON KELMAN – O rio São Francisco, entrando em Sobradinho, tendo a contribuição de todos os afluentes, de toda a bacia do São Francisco a montante do reservatório de Sobradinho. O volume útil, com eu disse, é 28 bilhões de metros cúbicos. Portanto, este número 1,9 é 53 dividido por 29. Este outro é 86 dividido por 28 e 151 dividido por 28.

Se nós quiséssemos usar a água do São Francisco de uma maneira garantida todos os anos, se não existisse reservatório nenhum e se nós fôssemos contar apenas com o que há no registro histórico, qual seria o volume que poderíamos contar com firmeza, todos os anos, no local onde há a barragem de Sobradinho? Se não existisse reservatório nenhum, eu teria que olhar o pior ano do histórico, 1971, e diria que não poderíamos contar com mais do que 53 bilhões de metros cúbicos, porque isso foi o pior aconteceu no histórico 1971. Eu diria: não conte com mais de 53 bilhões de metros cúbicos, porque isso foi o que pior aconteceu no histórico, se formos contar com o que acontece no histórico. Como existe o reservatório, podemos contar com mais do que isso. O reservatório nos ajuda a suprir uma vazão, um volume anual, uma demanda hipotética de água maior do que essa, e seria então uma demanda da ordem de R\$65 bilhões. Isso seria o que estamos chamando de “volume afluente”, firme. Então, hipoteticamente, eu poderia garantir que todo ano, em Sobradinho, por conta da flutuação do reservatório, em vez de garantir o mínimo, que é de 53, eu garantiria esse firme, que é de 65. A diferença entre 53 e 65 é o ganho trazido pelo reservatório. É isso o que o reservatório nos traz, apesar de ter 28 bilhões de capacidade.

Esse outro gráfico serve apenas para nos mostrar como é a variabilidade das afluições a Sobradinho. A escala, em vez de ser em bilhões de metros cúbicos, está em metros cúbicos por segundo, o que é a mesma coisa. Para transformar em bilhões de metros

cúbicos seria multiplicar esses números pelo número de segundos ao longo de um ano. Então, esse gráfico mostra todos os anos do histórico. Cada linha colorida é um diferente ano do histórico. Para que estou mostrando esse gráfico? Apenas para exemplificar que, no verão, há uma grande variabilidade, temos verões com muita água, verões com pouca água, mas que, na estiagem, não só a vazão é baixa como há pouca variabilidade. Estamos no mês seis e, portanto, daqui para frente, não há muita expectativa de variabilidade. Daqui para frente, o que vai acontecer é algo mais com esse comportamento.

Nesta mesma Comissão, já foi muito discutido se São Pedro é o ou não o responsável pela seca, pela situação de racionamento, etc.. Essa é uma questão muito difícil porque a evolução do estoque de água de Sobradinho depende de duas coisas: quanto de água entra, e nisso efetivamente depende-se de São Pedro, não propriamente da chuva, mas da vazão do rio, que é o resultado da chuva, já traz a chuva. E também de quanta água está saindo, de quanta água é retirada do reservatório, e essa quantidade de água que é retirada do reservatório...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Gabeira) – Vou interrompê-lo um pouco, porque vai entrar o Presidente da Petrobras. Esperemos que ele entre, e depois você continua, senão vai tirar a atenção do que você está dizendo.

O SR. JERSON KELMAN – Dizia eu que a evolução do estoque de água em Sobradinho traduz dois fenômenos de natureza distintos. Um de natureza puramente natural, que é se tem mais água ou menos água no São Francisco, e o outro, que é a entrada. É como se fosse uma caixa d'água cuja torneira quem alimenta é o rio São Francisco, e isso é um fenômeno natural. O outro é a saída, que depende de estarmos produzindo mais energia, se a água está sendo usada mais ou menos, dependendo da demanda por água. É difícil separar esses dois efeitos. Para focar apenas a parte de São Pedro, digamos assim, que é a parte hidrológica, esse gráfico traduz o que seria, é uma evolução hipotética do estoque de água de Sobradinho, não é real, é hipotético. O que seria a evolução de água em Sobradinho na hipótese de que procurássemos tirar de Sobradinho a máxima vazão possível, que se chama vazão firme. Isto é, a máxima vazão que se pode retirar desse reservatório. Falei anteriormente que era de sessenta e tantos bilhões de metros cúbicos. Traduzindo em vazão, seria o seguinte: se calculássemos, esse gráfico traduz, no eixo vertical, o estoque de água em Sobradinho. Então, em

milhões de metros cúbicos. O esto que máximo de Sobradinho é 28 mil milhões de metros cúbicos ou, se quiserem, 28 bilhões de metros cúbicos. Esse é o volume útil. Quando estiver aqui embaixo, está vazio.

Ao longo do eixo horizontal, temos os meses. Isso está dizendo o quê? Imaginando que ele começa se cheio e que todo mês ele solta se, pelo menos, 2.018 metros cúbicos por segundo, que é a vazão firme, ele teria essa evolução de esto que. Ele fica quase sempre cheio, vertendo – é quando essa linha está em cima –, e de vez em quando ele depressiona, ele esvazia. Aqui esvaziou bastante, mas não até o final, não até zero.

Aqui está outra seca, uma seca terrível, em 1971. Mostro outras secas. Agora, as piores de todas ocorreram em 1996 e 2001. O que estou aqui mostrando? Não há nenhuma análise de natureza de demanda de energia hidrelétrica, é puramente hidrológico. O que estou afirmando é que essa seca, no São Francisco, é pior do que qualquer uma que tivesse sido observada antes de 1995.

Então, se tivéssemos observado o São Francisco só até 1995, a vazão garantida ou firme, com que nós poderíamos contar, ou seja, a quantidade de água que o São Francisco nos poderia presenciar em Sobradinho seria de 2.018 metros cúbicos por segundo. Levando em consideração mais esses cinco anos, essa vazão garantida cai para 1.988.

De outra maneira, se tivéssemos operando Sobradinho – não é assim que é operado, isso é hipotético – se estivéssemos operando Sobradinho com a filosofia de estarmos preparados para enfrentar a pior seca que ocorreu no passado – e a pior seca que tinha ocorrido no passado foi em 1971 – nesse caso, haveria um déficit de 1.713 milhões de metros cúbicos, 6% do volume útil. Se impuséssemos um racionamento para atingir 3% do volume útil ao longo de seis meses, haveria um decréscimo de atendimento da vazão firme de 7,5%, não de 20%, mas de 7,5%.

Portanto, concluindo esse ponto, em Sobradinho, não há dúvida nenhuma, essa seca é a pior que já se observou no histórico e, se fosse adotado o critério internacional de estar preparado para a pior seca que se tem no histórico, teríamos um racionamento este ano, não na profundidade que se está verificando. É isso que estou falando. Isso é válido para o Brasil inteiro? Não, não é válido para o Brasil inteiro.

Se formos ver o caso de Furnas, o mesmo tipo de raciocínio feito para Furnas, que tem um volume útil de pouco menos de 18 bilhões de metros cúbicos, verificaríamos que não. Embora estejamos vivencian-

do um seca muito grave, já ocorreram outras secas, pelo menos outras duas secas, tão graves quanto essa e uma bem pior, que foi na década de 50.

Sob o ponto de vista hidrológico, na bacia do Rio Grande, em Furnas, essa seca não tem a característica de ser a pior do histórico. Então, não é apenas por razões hidrológicas que estaríamos vivenciando isso.

Para terminar, a Agência Nacional de Águas tem a obrigação legal de zelar pelo uso múltiplo dos recursos hídricos, de vários setores usuários de recursos hídricos. O setor de navegação, de abastecimento urbano, o setor industrial, de irrigação, etc., todos utilizam a água dos rios. Então, é natural que haja uma disputa pela água dos rios entre esses vários setores. A atribuição legal da ANA é procurar conciliar o uso múltiplo de recursos hídricos. No caso, vou dar um exemplo de um problema que estamos tentando resolver. Dada a ausência de recursos hídricos, zelar pelo uso múltiplo de recursos hídricos significa, na prática, administrar a escassez, administrar conflitos. Esse é um exemplo típico, que está nas páginas dos jornais.

Existe uma produção agrícola, principalmente de grãos, que escoam pelo rio Parnaíba, entrando aqui no lago de Ilha Solteira, produção de Minas, de Goiás e Mato Grosso do Sul, que, através de um canal artificial chamado Pereira Barreto, entra no rio Tietê, sobre o mesmo rio, atravessando várias eclusas, sendo um transporte importante de grãos. Esse transporte de grãos será afetado pela hipótese de esvaziamento. O esvaziamento significa depressão do nível do reservatório até o nível mínimo de Ilha Solteira – uma depressão de cerca de 11 metros –, para utilizar essa água para produzir energia elétrica na situação de carência em que estamos. Esse estoque de água transformado em energia elétrica, quando turbinado ao longo das várias usinas que temos no rio Paraná, implica energia da ordem de 4.700 megawatts/mês. De forma que é um estoque de energia significativo, algo como 3% do volume armazenado em todo o Sudeste ou 25% da demanda de um mês.

Então, trata-se de uma água que pode gerar energia e não pode ser desperdiçada, não pode deixar de gerar energia nessa situação de crise em que estamos. Por outro lado, há um conflito em potencial, porque esse escoamento de grãos seria interrompido. Não há solução que agrade a todos. Estou dando um exemplo, apenas, de conflito pelo uso de recursos hídricos. Não há solução sem custos. O que se pode fazer é procurar solução de um mínimo custo, não de falta de custo. E, nesse caso, aparentemente, esta-

mos em negociações tanto com o INS como o setor transportador, e, possivelmente, a solução será adiar esse esvaziamento para agosto, quando o pico do transporte da safra de grãos já terá ocorrido – ocorre em junho e julho. É esse tipo de problema que estamos tentando resolver em todas as esferas.

A Agência Nacional de Águas tem apenas cinco meses, mas está tentando cumprir o seu mandato de ser, como disse, responsável por zelar pelo uso múltiplo de recursos hídricos.

Srs. Parlamentares, era isso que teria a dizer em termos de uso múltiplo de recursos hídricos e questões de hidrologia relacionadas à crise energética. Naturalmente, estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Kelman.

Passo a palavra ao segundo expositor, Dr. Henri Reichstul.

A pedido do Dr. Henri Reichstul, passo a palavra ao Dr. Afonso Henriques, para fazer a sua exposição por vinte minutos, prorrogáveis se for necessário.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Sr. Presidente da Mesa, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ontem perguntava ao Senador Paulo Souto exatamente qual deveria ser o enfoque desta exposição, tendo em vista que vários já passaram por esta Comissão, ajudando a esclarecer os pontos que nos levaram a esta situação bastante difícil. Fiquei pensando, e o Senador achou conveniente – em falar um pouco sobre planejamento, que é uma atividade que cabe ao Ministério, à Secretaria Nacional de Energia. Temos escutado – e com alguma razão – que faltou planejamento. Faltou ou não faltou planejamento? Essa questão é a que gostaria de tratar durante quinze a vinte minutos.

A verdade é que a história do setor elétrico brasileiro caracteriza-se e destaca-se, no setor energético mundial, com uma competência muito boa na área do planejamento do setor elétrico. Primeiro, a própria herança dos ingleses, quando vieram para cá com a Light, a Anforp e outras e, depois, a Cambraia, na década de 60, que fez um grande inventário, o que criou uma base, uma inteligência local que evoluiu muito, tendo um grande destaque na década de 70 e, principalmente, 80, com modelos matemáticos sofisticados, etc.

Essa competência ainda existe no País. E dizer que não houve planejamento é, de fato, não ser correto, não ler corretamente o que se passou. Planejamento existiu e existe. A questão é a mudança de en-

foque, de ferramenta, de comportamento, de procedimento mesmo, para se realizar este... O pessoal da filmagem está dizendo que tenho que falar um pouco, já falo alto naturalmente, é vício de professor.

O problema é exatamente a dificuldade de que temos e continuamos a ter em desenvolver o novo planejamento. Planeja-se, mas não se tem todas as condições de realizá-lo. O art. 174 da Constituição Federal define dois tipos de planejamento – o indicativo para as atividades privadas e o determinativo ou mandatório para as atividades públicas.

Fica em tão a questão: o que é o serviço de eletricidade? Não deveria, portanto, ser o planejamento determinativo, mandatório, porque é um serviço público?

O modelo que se construiu nesta Casa, pela Lei nº 8.987 e pela Lei nº 9.074 e outras, tinha as seguintes características: competição no nível da geração, planejamento determinativo no âmbito da transmissão e na distribuição, como antes, o planejamento fica no nível da distribuidoras.

Quais dificuldades encontramos?

Ao definir um plano de obras de expansão do parque gerador, como se fazia antigamente, não temos condições de fixar a seqüência e localização dessas obras. Temos condições de definir cenários: há um plano de expansão de termoelétrica, quem se interessa em fazer?

Foi o caso do PPT – Plano Prioritário de Termoelétrica. Várias termoelétricas apareceram – quarenta e nove. Temos aqui as termoelétricas que se previam para o país...

O SR. FERNANDO GABEIRA – Vou aproveitar esta pausa. Sr. Presidente, começou a segunda votação nominal, para fazermos novamente as saídas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Gostaria de informar aos Srs. Deputados que a segunda votação nominal iniciou-se agora e vamos fazer da mesma forma: um rodízio, um revezamento.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Havia 49 termoelétricas definidas, assinadas em protocolos, mas várias delas, a maioria não está acontecendo. Por quê? Fundamentalmente são dois os fatores. Um é a própria decisão empresarial. Há a decisão e um empresário que tinha interesse e para quem se consegue autorização desiste. Esse acho que é um dos pontos problemáticos que temos a resolver no nosso modelo.

Como funciona o sistema de autorização no caso da ANEEL? Quando conseguimos a autorização de uma termoelétrica ou de uma pequena central

hidrelétrica, existe lá um cronograma de implantação. Se não for respeitado, ou se eu, da minha parte, empresário, desistir, não há de fato nenhuma penalidade, nenhuma perda para o empresário. Mas há perda para o planejamento. Como planejar em cima de um compromisso que não tem como é esta autorização? Esse é um mecanismo que temos que evoluir para poder ter mais segurança no planejamento.

É diferente, por exemplo, no caso de hidroeletricidade. As hidrelétricas acima de 30 megawatts são licitadas. Há obviamente um grande investimento do empresário para participar da licitação e há mesmo uma caução que se deposita garantindo, portanto, que a obra vá acontecer ou pelo menos que existirá perda significativa para o agente.

Mas o planejamento fica, principalmente no caso de termoeletricidade, submetido a uma incerteza enorme. Não é apenas a questão da posição do agente que, por algum motivo, desiste do empreendimento. Há, na verdade, um problema mais forte que este. Há uma grande incerteza ambiental, que leva, por exemplo, boa parte das termoeletricas que eram planejadas para São Paulo a buscar outros Estados, como Mato Grosso do Sul ou Rio de Janeiro, onde a questão ambiental está melhor equacionada ou as exigências são menores. Encontramos uma outra lógica, que não é a lógica natural do planejamento da geração baseada em termoeletricidade. A geração baseada em termoeletricidade normalmente indica que se deve colocar a térmica junto ao centro de carga; entretanto, quando incorporamos outros interesses, interesses difusos, como é o caso do meio ambiente, vamos analisar que uma térmica em São Paulo pode ter uma complexidade ambiental, uma aceitação pela sociedade muito difícil, o que faz essa térmica se colocar em outro lugar.

Quando estou falando dessas dificuldades para o planejamento, isso não é desculpa para o planejamento ter dado errado. Gostaria de dar um passo atrás. Se formos analisar o que aconteceu no planejamento elétrico no Brasil e no mundo, vamos ver que raramente o que se planejou foi o que aconteceu, raramente o realizado chegou próximo do planejado. O planejamento era quase que uma carta de intenção. Evidentemente havia, entretanto, uma certa seqüência de obras, uma certa priorização que de toda a forma era respeitada. Isso, hoje, já não existe. Não existe no âmbito das termoeletricas, porque ficamos extremamente dependentes da ação do empresário, que pode, como eu disse, pedir uma autorização e, tempo

depois, desistir dessa autorização, sem uma maior penalização.

Ora, acho que o planejamento deve mudar absolutamente a maneira de ser. A nossa cultura é muito baseada no modelo matemático, no modelo de otimização, no modelo que prioriza, no modelo baseado em custos. Primeiramente, por causa dos próprios custos.

Qual é o custo do aproveitamento de uma central elétrica?

Por exemplo, o custo de Canoas I e Canoas II, construídas pelo Grupo Votorantim e eram da CESP, ficou 50% abaixo do orçamento. Portanto, quando vemos a diferença, a distância entre o custo orçamento e o custo realizado de várias obras (como Machadinho, Itá e outras), vamos observar que aquele planejamento matemático, aquela ordenação que se fazia começa a mostrar seu lado frágil. Além disso, entram outros interesses da sociedade. Os modelos matemáticos não eram capazes de absorver esses outros interesses, dentre eles o interesse ambiental de cada Estado – o interesse ambiental difere sobremaneira em cada Estado. Isso é um grande diferencial na localização de uma central termoeletrica ou mesmo de uma hidrelétrica. É necessário, para o bom planejamento, ter, antes de tudo, uma avaliação estratégica ambiental. A avaliação estratégica ambiental deve incorporar, entre outras coisas, a disponibilidade hídrica. Uma das termoeletricas prevista no nosso plano que mais problema está vivendo hoje é a de Carioba, em Americana, exatamente por questão de disponibilidade hídrica. A Bacia do Piracicaba é uma bacia com uma tradição de gestão e há uma oposição da sociedade local muito forte em relação a essa central termoeletrica de ciclo combinado.

Ora, o que então nós da Secretaria de Energia estamos propondo para que o nosso planejamento seja mais aderente à realidade?

Primeiramente, temos que envolver outros setores do Governo de maneira mais intensa. Não dá para o setor elétrico planejar-se a si próprio. É necessário um enfoque energético. Quando se fala de gás, por exemplo, o gás tanto pode ser usado na termoeletricidade como numa indústria, e essa indústria pode gerar com cogeração; quer dizer, o enfoque tem que ser mais amplo. Então, temos que ter um planejamento energético, mas esse planejamento energético tem que estar baseado no que está baseado no planejamento do próprio país.

Como é, por exemplo, que o PPA – o Plano Plurianual, vai afetar o planejamento do setor elétrico? E,

em função disso, a capacidade orçamentária, a disposição do próprio Governo em investir diretamente, que é uma questão que se coloca muito. Isso tem que estar evidentemente vinculado com o planejamento do País. Então, a linha que estamos trabalhando para evoluir o planejamento nesse novo modelo é colocar o planejamento, não apenas no setor elétrico, mas no planejamento energético “linkado”, conectado com as áreas de planejamento, de desenvolvimento e do meio ambiente. O meio ambiente é, sem dúvida, o fato mais relevante. A avaliação estratégica ambiental é que, de fato, diminuirá a incerteza das obras planejadas, sejam elas de geração ou de transmissão..

Além disso, há de se evoluir num outro sentido: não basta o planejamento ser tratado apenas em nível de Governo. Precisamos ter um planejamento transparente, porém participativo. E o Plano Decenal, que ora está em andamento na Secretaria de Energia, no Ministério das Minas e Energia, o qual já desencadeou uma série de seminários – inclusive pretendemos fazer aqui no Congresso uma apresentação, um debate para que outros interesses e pontos de vista da sociedade seja colocados e incorporados nesse planejamento – é nesse sentido.

Realizado esse planejamento, é essencial uma análise, uma visão de mercado daquelas obras previstas, e não apenas a fiscalização das obras, das outorgas. Uma termoeletrica que era extremamente atrativa há três anos, quando o combustível era US\$10 o barril, perdeu muito do seu interesse quando o petróleo chega a US\$27, US\$28 o barril. Portanto, temos que ter uma visão, um acompanhamento do planejamento sempre com a visão do mercado. O mercado, em certo momento, se interessa por uma opção e, em outro momento, se desinteressa. Isso reflete diretamente na capacidade de financiar aquele projeto, porque ele passa a ter taxas de riscos mais elevadas. Essa postura, essa posição de acompanhamento dos aproveitamentos de finidos se difere da fiscalização da Aneel, por que que se prende ao cumprimento da autorização, e não da avaliação estratégica. Ela se complementa à fiscalização da Aneel, mas é mais ampla, tem uma visão mais de mercado, incluindo aspectos financeiros ambientais e outros.

Portanto, o que de fato estamos procurando na Secretaria de Energia é modificar o planejamento do setor elétrico, tornando-o mais efetivo dentro de um ambiente de mercado. Para concluir, é importante repetir que houve planejamento. O próprio PPT – Programa Prioritário de Termoeletricidade é um fato concreto do planejamento. Enquanto definimos as entra-

das das hidrelétricas e a Aneel licita, às termoeletricas apenas foi feito um chamamento e os agentes apresentaram seus interesses.

Ora, o que estamos fazendo, portanto, é, dentro de toda essa incerteza, conseguirmos ter metodologias que nos indique exatamente as fragilidades da expansão – e, nesse sentido, é importantíssimo termos um tipo de sinalizador não só da operação, como o Dr. Jerson Kelman vem pensando sobre isso: Olhem está começando a ficar crítico o armazenamento, vamos tomar alguma atitude, mas um sinalizador da expansão, ou seja, se a expansão começar a ficar em uma condição mais crítica, vamos tomar alguma atitude. E aí, talvez, que o Governo deva agir diretamente de forma mais acentuada.

Não vamos esquecer que quando se fala que o Governo Federal não está investindo diretamente é um equívoco. O Governo está investindo. Se não, vejamos: Tucuruí, Norte-Sul, 3º Circuito de Itaipu, Interligação Curitiba-São Paulo, que faz a melhor interligação do Sistema Sul com o Sistema Sudeste.

O SR. FERNANDO FERRO – Não tem crise?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Não. Sr. Deputado, eu estou colocando a situação de que há um investimento. Se perguntarmos se o investimento foi suficiente, a resposta é: claro que não. Eu não estou defendendo o Governo. Estou dizendo

O SR. FERNANDO FERRO – Seria um absurdo não investir nada, seria “o fim da picada”.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Mas houve investimento, investimento este que gira em torno de 30% ou 40% do investimento total. Os investimentos não foram suficientes. Algumas barreiras ocorreram, principalmente na termoeletricidade. Na termoeletricidade, houve o problema do preço do gás, a questão ambiental, o modelo em si, que não incentivava as distribuidoras ou geradoras a contratarem nova energia no longo prazo. São problemas do modelo que devem ser revisados. O preço do nosso mercado é teórico; não é composição de lances de oferta e de demanda. É um preço teórico. Existe um questionamento muito grande sobre isso. Existe, então, uma série de fragilidades no nosso modelo que implicam incertezas e dificultam a expansão.

Agora, houve, sim, planejamento, planejamento este que não conseguiu lograr bons resultados. Ele é frágil em função de algumas dessas questões: a questão ambiental, a questão de uma avaliação de risco financeiro.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, viemos discutir aqui a crise que existe, e não para saber se o investimento foi adequado ou não.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, o expositor é livre para fazer a sua exposição.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Mas o assunto deve relacionar-se com o enfoque e não se referir ao fato de o investimento ter sido adequado, se foi pouco ou muito. Devemos discutir a crise atual.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, no momento da sua fala, V. Ex^a levanta essa questão, mas o expositor pode falar sobre o que desejar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não. Não pode falar sobre o que desejar. Ele deve falar sobre o tema para o qual foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pode sim. Ele não pode falar sobre o que V. Ex^a quer que ele fale. Ele vai falar o que achar que deve falar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Não, quero que ele fale sobre a crise.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, por obséquio, peço a colaboração de V. Ex^a para que o expositor continue.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Eu, realmente, poderia não reconhecer a crise, mas seria uma inconseqüência da minha parte. Nós estamos com 20%...

O SR. CLEMENTINO COELHO – O senhor não a está reconhecendo.

O SR. AFONSO HENRIQUES SANTOS – V. Ex^a está enganado. Estou dizendo que houve planejamento, apenas a forma de se planejar ainda não está adequada a esse novo modelo. Essa é uma das razões da nossa crise. Planejar segundo ferramentas e óticas não adequadas a esse modelo é um dos motivos de termos chegado a essa crise. O planejamento tem de evoluir, tem de ser capaz de detectar antecipadamente as dificuldades, os óbices, para se materializar aquele plano.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Deputado Clementino Coelho, peço a compreensão de V. Ex^a para não interromper o expositor, por favor.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Sem dúvida, o programa prioritário de termoelectricidade é exatamente um fato concreto de planejamento. Foram previstas 49 térmicas, inclusive com protocolos assinados etc., mas não se conseguiu resolver uma série de outros problemas para se

materializar pelo menos uma parte significativa dessas termoelectricas.

O SR. AIRTON DIPP – Dr. Afonso, o senhor diz que foram previstas 49 termoelectricas, que entre tanto não se efetivaram. O senhor poderia explicitar melhor por que não se efetivaram?

O SR. (parlamentar não identificado, sem nome declinado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. (parlamentar não identificado, sem nome declinado) – Sugiro que os palestrantes concluam as suas observações e que as intervenções fiquem para depois. Os Parlamentares podem inscrever-se.

O SR. CLEMENTINO COELHO – A exposição dele é muito frustrante.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Peço aos Srs. Deputados que aguardemos o momento da inscrição de cada um para fazer as suas indagações, os questionamentos. O expositor tem de ficar à vontade para fazer as suas observações.

O SR. AFONSO HENRIQUES SANTOS – Lamento por ser frustrante, mas é o que posso trazer a este plenário.

Se V. Ex^a perguntar por que não materializamos esse plano, esse planejamento, estou lhe dizendo: dificuldades no preço do gás, na cascata tributária, fortes dificuldades ambientais, dificuldades do modelo que não induziam a contratação de longo prazo, os chamados PPAs. Essas razões e a própria fragilidade da autorização, que não é um instrumento forte, que é um compromisso forte do agente com o Governo para realizar aquela obra, enfim, esse conjunto levou-nos, sem dúvida, a essa situação de pouca expansão.

Quando tratamos da hidrelétrica, temos instrumentos mais fortes. Mesmo assim, muitas das hidrelétricas estão andando, antecipando seus cronogramas. Temos hidroelétricas acontecendo em três anos, três anos e meio aí, enquanto demoravam seis, sete anos para acontecer. Porém, muitas estão com dificuldade ambiental.

Temos que enxergar isso de maneira maior. Eu posso lhes dizer que eu também me frustro quando olho os nossos erros. Não conseguimos concretizar um modelo que fosse capaz não só de sinalizar, mas de induzir de maneira mais forte essa expansão. É exatamente nesse sentido que nós estamos buscando alterar o planejamento, de maneira que tenhamos uma avaliação, não mudarmos a situação de merca-

do, continuarmos uma expansão baseada em mercado, mas que tenha controles, induções muito mais fortes do que as que nós tínhamos antes e, principalmente, que tenha sinalizações mais claras para a sociedade. Acho que faltou esse procedimento. Esse é um preço que nós pagamos dessa transição, de um modelo de planejamento centralizado, onde o Estado era investidor direto, para um modelo de planejamento de mercado. Nós não temos essa cultura e isso, sem dúvida, me frustra também.

Talvez seja melhor concluir a apresentação e responder aos questionamentos dos Deputados. Faz mais sentido, concordam?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Afonso Henriques.

Passo a palavra ao Dr. Henri Reichstul para fazer a sua exposição.

O SR. HENRI REICHSTUL – Exm^o Sr. Presidente da Comissão Mista Especial, Exm^{os} Srs. Deputados presentes aqui à Mesa, eu queria primeiro agradecer ao gentil convite que a Petrobras recebeu de vir aqui para falar não necessariamente sobre as causas da crise de abastecimento de energia no País, mas muito mais propor alternativas ao seu equacionamento.

Trouxe algumas transparências para apresentar aos senhores e senhoras aqui presentes e Parlamentares o que a Petrobras tem feito para tentar resolver a questão da crise energética que estamos vivendo hoje no Brasil.

Vou falar um pouco da proposta da Petrobras de aumento da oferta de energia, o impacto que essa proposta de oferta de energia tem sobre a demanda de gás natural, os esforços de logística necessários para aumentar a produção e trazer essa produção de gás adicional nos pontos adequados. Falarei um pouco sobre o volume de investimentos que essa aceleração representa e, finalmente, o balanço do que essa contribuição poderia ser por parte da Petrobras.

O primeiro quadro que nós estamos apresentando aqui mostra, em rosa, o aumento de capacidade de oferta de energia planejada em relação às térmicas, onde a Petrobras tem participação. Praticamente 90% é de participação minoritária, sempre com sócios operadores com experiência no setor, multinacionais ou algumas empresas nacionais. Essa linha rósea mostra a evolução da capacidade planejada com as térmicas, com participação da Petrobras.

Esse programa, lançado há mais de um ano, visa no seu planejamento original uma oferta adicional

de energia de 6.450 megawatts até 2004. Em função do agravamento da crise energética e desse esforço, esse mutirão que o Governo e a sociedade estão fazendo, nós passamos praticamente três semanas tentando ver como poderíamos aumentar a capacidade de oferta de gás e de oferta de energia termelétrica em função do agravamento dessa crise. Nós conseguimos planejar uma oferta adicional de energia – que representa a linha em azul – que aumentaria de 6.450 para 8.340 megawatts em 2004 – até antes de 2005 –, aumentando a nossa contribuição, já, a partir de 2002.

O que seriam essas térmicas? Este, aqui, é o nosso planejamento original, que estava em curso normal – até 2002, nós temos 10 térmicas com participação societária da Petrobras e mais 4 térmicas sem a participação da Petrobras mas onde nós estamos fornecendo gás em condições favoráveis e temos essas 14 térmicas que, desde já, estão em construção – 10 da Petrobras e 4 que não são da Petrobras – que irão entrar em produção a partir do segundo semestre deste ano até o primeiro trimestre de 2002. São 14, das quais temos participação em 10. Então, além desse programa que, por assim dizer, vinha de um planejamento – das 49 térmicas que foram lançadas que fazia parte do que o Sr. Ministro Roldolpho Tourinho chamou de “Programa Emergencial de Termelétrica” – que eram essas 14. Essas 14 estão com as máquinas compradas e com a rapla na gem já feita em alguns **sites** – estão com algum problema de licença ambiental em outros mas a nossa estimativa é que elas entrarão em produção até no primeiro trimestre de 2002. Além desse esforço emergencial – que já havíamos iniciado no ano passado e que está descrito neste quadro –, esses 6.450 têm uma previsão e aporte original, neste ano ainda, de 640 megawatts, de 2.200 megawatts em 2002, 4.000 em 2003 e 6.000 a partir de 2004. São 17 projetos, dos quais são 16 a gás e 1 a rasf. Depois dessas três semanas, tentando ver de que jeito, de uma forma ultraemergencial, nós poderíamos aumentar a oferta, nós chegamos à possibilidade de trabalhar em três linhas. Infelizmente, pouco para 2001, mas aumentando, cada vez mais, gradativamente, essa oferta, a partir de 2002 e 2003 através de antecipação de alguns projetos, da criação de três novos projetos que dispõem de máquinas que foram desviadas de projetos cancelados e que representam uma realidade física, quer dizer, a possibilidade de turbinas e gás e, também, da expansão de projetos originais. Portanto, em relação à programação original em 2001, nós passamos a não au-

mentar em nada a nossa oferta e, em 2002, aumentar em 910 megawatts a nossa oferta de energia elétrica, chegando a 3.110 megawatts no final de 2002 e um pouco menos de 2.000 megawatts – 1.960 megawatts em 2003, chegando, portanto, a adicionar aos 4.120 dos originais os 6.600 megawatts e chegar em 2004 a um total de 8.340 megawatts, representando 18 a 19 projetos onde a Petrobras tem participação minoritária. Nos 10% dos casos onde ela foi obrigada a tomar uma participação de 100%, ela está procurando repassar essa participação a sócios privados e fundos de pensão. Termo elétrico é uma renda fixa e, portanto, é um instrumento ideal para quem procura rendas fixas a longo prazo, como os fundos de pensão. Nós, inclusive, já assinamos com a Petrus um protocolo de intenções em cinco projetos de térmicas em que a Petrus tem o interesse de participar com cerca de 20% do investimento.

Muito bem, o que isso representa do ponto de vista de demanda adicional de gás natural e quais são os problemas que nós vamos enfrentar para agregar essa capacidade emergencial, ultra-emergencial? Nós tínhamos planejado terminar o ano de 2.005 com uma demanda, no Brasil, de 70 milhões de metros cúbicos. Esses projetos adicionais, essa aceleração, antecipação e duplicação em alguns casos, nos levam a 90 milhões de metros cúbicos em 2.005, com necessidade já existente em 2.002, 2.003 e 2.004. Onde é que nós estamos imaginando conseguir esses 20 milhões de metros cúbicos de gás adicional? E, agora, nós estamos tratando da verdadeira restrição.

Nós não temos hoje, nos projetos em que estamos envolvidos, restrições muito sérias de máquinas nem de investidores, principalmente depois da portaria que terminou regulando o preço do gás. Nós vamos ter problemas de oferta adicional de gás. Esse é o problema.

Nós estamos imaginando trazer esses 20 milhões das seguintes origens: nós vamos estar acelerando a produção de gás no Nordeste, no Sul e no Sudeste, que são a primeira e a terceira linha deste quadro, por meio de mecanismos de aceleração de produção de gás, que não são otimizados do ponto de vista de escala mas que, frente à situação, podem ser. Eles têm rendimentos decrescentes, custos adicionais, mas, dado o preço de energia, compensa fazer isso. Nós vamos antecipar a instalação de uma planta de regaseificação de gás natural líquido no Nordeste, em Suape, que ia começar em 2.007, mas estamos antecipando para 2.005, com 4 milhões de metros cúbicos de gás natural líquido feito importado que vai ser

regaseificado. O balanço de gás do Nordeste exige, para garantir contrato de 20 anos de fornecimento, o aporte de gás importado via GNL. Nós vamos estar acelerando, também, a chegada do gás boliviano, por intermédio de investimentos adicionais, aumentando a capacidade de 30 para 40 milhões de metros cúbicos desse gasoduto, de uma forma emergencial, para trazer 10 milhões de metros cúbicos adicionais até 2.004, com muita dificuldade também. E se tudo correr bem, vamos também antecipar a chegada do gás argentino, via gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, chamado TSB, trazendo 4 milhões de metros cúbicos de gás a partir de 2.004. Esse é o esforço máximo, físico, que dá para fazer se a gente começar as obras de todos esses projetos no dia 1º de julho.

Quais são as questões físicas de logística que isso implica? Nós precisamos antecipar a capacidade de transporte no gasoduto Brasil-Bolívia, que estava planejado para 17 e 24 milhões de metros cúbicos, para 30 milhões de metros cúbicos no primeiro trimestre de 2.003.

Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, a capacidade total desse gasoduto é de 30 milhões, mas ele tem uma curva de aceleração, com entrada em operação de compressores, que tem todo um cronograma em função da demanda original do gás. Tudo isso precisa ser mudado e novos compressores precisam ser rapidamente instalados. Isso depende da oferta de compressores, pois precisamos alugar compressores para garantir esses 30 milhões de metros cúbicos a partir de 2.003. Precisa, também, haver um volume de investimento pesado do lado boliviano para trazer esse gás na boca do gasoduto. Nós temos que iniciar rapidamente e antecipar a capacidade do gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, para chegar ao final de 2003 com esse gás argentino; e precisamos fazer investimentos pesados de reforço de malha, tanto no Sudeste quanto no Nordeste, para chegar com esse gás nos pontos das térmicas.

Foi mencionada pelo Secretário Afonso Henriques uma realidade no sentido de que o ideal seria que as térmicas fossem localizadas ao longo do gasoduto e perto do centro maior de consumo, que seria São Paulo. As restrições ambientais das plantas das termoelétricas de São Paulo fazem com que sejamos obrigados a construir gasodutos que levarão esse gás boliviano ao Rio de Janeiro. Há mais de seis, sete projetos de termoelétricas já aprovados, com licença ambiental, no Rio de Janeiro, o que vai fazer com que sejamos obrigados a adicionar gasodutos para trazer esse gás e viabilizar esses projetos.

O mapa próximo aqui dá uma idéia a V. Ex^{as} de, primeiro, na malha sudeste, o que é necessário fazer. Vamos ter que reforçar o gasoduto Bolívia-Brasil – Bolívia-Campinas, basicamente. Depois, vamos estar construindo um ramal para Minas, para chegar a Regábia, aqui, no norte do mapa, Belo Horizonte. Vamos estar reforçando, fazendo um gasoduto paralelo ao existente Replan-Guararema, pegando Campinas-Taubaté, e fazendo **loopings** para chegar até o Rio. Vamos estar reforçando também, por meio de um novo gasoduto Campinas-Cubatão, para trazer gás também para a Baixada Santista.

São investimentos consideráveis – V. Ex^{as} vão ver os valores –, que precisam ser feitos a toque de caixa, para garantir o gás nos lugares de onde as térmicas vão sair.

No caso do Nordeste, que representa também um conjunto de investimentos pesados, vamos ter que fazer **loopings** e reforçar toda a malha do “nordestão”, praticamente até Recife – um pouquinho acima de Recife –, gerando compressão adicional e gasodutos adicionais também.

O que isso representa em termos de investimentos adicionais? Estamos falando em um volume de investimentos de US\$1 bilhão a mais, concentrado em 2002 e 2003, o que vai fazer com que o volume de investimentos programado no nosso desenvolvimento estratégico, de 2001 a 2005 – os famosos US\$30 bilhões, que já estavam com projetos definidos, com **funding** em 80 a 90% também já garantido –, esse volume de investimentos saia de US\$30 bilhões e vá para US\$31 bilhões.

Para que áreas vão esses investimentos? Como é que eles se comportam atualmente? Vamos ter que investir, adicionalmente, US\$360 milhões este ano, dos quais US\$81 milhões na área de exploração e produção – para acelerar a produção de gás –, US\$173 milhões na área de térmica e gasoduto, e US\$104 milhões, o grosso, na Bolívia. No ano que vem, estamos falando em US\$651 milhões: US\$329 milhões na área de exploração e produção; US\$386 milhões na área de dutos e térmicas – e, aqui, reduzimos o investimento na Bolívia, porque antecipamos isso para 2001.

Chegamos, ao final de 2005, a um total de US\$1 bilhão, dos quais pouco mais de US\$400 milhões na área de exploração e produção de gás, e US\$513 milhões na área de dutos e térmicas, assumindo que, em todas essas térmicas, teremos participação minoritária, e que essas térmicas serão financiadas, que elas são financiáveis, vamos dizer, com a proporção

de capital, com dívida em torno de 35,65%, e em que a Petrobras participaria com 25%, em média, desses 35% de capital. Então, estamos falando em torno de 8,9,10% do valor total do investimento em térmicas.

Isso representa, se olharmos por segmento, um aumento de investimento da Petrobras, até 2005, de 3%, alocados, como eu já disse, nas várias áreas.

O que isso representa de aumento de ampliação de oferta de energia? Portanto, estamos falando de uma oferta em 2002 original de 2.220 megawatts. Se tudo isso acontecer, se nós tivermos as licenças ambientais, os dutos, as autorizações da ANP, o equacionamento financeiro dos investimentos e a questão da tarifa de transporte adequada, compatível com a moeda de **funding** desses investimentos, e se tivermos sorte, nós conseguiremos chegar a 3.110 megawatt de capacidade adicional, no final de 2002; no final de 2004, 8.340 megawatt.

Esse é, em resumo muito breve, o trabalho que a gente tem feito frente ao agravamento da crise e a contribuição que a Petrobras pode dar à situação existente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Henri.

Passo a palavra para o Sr. Relator, Senador Paulo Souto, para os seus questionamentos.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo principal, a vinda do Presidente da Petrobras, no meu entendimento, dá uma idéia exata, por que têm aparecido muitas controvérsias a respeito do papel que a empresa tinha justamente na parte de usinas térmicas e a perspectiva real da entrada em operação dessas usinas. Mesmo por que surgiram, no final de semana, algumas notícias de problemas com fabricantes, de recondicionamento, que poderiam atrasar etc., mas entendi que essa situação, que inclusive já foi colada, já considera essas contingências que existiram.

Penso que, no meu entendimento, a presença do Presidente da Petrobras atendeu perfeitamente, pelo menos, a minha expectativa de ter uma radiografia bastante exata do que a Petrobras exatamente vai fazer, qual o seu papel nessa emergência que estamos passando de suprimento de energia elétrica no Brasil.

O que eu gostaria de saber é – tal vez, na sua exposição, o assunto tenha sido tratado quando eu saí, não sei –, exatamente qual o papel da Petrobras, que talvez tenha sido atribuído pelo Governo, do ponto de vista de viabilização das outras usinas térmicas, onde

ela não participa acionariamente naquela questão, sobretudo a que se refere às variações cambiais do gás? Quer dizer, para que nós saibamos exatamente qual o papel da Petrobras.

É a pergunta que eu tinha com relação ao Presidente da Petrobras.

Com referência à exposição que foi feita aqui pelo Dr. Jerson Kelman, da Agência Nacional de Águas, em que nos foi colocada a situação dos reservatórios – e aí é mais uma coisa que eu vi em exposições anteriores, e uma delas aqui já foi colocada: a preocupação da Agência com relação à localização das sítiermias, porque vi que algumas delas podem eventualmente estar colocadas em situação onde há dificuldade de suprimento de água, e se a Agência está acompanhando bastante bem essa questão, para que uma solução não possa realmente se transformar numa dificuldade na frente.

Essa é uma questão que eu queria colocar.

A outra questão: nós ficamos, pelo menos no Nordeste, relativamente tranquilos – pois confesso que não via isso anteriormente –, com a preocupação demonstrada pelo Presidente da Chesf com relação a participação ativa de problemas paralelos que podiam surgir, ou que estão surgindo, com as dificuldades do Lago de Sobradinho. Por exemplo, com relação ao encontro de meios para que não haja problemas relacionados às tomadas d'água dos projetos de irrigação. Também com os sistemas de abastecimento de água.

A exposição do Presidente da Chesf pareceu-me que a sua empresa estava bastante preocupada com esses problemas paralelos e que estavam tomando providências, soluções, para esses problemas que estavam surgindo. Mas, de qualquer sorte, como me parece que esses conflitos ou essas dificuldades de uso d'água são também da Agência Nacional de Águas, desejo saber se a ANA está acompanhando isso e de que forma está interferindo nessas questões, para que elas tenham realmente uma boa solução.

Um outro problema, que me parece também importante ainda com relação à questão da ANA, é que, nos novos potenciais hidrelétricos que estão inventariados, se essa questão do uso múltiplo, que é complexa, está sendo tratada antecipadamente, porque, hoje, já temos problemas, por exemplo, com certos reservatórios que criaram uma tradição de utilização mais intensiva. Por exemplo, com toda dificuldade que temos de água no Nordeste, o rio São Francisco foi, durante muito tempo, visto essencialmente como

água destinada à geração de energia. A pergunta é: para os futuros aproveitamentos essa preocupação do uso múltiplo, eu diria que a antecipação desse problema, já está sendo devidamente vista pela Agência Nacional de Águas, porque isso parece uma questão importante?

Um outro ponto. Não quero entrar, absolutamente, no mérito, porque, se formos tratar disso, não iremos terminar hoje essa reunião e não seria esse o objetivo principal, a questão da privatização das hidrelétricas, mas a pergunta básica é a seguinte: uma das coisas que se falam da dificuldade da privatização das geradoras é justamente o equacionamento do uso múltiplo. A pergunta que faço é: que diferença teria, do ponto de vista da ANA, tratar desse problema entra uma empresa estatal que gera água, uma empresa que utiliza água e gera energia, e uma empresa privada que vai fazer a mesma coisa? Que grande diferença, do ponto de vista dele, na questão da racionalização do uso da água entre uma geradora estatal e, eventualmente, uma geradora privada, que vai também utilizar água para produção de energia?

A questão com referência ao Secretário de Energia do Meio Ambiente, que tratou basicamente do planejamento, que me parece uma questão interessante. Neste momento gostaria de ter um esclarecimento melhor. Por exemplo, algo essencial para que esse planejamento seja bem sucedido é que se tenha um bom inventário. Ou seja, quem é agora o responsável pelos inventários? Não sei qual a estrutura que é, hoje, responsável por esses inventários de recursos hídricos que permitam esse planejamento? Existem recursos para isso? Quem é o responsável por isso? Ou, não temos problema nenhum, se já está tudo inventariado e se já é possível fazer planejamento no nível do inventário que já temos hoje?

Por fim, algo que gostaria de saber, talvez não tenha muita aproximação com o assunto, mas, nesse planejamento do setor de geração, entendo que funciona através de licitações que são feitas pela Aneel. A pergunta é a seguinte: se os setores que forem chamados não responderem a essas necessidades do planejamento por algum motivo, que instrumentos temos, se isso não acontecer, para sairmos dessa dificuldade de uma falta de resposta? Não é o problema de assumir o compromisso e, de alguma forma, não cumprir, porque isso foi focalizado. Mas, por exemplo, o planejamento indicativo mostra que temos necessidade de tantas hidrelétricas nos próximos anos, etc. Se isso for licitado e senão houver, por exemplo, uma adesão daqueles setores que se espera, que provi-

dências o Governo tem para que possamos sair dessa dificuldade?

O SR. (parlamentar não identificado, nome não declinado)– Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de propor à Mesa, para ganharmos tempo, se possível, tomar pela providência das cópias dos expositores, particularmente, os dados colocados pela Petrobras, que são muito importantes e definitivos, para que possamos ter acesso a essas cópias.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pergunto aos expositores se há condições de fornecer o disquete ou cópia?

Passo a palavra aos expositores para resposta ao Sr. Relator, iniciando pelo Dr. Afonso Henriques.

O SR. (parlamentar não identificado, nome não declinado) – Como o Senador Paulo Souto teve que se ausentar, poderiam falar mais uma ou duas pessoas para aguardá-lo para responder?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Aceita a sugestão, início a lista de oradores inscritos pela Deputada Jandira Feghali, a quem concedo a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, é muito assunto para pouco tempo. Então, tenta ser o mais objetiva possível. Antes de fazer perguntas, quero levantar uma questão, para a qual proponho a análise da Comissão. Trata-se da realização do leilão do mercado atacadista de energia no próximo dia 26.

Penso que é acintoso à população, enquanto tem que deslizar a geladeira, o **freezer**, o ventilador e apagar a luz, ver funcionar no País a chamada especulação no mercado atacadista de energia.

Creio que esta Comissão, pela ética que tem ao povo brasileiro, deveria encaminhar um entendimento claro de suspensão do leilão a ser realizado no dia 26. É um absurdo que este Congresso não se manifeste diante de um movimento especulativo de um mercado criado a partir da regulamentação da Aneel. Em um momento de crise, de racionamento, não podemos permitir esse acinte ao povo brasileiro, que tem que economizar energia no mínimo detalhe da sua vida cotidiana, enquanto o setor privado vai especular energia, que passará de R\$40,00 para R\$684,00 o megawatt. Inclusive, esse será o parâmetro de reposição do Estado e das empresas estatais geradoras para distribuidora, segundo o contrato firmado do época da concessão. Penso que essa deveria ser a posição política desta Comissão Mista em relação à realização do leilão do próximo dia 26. Faço essa proposta concreta a esta Comissão a fim de que se posicione no momento oportuno.

Em relação às questões levantadas, no pronunciamento feito pelo representante da Agência Nacional de Águas fomos informados de uma coisa muito importante, quando disse que realmente o problema não foi hidrológico. Esse dado é muito importante e, embora sobejamente conhecido, faz parte dos argumentos oficiais do Governo até hoje.

Julguei importante quando o Sr. Afonso Henriques, Secretário de Energia do Ministério, mencionou que houve realmente um problema de planejamento. Aliás, Dr. Afonso, questionável. Inclusive, o problema deu-se na atitude de mudança da matriz energética conforme a proposta; mas, pior do que isso, só realça que ficamos na incerteza diante da decisão empresarial.

Para mim, essa questão tem que chamar atenção do Parlamento brasileiro, ou seja, o Estado brasileiro, as estatais nacionais e o povo, por conseguinte, ficarão reféns das decisões do mercado e do setor privado sem tomar nenhuma atitude e sem ter qualquer instrumento que obrigue o setor privado a investir em um setor fundamental como é o de energia.

Então, além de ter estabelecido um modelo que submeteu à lógica mercadológica uma questão fundamental como a de energia, agora, mesmo na crise, não pode estabelecer instrumentos de pressão sobre esse setor. Pior, a perspectiva de continuidade ainda não está clara. Não se sabe se vão parar com o programa de privatização das geradoras. Pelo informe do Presidente da Petrobras, a geração de termoelétricas será, prioritariamente, privada, com participação minoritária da estatal brasileira. Essa questão chama atenção. Qual é o controle público, quais são os instrumentos de geração de energia não só na crise, mas para o planejamento futuro?

Essa pergunta me remete a perguntas principalmente ao senhor e ao Presidente da Petrobras. O art. 7º da última medida provisória estabelece que *“diante da emergência, poderão ser contratadas as obras sem licitação.”* Pergunto-me: Qual é a perspectiva? Diante da emergência, na minha opinião, construída porque não foi tratada de forma adequada, que tem conteúdo da inépcia mais criminoso por parte do Governo, pergunto se é isso que vai acontecer. Vamos fazer todas essas obras sem licitação, em nome de emergência? Essa questão precisa ficar clara para o Parlamento e para a sociedade brasileira.

Inclusive, não foi abordado o programa das pequenas hidrelétricas, chamadas de PCHs, se não me engano. Pergunto se serão feitos e, em caso positivo, se serão feitos também sem licitação. Qual será o cri-

tério? As contrações serão feitas ao bel-prazer das decisões de Governo e dos critérios adotados internamente nas empresas? Como será isso? Faremos um grande mercado, sem licitação, para a realização das obras? Se as hidrelétricas realmente forem executadas, com que dinheiro e com quais investimentos se realizarão essas obras? Essa é uma questão.

Gostaria de dirigir ao Presidente da Petrobras, particularmente, algumas perguntas que para mim são importantes.

Um dos aspectos que temos abordado, Presidente Henri Philippe Reichstul, é o problema do ajuste fiscal, ou seja, as estatais participando da chamada composição do superávit primário. Sabemos que, em 1998, não havia nenhum título da dívida pública em carteira nas estatais e que, no ano de 2000, já havia 25,1 bilhões de títulos da dívida pública na carteira das estatais.

Primeiramente, pergunto: qual é a participação da Petrobras nisso já que inclusive as estatais contribuíram com 10 bilhões para o superávit primário? Essa é uma questão.

Lamentavelmente, a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está para ser votada, mantém a lógica de que as estatais devem compor o superávit primário dos acordos do ajuste fiscal.

A segunda questão diz respeito ao gasoduto Brasil-Bolívia. Qual é a sua opinião sobre o contrato feito – sei que isso não ocorreu durante a sua gestão, mas na gestão do Presidente Joel Mendes Rennó. Trata-se de algo preocupante, porque ele foi prejudicial ao Brasil, na medida em que estabeleceu uma referência no preço do dólar, gerou um gasoduto que tem ociosidade até hoje e, ao que parece, as indecisões ou as incertezas empresariais têm relação com o risco cambial. A Petrobras assume aquilo que o setor privado não vai querer assumir.

Sendo assim, quero saber – ouvi na imprensa que estava havendo gestões para mudança do contrato – quais as preocupações da Petrobras, hoje, em relação à mudança de contrato, visto que a referência é o dólar, particularmente, e a inflação americana.

Do ponto de vista da nova geração e das utilizações novas de gás, a Petrobras continua assumindo risco cambial da sua parte ou haverá compensação do Tesouro Nacional para isso? Essa é uma preocupação de quem se aflige com a situação da estatal Petrobras.

Para finalizar, não consegui entender ainda qual será o papel do gás da Bacia de Campos. Não ficou claro para mim, na sua exposição, por que até hoje o

gás não foi usado adequadamente, por que precisamos recorrer a gasodutos da Bolívia. Foi para servir, na minha opinião, na época, a interesses de grandes multinacionais bolivianas. Portanto, como fica a utilização do gás da Bacia de Campos nesse planejamento?

Na transparência, projetada com certa rapidez, notei que já existe um duto importante. Mas também soube pela imprensa e, por isso, pergunto-lhe, para confirmação, qual será a preocupação em aumentar a utilização de gás existente no Brasil, o gás da Bacia de Campos, nesse planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Passo a palavra aos expositores para as respostas aos questionamentos do Relator, Senador Paulo Souto, e da Deputada Jandira Feghali, iniciando pelo Sr. Henri Philippe Reichstul.

O SR. HENRI REICHSTUL – Tenha rei ser o mais breve possível, porque o número de inscritos e de componentes da Mesa é grande.

Quanto à indagação do Senador Paulo Souto sobre o preço do gás e a oferta de gás para as usinas termoeletricas, ficou acertado, na última portaria, que a Petrobras ou outras empresas disponibilizariam 40 milhões de metros cúbicos/dia de gás para a termoeletrica, na proporção de 80% de gás boliviano e 20% de gás nacional, para se chegar a uma composição de preço do gás termoeletrico compatível com a tarifa de energia termoeletrica, chamado VN, que a Aneel havia proposto. Esse gás tem uma formação de preço, como disse, de 80% boliviano e 20% nacional, atingindo uma média de preço – o antigo 2,475, que, hoje, por causa da inflação americana, se converteu em US\$2,58 por milhão de BTUs – que será corrigida em 80% pelo dólar e 20% pelo IGPM. Esse gás será ofertado para os projetos térmicos a um preço nominal fixo em real durante 12 meses. A diferença entre o que a Petrobras está pagando em termos de ajustes cambiais pelo gás boliviano em razão da desvalorização cambial e esse preço fixo por 12 meses será coberta pela própria Petrobras numa conta especial na qual se aplica uma taxa de juros Selic, que é a taxa de mercado – a mesma que a referida entidade recebe pelo uso do seu dinheiro, pelo caixa que ela não utiliza e aplica no mercado financeiro.

Passados 12 meses, o VN – preço da tarifa de energia elétrica da termoeletrica – é reajustado automaticamente em virtude do aumento do preço do gás termoeletrico, que terá dois componentes. O primeiro refere-se ao procedimento de rever quanto aqueles

US\$2,58 dólares por milhão de BTUs valem ao preço do novo câmbio no fim de 12 meses, adicionados de uma parcela relativa à amortização da conta que a Petrobras adiantou financeiramente, recebendo juros sobre aquilo ou pagando juros se houver valorização cambial – na mesma proporção e pela taxa Selic, a serem amortizados nos próximos 12 meses.

Portanto, para a Petrobras, esse instrumento é neutro do ponto de vista econômico. Trata-se de financiamento que a Petrobras faz ao longo de 12 meses para o qual se remunera como o faz o mercado financeiro. É uma equação adequada para a mencionada entidade, não envolvendo nenhum subsídio e atendendo ao interesses da Petrobras e a uma das principais preocupações dos investidores em termoelétricas: assegurar que o VN, a tarifa de energia elétrica, será reajustado automaticamente, tendo em vista o aumento do preço do gás. Essa era uma grande inquietação dos investidores.

O SR. PAULO SOUTO – A garantia disso nos contratos de suprimento fica assegurada?

O SR. HENRI REICHSTUL – A garantia de preço ou de quantidade?

O SR. PAULO SOUTO – Desse tipo de reajuste.

O SR. HENRI REICHSTUL – É uma portaria da Aneel dando o VN automático. Ela já foi expedida?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Perguntaram-me isso hoje, mas não tenho certeza. O pessoal da Aneel que está presente talvez possa responder. Marra...

O SR. MARRA (sobrenome não declinado) – Não saiu ainda a portaria.

O SR. HENRI REICHSTUL – Mas vai sair, não é isso?

O SR. (sobrenome não declinado) – Sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Desculpe-me, Sr. Presidente, apenas para entender, os investidores terão a garantia do preço da tarifa de acordo com a mudança cambial, ou seja, o consumidor, na ponta, é quem paga?

O SR. PAULO SOUTO – A distribuidora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Então, é o consumidor.

O SR. HENRI REICHSTUL – É. Se é um produto importado, apesar de estar fora de ordem, SRA. Deputada – a exemplo do petróleo, da energia de Itaipu e do tênis Nike, que deverão ser pagos em dólar correspondente caso não seja feito aqui.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Tênis não é energia, Presidente. Não é possível comparar o supérfluo com o fundamental.

O SR. HENRI REICHSTUL – Desculpe-me, o exemplo não foi pertinente.

Essa é a forma pela qual foi acertada a portaria. A oferta está limitada a 40 milhões de metros cúbicos.

Sra. Deputada, estou respondendo a uma parte de sua pergunta acerca do gás de Campos. Por que essa oferta é limitada a 40 milhões de metros cúbicos? Porque existe uma oferta restrita de gás nacional no País. O Brasil não é um grande produtor de gás natural, mas há uma oferta abundante do referido produto ao longo dos Andes, Bolívia e Argentina. O nosso gás é principalmente associado. Então, na equação e na medida em que existe já um compromisso de venda de gás nacional mais barato para indústria e comércio, existe uma disponibilidade relativamente pequena de gás nacional para projeto térmico, então se a gente quiser aumentar essa oferta além dos 40 milhões de metros cúbicos para a termoelétrica, a origem vai ser boliviana, e aí a equação de preços de um gás mais barato, que é o **mix** nacional com o boliviano, não pode ser aplicada. Está claro?

Essa é a questão do papel da Petrobras.

Em relação às perguntas colocadas pela Deputada Jandira Feghali, primeiro em relação à forma rápida com que essas transparências foram passadas, isso não implica que nós não queríamos que a atenção da Deputada fosse dedicada às transparências, e sim por causa do adiamento da hora e da necessidade de três expositores se apresentarem. Mas, se quiser, passo aqui cinco horas, transparência por transparência, não há nada a esconder, não há falta de transparência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Pela ordem, Presidente. Não foi esse sentido, Sr. Henri. Acho que V. Ex^a está na defensiva. Não sei por quê. Eu não disse isso. Eu disse que eu não consegui perceber – e por isso fiz a pergunta – pela rapidez, mas nós teremos seus documentos xerocados na mão, isso não é problema.

Não foi essa a questão. V. Ex^a está na defensiva não sei por quê. Até para comparar tênis com energia mos tra que V. Ex^a está com um pé atrás hoje.

O SR. HENRI REICHSTUL – Em relação à questão do ajuste fiscal, a Petrobras faz parte, na medida em que tem o sócio majoritário Tesouro Nacional, das contas públicas. Portanto, tanto o déficit primário da Petrobras quanto o superávit primário fazem

parte do conjunto do déficit ou superávit primário do setor público brasileiro. É uma questão de definição.

A Petrobras, nos últimos dois anos, não ficou de forma nenhuma restrita, nos seus investimentos, em função dessas metas. Já apresentei isso, acho que já estive neste Congresso mais de dez vezes, prestando esclarecimentos, atendendo a necessidades de explicações e já expliquei várias vezes aqui, na Câmara dos Deputados, em várias Comissões, que a estrutura de financiamento dos investimentos da Petrobras por intermédio de sociedades com propósitos específicos faz com que a Petrobras possa ter um programa de investimento independentemente de suas metas de primário. Isso é em relação a sua primeira pergunta.

Em relação à questão do gasoduto Brasil-Bolívia, a respeito dessa construção, a minha opinião se alterou profundamente frente ao agravamento da crise energética. Eu acho que se nós não tivéssemos esse gasoduto aqui, a gente não conseguisse agregar pelo menos 8 mil megas de capacidade, um sistema que hoje tem 70 mil, ou seja, estamos falando quase de 12%, 15% de demanda de capacidade adicional num prazo de três, quatro anos, nós estaríamos realmente numa situação muito mais grave do que a que estamos vivendo. As críticas que se ouvem em relação a esse gasoduto é de que ele foi construído com pouca clareza em relação à demanda de gás no Brasil, o mercado não existia, mas, como é um produto que não existia também, essa é uma crítica que eu acho que é facilmente contestável, no sentido de que é possível, você tem que criar esse mercado, daí é você gerar, é você construir um gasoduto com capacidade ociosa, natural, programada, que você não vai ficar construindo dez gasodutos, você constrói um gasoduto com a capacidade ociosa planejada e à medida que você vai criando seu mercado ele vai ocupando. Isso acontece em vários setores de bens de capital pesado, em petroquímica e papel celulose, você não sai com a planta completa na capacidade, você não tem um mercado. Você antecipa a capacidade. Portanto, o problema não era tanto o mercado, era mais a oferta de gás, as reservas provadas na Bolívia eram relativamente baixas.

A Bolívia, nos últimos três anos, acho que decuplicou o volume de reservas certificadas, estava cinco TCFs, que são unidades de reserva de gás, e hoje está em 40 TCFs o certificado. Só para V. Ex^{as} terem uma idéia, o gasoduto Brasil-Bolívia, a 30 milhões de metros cúbicos por dia, durante vinte anos, gastaria 7 TCFs e meio. Ou seja, atualmente, a Bolívia possui reservas de gás provadas para quase seis gasodutos

iguais ao de 30 milhões de metros cúbicos que têm ainda capacidade ociosa. Estamos transportando 11 milhões de metros cúbicos de gás nesse gasoduto.

Com relação ao risco cambial, creio que já expliquei, é a mesma pergunta do Senador Paulo Souto. Sobre novas utilizações de gás, não entendi bem a pergunta da Deputada.

Vou direto à questão do gás da bacia de Campos. Como disse, o gás na bacia de Campos é um gás associado que está sendo produzido em 40 plataformas – há 40 plataformas na bacia de Campos –, ele é espalhado, e há um projeto de queima zero desse gás, muito mais por razões ambientais do que por razões econômicas. Não se justificaria montar um sistema de gasodutos nas 40 plataformas, mesmo aquelas que produzem pouco gás, isto é, em escala economicamente inviável, e trazer esse gás por um sistema de gasodutos da bacia de Campos. Isso não é possível. Daí a origem da queima do gás. E, a partir daí, por razões de aquecimento e de ambiente, estamos no programa de queima zero. Tiramos o máximo de gás possível da bacia de Campos, do ponto de vista econômico. É o nosso produto. Somos vendedores de gás. E preferimos vender nos so gás a vender o gás importado da Bolívia. É mais compensador, apesar de sermos produtores na Bolívia também.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – As licitações.

O SR. HENRI REICHSTUL – Com relação às licitações?

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Todas as obras projetadas em nome da emergência, segundo o art. 7º da medida provisória, podem dispensar licitações.

O SR. HENRI REICHSTUL – A Petrobras, desde a nova lei do petróleo, está dispensada da utilização dos mecanismos da Lei nº 8.666. Ela tem um comportamento em relação às suas obras muito parecido com uma grande corporação. Portanto, creio que a questão não se aplica especificamente à Petrobras. Pode ser que se aplique a outras empresas públicas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Passo a palavra ao Dr. Jerson Kelman para suas respostas.

O SR. JERSON KELMAN – O Senador Paulo Souto me dirigiu quatro questões. A primeira referente a se a ANA estava atuando em outorgas pela utilização da água para termoelétricas. A resposta é sim. Inclusive a não disponibilidade hídrica é, às vezes, fator determinante para a não instalação de termoelétricas, como é o caso da bacia de Piracicaba, por exemplo, muito estressada hidricamente.

Na segunda questão foi feita uma referência a louvável e elogiável atuação da Chesf em relação ao encolhimento do lago de Sobradinho, que faz com que algumas tomadas d'água fiquem expostas, fiquem no vazio, e é necessário algum tipo de apoio a essas comunidades no sentido de encompridar as tomadas d'água. São obras civis.

E o Senador indagou qual a atuação da ANA. A ANA está envolvida. Na semana passada, realizamos na sede da ANA uma reunião com a participação da Chesf, Codevasf, Cemig, alguns representantes do setor de saneamento e também do Ministério dos Transportes, no sentido de encontrar soluções para um cobertor curto. Ou seja, quando se disse que o lago encolhe, setores que utilizam a água ficam com problemas. E não apenas isso. Quando a vazão de Sobradinho é fluente e começa a ficar pequena, o nível d'água a jusante começa a baixar e algumas tomadas d'água também ficam expostas. Essa reunião revelou que ainda existem soluções de simples implementação. No caso, por exemplo, do transporte fluvial, um acordo feito foi que as eclusas funcionariam apenas uma vez por semana. Foi, digamos, uma reunião de conciliação de interesses bem-sucedida.

Com relação a novos potenciais, quase todos localizados na Amazônia, o Senador indagou se a ANA está – repito que a ANA tem apenas cinco meses de idade – mas se ela está cumprindo o seu mandato de tratar de encaixar a seleção de novas usinas dentro de uma visão de uso múltiplo. Nós ainda não temos resultados; estamos iniciando as contratações e planos de bacias hidrográficas que tenham como um dos componentes o setor elétrico, mas não o único. O setor elétrico, no passado, foi muito competente ao olhar os rios como um recurso natural próprio para a utilização em aproveitamento de energia elétrica. Portanto, fazia a divisão de que das, que é chamada de inventário, com muita correção, com muita propriedade técnica. A ANA propõe o entendimento de que essa visão setorial é uma das vertentes que temos de observar quando se faz um plano de bacia hidrográfica. Outras vertentes são o abastecimento urbano, como prioritário, a irrigação e os transportes. E os planos de bacia hidrográfica levarão isso em consideração.

Começaríamos pela Bacia do Xingu, porque lá se localizam importantes potenciais hidrelétricos que necessitam dessa abordagem mais sistêmica.

A quarta pergunta do Senador refere-se ao uso múltiplo das águas na hipótese de privatização das usinas geradoras. É aquela diferença de usinas privadas e públicas no que diz respeito à água. Essa per-

gunta me dá a oportunidade de fazer um esclarecimento importante, porque, com frequência, eu percebo na imprensa o não entendimento de um fato que é fundamental. É a isto que eu chamo de operação: abrir comportas; passar água pelas turbinas ou pelos vertedores. Essa decisão, que é crucial, não é hoje, não foi no passado e não será no futuro algo que o dono da usina possa decidir. Por quê? Porque o nosso sistema é hidraulicamente conectado. A água que uma usina solta é insumo para a usina que está rio abaixo. Então, se cada dono de usina usasse a água como bem entendesse, nós estaríamos subutilizando o recurso natural. Por isso, sempre, desde que o setor elétrico se organizou, na década de 50, o antigo GCOI, Grupo de Coordenação de Operação Interligada, opera essas usinas todas, decide quanto vai ser gerado de energia em cada usina na escala nacional, olhando aquilo que minimiza o custo operativo na escala Brasil, sem olhar quem é dono de cada usina. Isso é essencial sob a ótica do setor elétrico. Então, qual é a vantagem de ser dono de uma usina hidrelétrica? Na prática, é como se fosses sócio de uma empresa hipotética, que nós poderíamos chamar de “Hidreletricidade do Brasil”. O que cada usina hidrelétrica tem é a capacidade de vender energia, que é uma parcela do que esse conjunto de usinas do Brasil produz, mas não é a energia, necessariamente, gerada na sua turbina. Não é como uma fábrica de sapatos; é outra coisa.

Até agora, a minha análise foi puramente de natureza do setor hidrelétrico; não entrou nenhum outro setor. Sob a ótica do setor hidrelétrico, a operação das usinas é centralizada. No passado, isso foi feito pelo GCOI; hoje é feito pelo ONS, que diz quanto cada usina gerará de energia a cada intervalo de tempo. Eu repito que esse despacho é feito em escala nacional: Brasil.

Com a utilização dos rios para outros usos que não só a produção de energia elétrica, nomeadamente abastecimento urbano, uso industrial, irrigação, transporte, recreação e outros, já não é possível que a operação dessas usinas, que, no final das contas, determinam quanta água estará correndo pelos rios, seja apenas feita por um setor, que é o elétrico. Foi por isso que a lei de criação da ANA atribuiu a ela, como entidade gestora de recursos hídricos, a responsabilidade de olhar se essa operação também satisfaz aos outros setores. Então, como eu disse, a operação dos reservatórios sempre será feita olhando dois aspectos: a produção de energia elétrica minimizando custos na escala Brasil e o uso dos setores

outros, que não hidreletricidade, na escala da bacia hidrográfica. Essa segunda responsabilidade cabe à ANA. E a lei que a cria determina que a ANA, olhando os usos múltiplos na escala da bacia, e a ONS, olhando o interesse de maximização de produção de energia na escala nacional, têm que se articular para que a operação dessas usinas obedeça a estas duas óticas: a ótica local da bacia e a ótica nacional do **grid** elétrico.

Então, respondendo agora de forma objetiva, não faz diferença a natureza do dono da usina.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado, falando fora do microfone) – Desde que a regulação seja boa.

O SR. JERSON KELMAN – A lei já determina isso. Para dar um exemplo concreto disso, na minha exposição, Senador, citei o caso da utilização do estoque de água na Ilha Solteira, que, sob o ponto de vista do setor elétrico, é de absoluto interesse utilizar logo, e sob o ponto de vista do setor de navegação, não, há o interesse de postergar esse uso da água para produção de energia elétrica.

De acordo com a lei, a ANA e ONS já se reuniram mais de seis vezes, chamando, naturalmente, seus interessados, o setor de navegação, o setor agrícola e o setor elétrico, para achar a solução, que não será de custo zero, pois isso não existe, mas a solução de mínimo custo.

A Deputada Jandira Feghali entendeu, pela minha apresentação, que eu tinha afirmado que o problema que estamos vencendo não tem origem hidrológica.

Deputada, que ro me penitenciar por não ter sido claro na minha exposição, mas, na realidade, minha mensagem foi oposta. Temos um problema hidrológico, sim. Mostrei, na minha apresentação, que a seca que estamos vivendo hoje no São Francisco, o principal fornecedor de energia para o Nordeste, é a pior do histórico. No jargão do setor elétrico, temos um novo período crítico, no caso do São Francisco. E no caso do Rio Grande, que foi o único exemplo que dei no caso de Furnas, o que afirmei foi que não é a pior seca do histórico, mas isso não quer dizer que não estejamos vivendo um sério período de seca; é o quarto pior do histórico.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, não entendi o esclarecimento de S. S^a.

Na sua apresentação inicial, o senhor mostrou o gráfico, rapidamente, mas deu para ver, porque ele tinha, inclusive, o símbolo da chuva, de cima para baixo – simbolicamente, ele é assim –, o senhor disse, e

prestei muita atenção, foi que essa não é a pior seca histórica, e, portanto, não é o argumento da seca que justifica a crise. Entendi o senhor dizer isso. Se não é isso, é um confronto científico das opiniões que temos ouvido. Entendi isso.

O SR. JERSON KELMAN – Vou esclarecer. Não há dúvida nenhuma de que a seca que se vive no São Francisco é a pior do histórico, o que também não quer dizer que seja a única razão para a crise que vivemos. Não estou afirmando que a única razão da crise que vivemos seja de origem hidrológica, não estou afirmando isso. Estou afirmando é que, no São Francisco, esta é a pior seca que vivemos no registro histórico.

No caso de Furnas, é a quarta pior seca. Isso quer dizer que, se a razão hidrológica fosse a única, não teria havido racionamento. Há outras razões, no caso do Sudeste, para o racionamento, que não é só a hidrologia. Disso sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Afonso Henriques, para suas respostas.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – O Senador Paulo Souto colocou uma pergunta sobre o inventário, como está sendo desenvolvido o inventário. Na verdade, existe previsão na legislação da aplicação do recurso da compensação financeira e da Reserva Global de Reversão para os estudos hidrológicos. A Aneel, no ano de 2000, contratou uma série de estudos exatamente visando a complementar, atualizar os estudos que já havia. O setor era bastante estudado, mas precisava-se dar um novo enfoque.

Daparte do Ministério, existe uma dotação orçamentária própria. Inclusive, existe a intenção de se fazer esses estudos de inventário com a Agência Nacional de Águas, tendo em vista que o inventário hoje, como já colocado pelo Dr. Jerson Kelman, tem que ser tratado de uma forma muito mais abrangente que apenas uma visão elétrica. A lei já prevê que a disponibilidade hídrica para a geração de energia elétrica será definida pela Agência Nacional de Águas. Portanto, o enfoque é multiobjetivo, de multiuso da água.

Com relação a uma outra do Senador Paulo Souto, sobre a falta de interessados, nas várias vezes em que faltaram interessados nas licitações de linha de transmissão, como no caso das linhas Norte—Sul e Curitiba—São Paulo, o Governo autorizou as estações Furnas e Eletronorte a entrar e realizar aquela obra. Portanto – e esse não é o único caso –, a obra

não deixou de ser feita. E tem sido essa a política quanto às linhas de transmissão.

Quanto à geração de energia, no caso de usinas hidrelétricas para as quais não apareceram candidatos, a posição da Aneel foi a de reapresentar aquela usina noutra momento e avaliar por que não apareceram interessados. Foi o que ocorreu, se não me engano, com Itumirim, uma usina com complexidade ambiental, com custo mais elevado. A política governamental é que, se for uma usina fundamental, a iniciativa estatal estará presente, compensando a não-presença da iniciativa privada. Isso é o que tem ocorrido no que se refere a linhas de transmissão.

Temos ainda o caso de Belo Monte, usina do porte de Tucuruí, que levaremos ao Conselho Nacional de Política Energética agora em julho. Evidentemente, no caso dela a presença estatal é essencial. É claro que deverá ser um arranjo estatal privado.

Com relação às questões da Deputada Jandira Feghali, esse novo planejamento, como mencionei, fica muito submetido à incerteza das decisões empresariais. Então, temos que encontrar instrumentos de Governo que induzam de maneira mais forte a realização das obras pretendidas. Como exemplo, temos o caso da Petrobras em termoelétrica. A Petrobras, empresa do Governo, está realizando uma série de obras por interesse próprio, evidentemente empresarial, mas também por decisão governamental. O próprio preço da Petrobras para o gás termoelétrico é estabelecido de maneira tal que atenda aos interesses da política energética do Governo brasileiro por intermédio do Ministério de Minas e Energia. Apesar disso, em nenhum caso a Petrobras é prejudicada financeiramente, nem com a conta de compensação que se fez para reduzir o risco cambial. Como disse o Presidente Henri Philippe Reichstul, a conta de compensação é remunerada pela taxa Selic, que é uma taxa de mercado. Então, embora a Petrobras seja um agente de Governo, neste caso não está submetida a perdas. Tem o seu interesse empresarial devidamente preservado.

Além da Petrobras, temos o caso do BNDES, que, pelos financiamentos que concede, é forte indutor das obras de interesse do Governo; e a própria Eletrobrás, que atualmente está com um programa de compra de energia de pequenas centrais hidrelétricas, o que permitirá o financiamento, por meio do BNDES, dessas hidrelétricas. Temos hoje cerca de 1500 megawatts autorizados em pequenas centrais hidrelétricas. É um grande programa de PCHs. E essa

ação conjunta da Eletrobrás e do BNDES permitirá a materialização desse plano.

Com relação às obras sem licitação, já disse bem o Presidente Reichstul que a Petrobras tem um caso especial. Eu queria lembrar que, na medida provável, são previstas aquisições, em casos emergenciais, de obras sem licitação. Mas eu gostaria de acrescentar que, além dessa exceção da Petrobras, já prevista em lei, há também o caso de aquisição de energia sem licitação. Aquisição de energia elétrica por um ente estatal não precisa passar por um processo licitatório. Isso já está previsto na Lei nº 9.074, se não me engano, ou na Lei nº 9.427. Trata-se de energia elétrica, e não de obra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Estou falando de obra.

O SR. AFONSO HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS – No caso de obras, essa medida provisória vem complementar a matéria, caso seja necessário. Mas não é essa a política que está sendo desenvolvida pela Câmara de Gestão da Crise. Não é intenção dela que ocorram procedimentos dessa natureza, de compra sem processo licitatório, sem processo competitivo. Contudo, podem existir casos em que sejam necessárias aquisições de equipamentos ou de compras sem licitação. Não tem sido essa, até agora, a linha decisória da Câmara.

Eram esses os comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Dr. Afonso Henriques.

Existe um grande número de Parlamentares inscritos. Nas vezes anteriores, dividimos os Parlamentares em grupos de quatro, e foram muito proveitosas as audiências públicas. Então, vamos proceder da mesma maneira, até para aproveitarmos o tempo, pelo adiantado da hora, a fim de que haja um maior aproveitamento desta audiência pública.

O próximo inscrito, Deputado Airton Dipp, afastou-se há poucos instantes, não está presente. O orador seguinte, Deputado Fernando Gabeira, também não está presente. O próximo inscrito é o Deputado Marcos Cintra, a quem concedo a palavra.

O SR. MARCOS CINTRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi com muita atenção as explicações hidrológicas que nos foram oferecidas pelo Dr. Jerson Kelman. Apesar dessas informações terem sido altamente instrutivas, penso que a crise energética que vivemos hoje tem muito pouco a ver com a questão efetivamente hidrológica. A questão das águas, evidentemente, é um

dos fatores de riscos que envolvem a oferta de energia elétrica, mas seria uma grosseira simplificação se atribuir a crise que estamos vivendo exclusivamente a esse fenômeno, como, de resto, ouve-se muito falar.

Desse modo, eu gostaria de passar a comentar a exposição do Dr. Afonso Henriques, porque me parece que lá, realmente, está a questão fundamental, crucial, de tudo isso que estamos querendo discutir aqui. Repito: não se trata de uma questão de águas. Penso que é uma questão de planejamento, de visão, de instrumental, de modelo.

Acredito que a exposição do Dr. Afonso Henriques, quando se referia à questão de planejamento, acabou se transformando numa munição vasta e generosa para aqueles que são contrários ao modelo de privatização do setor, ao modelo energético baseado na participação intensa do setor privado. Eu não me incluo nessa categoria, pelo contrário. Apesar de o modelo privado na geração de energia elétrica ser novo no mundo inteiro – poucos países no mundo privatizaram com intensidade o setor energético –, o Brasil mergulhou de cabeça dentro de um modelo.

Então, parece-me que a sua fala realmente é a essência do problema que precisamos discutir aqui. Houve ou não planejamento? Quais foram as falhas de planejamento que eventualmente podem ser responsáveis por tudo que isso que está acontecendo?

Não acredito que possamos atribuir isso meramente a fatores hidrológicos, por uma razão muito simples: existe uma probabilidade, evidentemente, de haver secas. O Dr. Jerson Kelman mostrou aqui que, em 50 anos, foram três anos em que a seca foi tão intensa que praticamente esvaziou as represas ou as fez chegar ao seu ponto crítico. Isso nos daria uma probabilidade de três em cinquenta de haver a falência da geração de energia elétrica. Esse é um risco inaceitável. Eu não entraria num avião, por exemplo, se soubesse que existe probabilidade de três em cinquenta de ele cair. Da mesma forma, não acredito que se possa conceber um modelo de geração de energia elétrica em que a probabilidade de um insucesso, de uma total derrocada, seja tão elevada.

Essa é realmente uma questão de planejamento. Essa é a questão fundamental. É sobre isto que esta Comissão precisa discutir: qual é o modelo que vamos adotar aqui para frente?

Então, fica a minha pergunta, porque penso que ela se sobrepõe a todas as demais. Há várias outras que eu gostaria de fazer tanto ao Presidente da Petrobras como ao Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas, mas esta é a fundamental: qual é a pers-

pectiva de planejamento econômico e de investimentos que a Eletrobrás e o Ministério estão antevendo para o futuro? Senão, não vamos jamais resolver o problema fundamental.

O senhor mesmo declara aqui que o modelo hoje é inseguro e incerto e que o Governo não tem os instrumentos, por meio de um processo de planejamento determinativo, para estabelecer investimentos necessários. Se não for isso, desculpe-me, mas penso que temos de reverter esse modelo imediatamente. Eu seria uma das últimas pessoas a serem acusadas eventualmente de ser adversário de um modelo privatizante.

Essa é a grande questão que precisamos discutir e a pergunta que faço ao Sr. Afonso Henriques é: qual é a perspectiva de avançarmos em um modelo pelo qual o Governo optou, ou o que é preciso para alterá-lo para evitar que essas coisas continuem acontecendo?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Marcos Cintra, até pelo uso do tempo, em que foi parcimonioso.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, na verdade, apesar de não ter sido essa a intenção, os três depoimentos se entrelaçaram e acabaram formando uma visão bem clara. Não é que não exista planejamento no Brasil, mas o planejamento é um pouco desequilibrado mesmo.

O ponto central que eu gostaria de destacar na intervenção do Dr. Kelman – e que me parece muito importante – é que ele apresentou um quadro das chuvas e da seca, mostrando que há anos em que chove mais e há anos em que chove menos. Isso, não intencionalmente, nos dá a impressão de que estamos diante de fatos da natureza que se sucedem como as quatro estações do ano, como quando, depois do inverno, temos a primavera – claro que não com essa regularidade.

Quando examinamos o quadro, o que podemos observar, na verdade, é que a água está ficando mais escassa por um processo de destruição aqui embaixo, entre nós. O rio São Francisco sofre um processo de agressão permanente.

O primeiro ponto que se ressalta é ainda a ausência de uma política de proteção pelo Governo desses grandes recursos hídricos, de nascentes e matas ciliares.

Espero que, com essa situação de agora, a ANA esteja legitimada a pelo menos estimular esse pro-

cesso. Do contrário, teremos a impressão de que há anos em chove e outros em que não chove, o que é verdade, nos roubando completamente a visão da atividade humana e o processo de decadência real que os rios estão vivendo.

Quanto à questão do gás, tenho algumas dúvidas em relação a essa proposta. A visão de planejamento que tivemos aqui foi parcial. O Governo diz que tem um planejamento, e a Petrobras, em seguida, diz que está com determinadas termoelétricas. A Petrobras faz o papel do Governo nesse campo específico da termoelétrica.

Mas evidentemente, do ponto de vista do planejamento foi caótico. Não é possível planejar Carioba II, retirando 33 m³ do rio Piracicaba, porque ele, segundo a ONU já tem menos água do que o necessário para a população, e ainda é vampirizado por São Paulo, cujo sistema vai entrar em crise – Cantareira vai entrar em crise.

Temos de ver a questão no conjunto. Estamos diante de uma crise ecológica de profundas dimensões, e a resposta que temos é a de que, a julgar pela única intervenção de planejamento aqui, vamos aprofundar a crise ecológica porque vamos partir para um recurso não renovável, que é o gás, cujos preços serão bastante altos. Aliás, vi uma entrevista do James Schlesingham, quando ele tratava da questão do gás, quando ele dizia: “O inferno, para mim, é discutir o preço do gás.” Todos eles acham que o inferno é fixar o preço do gás.

Vamos, então, ter um gás cobrado em dólar, com equipamentos indexados ao dólar, com as centrais termoelétricas mal planejadas. E não é só o caso de Carioba; em Santa Branca, por exemplo, uma cidade pequena, 4.500 pessoas fizeram um abaixo-assinado pedindo que os alemães saíssem dali.

Estamos, portanto, vivendo uma situação com as termoelétricas muito semelhante com o que se vive nos Estados Unidos com o **nimby – not in my back yard**, “no meu quintal, não”.

Então, teremos de rever um pouco esse processo.

O que o Secretário falou basicamente é que precisamos realmente planejar juntos, porque senão vai-se planejar a energia, atrapalhando a ANA. Temo que mudar o conceito de planejamento, creio que temos que mudar até o conceito de governo. Com a profunda crise ecológica que temos, devemos mudar essa concepção. O planejamento brasileiro teria que ter outra dimensão.

Creio que é também interessante falarmos da questão do planejamento. Não foi mencionada a questão do vento. O próprio Secretário já visitou fábrica de Sorocaba, que é uma das melhores do mundo. Estamos produzindo tecnologia e a exportando para o mundo. A Dinamarca já está com 12% e o norte da Alemanha com 16%, em fim, todo o mundo está entrando pesado na questão da energia gerada pelos ventos. Mas nós, aqui, estamos querendo colocar todos os ovos em uma cesta só.

Sob o ponto de vista de uma visão renovável, quanto tempo vai durar o gás? Quem me garante que o preço do gás, na medida que vai ficando escasso, poderá ser planejado como é hoje? Não há uma garantia. São questões fundamentais para as quais não estou vendo saída.

Creio que o Governo deveria repensar a questão das termoelétricas para saber quais são viáveis e tentar a biomassa. Não estamos aproveitando nosso potencial de biomassa. Não estamos aproveitando a cana-de-açúcar, o bagaço de laranja e a casca de arroz como deveríamos. Nosso potencial é de 16 mil megawatts em 10 anos, segundo os cálculos feitos por alguns especialistas. Por que não entramos? Entramos exatamente onde vamos gastar mais dinheiro, onde vamos criar mais problemas ambientais. Não é que eu seja contra o uso do gás. Mas uma escolha errada vai arruinar a competitividade do Brasil no século XXI. Os Estados Unidos também entraram em um caminho errado. Temos condições muito mais competitivas do que os Estados Unidos ao entrarem nesse caminho. Os Estados Unidos estão entrando no Alasca, vão buscar petróleo, vão criar um outro poço onde não é possível. Ou seja, vão perder a competitividade em relação aos europeus, que estão desenvolvendo cada vez mais técnicas no setor ambientalmente corretas. Era essa a questão que gostaria de colocar a respeito do planejamento.

Também tenho uma questão imediata que necessita definição por parte do Governo. É a questão dos 4,6 bilhões que as distribuidoras querem receber por meio de uma leiatura do Anexo V dos contratos. Consegui o Anexo V, mas não consegui entender a fórmula, é quase impossível entendê-la. Creio que o Brasil e nós, os consumidores, não podemos pagar quase 5 bilhões por uma energia que não consumimos. Estaremos pagando, como o Governo, uma indenização por uma energia que não recebemos, que não nos repassaram. No entanto, nós é que vamos pagar.

Gostaria de fazer meu protesto diante de toda essa situação. Dou toda a força aos setores do Governo que não querem pagar a indenização que o Anexo V prevê.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Airton Dipp.

O SR. AIRTON DIPP – Sr. Presidente, Srs. expositores, Sr^{as} e Srs. Congressistas, na realidade, as causas que levaram a essa crise anunciada no setor energético brasileiro já foram debatidas. Hoje, todos entendem, não só no Congresso Nacional, não somente os técnicos do setor, que a falta de investimentos, tanto na geração quanto na expansão, é, na realidade, a causa verdadeira da crise no abastecimento de energia. O que me preocupa – e gostaria de levar duas questões ao Secretário de Energia, expositor neste noite – é que, na realidade, quando foram criadas as agências reguladoras, a Aneel e a ANA, foi desestruturado o planejamento que havia sido feito por grupos de trabalho, na Eletrobrás. E foi repassado às agências, especialmente à Aneel, que tem por objetivo, na própria regulamentação, somente a regulamentação e fiscalização do setor. Creio que o Ministério de Minas e Energia também contou muito com uma espécie de planejamento à expansão do sistema. Creio que esse ponto é crucial nessa questão das criações de agências reguladoras no País, porque perdemos o potencial que tínhamos no planejamento do setor energético brasileiro com a retirada da própria Eletrobrás e o repasse que teria que ser feito ao próprio Ministério de Minas e Energia, perdendo nessa questão.

Isso me preocupa porque, na própria exposição do Secretário Nacional de Energia, falou-se muito que não houve decisão empresarial para que se pudesse cumprir o planejamento existente por parte do próprio Ministério, mas o ponto crucial desse não-cumprimento, sem dúvida alguma, está na rentabilidade e no retorno dos investimentos das empresas privadas.

Nesse modelo energético que contestamos – mas não vamos agora discutir essa questão –, são as tarifas que são pagas pelos consumidores que, na realidade, dão a garantia. E eu queria saber como fica essa questão tarifária mesmo, no pertencer da Aneel (Agência Nacional da Energia Elétrica), porque temos, na nossa produção de energia, os ativos das usinas hidrelétricas perfeitamente amortizados ao longo desses anos, e agora, com a expansão, possivelmente em torno de 20%, até 2006, das usinas termoeletricas, teremos dificuldades em relação a essas

tarifas, pois elas utilizam energéticos não-renováveis, e, por conseguinte, o preço da tarifa será muito maior do que as atuais tarifas, hoje, do sistema hídrico.

Por último, a questão da produção da energia termoeletrica. Muito se fala em relação ao gás natural, que é um energético importado, pagamos em dólar, temos dificuldades em relação às tarifas dos consumidores, e teremos também remessa de divisas para o exterior com utilização desse energético. E, na Região Sul, que é uma região rica em carvão mineral e que tem uma reserva para ser utilizada por 60 anos, pouco se fala, ou nada se fala, em termos de geração térmica com a utilização do carvão mineral nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que têm 98% das reservas minerais.

Esse carvão, na realidade, é brasileiro, é pago em real, não teríamos que fazer essa compensação que está sendo feita pela própria Petrobras; mesmo que se afirme que será paga, que será remunerada, tenho absoluta certeza de que a Petrobras, como empresa estatal, estará assumindo mais ônus nessa questão. Aliás, entendo que essa assunção, por parte da Petrobras, na produção de energia termoeletrica, deve-se muito mais à desestruturação da Eletrobrás do que à iniciativa da própria Petrobras nesse campo, porque o próprio Presidente disse que vai participar com 25%, e deixará a operação para aqueles que entendem do ramo.

Então essas questões são destinadas especialmente ao Secretário Nacional de Energia, e talvez possa haver um comentário da própria Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Airton Dipp. Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu queria fazer alguns comentários, não destinados ao Presidente da Petrobras, que veio justamente explicitar qual o papel dessa empresa nesse esforço, nessa cruzada cívica – só tem um ponto que pedirei uma explicação, que é a questão da indenização do gás boliviano –, mas aos demais representantes de Governo, os Senhores Jerson Kelman e Afonso Henriques Moreira.

Eu queria cotar aqui as palavras do Professor Garcia de Souza, da USP (Universidade de São Paulo), no sentido de que, como não se sentem responsáveis os representantes do Governo, então não têm obrigação de se explicar para a sociedade nem justificar a falta de planejamento estratégico, por que não deu certo, se é novo ou velho, por que o enfoque na

mudança de modelo foi excessivamente em cima do capital privado

Acho que temos que virar essa página, acho que o Governo tem que assumir a responsabilidade de que errou, não existe planejamento novo nem velho. Existe o planejamento que dá certo. O planejamento feito e não implementado é intenção. E intenção não resolve os nossos problemas.

Acho que o Dr. Jerson Kelman deve falar claramente que a questão da hidrologia é crítica, mas não é o determinante da crise que aí está – como bem acrescentou o Deputado Fernando Gabeira. Há outros fatores, de responsabilidade de políticas públicas, como a questão da mata ciliar, das nascentes dos rios e do saneamento, que também contribuem para reduzir as vazões.

De acordo com o mapa hidrológico mostrado, ainda que tivesse sido feita a gestão de Sobradinho, para administrar aquele período crítico, haveria déficit. Aquele mapa deveria ter sido visto muito antes.

No Nordeste, a política dos reservatórios foi um instrumento que contribuiu para amenizar e tentar vencer as secas e as mázias da seca, por que foi deles, com administração inteligente, que surgiram os programas de irrigação. A prova de que o planejamento falhou, dos últimos seis a oito anos para cá, é que, pela primeira vez, a seca está dentro dos perímetros irrigados do Nordeste. E isso está sendo questionado.

Não devemos mais ficar discutindo planejamento e hidrologia. O Governo deve assumir a responsabilidade, até mesmo para não transformar a negligência e a irresponsabilidade em cruzada cívica. Juntos teremos de equacionar o problema.

Se vocês pudessem resolver sozinhos, nem estariam debatendo conosco. Mas o problema é tão grande que precisa justamente da ação da sociedade.

Farei ainda três perguntas. O Dr. Kelman respondeu ao Senador Paulo Souto ser indiferente se a usina era propriedade pública ou privada. Então pergunto: como estaria hoje o rio São Francisco, onde a geração de energia já se dá próximo ao mar, ao delta do rio, se tivesse sido privatizado com cláusula de vazão assegurada para quem comprasse as turbinas? Teríamos engessado 80% da vazão do rio apenas para gerar energia. E não dá para bombear a água de volta, porque os perímetros irrigados ficaram no baixo de Irecê, no submédio São Francisco e nos sertões.

Dessa forma, o capital privado, que pagou, para abrir mão da vazão ia que rer, do mesmo jeito que está fazendo com o MAE agora, receber indenização. Só que o caso do MAE é mais gritante, pois teremos de indenizá-lo pelo que não recebeu: 5% em volumes físicos – preço do mercado de traficante; isso é um mercado de tráfico –, que é igual a 100% do valor dos 20% ao preço contratado. Não tem risco.

Queria saber como ficaria a Chesf hoje, privatizada, na mão de um chileno ou de um americano, com a vazão assegurada.

Discutimos muito esse assunto na Ana e uma das cláusulas que não conseguimos mudar foi justamente a da outorga para as empresas de energia, porque o Governo exigia que a vazão fosse assegurada, sob o argumento de que, de outra sorte, nenhum gringo, nenhum ianque compraria os rios brasileiros ou as turbinas.

No caso do São Francisco, a geração de 11000 megawatts no delta já deixou as terras do semi-árido para trás. A água não volta. É a primeira pergunta.

Dirijo a segunda pergunta ao Dr. Afonso Henriques. A Aneel sugeriu a suspensão do MAE – está na imprensa, está até sob intervenção –, propôs o cancelamento dos contratos e que fossem refeitos. Qual é a força oculta que consegue isso? A Aneel é quem deveria regulamentar, quem deveria dar a última palavra, mas deve ter alguém acima da Aneel, por que ninguém a está ouvindo e o mercado voltará a funcionar dias 25 e 26 nessas condições precárias. O mercado não foi criado para operar nessas condições, mas dentro da normalidade.

Quem definiu normalidade de mercado energético não fui eu, foi o Governador da Califórnia. O mercado só funciona se a oferta for maior que a demanda, se não vira tráfico. O Governo pediu que acreditássemos que as agências reguladoras defenderiam o interesse nacional. Se a Aneel manda refazer os contratos, quem está passando por cima da orientação dela?

Sr. Presidente, a penúltima pergunta seria justamente a questão do gás.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambráia) – Seja bem objetivo, Deputado, porque o tempo já está longo.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Estou aqui desde o começo. Dr. Henri Philippe, já perguntei isso em outras audiências e queria entender. Não sou economista, mas a Bolívia, que merece respeito, é um país pequeno do ponto de vista econômico, de representatividade internacional nas relações com o Brasil.

Pelo que sei, o Brasil construiu gasoduto e, se não comprarmos o gás da Bolívia, ele se perde. Não há outro comprador. Não é como do tênis. Quando vou comprar um tênis, há várias marcas. Quanto ao gás, só tem um comprador. Se não comprar, perdeu, valor zero. O Brasil é um país de plataforma continental. Os neoliberais dizem que, para onde ele se pender, pende a América do Sul. A Argentina está encontrando uma forma de criar uma cesta de moeda com euro. Nós, a um custo social altíssimo, conseguimos estabilizar a moeda brasileira. E nem a Bolívia dá credibilidade, num contrato em real, indexado? Não consigo entender como não temos condições de fazer a Bolívia mudar esse contrato. Queria uma explicação.

Sr. Presidente, para finalizar, a outra pergunta é com relação... O Dr. Kelman disse o seguinte: vai voltar a chover. É lógico. E as Regiões Sul, Sudeste e Norte vão estar normalizadas. V. S^a disse, com propriedade, que a região mais crítica e aguda é o Nordeste, onde, com ou sem chuva, vai continuar havendo a relação conflituosa da água. Há décadas, o São Francisco está apenas servindo à questão da energia. Temos que aproveitar este momento para pensar em uma política energética alternativa, não digo nem para o Nordeste, mas para o semi-árido, com 22 milhões de brasileiros, uma Argentina, são 600 mil km² e o Governo está hesitando, Senador Paulo Souto, em aumentar o racionamento da Alumar, que é a salvação de Sobradinho e dos irrigantes de lá, para garantir a geração, de julho em diante, de 1.000 ou 1.300 megawatts contínuos. Tem que se racionalizar em cima do alumínio. Ele não fez isso. Veja como o Governo tem coisas interessantes: hoje mesmo ele está aqui. Ele baixou a TEC – a tarifa externa comum do Mercosul – para os bens de Informática, que só era para 2006; ele revogou para ajudar 22 milhões de argentinos, prejudicando toda a indústria nacional. Agora, para ajudar 22 milhões de nordestinos do semi-árido, ele é incapaz de tocar nos contratos, em dólar da Suralco, da Billinton ou da Nippon.

O senhor falou da navegação Tietê-Paraná. A navegação do São Francisco está paralisada. Por quê? O percurso que era feito em quatro dias de Ibotirama para Juazeiro, Petrolina, transportando a soja do oeste, aumentou para doze dias. Por quê? Porque o rio está encalhando. Só tem uma draga funcionando, a qual de sencaíha. Ontem, faltou peça na draga, e não há peças de reposição. Tem que mandar comprar. O tal do deslocamento dos pedrais no trecho que vai de Pirapora a Carinhanha e de Sobradinho a Juazeiro, que já foi prometido pelo Vice-Presidente da Repú-

blica, estão tirando de mão, artesanalmente, porque a máquina de deslocar pedrais é importada e até hoje não foi importada. É uma draga específica. É uma hidrovia de 1.300 km. Então, eu solicitaria que os Srs. Jerson Kelman e Afonso Henriques pudessem, dentro dessa crise, explicitar o assunto, porque a normalidade chegará às outras regiões, mas, na nossa, continuaremos tendo essa dificuldade. Queremos água para irrigação. O Nordeste pode ter 3 milhões de hectares irrigados, como o têm a Califórnia e a Espanha, mas precisamos encontrar uma maneira de gerar energia, porque o rio tem de ser para água. É neste momento de crise que temos de viabilizar, até porque a Lei de Recursos Hídricos determina que o uso de energia não pode preceder à satisfação dos outros usos, que são a dessedentação humana e animal, navegação e irrigação.

Estou preocupado com isso. Precisamos discutir um plano desses. Queremos estudar um gasoduto, como o que o Dr. Riva, da Cesp, projetou para a Bahia, ao longo do rio São Francisco. E para que um gasoduto? A fim de poder liberar a vazão do São Francisco para o ser humano e para a agricultura sustentada, que é a irrigação. Toda a malha de investimentos do Nordeste está concentrada no litoral; no interior, não há nada. Entraremos nessa crise e sairemos do mesmo jeito: com o rio engessado, sem alternativas, sem poder desenvolver a fronteira do semi-árido.

Muito obrigado.

O SR PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concluído o primeiro grupo de quatro parlamentares, vamos às respostas dos senhores expositores.

Tem a palavra o Dr. Henri Philippe Reichstul.

O SR. HENRI REICHSTUL* – As questões relativas à Petrobras são relacionadas ao gás e às térmicas. Uma é do Deputado Airton Dipp sobre as térmicas a gás e a outra, do Deputado Clementino Coelho, sobre a questão da Bolívia.

O senhor se lembra, Deputado, porque era um comentário lateral de V. Ex^a sobre a Petrobras?

O SR. AIRTON DIPP – Só comentei que, no meu modo de entender, a Petrobras assumiu a geração termoelétrica a gás pela desestruturação que houve com a própria Eletrobrás, e que não era o objetivo principal da Petrobras essa decisão. O senhor chegou a argumentar que estava investindo 25%, porque não conhecia a questão da geração e a estava repassando para a iniciativa privada.

O SR. HENRI REICHSTUL* – O movimento de transformação das empresas de petróleo e gás em empresas de energia passa justamente pela tentativa

de valorizar toda a cadeia do gás, chegando à energia elétrica, que é muito mais líquida do que o gás. A estratégia da Petrobras de se transformar numa empresa de energia era induzir o consumo de gás. A indução do consumo de gás, criando um mercado de gás, passa, necessariamente, pela termoelétrica, mas não que queiramos ser uma empresa de energia elétrica propriamente dita. A forma de induzir e criar um mercado é participar de uma forma indutora e, portanto, minoritária nesse mercado. Em todos os projetos da Petrobras, há diversas multinacionais participando, em alguns deles correndo muito mais riscos do que nós. Elas estão nos acompanhando e somos sempre minoritários, exceto em alguns projetos.

Do ponto de vista empresarial, é um bom negócio para a companhia. É claro que poderíamos estar participando de menos térmicas a gás; entretanto, contanto que vendamos o nosso gás, estamos satisfeitos.

Em relação à questão levantada pelo Deputado Clementino Coelho, de forma precisa e evidente, quanto à negociação da Bolívia, que rodi zer duas coisas: a primeira é que há o conceito que volta e meia aparece de que o gás é caro. Mas é caro em relação a quê? Em relação ao preço do gás nos Estados Unidos, no Canadá e no México, ou na Europa, onde é bem mais barato. Hoje, estamos vendendo gás, na Petrobras América Produtora de Gás – pouco, infelizmente –, a US\$9 o milhão de BTU. Tivemos a confirmação da segunda maior empresa americana de gás e energia de que se pode fechar um contrato de fornecimento de gás nos Estados Unidos, por 20 anos, a US\$5 o milhão de BTU. Nosso gás termoelétrico é de 2,58 na composição do preço do gás da Bolívia. Estamos pagando, hoje, o preço do lado boliviano – com o barril de petróleo a US\$ 30 dólares – um dólar e oitenta custam milhão de BTUs, adicionando US\$ 1,50 de transporte. Quando o barril de petróleo estava a dez dólares o barril, chegamos a pagar noventa centavos.

O grosso do custo do gás é o custo do transporte. Esse gasoduto custou US\$2 bilhões. Ele foi totalmente feito com financiamento estrangeiro e tem a tarifa dolarizada em função disso. O conceito é de que o gás é caro e disputável, ou seja, ele precisa ser caro em relação a quê? Essa é uma questão. O gás boliviano é mais caro que o nacional, porque a formação de preço nacional atendeu a uma outra lógica. Poderia equalizar o importado também, que é uma commodity. O contrato com a Bolívia é antigo, eu não participei da sua negociação. Existe a possibilidade de ampliar a demanda de gás, de se importar mais gás da

Bolívia e de, nesse movimento, os preços serem revidos. Esses preços estão altos, mas já foram muito baixos. Temos, então, de abrir. Se formos negociar preços mais estáveis e mais baixos em relação a hoje, não vão chegar a ser tão baixos quanto foram no passado. É uma opção, uma escolha que se tem. Mas, estamos falando em vinte anos.

Os modelos cíclicos que temos do preço do petróleo indicam que estamos no pico, que já chegamos a pagar 0,80, 0,90 dólares/BTU do lado boliviano. Essa questão é mais complexa. Dado o adiantado da hora, ficará para uma digressão mais longa. Lamento que, mesmo depois de ter vindo dez vezes aqui, não tenha conseguido esclarecer a questão para o Deputado Clementino Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Dr. Kelman, para as suas respostas.

O SR. JERSON KELMAN – O Deputado Fernando Gabeira fez a correta afirmativa de que, parte dos problemas que vivemos tem a ver com o descuido com as bacias hidrográficas. Com toda certeza. É sabido que o mal uso do solo, deixá-lo nu, faz com que haja erosão. Esse solo é carregado pelas chuvas e acaba assoreando os fundos dos rios. Tudo isso agrava a situação em que vivemos, além de aumentar os custos superficiais e diminuir a infiltração e, portanto, os custos dos rios durante as estiagens.

Acredito que a Nação brasileira possa ser otimista, porque, ao contrário de diversos outros países que estão passando por processo de degradação parecida, tivemos a capacidade de, como Nação, nos articular. Fizemos uma lei que trata da questão de se criar uma agência cujo mandato é tentar reverter esse quadro. A Agência Nacional de Águas tem cinco meses de existência. Já iniciou algumas atividades relativamente a esse tema. Não irei alcançá-los, mas, apenas para citar, temos convênios com a Embrapa para conservação de solo. Na China, existe o Ministério de Produção de Energia Elétrica, Água e Conservação de Solo. Esses temas são interligados.

O Governo lançou um programa de revitalização do rio São Francisco, com recursos razoáveis. Parte deles serão empregados pela ANA, tanto na parte de conservação do solo quanto na de tratamento de esgotos. Desejo ser muito franco, Deputado. Estamos com cinco meses de estrada nesse processo, e ele requer pelo menos vinte anos, para que realmente possamos dizer que alcançamos resultados significativos. Como ocorreu em outros países, o processo de recuperação é lento. Temos de ter paciência e perseverança. Gostaria também de afirmar que seria ilusó-

rio achar que todo o problema de seca ou de enchente, que são os flagelos que mais custos causam à humanidade, tanto em termos econômicos quanto em termos de vida, sejam inteiramente veiculados a intervenções humanas. Sabemos que não é assim. Outro dia, na televisão, fazia referência ao episódio bíblico de José e Faraó, quando aquele desvendou os dois sonhos deste: 7 anos de fartura e 7 anos de estiagem, que, no Egito, significam Nilo transbordando ou Nilo não transbordando. São fenômenos naturais. Então, eu engato com a questão que o Deputado Clementino Coelho levantou, que me dá a oportunidade de esclarecer algo.

Eu fiz a minha apresentação, aqui, sobre o tema “água” por que esse é o tema da Agência Nacional de Águas. Também o Deputado Marcos Cintra fez uma referência ao fato de que se a hidrologia seria fundamental, ou não.

Quero deixar bem claro que não vim a esta Comissão – não tenho a intenção – para afirmar que a seca, o problema da hidrologia – foi a única causa do que estamos vivendo. Não estou afirmando isso e não acredito nisso.

Também acho que, por outro lado, é uma simplificação não justificada ignorar que, no caso do São Francisco, essa seca suplanta a pior que havia sido observada até então. Isso quer dizer que segundo critérios adotados tradicionalmente no uso de recursos hídricos – não só no Brasil, mas internacionalmente –, quando se tem um registro longo como no nosso caso, de 70 anos, não 50, mas 70 anos –, admite-se como razoável que se esteja preparado para enfrentar a pior seca ocorrida no passado. Isso não quer dizer que não vá ocorrer algo pior no futuro. Esse é apenas um critério aceito tradicionalmente em vários países, como por exemplo nos Estados Unidos.

O que eu estou dizendo é: se tal critério tivesse sido adotado no Brasil, aquela curva que eu mostrei não era de evolução do reservatório real, era um estudo puramente hidrológico, nós teríamos enfrentado o racionamento, agora em 2001, não necessariamente com a profundidade, com a intensidade que estamos experimentando no São Francisco.

Eu disse que no caso do Rio Grande, não é essa a situação. Portanto, existe uma seca grave, sim, não a pior da história. O efeito dessa seca, no Rio Grande, é mais circunstancial, conjuntural, e não de natureza estrutural.

Isso posto – eu acho que foi a questão levantada pelo Deputado Clementino Coelho, repetindo um pouco a indagação da Deputada Jandira Feghali –, eu

respondo a última pergunta do Deputado Clementino Coelho respeito do uso útil dos recursos hídricos.

Como eu dizia antes, nós temos, hoje, um aparato legal, uma lei que diz como devemos, enquanto sociedade, utilizar as águas, entre os diversos setores, de uma forma organizada e civilizada. É bom registrar que dia 5 de junho foi criado o Comitê da Bacia do Rio São Francisco. Caberá a esse colegiado que tem participantes dos setores usuários, isto é, navegação, produção de energia elétrica, fruticultura, abastecimento urbano e outros, na Bacia do São Francisco, sentarem juntos e, em um ambiente sereno, discutirem quais são os custos e os benefícios associados ao uso da água, que já não é disponível para todos hoje.

Precisamos ter mecanismos de utilização racional da água que incentivem, por exemplo, aqueles que utilizam a água em lavouras predatórias à utilização da água, que fazem irrigação por inundação, a mudarem de cultura, porque o recurso é escasso. Esse é um processo longo que estamos começando, e a Agência Nacional de Águas tem o orgulho de estar iniciando esse processo.

Muito obrigado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, com relação a Chesf,....(intervenção fora do microfone.)

O SR. JERSON KELMAN – Perdão. O Deputado tem razão. Esqueci-me.

Qualquer usina de geração de energia elétrica necessita, além da concessão para a utilização de potencial hidráulico, que é dado pela Aneel, de uma outorga dos direitos de utilização de água. Essa outorga é uma autorização administrativa e não uma concessão. Por que é uma autorização administrativa? Porque está sujeita a revisões periódicas por conta da dinâmica da ocupação da bacia, dos vários usos da bacia.

Se no passado não havia fruticultura, por exemplo, outro tema que lhe preocupava bastante, é possível que, ao longo dos anos, das décadas, esse setor passe a disputar com o setor de energia elétrica e será necessário realocar o direito de utilização da água. Mas é bom que se registre o seguinte: nessa hipótese, porque é uma autorização que se revisa, digamos, por um setor de produção de energia elétrica, uma concessionária de energia elétrica poderia ter a sua autorização de utilizar a água revisa. Nessa hipótese, aquela participação que eu disse que a usina tem numa hipotética empresa chamada “hidreletricidade do Brasil”, que é o que dá o seu faturamento, te-

ria que diminuir, porque o que faz a empresa de energia elétrica faturar é quanto ela acrescenta à energia garantida do País. Se a empresa tiver menos água para produzir energia elétrica, a contribuição dela decresce, assim como, de igual maneira, se ela não puder esvaziar ou depressionar os reservatórios por outras restrições de natureza turístico-ambiental, também será necessário revisar as energias e garantias.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Gostaria de um esclarecimento: se tivessem sido privatizada no modelo que foi anunciado, com vazão assegurada, hoje estaríamos indenizando, não é?

O SR. JERSON KELMAN – Estou insistindo no seguinte aspecto: essa energia assegurada é uma autorização administrativa. Portanto, sempre – não importa se a empresa é pública ou privada – está sujeita a revisões.

É também do interesse das próprias empresas terem essa energia assegurada, se não a otimização da água do rio vira uma selva na qual quem tem direito é quem está rio acima. Não pode ser assim. Aquele que investiu, seja em fruticultura, seja numa usina hidrelétrica, tem que saber que seu investimento é preservado por uma administração do rio. Por isso, foi criada a Agência Nacional de Águas – ANA.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Dr. Afonso Henriques.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Vou iniciar pelo Deputado Marcos Cintra.

Deputado, na verdade, a minha apresentação propunha se prender um pouco ao tema que trabalho na Secretaria, que é o planejamento – que penso ter sido uma das causas do racionamento em que vivemos hoje. Gostaria de propor, como está aqui no título, alternativas ao equacionamento.

É evidente que o planejamento, com esse novo ambiente de mercado, é bastante complexo. Mas não é também menos evidente dizer que o planejamento num ambiente de governo investidor, ou seja, num ambiente estatal, funcionava. Não. Eu disse na minha apresentação que tínhamos excelentes mecanismos matemáticos, mas que sempre houve grandes desvios entre o planejado e o realizado.

Em 1989, o Banco Mundial fez um estudo em vários países e detectou fatos interessantes, como, por exemplo, que 35% dos empreendimentos hidrelétricos ultrapassavam em mais de 20% o tempo de construção das hidrelétricas. Esse é um fato interessante. Você colocava no papel um determinado custo, um determinado horizonte de construção, e, na verdade, isso não se materializava. Portanto, o planeja-

mento perdia completamente a aderência com a realidade.

De fato, temos que construir novos conceitos, e aí é muito importante a observação do Deputado Gabeira. Estamos num ambiente todo novo. Não é só a questão do mercado em si, mas a própria consciência da população em relação aos interesses difusos, como é o caso do meio ambiente. Até o direito da água – que não posso dizer que é um direito difuso, mas sim um direito objetivo – é um novo tema, sobre o qual precisamos ter um novo equacionamento do planejamento.

Hoje, quando vou definir um potencial hidrelétrico ótimo, a ANA tem que me dizer qual é a minha disponibilidade energética. Isso aí implica uma negociação na bacia que vislumbra todos os outros usos, inclusive podendo ser revisto, pois é uma autorização, uma outorga administrativa.

Portanto, o que é difícil hoje é exatamente o planejamento. Levar em consideração essas diferentes vertentes, o meio ambiente é o mais óbvio, é o mais evidente, mas não é o único, não é? E como poderíamos ter mecanismos indutores? Essa é a maior dificuldade para o governo. Não que ro dizer que o planejamento foi o culpado pelo racionamento. No passado, na década de 80, o planejamento pode ter sido, olhando com uma visão errada, histórica, mas olhando com uma visão para o passado, o planejamento induziu a um excesso de obras hidrelétricas no país e ficamos com capacidades ociosas, obras inacabadas, como o caso de Porto Madeira, o que custou enormemente à sociedade. Hoje, tivemos o problema contrário, tivemos o problema da falta de capacidade, além do problema ideológico tivemos o problema da falta de capacidade. E porque, dentre outros fatores, a questão ambiental não está bem equacionada. Eu estava apresentando, não pude concluir, que das usinas postergadas e canceladas do plano prioritário, são 14, temos 12 que têm ligação direta com a questão ambiental, a questão ambiental **lato sensu**, ou seja, questão ambiental e de água, incluindo-se aí a questão da água. Portanto, o que se coloca é construir esse novo planejamento. E eu, de fato, temos lá, na secretaria, trabalhado intensamente, tentando abrir o processo, mas acho que a participação desta Casa é o lugar mais profícuo, mais adequado, tendo em vista os diferentes vieses que têm aqui. E é isso que o planejamento tem que captar. São diferentes vieses da sociedade. E aí não é o governo, é a sociedade, acho que é o Executivo, é o Legislativo e outros mecanismos de movimento da sociedade.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Permita-me um aparte breve, Dr. Afonso.

O Conselho Nacional de Política Energética foi criado para fazer exatamente esse planejamento de longo prazo, que seria submetido ao Congresso. Quer dizer, isso, até agora, que eu saiba, nada foi feito.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Não, muito bem colocado, Senador. O Conselho Nacional de Política Energética, vamos dizer, é o primeiro nível de definições. Então, teríamos as políticas, as definições, quer dizer, vamos ter nuclear ou não, uma provocação, mas, enfim, é no Conselho Nacional de Política Energética. Claro que tem o lado legislativo também, a aprovação. Vamos ter importação de gás ou de energia elétrica, enfim. Essas visões vão depois se materializar num planejamento, e o planejamento terá que ter mecanismos de incentivos para que aquilo se materialize.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Essa primeira visão geral ainda não foi...

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – De fato, o Conselho Nacional de Política Energética, houve três reuniões, sendo que a terceira foi exatamente a da crise energética. Está prevista para julho, segunda quinzena de julho, vamos dizer assim, a volta à normalidade, onde será discutido Angra III, onde será discutido importação de energia, seja a gás ou energia elétrica, a construção de fontes alternativas. As fontes alternativas, na verdade, vou até reconhecer, deputado, que estamos sendo atropelados pelo Legislativo, atropelados no bom sentido. O projeto do senhor, o Projeto 2905, que está aqui, dá grande incentivo às fontes alternativas de energia, grande incentivo, inclusive estabelecendo metas que podem representar 10% do nosso mercado de energia elétrica em fontes alternativas. A co-geração, que é um processo, eu diria, extremamente inteligente, sob o ponto de vista ambiental e sob o ponto de vista empresarial, agora também está sendo incluído no Projeto 2905. Então, acho que esse tipo de atropelo do Legislativo é extremamente profícuo para a política nacional energética.

Mas, enfim, a energia eólica, que o senhor bem falou, temos uma fábrica, em Sorocaba, que é absolutamente fantástica. Fui visitar, a duas semanas atrás, voltei apaixonado, pás de 30 metros em fibra de vidro sendo exportadas para o mundo inteiro. Temos no Ceará, no Maranhão e no Rio Grande do Norte, potencial enorme. E não é só. Temos, mesmo no Paraná e em alguns municípios de Minas Gerais, um potencial enorme. Então, esse Projeto 2.905 pode mudar a ma-

triz energética. Até espero que tenha a aprovação desse projeto aqui nesta Casa, antes até do CNPE, porque acho que ele pesará tremendamente na decisão da matriz energética. Se estamos falando em 10% de fontes alternativas num prazo de dez anos, isso muda totalmente a visão energética que se vai ter para um período de dez a vinte anos.

Agora, de fato, baseado na política, realizando-se o planejamento, como que materializo isso? Esse é o grande desafio. Acho que a Petrobras tem sido, como eu já disse, um instrumento de realização desse planejamento, principalmente quando se tornou a discutir isso no prazo. O Ministro anterior ao definir as térmicas emergenciais chamou a Petrobras e deixou sob sua responsabilidade a realização delas. A Petrobras, entretanto, agiu de maneira também empresarial, porque ser uma empresa de energia é uma estratégia de muitas empresas de óleo e gás no mundo e a própria El Passo, que está presente aqui, tem uma atuação neste sentido. Mas, sem dúvida, a Petrobras foi, naquele momento, um instrumento de política mas temos que evoluir nesse mecanismo.

Não basta ter apenas a ação das estatais, sejam como controladoras ou como participantes minoritárias, temos que ter outros instrumentos. Financiamento do BNDES é um deles, garantia de contrato de longo prazo, como é o caso da Eletrobrás, mas temos que buscar outros mecanismos de ação do Governo para que consiga planejar obra por obra mas, pelo menos, ter objetivos estabelecidos no planejamento, que é mais importante do que o detalhamento de obra.

Quanto à questão que os Deputados Gabeira e Clementino colocaram, do Anexo V, prefiro não me pronunciar, porque é uma questão que está em discussão. Como está sendo discutido isso no âmbito na Câmara de Gestão de Energia, o Deputado Clementino colocou que a Aneel foi atropelada. Eu, sinceramente, não tenho conhecimento. Acredito que a questão está em discussão no âmbito da Câmara de Gestão da Crise Energética, e a Aneel está estudando internamente, assim como nós da secretaria também, mas não estou sabendo de nenhum atropelo na decisão da Aneel e não posso dar uma resposta clara à questão de V. Ex^a. É um assunto que está sendo tratado na Câmara de Gestão da Crise Energética.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Dr. Afonso, qual o nível de transparência que será dada a essa discussão? Porque, até o momento, tenho ouvido que estão estudando, mas não sabemos para que lado.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – De fato, o que se tentou colocar? Gerado-

res e distribuidores juntos para discutirem um ponto de equilíbrio, ou seja, uma mediação. Claro que essa mediação teria que também atender aos interesses do Governo mas que até agora não logrou resultado positivo.

Portanto, agora temos que preservar o interesse nacional, do próprio Governo mas temos que respeitar os contratos, temos que ter em mente sempre que, caso tenhamos uma posição que desagrade o outro lado ele recorrerá à Justiça.

O SR. CLEMENTINO COELHO – É verdade que a Aneel realmente recomendou o cancelamento dos contratos? É o que está na imprensa.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Não tenho conhecimento. Talvez, se, novamente, o nosso amigo Marra estiver presente, eu possa responder. Marra, há alguma decisão oficial da Aneel? O Marra é assessor da diretoria da Aneel e coloca aqui que não conhece essa decisão. Então, acredito que possa ser uma notícia especulativa.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Ele não conhece, e o senhor diz que estão estudando.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – A decisão que eu disse, Deputado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sim, ele diz que não conhece, e o senhor diz que estão estudando. Estão estudando o quê? Se estão estudando é porque existe um contraditório. Alguém no Governo está querendo cancelar os contratos, porque não cabe dentro desta conjuntura, e uma outra parte do Governo advoga que se cumpra fielmente o contrato.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – O que quero dizer é que não há decisão da Aneel, pelo menos que eu conheça e o assessor da diretoria confirmasse. Agora, a Aneel tem assento no grupo que está discutindo esse assunto e evidentemente tem a obrigação de estudar e levar algum ponto de vista. Acho que é neste sentido que se está estudando isso, não é isso Dr. Marra?

A questão está sendo discutida no sentido de contribuir com a Câmara de Gestão da Crise Energética.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Está com o Advogado-Geral da União também.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Vamos às perguntas do Deputado Dipp. Realmente, ao se criar as agências, muita gente pensou que as agências iriam realizar o planejamento. No caso da Ana, até tem um pouco papel de planejador ao executar os planos de base mas no caso da Aneel

não. Não cabe à Aneel realizar o planejamento do setor elétrico mas concordo que a transição do GCPS – Grupo de Planejamento do Setor para o Ministério dificultou de certa forma, não que o planejamento tenha sido interrompido. Agora, era uma exigência de todos, porque a Eletrobrás passa a ser um agente. Ela é uma comercializadora, ela tem interesse direto. Furnas, sua controlada, e outras atuam no mercado, têm interesse. Portanto, o planejamento tem que ser algo mais independente. O planejamento energético, o planejamento elétrico não pode pertencer à Eletrobrás ou à Petrobras. Tem que ser alguma coisa de Governo. É nesse sentido que estamos construindo esse ambiente – o CCPE, Comitê de Planejamento do Setor Elétrico, foi construído assim. O Projeto de Lei nº 2905 dispõe, aborda um pouco os conceitos do planejamento energético. Acho isso extremamente importante.

Temos trabalhado juntos na questão do carvão. O Ministro José Jorge esteve lá até 3 semanas. Sabemos da importância do carvão. Inclusive, o carvão apresenta toda uma dificuldade ambiental. Sabemos que o próprio órgão ambiental coloca uma série de restrições no aproveitamentos do carvão no Sul.

Por outro lado, temos na política energética nacional que o uso de combustíveis nacionais é uma das prioridades. Portanto, o fato de o carvão nacional ser utilizado, o fato de se dar algum incentivo a ele faz parte da política nacional energética que não precisa nem ser aprovada pelo CNPE. Já é algo que consta na lei do petróleo.

Em que nível devemos dar esse incentivo? O Projeto de Lei nº 2.905, novamente, coloca alguns incentivos para o carvão. Acho que esta Casa pode contribuir enormemente na definição dessa política para o carvão. No Ministério, temos um plano de carvão que deverá ser concluído e levado ao CNPE.

A questão do planejamento, além de mecanismo como financiamento do BNDES, ação de Petrobras, Eletrobrás, e outras estatais, devemos analisar que temos que dar a atratividade correta aos aproveitamentos. Se para uma linha de transmissão não apareceu nenhum candidato, pode ser que as incertezas sejam de tal ordem altas que o preço máximo estabelecido pela Aneel não seja suficiente, principalmente por que boa parte dessas linhas não têm um detalhamento ambiental, o que é uma grande fonte de incertezas.

Portanto, temos que analisar se o nível de atratividade está correto para atrair os investidores privados. Concordo com V. Ex^a nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Vamos ao último bloco de parlamentares inscritos, iniciando pelo Deputado Fernando Ferro, a quem concedo a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. debatedores, já fui contemplado com uma série de observações, mas gostaria de deixar aqui algumas colocações frente ao que se fala, da parte dos representantes do Governo, em relação ao momento em que vivemos.

A partir de 97, quando foi criado o Recebe, o programa para reformar o setor elétrico brasileiro, foi dito com uma postura quase dogmática que iríamos estabelecer competição na geração. Foi dito ainda e qual era o objetivo da reforma: estabelecer competição na geração, dar o livre acesso à rede de transmissão e distribuição, desverticalizar o setor, estabelecer os mecanismos de mercado, introduzir os produtores independentes no processo e afastar o Estado do papel de investidor, porque isso não é papel do estado. Era esse o discurso.

Hoje estamos assistindo à negação disso. Está aí a Petrobras segurando a barragem para não aprofundar a crise. Está aí a Eletrobrás sendo chamada para investir no setor.

Esses argumentos levantados, brandidos com a virulência ideológica própria daqueles tempos, estão mostrando que vamos ter que passar por outra discussão. É até bom dizer isso aqui, porque, em 2002, haverá eleição para Presidente neste país. Espero. Isso terá que ser rediscutido, até para acalmar os investidores neste país. Essa estrutura que está aí não serve, ela se mostrou ineficaz e não responde. Então, nós vamos mostrar que discutindo tudo isso, sim, o papel do Estado nesse processo. Porque se fala em planejamento indicativo e, ao mesmo tempo, se diz não que o Estado tem que planejar e nós temos que fazer um acoplamento do planejamento indicativo com o planejamento do Estado para a área energética.

Ora, nós criamos, aqui. Está aqui a estrutura do Conselho Nacional de Política Energética, que fez, me parece, duas reuniões, ou três, até agora. Duas reuniões, não é?

O SR. (convidado não identificado, nome não declinado) – Três.

O SR. FERNANDO FERRO – Três reuniões. Ele se convoca, se não me enganar, a cada seis meses ou por convocação ordinariamente. E eu acho que esse Conselho deveria estar permanentemente convocado. A cúpula do Governo, todos os Ministros, deveriam estar debruçados sobre essa situação; deveriam

estarem em assembleia permanente numa situação dessas. E está aí operando de quê o Conselho? Está como se fosse uma coisa informal. Quer dizer, isso é o retrato da falta de planejamento. Nós temos uma série de estruturas, uma série de equipamentos burocráticos para discutir essas questões, no entanto não sabemos quem pode responder. No Conselho de Política Energética está a ANA, a Aneel, a Petrobras, como ouvinte, Eletrobrás; os Ministros do Governo, Pedro Malan, Parente, Martus Tavares. Todos eles. Então, essa é uma operação de guerra que o Governo devia estar fazendo.

No entanto, estamos vendo que o que se está fazendo é exatamente um grande improviso, e tem que fazer. Evidente que a crise pôs a nu esse discurso. Ele disse claramente que nós temos realmente que partir para a guerra com o material que temos inclusive. Então, de certa maneira, é até importante esse debate para que sejamos um pouco mais tranquilos, mais humildes, mais serenos, e realmente compreendamos que essa situação não é fácil. E compreender, também, que nesse debate sobre o Estado brasileiro, algumas verdades, que foram brandidas muito tempo, precisam ser realmente repensadas. Alguns que falavam com tanta segurança, há um tempo, já não podem falar do mesmo jeito. Então, pelo menos, espero que essa situação tenda a diminuir a arrogância de certas estruturas desse Governo, para compreender que o problema é muito sério, que nós entramos numa situação que vai apenar as metas de crescimento do País.

E não é brincadeira o que está acontecendo agora para o futuro deste País! Se vivêssemos num país que tratasse dessas questões para valer, algumas pessoas não estariam mais nos seus cargos por conta dessa crise, porque sabem que são responsáveis por isso. Infelizmente, nós não estamos...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, queira formular sua pergunta, por favor.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, vou formular as perguntas.

Esta é uma digressão sobre uma questão política da qual não podemos fugir, porque esse é um debate essencial. Nós estamos discutindo, aqui, nesta Comissão, não apenas a crise atual. Nós vamos discutir o que faremos, os desdobramentos disso. Esta Casa, o Congresso Nacional têm que debater essa questão. Em outro momento, nós quase não discutimos.

A Aneel, por exemplo, quase não foi discutida nesta Casa, foi aprovada, assim, em trinta minutos.

Estão esquecidos disso?! Foi aprovada, nesse esquema: em cima da canela, para não dizer que foi um pouco acima. E, aí, nós temos a oportunidade de debater.

Outra coisa. Quando se fala, aqui, em recursos hídricos: “não, porque é possível estabelecer uma boa regulação...” Eu sou aqui um estranho. Por exemplo, um país, como a Noruega, criou o processo, desverticalizou, introduziu competição, estabeleceu mecanismos de concorrência, de livre acesso com empresa estatal. Os Estados Unidos mantêm toda a sua estrutura hidrelétrica no Estado, o Canadá idem. Por que é que nós tivemos que macaquear o modelo inglês e achar que isso é a grande solução para o sistema hidrelétrico brasileiro? Essa pergunta que eu não consigo entender, Dr. Afonso. O senhor pode me ajudar. Por que macaqueamos o modelo inglês, com MAE, com essas coisas todas, que inclusive está sendo revisto lá, agora. E, agora, nós ficamos nessa situação. Então, acho que essa crise tem a ver com esse caminho.

Não é uma crise que, eu diria, de falta de planejamento, não. Eu diria que foi uma crise de opção política. O Governo optou por um caminho. Tinha uma visão de caminho, de mercado, de introdução de competição, de inserção internacional nessa ótica e quebrou a cara, não deu certo, não conseguiu criar os mecanismos para fazer esse tipo de coisa. Então, essa é uma dívida política que vocês têm e é uma explicação que vocês têm que dar e têm que nos ouvir dizer isso.

Só para finalizar, deixarei uma pergunta, primeiro para a Petrobras: as térmicas que estão efetivamente licitadas e em processo de construção, que são garantidas hoje, são quantas, oito, dez, doze? Porque a Petrobras pode dizer: olha, o nosso horizonte é esse aqui. As informações que temos é a de que há uma escassez de fornecimento de térmicas no mundo. Se os Estados Unidos colocarem para valer aquele programa de instalação de 1.500 térmicas, parece-me que eles estão se dispondo a fazer, já viu como será essa concorrência, em escala internacional, para se conseguir térmicas, não é?

O que podemos efetivamente dizer hoje para o Brasil? O PPT consta de tantas térmicas... Pode-se assegurar que é esse valor? Quais são? Quantas são? Porque não sei qual o número. Estamos trabalhando em cima de hipóteses, se, se, se... Não temos os dados concretos da instalação desse novo parque de geração.

Em relação à Aneel e à ANA, o inventário da Aneel de 200 mil **megawatts**, aproximadamente, disponíveis, já inventariados 100 mil de potencial, mas sem estar inventariado, esse inventário é aceito pela ANA? Ainda não ouvi comentários sobre isso.

Outra coisa, há um ano, um ano e meio, o que ouvimos aqui dizer foi que o uso do gás não é o mais nobre não é o de gerar energia. Era isso que se dizia aqui, que podemos lateralmente utilizar o gás para gerar energia, mas não é o uso mais nobre. E de fato não é. Agora, estamos fazendo toda a nossa política de uso do gás em cima de geração de energia, por conta desse momento que estamos vivendo, com todas as conseqüências da dependência e do processo. Quer dizer, vamos comprometer toda essa política do gás com a geração de energia.

Como o presidente da Petrobras avalia esse rumo que estamos tomando?

É evidente que estamos vivendo uma crise, mas será esse o destino que nos era previsto?

Por último, porque o nosso Deputado Clementino Coelho, defensor do semi-árido não quis comentar, mas vou dizer uma coisa, se nós não tratarmos a questão do semi-árido com atenção, o resultado dessa crise lá vai ser o crescimento, para felicidade de alguns e tristeza de outros, da produção de *cannabis sativa* como alternativa na área, porque quando a agricultura lá fracassa as opções que surgem são essas, e não é brincadeira. As pessoas pensam que é brincadeira. A agricultura tradicional do cultivo de cebola e outro, gradativamente foi sendo substituída por esses desencontros na política agrícola. Não tenho dúvida, se houver uma desatenção com o programa de irrigação, essa crise vai explodir para outras áreas. E essa é uma das alternativas para a qual sabemos que a região potencialmente tem capacidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Agência de Águas, Sr. Presidente da Petrobras, fiquei um pouco preocupado quando vi as exposições. Acredito que houve talvez um endereçamento incorreto do que eu esperava, talvez o que a Comissão esperasse fosse coisa diferente. Penso que o competente Secretário de Energia, meu amigo, ficou devendo uma exposição ou o Ministério ficou devendo a exposição sobre o planejamento, não sobre o conceito de como planejar, se é um planejamento determinativo, mas sobre o planejamento.

Evidentemente, pessoas que estão vindo na telha esta nossa reunião ficaram assustadas, algumas não assistiram a tudo, assistiram só à exposição, tal detalhe da exposição do Presidente da Petrobras mostra real e concretamente que há um plano em marcha, há números e projetos e total ausência do outro lado. Acho que o Ministério de Minas e Energia continua devendo. Acredito que isso pode ser feito, Secretário, com a participação da Eletrobrás que tradicionalmente construiu o planejamento do setor.

Concordo como Deputado Ferro. Não podemos construir o setor em cima do gás. O gás é só uma opção. O Secretário tem acompanhando muito bem o esforço do Congresso, particularmente da Câmara, no sentido de introduzir uma mudança na matriz energética. O Governo esqueceu-se de que deveria diversificar a matriz energética. O grande erro que nos conduziu a essa crise, além da questão de não haver dado prioridade para os investimentos das estatais e o fato de não se ter produzido um ambiente que não atraísse os investimentos privados, foi a mono-opção; ou seja, o Governo fez uma opção única pelo gás e praticamente desprezou as outras alternativas.

O Deputado Gabeira, que não apoia integralmente as idéias agressivas do Presidente Bush em relação ao meio ambiente, deve estar achando que ele deve estar tendo grande influência no programa energético brasileiro. Porque tudo foi esquecido. E a Petrobras, com muita competência, está fazendo a sua parte; ou seja, nós vamos resolver o problema do Brasil com o gás.

Fico muito satisfeito, Presidente, porque há realmente algo concreto na sua apresentação. Mas acho que devemos discutir nesta Comissão a questão dos caminhos novos. O Brasil tem caminhos novos. Não veto nenhuma fonte. Estou defendendo Angra III, na frente de todos. Angra IV não. Penso que Angra III fecha o ciclo. Nós vamos ter a viabilidade do ciclo que o Senador Paulo Souto tanto defende, que é o do urânio, lá de Caetité, região de Haroldo Lima. Fecha-se o ciclo. Os opositores de Angra dizem que o problema é o lixo. Conheço lixeira atômica, pois entrei em uma lá na Alemanha. O lixo de Angra I, Angra II e Angra III pode ser colocado no mesmo lugar. Não vai ser ampliada a lixeira por se ter um lixo a mais. Agora, não vamos fazer um programa nuclear nos moldes do que se fez no passado desastrosamente.

Da mesma forma que defendo a energia nuclear, acho que o carvão é uma proposta de desenvolvimento do sul do Brasil. Não se trata apenas de geração de energia elétrica, desde que se use a chamada

clean cold technology. Acho que é uma opção que o Brasil tem que fazer também.

Antes de esta Comissão encerrar os trabalhos, é fundamental ler; ou seja, que essas térmicas vão estar, vão estar as hidrelétricas, nós vamos defender Belo Monte, nós vamos fazer um programa de eólicas sério, nós vamos estimular a biomassa, nós vamos viabilizar a co-geração. Fiquei muito satisfeito ao ver a sugestão, por inspiração do Secretário de Energia Afonso Henriques, para se introduzir em meu substitutivo a questão dos benefícios para a co-geração. Sei que muitos dos aproveitamentos da Petrobras estão na base de co-geração. Provavelmente não toda qualificada, no conceito do Antônio Fernandes. Uma co-geração excessiva; ou seja, está gerando muito mais do que precisa em termos do aproveitamento do vapor. Mas de qualquer jeito é uma instalação associada e há ganhos de toda qualidade.

Portanto, deixo aqui este registro para que o Secretário e o Ministro procurem, através da articulação do setor, trazer a esta Comissão um plano. Nós precisamos de um plano. Trabalhei nesse setor quando havia planos. Hoje eu vi aqui um plano de termicas. Este é o nosso pedido; ou seja, nós precisamos de um plano, um plano que diversifique a matriz. O gás tem um defeito grande, é o tal do **take or pay** Esse é um péssimo defeito. Se não fosse isso seria maravilhoso. Mas há quatro ou cinco anos, nós estávamos vertendo, jogando ao mar, passando pelos vertedores – e não pelas turbinas – 10 mil megawatts. Imaginem se tivéssemos queimando gás em paralelo? Então, é uma desvantagem muito grande.

A diversificação traz a vantagem do ganho de produtividade. Os ventos se completam no Nordeste. Por exemplo, os ventos vêm exatamente na esteira. Então, você tem uma forma de complementar. O carvão está mostrando agora a flexibilidade que tem em produzir e não produzir. É importante que levemos em conta isso. Sei que competência não falta à Eletrobrás, à Petrobras, ao Ministério, ao Secretário Fernandes para trazer isso aqui. Precisamos disso. Esse é o meu pedido.

Quanto à questão da Agência Nacional de Águas, eu queria apenas dizer que não é muito simples a operação comandada, independentemente do dono da água. A verdade – eu já disse aqui –, é que o contrato que o BNDES fez para a venda das hidrelétricas brasileiras vendia a placa, vendia o fluxo, e quem vende o fluxo, no fluxo de caixa descontado, exige que o novo usuário pague o fluxo de caixa descontado. E eu constatei isso quando comecei a discu-

tir o uso de 4 m³, por segundo, em Paulo Afonso, para criar peixe. A proposta da Chesf, uma es ta tal – aliás, o presidente fez uma bela exposição aqui, na semana passada –, foi de que os usuários que quisessem criar peixes pagassem à Chesf pela energia não produzida. E observe que peixe é diferente de irrigação. A água só usa a escada, ela volta para o rio quase que 100%. E, se fizer um bom tratamento, volta com a mesma qualidade que entrou, muitas vezes até com qualidade melhor do que entrou, porque há uma possibilidade de se entregar a água em boa qualidade, qualidade para qualquer outro uso.

Portanto, Sr. Presidente, não é fácil. Sei que V. S^a está fazendo um trabalho muito importante, fui um dos defensores da Agência, mas não é fácil, por que a nossa lei é de concessões, não é direito imperial, direito espanhol, mas é de concessões. E o dono da concessão, que comprou do Governo ou que vier a comprar do Governo, pode reivindicar direitos que não são dele. É preciso ficar muito claro isso.

Portanto, não de se jome estender mais, que rodizer que a Petrobras está de parabéns por tudo que está fazendo. Estou introduzindo no meu substitutivo, que devo relatar nestase mana ou na próxima semana, aberturas para que a Eletrobrás também possa se associar com agentes privados para resolver problemas de motivação de investimentos, como a Petrobras. A Petrobras está sendo mais do que um investidor. E eu, que defendi a privatização da Petrobras, penso que ela, como aparelho estatal, está dando uma contribuição expressiva para o Brasil em enfrentar as dificuldades – tenho que admitir isso –; e a Eletrobrás também poderá dar uma contribuição expressiva.

Sr. Presidente, quero deixar apenas este registro e dizer que nós, desta Comissão, temos duas missões: uma delas é identificar as causas, porém a mais importante é apresentar – e tenho certeza de que o Relator, Senador Paulo Souto, fará isso com muita propriedade – sugestões para que não venhamos a ter, pelo menos a médio prazo, uns dez anos, e o meu médio prazo é um pouco maior do que os outros, problemas dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, Presidentes da Petrobras e da ANA e representante do Ministério das Minas e Energia, é importante este debate, e eu queria assinar embaixo da fala do Deputado Fernando Ferro e em grande parte da fala do Deputado José Carlos

Aleluia. Embora tenha tido a oportunidade de participar do debate da criação da Lei da Aneel, e acho que foi um debate insuficiente, o Deputado José Carlos Aleluia teve a tarefa de relatar também aquele projeto, e tivemos a oportunidade de discutir alguns dos pontos dele, muito em cima da hora, sem que a sociedade participasse de alguma forma daquilo. É lamentável, porque poderíamos ter evitado algumas das questões que estão acontecendo agora, debatendo melhor as tarefas da Agência Nacional de Energia Elétrica e a regulamentação do setor.

Quero também dizer que saio daqui com algumas preocupações hoje, primeiro com o exemplo do Conselho Nacional de Política Energética que não se reúne ou se reúne esporadicamente. Temo que esta Comissão, com a chegada do recesso de julho, também entre num buraco negro. Acho que deveríamos pensar numa solução que garantisse a continuidade desse debate fundamental neste momento.

Preocupa-me o recesso. Creio que a Presidência da Comissão, junto à Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado, tem que resolver como ficará esta questão. Acho que aqui está se passando um debate extremamente importante e necessário.

Mas me preocupa bastante, eu não vou repetir o que os outros já falaram, mas me agrega aqui algumas preocupações que ainda não tinha me dado conta delas. Primeiro, a questão da geração termoelétrica a gás. Quero aqui dar um testemunho de que a Associação da Petrobras com outras empresas não se prende ao fato de a Petrobras não ter experiência. A Petrobras tem uma larga experiência na geração termoelétrica. As grandes refinarias da Petrobras são sustentadas com energia termoelétrica gerada pela própria Petrobras com muita competência, aproveitando inclusive os combustíveis colocados pela própria cadeia produtiva de sistema.

Mas me preocupa muito a falta de planejamento geral do Governo na medida em que não podemos – e eu temo que isso acabe acontecendo – aceitar a substituição da termoeletricidade, aliás, a substituição do modelo da nossa matriz energética com as alternativas que temos de diversas fontes, seja eólica, seja biomassa, seja aproveitamento de energia solar para aquecimento de água para substituição de chuveiros elétricos, um crime um país como o Brasil ainda usar energia elétrica para esquentar água para o banho. Isso é um absurdo. Inaceitável. Um investimento muito baixo poderia ter resolvido, mas é a preocupação da introdução do componente de termoeletricidade na matriz energética como uma coisa definitiva.

O Ministro José Jorge, até com muito boa-fé e propriedade, afirmou na Comissão de Minas e Energia e Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados que ele via a termoeletricidade como um porto seguro aos momentos de falta de energia hidroeétrica, de falta de água. Levantei a questão de que duvidava que algum empresário privado invista numa usina para ficar na reserva.

É preciso que se pense a questão do gás como a gente fala hoje, os usos múltiplos da água. Teríamos que criar usos múltiplos para o gás para possibilitar a suspensão do funcionamento das termoeletricas no momento em que tivermos naquela condição a que o José Carlos Aleluia se referia, de água vertendo fora das turbinas. Não é admissível que queimemos gás para gerar energia elétrica com o dobro do preço para energia hidrelétrica, jogando hidrelétrica fora.

Nós precisamos planejar a nossa capacidade de geração hidrelétrica de modo a dar conta de resolver um problema, inclusive do gás, que constato aqui na demonstração do Presidente Henri Philippe Reichstul, que é a questão da longevidade das reservas de gás do Cone Sul. Está aqui a previsão apresentada pelo Henri Philippe Reichstul – Presidente da Petrobras – de 25 anos de disponibilidade de gás com atual padrão, que nós temos hoje de reserva e de consumo programado. Ou seja, é o tempo de maturação de um projeto razoável de hidroeletricidade para aproveitarmos as potencialidades que temos para não permitir o esgotamento dessas reservas de gás. E principalmente, temos usos mais nobres para esse gás e temos que pensar nos usos múltiplos desse gás. Então é uma preocupação que queria deixar colocada.

O financiamento de fontes alternativas, é urgente que haja esse programa, essa programação, por isso o Projeto de Lei que atende em parte a essa demanda. A Petrobras, como empresa energética, que considero e conheço, trabalhei 24 anos na Petrobras e continuo petroleiro até hoje por convicção e por acreditar no papel estratégico que a empresa tem para o País, tem que cumprir um papel de empresa energética. Mas me preocupa a questão do gás, e eu queria deixar essa colocação como uma preocupação importante.

Há uma preocupação que me deixa muito mais triste e preocupado. Vejo aqui no mapa apresentado de usinas postergadas, são seis aqui por conta de licenciamento ambiental, vejo aqui incluído Carioba, Santa Branca e Capuava; são três empreendimentos que têm uma natureza muito parecida, a proximidade dos centros consumidores. Eu entendo isso e acho

que, em uma realidade de centro consumidor, como a Grande São Paulo, o Vale do Paraíba ou a região de Campinas, isso teria uma lógica, em uma outra circunstância. Aqui temos que pensar numa questão: não troco o abastecimento de água pelo de energia elétrica. E temos um problema gravíssimo. A imprensa está noticiando, felizmente, em larga escala, a dramaticidade do abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo e nas demais regiões metropolitanas.

Penso que nesses empreendimentos têm que ser levado em conta o problema de 80% da água captada, e é 1,4 metro cúbico por megawatt gerado, vai para a atmosfera e não retorna. Não podemos abrir mão dessa água no abastecimento, mesmo que se argumente que ainda há água disponível. Temos que pensar mais do que neste ano, no ano que vem, nos próximos anos. Temos que pensar nos 25, 30 anos que temos problemas iminentes sem uma alternativa ainda da energia fotovoltaica, que não vai precisar de água ou outras formas de geração, porque vai resolver, acredito nela no futuro, tenho muita esperança.

Mas tínhamos que orientar os investidores para que não ocorra a guerra que está acontecendo em Americana, Piracicaba hoje por conta do debate irresponsável que o empreendedor tenta fazer sobre a questão da implantação de Carioba. O governo tem que chamar o empreendedor e orientar dizendo que temos regiões onde, com pouca perda, será possível implantar uma termoeletrica. Por exemplo, a região noroeste de São Paulo, onde temos água em abundância dos rios Tietê, Paraná, Feio, Dourado. Temos as redes de transmissão e o gasoduto. Não temos mercado consumidor para o vapor e temos perdas de transmissão, é verdade. Mas penso que a conjuntura nos impõe um dado de responsabilidade e realidade que é não perder tempo com o debate estéril sobre a implantação nessas regiões.

Para concluir, Sr. Presidente, procurei ser objetivo e fui tolerante, inclusive otimizando o tempo. Tive que chegar atrasado em função de uma audiência pública que tivemos em Paulínia, discutindo hoje uma contaminação promovida pela Shell Química, na região. Cheguei tarde por esse motivo e estou intervindo só nesta hora. Queria colocar essa reflexão de que estamos perdendo no Brasil com a introdução de modelos usados nos Estados Unidos de geração de energia termoeletrica, as vantagens comparativas que o Brasil tem com a grande disponibilidade de geração hidrelétrica. E digo, Sr. Presidente da Petrobras, que o gás é caro em relação a nossa energia hidrelé-

trica e por isso não é interessante como gerador de energia.

Quero também lembrar sobre a preocupação com a continuidade dos trabalhos desta Comissão, Sr. presidente. Temos uma responsabilidade adicional. Temos agora no mês de julho a constituição de uma Comissão de Representação do Congresso, que talvez seja o caso de buscar construir uma composição que assegure que essa comissão não siga o exemplo do CNPE, mal constituído na lei e que não tem funcionado a contento. Que tenhamos capacidade de buscar, construir essas alternativas de funcionamento. E garantir o debate em torno das fontes alternativas que, para mim, é a solução de médio e longo prazo. No curto prazo são as termoeletricas e acredito que ninguém mais além da Petrobras vai cumprir esse papel, até por que os empresários não vão se submeter ao horizonte que se desenha para o mercado de energia, sob pena de o fazendo nós consumindo e pagarmos um preço muito alto ao final da história.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Vilvado Barbosa. Em seguida, o Deputado Haroldo Lima.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Relator, Srs. expositores, gostaria de me dirigir ao Presidente da Petrobras, Henri Reichstul, e ao Secretário Afonso Henriques.

É evidente que nessa altura dos acontecimentos do debate apenas resta tentar elucidar algumas questões que não estão esclarecidas, pelo menos na minha compreensão. É o que diria, na profissão, o Deputado Fernando Gabeira, matéria requestrada. Aliás, o Presidente do Senado Federal vive dizendo que a matéria é sempre requestrada. Mas queria ou vir o Presidente Reichstul. Desculpe-me, mas vou trocar de cadeira, não estou conseguindo ficar dialogando diretamente com o Presidente.

Queria que o Presidente voltasse à questão do risco cambial que, segundo a imprensa, a Petrobras resistiu muito e depois foi levada a bancar o risco cambial na questão do gás, das termoeletricas e do gasoduto. Queria compreender a posição sobre o que a Petrobras fez ou terá que fazer e está fazendo por opção empresarial ou para atender políticas superiores. E também queria que o Presidente nos desse informações sobre a cessão do gasoduto Brasil-Bolívia para a British Gas e para a Emro Gas. O que foi feito a esse respeito, o que terá que ser feito a esse respeito. É um bom negócio para a Petrobras? Por quê? Se é que as notícias se comprovam de que o preço que a

Petrobras pôde cobrar é a metade do preço que seria correto e por que esse favor à British e à Emro. Quereria ainda voltar a uma questão já levantada por que o Presidente Reichstul disse que era um crítico do gasoduto, mas, devido à situação atual, essa crítica tem que desaparecer porque a situação atual já compensa o gasoduto. Não estou compreendendo toda essa notícia que sempre temos, toda a Petrobras era contra, mais a torcida do Vasco e do Flamengo, todo mundo era contra o gasoduto por não atender a preensão mercadológica, mas o gasoduto foi feito sem haver razão mercadológica para o gasoduto, se é que com preensão bem a história e a posição do Presidente Reichstul. Foi feito de pois que o gás boliviano passou a ser produzido por uma empresa multinacional, a Emro. Enquanto o gás foi tão-somente do Estado boliviano não havia força suficiente para fazer o Brasil construir e fazer a Petrobras construir esse gasoduto. Depois que o gasoduto é feito, há crise de energia, e a crise de energia justifica o gasoduto, justifica o uso de termoeletrica. Queria realmente ver se essa mudança de posição do Presidente Reichstul é por essa razão. Porque eu, ao contrário do Deputado Fernando Ferro, creio que houve um planejamento para a crise, não foi ausência de planejamento, porque essa crise podia, devia ser evitada, não havia razão para acontecer. Aliás, vou pedir esclarecimento ao Secretário Afonso Henrique, mas por que o Presidente da República, logo que toma posse, em seqüência à sua posse, cancela uma quantidade enorme de usinas hidrelétricas planejadas, já com orçamento, já com tudo acertado. Por que foram canceladas essas usinas hidrelétricas? Uma quantidade enorme pelas notícias e pelo mapeamento que se vê. Se cancelou é por que quis diminuir a oferta de energia. A crise então é que fez com que o gasoduto ficasse bom, e para que o gasoduto ficasse bom era necessária a crise? Aí, eu me dirijo ao Dr. Afonso Henriques Moreira Santos, porque gostaria que ele pudesse explicar por que, efetivamente, no início do mandato do Chefe do atual Governo da República, foi feito esse cancelamento de tantas hidrelétricas já planejadas ainda em 1995, e que o Secretário explicasse para nós o que é esse Anexo V, dos contratos de fornecimento de energia, porque a fórmula desse contrato que nos chega às mãos é ininteligível, e acho que, por um trabalho de grande categoria dos jornalistas do **Valor Econômico** e da **IstoÉ**, traduziram, neste último fim de semana, a compreensão dessa fórmula. É evidente que uma fórmula como essa, em que as coisas não são escritas para serem lidas, é evidente que elas são escritas para encobrir

aquilo que não se deveria ler. Mas, graças ao trabalho dos jornalistas do **Valor Econômico** e da **IstoÉ**, estamos com a compreensão do que é esse Anexo V. Eu queria ouvir do Secretário se há outra compreensão ou é essa compreensão publicada pelo **Valor Econômico** e pela **IstoÉ**, se há outra compreensão, ou se nós chegamos a esse quadro. Porque o Anexo V foi assinado, me parece, em 1995. Em 1996, é isso?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Em 1998.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Mas foi com a privatização da Light, já estava!

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – O Anexo V foi na privatização da Gerasul. Da Light, Marra? Não estou lembrado.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Na privatização da Light e da Eletropaulo já está assegurado isso.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Em 1998. Os contratos iniciais são de 1998, a partir de agosto. Foi signatária a Aneel, mas foi proposto pela Aneel.

O SR. VIVALDO BARBOSA – No contrato que tenho aqui, quem assinou, tão-somente, foram a Gerasul e a Eletrosul, como compradora.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Exato, mas é um contrato praticamente imposto pela Aneel a partir de julho, para viabilizar a privatização da Gerasul, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Eu estava com a notícia de que era para, também, estimular a privatização desde Light, Excelsa e outras distribuidoras.

Mas, como desde 1998, não é feito investimento adequado, correto, mínimo, será, também, que a crise gerada – porque no contrato prevê o racionamento... Eu gostaria, realmente, de, também, se o Secretário pudesse explicar, saber por que foram escolhidos 20% para o racionamento agora, os mesmos 20% que, em 1998, foram previstos no contrato. Esse percentual foi previsto. Se houver, no Brasil, esse acontecimento extraordinário, excepcional e não desejável do racionamento, serão devidos – o Deputado Gabeira informou aqui – 5 bilhões. Será que a crise foi para gerar os 20%? Por que se escolheram – se é que foram escolhidos 20, porque poderia ter sido outro percentual – os 20% contratados? Acho que precisamos de esclarecimentos. Estou levantando interpretação que os jornalistas do **Valor Econômico** e da **IstoÉ** deram a essa página de difícil compreensão que é o Anexo V desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, Srs. Expositores, Srs. Deputados, vou tentar ser o mais breve possível no encerramento desta reunião, muito útil para os participantes desta Comissão e, sem dúvida nenhuma, para os telespectadores brasileiros, que estão atentos – pelo que estamos informados –, com grande audiência para este tipo de debate.

O Dr. Jerson foi o primeiro que se pronunciou. Na realidade, ele apresentou umas transparências tentando explicar a questão dos níveis dos reservatórios, que, no caso dos reservatórios das nossas grandes hidrelétricas, caíram. Ele próprio, digamos, apresentou uma explicação básica, chamando a atenção de que o nível dos reservatórios dependiam, em primeiro lugar, das chuvas e, em segundo lugar, dos gastos. Mas, na sua explicação, V.S^a chegou a dizer: “abstraindo os gastos, vamos então nos ater às chuvas”. E aí deu-nos uma certa impressão de que é por causa das chuvas que os reservatórios estão vazios. E chegou, na minha opinião, até a insistir demasiadamente na maior seca que está chegando no Nordeste. E nós, nordestinos, não compartilhamos dessa opinião. Lá houve secas piores no passado. Esta é uma seca grande, que começou agora, ainda estamos no mês de junho. A seca mesmo aparecerá, em toda a sua dimensão, social e econômica, pelo mês de setembro, outubro. Então, fiquei com uma certa impressão de que havia, digamos, uma forçação de barra no sentido de explicar o esvaziamento dos reservatórios por conta da debilidade da chuva e das secas.

Penso que esse é o aspecto secundário. E nos remonta à questão central, que, em minha opinião, não foi bem posta nas discussões havidas aqui. Os reservatórios estão vazios em decorrência não da ausência de chuvas, mas da presença de uma determinada política. Foi a política posta em prática pelo Governo, de forma clara, eficiente e competente, que levou a esse desastre que está aí. Não discutiria essa idéia de que o Governo não fez planejamento. Acho que fez planejamento, alguém falou aqui, mas fez o planejamento errado. Planejou em função de condições impostas de fora para dentro do Brasil, o que nos levou a estar agora atolados. É preciso que o Governo se dê conta disso, ou pelo menos fale isso de forma mais clara.

O Secretário do Ministério das Minas e Energia, nesse particular – vou tecer os comentários sobre o assunto daqui a pouco –, não percebe essa questão. Na realidade, não faltou planejamento, houve planeja-

mento. Houve um planejamento que partiu do pressuposto de que o objetivo básico do planejamento era chegar a um equilíbrio fiscal determinado; e, para isso, todo e qualquer investimento em hidrelétrica, em área energética, em transmissão de energia era considerado gasto, e deveria ser evitado, para poder haver equilíbrio fiscal. Por essa razão, de forma desta cada, é que os reservatórios começaram a ficar vazios. Não foi por outra razão.

Lembro aos senhores expositores que sou nordestino e, por acaso, também engenheiro elétrico e já trabalhei em uma grande empresa estatal, a Coelba – de certa maneira, fundamos a Coelba – e, naquele período e em períodos anteriores, quando existia pouca chuva no Nordeste, os reservatórios enchiam. Em 1986, houve uma seca grande, e os reservatórios encheram. Em 1997, 1998, 1999, houve aproximadamente 12% acima das águas normais, e os reservatórios não encheram. E não encheram por quê? Por que o problema não era a chuva, o problema é que estava existindo um consumo demasiado. E não se fazia investimento em usinas. E não se fazia investimento em usinas porque o FMI não deixava. Essa é a questão central que temos que abordar. Isso não foi comentado aqui.

Se não se quebrar o núcleo da programação estratégica existente no País, vamos ficar o tempo todo pegando a única grande empresa que resta na nossa mão, que é a Petrobras, e mandando-a fazer termoelétrica rapidamente, comprando da Shell e da Esso, para poder quebrar o galho. Não é assim que se resolve. O problema é que estamos com a concepção estratégica programada gravemente equivocada. E esse problema não está posto. A mim parece surpreendente, Sr. Presidente, que esta Comissão, presidida por V. Ex^a, não esteja colocando com ênfase, com nitidez que, para enfrentarmos o problema energético, é preciso mudarmos a concepção da programação brasileira. Para isso, é preciso investir! Na década de 80, investimos, aproximadamente, em energia elétrica no Brasil, cerca de R\$13 bilhões; na de 90, a metade: R\$6,8 bilhões. Por quê? O crescimento do consumo foi aproximadamente o dobro do crescimento da oferta, ou seja, da produção de energia elétrica. Eis aí a razão central pela qual os reservatórios estão vazios. Não há outra. Estão vazios agora, mas estiveram vazios, quando, em 1997, choveu acima da média 12%, e os reservatórios não encheram. No ano seguinte choveu 12% além da média e os reservatórios mais vazios ficaram. Os reservatórios estão se esvaziando paulatinamente. E agora querem dizer que

eles estão vazios porque não choveu no ano de 2000!? É tentar driblar o problema! É não enfrentar a questão de frente.

Mais a frente o Dr. Afonso fala na questão do planejamento como questão central, e que não foi e não é abordada. O problema do planejamento está na sua concepção. Não é que falte planejamento, nem que são as pessoas incompetentes. Mas o planejamento não está errado! O problema é qual a postura que se coloca diante do problema. Não é um planejamento feito em função dos interesses do brasileiro, que precisa de investimento e não precisa que o seu objetivo máximo seja o equilíbrio fiscal. Se não se investe nisso – e se está colocando como objetivo máximo o equilíbrio fiscal – é porque o FMI obrigou. E, em decorrência disso, não se faz investimento! E, por causa disso está-se arrebitando o mais seguro e o mais eficiente sistema de produção de energia elétrica do mundo, que é o nosso – talvez só perdêssemos para a Noruega. E está-se criando um novo tabu de que é preciso, então, mudar a matriz hidrelétrica. Nós temos a melhor matriz do planeta. Nós precisamos, sim, fazer uma diversificação. Isso é verdade. Mas sem perder de vista as nossas ótimas condições – talvez, repito, perdêssemos apenas para a Noruega e o Canadá – que é produção baseada na chuva e na gravidade. Isso nos dá excelentes condições. E isso não está sendo bem aproveitado.

Sr. Presidente, precisaríamos fazer um novo planejamento – V. S^a mencionou fazer um novo planejamento. É verdade. Mas, não é ajeitar esse planejamento com falsas premissas, premissas não brasileiras. Esse é o planejamento do FMI. Lia, outro dia, que a Austrália só se desenvolveu quando os economistas australianos foram embora. Quando os economistas formados pelas universidades americanas desistiram de lá permanecer e foram para o exterior, oportuna de em que eles deram folga para os economistas tupiniquins programarem o desenvolvimento da Austrália. Esse é o nosso caso: estamos com tanta gente formada em Harvard, que executam muito bem a programação, mas que não é a nossa! Precisamos olhar um pouco mais para o nosso problema.

Presidente Henri Reichstul, parabeno-o porque achar que a Petrobras é a única que está fazendo o que pode nesse processo de crise, ou seja, que dentro de suas condições, tentar pôr em prática um plano emergencial, que deve ser visto como tal, como um plano circunstancial. A Petrobras não é obrigada a fazer isso. Ela o faz porque é brasileira. Não fosse a Petrobras uma estatal, nós estaríamos em péssimos

lençóis, porque, diferentemente do que esse pessoal está pensando que devemos vender a Petrobras, se fosse uma Shell, aí eu queria ver se a Shell estaria obrigada a construir 14 termoeletricas no Brasil para resolver o problema do nosso povo!

Aliás, Jerson, eu lhe aprecio, vejo seu trabalho importante na ANA, mas eu acho que V. S^a disse uma coisa que precisava repensar. Fiquei extasiado em ou vir V. S^a dizer que pouco importa quem é o dono da usina para poder gerenciar as águas do rio.

Sr. Jerson, não existe experiência internacional de usinas com grandes reservatórios privatizados. Não existe. Se existir, cite, dê-me um exemplo. Não há nos Estados Unidos, na Noruega, na Canadá, na China ou na Índia. Não há em lugar algum.

Nos Estados Unidos, Senador Paulo Souto, as grandes estatais do Tennessee são guardadas pelo Exército. Lá, não entra ninguém. Não há esta conversa: “Vamos discutir”. Não. É o Exército. Aqui é que pegam a Chesf.

Aliás, está aqui o ex-Presidente da Chesf, o Sr. José Carlos Aleluia Costa, que, há algum tempo, concedeu uma boa entrevista ao jornal **Tribuna da Bahia**. S. S^a disse: “Quero dizer que, como Presidente Chesf, sei que quem manda no São Francisco é a Chesf”.

Portanto, se a Chesf não for brasileira, estatal, quem manda no São Francisco são os espanhóis; quem manda no São Francisco são os americanos, os portugueses, e V. S^a vem dizer que não tem nenhuma importância?

Fiquei perplexo! Admiro V. S^a. Tenho boas referências sobre o seu trabalho, mas esse é um ponto de vista tão deslocado de um eixo brasileiro que ficamos perplexos.

No Chile, Dr. Jerson, no meio de alguns rios, já existe polícia montada para impedir o povo de tirar água, porque os donos das usinas têm direito à água e dizem: “Ninguém retira a água daqui para molhar batata, porque a água é para rodar turbina, para vender energia. Comprei para isso e não para outra coisa”.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, peço que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

O SR. HAROLDO LIMA – Concluo, citando mais uma vez o Sr. José Carlos Aleluia Costa, Sr. Presidente.

Ele chegou a dizer aqui – para não concordar inteiramente com ele: “Bom, se a pessoa que compra a

usina compra também o fluxo de água, essa pessoa, depois, pode reivindicar o direito à água”.

Não pode reivindicar, Deputado Aleluia. Se não reivindicar, é louco! Se não reivindicar, não é capitalista. Tem que reivindicar necessariamente e, como é feito no Chile, colocar polícia para ninguém “meter a mão” naquela água.

Por isso, Sr. Jerson, que rodizera V. S^a, que está presidindo a Agência Nacional de Água, que a água é nossa, pelo amor de Deus!

Aliás, sou marxista, mas é preciso que tenhamos cuidado com essa história de que pouco importa quem é o dono da água, porque o Brasil estará, digamos, bem servido. Não é verdade. Se o dono da água não for o Estado brasileiro, entraremos em uma situação pior, mais dramática e caótica da que hoje existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao primeiro dos nossos expositores, Dr. Henri, que, após as suas respostas e considerações finais, precisará se retirar, porque tem ainda hoje um compromisso no Rio de Janeiro.

O SR. HENRI REICHSTUL – Tenta reiser o mais breve possível, conjugando algumas perguntas comuns.

Uma questão mencionada pelos Deputados Ferro, Aleluia e Zica se refere ao uso do gás para termoeletrica, para termoeletricidade. Obviamente, em uma situação de crise, é a solução mais rápida e apresenta um seguro para o sistema. Montar 10 mil megas de termoeletricidade em um sistema que, em 2004 ou 2005, estará com 100 mil megas – esperamos! – representa 10% da capacidade do sistema como um todo, o que me parece ser um número razoável no sentido de se ter uma diversificação. É um seguro que se está comprando.

A questão do **take or pay** é fruto da necessidade de se bancar o gasoduto e o transporte dessegas. Pode-se comprar sem **take or pay** na Bolívia, mas como fazer para amortizar o transporte? No **take or pay** é apenas 70%. Reduzimos de 100% para 70%, oferecendo uma certa flexibilidade para as térmicas.

Idealmente, em relação às térmicas, poderíamos motorizar normalmente o hidroelettrico e, no pico, usar a termoeletrica, em vez de sobremotorizar o hidro, que é o que acontece muito no sistema brasileiro. Então, na margem, no futuro, não precisaria sobremotorizar as novas hidrelétricas.

Outra questão é a do preço. As futuras ofertas importantes de energia entendo que estão no norte. Há, claro, um aproveitamento no Xingu, que tem energia barata; há também as PC a gás no centro-sul, mas uma grande quantidade de oferta adicional só virá do norte com custos ambientais elevadíssimos, inundações de áreas enormes e custos de transmissão elevados. E, quanto a uma térmica em ciclo combinado, que pode chegar a US\$38 mil dólares, tenho visto estimativa de custo de grandes quantidades de energia no futuro, vindas do norte, trazidas para o centro-sul, na base de US\$42 a US\$45 dólares por megawatt. Não sei se isso confirma ou não, mas haveria, portanto, um espaço entre o este que de eletricidade antiga, que está US\$20 ou US\$25, e a nova hidroeletricidade lá na frente, que é ecologicamente a mais correta, a mais eficiente. Nós temos tecnologia, tradição, tudo isso. Existe um espaço entre essas duas para alguma capacitação de termoelétrica. A nossa avaliação é empresarial, senão não estaríamos fazendo essas termoelétricas, apesar do nosso entusiasmo e da nossa brasilidade. Mas, como empresa, estamos fazendo os investimentos, achando que vamos obter retorno. E estamos trazendo sócios privados, que acho que também terão retorno, senão não estariam colocando dinheiro. Nenhum desses sócios está rasgando nota de mil, nem a Petrobras. Então, essa é a nossa visão.

É claro que essas termoelétricas têm uma oportunidade, durante dois ou três anos, de energia a preço mais barato do que a energia velha. Esse é o objetivo de amortizar o custo dessas termoelétricas. Isso, como um todo.

Em relação à pergunta do Deputado Ferro, os projetos estão alinhados. Quanto à Termo Bahia, são 450 megawatts, na fase final. Turbina Auston GT-24: a obra civil já começou; começaremos no primeiro trimestre de 2002. Pode haver atraso de um ou dois meses, mas já está certo. A Fafen, na Bahia, também: a turbina é **Rolls-Royce**, já está comprada; está em fase de montagem e instalação. Provavelmente, vai ser a primeira térmica a ser inaugurada: em outubro ou novembro. Não é isso, Delcídio?

O SR. DELCÍDIO (sobrenome não declinado) – Agosto.

O SR. HENRI REICHSTUL – Em agosto, vamos fazer uma cerimônia na Bahia, para inaugurar a primeira térmica. Então, Fafen, Camaçari.

Em Recife, há uma proposta para ser fechada, com duas turbinas GE da Lyent. Acho que vai ter uma solução rápida. Termoçu é um pouquinho mais tar-

de. Quer dizer, Puerto Soares já tem uma GLM 6.000 já comprada, está com a licença ambiental prévia. Esses são projetos são muito bem definidos, com turbinas já encomendadas ou reservadas, com obras já iniciadas em alguns casos e outras dependendo de uma licença ambiental provisória. Nós estimamos que vamos conseguir colocar, com essas 14 térmicas emergenciais, dez nossas e quatro privadas, com quem temos alguma relação. Até final de março de 2002, estaremos colocando 2.800 megawatts adicionais no sistema. Em relação ao que temos hoje, 2.800 megawatts de capacidade instalada. Agora, isso precisa rodar 12 meses para gerar energia equivalente aos números anuais que estamos falando. Isso já vai poder dar algum conforto ao pessoal que administra água. Sabendo que a térmica vai entrar em funcionamento, poderão soltar um pouquinho mais de água, por que vai ser por pouco tempo.

Esta é a informação: 14 térmicas até o primeiro trimestre de 2002, com dois ou três projetos que possam ter utilização de três meses, e não mais.

Agora, das quatorze, dez têm participação da Petrobras.

No projeto que apresentamos aqui, há dezoito. São as dez que vêm até o começo de 2002 e mais oito em expansão, as quais vão gerar aqueles 8.000 megawatts, se tudo correr bem, no início de 2004. Vamos, então, estar adicionando mais 10% de capacidade. O sistema, hoje, tem mais ou menos 75 mil. Essa é a nossa intenção. São térmicas que foram iniciadas há um ano e meio, dentro de uma avaliação de que havia uma necessidade de adicionar, rapidamente, capacidade térmica para garantir um mínimo de confiabilidade no sistema elétrico brasileiro.

Essas são as da Petrobras, onde ela tem participação. Existem outros projetos privados que também estão em curso.

Finalmente, a questão do risco cambial. Deputado Vivaldo Barbosa, vou repetir: a Petrobras está oferecendo uma mistura de gás nacional e boliviano – 80% boliviano e 20% nacional – a US\$2,58 por milhão de BTU e vai oferecer o preço em reais equivalente ao primeiro dia do contrato, mantendo esse valor em real por 12 meses, para termoelétrica. Enquanto isso, vai acumulando uma diferença do que cobra em preço real fixo nesses 12 meses e o preço pago à Bolívia, em dólares, reajustado pelo dólar.

Se essa diferença for positiva, ela aplica, diariamente, a uma taxa de juros Selic, que é a taxa de mercado. Se essa diferença for negativa, por uma apreciação do real, o que não é impossível nos próximos

seis meses, a Petrobras também paga a Selic por esse preço que ela está recebendo, acima do que está pagando ao boliviano. Ou seja, são dos dois lados. E passados os 12 meses, existe uma correção automática do preço da energia elétrica, VN, a tarifa de energia elétrica da térmica, que tem dois componentes: um componente é o reajuste do preço do gás em US\$2,58 ao câmbio do dia, que, a partir de então, é um reajustecambial, mais um segundocomponente, que é o ressarcimento dessa massa que teria sido financiada pela Petrobras, acrescida de juros Selic, a ser amortizada nos próximos 12 meses, não tendo nada a ver com a diagonal cambial. Estou sendo o mais preciso possível.

Economicamente, esse mecanismo é neutro para a Petrobras. A Petrobras adianta isso durante 12 meses, cobrando juros de mercado, e recebe isso de volta, também cobrando juros de mercado. E a Petrobras também vai receber juros de mercado no ressarcimento, na medida em que ele não é imediato, é feito em 12 meses, e o ponto médio seria em seis meses.

O SR. (não identificado, nome não declinado)

– Por que a Petrobras teve que financiar?

O SR. HENRI REICHSTUL – Teve que financiar para vender o gás, Deputado.

A questão da cessão do duto é uma de arbitragem de uma agência reguladora que está definindo um direito de passagem. São nossos interesses comerciais, da British Gas e da Emro, ou seja, são interesses comerciais diferentes que foram amplamente discutidos na imprensa e terminamos aceitando a arbitragem da ANP e, frente a esse **overbooking*** de demanda de gás que irá haver, essa questão será novamente reportada, para a arbitragem da ANP até o final do ano.

Em relação ao gasoduto...

O SR. VIVALDO BARBOSA – Desculpe-me, Dr. Henri, talvez eu tenha perdido todo o conteúdo da discussão anterior a isso na imprensa. V. S^a poderia repetir? Qual é a divergência e qual é o arbitramento que a ANP fez? Divergência dos interesses de um lado...

O SR. HENRI REICHSTUL – Existe um conceito de desregulamentação de mercado tanto para a energia elétrica como para a energia em gás – e a origem vem do setor de energia elétrica – que diz que a transmissão tem que ser socializada. E havendo capacidade ociosa em transmissão de energia ou em transporte de gás, essa capacidade ociosa teria que ser ofertada no mercado. E quem regula e arbitra essas questões é a Agência Reguladora de Petróleo e Gás. No

caso do Brasil, é a ANP. Existe capacidade ociosa programada no gasoduto que vai ser preenchida pela demanda de térmicas. A transportadora fechou contratos de transporte com a Petrobras no montante da capacidade de transporte do gasoduto – são uns 30 milhões. E a Petrobras estimava que, em função dos projetos termoeletrônicos, iria exercer essa capacidade de transporte contratada. A ANP entendeu que haveria um espaço de 2 milhões de metros cúbicos que não seriam utilizados, e que haveria essa capacidade ociosa, que resolveu arbitrar – o que a Petrobras não reconheceu naquele momento, mas aceitou a arbitragem – para a British Gas, alertando que vai haver um problema de **overbooking**. É como vender espaço num avião para Nova Iorque, vendendo um pouco mais de assentos, imaginando que vai haver reservas que não vão ser confirmadas. De fato, há pessoas, no mundo do gás, que não necessariamente se comprometem com 100% do **take or pay**. Em alguns casos, tem-se 70% do **take or pay**. Então, pode haver alguma sobra de gás. Nós achamos que não vai ter; a ANP achou que vai ter. Nós aceitamos a arbitragem, porque vai haver outras arbitragens, vamos ter outras situações, isso faz parte do nosso mercado, é uma prática comum nos outros mercados também. Nós aceitamos a arbitragem, mas, em outros momentos, vamos querer outras coisas e esperamos que a ANP arbitre a nosso favor. Com o agravamento da crise energética e com a aceleração das térmicas, o **overbooking** é patente, e a ANP vai ter que arbitrar, lá na frente... Se a TBG honra ou não o seu contrato de transporte com a Petrobras e vai honrar a favor da British Gas. Vai ser um problema difícil de arbitrar. Na correspondência que tivemos com a British Gas e com a ANP, colocamos que esse problema poderia surgir e que, em função disso, vamos pedir uma arbitragem.

O SR. VIVALDO BARBOSA – A concepção de socialização – aliás, estou gostando de ou vir essa palavra nesses círculos – é para o uso, para a construção, porque a construção foi bancada pela Petrobras como propriedade sua...

O SR. HENRI REICHSTUL – Mas aqui há uma diferença entre a Petrobras e a transportadora. A transportadora vai receber a mesma tarifa, que receberia da Petrobras, da British Gas, caso haja esse transporte. Então, do ponto de vista da empresa TBG, que construiu o gasoduto e que está vendendo o transporte, está igual na conta dela, ela recebe a mesma tarifa da British Gas e da Petrobras. É complexo.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Baixa uma, baixa outra. Como é tudo Petrobras, a tarifa da Petrobras paga, não há maior diferença.

O SR. HENRI REICHSTUL – Não. Ela está fixada. Ela não tem baixa. Ela está calculada.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Desculpe-me, quanto a TBG pe diu por esse ar bi tra men to? Qual foi o conflito do valor? Quanto ela pediu pelo transporte?

O SR. HENRI REICHSTUL – Não é questão de preço, é só de quantidade. É um conflito de quantidade. O preço é dado. A TBG cobra um preço único, mas ela vendeu a passagem para a Petrobras, e a ANP estava olhando e falou: “Você vendeu a passagem para a Petrobras mas acho que a Petrobras não vai voar nesse dia.” Então, você é obrigado, também, a oferecer para o outro, para garantir uma co-competição na oferta de gás e para beneficiar o consumidor industrial brasileiro que, com isso, vai conseguir melhores preços e tarifas, no futuro. Com essa possibilidade de concorrência, com todos pagando o mesmo preço de transporte, quem sabe a British Gas não compra gás da Bolívia mais barato e traz mais barato para o consumidor brasileiro? O propósito, então, é bom e nobre nesse sentido. Existe uma disputa comercial. E questão tem a ver com o conceito de **overbooking**. Dado este programa aqui e com esta crise, já está patente. Portanto, a ANP terá que arbitrar.

O SR. VIVALDO BARBOSA – O conflito, então, não foi em torno do preço. Foi apenas em torno da....

O SR. HENRI REICHSTUL – Só quantidade.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Da disponibilidade.

O SR. HENRI REICHSTUL – Mas nós demos o PPA do transporte do gás, quando o gasoduto foi construído. Aquela empresa TBG chegou ao Banco Mundial e disse: “Quem vai transportar gás para bancar o custo desse financiamento e ter retorno, e eu poder receber o meu dinheiro em dólares?” A Petrobras, então, disse: “Olhe, eu dou o PPA, eu dou o contrato de compra”. Aliás, não é PPA; chama-se GSA no mundo do gás. Eu, então, fui lá e dei um “Firme” – eu tenho crédito, a Petrobras é uma empresa que tem crédito. Ela deu um “Firme” de um contrato de transporte de 30 milhões de metros cúbicos. A GTB foi lá no Banco Mundial e nos outros bancos e falou: “Já está fechado o meu negócio aqui. Posso construir o gasoduto e tenho quem vai transportar o gás. Em uma curva ascendente, que é conhecida. E está feito.” Então, comercialmente, é como se ocorresse o seguinte: a Eletrobrás dá um PPA para uma térmica qualquer, a US\$50 o megawatt. Ocorre uma crise de

energia e o preço vai para US\$200 no MAE. Então, a térmica fala: “PPA, vamos...” Não é bem exatamente assim, porque tem capacidade ociosa, mas “quero vender no MAE, e não quero vender no PPA”. Não sei se a analogia é exatamente essa, mas é um pouquinho disso. Então, é complexo, porque há uma arbitragem a ser feita. Se não houvesse arbitragem a ser feita seria um impasse que podia terminar no Judiciário. Entendemos que havia uma arbitragem a ser feita.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma observação sobre isso? Recordo-me que discuti, quando da constituição do gasoduto. É evidente que o conflito era natural, no instante em que a legislação brasileira permitiu que um **player** do tamanho da Petrobras construísse o gasoduto. Sou um defensor ferrenho do livre acesso – que é o que estamos discutindo aqui –, e, felizmente, no setor elétrico, estamos avançando a passos largos no livre acesso. Por isso, é fundamental a desverticalização. No setor elétrico, também avançamos muito na desverticalização. Então, Sr. Presidente, isso configura uma lacuna na legislação do gás, na medida em que não se pensou no que é natural, que seria a separação – embora V. S^a tenha dito que existe uma outra empresa, mas essa empresa é tão ligada à Petrobras, que é controlada pela Petrobras e recebeu o PPA da Petrobras. Ela é quase a Petrobras.

Então, a pergunta do Deputado faz sentido, na medida em que não conseguimos separar. E, certamente, não o fizemos por falta de investidores. Isso é natural da presença significativa da Petrobras no setor de gás. Creio que essa discussão é importante, porque permite que todos entendam a analogia do setor elétrico – V. S^a usou, algumas vezes, inclusive, o conceito PPA. No setor elétrico, estamos avançando bem no que se refere ao transporte. Acredito que o que houve foi um atraso da Aneel em fazer as licitações, porque os concorrentes estão aparecendo, a competição existe, e é diferente da produção, porque, lá, se faz com um conteúdo nacional muito grande. E o BNDES tem tido uma participação expressiva. Creio que, até hoje, o BNDES não se encontrou em produção de energia elétrica; tem uma aversão. Em que pese o desejo do Presidente Gros, o BNDES não viabilizou nada de produção praticamente.

Era só essa observação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ HENRI REICHSTUL – Só para fazer um comentário. Também sou um defensor do livre acesso, só que, no caso do gás, é uma indústria infante, só há um gasoduto e só há um investidor – 49%

dos sócios da TBG são privados, mas não de ram PPA quando foram chamados a dar. Essa é a questão. Então, daqui para a frente, sim. Quer dizer, um sistema de livre acesso montado já em um sistema maduro, como o elétrico, que já tem transmissão, já está constituído, e as fontes são diferentes – nos Estados Unidos ou na Europa –, é possível. Agora, uma indústria infante, que está sendo criada... Quem vai investir um tostão em um primeiro gasoduto se não tiver certeza de que vai poder carregar 100%? Esse programa de gasoduto que está aí estamos com a definição de começar no dia 1º de julho. Esses de US\$1 bilhão têm uns US\$300, US\$400 milhões de gasodutos para compensar. Agora, dentro da regra de livre acesso, não vamos fazer, não podemos fazer, com limitações de participação. Vou entrar com 100% e vou só vou ter acesso a 40% do transporte? Tem que chamar: cadê o privado?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas temos que transformar o gasoduto em um negócio em separado. É isso que, talvez, não estejamos conseguindo. Na medida em que a tarifa do gasoduto ou dos gasodutos remunerarem dignamente o gasoduto, é de se esperar que surjam investidores; ou, então, não está sendo remunerado. Admitir que a Petrobras comprará todo o tráfego do gasoduto é o mesmo que admitir que não haverá competição nunca. E V. S^a está no pleno direito de Presidente competente de uma empresa que se habitua à competição. Isso é bom e demonstra que estamos, de alguma forma, com dificuldades e iniciando a competição num setor monopolista por lei, portanto, muito mais difícil de se estabelecer a competição que no setor elétrico.

O SR. HENRI REICHSTUL – Creio que atendi às expectativas. Se não, prometo fazê-lo quando da próxima vinda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradecemos a presença do Dr. Henri Reichstul, que terá de se retirar, pois viajará para o Rio de Janeiro, onde tem compromisso nesta noite ainda.

Concedo a palavra ao Dr. Jerson Kelman para suas respostas e considerações finais.

O SR. JERSON KELMAN – Deputado Haroldo Lima, se eu tivesse afirmado, como V. Ex^a entendeu, que pouco importa quem é o dono da água, a sua veemência e a sua irritação teriam sido até pe que nas. O fato é que eu não disse que pouco importa quem é o dono da água. Isso está expresso na Constituição Federal. A água é domínio público. Portanto, cabe ao Governo administrar o uso da água dos rios. Ao contrário do Chile, que foi o exemplo de V. Ex^a. No Chile, a

água é um bem privado, como nos Estados Unidos. Aí sim, é possível, legalmente, ao indivíduo que tiver a propriedade da água defendê-la como se fosse sua terra, seu terreno. Entre nós, V. Ex^a conhece bem a Constituição Federal, não é assim. A Lei nº 9.433, a Lei de Recursos Hídricos, deixa muito claro que a água é um bem público, finito e deve ser utilizada em benefício da sociedade.

Por essa razão, as usinas hidrelétricas têm não um direito absoluto da água, mas uma outorga do direito de utilizar a água, uma autorização. Eu já havia dito que se tratam de coisas distintas; uma é a concessão pelo potencial hidráulico, concedida pela Aneel; e outra é a autorização para o uso do recurso hídrico. Até por ser dinâmica a ocupação da bacia hidrográfica, é razoável que, em algum momento, a sociedade opte por produzir mais alimentos pelo uso da água na irrigação que na produção de energia elétrica, já que há outras alternativas para a produção de energia elétrica. É razoável que seja feita essa opção. Por conta disso, a tal da energia de placa – a que corretamente o Deputado José Carlos Aleluia fez referência – é revisável a cada cinco anos.

E o que é energia de placa? É algo que, tecnicamente, recebe o nome de energia assegurada. Tal energia é como se fossem as cotas que aquela usina possui numa fictícia empresa chamada “hidroeletricidade do Brasil”. O que uma usina hidrelétrica fatura não se relaciona com quantos megawatts/hora aquela turbina produz. O que importa é quanto essa usina acrescenta de energia garantida ao sistema brasileiro. É claro que a energia garantida depende de dois fatores: de quanto a água pode ser disponível – por exemplo, se mais água montante for sendo utilizada para irrigação, diminui-se a energia garantida, e, por isso, há as revisões periódicas; em das restrições operativas dos reservatórios.

Com a crise que vivemos, muitas populações que habitam as vizinhanças dos lagos das hidrelétricas estão, com razão, inconformadas com o encolhimento dos lagos, porque é uma situação nova. Quer dizer, tem alguns reservatórios que nunca estiveram tão vazios na história, com tão pouca água.

Por isso, o perímetro molhado ficou distante, e isso causa uma série de problemas. Só que não há violação ao que tinha sido combinado antes. O que tinha sido combinado antes é que os reservatórios poderiam operar entre o máximo operativo e o mínimo operativo, e esse mínimo operativo não foi atingido ainda.

É razoável que a sociedade de queira, por exemplo, dizer que não vai permitir que o lago X, o lago Y ou o lago Z diminuam tanto de nível, porque os prejuízos para a sociedade locais são muito intensos. É razoável, mas, neste caso, será reavaliada a energia de placa; aquela energia assegurada, que dá o sinal do faturamento da usina.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quero dizer da importância deste debate. O Deputado Haroldo Lima foi muito feliz ao abordar este assunto.

Da maneira como V. S^a apresenta, e com muito propriedade, defendendo o interesse público, deixaria a mim, como analista de investimento de um possível comprador da Chesf, numa situação de impossibilidade de cálculo, o que me levaria a oferecer um preço diferente do que vale. Não sei se V. Ex^a. está me entendendo. Isso leva os meus amigos da Oposição a fortalecerem e muito a tese da inviabilidade da privatização. Você vai privatizar o quê?

Na medida em que você não privatiza o fluxo de água, diferentemente da proposta do BNDES e da Eletrobrás... O Dr. Firmino chegou a me dizer que iria assegurar por um período mais longo. V. S^a está colocando na defesa do interesse público, que não pode ser diferente, uma impossibilidade de cálculo para a minha proposta de compra.

Se eu for contratado como engenheiro que fui para fazer análise de cálculo do valor presente da receita futura a ser paga pela Chesf pela concessão de vinte anos, porque não vou ser proprietário da Chesf, eu vou ter o direito de operar as instalações da Chesf por vinte anos ou por trinta anos.

O depoimento de V. S^a, que é muito preciso – parece-me correto –, coloca qualquer analista diante da impossibilidade de cálculo. E diante da impossibilidade de cálculo, o analista, para não perder o emprego, coloca um preço irrisório, o que mostra a inviabilidade de privatizar, sobretudo, um rio que passa no semi-árido e que tem crescentes usos múltiplos.

Gostei muito dessa colocação e foi por isso que fiquei no ponto do Deputado Haroldo Lima, que é um socialista e eu não sou marxista, contra a privatização, porque é inviável a privatização. V. S^a acabou de confirmar a inviabilidade.

O SR. JERSON KELMAN – Apenas queria dizer que o fato de que a energia assegurada da usina possa ser revisada de tempos em tempos não significa que nós todos, como sociedade, devemos, de uma maneira pouco estudada, decidir se a água deve ser alocada para outro uso ou não.

É claro que o que estamos dizendo é que, ao contrário do Chile, a empresa que comprar uma usina hidrelétrica não tem o direito assegurado definitivo por aquela água, porque a sociedade pode decidir que essa água tem melhor uso.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não é um bem de raiz, mas é um bem temporário, é um direito temporário. Eu compro o direito temporário da água. Então, se compro o direito temporário do fluxo assegurado, quem for tirar o meu fluxo vai ter que me pagar, e, se eu quiser, como analista, calcular o preço da empresa, na melhor das hipóteses, chegamos a examinar isso junto a USP, como é que seria a escala decrescente do fluxo assegurado, para que alguém calculasse fluxo descontado e chegasse ao valor da empresa, a quanto vale o valor da empresa?

O SR. JERSON KELMAN – Permite-me responder a questão?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pois não.

O SR. JERSON KELMAN – Gostaria de explicar o seguinte: essa situação de que o uso da água é sempre o direito de usar a água não é a propriedade da água, o que a nossa legislação assegura é que o usuário – e usuário pode ser uma usina hidrelétrica ou pode ser uma irrigação de frutos irrigados, tanto faz –, nos dois casos, que são investimentos palpáveis, a legislação assegura o direito de usar a água, e não a posse da água. V. Ex^a tem razão quando diz que isso traz alguma insegurança, porque o direito de usar água pode ser revisado periodicamente, tendo-se que fazer uma simulação de fluxo de caixa para chegar ao valor presente. Essa insegurança aplica-se a todas as atividades que dependam da água para produção, como fruticultura, indústria, navegação, assim como para o abastecimento urbano; todos estão na mesma condição. O setor elétrico não é privilegiado; não tem nem mais nem menos direitos, mas os mesmos direitos que os outros setores.

O que nós, como sociedade organizada, vamos procurar fazer? Não vamos procurar desestimular investimentos. Assim como queremos que quem fizer investimento em fruticultura irrigada tenha garantia de água, de igual maneira, que reemos que quem fez o investimento em uma usina hidrelétrica tenha garantia de água para produzir energia. Para isso, a Agência Nacional de Águas está estabelecendo um sistema de outorga pelo uso do direito à água. Isto é, não é porque a água é um bem público que qualquer cidadão pode ir à beira do rio, colocar uma bomba e retirá-la. É preciso uma autorização, uma outorga; caso

contrário, aquele que investiu, seja em uma usina hidrelétrica ou em um fruticultura, pode ver seu investimento perdido porque alguém, rio acima, instalou uma bomba potente e secou o rio, citando um exemplo didático.

É uma faca de dois gumes. Se, de um lado, o investidor não tem o direito absoluto, por outro, está protegido, pela administração do rio, de que aventureiros rio acima não vão se car o rio, sem discussões com a sociedade, sem decisão governamental, apenas porque instalaram uma bomba. Isso não vai acontecer, porque há uma administração do rio montada pelo País. Temos os prós e os contras.

Não terminei a resposta ao Deputado Haroldo Lima e não sei se poderia prosseguir.

O Deputado Haroldo Lima também fez referência ao fato de que, na década de 90, o crescimento do consumo foi o dobro do crescimento da demanda. Deputado, de acordo com os dados da Aneel, não é assim. Valeria a pena V. Ex^a refinar esses cálculos, porque, no nosso entender, não estão corretos.

O SR. HAROLDO LIMA – É quase o dobro. São 5% e, o outro, 3%.

O SR. JERSON KELMAN – São 44% e 33%.

Deputado, deixe-me dizer da minha grande frustração na sua intervenção. Sou professor de pós-graduação em Engenharia há quase 30 anos. Como V. Ex^a é engenheiro elétrico, vai compreender o que direi a seguir. A sua argumentação é absolutamente correta quando diz que um reservatório é como uma caixa-d'água, que tem uma entrada – vamos imaginar uma torneira – que depende da natureza, ou seja, a quantidade de água depende da quantidade de chuvas. Mas a saída da água depende do quanto fechamos ou abrimos uma torneira no fundo dessa caixa-d'água que esvazia. Então, não dá para examinarmos a evolução do nível dessa caixa-d'água – o reservatório de Sobradinho de que falei na minha apresentação –, sem entender direito se estamos abrindo a torneira demais.

V. Ex^a tem toda razão e, por isso não apresentei isso aqui. Não apresentei a evolução do estoque de água do reservatório de Sobradinho, o que se verificou. Estou um pouco frustrado com minha capacidade didática, porque apresentei uma versão do diagrama de Ripel, que V. Ex^a, como engenheiro, há de conhecer, elaborada em 1883; trata-se de um estudo puramente hidrológico, que não nada a ver com a demanda. Ou seja, o que abre essa torneira fictícia no fundo da caixa-d'água é alguma coisa que maximiza a vazão garantida desse reservatório. Então, é um es-

tu do que não tem nada a ver se a demanda foi grande ou pequena.

Por que apresentei esse estudo? Para tentar, de alguma forma, trazer luz à discussão de qual é o aspecto hidrológico envolvido nessa questão. Analisei o ponto de vista hidrológico, no caso de Sobradinho. Repito que sou PhD em Hidrologia e coloco meu diploma em jogo. A seca por que está passando o rio São Francisco, do ponto de vista do registro histórico de vazões desse rio – e não estou dizendo que essa é a pior seca do Nordeste –, ou seja, da série histórica de 70 anos do rio, significa um novo período crítico. V. Ex^a, como engenheiro elétrico conhece que o período crítico é aquele em que se dão as condições de estresse do sistema. Temos um novo período crítico, isto é, temos um recorde histórico.

Esta seca, sob o ponto de vista de produção de energia elétrica, no caso do rio São Francisco, é pior do que qualquer outra já registrada. Não estou falando isso sob o ponto de vista de irrigação ou de ocorrência ou não de chuva, mas sob o ponto de vista fluvial. Não posso fazer a mesma afirmativa quanto ao exemplo que dei do Rio Grande. Não é a pior do histórico. Trouxe apenas um pouco de luz, com um exemplo puramente hidrológico, que desconsidera se foram realizados ou não investimentos. Foi apenas uma informação – digamos – de livro-texto de engenharia. Perdoem-me um pouco a ênfase no que eu quis dizer.

Peço permissão para terminar a minha intervenção, pois houve muitos questionamentos. Já que estou com a palavra, aproveito a oportunidade para falar um pouco sobre matriz energética.

Primeiramente, o Brasil sempre foi hidrotérmico, mas uma característica se guin te forma: quando os reservatórios estão cheios ou vertendo, não há sentido gastar combustível, se podemos gerar energia com água. Não há lógica. No entanto, quando os reservatórios começam a esvaziar, chegando a um certo nível crítico, ligam-se as térmicas para economizar água. Essa foi a lógica de operação dos nossos sistemas durante muitas décadas, e o senhor sabe disso muito bem.

Como o Deputado José Carlos Aleluia disse – creio que foi o Deputado Aleluia – essas novas térmicas, que são **take or pay**, ou seja, que de vem ser utilizadas continuamente, criam uma restrição operativa complicada para essa noção. Num País em que há muita energia renovável e hídrica, é complexo entendermos e aceitarmos isso, porque, sem nenhum questionamento, há a urgência de uma opção térmica a curto prazo – seria loucura imaginar algo diferente.

Entretanto, a médio e longo prazo, quando nos debruçarmos sobre matriz energética, sobre as opções energéticas, perceberemos que ainda há – estou extravasando um pouco e dando uma opinião de engenheiro – muitas opções hidráulicas, que é uma energia renovável, cujo empreendimento dura cem anos, ao passo que uma térmica dura menos tempo. Quando se compara o valor real por megawatts/hora, há muita influência com a taxa-desconto. Ao olharmos um horizonte de 100 anos, essa taxa-desconto poderá causar um efeito absolutamente devastador para um lado ou para o outro.

A minha observação final é a de que o setor elétrico brasileiro, que sempre demonstrou competência, atuará, mais uma vez, dessa maneira, para examinar a alternativa hidráulica à luz dessas considerações, que se referem a obras realizadas no Brasil, principalmente obras civis, com duração de 100 anos, utilizando uma energia renovável, que, portanto, não é nociva ao efeito estufa, apesar de, naturalmente, causar efeitos ambientais locais. Trata-se de uma questão complexa que não mereceria um descarte apenas porque estamos enfrentando essa crise.

Termino as minhas considerações, dizendo que, se o Brasil fosse um País do tamanho do Estado do Rio de Janeiro – citando o meu Estado –, seguramente a opção puramente ou quase inteiramente hidrelétrica seria impossível, porque, quando a seca atinge e esvazia os reservatórios, todos os reservatórios daquela região se esvaziam. No entanto, como o Brasil tem uma dimensão continental, é possível tomarmos partido da diversidade hidrológica, desde que, naturalmente, haja linhas de transmissão que consigam escoar as energias de diferentes regiões por conta dessa diversidade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Kelman.

Tenho uma opinião acerca desse assunto que foi laborada. É evidente que se trata da opinião de um leigo no setor, mas conhecedor de outra área. Uma forma de se resolver o impasse surgido aqui seria remunerar o investidor pela capacidade instalada e não pela água que ele usaria ou pela energia que produziria, como é o caso das termoelétricas. Quem for investir em termoelétricas, vai querer ser remunerado, até porque, quando houver água – conforme V. S^a falou há poucos instantes –, optará pela geração de energia por meio das hidrelétricas, e as termoelétricas ficarão, evidentemente, paradas. Portanto, o investidor em termoelétrica também vai querer ser re-

munerado em virtude da capacidade instalada e não daquilo que ele produz de energia ou do que usa do gás. Essa é uma opinião de quem estava apenas escutando. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Afonso Henriques.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Deputado José Carlos Aleluia, começarei respondendo às suas indagações, porque o Deputado Fernando Ferro não está presente. No entanto, seguirei a sugestão do Deputado Fernando Ferro, que disse que devemos ser mais humildes. Começarei sendo humilde.

Fui um péssimo professor na minha explanação, porque programei equivocadamente, talvez tenha definido o alvo errado e não concluí a minha exposição, o que acabou acarretando prejuízo.

Apresentar o plano empresarial, como a Petrobras está fazendo, é bem diferente de demonstrar o planejamento. Ative-me muito – já disse isso – ao título da reunião de hoje: “Estudar as causas da crise de abastecimento de energia elétrica no País bem como propor alternativas ao seu equacionamento”. Essa era uma visão conceitual, com a qual venho trabalhando – com alguma contribuição ao seu projeto – com relação ao planejamento.

O planejamento decenal, a principal atribuição da Secretaria de Energia, deve incorporar novos paradigmas e ter outros procedimentos – transparência, participação, envolvimento de áreas dispostas ao lado como questão ambiental, a exemplo do caso da água. Caminhei muito nessa linha, partindo de uma consideração: pelo fato de esses conceitos não terem sido suficientemente incorporados, encontramos sérias dificuldades para materializar o programa prioritário da termoelétrica. Tivemos problema com Caroba e com as demais, fazendo com que elas saíssem de São Paulo e fossem para o Rio de Janeiro, onde a aceitação ambiental é muito maior.

Não teria números para apresentar a V. Ex^{as} sobre o planejamento – que chamamos, no âmbito da crise, de ação ultraemergencial, referente a este período até dezembro; ou de curto prazo, que vai até o fim do próximo ano – nem mesmo o plano decenal, que me cabe na qualidade de Secretário de Energia. As ações ultraemergencial e de curto prazo estão sendo coordenadas pela Câmara de Gestão da Crise Energética e ainda não estão prontas. Amanhã mesmo, haverá reunião que durará o dia inteiro para tratar da questão ultraemergencial.

V. Ex^a tem razão. A Câmara deve apresentar, quando estiver materializado o plano ultraemergencial

e o de curto prazo, ou seja, aquele que se refere até o fim do próximo ano. Quanto ao plano decenal, que me cabe e que é estrutural e não conjuntural, será, em grande parte, consequência do Projeto de Lei nº 2.905, que emanará desta Casa e das decisões do Conselho Nacional de Política Energética. A esse fiquei prendendo-me mais, porque diz respeito ao futuro.

Precisamos reconhecer que a térmica a ciclo aberto destina-se, infelizmente, a essa crise. É lógico. Mesmo a térmica a ciclo combinado é uma opção interessante, mas não é o uso mais nobre para o gás – o mais nobre é relativo ao processo industrial e ao GNV, o gás natural veicular. Numa visão estrutural para este País, é preciso pensar desse modo, levando em consideração o que chamei de Planejamento Estratégico Ambiental ou Avaliação Estratégica Ambiental. Prendi-me muito nesse posicionamento de 10 anos para frente. Então, penitencio-me. Não soube conduzir adequadamente a discussão.

O Deputado Fernando Ferro afirmou que o CNPE deveria estar permanentemente reunido. Na verdade, a Câmara de Gestão da Crise Energética foi oriunda da última reunião do CNPE, na qual se detectou que a questão era absolutamente séria e o referido encontro não tinha o objetivo de tratar de política, mas deveria ser executivo. Desse modo, constituiu-se a mencionada Câmara, com poderes executivos bastante fortes e da qual faz parte grande número dos membros do CNPE. A Câmara de Gestão da Crise Energética é consequência do CNPE.

Portanto, ficou resolvido o racionamento. Há reunião em julho para deliberar sobre temas estruturais – Angra III, importação, Usina de Belo Monte e o resultado ou o impacto do Projeto de Lei nº 2.905 sobre a nossa matriz energética. Esses assuntos serão tratados no CNPE numa visão de médio para longo prazo.

Fala-se muito na ação da Petrobras, que tem tido um papel essencial na crise. Como bem disse o Presidente Henri Philippe Reichstul, ela não rasga nota de R\$1mil – está fazendo isso como negócio e em parceria com vários agentes da iniciativa privada. Não falou disposição a investir no setor. Penso que tivemos uma série de problemas que geraram incertezas. O problema do gás, não pelo gás em si, mas porque estava atrelado ao petróleo, e o petróleo está em um mercado absolutamente incerto: sai de 10, vai a 35; desce a 20, vai a 27, isso gera incerteza. A própria questão da nossa moeda gera incerteza. E as outras que já colocamos, como a questão ambiental. Então, há, sim, muitos agentes interessados em investir in-

vestindo, Emro, El Paso Energia Amazonas, Gerasul, junto com a Petrobras ou sozinho. Isso precisa ser bem colocado.

O Deputado Vivaldo Barbosa falou das obras paralisadas, das obras de que o Governo Fernando Henrique cassou a concessão. Na verdade, Deputado, as obras estavam paralisadas sem equacionamento financeiro, não havia esse equacionamento. Saiu, então, em função das Leis nº 8.987 e 9.074, em seguida o Decreto nº 1.717, que colocou um prazo para que aqueles que detinham a concessão apresentassem um plano de conclusão e com o envolvimento da iniciativa privada, porque elas eram estatais sem condição de captação na época. Foi assim feito, e dessas 22 obras, 15 já estão funcionando. Colocamos Machadinho, colocamos Funil, que está em andamento, colocamos Serra da Mesa, Itá, Dona Francisca, etc., em tão tempo que das 22, 15 ou 16 já estão funcionando, algumas não têm nem viabilidade mais ambiental e outras eram absolutamente obras pequenas, como Pai Joaquim, que é uma obracinha de 20 ou 30 megawatts da Cemig, que inclusive está sendo modificada com cessão de serviço público para produção independente. Na verdade, equacionou-se e resolveu-se o problema das 22 obras, e não como o senhor colocou, que elas foram absolutamente canceladas. Não, foram equacionadas e resolvidas.

Com relação ao anexo V, confesso ao senhor que é de difícil compreensão, por vários motivos: têm que se interpretar não só anexos, mas tem que se ler todo o contrato, e eu preferia não me pronunciar sobre essa questão, por que ela está sendo analisada no âmbito da Câmara, e temos a participação nessa análise. Assim, qualquer ponto de vista que eu expusesse aqui poderia comprometer essa conclusão final.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Desculpe, é analisada no âmbito da Câmara de Energia?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – É, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica. Desculpe, é que a Câmara nós estamos aqui...

O SR. VIVALDO BARBOSA – Não, perfeito, da Câmara da Crise.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Certo? Bom, mas está sendo discutido. Como eu já disse, buscou-se uma mediação entre as partes, não tendo sido conseguido, então isso aí vai... deve ter alguma arbitragem.

Agora, Deputado Vivaldo Barbosa, com relação aos 20%, por que 20%? É bom analisar o seguinte: se eu disser aqui que foi coincidência, parece estranho,

mas na verdade os 20% não são 20%. Os 20% de que estamos falando querem dizer que as pessoas têm que reduzir o seu consumo a 80% do consumo do ano passado. Oitenta por cento do consumo do ano passado é uma redução de carga hoje bem maior do que 20%, talvez 24 ou 25%.

Portanto, o número, na verdade, não é 20%, e quem propôs esse número é o Operador Nacional do Sistema. Eu tomei posse na secretaria faz dois meses e meio ou três. E quando começamos a discutir a questão do racionamento, o número girava de 10% a 15%, porque a hidrologia poderia reverter, ela estava ruim, mas poderia reverter. À medida que a hidrologia foi se mostrando pior ainda do que estava, esse número foi crescendo: de 10% virou 15%, de 15% virou 17%, de 17% virou 20%, foi crescendo esse número. Porque realmente houve uma reversão na curva da hidrologia fantástica. Quem propôs, portanto, quem tem o dever, inclusive, de pedir esse corte, esse contingenciamento de carga, é o Operador Nacional do Sistema.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Foi o ONS que fez a proposta?

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Exatamente, ele é que estabelece qual é a meta de corte.

O SR. VIVALDO BARBOSA – Agora, o contrato, como V. S^a disse antes, foi ditado pela Aneel.

O SR. AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS – Exatamente. Os 20% que estão no contrato foram fixados pela Aneel. Agora, os números são próximos, poderiam até ser interpretados como coincidentes. Mas digo para V. Ex^a que não é, porque estamos tomando como base o ano passado, até o próprio crescimento do mercado é maior, mas esse número foi casualidade mesmo. E vou dizer-lhe mais: o ano V foi ter um maior enfoco que há dois meses atrás, praticamente. Eu próprio, que era da Aneel durante três anos, como diretor, fui me prender a sua leitura, a sua interpretação há exatamente um mês e meio ou dois, quando estive em uma reunião no Rio de Janeiro com o Dr. Mário Vieira.

Inclusive, foi a primeira vez que me foi colocada a percepção da coincidência. Até me espantei. Fiquei surpreso, pois não é uma coincidência boa para nós.

Deputado Haroldo Lima, concordo com V. Ex^a. O problema não é a técnica, não são os técnicos competentes, mas os princípios errados. Não acredito que o princípio errado esteja em equilíbrio fiscal. E defendo isso. Discordamos um pouco nesse ponto. Princípios errados é não considerar certas eficiências que

posso ganhar com a privatização, portanto, os custos reduzem, o planejamento, que fiz fica contestável, é não colocar externalidades ambientais que, cada dia menos, são externalidades e cada dia mais devem ser embutidas na concepção do projeto. Não digo isso para agradar o Deputado Fernando Gabeira. S. Ex^a sabe disso. É uma convicção que tenho. E penso que o Governo tem dado demonstrações a respeito.

O setor elétrico sempre teve domínio sobre a água porque detinha o capital. E se detinha o capital, então tinha o domínio sobre a água. Quando se arrisca, quando o Governo propõe a criação de uma Agência Nacional de Água e a separa do setor elétrico, é difícil para o setor elétrico. Foi duro e muito forte para o setor elétrico. E foi uma grande conquista para a sociedade, resultante, evidentemente, de princípios da Constituição Federal. Mas, ao fazer isso, conquistamos, evoluímos no sentido de participação, no sentido de envolvimento dos vários vieses, dos vários interesses da sociedade. No entanto, cada dia torna-se mais difícil planejar em função disso. Não se iluda. Era fácil para o regime militar planejar. Muito fácil. Planejava e executava no caceté. Não é o que eu quero. Minha visão é absolutamente de negociação. Planejamento deve refletir os interesses da sociedade e, evidentemente, os objetivos do Governo, que foi eleito com voto direto e legítimo.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, em determinado momento cheguei a me arrepender da pergunta que fiz ao Kelman, mas depois fiquei satisfeito, porque a discussão com relação à racionalização da água foi salutar. Creio que toda essa dúvida desapareceu no momento em que surgiu a possibilidade de privatização das geradoras. Nesse ponto – claro – surgiu o problema de dizer que alguém que vá comprar quer ter água suficiente que justifique a sua capacidade instalada. Ninguém comprará se não houver isso. A partir daí – na minha opinião – é que surgiu o problema. Mas o que quero dizer é que os problemas de uso múltiplo vão surgir até com as empresas de geração estatais. Em algum momento, não sei qual será, as empresas estatais serão obrigadas a reduzir a sua capacidade de gerar porque será de cidi do que o mais importante é produzir alimentos, é navegar, etc.

Portanto, desse ponto de vista, Deputado – não quero entrar na parte filosófica ou ideológica de que a geração deve ficar ou não com o Estado –, os problemas serão semelhantes. Quando o Ministro Fernando Bezerra nos levou aos Estados Unidos a fim de observar o sistema de transposição, pude verificar que a transposição começou – e já foi um caso diferente –

com 70% destinado à agricultura. Atualmente, 70% já é destinado para o abastecimento humano, pois as populações vão crescendo. Dessa forma, não é esse perfil que vai determinar ou não a modificação no uso. E para representar a vontade da sociedade naquele momento, qual a utilização mais importante, devemos estar baseados no nosso órgão regulador. É um ponto que considero fundamental.

Não ficaria satisfeito se não dissesse – e tenho muitos amigos na Chesf, considero a empresa eficiente, com ótimos engenheiros – que dificilmente alguém poderia ser tão autoritário com relação à água do rio São Francisco como a Chesf, como empresa estatal. Todos sabemos, até a Coelba sabe disso, quanto tempo lutamos a fim de que não fosse a maior distribuidora de energia elétrica da Bahia. Aquela empresa não abria mão de ser a maior distribuidora de energia elétrica da Bahia. Possuía dez consumidores e 40% da energia. E nós, coitados, que tínhamos, naquela época, mais de um milhão de consumidores, tínhamos 50%, aproximadamente, por que 10% eram da Copene. Então, eu quero dizer que uma empresa estatal também foi muito autoritária. Graças a Deus, essa cultura está mudando, não sei se por influência do que está acontecendo no País, mas está mudando.

De modo que eu não quero entrar nessa discussão do problema mais de natureza filosófica da distribuidora etc. O que eu quero dizer é que os problemas de uso múltiplo da água surgem e precisam ser resolvidos, independentemente de que tipo de empresa. Agora, é evidente que, na hora de se vender uma empresa, aí sim, eu estou perfeitamente de acordo com esse tipo de preocupação. Se formos vender uma empresa, é preciso que ela saiba exatamente que tipo de liberdade ela terá para utilizar a água; senão ficaremos na obrigação de, num determinado momento, quereremos mudar o uso da água para uma determinada finalidade e não poderemos, porque fizemos um contrato malfeito.

O SR. FERNANDO GABEIRA – É o que está acontecendo com o alumínio agora. Nós temos condições de reduzir, mas os contratos estão lá e não se quebram os contratos.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, eu gostaria de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA – Senador Paulo Souto, a opinião que eu tenho não sob o ângulo filosófico ou ideológico, mas do ponto de vista eficaz, do ponto de vista efetivo, é de que há essa possibilidade de nego-

ciar com uma empresa os múltiplos usos da água desde que a empresa seja estatal. É possível negociar, por exemplo, a diminuição do fluxo da água que turbina a sua usina. Se não for estatal, é difícil. Por isso que em nenhum lugar do mundo se faz privatização de grandes hidrelétricas; isso não existe.

O SR. PAULO SOUTO – Mas a estatal também terá um prejuízo se nós determinarmos que ela deve reduzir a geração.

O SR. HAROLDO LIMA – Ela terá também. Mas, por exemplo, 70% ou mais da água da Chesf é para gerar energia elétrica... é possível, porque a Chesf é estatal, quebrando o seu autoritarismo, e pode reduzir de 70% para 60%, para 55% etc. Isso é possível em perspectiva, para dar outros usos à água. Se a Chesf for de propriedade espanhola, eu quero ver reduzir hoje de 70% para 60% o uso da água.

O SR. PAULO SOUTO – Se o contrato não estabelecer. Nós temos que ter cuidado. Se houver isso, temos que estabelecer claramente um nível de utilização da água.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião, agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos expositores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h45min.)

6ª Reunião Realizada em 20-6-01.

Às dezoito horas e quarenta e nove minutos do dia vinte do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Souto, Heloísa Helena, Paulo Harthug, Alberto Silva, José Fogaça, Nabor Júnior, José Agripino, Carlos Patrocínio e Sebastião Rocha e Senhores Deputados Fernando Ferro, Airton Dipp, João Caldas, Rose de Freitas, Salatiel Carvalho e Clementino Coelho membros, reúne-se a Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “**Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento**”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, informando que presente reunião era de caráter administrativo, sendo que iriam apenas apreciar o item 1 da pauta. A Presidência indica como Relator Ad-hoc o Deputado

Salatiel Carvalho, que assume o cargo. A seguir foram colocados em discussão e votação os seguintes requerimentos que foram aprovados, a saber: nº 17 de autoria dos Deputados Fernando Ferro e Luciano Zica, requerendo que sejam convidados a debater nesta Comissão as representações da CONTAG, CUT e FORÇA SINDICAL; nº 18 de autoria dos Deputados Salatiel Carvalho e Fernando Gabeira, requerendo que seja convidado o senhor Luis Octávio Koblitis, da Escola Politécnica de Engenharia de Pernambuco; nº 19, de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, requerendo sejam convidados o Dr. Gilmar Ferreira Mendes, advogado Geral da União, o Dr. Everardo de Almeida Maciel, Secretário da Receita Federal, o Dr. Cláudio Avila da Silva, Presidente da ELETROBRAS e Dr. José Mário Miranda Abdo, Diretor da ANEEL; nº 20 de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo que sejam convidados o Dr. Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Dr. Jerson Kelman, da ANA; nº 21 de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo seja convidado o Dr. José Guilherme Almeida dos Reis, membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia; nº 22 de autoria do Deputado Fernando Gabeira, requerendo seja convidado um representante da Câmara de Gestão da Crise de Energia para explicar o anexo cinco dos contratos de venda de energia elétrica entre as empresas geradoras e as distribuidoras; nº 23 de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo sejam convidados os Presidentes da ANEEL, da ELETROPAULO e da Comissão Estadual de Serviços Públicos do Estado de São Paulo para comparecerem a esta Comissão com o fim de esclarecer as causas da pane que ocorreu por mais de uma vez a suspensão dos serviços de energia na cidade de São Paulo, no dia 10 de junho de 2001, bem como as providências tomadas de forma a evitarem interrupções não programadas; nº 24 de autoria do Deputado Clementino Coelho, requerendo sejam convidados os Senhores Fernando Arronte Villegas, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, Michel Gaillard – Presidente da Light, José Ignácio Lázaro – Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, Pedro Nebra da Peres – Presidente da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN e Fernando Noronha Leal – Presidente da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – ESCELSA, a fim de prestarem esclarecimentos sobre quais foram os investimentos que as Distribuidoras fizeram para geração de energia elétrica e de quanto foram os va-

lores, dos lucros e dividendos, remetidos ao exterior; nº 25 de autoria de Deputado Clementino Coelho, requerendo sejam convidados os Senhores Roberto Pereira d'Araújo – Diretor da ILUMINA, José Mário Miranda Abdo – Diretor-Geral da ANEEL e Eduardo José Bernini – Presidente do Comitê Executivo do MAE, a fim de discutir a conveniência do MAE em operar dentro desta anormalidade de oferta e demanda de energia elétrica no País; nº 26 de autoria do Deputado Vivaldo Barbosa e outros, requerendo a requisição dos contratos e todos os seus anexos celebrados entre o Governo Brasileiro, através da ANEEL e da ELETROBRÁS – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ITAIPU – Binacional S/A, ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A e as Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica envolvendo concessões e vendas de energia elétrica e outras disposições; nº 27 de autoria do Deputado Fernando Ferro, requerendo a realização de Audiência Pública, convidando a prestar esclarecimentos a esta Comissão, representantes do INPE e do Instituto Nacional de Meteorologia, para apresentar elementos sobre as regiões climáticas, regimes de chuvas nas diversas regiões do País e sobre o racionamento e o nº 28 de autoria do Deputado Salatiel Carvalho, requerendo seja indicado à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica a adoção da seguinte providência, como ato de Gestão, na área de concessão de Furnas Centrais Elétricas: o início imediato das obras de repotencialização das Usinas Térmicas de Campos, São Gonçalo e Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às vinte horas e quarenta minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Havendo número legal declarado aberta a 6ª reunião da Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, e nomeio Relator **ad hoc** o Deputado Salatiel Carvalho. Esclareço que a presente reunião é de caráter administrativo e destina-se à apreciação e votação de requerimentos.

Conforme a pauta distribuída, haveria também a discussão a respeito da programação de visitas que serão realizadas em julho, mas esse assunto tem que

ser discutido, há um número que no de Parlamentares em plenário, então deixaremos para a próxima reunião, provavelmente amanhã.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, realizada no dia 19 do corrente mês.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, solicito a dispensa, pelo prévio conhecimento da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Por solicitação do Deputado Fernando Ferro, está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação a Ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Está aprovada a Ata da reunião anterior.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos a serem lidos. (Pausa)

Não existem, salvo os requerimentos apresentados à Comissão.

Há vários requerimentos, cuja maioria, quase a totalidade, se refere ao convite de autoridades, de estudiosos, do Governo, para o comparecimento a esta Comissão em audiência pública.

Vou colocar em votação os requerimentos em bloco.

A algum Parlamentar que queira encaminhar a votação, principalmente o autor, será concedida a palavra. Após a leitura de algum requerimento, se algum Deputado quiser propor sua votação em separado, e não em bloco, também poderemos discutir.

O primeiro requerimento é de autoria dos Deputados Fernando Ferro e Luciano Zica, requerendo que sejam convidadas a debater nesta Comissão as representações da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, da Força Sindical e da CUT, para refletir sobre os impactos do racionamento, sobre o emprego e as condições de trabalho no País.

Vou ler todos os requerimentos e depois farei a indagação aos Srs. Deputados.

Outro requerimento é dos Deputados Salatiel Carvalho e Fernando Gabeira, que solicitam seja ouvido o Sr. Luiz Otávio Coblitz, Professor da Escola Politécnica de Engenharia de Pernambuco acerca da crise de energia que assola o País.

O terceiro requerimento é do Deputado Salatiel Carvalho, que solicita sejam convocados o Sr. Gilmar Ferreira Mendes, Advogado Geral da União, o Sr. Everardo de Almeida Maciel, Secretário da Receita Federal, o Sr. Cláudio Ávila da Silva, Presidente da Ele-

trobrás, e o Sr. José Mário Miranda Abdo, Diretor Geral da Aneel, para comparecerem a esta Comissão a fim de prestarem esclarecimentos, no âmbito das respectivas Pastas, sobre a crise de energia elétrica. Convocação para serem ouvidos em audiência pública.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho, que solicita sejam convidados para audiência pública os Srs. Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, com a finalidade de discutir as causas da crise de abastecimento de energia no País, propor alternativas ao seu equacionamento, bem como debater o multuso das águas e gestão dos recursos hídricos da Bacia do Rio São Francisco no contexto do semi-árido nordestino.

Requerimento do Deputado Fernando Gabeira, requerendo realização de audiência pública com o Sr. José Guilherme Almeida dos Reis, Economista, chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Membro da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Requerimento do Deputado Fernando Gabeira. Requer a realização de audiência pública com representante da Câmara de Gestão da Crise de Energia para explicar o Anexo V dos contratos de venda de energia elétrica entre as empresas geradoras e as distribuidoras.

Requerimento do Deputado Fernando Ferro. Requer sejam convidados os Srs. Presidentes da Aneel, da Eletropaulo e da Câmara Estadual do Serviço Público do Estado de São Paulo para comparecer a esta Comissão com fim de esclarecer as causas da pane que ocasionou por mais de uma vez a suspensão do serviço de energia na cidade de São Paulo, no dia 10 de junho de 2001, bem como as providências tomadas de forma a evitar interrupções não programadas.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho. Solicita que sejam convidados os Srs. Fernando Arronte Vignegas, Presidente da Companhia Energética de Pernambuco, Michel Gaillard, Presidente da Light, José Ignácio Lázaro, Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Pedro Nebreda Peres, Presidente da Companhia Energética do Rio Grande do Norte, e Fernando Noronha Leal, Presidente da Espírito Santo Centrais Elétricas, a fim de prestarem esclarecimentos, em audiência pública nesta Comissão, sobre quais foram os investimentos feitos pelas distribuidoras para energia elétrica e de quanto foram os valores dos lucros e dividendos emitidos para o exterior.

Requerimento do Deputado Clementino Coelho. Solicita sejam convidados os Srs. Roberto Pereira de Araújo, Diretor do Ilumina, José Mário Miranda Abdo, Diretor da Aneel, e Eduardo José Bernine, Presidente do Comitê Executivo do MAE, a fim de discutir a conveniência do MAE em operar dentro dessa anormalidade de oferta de demanda de energia elétrica no País.

Requerimento encabeçado pelo Deputado Valdo Barbosa. Requer que sejam requisitados para os trabalhos desta Comissão os contratos e todos os seus anexos celebrados entre o Governo brasileiro, através da Aneel, da Eletrobrás, Furnas, Chesf, Itaipu e Eletronorte, e as empresas distribuidoras de energia elétrica, envolvendo concessões e venda de energia elétrica e outras disposições.

Requerimento dos Deputados Salatiel Carvalho e Fernando Gabeira. Requerem, nos termos regimentais, seja indicada à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica a adoção da seguinte providência como ato de gestão na área de concessão das Centrais Elétricas de Furnas. É a formalização da proposta apresentada pelo Deputado Salatiel Carvalho na última reunião desta Comissão. A providência: o início imediato das obras de repotencialização das usinas térmicas de Campos, São Gonçalo e Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro.

Esses são os requerimentos que submetemos à votação da Comissão.

Indago aos autores dos requerimentos se desejam encaminhar a votação das suas proposições.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, não seria propriamente um encaminhamento de votação, mas, pela proximidade do recesso, por comodidade e pelo grande número de pessoas convidadas, em diversos requerimentos e por assuntos diversos, por vários motivos ou motivos diferenciados, a participação dessas audiências, sugiro que, quando da convocação das pessoas cujos requerimentos foram aprovados, tais com vida dos vieses já para tratar dos assuntos pelos quais estão sendo convocados. Caso contrário, estaremos realizando várias audiências com as mesmas pessoas.

Creio que se poderia, talvez, fazer uma audiência que contemplasse... Por exemplo: José Mário Abdo está sendo convocado, salvo engano, para duas ou três iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – O Presidente da ANA está sendo reconvocato.

Em uma de nossas reuniões ficou acertado que o Relator faria essa consolidação, para evitar repetição das convocações.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – O Presidente da ANA está sendo reconvocato porque o requerimento que apresentamos convocando o Sr. Djelson Kelner foi apresentado há mais de duas semanas. É que estamos votando somente agora. Naquele momento em que apresentamos, não havia qualquer requerimento convocando-o para dar explicações.

Penso que ele já deu as explicações, mas tenho impressão de que a questão da crise energética no Nordeste está se agravando. O Presidente ontem reuniu os governadores para dizer que no Nordeste a questão é mais do que crítica, é de guerra, e deu várias explicações. Sua Excelência está pedindo mais mil megawatts, e não entendi se são os megawatts que Sua Excelência não pode tirar, no segundo semestre, do alumínio por que não quer e temos que fabricar mil, ou se são mil megawatts adicionais a esses que precisam vir da Região Norte. Para poderem vir de lá, é preciso cortar mais do que 25% nas eletrointensivas de alumínio do Norte.

Assim sendo, penso que a questão da energia está mais grave no Nordeste do que no Sudeste, muito mais graves as seqüelas, as conseqüências, então precisamos enfocar um pouco a questão da gestão. Nesse sentido, penso importante, mesmo o Presidente da ANA ter vindo aqui, o Dr. Garrido, Secretário-Geral de Recursos Hídricos, estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Está no requerimento.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Será feita essa convocação.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Penso que a sugestão do Deputado Fernando Ferro é muito oportuna e acho até que a relatoria, ouvindo alguns Deputados, poderia priorizar.

Entendo que a questão do MAE hoje é uma das mais importantes. O cidadão de uma favela do Recife vai economizar energia que vai ser vendida pela hiperdólar a R\$700. Isso significa dizer que a população vai estar economizando energia, fazendo um grande sacrifício numa vida já sofrida para o espanholvender a economia que ela fez por R\$700.

A Aneel fez uma intervenção, recomendou o cancelamento do contrato. E há alguns puristas, uns fundamentalistas de mercado defendendo que o contrato é sagrado. Mas esse contrato pode ter um vício de origem. Está nos jornais de hoje que toda essa parafernália, todo esse desastre energético tem como fundamento a contratação – disso o Deputado Fernando Ferro já falava há muito tempo – de uma empresa inglesa que de recursos hídricos não entende nada. Toda a experiência dela é em térmicas, carvão e similares. Quiseram inventar um modelo sem qualquer conhecimento de causa.

Outro ponto importante – já que a Câmara não toma posição, precisamos fazê-lo – é que existem mais de trinta projetos no Senado e na Câmara Federal, tramitando há mais de dois ou três anos, solicitando a suspensão da privatização das hidrelétricas brasileiras Chesf, Furnas e Tucuruí. Está comprovado que não dá para privatizar essas geradoras e temos que ter coragem para suspender o processo de privatização. O modelo adotado é errado, as premissas são erradas e temos que suspender essas privatizações, até para dar um sentido de que se assumiu a responsabilidade, de que se está construindo um novo modelo que vai nos livrar desse desastre.

Por essa razão avalio ser importante fazermos essa conciliação, mas vamos priorizar o que é importante. A privatização das energéticas tem que ser suspensa imediatamente, até para sinalizar ao mercado que queremos o capital privado na termelétrica, na eólica, na complementaridade do sistema, na expansão. Acabou isso aqui.

Começam a ser fabricadas reportagens de jornal dizendo que estão indo embora. Estão indo embora por quê? Queriam comprar de graça, queriam receber um patrimônio que era indevido. Não podemos concordar com isso.

Então, a posição seria: tem que suspender. Têm que ser suspensas Tucuruí, Chesf e Furnas. Não se fala mais nisso. Vamos definir. A empresa está falando que é dia 25 ou 26 que volta a operar. Quer dizer, na medida em que estamos clamando toda a população para economizar, a economia vai ser traficada em um mercado de traficantes de energia.

E a questão no Nordeste é grave. É grave e está faltando decisão de Governo. O Governante tem que dizer, esclarecer: esses mil adicionais são os mil que o Governo está receoso de solicitar ao COA, à Billiton – e quer que inventemos uma maneira de produzir mil –, ou são mil adicionais a esses que ele já vai nos assegurar?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Um registro que faço é que alguns requerimentos se referem a “convocação”. Todos os requerimentos são de convite, até por que não há nenhuma respeito da presença de Ministro de Estado na Comissão. Então, em todos, onde está “convocado”, leia-se “convidado”.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Sr. Presidente, eu queria falar, mais como autor do requerimento, endossando as palavras e também refletindo, meditando um pouco sobre o que colocou o Deputado Clementino. E foi o que eu propus, Deputado Clementino, em uma das nossas últimas reuniões: que tivéssemos uma dinâmica maior aqui na comissão, porque esta comissão não foi criada apenas para que houvesse um desfile de palavras e de exposições para que, daqui a dois, três meses, venhamos a fazer algumas sugestões.

Ora, estamos no olho do furacão da crise. Então o requerimento que apresento, inclusive hoje, é já uma indicação desta Comissão, que considero da mais alta importância, acima, inclusive, da Câmara de Gestão, porque a Câmara de Gestão é uma comissão de execução do Poder Executivo, e nós representamos a sociedade brasileira. Então, considero que esta Comissão está acima da Câmara de Gestão. Ou a Câmara de Gestão acata o que esta Comissão determinar ou ela vai ter que provar para esta Comissão por que não acata.

Então, por exemplo, estou apresentando o requerimento solicitando a imediata realização da repotencialização de três térmicas na área de Furnas: Campos, São Gonçalo e Santa Cruz. Por quê? Ora, a repotencialização dessas três usinas térmicas e o suprimento a gás representam uma injeção, na rede do Sudeste, de aproximadamente 1.000 megawatts. E se começa a querer ressuscitar Angra III, que, além de todos os problemas ambientais que pode causar, vai produzir mais ou menos isso, gastando muito mais – o dobro – do que a repotencialização. E me parece que há um certo interesse em não se agilizar essa repotencialização feita com gás, para que se tenha discurso de retomar Angra III, que é uma obra, inclusive, já licitada e com empreiteiro definido.

Então o meu requerimento e as colocações que V. Ex^a fez sugiro que se formalizem, também, por escrito, para que possamos propor coisas imediatas, porque, se a Câmara de Gestão rejeitar esse meu argumento, vou pedir ao Tribunal de Contas que faça uma análise: o que é mais interessante para o Brasil? Retomar Angra III ou repotencializar essas três usinas? Vão ter que nos provar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Deputado, acredito que a formalização tem que ser feita até pela Comissão Mista, porque ela vai ter muito mais força do que um...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Pode partir de uma proposição de um membro, um Deputado, um Senador.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, sei que pode partir, mas estamos aqui discutindo em conjunto. Acredito que a Comissão é para isso. Uma coisa é chegar lá um requerimento de um Deputado de Oposição – e sabemos como esse pessoal trata a Oposição – que vai receber aquela consideração que já conhecemos; outra coisa é chegar um documento formal da Comissão, assinado por todos os Parlamentares, pelo Presidente e pelo Relator. Tem muito mais peso. Inclusive, ela foi constituída para isso.

O SR. SALATIEL CARVALHO – Deputado Clementino, inclusive, a minha esperança é que o meu requerimento não seja um instrumento individual. Estou propondo à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – No momento em que o requerimento de indicação é aprovado pela Comissão, passa a ser um documento da Comissão.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, concordo. Creio que essa discussão nos saia a Presidência, a relatoria pode propor, dizendo: “Estamos encaminhando aqui um requerimento baseado nas discussões”.

V. Ex^a colocou o seguinte: convite ou convocação. Tenho a impressão de que todo esse peso al que falei, das distribuidoras, eles têm que estar é convocados. Por quê? Porque eles assumiram um ativo que era público.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Mas, regimentalmente, não podemos convocar.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sim, mas temos que ver. Eles assumiram um ativo que era público, assumiram um compromisso, e muitos não cumpriram nada de universalização de serviço, disso ou daquilo, e esse aí é o mais importante, para saber quanto investiram e quanto mandaram lá para fora. Vamos ficar surpresos na hora em que vemos esse balanço do que foi investido aqui nesse curto espaço de tempo e quanto foi embora de lucros, dividendos e remessa de juros por conta dessas operações.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Como o requerimento do Deputado Salatiel Carvalho

e do Deputado Fernando Gabeira se trata de uma proposição, solicito ao Deputado Salatiel Carvalho que faça por escrito a justificativa para fundamentar a proposta de V. Ex^a.

Com a palavra, o Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO – Essa informação que o requerimento solicita, do envio de recursos dessas empresas privatizadas, tenho a impressão de que deveria, talvez, ser dirigido ao Banco Central – não sei se é o canal – ou ao Ministério que tem controle disso inclusive, porque se se solicitar essa informação à empresa não sei qual é ...

O SR. CLEMENTINO COELHO – Creio até que podemos cruzar depois a informação que vier do Banco Central.

O SR. FERNANDO FERRO – Porque essa informação oficial é a informação do Banco Central. Gostaria de só alertar para esse problema.

Sr. Presidente, há uma outra questão, que não é um requerimento, mas queria solicitar que V. Ex^a oficiasse à Companhia Hidrelétrica de São Francisco um pedido de informação constante do seguinte teor: qual é o impacto na população ribeirinha, à jusante de Sobradinho, da redução da vazão a partir de meia noite de hoje para novecentos metros cúbicos por segundo?

Soube que a Chesf começou a fazer uma experiência e significa, praticamente, uma restrição de carga crescente, novecentos metros cúbicos por segundo a partir de Sobradinho, dadas as restrições, que é uma maneira de saber até quando o paciente aguenta o tratamento, e é uma experimentação.

Isso terá impacto nos projetos de irrigação e no abastecimento d'água de algumas cidades naquele trecho. A partir de Paulo Afonso, a vazão está em mil metros cúbicos por segundo.

Eles estão fazendo isso sob forma de experiência. É uma experimentação que está sendo feita uniformizadamente, e uma experimentação dessa pode ter, realmente, conseqüências sérias para a população.

Assim, devemos pedir o relatório deles sobre essa experimentação, porque senão vão ficar fazendo laboratório em cima da população. Tenho que reconhecer que é um procedimento técnico de alguém que está estudando o agravamento da situação, mas é evidente que não se pode ficar ministrando certo tipo de medicamento para combater a doença, porque o paciente pode morrer ou pode agravar-lhe a situação.

É uma preocupação no sentido de que a Comissão acompanhe essas experimentações. Não quero aqui colocar dúvidas sobre a operação que a Chesf está fazendo, mas, de alguma maneira, que a população saiba que essas medidas estão sendo tomadas. Isso cai para novecentos, pode cair para oitocentos. Até onde vai isso? Terá conseqüências para a população em geral.

Poderia ser um ofício solicitando, para não ter necessidade de fazer um requerimento. O Presidente da Comissão encaminharia um ofício pedindo o relatório dessa experimentação que a Chesf faz a partir de meia noite de hoje. Isso é uma ação, como disse, que visa estudar os impactos da gradativa redução da vazão sobre a geração de energia e sobre as atividades dependentes das águas do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Sobre captação.

O SR. FERNANDO FERRO – Sobre captação, sedentação e projetos de irrigação que serão fatalmente afetados por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Não havendo mais nenhuma manifestação ou encaminhamento de votação, em votação os requerimentos em grupo.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovados os requerimentos.

Chega à Mesa mais um requerimento do Deputado Fernando Ferro, que requer a realização de audiência pública, convidando a prestar esclarecimentos a esta Comissão representantes do INPE e do Instituto Nacional de Meteorologia, para apresentar elementos sobre as regiões climáticas, regimes de chuva nas diversas regiões do País e informações a respeito do racionamento de energia elétrica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Algum parlamentar deseja fazer uso da palavra? (Pausa)

Assim, cumprimos a pauta. Votamos os requerimentos, a proposição apresentada, e a discussão quanto à programação de visitas de membros da Comissão ficará para a próxima reunião.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, obviamente V. Ex^a está, como todos nós, acompanhando uma tramitação extremamente importante

para o País, para o Congresso Nacional e para o Governar no em si que acontece nesta Casa. Em função disso, todos nossos parlamentares estão envolvidos com as discussões que estão ocorrendo no plenário desta Casa.

Apresentarei dois requerimentos a esta Comissão: o primeiro é para que reuniões de uma Comissão tão importante como esta não aconteçam no mesmo horário das sessões de quarta-feira, porque sabemos que pauta compromete a atividade de todos os parlamentares.

Segundo, gostaria de registrar que V. Ex^a, que pertence ao meu Partido, sendo um Presidente que admiro, ontem, ao retomar a chamada dos inscritos, não me concedeu a palavra, embora eu estivesse inscrita logo após o Deputado Haroldo Lima. Na condição de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, quero observar que esta Comissão tem de prestar serviços relevantes no tocante à discussão desta crise pela qual passa o País, assim como têm contribuído os demais parlamentares aqui presentes.

Os requerimentos encaminhados à Presidência desses trabalhos estão obedecendo a uma característica que me preocupa. Todos requerimentos merecem atenção no momento da votação e, como é de praxe, não será diferente aqui. Mas colocar em votação requerimentos tão importantes para o andamento dos trabalhos com plenário tão vazio, avalio que atrapalha os nossos trabalhos. Desculpe-me a sinceridade, mas sou Parlamentar, como todos o são, e corro daqui e dali para atender os trabalhos que esta Casa exige, para dar a devida atenção por que prima o exercício da função. A votação em bloco, inclusive de requerimentos de pessoas para participarem de debates nesta Comissão na verdade não contribui efetivamente para o bom andamento dos trabalhos. Faço essa observação e solicito a mudança dos horários das reuniões.

Ontem, tivemos a experiência de audiências em que estiveram presentes pessoas extremamente importantes para o debate, as quais deram contribuições efetivas aos nossos trabalhos e à política da crise energética, no entanto, tivemos de fazer rodízio para votação, o que é impraticável pela importância que esta Comissão tem.

Não sei se V. Ex^a colocou em votação em bloco todos os requerimentos que estão sobre a mesa. Se o fez, que rope dir verificação de **quorum** desta reunião, por que isso não é possível

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Quanto à verificação de **quorum**, os requerimentos já foram aprovados.

V. Ex^a tem razão quando diz que a coincidência da reunião da Comissão com a Ordem do Dia do Senado Federal ou a Câmara dos Deputados prejudica os trabalhos da Comissão. Fizemos reunião administrativa para tentar elaborar um calendário de reuniões para esta Comissão, mas todos os horários da terça-feira e da quarta-feira são comprometidos. Na quinta-feira pela manhã, às vezes, há sessão com Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, assim, fica sem opção.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, V. Ex^a sabe o horário em que a sessão da Câmara começa efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – V. Ex^a sugere que as reuniões da Comissão aconteçam em que horário e em que dia?

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sugiro que estas reuniões aconteçam na terça-feira, no período da tarde, porque todos os parlamentares estão na Casa. Ou, efetivamente, na terça-feira, pela manhã, quando muitos parlamentares desta Comissão estarão na Casa, ou então na quarta-feira mais cedo. Não pode ser nesse horário, porque estaremos em plena Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Segundo o calendário que ficou estabelecido, haverá duas reuniões na semana: uma na terça-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, quando estará terminando a Ordem do Dia do Senado, começando, no entanto, a da Câmara dos Deputados. Já há um choque que deve ser administrado. A outra reunião será realizada na quinta-feira pela manhã. A reunião da quarta-feira será extraordinária. Já foi marcada uma reunião à noite para que ocorra depois da Ordem do Dia das Casas legislativas.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Somente no Senado. Estaremos em plena votação na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Existe uma resolução da Câmara estabelecendo que a Ordem do Dia termina às dezoito horas – seria por prorrogação. V. Ex^a tem toda a razão, mas estamos tentando encontrar brechas nos horários para que a Comissão funcione, senão ela não funcionará.

Com relação aos requerimentos, eles foram colocados em bloco porque se trata de convites a pessoas, autoridades e estudiosos. Não há maiores implicações, pelo menos a critério desta Presidência.

Evidentemente, se houvesse um requerimento com uma complicação que eu julgasse maior, seria votado separadamente.

Há ainda outro aspecto. Disse que colocaria os requerimentos em bloco, e os Srs. Deputados que desejassem votação em separado de requerimentos poderiam solicitar que seriam atendidos. Então houve essa ressalva da votação em separado de requerimentos que os Deputados julgassem por bem propor.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Sr. Presidente, não tenho conhecimento de todos os requerimentos. V. Ex^a sabe que a Casa, hoje, passa por uma discussão importante do projeto das medidas provisórias e todos os Líderes estavam envolvidos nesse acordo. Gostaria de conhecer os citados requerimentos e pedir votação em separado de todos, porque quero convocar racionalmente o projeto desta Comissão. Não quero ser mais realista. Já concluirei o meu pensamento e não quero atrapalhar.

Tenho vindo para esta Comissão, sempre me inscrevo para falar e, racionalmente, tenho tirado a inscrição no sentido de ajudar o bom andamento do trabalho, passando o meu direito a outro Parlamentar que, porventura, já tenha respondido a minha pergunta. Tenho contribuído com tudo. No entanto, ressalto que convites repetidos, conflito e confronto de depoimentos não contribuem para o trabalho desta Comissão. Não quero proteger ninguém. Não conheço os requerimentos, mas, agora, estou tomando conhecimento de que o Presidente será novamente convocado. Ficamos nessa roda e há uma crise neste País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Em resposta a V. Ex^a, informo que o Plenário da Comissão concedeu autoridade ao Presidente e ao Relator para fazerem uma triagem dos requerimentos, um estudo, uma consolidação para que não haja essa repetição de convocação, mas uma racionalização em termos da efetivação do convite às autoridades cujos requerimentos se refiram à presença delas nesta Comissão.

Não há, na verdade, nada que venha a comprometer, pelo contrário. O convite a essas pessoas vem enriquecer os trabalhos da Comissão, que precisa ouvir, discutir e debater com o Governo, com quem seja contra o Governo, com as autoridades do setor, enfim, esse é o trabalho da Comissão.

Agradeço a colaboração de V. Ex^a, que, ontem, abriu mão da sua inscrição para que outros Parlamentares se manifestassem, tanto é que, quando do seu regresso, não lhe concedi a palavra. Peço-lhe desculpas neste momento.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Agradeço-lhe o esclarecimento e considero-me satisfeita.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, darei uma explicação. Primeiramente, as considerações que, aparentemente, poderiam ser procedentes não apresentam amparo regimental, porque há **quorum** nas assinaturas. Os requerimentos já foram votados. Foram todos discutidos um a um e deliberou-se votar em bloco. A nobre Deputada chegou atrasada. Na próxima vez, S. Ex^a deverá chegar mais cedo para poder verificar a existência de **quorum** e tentar obstruir a votação em bloco. Essa questão está superada.

É preciso explicar isso. Todos nós sabemos como funcionam as Comissões na Casa.

A SRA. ROSE DE FREITAS – Peço licença ao Deputado para retirar-me porque tenho que voltar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Então, se quisermos funcionar de uma maneira mais realista do que a realidade, faremos o apagão da Comissão. Nesse caso, não contribuiremos em nada, porque ocorrerá audiência aqui quando houver possibilidade de contraditório e o confronto entre as pessoas para esclarecermos por que se errou e quem errou, assumindo a responsabilidade, e não sair pela tangente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Obrigado. Concedo a palavra ao Deputado João Caldas.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, a OCB – Organização das Cooperativas do Brasil – está encaminhando sugestões. Já houve até contato com V. Ex^a, nosso querido Deputado e Presidente dessa Organização, e as referidas propostas serão avaliadas por esta Comissão e pelo nosso Relator, Deputado Salatiel Carvalho. Trata-se de contribuição valiosa que dá a OCB para o País, principalmente neste momento em que essa Organização está muito bem representada e desenvolvida, demonstrando preocupações com o setor produtivo, que discute as questões com muita responsabilidade. Com certeza, avaliaremos e estudaremos juntos essa colaboração.

Solicito ao Sr. Presidente que receba essa proposta oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Deputado João Caldas, encaminhe-a à Mesa.

Informo aos membros da Comissão que, na próxima terça-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, haverá audiência pública nesta Comissão com os Srs. Governadores Jaime Lerner, do Paraná, Itamar Franco, de Minas Gerais, Almir Gabriel, do Pará, e Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, conforme requerimento aprovado nesta Comissão.

O SR. – Sr. Presidente, eu estava na Câmara dos Deputados, participando de uma votação.

Quanto ao nosso requerimento sobre co-geração, o engenheiro João Evangelista da Costa Tenório, Presidente da Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Álcool de Alagoas, um profissional muito competente no ramo, vem falar sobre esse assunto e a geração da biomassa. Pergunto ao Presidente se já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Foi aprovado.

O SR. – Já foi decidida a data?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Não se estabeleceu ainda uma data, mas estamos fazendo essa racionalização para juntar materiais isolados sobre o mesmo assunto, mesmo que não seja um só requerimento. Pode tratar-se de requerimento de dois Deputados. Estamos reunindo a indicação dos convidados.

O SR. – Será de grande valia essa convocação, porque ele tem uma grande experiência, vive no ramo, já faz energia e co-geração. Então, falará de quanto com pleo é esse tema e da sua relevância, principalmente para nós do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Cambraia) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, informo que amanhã, às nove horas e trinta minutos, haverá reunião com audiência pública, dela participando os seguintes cientistas: Dr. Luís Pinguelli Rosa, Ildo Luís Sauer, Mauricio Tiomno Tolmasquim, José Walter Bautista Vidal e o Professor Adilson de Oliveira.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h28min.)

7ª Reunião Realizada em 21-6-01.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e um do mês de junho do ano de dois mil e um, na sala de reuniões nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Cambraia, e ainda com

as presenças dos Senhores Senadores Paulo, Nabor Júnior, Francelino Pereira, Souto, Heloísa Helena, Paulo Harthug, Eduardo Suplicy, Sebastião Rocha e Senhores Deputados Fernando Ferro, Jandira Feghali Airtton Dipp, Fernando Gabeira, João Caldas, José Carlos Aleluia, Salatiel Carvalho, Virgílio Guimarães Clementino Coelho e Luciano Zica membros, reunem-se a Comissão Especial Mista criada através do requerimento nº 73, de 2001-CN, com a finalidade de “**Estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento**”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Informando que presente reunião destinava-se a ouvir as exposições dos senhores Professores Luiz Pinguelli Rosa da – UFRJ, Ildo Sauer – USP, Mauricio Tolmasquim – USP, Bautista Vidal – Pesquisador, Adilson de Oliveira – Instituto de Economia da UFRJ, os expositores apresentaram transparências sobre cada assunto relacionado com sua área de atuação e foram questionados em bloco, pelos Senhores Parlamentares Jandira Feghali, Virgílio Guimarães, Luciano Zica, Clementino Coelho, Salatiel Carvalho, José Carlos Aleluia e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às quinze horas e dez minutos, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Especial Mista criada pelo Requerimento nº 73, de 2001, do Congresso Nacional, com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia do País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

A presente reunião destina-se a ouvir exposições dos Srs. Dr. Luís Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor Ildo Sauer, da USP; professor Maurício Tolmasquim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Bautista Vidal, pesquisador, e Dr. Adilson de Oliveira, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior realizada no dia 20 do corrente.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, já que a Ata foi distribuída, pedimos a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Por sugestão do Deputado Clementino Coelho, está dispensada a leitura da Ata.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Indago à Secretaria se existem expedientes recebidos ou expedientes a serem lidos.

Há Ofício do Consultor-Geral Legislativo, Dr. Liceu Teixeira de Matos(?) ao Sr. Senador Paulo Souto, Relator desta Comissão. Em resposta ao Ofício anterior, informa haver designado os Consultores Legislativos Márcia Fortuna Beato e Omar Alves Abud para assessorar os trabalhos e a elaboração do relatório da Comissão Especial Mista destinada a estudar as causas da crise de abastecimento de energia no País, bem como propor alternativas ao seu equacionamento, sem caráter de exclusividade.

Solicito à Secretaria que faça adentrar os senhores expositores para tomarem assento à Mesa. (Pausa)

Antes de passar a palavra aos expositores, passo a palavra pela ordem ao Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, longe de mim fazer qualquer tipo de restrição ou qualquer coisa que valha em relação as exposições. Apenas, como Relator, vou dizer uma coisa que me preocupa e que eu gostaria que tanto quanto fosse possível nós pudéssemos explorar isso dessa forma. Nós temos aqui hoje a presença de acadêmicos, alguns dos quais já estiveram presentes em outras Comissões. Eu, por exemplo tenho aqui tudo que foi dito na Comissão de Infra-estrutura por três acadêmicos que estão aqui e que deixaram a sua função muito clara. O que eu penso que seria uma hipótese sem, se for mal alguma, ser restritivo é, por exemplo, se nós pudéssemos – e eu sei que isto pode ser polêmico – nos envolver mais. Quanto à discussão de responsabilidade, eu, por exemplo, que sou uma pessoa tida como da base do Governo, não tenho mais nenhuma dúvida sobre isso. Se nós continuarmos a insistir muito nesse ponto, não vejo muito o que temos a ganhar com isso, porque, para mim, essas coisas já estão suficientemente esclarecidas com relação às responsabilidades.

Então, se fosse possível nós nos orientarmos mais nas coisas de natureza estrutural como, por exemplo, os aspectos positivos e negativos do modelo setorial estabelecido, melhorias e aperfeiçoamentos necessários em relação ao Projeto de Lei nº 2.905, como contraponto a essa crise ou para evitar problemas futuros, ou, de outro lado, ações de curto ou médio prazo que poderiam ser implementadas. Por exemplo: participação do segmento industrial na redução do consumo – isto é uma coisa que, neste momento, muito nos interessa; medidas de compensação ou mitigação dos impactos sociais; ajustes do quadro legal e regulamentar do modelo para viabilizar medidas de impacto no aumento da oferta ou na redução de crise; mecanismos de incentivos ou recursos para a viabilização de alternativas de soluções para a crise. Enfim, seria uma coisa de natureza que sem deixar de, absolutamente, – como eu falei, inclusive analisando aspectos estruturais – entrarmos, possamos, eventualmente, sermos um pouco mais propositivos de tal forma que se dê a esta Comissão condições de, rapidamente, – e antes do seu Relatório final como foi o objetivo proposto aqui – mandar sugestões para a Câmara setorial.

Sobre isso, quero dizer que é apenas uma sugestão que faço e ninguém está absolutamente – é evidente – obrigado, mas, como Relator, acho que, talvez, seja importante, para que possamos, antes do Relatório final, se for possível, discutirmos no âmbito desta Comissão proposições já à Câmara de Gestão.

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Luciano Zica

O SR. LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero dizer que as preocupações do Sr. Relator, o nobre Paulo Souto, têm procedência no sentido de que devemos buscar concluir aproveitando o conhecimento dos nossos acadêmicos para produzirmos concretas propostas de solução de como sairmos da crise. No entanto, eu quero desfazer uma dúvida que fica para mim da fala do nobre Senador Paulo Souto no que diz respeito ao debate que pode parecer ideológico, pode, muitas vezes, parecer a repetição de argumentos: o meu sentimento é de que, para que possamos apresentar propostas concretas, muitas vezes, mesmo que não gostemos de ouvir, é necessário entender determinadas ações tomadas pelo Governo que deram origem a esta situação.

Pode parecer cansativo repeti-las, mas creio que a contribuição que os Srs. Expositores têm a oferecer é muito importante e, muitas vezes, para serem bem compreendidas, é necessário que estejam ligadas à razão e à origem. Não basta apresentar uma solução teórica ou uma proposta desvinculada de um ato que pode ter sido positivo ou negativo. Nem quero afirmar que todos os atos tenham sido negativos, mas, muitas vezes, é necessário se pegar a raiz do problema e desenvolvê-la para que possamos tirar uma conclusão. Por isso, eu não gostaria que a Comissão – e sei que não é o espírito da colocação do nobre Senador Paulo Souto – cerceasse a exposição dos nossos acadêmicos.

Então, é importante a contribuição no sentido de destacar a preocupação com as conclusões que devemos tirar dessa série de debates que, tenho certeza, irá ainda muito longe.

Esta Comissão tem muito trabalho pela frente e eu, inclusive, quero enfatizar ao nosso Presidente a preocupação que tenho com o recesso parlamentar. Não gostaria que a nossa Comissão tivesse o tratamento que tem tido o Conselho Nacional de Política Energética, que não tem se reunido – aliás, se reuniu, até agora, três vezes – no auge da crise, quando ele deveria estar em assembléia permanente. Que nós, talvez, revêssemos a possibilidade de trabalharmos durante o recesso, estabelecer uma rotina de trabalho para esta Comissão para que nós não perdêssemos o pé desse debate fundamental.

Então, é nesse sentido que eu quero enfatizar – entendi o espírito da colocação do Senador Paulo Souto – a importância da liberdade plena de manifestação dos nossos expositores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Obrigado, Sr. Presidente. Sigo um pouco na linha do companheiro Zica. Inclusive, já assisti a diversas exposições de especialistas nessa área e não teria dificuldade de ir direto para uma parte mais conclusiva, de sugestões; uma parte, digamos, mais prospectiva. No entanto, queria colocar uma ou duas questões que tem surgido com muita intensidade. Caso se caminhe para essa linha de abordagem de tópicos que seriam relevantes para a produção de um relatório, que se pudesse abordar esse problema da multa de que haveria uma pretensa dívida, a chamada Cláusula do Anexo 5, que me pareceu esta. Quer dizer, a partir do racionamento de 20% isso

seria gerado, e o Governo estabeleceu um racionamento de 20%. Por que não, de 19,9% etc.?

E não me parece que estejamos abordando a questão da medida provisória; a medida provisória existe, e se o Congresso quisesse efetivamente influenciar, deveria instalar a Comissão da Medida Provisória, fazer emendas, votar a medida provisória, inclusive, com essa mudança, se coubesse. Então, eu adendaria, quer dizer, sem prejuízo da colocação do Zica, que acho importante, até porque essa reunião é transmitida pela TV Senado. E quem a assiste precisa conhecer, também, o ponto de vista geral dos expositores. Talvez, eles pudessem colocá-lo, mesmo que resumidamente, para não perder espírito que o Deputado Luciano Zica colocou. Mas, se a idéia se encaminhar com maior rapidez para uma parte mais objetiva de proposições, então, eu colocaria quais seriam as proposições que caberiam, já, nessa medida provisória, como emenda, como modificação.

Quem sabe, se esta Comissão, aqui, não pudesse gerar como subproduto, também, a imediata instalação da Comissão Mista que, pelo que me consta, ainda não foi feita, para que pudesse analisar e decidir sobre um projeto de conversão dessa medida provisória, incorporando sugestões práticas, objetivas dos expositores e desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigada, Deputado Virgílio Guimarães.

Passo a palavra, de imediato, ao Professor Luís Pinguelli Rosa, para que faça a sua exposição por um prazo de 20 minutos.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Vou tentar fazer uma exposição muito ampla sobre a questão de energia elétrica e não apenas da crise. O Brasil tem que expandi-la e não há como escapar. Esses são números expressivos que dão 96/2006. Estamos no meio do caminho, não há opção de não expandir. Existem possibilidades que estão apontadas, aqui. De modo geral, a questão da interligação tem que ser reforçada, bem como a necessidade de utilizar além de hidroeletricidade, outras formas de energia. Aqui é uma questão importante, para entender o funcionamento do uso de energia elétrica. Quando se usa hidroeletricidade na geração, temos sempre a possibilidade de usar, no presente, mais ou menos a água, e se a usamos exageradamente e no futuro não ocorrerem chuvas intensas, as chuvas são escassas, temos déficit; se guardamos a água, nos preparamos para a seca, mas, se guardamos água demais, e há muita chuva, há um desperdício. O equilíbrio entre essas duas situações – guardar e usar a água – é o objeto

do planejamento. Então, a hidroeletricidade exige esse cuidado. Caímos nesta “perna” aqui: usamos a água, houve o período seco, e entramos em déficit. Esse foi um erro, claro. Devemos pensar em evitar isso, e isso não é trivial.

Aqui mostra um assunto...

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – Caímos em dois erros. Em 1997, jogou-se água fora.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Não, não caímos nesse erro em 1997, não. Só o fizemos agora.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – E jogar água fora.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Jogar água fora, existe sempre a possibilidade. Quando você se prepara para a seca, se não vem a seca, você tem água. Mas há modos inteligentes de se resolver isso, com o uso do gás natural, fazendo complementação térmica.

Esta é uma curva do Ildo, a que está aqui referida. Isso mostra a evolução dos reservatórios, e podemos constatar que caímos, realmente, no problema de diminuição do volume do reservatório, chegando a níveis muito baixos. Esse é o problema em que estamos.

Então, a disponibilidade de energia guardada da foi diminuindo, e não conseguimos fazer aquilo que apontei na primeira transparência, que é usar a água. Esta aqui é a variação do Rio Grande ao longo do tempo. A técnica correta é guardar a água, quando ela é abundante, para o período de escassez. Em vários momentos, houve escassez, ao longo do tempo, e sempre se procurou fazer o bom uso da água, guardando-a para o futuro.

Mostramos essa figura que, se for bem feito o planejamento do sistema hidrelétrico, enfrentamos a seca. Esse é um problema fundamental para o futuro; com os reservatórios muito vazios, temos um tempo muito grande para recompô-los.

Outra questão é restabelecer o nível do investimento, que caiu bastante. Esse gráfico mostra, ao longo da década de 90, a variação do investimento do setor elétrico, o que demonstra que os patamares ficaram cada vez mais baixos, recuperando-se um pouco já no final da década. Mas foram muito menores do que o que era necessário.

O resultado disso foi o afastamento entre a demanda e a oferta: uma crescendo muito mais do que a outra. Essa curva mostra isto: a curva do consumo crescendo muito mais e divergindo em relação à dis-

ponibilidade de energia elétrica, ao longo da década de 90, já tendo origem na década de 80 esse crescimento maior do consumo em relação à oferta. Esse é um problema que deve ser equacionado para acompanhar uma à outra.

Entendemos – aí vem já a questão que creio ser substantiva – que a causa da falta de investimento foi o modelo de privatização. Isso está em discussão, e entendemos que esse modelo tem que ser corrigido. Já está vamos preocupados com essa questão há muito tempo. Logo após a eleição do Governo atual, no primeiro mandato, com o próprio Vice-Presidente da República, entregamos um relatório que alertava para a necessidade de que, na privatização, o capital privado – estrangeiro ou nacional – fosse atraído para a construção de usinas novas e não para a venda de ativos existentes. Era essa a nossa idéia, e creio que ela permanece válida.

O nosso problema, hoje, no Brasil, é como atrair o investimento para a expansão do setor. Existem várias questões. Uma questão fundamental, que já está equacionada, pelo que entendemos, é permitir o investimento das estatais elétricas. Elas têm uma capacidade de investimento. O Presidente da Eletrobrás, Firmino Sampaio, ao transmitir o cargo, fez exatamente a crítica de não ter sido autorizado a investir recursos substanciais, de alguns bilhões de dólares possíveis.

Outra coisa fundamental é a responsabilidade das companhias distribuidoras de energia elétrica; elas são co-responsáveis. Aí vem o problema da medida provisória, Sr. Senadores e Srs. Deputados, porque a medida provisória está colocando nos itens 14, 15 e 28, especificamente, a possibilidade de parte da receita adicional oriunda do aumento de tarifa para parcela dos consumidores que não atingirem as metas serem destinadas às companhias elétricas distribuidoras concessionárias.

Achamos que no momento em que toda a sociedade paga o preço da crise não é correto ressarcir empresas concessionárias, porque têm uma geração muito abaixo do limite delas. E aqueles dados que mostramos evidenciam que há cinco, quatro anos, essa crise se anunciava, seja pelo esvaziamento dos reservatórios, seja pelo afastamento entre consumo e oferta. E achamos que as companhias elétricas que vendem energia são co-responsáveis pelo cumprimento de contrato de concessão, ainda que não sejam geradoras.

Então, elas podem aumentar a sua geração própria. Ainda que os contratos de concessão não te-

tenham sido feitos de modo a obrigá-las, elas poderiam articular criação de geradores independentes que mitigassem a situação em que ficamos. Essa questão da responsabilização das concessionárias de distribuição aconteceu na Califórnia. Não podemos esquecer o contrato de concessão, porque ele cria a obrigação de a companhia fornecer a energia garantida e não interruptível. O termo é “energia garantida por tempo indeterminado”, ou seja, por todo o tempo da concessão, o consumidor tem o direito à energia. Ele não paga só pela energia presente, paga pela energia presente e futura. Não tem sentido pagar um preço tão alto como pagamos pela energia se não fosse também para garantir a sua continuidade. Então, perante o consumidor, seja industrial, seja comercial, seja residencial, seja qual for, houve uma falha da companhia que fornece energia elétrica.

Essas companhias, entretanto, na medida provisória estão sendo poupadas, e acho que é um erro grave. As tarifas no Brasil subiram muito. Aqui a tarifa ao consumidor é a tarifa média, mais grave ainda que a média é a residencial. A tarifa média subiu muito ao longo da década de 90. A residencial, se pegarmos algumas comparações, vamos ver que ela, no caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, atinge um valor muito maior do que em cidades muito desenvolvidas. Isso está em dólar por megawatts-hora, não quilowatts-hora. E aqui vemos que já pagamos aqui na faixa de 100 dólares por megawatt-hora, muito mais que Paris e várias cidades americanas, abaixo, aqui, está o caso dessa lista de Nova Iorque e São Francisco, as cidades mais ricas do mundo. Então, já temos uma tarifa alta, para parte dos consumidores altíssima, e acreditamos que é preciso neste instante verificar cuidadosamente o papel dessas distribuidoras de energia elétrica no Brasil.

Voltando ao problema da solução da crise, gostaria de dizer que acreditamos que no Brasil existe a necessidade de se rever a política atual que concentrou muito no uso do gás natural apenas para expandir a geração. Essa lista mostra que existem muitos aproveitamentos de energia elétrica de base hídrica mais baratos. A potência discriminada, alguns deles já estão em andamento, como Itá e Machadinho. A maioria deles não está ainda sendo feita, mas mostramos apenas que esse custo de energia aqui previsto está abaixo dos 40 dólares por megawatt-hora previsto para o gás natural, tendo em vista que ele é pago à Bolívia, mesmo com a absorção da variação cambial pela Petrobras, como está agora apontado. Furnas vende energia hoje acerca de 20 dólares por mega-

watt-hora. O gás natural vai sair a 40. Então, aqui vem a questão fundamental. Temos que arrumar um jeito de sair da crise, garantindo uma energia barata. Discordo, absolutamente, da afirmativa de que a energia do Brasil terá que ser cara. Temos uma vantagem ainda de termos energia hidroelétrica e energia barata, gerada por essas estatais como Furnas, Cemig, Copel, como ainda por parte da Cesp e da Chesf.

Creio que deveríamos criar um modelo misto de participação privada e estatal para dar um **mix** de energia tolerável para o desenvolvimento, para a população e, enfim, para dar condições à população de receber energia elétrica.

Portanto, é fundamental tomarmos medidas para termos um modelo em que seja mantida a geração elétrica barata feita por essas empresas, o que implica não privatizá-las do modo antes previsto. Se é possível elaborar um novo modelo de privatização que seja capaz de manter as empresas com uma energia barata, essa é uma questão a ser discutida, mas a pura e simples venda do controle da empresa calará o preço da energia gerada por elas para próximo do valor da geração a gás natural, a qual está prevista em US\$40 megawatts/hora.

Isso é possível se feito, certamente. Não significa a volta ao modelo anterior; significa apenas que teríamos que fazer um esforço para que a energia elétrica, no Brasil, fosse expandida, usando-se recursos hídricos, mantendo-se a energia barata das usinas existentes e proporcionando, fatalmente, a entrada do gás natural. Não há como não entrar o gás natural, até porque, no momento, ele está sobrando.

Entendemos também que a necessidade de se acelerar as usinas termoelétricas, previstas pelo Ministro Rodolpho Tourinho, 49, seria a maneira mais rápida de a rede ter um reforço de geração elétrica, já que qualquer outra obra terá um tempo maior.

Temos que separar as soluções de médio, curto e de longo prazos.

No curto prazo, o enfrentamento da crise, há um aspecto que vejo deficiente: é a possibilidade do uso imediato do gás natural para as empresas gerarem energia. É possível fazer co-geração ou geração distribuída? Há projetos de prazo muito curto, inferior a seis meses, que podem colocar a geração nas empresas diretamente. Para isso é necessário uma política; para isso é necessário que a companhia elétrica concessionária seja também participante desse esforço. Por quê? De um lado, é preciso ter o **backup** para, quando o equipamento entrar em manutenção, haver a cobertura da rede para a venda de energia a

um preço tolerável. Não pode ser um preço do mercado atacadista em cima da companhia, porque ela poderá não suportá-lo. Ou seja, sou um investidor privado, sou um empresário. Compro o meu equipamento de geração, como o Sistema Globo, por exemplo, fez.

Ontem mesmo tivemos uma reunião com a Direção da **TV Globo** e do Sistema Globo como um todo, em que apresentaram e resolveram o seu problema. Mas a maioria das empresas teme fazer isso, porque elas poderão necessitar da energia da rede e perder o contrato de garantia de fornecimento. Segundo, o ideal para isso é que o excedente dessas gerações distribuídas seja vendido para a rede. Por isso, deve ser feito de comum acordo com a companhia elétrica bem definida.

Essa é maneira mais rápida de se usar o gás natural que está sobrando. Como todos sabem, metade do gás natural do Gasoduto Brasil/Bolívia ainda não é utilizado, fora grande parte do que é queimado nas plataformas de petróleo ou reinjetado nos poços.

Essa é uma atitude imediata. Falta uma política para isso. Novamente, creio que as companhias elétricas concessionárias têm um papel que não estão assumindo, o de promover a geração distribuída; e o Governo tem o papel de organizar isso, criar as condições, pois grande parte dos equipamentos têm que ser importados. Tem que haver uma política para isso.

A médio prazo, sem dúvida nenhuma, entendemos que a conclusão das termoelétricas previstas é essencial. Foi um mérito do Ministro Rodolpho Tourinho Neto ter vindo a público declarar que era preciso fazer as termoelétricas, porque, pela lógica da privatização, caberia ao mercado essa decisão. Então, quando o Ministro veio a público com o plano de termoelétricas, estava apontando que o modelo embutido na privatização de deixar o mercado à expansão do setor não funcionava.

Entretanto, mesmo com as vantagens oferecidas, houve a dificuldade com o preço do gás natural e a expectativa de o investidor privado estrangeiro ter um retorno muito alto. A taxa de retorno de geração elétrica não pode ser muito alta. O gás natural utiliza muito combustível e o combustível tem um preço variável, o que já encarece o gás natural, tornando a geração de energia com gás natural cara no Brasil. Pressiona a balança de pagamento porque importamos o gás natural e, se não houver uma política industrial, importaremos todos os equipamentos. Desse modo, faz-se necessário reformular a visão de deixar a energia elétrica depender do mercado.

A médio prazo deverão entrar muitas outras fontes. O bagaço de cana é desperdiçado nas usinas de álcool brasileiras, sendo necessária uma política para que as companhias elétricas utilizem a energia térmica do bagaço de cana que pode ser muito melhor usada para a geração elétrica vendida à rede e não apenas para autoprodução.

Há um desperdício imenso de energia no lixo urbano. O lixo urbano é um problema que, em parte, pode ser resolvido usando-o para geração elétrica. Hoje, os custos de produção da energia eólica caem e existem indícios de que um programa de energia eólica pode ser implementado entre o curto e o médio prazo.

A longo prazo, devemos voltar a cogitar a hidroeletricidade. Temos um potencial muito maior que usamos, mas, uma vez feito, embora tenha problemas ambientais como todas as demais, não se paga mais o combustível uma vez que água sempre existirá, desde que seja bem planejado.

Não concordo com o argumento de que a hidroelétrica é um problema. Não. Do ponto de vista técnico, a hidroelétrica é uma solução. O planejamento é perfeitamente possível, como demonstrei antes, fazendo o uso do excesso de água no período úmido e guardando para os períodos secos.

Hoje, com o gás natural combinado com as termoeletricas, podemos fazer também a complementação térmica. Por exemplo, a usina de Belo Monte, que se cogita construir na Amazônia, pode ser feita com o mínimo de impacto ambiental se não se fizer um reservatório grande, como é da tradição do nosso sistema, porque se pode usar o gás natural para complementar a energia quando variar o fluxo. Contudo, para isso, o contrato de gás natural tem que ser mudado, pois a política energética está toda errada.

A política do gás natural tem de ser interruptível para que se tenha a possibilidade de usá-lo quando necessário, ou seja, quando não se dispuser de reservas hídricas. Na atual visão de contratos **take or pay**, uma vez comprado o gás natural, tem-se que manter a utilização permanente dele, como se fosse uma usina de base. No primeiro momento, isso não é problema porque, como estamos com problema de energia, toda energia adicional será usada. Entretanto, a longo prazo, a situação não poderá permanecer assim. O uso do gás natural tem de ser flexível.

Finalizarei a exposição, colocando com clareza a questão da Medida Provisória do Racionamento. É intolerável que o consumidor residencial seja ameaçado de corte. Não é possível cortar energia elétrica

de uma família por dias. Isso é uma violência que tem que ser corrigida, mesmo que não seja para ser usada. Não tenho o direito de ameaçar uma pessoa de morte e, depois, pedir-lhe desculpas dizendo que não ia matá-la. Não pode o Governo ameaçar uma família de cortar sua energia, jamais.

Quanto à questão do aumento da tarifa, embutida na medida provisória, não concordo com ressarcimento para as companhias concessionárias. Elas são co-responsáveis pela crise e de vem pagar, como todo o setor produtivo e toda a população, um preço por isso. Então, é preciso corrigir.

Tive duas longas conversas com o jurista Fábio Konder Comparato, que disse considerar os artigos 14, 15 e 28 da Medida Provisória do Racionamento completamente errados, segundo ele inconstitucionais. Não debatierei o mérito da questão, pois não é minha área, mas esses artigos possibilitam que sejam ressarcidas as companhias concessionárias. Isso é uma política de agente funerário, que fica contente quando há um grande desastre, porque os seus negócios mudam. A companhia elétrica não pode ganhar dinheiro com a catástrofe da crise. Portanto, creio que esses itens devem ser mudados.

Na minha opinião, é preciso, primeiramente, mudar o modelo do setor elétrico. Não se trata de eliminar a participação privada. Nos Estados Unidos, há uma imensa participação privada e uma capacidade instalada de geração elétrica pública maior do que o total do Brasil, sendo que toda a hidroeletricidade americana é, praticamente, geração pública. Deveríamos dizer isso com coragem. No Brasil, há geração elétrica, hidroelétrica, e a geração barata existente deve continuar pública. A energia privada deve servir para ampliar a geração, em especial utilizando combustíveis e não água. A água deve manter-se pública.

Em segundo lugar, é necessário tomar medidas de médio e longo prazo para entrarem várias fontes de energia. No curto prazo, deve-se usar o gás natural excedente de várias maneiras, inclusive estimulando a geração distribuída, a co-geração, que também se alia à conservação de energia, na própria empresa ou até mesmo em **shopping centers**, grandes hotéis, grandes hospitais, e não apenas na indústria.

Finalmente, deve-se mudar a medida provisória, que não pode ser agressiva com relação ao consumidor nem proteger o interesse de empresas elétricas gigantescas, hoje controladas, em grande parte, por grupos mundiais, enquanto toda a sociedade brasileira paga o preço pela crise.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Pinguelli.

Concedo a palavra ao segundo expositor, Dr. Adilson de Oliveira, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para fazer a sua exposição. Dr. Adilson, V. S^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, muito obrigado. Bom dia a todos.

Primeiramente, agradeço o convite para estar presente a esta reunião e apresentar as minhas idéias e sugestões sobre o tema.

Tentarei pautar-me pela proposta do Relator de atacar os pontos de como sair um pouco da crise, visto que, a grosso modo, concordo com o que já foi dito – acredito que todos concordamos –: o grande problema justifica-se porque, na época correta, não houve os investimentos necessários, como deveria ter ocorrido. Certamente, não houve falta de planejamento, porque o plano decenal propunha a necessidade desses investimentos, e o plano emergencial de térmicas foi elaborado para resolver esse problema. Portanto, não foi um problema de planejamento. Como bem expôs o Professor Pinguelli, foi um problema de incapacidade de transformar o planejamento em realidade, ou seja, falta de investimentos, na época correta, como deveria ter ocorrido.

Desenvolverei o tema quanto aos fatores que explicam esse fenômeno. Diante da necessidade objetiva de fortes investimentos para responder às necessidades de expansão do consumo no Brasil, diante de um planejamento que já indicava isso, quais as razões e os elementos que levaram a essa situação absurda, já que todos reconheceram ser necessário esse investimento? O próprio Ministério de Minas e Energia apontou ser fundamental a criação de um programa emergencial de térmicas, e o Presidente da República anunciou que um programa emergencial de térmicas estava sendo elaborado, para evitar o racionamento em 2001. Surpreendentemente, numa marcha da insensatez, foi tomada uma série de decisões, e chegamos a essa crise absurda; eu diria até, sendo talvez indelicado, que é irresponsável essa situação.

Esse é o tema que me preocupa neste momento. O que nos levou a essa situação absurda? Basicamente, vincula-se a três elementos. Alguns elementos são ditados pela estrutura do Governo e pela forma como decide e conduz a sua política.

O segundo elemento está vinculado à própria estrutura realizada para o modelo de reorganização do setor elétrico. Devo dizer, inicialmente, que não

sousaudosista, ou seja, não vivo no passado o futuro. Para mim, o futuro é diferente do passado, é novo. O mundo está mudando, o Brasil mudou, assim como a estrutura econômica, as condições tecnológicas, enfim tudo. Então, é preciso construir um futuro novo, distinto do passado. É preciso deixar isso claro.

Apesar de ter minha ideologia, obviamente, como professor e como técnico, não misturo as questões ideológicas com as técnicas. Então, pautar-me-ei apenas pela minha posição técnica com relação ao problema.

As regras e a estrutura realizada no mercado foram inadequadas. Há um elemento fundamental que foi mal compreendido por todos que vieram de fora para propor coisas ao Brasil: o fato de que este País tem uma estrutura, como bem apresentou o professor Luís Pinguelli Rosa, de suprimento elétrico muito diferente da que ocorre em outras regiões do mundo.

O Brasil é um país de base hidroelétrica, que se caracteriza pelo fato de seus custos serem crescentes – e não decrescentes – quando se introduz uma tecnologia nova com as termo. Isso acarreta um profundo impacto do ponto de vista do papel do Governo nesse setor. É fundamental a presença do Governo no setor elétrico. A discussão não é essa, mas qual o papel do Governo no setor.

Existem alguns problemas no Governo, porque, na verdade, a sua política tem objetivos contraditórios no que tange ao que ocorre nesse setor. Basicamente, o Governo adota certas políticas macroeconômicas ditadas pelo objetivo de buscar o ajuste fiscal e cumprir uma meta inflacionária fixada pelo Banco Central. Isso está evidentemente na alçada do Ministério da Fazenda. Por outro lado, há outro conjunto de decisões afetas ao Ministério de Minas e Energia, cuja responsabilidade fundamental é garantir o suprimento, a longo prazo, de energia elétrica no País. A expansão do sistema, portanto, tem como responsável o mencionado Ministério.

Na minha perspectiva, evidentemente, a expansão do sistema é essencial para o crescimento econômico do País. Então, deveria ser o elemento central da política elétrica e não o secundário. Mas, infelizmente, o Governo pautou sua política de forma inversa, ou seja, deu mais ênfase à questão do ajuste fiscal e do combate à inflação do que à expansão do sistema. Foi o erro básico na condução desse elemento.

Há provas do que estou dizendo. Primeiramente, o objetivo do ajuste fiscal e do cumprimento das metas inflacionárias sobrepôs-se à expansão, o que advém do fato de que o Governo se preocupou muito

mais em privatizar as empresas do que organizar o mercado para a expansão. Desse modo, sua ação destinou-se muito mais a gerar recursos para o Tesouro a fim de atender ao seu programa de ajuste fiscal do que em necessariamente considerar o que, na minha opinião, era o fator essencial do setor elétrico: a expansão.

Além disso, o Governo pressionou – e a Aneel, de certa forma, submeteu-se a isso – o agente regulador a que não aumentasse tarifas, procurando mantê-las não adequadas ao momento em que vivemos. O Governo, então, preocupado em não prever as tarifas como elemento de pressão inflacionária, procurou contê-las, fato que também gerou, como demonstrei em seguida, para os investidores, uma incerteza acerca do papel exato da Aneel nesse novo sistema.

Foram duas as conseqüências desses dois procedimentos. Pelo fato de haver uma ênfase na privatização, o Governo paralisou os investimentos das estatais, o que, evidentemente, como disse o professor Pinguelli, foi um equívoco primário. Não seria possível, de modo algum, paralisar os investimentos das empresas que ainda existiam, porque ele não teve capacidade de privatizá-las – e, a meu ver, pelo menos as geradoras hidroelétricas não deveriam mesmo ter sido privatizadas.

Em segundo lugar, com esse mecanismo de incerteza com relação ao regime tarifário e com o fato de não privatizar – embora tenha prometido fazê-lo –, o Governo acabou criando um clima antiinvestimento. Os investidores pensavam que, se ele privatizaria, melhor seria comprar o que já estava pronto. E, se não se permitiriam aumentos tarifários, também não se criaria algo novo, certo? Então, todo esse clima criou uma parada nos investimentos privados, que acho que foi um elemento importante na educação das regras. O Governo criou dois elementos que, claramente, contrariam os interesses da expansão, ou seja, promoveu investimento privado. Primeiro, a Aneel criou um valor normativo, um teto para o preço da energia elétrica nos contratos entre geradores e distribuidores, que, evidentemente, é um elemento antimercado, antiinvestidor.

Segundo, foi criado um mecanismo de formação de preço do mercado atacadista, que é operado por modelos matemáticos, modelos algorítmicos, que, hoje está provado pelos números que saem dos algoritmos, são números absolutamente estapafúrdios. Estávamos na iminência de um racionamento e estava-se dizendo que o preço no mercado atacadista estava na faixa dos R\$60 por MW/h. Então, essemos de

los não têm nenhum sentido, são totalmente sem lógica. São R\$600 agora; mas em janeiro, R\$60.

O SR. (debatedor não identificado, nome não declinado) – Quando os reservatórios não estavam vazios, eram R\$60.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Em janeiro. E R\$684 não é modelo que estamos dando; quem está fixando é a Câmara de Gestão. Não sai do modelo; é um número fixado pela Câmara de Gestão.

Então, fica claro que, diante do teto de preço, por um lado, e da desconfiança com relação ao preço que sai de um modelo que todo o mundo desconhece, é claro que o investidor privado não vai investir nesse setor, está claro?

Por outro lado, o modelo criou dificuldades para as distribuidoras. O modelo criou dificuldade para a distribuidora poder comprar energia. Por quê? Fixou contratos iniciais com preços que até eram relativamente remunerativos antes da desvalorização, porque esses contratos foram assinados em 1998. Mas, depois da desvalorização, claramente há diferença entre o preço da energia nova e o preço da energia velha, dos contratos iniciais, que criou uma distância de tal magnitude que dificulta para a distribuidora comprar energia nova. Algum consumidor livre que quer comprar energia, quando a distribuidora vende para ele a R\$40, R\$45 o MW/h, como disse o professor Luís Pinguelli Rosa, ou seja, mais ou menos US\$20, e vem um produtor independente oferecer para ele a R\$60, R\$70, R\$80 – os mais bonzinhos, R\$70, os mais mauzinhos, a R\$80! O consumidor, evidentemente, continua na concessionária. A concessionária também não está interessada em contratar, porque esse cliente amanhã pode sair dela. Então, há um impasse; ninguém tem interesse em contratar energia nova.

Segundo, criou-se um conceito diferente. Tradicionalmente, o setor elétrico tinha um conceito, que era o conceito de energia firme, que era quantidade de energia que se pode garantir em condições hidrológicas críticas, que é mais ou menos o que estamos vivendo hoje. Não estamos em regime crítico ainda; surpreendentemente, o regime não é crítico, estamos num regime de baixa pluviosimetria, mas não é o período crítico, pelo menos não está caracterizado aqui o período crítico. Escriu-se um conceito chamado energia assegurada, que permitiu às concessionárias assinarem contratos com base numa energia que, hoje se verifica, não existe. Ou seja, elas assinaram contratos com os distribuidores. Os distribuidores estão contratados; portanto, do ponto de vista de contrato,

estão preparados para atender ao mercado. Porém, quem criou o conceito de energia assegurada permitiu-lhes contra-atarem uma energia que não existe. Hoje está claro que essas energias asseguradas foram superestimadas. Esse é um outro problema que criou uma dificuldade que hoje estamos vivendo.

Então, criaram-se regras inadequadas com conceitos inadequados. Além disso, o terceiro elemento, como disse, é o fato de os nossos custos serem crescentes. No resto do mundo, onde se fez privatização com relativo sucesso, sucesso do ponto de vista da expansão do sistema, como foi o caso da Inglaterra, da Argentina, onde houve expansão, isso advém do fato de que os custos das centrais existentes, o custo de produção, era superior ao custo das usinas novas que entravam no sistema. As centrais eram térmicas – eram centrais que usavam carvão, no caso da Inglaterra; boa parte do parque argentino era um parque térmico muito ultrapassado, extremamente ineficiente. As térmicas novas, térmicas a gás, são muito eficientes, com custos marginais inferiores, com custos incrementais inferiores. Então, é claro que há todo o interesse em construir e expandir. O caso brasileiro é inverso. O caso brasileiro é de custos menores dos entrantes. Então, os entrantes não conseguem conquistar mercado; não há incentivo para expansão. O nosso caso não poderia ser tratado da forma como foi tratado, imaginando-se que necessariamente o mercado viria a produzir a expansão. O mercado não produz a expansão (teoria econômica) em condições de custos crescentes. É preciso criar uma nova forma de organizar o mercado para conseguir isso. Esse é um elemento essencial, que foi mal compreendido, no caso brasileiro.

Bem, finalizo minha análise do passado e faço a rei do futuro, que acredito que foi a proposta feita. Mas isso foi importante a fim de explicar porque considero fundamental falar de minhas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – E V. S^a ainda dispõe de sete minutos.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Vou utilizar um pouco mais, talvez doze. O primeiro elemento diz respeito às propostas. Penso que devemos encaminhar propostas em duas direções. As de curto prazo e as de médio e longo prazos. No curto prazo, não vejo outra solução senão administrar a crise. Ou seja, nos próximos seis, oito meses podemos fazer muito pouco. É claro que se deve procurar agilizar as térmicas em andamento, a co-geração, concordo plenamente com o Dr. Pinguelli, que está correto. Tudo que puder ser feito a curto prazo a fim de expandir a oferta é po-

sitivo. Porém, evidentemente, por mais que se faça, não será suficiente para responder ao problema da redução do consumo. Ou seja, os reservatórios alcançaram um patamar em que terão de ser recuperado, o que levará dois ou três anos, e, portanto, precisamos expandir rapidamente a oferta. E isso não se faz em seis meses.

No médio prazo, penso que é necessário redefinir o modelo, pois da forma como está estruturado não incentiva a expansão. E o principal problema no Brasil é incentivar a expansão, que constitui o melhor mecanismo para reduzir os custos de abastecimento e, assim, voltarmos – conforme colocou corretamente o Professor Luís Pinguelli Rosa – à principal vantagem que o Brasil sempre teve, nesses últimos 50 anos, que era o suprimento elétrico a baixo custo. Passamos de uma situação de vantagem comparativa a uma de desvantagem comparativa. Atualmente, nosso sistema elétrico está se tornando mais um elemento do custo Brasil. Para voltar àquela situação, é fundamental a expansão. Só a expansão garante que voltaremos a ter custos mais baixos. Assim, é preciso criar regras que incentivem a expansão.

No curto prazo, o que fazer? Creio que temos três elementos que devem ser levados em conta. O Governo está equivocado ao imaginar que o mercado vai administrar o racionamento. O mercado não administra racionamento. Racionamento se administra por coordenação centralizada de um elemento que pensa o racionamento do ponto de vista de uma perspectiva maior do que o do agente privado. Da perspectiva do País. E isso é papel do Governo. O Governo tem de ter papel de coordenação nesse processo. Isso significa que é fundamental que sejam criadas câmaras setoriais com a presença do Governo, a fim de negociar entre as empresas a possibilidade de acomodação de quotas.

Ou seja, dentre os cenários possíveis de redução de consumo, o pior deles é certamente o apagão. O apagão é um desastre, do ponto de vista de solução, porque gera profunda desorganização social e desorganização das cadeias produtivas. Logo, é a pior solução. A solução proposta pelo Governo, de acomodação por meio de sistemas de preços de leilões, é uma solução melhor que o apagão. Mas certamente ainda insuficiente, porque os leilões são mecanismos que só serão operados por alguns poucos agentes que têm capacidade de se organizar em um prazo tão curto para fazer isso. E também os preços propostos assustam. São difíceis. Como colocou a

Deputada Jandira Feghali, R\$684,00 é algo já afasta muitos da possibilidade de participar do leilão.

A administração disso é fundamental. Por exemplo, quem produz o aço tem um consumo de energia elétrica por unidade de valor agregado diferente de quem produz a autopeça, de quem produz o automóvel, de quem finalmente distribui o automóvel à revendedora. Portanto, para que a cadeia produtiva funcione, é necessário que haja metas diferenciadas entre eles. É claro que o Governo não pode tomar todas as cadeias produtivas e, em um mês, analisá-las individualmente. As câmaras setoriais são mecanismos para isso. E a forma de distribuir esse racionamento é fixando eventualmente preços diferenciados para intercâmbio para cadeias produtivas diferenciadas que têm condições diferentes de operação e que são mais importantes. Esse é um papel alienável do Governo, que poderia e deveria imediatamente assumir.

O segundo elemento importante. É claro que se olharmos o aparelho produtivo brasileiro hoje, a concentração da redução do consumo tem de ser feita em cima dos eletrointensivos, pois são os que consomem muita energia agregando pouco valor por quilowatt de hora consumida. Então, é nesse setor que o Governo deve focar a sua atenção e visualizar a melhor maneira de minimizar o sofrimento que teremos necessariamente pelo fato de reduzirmos o consumo. Ainda que todos devamos contribuir, não apenas os eletrointensivos, mas o foco da atenção tem que ser em cima desse setor.

Finalmente, eu penso que é inexorável um aumento tarifário. Como o Professor Pinguelli colocou bem, um aumento tarifário não deve ser orientado para os consumidores residenciais que já estão num patamar de preço muito elevado. Esse aumento tarifário tem que cair em cima da que eles que têm tarifas muito baixas. E sabemos quais são esses setores: são exatamente os setores eletrointensivos, que, aliás, deverão se recomodar, terão que rever a sua estratégia empresarial à luz do fato de que o preço da energia que eles pagam hoje é incompatível no Brasil, pelo menos a curto e médio prazo. Pode até ser que, no longo prazo, possamos voltar a essa situação, se aqueles custos de geração hidroelétrica apontados pelo Professor Pinguelli vierem a se confirmar. Mas, no momento, é impossível termos entrada de energia nova naqueles preços, porque essas centrais terão quatro ou cinco anos para serem construídas. Então, penso que é fundamental um aumento tarifário para o mercado atacadista, para sinalizar claramente a esses industriais que eles têm que rever a sua estraté-

gia empresarial e não podem mais usar a estratégia de utilizar o Brasil como plataforma de geração, de uso de energia elétrica barata, para desenvolver os seus negócios.

Com esses três elementos, cumpro o curto prazo. Vamos pensar agora em médio e longo prazo. No médio e longo prazos, como eu já disse, temos que, primeiro, criar condições favoráveis para o investimento, que é o elemento fundamental, e temos que redefinir o papel entre o Estado e o setor privado. A idéia do Governo – inocente, na minha opinião, e hoje clara para todos, inclusive para quem tem cabeça no Governo, imagino eu – de que o setor elétrico pode ser operado pelo mercado, enquanto o Governo olha de longe, é uma idéia, em particular em um país como o nosso, que desde o início eu considerava de uma inocência brutal, o que é mais visível hoje. Um país com essa diversidade regional, com essa diversidade de situações sociais, é incompatível com um governo que simplesmente regula. O governo tem que ter um papel nesse setor. O problema, então, é qual é esse papel. E, para rever esse papel, é preciso rever o modelo. O modelo tem que ser revisado. Tem que ser colocado o governo nesse modelo.

Com relação a viabilizar investimento, é fundamental reduzir os riscos para os investidores privados. Hoje, os riscos para o investidor privado são muito elevados. Se quisermos atrair capital privado – nós precisamos de capital privado nesse setor –, é preciso reduzir riscos. Que riscos, em particular? O primeiro deles é o risco da desvalorização cambial. É claro que eu considero inaceitável quando o governo simplesmente dolarizar tarifas ou assumir toda a desvalorização cambial; essa seria uma fórmula inadequada de gerir um problema de risco. Agora, eu também penso que é razoável aceitar que o setor privado tem dificuldade de assumir desvalorizações cambiais brutais, como pode estar ocorrendo, na verdade, nesse período que nós estamos vivendo. Com 27% ou 30% de desvalorização, é difícil um setor privado conseguir comprar **hedge**, comprar proteção, para uma desvalorização dessa magnitude. Então, a solução que me parece palatável é o governo dizer o seguinte.

Até 15% de desvalorização, que é um número que estou tirando da algibeira, que poderia ser 10% ou 12%, isso é do investidor privado, ele tem que assumir esse risco. Agora, o que eu garanto é que, se houver uma máxima desvalorização, se as desvalorizações num ano ultrapassarem o patamar de 10% ou 12%, o governo assume, porque eu sei que é impossível comprar proteção para isso se não a um preço

muito elevado, que inviabiliza o investimento. Então, esse é um elemento que poderia ser colocado pelo governo.

O segundo elemento importante, que já foi colocado aqui, é a questão do gás natural. O mercado de gás natural no Brasil não é um mercado concorrencial. Foram feitos contratos, no passado, com preços elevados, o que dificulta a entrada do gás natural na geração elétrica. Na verdade, nós consumimos o gás, inclusive o que está sendo queimado na Bacia de Campos, que deveria estar sendo utilizado. É preciso que esse gás chegue até as termoeletricas no preço do gás natural brasileiro, e não num mix com o gás importado, que é mais caro, o que me leva sempre à dúvida. Um brincadeira que eu faço, desculpe-me o Senador se eu estou exorbitando aqui da minha possibilidade, mas o Brasil está subsidiando a importação de gás da Bolívia, o que é inusitado, subsidiar exportação, eu sabia, mas subsidiar importação, é uma novidade que estamos introduzindo no Brasil.

Segundo, é preciso criar condições de repasse integral. As distribuidoras estão reclamando e alegando que de todos os custos não controlados precisa haver repasse integral. Precisa haver essa solução e não há outro caminho, os custos que a distribuidora não controla precisam ser, necessariamente, repassados.

O elemento para induzir investimento é assumir que sem certos riscos é inaceitável o setor privado e cabe ao Estado assumir. O primeiro deles e o mais importante, na minha opinião – em que há um papel fundamental do Estado – é que a margem de reserva tem que ser do Estado. Por quê? Diferentemente de outros países estabilizados, industriais, que já têm economia estabilizada e crescimento do consumo relativamente pequeno – na Inglaterra o mercado cresce 0,5% ao ano, nos Estados 1,5% ao ano, no melhor dos anos, 1% –; o Brasil pode crescer tanto 5%, como 7% ou 2%. Se for 2% ao ano durante três anos, ou 7% ao ano, durante três anos, ver-se-á a dimensão de necessidade de expansão que tenho. Com 7% ao ano tenho que aumentar 20% o parque gerador, com 60 tenho que construir 12 gigawatts. Se eu fizer 2% ao ano, tenho que aumentar só 7%, tenho que crescer só 4 megawatts. Então, tenho 8 gigawatts de diferença. Que empresa privada vai construir 12 gigawatts para uma eventualidade de crescimento econômico que o Governo disse que vai acontecer, se ela não tem confiança?

Então, só quem pode ter confiança no Brasil – deve ter, nós temos – somos nós brasileiros. Quem

nos representa? O Governo. Cabe ao Governo criar essa margem de reserva e garanti-la, para que, nas situações de flutuação de comportamento de mercado, essa parte de reserva possa ser colocada no mercado na hora adequada.

Outro elemento importante para o Governo: as hidroelétricas, pequenas centrais elétricas de 30, 40 ou 50 megawatts o setor privado talvez esteja disposto a fazer. No caso das grandes hidroelétricas de 100, 200, 300, 500 ou 1.000 megawatts, não há consórcio privado que fará esse tipo de central. Esse é o papel do Governo. O Governo tem que investir nessas centrais. Por quê as hidroelétricas? Porque elas são a forma mais barata, é uma vantagem do Brasil. O Brasil não tem uma desvantagem, tem a vantagem de poder fazer a hidroelétrica, mas o mercado é míope, olha isso por um prazo de cinco a dez anos, e uma hidroelétrica nossa ficará 50 ou 60 anos; algumas existem há mais de 80 anos. Este é o papel do Governo: olhar o mundo além dos 5, 10 ou 15 anos do investidor privado. Nesse papel o Governo tem que entrar. Evidentemente, já falei sobre absorver as desvalorizações acima de 15%.

Chego ao meu elemento fundamental, que é a divisão de papéis. Qual é o papel do Governo? Qual é o papel do setor privado? Vejo no setor público três papéis que ele deve ter: a transmissão e operação do sistema não podem ser privados; devem ser mantidos nas mãos do Governo. Por quê? Porque a transmissão liga o País, conecta o sul com o norte, o nordeste com o sudeste. Quem se preocupa com o País é o Governo, nenhum capital privado faz isso. Cabe ao Governo criar a infraestrutura para que possa chegar energia do nordeste ao sul e do sul ao nordeste nos seus momentos necessários. Isso é papel do Governo e ele não pode abrir mão dele. Aliás, são poucos os países que fizeram isso. Só fizeram isso aqueles que têm todo sistema de transmissão construído e não precisam expandir. É o caso da Inglaterra, onde, na verdade, não há expansão do sistema e não há necessidade de linhas de transmissão. No Brasil, que é um País em crescimento, em desenvolvimento, regiões como o nordeste e o norte, em crescimento, não podem abrir mão desse elemento. Esse é um papel que o Governo deveria manter.

Já disse da gestão da margem de reserva. O desenvolvimento do potencial hidrelétrico é um papel do Governo, ainda que o capital privado possa ter um papel para as centrais pequenas por que ele se interesse. Mas o papel central é do Governo.

Como fica o setor privado nisso? Já está mais ou menos definido. A distribuição está com o setor privado, e não vejo razão para tirarmos, está ótimo. Estão fazendo um trabalho razoável de melhoria da eficiência desses setores.

Outro elemento é a comercialização da energia. Ou seja, colocar a energia até o consumidor final é um elemento que eles podem fazer e negociar. É claro que tenho um improviso, pois considero importante que seja feita algum mecanismo de proteção dos consumidores de baixo consumo. É preciso ter tarifas que permitam aos milhões de brasileiros que não têm uma renda elevada e aos outros que nem têm energia elétrica a universalização do acesso e a energia para quem usa abaixo de 200Kw/h deveria ser vendida a preço baixo. Penso que esse é um elemento que pode ser feito.

Finalmente, o desenvolvimento do parque térmico. No parque térmico, não há razão para o setor estatal entrar. Poderia ser deixado no âmbito privado. Com isso chego aos elementos de revisão do modelo. Um dos equívocos que foram feitos no Brasil em relação ao modelo foi a tentativa de criar um mercado spot a partir de um parque hidrelétrico que, sabemos, tem flutuações de oferta multidiferenciada, que faz com que o curso marginal caia de forma muito rápida.

Poderíamos aproveitar a experiência norueguesa, que teve um caminho paulatino. Quer dizer, foi um caminho progressivo, ou seja, eles primeiro criaram um mercado para a energia secundária do sistema, que é uma energia barata, e nós poderíamos criar um mercado da energia secundária, que é uma energia temporária e, portanto, não pode ser contratada. É energia que só pode ser vendida para dois tipos de consumidores, que são as próprias térmicas para fazer o que o Professor Luís Pinguelli Rosa expôs, na minha opinião, corretamente, só usar combustível quando não existir energia secundária no sistema, porque essa é a energia mais barata que temos. É ela que temos de aproveitar e não fazer como o modelo está sugerindo de criarmos várias térmicas em regime inflexível, usando em regime tercopil (termo sem tradução) o gás e que sendo um PPA na outra ponta e, quando vemos água, vamos jogá-la pelo vertedouro. Quer dizer, nosso principal recurso, o recurso mais barato vamos jogar pelo vertedouro. Ou seja, um equívoco de construção do modelo, na minha opinião.

Esse mercado de acesso para os consumidores. Aqueles que trabalham com o alumínio, que querem energia barata, terão energia barata. É energia secundária, mas é energia não garantida, energia in-

interruptível. Quando faltar, não tem energia. Ele assume o risco de trabalhar com energia interruptível porque sabe gerenciar esse tipo de problema.

Vou parar por aqui, pois esse é o elemento fundamental. Se houver interesse, depois posso falar, pois se trata de um desenvolvimento mais técnico em outras coisas que deveriam ser feitas.

Agradeço, mais uma vez, o convite. Peço desculpas por ter sido, tal vez, um pouco indeciso quando falei da irresponsabilidade, mas estou aqui à disposição para perguntas e questões.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Dr. Adilson de Oliveira.

Concedo a palavra ao Dr. Mauricio Tolmasquim, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. V. S^a dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Obrigado. Eu gostaria de agradecer o convite da Comissão Mista. Vou atender a solicitação do Senador Paulo Souto e centrar mais na questão dos problemas estruturais, das mudanças no modelo. A origem da crise, como já foi dito outras vezes, já está claro. Creio que há um consenso. Sendo assim, atenderei ao pedido do Senador e vou-me concentrar nos problemas.

O primeiro deles é o central diz respeito ao modelo de privatização proposto. Por esse modelo, a geradora, uma vez privatizada, pode optar e se tornar produtora independente ou continuar como concessionária de serviços públicos. O que significa isso? Por esse modelo, a responsabilidade pelo atendimento do mercado passa a ser exclusivamente da distribuidora, porque a distribuidora continua a ser uma concessionária de serviço público. Qual o problema? O produtor independente, ao contrário da concessionária, não tem a mesma responsabilidade em termos da expansão do sistema. A lógica é a seguinte: se tiver demanda para energia, as empresas vão investir, independentemente de haver ou não metas obrigatórias nos contratos de concessão.

Ora, a crise que estamos vivendo hoje mostra quão falacioso é esse raciocínio. Já há algum tempo que é nítido o descompasso entre o crescimento da demanda e o crescimento da oferta, sinalizando, portanto, a necessidade de novos investimentos. Nem por isso, o sinal de mercado foi suficiente para que os investimentos ocorressem.

Uma solução que vem sendo proposta pelo Governo para sanar esse problema seria a inclusão, no edital de privatização, da exigência de um certo percentual de investimento em nova geração pelas em-

presas privatizadas, pelo produtor independente. Eu não tenho certeza se foi incluída essa cláusula no edital de privatização das gerações. Penso que não, mas não tenho certeza. No que diz respeito às outras, foi incluída a cláusula no edital de privatização da Cesp-Tietê e da Cesp-Paranapanema, vendida em 1999 pelo Governo de São Paulo, exigindo um aumento de 15% na oferta de energia nos oito primeiros anos do contrato de concessão. Essa cláusula é nitidamente suficiente se lembrarmos que o contrato tem duração de trinta anos. Então, colocaram 15% durante os primeiros oito anos, mas o contrato tem duração de trinta anos. O edital de privatização da Cesp-Paraná traz uma meta de expansão de energia de 16,5% para os próximos oito anos. Esse valor também é irrisório, visto que o ritmo de crescimento do mercado de energia do Brasil é cerca de 5%, ou seja, ele cresce 48% nos oito anos e estão exigindo 16%.

É importante mencionar que esse sistema de transformar as empresas concessionárias de serviço público em produtoras independentes foi seguido no Reino Unido. Agora, no Reino Unido – país, aliás, no qual a reforma brasileira se inspirou –, a privatização, em 90, foi realmente seguida por uma massiva onda de investimentos novos. Para se ter uma idéia, nos dois primeiros anos, foi-se encomendada uma quantidade de usinas novas, no Reino Unido, suficiente para atender até mesmo à crescente demanda da economia brasileira.

Então, nesse ponto, seria legítimo se perguntar o seguinte: por que, na Grã-Bretanha, houve essa expansão e, no Brasil, não houve essa expansão? Será que o Brasil está fazendo algo errado? É um problema transitório? Então, vamos entender por que a experiência com novos investimentos na Grã-Bretanha foi tão diferente da que ocorreu no Brasil. Por que, na Grã-Bretanha, houve esses investimentos e, no Brasil, as empresas internacionais de geração não estavam e ainda não estão confiando e fazendo os investimentos? Ora, no antigo modelo monopolista da indústria elétrica de propriedade estatal ou privada, a resposta para essa expansão era simples. Existia a necessidade de ampliar a capacidade de geração e, se existia essa necessidade, então, pelo contrato de concessão, obrigavam-se as empresas a fazerem esse investimento, sendo que as empresas tinham garantido um nível razoável de lucratividade. Era assim que funcionava. Ora, num mercado competitivo, seja ele elétrico ou de outro bem qualquer, o critério para o investimento é a lucratividade esperada e a avaliação do risco envolvido. Por exemplo, os acionis-

tas das empresas da França, da Espanha ou dos Estados Unidos, compreensivelmente, não têm razão nenhuma em investir no Brasil para resolver a falta de energia no Brasil, se eles não obtiverem o retorno financeiro desejado. Isso é lógico. Em um mercado livre, ninguém pode ser forçado a investir – esse é o princípio do mercado. É claro que, para a maioria dos produtos normais, a escassez vai ser um ótimo indicador de que pode ser obtido lucro, mas a eletricidade não é um produto normal. Para a maioria dos produtos, os consumidores podem manter estoques que podem ser utilizados para suavizar os períodos de preços altos. Um produto diferente pode frequentemente ser substituído. Um exemplo: se estiver faltando carne bovina, podemos comer peixe. Pode-se utilizar bens importados para atender a produção nacional. No caso da eletricidade, nenhuma dessas condições pode ser utilizada. Além disso, os investimentos em novas plantas, no caso do setor elétrico, são muito altos, e leva-se de três a quatro anos do início do planejamento até a entrada em operação. Elas precisam mais ou menos de uma década para pagar o custo do investimento.

Portanto, o fato de o Brasil estar agora com falta de energia não vai influenciar de maneira nenhuma os potenciais investidores. No momento em que esses investidores conseguirem dar resposta à falta de energia, isso já poderá ter desaparecido. Portanto, a usina que venham a construir pode até dar lucro por um ano ou dois, mas, logo em seguida, terá de ser jogada fora, no mercado, por plantas mais baratas, que podem surgir e fazê-los perder dinheiro.

Se observarmos o exemplo do Reino Unido, dois anos após a privatização fica claro que as empresas que investiram não têm nada a ver com a demanda. Se nada tivesse sido feito em termos de investimento novo no Reino Unido após a privatização, não teria havido problema nenhum, as luzes lá ainda estariam acesas. Não foi a demanda que forçou os investimentos.

O que aconteceu no Reino Unido? Havia dois grupos de empresas que encomendaram plantas. Primeiro, as duas empresas geradoras que foram privatizadas, a National Power e a Power-Gen, e depois um grupo de doze empresas de distribuição que foram privatizadas.

No caso da National Power e da Power-Gen, por que elas investiram? Porque elas constituíam, na época, em um duopólio. Só existiam essas duas empresas e elas tinham o controle sobre o preço do mer-

cado. E podiam também passar os custos para os consumidores finais.

No caso das empresas distribuidoras, a preocupação era o inverso. Como estavam na mão deses oligopólio, tinham como justificativa e como motivador investir na geração própria para justamente poder, até o limite de 15% que lhes eram dado, fugir deses dupólio.

O que havia trás delas? Havia a expectativa de passar todo o risco e aumento de custo que elas tivessem para o consumidor cativo, porque elas os tinham naquele momento.

A lição principal que tiramos do sistema inglês e que é relevante para o caso brasileiro é que a onda de investimentos que ocorreu não foi por necessidade nem por um sinal de mercado. Os investimentos que ocorreram na Inglaterra foram possíveis somente porque houve justamente uma falha de mercado.

Os investimentos ocorreram na Inglaterra devido ao fato de a geração ser suprida por um dupólio e pelos consumidores cativos bancarem os riscos do investimento. Não foi, portanto, o mercado que resolveu o problema do investimento na Inglaterra, foi, de fato, a falta do mercado. Foi a falha do mercado que deu segurança para que os investimentos ocorressem.

Esse é um elemento fundamental para entender o problema brasileiro. Se a Inglaterra tem esse programa de produção independente, os Estados Unidos têm outro, que é um sistema misto, em vários estados, em que prevalece o serviço público, e há a produção independente ao lado do serviço público. Nos Estados Unidos, ao contrário da Inglaterra e do que é proposto pelo modelo brasileiro, a criação da figura do produtor independente não representou o fim da concessionária de serviço público. A criação do produtor independente foi positiva porque abriu espaço para o setor privado fazer novos investimentos: pequenas centrais, termoeletricas, co-geração, fontes alternativas. Ao mesmo tempo, manteve-se o serviço público de geração onde o Estado tem um poder direto de intervenção, de controle direto da expansão. Esse é o primeiro passo fundamental. A idéia de que o mercado poderá resolver tudo por meio dos produtores independentes é falsa. A experiência internacional mostra que não é bem assim, fora a experiência brasileira que vivemos agora.

O segundo problema, que está extremamente relacionado ao primeiro, diz respeito ao fato de o modelo do setor elétrico brasileiro ter abandonado o planejamento determinativo. No modelo de planejam-

to determinativo ordenavam-se as usinas em ordem crescente de custos. Como havia concessionárias de serviço público, atribuía-se às concessionárias de serviço público a responsabilidade pela implementação do plano. Ora, adotou-se no lugar do planejamento determinativo um planejamento indicativo. Neste listamos as usinas, mas não existe a obrigação de fazer os empreendimentos. É uma lista indicativa. As usinas são postas em licitação e aguarda-se que alguém faça uma proposta. Se não há propostas, as usinas não são construídas. Na lógica do planejamento determinativo, o que se fazia? Íamos explorando os empreendimentos em ordem crescente de custo, ou seja, do investimento mais barato ao mais caro. O que aconteceu agora no Brasil? Como abandonamos esse tipo de investimentos, demos um salto em termos de custo. Estamos subindo os degraus em termos de custo. Pulamos vários degraus. A termoelétrica a R\$80,00 megawatt/hora não seria o próximo degrau da nossa seqüência de custo. Oitenta reais por megawatt/hora é o custo marginal internacional e não brasileiro. Então, o sinal que está sendo utilizado, R\$80,00, não é o nosso custo marginal. Saltamos vários degraus em uma escada que galgávamos passo a passo.

Falarei sobre o terceiro problema. Juntando a ausência de um planejamento determinativo, o fato de haver restrições aos investimentos das estatais e o interesse de atrair capital privado para as termoelétricas a gás natural, que estavam sobrando, foi lançado, justamente, o estímulo à introdução de termoelétricas. Sem dúvida alguma, as termoelétricas têm um papel importante: o de complementar o sistema hídrico. O professor Pinguelli e o Professor Adilson falaram que as termoelétricas entram complementando o sistema hídrico. As termoelétricas não vão entrar, no momento, complementando o sistema hídrico, mas na base, substituindo as hidroelétricas. Por quê? Existe um contrato. Como o Professor Adilson Oliveira mostrou bem, foi feito o contrato de compra de gás do tipo **take or pay** com a Bolívia, pelo qual se tem que pagar pelo gás, mesmo que não se consuma. Ora, o empreendedor da usina termoelétrica, já que tem de pagar mesmo que não se consuma, tem que colocar aquela termoelétrica operando o tempo todo.

Então, poderíamos chegar, como foi bem apontado, à irracionalidade no Brasil de, quando os reservatórios subirem, termos que verter água, jogar água fora, e consumir o gás importado. É claro que a solução para isso, para não consumirmos esse gás, seria pagarmos as termoelétricas para ficarem paradas, o

que, de qualquer jeito, teremos de fazer, o que é uma outra irracionalidade.

Encaminhando para a conclusão, eu queria apresentar um outro ponto, que diz respeito ao nó tarifário. Veja bem: hoje, como foi bem apontado, as tarifas residenciais são, no Brasil, mais caras do que em vários países desenvolvidos. Foram dados números, ela é mais cara do que no Canadá, na França, do que na maioria dos Estados americanos. Então, temos no setor residencial uma energia bastante cara. Essa energia cara no setor residencial é decorrência dos aumentos que ocorreram na década de 90, justamente, em primeiro lugar, para compensar as tarifas que estavam, é claro, muito achatadas anteriormente, devido à política industrial e macroeconômica, mas, por outro lado, para viabilizar a privatização das distribuidoras. De tal maneira que, no período que precedeu à privatização, entre 1989 e 1994, as tarifas residenciais no Brasil aumentaram, em termos reais, 77%. Se pegarmos nesse mesmo período as tarifas nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), elas aumentaram apenas 17%.

No período pós privatização, os aumentos também são enormes. Em termos nominais, entre 1995 e 2001, as tarifas do setor residencial aumentaram 125%. O IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) aumentou apenas 83%. Se pegarmos o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ele aumentou apenas 67%. Então, houve um aumento real muito grande.

O mais extraordinário é que houve um descompasso entre o aumento das tarifas do setor residencial e as tarifas industriais. No início da década de 90, a tarifa residencial brasileira era 50% maior que a industrial. Hoje, ela é 130% maior do que a tarifa industrial; um consumidor residencial paga 130% a mais do que o consumidor industrial.

É claro que no mundo todo a tarifa industrial é um pouco mais barata, porque é uma carga concentrada e existe a questão da política industrial, mas acho que está havendo um certo exagero aqui, com esse subsídio cruzado. Claro que tem que haver uma diferença, mas é absurdo o nível de subsídio que o consumidor residencial dá para a indústria no Brasil.

Agora, a situação pode ficar muito mais grave a partir de 2003. O que vai acontecer a partir de 2003? Existe uma bomba armada, que vai explodir se não a desarmarmos. Hoje, existem contratos bilaterais entre as geradoras e as distribuidoras, ou seja, existe o que a gente chama de energia velha, a tal energia comercializada a R\$40,00 por megawatt/hora. A partir

de 2003, as geradoras terão direito de comercializar 25% da sua energia livremente. Em 2004, 50%, em 2005 75%, até que em 2006 ela poderá fazer todos os seus contratos novos.

Ora, como vão estar entrando termoelétricas a R\$80,00 os novos contratos? Por que as empresas mantêm seus contratos a R\$40 e não a R\$80? Estaremos pressionados, a cada ano, de 2003 até 2006, a praticamente dobrar o preço da energia, com todas as consequências que isso poderá trazer para as indústrias, para o custo Brasil, para a sociedade.

Essa situação poderá ser muito mais grave se privatizarem as usinas existentes, e direi o porquê. Atualmente, algumas usinas geram energia muito barata como, por exemplo, as usinas de Marimbondo, Furnas, Luis Carlos de Barreto, Mascari de Moraes – há uma lista. Sabem a quanto geram energia? Entre R\$4 a R\$6 reais por megawatt/hora. E por quê? São usinas muito antigas que estão vertendo água e gerando energia muito barata.

As empresas estatais, tanto atualmente quanto no futuro, têm certa condição de manter um custo de energia mais baixo, porque algumas usinas têm energia a um custo de praticamente zero.

É claro que não se vai vender uma usina estimando o valor de R\$4 ou R\$7, pois seria dar a usina para o empreendedor privado. Não se vai fazer isso. Como se deve estimar o preço? Projeta-se a receita futura, de acordo com os preços de mercado, desconta-se para o valor presente e vende-se para o empresário. Assim, quem comprar a usina não terá mais aquela energia barata, aquele potencial de fixar um preço barato, pois comprou a usina pelo preço de mercado. O empresário precisará colocar a energia no mercado ao preço do custo marginal, ou seja, R\$80 por megawatt/hora.

Perdemos aquele colchão. Isto em economia se chama renda: a diferença entre o custo da energia velha e o preço de mercado é uma renda que o produtor e o Estado têm. Quando privatizamos, essa renda sai do setor energético e passa para a área econômica para abater a dívida. O setor energético perde essa renda; é uma capacidade que o setor energético tinha para investir e que não tem mais. Aquela renda da área energética será transferida para a área econômica para abater dívida. A questão da privatização tem esse problema central, que é perder essas usinas baratas.

Apesar de o tempo estar chegando ao final, pretendo dizer que esses são apenas alguns dos graves problemas estruturais desse modelo e que precisam

ser resolvidos, pensados. Está na hora de rediscutirmos a questão. Não penso que devemos fazer uma volta ao passado. Concordo que devemos pensar o futuro, considerar o novo cenário existente e o fato de termos empresas privadas na área de distribuição, além de contratos de gás com a Bolívia na realidade atual. Devemos pensar o modelo para não cair nessa irracionalidade que provavelmente acontecerá no futuro.

Estou querendo mostrar que a crise que estamos vivendo pode ser apenas a ponta do **iceberg** de uma crise estrutural muito maior, se não forem tomadas as medidas necessárias para corrigir os problemas graves que se apresentam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradeço o Dr. Mauricio Tolmasquim.

Concedo a palavra ao Dr. Ildo Sauer, Professor da Universidade de São Paulo, que disporá de até vinte minutos para sua exposição.

O SR. ILDO SAUER – Sr. Presidente, também não pretendo reavivar a discussão sobre o diagnóstico da origem da crise, mas, de qualquer maneira, brevemente, em dois ou três minutos, pretendo tomar o gráfico que o Dr. Pinguelli já havia apresentado. Esse gráfico foi elaborado por nós na USP há algum tempo, até em resposta a recentes declarações de autoridades, inclusive do Diretor da ANP, dizendo que esses dados que apresentei não tinham fundamento e não correspondiam à realidade. Dessa forma, reafirmo aqui que, de fato, este é o paradigma de uso dos reservatórios nos últimos anos, que nos conduziu à crise. Infelizmente, a continuidade do gráfico não está aqui, mas, em abril de 2001, terminamos com 33%. A queda atípica é de 30 a 50% nos níveis dos reservatórios médios do Sudeste, do final de abril até dezembro, o que traria, de fato, o risco de chegarmos em setembro, outubro ou novembro sem água alguma, com o País parado por falta de energia.

A expectativa anunciada de que, nos últimos dois anos, a chuva foi muito abaixo do esperado também não é verdade, porque está aqui plotada toda a série histórica das chuvas de 1931 até 1996, com acréscimo dos últimos dois anos, 2000 e 2001. O gráfico mostra simplesmente que tivemos a média, em verde, permitindo a fluência hidrológica a produção da ordem de 27 mil megawatts nos últimos dois anos; 5% abaixo no ano anterior; 12% no ano imediatamente anterior. De forma que ninguém estava autorizado a esperar que a chuva se comportasse de maneira diferente do que tem se comportado ao longo dos regis-

tros históricos de que dispomos. Não vou além disso. Fica claro que a razão da crise foi a falta de investimentos, que não foram feitos porque as estatais não foram estimuladas nem incentivadas; ao contrário, foram proibidas. A iniciativa privada foi estimulada a comprar o que já estava pronto, inclusive com financiamentos do BNDES, conduzindo à crise, tão bem abordada pelo Pinguelli e pelo Adilson. Penso que há consenso em relação ao diagnóstico de todos nós. Não precisamos perder tanto tempo com isso.

A questão fundamental refere-se ao novo modelo, que está necessariamente sendo abandonado, e à busca de novas opções para o País. Começo discutindo alguns problemas estruturais do atual modelo, que está em implantação, para daí apontar soluções que entendo serem possíveis para mitigar a própria crise, pois creio que, tendo uma estratégia energética de médio e longo prazo como pano de fundo, fica muito mais fácil visualizar soluções que, de maneira consistente, possam ser implementadas para mitigar a crise emergencial, já com horizonte voltado para algo mais duradouro.

Evidentemente, os problemas da crise energética são os seguintes: em primeiro lugar, em função de sua concepção, o modelo produziu aumento brutal nas tarifas. Isso já foi dito por todos, mas os números estão aqui. De 1995 para cá, as tarifas no setor residencial aumentaram 81% acima da inflação da Fipe, quando comparamos a tarifa média de 1995 com a de janeiro e fevereiro de 2001. E sabe-se agora que muitas concessionárias estão tendo aumentos. A própria Eletropaulo, de São Paulo, que ainda é a maior distribuidora do País, terá um aumento de 21%, em função do modelo do contrato de concessão, que garante o reajuste automático dos custos ditos não gerenciáveis – quando, na verdade, alguns o são – e a vinculação dessa parcela ao IGPM. Isso foi feito para garantir o interesse dos investidores e uma coisa fundamental do modelo: buscar a independência em relação ao Governo de qualquer mecanismo. Como diziam os consultores do próprio Governo na ocasião, era necessário que os investidores fossem protegidos de qualquer ameaça de algum governo populista em relação às tarifas, que é a grande atratividade. Por isso, adotou-se o IGPM e criou-se a Aneel para ser independente, embora hoje esta esteja interdita. Evidentemente, após ser interdita e declarada incapaz pelas medidas que criou a Câmara de Gestão, isso também já caiu por terra. É mais um motivo.

De qualquer maneira, as tarifas estão aqui. No setor residencial, ainda que nominalmente as tarifas

tenham sido equivalentes às do setor industrial e comercial, que aumentaram 25% acima da inflação nos últimos anos, o aumento brutal na tarifa média se deu por causa da mudança do critério de enquadramento das chamadas tarifas sociais, da cascata progressiva, do consumo de 0 a 30, que teve aumentos muito acima da inflação, em nome de um viés que, de fato, existia – havia casas de praia, **flats** que se beneficiavam disso: em vez de se jogar fora só a água do banho, jogou-se junto o bebê. Havia uma política mitigatória, corretiva, que derivava de uma filosofia tarifária criada na década de 80, a qual praticava uma modulação marginalista para dar um sinal apropriado a cada consumidor de que a tarifa representasse algo que tem a ver com o custo que ele impõe ao sistema, incluídas aí as correções sociais para essas situações, e, ao mesmo tempo, transferia ao consumidor o benefício de que o custo médio de produção do sistema brasileiro favorecesse o sistema produtivo e o consumidor final. Isso foi sendo rompido no primeiro movimento da liberalização do mercado de energia no Brasil, com o aumento das tarifas da distribuição que beneficiasse, então, as distribuidoras e as tornasse atrativas à privatização, ocasionando esse fenômeno que está aqui.

O segundo movimento que está em curso em relação ao modelo indica o movimento – o importante nessas transparências são os números, a tendência. Na tarifa média de distribuição, nota-se claramente, em 1995, o primeiro salto e os saltos posteriores, que conduziram a uma tarifa média que hoje, em dólar, no setor residencial, está acima da de muitos países do primeiro mundo – só perde, nos Estados Unidos, para Nova Iorque, Califórnia e outras cidades, incluindo Paris.

A parte preocupante, já abordada também, é a tarifa de suprimento. Aqui temos um número da ordem de R\$35,00 por megawatt/h, que hoje se aproxima um pouco dos R\$40,00 por megawatt/h, custo médio, portanto, tarifa média pela qual os 305 milhões de megawatts/h produzidos no Brasil hoje são transferidos das geradoras para as distribuidoras e, por conseguinte, aos consumidores finais. Hoje, a parte que não era produzida em 1999 já está liberada e sendo negociada por contratos bilaterais, mediados ou não pelo valor normativo, ou pelo mercado **spot**, para aquelas concessionárias que resolveram se expor a esse mercado. Então, o grande problema estrutural seria se prosseguíssemos no modelo com a privatização e, em seguida, concomitantemente, com a criação desse novo mecanismo de mercado competi-

tivo. Conceitualmente, há seríssimas dúvidas de que haverá comportamento dos agentes que aí entrarem na busca da competição. E há teóricos importantes que acham que um setor que vende um produto homogêneo como a eletricidade, indiferenciado, produzido por uma indústria com altos custos fixos, baixos custos operacionais, sujeitos à efetiva ação do dono, do gestor, raramente se presta a que o ambiente competitivo seja criado. Ou seja, quando se compra uma salsicha, compra-se pela marca, sabendo que é da Sadia, da Perdigão, ou de quem mais for; com carro acontece da mesma forma. Mas, com eletricidade, não se sabe quem é o produtor. Essa é a natureza homogênea e indiferenciada do produto citado. Nessas condições, dizem muitos teóricos, dificilmente os investidores que se sujeitassem à competição recuperariam seus custos. Sabendo disso previamente, eles têm toda a necessidade de se organizar para tentar controlar os preços por algum mecanismo ou restringir a oferta. É esse um dos argumentos que se dá para se explicar, em parte, a crise da Califórnia.

No mercado competitivo, além da sua base produzir aumento brutal, já abordado aqui, se o preço diretor da energia for de fato a térmica, a de gás natural importado, o que não é uma necessidade histórica, mas produto de uma decisão política que pode e deve ser revertida – e tentarei mostrar isso aqui, corroborando com o que outros também já disseram –, há outras alternativas mais inteligentes para expandir a oferta que não nos obrigam a seguir essa trajetória inevitável. De qualquer maneira, combinando a política que estava sendo proposta com o novo modelo, o que teríamos era, na emergência do mercado competitivo, progressivamente, as tarifas, todos os 305 milhões de megawatts/h produzidos pelas hidráulicas hoje ao ano seriam vendidos por tarifas da ordem de R\$90,00 a R\$100,00 o megawatt/h. Vejam a diferença: de R\$40,00 para R\$90,00 são R\$50,00; de R\$40,00 para R\$100,00 são R\$60,00 cada megawatt/h. Teríamos aí uma transferência de renda do setor produtivo, dos orçamentos das famílias, dos caixas das empresas para o setor elétrico, provavelmente investidores, da ordem de 15 – sessenta vezes três – a 18 bilhões de reais por ano. Se se configurar de que o preço diretor do mercado competitivo é o das térmicas, sinalizado por custos da ordem de quarenta dólares o megawatt-hora ao câmbio de hoje, a dois, dois reais e meio por dólar um megawatt-hora.

Esta é uma situação absolutamente dramática para o setor produtivo. Essa transição brutal, no horizonte de quatro anos, um aumento que se configurará

com repasses ao setor residencial, de um aumento de quarenta a cinquenta reais, em uma média de 170, significa um aumento de 30% a 40% no setor residencial. Trinta por cento ou, talvez, um pouco menos do que isso.

No setor industrial, com as altas tensões, que hoje pagam tarifas da ordem de quarenta a cinquenta e cinco, um pouco mais de reais por megawatt-hora, significaria dobrar as suas tarifas. Evidentemente, há um pacto setorial na indústria e nas atividades econômicas, que é brutal, associada à filiosofia do novo modelo. Só por isso, eu costumava dizer que, se o modelo tivesse funcionado, ele seria muito ruim por aumentar as tarifas nessa direção. Revelou-se o desastre porque, acabou-se provocando, além disso tudo, o desabastecimento e a crise que nos encontramos hoje. De maneira que precisa ser revisto.

É importante dizer que uma das grandes razões é por que se dizia que a privatização era para abater a dívida pública, fornecer saúde, educação e segurança, que são objetivos de política geral. De qualquer maneira, a contribuição das privatizações da redução da dívida pública, de 1994 até 2000, aumentou de cento e sessenta bilhões de reais para mais de seiscentos bilhões, hoje.

Dependendo do critério do BNDES que se adote, usando câmbio de um a um, quando foram feitas – agora, convertidas a R\$ 2,50 ou R\$ 2,00 por um – variam de sessenta a cem bilhões de reais. De maneira que não é uma contribuição tão significativa para o equilíbrio das contas públicas.

O problema da dívida pública tem outra origem. Está em outro ponto do modelo de estabilização da economia. Se de um lado não se resolverem as dívidas, de outro estarão se criando problemas adicionais. O fato de 79% do investimento estrangeiro direto vindo ao Brasil ter ido para o setor da infra-estrutura, está fazendo com que o quadro das contas externas se agrave. Quem antes remitia algo como dez bilhões de dólares, por ano, a título de juros, dividendos e de dividendos, apresentava algo em torno de 28% das exportações. No ano passado, atingimos algo superior a 23 bilhões de dólares. Essa é uma tendência crescente que, rapidamente, está se expandindo, criando um problema sério nas contas públicas, e no equilíbrio das contas externas que se mostra agravado por aqui, porque, substancialmente, a evolução da dependência externa, investimentos estrangeiros diretos estão aqui e o déficit em transações correntes tem sido compensado por investimentos diretos estrangeiros até agora no País. Grande parte dele devida à

infra-estrutura. Há pouco o que se privatizar hoje. Essa tendência de remessas continua.

Portanto, temos um nó macroeconômico que tem um pé no setor da infra-estrutura e outro fundamental no setor elétrico, mostrando que a filiosofia geral, tanto setorial, quanto a sua contribuição para o restante da economia exige uma revisão fundamental e que estamos, de fato, a caminho de questões mais sérias.

De qualquer maneira, não é o meu objetivo discutir aqui tão fundamentalmente essas questões, mas, acima de tudo, apontá-las.

O País dispõe, na segunda parte, como estratégia de energia, de opções muito interessantes para serem desenvolvidas. Elas devem ser consideradas nesse contexto. A mais importante, sem dúvida nenhuma, está colocada de maneira simplória nesta figura. Está mapeado o potencial hidrelétrico brasileiro a partir de dados do banco de dados oficiais da Eletrobrás, que vem compilando os estudos há anos. É a Base de Dados do Sipob – Sistema de Informações do Potencial Brasileiro. O que significam esses números? Primeiramente, estão em dólares, de 1998, quando o Real era um a um. Lembro-me bem de que a conversão não era ao câmbio do dia, porque 85% dos investimentos em uma hidroelétrica são em real, que usam fatores de produção nacionais, o que é uma diferenciação fundamental em relação às térmicas de grande porte, que dependem de gás importado – como o da Bolívia – e de equipamentos importados.

De qualquer maneira, temos aqui uma indicação de que algo como 50 mil megawatts de potencial hidráulico têm custos inferiores a US\$2 mil – praticamente R\$2 mil o quilowatt instalado –, indicando que seus custos serão muito inferiores aos das térmicas de grande porte, favorecidas pelas políticas oficiais propugnadas até agora, com a vantagem adicional de dependerem de fatores de produção nacionais: mão-de-obra, engenharia, tecnologia, equipamentos, obras civis. Evidente, o potencial brasileiro prossegue, chega até 70 mil megawatts, já com capacidade potencial e projeto básico mapeados. Temos, porém, além disso, um total de 200 mil megawatts, sem esse nível de detalhamento, disponíveis no País para as grandes centrais hidroelétricas. De forma que essa é uma agenda, um recurso que não pode ser negligenciado por um país que se pretende independente da necessidade de prover infra-estrutura, dinamizar a sua economia e valorizar seus recursos.

De outra parte, temos no Brasil a possibilidade das pequenas centrais hidroelétricas, que podem

cumprir um papel extremamente importante, mas que têm sido negligenciadas substancialmente até agora, embora haja alguns incentivos na legislação para elas. Mas não basta a autorização de que as tarifas de transporte da energia das PCHs e da distribuição tenham nível compatível com os custos delas, para que elas se tornem competitivas. É preciso ir além. É preciso buscar mecanismos de ação concreta, de ação afirmativa do Poder Público, para criar os incentivos, mecanismos de financiamento, assistência técnica e um conjunto de ações.

Dessa maneira, potência instalada da ordem de 2.800 megawatts, em PCHs, é possível. E há uma possibilidade de chegarmos até 10.000 megawatts, dependendo do nível de detalhamento em que se queiram buscar as estimativas. Além do mais, as pequenas centrais hidroelétricas podem ter um papel importante no desenvolvimento regional, considerando o uso múltiplo das águas para irrigação, navegação e eventualmente – navegação não tem importância nesse caso –, mas piscicultura, irrigação, projetos turísticos e outras coisas.

Outra opção importante, além das grandes e pequenas centrais hidroelétricas, tem a ver com a reopontencialização e modernização de usinas já existentes. Esse é um estudo feito por alunos nossos em relação às usinas da atual Tietê, ao tempo em que ainda pertencia à Cesp, que, pela configuração inicial, teria uma potência instalada da ordem de 2.600 megawatts. Depois, mudou um pouco, mas há uma indicação clara de que o potencial de acréscimo na potência instalada, mercê de ações de modernização, seria da ordem de 300 megawatts. Portanto, algo como 10% de ganho em usinas já existentes.

Outra grande opção, evidentemente, do País situa-se em uma ação de curto prazo que pode se configurar em uma ação de longo prazo. Estou falando da co-geração. A co-geração no País tem sido negligenciada substancialmente até agora. Só para citar alguns países, os Estados Unidos têm 60 mil megawatts de capacidade instalada em co-geração; Holanda e Espanha, nos últimos anos, acrescentaram quase nada em geração convencional, basicamente em co-geração, mercê da disponibilidade de combustíveis. No caso brasileiro, há uma estimativa que resolver o plano decenal da Eletrobrás, embora haja outras estimativas mais otimistas que isso, em relação às possibilidades de aumentar, no setor industrial, alimentos e bebidas, basicamente do setor sucroalcooleiro, químico, refino de petróleo, siderúrgico, papel e papelão, cimento têxtil. Fora isso, temos o setor ter-

ciário, como hotéis, **shoppings centers**, etc., que podem, tranqüilamente, apor tar algo como 20 mil megawatts de capacidade de produção de energia por meio da substituição de combustíveis na indústria – óleo combustível por gás natural, uma vocação importante para o gás natural – no setor terciário, setor industrial, melhorando as condições ambientais, reduzindo custos, aumentando a competitividade da indústria que se beneficiar do sistema de co-geração. Faltava para isso novamente financiamento, assistência técnica, regulamentação adequada, ação pró-ativa, tanto do Estado quanto à obrigação de fazer as concessionárias de distribuição cumprirem seu papel nessa história, bem como as de geração ainda estas, que façam parcerias para viabilizar isso.

De maneira que esta é uma agenda energética, combinada com a conservação de energia. Todos nós concordamos que o País dispõe de um potencial da ordem de 15 a 20% de reduzir seu consumo com ações apropriadas de conservação nas áreas residencial, do comércio e serviços, das indústrias. Então, essa agenda, combinando, de maneira simplificada, 50 mil megawatts de novas hidroelétricas – não propugno que todas sejam feitas, há problemas ambientais, agrários, sociais – até 10 mil megawatts de PCHs, 3 a 5% de ganhos em repotenciação e modernização, que significam seus 3 mil megawatts de capacidade equivalente; co-geração da ordem de 20 mil megawatts. Ora, isso nos dá um horizonte de atender nossa demanda, nossa necessidade por serviço energético num horizonte de até dez anos, sem grandes preocupações.

De maneira que o modelo energético que foi dividido a partir de agora deve levar em conta esse potencial de recursos e o impacto positivo que o seu desenvolvimento terá sobre os setores produtivos duplamente, de um lado por usar fatores de produção nacionais; de outro lado, por permitir a produção de energia a custos bem menores, mudando aquele paradigma anterior ser inevitável seguir-se unicamente e exclusivamente pelas térmicas de grande porte, que têm interesse substancial em atender aos investidores de grande porte também, que buscam construir **project finances**, que são mais fáceis e tranqüilos de gerenciamento. De maneira que essa é uma agenda mais interessante.

Considerando isso como pano de fundo para as considerações de curto e médio prazos, evidentemente que eles nos dão a possibilidade de algumas ações para o plano emergencial que o Governo está propondo agora. Em primeiro lugar, o modelo precisa

ser revisto para atender a isso. A Aneel foi interdita, portanto não cumpre mais o papel institucional como previsto. O mercado atacadista não pode ser mais utilizado como referencial para negociar a energia que não venha a ser consumida por consumidores de grande porte, como é o caso do setor de alumínio, porque mercado pressupõe existência de oferta e demanda. De um lado, fora os vícios já apontados aí, em que, na verdade, não temos um mercado de ajuste, porque se trata de programa computacional que define a partir de parâmetros estimados, entre os quais um arbitrário de R\$684,00 pelo custo/déficit da energia, dizer qual o custo do déficit, e isso ser usado como instrumento para legitimar transações absolutamente inaceitáveis. Não é porque o mercado atacadista nunca cumpriu seu papel tampouco tem condições de cumpri-lo adequadamente no novo ambiente. Mecanismos de mercado são importantes para orientar a alocação eficiente de recursos, mas eles precisam ser construídos para que levem em conta as especificidades dos recursos e do tipo de oferta de energia de que dispomos no País. O caso da hidreletricidade não se ajusta a isso lá.

Acho que o Governo deve, numa época de crise, economia de guerra, racionamento, evidentemente decretar o reconhecimento oficial de que o mercado atacadista não serve como instrumento e deve ser substituído por outras medidas que levem em conta julgamentos mais apropriados e transparentes sobre o valor da energia para resolver essas questões. O que me assusta também é que o Governo não tenha pensado em usar mais mecanismos; ele, que tanto tem defendido tanto o mercado, usar mais mecanismos de mercado para obrigar inclusive as concessionárias de distribuição a comprarem o não-consumo dos consumidores. Pois é, elas estão obrigadas, pelo contrato de concessão, a atender a sua demanda de energia, não foram liberadas dessa obrigação. Ora, uma das formas que elas teriam era comprar dos seus consumidores, que têm com elas contrato de consumo ou não-consumo. E aí vem a cadeia de responsabilidades para repassar isso eventualmente às geradoras ou até ao próprio Governo, mas era um mecanismo que para mim daria mais resultados do que o que tem sido feito até agora, até porque o mecanismo de compra do não consumo provavelmente produziria custos de não consumo, julgados individualmente pelas empresas e pelos consumidores, reduzindo a sua participação no consumo, a custos e preços muito inferiores do que esses propugnados em algumas circunstâncias, baseado num preço arbitrário,

sem fundamento conceitual, que é o do mercado atacadista.

De maneira que esta é a primeira observação em relação ao plano de emergência do Governo: é preciso zelar pela manutenção dos contratos, mas especialmente dos contratos que as concessionárias têm com os pequenos e médios consumidores de energia elétrica do País. Isso precisa ser preservado.

Com relação às outras medidas, como conservação de energia, jogamos a população a comprar desesperadamente lâmpadas fluorescentes compactas como se fosse a única opção, sem o conjunto de proteções necessárias quanto à garantia desse produto, de que eles não tenha fator de potência extremamente baixa, que não poluam a rede com harmônicos e que tivesse algum mecanismo de proteção de preço na época de emergência, de crise. Não é possível assistirmos ao que estamos assistindo: preços do bran do e até triplicando em alguns casos.

Há uma agenda de racionalização de energia perseguida e que havia instrumentos mais eficazes, através das concessionárias do Procel, e há recursos para isso que pudessem ter sido implementados de maneira mais adequada, protegendo o interesse público. Esse é um ponto. Basta citar iluminação pública.

Há aí 500 megawatts, 10 milhões de lâmpadas de vapor de mercúrio, incandescentes e mistas que ainda são usadas na iluminação pública. Isso significa 500 megawatts, 1% de consumo brasileiro de energia.

Não vou entrar em detalhes sobre esse conjunto de medidas, até porque algumas delas estão escritas e vou distribuir o texto depois. Mas elas não foram adequadamente contempladas na sua gestão para sua viabilização. São medidas de curto prazo, resposta imediata para acudir a crise, mas que tem um efeito duradouro, estratégico no sentido adequado.

A outra questão está associada a co-geração e a geração de emergência, dispomos de uma infinidade – infelizmente não pude mapeá-los ainda – de geradores que já estão disponíveis em hotéis, em instalações de bancos, em indústrias e geração de emergência. Estão parados, não estão queimando diesel, ou gás natural, ou outro combustível GLP, por que simplesmente não houve a medida necessária para criar os incentivos e até obrigar as concessionárias a fazer intercâmbio adequado entre os donos desses equipamentos que deveriam estar operando há muito tempo para poupar água e reduzir a crise.

Não tenho o número exato, mas não é desprezível a potência instalada em geração de emergência

que não está sendo usada hoje, por simples falta de ação concreta de incentivos, de mecanismos, de regulamentação técnica e econômica para regulamentar isso.

A segunda opção de emergência fundamental é obrigar as concessionárias a gerar em emergência, elas podem gerar até 30% da sua capacidade. O contrato de concessão não nos obriga a gerar, mas nos obriga a fornecer energia e isso permite que parte desse potencial de co-geração a que me referi há pouco pudessem, em emergência, ser iniciada sua viabilização com a instalação de máquinas, turbinas a gás, grupos geradores com turbinas a gás, com motores ciclo Otto, com motores ciclo Diesel, que, num segundo momento, seriam convertidos em sistemas de co-geração definitivos, portanto.

Não foi adotada nenhuma dessas ações, que poderiam responder a uma parte significativa na minimização do risco e da continuidade da ameaça do racionamento, porque entramos nisso este ano, convivemos com a ameaça do racionamento, com certeza, no ano que vem e talvez mais adiante. Enquanto não tivermos o equilíbrio entre oferta e demanda e reservatórios cheios, a ameaça do racionamento estará pendendo sobre nós e, assim, a atividade econômica não voltará a recuperar seus níveis de confiança para que se possa ampliar os investimentos gerando emprego e o crescimento econômico necessário.

Vou encerrar a minha exposição. Ainda teria algumas coisas a acrescentar, mas deixo para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Professor Ildo, pela sua exposição.

Concedo a palavra ao Dr. Bautista Vidal, pesquisador, por vinte minutos.

O SR. BAUTISTA VIDAL – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é com muito agrado que estou aqui participando desses debates sobre uma questão gravíssima que assume conotações geopolíticas perigosas para o futuro do Brasil.

Na realidade, é inacreditável que uma Nação que tem condições de ser a maior potência energética do Planeta no futuro, com o colapso dos combustíveis fósseis – o petróleo está em fase final, e o carvão mineral, pelo terrível efeito estufa, cuja única solução de substituição está precisamente localizada nas regiões tropicais, nos trópicos –, de uma maneira incrível, entre num colapso idiota, programado com competência. Levou anos nessa programação. Vivi todo esse período.

Parece-me que o mais grave é não haver uma real consciência da sociedade do significado desse gravíssimo problema estrutural, criado e programado. Em vez de se procurar superar de uma maneira claríssima – o professor Sauer diz isso, não apenas a curto prazo, mas a médio e longo prazos; há toda uma condição de se recuperar –, cria-se um colapso maior para prazo relativamente curto.

Substitui-se o sistema hidrelétrico brasileiro, não há a menor dúvida, por um sistema termoelétrico de gás de petróleo em condições absurdas de comprometimento de compra, mesmo que não se use taxa cambial e que se aumente o preço do petróleo. Uma série de circunstâncias absolutamente leoninas e com a fonte de energia fora do País, o que representa uma vulnerabilidade assustadora. Quer dizer, é só fechar a torneira e qualquer chantagem é possível. E, na área energética, sabemos que isso é corriqueiro.

Na realidade, vou-me concentrar nessa questão geopolítica. Tenho 30 anos de convivência com essa matéria. Já discuti isso no Congresso americano, nas grandes associações que assessoram o poder mundial a esse respeito.

Realmente, o mundo está numa fase extremamente perigosa, no colapso de sua forma energética predominante, que, nos últimos 200 anos, se concentrou nos combustíveis fósseis: petróleo e carvão mineral. O petróleo, em fase terminal; tão terminal que hoje o petróleo é uma questão militar.

Os Estados Unidos dependem cerca de US\$100 de despesa militar por cada barril que importa. As grandes potências econômicas, não militares, mas econômicas, como Alemanha, Japão, etc., dependem vitalmente dessa intervenção militar, como a Itália e a França.

O mundo está à beira de um colapso irremediável na questão energética, porque se concentrou nessas formas fósseis, sendo as nações hegemônicas muito pobres de energia. Tiveram que usar as formas fósseis, o que leva centenas e milhões de anos para se formar e foram consumidas praticamente no período de 200 anos; e, agora, está se acabando.

Qual é a alternativa para essas nações hegemônicas? Nenhuma – com a debicilidade da questão nuclear. Nenhuma! Portanto, o que essas nações hegemônicas estão programando, arquitetando? Apoderar-se dos patrimônios energéticos, fantásticos das regiões tropicais para resolver o seu problema, em caráter definitivo, sobre a condição do nosso massacre e da destruição da nossa estrutura produtiva. Não tenho a menor dúvida.

Ninguém está falando nisso, mas essas são as razões que condicionaram a esse processo absurdo pela irracionalidade de uma montagem programada, tendo como origem a proibição do setor financeiro internacional, que deforma tudo, para impedir que o Brasil fizesse as expansões naturais, como sempre fez, inclusive em épocas com muito menos recursos. Isso foi feito com enorme tranquilidade, em geral pago pelo próprio consumidor, pela sociedade, e inclusive ressarcida, de custos baixíssimos de R\$40 por megawatt/hora. Quer dizer, nenhum país do mundo consegue fazer isso, porque a água cai naturalmente e constitui um potencial gigantesco. No entanto, hoje, nós somos o país mais ridicularizado do mundo, quer dizer, a maior potência energética natural do Planeta entrou num colapso estrutural insuperável. É preciso muita competência para chegar lá.

Acho que a intenção desta Comissão, Sr. Presidente, é de abrir um debate amplo, na sociedade, sobre uma questão absolutamente crucial.

A energia é o centro do poder; sempre foi e sempre será. Sem energia não há indústria, agricultura, transportes, comunicações, não há vida, não há Forças Armadas, não há nada. A energia é uma coisa absolutamente crucial e vital. Esmagou-se a potencialidade energética, esmagou-se o país.

E, aí, vêm umas brincadeiras irresponsáveis, os chamados mercados de condução: oligopólios, monopólios, com poderosos instrumentos de intervenção financeira de toda a ordem, que pretendem condicionar uma coisa de tal importância na vida das sociedades, das civilizações a um processo de máfias delinquentes, que manipulam falsas representações de riqueza, como essa moeda falsa que domina o mundo. Então, os valores reais são relegados a um segundo plano, e países com imensos potenciais estão sendo destruídos por meio desses mecanismos de máfias.

Gostaria de lembrar alguns fatos históricos brasileiros. O Dr. Tolmasquim fez algumas análises no caso dos Estados Unidos. Fui convidado por este país, percorri-o todo, conversei durante horas com o Ministro da Energia, com David Freemann, que era Presidente da Tennessee Valley, fiz palestras no Congresso e conheço toda a estrutura energética americana, não só a hidroelétrica, mas também a nuclear, de fusão, de fissão. Eu sou físico e professor de Termodinâmica, sou do ramo.

Então, os americanos me convidaram depois de eu ter montado o Programa do Alcool eles queriam saber como era o único país que realmente apresentou alternativas. Convidaram-me e eu passei seis me-

ses naquele país, conversando com as autoridades e fazendo conferências em grande número de universidades, no Congresso, etc. E em companhias, nos próprios **boards** da Shell, da Esso, eu tive a oportunidade de discutir essas questões com os homens do poder mundial, no começo da década de 80. E essas idéias que eu estou dizendo agora, eram claras. Eles entendiam que o colapso do mundo hegemônico era inevitável.

Os Estados Unidos, que montaram um projeto suicida – e o mundo ocidental também – em cima do petróleo, do carvão mineral, tinham, no seu território, 190 bilhões de barris de petróleo. Hoje, têm menos de 20. E o incrível é que não mudaram o modelo. Oitenta e dois por cento da energia elétrica, nos Estados Unidos, têm como origem o carvão mineral. Eles queimam 600 milhões de toneladas de carvão mineral. Só que isso é uma razão brutal para o tal efeito estufa, de consequências terríveis em mudanças de clima, catástrofes, o efeito **El Niño** e tantas outras coisas que estão perturbando, com risco de destruírem o equilíbrio termodinâmico da ecosfera. Coisas assustadoras, mas estão sendo previstas. Evidentemente, tudo isso vinculado à queima dos combustíveis fósseis.

A única solução mundial, não há menor dúvida, são as regiões tropicais, que têm a água em grande quantidade que, especificamente, é o continente brasileiro, que tem condições de fornecer energia renovável e limpa para todo o Planeta, para sempre. Então, é a condição única. Jamais nenhum povo teve uma oportunidade dessa dimensão. Entretanto, a cultura nacional e o próprio desconhecimento do papel da energia no processo civilizatório, impede que se raciocine com alguma consistência. Então, caminha-se para injunções perversas, delinquentes, de agentes internacionais, que não têm nenhuma motivação para resolver os nossos problemas e que estão nos levando ao desespero. Quer dizer, a Nação que teria uma grande oportunidade histórica está sendo levada ao desespero.

(Soa a campainha)

Isso significa final do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Não.

O SR. BAUTISTA VIDAL – Muito obrigado.

Queria relatar um fato histórico muito importante. Quando se imaginou fazer a Chesf, na Bahia – à época eu era estudante, sou da Bahia; estou vindo ali o Aluícia, que foi meu aluno –, criou-se um grande debate: como se iria fazer uma hidroelétrica daquele porte? Para que mercado? Ridicularizaram a idéia. A Chesf não prestaria para nada, porque não teria de-

manda. Só que, na questão energética, o mercado resulta da existência da energia. Se não houver energia, não haverá mercado.

Criou-se um grande debate no qual os tais defensores das teorias de mercado diziam que não se justificava criar uma hidroeétrica do tamanho da Chesf. Não se justificava então, nem nunca, porque, sem haver energia, não haveria demanda, não haveria investimentos para demandar, industriais, de transporte, etc. Muito bem, criou-se aquele debate que estava liquidando com a esperança brasileira de ter a primeira hidroeétrica de porte, que foi um marco histórico – a CSN e a Chesf foram dois marcos fundamentais no nosso processo de industrialização.

Nesses momentos de crise começou a haver um descrédito. Aí, alguém surgiu com a idéia: não, vamos montar uma central de alumínio que consuma toda a energia da Chesf.

A solução era pior, porque a Chesf seria feita, o povo brasileiro iria fazer os investimentos e os beneficiários seriam os produtores de alumínio que seriam exportados – e o Nordeste estaria hoje vivendo a maior tragédia, muito superior àquela que estamos vivendo. Imaginem o Nordeste sem a Chesf!

Sabem quem salvou o Nordeste e, no caso, a Bahia? Um banqueiro, o Clemente Mariani, que era o presidente do Banco da Bahia. Quando ele sentiu a barra – é claro, ele era presidente de um Banco localizado no Nordeste, tinha compromissos com a região –, ele, que era um homem poderoso, já havia sido Ministro da Fazenda do Governo Jânio, abriu a boca e disse: de maneira nenhuma, não se faz uma hidroeétrica para uma companhia de alumínio de maneira nenhuma. E foi esse banqueiro que salvou o Nordeste. Não se faz banqueiros hoje como se fazia antigamente...

Vejam que histórica riquíssima! Décadas depois, pega-se o potencial fantástico de Tucuruí e se entrega a um grupo de empresas que tomaram uma decisão em anos anteriores, em Pittsburg – sei de pessoas que participaram da reunião –, onde foi decidida a transferência da produção mundial de alumínio para a Amazônia, em face de seu imenso potencial hidrelétrico – só que com brutal subsídio.

Quer dizer, o povo brasileiro é responsável, hoje, pelo alumínio barato do mundo. Esse baixo preço muito custa ao povo brasileiro. O custo, devido ao uso do dinheiro, financiamento, juros absurdos, chegou a US\$42 o megawatt/hora – à época, o preço internacional era de US\$52, então, estava razoável. Vendia-se a US\$7 – você sabe disso, não é Aleluia? Vendia-se a US\$7, a US\$12 e hoje isso continua.

Quando houve o colapso do petróleo, o embargo do petróleo, surgiu uma outra grande esperança. Foi, precisamente, nessa esperança de o imenso potencial energético ser colocado a serviço da sociedade brasileira – para o aumento de sua riqueza, aumento de seu poder – que se jogou o Brasil a tomar empréstimos gigantescos para construir Tucuruí – para depois dá-la de graça, com altíssimo subsídio, às nações ricas. Vejam que estupidez histórica!

É bom lembrar a história, pois ela tem ensinamentos extraordinários. Os critérios do mercado eram os mesmos. Na realidade, esse programa que foi detalhadamente descrito pelos meus companheiros, nós vínhamos há anos, em São Paulo, aqui mesmo no Congresso, na Câmara, discutindo, explicando. Ninguém pode dizer que não conhecesse as sunto. Eu acho que vale a pena olhar para o nosso País e identificar o que nós somos. Há uma frase famosa de Ortigay Gasset que diz que a mente colonial coloniza da é aquela que ignora o seu espaço e o seu tempo. Nós não estamos olhando para o Brasil e identificando que somos a maior potência energética do Planeta, para sempre. Entramos por um buraco sem fundo. Vamos pagar um preço descomunal. Estamos destruindo a estrutura que montamos num momento em que o mundo está entrando em colapso dos combustíveis fósseis, com o fim do petróleo, que hoje é uma questão militar. Eu não estaria surpreso se o petróleo custasse amanhã US\$150; US\$100 de subsídio, mais US\$30 é normal. Os americanos querem se ressarcir desse subsídio militar e vão colocar isso no preço a hora que eles quiserem. Qual é a solução mundial para essa questão? É o continente tropical brasileiro, na sua forma sólida, líquida e gasosa. As alternativas são muitas. Energia é uma coisa só. Energia o homem não cria nem destrói. Isso é a Física. A energia existe na natureza e só na natureza, e o homem muda essa energia de uma forma para outra, mas não cria nem destrói. E, claro, à medida que a energia é usada ela perde a capacidade de produzir trabalho. Não existe trabalho sem energia. A energia é a capacidade de produzir trabalho. Sem energia não há trabalho. Esqueça! Trabalho de qualquer natureza: nem da máquina, nem do homem. Se eu não ingerir calorias diariamente eu não terei condições de trabalhar. Assim, a energia é tão fundamental quanto isso. É fundamental que a sociedade brasileira, aproveitando a estupidez desse colapso, assumo uma revisão histórica no sentido de se colocar como deve, senão será esmagada como a Nação que vai resolver os dois grandes colapsos da humanidade: o colapso dos combustíveis

fósseis e o colapso ambiental do efeito estufa. Essa oportunidade nunca nenhum povo teve. Eu me sinto absolutamente envergonhado como profissional da engenharia, como físico, porque, a minha a minha Nação, que tem essa predisposição, caminha para uma direção estúpida, incompetente e de profunda má-fé em relação a uma coisa crucial para a nossa sobrevivência como povo e como cultura. Essa questão geopolítica é o centro da questão. Ela precisa ser analisada em todo o seu contexto, porque aí as alternativas surgirão em grande profusão. Evidentemente, além das propostas dos meus queridos amigos, dos meus velhos companheiros, eu queria dizer que não podemos perder este momento. Talvez isso venha a ajudar, esse colapso programado, estruturado, de má-fé, incompetente para o povo brasileiro, mas altamente competente para outros interesses. Está na hora de o brasileiro demonstrar que é competente, como já demonstrou historicamente. Essa é a minha proposta: ou seja, que essa questão geopolítica seja analisada, porque se nós não nos prepararmos com esse colapso para dar a resposta que o mundo precisa, nós seremos esmagados, como os iraquianos, na Líbia. Só que eles representam a energia do passado e nós representamos a energia do futuro da Humanidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Professor Bautista Vidal.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados. Como sempre, vou ser rápido e colocar alguns pontos de natureza mais tópicos, porque acho que é difícil, num momento como este, discutirmos com mais exatidão a questão importante do modelo. Primeiro, na verdade, é uma notícia. Quando ouvi aqui uma sugestão com referência à iluminação pública, quero dizer que existem vários projetos na Câmara e no Senado que têm sido sempre colocados sob uma certa inconstitucionalidade, referentes à iluminação pública. Mas tem um projeto recente, do Senador Osmar Dias, que, com certeza, vai merecer, vai ter uma certa dificuldade com as distribuidoras, que é de uma forma diferente.

Utilizando o exemplo do fundo de telecomunicações, pegar 1% da receita das distribuidoras e aplicar isso num processo de expansão só para investimentos, não usar esses recursos para pagar a conta da iluminação pública, só para permitir a expansão, a modernização e a efficientização do setor de iluminação pública no Brasil. Não é uma coisa que vai onerar

o consumidor, isso é da parte de faturamento, e não vai também tratar da iluminação pública, mas vai permitir a melhoria, a eficiência do sistema de iluminação pública no País, conforme as bases que forem traçadas tecnicamente. Sou o relator desse projeto e estou encaminhando o meu parecer para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas isso era só uma notícia.

Os pontos que eu queria considerar, eu diria que mais para o meu esclarecimento, são os seguintes: primeiro, eu pediria ao Sr. Adilson que esclarecesse melhor essa questão do tipo de contratação do gás da Bolívia para a Petrobras e da Petrobras para o setor termico, para que fique claro de que forma isso tem influência nesse impasse que estamos vivendo.

Segundo – isso já foi mais ou menos focalizado – é um assunto que precisa ser esclarecido. Vi aqui toda uma referência de que as tarifas de distribuição já estão num patamar relativamente alto e a todo momento estamos assistindo às distribuidoras falando em revisão das suas tarifas. Exatamente onde está o problema? Se estamos falando, pelo menos eu vejo que esses níveis de tarifa média, pelo menos de tarifa residencial, já estão relativamente altos, e as distribuidoras alegam, não sei se pelos contratos ou se por certo desequilíbrio nas suas contas. Enfim, são duas posições contraditórias e me parece que isso é importante. Precisamos ter uma posição clara para inclusive apresentar uma posição com relação a isso.

O terceiro, um ponto mais complicado, por dois motivos. Primeiro pela percentagem de liberações previstas do mercado de energia elétrica e, segundo, pelo fato de, gradativamente, entrarem em operação sistemas com custos mais altos que seriam inevitáveis – se pude entender assim –, e me parece que aí há um pouco de discordância, aliás, uma das poucas, se há mesmo, em relação aos pontos que vimos aqui, se realmente esse é um ponto inevitável de aumento de tarifa. Essa é uma questão.

Associado a isso, vejo também que o problema da chamada “energia velha”, a energia produzida pelas estatais, que são custos já amortizados e que, portanto, poderiam pelo menos ser mantidos em níveis considerados interessantes. O que pergunto é o seguinte: sem entrar no problema da privatização que, pelo que sinto, começo a firmar uma opinião muito clara de que, nessa atmosfera de crise, de incerteza de modelo, etc., a meu ver, seria uma imprudência fazer isso neste momento, com todas as incertezas que temos.

Mas pergunto o seguinte: manter o custo, supondo que não vá haver privatização, que as empre-

sas privadas, que as empresas geradoras continuem estatais e que você vá ter, de alguma forma, esse mercado novo com custos inevitavelmente mais altos. Como é que se faz para coexistirem esses dois preços de energia elétrica? Isso me parece fundamental. Como isso pode coexistir sem problemas? Em segundo lugar, manter, mesmo estatais, os preços de energia – claro, não estou falando subir exageradamente, mas, manter os níveis atuais não seria também uma forma de subsídio – só que o subsídio dado pelo Governo, se é dado pelo Governo, é dado pela população – de forma indistinta, manter esses custos de energia de empresas estatais. Esses preços. Não seria também uma forma de subsidiar, mesmo que o dono seja o Governo, isso é justo do ponto de vista social? Ou que solução temos para isso? Vou me limitar a essas três questões porque vejo que aí há alguns Deputados presentes que gostariam de perguntar também.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Pois não.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Temos aqui um número pequeno de Deputados. Eu creio que as discussões foram muito boas, eu sou sempre um crítico da nossa organização, nós sempre compramos mais livros do que somos capazes de ler, sempre trazemos mais douts do que somos capazes de ouvir. Na verdade trouxemos aqui um elenco da melhor qualidade e o tempo é curto. O ideal é que tivéssemos partido essa experiência em duas oportunidades, para podermos desfrutar mais de algo que está em desuso no Brasil: a virtude do saber. Portanto quero sugerir que, evidentemente, talvez, com uma distinção do relator, que os conferencistas falem em relação às perguntas do Relator. Mas em seguida, os Parlamentares presentes todos perguntariam. E aí os conferencistas responderiam e poderíamos ir à réplica se fosse o caso, mas seria uma coisa mais dinâmica. São 12h30min, e todos têm compromisso, avião, almoço. Saímos daqui ontem, pelo menos eu e o Virgílio, às 2h da manhã, discutindo o Orçamento. Portanto, creio que hoje temos o direito de almoçar.

O SR. PAULO SOUTO – Tiveram bons resultados no Orçamento?

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Nem tanto como se desejava, mas um superávit de 31 bilhões é algo que certamente os professores também não aprovam.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Nas audiências públicas anteriores, foram utilizadas as participações em blocos com bons resultados e vamos fazer da mesma forma. Solicitaria a aquiescência do Relator para participar do bloco. Os Parlamentares se manifestariam, e, em seguida, os expositores dariam suas respostas. Vamos ter a participação de cada Parlamentar pelo tempo de cinco minutos.

Início, concedendo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI – Sr. Presidente, Srs. Convidados, acho que é desnecessário expressar a importante contribuição e a qualidade das intervenções dos professores e dos técnicos que aqui estão.

Creio que o papel desta Comissão, pelo menos na minha concepção, não é apenas direcionar sugestões à Câmara de Gestão mas que ela tome posições no sentido político do diagnóstico, mas mais do que isso, que ela consiga elaborar propostas que possam inclusive se concretizar não apenas em políticas, mas em normas legais. Eu acho que temos aberto mão, como Poder Legislativo, de regular as coisas. Temos, na verdade, delegado poder a falsos reguladores e não temos conseguido editar normas legislativas determinantes da relação Estado/mercado, Estado/privado, e esse é um problema grave que temos vivido e o Congresso Nacional não tem jogado seu papel.

Além disso, quer dizer, eu estava aqui com um sentimento, Professor Bautista, quando eu lhe ouvia, olhava para os seus cabelos brancos e pensava – o Pinguelli também tem, não é Pinguelli, apesar de ser mais jovem? – o sentimento de impotência que vocês de vem sentir pelos ouvidos moucos de quem dirige a política energética. É uma coisa impressionante, ou seja, são coisas formuladas e acumulada ao longo dos anos e que não se consegue fazer ou vir agente tem que viver discutindo o que não deu certo. Os colapsos, as dificuldades e as impossibilidades de viabilizar o que é quase que cristalino na fala de vocês.

Mas acredito que de tudo isso existem dois conceitos que são importantes reafirmarmos: o primeiro, é que independente, Professor Luiz, do saudosismo ou da ideologia, eu acho que não se tem que ter medo de se falar em ideologia por que esta é uma Casa política e é ideológica. E a técnica, apesar de suas verdades científicas, tem uma relação direta com a política e com a ideologia. A técnica não é usada fora desse contexto. Então, precisamos reafirmar alguns conceitos. Se a energia é um bem fundamental e decisivo para qualquer futuro, essa é uma questão de soberania.

nia nacional, que não pode estar comandada pelo mercado. Esse é um conceito básico que nos direciona para um projeto político, quer dizer, energia tem que ser comandada, coordenada. O responsável pela energia tem de ser o Estado brasileiro, não tem conversa, não tem discussão. Isso inviabiliza parcerias. Não é isso que está em discussão. Está em discussão quem é o responsável; quem comanda e determina essa política tem de ser a sociedade por meio do Estado. Isso tem o nome que for – saudosismo jurássico –; qualquer nome que se der, acho esse conceito muito básico. Acho que a Câmara precisa participar da discussão desse modelo.

Esse debate é muito longo e muito amplo, e não vamos ter como avançar agora pela falta de tempo. De tudo que tenho lido, de tudo que tenho aprendido e de tudo que tentamos produzir como opinião, nem sempre publicada, estou muito convencida disso. Há, porém, três questões que gostaria de ouvir.

Primeiramente, o Presidente da Petrobras falou da impossibilidade do uso do gás da bacia de Campos para a geração de energia. Isso é uma dúvida que ficou, porque, na verdade, propõe-se a mudança da matriz energética, a questão das térmicas; na questão das térmicas, pela emergência ou em nome dela, o modelo apresentado aqui é a Petrobras entrando com no máximo 10% em tudo, com todas as térmicas tendo 90% de capital multinacional, ao preço do dólar, que é o que já conhecemos; ele considera inviável a utilização do gás mais barato, nacional. Essa é a primeira questão, e gostaria de ouvir alguma opinião. Cheguei a perguntar explicitamente sobre a bacia de Campos. V. Ex^{as} viram: houve até um certo ruído nessa pergunta, mas ele disse que era inviável, porque esse gás é usado pelas indústrias – há um projeto de queima zero de não poluição. A impressão que se deu é que só é possível utilizar-se o gás importado, sendo impossível o uso do gás da bacia de Campos ou da bacia de Santos. Então, essa é uma questão nacional, e precisamos ter esclarecimentos a respeito, pois seria até muito mais barato.

O segundo aspecto é ficar mais claro o modelo aqui levantado. Estou querendo formular o seguinte conceito de modelo: não há dúvida de que a matriz principal é água – não é isso. Às vezes, porém, vejo certa polêmica em relação à utilização múltipla de todas as fontes que temos. Creio que há um certo preconceito quanto ao uso de algumas fontes, como se o Brasil não devesse multiplicar as suas fontes. Talvez, isso devesse ficar mais claro. Mesmo de forma complementar, acho que o Pinquelli tem razão quando diz

que tem que ser uma relação em que se pode usar ou não, dependendo da necessidade; não é como está hoje, mas precisava ficar mais claro o seguinte: o que é esse modelo de co-geração e de uso múltiplo de fonte? Fica confuso. Vejo preconceito contra determinadas fontes de energia, até mesmo a nuclear, que é uma polêmica hoje no Brasil. Então, a impressão é de que o Brasil deveria concentrar-se na matriz energética hidráulica e que o resto seria usado ou não, dependendo da necessidade; ou, até para preservar essa matriz central, se não deveríamos colocar em funcionamento múltiplas fontes naturais, eólicas e outras. Isso sempre fica muito confuso, devendo ser esclarecido.

Por fim, a relação do consumidor com as tarifas. Na minha cabeça, o Estado hoje é interventor, mas interventor a favor do capital financeiro. Ele intervém para garantir os benefícios de mercado do capital financeiro, da hegemonia do dólar. Aí entra a questão geopolítica. Nessa cultura do Estado regulador, o Estado entra sempre de forma defensiva na relação com o mercado. Essa legislação que se refere às concessionárias é uma coisa acintosa; ele não tem nem obrigação de gerar; ele pode gerar até 30%. Na hora que chega em 20% da geração para a distribuidora chegar a um racionamento de 20%, o Estado ou as geradoras têm de ressarcir às distribuidoras aquela energia que a geradora não forneceu; quer dizer, até já levantaram aqui – eu não estava aqui na hora da resposta – que foi uma coincidência. Lá, no Anexo V, fala-se em 20% e, por acaso, a arbitragem sobre o racionamento é de 20%! Isso favorece ou não, legalmente, a obrigação de ressarcir?

Por que não se estabeleceu 19 ou 18? Por que 20? O Congresso deve intervir nessas relações. O setor privado está aqui dentro, ele entrou nessa área, mas acho que, em alguns casos, a situação tem que ser revertida – o próximo governo que assumir, seja ele qual for, vai ter que repensar essa questão.

Não consigo entender uma proposta que diga o seguinte: para se atrair investidores, é preciso deixar que haja repasse para as tarifas. Na minha cabeça isso não cabe, porque o consumidor não tem que ser o responsável por isso, ele não tem que assumir responsabilidades pelo risco cambial, pela variação do dólar. E o pior é que isso é dito com naturalidade!

A fórmula para atrair investidores é repassar esse tipo de risco para as tarifas – vamos repassar para garantir que o investidor privado entre aqui e faça a sua festa! Perguntei ao presidente da Petrobras: “Quer dizer que, agora, está autorizado repas-

se imediato de todas as tarifas do risco cambial e da valorização do dólar?” Ele disse: “É isso mesmo”. E ainda comparou: “Se a senhora importar um tênis Nike, não vai pagar o preço do dólar?” Foi a comparação feita pelo presidente da Petrobras: tênis e energia! Uma coisa absolutamente análoga – fantástico! Isso está me preocupando, porque é dito com uma naturalidade impressionante, até como discurso progressista...

Gostaria de sugerir que formássemos aqui uma opinião sobre como a podemos conduzir, numa relação Estado-mercado, impedir e, ao mesmo tempo, viabilizar que as coisas aconteçam, sem que esse consumidor tenha que sofrer essa nova tributação social sob a forma de repasse para as tarifas, inclusive da variação do dólar, o que acho gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães.

A SRA. JANDIRA FEGHALI. – Virgílio, desculpe-me, gostaria apenas de fazer uma pergunta ao Presidente.

Sr. Presidente, gostaria de saber se houve, na outra reunião, alguma discussão – ou ontem, na reunião administrativa, em que eu não estava – ou uma tomada de posição da Comissão sobre expressar ao Governo, à Aneel ou a ONS a decisão de se suspender o próximo leilão do MAE, marcado no meio dessa crise. Fiz essa proposta porque acho inaceitável a ocorrência do leilão – uma disputa especulativa – no meio de uma crise como a que enfrentamos. Acho que essa deveria ser uma posição da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Ontem houve a apreciação de propostas, mas, infelizmente, essa proposta não foi colocada em discussão.

Com a palavra, o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. convidados, parlamentares, vou voltar a um assunto: medidas práticas que o Congresso pode tomar, ainda, em relação à crise. É importante essa discussão.

Esta Comissão foi instalada e tem ouvido muita gente, os expositores demonstraram-nos conhecimentos impressionantes, com sugestões de curto, de médio e de longo prazo, mas o que percebo é que, enquanto discutimos aqui, o Governo vai colocando as coisas como bem lhe interessa. Enviou para cá a medida provisória da crise energética, a chamada MP do “apagão”.

Para a apreciação dessa medida provisória já foram designados parlamentares, ainda que, ao que eu saiba, nenhuma comissão tenha sido instalada.

Pelo que fui informado, os partidos reunidos não se posicionaram quanto a forçar uma apreciação dessa MP ainda neste semestre, e muito menos para manter o funcionamento da Casa, de uma comissão mista ou da comissão da medida provisória do “apagão” durante o recesso – não sei qual seria o mecanismo a ser adotado pela comissão representativa. O certo é que discutimos – e a discussão é boa –, mas ficamos no dilematismo.

Por exemplo, essa questão da multa, que citei inicialmente: parece-me que deveríamos mudar a medida provisória para alterar os parâmetros e deixá-los claros, não ficar na dependência de uma apreciação, de um parecer, de uma interpretação política. Alguns já dizem que hoje já não se tem que pagar por isso, ou seja, o Pinguelli lembrou que alguns vão lucrar com a crise, e lucrar muito como parasitas da crise. Não concordo muito com a comparação que você fez, Pinguelli, com os agentes funerários. Não acredito que os agentes funerários queiram mais mortes para lucrar, porque eles têm até uma função social. Diante de uma tragédia familiar, um agente funerário traz um certo conforto, ou seja, ele tem uma função social naquele momento de atender bem para que a família não viva aquele constrangimento. Sobretudo, ele não deve se aproveitar daquele momento de trauma de uma de uma família para achacar.

Por isso, peço que você não fizesse mais esse tipo de colocação, porque ela é injusta com a categoria dos agentes funerários. Eu não sou agente funerário, não tenho parente agente funerário, não tenho nada. Mas pode ser uma questão preconceituosa, porque esses que estão lucrando, eles não têm função social alguma, ao contrário do agente funerário, que é um amparo, um lenitivo naquele momento de dor, se ele for um bom agente. Mas esses chupins da crise, eles não têm nenhuma função, a não ser a de atravessadores, inclusive vão poder lançar o seu excedente de energia no mercado atacadista a preços exorbitantes, sufocando ainda mais a economia nacional e provocando desemprego. Nesse sentido, temos que intervir em um curtíssimo prazo.

Está mais do que claro que existe curto, médio e longo prazo. Mas quero discutir o curtíssimo prazo. O que este Congresso pode fazer para evitar esses achaques do curtíssimo prazo? Por exemplo, por que não, já de imediato, em uma emenda à MP, não autorizar os investimentos das estatais? Lembrava aqui o Deputado Aleluia, e pelo seu empenho aqui, falei que deveria ser o “Aleluz” para contrapor ao que o povo está chamando: partido da falta de luz. Mas deixando

de lado a brincadeira, que já corre na rua, essa é a realidade.

Mas gostaria de dizer o seguinte: ficamos até às 2 horas da madrugada votando, na Comissão de Orçamento, o projeto da Lei das Diretrizes Orçamentárias, que continua sem qualquer alteração, havendo a previsão de um superávit de cinco bilhões das empresas estatais. Não há sequer uma modificação no que se refere à alocação de recursos – vejam que é uma LDO para 2002 – em relação à energia.

Então, temos que agir no curtíssimo prazo para não só mexer nesse superávit das estatais, como também voltar a permitir os investimentos das estatais, e mais, autorizar o BNDS a fazer empréstimos às estatais para que elas possam fazer os investimentos em energia a curto prazo. Em Minas gerais, só a Cemig tem mais de 40 projetos prontos para pequenas e médias hidroelétricas, que poderiam ser financiados. Sabemos que as termoelétricas terão dificuldade em adquirir equipamentos junto aos fornecedores internacionais, porque os Estados Unidos estão lançando – o Presidente Bush anunciou – um arrojadíssimo programa de investimentos em termoelétricas, quando, então, haverá dificuldade de fornecimento de equipamentos ao Brasil por parte dos produtores, que não são tantos assim no mundo.

Mas continuamos deixando de investir em hidroelétricas, e foi mostrado aqui, com clareza, que esse potencial existe e é grande, já que temos tecnologia nacional de ponta, temos fornecedores nacionais para gerar emprego no Brasil para a produção desses equipamentos, e o BNDES, criminosamente, não faz nenhum empréstimo a empresas nacionais, como a Cemig, que é uma estatal capacitada, com tecnologia, com pessoal, com **know-how** acumulado, para ficar financiando privatizações criminosas que levam à crise que levou.

Temos que discutir também o curtíssimo prazo. O imediato é evitar esse saque de R\$5 bilhões. Por esse valor parecer tão absurdo, já ouvi algumas pessoas falarem em R\$5 milhões, mas não são! Acho que não é nem lapso, as pessoas não “plugaram”, não internalizaram o tamanho do rombo que pode ser essa multa injusta, esse achaque, esse saque em cima do País.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Solicito que V. Ex^a conclua as suas observações.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Concluindo, então.

Há o curtíssimo prazo. Enquanto estamos discutindo, as coisas estão se esvaindo. Enquanto estamos

discutindo, o ladrão está entrando pelas portas do fundo. Enquanto estamos discutindo, o tempo vai passando e não realocamos os recursos da Lei das Diretrizes Orçamentárias para a energia, não permitimos que as estatais usem seus títulos para investimentos, não obrigamos o BNDES a financiar as estatais que podem em curtíssimo prazo, feito a Cemig. E tenho certeza de que outras também, talvez Furnas, Cepel, não sei. No Rio Grande do Sul, a Ceers também poderia fazer investimentos a curto prazo.

Termino, Sr. Presidente, su gerindo que, com relação a essa comissão da MP do apagão que não foi instalada, tirássemos uma moção, um pedido aos Partidos para que o Congresso Nacional não ficasse apagado durante o recesso, que essa Comissão funcionasse, mas também a comissão da medida provisória. Quem sabe pudesse haver um funcionamento conjunto, quem sabe até votando ainda nestes meses a medida provisória para fazer esses ajustes tão importantes, necessários e urgentes para preservar as condições até das medidas de curto prazo, podemos dizer de médio e longo prazo.

É o que gostaria de trazer aos expositores e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Coimbra) – Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães.

Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Expositores, é desnecessário mencionar a qualidade das intervenções dos doutos palestrantes. Uma coisa é lermos artigos, ensaios, livros de V. S^{as}, outra é termos todos aqui em conjunto, em um único momento. Realmente, isso me prepara muito para minha participação não só no Congresso, como também nesta Comissão. Inclusive, recomendo ao Sr. Presidente que a câmara do apagão receba todos de uma única vez, para um dia de palestra, para ver se as coisas melhoram e se resgata um pouco a história.

Chego à conclusão, depois de ouvirmos todas as exposições, ouvindo até o Prof. Bautista, de que realmente houve um planejamento, feito com muita proficiência e eficácia, mas para destruir, porque era tão fácil. Em um país que estava buscando a modernidade, em um país que estava buscando revigorar suas instituições, suas parcerias entre o público e o privado, em um país que bebeu tanto do consenso de Washington, estava tão fácil implantar o modelo americano. Qual é o modelo americano? A matriz hídrica é pública. Estava na cara, estava óbvio. O objetivo não era modernizar. O objetivo não era revigorar. O objeti-

vo não era transformar o País em um país do primeiro mundo. O objetivo era desmantelar, tanto que não contratamos uma consultoria americana, mas sim uma inglesa, que veio com todo aquele viés de deformação da matriz de custo, que não entendia de nada.

Com essas evidências, começamos a achar que isso foi montado, foi pré-concebido aqui veladamente. Por quê? Acho que o Governo chegou à conclusão de que não iria dar para oferecer as grandes geradores, se quisermos vender essa tese do neoliberal, porque vão argumentar com o modelo americano. E aí desmantelaram, criaram esse caos. Esse caos foi planejado, para chegarem agora e dizerem que o Estado, mesmo que queira, não tem capacidade de investimento.

Isso tem que ficar muito claro. O exemplo do alumínio, da Chesf, que está ocorrendo agora, é algo que nos assusta pela repetição, pela eterna mentalidade colonial. O Presidente reuniu todos os Governadores do Nordeste – e sobre isso vou até pedir uma explicação. Pedi ontem ao Presidente da Mesa para encaminharmos um requerimento de esclarecimento. O Presidente disse que a situação no Nordeste é grave, é caótica, é aguda, é guerra e que os Governadores teriam que encontrar uma maneira de produzir 1.000 megawatts adicionais agora, nesse período mais crítico, de julho até novembro.

A minha pergunta é a seguinte: esses 1.000 megawatts que o Presidente solicitou que os Governadores procurem são os 1.000 megawatts que ele não está tendo a coragem de cortar do alumínio do Norte? Porque, no segundo semestre, o linhão pode mandar até agora, como está mandando, de 1.000 a 1.300 megawatts; no segundo semestre, pela hidrologia, isso vai cair para 400 a 600 megawatts. E a única maneira de continuar usando o linhão na sua capacidade plena é confiscar energia de alguém: ou da população, dos irmãos do Norte, ou do alumínio no Norte, que consome mais de 40% da energia de Tucuruí. Eu queria que alguém me esclarecesse se esses 1.000 megawatts são adicionais a esses 1.000 megawatts ou se são os 1.000 megawatts decorrentes do fato de que o Governo não está tendo coragem de impor o corte lá na Alcoa, na Billiton e na Nipon. Isso precisa ficar claro, porque são 22 milhões de nordestinos que vivem no semi-árido e estão precisando disso. E nós queremos saber qual é o peso que o Governo está dando a uma região de 600.000 km², a 22 milhões de brasileiros contra 3 empresas de alumínio.

Precisamos também denunciar outro ponto discutido aqui: penso que essas indústrias de alumínio

só poderiam revender essa energia que eles economizarem – via racionamento ou via contingência compulsória – num mercado **spot** se ela não fosse subsidiada. Se ela é subsidiada, ela tem que devolver ao Governo pelo mesmo preço de compra! Mas o pior é que observamos personalidades desse Governo e deste Congresso pensarem que, se colocarmos isso, estaremos falando em rompimento de contrato! E a outra coisa é o quê? É lesa-pátria? Desse forma, essa questão tem que ficar muito clara.

Hoje foi mencionada aqui uma idéia consagrada, que ouvi aqui do Professor e também do Governador da Califórnia: as leis de mercado só podem atuar a contento na energia se a oferta for maior do que a demanda. Se não for, pela importância da energia – porque ela é tudo, sem ela não há nada –, vira tráfico. Nós teremos traficantes de energia.

Então, é como o senhor explicou aqui: ou o Governo opera para poder criar e manter a margem de reserva do sistema, o regulador do sistema, ou não há como fazer parceria com a iniciativa privada. A parceria só pode ser feita se o Governo assumir, se o Estado assumir esse papel de regulador, de agente híbrido – o que o Senador Paulo Souto questionou e que também questiono. O Senador indagou: qual é o papel da Chesf, de Tucuruí, de Furnas nesse modelo híbrido de preço? Para mim, está claro. Na minha visão – e eu queria que vocês esclarecessem isso –, Furnas, Chesf, Tucuruí são as geradoras estatais que farão o papel de comprar energia alternativa e fazer o preço médio ponderado, para evitar que prejudiquemos justamente a matriz de competitividade chamada Brasil.

Se for necessário aumentar a tarifa no segmento produtivo, pode-se perguntar, pode-se questionar. A defasagem hoje existente entre a tarifa do consumidor e a tarifa industrial ou do setor produtivo é tamanha que nunca houve coisa tão grande. Ou seja, é preciso corrigir, então, a do setor produtivo. Contudo, para onde irá esse aumento, esse tarifaço? Ele não pode ir como divididos lá para fora. Ele tem que ficar aqui, para que possamos melhorar toda a nossa infraestrutura.

E eu queria aproveitar esta oportunidade singular, porque constato o seguinte: o Brasil é um País continental, é o País que tem, realmente, a matriz energética do futuro e que tem bacias hidrográficas dentro de habitats diferentes. Assim, a mesma solução que serviria para a bacia hidrográfica do Tietê-Paraná ou do Tucuruí-Amazonas não vai servir para o Nordeste. É claro que esta crise vai passar,

mas, no Nordeste, iremos continuar vivendo com o eter no con fli to do uso da água. Só te mos um rio – o rio São Francisco – que tem que gerar energia, tem que irrigar, mas não irrigou nem 10% do que pode irrigar. A dessedentação humana é a navegação, porque é um estirão navegável de 1.200 quilômetros, ligando o que o Sr. Luiz Viana Filho dizia: O vale dos ricos, que é o vale úmido, o Sudeste, com o vale dos pobres, onde se tem a navegação, a piscicultura, etc. Portanto, o modelo energético na região do semi-árido tem que ser diferente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, peça que V. Ex^a conclua.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, eu pediria a mesma to le rân cia que V. Ex^a teve com todos os outros.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Sr. Deputado, V. Ex^a já ultrapassou o seu tempo em 10 minutos.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Concluindo, Sr. Presidente, estou preocupado com essa questão do São Francisco, porque, como disse os Senadores Paulo Souto e Waldeck Ornélas, essa crise ajuda até a explicitar a crise do São Francisco, que é simultânea. Esse planejamento errôneo está colocando em cheque a única política de desenvolvimento sustentável que poderíamos ter no nosso oeste americano, que é o semi-árido. Quer dizer, a má gestão está realmente ameaçando desmantelar os projetos irrigados, ou pelo corte de energia ou pelo racionamento de água, nos quais já estamos usando a tecnologia do microgotejamento.

Gostaria, então, de ouvir as considerações sobre essa questão no novo modelo que temos que fazer, porque o novo que o Go ver no quer, mor reu; o papel dessas três grandes geradoras estatais públicas está sepultado. E ainda há a questão do semi-árido, porque o São Francisco – e a própria Chesf reconhece isto – tem que ser usado na sua maior parte para a irrigação, para trazer o desenvolvimento sustentável. E o homem, por meio da inteligência, deve buscar outras alternativas. No Nordeste, por exemplo, temos a coincidência fortuita dos ventos, da eólica, da curva do vento, cujo pico e cuja baix coincidem com a dendrologia do São Francisco, uma complementa a outra, e essa questão do MAE ou desse mercado de leilão que vai funcionar, até porque o MAE foi concebido para um mercado 100% privatizado. Não vamos marchar mais para lá. Então, quem irá fazer o papel do MAE serão as grandes geradoras estatais.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Deputado Antônio Cambraia, infelizmente não pude estar durante todo o período das exposições por me encontrar em atividade na Comissão de Assuntos Sociais e durante a hora de votação no Plenário. Também agora te nho que ser ex tre ma men te bre ve, pois já tenho um outro compromisso para o qual já estou atrasado, mas quero cumprimentar a todos os Srs. Expositores pela extraordinária qualidade com que nos brindaram hoje, ressaltando a importância de aproveitarmos esta profunda crise energética para ver se conseguimos aprender e darmos um salto efetivo na direção do aproveitamento de todo o potencial de energia – as mais di ver sas – que te mos no Bra sil.

Há, no entanto, uma questão que gos ta ria mu i to de poder ouvir, aprofundando as reflexões feitas por todos os Srs. Conferencistas, que é justamente a questão, de um lado teórica, e de outro, prática, sobre o que fazer na área de energia elétrica com o que se passa com o mercado e com a atividade do Estado.

No seu livro **Desenvolvimento como Liberdade**, o economista Amartya Sen qualifica, de um lado, as qualidades do mercado como um lugar onde se encontram as pessoas que ali se dirigem para dizer o que querem com prar ou ven der. E ser, di ga mos, “simplesmente contra o mercado” significaria, segundo S. S^a, algo como ser contra a conversa, contra o diálogo entre as pessoas. Então, uma coisa é olhar sob esse aspecto.

Outro aspecto, entretanto, é que S. S^a menciona que, como o mercado resulta tantas vezes em distorções extraordinárias, do ponto de vista, por exemplo, da má-distribuição da renda, da pobreza que não é bem resolvida, das questões relativas ao ambiente, à energia, coloca como fundamental que existam as mais diversas organizações e, sobretudo, que haja o ambiente de liberdade de expressão, de aprofundamento da democracia, para que possa haver instituições que corrijam todas aquelas distorções.

Tipicamente na área da energia, pela exposição apresentada, é tão significativo observar a importância dessas ações governamentais e da sociedade organizada, representada hoje por V. S^{as}, que devem dizer o que precisa ser feito. Analisando o que fo i fe i to pelo Estado, muitas vezes observamos que foi uma distorção do mercado no sentido daquilo que o pró-

prio Amartya Sen estava dizendo. Uma situação seria o livre mercado para mostrar o que se quer vender ou comprar – nesse caso, os mecanismos de mercado resultariam em certo equilíbrio –, mas outra seria a de grupos extraordinariamente poderosos acabarem distorcendo, justamente pela ação do Estado.

Há pouco, o Prof. Bautista Vidal estava ilustrando como alguns setores extraordinariamente poderosos fizeram com que o Estado resolvesse usar todo o seu poder para viabilizar mercado. Não foi isso propriamente; a situação foi a do Estado interferindo no interesse de grupos que tinham interesses no exterior e que fizeram com que o setor energético brasileiro se voltasse para atendê-los. Essa foi uma distorção dramática, mas outros poderiam dizer que seria o livre funcionamento das forças do mercado. Não foi propriamente, não é? É fundamental que pessoas como V. S^{as} nos apontem essas distorções.

Sr. Presidente, não terei tempo sequer de ouvir o que gostaria. Mas quero assegurar-lhes que vou estudar, com muito carinho, tudo que foi dito. Infelizmente, temos que ser três ou quatro ao mesmo tempo.

Agradeço muito o que ensinaram hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Professores, quero fazer uma referência ao Prof. Bautista Vidal, que foi meu professor na Escola de Engenharia da Universidade Federal da Bahia e que deixou saudade na nossa Universidade.

Essas reuniões são extremamente importantes, mas fico amargurado, porque todos nós podemos dizer que não tivemos a capacidade de convencer. Eu, que sou, inclusive, da base do Governo, como fico magoado ao ver que não fui capaz de convencer o Governo de que a situação estava equivocada. O professor Pinguelli, com quem conversei várias vezes, sabe que eu era visto, no Governo, como alguém que queria voltar às hidroelétricas, que queria inventar pequenas centrais hidroelétricas. Apresentei um projeto, no ano passado, que foi objeto de discussão – o professor Tolmasquim contribuiu, inclusive, vindo à Comissão de Energia para um debate. Esse projeto ficou no Governo todo o ano passado, praticamente, e está até hoje. Esse projeto simplesmente propõe o que V. Ex^{as} expuseram aqui: a diversificação da matriz energética do Brasil; a retomada dos investimentos em hi-

droelétricas; o estabelecimento, conforme foi dito pelo professor Ildo, de um programa severo de pequenas centrais hidroelétricas; a estimulação da conservação de energia; a viabilização da co-geração e da energia eólica, no estilo do que se está fazendo na Comunidade Européia. Para completar, professor Tolmasquim – talvez o senhor não tenha visto minha última versão –, preserva a energia velha para o consumidor das concessionárias. Esse é um artigo que inseri na última versão. Portanto, é um projeto que atua nessa direção.

No entanto, no Congresso, não se conversa, porque o Governo parece que só hoje começa a dar sinal verde para o projeto – mas é um sinal verde já no fim do semestre, no começo do recesso, e não sei se vai ser aprovado. Portanto, fico muito triste em ver que não se ouve mais, no Brasil, as pessoas que sabem. É impressionante: quando o Governo se deparou com a crise, ela era de alta probabilidade – todos sabem –, no ano passado. E sempre esteve, durante toda a década de 90, com alta probabilidade de ocorrência, e o Governo sequer fez um plano. E quando apareceu a crise, com por-tou-se – como eu disse outro dia, em borra seja algo meio chato – como as garotas adolescentes que engravidam, escondem do pai e, por coincidência, três meses depois, a barriga aparece. Foi o que aconteceu com o Governo, no que se refere ao racionamento: escondeu do povo, escondeu de si mesmo; não acreditou, como se a verdade fosse tão destruidora que era melhor ser maior. E o Governo aumentou o racionamento em 30%, por ter atraído o enfrentamento do problema.

E nesse aspecto, tenho que render homenagem à comunidade brasileira. O **Financial Times** fez um artigo sobre a resposta, extremamente positiva, da comunidade brasileira ao racionamento. Tem se conseguido muito, sobretudo na área residencial, que, espontaneamente, antes de 1º de julho, começou a economizar.

E o que é pior: o Governo... Fiz um discurso, e, no dia seguinte, surgiu o Ministério que trata do assunto. Eu disse que sou escravo do que sei. Sou da Base do Governo, mas não posso entender que esse Conselho Nacional de Política Energética se reúna e diga que precisa de mais um mês para tratar de racionamento. Isso era o que eles queriam: mais um mês para decidir o racionamento. Seriam mais 10% de racionamento para a população brasileira.

Portanto, faço esse desabafo com os professores. Infelizmente, está se desprezando, no Brasil, há muito tempo, o saber. Não se está ouvindo quem

sabe. Não só os acadêmicos, mas os engenheiros das empresas elétricas também não estão sendo ouvidos. Quando se reúne para tratar do assunto, é reunião de quem nada sabe – usei essa frase também em relação ao Conselho. É de quem nada sabe, por isso, nada decidem. O Brasil, realmente, não tem decidido, sobretudo nessa área de eletricidade. É uma tristeza. Portanto, o Congresso está prestando um grande serviço ao trazer os senhores aqui. Os senhores estão prestando um grande serviço ao Congresso e ao Brasil por estarem aqui.

Tenho algumas divergências. Quando falamos dos defeitos do modelo atual, precisamos tomar cuidado para não exaltarmos as virtudes, que não são tantas, do modelo antigo. Com relação, por exemplo, às tarifas – o professor Ildo delas tratou –, as tarifas eram, realmente, muito baixas. Elas cresceram, mas uma parte delas era paga pelo contribuinte. Na Lei Eliseu, fizemos uma limpeza de US\$28 bilhões de subsídio embutido debaixo do tapete da contabilidade das empresas. E o contribuinte pagou US\$28 bilhões. Portanto, para calcular as tarifas anteriores, era preciso incluir os US\$28 bilhões que estavam sendo pagos pelo contribuinte em subsídio ao consumidor, o Relator Paulo Souto, que inclusive mencionou isso. Esse é um reparo que acho extremamente necessário.

Com relação à afirmação de que é irracional pagar para uma térmica ficar parada, tem que pagar para a térmica ficar parada. É racional sob o ponto de vista termodinâmico, sob o ponto de vista ambiental e racional porque é um investimento de seguro. O certo era mesmo termos térmicas, o problema é que a térmica a gás não se presta muito a isso, para que elas pudessem realmente operar. Temos duas alternativas para regular: ou aumentamos infinitamente os reservatórios de energia e o sistema de transmissão para poder malhar inclusive com os países vizinhos, ou temos alguma forma de variar a oferta e o consumo, a demanda. Para variar a demanda já se fez a experiência, na minha opinião absurda mas que foi usada em algum tempo com alguma vantagem, porque havia excedente de energia, e se usou caldeiras elétricas. Poderia inclusive eventualmente ter caldeiras elétricas numa forma de queimar essa energia. Tivemos 10 mil megawatts médios vertendo durante o período, há quatro, cinco anos atrás. No caso não havia gás. O racional é não se usar o gás.

Então, tem que se pagar pela instalação, pelo investimento parado. Não é pelo gás, é pelo investimento do gás. Porque o gás ele tem o investimento para extrair, para transportar, e tem o investimento da ter-

moelétrica. Claro que não é 100%, é um custo menor. O **take or pay** é quando se paga mesmo quando não toma. Então, essa coisa é que tem que ver. Se estão bem elaborados os contratos. Fiz essa pergunta ao Presidente da Petrobras.

Eu queria fazer uma outra referência à palestra do professor Ildo, que foi muito interessante, quando ele faz uma analogia da dificuldade de a energia ser competitiva, e compara com a salsicha. Acho que ele não foi muito feliz na comparação da salsicha. Salsicha não é **commodity**. Energia pode ter semelhança com **commodity**. As **commodities** são muito mais fáceis de serem submetidas a homogeneidade. As **commodities** tem homogeneidade, quando se fala do grão tem níveis de qualidade que tem que atingir, mas estamos tratando de **commodities**. Energia elétrica teria mais ou menos o mesmo padrão. E não seria o caso da salsicha, portanto a comparação não me pareceu muito feliz.

Eu queria dizer que acho que devemos tentar, a partir dessa experiência, desse relatório, produzir algumas sugestões nessa linha da mudança da matriz energética. É relevante. O professor Tolmasquim falou da privatização virando autoprodutor. Isso temos que impedir também, professor. Não podemos admitir que a energia vire para esse caminho. O que não significa impedir o autoprodutor. A nossa autoprodução tem vantagens. Podemos atrair bastante, temos que incentivar o livre acesso, o consumidor livre. Temos que produzir um modelo brasileiro. Fui um crítico e não fui a nenhuma reunião, apenas recebi uma vez essa empresa inglesa que foi contratada para fazer o arremate. Foi um grande erro. Se tivéssemos colocado os acadêmicos, os políticos, engenheiros, economistas e funcionários das estatais teríamos feito um modelo muito melhor que uma cópia mal feita do modelo inglês.

Portanto, quero dizer que não me sinto culpado, sinto-me responsável por não ter sido competente o suficiente, como os senhores também não foram, para convencer as pessoas de que estavam fazendo as coisas erradas. É necessário que o Governo se convença de que para tratar de assunto de tal relevância, e aí o professor Bautista chega a fazer uma caricatura dessa relevância, precisa ser feita, que é necessário tratar com quem sabe. Não dá para tratar com quem não sabe. É imperdoável em algumas áreas vitais que se improvise o saber, se despreze a virtude do saber.

Queria encerrar dizendo que talvez fosse bom, e eu vou fazer isso, dar uma cópia do livro **A Educação**

de um Príncipe Cristão. Parece-me que se está lendo muito Maquiavel e pouco Erasmo de Rotterdam. Erasmo de Rotterdam escreveu mais ou menos na mesma época de Maquiavel. É um livrinho muito simples, que deveríamos dar para nos nossos filhos, pelo menos os que quisessem governar alguma coisa. Ele diz, claramente, que o príncipe deve se cercar do saber. O Governo não o está fazendo e por isso chegou a esta crise.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Com a palavra, o Deputado Clementino Coelho.

O SR. CLEMENTINO COELHO – Primeiramente, eu gostaria de pedir ao Professor Adilson que fizesse um comentário sobre o modelo norueguês, de que me esqueci.

Sobre uma colocação do nobre Deputado José Carlos Aleluia. Muitas vezes, coloca-se o saudosismo do passado como se se dissesse: era público, era estatal, era ruim. Creio que o problema não é esse. O que era ruim era a política pública para as estatais, que era paternalista, leniente, os Estados não pagavam. Isso era o paternalismo. O modelo do hídrico setor público está correto. Porém, se a política para aquele setor....

E vejam que ironia a coincidência: a base de sustentação do Governo no passado é a mesma de hoje. Não mudou nada. Quer dizer, o problema não está na empresa pública, na estatal, mas na qualidade da política. Podemos ter estatais eficientes e eficazes, se tivermos uma política transparente, que não subsidie em demasia. Mas podemos ter uma de que amanhã se possa dizer que está horrível. Por quê? Vamos ser paternalistas, como fomos no passado, vamos ser populistas, vamos desmantelar ou até fazer a coisa programada para que dê errado, como foi feito com muita estatal brasileira. A política fez com que empresas estatais fossem sucateadas do ponto de vista de eficácia para poder ter a justificativa pública de dizer que o privado era melhor.

Quantas vezes não falamos aqui que a burocracia estrangeira é eficaz? Por quê? Porque lá não tem esse viés. Lá é para servir ao país, ao estado, à população. Não é para servir ao governante da vez ou à base aliada da vez. É por isso que, quando se mudam os governos lá, muda-se muito pouco a burocracia ou a meritocracia. Esse é o problema. Não é o público ou o privado, é a qualidade da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Deputado Clementino Coelho.

Concedo a palavra aos expositores para as respostas e considerações finais. Vamos iniciar, pela esquerda, com o Professor Luís Pinguelli Rosa.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – São tantos questionamentos, mas acho importantes, ainda que nos alonguemos, porque é a substância da questão.

Senador Paulo Souto, a questão do gás. Devemos ter uma política para o gás. Há dois erros, e estamos sofrendo um deles com clareza. Estamos sofrendo o outro obscuramente. São eles o erro da política do gás e o erro da política de energia elétrica.

Entendo que também temos que redefinir a política do gás. Não vou entrar no mérito da solução adotada – estamos numa fase confusa –, mas o erro da política do gás foi baseado na hipótese, quando foi contratado o gás da Bolívia, de que a paridade cambial, dólar próximo do real, seria a longuíssimo prazo. Isso era a política oficial. E aí venho ao cerne do problema, que tem sido a minha atitude o tempo todo: sou contra bodes expiatórios. Entendo que as pessoas que estão no Governo cometem erros, mas não sou a favor de dizer quem é, se é o Presidente da NOS, da Aneel, da Eletrobrás, o Ministro de Minas e Energia anterior. Não, absolutamente. Para mim, é uma política, uma concepção errada, que é simbolizada no Ministro Pedro Malan, porque ele é o símbolo, não é a pessoa. Como é o Cavallo, na Argentina, é o Malan, no Brasil. A política adotada transmitiu à sociedade crenças de que, por exemplo, seria possível manter essa paridade, abandonada. Mas o gás, contratado como foi, torna-se um problema no Brasil, como, também, a privatização, porque a expectativa de retorno dessas companhias estrangeiras é em dólar.

Fizemos análise, Tolmasquime e eu participamos com outros colegas, como Sebastião Soares – devo até homenageá-lo, porque foi muito importante –, do caso Cemig, a companhia americana que controlou a empresa por um período investiu US\$500 milhões e retirou US\$300 milhões em dois anos, pagando dividendos até acima do que poderia ser pago. Retirou o dinheiro todo e o enviou de volta. Querem realização em dólar em um País cuja moeda não é dólar, o que é um problema, porque vendem para o mercado interno. E, quando vendem para o mercado externo, via alumínio, vendem protegido.

A política macroeconômica brasileira só percebe o aspecto da rolagem de dívida e fechamento das contas. É como um bombeiro que chegasse para atender uma emergência, em que a vítima está com a perna presa. Embora tenha que salvar a perna, existe uma pilastra acima da cabeça do sujeito e, se mexer

na viga, essa pode cair na cabeça. Então, é preciso escorá-la com cuidado. Esse é o papel dos coitados dos bombeiros, mas se, precipitadamente, tira a pilastra e esmigalha a cabeça, não salvou a vítima. A política brasileira está esmigalhando a cabeça do Brasil para salvar a perna.

Esse é o problema do gás. Tem de haver uma política para o gás.

Quanto às tarifas, há uma contradição que precisa ser vencida. É impossível, na minha opinião, satisfazer aos pleitos das empresas concessionárias da energia elétrica privatizadas. Essas empresas tornaram-se o grande problema da política. Lamento que isso ainda não esteja claro para a discussão pública porque as empresas têm expectativa de uma alta taxa de retorno em dólar, incompatível com o serviço público. A energia elétrica tem um inevitável componente de serviço público, ainda mais em um País pobre.

Avalio que os contratos de concessão foram mal feitos. A “desverticalização” foi feita de maneira que não determinou obrigações compatíveis com a Lei de Concessão. Essa lei protege o consumidor, mas o contrato não previa devidamente essa proteção. Então, creio que vamos ter um problema de tarifa cuidadoso e avalio ser fundamental criar um misto da energia velha com energia nova.

Não vamos poder escalar energia para um custo marginal e nem é correto dizer que o custo marginal é o do gás natural. Esse é o custo marginal do gás natural. Fiz uma lista de novos empreendimentos hidrelétricos mais baratos e há outros mais baratos ainda. Há outras formas de energia, repito. Falamos aqui do lixo urbano, que é uma imensidão. O bagaço de cana, lixo rural, é outra imensidão. O Brasil tem realmente de avaliar melhor a questão do gás e da tarifa e creio que há a possibilidade.

O Sr. Roberto Araújo, nosso colega no Ilumina, tem comentado sobre a fórmula – nós, da Coap, mantemos muitos contatos com o Ilumina – de como se poderia fazer a combinação de energia velha e nova.

Por uma questão de princípios, parece-me que temos de prestar atenção – a frase foi dita pelo Sr. Luiz Carlos Santos, quando disse que “Furnas poderia ser a Petrobras elétrica” – ao modelo a que chegamos no setor de petróleo. De um lado, quem era contra a mudança constitucional pretendia que a Petrobras fosse a empresa monopolista; quem era a favor, em boa parte, pretendia que a Petrobras fosse eliminada do cenário, explicitamente o Senador Roberto Campos, com quem participei de debate no jornal **O Estado de S.Paulo**.

O que aconteceu? Temos hoje a grande empresa Petrobras e as empresas estrangeiras, que procuraram a Petrobras, o que significa que essa não ficou mal como empresa, embora possa ter problemas. Não estou defendendo a Petrobras em tudo que faz. Só estou dizendo que o modelo é misto. O instrumento de política de petróleo no Brasil é duplo. A ANP, via mercado, via novas empresas que vêm, e a Petrobras, instrumento do Governo. É graças a ela que estamos construindo as usinas a gás. Não houvesse a Petrobras, como queria o Senador Roberto Campos, também não teríamos nenhuma usina a gás até agora por que é ela quem está tomando a iniciativa.

Quando mudou o preço do petróleo, outro tabu mantido pela ortodoxia da economia que dirigiu a política brasileira, que afirmava que o petróleo ficaria barato. Falei várias vezes que poderia ficar caro e creio que o Sr. Adilson de Oliveira – meu colega de Coap de muitos anos, um especialista nessa área, e não vou entrar por aí –, quando se dizia que o petróleo não ia ficar estável naquele valor baixíssimo, que durou um tempo, até 1999. Qualquer economista do Governo ficava irritado, por que todos os princípios, inclusive os contratos de gás, estavam amarrados à expectativa de um preço de petróleo barato, ou seja, esses erros macroeconômicos causaram esse desastre.

A energia velha tem de ser uma espécie de estoque regulador. Quando há política de abastecimento, de alimentos fundamentais, o que faz qualquer governo? Importa e estoca da safra para a entressafra para poder regular mercado. Essa energia velha é a nossa salvação. Privatizar essas empresas hoje é dar um tiro no pé. Não é uma questão ideológica nem de opção. É a saída, pelo menos, para melhorar a situação e pensar como esse sistema reagirá depois.

Quanto à pergunta da Deputada Jandira Feghali, não sei por que a Petrobras diz que não pode usar o gás de Campos. Não entendi. Como pode ser?

O SR. PAULO SOUTO – Entendi que, como a maior parte do gás ainda é de gás associado, há dificuldades até se criar uma infra-estrutura para a utilização desse gás.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Isso sim. Nem todo o gás é transportado...

O SR. PAULO SOUTO – Não pode ser utilizado agora.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Está certo. É um problema trazê-los ao continente, porque estão em plataformas distantes. De fato, não é uma solução emergencial. Isso não faz sentido hoje, porque meta-

de do gás do gasoduto está ocioso. É melhor usá-lo e distribuí-lo.

Na minha opinião, a geração distribuída é uma solução. Não sei por que o Governo não faz um programa específico para isso. Geração distribuída é a privatização da privatização. Significaria privatizar as concessionárias. A EDF não é uma empresa privada nem algo assim; é uma estatal francesa. Não estou falando disso. As empresas têm uma concessão, que é um privilégio, um cartório elétrico. O que fazer, na minha vida, senão pagar os US\$100 por mês para a Light por megawatt/hora? Devo pagá-lo. O fio que está lá é da Light. Não há outra opção para mim. Esses cartórios elétricos estão muito protegidos.

Portanto, deve-se usar o gás natural e obrigá-las a empresas a realizarem uma política. Elas poderão ganhar com a disseminação do uso da geração distribuída. Se elas não entrarem no jogo, não tem. Ninguém vai instalar um equipamento e, ao precisar de manutenção, pagar energia do mar. O racional é haver plantas virtuais, para que a empresa elétrica as compre a um preço compensador, que deve ser estipulado – a energia excedente dos geradores distribuídos. Ocorre o mesmo com a co-geração.

Em relação à energia nuclear, de que a Deputada Jandira Feghali falou, pode-se fazer ou não nuclear. Ser contra, neutro ou a favor do próton não é o problema. O problema é que se trata de uma energia cara. Mesmo hoje, já tendo sido paga uma parte à Alemanha, completar Angra III é caro. Por argumentos que não são da política da crise e, sim, da política tecnológica, aceito discutir a questão. Vamos internalizar e manter o conhecimento adquirido na construção de Angra I e II e os engenheiros informados. Essa é outra história. Entretanto, não aceito que ninguém diga que vão fazer Angra III por causa da crise elétrica. Pelo amor de Deus! Vamos mudar de assunto.

O uso múltiplo de fontes é ótimo, e creio que todos nós estamos de acordo. A questão das tarifas e dos consumidores refere-se àquela do Senador Paulo Souto. Primeiramente, é preciso tomar cuidado. Não é possível responder à expectativa de retorno em dólar de empresas elétricas concessionárias controladas por grupos estrangeiros. Isso é impossível. Eles deverão internalizar também os seus ganhos, ou seja, deverão agir como as empresas no Brasil. Se quiserem remeter rapidamente, como o grupo americano na Cemig, não há possibilidade, não há solução nem equação. É um problema impossível, de atitude política de governo em relação aos grupos estrangeiros, que, na minha opinião, estão em falta.

Repito que a Lei de Concessão, aprovada nesta Casa, é muito clara. Percebam V. Ex^{as} o que essa Lei estabelece quanto ao serviço adequado:

“Art. 6º. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, etc.” Essas companhias romperam um contrato perante o consumidor brasileiro. No entanto, elas têm uma justificativa: não houve geração e, por isso, não são obrigadas a gerar. Essa é outra história. Quando se compra um móvel, não se discute com o vendedor onde ele compra a madeira para fazer o produto. Ao se adquirir um automóvel, paga-se por ele sem se saber como é feito ou com que aço a companhia o fabrica.

Então, na minha opinião, o consumidor brasileiro tem um crédito com essas companhias elétricas. O que está ocorrendo é o contrário. É lamentável. Atendendo a um apelo do Deputado Virgílio Guimarães, por favor, procurem mudar a medida provisória. O art. 14 da MP estabelece que todos os consumidores residenciais que ultrapassarem 200 quilowatt-hora por mês – circunstância que atinge um grande número de famílias, muitas de renda modesta – terão sua tarifa aumentada se excederem a meta de redução imposta.

Pelo art. 20, 2% dessa sobretarifa, que certamente alcançará algumas centenas de milhões de reais, irão para as concessionárias distribuidoras a fim de cobrir custos para que elas cumpram o racionamento. Ora, como elas são responsáveis pela escassez, terão custos adicionais para cumprir o racionamento cobertos pela vítima da escassez? Essa situação não pode permanecer, pois se trata de um erro. O art. 28 dispõe que é garantida a cobertura de lucros dessas empresas concessionárias em nome da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Toda a sociedade brasileira perde. Um dos usuários dessa perda, que é o setor elétrico, privado ou estatal, sendo este, em grande parte, o próprio Governo – e o privado a multinacional no Brasil –, será protegido, como no acordo do alumínio? Como manter contrato do alumínio se o ajuste com o povo brasileiro está rompido? O poder concedente é o que representa o povo brasileiro perante as empresas contratadas.

Deploro a minha utilização do agente funerário. Isso foi pura figura de retórica. Aceito completamente a homenagem aos agentes funerários – é claro.

O excedente de energia no MAE é um problema. Não é hora. O Sr. Adilson expôs essa questão várias vezes. Quanto ao mercado de energia, existem a venda e a oferta em excesso e devemos ter muito cuidado. Na Argentina, não há MAE. Ontem recebi a visita –

epor muitotempodiscutimos—de um especialista argentino em energia, que mostrou as diferenças. Lá, não existe isso. A Camesa não é MAE e, na Argentina, houve até privatização em maiores proporções do que a ocorrida no Brasil.

Destarte, esse MAE precisa ser analisado com cuidado. Não estou dizendo que ele deve ser feito, mas é necessário pensar um modelo novo. Estamos de frente a um edifício Palace II. Não é possível o ex-Colega de V. Ex^{as} Sérgio Naya vir a público e dizer que o prédio foi bem feito. Quando ele caiu, acabou a discussão: o edifício estava malfeito. Pode-se até discutir o defeito. Esse modelo elétrico brasileiro é o Palace II: ele caiu, isto é, desabou acima de nossas cabeças. É preciso construir um novo prédio. O MAE deve ser rediscutido embora não a curto prazo. Em todo caso, é mister que seja feito.

No que tange à autorização do investimento das estatais e ao empréstimo do BNDES, pensei que o assunto já estivesse resolvido. Até estou surpreso com essa notícia, porque ouvi que o Governo já havia decidido autorizar.

O SR. PAULO SOUTO – A Cesp está dependente de autorização da Câmara para construir um ...

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Nesse caso, sou a favor – apesar de ser contra bode expiatório – de ordem de prisão a quem não autorizar isso. Considero esse um assunto de segurança nacional. Se V. Ex^{as} têm poder de polícia – se não tiverem peçam ao Poder Executivo que atue nesse sentido –, mandem prender quem não autorizou as estatais a fazerem investimento em energia elétrica e o BNDES a proceder ao empréstimo. Isso é inexplicável. É como determinar que se corte a água do Corpo de Bombeiros na hora do incêndio.

As estatais têm capacidade de investimento e recursos próprios – repito. O Sr. Firmino Ferreira Sampaio Neto Stoltz foi um bom Presidente da Eletrobrás no contexto – não afirmarei que ele fez tudo certo ou errado. No entanto, tive várias vezes com ele contato pessoal – embora discretamente, porque tenho posições publicamente críticas –, buscando soluções para a preservação da Eletrobrás nos momentos difíceis, pois a empresa quase foi extinta. A Eletrobrás foi resuscitada pelo Ministro Rodolpho Tourinho Neto pelo programa das termoelétricas, que deram a garantia de compra para o PPA das termoelétricas. Antes, a Eletrobrás estava sendo esvaziada de todas as suas funções, aguardando a privatização do resto das geradoras federais.

Então, acho que ele declarou, com todos os “pingos nos is”, que a empresa tinha dinheiro para investir e não foi autorizada a fazê-lo – essas leis de restrição orçamentária para superávit fiscal e superávit das estatais.

Alumínio subsidiado eu já falei. Esse contrato do alumínio não pode continuar, todo mundo concorda. Essa questão da teoria econômica tem que ser vista... Nós convidamos um especialista norte-americano, estivemos em Washington, discutindo o caso da Califórnia: o Mauricio Tiomno Tolmasquim, eu e o Roberto Araújo. O especialista era o Eugene Koil (**nome não encontrado nos bancos de dados da Taquigrafia**), ele veio aqui ao Brasil, esteve aqui no Congresso Nacional, fizemos um seminário com ele na Coap. É muito complicada a questão da energia elétrica. Antes, era a teoria do monopólio natural, do monopólio contestável; agora é a teoria dos jogos aplicada à energia elétrica, é uma situação complicadíssima. Energia elétrica – e me desculpe o Presidente do Banco Central – não é chuchu. Foi discutido a respeito de salsicha aqui, mas não é chuchu; energia elétrica não é chuchu, não é chuchu, não é de jeito nenhum. (Risos.)

Quanto à medida provisória, penso que cortar uma família, os senhores têm que intervir – isso tem a ver com o discurso do Eduardo Suplicy. Nos Estados Unidos, quando a gente fala em liberalismo, ele é, acima de tudo, político. Na História, o Locke veio antes de Adam Smith, e, quando se quer xingar alguém de esquerdista, como eu sou xingado no Brasil, chamam o sujeito de liberal. Imaginem se alguém aqui me chamasse de liberal. Liberal, no Brasil, é econômico, só. Mas o liberal, para dar certo, tem que casar os dois, e a família é a coisa mais privada que tem. O senhor imagine: o sujeito paga sua conta, sai da cota, vai lá, corta três dias?! Três dias sem energia elétrica?! Se fosse cortar algumas horas, poderíamos discutir, mas três dias é uma violação do Estado, que eu não sei se na ex-União Soviética existia. É uma recaída... porque os extremos se encontram frequentemente. Essa medida é de uma violência contra a família inacreditável! Eu não sei como o Congresso Nacional ainda não derrubou isso, devia derrubar.

Eu considero importante as afirmações, para terminar em tão, só para ser justo, até o fim, do Deputado José Carlos Aleluia, de que é inexplicável a atitude do Governo. A única explicação que eu tenho para a atitude é religiosa. Eu sempre digo: a dificuldade que eles deviam ter de convencer o Stálin de que pipoca pode ficar no mercado deve ser semelhante à que se

tem de convencer a equipe econômica do Governo de que energia elétrica tem aspectos que o mercado não resolve. E saber do engenheiro...

O SR. LUCIANO ZICA – Pinquelli, você me lembrou um fato: um auxiliar do David Zylbersztajn, um engenheiro da Bahia, disse que apagão era coisa de comunista. Então, o Governo Fernando Henrique virou comunista.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Foi o Jaime. Agora, vamos lá: o saber do engenheiro acho muito importante, colocado pelo...

O SR. PAULO SOUTO – Pelo tempo que eu sabia, era do PT, do sindicato.

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – É, passou. O Jaime foi uma transformação.

O saber do engenheiro é muito importante, porque aí está outra explicação. Os engenheiros vestidos de economistas, porque são engenheiros que viraram economistas – e são eles que controlam boa parte da política econômica –, eles têm um profundo desprezo pelo saber do engenheiro que continuou engenheiro. Realmente, a privatização, o modelo, foi um desastre em grande parte porque não se ouviram os engenheiros. Pessoas como o Mário Santos, por exemplo, certamente não foram ouvidas devidamente.

Então, a experiência do setor elétrico brasileiro, que é uma experiência bem sucedida tecnicamente – e o mau sucesso das empresas estatais foi da política, foi do clientelismo, foi de se colocar cabides de emprego dentro das empresas, foi o poder de São Paulo e do Nordeste, que resolvem não pagar e não pagam mesmo, poder político regional...

O SR. PAULO SOUTO – Aí merece uma observação. Por exemplo, no caso da Bahia sempre pagamos, e a última conta que vi, professor, 85% era de um Estado, só que eu não vou dizer qual é o nome. (Risos.)

O SR. LUÍS PINGUELLI ROSA – Pois é, São Paulo. Então, veja só, eu acho que se o poder político de alguns Estados – naturalmente, não sou um especialista em finanças públicas aqui – conseguiu fazer aquela inadimplência, salva pela Lei Eliseu Rezende. Após essa lei, em 1993, as empresas estão ótimas. Podem investir, contrair dívidas; possuem um nível de endividamento baixíssimo. Há uma competência técnica residual que pode ser resgatada. E, se houver empreendimento, vai haver oportunidades. Creio que poderão fazer o que a Petrobras faz com o petróleo – associações, empreendimentos próprios, etc. – e valorizar o saber do engenheiro.

O gás natural. Como se resolve isso? O gás natural tem de criar um mercado flexível. O gás natural tem de ter mercado de opção. Quando a termo elétrica precisa, tem que ter prioridade para complementar. Belo Monte é uma variação brutal. A fio d'água vai de 11GW, quase igual a Itaipu, a menos de quatro. Se quisermos utilizar bem Belo Monte, se for construída – acredito que deve ser –, precisaremos de muito gás natural entrando e saindo. Para isso, deve haver um mercado alternativo ao gás natural. Como também pode haver um mercado alternativo à energia secundária das hidroelétricas. O antigo modelo EGTD (Energia Garantida por Tempo Determinado) pode ser ressuscitado. Claro que não da mesma forma.

Creio que há mais pontos, mas já excedi meu tempo. Muito obrigado pela oportunidade.

Apenas um lembrete histórico. Deputado José Carlos Aleluia, V. Ex^a falou muito nas discussões. V. Ex^a está lembrado, no gabinete do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de Winston Fritsch, Secretário de Economia, quando teve início a discussão do modelo de privatização, e houve uma “pauleira” nunca vista? Segundo a observação de V. Ex^a, ao final da reunião, eu acabei sendo moderado. Houve uma discussão imensa. Se a discussão continuasse com opiniões diferentes, talvez se encontrasse um modelo melhor do que o executado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Professor Luís Pinguelli Rosa. Antes de passar a palavra ao Professor Bautista Vidal, gostaria de informar que na próxima semana estarão presentes, nesta Comissão, como expositores, em audiência pública, na terça-feira, dia 26, às 16h30min, os Governadores Itamar Franco, Jaime Lerner, Almir Gabriel e Olívio Dutra e, na quinta-feira, às 9h30min, os Srs. Antônio Ermírio de Moraes, Luiz Carlos Santos, Presidente de Furnas, e Cláudio Ávila da Silva, Presidente da Eletrobrás.

Peço a aquiescência do Prof. Bautista Vidal, a quem havia concedido a palavra – pois mora em Brasília e não vai viajar –, para conceder a palavra ao Professor Adilson de Oliveira, que viajará agora, tem vôo marcado.

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Professor Bautista Vidal, pela gentileza de ceder-me a palavra. Tentarei ser breve. Certas coisas talvez possam surpreender V. Ex^{as}. A primeira pergunta que responderei é com relação ao ajuste das tarifas. É claro que, como bem colocado aqui, e o próprio Professor Ildo deixou uma transparência bem visível, o movimento tarifário nos últimos oito anos foi

claramente diferenciado entre os consumidores residenciais e os industriais. Assim, reajuste tarifário não significa aumento para todos ou pelo menos no mesmo patamar. O fundamental é aproximar as tarifas industriais das residenciais, porque, aliás, em boa parte do mundo, pelo menos nos Estados Unidos, as tarifas residenciais são até inferiores em alguns setores industriais. Penso que não é prática normal, necessariamente, as tarifas residenciais serem mais elevadas. Tudo depende de uma política de quem você quer subsidiar. Em alguns casos, prefere-se subsidiar os consumidores residenciais.

Isso me leva a outra questão, já apresentada, com relação a como organizar energia velha, energia nova. Nos Estados Unidos, boa parte das hidroelétricas continua nas mãos do Estado. Essas hidroelétricas são utilizadas para subsidiar setores específicos de interesse social, como, por exemplo, o setor rural, a irrigação, os consumidores de baixa renda, a fim de permitir esse tipo de processo. Se se pensar em utilizar as hidroelétricas para subsidiar alguém, creio que deve ser esses grupos sociais de baixa renda ou essas áreas da economia mais fragilizadas, e não consumidores que tenham capacidade de se gerir, como o setor de alumínio e outros setores industriais. Portanto, nesse sentido, entra a questão de como organizar a energia nova e a energia velha. Eu, particularmente, penso que ela deveria sofrer uma elevação tarifária e que se deveria preservar algo para esses setores que deveriam ser feitos.

Aí nós entramos na questão mais interessante, que é a questão das térmicas. Eu vou dizer algo paradoxal e de pois vou explicar por quê. Térmicas à gás é a energia mais barata disponível no mercado brasileiro hoje. A forma de geração de energia mais barata existente no mercado hoje é a energia térmica. Um imprevisto colocado muito bem pelo Professor Pinguelli, pelo Deputado Aleluia, é o seguinte. Se as térmicas forem operadas em regime de complementação térmica, elas são as mais baratas disponíveis, porque, do custo das térmicas – que é de US\$40 – US\$20 são de combustível. Portanto, se eu conseguir reduzir o consumo de combustível a apenas 25% do tempo, reduzo para US\$27, que é mais barato. O problema é que a regulamentação que foi feita não induz as térmicas a utilizarem energia secundária no sistema. É isso que precisa ser corrigido. É preciso criar um mecanismo como o que os noruegueses fizeram: criar um mercado para a energia secundária. A energia secundária tem que ser negociada com as térmicas, tem que ser comercializada com o pessoal do alu-
mínio e pode ter tarifa baixa se eles aceitarem um regime interruptível. O que não é possível é vender energia firme barata para o alumínio; tem que vender energia interruptível. Eles podem fazer o que fazem no Canadá, o que fazem na Austrália. Na Austrália não há tanta hidrelétrica, mas, certamente, no Canadá é o que eles fazem. É por aí que temos que começar a reorganizar o mercado.

O Deputado Aleluia, pelo que eu vi...

O SR. (aparteante não identificado, nome não declinado) – No Canadá, o alumínio não tem energia firme?

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Não tem. Eles tem energia firme também, mas, se eles quiserem energia barata, têm que comprar energia secundária. O **mix** de energia secundária interruptível e energia firme é que dá a eles uma tarifa baixa. Aqui estamos vendendo energia firme pelo preço de energia secundária; então, fica difícil. Claro, fica muito barato... Esse é o caminho; aí, as térmicas serão muito baratas. Para isso, é preciso orquestrar o problema do gás.

Na minha opinião, o problema do gás não está na Bolívia; o problema do gás está no Brasil. Não é possível imaginar que vamos construir um gasoduto que venha da Bolívia até aqui e não haja um regime de **take or pay**, porque é preciso encher o gasoduto. Quando o gás chega aqui, tem que ser transformado em um gás interruptível. Esse negócio é que precisamos desenvolver. E preciso saber utilizar o gás que chega e destinar uma parcela em regime de **take or pay** e outra parcela em regime interruptível, para exatamente complementar com a hidroelétrica. Essa noção e essa construção está faltando de desenvolvermos, e essa é a grande oportunidade brasileira. Se conseguirmos fazer isso, vamos ter energia barata de novo. Por isso, a energia do futuro não é cara, necessariamente, se nós fizermos a regulação corretamente e construirmos como deve ser feito.

Eu passo, então, a outra pergunta que foi feita. Foram colocados três pontos com relação a que o Congresso pode fazer mais imediatamente. O Professor Pinguelli disse algo que eu endosso, assino embaixo: a primeira coisa que deve fazer é tirar o corte da medida provisória. O corte de três dias é inaceitável. Eu tenho o meu pai de 86 anos, minha mãe, de 80 anos, e eles não têm condições de reduzir o consumo de energia elétrica no patamar que está sendo proposto. Seria uma violência inaceitável comigo, com a minha família, da parte de todos que venham colocar em risco a vida dos meus pais. Eu considero inaceitável de um Estado que, no mínimo, respeite a sua cida-

dania. Então, o corte não pode ser colocado como está colocado, certamente. Essa é a primeira medida. Eu estou falando num caso muito pessoal, mas acredito que há muitas outras famílias que têm a mesma situação. Por isso não estou aqui defendendo em casa própria, mas estou falando sobre respeito às pessoas que não têm condições de se adequar.

Segundo elemento importante; é preciso, imediatamente, que sejam criadas câmaras setoriais. Poderia ser proposta na MP a criação de câmaras setoriais para negociar esse regime de redução de cotas dentro das cadeias produtivas.

O terceiro elemento importante seria o processo de elevação tarifária da energia velha, pois não acredito que toda energia velha possa ser comercializada a um mesmo patamar. Queremos que as empresas estatais tenham condições de financiar projetos novos e seria interessante que elas tivessem uma certa lucratividade. Haverá uma certa elevação tarifária e, se for o caso, se não se quiser que essa elevação tarifária não seja totalmente recuperada pelas concessionárias, ou pelas geradoras, que se crie um imposto sobre lucro extraordinários, o que o Congresso Nacional tem plena capacidade de fazer, e que se crie um imposto líquido extraordinário para que se recupere isso para o Tesouro.

O SR. (aparteante não identificado, nome não declinado) – Nas geradoras?

O SR. ADILSON DE OLIVEIRA – Nas geradoras. Isso, evidentemente, cria a possibilidade de recuperar isso para o Tesouro ou destiná-lo a outra coisa. É questão apenas de combinar quanto quero deixar para as geradoras, quanto quero trazer para dentro do Tesouro e quanto quero utilizar para subsidiar o pessoal do setor rural e programas de eletrificação rural, coisas desse tipo. A legislação deve fazer isso.

Um outro ponto bem enfatizado pelo Deputado Clementino Coelho foi a questão regional. O modelo todo foi idealizado, imaginando o Brasil como uma coisa só, como se fosse possível trabalharmos o Brasil, o Nordeste, as características de suprimento elétrico, sociais e industriais como se fosse uma coisa só. Uma das coisas que devem ser repensadas no modelo seria tratar as características regionais dentro dele, e não fazer o modelo pressupondo que o Brasil é um universo homogêneo, como a situação da Inglaterra e da Noruega, países homogêneos e de pequena dimensão. Para isso estou muito confortável, pois nem os Estados Unidos adotam um modelo universal, um modelo único no País, dadas as dimensões geográficas. Nem o Canadá e a Austrália, nenhum país de di-

menção continental e com características regionais diversificadas utiliza o modelo único. Os modelos são regionalizados. É claro que deve haver um tipo de ordenação nacional. Preservar as características regionais não significa não olhar o conjunto. A preservação das características regionais é fundamental na reconstrução do modelo proposto aqui.

O modelo norueguês é interessante. Devo fazer distinção entre duas coisas que às vezes se confundem: uma é a empresa ser estatal e outra é o regime pelo qual a empresa opera.

O Brasil, assim como os Estados Unidos, a Noruega, a Inglaterra e todos os países do mundo, até 1990, até que fosse desenvolvido um modelo totalmente original, novo, todos esses países operavam com empresas estatais ou privadas, mas num regime tarifário chamado custo do serviço. Esse regime do custo do serviço permite o repasse de todos os custos para os consumidores. Quando esse repasse se torna politicamente inviável, criava-se – como o Deputado Aleluia bem colocou – a tal conta de resultados a compensar, para não aumentar as tarifas, pois se imaginava que o repasse era muito elevado, mas, no fim, o Tesouro cobrirá.

O regime atual, de certa forma, avança, na minha opinião, de forma positiva, ao criar para as distribuidoras, um duplo regime. Ela repassa a parcela dos custos que ela não controla, que são basicamente a energia que ela compra de um gerador pelo qual não tem responsabilidade e os impostos que ela paga. Esses são repassados automaticamente. A outra parcela que ela controla, os gastos e o investimento que ela faz, não é repassado ou não deveria ser repassado automaticamente. É claro que a regra atual permite que não seja repassado totalmente. Infelizmente, o Governo atual decidiu que até 2002 haveria repasse integral desses custos também, mas isso não necessariamente deveria acontecer. Perdão, não é repasse integral de custos. Esses custos seriam repassados

de acordo com a regra do IGPM. Ou seja, todo aumento do IGPM seria automaticamente repassado. Mas esse é um avanço positivo porque existe um fator de melhoria de eficiência que poderia e pode ser utilizada pela Aneel quando ela quiser. Houve um avanço nessa direção, e as concessionárias não distribuidoras não necessariamente podem repassar todos os custos. Na verdade, no regime anterior, repassava-se tudo, sejam elas estatais ou privadas.

Voltando ao modelo da Noruega, o interessante é que se trata de um regime de empresas na sua maior parte estatal – é claro que o regime norueguês não

é de um país só, mas articula todos os países nórdicos, com empresas privadas e estatais convivendo num mercado que é concorrencial.

A introdução da concorrência não se confunde com empresa estatal ou privada. Pode-se introduzir a concorrência com empresas estatais, pode-se preservar o regime de monopólio e custo do serviço com empresas privadas, que era o que ocorria até antes de a Light ser privatizada, quando também havia problemas. A grande novidade é sair do regime de custos e serviços, o que considero também um avanço positivo. Sair do regime de custo e serviço é uma forma de não permitir o repasse automático de custos para os consumidores.

Os noruegueses foram felizes ao criar, primeiramente, um regime de testes. Como as centrais hidroelétricas têm dois tipos de energia – energia firme e energia não garantida, não assegurada –, eles criaram um mercado concorrencial para a energia não assegurada, porque essa é uma parcela – como o Professor Luís Pinguelli Rosa mencionou – que flutua de forma muito e muito volátil; e, para essa, os preços realmente flutuam muito. É preciso testar esse mercado primeiro, para depois jogar energia firme, talvez, nesse mercado.

O Brasil, na minha opinião, deveria adotar um caminho similar. Deveria começar criando um mercado de energia secundária em que as térmicas pudessem trabalhar em regime de complementação, porque elas teriam certeza de que têm acesso a uma energia secundária a preços de mercado e não a preços fixados por um modelo que opera ninguém sabe como e que resultado produz, mas a preços de mercado. Ela compra e negocia diretamente. Trata-se de preços certamente de longo prazo. Mas é uma energia interuptível, portanto, necessariamente terá de ser comercializada senão diariamente, semanalmente. Ela não pode ser comercializada em períodos longos.

Se adotarmos essa caminho, primeiramente testamos o regime de mercado para essa energia. Na próxima fase, ampliamos a fórmula para o resto do mercado. Essa é a minha proposta, mas posso encaminhar à Comissão, depois, um documento mais estruturado. Esse documento já chegou ao Governo, mas não sei se alguém o leu.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Muito obrigado, Professor Adilson de Oliveira.

Concedo a palavra ao Professor Bautista Vidal para suas respostas e considerações finais.

O SR. BAUTISTA VIDAL – A Deputada Jandira Feghali perguntou sobre a questão do gás. Desde a

década de 1970, época do Severo Gomes – essa questão do gás da Bolívia não nenhuma relação com a Bolívia; é Texaco, é Esso –, aqui havia uma pressão muito forte para que esse gás fosse comprado pelo Brasil, porque é o único mercado desse gás. Aquele gás não tem objetivo econômico lá. E os contratos lenoninos que agora se fizeram se estavam remoendo porque não havia confirmação das dimensões adequadas de reserva.

Agora, por exemplo, o Professor Rogério Cerqueira Leite, acompanhando estudos feitos pelos engenheiros da Aepet, afirma que o gás da Bolívia não dá para seis anos. Se isso realmente se confirmar, é um desastre. Como refazer o modelo brasileiro em cima de algo poluidor, de fonte externa, com preços absurdos em dólar etc. e que só dá para seis anos?

O SR. (debedador não identificado, nome não declinado) – O Presidente da Petrobras esteve aqui nesta semana para dizer que as jazidas da Bolívia eram uma coisa de séculos. Ele afirmou isso aqui, não foi, Sr. Presidente? Inclusive, falou sobre uma descoberta recente avaliando que era uma das maiores jazidas de gás do mundo.

O SR. BAUTISTA VIDAL – A Associação dos Engenheiros da Petrobras vem estudando isso há muito tempo, tem muitos trabalhos sobre isso. Recentemente, o Professor Rogério Cerqueira Leite, um estudioso das questões energéticas mundiais, fez um artigo na **Folha de S. Paulo** dizendo isto: é um projeto para seis anos. Se isso se confirmar, é uma loucura completa.

Agora, nos estudos que fizemos com os engenheiros da Petrobras, essa opção do gás da Bolívia é a oitava escolha, em outras possíveis opções muito mais adequadas. É algo inacreditável. Com enormes opções, parte-se para uma opção como essa. Foram várias razões: primeiro, o preço em dólar; segundo, fonte fora do País; terceiro, o preço crescente em petróleo. Em menos de um ano, o preço do petróleo cresceu 300%. O preço atual já é no preço do petróleo. Quem garante que o preço do petróleo não vai crescer outros 300% nos próximos seis meses?

Além disso, há a distribuição. O gasoduto é algo muito caro. É tão caro que a Esso, a Texaco e a Shell não pagaram o gasoduto. O Governo brasileiro impôs à Petrobras que pagasse o gasoduto. Quem fez o investimento foi a Petrobras, como também estão impondo à Petrobras a taxa cambial. Parece que a Petrobras virou caixa de pancada, para resolver problemas de ambições externas desmedidas e sangrar o

País. A coisa está caminhando mais ou menos nessa direção.

Na questão do gás, nesse longo período de afastar a hipótese da Bolívia – isso só se consumou recentemente, por pressão forte das quatro irmãs –, havia a justificativa da própria Petrobras. O Paulo Bellotti e eu participamos de reuniões na Bolívia. Há gás disponível não só na região de Campos, mas em todo o Brasil, em grande quantidade. Evidentemente, esse gás deve ser reinjetado para manter a pressão para se retirar o petróleo. Sem o gás, o petróleo não sai da rocha. Então, o gás é necessário, mas sempre sobra uma quantidade ponderável de gás, que a Petrobras é obrigada a queimar, por que ele não pode ser reinjetado além de certo ponto. Isso aconteceu por anos a fio, pois esse gás não tinha mercado aqui. Há locais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo em que o gasoduto já estava pronto. Então, afastaram o uso desse gás disponível, que não tinha mais utilidade, para fazer essa negociação ali cianante com as quatro irmãs, com uma fonte de fora do País.

Considero a alternativa do gás um crime inominável contra o País e contra o futuro do País. Estamos comprometendo, além disso, todos os investimentos externos. Cada termoelétrica custa US\$300 milhões. Estão falando em US\$15 bilhões para comprar equipamento. É uma loucura completa, é uma antiindustrialização. Assim, está-se fazendo o oposto de tudo o que se defende em termos razoáveis para o País.

Falando de coisas mais realistas, hoje, a Europa, por exemplo, está partindo para fazer centrais elétricas com resíduos agrícolas. Sevilha, por exemplo, tem uma central de eletricidade de 4 megawatts com rejeitos olivares. Imaginem, são arbustos! Então, Sevilha, Alemanha, Suécia têm centrais elétricas com rejeitos agrícolas. Imaginem os rejeitos agrícolas brasileiros, que são em grandes proporções!

Basta ver o bagaço de cana. O bagaço de cana consegue produzir, com uma mera modificação de caldeira para 60 atmosferas, 4.300 megawatts. É um terço de Itaipu, sem necessidade de linha de transmissão. Há a produção de energia diretamente nas linhas de transmissão de São Paulo, que é o grande centro consumidor. Como é que não se faz isso? Há anos que isso vem sendo tentado, mas o sistema financeiro proíbe. A prioridade é para o gás da Bolívia. Assim não dá, assim é jogo de bandido! O bagaço está disponível, com custo zero, criando ônus enorme, porque aquilo apodrece, e não permitem. Há um mês, foram, incorporados, com a Fiesp, ao BNDES.

Que diabo é isso? Com que tipo de gente estamos tratando?

Na realidade – confirmei isso com o Professor Ilido outro dia –, se usarmos o gás da madeira, com turbinas de alta eficiência, podemos mais que duplicar, podemos produzir uma Itaipu de energia elétrica em São Paulo, com custo zero de linha de transmissão. Veja que coisa fantástica à nossa mão, e com tecnologias que não temos, mas que temos condições de fazer. Não há problemas. Os europeus estão fazendo isso. Se for o caso, podemos até importar os equipamentos, como seriam importados os equipamentos de todo o gás. Poderíamos, então, até pensar em importar.

São alternativas pé no chão. Gostei muito dessa visão regional. Na questão energética, a energia está localizada na geografia. É fator de produção onde ela está. Temos de procurar.

Fizemos uma reunião na Sudene, fazendo a avaliação das águas do São Francisco, com todas as companhias elétricas e também com as companhias de irrigação do São Francisco. Foi algo assustador, por que as pessoas nunca sentaram para fazer um balanço. Os projetos existentes eram mais que o dobro das águas do São Francisco. É outra loucura, como o desvio do rio São Francisco. É uma loucura mais ou menos desse tipo.

Fizemos, numa certa fase, um levantamento com um instituto espacial sobre as disponibilidades florestais no Nordeste. Existe disponibilidade para, por meio de florestas energéticas, ao invés de buscar energia na Amazônia, com linhas de transmissão de corrente contínua, com custos bárbaros, produzir energia no próprio Nordeste. Mas era preciso fazer um certo esforço tecnológico, que já foi feito em certos lugares. Por exemplo, a média de produção normal no Nordeste é de 12 metros cúbicos por hectare/ano, o que é muito baixo.

A Acesita, no cerrado mineiro, fez um esforço e passou de 12 para 60 estéreos por hectare/ano de produtividade. Um estéreo de madeira representa um barril de petróleo. A Aracruz chega hoje a 126 estéreos por hectare/ano; são 120 barris de petróleo por hectare/ano.

V. Ex^{as} já imaginaram a figura do fazendeiro florestal, pequenos produtores, fazendo cada um a sua energia elétrica na dimensão dos municípios e das localidades?

E na Bahia? Qual é a proporção do território nacional que tem energia elétrica? É muito baixa. Agora, como vamos cobrir um Estado do tamanho da França

de linhas de transmissão? Isso representa um custo alucinante.

Entretanto, com as termoelétricas, a lenha, a carvão vegetal e gás natural, podemos cobrir o Estado, responder e – é claro – levantar a agricultura brasileira. Se se consegue 60 ou 70 metros cúbicos por hectare/ano, cada um valendo um barril de petróleo, são US\$2 mil por hectare/ano. Que agricultura dá isso? A pecuária dá US\$100 – e estou falando em US\$2 mil.

Está na hora de colocarmos a nossa competência nacional, com característica regional, na solução desses grandes problemas. Por exemplo, no Crea do Paraná, fizemos uma grande reunião de matriz energética. O Professor Ildo e o Joaquim de Carvalho estavam presentes. Fizemos um grupo de pessoas que sabem das coisas, que têm 40 anos de experiência no assunto. Descobrimos que estão querendo fazer 15 hidroelétricas em três rios vivos do Paraná. A reação do setor da agricultura foi terrível, porque as inundações de Itaipu comeram as melhores terras dos agricultores paranaenses. A hidroelétrica que, em certos casos, é uma solução, no caso do Paraná é o terror, porque vai inundar as terras férteis e vai matar aqueles rios.

E qual a solução do Paraná? O Paraná era uma maravilha, coberto de florestas. Apenas 8% restam de florestas remanescentes. Do que foi devastado, 40% dessa terra, metade do Estado do Paraná ficou improdutivo, virou deserto. Cortaram a floresta, o sol incidiu, oxidou o húmus e virou deserto. Quer dizer, a possibilidade de usarmos uma floresta com índices altíssimos de rentabilidade permite-nos recobrir e, é claro, não só refertilizar o solo, mas garantir a umidade essencial para os rios sobreviverem. Se a umidade não for mantida por meio das florestas, os rios para a produção de energia elétrica vão desaparecer, vão secar. É impressionante como no Pará, e também em várias outras regiões, quando devastam as florestas, os primeiros a desaparecerem são os rios. É um processo de destruição de um grande patrimônio energético da humanidade que está, exatamente, no trópico com umidade. Não adianta termos essa riqueza solar fantástica se não temos água. Sem água, vai virar um deserto. O deserto do Saara tem sol, mas não tem água. Nós temos os dois.

A grande solução para a era pós-petróleo são os trópicos, com sua altíssima rentabilidade de florestas e com termoelétricas. Os ambientalistas deveriam gostar, no entanto, estão atrapalhando. Por uma obsessão de não mexer nas florestas nativas, não per-

mitem que elas virem um fato econômico. A única maneira de preservar as florestas é dar-lhes um fim econômico. Por que Minas Gerais é o Estado que detém as maiores florestas plantadas? Porque estas têm um fim econômico na siderurgia. A Acesita, a Belgo-Mineira, a Mannesmann, em Minas Gerais, têm centenas de milhares de hectares de florestas plantadas porque têm um fim econômico.

Devemos aproveitar essa brutal crise programada para repensar o modelo energético brasileiro com as características extraordinárias que o Brasil oferece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradeço ao Sr. Bautista Vidal.

Concedo a palavra ao Sr. Mauricio Tolmasquim para suas considerações finais e resposta.

O SR. MAURICIO TOMALSQUIM – Muito obrigado. Vou procurar ser breve, inclusive porque muitas das questões já foram mencionadas.

Vou começar pelo ponto levantado pelo Senador Paulo Souto. S. Ex^a falou sobre as tarifas.

A questão das tarifas tem um nó. Aumentaram muito para resolver o problema das distribuidoras, para torná-las rentáveis. Aconteceu o seguinte: se considerarmos o valor da tarifa, 60% vai para remunerar as distribuidoras, 40% vai para a geração e transmissão. Se pegarmos o padrão internacional, será o contrário. Sessenta por cento da tarifa vão para geração e transmissão, e apenas 40% vão para a distribuição. O primeiro problema é a existência dessa inversão, que é fruto da tentativa de tornar rentáveis as distribuidoras.

O SR. PAULO SOUTO – Essa relação sempre foi assim?

O SR. MAURICIO TOMALSQUIM – Não, aumentou por conta da questão da privatização. Não era assim. As distribuidoras, na época em que eram estatais, tinham prejuízo. Aumentamos, mas só de um lado. Esse é o primeiro nó e faz com que as tarifas de geração e transmissão estejam relativamente achatadas. Teremos que aumentá-las um pouquinho se quisermos retomar a capacidade de investimento do setor. Se existe contrato de concessão que repassa todo o aumento de geração para o consumidor, vamos ter que resolver o problema da geração e da transmissão.

Não sabia dizer de quanto seria o aumento de geração e de transmissão, mas, certamente, não seriam os R\$80,00 da termoelétrica. Fala ram, com razão, que a termoelétrica pode ser mais barata, mas se entrar complementando a hidroelétrica. Isso ficou bem claro. Hoje, da maneira como vai entrar, que não é

complementando a hidroelétrica, vai sair R\$80,00 o megawatt/hora, que é, inclusive, o valor normativo baixado pela Aneel. É esse o valor real da tarifa, a não ser que...

O SR. PAULO SOUTO – Vamos explicar isso um pouco mais. Quer dizer: se ela entrar em complementação ao regime hidrelétrico. É isso?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Se ela entrar em complementação... Veja bem, a solução que temos que encontrar para resolver esse nó todo é a seguinte: conseguir uma maneira de criar um mercado secundário de gás do Brasil. A Inglaterra fez isso, mas acho que levou cinco anos para conseguir montá-lo, é uma complicação.

É o seguinte: há um contrato de **take or pay**, tem que comprar o gás. Agora, resolve-se o problema se essa empresa que comprou o gás, no momento em que não estiver funcionando, não tiver que pagar por esse gás, puder vender esse gás para uma empresa, por exemplo para uma indústria, mas que tenha um outro mercado que consuma aquele gás.

O SR. PAULO SOUTO – Fica mais barato se funcionar sem ser ininterruptamente.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Isso, ela se liga só na ponta ou nos períodos de falta de chuva, aí diminui, porque o investimento dela é barato. O problema é o combustível.

Então, o que ocorre? A termoelétrica complementando o sistema hídrico é uma beleza, otimiza-se o sistema; o nosso gargalo todo é que ela não está entrando complementando, ela vai entrar na base, substituindo o sistema hídrico. Agora, se a gente consegue resolver essa equação... Como é que se resolve isso? Fazendo com que ela funcione só nesse período da ponta ou no período de seca.

O SR. PAULO SOUTO – Mas isso vai pagar o investidor?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Paga. O problema dessa pessoa é justamente não ter que pagar pelo gás. O problema dele é que, se ele tem que pagar o gás, ele não pode desligar a planta dele. Então, se a gente arruma um jeito para colocar um mercado para o gás dele...

O que a Inglaterra fez foi criar um mercado secundário de gás, quer dizer, vende para uma outra empresa ou indústria que funcione.

O SR. PAULO SOUTO – Como é o contrato, por exemplo, de quem compra o gás na Bolívia?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – É da forma **take or pay**. Ele tem que comprar...

O SR. PAULO SOUTO – Também?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – É.

Qual é o grande problema? A solução é criar esse mercado secundário. Estou falando isso, mas sabendo que não é fácil, existem vários problemas. Mas tem que se conseguir, porque é a única solução, senão, cairemos numa irracionalidade, porque aumenta a tarifa. Há que se achar um jeito de conseguir montar... Há uma solução. Há que se encontrar um meio de vender esse gás para esses outros setores e, aí, colocar essas termoelétricas funcionando de maneira intermitente. Assim, resolve-se o problema.

Agora, veja bem, a questão da energia velha. É fundamental usá-la. O ponto, o nó que existe, e que não está ainda resolvido, é o seguinte: pelo modelo atual de mercado, não é possível usar a energia velha, porque, por esse modelo, ninguém vai construir uma usina se estiver sendo vendida uma energia a R\$40,00 o megawatt. O argumento é que não se consegue competir com ele. Então, temos que adaptar o modelo atual. É por isso que estou falando: acho que o modelo, da maneira que está, é problemático, porque como alguém vai construir uma usina nova se tiver que competir com a energia velha? Por outro lado, é um absurdo abrímos mão dessa energia velha.

O SR. PAULO SOUTO – A outra opção, que seria absurda, é aumentar o preço da energia velha.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Exatamente, isso é uma loucura. Mas existe solução para isso também. Com relação a isso, até o Dr. Luís Pinguelli Rosa estava falando do nosso colega, Roberto Araújo. Só que aí não passa por esse mercado competitivo da maneira que está estruturado; tem que ceder e mudar o mercado.

Esse é o problema, não passar por esse mercado, que é justamente ter uma maneira de se comprar – por exemplo, Eletrobrás, Furnas ou outra que seja – essa energia das térmicas, que está sendo gerada mais cara, e usar no seu **mix** com a energia velha para colocar no sistema, quer dizer, é uma maneira de, uma com a outra, fazer um **mix** das duas energias.

O grande problema dessa solução, para alguns, é que apresenta a questão do mercado. Então, esse é que seria o “problema”. Acho que não devemos colocar o mercado como um dogma, mas que o setor energético deve funcionar da melhor maneira possível e ao melhor preço. Se a questão é que deve haver mercado, realmente temos um problema. O mercado pode ter um papel secundário, mas não pode continuar da maneira como está.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Professor, essa questão do mercado não se verifica nem nos Estados Unidos. No Tennessee, vai lá ...

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Sem dúvida. O mercado pode funcionar, mas é secundário. Citei o exemplo justamente dos Estados Unidos. Citar a Inglaterra. Mas o caso dos Estados Unidos é interessante. E por que falamos desse país? Porque é um modelo para o mundo capitalista. Não estamos falando nada subversivo. Lá há as empresas concessionárias, há a obrigação e há o produtor independente.

É possível haver um sistema misto, no qual o mercado, a livre iniciativa, o Estado, cada um deles tem seu papel. Isso não é absurdo.

Em relação ao que disse o Deputado Virgílio Guimarães, alinhando-me às considerações feitas pelo Sr. Luís Pinguelli Rosa e pelo Adilson a respeito de medidas a curtíssimo prazo, penso ser importante dizer que realmente deve-se eliminar a possibilidade do corte de energia das residências se as pessoas não atingirem 20% de redução no consumo. Além de ser uma brutalidade enorme, é inconsistente com a própria posição do Governo.

Há algum tempo, o Governo tinha proposto que, se não reduzíssemos o consumo em 20%, imporia uma multa. Mas o próprio Presidente da República admitiu que isso era injusto.

O SR. PAULO SOUTO – No princípio, não. Mesmo com redução, quem consumisse mais, também pagaria mais, o que é pior. Mas prevaleceu a regra de só pagar sobretaxa se não fizer economia.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Eu sei. Mas num momento anterior, bem no início do debate, falou-se sobre a multa. Se não houvesse corte, a pessoa seria multada. Depois pensaram em acabar com essa possibilidade, porque quem já era econômico e consumia pouco seria penalizado.

O que fizeram agora? Estão propondo a seguinte medida: quem não reduzir em 20% o gasto de energia terá sua energia cortada por três dias e, se persistir, por seis dias. O princípio tem a mesma injustiça da medida tomada anteriormente, mas a penalidade é muito mais forte. Podemos fazer a seguinte imagem: ao cometer uma infração como avançar o sinal, por exemplo, recebia-se uma multa. Agora, comete-se a infração e tomam-lhe o carro.

O SR. PAULO SOUTO – Professor, o corte traz problemas inaceitáveis, mas se admitirmos que devemos fazer essa economia a curto prazo...

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Mantenha a sobretaxa.

O SR. PAULO SOUTO – Mantenha a sobretaxa para quem não cumprir a meta?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Exatamente. Acho que é uma medida ruim, mas é melhor do que o corte. Qualquer medida que tomarmos será ruim – estamos entre escolhas ruins – mas algumas são violentas. E isso é inaceitável. Cortar a energia de residências está no campo do inaceitável. Quanto às outras medidas, também há injustiças, distorções, problemas, mas cortar energia é uma violência e uma injustiça muito grande.

Outra questão de curtíssimo prazo – o Deputado falou sobre isso fazendo eco com o Pinguelli – é autorizar as estatais a investirem. Furnas tem um plano de investimento de R\$16 bilhões para os próximos seis anos, R\$6 bilhões com recursos próprios e R\$10 bilhões em parceria com o capital privado. Pensei que essa proposta já estivesse aprovada. Levei um susto quando descobri que não está, que não está previsto esse investimento. Isso é um absurdo.

O SR. PAULO SOUTO – Não tenho ouvido e não tenho participado naturalmente dessas resoluções, mas parece que haverá essa autorização para aquelas linhas de transmissão que forem consideradas urgentes em resolver esse panorama. Tenho percebido isso.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Mas o pacote de Furnas, além do investimento para transmissão e geração, inclui uma pequena parte para compra de energia da Argentina. É um pacote enorme. É uma massa de investimentos grande. Parece-me que, no momento, dizer não a um agente que tem capacidade de investir é irracional, não faz sentido. Se o Orçamento está sendo aprovado agora, o momento de agir é agora. Duas ações são urgentes e fazem parte do raio de ação desta Casa: a questão do corte e a de conseguir incluir no Orçamento autorização para Furnas investir. Isso é fundamental. Furnas tem caixa e quer pegar esse caixa para, em parceria com o capital privado, fazer investimento. Ela nem falou que vai pegar dinheiro do BNDES. Não permitir isso é sem sentido.

O SR. PAULO SOUTO – Desculpe-me, mas isso deveria ter sido feito independentemente de se discutir o modelo. Nessa fase de transição, isso deveria acontecer. Até se pode frustrar um modelo que eventualmente poderia ser bom por ser excessivamente rigoroso na fase de transição, em que se sabe que nem sempre as coisas acontecem como se deseja.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Isso mesmo. Furnas é a ponte. Vamos supor que estejamos defendendo este modelo, que desejemos implantá-lo

no futuro. Eu diria para os advogados o seguinte: permitam que Furnas seja a ponte para esse modelo futuro. Não estou desse lado, mas, se estivesse, diria: façam isso, deixem Furnas ser a ponte para o seu modelo. Não estamos nem discutindo. É só deixar chegarmos ao outro lado da ponte. Se vocês acreditam que esse modelo vai funcionar, tudo bem, mas deixem-nos chegar ao outro lado. É uma questão muito singela.

Com relação ao que disse a Deputada Jandira Feghali, concordo com S. Ex^a. Trata-se de utilização de várias fontes. Ninguém aqui está defendendo apenas hidroeletricidade ou seja qual for a fonte. Estou feliz por ter participado de tantos debates neste período itinerante – digamos assim –, pelo Brasil afora, porque observo que algo está virando consenso: temos que aproveitar todas as oportunidades no Brasil. Quando vejo especialistas de uma fonte brigando com outros para saber quem é o melhor, isso é besteira. Aqui há espaço para todas as fontes. Temos que crescer um litro a cada três anos. Dá para usar o bagço, centrais hidroelétricas, co-geração.

Fui a um seminário do Sebrae, e um Secretário de Energia do Piauí, ao me dar carona para o aeroporto, fez questão de me mostrar, todo entusiasmado, o seu projeto de uso do babaçu. Entendi o problema dele. Ele quer gerar emprego lá. Achei bonito aquilo. E, assim como há o babaçu, pode haver o dendê na Bahia, por exemplo. Há várias possibilidades, que precisamos aproveitar. Ninguém aqui está lutando pela sua fonte, mas para que sejam aproveitadas todas as oportunidades.

Com relação ao que disse o Deputado José Carlos Aleluia, primeiramente, S. Ex^a disse algo fundamental, que precisa ficar claro: o Governo aumentou o nível de racionamento por não ter tomado medida alguma anteriormente. Isso é verdade. Realmente, é uma tristeza. Em março, por exemplo, na hora em que saiu o relatório, o próprio ONS poderia ter tomado uma medida. E teríamos que cortar o consumo de energia em apenas 5%, o que não seria muito. Ele não tomou essa medida nem no momento em que teve conhecimento do relatório. Realmente, é um absurdo termos chegado a esse nível de corte que se faz necessário.

Aconteceu o seguinte: o Governo apostou que, em novembro, iria chover. O mais extraordinário é que ele manteve essa aposta em março, quando o risco já era altíssimo. Ele manteve até o último momento a aposta de que iria chover. Naquele momento, se ele tivesse cedido um pouquinho, teríamos que reduzir o

consumo em apenas 5%. Quer dizer, isso é inaceitável! Gostaria de concordar com o que foi dito pelo Deputado.

O outro ponto que foi comentado diz respeito às térmicas, o problema não é pagar-se para as térmicas ficarem paradas. Não é problema se não tivermos que pagar pelo gás também. O sistema de complementação térmica – a térmica complementando a hídrica – é este mesmo: vamos pagar para que aquela fique parada, vamos pagar o investimento. O problema é racional agora, porque nós vamos ter que pagar o investimento e o gás também.

O SR. PAULO SOUTO – Mesmo sem utilizá-lo?

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Mesmo sem utilizá-lo. Então, a racionalidade está aí. Só para ficar claro, porque eu tinha dito, justamente, que era irracional pagar para uma térmica ficar parada. É irracional neste momento. É claro que, se resolvermos o problema do gás, não haverá problema.

O SR. PAULO SOUTO – Já que vamos pagar por um gás que não vamos utilizar, poderíamos usá-lo como meio para desenvolver o mercado secundário.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – No mercado secundário quem paga pelo gás quem vai consumi-lo em outro negócio. Agora é o consumidor quem vai ter de pagar. O mercado secundário é isso aí. Ao invés do consumidor, pagará quem utilizar o gás. É uma engenharia. Teremos que sentar para fazer o processo funcionar. Não estou dizendo que é simples.

O SR. BAUTISTA VIDAL – Gostaria de fazer uma observação. Há dois mercados secundários: o mercado secundário do gás, ao qual o Maurício referiu-se; e o mercado secundário de energia elétrica, ao qual o Adilson referiu-se. A indústria de alumínio pode comprar energia elétrica interruptível mais barata, o que também é viável. Além do mais, alguém pode comprar o gás na época em que a usina precisa parar.

O SR. MAURICIO TOLMASQUIM – Finalmente, vou concluir. Quero falar sobre uma questão que o Deputado mencionou. Não será permitido que a energia velha seja controlada por um produtor independente. Não conheço detalhes do texto, mas creio que é fundamental. E quero aqui parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Agradeço ao Sr. Maurício Tolmasquim.

Concedo a palavra ao Professor Ildo Sauer para suas respostas e considerações finais.

O SR. ILDO SAUER – As questões são evidentemente complexas, mas não me pretendo alongar

nas respostas. Falarei somente o necessário, caso contrário, seria necessário que se fizesse uma nova exposição, porque as questões são importantes e pertinentes.

Em primeiro lugar, é preciso dizer com clareza que ninguém está advogando uma volta ao passado. Temos que buscar nos libertar dos erros do passado e dos fracassos do presente em relação ao modo do elétrico e energético do País. Quer dizer, todo o processo histórico nos dá lições suficientes para que tenhamos, agora, uma base de negociação para construir algo novo que atenda as nossas necessidades.

A pergunta do Senador Paulo Souto é fundamental. Falarei sobre o gás oriundo da Bolívia. De fato, a Petrobras fez um contrato, há quase dez anos, quando o gás custava US\$0,90 por milhão de BTUs na boca do poço. Foi esse o preço contratado, vinculado ao dólar e ao petróleo. Por que ao petróleo? Porque é uma cesta, tanto que ele veio aumentando. Hoje, o contrato prevê o pagamento de US\$1,67 por milhão de BTUs na boca do poço. Será entregue às térmicas por US\$2,26. O grande investimento – e antes era a previsão de que seriam necessários de US\$1,8 a US\$2,00 por milhão de BTUs para recuperar os custos do transporte. O problema do gás da Bolívia é que o investidor lá quer recuperar, converter algo que pode fluir como gás em **cash flow**. É a lógica do investimento. Quem fez o gasoduto precisa amortizá-lo, independentemente de usá-lo. As prestações da amortização existem. Há flexibilidade nas margens, mas essa é a realidade. Por isso que as térmicas à gás natural de grande porte são profundamente equivocadas. Só para produzir eletricidade seria mais barato construir térmicas na Bolívia e trazer o gás via linhas de transmissão. Bem ou mal, a melhor tecnologia de conversão de gás em eletricidade permite converter de 50% a 55%, que são as de ciclo combinado em eletricidade/hora. Vamos trazer todo o gás de lá para desperdiçar a metade aqui, embora linha de transmissão seja mais barato para trazer eletricidade de lá para cá.

O SR. PAULO SOUTO – Mas ele não foi construído pensando em fazer termoelétrica. É isso?

O SR. ILDO SAUER – Não foi, mas o mercado não se desenvolveu suficientemente. Tanto que houve uma pressão de todos eles para que se fizessem térmicas para acomodar o gás. Houve uma conjunção de fatores. Tanto a Petrobras, Gaspetro e outras queriam as térmicas, porque elas permitiriam o mercado para o gás. De outro lado, havia alguns grupos de investidores para os quais seria mais interessante ter

um negócio em torno de uma térmica, porque se tem o financiamento, o contrato de venda da energia garantida com repasse automático, uma distribuidora; tem todas as garantias e pode, depois de construída a engenharia financeira, repassar até esse fluxo de caixa para o investidor institucional, tipo um fundo de pensão brasileiro ou internacional. Primeiro porque havia interesses concretos.

O mercado que deveria ter sido desenvolvido era o da co-geração. Substituindo-se em São Paulo e em todos os lugares o uso do óleo combustível na indústria. Lá, como defendi antes, seria possível converter pelo menos 30% desse gás em eletricidade na co-geração e usar os outros, quase 60% mais ou menos, nos processos térmicos da indústria de refino de petróleo, na indústria química, na petroquímica, nos hotéis, nos **shopping centers**, na indústria têxtil e também na de cimento e, indiretamente, até na siderurgia.

Há uma agenda interessante que permitiria ganhar sobre todos os pontos de vista e que não foi seguida. O gás também é importante no transporte coletivo, substituindo o diesel. Gás veicular para ônibus e para frotas cativas. De maneira que havia uma agenda importante para isso.

O problema fundamental que o Senador aborda tem a ver com as hidráulicas. Se a energia velha pode conviver com a nova. Evidentemente que essa é a grande vantagem comparativa de termos hoje ainda 60 mil megawatts de capacidade instalada a um custo tão baixo. Apesar de todos os processos de má gestão nas estatais, os custos médios são aqueles. Para dar um exemplo, convivemos hoje com usinas como Porto Primavera, que tem um custo elevado, com outras que têm um custo já amortizado. Muitas da Chesf, de Furnas e outras, só com custo de operação e de manutenção. Mesma Chesf, Ilha Solteira, Jupia, todas com custo da ordem de R\$8 um megawatt-hora. Só operação e manutenção, porque já estão amortizadas contabilmente.

O que eu não aceito e não aceitaria nunca é criar o mercado atacadista de energia, que vai tender a esse aumento brutal, até porque o preço diretosinalizado é o das térmicas de grande porte operando na base, não é o das de complementação térmica, como foi dito aqui pelo Adilson, de pois eu falo sobre isso novamente. E isso sinalizaria esses preços monstruosos. Eu mostrei que a transferência significaria algo em torno de R\$12 a R\$18 bilhões por ano, pelo fato de deixar de vender energia hoje na média de quarenta e passar a vendê-la toda a mais de oitenta, noventa

ou cem, porque o custo das térmicas de grande porte está na ordem de US\$40 o megawatt-hora. Vinte e cinco é o valor do combustível, mesmo subsidiado, quinze é o da amortização do capital e cinco o preço da operação e da manutenção.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – O senhor tem idéia de qual foi o total de contratos firmados no MAE até agora, se é que houve algum? Na Inglaterra, se não chega a 20% do total de contratos de energia.

O SR. ILDO SAUER – As distribuidoras, pela legislação anterior, poderiam expor, no máximo, até 15% da demanda a que têm de atender, com contratos ao mercado **spot** do MAE. Isso é uma coisa. Outras são os contratos bilaterais. Já existiam os iniciais: são aqueles que ainda hoje garantem a venda da energia pelo preço velho que, progressivamente, à medida que forem liberados, poderão se converter em contratos bilaterais ou em exposição ao mercado **spot** – mercado de ajuste de curto prazo que hoje não tem razão nenhuma para existir mais, até porque não existe o que ajustar se não há oferta para atender a qualquer demanda. Essa é uma questão conceitual.

De qualquer maneira, a grande vantagem do sistema hidráulico brasileiro é que ele parte de uma base muito sólida para avançar no modelo. Aí, há muitas formas de fazê-lo. Até fazer política pública em tarifação, com tarifas menos agressivas. O que venho dizendo é que se, em 1994, tivéssemos concebido um modelo tarifário que permitisse esse aumento brutal previsto, não teria sido necessário privatizar nem fazer mais nada, porque só o que já aumentou na tarifa da distribuição, acima da inflação, significa hoje uma transferência da ordem de R\$6 bilhões por ano. O que aumentaria com a venda dessa energia, que custa de 40 a mais de 100, são outros 12 a 18. Isso é muito mais do que precisa ser investido. Para expandir a oferta de energia no Brasil, para garantir a expansão, precisamos investir algo entre R\$8 a R\$10 bilhões por ano. Ora, se estamos com vinte, sobram dez para fazer um fundo de combate à pobreza, outras políticas públicas.

Dessa forma, essa é a grande questão em relação ao modelo que transfere uma riqueza, que é de todos os brasileiros, para alguns especuladores ou investidores apenas, criando, inclusive, problemas macroeconômicos, porque, se forem estrangeiros os que as comprarem, virarão divisas a serem remetidas, e em uma situação agravada. Aí está a grande riqueza de se fazer política pública, com um mercado competitivo ou não, porque podemos expandir, também, a partir da base que temos, licitando, a partir de um pla-

nejamento bem organizado, as melhores opções de oferta, via iniciativa privada ou as estatais. E aí, agregamos ao **mix** médio da tarifa de geração, e podemos, inclusive, aumentar um pouco a tarifa acima desse custo histórico, para fazer políticas públicas.

Quer dizer, há uma gama de opções, usando, mais ou menos, mecanismos de mercado, buscando eficiência na oferta de agregação de opções de geração nova, até porque a opção mais inteligente – como falei antes –, na minha opinião, é aquela agenda: de co-geração, 20 mil megawatts; PCHs, 3 a 10 mil; conservação de energia, 10 mil megawatts; hidráulicas, 50 mil megawatts, a custo inferiores às térmicas. E temos ainda várias opções renováveis que podem ser consideradas.

Agora, se for fazer térmica de grande porte, o mais inteligente é térmica flexível, que opera em complementação no longo prazo. Isso significa que serão operadas somente quando não há água. Nos três a variação, antes de o regime hidrológico registrar 10,31 no Sudeste. Houve um ano em que a chuva – foi na década de 50, em 1954, por aí – teria permitido produzir 17 mil megawatts médios. No ano mais chuvoso, 1983, daria 47 mil megawatts médios, o que é uma variação importante, que seria compensada pelos reservatórios, ao longo dos anos. Mas essa compensação pode ser feita pelas usinas térmicas, que só vão ser operadas quando faltar água, a cada quatro, cinco, sete, oito anos. É, portanto, um seguro cujo investimento inicial é muito baixo, da ordem de apenas US400.00 o quilowatt instalado. Elas deveriam, preferencialmente, não ser a gás, porque o gás tem esse problema, ou na boca do poço do gás, ou, então, em um porto, onde se ancoraria um navio que seria alimentado com óleo combustível nas épocas desfavoráveis. Essa é uma outra opção de tornar segura a água, toda ela.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – Professor, só para fazer uma ressalva, reforçar a responsabilidade na internacionalização desse setor de serviços, porque, se ele tivesse sido pelo menos privatizado ao capital nacional, não estaríamos transferindo poupança para o exterior. Quer dizer, é cavalgar, vamos dizer, o maquiavelismo de transferir. Estamos transferindo dividendos sobre as vazões dos rios brasileiros.

E isso foi de propósito. Não sei se senhor se lembra daquele programa de conversão de dívidas, no Governo Sarney, em que, pelo menos, havia uma quarentena de doze anos para se remeter o capital e os juros. Quer dizer, nem esse cui-da-do houve na hora de privatizar, de exigir uma quarentena, que essa poupança ficasse aqui, para podermos melhorar a in-

fra-estrutura ou o modelo de transição. Nem isso. É como está dito nos jornais: hoje, há pessoas pagando investimento de dois anos.

O SR. ILDO SAUER – E o problema todo é o seguinte: se, garantida a expectativa de ganhos tão extraordinários, na hora de um leilão de venda, eles aportassem grandes pagamentos, que iriam ao Tesouro, até haveria uma compensação, o Tesouro se apropria previamente desse benefício, que chamamos, conceitualmente, de renda hidráulica, que vai para os cofres para fazer política pública, fazer outras coisas.

No entanto, isso não aconteceu nas privatizações das gerações feitas. A geração pagou preço mínimo – mé dia de US\$700.00 o quilowatt instalado. Lá, a Gerasul, Tract Bell (*termo não encontrado nos bancos de dados da Taquigrafia*), preço mínimo. Em São Paulo, houve um pequeno ágio, que também é calculado... Porque essa metodologia de fluxo de caixa descontado vem a ser exercícios de ficção que fazem aportes em relação à evolução prevista das tarifas, só que cada um avalia o quadro institucional e diz: isso aqui pode não se sustentar; qual quer governo que venha de pois tal vez mude essa filiação, e isso é risco, e isso o investidor desconta previamente. De qualquer maneira, os aportes seriam muito pequenos, em compensação.

A outra forma de apropriar essa renda hidráulica seria o que já foi aventado aqui: via tributação. Se se aumentam as tarifas, esse lucro, ganho extraordinário, pode ser apropriado para o Governo via tributação, mas essa é uma outra política. Há uma flexibilidade muito grande de políticas públicas que podem ser afinçadas em relação ao modelo atendendo a diversas opções. O que está completamente errado era o que estava sendo feito, que é o pior de todos os mundos: você não apropria nada agora para quem vende e apenas garante lucros extraordinários no futuro, se o modelo vingar, que também, hoje, está em cheque, porque, como bem disse o Pinguelli, o edifício caiu. Eu havia escrito antes que a utopia ultraliberal aplicada aos mercados de energia ruiu, e não é por sustentação nem teórica.

Tentei explicar ao Deputado Aleluia, antes de S. Ex^a sair, que o que eu havia dito antes era que o próprio Eugene Koil (*nome não encontrado nos bancos de dados da Taquigrafia*), que é conhecido nosso, esteve no Rio de Janeiro e esteve aqui, e outros há muito tempo vêm apontando a inviabilidade conceitual de se acreditar que grande competição haveria na geração elétrica pela natureza da produção e pela natureza da própria energia elétrica, que é diferente de salsicha. Você conhece o produtor da salsicha, tem a marca, tem o sabor, tem coisa. É mais parecido com os grãos, que são **commodities** universais – a soja, o milho, coisas muito básicas, o minério de ferro em al-

gumassituações – com grandes custos iniciais. Então, a competição jamais vai acontecer.

De outro lado, a liberdade de escolha dos consumidores, que era outro pilar da reforma do modelo, não passa de uma falácia, porque, para os pequenos consumidores, que são mais de 90%, isso jamais vai representar uma opção real de reduzir custos, de melhorar a qualidade, até porque não haverá intermediários interessados em manipular esse mercado, e aí há números importantes. De qualquer maneira, infelizmente, não dá para entrar em detalhes mais aprofundados, mas há opções muito importantes para essa questão que entendendo estar no cerne da reforma do setor elétrico, como conciliar uma vantagem comparativa natural hoje já desenvolvida. E mais ainda: esse potencial hidráulico deve ser desenvolvido, na minha opinião, em favor do interesse público, não ser dado aos grandes consumidores, inclusive os de alumínio.

O rio e o potencial associado a ele são públicos, devem ser direcionados para o interesse público em primeiro lugar, para que esse diferencial entre custo da produção da energia de um projeto bem desenvolvido e o valor econômico de mercado dele não seja apenas em benefício de um grupo ou outro. Essa é a primeira grande questão do Senador Paulo Souto. As outras vou abordá-las com um pouco... Isso tem a ver tanto com os rios já desenvolvidos como com os por desenvolver, aqueles 50 mil megawatts que estão aí. Isso deve ser feito no interesse público.

A posição da Deputada Jandira Feghali, que defende mos – ten tei fazer isso –, é a de que há que descentralizar os recursos. Havia um modelo anterior excessivamente centralizado na Eletrobrás, havia até uma espécie de ideologia tecnológica em favor das hidroelétricas apenas. Temos que não só descentralizar as fontes, as opções. Temos a eólica, no Rio Grande do Sul, no Nordeste e no Rio de Janeiro, temos casca de arroz, babaçu, dendê, na Bahia, restos vegetais, em muitos lugares, temos, os mais óbvios, o bagaço de cana e também os restos vegetais da indústria de papel e celulose, importante no sul da Bahia, em São Paulo, no Paraná e em outros lugares.

Deve haver uma agenda energética importante, que não só deve-se descentralizar os mecanismos que permitam o seu desenvolvimento apropriado – e grande parte deles o serão pela iniciativa privada, pela própria natureza dos recursos – como a co-geração, essas fontes todas são passíveis de que se faça isso, como de outro lado, é preciso descentralizar o planejamento, a gestão e a regulação. Não é possível conceber mais que em Brasília haja um órgão regulador que centralize tudo, como a Aneel. Ora, há muitas questões que são locais. A experiência americana e internacional mostra isso. A regulação não é um processo eminentemente neutro, como pretendem fazê-lo, incluindo a regulação pelo preço-teto, como

hoje se propõe para se induzir a eficiência. A regulação é um processo eminentemente político, é uma disputa pela renda, pelo preço. O esclarecimento, a transparência, a participação pública são fundamentais para garantir qualidade, preço e universalização do acesso. Trata-se de um processo político. Então, há que se ter árbitro final, um agente federal para algumas questões, mas há que ampliar o papel local, municipal até, em alguns casos. Isso não é só para a energia elétrica, é para outros serviços públicos também.

As colocações do Deputado Virgílio Guimarães são importantes. Penso que a questão da multa, a questão do corte foi bem colocada aqui. Temos uma espécie de primitivismo jurídico no momento em que você impõe um castigo físico a um cidadão que cumpriu as suas obrigações. O culpado, que é o Governo, se converte em juiz. A vítima, que é o consumidor, é convertida em réu nesse processo. Então, não é possível.

A multa é ineficaz, porque para os pobres ela pode significar, mas eles têm pouco a reduzir no consumo, e para os que têm alto poder aquisitivo pagar o dobro pela energia não será um problema extraordinário, além do mais cristaliza uma situação socioeconômica de um ano atrás arbitrariamente, onde quem consumia muito continua com o direito de consumir muito, e quem já foi eficiente porque introduziu todos os mecanismos de possível redução no consumo: trocou lâmpada, geladeira, motor elétrico na indústria é penalizado agora porque não tem mais espaço para reduzir, enquanto o perdulário é premiado porque pode fazê-lo, inclusive, com ganhos econômicos e incentivos.

De maneira que havia outras coisas de política pública que se devia fazer. Já citei algumas: iluminação pública, iluminação residencial, assessoria, financiamento. Há várias ações, inclusive as concessionárias hoje arrecadam 1% da tarifa publicamente regulada com o objetivo de promover eficiência energética. Gastaram tudo apenas para reduzir perdas da distribuição, quase substancialmente. Os números estão no relatório que entreguei ao relator.

Por ano, R\$240 milhões são gastos inadequadamente em conservação. Esses outros recursos do BNDES poderiam ter sido usados para orientar, para expandir, para criar o mercado de eficiência energética no Brasil. A crise cria essa oportunidade. Não foi usada adequadamente a política pública para isso, nem para iluminação pública. Como disse há pouco, há um potencial de 500 megawatts, 1% do consumo total, só trocando 10 milhões de lâmpadas ineficientes por outras eficientes.

De maneira que essa é a questão. Evidentemente as estatais, como disse o Deputado Virgílio, também tem um papel importante. Elas podem e de-

vem ser usadas como um instrumento de ampliação da oferta; elas podem ser o poder regulador do mercado, tendo a sua oferta de energia como instrumento de equilíbrio, ou de indução a parcerias para oferta de energia, para viabilizar essas fontes, ou, então, para possibilitar que elas próprias façam a expansão. É óbvio. E, atuando como atuam no mercado, há um instrumento regulador para garantir energia a preço de acordo com políticas públicas que venham a ser definidas.

Quanto às posições do Deputado Clementino Coelho, gostaria de dizer que evidentemente a situação do alumínio é insustentável, 55% do alumínio é produzido no Pará e no Maranhão por três empresas; os outros 45% são na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; ainda hoje 4,5% do consumo, da energia brasileira vai para a produção de alumínio, a preço subsidiados há mais de 20 anos, abaixo do custo.

Mesmo no Norte, quando Tucuruí parar de verter, será preciso poupar essa água para fazer energia para outras prioridades, são 10% da eletricidade. Não é só alumínio. É cloro soda, é ferro liga, é a própria indústria siderúrgica. Há que se negociar aí a redução no consumo; indenizar, e a boa base para isso não é o MAE, que é imoral. É o que elas declaram como seus lucros à Receita Federal; é um bom paradigma para negociar a redução de perda dessas empresas. O Governo deveria usar o mesmo rigor e vigor que usou com o órgão público em geral, em relação às concessionárias de eletricidade, das quais não se exigiu cumprimento da obrigação primeira de um concessionário monopolista, que é atender o mercado, que é garantir a entrega de energia ao pequeno consumidor. Se não pode fazê-lo, que o indenize, pode até cada concessionário indenizar o mercado para comprar do consumidor o não consumo. Depois vê como é que se faz para repassar esse custo na cadeia de responsabilidade. O que não podia fazer é o que foi feito: tratar com luva de pelica os grandes consumidores, e as concessionárias e o consumidor, simplesmente, na "porrada", inclusive com violência...

O SR. PAULO SOUTO – Acho que essa é uma questão básica para se resolver, mas só para ter a idéia da complexidade de certas coisas. Imagine certos Estados que têm, por exemplo, o ICMS, basicamente, como a fonte principal. Então, é preciso pensar sobre isso, porque alguns Estados...

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES – O ICMS incide sobre a energia, ou sobre o alumínio?

O SR. PAULO SOUTO – Sobre a energia, o ICMS é alto.

Se tiver que ser adotada uma solução dessas, temos que ver a finança de alguns Estados, que têm uma alta sensibilidade a isso, porque se não de repente você dá neles uma pancada que se torna inviável.

vel. Então, é um assunto que também tem que ser focalizado para vê como isso é complexo.

O SR. ILDO SAUER – Senador Paulo Souto, se o ICMS que incide sobre a energia não for aplicado no caso do alumínio, quando ele for transferido para uma região o Governopoderia arbitrar uma compensação.

O SR. PAULO SOUTO – Quer dizer que a energia elétrica, diferentemente dos outros bens, só é paga por quem consome, e não por quem produz.

O SR. ILDO SAUER – É importante dizer que 80% do alumínio produzido no Brasil é exportado, grande parte dele sob forma de lingotes, gerando divisas da ordem de US\$1,4 bilhão por ano. Só que, para fazer a mesma energia que esse alumínio consome para ser exportado, com gás da Bolívia, nas condições atuais, você gastaria, por ano, entre amortizar equipamento e importar gás, US\$1,2 bilhão. Até nas contas macroeconômicas essa opção não se justifica, nem para fazer divisa.

Há outras opções que precisam ser buscadas. Evidentemente, o problema dos usos múltiplos das águas é a grande questão e tem que ser regionalizado. Evidentemente, o tratamento na Amazônia, no Sul, no Sudeste, em São Paulo, é diferente em relação ao que fazer. O importante é que o novo modelo privilegia o uso da água para energia. Apesar de ter uma política pública orientada para o controle coletivo sobre as águas, na prática, sobre põe-se o interesse econômico em relação a isso, e não tem jeito.

As questões do Senador Eduardo Suplicy são muito importantes. Em uma sociedade como a brasileira há um papel conceitual para as relações de mercado. O mercado tem que contribuir, evidentemente, não há dúvida. A questão é acreditar que ele pode e deve resolver tudo, como foi a ingenuidade ultraliberal que prevaleceu até recentemente.

Quanto às ponderações do Deputado José Carlos Aleluia, já respondi que, de fato, as tarifas que apresentei são de 1995 para cá. O rombo a que S. Ex^a se referiu, que, de fato, aconteceu em decorrência das tarifas abaixo do custo ao longo da década de 80 até o começo dos 90, foi de R\$ 28 bilhões, porque a tarifa era muito abaixo do custo na quele tempo. O que apresentei foi de 1995 para cá, do começo do processo de reforma.

Quanto à comparação com a adolescente grávida, concordo que tentaram esconder a barriga. Só que não foi de uma adolescente normal. Parece que foi de uma adolescente elefoa, porque esse negócio já vem há quase 20 meses. Então, é uma gravidez de longo prazo que está colada aí. A crise se pronunciava, o quadro estava claro. No seminário que fizemos

nesta mesma Câmara dos Deputados, no dia 14 de junho do ano passado, apontamos essas saídas. Muitas das coisas que apontamos aqui foram claramente ditas então: a geração de emergência, que propus aqui, mobilização dos geradores de emergência, co-geração, conservação, tudo isso. O Fernando Ferro lá estava, como também o Fleury, o Salatiel de Carvalho, que presidia as reuniões.

Todo esse diagnóstico que fazemos aqui fizemos lá, estão nos Anais. Infelizmente, o Governodizia que éramos catastrofistas e que as chuvas viriam no montante que eles imaginavam. Infelizmente, a natureza se comportou como costumase comportar.

Para não estender demais minhas observações, acho que o Congresso deveria intervir, em curto prazo, para não permitir o assalto legalizado, usando preços artificiais, criados no MAE, por um programa de computador que tem muitas deficiências, que, arbitrariamente, diz que o custo de energia não entregue é de R\$ 684,00 o megawatt/hora – daqui a pouco vão mudá-lo para mil reais, talvez – e usando isso como paradigma para assaltar o bolso dos consumidores, das empresas produtivas, beneficiando aqueles que já eram beneficiados, no caso os grandes produtores de alumínio, que podem renunciar.

Há, inclusive, mecanismos de mercado mais inteligentes para reduzir o consumo, até organizando melhor a produção, por decisão das empresas e dos consumidores. Só que isso não foi feito até agora.

O corte é absolutamente intolerável, porque é um primitivismo jurídico dizer que alguém vai entrar na casa e impor um castigo físico, porque hoje não ter acesso à energia elétrica é o mesmo que um castigo físico, com conseqüências contra a saúde e contra a segurança dos cidadãos.

De forma que, a médio e longo prazos, acho que devemos produzir aqui um novo modelo que leve em conta a diversidade de nossos recursos, a necessidade de o País crescer. Estamos em 82º lugar no consumo per capita, por residência, por mês, no Brasil, com apenas 170 quilowatt/hora. Precisamos consumir mais e melhor. Isso tudo está numa nova agenda, que precisa de um novo modelo, que leve em conta essas questões todas.

Para encerrar, são essas as minhas ponderações, até porque em outras oportunidades podemos aprofundar essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Cambraia) – Obrigado, Professor Ildo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos nossos expositores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h04min.)

Ata da 87ª Sessão Deliberativa Ordinária em 7 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – Juvenício da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 74/2001, de 27 de julho último, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 263, de 2001, do Senador Carlos Bezerra

Nº 204/2001, de 11 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 98, de 2001, do Senador Romero Jucá.

Nº 226/2001, de 26 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 24, de 2001, do Senador Antônio Carlos Magalhães.

Nº 251/2001, de 3 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 149, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy.

Nº 271/2001, de 13 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 275, de 2001, do Senador Freitas Neto. Ao Arquivo

Nº 274/2001, de 13 de julho último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 110, de 2001, do Senador Mauro Miranda.

Nº 690/2001, de 6 de julho último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 222, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia. Aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

AVISO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 2.666/2001, de 20 de junho último, encaminhando cópia da Decisão nº 372/2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatórios e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada no Banco Central do Brasil e na Secretaria do Tesouro Nacional (TC 003.998/2000-9), em resposta ao Requerimento nº 117, de 2000, da Senadora Heloisa Helena.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

Os Requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº724, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 165, de 2001, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº9.069, de 29 de junho de 1995, que "Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências", e por intermédio da Mensagem nº 165, de 2001, (Mensagem nº719, de 4 de julho de 2001, na origem), o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

2. Os seis parágrafos do art. 6º da Lei nº9.069, de 1995, fixam normas a serem observadas quando da tramitação da matéria no Congresso Nacional. O § 1º prevê que a programação monetária, uma vez aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O § 2º atribui ao Congresso Nacional o poder de, com base em parecer daquela Comissão, rejeitar a programação monetária por meio de decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar de seu recebimento. O § 3º especifica que o decreto legislativo deverá restringir-se à aprovação ou rejeição **in totum** da matéria, vedada a introdução de qualquer alteração. O § 4º estabelece que, de corri-

do o prazo previsto no § 2º sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada. O § 5º determina que, havendo rejeição da programação monetária, nova

programação deve ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 6º da Lei nº9.069, de 1995, no prazo de dez dias a contar da data da rejeição. O § 6º prevê que, caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, o Banco Central do Brasil fica autorizado a executá-la até sua aprovação.

3. A Mensagem, cujo processado contém 23 (vinte e três) folhas, compõe-se de:

a) Aviso nº 243/MF, de 2 de julho de 2001, do Ministro de Estado da Fazenda, que encaminha a programação monetária, após sua aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, à folha 2;

b) documento Programação Monetária 2001: junho — 2001, de responsabilidade do Banco Central do Brasil, que especifica a programação monetária para o terceiro trimestre de 2001, às folhas 3 a 21;

c) Aviso nº784 — C. Civil, de 4 de julho de 2001, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha a Mensagem à Primeira Secretariado Senado Federal, à folha 22;

d) declaração do recebimento da Mensagem pela Presidência do Senado Federal em 10 de agosto de 2001, à folha 23.

4. O documento Programação Monetária 2001: junho – 2001, por sua vez, compreende os seguintes tópicos:

a) A economia no segundo trimestre de 2001, que examina a evolução de dados do País relativos ao produto interno bruto, à produção industrial, ao faturamento real do comércio, aos índices de preços (IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPC-FIPE — Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, e IGP-DI — Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas), à taxa de desemprego, ao resultado primário do Governo Federal, à dívida líquida e às necessidades de financiamento do setor público, ao saldo de transações correntes, ao saldo da balança comercial, aos investimentos estrangeiros diretos e às reservas internacionais; os dados referentes ao Produto Interno Público apresentam-se

em base trimestral e cobrem o período de janeiro de 1998 a abril de 2001; os relativos aos índices de

preços distribuem-se em termos quadrimestrais, cobrindo o período de janeiro de 1998 a maio de 2001; os correspondentes à balança comercial apresentam-se, também, em termos quadrimestrais, restringindo-se, porém, ao período de janeiro de 1999 a maio de 2001; os demais dados estão em base trimestral e referem-se ao período de janeiro de 1999 a abril de 2001;

b) Política Monetária no primeiro trimestre de 2001, que se reporta à evolução dos meios de pagamento, nos conceitos M1 e M4, e da base monetária, restrita e ampliada, no primeiro trimestre de 2001, em termos de comparações previsto/realizado;

c) Política Monetária no bimestre abril-maio de 2001, nos mesmos moldes do texto a que se refere a alínea anterior;

d) Perspectivas para o terceiro trimestre e para o ano 2001, que analisa o comportamento provável da demanda agregada em termos de consumo e investimento, das taxas de juros, da crise energética, do resultado primário do setor público, da relação dívida/PIB, do balanço de pagamentos e da variação dos índices de preços;

e) Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o terceiro trimestre e para o ano 2001, formuladas em consistência com o regime de metas para a inflação, considerando-se, ainda, o comportamento provável de outros indicadores, como renda nacional, operações de crédito e taxas de juros.

II – Análise

5. O documento Programação Monetária 2001: junho—2001 apresenta as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários para o terceiro trimestre de 2001 e traça um resumo da evolução dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros no período de janeiro de 1999 a abril de 2001. Especifica, ainda, a política monetária para o terceiro trimestre de 2001, tecendo previsões para trimestre e para o restante do ano. Dele constam, às folhas 16 e 18 do processo, respectivamente, o Quadro 3, Programação monetária para 2001, e o Quadro 4, Evolução dos agregados monetários, transcritos a seguir, que detalham a programação dos principais agregados monetários para o terceiro trimestre de 2001.

Quadro 3: Programação monetária para 2001⁽¹⁾

Discriminação	Terceiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses (2)	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses (2)
M1 (3)	63,0 – 74,0	17,8	71,8 – 84,3	10,9
Base restrita (3)	41,4 – 48,6	18,4	47,4 – 55,7	11,4
Base ampliada (4)	590,2 – 692,8	23,1	606,2 – 711,6	22,3
M4 (4)	650,1 – 763,1	15,3	672,4 – 789,3	14,1

Fonte: Banco Central do Brasil

Notas:

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldos em fim de período.

Quadro 4: Evolução dos agregados monetários (1)

Discriminação	2000				2001			
	Ano		Abril-maio		Terceiro Trimestre (2)		Ano (2)	
	R\$ Bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões (3)	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões (3)	Var. % em 12 meses
M1 (4)	70,4	19,2	66,2	22,6	68,5	17,8	78,0	10,9
Base restrita (4)	46,3	2,0	43,6	13,5	45,0	18,4	51,6	11,4
Base ampliada (5)	538,7	20,5	576,0	16,2	641,5	23,1	658,9	22,3
M4 (5)	640,6	16,3	674,3	15,0	706,6	15,3	730,8	14,1

Fonte: Banco Central do Brasil

NOTAS:

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Projeção.

(3) Ponto médio das previsões.

(4) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(5) Saldos em fim de período.

6. Segundo o Quadro 3, a variação em 12 (doze) meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento, no conceito mais simples, M1 (que corresponde ao somatório do papel moeda em poder do público com os depósitos à vista do público nos bancos comerciais), foi estimada em 17,8% (dezesete inteiros e oito décimos por cento) relativamente ao terceiro trimestre de 2001, e em 10,9% (dez inteiros e nove décimos por cento) relativamente a todo o ano de 2001. O montante do referido agregado monetário deverá situar-se entre 63,0 e 74,0 bilhões de reais em setembro, último mês do terceiro trimestre, e entre 71,8 e 84,3 bilhões de reais em dezembro, último mês do ano. Relativamente ao conceito mais amplo de meios de pagamento, M4 (que inclui, além do próprio M1, as aplicações do setor privado em fundos financeiros, os títulos, tanto públicos quanto privados, em poder do mercado, e os depósitos de poupança), estima-se uma variação de 15,3% (quinze inteiros e três décimos por cento) em termos anuais, no terceiro trimestre, e de 14,1% (quatorze inteiros e um décimo por cento) no ano, com os valores situando-se entre

650,1 e 763,1 bilhões de reais em setembro e entre 672,4 e 789,3 bilhões de reais em dezembro.

7. As estimativas referentes à base monetária restrita (que corresponde à soma do papel moeda emitido com as reservas bancárias) indicam uma expansão em 12 (doze) meses de 18,4% (dezoito inteiros e quatro décimos por cento) no terceiro trimestre, com os valores situando-se entre 41,4 e 48,6 bilhões de reais, e de 11,4% (onze inteiros e quatro décimos por cento) no ano, com os valores situando-se entre 47,4 e 55,7 bilhões de reais. Relativamente à base monetária ampliada (que inclui, além da base monetária restrita, os depósitos compulsórios, em espécie, do sistema financeiro no Banco Central e os títulos públicos federais), a variação em 12 (doze) meses prevista é de 23,1% (vinte e três inteiros e um décimo por cento) no terceiro trimestre, com valores entre 590,2 e 692,8 bilhões de reais, e de 22,3% (vinte e dois inteiros e três décimos por cento) no ano, com valores entre 606,2 e 711,6 bilhões de reais.

8. Apresenta, ainda, especial interesse para a análise o Quadro 5, Multiplicador monetário, constante da folha 19 do processado, que se transcreve em seguida:

Quadro 5: Multiplicador monetário (1)

Discriminação	2000		2001					
	Ano		Abril-maio		Primeiro Trimestre		Ano (2)	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
MI/ Base restrita (3)	1,520	16,9	1,517	8,0	1,520	-0,4	1,513	-0,5
Res. Banc./ Dep. à vista (3)	0,354	-30,6	0,376	-15,1	0,370	2,6	0,356	0,4
Papel moeda/MI (3)	0,379	-5,1	0,362	-3,5	0,365	-0,7	0,381	0,4
Mé/ Base ampliada (4)	1,189	-3,5	1,171	-1,0	1,102	-6,3	1,109	-6,7

FONTES: Banco Central do Brasil

NOTAS: (1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Projeção.

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldos em fim de período.

9. Verifica-se, do Quadro 5, que o multiplicador da base monetária restrita não deverá apresentar tendência pronunciada de variação, em qualquer sentido, ao longo do ano de 2001. O texto esclarece que a redução do multiplicador da base monetária ampliada, projetada para o ano de 2001, da ordem de 6,7% (seis inteiros e sete décimos por cento),

“... de cor re do fato de que as emis sões mo bi liá rias resultantes do processo de saneamento de insti tuições financeiras federais implicam impacto expan sionista direto sobre a base ampliada, enquanto os efeitos sobre os meios de paga mento amp los ten dem

a ser amortecidos pela perspectiva de arrefecimento da alavancagem de operações de crédito”.

10. As informações constantes do documento Programação Monetária 2001 – junho 2001 permitem concluir pela adequação dos termos da programação monetária para o terceiro trimestre de 2001, que guardam inteira compatibilidade com os objetivos governamentais de contenção da inflação e de desenvolvimento econômico, o que recomenda sua aprovação.

III – Voto

11. Tendo em vista o exposto, manifesto-me favoravelmente à aprovação da programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001 com base no seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2001

Aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001, nos termos da Mensagem Presidencial nº 165, de 2001.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Arlindo Porto** – **Jonas Pinheiro** – **Geraldo Althoff** – **Paulo Souto** – **Casildo Maldaner** – **Bernardo Cabral** – **Pedro Piva** – **José Agripino** – **Romero Jucá** – **Paulo Hartung** – **Roberto Saturnino** – **Lúcio Coelho**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para

CAPÍTULO II Da Autoridade Monetária

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

§ 3º O Decreto Legislativo referido no parágrafo anterior limitar-se-á à aprovação ou rejeição **in totum** da programação monetária, vedada a introdução de qualquer alteração.

§ 4º Decorrido o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada.

§ 5º Rejeitada a programação monetária, nova programação deverá ser encaminhada, nos termos deste artigo, no prazo de dez dias, a contar da data de rejeição.

§ 6º Caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação.

.....
PARECER Nº 725, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 160, de 2001, (nº 709/2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Benjamim Zymler para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 7 de agosto de 2001, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador José Agripino sobre a Mensagem nº 160, de 2001, opina pela aprovação da indicação do Senhor Benjamim Zymler, para exercer o cargo de Ministro do Tri-

bunal de Contas da União, por 15 votos favoráveis, nenhum contrário(s) e uma rejeição.

Sala das Comissões 7 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara** Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Bernardo Cabral** – **Paulo Hartung** – **Romero Jucá** – **Eduardo Suplicy** – **Paulo Porto** – **Heloísa Helena** – **Jorge Bornhausen** – **Bello Parga** – **Roberto Saturnino** – **Freitas Neto** – **Jonas Pinheiro** – **Lúdio Coelho**.

Relator: Senador **José Agripino Maia**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 3 de julho do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo para apreciação desta Casa a indicação do Sr. Benjamin Zymler para compor o Tribunal de Contas da União, no cargo de Ministro, conforme o disposto na alínea b, inciso III, art. 52, combinado com o inciso I, § 2º, art. 73, da Constituição Federal.

Inicialmente, devo destacar que muito me honra a indicação do Sr. Benjamin Zymler para o cargo de Ministro do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), visto que esta é uma das instituições fundamentais para o controle da administração pública, zelando pela legalidade e legitimidade das ações que envolvam recursos públicos.

Ademais, a presente indicação reveste-se de uma peculiaridade que serve para abrilhantar ainda mais a oportunidade que me é concedido no exercício desta relatoria: o Sr. Benjamin Zymler tornar-se-á Ministro após ascender profissionalmente no TCU sempre mediante concurso público. Primeiro, foi aprovado, em 1992, para o cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, sendo que em 1997, foi aprovado para o cargo de Ministro-Substituto daquela Corte. Portanto, caros Senhores Senadores, estamos hoje sabatinando um servidor público exemplar que sempre progrediu com base em seu mérito.

A ocupação do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União pressupõe o preenchimento de determinados requisitos básicos, quais sejam: profundo conhecimento a respeito de assuntos econômicos, jurídicos e de administração pública, assim como reputação ilibada.

No que diz respeito ao primeiro quesito, a análise do currículo do Sr. Benjamin Zymler descreve claramente o seu preenchimento. Formado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia — IME, em 1978, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1996. Em seguida, tornou-se Mestre em Direito e Estado pela mesma Universidade de Brasília.

Como Auditor e Ministro-Substituto do TCU, aprofundou-se no julgamento de processos de prestação de contas e de fiscalização financeira dos dinheiros públicos. Como Analista de Finanças e Controle Externo do TCU, por sua vez, especializou-se em auditoria e análise de prestação de contas no Setor Público. A sua experiência como Engenheiro Eletricista, por 15 anos, possibilitou-lhe aprofundar-se em estudos de Planejamento e Análise de Sistemas Elétricos, com ênfase em aspectos técnicos e econômicos de Sistemas de Transmissão, sendo coordenador de diversas equipes de engenheiros e tendo gerenciado projetos e contratos.

Por outro lado, o Sr. Benjamin Zymler mantém-se permanentemente atualizado quanto ao “Estado da Arte” da Ciência Jurídica, exercendo diversas funções de magistério. Destarte, é Professor de Direito Administrativo do “Programa de Direito em Módulos” do Superior Tribunal de Justiça — STJ; Professor de Direito Administrativo e Constitucional no Instituto dos Magistrados do Distrito Federal — IMAG/DF;

Professor de Direito Constitucional no Instituto de Educação Superior de Brasília — IESB; Professor de Direito Administrativo e Constitucional na Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios; Professor de Direito Administrativo na Escola Superior de Advocacia — OAB/DF, entre outras atividades de magistério.

No exercício de suas atribuições, tem-se destacado como um estudioso sobre o papel do controle externo, proferindo diversas palestras, dentre as quais se destacaram:

a) “A Atuação do TCU no Controle das Obras Públicas” no Seminário “Responsabilidades do Exercício Profissional e seus desdobramentos”, promovido pelo CONFEA e pelo CREA/SE; e

b) “Controle Externo no Contexto da Reforma da Estado”.

Destaque-se, também, que tem publicado diversos artigos em revistas especializadas, principalmente no que diz respeito a questões constitucionais e administrativas.

Cabe aqui também destacar que, entre os diversos processos que relatou como Ministro-Substituto, o Sr. Benjamin Zymler caracterizou-se pela qualidade de seu trabalho, bem como pela relevância de suas recomendações nas áreas sociais. Ressalte-se como exemplo de tal conduta o processo nº TC-012.374/2000-3, Relatório de Auditoria Operacional realizada na Secretaria de Educação a Distância — SEED/MEC, onde devemos destacar algumas de suas recomendações feitas às autoridades do Minis-

tério da Educação extremamente relevantes para a melhoria da estrutura educacional em nosso País:

a) que seja promovida a divulgação de **softwares** recomendados, que devem servir como referência e instrumento para atualização dos professores, e ações junto às Secretarias de Educação para as futuras aquisições;

b) que seja fornecida às escolas, em conjunto com os Estados, Distrito Federal e Municípios, equipamentos em quantidade suficiente para atender uma turma inteira;

c) que seja fomentada política de incentivo aos Núcleos de Tecnologia Educacional para capacitação de maior número de professores, de forma a reduzir o tempo ocioso dos núcleos;

d) que seja promovida a melhoria na capacitação dos professores, estimulando as Secretarias Estaduais de Educação a desenvolverem acompanhamento dos cursos realizados por cada professor, a fim de implementar treinamentos mais direcionados, inclusive voltados para as áreas de redes e suporte.

No que diz respeito ao segundo quesito, qual seja a reputação ilibada, deve-se ressaltar que o Sr. Benjamin Zymler não possui nenhuma restrição que desabone quaisquer das suas ações nas diversas funções que desempenhou. De fato, todas as referências apontam no sentido de um servidor público zeloso de suas atribuições e consciente da importância da responsabilidade ética na administração pública.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Benjamin Zymler obedece aos requisitos necessários para o ocupação do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento jurídico, bem como experiência prática nas questões relacionadas a Administração Pública.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, voto que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2001. —
Lúcio Alcântara, Presidente — **José Agripino**, Relator — **Bernardo Cabral** — **Arlindo Porto** — **Paulo Hartung** — **Jorge Bornhausen** — **Romeo Jucá** — **Eduardo Suplicy** — **Paulo Souto** — **Heloísa Helena** — **Bello Parga** — **Roberto Saturnino** — **Casildo Maldaner** — **Freitas Neto** — **Jonas Pinheiro** — **Lúcio Coelho**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I

Do Poder Legislativo

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Membros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar.

Seção IX

Da Fiscalização Contábil
Financeira e Orçamentária

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I – um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tripartite pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Do Expediente lido que vai à publicação, consta

parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que concluiu pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozerildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 408, DE 2001

Nos termos do disposto no Inciso I, do artigo 256, do Regimento Interno do Senado, requer a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de minha autoria, que “Torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário.”

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – **Arlindo Porto**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será incluído na Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 256, §2º, inciso II, alínea “b”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se no último dia 29 de junho passado o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 27, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar a disponibilização, pela Internet, de proposições e pareceres.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria, anexada ao Projeto de Resolução nº 81/99, nos termos do Requerimento nº 472, de 1999, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esgotou-se no dia 29 de junho último, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1996, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”;

– Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea “c” do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas, e dá outras providências”, e

– Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, os Projetos de Lei do Senado nºs 217, de 2000 e 26, de 2001, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e o Projeto de Lei do Senado nº 623, de 1999, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os Srs. Senadores que desejarem requerer a palavra para uma comunicação inadiável, por favor, podem solicitá-la oralmente.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exªs poderão fazer uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Iris Rezende, por cessação do Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para tentar despertar a atenção do Governo Federal para questões com as quais tem-se defrontado a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, a primeira questão que trago e esta tribuna, muito importante para a nossa economia, inclusive sob o aspecto social, diz respeito a produção leiteira em nosso País, que já é bem antiga. Há anos que a produção de leite no Brasil tem experimentado momentos de sucesso e de frustração.

Sr. Presidente, a população brasileira tem crescido extraordinariamente a uma taxa superior a 2% ao ano. Portanto, temos uma população jovem, onde milhões e milhões de crianças ainda dependem do leite como alimento principal. Sabemos que programas são instituídos por prefeituras, por governos estaduais, e inclusive pelo Governo Federal. No entanto, o setor encarregado da produção de leite não tem tido a devida atenção por parte do Poder Público. Quantas vezes já observamos produtores de leite, de uma hora para outra, acabarem com os seus rebanhos, desativando, assim, a produção leiteira por não justificarem economicamente a produção? De repente, os preços sobem. Com isso, os produtores buscam novas matrizes, aprimorando o seu rebanho. Investem em equipamentos, em infra-estrutura e, de repente, tudo cai por terra.

Sr. Presidente, vivemos exatamente um momento como esse, onde os produtores de leite do País passam pelo desespero, para não dizer frustração.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã os produtores de leite farão uma manifestação nas ruas da capital do meu Estado e também nas rodovias com o intuito de sensibilizar o Governo Federal

para a difícil situação por que passa essa classe produtora nos últimos dias.

Sr. Presidente, não faz muito tempo que os produtores de leite entregavam o seu produto a um preço em torno de R\$0,40 o litro. E agora, para surpresa da classe, os preços estão desabando. Aí vem a grande indagação: como, no momento de entressafra, em que os produtores gastam muito mais para produzir aquilo que produzem nos períodos de safra, em que, normalmente, o animal é tratado com a pastagem natural? Na entressafra, o produtor tem que adicionar uma alimentação especial a fim de que a vaca continue a produzir pelo menos aquilo que produzia há alguns meses.

O preço de produção quase que dobra nessa fase. E, para surpresa dos produtores, os preços estão desabando. Foi por que aumentou a produção? Não. Por que, então? A alegação dos maiores compradores, das maiores indústrias, é a crise energética vivida pelo País. Entendo que essa questão, que considero grave, se deve, sobretudo, a uma política de leite que tranquilize os produtores e os incentive a investir.

A produção de leite aumentou muito nos últimos anos. Os governos federal, estaduais e municipais apelaram às classes produtoras para que aumentassem a produção. Eles investiram na melhoria genética do rebanho e em equipamentos para o resfriamento do leite; estão atendendo à exigência do Ministério da Agricultura para que, a partir de 2002, todo o leite a ser distribuído tenha que passar pelo processo de resfriamento e ser transportado a granel. Esse processo representará investimentos de milhões.

O nosso rebanho experimentou, geneticamente, uma melhora sensível. Mas, de repente, os produtores idealistas, os construtores anônimos desta Nação sentem-se frustrados.

Então, venho a esta tribuna para fazer coro ao clamor dos produtores de leite do Brasil. E falo com autoridade e em nome desses produtores, porque Goiás, hoje, é o maior produtor do Centro-Oeste brasileiro e o segundo produtor nacional de leite. Eu não poderia aqui, na condição de um dos representantes do meu Estado, assistir passivamente ao esmagamento de um dos mais importantes setores da nossa economia.

Sr. Presidente, há momentos em que chego a acreditar que essa variação escandalosa de preço se deve, sobretudo, à interferência das multinacionais nessa área da nossa economia, por que, ao se reduzir a produção interna, elas terão facilidade de buscar, em qualquer parte do mundo, o leite subsidiado pelos

países da Europa e de outras partes do globo terrestre. Não podemos aceitar que os nossos produtores, que empregam milhões de trabalhadores rurais, fiquem à mercê de interesses econômicos de determinados setores, sobretudo de multinacionais. Não podemos aceitar! E é o Governo Federal que deve interferir com toda a sua força e com veemência para que esse setor não seja esmagado.

É muito fácil, Sr. Presidente: entra uma empresa poderosa no setor e, num determinado momento, incentiva a produção. De repente, para que os pequenos sejam banidos, há uma melhora dos preços para que as pequenas indústrias não tenham condições de acompanhar. Ela sai. E, de pois que ela sai, ficam poucos. Esses poucos, então, como que numa “cartelização” da área, descem os preços. Esmagam os produtores e tiram a diferença do que gastaram para banir da área do leite – repito – os pequenos industriais.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Conceda-me V. Ex^a um aparte, Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a foi Ministro da Agricultura e da Justiça também, portanto, fala com a autoridade de quem conhece esse assunto. V. Ex^a fala da “cartelização” de empresas, da espécie de monopólio que criam, fazendo com que haja esses grandes problemas com relação aos menores. Empresas pequenas tentam se estabelecer e há o movimento dos maiores que impedem, com o tempo, o crescimento dos menores. Chega o momento em que o monopólio se caracteriza dessa forma. V. Ex^a sente isso e vem à tribuna para dar um grito ao Brasil, ao Governo. V. Ex^a vem representar milhões de produtores que não podem usar esta tribuna para fazer com que suas vozes tenham maior eco. Quando V. Ex^a fala que uma das razões da queda do preço é o racionamento da energia elétrica, estendo isso ao meu Estado de Santa Catarina, que também possui várias bacias leiteiras e que também sofre as consequências do racionamento da energia, pois o pessoal apelou para economizar energia. Os jornais do meu Estado estampam hoje: haverá um aumento de 20,78% no preço da energia e será repassado aos consumidores. Haverá revolta principalmente dos que economizaram energia, de quem procurou viver mais na penumbra, não só nesse setor mas em todos os setores. Haverá uma revolta muito grande porque o pessoal atendeu ao chamamento, economizou no que pôde em relação à energia e, apesar disso, como o Governo deixou de arrecadar, precisa buscar esse dinheiro. É como se dissesse que não vai abrir mão

da arrecadação. E acaba de anunciar, hoje, no meu Estado, 20,78% de aumento para repassar a todos os consumidores. É como se fosse um castigo para aqueles que não recolheram tanto quanto vinha acontecendo, porque procuraram economizar um pouco mais. Não dá para entender, Senador Iris Rezende. Por isso, esse grito em relação ao tão importante setor das bacias leiteiras – e o Estado de V. Ex^a é um dos maiores produtores do Brasil – repercute em todo o País. É claro que essas redes de monopólio, como diz V. Ex^a, podem, num momento como esse, importar leite em pó. Mas isso provocará a falência dos pequenos produtores, causando o desemprego e a queda da renda. Não dá para trabalhar assim. Isso dói, dói na alma até. Por isso, cumprimento V. Ex^a. O Brasil está assistindo com muita atenção ao pronunciamento de V. Ex^a neste momento.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelo importante aparte que V. Ex^a me concede, trazendo a solidariedade do Estado de Santa Catarina. V. Ex^a, com a responsabilidade que lhe é peculiar, procura também viver com profundidade todas as questões, todos os problemas que afligem a população do seu Estado. Senador Casildo Maldaner, agradeço muito a participação de V. Ex^a neste pronunciamento.

Quero dizer também que o Governo precisa proporcionar a importação de tudo o que é essencial à vida de nosso povo, mas não pode aceitar que se criem situações para reduzir a nossa produção, a fim de que uma, duas ou três empresas tenham milhões e milhões de lucro num fechar de olhos, buscando o produto lá fora, como disse, quase sempre subsidiado, para enfiar goela abaixo da nossa gente.

Sabemos que não foi fácil para o setor sensibilizar o Governo para criar obstáculos no sentido de evitar a importação de leite subsidiado. Aqui esse leite era hidratado e vendido por preços inferiores ao nosso, concorrendo deslealmente com a produção local. Essa importação foi reduzida – tiremos o chapéu para o Governo por essa atitude –, mas não foi tudo e não podemos, em hipótese alguma, aceitar que amanhã venha a se repetir esse mesmo quadro, porque temos condições de concorrer internacionalmente com cada país, mas nunca com produtores estrangeiros que recebem subsídios escancaradamente.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Ouço o Senador Maguito Vilela, com muito prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Iris Rezende, V. Ex^a tem demonstrado que realmente é um Senador atuante, constantemente atualizado em relação aos problemas do Brasil e que se preocupa, de fato, com o nosso povo. O tema que V. Ex^a aborda é extremamente momentoso e envolve milhões e milhões de brasileiros. Como disse V. Ex^a, a partir de hoje, muitas manifestações ocorrerão Brasil a fora. Estão ocorrendo manifestações nos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e, quero crer, em Santa Catarina, em função da incompreensível atitude tomada pelos detentores do monopólio ou do cartel do leite de reduzir drasticamente o preço do produto. V. Ex^a disse bem: o Governo Federal incentivou os pecuaristas a aumentarem a produção leiteira. E eles investiram não só na genética, melhorando seus rebanhos, mas na compra de ordenhadeiras mecânicas, com o apoio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. Além disso, investiram no resfriamento do leite, até porque a maioria das empresas não recolhe mais o produto a granel se ele não estiver resfriado. Assim, os produtores foram obrigados a comprar resfriadores. Hoje, as exigências feitas para que o leite tenha qualidade são fantásticas, o que até compreendemos e apoiamos; porém, em certos casos, as dificuldades são muito grandes para os produtores. Por exemplo, qualquer animal que receba algum tipo de antibiótico precisa ser isolado; ou seja, não se pode ordenhá-lo. E isso ocorre frequentemente com grande quantidade de animais, em virtude da crescente incidência de doenças tais como a mastite, a doença do casco e outras. Dessa forma, ficou muito difícil produzir leite. Contudo, quanto mais difícil e mais cara a produção, menor o preço do litro do produto, que já era irrisório. O preço do litro de leite equivale ao de um copo d'água. E ficará mais baixo ainda. Esse é um problema sério, que mexe com milhares e milhares de famílias produtoras de leite. Pequenos chacareiros e fazendeiros que se sentiram motivados pelo Governo encontram-se agora num beco sem saída. Não da rã com tanta pagar as prestações do FCO relativas aos gastos com o rebanho, a ordenhadeira, o resfriador e assim por diante. Quero dizer a V. Ex^a que o Senado Federal deve tomar uma posição sobre esse problema. O Congresso Nacional precisa defender os mini, pequenos e médios produtores, extremamente sacrificados com as últimas medidas. Vou mais longe, Senador Iris Rezende: se não conseguirmos atin gir o cerne da questão, se não conseguirmos enxergar o que está por trás de tudo isso, o Congresso agirá bem se instituir uma CPI para investigar, em profundidade, a questão do leite no Brasil,

que é extremamente danosa à nossa economia e preocupante no aspecto social e no tocante ao preço. Acredito que o tema comportará uma CPI. E V. Ex^a já nos alerta para a questão. Por isso, também queremos participar, queremos nos solidarizar com o alerta que V. Ex^a faz. Se não chegarmos a um objetivo, talvez fosse o caso de criar uma CPI que averigues as causas desse imbróglio a que estão submetidos os produtores de leite. Meus parabéns, Senador Iris Rezende, pelo pronunciamento extremamente importante, num momento em que nossos produtores realmente precisam do apoio dos políticos. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela. Os apartes do Senador Cassil do Mal da Nerde de V. Ex^a complementam o meu pronunciamento, trazendo dados suficientes para mostrar ao Governo Federal a necessidade de uma intervenção imediata, com o fim de evitar desastres maiores. Diante da já conhecida questão do desemprego no Brasil, se a situação do setor leiteiro agravar-se – como tem se lizado –, aí, sim, serão mais alguns milhões de trabalhadores rurais desempregados.

E mais importante ainda, Srs. Senadores, é que não se consegue um rebanho geneticamente especial, como o que temos hoje no País, do dia para a noite. Isso envolve muito esforço, muito investimento. Se deixarmos esse potencial ir por água abaixo, o prejuízo brasileiro com a importação de produtos, nem sempre bons como os nossos, será de bilhões de dólares. Mas o Governo pode evitar isso!

É interessante salientar: de todos os produtores de alimentos que há neste País, o produtor de leite é o que contribui sensivelmente para fornecer à sociedade produtos de primeira qualidade e, muitas vezes, por preços vis. O que se paga por uma garrafa d'água, o que se paga por uma garrafa de Coca-Cola, o que se paga por produtos muitas vezes trazidos à nossa mesa por multinacionais chega a irritar, chega a agredir a sensibilidade do povo quando se compara esse valor com o preço do leite. Os produtores recebem hoje pouco mais de R\$0,20 por litro. É com tra isso que nos insurgimos! Não podemos solucionar a questão “depois de estar a vaca morta”, pois gastaremos bilhões e bilhões para recuperar os rebanhos, os equipamentos e a infra-estrutura atuais, que oferecem à sociedade brasileira excelentes produtos.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Conde-me V. Ex^a um aparte, Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Iris Rezende, eu estava numa reunião em local próximo daqui, quando ouvi o aparte do Senador Maguito Vilela ao discurso de V. Ex^a. E não podia deixar de comparecer a este plenário para também apartear-lo e saudá-lo pelo seu pronunciamento. Tive oportunidade de tocar no assunto nesta Casa – não com a profundidade de V. Ex^a – e tratei-o também, de forma muito especial, com os produtores de leite de nosso Estado. Já quase tivemos em Alagoas a segunda bacia leiteira do País. Isso ocorreu no semi-árido, região importantíssima para a estrutura do setor produtivo, em função da dinamização da economia local, da geração de emprego e renda e da produção de alimentos. Houve dificuldades gigantescas, por insensibilidade ou por incompetência dos governos estaduais em estabelecer laços com o setor produtivo local para a aquisição da sua produção, embora o leite seja alimento essencial para crianças, jovens, gestantes e idosos. Além, portanto, da incompetência do poder local, a bacia leiteira alagoana passa também pelas mesmas dificuldades aqui discutidas por V. Ex^a. E aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para fazer um apelo ao Ministro Raul Jungmann, que esteve com toda a Bancada do Nordeste numa reunião realizada na sala do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros. A proposição que fiz, devido à situação da bacia leiteira do meu Estado, foi aceita não apenas pelos Parlamentares de Alagoas, mas também do Nordeste, e consiste na suspensão imediata das execuções das agências oficiais. Muitos pequenos proprietários, muitos representantes do setor agropecuário, em vários Estados deste País – refiro-me ao Nordeste, mas sei que no Estado de V. Ex^a ocorre o mesmo –, passam por uma situação difícilíssima diante da incompetência e insensibilidade do Governo Federal, que pode modificar o quadro. Há a questão do estoque da dívida, ainda reajustada pela TJLP, e há um projeto na Casa, do Senador Antonio Carlos Valadares, que gostaríamos que fosse aprovado. Mas sabendo da dificuldade e morosidade para que os projetos sejam aprovados aqui, cremos que poderia ser editada uma medida provisória, a fim de solucionar esse gravíssimo problema. Certamente, outros produtores que estiverem nos escutando vão dizer que a situação do coco também é semelhante. Aliás, países que não têm um coqueiro conseguem vender coco muito mais barato do que se vende no litoral brasileiro, o que é lógico. Sabemos da abertura desvairada, da incompetência do Governo Federal, das barreiras protecionistas que as

grandes nações nos impõem devido à suposta globalização – que não é globalização coisa nenhuma, já que as barreiras protecionistas permanecem sendo impostas a nós do mesmo jeito, assim como há, por meio da triangulação, o gravíssimo problema do leite. Os grandes conglomerados não estão nada preocupados com a questão. Como V. Ex^a bem disse, os grandes conglomerados de laticínios não se importam com isso. Entretanto, para o pequeno produtor a situação é gravíssima. O último censo agropecuário mostrou que praticamente 40% do setor fechou. Quarenta por cento do setor agropecuário relacionado ao leite está absolutamente quebrado, por não ter condição de sobreviver dessa forma imposta pela irresponsável e – o que é pior – incompetente política econômica do Governo Federal, que acaba privilegiando a balança comercial, a abertura desvairada da economia para haver dólar em caixa para efetuar o pagamento dos juros e serviço da dívida, enquanto o setor produtivo está realmente quebrando. Desculpe-me o longo aparte, mas não poderia deixar de saudar V. Ex^a pelo pronunciamento, de oferecer a minha solidariedade e de dizer que essa situação é uma realidade não apenas no Estado de V. Ex^a e de Alagoas, mas no Brasil, em função da irresponsabilidade, da incompetência e da insensibilidade com que se dirige a política econômica do nosso País.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Senadora Heloísa Helena, o aparte de V. Ex^a honrou-me sobremaneira, valorizou meu pronunciamento e ajudará a sensibilizar e despertar a consciência dos que têm nas mãos a responsabilidade pela condução da política leiteira em nosso País.

O que não se admite é que continuemos deixando os nossos produtores sem rumo, sem perspectivas, na dependência da vontade dos que têm a aquisição do leite nas mãos. Fiz **en passant** uma referência à milhar de peques nas indústrias e empresas sufocadas pelas grandes empresas, que aumentam o preço da matéria-prima e diminuem o do subproduto. Tais empresas são levadas à falência do dia para a noite. Com isso, o setor fica nas mãos de poucos, que se aproveitam da situação. Em plena entressafra, descaradamente, reduzem o preço do leite, alegando o problema da energia elétrica, como se ela fosse fundamental para produzi-lo.

Agradeço a generosidade da Mesa, que permitiu que eu recebesse os apartes.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, permita-me receber o aparte do nosso ilustre mestre, Senador pelo Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Iris Rezende, é impossível não admitir um aparte do Senador Lauro Campos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito a gentileza da Mesa e a concessão do aparte feita pelo eminente Senador Iris Rezende. Por isso mesmo, serei muito breve. Eu vinha escutando o discurso de V. Ex^a, e, realmente, é uma peça admirável, colocada em um momento mais do que oportuno, o apagão na entressafra. Já que a Senadora Heloísa Helena fez um aparte magnífico, abordando aquilo de que eu ia falar com muito mais brilhantismo e propriedade, só quero dizer que o que está posto agora é a prova de que, no Brasil, instalou-se o antiestado nacional brasileiro, como o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu em um de seus livros esquecidos. Sua Excelência disse que se estava instalando no Brasil o antiestado nacional brasileiro, com as multinacionais, os interesses externos, a dívida externa dominando-nos. E, agora, ele é o presidente do antiestado nacional brasileiro; o primeiro presidente consciente do antiestado nacional brasileiro, que estraga todo o nosso par industrial, arrebatando a nossa produção de leite, a nossa agricultura, em nome, obviamente, dos interesses externos. E aqueles que têm dupla nacionalidade soltam foguetes quando isso acontece. O Sr. Armínio Fraga, por exemplo, deve estar muito satisfeito por essas coisas estarem ocorrendo no Brasil, porque os compatriotas dele, de sua outra nacionalidade, estão satisfeitos, nadando em lucro e em vantagens. Muito obrigado.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Senador Lauro Campos, eu me sinto gratificado com o aparte de V. Ex^a, que valoriza ainda mais a minha presença nesta tribuna, o debate dessa questão. Para muitos, pode parecer estranha a veemência de um Senador que ultrapassa o limite do seu horário com um item da nossa economia. Mas não para V. Ex^a, como professor universitário e Senador do Distrito Federal – embora a produção do leite não tenha para o Estado de V. Ex^a a importância que tem para o nosso, porque a economia do Distrito Federal se assenta em outras áreas. É importante salientar a nossa preocupação e a nossa angústia, porque foi com o incentivo, com a conclamação aos produtores que a produção nacional conseguiu atender às centenas de projetos de distribuição de leite aos mais carentes, sobretudo às cri-

anças, em todo o território nacional. Foi assim que Goiás conseguiu, nos últimos anos, aumentar em 92% a sua produção. Os Estados de Minas Gerais e Paraná aumentaram em 36% e 44%, respectivamente. O único Estado produtor que reduziu a sua produção em 3% foi São Paulo. De forma que podemos concluir que existem milhões de pessoas envolvidas nessa área que estão à mercê da boa vontade de duas, três ou quatro empresas. Não podemos aceitar isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão.) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Ademir Andrade.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tive oportunidade de comparecer, entre os dias dois e quatro do corrente mês, ao Encontro Internacional Socialista, organizado pelo Partido Socialista Brasileiro, e a honrosa incumbência de representar a Mesa do Senado Federal, uma vez que fui designado para essa missão pelo meu colega e amigo, Presidente em exercício, Senador Edison Lobão.

Vários foram os palestrantes que compareceram a esse encontro e manifestaram as suas opiniões e as suas sugestões sobre o mundo globalizado em que estamos vivendo.

Uma das palestras mais marcantes, que ficou bem gravada na minha memória devido às denúncias – posso dizer assim – que foram feitas contra a economia globalizada e o mercado financeiro unificado, foi a palestra enfocada pelo expositor Jean Ziegler, do Partido Socialista suíço, professor da Universidade de Genebra e relator da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. O tema da palestra foi “A Nova Agenda Internacional: Direitos Humanos, Direitos Sociais e Descontrole dos Fluxos de Capital”.

Anotei algumas frases do Professor Jean Ziegler sobre o momento atual, em que predomina, acima de tudo, o lucro, a ambição desmedida de forças poderosas que formam um verdadeiro império invisível e consolidado naquilo a que chamamos de mercado financeiro.

Trazemos alguns dados estupefacentes. Das 60 mil empresas transnacionais, pelo menos 200 con-

tram 60% do PIB do planeta; é a verdadeira monopolização da economia mundial. Duzentas empresas controlam 60% da riqueza do planeta!

A automatização do capital faz com que pelo menos um trilhão de dólares mude de mãos no mundo. E o que representa esse trilhão de dólares que circula no mercado financeiro globalizado, unificado? Desse capital, 80% são flutuantes ou especulativos, e apenas 13% representam algum investimento.

E ele fala, lembrando Adam Smith, aquele grande economista professor, que tanto estudamos nas nossas faculdades, não só de Economia como também de Direito, que mobilidade de capital é igual a lucro máximo, significando dizer que, quanto mais o capital se movimenta, mais ele especula atrás do lucro, do lucro máximo.

Ele ainda denuncia que apenas 225 fortunas no mundo têm uma receita equivalente a 47% da receita anual da população do planeta, isto é, quase 50% do patrimônio em dinheiro existente hoje no mundo é controlado por 225 fortunas. Duzentas e vinte e cinco pessoas detêm 47% da riqueza do mundo! Ele deu um exemplo interessante: nos Estados Unidos, o Bill Gates, o famoso Bill Gates do computador, da Informática, ganha tanto quanto 106 milhões de americanos. Isso é a concentração de riqueza! E ainda faz uma denúncia gravíssima, que me inspirou a apresentar, Sr. Presidente, uma proposta de emenda constitucional, que já foi assinada por muitos dos Srs. Senadores – e a levei para os que não assinaram, para que também possam fazê-lo. Ele denunciou: “Há fome no mundo! Há fome no mundo! Mais de cem mil pessoas morrem por dia de fome por falta de um prato de comida”. Cem mil pessoas por dia equivalem a 36,5 milhões de pessoas por ano.

Um outro dado é que a agricultura mundial poderia alimentar hoje, pela produção proveniente do campo, 12 bilhões de pessoas, ou seja, o dobro da população mundial. Então, o que é isso? O mundo produz alimentos para o dobro da população mundial, mas morrem cem mil pessoas por dia de fome!

Sr. Presidente, é preciso que algo seja feito não só no Brasil, como no mundo inteiro. Que as nações mais poderosas do mundo se conscientizem de que, amanhã, poderá haver uma revolução mundial dos famintos! E aí a situação vai ser muito grave!

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Fico muito agradecido, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, por esta oportunidade. Procurarei ser telegráfico. O tema que V. Ex^a traz à tribuna é aquele que, por profissão, me preocupou durante praticamente toda a minha existência. Procurarei ser muito rápido. O que V. Ex^a está dizendo trata mais ou menos aquilo que Paul Ormerod, um professor que foi diretor do **The Economist** – que, talvez, na área de Economia, seja a maior revista do mundo –, escreveu sobre o tema. Vou ler somente o título: “A Morte da Economia”, **The Death of Economics**. Se esse eminente pensador e autor inglês estivesse no PT, talvez ele fosse expulsado de lá. Entre outras coisas, ele, que me foi lembrado por Will Huttan, que possui dois livros traduzidos para o português e publicados pela Editora Teotônio Vilela, ele, que é do grupo e que partilha de algumas das idéias da Terceira Via Inglesa, despertou-me a curiosidade para a leitura muito profícua desse livro. Desse modo, é isso mesmo que V. Ex^a está dizendo. Os dados de V. Ex^a são atuais e muito proveitosos. Por outro lado, só para completar, 385 pessoas no mundo detêm a mesma renda que 2,85 bilhões de seres humanos. Assim, quanto mais se fala em redistribuir renda, mais ela se concentra, dando uma grande banana para os tecnocratas e para os economistas. O processo continua, independentemente da boa vontade que habita as cabeças desses debilídeos que aí estão. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Lauro Campos, o aparte de V. Ex^a, que incorporo ao meu discurso, representa não apenas a sua indignação, mas a indignação de uma sociedade consciente, uma sociedade que sabe que essa situação precisa mudar, porque, do contrário, haverá uma nova ordem mundial. A ordem mundial de hoje é a comandada pelo capital injusto, desumano, cruel, que, em muitos países, inclusive no Brasil, tem contribuído para a infelicidade de milhões de pessoas.

No Brasil, por exemplo, o Governo vai tomar emprestado mais US\$15 bilhões, e, graças a um requerimento de iniciativa da Senadora Heloísa Helena e de outros Srs. Senadores, o Ministro da Fazenda virá aqui explicar as razões desse empréstimo. Mas o que fica evidente é que o Brasil deverá tomar esse empréstimo – ou seja, endividar-se mais – para pagar financiamentos antigos, alguns dos quais não sabemos nem por que foram feitos. Estamos mergulhados em uma dívida impagável, que, a cada dia, a cada mês e a cada ano, vem aumentando a miséria do povo brasileiro.

A Fundação Getúlio Vargas – e isso já foi dito aqui por alguns Senadores – divulgou uma pesquisa, feita há poucos dias, que demonstra que 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, ganhando menos de R\$80.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal, em seu art. 6º, aponta como direitos sociais dos brasileiros a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Ao que sabemos, no entanto, um dos graves problemas com que vem se defrontando o povo brasileiro é a alimentação. E isso ocorre não só no Nordeste do Brasil, onde ocorrem os chamados bolsões de pobreza e de miséria, mas também nas grandes capitais, devido à crise econômica em que estamos mergulhados. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, enfim, onde quer que estejamos podemos verificar que grande parte do povo brasileiro está passando fome.

A nossa proposta de emenda constitucional procura incluir a alimentação no rol dos direitos sociais. Num dia desses, inclusive, o Congresso aprovou a moradia como direito social. Não posso compreender, portanto, como um cidadão pode ter saúde se não se alimenta.

Isso não significa dizer, no entanto, que, estando a alimentação no rol dos direitos sociais, o Governo vá distribuir os alimentos de forma aleatória e demagógica. Esse dispositivo obrigará o Governo a estabelecer campanhas públicas no sentido de criar infra-estrutura em nosso País para evitar a fome que está grassando em muitos lugares deste Brasil.

O direito à alimentação foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1993, em reunião realizada na cidade de Viena, integrada por 52 países. E contou-se com o voto favorável do Brasil, registrando apenas um voto contrário, o dos Estados Unidos. A referida Comissão da ONU, com essa decisão histórica, enriqueceu a Carta dos Direitos de 1948, colocando, em primeiro lugar, o direito do cidadão à alimentação.

Segundo Jean Ziegler – e está aqui o meu querido Senador Bernardo Cabral, que naturalmente conhece as obras do Professor Jean Ziegler, que é relator especial da ONU sobre o direito à alimentação –, “há um genocídio silencioso num planeta, que segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação), pode dar de comer ao dobro de sua população” (**Jornal do Brasil**, edição de 04/08/2001, pag.10). O que ele quis dizer é que a economia mundial produz alimentação para 12 bilhões de pessoas

(duas vezes a população mundial), enquanto morrem de fome mais de 100 mil pessoas por dia.

A justa indignação de Ziegler é gerada pela indiferença do mundo desenvolvido que encara a morte pela fome “como uma fatalidade, quando é um assassinato cometido por uma ordem mundial em que só come quem pode pagar”. Ele discrimina as causas: distribuição desigual da riqueza, enquadramento de uma necessidade vital em regras de oferta e procura determinadas por negócios globais da Bolsa Mercantil de Chicago, ou então, corrupção, ditaduras, o alimento usado como arma de guerra (no Afeganistão, na Palestina), a drenagem de recursos para o pagamento da dívida, a detenção de patentes universais por empresas agroalimentares.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Roberto Saturnino, é um prazer ouvi-lo. V. Ex^a, que compareceu ao Encontro Internacional Socialista, tendo sido um dos palestrantes, naturalmente tem muito a dizer, como sempre o fez nesta Casa, sobre essa falência da globalização, prejudicando milhões e milhões de seres humanos.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, antes de tudo, meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Ex^a e por essa iniciativa de colocar na Constituição o direito à alimentação, mais uma iniciativa que se vem somar a muitas outras de caráter social com que V. Ex^a tem contribuído no exercício do seu mandato. Estive no encontro a que V. Ex^a se referiu, o encontro promovido pela Fundação João Mangabeira, um encontro internacional, no qual compareceu o Professor Jean Ziegler, que é também Deputado do Partido Socialista suíço. O pronunciamento dele foi interessantíssimo e, inclusive, seguiu a mesma linha do que V. Ex^a apresenta no seu pronunciamento. Mas ouvi e guardei na memória, de forma indelével, uma frase dele: “Ou o Brasil rompe com esse modelo do endividamento e da submissão ao capital internacional financeiro, sob a égide do FMI, ou nada adianta”. Ele disse que não queria passar por incrédulo, mas que, sem romper com esse modelo, poderíamos chamar Jesus Cristo para administrar o nosso País e mesmo assim não conseguiríamos realizar nenhum investimento, nenhuma melhoria de natureza social, porque todos os recursos estão comprometidos com os rendimentos e os lucros dos bancos nacionais e internacionais. V. Ex^a está absolutamente certo, mas é preciso romper com essa linha. Vamos firmar mais um acordo com o FMI. Estou inteiramente a favor da convocação do Mi-

nistro Pedro Malan para explicar o acordo, mas o Ministro explicará, mais uma vez, o fato consumado, o endividamento feito, o acordo assinado com o FMI. O Senado tinha exigir que, para que tivessem validade, os acordos fossem aprovados pelo Senado. Se a aprovação precedesse a assinatura do compromisso, estaria bem. Agora, vir aqui o Ministro Malan, cujos discursos, até aqueles que ainda não foram pronunciados, eu já conheço, não adianta nada. Ele vem aqui explicar que é isso mesmo, que não tem outra alternativa, que é isso, que é aquilo. Vamos contestar aqui e ali, mas o fato já está consumado. É preciso que o Senado em conjunto, como um todo, tome a iniciativa – como V. Ex^a está fazendo, de forma brilhante, juntamente com a Bancada do Partido Socialista – de reverter esse modelo de falso desenvolvimento ou de entrega das riquezas do País ao capital financeiro internacional, sob a égide do FMI. Parabéns a V. Ex^a. Temos que continuar fazendo isto mesmo, lutando individualmente, mesmo sabendo que vamos ser derrotados, mas colocando nossos pontos de vista, as nossas razões à defesa do interesse nacional. Meus cumprimentos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Saturnino Braga. Os seus discursos nesta Casa destacam-se sempre pela preocupação com o social. A pobreza no Brasil está aumentando e V. Ex^a tem apontado os caminhos, as saídas. O Governo é que se faz de surdo, não ouve a experiência de V. Ex^a, o aconselhamento de um homem comprometido apenas com os destinos do Brasil, de um povo que vem sofrendo na própria pele as consequências de uma política desastrosa, cruel e perversa, que está sendo implementada por este Governo.

Sr. Presidente, para concluir, na reunião da ONU, o Brasil manifestou-se, oficialmente, favorável à inclusão da alimentação como direito social do cidadão. Inserir esse direito em nossa Carta Magna é confirmar esse nobre pensamento em não permitir que nenhum brasileiro venha a morrer por falta de um prato de comida.

O Senador Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Senador Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Antonio Carlos Valadares, dou meu testemunho de como V. Ex^a tem-se preocupado com o problema da alimentação, ou seja, da fome. Quando V. Ex^a apresentou essa emenda constitucional, teve a genti-

leza de mostrá-la a este seu velho amigo não para que me fizesse alguma consulta, mas para confirmar a preocupação que V. Exª vem mantendo com o tema ao longo de todos esses anos de vida pública. É bom que V. Exª faça inserir no texto constitucional o que se pensou na Assembléia Nacional Constituinte e não foi possível, porque hoje a fome mata muito mais que qualquer pelotão de fuzilamento. Geralmente as vítimas são crianças, e aquelas que morrem pela fome adquirem sepulturas sem inscrição. Não existe nome, não são identificáveis. É claro que V. Exª tem uma preocupação que transcende o mandato de qualquer Senador, porque a abordagem do ponto de vista mais crucial, que é o social. Senador Antonio Carlos Valadares, ao longo desses anos, se V. Exª não tivesse tido qualquer outra atuação – o que tem tido, e com muito brilho –, essa bastaria para lhe credenciar à admiração deste seu velho amigo. Meus cumprimentos!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Bernardo Cabral, agradeço a V. Exª esse aparte tão generoso, que, em muitos pontos, deve-se à nossa grande amizade e admiração recíproca.

Quando mostrei a proposta de emenda constitucional a V. Exª, fi-lo porque V. Exª já me havia dito que essa tentativa já acontecera por ocasião da elaboração da nova Carta Magna, durante a Constituinte, mas não teve sucesso. V. Exª foi, então, depois de mim, o primeiro signatário. Essa foi uma homenagem que resolvi fazer não só ao velho amigo, mas também ao Relator, que lutou muito para que o Brasil tivesse uma Constituição representativa do sentimento de bondade do povo brasileiro.

Sr. Presidente, essa previsão constitucional não tem o objetivo de forçar a distribuição aleatória ou demagógica de cestas básicas, sem critérios ou sem motivação. A principal finalidade é assegurar aos segmentos mais pobres da população o estabelecimento de políticas públicas consistentes que evitem a fome e a miséria, para que, assim, cada brasileiro possa usufruir de uma alimentação adequada à sua sobrevivência.

Há mais de 200 anos, Sr. Presidente, já dizia Jean-Jacques Rousseau: “Entre o fraco e o forte, é a liberdade que oprime e é a lei que liberta”.

Não seremos um País digno enquanto assistirmos a esse quadro danoso de miséria, onde a comida não chega à mesa de muitos de nossos irmãos, onde a fome persiste não apenas nos bolsões do Nordeste, mas, infelizmente, em todo o Brasil. Enquanto isso, a alta concentração de renda aqui reinante au-

menta a cada dia os privilégios de uma minoria de abastados que vive na opulência e na fartura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 409, DE 2001

Faleceu, ontem, às 19 horas e 30 minutos em Salvador – BA, aos 88 anos, o escritor Jorge Amado, que era casado com a também escritora Zélia Gattai.

Jorge Amado foi Deputado Federal constituinte em 1946, membro da Academia Brasileira de Letras e um dos mais respeitados escritores brasileiros no exterior. Tem, entre os símbolos de suas obras, os livros “Gabriela Cravo e Canela”, “Dona Flor e seus Dois Maridos”, “Tieta”, e “Teresa Batista Cansada de Guerra”.

Pelos grandes serviços prestados ao país é que, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeremos que sejam prestadas as seguintes homenagens:

- Inserção em ata de voto de profundo pesar;
- Apresentação de condolências à família, à Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado da Bahia e à Academia Brasileira de Letras; e
- Representação nos funerais.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador **Antonio Carlos Júnior** – Senador **Paulo Souto** – **Waldeck Ornelas** – **Maguito Vilela** – **Hugo Napoleão**

REQUERIMENTO Nº 410, DE 2001

Requeremos, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, que morreu no último dia 6.

Justificação

O escritor Jorge Amado merece uma homenagem de toda a Nação brasileira. Não apenas por haver criado alguns dos personagens mais vibrantes e inesquecíveis da nossa literatura, habitantes de realidades cruéis mas profundamente humanas, e que carregam em si o registro dos costumes de toda uma região e uma época, mas também por ter sido sem preterido de um senso de responsabilidade quanto à

importância social do escritor no processo de construção de uma cultura nacional. Sua vocação política e literária, seu senso de dever, sua profunda compreensão dos homens e das mulheres que observou, suas palavras sedutoras, sua intimidade com o povo, suas cenas recolhidas nos becos da cidade ou nos campos de cacau, nas areias das dunas ou nas alcovas dos sobrados, nos deram um rosto mais nítido, mais completo, mais brasileiro. Jorge Amado registrou em sua obra muitas das características da nossa sociedade, immortalizando uma realidade que é apenas nossa, e por isso tão reconhecida e universalmente aceita. Sua participação na construção de nossa alma nos deixa uma herança que se tornará cada vez mais imprescindível neste mundo em que tantas identidades têm sido esmagadas em nome de uma hegemonia cultural entrelaçada a interesses econômicos cegos e devastadores. Sua clara intenção ideológica, de homem comprometido com o povo, com os pobres, com os problemas sociais, com a liberdade, dão a sua obra uma dimensão transcendente, encontrada por exemplo em Dickens, sua grande paixão literária, ou em Tólstói. Jorge Amado soube interpretar sua vivência nas ruas de Salvador, nas fazendas de cacau em Ilhéus, nos candomblés, nas rodas de capoeira, nas feiras e mercados, nas prisões em que tantas vezes foi jogado, nas praças públicas em que seus livros foram queimados, transformando-a em questões significativas para a compreensão da existência humana. É de homens assim que se constrói uma nação viva, justa, poderosa e feliz.

À Zélia Gattai, aos seus filhos Paloma e João Jorge a todo povo baiano que tanto o amava e ama, o nosso sentimento de pesar e solidariedade nesse momento.

Sala das sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador **Eduardo Suplicy** – Senador **Carlos Wilson**.

REQUERIMENTO Nº 411, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, homenagens de Pesar pelo falecimento do escritor baiano Jorge Amado:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família; ao Estado de seu nascimento e às entidades culturais de nosso País.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senadora **Marluce Pinto**.

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2001

Com fundamento no disposto no art. 218, inciso III alínea c, do Regimento interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, em Salvador, do renomado e querido escritor brasileiro, Jorge Amado, com envio de mensagens de condolência à sua família.

Justificação

É com profunda tristeza que solicito esta manifestação de pesar do Senado Federal sobre o falecimento do maior escritor Contemporâneo brasileiro, Jorge Amado, que morreu ontem, às 19h30min, de insuficiência cardíaca.

Jorge Amado, baiano de Itabuna, que era membro da Academia Brasileira de Letras há 40 anos, deixou a mulher, a também escritora Zélia Gattai, 85, com quem era casado desde 1945, e os filhos João Jorge, 54, e Paloma 50. Ele completaria 89 anos na próxima sexta, dia 10.

Os numerosos associados à sua produção literária são superlativos. Jorge Amado vendeu mais de 20 milhões de exemplares em mais de 46 países em 36 idiomas.

Com a falta de Jorge Amado, a Bahia, o Brasil e o mundo perdem o contato fluídico do homem consigo mesmo. A realidade para Jorge Amado é a que se encontra nas ruas – às vezes muito sujas –, no peso da linguagem real do cotidiano trágico-cômico, na crueza da dor e da alegria contagiante de seu maior personagem – o povo.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos que acabaram de ser lidos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Junior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nos últimos meses, Jorge Amado mais uma vez prendeu a atenção dos brasileiros. Desta vez, infelizmente, o desfecho nos cobre a todos de tristeza. Perdemos o maior contador de história da Bahia. O maior que ela deu ao País. O maior que o Brasil conheceu.

Por mais que a Bahia procurasse se preparar, esse desfecho que afinal se deu calou fundo em nossa alma, marcando-a com uma inenarrável sensação de perplexidade e perda.

Jorge Amado há muito não pertencia à Bahia. Sua obra transcendeu, desde sempre, os limites de sua terra. No Brasil, são mais de 20 milhões de livros vendidos.

A Bahia sofre. Sofre a dor doída da perda de um de seus filhos mais queridos. Daquele que é, sem dúvida, no presente momento, o mais ilustre e que encarnou, realmente, a legenda de inteligência e talento em tudo que pudesse expressar o sentimento não apenas dos baianos, mas do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Jorge Amado nos legou uma herança literária sem tamanho. Uma obra fértil em personagens de conteúdo psicológico riquíssimo, extraídos, em sua maioria, do cotidiano baiano, mas que se mostraram mais que baianos, mais que brasileiros.

O que é, se não universal, uma obra publicada em mais de 60 países, em mais de 40 línguas?

O Jorge Amado conhecido de todos é o Jorge contador de histórias. O Jorge sensual de Gabriela, de Tieta, de Esmeralda, de Dona Flor, de Tereza; das tramas bem urdidas que, com malícia e talento, criaram um universo paralelo do cotidiano, influenciado pela realidade e a ela influenciando.

Mas o Jorge homem público é inesgotável.

Na Assembléia Constituinte de 1946, integrando o Partido Comunista Brasileiro, no esplendor de sua juventude, demonstrou com seu espírito combatente o posicionamento político que marcaria e traria conseqüências à sua vida.

O comunista que, como Deputado Federal, lutou pela liberdade religiosa. Perseguido, cassado, preso, exilado, jamais abdicou de sua crença; jamais deixou de amar e ser amado por sua terra; de demonstrar esse amor a cada passo de sua trajetória.

Homem de posição ideológica firme, foi admirado por todos os setores da vida nacional.

Deixando à margem as atividades partidárias por imposição de uma conjuntura adversa, entregou-se de corpo e alma à literatura, trazendo em suas obras a marca de suas convicções, que nunca o impediram de conviver com pessoas que abraçavam caminhos diferentes no campo da atividade política.

O imortal da Academia que lutou contra a censura, que biografou Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, que teve o seu valor reconhecido e premiado dezenas de vezes na Bahia, no Brasil e no exterior.

Para mim, Jorge Amado tem um significado especial. Nossas famílias têm toda uma vida em comum. São mais de trinta anos de um estreito, carinhoso, fraternal e doce relacionamento. O amor por nossa terra e nossa gente forjou e fortaleceu essa união. Por mais que me esforce, faltarão adjetivos que me permitam qualificar o que essa convivência significou e permanecerá significando para nós.

Uma carta de Jorge Amado a meu pai, que orgulhosamente a exibia em seu gabinete, e lá permanece comigo, dá bem a dimensão dessa convivência. Permito-me reproduzir um pequeno trecho, solicitando que sua íntegra faça parte deste meu pronunciamento e figure nos Anais desta Casa.

“Querido Antonio,

Somos do teu tempo e da tua terra e, como se isso não bastasse, gozamos da tua amizade e da amizade dos que te cercam”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei muito bem como a dor transpassa o coração quando perdemos uma pessoa querida. Mas também sei, Sr. Presidente, como o tempo nos ensina que ela permanece presente em nossas lembranças por meio de suas obras, ensinamentos e exemplos.

Assim será com o amado Jorge.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por isso o seu desaparecimento não poderia deixar de ser registrado desta tribuna e, ao fazê-lo, desejava que esta Casa se associasse ao luto, ao pesar, à compulção que em vol vem, hoje, toda a nossa gente baiana.

Com profunda tristeza na alma e a certeza de que essa dor se transformará em uma doce e orgulhosa lembrança, encaminhamos, o Senador Paulo Souto e eu, este requerimento de voto de pesar à apreciação dos nobres Pares do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO,
INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210
DO REGIMENTO INTERNO.**

Salvador, 4 de setembro de 1997

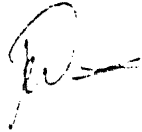
Querido Antônio,
Setenta anos! Quem diria! Tanto fizeste, tanto tens ainda a fazer pela Bahia, pelo Brasil, dedicação tamanha nunca se viu.

Os teus amigos estão orgulhosos de ti, mas não só os teus amigos. Toda a gente do povo, do povo simples, pensa em ti nesse dia. És um exemplo a obter, um exemplo a seguir. Ainda bem que existes e estás presente. Temos teu nome, é nossa bandeira e nosso privilégio, temos do que nos gabar somos do teu tempo e da tua terra e, como se isso não bastasse, gozamos da tua amizade e da amizade dos que te cercam.

Zélia, João Jorge, Paloma e eu decretamos o dia de hoje feriado nacional e comemoramos na festa e na alegria, tua presença entre nós.

Viva Antônio Carlos
Primeiro e Único da Bahia!

Jorge Amado



O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, baianos de todas as cores, de todas as raças, de todos os partidos políticos tiveram, talvez, a partir de ontem às 10h, o seu momento mais triste ao entrarem no Palácio da Aclamação. Lá estávamos todos recebendo o corpo de Jorge Amado para a última homenagem que os baianos e os brasileiros lhe prestariam. Ali, o abraço afetuoso em Zélia, em João Jorge, em Paloma, em James, enfim, em todos os seus familiares representava o abraço que, sem dúvida, todos os brasileiros e baianos gostariam de dar para demonstrar sua tristeza.

Mas, se é verdade que aquele era um momento triste para todos nós, não deixamos também de ser verdade que a morte de Jorge Amado não invalida as passagens de sua vida. Jorge Amado não é um imortal apenas porque pertencia à Academia Brasileira de Letras. O que o immortaliza, sem dúvida, é a riqueza de sua obra, são os personagens que ficaram populares no rádio, na televisão e no cinema, tornando sua obra conhecida de todos os brasileiros e também além de nossas fronteiras.

Ontem alguém dizia, com muita propriedade, que a literatura brasileira realmente não seria conhecida no estrangeiro não fora a obra desse grande brasileiro e grande baiano.

A sua generosidade e a sua doçura foram forjadas no seu convívio com os baianos. Ele representa

va bem o que chamamos de sentimento de “baianidade”. Ninguém o representava como ele. E ele conseguiu reproduzi-lo nos seus livros e na sua obra.

Por isso, nós que presenciamos, ontem, aquele momento de tristeza—falo aqui também em nome do Senador Waldeck Ornélas – dirigimo-nos ao Senado Federal para dizer que consideramos justas todas essas manifestações de pesar, que, certamente, serão encampadas pela grande maioria dos Senadores aqui presentes.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bahia se sente contristada. A Bahia sente que perdeu um grande filho, um grande brasileiro. Nós, da Bahia, não perdemos apenas o escritor que honrou o Brasil, mas perdemos um filho ilustre, perdemos um grande amigo, aquele que immortalizou, por intermédio de seus personagens, o nosso Estado, e levou para todo o mundo as paisagens mais diversificadas da nossa querida Bahia.

Por isso, estamos aqui, hoje, participando, juntamente com o Senado Federal, desse momento de tristeza, mas certos de que a obra deixada por Jorge Amado vai immortalizá-lo, será reproduzida para sempre e deixará um grande exemplo desse baiano e brasileiro que soube honrar o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar a votação.) –

Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal venho trazer a minha palavra de saudade, secundando o requerimento dos Senadores Antonio Carlos Junior e Paulo Souto, que também tive a honra de assinar.

A Nação chora, Sr. Presidente, a perda de um de seus mais notáveis filhos, que teve uma atuação destacada e significativa em todos os setores da atividade brasileira e internacional. Poucos como ele terão tido uma abrangência tão grande, tão expressiva e tão intensa quanto Jorge Amado. Seus livros, sua obra foi publicada em dezenas de línguas, uma delas o farsi

Quando o meu pai foi Embaixador do Brasil naquele país, no tempo do Xá, Jorge Amado, que era seu amigo dos tempos de juventude, pediu-lhe que conseguisse uma tradução em farsi do seu **O Cavaleiro da Esperança**. As mais variadas nações, os diversos países, parece que todos absorveram a obra de

Jorge Amado, tão variada, tão genuinamente baiana, tão autenticamente brasileira.

A caracterização de seus personagens era, sem dúvida alguma, algo de essencialíssimo. Era um deleite folhear as páginas e ainda o é – e por muito tempo o será –, e ler os romances de Jorge Amado. Começam com **O País do Carnaval**, já consagrado na admiração de Agripino Grieco, grande crítico literário, que lhe valeu um passo para **Suor**, para **Mar Morto** e para **Jubiabá**. Depois, uma verdadeira raletoira com as publicações de **Gabriela**, **Cravo e Canela**, **Tereza Batista Cansada de Guerra**, **Quincas Berro D'água**, etc. Enfim, uma obra interminável.

É interessante notar a firmeza das suas atitudes: a sua filiação e a sua lealdade ao Partido Comunista, que terminou em cassação. Fui advogado de prisioneiro político, portanto, sei o que significa ser um cassado.

Jorge Amado foi para o exílio, para a França. Amava Paris e, ali, fez relacionamentos dos mais variados no mundo intelectual: Sartre, Simone Signoret e até mesmo teve um encontro com Albert Camus. Mais do que isto: encontrou-se, também, com o escritor colombiano Gabriel García Márquez, cuja obra é tão vasta e tão rica.

Aproximou-se dos intelectuais das letras e dos intelectuais da música: Georges Moustaki, Harry Belafonte, Yves Montand, enfim, cantores e cantoras de vários países do mundo. A todos encantava com o seu tom, com a sua marca de simplicidade.

Nesta Casa, registro a amizade que teve com dois colegas nossos: o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador e ex-Presidente José Sarney. Eram seus amigos diletos, companheiros de várias horas.

Portanto, Jorge Amado era assim, admirado pela esquerda, pela direita, pelo centro e pelas alturas da consciência nacional. Basta olhar os jornais de hoje e observar as suas fotografias ao lado de populares na querida Bahia; sentado nas calçadas do Pelourinho ou caminhando com José Saramago, também seu amigo, e, muitas vezes, com cantoras e cantores baianos. E, claro, que brasileiros!

É isso o que encantava em Jorge Amado. Equilibrava a grandeza de sua inteligência com a simplicidade, quase inocente, da sua bondade.

Certamente, está garantida a sua passagem para o destino.

Para encerrar essas singelas e modestas, mas sinceras palavras, Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar Eduardo Portella, meu antecessor no Ministério

da Educação. Um nome laureado pela crítica literária, inclusive por meio da revista **O Tempo**, que tão bem conduziu; sendo hoje Presidente da Biblioteca Nacional e membro da Academia Brasileira de Letras. Disse ele: "Desaparece o escritor virtuoso, a vida do escritor virtuoso, e começa a vida do escritor virtual".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Bernardo Cabral para encaminhar.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não tinha ideia de que fosse falar após o Líder Hugo Napoleão, até por que S. Ex^a o fez em nome de todos os integrantes do Partido ao exercitar o múnus da liderança.

Eu pensava quealaria depois de Antonio Carlos Júnior, uma vez que eu queria ou vir a voz dos baianos. Foi o que fez Paulo Souto, logo a seguir, mostrando que a Bahia perde um grande vulto. E eu queria falar depois de S. Ex^a para dizer que não só a Bahia perde um grande vulto, uma vez que Jorge Amado foi um cidadão do mundo.

Todas as loas que em vida lhe prestaram, em nenhum instante ele deixou de reconhecer que elas estavam abaixo das injustiças sociais pelas quais ele bradava, reclamava e das quais ele sempre conseguia lembrar que tinha sido vítima.

Por que então, Sr. Presidente, ocupo eu esta tribuna após esta explicação?

O convívio não foi muito grande. Não tive a felicidade de vê-lo nas vezes em que fui à Bahia, e uma delas na qualidade de Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, mas havia uma ligação de afeto recíproco.

Em 1937, Jorge Amado deu à lume o seu *Capitães de Areia*, que não foi o primeiro livro. Ainda universitário, eu falava sobre isso, sobre a figura do Pedro Bala. Anos depois, ele me fez uma bela surpresa, que darei aos meus netos. Ele me enviou, em janeiro de 88, uma dedicatória carinhosa na sua edição belíssima de *Capitães de Areia*, com este poema em prosa:

"Para Bernardo Cabral, do seu velho admirador, com abraço cordial.

Jorge Amado.

Brasília, janeiro de 88".

Sr. Presidente, essa é a razão. Quero agradecer a quem prestou tantos serviços ao Brasil.

Ele era homem ligado ao mar, era uma espécie de marinheiro, e o interessante é que, já ao final, se recolheu à Bahia, assim como um marinheiro ancorado no cais de tantas recordações, e ficou lá, como um forasteiro que perdeu o hábito de partir. Era a sua Bahia.

Sr. Presidente, como brasileiro, quero deixar registrado que Jorge Amado, depois de muitos sofrimentos – porque foi até para a prisão e teve perda de mandato –, conseguiu deixar, com a marca do seu talento, as cicatrizes do dever cumprido em favor da sua Bahia.

Por tudo isso, Sr. Presidente, ele não é apenas um baiano que se foi. Ele é o brasileiro que perdemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho um discurso aqui, escrito, e solicito que ele conste dos Anais da Casa.

Quero apenas parafrasear um conterrâneo de V. Ex^a, um grande brasileiro, companheiro nosso, o poeta Ferreira Gullar.

Hoje, em um artigo para o Jornal do Brasil, ele disse que associa a nossa invenções; invenções de todos nós, que somos integrantes dela. Na brasileira, nós brasileiros. E há aqueles grandes inventores. Jorge Amado começou inventando a Bahia e inventou o Brasil. Talvez, essa seja a maior homenagem que se lhe possa prestar. Ele é inventor do que nós somos, do Brasil. E, se era imortal, hoje ele se encantou.

A ele, a homenagem do PPS, do antigo Partido Comunista Brasileiro, a minha homenagem fraterna como Presidente do PPS e herdeiro do PCB, do socialismo, da utopia e de sonhos que Jorge Amado também teve, junto com a invenção do Brasil.

(SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ROBERTO FREIRE.)

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, depois de ler os jornais de hoje, ouvir as emissoras de rádio e assistir aos programas especiais e noticiosos da televisão, falar de Jorge Amado, o maior escritor popular brasileiro de todos os tempos, é cair na repetição. O Brasil, triste, dobrou-se ante a história deste gigante da literatura mundial, deste Amado terno que amou o seu povo energicamente, munido sempre de senti-

mentos sinceros e por uma convicção democrática comum a poucos.

Poderíamos dizer que a vida de Jorge Amado é a síntese de tudo aquilo que se escreveu sobre o povo brasileiro. Como afirmou, dentro dele conviviam todas as raças. Diria mais, no seu interior também conviveram todas as cores, religiões, paixões, amores, culturas, construindo um forte sentimento de *brasilidade* ao mesmo tempo crítico e otimista.

Ódio era algo descartável na vida do escritor. Nem ódio de classe ele possuía mais, embora sempre afirmasse, até os últimos dias, a sua convicção favorável ao socialismo democrático, a sua grande utopia. Ao contrário da maioria dos mortais, tinha a capacidade de afirmar princípios sem deixar de gostar das pessoas, à esquerda ou à direita. Defensor do direito pleno à felicidade de todos os diferentes, ele foi uma espécie de fiador desta nação que ora ainda estamos consolidando, a nação da *ninguendade*, para utilizarmos um conceito original do também saudoso Darcy Ribeiro.

Muitos brasileiros passaram pelas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, do qual o PPS é herdeiro. Um tanto nos orgulha, outro tanto não. Jorge Amado está no zênite da galeria que nos orgulha, acompanhado de Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Di Cavalcanti, Oswald de Andrade, Portinari, Caio Prado Junior, Artigas, Darcy Ribeiro, Prestes, só para ficar em alguns. Nunca chegamos ao poder, mas todos eles são nomes de escolas, universidades, avenidas, cidades, centros culturais no país imaginário dos nossos sonhos. Aliás, como diz o companheiro Ferreira Gullar – também testemunho vivo do nosso orgulho –, em brilhante artigo sobre Jorge Amado, dizendo-o inventor da sociedade brasileira que seria uma invenção de seus integrantes, todos esses citados, e outros lembrados junto ao Amado, são os nossos grandes e magistrados inventores.

O mais brasileiro dos baianos deixa para nós centenas, milhares de lições. Nestes tempos de fundamentalismos e intolerância religiosa no Mundo e, recentemente entre nós, de um certo recrudescimento de preconceitos, inclusive com o surgimento de fanáticos quebrando imagens de santos e, pior, alimentado pelo uso, para nós inaceitável, do discurso de teor político, não podemos esquecer o fato histórico de ter sido Amado, um materialista nem tanto, o autor da emenda constitucional que garantiu a liberdade de culto no Brasil. Sempre unindo, jamais dividindo.

Particularmente, lembro com emoção meus encontros com Jorge Amado, que já povoava a minha juventude, em Pernambuco, e que também está na raiz

da formação de minhas convicções socialistas e democráticas. Em 89, em Paris, estive mos juntos em um jantar com jornalistas correspondentes brasileiros na casa do cientista Hildebrando – também comunista -, um dos expoentes mundiais das pesquisas referentes a doenças tropicais, hoje mergulhado na Amazônia.

Na campanha presidencial de 89, de Jorge Amado recebi apoio explícito, encontrando-nos no velho ideal socialista. No bairro do Rio Vermelho, em comício do PCB, lá estiveram usando o microfone, doce e conscientemente, Zélia Gattai e sua neta – Amado descansava em casa, quase alcançável pelo som da praça. Só com esse fato, entre dezenas de outros, já pude me considerar vitorioso naquelas eleições, mesmo em dessintonia com as urnas. Aliás, as vitórias não precisam ser obrigatoriamente majoritárias e quantificáveis. Elas também vêm pela emoção, pela sensibilidade, por um simples e singelo gesto humano.

Jorge de todos os santos amou o seu povo com uma força inimaginável, mas acredito que colocou alguns grammas de força a mais no amor que tinha pela filha de anarquistas, graças a Deus, sua mulher. Envio nesse momento, para Zélia, em meu nome e no do PPS, um abraço fraterno, estendendo-o ainda aos filhos João Cláudio e Paloma, bem como aos seus netos.

Se Jorge Amado já era imortal, agora se encantou.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, o escritor Jorge Amado merece a homenagem de toda a Nação brasileira, não apenas por haver criado alguns dos personagens mais vibrantes e inesquecíveis da nossa literatura, habitantes de realidades cruéis mas profundamente humanas e que carregam em si o registro dos costumes de toda uma região e uma época, mas também por ter sido sempre possuído de um senso de responsabilidade quanto à importância social do escritor no processo de construção de uma cultura nacional.

Sua vocação política e literária, seu senso de dever, sua profunda compreensão dos homens e das mulheres que observou, suas palavras sedutoras, sua intimidade com o povo, suas cenas recolhidas nos becos da cidade ou nos campos de cacau, nas areias das dunas ou nas alcovas dos sobrados, deram-nos um rosto mais nítido, mais completo, mais brasileiro. Jorge Amado registrou em sua obra muitas das características da nossa sociedade, immortalizan-

do uma realidade que é apenas nossa, e por isso tão reconhecida e universalmente aceita.

Sua participação na construção de nossa alma nos deixa uma herança que se tornará cada vez mais imprescindível neste mundo em que tantas identidades têm sido esmagadas em nome de uma hegemonia cultural entrelaçada a interesses econômicos cegos e de vastos dores. Sua clara intenção ideológica, de homem comprometido com o povo, com os pobres, com os problemas sociais, com a liberdade, dão a sua obra uma dimensão transcendente, encontrada, por exemplo, em Dickens, sua grande paixão literária, ou em Tolstói.

Jorge Amado soube interpretar sua vivência nas ruas de Salvador, nas fazendas de cacau em Ilhéus, nos candomblés, nas rodas de capoeira, nas feiras e mercados, nas prisões em que tantas vezes foi jogado, nas praças públicas em que seus livros foram queimados, transformando-a em questões significativas para a compreensão da existência humana. É de homens assim que se constrói uma nação viva, justa, poderosa e feliz.

À Zélia Gattai, aos seus filhos, a todo o povo brasileiro, que tanto o amava e ama, o nosso sentimento de pesar e solidariedade neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero, em nome do PMDB, do povo goiano e dos Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, prestar as nossas homenagens a esse que foi o maior e melhor escritor brasileiro.

Suas obras não só encantaram o Brasil, mas o mundo, pois mais de cinquenta e cinco países tiveram acesso a elas, com dezenas de traduções, de forma que tudo o que foi dito é o que realmente sentimos.

Não só a Bahia perdeu o seu expoente, como o País perdeu o seu grande escritor o mundo perdeu Jorge Amado.

Deixo aqui as homenagens de Goiás e do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero também, em meu nome, em nome da Liderança do Governo e do Estado de Roraima, associar-me ao re-

querimento de pesar pelo falecimento de Jorge Amado.

Sem dúvida nenhuma, Jorge Amado faz parte de nossas vidas. Aprendemos a viver, a sonhar, a sentir e a nos entreter com as histórias de Jorge Amado, com a sua forma de ver o mundo e com as lições que deu por intermédio do seu trabalho e da sua obra.

Hoje, o Brasil está mais pobre, pois perdeu um grande homem, visto como referência por várias gerações, e, sem dúvida alguma, esse fato merece ser registrado no Senado Federal.

Quero encaminhar favoravelmente a votação do requerimento e falar do nosso pesar pelo falecimento de Jorge Amado, ao tempo em que transmito ao povo baiano, à família de Jorge Amado e a Zélia Gattai os nossos mais profundos sentimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, como último inscrito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por mais que eu me esforçasse não poderia ser original na tarde de hoje, depois de ouvir tantas manifestações sobre diferentes aspectos da vida e da obra de Jorge Amado.

Apenas quero trazer a voz do Ceará, Estado com o qual ele tinha ligações muito estreitas. Havia um cronista cearense, de quem ele era muito amigo, chamado Milton Dias, homem muito ligado à cultura cearense e à nossa realidade. Muitas vezes, Jorge Amado trocou com ele idéias e ouviu suas histórias contadas por Milton, que era um grande contador de histórias. Assim, havia esse estreito canal de comunicação, que se reforçava com um maranhense que também viu muito tempo no Ceará, que foi Floriano Teixeira, grande pintor já falecido e ilustrador de várias obras de Jorge Amado.

Então, neste momento, quero apenas trazer a nossa solidariedade à família pela enorme perda não só da Bahia, mas do Brasil. No entanto, a Bahia é, de certa forma, o coração do Brasil. Quando levou a vida, a cultura baiana para suas páginas imortais, ele também levou a vida e a cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de Minas Gerais, que tenho a honra de representar, não pode-

ria deixar de trazer o seu profundo pesar pela perda desse grande brasileiro que foi Jorge Amado.

Nós, em Minas, até reivindicamos o fato de Jorge Amado ser mineiro, mas lembramos, ao ler a sua obra, que foi a Bahia principalmente que o inspirou. Ele era baiano. Mas como a Bahia é Brasil, todos temos o direito de sofrer tanto quanto os baianos essa grande perda. Foi realmente uma perda do Brasil como um todo e, por que não dizer, uma perda de toda essa literatura, intelectualidade e representação dos grandes romancistas do mundo inteiro. Hoje estamos todos de luto.

É por isso, Sr. Presidente, que registro também a nossa participação no requerimento de pesar que o Senado presta à família Jorge Amado, especialmente na pessoa de sua querida esposa Zélia Gattai.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, também, como sergipano e admirador da vasta obra de Jorge Amado, prestar-lhe, nesta hora, uma simples, porém sincera, homenagem de alguém que, na mocidade, leu muitos dos seus livros, inclusive **Teresa Batista, cansada de guerra**, onde muitas coisas foram inspiradas no movimento social em Sergipe, o meu Estado.

Jorge Amado – podemos afirmar alto e bom som – foi o primeiro escritor contemporâneo que se alçou ao mundo como um grande literato, um grande escritor, lido em todo o planeta, narrando, nos seus livros, não apenas episódios típicos da Bahia, mas a grandiosidade da alma do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, faço aqui este registro de saudade.

Jorge Amado, certamente, estará na memória de cada um de nós, imortalizado na sua obra.

A sua morte é realmente uma grande perda para todos os brasileiros. Mas fica o seu exemplo de tenacidade, a sua identificação com as raízes populares, com a nossa cultura, com a divulgação de tudo aquilo que representa a riqueza do nosso povo querido da Bahia e do Brasil.

Minhas homenagens, portanto, a esse brilhante escritor e à sua esposa, Zélia, também grande escritora.

A sua imortalidade está não apenas nas palavras que aqui foram proferidas, mas nas obras que honraram a inteligência brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar, neste momento, de registrar o profundo pesar não só do Estado de Rondônia, mas de toda a Nação pelo desaparecimento de Jorge Amado.

Aos seus familiares, os nossos votos de pesar.

Sr. Presidente, Jorge Amado, neste momento, deve estar diante do Criador, levando na bagagem essa produção imortal – e, diante de Deus, talvez, todas as suas angústias – pode até ele desfiar e ser muito mais feliz do que nós que ainda permanecemos com o mesmo sofrimento e a mesma dor de um povo que ele soube pintar com mestria, com beleza, com a estética e com a estrutura com que a palavra consegue encantar a todos.

Exatamente agora, quando ele sai do nosso convívio, poderíamos relembrar a idéia de Michelangelo, que, diante da morte, afirmou: *“morrer: não ser nada; não ser mais ninguém; despojar-se da fascinação de si próprio”*.

É esse vazio que o artista deixa de si mesmo, mas não de sua obra, porque ela há de desfiar os séculos. Comele vai sobreviver a cultura nacional. Jorge Amado faz parte do grande acervo da memória deste País. Não tenho dúvidas de que sua obra sobreviverá para mostrar às gerações vindouras o que foi o retrato de um Brasil, sobretudo o dos excluídos, o Brasil de um povo que ainda tem esperança e sozinha um dia será feliz. Essa a mensagem que encontro na obra de Jorge Amado. Apesar de todas as mazelas da vida, das dificuldades, o homem tem ainda um projeto de felicidade.

É por isso que, nesta hora, ao dizer que a imortalidade não só oacompanha, mas também o Brasil pelos séculosafora, porque essa literatura será lida e revivida, pois Jorge Amado encenou o Brasil para o mundo inteiro e para os brasileiros. É isso que fica na nossa memória; é isso que fica naqui que reverenciamos.

O artista não morre. A arte sobrevive a todos nós, e há de sobreviver Jorge Amado com ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Coêlho.

O SR. JOSÉ COÊLHO (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se devo falar como pernambucano ou como filho da Bahia, porque,

desde cedo, eu pegava o trem que saía de Juazeiro, na Bahia, para Salvador, onde concluí o ginásio e o meu curso superior. Portanto, sou baiano por formação e pernambucano por nascimento.

Sr. Presidente, participei de todas as lutas acadêmicas que se desenvolveram desde 1934 a 1946, quando terminou a II Guerra Mundial. Convivi com os estudantes e com Jorge Amado, não na sua intimidade familiar, mas como companheiro de luta, naquela oportunidade em que se imaginava sair do Estado Novo para o regime democrático.

Jorge Amado foi cantado e decantado por todos os oradores que me antecederam, os quais descreveram a sua imagem de cidadão perfeito, completo e de uma inteligência que vai fazer falta à Bahia e ao Brasil. Jorge Amado era um homem humilde, um homem extraordinário, de uma visão espetacular. Poucos homens neste País foram tão próximos dos humildes como Jorge Amado. Nesta oportunidade, como baiano, não poderia deixar de dar uma palavra, quando um grande manto negro cai sobre a Bahia, deixando os baianos todos entristecidos e chorando.

A Bahia perde uma grande figura. Certamente que os baianos vão venerar a sua inteligência, a sua vivacidade, o seu contágio, enfim, todas as qualidades extraordinárias que ele possuía. E nós, que hoje estamos aqui, entristecidos, haveremos de, também, juntar tudo isso em favor dessa figura extraordinária, transferindo à sua família os nossos sentimentos, os nossos pesares, na certeza de que tudo o que estamos fazendo é em nome do que Jorge Amado merecia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje posso falar pelo meu Distrito Federal, porque os meus outros dois companheiros, representantes de Brasília, aqui não se encontram. Posso também falar em nome do meu Partido, o PDT, Partido que me recebeu com tanto carinho, Partido onde eu me sinto tão bem.

Eu gostaria de poder chorar uma lágrima maior, mas a minha modéstia só produz, como tudo o que sai de mim, coisas pequenas. Se pudesse, eu choraria lágrimas mais grossas. Jorge Amado foi, para mim, a surpresa de quem encontra um outro mundo. Mineiro, e mineirão mesmo, cheio de preconceitos e de limitações, respeitador de tabus, contra os quais iria lutar de pois, saí, uma vez, quando não era comum esse turismo, para conhecer a Bahia. E o fiz, escutando o

chamamento de alguém com quem nunca pessoalmente convivi: Jorge Amado. Foi ele quem me despertou a curiosidade pela Bahia. Eu queria sentir o cheiro, ver as cores, sentir a euforia espontânea da Bahia. Eu queria conhecer um outro dia de religiosidade que não fossem aqueles dias tristes da velha Vila Rica, da nossa Ouro Preto, encapuzada, entristecida, silente e ensimesmada. Lá na Bahia, conheci um outro conteúdo do catolicismo. Que beleza um Finaidos na Bahia! Que beleza um janeiro, quando o povo lava a escadaria como se estivesse lavando a sua própria alma!

Fiquei lá em Itapoã trinta inesquecíveis dias, reconhecendo aquilo que Jorge Amado já havia, com a magia de seu espírito e com a agilidade de sua pena, transformado em curiosidade insopitável.

Jorge Amado não poderia deixar de ser socialista, não poderia deixar de ser comunista. Mas, quando ele o foi – e foi deputado pelo Partido Comunista, deputado cassado –, ao deparar com a rigidez, com as paredes frias, com as informações longínquas daquilo que estava acontecendo, por exemplo, no ditosocialismo real, na União Soviética, a sensibilidade humana de Jorge Amado não poderia ser engaiolada dentro da rigidez daqueles princípios e daquela prática em grande parte desumana.

De modo que a sua humanidade, o seu socialismo humano, a sua visão de um futuro digno do homem, amplo, livre, em que a liberdade realmente fosse a liberdade de alimentar, de fazer sexo, de amar, de se entusiasmar, em que a liberdade fosse a liberdade política da expressão, sempreias, essas liberdades que sempre animaram Jorge Amado não encontraram, e não poderiam encontrar, espaço, não poderiam respirar dentro do Partido Comunista Brasileiro, no qual entrou e do qual foi um militante. Obviamente um militante constrangido, um militante menor, não tão grande quanto foi em outros momentos em que a liberdade para o seu espírito, para a sua criação, se mostrava infinita.

Agradeço o espaço que me foi dado. Eu estava ali, disposto a escutar os importantes e sensíveis pronunciamentos que me antecederam, mas não poderia deixar de dizer essas palavras.

Penso que, no final deste mundo encantado de Jorge Amado, ele se transformou em um de seus personagens. Será que não foi Jorge Amado que, rodeado de seus amigos cachaceiros que foram assistir ao seu funeral, levantou-se de seu caixão e saiu por aí, brincando de baiano, em grande censo a Bahia e o Brasil?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também quero deixar registrada, nesta sessão memorável, uma expressão do Rio de Janeiro. Afinal de contas, Jorge Amado é um escritor brasileiro, talvez o escritor brasileiro mais conhecido no mundo inteiro. Desempenhou um papel essencial na história da literatura como pioneiro de uma literatura moderna, que estimulou e inspirou a juventude dos anos 40 e 50. Tive o interesse pela literatura despertado pelas obras de Jorge Amado, especialmente Jubiabá, Mar Morto, Capitães da Areia. É precisamente desse período de juventude que me vem nesta hora a recordação mais amável e gratificante do contato que tive com essa grande figura brasileira, exatamente nesse período, quando Jorge Amado era comunista. Esta é que é a verdade. Eu era estudante, pertencia à juventude comunista. Eu estudava engenharia, mas cantava; eu era cantor e cantava peças tanto folclóricas quanto de música erudita.

Jorge Amado gostava das coisas que eu cantava, muito especialmente de uma balada, cuja poesia foi escrita por Ethel Rosenberg, esposa de Julius Rosenberg, casal condenado à morte nos anos 50, por uma suposta ação de espionagem nos Estados Unidos, o que provocou uma reação mundial muito grande. Ethel Rosenberg deixou esta balada escrita e Edino Grieger, nosso grande compositor, expoente da nossa música hoje, musicou essa balada e eu a cantava. Jorge Amado gostava especialmente dessa peça e me convidava a eventos no País e fora dele exatamente para me apresentar cantando essa balada. Lembro-me de que vim a Goiânia, nos anos 50, e fomos acolhidos pelo então Governador Pedro Ludovico, sediando um Congresso Brasileiro de Intelectuais, por volta de 1954 por aí, não me recordo exatamente. Compareci, e Jorge Amado foi o grande líder desse Congresso, por ser a figura do Partido Comunista mais acatada e mais respeitada, de maior destaque nos meios intelectuais, e ele praticamente promoveu esse congresso e me convidou a participar dele. Eu lá estive.

Convidou-me a participar do Congresso Mundial da Paz, em Helsinque, do Festival da Juventude, em Varsóvia, e, em seguida, a integrar uma delegação de artistas brasileiros na União Soviética. Fomos juntos, sempre.

Tivemos essa convivência muito próxima naquele tempo, que depois perdeu-se na medida em

que deixei essa atividade, que me tornei um engenheiro e um economista, e ele continuou; mas depois, também separou-se do Partido Comunista e eu deixei a Juventude, ingressei no Partido Socialista.

Enfim, separamo-nos; mas ficou essa lembrança amável que para mim é comovente neste dia de hoje, quando apreciamos o voto de pesar pelo falecimento deste que foi um expoente da literatura brasileira, com o seu caráter de pioneirismo na forma dos seus romances e especialmente no levantamento da questão social, que era, para ele, fundamental, essencial na missão do escritor, do romancista.

Sr. Presidente, fica aqui o registro de uma voz do Rio de Janeiro, pesarosa por essa perda inestimável; a voz de quem foi chamado à literatura pelas obras dele e uma voz de quem compartilhou, na juventude, um ideal muito forte, animador, motivador, que nos movia a todos, em busca da utopia internacional da fraternidade entre todos os seres humanos. Registro o meu pesar pelo falecimento dessa figura imorredoura, o escritor brasileiro Jorge Amado, a quem eu e o meu Estado, o Rio de Janeiro, prestamos homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concede a palavra ao eminente Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado, o Pará, também não poderia deixar de render homenagem a Jorge Amado, falecido ontem na Bahia. O Brasil todo está triste.

Na obra de Jorge Amado, o povo brasileiro tinha horas de lazer, de satisfação e de grande esperança. Mas essa esperança continuará a existir. Hoje, os personagens de Jorge Amado não são apenas brasileiros, mas internacionais. Seu romance **Gabriela, Cravo e Canela**, transformado em novela, foi transmitido pela grande instituição de comunicação **Rede Globo** para vários países. Desse modo, o artista brasileiro pôde mostrar a sua capacidade de expressão e ser reconhecido internacionalmente. Suas obras, aqui lembradas pelos Senadores que se manifestaram, são marcas para a juventude, para as crianças, para todos os brasileiros.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concede a palavra ao nobre Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Roberto Freire já falou em nome do nosso Partido, o

PPS, registrando todo o nosso orgulho por este grande baiano, este grande brasileiro, Jorge Amado, e que estará sempre entre nós, na nossa vida cultural, por meio de sua obra.

Respeitando o tempo das sessões – já fui alertado pelo Presidente – desejo apenas, em nome da Bancada capixaba, do Senador Ricardo Santos, do Senador Gerson Camata, e em nome do povo do Estado do Espírito Santo, dizer da nossa tristeza aos familiares de Jorge Amado, ao povo baiano, ao povo brasileiro, por esta grande perda nacional, para um País que precisa ver reconhecidas sua cultura e sua identidade.

Por tanto, fica o nosso registro, o meu e o dos capixabas, da dor e da tristeza pela perda de alguém tão importante para um País que tenta buscar o seu caminho, sua trajetória, sua afirmação cultural.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SR. SENADOR PAULO HARTUNG.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome de PPS, que ro registrar o nosso pesar pela perda de Jorge Amado que, antes de ser o grande homem das Letras, era um cidadão preocupado com os destinos do Brasil. Foi através de suas obras que ele refletiu o nosso País, captando a alma brasileira a partir da Bahia, e fez a nossa literatura inserir-se no plano internacional, abrindo as portas do mercado editorial para obras de outros autores.

Jorge Amado interpretou este Brasil eclético, heterogêneo e multifacetado, traduzindo todo nosso sincretismo através dos personagens que habitaram suas obras, retirados do imaginário popular baiano, com toda sua cara de paixão, sensu aliada de tensão.

O legado literário de Jorge Amado é inestimável. Suas obras, que foram publicadas em mais de 50 países, tendo vendido mais de 100 milhões de exemplares em todo o mundo, falam de um Brasil de carne e osso, o Brasil dos trabalhadores que suam suas camisas no cais do porto, o Brasil da diversidade religiosa, dos trabalhadores rurais nas plantações de cacau, das prostitutas, dos menores abandonados, dos imigrantes e das populações ribeirinhas.

Seus livros retratam o Brasil como um grande mosaico, imortalizando personagens como Gabriela, Dona Flor, Vadinho, Teobaldo, o turco Nacib, Teresa Batista, Tietea e tantos outros que são a imagem fiel de um país que, apesar de todos os contrastes, tem esperanças. Seus temas são variados, do lirismo de amores impossíveis em **Mar morto**, passando pela

denúncia da miséria e da exploração política da seca em **Ter ras do sem fim**; retratando o universo dos meninos de rua em **Capitães de areia**, ou mostrando a sensualidade e os costumes em **Gabriela, cravo e canela** e **Os velhos Marinheiros**. Jorge Amado do escreveu a verdadeira literatura brasileira, dentro de um padrão estético e psicológico fiel às nossas origens afro-portuguesas, na mesma linha de um Sérgio Buarque de Holanda e de um Gilberto Freyre, que fizeram uma brilhante interpretação sociológica do Brasil.

Jorge Amado honra não só a cultura nacional, mas também o PPS, pois foi um histórico membro do extinto PCB. Foi deputado federal em 1945, assumindo-se como um “escritor do partido”, dada sua formação marxista e seu repúdio ao Estado Novo e ao nazifascismo europeu. Sofreu perseguições, exílio e prisões, foi cassado em 1948, e seguiu para a Tchecoslováquia, só retornando ao Brasil em 1956. Nosso velho comunista abandonou a luta partidária, mas não as idéias, convencido de que, através da literatura poderia contribuir, melhor do que na vida parlamentar, para pensar criticamente o Brasil. E o fez sem desvirtuar-se de seu sentimento de amor ao País, à sua gente, à Bahia e aos livros, com a mesma simplicidade com que viveu. Para ele, “o socialismo é o futuro. A queda do muro de Berlim significou o fim de ditaduras medonhas que existiam em nome do comunismo, mas não eram comunismo”.

Foi um escritor avesso à intelectualidade, porque acreditava mais na simplicidade do que na futilidade, por isso sua obra permanecerá entre as mais destacadas de nossa literatura e uma das mais traduzidas no mundo inteiro, porque o escritor não se dissociou do homem, não se fechou no hermetismo vocabular, nem deixou que o pedantismo intelectual ofuscasse as pessoas. Ele sempre esteve perto do povo e esse povo, com o qual conviveu, é que forneceu matéria e circunstância para seus romances de sucesso.

Esse é Jorge Amado, um homem que amou a vida, as pessoas, foi fiel aos amigos, e, acima de tudo, contou com a parceria, a solidariedade e a cumplicidade de sua mulher, a escritora Zélia Gattai, com quem viveu uma vida de intensa parceria pessoal e literária.

De Jorge Amado fica uma grande lição para todos nós, e quero aqui destacar uma de suas falas, que exemplifica muito bem o caráter de sua escritura: “É ótimo que os escritores sejam cultos, lidos. Mas nada disso servirá, se eles não viverem ardentemente a vida, não amarem os homens, as coisas, as paisagens, não se misturarem intensamente à vida. Se

não o fizerem, ficarão livrescos, e essa é a pior desgraça que pode suceder a um escritor”.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora em poucas palavras, eu não poderia deixar de falar do desejo de abraçar a família do grande escritor, ensaísta e romancista Jorge Amado, o maior escritor que o Brasil já conheceu, e todas as famílias brasileiras, porque o luto é de todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, se o nobre escritor Jorge Amado tivesse conseguido implantar as suas idéias no campo político, ainda que não tivesse escrito qualquer obra, o Brasil seria um País muito diferente, pois ele sempre pensou na verdadeira democracia social.

O Brasil está de luto e chora a sua morte. Falar da morte de Jorge Amado parece paradoxal, porque ele é um grande imortal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou um paraense baiano, ou um baiano paraense e, como todos, sinto profundamente a morte de Jorge Amado.

Não convivi com ele, mas vivi, na minha adolescência e juventude, junto ao povo com quem ele viveu, um povo cuja vida ele relatou de maneira inigualável. Não conheço outro escritor que tenha retratado tão bem o povo humilde, pobre, sofrido, e que tem as mais diversas e imagináveis crenças. Não conheço outro escritor tão entrosado, tão real naquilo que escrevia como foi Jorge Amado.

É uma pena para o Brasil e para o mundo a sua morte.

Jorge Amado levou o nome do nosso País e o da Bahia para todo o planeta Terra. Além de brilhante escritor, de ter sabido observar e interpretar a vida do povo simples da Bahia, foi político que orgulha a todos nós. Somente um homem sensível, um socialista, poderia falar do povo como ele o fez.

De forma que não apenas as suas obras, o relato da vida do povo com quem ele conviveu, mas fundamentalmente as suas idéias políticas devem ser preservadas e devem servir de exemplo para todo o povo brasileiro, principalmente para os políticos. Seria muito interessante se os políticos do Brasil observassem Jorge Amado na sua capacidade literata, mas,

fundamentalmente, no seu pensamento e na sua dedicação política.

Assim, lamento pelo Pará, pela Bahia, pelo Brasil, pelo PSB a morte de Jorge Amado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, quisera eu, neste instante, dispor de capacidade ou poder incorporar mesmo o imenso talento de Jorge Amado para lhe prestar uma homenagem merecida, digna de sua capacidade literária. Ao lado de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz, ainda que estejam claras as diferenças estilísticas, Jorge Amado é o romancista nordestino que representa o emblema da inventividade. É um ficcionista contemporâneo e em constante evolução.

Todas as suas sagas estão ambientadas na Bahia. Aprendeu como ninguém o cotidiano de sensualidade, de romantismo e o cenário mítico de sua terra, nela projetando seus personagens, que já estão eternizados na memória brasileira. Nacib, Gabriela, Dona Flor e Tieta, graças à força imagética de seus romances, conquistaram o mundo pelo cinema e pela televisão.

Suas primeiras ficções como **País do Carnaval**, **Jubiabá**, **Mar Morto** e **Capitães da Areia** estão permeadas de intencionalidade política e social. São obras que denunciaram a decomposição social, evidenciam a luta de classes dentro de um País, à época, subpolitizado. **Jubiabá**, sem dúvida, é a melhor representação desse período.

São páginas escritas no período em que Jorge Amado teve uma intensa atividade política no Partido Comunista, pelo qual foi Deputado. Mesmo com a reserva de alguns críticos, Jorge Amado soube ousar e avançar. Sintetizou em suas obras a alma do povo brasileiro. O sincretismo religioso, a convivência, a tolerância e o pacifismo estão sobejamente espelhados nos romances: **Gabriela, Cravo e Canela**, **Tenda dos Milagres**, **Tieta do Agreste**, **Teresa Batista Cansada de Guerra**, **Tocaia Grande** e no autobiográfico **Navegação de Cabotagem**.

Ao lado de Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Machado de Assis, Jorge Amado é, inquestionavelmente, um dos maiores ficcionistas da história literária brasileira e, sem dúvida, o autor nacional mais conhecido no mundo. As traduções de suas sagas já al-

cançaram mais de sessenta países e sua importância literária é indiscutível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, a Bahia hoje está desidratada. Perde a intensidade de suas cores, a pujança de seus aromas, o vigor de sua mística. A Bahia, particularmente, e o Brasil estão órfãos de quem melhor viu, interpretou e fabulou aquele Estado e o Brasil, conseqüentemente.

Que Jorge Amado descanse em paz na sua amada Bahia.

Sr. Presidente, como Líder do PMDB, suponho estar expressando o sentimento de todos os membros da nossa Bancada, apoiando a aprovação desse requerimento.

Antes de encerrar, solidarizo-me com a família, na pessoa da também escritora Zélia Gattai, e sugiro, em boa hora, que o Governo brasileiro encampe a indicação de Jorge Amado para o Nobel de Literatura.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, último orador inscrito.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, não há nenhuma dúvida de que Jorge Amado praticamente criou a Bahia que conhecemos. Como representante do Rio Grande do Sul, sou um dos que subscreve o requerimento de pesar pela morte desse que foi talvez o maior escritor que falou sobre o Brasil.

Hoje é um dia de muito sofrimento para nós, não apenas pelo grande escritor, o extraordinário escritor, Jorge Amado era mais do que um escritor. A figura humana de Jorge Amado, a sua vida, a sua trajetória e as suas preocupações são de uma profundidade, de um conteúdo tal que faz com que nos apaixonemos, por que não há nenhum de nós que não tenha passado muitas e muitas horas vibrando, lendo os livros de Jorge Amado, ou momentos emocionantes vendo os filmes que retrataram suas obras.

Mas Jorge Amado era um extraordinário homem público. Deputado constituinte, lutou na sua mocidade contra o Estado Novo, na busca pela implantação da democracia. E a conseguiu, junto com tantos, num dos momentos mais emocionantes da vida brasileira, que foi a Constituinte de 1946. Ali, homens de grande cultura, de grande competência, de pensamento jurídico e social os mais diferentes se uniram para fazer uma extraordinária Constituição. Reli os debates da Constituinte de 46. Sentio que é uma Constituição feita por pessoas que conhecem, que vibraram, que vi-

veram o seu País. Aqueles que, exilados pelo Estado Novo, vieram dos mais recônditos países do mundo, voltaram à sua terra e, pelo voto popular, vieram para a Constituinte; e daqueles que ficaram aqui batendo palmas, inclusive para o sistema, mas que tinham que se adaptar à nova realidade.

Foi um grande momento aquele da Constituinte de 1946, com grandes figuras, grandes juristas, grandes parlamentares e grandes culturas, principalmente, porque cada uma delas tinha uma vida de sacrifício, de lutas, de sangue e de suor pela sua pátria.

Infelizmente, a vida é assim mesmo, aquela mesma gente magnífica, que fez a extraordinária Constituição de 46, num gesto mesquinho, até hoje incompreensível, cassou o mandato dos seus irmãos constituintes e deixou fora da lei o Partido Comunista Brasileiro, o que foi um erro sob todos os pontos de vista, sob o ponto de vista ético, moral e político. Eram pessoas que deviam se constituir, se organizar, para debater, discutir e defender aqui as suas idéias. Eram a minoria; poucos, é verdade. Cassados, passaram a fazer a política do anticomunismo, perseguindo, prendendo e inventando as mais sérias e variadas razões contra um grupo que até ontem — e agora, pelo que se vê em alguns jornais, tentam refazer — existia na tese do anticomunismo. Mesmo assim, esse grande brasileiro que percorreu congressos do mundo inteiro a favor da paz, que participou de reuniões e conferências político-intelectuais pelo mundo afora a favor da paz, continuou a sua trajetória. E aqueles livros, Sr. Presidente, como **Capitães da Areia**, que, na minha mocidade, emocionaram-me? Diria que, talvez, tenha sido das obras a que mais fundo tocou a minha sensibilidade e cobrou de mim uma resposta, uma reação, fosse ela qual fosse, ainda que utópica. O Jorge Amado de **Capitães da Areia** continua. E, de certa forma, de maneira emocionante e fantástica, o líder político, o líder intelectual, o líder social, escolheu uma fórmula diferente para subir e ocupar as alturas da literatura. Considero a obra de Jorge Amado como **A Comédia Humana**, de Balzac. Veamos aquelas criaturas que ele criava e que apareciam num romance, daqui a pouco noutro e parecia que eram criaturas que estavam à nossa roda. Os personagens criados pelo nosso querido baiano eram realmente cada um à sua feitura, cada um ao seu jeito.

Jorge Amado é um autor que se deve ler e reler nas entrelinhas. Deve-se ver o sentido do deboche, da flauta, da ironia, da forma como ele apresenta. Mas tem que se ler. O conteúdo mostra o desmandado social e os equívocos praticados naquela sociedade. Mas Jorge Amado era um retratista. Darcy Ribeiro, quando

escreveu o seu livro **O Povo Brasileiro**, dizia: “Escrevo o livro **O Povo Brasileiro** porque existe a raça brasileira, que se está constituindo. A raça brasileira, que não tem igual no mundo, por que se constituiu da mescla das outras raças”. Vemos, nos Estados Unidos, negros isolados ali, africanos ali, latino-americanos ali, japoneses ali, chineses ali, italianos ali. Já no Brasil, mesclou-se e daí surgiu a raça brasileira. É o que faz o nosso Jorge Amado na sua obra: ele mescla as raças no cantinho da composição permanente e constante da sua Bahia.

Hoje, é um dia diferente! Hoje, chora a Bahia e choramos nós. Nas nossas igrejas, 365 na Bahia, há gente rezando. Nos candomblés, aos milhares pela Bahia, há gente rezando. Os marinheiros na beira do mar, aos milhares e milhares pela Bahia, estão olhando o seu mar, estão vendo e voltar as embarcações, mas sentem uma falta profunda. O sol é o mesmo na Bahia. A beleza daquele território, a beleza daquele mar é a mesma. Mas hoje é como se o sol não tivesse se levantado. É como se as pessoas passassem a andar sem entender para onde vão e por que vão. Hoje é dia de se fechar os olhos e recordar os personagens de Jorge Amado.

Às duas e meia da madrugada, a TV Globo fez passar o filme **Gabriela, Cravo e Canela**. Foi uma grande homenagem que a TV Globo prestou, porque não há dúvida de que nós que estávamos magoados, chocados com a morte, entendemos que Jorge Amado não morreu. Um homem como Jorge Amado, com a sua obra, com a sua história, não morre. Os personagens dele, não apenas ele, não apenas sua esposa, flutuarão permanentemente no ar. E o seu exemplo sim. Não nos iludamos, não vamos bater palmas e vibrar quase chorando como eu ontem, às quatro da madrugada, quando terminou **Gabriela, Cravo e Canela**; lembrar Jorge Amado por Gabriela sim; lembrar pelas obras e pelos tipos que ele criou sim, mas lembrar Jorge Amado pela sua luta social, pela defesa que ele fez das teses de este seu País ser diferente, ser mais fraterno, ser mais social e ser mais justo. Ele fez por merecer, ele lutou por isso, ele quis isso; e a sua obra toda deve se engalantar dentro do objetivo do justo e do social, do imortal e querido Jorge Amado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Em votação os requerimentos lidos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Jorge Amado vai sobreviver na memória do povo brasileiro. Raras são as personalidades, como Jorge, que se eternizam na história e nas lendas de uma Nação por força de seu extraordinário talento. Um talento que beira a genialidade pela elevação de suas criações, sempre a serviço do povo simples, com as suas qualidades e os seus feitos.

Desde jovem, Jorge Amado cumpriu o roteiro do seu destino, que era o de lutar pela Justiça e pelos desvalidos. Por eles foi eleito Deputado Federal e por eles enfrentou na própria carne as dores da prisão e do exílio. Transplantou para a sua obra a alma mais autêntica do brasileiro. Como figura humana – temperamento cheio de doçura, generosidade e alegria -, fez legiões de amigos no Brasil e no exterior. Com a sua literatura, honrou e expandiu o perfil do nosso País. Hoje choramos a sua morte física, mas certos estamos de que ele permanecerá sempre vivo, por meio de suas utopias, do culto das futuras gerações de brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, fui encontrá-lo certa vez em Paris produzindo riqueza. E não se suponha que me refiro à riqueza financeira, à riqueza monetária. Refiro-me àquela riqueza de que foram pródigos os gregos e os egípcios: refiro-me à riqueza da cultura, que é imorredoura, à riqueza do saber, de que as gerações se valem por toda a eternidade.

Aqui tudo se disse sobre Jorge Amado, e ainda há pouco se falou sobre o Constituinte Jorge Amado. O Brasil tem sido pródigo em Constituições – a Constituição de 1891, a Constituição de 1937, a Constituição de 1946, a Constituição de 1967, a Constituição de 1969, a Constituição de 1988 –, mas foi exatamente na Constituição de 1946 que Jorge Amado firmou a sua presença com o brilho do seu talento e do seu saber.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência designa comissão formada pelos Senadores José Sarney, Waldeck Ornélas e Francelino Pereira para representar o Senado nas cerimônias fúnebres.

Em homenagem ao ilustre falecido, a esse grande baiano e brasileiro, determino o hasteamento, a meio mastro, da Bandeira Nacional fixada em frente ao edifício sede do Senado Federal, em sinal de luto oficial.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 413, DE 2001

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear

Jorge Amado

7 de agosto de 2001

Sala das Sessões, em

Edison Lobão
Antonio Carlos Junqueira
Paulo Hartung
Bálgem
Alabrese
Eduardo
João

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2001

**Altera a redação do artigo 6º da
Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a

moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Art. 2 Esta Emenda, entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal em seu artigo 6º aponta como direitos sociais dos brasileiros a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Esta proposta de emenda à Constituição inclui a alimentação no rol dos direitos sociais.

O Direito à alimentação foi reconhecido pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1993, em reunião realizada na cidade de Viena, Integrada por 52 países, e contando com o voto favorável do Brasil, registrando apenas um voto contra (EUA), a referida Comissão da ONU com essa decisão histórica enriqueceu a Carta dos Direitos de 1948, colocando em primeiro lugar, entre os direitos do cidadão, a alimentação.

Segundo Jean Ziegler, que é relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, “há um genocídio silencioso num planeta que, segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação), pode dar de comer ao dobro de sua população” (JB, ed. De 4/8/2001, pág. 10). O que ele quis dizer é que a economia mundial produz alimentação para 12 bilhões de pessoas (duas vezes a população mundial), enquanto morrem de fome mais de 100 mil pessoas por dia. A justa indignação de Ziegler é gerada pela indiferença do mundo desenvolvido que encara a morte pela fome “como uma fatalidade, quando é um assassinato cometido por uma ordem mundial em que só come quem pode pagar”. Ele discrimina as causas: distribuição desigual da riqueza, enquadramento de uma necessidade vital em regras de oferta e procura determinadas por negócios globais na Bolsa Mercantil de Chicago — ou então corrupção, ditaduras, o alimento usado como arma de guerra (no Afeganistão, na Palestina), a drenagem de recursos para o pagamento da dívida, a detenção de patentes universais por empresas agroalimentares.

Em nosso país, 1/3 da população brasileira é mal nutrida, 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida.

Em pesquisa da FGV elaborada com o objetivo de mostrar o Mapa da Fome no Brasil, encontramos

que há 50 milhões de miseráveis no Brasil (29,3% da população tem renda inferior a 80 reais **per capita**). O custo agregado para a erradicação da indigência brasileira corresponde a 1.69 bilhões mensais ou 3.81 da renda familiar.

Foi provado cientificamente que a fome crônica reduz a capacidade de aprendizado das crianças, diminuindo o rendimento escolar. No adulto gera mal estar, e sua capacidade física fica muito reduzida, além disso, as mulheres acabam gerando filhos prematuros.

São várias as soluções que existem: os governos deveriam dar ênfase a projetos sociais para a geração do bem comum. Deveriam ser investidos recursos na agricultura familiar, na desapropriação de terras improdutivas, onde os assentados passariam a produzir seus próprios alimentos e a vender o excedente na cidade, agregando renda; investimentos em programas de combate a fome e a miséria; abastecimento d’água e saneamento básico; saúde e educação como prioridades reais.

Como vimos, o Brasil manifestou-se oficialmente, na ONU, favorável à inclusão da alimentação como direito social do cidadão.

Inserir esse direito em nossa Carta Magna é a confirmação desse nobre pensamento em não permitir que ninguém venha a morrer no Brasil por falta de um prato de comida. Essa previsão constitucional, não tem o objetivo de forçar uma distribuição aleatória ou demagógica de cestas básicas, sem critérios ou sem motivação. A principal finalidade é assegurar aos segmentos mais pobres da população o estabelecimento de políticas públicas consistentes que evitem a fome e a miséria, e assim, cada brasileiro possa usufruir de uma alimentação adequada à sua sobrevivência.

Há mais de 200 anos já dizia Jean-Jacques Rousseau: “Entre o fraco e o forte, é a liberdade que oprime, e é a lei que liberta”.

Não seremos um país digno enquanto assistirmos a esse quadro dantesco de miséria, onde a comida não chega à mesa de muitos dos nossos irmãos, onde a fome persiste não apenas nos bolsões do Nordeste, mas, infelizmente, em todo o Brasil. Enquanto isso a alta concentração de renda aqui reinante aumenta a cada dia os privilégios de uma minoria de abastados que vive na opulência e na fartura.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

Nome do Senador	Assinatura
BERNARDO CABRAL	
MOZARILDO CAVALLANTI	
Juan de Lima	
CARLOS PATRICIANO	
HELOISA HELENA	Heloisa Helena
LAURO CAMPOS	

Nome do Senador	Assinatura
ANTONIO CARLOS LIMA	
	CARLOS WILSON

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

CAPÍTULO II Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

*EC 20/98.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Nome do Senador	Assinatura
MARINA SILVA	
ROBERTO JEFFERSON	
	MARLUCE PINTO
	LUIZ PERES
LEONAR QUINTANILHA	
IRIS RESCENE	
	AMIR LANZA

Nome do Senador	Assinatura
Paulo Henrique	
CARLOS BEZERRA	
Salomão	
Edwards M. Jurely	
J. E. DUTRA	
Gezúlio Cavalcanti	
João Viana	
Roberto Roberto	
ALVARO DIAS	

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
(Nº 131, 2001)**

Cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam cometidos à Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), observadas as disposições desta lei, os encargos de criar, organizar e administrar o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS), com personalidade jurídica de direito privado, sem prejuízo da fiscalização da aplicação de seus recursos pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Compete ao SESS, atuando em estreita cooperação com órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, desenvolver, executar e apoiar programas voltados à promoção social e humana dos trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde, notadamente nos campos da saúde, alimentação, higiene e segurança no trabalho, educação, cultura, esporte, lazer, assistência à infância e demais atividades afins.

Art. 3º Compete ao Senass, atuando em estreita cooperação com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, organizar, manter e administrar escolas de aprendizagem e centros de treinamento para os trabalhadores em estabelecimentos de serviços de saúde, além do aperfeiçoamento da mão-de-obra existente.

Art. 4º O SESS e o Senass serão dirigidos, cada um deles, por um Conselho Nacional, que definirá as políticas e diretrizes do respectivo serviço e elegerá sua Diretoria Executiva.

Art. 5º Os Conselhos Nacionais referidos no artigo anterior serão constituídos pelos seguintes membros:

a) Presidente da Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) que os dirigirá;

b) Presidente das Federações que compõem a Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS);

c) um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde;

d) um representante do Ministério do Trabalho;

e) um representante do Ministério da Saúde;

f) um representante do Ministério da Previdência Social.

Art. 6º A administração do SESS e do Senass, será descentralizada, cabendo aos respectivos Conselhos Nacionais definir a extensão territorial de cada unidade administrativa, que poderá ser de âmbito estadual ou interestadual.

Art. 7º Cada unidade administrativa do SESS e do Senass será dirigida por um Conselho Regional, que zelará pela adequação da aplicação dos recursos disponíveis, no desenvolvimento dos programas de sua competência, de acordo com as políticas e diretrizes do Conselho Nacional.

Parágrafo único. Cada Conselho Regional do SESS e do Senass, elegerá sua Diretoria Executiva.

Art. 8º Os Conselhos Regionais referidos no artigo anterior serão constituídos pelos seguintes membros:

a) Presidente da Federação que os dirigirá;

b) Presidente dos Sindicatos que compõem a Federação;

c) Presidente da Federação Regional dos Trabalhos da Saúde;

d) Um representante da Delegacia Regional do Trabalho;

e) Um representante regional do Ministério da Previdência e Assistência Social;

f) Um representante da Secretaria Estadual de Saúde.

Parágrafo único. Nos Conselhos Regionais, de âmbito interestadual, as Federações poderão indicar um representante para cada Estado de sua base territorial, abrangido pela respectiva unidade administrativa, aplicando-se o mesmo critério à representação dos Conselhos Estaduais de Saúde

Art. 9º Os Conselhos Regionais do SESS e do Senass, poderão autorizar a instalação de agências nas cidades ou regiões metropolitanas em que se registrem grandes concentrações de trabalhadores na Saúde.

Parágrafo único. As agências de que trata este artigo serão vinculadas administrativamente às respectivas diretorias executivas regionais.

Art. 10. As contribuições hoje devidas pelos estabelecimentos de serviços de Saúde ao SESC e ao Senac, instituídas no art. 3º dos Decretos-Lei nºs. 9.403/46 e 9.853/46, passarão a ser recolhidas, nas mesmas alíquotas e prazos e pelo mesmo sistema, a favor do SESS e do Senass, respectivamente.

Art. 11. Os profissionais autônomos (médicos, dentistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais e demais profissionais liberais), passarão a contribuir anualmente, para o SESS e para o Senass, contribuições essas que serão recolhidas através de guias próprias, por ocasião do recolhimento de suas contribuições sindicais.

Art. 12 – As contribuições referidas nos artigos 10 e 11 ficam sujeitas às mesmas condições, prazos, sanções e privilégios, inclusive no que se refere à cobrança judicial, aplicáveis às contribuições para a Seguridade Social arrecadadas pelo INSS.

Art. 13. Os recursos financeiros ao SESS e ao Senass, deduzida a quota de 10% (dez por cento) para as despesas gerais a cargo dos Conselhos e Diretorias Executivas nacionais, serão aplicados na mesma região em que foram arrecadados, observado o disposto no art. 11 da presente lei.

Art. 14. Aplicam-se ao SESS e ao Senass, as disposições legais referentes ao SESC que não conflitarem com a presente lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O setor de serviços de saúde responde por significativa parcela de circulação de pessoas e bens, com dezenas de milhares de empresas que geram em torno de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) empregos diretos e cerca de mesmo número de empregos indiretos.

Apesar desses números expressivos, o setor não é dotado de um Serviço Social e de um Serviço de Aprendizagem próprios, capazes de atender às necessidades específicas dos seus trabalhadores, permanecendo vinculado, há mais de 40 anos, ao SESC e ao Senac.

Sem embargo dos relevantes serviços que essas instituições têm prestado aos comerciários, credenciando-os ao respeito e à admiração de quantos em nosso País ocupam-se da assistência social e da formação profissional, o certo é que, sendo dirigidos pelas entidades sindicais representativas do comércio, por óbvio, não podem ter a mesma sensibilidade para a problemática do trabalhador da Saúde, quase sempre desqualificado e sem condições de acesso a um aprimoramento profissional tão indispensável ao conforto e a segurança dos pacientes e aos seus cuidados.

O tratamento diferenciado para o trabalhador da área da saúde, justifica-se pelas suas próprias características como ser humano que convive com a dor e com a compaixão, sentimentos que são presentes no seu dia a dia.

A formação desse trabalhador deve ter uma especificidade que somente as pessoas vinculadas às ações e serviços de Saúde serão capazes de descobrir e implementar.

Ao longo desses anos de vinculação ao SESC e ao Senac, o setor de prestação de serviços de Saúde acumulou problemas graves e crônicos nos campos de assistência social e da capacitação profissional de seus trabalhadores, apesar de carrear, anualmente milhões de reais, aos cofres dos SESC e do Senac.

Tal distorção ajuda a compreender o descompasso tecnológico do setor da Saúde em relação do conjunto da economia brasileira, explicando também o elevado índice de infecções hospitalares e doenças profissionais.

O presente projeto objetiva corrigir essa situação, prevenindo a criação do Serviço Social de Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde, preconizando um sistema de administração democrático, descentralizado e participativo, com o envolvimento de todos os segmentos e órgãos públicos interessados. E o faz sem gerar novos encargos para o Poder Público ou para as empresas vinculadas ao setor, apenas redireciona os recursos já despendidos pela iniciativa privada, assegurando à Confederação Nacional de Saúde – Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS) a ocupação de todo o espaço que lhe está garantido como entidade de grau superior.

O setor de saúde contribui com 2,5% (dois e meio por cento) de suas folhas de pagamento para SESC e Senac. É inadmissível, por incompatível com a ordem constitucional e social vigentes, que uma categoria inteiramente diversa, a do Comércio, continue prevalecendo-se dessas suas significativas contribuições mensais, enquanto a própria categoria, que po-

deria ser atendida com estes recursos, continue desassistida.

Esta mesma área de Saúde, que hoje conta com um sistema representativo próprio, constituído pela Confederação Nacional de Saúde — Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), 6 federações e 72 sindicatos e mais de 10 escritórios de representação, em nada vê justificada sua permanência tutelada e indesejada nas entidades sindicais do Comércio. Essa sólida estrutura sindical, até mesmo com representação nos próprios órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, justifica o seu desatrelamento, no particular, do setor do Comércio.

Saúde não é comércio, é serviço, inclusive reconhecido há mais de 30 anos pelo Supremo Tribunal Federal, quando isentou a categoria do recolhimento do ICMS.

A aprovação do presente Projeto de lei, portanto, além de fazer justiça ao setor da Saúde no Brasil, propiciará, a médio e longo prazo, benefícios consideráveis à população brasileira, que poderá contar com funcionários competentes, bem treinados e eficientes, à altura das exigências do mercado de trabalho que caminha, a passos largos, para uma medicina de alta tecnologia

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. — Senador **Geraldo Althoff**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de assuntos Sociais — terminativa cabendo à última a decisão.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2001

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

.....

Parágrafo único. A transposição do Rio São Francisco só poderá ser efetivada se for previamente aprovada, mediante plebiscito, pelos eleitores dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na pauta das discussões que se travam no âmbito do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, surge a transposição do Rio São Francisco como matéria das mais polêmicas, de alta complexidade e de grande controvérsia, gerando argumentos contra ou a favor em ambas as Casas do Congresso Nacional.

O debate se intensifica mais ainda nos Estados banhados pelo Rio São Francisco e naqueles que desejam receber as suas águas, promovendo uma divisão de opiniões que poderá atingir a própria essência do federalismo.

As comunidades beneficiadas pelo Rio São Francisco temem que, executada a transposição, poderão ocorrer imprevisíveis perdas ao desenvolvimento regional, impactando negativamente quanto à plena realização dos projetos voltados para a irrigação, energia elétrica, abastecimento d'água, turismo rural etc, que são fundamentais para a economia da área.

A transposição em apreço constitui, em verdade, uma ameaça ao progresso das regiões que têm o São Francisco como suporte hídrico para a sua economia, notadamente se não forem levados em consideração determinados aspectos como o da revitalização visando a regularização de seu fluxo para usos múltiplos de seu potencial hídrico.

Preocupações semelhantes também existem entre as populações que dependem, para a sua sobrevivência, do uso das águas das mais diversas bacias em todo o Brasil.

Portanto, entendemos que a transposição do Rio São Francisco constitui matéria de grande relevância regional e nacional, uma vez que envolve diversos Estados da Federação, cujos interesses, neste caso, não são, a nosso ver, convergentes, pois pretende promover transferência do patrimônio natural do povo que habita os Estados banhados pelo Velho Chico, em benefício de outros Estados.

Assim, parece-nos ser fundamental que essa mesma população seja chamada a se manifestar sobre essa questão de suma importância para o desenvolvimento regional, em razão de sua repercussão na geração de energia elétrica, agricultura irrigada e abastecimento d'água para consumo humano e animal.

Desse modo, entendemos ser indispensável ouvir o povo sobre a questão da transposição do Rio São Francisco, para que se decida, de forma legítima, sobre o adequado aproveitamento dessa grande dívida que a natureza concedeu à Região Nordeste.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. — Senador **Antônio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art 21 da Constituição Federal, e altera o art 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O Presidente da República ,faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 414, DE 2001

Requeiro a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 216 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão no sentido de enviar a esta Casa relação dos imóveis de propriedade da União (terrenos e terrenos + construção), especialmente administrados pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, que não estejam sendo utilizados nas atividades fins daquele Ministério e que não tenham pendência judicial, devendo tal relação conter no mínimo: localização, descrição sumária e valor de mercado.

Justificação

É por demais sabido que a União possui inúmeros imóveis arrecadados das mais variadas formas (inclusive em cobrança da dívida ativa) e de natureza devoluta que não têm nenhuma utilidade para a mesma, estando – muitas vezes – sendo ocupados por terceiros, com aluguéis irrisórios ou até gratuitamente. Nesta fase de poucos recursos para investimentos, especialmente de natureza social, seria importante verificar-se a possibilidade de entregar tais imóveis à

Caixa Econômica Federal para vendê-los em nome da União e reforçar os recursos do Tesouro Nacional. O primeiro passo seria conhecer a relação de tais imóveis e esta a principal razão deste requerimento.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – **Carlos Bezerra.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 415, DE 2001

Requeiro a V. Exª, com base no art 50 da Constituição Federal e na forma do art 216 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social no sentido de enviar a esta Casa relação dos imóveis de propriedade da União (terrenos e terrenos + construção), especialmente administrados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, que não estejam sendo utilizados nas atividades fins daquele Ministério e que não tenham pendência judicial, devendo tal relação conter no mínimo: localização, descrição sumária e valor de mercado.

Justificação

É por demais sabido que a União possui inúmeros imóveis arrecadados das mais variadas formas (inclusive em cobrança da dívida ativa) e de natureza devoluta que não têm nenhuma utilidade para a mesma, estando – muitas vezes – sendo ocupados por terceiros, com aluguéis irrisórios ou até gratuitamente. Nesta fase de poucos recursos para investimentos, especialmente de natureza social, seria importante verificar-se a possibilidade de entregar tais imóveis à Caixa Econômica Federal para vendê-los em nome da União e reforçar os recursos do Tesouro Nacional. O primeiro passo seria conhecer a relação de tais imóveis e esta a principal razão deste requerimento.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – **Carlos Bezerra.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 416, DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2001, de minha autoria, que “Altera a redação dos arts. 148 e o § 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil,” tendo em vista a já existência do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2000, também de minha autoria, tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, desta Casa.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – Senador **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

Ofício nº 116/2001-GSLCAM

Brasília, 6 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que desde o último dia 28 de junho estou filiado ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Atenciosamente, – Senador **Lauro Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário. Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2001

Requeiro a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de Irmã Marcelina de São Luiz, vítima de derrame cerebral, ocorrido no último dia 30 de julho, segunda-feira, em Cariacica – ES, bem como de apresentação de votos de condolências à sua irmã Rita Santanna, residente na Rua Raul Pompéia, nº 30, apt. 301, Copacabana, Rio de Janeiro, CEP 22.080-000.

Foi ela uma das mais respeitadas líderes religiosas do interior do Espírito Santo, carinhosamente chamada pelo povo do nosso Estado de “anjo capixaba”, em razão de meritória obra assistencial filantrópica que realizou em nossa terra.

Justificação

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Quero registrar o falecimento, no último dia 30 de julho, aos 88 anos, vítima de derrame cerebral, da Irmã

Marcelina de São Luiz. Foi ela uma das mais respeitadas líderes religiosas do interior do Espírito Santo, carinhosamente chamada pelo povo do nosso Estado de “anjo capixaba”, tendo em vista suas obras assistenciais em favor da população menos favorecida.

Seu trabalho beneficente e comunitário teve repercussões muito positivas no meio em que atuou. Por mais de quatro décadas esteve à frente do Orfanato Cristo Rei, em Cariacica. Nessa instituição, apesar das notórias dificuldades para manter um projeto de solidariedade social, nunca mediu esforços para ajudar os mais necessitados.

E, foi nesse orfanato de Cariacica que um sem-número de crianças abandonadas foram acolhidas durante todos esses anos de seu sacerdócio filantrópico, num testemunho permanente de amor abnegado ao próximo, oferecendo tudo de si para minorar a dor e o sofrimento daqueles sem lar e sem família.

Irmã Marcelina era carioca e civilmente chamava-se Maria Braz Santanna. Filha mais velha de uma família de oito irmãos, ainda pequena, aos três anos, mudou-se com a família para Muqui, no Espírito Santo, tendo optado, aos 13 anos, pela vida religiosa. E essa escolha deu-se por consciência e vocação, pois fugiu da casa dos pais para morar num convento, enfrentando a oposição da mãe, Francisca, que por sete anos ficou afastada da filha, até que houve a reconciliação e sua família acabou apoiando sua causa, dando-lhe força na continuidade do grande projeto espiritual em que se converteu sua vida.

Irmã Marcelina integrou-se à Congregação Irmãs de Jesus Cristo na Eucaristia e residiu em Belo Horizonte, fundando, na capital mineira, o Hospital Santa Marta. Morou em Campos e depois em Vitória. Sua trajetória foi marcada pela intensa dedicação aos menores, principalmente órfãos e abandonados e foi no Orfanato Cristo Rei, fundado em 1924, pelo Padre Leandro Dello Homo, ao qual ela chegou em 1957, que dispensou todos os esforços para concretizar seu sonho de menina.

Graças à sua atuação, pois seu amor não conhecia barreiras nem fronteiras, o Orfanato pode construir sua sede própria, contando com o apoio da população capixaba, inclusive com a religiosa viajando na boléia de caminhões ao interior do Estado, onde ia recolher a madeira doada pelos fazendeiros para a construção. Nesse período, enfrentou chuva, frio, sede, tendo até sofrido um acidente quando recolhia doativos.

Nesses 75 anos de dedicados à caridade e à assistência, 44 estiveram ligados ao Orfanato Cristo Rei,

que hoje abriga 110 moradores, mas já acolheu 280 por ano. Nesses anos, Irmã Marcelina e seus colaboradores não só deram abrigo, mas educaram e prepararam cidadãos que se inseriram socialmente e hoje são profissionais liberais, professores, religiosos, pessoas que um dia tiveram uma mão amiga que os recolhesse e um coração que os amparasse.

A morte de Irmã Marcelina deixa-nos um grande vazio. Seu exemplo de voluntariado, bem como sua humildade, abnegação e espiritualidade são uma importante referência para todos nós. Vivemos num mundo cheio de carências, em que ainda persiste a falta de solidariedade e a competição desenfreada. Com tamanho egoísmo da sociedade e das elites dirigentes, a vida de Irmã Marcelina se destaca como um referencial de humanidade, já que colocou a vida do próximo em primeiro plano, em detrimento de seus próprios interesses. Que sua vida nos sirva de exemplo, lição e farol.

Sala das Sessões 7 de agosto de 2001. – Senador **Paulo Hartung**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, DE 1997 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR), tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a importância de mais um projeto que define um distrito agropecuário. Dessa vez falamos do Município de Cantá, que vai buscar um perfil de desenvolvimento para o interior do meu Estado. Esse município é novo e sofreu muito com as queimadas. É, portanto, pertinente no que diz respeito à produção agrícola e pecuária.

Peço aos Srs. Senadores que votem favoravelmente ao projeto. Assim, estaremos ampliando o trabalho de desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia por meio da preservação ambiental e com o controle necessário para gerar riquezas e melhorar a qualidade de vida de nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo bem claro que não tenho dúvidas quanto à intenção do Senador Romero Jucá nem quanto ao esforço que S. Ex^a tem feito para defender a região amazônica, de modo especial a unidade da federação que aqui representa, o Estado de Roraima. No entanto, é bem verdade que o projeto traz algumas dúvidas e condições que colocam em risco, até, a compreensão do que é o princípio federativo, a autonomia dos Estados, a relação Estado/Município. Hoje, há um amplo processo de descentralização, de fortalecimento do Município. É preciso que esse processo passe por uma pactuação bem definida, por uma relação clara. O Estado, jamais, poderá deixar de ser um Estado na relação político-administrativa em sua própria unidade federada.

Esse projeto apresenta como erro, no meu entendimento, o fato de excluir o papel do Estado na busca do desenvolvimento do Município. Veja que o próprio art. 3º do projeto dispõe que compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a Su-

frama, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados. Nota-se que a participação do Governo do Estado no processo é virtualmente nula.

Por essa razão, oponho-me ao projeto. Entendo que temos de descentralizar todas as ações administrativas e de desenvolvimento do País, como sei que quer o Senador Romero Jucá, mas jamais podemos criar ilhas dentro de um Estado, na qual este não se faz presente com sua influência.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – V. Ex^a permite-me um aparte, Senador Tião Viana?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Querida apenas registrar que V. Ex^a está lendo de forma equivocada o artigo. A interpretação dele é a de que a Suframa irá definir os projetos que serão financiados pelo órgão. Isso acontece com o BASA, com o Banco do Brasil; é um mecanismo de financiamento de produção. Não se está retirando a autonomia de um Município ou de um Estado que queira executar qualquer coisa no distrito agropecuário. Os recursos que serão alocados pela Suframa deverão ser analisados para se verificar a pertinência dos projetos, se respeitam o meio ambiente, se estão vinculados à produção de forma a compatibilizar a realidade local com as linhas de financiamento do Governo Federal. Mas não há nenhum choque entre Estado, Município e Suframa no que diz respeito aos financiamentos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Talvez, então, Senador Romero Jucá, haja uma falha na redação do projeto que não deixa claro esse aspecto. O que diz o art. 3º é exatamente o que li aqui. Entendo que se há vocação da própria comunidade de defender o desenvolvimento sustentável, o aumento da oferta de emprego e a criação de desenvolvimento agrícola para a região, de modo específico, vinculando isso ao apoio da União, tem seu mérito, como V. Ex^a muito bem busca na origem do projeto. Entretanto se exclui o papel do Estado. É perigoso criarmos uma ilha, o que traria a compreensão de uma atipia dentro da visão de descentralização, pactuação e fortalecimento das unidades municipais do País.

Por essa razão, voto contrariamente ao projeto, respeitando — é claro — a intenção do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as dúvidas do eminente Senador Tião Viana também me assaltam. Já existe jurisprudência — digamos assim — na Câmara dos Deputados quanto à apresentação desse tipo de projeto de lei. A Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados entende que isso é atribuição exclusivamente do Poder Executivo. No caso, parece-me se tratar do Poder Executivo Estadual ou Municipal.

Louvo a intenção do eminente Senador Romero Jucá, que sempre tem defendido seu Estado, com muita galhardia, procurando os incentivos normais para o desenvolvimento daquela região.

Todavia, tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também a declaração de voto em separado do eminente Senador Francelino Pereira, que achei que seria contrário à aprovação desse projeto, darei meu voto favorável, em consideração ao parecer da Comissão e ao voto em separado do eminente Senador Francelino Pereira, temendo, entretanto, que esta matéria não prospere na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este assunto parece não ter tanta relevância, mas penso que seja uma das matérias de maior importância dos últimos tempos no Senado Federal.

A criação de um distrito agropecuário da forma como o projeto do Senador Romero Jucá se apresenta, bastante enxuto, na verdade deixa uma margem de mudanças, de aplicações e de adaptações que realmente não sabemos aonde pode chegar. Quem sabe, pode ser a solução para a criação da quele territórios do Estado do Amazonas.

Recentemente, os Ministros da Justiça e da Defesa apresentaram como sugestão para o Estado do Amazonas, quanto à questão das fronteiras, do combate ao narcotráfico, do contrabando, a opção que o Governo Federal teria de criar três territórios federais, em vez de dividir o Estado do Amazonas. Isso de mandaria um tempo muito grande e dependeria, com certeza, de muitos recursos, não só para a criação mas para a formação dos territórios.

O projeto do Senador Romero Jucá é aparentemente simples. Se a idéia vale para Roraima — que também é uma preocupação e exige a atenção desta

Casa, o Senado da República, e do próprio Governo, o Executivo, no caso o Presidente Fernando Henrique Cardoso –, também queremos distritos agropecuários para outros Estados da região amazônica, já que distritos industriais desapareceram, perderam seu charme, sua vocação e, principalmente, recursos do Orçamento da União para serem aplicados nos Estados e em Municípios pobres.

O Amapá criou vários distritos industriais e um distrito comercial, tipo Zona Franca, apenas para mercadorias. Também foi criada uma área de livre comércio no Pará, em Barcarena, na Vila do Conde, mas que até hoje não saiu do papel. Por isso assineio Recurso nº 4, de 1999. O § 3º do art. 91 do Regimento Interno estabelecia que esse projeto retornasse ao Plenário para ser mais bem discutido. Se o distrito agropecuário proposto em Roraima pelo Senador Romero Jucá seguir a diretriz básica da Superintendência da Zona Franca de Manaus, lá no Amazonas, praticamente fica estabelecida, como disse o Senador Tião Viana, uma intervenção branca na autonomia do Município, e pior, de outro Estado também. Sei que a Zona Franca de Manaus existe para a Amazônia legal. Conheço, com alguns detalhes, a influência e a condição que a Superintendência da Zona Franca de Manaus tem.

A Sudam foi extinta. O que temos agora é uma agência de desenvolvimento que não cheira nem fede e para a qual não aparecem recursos, nem se definem projetos que estão lá em andamento. Também não há sequer funcionários.

Não sei se isso é, na verdade, uma intervenção. Pediria, para mudar de opinião, ao Senador Romero Jucá que fizesse uma explanação a fim de realmente convencer os nossos Países de que esse distrito agropecuário não é apenas um projeto ou uma idéia que, muitas vezes, todos nós temos, por nossa vivência – e sei da experiência e do conhecimento que o Senador Romero Jucá tem –, pela necessidade de atender aos Municípios, aos reclamos da população, de nos empenharmos aqui em levar recursos aos Municípios.

Compreendo tudo isso, mas penso que vamos abrir uma oportunidade bastante complicada no que se refere ao texto da Constituição Federal.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Luiz Otávio, V. Exª me permite um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Ouço V. Exª, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Primeiramente, quando V. Exª fala na questão da autonomia e que, portanto, um distrito agroindustrial pode

transformar-se em território, na verdade essa afirmação não é pertinente. O distrito agropecuário é um modelo que já existe no Estado do Amazonas. A Suframa já tem distritos agropecuários, onde se financiam projetos e se dá assistência técnica a determinadas culturas e atividades econômicas. Portanto, não há qualquer intervenção. Se naquele espaço não for necessário o financiamento da Suframa, ela não irá dar opinião. Não há nenhuma quebra de territorialidade, nenhuma questão de ingerência no Poder Estadual ou Municipal. Pelo contrário, trata-se de mais uma linha de financiamento e de assistência técnica para viabilizar atividades de autodesenvolvimento e desenvolvimento sustentado. Então, faço este registro para não parecer que se está criando um quisto no Município. Não é verdade. Está criando-se uma área para a qual a Suframa vai poder financiar projetos, a despeito do que já faz no Estado do Amazonas. Porque foi abordada a questão dos projetos de Roraima? O Senado já aprovou projetos para outros Municípios do Estado, este é apenas mais um. Quando houve aquele grande incêndio que queimou quase todo o Estado de Roraima, verificou-se que ele ocorreu por conta das queimadas, da execução sem muito controle. Buscou-se, então, uma forma de maximizar um tipo de intervenção, de assistência técnica, enfim, de atividade agropecuária que pudesse representar menos agressão à região das queimadas. Surgiu então a discussão desse modelo já implantado no Estado do Amazonas. Não estamos, portanto, trazendo nenhuma novidade. Infelizmente, a Suframa não atende ao Estado do Pará. Votarei favoravelmente a qualquer proposta que procure criar alternativas para o desenvolvimento econômico, principalmente nas regiões de matas, de ocupação vegetal, para dotar a população de mecanismos modernos e viáveis de auto-sustentação, sem agressão ao meio ambiente. Portanto, esclareço que não há nenhum problema quanto aos Estados e Municípios, com relação à criação do distrito agropecuário, porque ele já existe e funciona no Estado do Amazonas.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA) – Senador Romero Jucá, realmente V. Exª, na hora de justificar, tenta desviar-se daquilo que estou apresentando.

Respeito a sua opinião, mas insisto: embora V. Exª diga que a Suframa não atende ao Estado do Pará, o órgão tinha, pelo menos durante a existência da Sudam, um representante no Conselho que votava os projetos de incentivos fiscais na Amazônia, ou seja, também participava do processo de desenvolvimento da Amazônia mediante a Sudam.

Chama-me a atenção o fato de este projeto não ter sido analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos, haja vista que não podemos negar que certamente haverá necessidade de alocação de recursos orçamentários oriundos do Poder Executivo. Após o simples estudo da proposta, queremos saber como esses recursos serão alocados. Então, poderei até convencer-me de votar favoravelmente à matéria. Contudo, até agora não estou convencido da necessidade, como também da prioridade deste projeto e do que realmente poderá tornar-se não só para Roraima, mas também para todos os Estados que compõem a nossa querida Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à eminente Senadora Marluce Pinto.

A SRª MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Nobres Colegas, Senador Romero Jucá, na condição de representante do Estado de Roraima, e depois dos questionamentos dos nossos Colegas, solicito a V. Exª que adie essa votação, para que possamos conversar com os técnicos da Suframa e do Ministério do Planejamento, pois já passou um projeto autorizativo de V. Exª no mesmo sentido em outro município. Quando vejo Senadores como Tião Viana, do Acre, um representante do Pará e Carlos Patrocínio, do Tocantins, um Estado novo como o nosso, estudando os detalhes como nós, no nosso Estado, penso que precisamos sentar para conversar.

Tenho acompanhado nesses 22 anos, no Estado de Roraima, a participação da Suframa que sempre foi positiva para o nosso Estado, principalmente nos últimos quatro anos. Eu mesma consegui para o Município de Boa Vista recursos para a construção do pólo moveleiro que V. Exª conhece tão bem. Roraima não possuía um secador de madeira, e lá existe uma grande quantidade de madeira e muitas fábricas de móveis. Conseguimos todos os equipamentos, ônibus zero, caminhões, empilhadeiras, secadores, e sem a participação direta do Poder Executivo. Depois das discussões, lembrei-me do que, neste ano mesmo, ficou designado pelo Conselho Deliberativo da Suframa: a designação dos recursos aos Estados. Existe aquela parcela em que os programas são apresentados pelo Governo do Estado e aquela em que os programas são apresentados pelos municípios. Dada essa discussão, acredito que deveríamos – os três representantes do Estado de Roraima, com todo respeito que tenho a V. Exª pela apresentação desse projeto – nos sentar com o Secretário do Planejamento, com os técnicos, representantes do Governo do Estado, com os Prefeitos e chegarmos a uma conclusão.

são. Deixo bem claro que não estou contra o projeto de V. Exª. Mas fico em dúvida de como votar. No projeto anterior, eu votei favoravelmente, acreditando que iria ser um projeto localizado, mas, já está surgindo outro.

V. Exª conhece muito bem aquela região do Cantá. Eu estive, neste final de semana, em várias localidades daquela região, cujo solo é muito fértil e possui muitos produtores rurais. Quando há investimento, ela tem dado uma produção bastante rentável para o Município. Precisamos aprimorar, mas, sem deixar que os próprios Prefeitos tenham a sua autonomia de decisão para a escolha dos projetos, como também o Governador do Estado.

Eu poderia até aprovar hoje, sem fazer nenhuma interferência, até porque, no Município do Cantá, como V. Exª sabe muito bem, o Prefeito é do nosso grupo político. Não quero dizer com isso que outros Senadores, principalmente V. Exª, têm ajudado aquele Município – quero deixar isso muito claro. Muitas vezes, isso parte de V. Exª, de mim ou de qualquer um de nossos colegas. Podemos apresentar um projeto, mesmo sendo autorizativo, que posteriormente não será tão salutar. Hoje é um governante, amanhã será outro.

Tendo em vista a responsabilidade que temos como representantes de cada Estado, penso que deveria haver uma discussão entre nós – não no sentido de críticas. Absolutamente. Em projetos como o de V. Exª, do Senador Mozaril do Cavalcanti ou de qualquer Deputado, nunca interfiro em nada que possa prejudicar o nosso Estado. Muito pelo contrário. Porém, considerando a nossa responsabilidade, vamos aguardar. Sugiro que fique para a próxima semana. Temos como levar ao conhecimento de nossos nobres colegas, se julgarmos que devemos votar favoravelmente e que o projeto será benéfico para o nosso Estado. Pelos questionamentos de outros Senadores, observei que também estão preocupados com o que possa acontecer nos seus Estados.

Era essa a solicitação que eu desejaria fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 1997.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá – RR), para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – **Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O dispositivo destacado será apreciado oportunamente.

Votação do projeto, sem prejuízo do destaque.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Tião Viana e Geraldo Cândido.

Em votação o art. 6º do projeto destacado para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O art. 6º será suprimido do projeto.

A matéria vai a Comissão Diretora para a redação final.

É seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO (Nº 133, de 1997)

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cantá, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta

de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º

É o seguinte o artigo 6º, suprimido:

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2001** (nº 563/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 659, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Waldeck Ornélas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2001

(Nº 563/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza ação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto

to a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 204, de 8 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária Artística e Ecológica de Planalto a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2001** (nº 564/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 660, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 21, DE 2001**

(Nº 564/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 9, de 10 de janeiro de 2000, que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2001** (nº 551/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 619, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 2001**

(Nº 551/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 211, de 8 de dezembro de 1999, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Francisco para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2001** (nº 571/2000, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica F.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, tendo Parecer favorável, sob nº 620, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 2001**

(Nº 571/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 2 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Vale da Eletrônica FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2001** (nº 527/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão, tendo

Parecer favorável, sob nº 678, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto, favorável.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2001**

(Nº 527/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 274, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão à MR Radiodifusão Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Codó, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 726, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de agosto de 2001. _ **Edison Lobão**, Presidente _ **Carlos Wilson**, Relator _ **Mozarildo Cavalcanti** _ **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 726, DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Cantá, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Cantá, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 419, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que *autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR)*.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. _ **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra para fazer um breve comunicado que considero extremamente importante para o meu Estado de Roraima.

Trata-se da reabertura, na semana passada, do Projeto Anauá, no Município de Rorainópolis – um projeto do Incra –, que, há quatro anos, estava suspenso das suas atividades de financiamento por denúncia de irregularidades na condução do programa.

O Governo brasileiro investiu mais de R\$30 milhões no assentamento de 3.300 famílias. Um dos maiores projetos de assentamento do País é retomado agora e voltará a ter financiamentos e atividades, ações que a população de Rorainópolis e do sul do Estado de Roraima cobrava.

Parabenizo o Dr. Ramiro Teixeira, Superintendente do Incra, pelas atividades de correção do projeto; o Dr. Sebastião Azevedo, Presidente do Incra; e também o Ministro Raul Jungmann.

Registro aqui a importância da reabertura desses trabalhos, que vão beneficiar, e muito, a população do sul do meu Estado.

Peço a transcrição nos Anais dos dados de **Incra reabre Projeto Anauá**, para que façam parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Senador **Romero Jucá**

Política
Incrare abre projeto Anauá

O projeto Anauá, em Rorainópolis, está reaberto. O anúncio foi feito pelo superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Ramiro Teixeira, na presença de 500 produtores rurais. A iniciativa vai beneficiar mais de 600 pessoas com pagamento de crédito, regularização de lotes e expedição de títulos definitivos.

A notícia foi dada aos agricultores na festa em comemoração ao dia do agricultor, realizada pelo Incra, em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), no sábado. Além dos agricultores, participaram da festa autoridades federais, estaduais e municipais de Boa Vista, Rorainópolis e Iracema.

O projeto de assentamento Anauá, o segundo maior do País, estava paralisado há quase quatro anos devido à intervenção do Governo Federal por denúncia de irregularidades na condução do programa de reforma agrária. Agora o projeto será saneado e nos próximos dias técnicos do Incra vão fazer o cadastro e fiscalizar os lotes para regularizar a situação dos colonos.

A ideia do superintendente do Incra, ao reabrir o projeto Anauá, é retomar o desenvolvimento do município de Rorainópolis, nascido dentro do projeto de colonização.

Neste projeto, o instituto investiu mais de R\$30 milhões no assentamento de 3.300 famílias, onde entregou mais de 1.500 títulos definitivos e pagou créditos. Além disso, construiu 47 vicinias, somando mais de mil quilômetros de estradas, mais de 10 escolas, postos de saúde e armazém de abastecimento.

Segundo o Incra, também investiu nas instalações da sede do projeto, construindo casas residenciais, oficinas, alojamentos, atualmente utilizados por várias entidades que trabalham em prol da população local. "Estamos trabalhando para que o projeto Anauá recupere o tempo perdido pela sua paralisação, que foi um grande prejuízo para o homem do campo," declarou Ramiro Teixeira.

Organizada pelo executor do Incra em Rorainópolis, Antônio de Castro e Silva Neto, a festa em comemoração ao dia do agricultor contou com o apoio e a presença de representantes da Federação da Agricultura de Roraima, Senar, Central dos Assentados de Roraima, Associação das Madeireiras de Rorainópolis, Fórum da Comunidade Ativa, escola José de Alencar, Sescop e empresários locais.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. S. Exª dispõe de vinte minutos.

A SRª MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da ora do ra.) – Sr. Presidente, quero secundar alguns dos Srs. Senadores com quem tive a oportunidade de interagir, como o Senador Pedro Simon e o Senador José Fogaça, quando fizeram pronunciamentos referentes ao dito "pacote ético", apresentado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que tem sido motivo de debate pelas duas Casas e tem sido a companhia do com interesse pelos meios de comunicação e, com certeza, pela sociedade brasileira.

Antes de qualquer discussão quanto ao mérito dessa junção de projetos, que recebe o apelido de "pacote ético", quero fazer uma breve referência sobre o que é esse pacote. De repente, ele pode ser visto pela sociedade como uma novidade proposta pelo Congresso Nacional, num momento conjuntural, em que há uma grande quantidade de denúncias dos meios de comunicação referentes a práticas indevidas não só no Executivo, mas principalmente no Legislativo. Recentemente, houve aqui a cassação do Senador Luiz Estevão, as renúncias dos Senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, em função do episódio do painel do Senado, e agora as denúncias sobre o Presidente afastado do Congresso, Senador Jader Barbalho. Devido a esses problemas que o Congresso Nacional está enfrentando, pode estar sendo tomado pela sociedade como um momento em que se faz necessária uma resposta à altura da crise que a instituição Congresso Nacional vive.

E o pacote aparece nessa conjuntura. Ocorre que a denominação "pacote", da qual discordo completamente, talvez denuncie o que na verdade é, ou seja, uma junção de projetos que estavam em trami-

tação nas duas Casas. A maioria deles teve origem no Senado, sendo aprovada há mais de dois anos, como é o caso dos projetos de autoria do Senador Pedro Simon. Infelizmente, esses projetos, essas diferentes iniciativas de Deputados e Senadores, estavam dormitando nas Comissões do Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados.

Quero fazer alusão ao Senador Pedro Simon, quando, em seu pronunciamento, disse que Deputados às vezes alegam que Senadores somente aprovaram determinadas matérias porque tinham certeza de que não seriam aprovadas na Câmara dos Deputados.

Não faço parte desse grupo e tenho certeza de que tanto os Senadores que apresentaram essas propostas quanto uma boa parte da queles que nelas votaram, e empenharam-se para que fossem aprovadas, jamais fizeram esse esforço pensando que futuramente as iniciativas seriam barradas pelo “conservadorismo” da Câmara dos Deputados. Quando nós, da Oposição – pois falo pelo nosso Bloco –, aprovamos essas iniciativas estávamos conscientes do seu mérito, por isso nos esforçamos para que fossem aprovadas e queríamos e queremos que elas sejam aprovadas o quanto antes na Câmara dos Deputados.

A junção dessas iniciativas com a caricatura de pacote, como se fosse um pacote econômico bem à moda do que o Poder Executivo vem fazendo a cada crise que surge, principalmente na área econômica, acontece não por uma iniciativa endógena do Congresso Nacional, mas por pressão da sociedade brasileira. A informação dos problemas que temos aqui, o tempo todo, está sendo levada aos cidadãos brasileiros, que começam a fazer uma série de cobranças para que se tome uma atitude.

Então, eu diria que o Congresso Nacional está agindo, como costumamos dizer na nossa Região Amazônica, puxado pelo beijo – que é a forma como pescamos o famoso tambaqui –, e não por iniciativa própria, e não por um interesse histórico na tramitação das matérias, e não por ação deliberada de uma maioria aqui dentro, volta para a aprovação desses projetos.

E quais são os projetos que compõem o “pacote”? A sociedade brasileira e os meios de comunicação já os têm anunciado com riqueza de detalhes. Portanto, vou apenas citá-los de forma bem rápida.

Um deles seria aquele que acaba com a imunidade parlamentar para os crimes comuns praticados por Deputados e Senadores. Esse projeto foi aprovado há mais de dois anos e, infelizmente, estava dormi-

tando nas Comissões de mérito na Câmara dos Deputados.

Também temos o projeto do Senador Pedro Simon que acaba com o sigilo bancário para os chamados agentes públicos, ou seja, para membros dos três Poderes. Ao aprová-lo, não existiriam mais segredos com relação à vida e às contas bancárias dos agentes públicos. Muitas vezes, alguns deles, não todos, ingressam na vida pública numa determinada situação financeira e, ao se retirarem da vida pública ou em alguns anos, já possuem um patrimônio que não teriam como explicar à luz dos vencimentos que recebem apenas na atribuição que lhes foi conferida, seja a de deputado, senador, ministro ou outra qualquer. De sorte que considero o projeto altamente oportuno. O Senador Pedro Simon foi muito feliz quando o apresentou.

Há ainda dois projetos que estabelecem o fim do voto secreto. Um tramita na Câmara dos Deputados e outro foi apresentado por meu colega de Bancada, de Partido e de Estado, Senador Tião Viana, que, infelizmente, também não foi aprovado.

Por último, o projeto de fidelidade partidária, que estabelece a fidelidade por meio do prazo de filiação. Advogo a idéia de fidelidade partidária a partir do compromisso com o programa do partido, e não simplesmente com o critério de filiação ou, menos ainda, com o enquadramento do parlamentar à decisão da sua liderança, uma decisão circunstancial, muitas vezes até de forma contrária ao que é advogado pelo programa do partido. Ao se filiar a um partido, a pessoa, com certeza, tem como referência o seu conteúdo programático, e não as ações circunstanciais, de acordo com os interesses da conjuntura em que, muitas vezes, os Líderes tentam enquadrar os seus liderados em processos de votação. E quero fazer, aqui, uma referência a episódios que temos acompanhado, em muitas ocasiões, da parte do Bloco de Sustentação do Governo. Seriam esses os projetos que compõem o tal pacote ético.

Do meu ponto de vista, talvez o que vai fazer a diferença, em termos de sinalização, de sabermos qual é o empenho do Congresso Nacional em dar conseqüência àquilo que está dizendo no discurso; é a questão do fim da imunidade parlamentar, porque, na verdade, a imunidade tem sido utilizada como uma forma de impunidade, o que realmente tem trazido um desgaste muito grande para a instituição. Quando o Congresso opera, muitas vezes, é mais por pressão da sociedade. Por esta não perdoar, não aceitar uma resposta à altura é tomada uma decisão, como foi o caso da cassação do Deputado Hildebrando Pascho-

al, do Senador Luiz Estevão e de tantos outros episódios nos quais tivemos uma resposta mais pela pressão da sociedade do que por uma ação de moto próprio do Congresso Nacional. Este tal vez seja o grande teste do pacote: o fim da imunidade parlamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero deixar bem claro que nada tenho contra o fato de essas matérias serem votadas. Acredito que devem e precisam ser votadas com a devida urgência. Já estávamos nessa frequência há muito tempo. Existem projetos que já foram aprovados aqui há mais de dois anos.

No entanto – faço questão de fazer este registro –, esse pacote, numa conjuntura como essa, operando de forma circunstancial e, de certa forma, oportunista, não pode ser visto como uma moeda política, um retorno político para um determinado grupo que sequer faz referência aos projetos já em tramitação. Alguns já haviam sido aprovados; houve pessoas que os elaboraram e neles pensaram e, agora, determinados segmentos – ou uma pessoa – tentam apropriar-se desse conteúdo, fazendo uma junção e querendo passar para a opinião pública a idéia de paladinos da moralidade, da preocupação com a ética sem que antes houvesse empenho.

Sr. Presidente, outro aspecto que quero deixar claro é que temos que analisar os porquês de termos agora, nessa conjuntura, o tal do pacote ético. Os porquês são bem claros, na minha percepção. Por que esses projetos entraram agora na pauta do Congresso como sendo a prioridade das prioridades? Primeiro, pelas razões que expus anteriormente: para dar uma resposta às pressões da mídia e da opinião pública, que estão cobrando do Congresso uma posição diante das situações bastante difíceis que estamos vivenciando, principalmente no que concerne à ética das instituições e do agente público.

Caricaturando esse pacote nos velhos moldes como um pacote econômico para dar uma resposta às crises fiscal, cambial e outras – como sempre faz o Governo –, o Congresso tentou copiar o Executivo com a história do pacote ético para dar uma resposta à crise moral pela qual está passando. E aí temos um problema: o de estarmos lidando com valores como se estes pudessem ser tratados em forma de moeda, que, muitas vezes, é utilizada circunstancialmente para dar visibilidade ou crédito político a determinados setores. É também uma tentativa de aliviar a pressão incômoda que a sociedade está exercendo, o que pode trazer prejuízos eleitorais às eleições que se avizinham. Determinados setores não querem pagar o preço de não terem feito nenhum esforço para que os

projetos sejam aprovados e agora sentem a necessidade de desfazê-lo, por que, com certeza, serão cobrados pelos eleitores que hoje clamam por respostas diante da crise por que estamos atravessando.

Um outro aspecto que ressaltó é o fato de estarmos tratando as questões de interesse ético da sociedade como se fossem espasmos ou impulsos do desejo de transformação de procedimentos dos agentes públicos. Esclareço que, cada vez que temos uma crise, geralmente há a tentativa de se lhe dar uma resposta. Só que essa resposta é mais como instrumento de aplacar a fúria, o ímpeto da sociedade de porções contundentes do que de aproveitar esse impulso para, de forma qualitativa e consistente, avançar no sentido de uma legislação que possibilite resultado ético para o funcionamento das instituições.

Cito o caso da criação da Corregedoria-Geral da União, criada no dia 02 de abril. Se tivesse sido no dia 1º de abril, poderia estar fazendo jus ao que hoje está fazendo. Naquele momento, havia uma pressão muito grande da sociedade brasileira para que fosse dada uma resposta às denúncias de corrupção com a criação de uma CPI para investigá-las. E foi no calor, no aqodamento dessa discussão que se criou a Corregedoria-Geral da União, a qual, até hoje, do meu ponto de vista, não disse à sociedade brasileira a que veio, mas serviu como resposta para aplacar, como dizem alguns, o ímpeto moralista da sociedade, que cobra uma postura por parte das instituições. Não diria que se trata de um ímpeto moralista. A sociedade brasileira, ao ter acesso à informação do que realmente acontece de errado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tem uma postura de cobrança, buscando respostas e exigindo que os eleitos prestem os devidos esclarecimentos.

Em vez de transformarmos esses impulsos numa ação qualitativa superior ao que já produzimos em termos de legislação, “nós” – não me incluo nesse conjunto de pessoas – utilizamos de determinados artifícios e aplacamos a fúria da sociedade, para evitar que esta continue submetendo os agentes públicos a qualquer tipo de desgaste. Num momento rico como este, deveríamos debruçar-nos sobre todas as necessidades, sobre os furos éticos que possibilitam a impunidade. Toda e qualquer legislação que permita que o agente público disponha de mecanismos de fuga para as conseqüências dos erros que pratica deveria ser reparada, principalmente com o respaldo que a sociedade hoje nos dá. No entanto, isso não vem ocorrendo.

De repente, trata-se a ética como um pacote, que, ao ser lançado sobre a cabeça da sociedade,

aplaça seu desejo de respostas mais contundentes – o que é lamentável. O Congresso, neste momento, deveria estar agindo como um agente propulsor. Não digo que todos estejam comportando-se mal, pois existem pessoas de boa-fé que estão empenhadas, mas existem aqueles que estão esperando a oportunidade para protelar as decisões, para ganhar um tempo, aguardando que a sociedade novamente se recolha e pare de fazer as cobranças e que tudo volte ao normal. Essa sempre foi a lógica daqueles que acreditam que o povo brasileiro ainda continuará defendendo o jargão do “rouba, mas faz”. Muitos acomodaram-se com essa frase, acreditando que o povo brasileiro nunca avançaria politicamente em termos qualitativos, desejando representantes que fazem, mas não roubam, que representam, mas não buscam substituir os seus representados, que constituem uma democracia baseada numa ética que não seja circunstancial, que não seja relativa ao sabor dos acontecimentos.

Temos de buscar nessa discussão uma ética dos valores, em que possamos fazer uma mediação entre os valores duradouros, possíveis de serem universalizados para uma relação histórica com os processos culturais de mudança. Não defendo que esses valores sejam imutáveis, eternos, numa visão fundamentalista, mas advogo que não se pode ter uma ética de circunstância, uma ética que funcione de acordo com o interesse de determinar dos grupos ou agentes, que seja operada no sentido de determinados resultados que não visam o benefício coletivo e, por consequência, o benefício dos indivíduos. Quando é realmente positiva, busca a conduta ideal e é verdadeira para os indivíduos, a ética favorece a sociedade. Quando ocorre de forma verdadeira e qualitativa para a sociedade, a ética favorece também os indivíduos.

Sr. Presidente, junto-me aos que fazem esse esforço, sem querer acreditar, em momento algum, que o que está sendo feito já é o suficiente. É apenas uma pequena parte do que pode ser feito. Procuo agir sempre de boa vontade. Temos de ter sempre boa vontade com as iniciativas, buscando nelas o que há de correto e de bom, mesmo que, muitas vezes, elas sejam dos nossos oponentes. Precisamos fazer a aeróbica do bem em todos os aspectos da existência humana. Mais uma vez, disponho-me a contribuir e sei que muitos dos Senadores e Deputados também estão imbuídos desse propósito. Não podemos, em momento algum, conformarmo-nos em acenar com uma iniciativa para a sociedade e, depois de um momento de calma, permitir que tudo volte à normalidade dos cemitérios, em que os projetos não avançam, fi-

cam dormitando nas Comissões, não sendo encaminhados, votados nem aprovados.

Tenho absoluta certeza de que estamos vivendo uma oportunidade ímpar no sentido de avançar o interesse da sociedade brasileira em representantes que agem de acordo com regras claras e transparentes a fim de coibir a impunidade e os abusos praticados por um conjunto de representantes e agentes públicos que têm desonrado e, de certa forma, envergonhado as instituições.

Hoje, o Congresso Nacional passa por uma crise muito séria, e o Senado Federal está passando por uma crise gravíssima. Mas as situações de emergência servem para dar dois recados: colocar a gravidade dos fatos de forma emergencial e fazer emergir dessa situação de crise as soluções adequadas para os problemas.

Devemos, desta crise, colher os frutos positivos no sentido de avançarmos com maior transparência no que concerne às ações dos agentes públicos, podendo, ao mesmo tempo, a sociedade brasileira sentir-se co-responsável pelos processos de mudança que estão ocorrendo, que, com certeza, têm dependido muito mais do seu esforço de cobrar e de denunciar que dos próprios agentes públicos em tomar a dianteira.

Temos um descompasso entre uma sociedade que impulsiona e um Congresso Nacional que, de certa forma, está refratário, na defensiva. É o momento de irmos para uma ofensividade positiva, para tomar essas iniciativas já existentes e para propor outras – como é o caso da que apresentei, que veda a indicação de parentes para a suplência de Senadores. O melhor projeto tal vez seja o que já foi apresentado, que prevê que os suplentes dos Senadores pudessem ser como os suplentes dos Deputados. Até que se consiga uma fórmula para isso, advoga reimeu projeto que proíbe a indicação de parentes para a suplência dos Senadores.

Sr. Presidente, não se trata, como dizem alguns, de um projeto que evitará que os parentes também possam galgar um cargo na vida pública. Pelo contrário, todas as famílias têm pessoas que se inspiaram em outras: o pai é médico, e o filho também o quer ser; o pai é advogado, e o filho deseja seguir também a carreira jurídica. Na política, isso também ocorre. Mas, para seguir a profissão do pai e se tornar médico ou advogado, é necessário passar no vestibular e fazer a faculdade. Na política, também deverá haver o mesmo processo. Quando se quer ser político, deve-se concorrer a uma eleição e, sendo eleito, transfor-

mar-se em político não por uma transferência dinástica, como se estivéssemos vivendo numa realeza em que os títulos são passados de pai para filho, desrespeitando o processo democrático das urnas que elegem seus representantes.

Atualmente, está-se transferindo o patrimônio político de forma indireta para um dos familiares pelo mecanismo da suplência de Senador. Sou contrária a isso e advogo que meu projeto se possa fazer presente no “Pacote Ético”, quando este chegar ao Senado. Os projetos dos colegas aprovados nesta Casa precisam desse registro, pois poderíamos passar a falsa idéia de que eles estão surgindo agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez venho a esta tribuna denunciar a falta de uma política salarial deste Governo, a sua insensibilidade no trato dos servidores públicos federais deste País.

De um modo geral, todos os trabalhadores, os da iniciativa privada e os servidores públicos, vivem uma situação de dificuldade e de miséria, pois recebem um salário aviltante. Mas a questão dos servidores públicos é muito grave. Já vamos para o sétimo ano consecutivo sem sequer um centavo de reajuste. Isso é um absurdo, e não há qualquer perspectiva de melhoria ou de aumento salarial para esses trabalhadores.

Quero falar especificamente de uma categoria que vem sendo muito massacrada: os servidores civis das Forças Armadas.

No dia 17 de julho, em sua coluna diária na **Folha de S. Paulo**, o jornalista Clóvis Rossi analisa a questão do corte dos salários e aposentadorias dos servidores públicos argentinos. Afirma que ninguém, salvo pessoas ligadas à esquerda, escreveu uma linha sequer sobre tão absurda medida, e que a redução dos salários representa, na linguagem do chamado “mercado” e dos juristas, uma verdadeira quebra de contrato.

A declaração ou decretação de moratória também é uma espécie de quebra de contrato. No entanto, quando alguém ousa falar em moratória das dívi-

das interna e externa, bastante diversa é a reação do chamado “mercado”. Nesse caso, ao contrário do silêncio tumular, os liberais se apressam em promover uma enxurrada de declarações, opiniões, análises e outros salamaleques, desautorizando, condenando e até mesmo ridicularizando o pobre infeliz que ousou pronunciar o termo “moratória”.

Voltando ao artigo: o jornalista afirma, com acerto, que “quando se trata de afetar os mais fracos, vale tudo. Quando se tenta mexer nos mais fortes, que são os grandes interesses econômicos, aí se acena com todas as desgraças.” E, com brilhante simplicidade, conclui que é no mínimo antidemocrático deixar a cargo do tal “mercado”, quais contratos podem ser respeitados, quais podem ser rasgados.

Digo tudo isso para denunciar um caso de total desrespeito à lei que vem ocorrendo há muito tempo sob nossas barbas, aqui mesmo no Brasil, e que, como no caso dos servidores argentinos, não mereceu nada além do silêncio. Nem o Governo, nem os jornais, ninguém – fora do círculo sindical – teve a coragem de escrever uma única linha sobre a luta de mais de dez anos que o Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas vem promovendo para que os servidores civis lotados no Comando da Marinha tenham direito à progressão funcional ou à promoção. Ou seja, além de estarem há mais de sete anos sem qualquer reajuste, como a quase totalidade dos funcionários públicos deste País, esses trabalhadores não conseguem fazer valer nem mesmo direitos garantidos pela Lei nº 8.112, de 1990, que instituiu o Regime Jurídico Único. Isso por pura omissão do Governo, que se recusa a mandar para o Congresso Nacional projeto de lei aprovando Plano de Cargos e Salários para esses trabalhadores.

Além de dar de ombros para a lei, o Governo também afronta a autoridade do Tribunal de Contas da União, que já determinou à Administração que elabore o Plano de Cargos e Salários para os servidores civis do Comando da Marinha.

Até a presente data nada foi feito. O silêncio, ou melhor, a omissão do Governo nesse caso é de dar náuseas. E o Parlamento está de pés e mãos atadas, pois, é bom que se diga, trata-se de matéria de iniciativa privativa do Senhor Presidente da República.

Somente para se ter uma vaga idéia da letargia do Executivo, basta dizer que só no ano passado o Sinfa-RJ participou de quatro audiências com asses-

sores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além disso, encaminhou dossiê completo sobre a questão ao titular da pasta, ao Ministro da Defesa, ao Ministro-Chefe da Casa Civil e a todas as lideranças partidárias na Câmara e no Senado. Depois de tudo isso, nenhuma resposta. Nem sim, nem não. Até agora, só o silêncio.

O que fazer então? Se o Executivo, que tem a obrigação constitucional de agir, não age. É preciso que a sociedade se mobilize e demonstre sua indignação. Do mesmo modo como vem fazendo o Sinfa-RJ, em sua incansável cruzada para pôr um ponto final na injustiça que vem sendo perpetrada pelo Governo contra os companheiros do Comando da Marinha.

Dentre os incontáveis esforços de Sinfa-RJ para dar uma solução ao caso dos servidores do Comando da Marinha, é importante destacar o encaminhamento de denúncias ao Ministério Público Federal, no Rio de Janeiro. Nesse documento, o Sinfa-RJ expõe o drama dos funcionários ante a omissão do antigo Ministério da Marinha e do Governo.

O Ministério Público Federal, defensor do interesse público, sensibilizado com o pleito, autorizou a imediata instauração de procedimento, visando a apurar responsabilidades e a fazer cumprir a lei.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é possível que, decorridos treze anos da promulgação da Constituição Federal e quase onze da Lei n. 8.112, de 1990, os servidores civis do Comando da Marinha permaneçam sem um Plano de Cargos e Salários, por absoluta omissão do Poder Executivo. É ultrajante que toda categoria seja ignorada pelas autoridades como se ela não existisse!

Muito pior do que os apagões e a corrupção – um mal que precisa ser extirpado de nosso País – é a atitude omissiva do Estado. Omissão que retira do cidadão a possibilidade de ver o seu direito posto em prática.

Quando os governantes, que são a manifestação do poder mais visível no Estado, se omitem e descumprem as leis que eles próprios criaram e juraram defender, não se estará vivendo sob o império do Direito, mas sim sob o jugo.

... não se estará vivendo sob o império do Direito, mas, sim, sob o jugo de uma disfarçada tirania. A Constituição da República é clara: o Brasil é um Esta-

do Democrático de Direito. No Estado de Direito, não há autoridade que se sobreponha à lei. Nem mesmo o mais alto mandatário, eleito pelo povo para guiar os destinos da Nação, pode se furtar ao cumprimento da lei. Sua autoridade e poder advêm da lei, e ela é o seu norte. Quando o governante ignora a lei, não há mais Estado de Direito, não há Direito nem democracia; haverá apenas Estado, um Estado antidemocrático, capenga e tirano.

Não tenho muitas esperanças, mas desejo sinceramente que este pronunciamento sensibilize o Executivo Federal, para que envie ao Congresso Nacional, o mais breve possível, projeto de lei com o objetivo de dar um basta no sofrimento dos milhares de servidores civis no comando da Marinha que, há mais de uma década, aguardam pela aprovação de um plano de carreira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, os servidores públicos brasileiros, no próximo dia 22, vão declarar greve geral no País. Eles estão cansados de aguardar do Poder Executivo um aumento salarial. O Governo não aponta com nenhuma possibilidade de reajuste. Por isso, será deflagrada a greve geral no dia 22 deste mês.

Em nome do Sindicato dos Servidores Civis das Forças Armadas, queremos deixar o nosso protesto e o nosso repúdio contra essa política nefasta do Governo Fernando Henrique Cardoso e de seus Ministros, que não têm a menor sensibilidade para a situação dos servidores, deixando-os na mais absoluta miséria neste País.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, pelo restante do tempo disponível para a sessão.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, depois deste período de recesso, voltando a esta Casa, cabe a mim, dolorosamente, nesta tarde, registrar uma perda histórica para o conjunto dos grandes homens públicos brasileiros, particularmente para o meu Estado e para a minha própria família.

A perda de um dos homens públicos especiais, daqueles que a sociedade produz de tempos em tempos. Rondônia ainda lamenta, profundamente cons-

ternada, o prematuro desaparecimento de Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, uma das maiores expressões da política e figura sempre admirada pela população do Estado que aqui represento. E minha família, porque Chiquilito era irmão de minha dedicada esposa, Maria Helena, também sofre, inconformada pela perda do seu ente querido.

Líder incontestável, o ex-Prefeito de Porto Velho, por dois mandatos, e ex-Deputado Federal, faleceu às 6h do dia 07 de julho, em sua residência, ao lado de sua mãe, minha sogra, D. Helena Coimbra Erse, vítima de doença contra a qual bravamente lutava há mais de seis anos, e que a ciência ainda não é capaz de curar: a atrofia cerebelar.

Os primeiros sintomas da enfermidade surgiram ainda em meados de 1995, obrigando-o, em 02 de dezembro de 1998, a renunciar ao cargo de Prefeito de Porto Velho.

Chiquilito Erse, embora nascido em Manaus, em 19 de dezembro de 1949, foi criado em Porto Velho. Com 51 anos, por tanto, e pai de três filhos, era administrador de empresas e portador de extenso elenco de serviços prestados à comunidade rondoniense. Foi também Secretário de Estado da Administração e, nessa condição, respondeu, por diversas vezes, pela administração do então Território Federal de Rondônia, hoje transformado em Estado.

Alcançando a posição de um dos líderes mais populares e carismáticos da Capital e do Estado, segundo a correta avaliação da **Folha de Rondônia**, destacou-se também como Deputado Federal. Membro da Frente Liberal no Congresso, foi uma voz ativa e respeitada dentro do processo de redemocratização do País, que culminaria nas eleições de Tancredo Neves e José Sarney.

Prefeito de Porto Velho, pela primeira vez pela legenda do PTB, obteve mais de 32.000 votos. Destacou-se pelo trabalho de reestruturação da cidade que crescia desordenadamente, concedendo prioridade aos bairros e à periferia. Merecedor desse esforço, passou a ser reconhecido como “o mais popular Prefeito da história da Capital” e um dos maiores líderes políticos de Rondônia em todos os tempos.

Na eleição de 1986, para o Senado da República, foi o candidato mais votado, ultrapassando a marca dos 100 mil votos. Contudo, em face de vigorar, à época, o sistema de sublegendas, foi “alijado, de for-

ma injusta, do processo”, que o levaria, tão-somente, à continuidade de sua ação na vida partidária, especialmente na tarefa de liderar a unificação das oposições.

Sr. Presidente, essa dedicação culminaria com a inquestionável vitória nas eleições de 15 de novembro de 1988. Na eleição de 3 de outubro de 1996, com a coligação de 7 partidos, Chiquilito Erse seria eleito com mais de 70 mil votos para um segundo mandato, a que teria de renunciar em 1998 – como disse – para poder enfrentar a doença, tendo assumido a prefeitura o então Deputado Federal Carlinhos Camurça, vice da chapa amplamente consagrada nas urnas.

Chiquilito Erse, além de notável político, era um profissional com alta qualificação, sendo, por isso, agraciado, em 1992, com o título de Administrador do Ano, concedido pelo Conselho Regional de Administração de Rondônia.

Desenvolvendo na cidade de Porto Velho uma gestão irretocável, foi eleito como um dos melhores prefeitos brasileiros, à custa de um trabalho marcado pelo dinamismo das ações e pela regularidade e transparência de todos os atos de governo.

Prova disso, todos os seus atos administrativos foram aprovados e as suas prestações de contas acolhidas pela Câmara de Vereadores, em decorrência de observarem os mandamentos da legislação e as exigências da probidade administrativa, hoje, lamentavelmente, tão distante do homem público.

Responsável pelo Plano Diretor da cidade e pelo Código de Posturas da cidade, marcou sua presença na vida pública também pela seriedade de seus atos, pela competência com que vencia obstáculos, e pelo trabalho em favor da melhoria da qualidade de vida dos rondonienses.

A capital e o Estado conheceram de perto a lucidez de sua liderança. Presente em todos os instantes do processo de mudança do Território em Estado, não deixou de acompanhar e de viver, próxima e intensamente, os maiores acontecimentos políticos das últimas décadas. Grande gerente dos interesses maiores de seu povo, foi responsável pela deflagração do processo de modernização da capital.

Um dos organizadores e fundadores da Frente Liberal, que, posteriormente, transformou-se no Partido da Frente Liberal – PFL, teve também importante militância no Partido Democrático Social – PDS; no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; e também no Partido Democrático Trabalhista – PDT, sigla pela

qual foi eleito pela última vez prefeito da capital. Foi também Técnico da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado; Diretor de Administração; Secretário de Administração da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, e membro do Conselho Regional de Desportos.

Ao velório de Chiquilito Erse, realizado no salão nobre da Assembléia Legislativa, estiveram presentes seus familiares e milhares de rondonienses, sobretudo os porto-velhenses, para lhe prestarem sua última homenagem.

O Governador do Estado, José de Abreu Bianco, após decretar luto oficial por três dias, declarou que “Rondônia está de luto, ante a perda do companheiro, administrador e líder político apaixonado por sua terra e sua gente”. Filho amado de Rondônia, “deixa órfã uma população inteira, carregando consigo a esperança e a grande confiança que sempre inspirou aos seus”. O Governo estadual, unido “em oração aos familiares e amigos por seu repouso sereno”, expressou a “certeza de que sua memória permanecerá viva no coração de cada rondoniense”.

Por sua vez, o Prefeito Carlos Alberto de Azevedo Camurça, de Porto Velho, divulgou nota de pesar em nome de seus servidores e da população da Capital, lamentando “o falecimento do ex-Prefeito Francisco Chiquilito Coimbra Erse”. Com esse acontecimento, “o Município e o Estado de Rondônia perderam um grande homem, um líder político, e sem dúvida, um dos seus maiores administradores”.

Num momento como esse, “de pesar e tristeza, é importante lembrar que Chiquilito Erse deixou para Porto Velho e para os rondonienses uma obra imensa e foi um exemplo de honestidade, de lealdade, de trabalho e competência”.

O sepultamento, realizado às 10 horas do dia 9 de julho no Cemitério Jardim da Saudade, foi antecedido de cortejo pelas principais avenidas da capital, para as últimas homenagens do povo da cidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, concluímos este breve pronunciamento que se vem acrescentar às tantas e devidas homenagens prestadas à memória de Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, reafirmando à família e lutada também o nosso testemunho de profundo pesar e respeito.

Queremos, portanto, deixar registrado, de forma indelével, nos Anais do Senado, o passamento desse

grande homem público rondoniense que foi Francisco José Chiquilito Coimbra Erse.

Entendemos, porém, que não se há de chorar a sua ausência, se não agora, ante o trauma de sua perda, pois Chiquilito Erse é um daqueles raros personagens de nossa história que vivem para sempre na grandeza dos seus exemplos e realizações.

Era o que tínhamos para esta tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 420, DE 2001

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido nesta data, em São Paulo – SP.

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e ao Estado de São Paulo – SP.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2001. – **Romeu Tuma.**

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Este requerimento depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra as Sras. e os Srs. Senadores que desejarem. (Pausa)

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há obras destinadas a transformar literalmente a fisionomia geoeconômica e social não apenas das regiões Norte e Centro-Oeste, mas de todo o País, tais obras são a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a Ferrovia Norte-Sul.

São empreendimentos, Sr. Presidente, que vão arrancar uma imensa porção do Brasil da letargia econômica decorrente do subdesenvolvimento, defla-

grando um vertiginoso processo de atenuação substancial das desigualdades regionais, praga que assola nossa Nação há séculos e que é fato gerador de conflitos e injustiças sociais intoleráveis no Terceiro Milênio que estamos vivendo.

Em verdade, as duas obras monumentais a que nos estamos referindo integram o Corredor de Transportes Multimodal Centro-Norte, abrangendo áreas de grande parte dos Cerrados Centrais e Setentrionais, compreendendo todo o Estado do Tocantins, o sul do Maranhão e do Piauí, O noroeste de Goiás, o sudeste do Pará, o leste de Mato Grosso e o oeste da Bahia.

Ora, essa imensa região dispõe do maior potencial de expansão das fronteiras agrícolas do País, no que respeita a produção de grãos, especialmente soja e milho, e o barateamento dos custos de transporte, ensejado pela Ferrovia Norte-Sul e pela Hidrovia-Tocantins, o que permitirá vantagens competitivas que, por sua vez, estimularão o incremento dos índices de produtividade locais.

Com seus quase dois mil quilômetros de extensão, a Ferrovia Norte-Sul acelerará de forma sustentável o desenvolvimento regional, permitirá a ocupação econômica e social de extensas regiões, criará milhares de empregos diretos e indiretos, e facilitará a conexão de todo o sistema ferroviário brasileiro.

Já a Hidrovia Araguaia-Tocantins assegurará a navegabilidade desses enormes rios nos períodos de estiagem, configurando uma forma segura, confiável e não-poluente de transporte de cargas, servindo uma imensa área de oitenta milhões de hectares, numa modalidade muitíssimo mais barata do que o transporte rodoviário.

Pois bem, Sr. Presidente, o ilustre Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, acabou de visitar nosso Estado, exatamente para agilizar as questões relacionadas com as obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins. S. Exa. proclamou que os recursos para a viabilidade dessa obra já estão disponíveis no Orçamento da União, anunciando que se trata de empreendimento prioritário.

Aliás, o Sr. Ministro também assegurou que as obras da Ferrovia Norte-Sul também são tratadas como prioridade em sua Pasta e, como a privatização é inevitável, que já recebeu autorização presidencial para a retomada desse processo de transferência para a iniciativa privada, meta, aliás, defendida há anos pelo Governo do Tocantins.

A estada do Ministro Eliseu Padilha em Palmas foi uma honra para nós do Estado, dando-nos a plena

convicção de que o Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, adotará todas as providências indispensáveis ao prosseguimento das obras, à conclusão da Hidrovia Araguaia-Tocantins e Ferrovia Norte-Sul.

É o registro que fazemos, agradecendo, desta tribuna, o empenho do Ministro Eliseu Padilha a tais empreendimentos tão vitais à região e ao País.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta breve intervenção, quero registrar a posse, ocorrida no início de junho, do novo presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, o cientista político Fernando Limongi, que substituiu no cargo o filósofo José Arthur Giannotti.

Como jovem pesquisador, Limongi detém um currículo acadêmico excepcional, tendo freqüentado duas de nossas mais importantes universidades. Graduado pela Universidade de São Paulo – USP, ingressou a seguir no programa de mestrado da Universidade de Campinas – Unicamp. Já os seus estudos de doutoramento foram feitos na prestigiosa Universidade de Chicago. Ele também é co-autor de duas obras que se mostram bastante relevantes para o entendimento do País e das relações entre democracia e desenvolvimento, e tem trabalhos publicados, inclusive, originalmente em língua inglesa.

Em suas novas funções, Limongi tem diante de si um considerável desafio, de vez que nos próximos dois anos, período de sua gestão, ele pretende consolidar o Cebrap como um centro autônomo de pesquisas, considerando a sensível modificação, que ora ocorre em todo o mundo, nos modelos de financiamento de pesquisas. O que, aliás, é um ponto crucial para todas as instituições voltadas para a produção de conhecimento, especialmente no âmbito das ciências sociais. Na realidade, há algum tempo a comunidade científica depara-se com um problema sério, devido ao crescimento exponencial do número de projetos e uma escassez crescente de recursos, públicos ou privados, capazes de tornar esses projetos realidade.

O Cebrap, permitam-me recordar, foi fundado em 1969, quando o Brasil vivia sob a égide do governo militar. Naquela época, um grupo de pesquisadores e professores preocupados em pensar e

discutir o País, melhor conhecendo as suas estruturas para avaliar as suas perspectivas futuras, decidiu implantar o Centro. Em pouco mais de três décadas, o Cebrap firmou-se como uma das mais importantes instituições brasileiras, pelas contribuições permanentes que vem oferecendo ao pensamento brasileiro.

Sempre com foco nos estudos transdisciplinares, uma característica que remonta à sua fundação e evidencia um nítido contraste com outros centros similares, o Cebrap está organizado em áreas de pesquisa integradas por especialistas de inúmeros segmentos acadêmicos. São economistas, historiadores, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, filósofos e demógrafos reunidos em áreas temáticas, sob a orientação científica geral de uma câmara de pesquisa, que é o órgão responsável pelas abordagens teórico-metodológicas adotadas nos trabalhos.

Durante os anos 70, o Cebrap orientou seu trabalho em torno de três eixos: as transformações da estrutura social brasileira, a análise da especificidade do regime autoritário e o estudo crítico do padrão de desenvolvimento econômico no período posterior a 1964. A partir do final da década, com o início do processo de redemocratização do País, foram agregados temas sobre o surgimento na esfera pública de novos atores sociais, formando-se os contornos do que foi chamado de *nova cidadania*. Acompanhando o cotidiano de uma sociedade complexa e dinâmica como a brasileira, o Cebrap vem incluindo outras questões fundamentais para o Brasil, como a especificidade de nosso modelo de democracia e o modo como se processa a urbanização no País.

Atuando como um verdadeiro pólo de reflexão e de geração de conhecimento sobre a realidade brasileira, o Cebrap mantém relações permanentes com intelectuais e estudiosos brasileiros e estrangeiros, realizando com regularidade seminários, com a entusiástica participação da comunidade intelectual e universitária nacional.

Com o apoio da principal agência financiadora oficial do País, a Capes, o Cebrap oferece também aos pós-graduandos brasileiros um programa de formação de dois anos, durante os quais os estudantes selecionados beneficiam-se do contato diário com os pesquisadores da instituição.

Como forma de veicular suas pesquisas e promover o debate brasileiro e internacional das ciências humanas e da filosofia, o Cebrap mantém um conjunto de publicações científicas, tendo editado vários livros de grande difusão e aceitação. A revista *Novos Estudos* estimula e dissemina o debate intelectual no País e na América Latina, circulando em três edições anuais, com publicação desde o início dos anos 80. É, sem favor, uma verdadeira referência dentro das ciências humanas. Além disso, os Cadernos Cebrap marcaram a formação de várias gerações de universitários.

Um papel igualmente importante cumprido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento é o de articulações conjuntas com outras instituições brasileiras e estrangeiras. Assim, desde a sua fundação desenvolve trabalhos com a USP e a Unicamp, com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, no Brasil. No plano internacional, realiza ações conjuntas com o Programa de Investigações Sociais sobre Problemas de População, do México, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e o Centro de Estudos de Estado e Sociedade, ambos da Argentina, bem como com a Corporação de Investigações Econômicas para a América Latina, com sede no Chile.

Os qualificados quadros do Cebrap, dentre os quais se encontram alguns dos mais respeitáveis e prestigiados nomes brasileiros das ciências humanas, têm permanentemente contribuído para que o Brasil e os brasileiros conquistem uma inteligência lúcida, produtiva e transformadora sobre si mesmos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento tem merecido o respeito e a credibilidade que lhe conferem intelectuais, estudiosos e a comunidade científica brasileira e latino-americana. Finalizando, espero que o cientista político Fernando Limongi conduza o Cebrap a um novo patamar, consolidando e difundindo uma tradição de pesquisa social transdisciplinar cada vez mais decisiva para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil, teno uma das dez maiores economias do mundo, um parque industrial diversificado, competitividade ou mesmo liderança em alguns setores de tecnologia avançada e muitas riquezas naturais, é um País que não logrou, ainda, o respeito da comunidade internacional; não conseguiu livrar-se da condição de País do

Terceiro Mundo; e não assegurou, portanto, seu lugar na comunidade das naçõesdesenvolvidas.

Não é meu propósito, neste pronunciamento, analisar as causas e as circunstâncias que nos remetem a essa condição. No entanto, é mister reconhecer que país algum pode almejar o desenvolvimento enquanto não conseguir elevar o nível de educação do seu povo e não promover uma distribuição justa de renda e de oportunidades.

O tema que hoje me ocupa, Sras. e Srs. Senhores, é o projeto “Rede Amazônia para a Educação”, o qual objetiva, exatamente, promover o ensino e a integração de populações carentes da região Norte – uma vastíssima área que corresponde a praticamente metade do nosso território, mas que dispõe de apenas 6 mil quilômetros de estradas para interligar as diversas comunidades.

O projeto, na verdade denominado Infovia Multimídia para o Desenvolvimento de Programas de Educação e Saúde a Distância das Universidades Amazônicas, consiste em implantar uma rede de serviço de informação e comunicação, de forma a ampliar o alcance e a aperfeiçoar a qualidade do ensino superior e da tele saúde na região.

Participam do projeto, como se pode deduzir, as Universidades Federais do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima, as quais, além de se interligarem por infovia, poderão dispor dos serviços de Internet devido a conferência. Os *campi* de cada universidade estarão interligados entre si e também com os *campi* dos estabelecimentos de outros Estados. Além disso, o projeto prevê a construção de Centros de Recursos Multimídia, para produção e distribuição de cursos e programas na modalidade de ensino à distância em todos os *campi* das universidades participantes.

Os métodos de ensino, ou, mais exatamente, os processos de ensino-aprendizagem, juntamente com as inovações tecnológicas, vêm transformando significativamente os paradigmas educacionais em todo o mundo, seja no ambiente de ensino, seja na melhoria da qualidade dos currículos e da formação.

“Por isso – explicam os organizadores do projeto – quando pensamos num modelo de ensino à distância baseado na utilização de diferentes possibilidades tecnológicas, que atenda aos anseios e às exigências das comunidades amazônicas, temos que considerar alguns aspectos, principalmente aqueles

relacionados com: a disponibilização dessas tecnologias aos habitantes da região; a estruturação curricular dos cursos; e, por fim, as características individuais dos alunos e a nova relação que estes assumem frente ao uso de tecnologias como recurso de aprendizagem”.

O que se percebe, portanto, Sras. e Srs. Senhores, é que as Universidades Públicas Federais da região Norte, na tentativa de responder às demandas sociais por educação de qualidade, partiram para alternativas não convencionais.

Disso resultou a proposta de um projeto amplo, que leva em conta as perspectivas de desenvolvimento sustentável da região e cujas características lhe possibilitam vencer as circunstâncias que tornam limitada a oferta de educação de qualidade a grandes parcelas da população.

Aqui, há que se distinguir a produção dos meios de educação e a elaboração dos conteúdos a serem ministrados. Na produção dos meios de educação vai-se buscar sempre o emprego de tecnologias de ponta, acionando-se pesquisadores do ensino à distância, especialistas em *hardwares*, *softwares*, métodos, linguagens e ferramentas apropriados a esse tipo de comunicação. Na elaboração dos conteúdos, os docentes trabalham em outro ritmo, com prudência e permanente avaliação das propostas, de forma a sintonizá-las com a velocidade imposta pela informática e pela telecomunicação.

Desse sincronismo, resultará a educação em larga escala, atingindo comunidades carentes e de difícil acesso. A criação e o desenvolvimento de cursos pré-produzidos, combinados com ampla variedade de meios e recursos, como a utilização de periódicos, programas de rádio e televisão, redes de computadores, filmes, videotextos, possibilitará expandir a aprendizagem a segmentos jamais sonhados.

Esse amplo esquema de educação à distância exige, também, para se viabilizar, a implantação de uma rede de Centros de Recursos Multimídia nos *campi* das universidades participantes do projeto. Em algumas dessas unidades serão produzidos materiais em formato impresso e eletrônico. Em outras, serão desenvolvidas as atividades de distribuição e veiculação desses materiais, e todas elas serão interligadas, funcionando como provedores de acesso ao sistema em cada localidade.

O analfabetismo no Brasil, Sras. e Srs. Senadores, foi reduzido à metade nas últimas três décadas, conforme levantamento do Ministério da Educação. Ainda assim, temos 16 milhões de brasileiros analfabetos com mais de 14 anos de idade, o que é simplesmente inadmissível, em pleno século 21. Para se ter uma idéia do quanto o analfabetismo ou a baixa escolaridade prejudica a vida das pessoas, basta lembrar que 45% dos chefes de famílias indigentes nunca frequentaram a escola, segundo informa ainda o Ministério da Educação.

Foi por isso que a bancada parlamentar da Amazônia se mobilizou na destinação de recursos para a implantação do ensino virtual nas Universidades da Região Norte.

O Brasil vem passando por séria crise, que explica, muitas vezes, o contingenciamento de recursos orçamentários pela equipe econômica comandada pelo Presidente Fernando Henrique. No entanto, nós, parlamentares da Amazônia, estamos empenhados em obter a liberação desses recursos pois, a médio e longo prazos, quaisquer investimentos que se façam na região objetivando o seu desenvolvimento sustentável se revelarão insuficientes, caso o Governo não dê prioridade total à educação e à saúde.

Assim, renovamos nossos apelos ao Presidente Fernando Henrique e à equipe econômica, na certeza de que nossas autoridades, tanto quanto nós, parlamentares e demais representantes da comunidade amazônica, saberão dar o devido valor a um projeto que democratiza o acesso à informação e que faz da educação e da saúde um instrumento de promoção social e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 724, de 2001, Relator: Senador Bello

Parga), que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2000 (nº 2.408/96, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (inclui a informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio), tendo

Parecer favorável, sob nº 552, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nilo Teixeira Campos.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515/2000, na Casa de origem), que dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, tendo

Parecer favorável, sob nº 553, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

– 4 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2001)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geraldo Althoff, **1º pronunciamento** (sobre o Projeto): favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena, e abstenção do Senador Ricardo Santos; **2º pronunciamento** (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão durante o turno suplementar): favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 2 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2001 (nº 565/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 661, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2001 (nº 569/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mamma Bianca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 662, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 73, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2001 (nº 619/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 622, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Jonas Pinheiro.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 89, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2001 (nº 652/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis – TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, sob nº 668, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Carlos Patrocínio.

– 9 –

SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estatuí normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências”, tendo

Parecer sob nº 634, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 10 –

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Requerimento nº 256, de 1999, da Senadora Emilia Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, até que os conflitos envolvendo aquele País sejam melhor esclarecidos, tendo

Parecer sob nº 605, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 22 minutos.)

**EMENDA AO
PROJETO DE LEI Nº 22/2001-CN**

MENSAGEM Nº 350, de 21-6-2001-CN
(Nº 591, de 20-6-2001, na origem)

EMENTA: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$4.992.470,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e setenta reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

Ata da 88ª Sessão Deliberativa Ordinária em 8 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Marluce Pinto e Nilo Teixeira Campos*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jefferson Péres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amarel – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

Nº 225/2001, de 26 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência social, encaminhando esclarecimentos referentes ao Requerimento nº 26, de 2001, do Senador Antonio Carlos Magalhães, e informando que, devido a gravidade e urgência do assunto tratado, tão logo seja concluída a fiscalização solicitada, o relatório final será remetido à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

Os esclarecimentos foram encaminhados ao Requerente.

O Requerimento aguardará na Secretaria Geral da Mesa o envio do relatório final.

Nº 292/2001, de 2 do corrente, do Ministro de da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 269, de 2001, do Senador Eduardo Suplicy;

Nº 294/2001, de 2 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 88, de 2001, do Senador Paulo Hartung; e

Nº 686/2001, de 6 de julho último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 99, de 2001, do Senador Romero Jucá.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Nº 175/2001, de 11 de junho do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 102, de 2001, da Senadora Heloísa Helena.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Nº 227/2001, de 26 de julho último, do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento

mento nº 25, de 2001, do Senador Antonio Carlos Magalhães; e

Nº 75, de 27 de julho último, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 620, de 2000, do Senador Ademir Andrade.

As comunicações foram encaminhadas aos requerentes.

Os requerimentos encontram-se à disposição dos requerentes, na Secretaria-Geral da Mesa, para consulta.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 260/2001, de 2 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2000 (nº 1.180/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas à venda ou aluguel no País, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha", sancionado e transformado na Lei nº 10.237, de 11 de junho de 2001; e

Nº 261/2001, de 2 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1994 (nº 3.578/93, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que transforma e cria cargos no Quadro de Pessoal do Conselho da Justiça Federal, sancionado e transformado na Lei nº 10.241, de 18 de junho de 2001.

PARECERES

PARECER Nº 727, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001, (nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados) que aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele País

Relator: Senador **Iris Rezende**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001, de iniciativa do Executivo, que "Aprova o envio à República Argentina

de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele País".

O objetivo da proposição é o constante em sua ementa.

II – Análise

A iniciativa obedece às disposições constitucionais e infraconstitucionais. Atende, ainda, às normas de direito internacional a que o Brasil se obriga.

A participação brasileira no adestramento em operações de paz se dará juntamente com tropas dos Estados Unidos da América e de outros países sul americanos e, como esclarece a Mensagem Presidencial, está "em conformidade com o planejamento do preparo da Força Terrestre para atuar em operações de paz".

O Exército Brasileiro tem tido uma longa experiência de atuação em missões de paz, para auxiliar povos que atravessam graves problemas de ordem social e humanitária. Em sua última participação no Timor Leste, que ainda ocorre, o desempenho de nosso contingente de Polícia do Exército tem sido motivo de referências elogiosas por parte da Organização das Nações Unidas.

Somos de opinião de que nosso contingente terá muito a oferecer e receber na nova missão, além de contribuir para o estreitamento dos laços de amizade entre nosso País e as nações americanas.

III – Voto

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Jefferson Péres**, Presidente – **Iris Rezende**, Relator – **Jefferson Péres**, Presidente – **Íris Rezende**, Relator – **Bernardo Cabral** – **Romeu Tuma** – **Roberto Saturnino** – **Hugo Napoleão** – **José Coelho** – **Emília Fernandes** – **José Agripino** – **Pedro Simon** – **Tião Viana** – **Mauro Miranda** – **Lúdio Coelho**.

PARECER Nº 728, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 53, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda através do Banco Central o envio de todos os relatórios de auditoria,

inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984 a 1987.

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Reque rimento nº 53, de 2001, de autoria do ilustre Senador José Eduardo Dutra, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda através do Banco Central o envio de todos os relatórios de auditoria, inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984 a 1987.

2. Explica o eminente autor do pedido que este se impõe pela necessidade do esclarecimento das denúncias envolvendo o Senhor Senador Jader Barbalho, Presidente licenciado desta Casa.

3. Em 22 de junho do corrente, aquela autoridade despachou, que fosse anexada ao processado da presente proposição pareceres do Departamento Jurídico do Banco Central do Brasil, do Ministério Público do Estado do Pará, do Ministério Público Federal e do jurista Saulo Ramos, que opinam pela impossibilidade jurídica de indiciamento do Senador Jader Barbalho, com base nos documentos aqui requeridos e pela prescrição de eventuais ilícitos praticados no caso em tela.

E o relatório.

7. O problema que se apresenta é o de definir os limites ao direito à inviolabilidade previstos nos dispositivos acima citados. Ensina Sérgio Carlos Covello, em trabalho denominado “O sigilo bancário como proteção à intimidade” (**Revista dos Tribunais**, ano 78, nº 648, p. 29):

Certo que o sigilo bancário não é absoluto. Ele possui limites legais e naturais que estabelecem contornos. Em nosso ordenamento, o sigilo cede ante o Poder Judiciário, ante o fisco e ante as comissões parlamentares de inquérito. Paralelamente, existem abrandamentos da obrigação fundados na vontade do titular do sigilo e na própria natureza da atividade bancária.

Mas esses limites não o desnaturalizam como direito de personalidade, pois modernamente todos os direitos comportam limitações, em vista das exigências sociais e em atenção ao bem comum.

8. O Supremo Tribunal Federal tem entendido que “se é certo que o sigilo bancário, que é espécie de direito à privacidade, que a Constituição protege no art. 5º, X, não é um direito absoluto, que deve ceder

diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça, certo é, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade” (Recurso Extraordinário nº 219.780).

9. Afirma, ainda, o Pretório Excelso, no Mandado de Segurança nº 23.452:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas — e considerado o substrato ético que as informa — permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.

10. Assim, de conformidade com jurisprudência já consolidada da Corte Suprema, três são os requisitos para se permitir o rompimento do sigilo bancário: a existência de interesse público, social ou da Justiça; a previsão em lei; e a razoabilidade.

11. No que se refere à previsão em lei, a matéria sofreu, recentemente, nova regulamentação. O tema foi amplamente reformulado com a edição da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que “dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências”. A questão relativa à possibilidade de quebra do sigilo bancário pelo Poder Legislativo é tratada no art. 4º do diploma legal, que estabelece:

Art. 4º Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, e as instituições financeiras fornecerão ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentadamente, se fizerem necessários ao exercício de suas respectivas competências constitucionais e legais.

§ 1º As comissões parlamentares de inquérito, no exercício de sua competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações e documentos sigilosos de que necessitarem, diretamente das instituições financeiras, ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As solicitações de que trata este artigo deverão ser previamente aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou do plenário de suas respectivas comissões parlamentares de inquérito.

12. Destarte, pode-se observar que existe norma positiva disciplinando o fornecimento de informações protegidas por sigilo bancário a órgão do Congresso Nacional. Além das Comissões Parlamentares de Inquérito, que têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, também o plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional pode determinar a quebra do sigilo bancário.

13. Cabe observar que existe regulamentação interna no Senado Federal sobre a matéria. Trata-se do já referido Ato da Mesa nº 1, de 2001, que adaptou os procedimentos relativos a requerimentos de informação aos ditames da referida Lei Complementar nº 105, de 2001.

14. No entanto, a quebra do sigilo deve ser feita em nome do interesse público e de forma razoável, o que deve ser comprovado a partir da motivação do ato que a determinou, sem a qual, confor-me já de ci diu reiteradas vezes o Pretório Excelso, tem-se a nulidade daquele ato, independentemente da autoridade que o expediu.

15. Conforme o ensinamento de Ives Gandra da Silva Martins e Gilmar Ferreira Mendes, in "Sigilo bancário, direito de autodeterminação sobre informações e princípio da proporcionalidade", publicado no **Repertório IOB de Jurisprudência**, nº 24/92, p. 428:

A doutrina constitucional mais moderna enfatiza que, em se tratando de imposição de restrições a direitos, deve-se indagar não apenas sobre a admissibilidade constitucional da restrição eventualmente fixada (reserva legal), mas também sobre a compatibilidade das restrições estabelecidas com o princípio da proporcionalidade. Essa orientação, que permitiu converter o princípio da reserva legal (Gesetzesvorbehalt) no princípio da reserva legal proporcional (Vorbehalt des verhältnismässigen Gesetzes), pressupõe não só a legitimidade dos meios utilizados e dos fins

perseguidos, mas também, adequação (Geeignetheit) desses meios para a consecução dos objetivos pretendidos e a necessidade (Notwendigkeit oder Erforderlichkeit) de sua utilização. Um juízo definitivo sobre a proporcionalidade ou razoabilidade da medida restritiva há de resultar da rigorosa ponderação entre o significado da intervenção para o atingido e os objetivos perseguidos pelo legislador (proporcionalidade em sentido estrito).

16. Decidiu o STF, no já citado Mandado de Segurança nº 23.452:

O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) — ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política — não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que fôram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). — As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal." Destacamos.

17. A questão foi também enfrentada pelo STF no Mandado de Segurança nº 23.480, julgado no dia 4 de maio de 2000, no qual se decidiu:

Quebra ou transferência de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos que, ainda quando se admita, em tese, susceptível de ser objeto de decreto de CPI — porque não coberta pela reserva absoluta de jurisdição que resguarda outras garantias constitucionais —, há de ser adequadamente fundamentada: aplicação no exercício pela CPI dos poderes instrutórios das autoridades judiciárias da exigência de motivação do art. 93, IX, da Constituição da República.

18. E no Mandado de Segurança nº 23.652, relatado pelo eminente Ministro Celso de Mello, declarou-se o seguinte:

A quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de qualquer pessoa sujeita a investigação legislativa pode ser legitimamente decretada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique, com apoio em base empírica idônea, a necessidade objetiva da adoção dessa medida extraordinária. (...)

O princípio constitucional da reserva de jurisdição — que incide sobre as hipóteses de busca domiciliar (CF, art. 5º, XI), de interceptação telefônica (CF, art. 5º, XII) e de decretação da prisão, ressalvada a situação de flagrância penal (CF, art. 5º, LXI) — não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois, em tal matéria, e por efeito de expressa autorização dada pela própria Constituição da República (CF, art. 58, § 3º), assiste competência à Comissão Parlamentar de Inquérito, para decretar, sempre em ato necessariamente motivado, a excepcional ruptura dessa esfera de privacidade das pessoas.

19. Ou seja, em tese, é possível ao Congresso Nacional solicitar a quebra do sigilo bancário para dar andamento a investigação de fato incluído na sua competência fiscalizadora, na forma da lei. Entretanto, é fundamental, para que seja deferida a quebra de sigilo de qualquer cidadão, que ela seja fundamentada e comprovada a sua necessidade para a investigação que se pretende fazer.

20. Em nosso entendimento, esses requisitos são atendidos pela solicitação em tela.

21. Isso ocorre porque o objetivo do presente requerimento é a obtenção dos relatórios do Banco

Central do Brasil relativos à fiscalização realizada no Banco do Estado do Pará S.A., no período de 1984 a 1987, cuja análise é, sem dúvida, fundamental para esta Casa no presente momento, já que visa a espancar as dúvidas existentes sobre esses documentos e esclarecer, de forma definitiva, as denúncias contra o Presidente licenciado do Senado Federal.

22. O fato de os documentos em questão incluírem informações protegidas por sigilo bancário não pode impedir o Senado Federal de solicitá-los, quando isso é imprescindível para cumprir a sua competência fiscalizadora. Ou seja, trata-se, aqui, justamente, de fazer uso da prerrogativa concedida às Casas do Congresso Nacional a fim de que elas possam exercer as suas funções institucionais, mesmo que para tal seja necessária a adoção de procedimentos excepcionais.

23. Assim, entendemos que o presente Requerimento carrega embasamento suficiente para que possa ser deferido.

24. Do ponto do mérito, ele, igualmente, deve merecer aprovação. A gravidade das denúncias apresentadas não permite que o Senado Federal permaneça imóvel, vítima de uma ameaça que paira sobre a cabeça de seu principal dirigente. Impõe-se a esta Casa tomar todas as providências visando ao esclarecimento dos fatos, o que, registre-se, é, também, a vontade já claramente externada pelo seu Presidente licenciado, que, mais do que os seus pares, vem sofrendo com o noticiário da imprensa.

25. Convém acrescentar que os líderes de todos os partidos com assento no Senado Federal, em reunião com o Senhor Presidente em exercício, realizada no dia 23 de julho de 2001, já se manifestaram pela necessidade do deferimento do presente requerimento, com vistas ao esclarecimento da situação existente.

26. Do exposto, entendemos que o Requerimento nº 53, de 2001, reúne todas as condições para ser deferido, por atender os requisitos exigidos pela legislação referente ao tema, e, do ponto de vista do mérito, deve ser acolhido, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2001. —
Bernardo Cabral, Presidente — **Bello Parga**, Relator — **Romero Jucá** — **José Eduardo Dutra** — **Ademir Andrade** — **Casildo Maldaner** — **Paulo Hartung** — **Antonio Carlos Júnior** — **Nilo Teixeira Campos** — **Romeu Tuma** — **Roberto Freire** — **Sergio Machado** — **Maria do Carmo Alves** — **Pedro Ubirajara** — **Osmar Dias**.

PARECER Nº 729, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472, de 1997, na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências".

Relator: Senador: **Osmar Dias**

I – Relatório

Retoma à análise do Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995 (nº 472, de 1997, na Câmara dos Deputados), que Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Conforme decisão da Presidência do Senado Federal, comunicada à Casa na sessão do dia 2 de agosto de 2001, deverão ser, aqui, examinadas apenas as alterações feitas pela Câmara dos Deputados à proposta, aplicando-se-lhe, com base no art. 372 do Regimento Interno, o mesmo rito previsto para apreciação de emendas daquela Casa a Projeto de Lei do Senado, definido nos arts. 285 a 287 daquele Regimento.

A Câmara dos Deputados modificou a proposição para retirar a vedação da edição de medidas provisórias sobre matéria que tenha sido objeto de veto presidencial pendente de apreciação pelo Congresso Nacional, para estabelecer que as MPVs tenham sua votação sempre iniciada naquela Casa e para alterar o art. 246 da Lei Maior, com vistas a permitir a adoção de medidas provisórias na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação seja alterada por emenda promulgada após a promulgação da presente proposta.

Além disso, promovem-se alterações de redação para explicitar que cabe à lei dispor sobre a extinção de ministérios e órgãos da administração pública, que o princípio da anualidade se aplica apenas aos impostos e não a todos os tributos e que as medidas provisórias somente podem ser prorrogadas uma única vez.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

II – PARECER

Quanto aos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 60 da Constituição Federal, não vemos óbice que possa impedir a tramitação das alterações feitas pela Câmara dos Deputados à proposta em análise. Igualmente, no que toca à juridicidade e à regimentalidade, não observamos nenhum impedimento ao prosseguimento da sua tramitação.

Do ponto de vista do mérito, a presente proposição representa, sem dúvida, uma das mais importantes hoje em tramitação no Congresso Nacional. A aprovação da limitação ao uso das medidas provisórias, trazida pela PEC em exame, é passo imprescindível para a recuperação do prestígio do Poder Legislativo, que não pode mais ser postergado.

Essa constatação é reforçada pelo fato de ser a terceira vez que a proposta em análise é objeto de exame por esta Casa, nos mais de seis anos de sua tramitação. Trata-se de situação inédita nos Anais do Congresso Nacional, que exige que se adote o máximo de celeridade na presente etapa, que deve ser definitiva.

Em razão deste fato, entendemos que as modificações feitas pela Câmara dos Deputados à PEC nº 1, de 1995, devem ser aprovadas. Trata-se de ajustes cuja adoção não altera, em absoluto, o sentido geral da proposição, e que, no geral, a aperfeiçoam.

Com efeito, a tradição legislativa pertinente à análise dos vetos presidenciais, marcada por grande lentidão, desautoriza que se impeça a edição de medida provisória pertinente ao assunto. Tal decisão poderia implicar grave restrição à agilidade de que pode necessitar o Poder Executivo na disciplina de determinadas matérias.

Afigura-se igualmente acertada, a nosso juízo, a correção técnica feita na redação proposta para o § 2º do art. 62 da Constituição, para que seja reservada à lei, em sentido formal, a restrição que o princípio da anualidade impõe à cobrança ou majoração de impostos e não de todas as espécies de tributos. Aqui, respeitam-se, rigorosamente, as disposições constitucionais pertinentes aos direitos do cidadão, na condição de contribuinte.

Quanto ao impedimento da edição de medida provisória para regular matéria alterada por emenda constitucionais editada a partir de determinada data, conforme o art. 246 da Constituição, trata-se de disposição casuística e que, na forma do texto, respeita os entendimentos políticos acertados entre Governo e oposição quanto ao assunto.

Poderia, talvez, o Senado Federal questionar a alteração promovida pela Câmara dos Deputados quanto ao processo legislativo de apreciação da medidas provisórias, para retirar a alternância de seu início entre as Casas do Congresso e estabelecer a regra de que sempre principiará pela Câmara dos Deputados. No caso, entretanto, impõe-se a realidade de dois fatos concretos e inafastáveis: de um lado, a economia processual coloca a necessidade de aprovar a proposição que, em seu mérito essencial, constitui importante avanço democrático, de outro, não se pode negar que a fórmula adotada repete o que determina a Constituição quanto às proposições de iniciativa do Poder Executivo.

Ante o exposto, votamos pela aprovação integral do substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995.

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Osmar Dias**, Relator – **Antonio Carlos Júnior** – **Nilo Teixeira Campos** – **Sérgio Machado** – **Pedro Ubirajara** – **Ademir Andrade** – **Romero Jucá** – **Roberto Freire** – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Maria do Carmo Alves**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 189, de 2001 (nº 821/2001, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2001, as razões das decorrentes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 105, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2001, de autoria do Senador Luiz Otávio, que altera a denominação da *Rodovia BR-163* e revoga a *Lei nº 6.252, de 10 de outubro de 1975*.

Tendo sido rejeitado pela Comissão de Educação, o projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1998 (nº 4.157/98, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar e dá outras providências;

– Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2001 (nº 4.194/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Governador Mário Covas” a BR-101; e

– Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2001 (nº 1.467/99, na Casa de origem), que altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido, pela ordem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me inscreva para, no momento adequado, fazer uma comunicação inadiável.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma que o nobre Senador Geraldo Cândido, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, com base no art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para a mesma providência, peço a V. Exª que me inscreva em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exªs serão atendidos na prorrogação da Hora do Expediente, de acordo com o que prescreve o art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Há oradores inscritos.

Convido a eminente Senadora Marluce Pinto, do PMDB do Estado de Roraima, para ocupar a tribuna como primeira oradora inscrita na sessão de hoje.

A SRª MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores:

Assu mo hoje esta tri bu na para, em nome dos rora imenses, em particular, e dos que habitam a Região Norte em geral, manifestar agradecimentos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso por uma obra que, graças ao seu empenho e determinação, transformou em realidade um sonho que até bem pouco tempo atrás parecia impossível: a materialização da energia elétrica em nosso Estado, possibilitada por meio da linha de transmissão de Guri, na Venezuela, até Boa Vista, nos sa capi tal. Em breve, no ritmo em que se encontram as obras, também chegará a todos os municípios interioranos do norte do Estado e, além disso, atravessará nossa fronteira com o Amazonas indo em direção a Manaus.

Mais do que justa, portanto, essa homenagem ao Presidente Fernando Henrique, que, diante de tantas dificuldades, num período em que a restrição de energia é uma realidade entre nós, não cruza os braços à espera de milagres. Ao contrário, age com o bom senso dos estadistas e promove as ações que deságuam no mar tranquilo das soluções desejadas. Roraima, hoje, é um exemplo claro dessa visão além dos horizontes que possui o Presidente.

Recordo, como se ontem houvessem ocorrido, os dias 22 de maio de 1996 e 29 de janeiro de 1997, duas datas de importância ímpar para Roraima, ambas dizendo respeito à energia em nosso Estado.

A pri me i ra, 22 de maio de 1996, me fez vir a esta tribuna para enfocar a visita que o Presidente venezuelano àquela época, Rafael Caldera, fez ao Brasil. Na ocasião, exaltei a firmeza do mandatário venezuelano quanto à sua eloquência sobre a necessidade da intensificação do comércio da Amazônia Ocidental com a Venezuela, sobre a inserção urgente daquele país no Mercosul e, principalmente, dentre uma extensa agenda de interesses comuns que agregam benefícios aos dois países, sobre a construção da Linha de Guri para energizar o Estado de Roraima.

A segunda, 29 de janeiro de 1997, foi uma data histórica para todos nós, roraimenses. Naquele dia, participei, no Palácio do Planalto, da cerimônia de assinatura do Acordo de Intenção entre o Brasil e a Venezuela que, de uma vez por todas, traçou os caminhos a serem percorridos para a definitiva consolidação do fornecimento de energia elétrica venezuelana

para o nosso Estado de Roraima. Posso afirmar, Sr. Presidente, que, naquele dia, o Linhão de Guri – forma regional e carinhosa pela qual o projeto foi identificad pela população rora imense –, saiu do escuro túnel das indefinições para a realidade que se materializou no dia 22 de julho recém passado.

Na pró xi ma se gun da-feira, dia 13 de agosto, Roraima receberá o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que fará, oficialmente, a inauguração dessa linha de transmissão energética.

Não te nho dú vi das de que, a par tir de ago ra, um novo marco histórico se faz na região Norte. Afinal, Sr. Presidente, os Estados de Roraima e Amazonas têm na Venezuela um enorme e crescente mercado para os produtos de suas economias e, também, para aquisição de manufaturados e insumos industriais, cujas vantagens comparativas aquele país detém. O cimento, o ferro, o alumínio, adubos, calcário, derivados de petróleo e diversos manufaturados são oferecidos pelo país vizinho a preços altamente competitivos em relação aos preços nacionais. De outra parte, os pólos ótico, eletrônico e de informática, os eletro-eletrônicos, dentre inúmeros outros produtos da Zona Franca de Manaus, mais os produtos primários de Roraima, encontram no mercado venezuelano importantes vantagens de negociação.

Sem energia e sem transportes, Roraima jamais teria futuro. Hoje, felizmente, fechou-se o binômio energia-transporte e, com ele, o ciclo virtuoso de desenvolvimento que inevitavelmente eclodirá.

Roraima, tantas vezes já o disse aqui, é um Estado privilegiado por suas características e posição geográfica estratégica. Possui invejável potencial ainda inexplorado, tanto pelas riquíssimas jazidas minerais que repousam incólumes no subsolo quanto por suas vastas e férteis terras que apenas aguardam preparo e semeadura para gerar toneladas e mais toneladas de alimentos. A pecuária, outra atividade de porte no Estado, quintuplicará sua produção, e a indústria ampliará sua potencialidade produtiva. O comércio atenderá à demanda interna e à exportação, enquanto ambos proporcionarão uma geração de empregos jamais vista.

Por tudo isso, agradeço ao Presidente Fernando Henrique Cardoso; agradeço ao povo de minha terra, que jamais se quedou diante das dificuldades; agradeço aos homens de bem e de visão futurista, que acreditaram e acreditam no destino promissor do Norte brasileiro; aos políticos, empresários, profissionais liberais, estudantes, aos trabalhadores em geral de Roraima, aos técnicos que elaboraram e tudo fizeram para materializar tão grandioso projeto; a todos, en-

fim, que realmente lutaram e ainda lutam em favor do nosso engrandecimento; que participaram, acreditaram e, como eu, continuam acreditando em nossa força geradora de trabalho, que resultará em benefícios para nós e para toda a Nação brasileira; agradeço e invoco a proteção de Deus para que possam receber as benesses do progresso que sem dúvida nos abraçará num futuro bem próximo.

Desta mesma tribuna, em 22 de maio de 1996, conclamei ao Presidente da República que mantivesse sua decisão e postura na afirmativa que fizera, de que era “*urgente e necessária a interligação energética Brasil-Venezuela*”. Literalmente, naquela ocasião, pedi ao Presidente que resolvesse, em definitivo, essa questão tão vital para os brasileiros do Norte; disse também a Sua Excelência que não mais poderíamos ser mantidos às margens de um processo, num governo que se comprometeu em equacionar os desequilíbrios regionais; que apenas a solução de nosso problema energético restabeleceria nosso direito de igualdade com os demais Estados da Federação; que a falta de energia jamais nos permitiria promover os meios de que necessitávamos para gerir nosso próprio destino; que não pedíamos favores nem clamávamos privilégios, mas, sim, que queríamos nossos direitos na mesma proporção em que nos são cobrados nossos deveres. Fomos atendidos e, por dever de justiça, agora agradecemos.

Além disso, para provar nossa preocupação e desejo de também participar ativamente do processo, visando mais rapidamente a viabilizar recursos para as obras da linha de transmissão, naquele ano de 1997, aprovamos, junto ao Orçamento Geral da União, recursos no valor de R\$10 milhões, abrindo, assim, rubrica no Orçamento para que dúvidas não surgissem no futuro. A emenda, de minha autoria, foi acatada e apresentada, à época, pela Bancada da Região Norte no Congresso, que, indistintamente de suas opções político-partidárias, reconheceu nossa necessidade e, por unanimidade, apoiaram-na.

Sr. Presidente, meus nobres Colegas, neste momento, quero dirigir minhas palavras ao povo de minha terra. Munida de informações oficiais, julgo importante que o povo de Roraima tome conhecimento de certos detalhes sobre a realidade desse empreendimento. Solicitei e recebi, da Eletronorte, um documento que sintetiza a história e a importância desse empreendimento para Roraima, e creio ser importante repassar à população do meu Estado algumas dessas informações.

Em termos técnicos, o documento elucidará tratar-se de um projeto de interligação elétrica entre o

Brasil e a Venezuela, consistindo em um sistema de transmissão misto, interligando o complexo hidrelétrico de Guri-Macáguas, na Venezuela, com a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, numa extensão de 676 quilômetros. Informa que o trecho venezuelano é composto de uma linha em 400 quilovolts, entre as subestações Macáguas e Las Claritas, passando em seguida para a tensão de 230 quilovolts até a fronteira com o Brasil e está sob a responsabilidade da Edelca – Eletrificación del Caroní. Resume que a capacidade de transmissão da linha está projetada para um suprimento de até 200 megawatts de energia firme, num contrato inicial de 20 anos, e que os investimentos, na época do contrato, foram orçados em US\$185 milhões, sendo US\$55 milhões aplicados no Brasil e US\$130 milhões na Venezuela. Entre outras informações técnicas, dá-nos conta de que o empreendimento, em território brasileiro, cuja construção e operação está sob responsabilidade da Eletronorte, compreende 191 quilômetros de linha de transmissão em 230 quilovolts; uma subestação em Boa Vista que faz o rebaixamento da tensão de 230 volts para 69 volts e 13,8 volts; 23 quilômetros de linha de transmissão em 69 volts e 2 subestações de rebaixamento de tensão localizadas, respectivamente, nos bairros Floresta e Centro de Boa Vista. Na parte de dica da importância do empreendimento, lemos que “*a população beneficiada, inicialmente, será de 250 mil habitantes, o que corresponde a 78% do total do Estado, sendo que 62% desse total encontra-se em Boa Vista. O sistema tem capacidade de suprir as necessidades de todos os mercados de Roraima, possíveis de serem interligados, substituindo totalmente os parques termelétricos isolados. As unidades geradoras termelétricas que serão desativadas poderão ser transferidas para outras localidades do Estado ou para outros sistemas de geração da Eletronorte*”.

Realmente, e sem dúvida alguma, aplaudimos a iniciativa e seus resultados de hoje. Por oportuno, aproveito o ensejo para agradecer aos funcionários e diretores da Eletronorte, que prontamente atenderam meu pedido e enviaram-me essas informações.

Agora, para aliviar tensões humanas, que diferem das tensões elétricas, mas que também vêm causando mal-estar e preocupação entre a população de meu Estado – talvez por desconformação ou falsas informações –, quero, alto e bom som, fazer leitura do que considere mais importante no documento que recebi da Eletronorte. São apenas três itens que, pelo seu conteúdo, no meu entendimento, servem para despreocupar ou, no mínimo, tranquilizar nosso povo sobre os custos dessa nova fonte de energia, que,

desde o dia 22 de julho recém-passado, ilumina os lares roraimenses. Passo à leitura do documento, Sr. Presidente.

A interligação com a Venezuela para atendimento de energia elétrica ao Estado de Roraima, além de constituir-se na melhor opção técnica e econômica para a região, propiciará:

a) suprimento de energia elétrica limpa e confiável, com total substituição da geração termelétrica à base de combustíveis derivados de petróleo, reduzindo substancialmente os riscos de déficit;

b) economia média esperada de US\$64 milhões anuais [repite: uma economia de US\$64 milhões por ano!] com combustíveis derivados de petróleo, num período inicial de 20 anos, horizonte previsto no contrato de fornecimento de energia elétrica, devido à desativação das usinas termelétricas;

c) os custos de produção da energia elétrica serão minimizados. Atualmente, os custos de geração termelétrica à base de combustíveis derivados de petróleo são extremamente elevados e exigem pesados dispêndios com a operação, manutenção e expansão para atender às necessidades do crescente mercado de energia elétrica.

Creio, Sr. Presidente, que minha interpretação desses três itens não seja diferente da interpretação de V. Ex^{as}.

Está claro, escrito de formalúcida e sem deixar dúvidas, que a energia a ser oficialmente inaugurada no próximo dia 13 pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em meu Estado de Roraima, terá seus custos reduzidos e beneficiará toda a população, que, até ontem, pagou um elevado custo social durante todas essas décadas, dependendo de obsoleta energia termoelétrica, com apagões diários, e que sempre atrasou e impediu o nosso progresso.

Confio nos homens sérios que dirigem a Eletro-norte e acredito que eles cumprirão à risca o que de próprio punho escreveram.

Certo é, temos consciência, que não cabe a Eletro-norte definir custos finais ao consumidor, uma contribuição exclusiva da Aneel. Mas somos também conscientes de que as informações da Eletro-norte são parâmetros para a Aneel e esta, diante das afirmações daquela, não poderá usar pesos e medidas diferentes que venham penalizar toda uma sociedade, em grande parte, carente.

Mas, como diz o ditado, “é melhor prevenir do que remediar”, encerro este meu pronunciamento com mais um apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: não permita, Presidente, que essa conquista do nosso povo, um sonho que virou realidade graças a determinação de Vossa Excelência, a quem eternamente seremos gratos, não se transforme em pesadelo, esvaziando os bolsos daqueles brasileiros que, como disse anteriormente, há décadas já vêm pagando altíssimo custo social pela ausência desse bem que os brasileiros abaixo de nossa fronteira sempre usufruíram. Nossa contrapartida, não tenho dúvidas, se fará mediante a geração de riquezas jamais vistas naquela região, trazendo benefícios para toda a Nação brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ronaldo Cunha Lima.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje a este plenário, que tem sido palco, ultimamente, de situações dramáticas e soluções traumáticas, questões relevantes não pelo avanço, mas pelo retrocesso político, não pela conquista da cidadania, mas pela involução partidária.

O diretório regional do PMDB da Paraíba consumou, há poucos dias, a intervenção nos diretórios municipais de Campina Grande e outras cidades. Longe, muito longe de um gesto esparso de perseguição pontual, a intervenção foi mais um ato da hostilidade mais violenta e da violência mais arbitrária contra correligionários históricos e absolutamente fiéis ao programa partidário em João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Boqueirão e outros tantos Municípios paraibanos.

O ato de intervenção, da maneira arbitrária como se processou, é mais uma demonstração incontestada de autoritarismo de quem, não podendo conviver com o contraditório, força a exclusão e a expulsão, para subjugar pela prepotência a quem não pode liderar pela competência. Assim, não estou saindo, estou sendo expulso.

Esse ato menor de intolerância e mesquinhez caracteriza gesto da servidão mais humilhante do Partido aos caprichos do Governo do Estado. Quem comunicou à imprensa mais essa violência partidária foi o próprio Secretário de Comunicação do Governo.

Emblematicamente, ele atropelou os órgãos partidários em manifesto desrespeito ao próprio Partido.

Rasgaram-me, na intolerância dessa intervenção, a ficha 001, que assinei ainda no Brasil da ditadura militar e ostentava com muito orgulho, quando entrar no glorioso MDB de então implicava em desprendimento político e risco pessoal.

Nem os generais me perpetraram tal violência: por motivação ideológica, cassaram-se um mandato e os direitos políticos, mas preservaram amigos e aliados. Agora, pela perseguição mais odiosa e pelo ódio mais exacerbado, cassam-me os direitos partidários e estendem a violência de seu ódio contra os fundadores do MDB e do PMDB, punidos pela lealdade ao Partido que abraçaram e pela solidariedade ao amigo que escolheram. Afinal, no PMDB da Paraíba que vale hoje como senha de prestígio partidário para militantes e dirigentes já não é o que podem fazer a favor do Partido, mas o que pensam tramar contra mim e meus amigos. Já não é o que podem construir de projetos do PMDB, mas o que podem destruir de meus sonhos.

Ao violentar essa ficha, tentaram rasgar-me mais que uma militância partidária – tentaram, agora, rasgar a história de uma vida.

Ingressei no PMDB quando o Partido era o estuário natural não apenas de combate à ditadura, mas de preocupações sociais e de princípios éticos. Mais ainda, era referência de democracia interna e de tolerância dos contrários.

Pelo MDB e PMDB a tudo enfrentei e resisti; pelo MDB e PMDB a tudo renunciei. Pelo MDB conquistei a primeira vez, ainda em 1968, a prefeitura de Campina Grande, então a maior cidade da Paraíba onde havia eleição direta para as Prefeituras. Foi a mais franciscana de quantas campanhas terá havido; feita toda ela em cima de taboetes e bancos de praça, animada então com os únicos recursos que a vida me facultou: a palavra e o sonho, a coragem e o ideal.

A eleição de Campina representava mais que a conquista da segunda maior cidade da Paraíba. Era também o sinal de que era preciso resistir e de que era possível se opor. Pela ousadia da oposição, fui cassado no mandato, fui cassado nos direitos políticos, impedido de trabalhar em minha terra, proibido de viver em minha cidade, e, na prática, exilado com os filhos em meu próprio País.

Pelo PMDB disputei o Governo do Estado, em 1990, quando ninguém se dispunha ao sacrifício e à temeridade de enfrentar uma eleição com meros 6% de intenções de voto, contra 66% dos adversários.

Pelo PMDB abri mão de projetos pessoais, como em 86, quando todos queriam a legenda, embalados pelo sucesso do Plano Cruzado. Em 1994, quando minha condição de Governador e de condutor do processo sucessório me permitiria a indicação de quaisquer candidatos, aceitei, pelo PMDB, sem qualquer questionamento o nome que me apresentaram para Vice-Governador, mesmo conhecendo a fragilidade de saúde do candidato Antônio Mariz. E sob o signo da unidade, sob o **slogan** de que “no dia três, vote nostrês”, obtivemos a maior vitória política e eleitoral da história da Paraíba. Pela primeira vez, em décadas, um governador fazia seu próprio sucessor em eleições diretas. Pela primeira vez na história, um ex-governador se elegia para o Senado, na eleição imediatamente seguinte ao fim de seu mandato. Era o reconhecimento do trabalho de uma administração felizmente fecunda, embora tenha sido a mais curta de nossa história recente: 3 anos e 15 dias.

Tenho a consciência de haver resistido, no PMDB, à inominável violência ética de convenções viciadas, que a Paraíba prefere esquecer e a história preferiria sepultar, mas que, inevitavelmente, até em nome da decência, um dia passará a limpo.

Apesar da derrota, em circunstâncias tais, e do resultado, para alguns surpreendentes, retirei-me em silêncio do processo eleitoral, sem apoiar qualquer opositor, votando, ao contrário, meus amigos e eu, nos candidatos indicados pelo meu Partido.

No PMDB, tenho consciência de haver sofrido, como raros, a mais escancarada infidelidade partidária. Nas últimas eleições em Campina Grande, eram os dirigentes do meu Partido que apoiavam, financiavam e sustentavam a oposição contra o candidato do PMDB. Essas atitudes ainda hoje ressoam, repetidas e renovadas, na imprensa local.

Tenho a consciência de estar enfrentando, com altivez, a mais injustificável perseguição administrativa movida não apenas contra um Administrador Público, mas contra toda a minha cidade de Campina Grande. Por perseguição a Campina tudo se nega. Cortaram o ICMS de Campina, de João Pessoa, de Guarabira e de outras cidades administradas por peemedebistas históricos, que se solidarizaram conosco. Por retaliação, até fatos administrativos corriqueiros, como a municipalização do SUS ou a transferência de recursos vinculados da Saúde, só se fazem, para Campina Grande ou para cidades de amigos meus, por determinação judicial.

Tenho orgulho de haver construído o maior patrimônio partidário que o PMDB já teve na Paraíba e em todo o Nordeste.

Cheguei ao Governo com uma magra bancada de seis Deputados em 36 e de menos de 20 Prefeitos em 171. Afora Campina Grande, praticamente o Partido nada tinha nas demais grandes cidades, inclusive na Capital. O Partido tinha apenas um Senador. Entreguei o PMDB com a maior bancada da Assembleia, com o Governador, o Vice-Governador, com três Senadores eleitos, com dois terços dos Deputados Estaduais e da bancada no Congresso – o maior triunfo eleitoral que a história política paraibana registrou; um dos maiores feitos do Partido em todo o País. Mais ainda, a eleição de 1994, na Paraíba, foi toda ela fundada sobre o tema da estabilidade e da continuidade administrativas: “a Paraíba segue em frente” era o refrão usado e repetido na campanha. Mas os que hoje nos combatem e violentam, que se elegeram com os fatos e os feitos de nossa administração, com nossas ações e serviços, dizem hoje que nada fizemos, que jamais construímos, nunca trabalhamos, embora tentem apoderar-se de nossas ações. Contraditória e infelizmente, muitos aos quais me uni para que ficassem no poder são os que hoje se reúnem para me expulsar.

Rasgam-me, na prática, a ficha 001. Esse ato menor de intolerância e mesquinhez, além de caracterizar gesto de servilismo, representa a mais revoltante ingratidão contra a base municipal que, de fato, tem decidido em favor do PMDB os pleitos majoritários na Paraíba nos últimos 15 anos. Poderia lembrar muitos outros fatos marcantes, mas prefiro esquecê-los, para não sofrer de novo.

Em 1994, o saudoso e leal Humberto Lucena disputava a reeleição já com o peso da cassação de seu registro de candidato pelo Tribunal Superior Eleitoral. Foram muitos, no próprio Partido, que sugeriram a renúncia e a imediata substituição do candidato Humberto, com uma eleição irreversivelmente perdida. Pedi aos campinenses e aos paraibanos, em mais de um comício, que, se tivessem um único voto, o dessem a Humberto e que, só se tivessem um segundo voto, o dessem a mim. E Campina e a Paraíba responderam com o peso de sua força e com a força de sua emoção e trouxe de volta ao Senado um líder político que se notabilizou pela correção de seu caráter, por sua lealdade, ao ponto de nunca esconder, em rasgo de generosidade, que a mim devia a sua eleição.

Muitos que hoje nos combatem, a mim e a Campina, devem a Campina a sua tribuna e o mandato que utilizam para retaliar a cidade, para difamá-la e diminuí-la. Já nem sei se é ingratidão ou equívoco. Que equívoco maior, afinal, pode existir do que imaginar o

poder eterno e o mandato infinito? Como disse o notável Mangabeira, em carta ao auditor Getúlio Vargas, “ninguém pode tudo, sobretudo, ninguém pode tudo todo tempo”.

Dói ver a destruição lenta do Partido que levamos décadas para construir e consolidar, com resistência e altivez. Dói ver companheiros que garantiram sua filiação no PMDB, na época da ditadura, com o risco de liberdade ou de sua própria integridade física, serem agora descartados por figuras que não guardam a mesma história nem os mesmos perfis.

Dói testemunhar um Partido que se formou na resistência e cresceu na altivez se amesquinhar com a marca da submissão e do mais desprezível servilismo. Dói ver de cócoras o Partido que tinha a marca da irrisignação.

Dói ver o Partido outrora pujante e participativo celebrar, agora, convenções como se fossem funerárias, em que sobram ônibus e faltam pessoas, sobram banquetes e faltam comensais. Dói ao peemedebista histórico ler o relatório do Deputado César Schirmer, preparado a pedido da Direção Nacional, sobre a verdadeira situação do Partido na Paraíba. Ele detalha o esfacelamento do Partido. Acrescenta, “como fato verificado”, a intervenção sem causa em diretórios municipais e deplora “a tentativa de trazer para o PMDB lideranças e personalidades cujas presenças, pelo perfil ideológico conservador, descaracterizariam nossa legenda, maculando a credibilidade e o conceito arduamente construídos pelo aguerrido PMDB paraibano”. O Relator César Schirmer até propõe que a Direção Nacional do PMDB acolha o pedido de intervenção solicitada pelo Deputado Federal Damião Feliciano, por reconhecer “a impossibilidade do Diretório Estadual da Paraíba de conduzir o PMDB estadual, impedindo o seu fortalecimento, sua unidade e seu crescimento”.

Requeiro, Sr. Presidente, que esse relatório, pela sua significação histórica, seja parte integrante deste pronunciamento, pelo que me dispenso de lê-lo na íntegra.

Dói ver o Partido que entregamos como um das bases regionais mais sólidas e consistentes definhar, a cada dia, por debilidade política e rejeição eleitoral, já sem representação consistente na Capital, reduzido a um único Deputado Federal, que a empáfia diz “não existir” – e, no entanto, ele foi o mais votado do Estado, embora eleito por outro partido. Ao Deputado Damião Feliciano, único remanescente do outrora sólido PMDB paraibano, minha solidariedade e o con-

forço de que, afinal, esses ataques absurdos são apenas frutos de uma visão caótica.

Por tanta dor, muitas vezes a razão me impeliu a sair; outras tantas o coração me pediu para ficar. No PMDB, afinal, estavam minha vida e minha história, a marca do meu trabalho e o timbre dos meus sonhos. Hoje, ao contrário, a razão até me tenta a ouvir apelos da nova direção partidária e seus compromissos de posicionamento ao menos imparcial e de enfrentamento minimamente isento da questão partidária da Paraíba. Mas hoje o coração e a razão me obrigam a sair.

Enquanto nos perseguiram – a mim; a Campina Grande; ao seu Prefeito, meu filho, Cássio Cunha Lima; e aos meus companheiros –, enquanto me difamaram e tentaram destruir, a tudo em frente, a tudo resisti, ao preço mesmo da integridade física que paguei como tributo de dor à maior, mais insidiosa e persistente campanha de destruição a que poucos homens públicos até hoje foram submetidos. A tudo resisti e sobrevivi, em silêncio e resignação, embora com sofrimento e decepção.

Minha história me impede de calar e, me nos ainda, de me omitir quando perseguem e tentam destruir todos os que me seguem. Na Paraíba de hoje, estão demitindo até serventes e jardineiros com passagens por cinco e seis Governos, pelo único crime inafiançável de haverem, um dia, trabalhado comigo. Por tanta perseguição, o coração hoje me obriga a sair.

Com pesar e com uma dor que jamais experimentei, nem quando a mão de Deus me levou à fronteira da vida, cumpro, hoje, meu último ato de militância no PMDB: o de uma refletida desfiliação do Partido que ajudei a fundar e onde me li por mais de 35 anos.

Deixo o Partido para deixar a Paraíba livre de disputas e querelas partidárias, a fim de que nem esse argumento justifique a inação ou a omissão; deixo o Partido para que não se repitam as convenções viciadas a que me referi.

Deixo o Partido para que a Paraíba me julgue em prática e postura, em princípios e valores, sem temer e, muito ao contrário, até buscando a comparação da obra administrativa que eu e Cícero Lucena construímos, do modelo de Estado que desenhamos, dos modelos de gestão e de desenvolvimento para nossa terra, de segurança e de serviços essenciais para nossa população e de futuro para nossa gente. A Paraíba terá, afinal, a possibilidade de cotejar alternativas e de julgar o contrário, de fazer comparações e alicerçar conclusões, o que é salutar para o processo democrático, indispensável para o avanço político e imprescindível para o aperfeiçoamento administrativo.

Se, ontem, a muitos convidei para me seguir na construção de um sonho político, a ninguém peço hoje para me acompanhar, na solidariedade pela decepção partidária.

Entendo as razões dos que saem, compreendo as motivações dos que ficam, sem cobranças que jamais admiti, sem ressentimentos que jamais alimentei. A ninguém distingo por essa solitária opção política, a todos respeito por essa pessoal e intransferível opção partidária.

Orgulha-me, no entanto, partilhar esse momento grave com companheiros como os Deputados Federais Armando Abílio, Carlos Dunga e Domiciano Cabral, com os Deputados Estaduais Zenóbio Toscano, Antônio Ivo, Rui Carneiro, Artur Cunha Lima, Trócoli Júnior, Rômulo Gouveia, Nominando Diniz e João Fernandes. Orgulha-me partilhar essa decisão com companheiros como o Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, meu irmão de projetos comuns, meu irmão de ideias e preocupações, de sonhos e esperanças e, sobretudo, meu irmão pelas mais comoventes demonstrações de lealdade política e correção pessoal, numa fraternidade que seu caráter blindou a divisões e intrigas.

Orgulho-me de centenas de vereadores e prefeitos que nos acompanham.

Orgulho-me até dos que, pretendendo sair, confessam que não o podem, temendo represálias e retaliações a si próprios e até às suas cidades.

Minha nova opção partidária é o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), adotada mediante consenso e principalmente onde já estão cruzados de outras lutas, como o próprio Prefeito Cícero Lucena e os Deputados Federais Inaldo Leitão, Ricardo Rique e Domiciano Cabral e Armando Abílio, entre outros valerosos guerreiros dos mesmos sonhos.

Mesmo em tribunas diferentes, em trincheiras diversas, continuaremos unidos por sonhos comuns e por uma comum e mesma visão do mundo e da vida, da ética e da política, que, em suma, são cimento mais forte que qualquer lealdade partidária e mais consistente que meros projetos eleitorais. Quem se une por princípios e por uma história de vida não se afasta por conveniências de qualquer natureza.

Com uns e com outros certamente estaremos juntos e unidos em lutas futuras em defesa da Paraíba e dos paraibanos, até porque em todos existem a mesma marca da insubmissão, o mesmo timbre da ir-resignação e a mesma e inesgotável capacidade de indignação.

A desfiliação de hoje não significa abjurar o programa partidário que transformei em balizamento político por mais de 30 anos, mas representa a defesa de um princípio ético e de uma visão de partido plural e democrático, participativo e, sobretudo, programático, como o nosso por um patriota como Mário Covas, sem o que a luta política se amesquinhará, reduzida a meros embates pessoais entre o árbitro e a subserviência, entre a prepotência e a submissão. Partido, afinal, existe para promover programas e não pessoas, para avançar conquistas políticas e não exacerbar vaidades pessoais.

Continuarei como Senador de toda a Paraíba e de todos os paraibanos, sem qualquer distinção, até porque é na Paraíba que deito minhas raízes, é a Paraíba que me oferece a seiva que me retempera energias e sonhos, forças e esperanças. Experimentei o exílio político, mas jamais mudei: minha terra é e será, exclusivamente, a Paraíba.

A vida me ensinou a esperança de que não há noites que sempre durem. Mais ainda, é da escuridão mais fechada, das noites mais sombrias, que se formam as madrugadas e surgem as auroras, com o alvorecer de novos sonhos.

Saio! De tanto tempo de lutas e de tão longa história guardo lembranças e recolho sentimentos, desde as emoções de alguns instantes às decepções de outros momentos.

Deixo um Partido que foi a história da minha vida, mas, em sua generosidade, Deus me permitirá que eu continue inabalável na fé, inteiro na esperança e nos sonhos e invencível no entusiasmo contra a opressão e a intolerância, quaisquer que sejam suas armas, não importando suas dimensões. Em sua misericórdia, Deus me alimentará a crença em que a Paraíba venha a ter, afinal, desenvolvimento com cidadania, cidadania com justiça e justiça com respeito. Amanhã será outro dia.

Repito o Salmista: *“Meu futuro entrego a Deus, confio Nele e o mais Ele fará”*.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Ronaldo Cunha Lima, embora V. Ex^a já tenha concluído o seu discurso, gostaria que me concedesse um aparte.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Com muita honra, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Quero dizer a V. Ex^a, em meu nome, já que sou uma das integrantes do PMDB, que lamento essa ocorrência. Não

quero entrar no mérito, porque, sinceramente, é muito difícil para todos nós do PMDB solucionar determinadas situações que surgem em níveis regionais. Mas quero dizer que a história de Cunha Lima na Paraíba, no MDB e no PMDB não se apagará. Ninguém poderá tirar o seu futuro político e esquecer a brilhante história política de Cunha Lima. Sei que qualquer partido que V. Ex^a tenha escolhido ou vá escolher para dele fazer parte vai sentir muito orgulho de tê-lo como um companheiro brilhante que é. Todos nós do PMDB nos sentimos honrados em tê-lo ao nosso lado por todo esse tempo. A amizade que V. Ex^a conquistou dentro do PMDB não se extinguirá com a sua saída. Guarde as minhas palavras e tenha a certeza de que não só eu, mas muitos – não posso falar em nome de todos, mas, talvez, até os peemedebistas da Paraíba, de onde as divergências surgiram, sintam desta forma; repito que não quero e nem posso entrar nesse mérito – estão lamentando o momento atual. Que Deus o ilumine cada vez mais e que um dia o nosso querido PMDB possa tê-lo de volta, com toda a sua equipe!

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Ronaldo Cunha Lima, quero apenas externar o testemunho de elevada admiração pela atuação parlamentar de V. Ex^a nesta Casa e dizer da saudade de que todos nós temos dos tempos em que tinha atuação diária dentro do Parlamento. Entendemos a sua situação, em que se recupera da enfermidade que o tirou da luta diária e do embate político permanente. Estamos acompanhando toda essa movimentação reflexiva de V. Ex^a em relação à política da Paraíba. Seguramente, o vínculo que tem hoje um familiar seu com o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, em Campina Grande, impõe que devamos sempre aumentar o nosso respeito ao posicionamento político de V. Ex^a, pois sempre que ele tiver como direção, como olhar, o desenvolvimento da Paraíba, as políticas públicas e o bem-estar do povo da Paraíba, que é a sua razão de estar no Senado e o que o norteia, V. Ex^a contará sempre com o nosso respeito por qualquer decisão que venha a tomar. Muito êxito em seu ajuste partidário! Muito obrigado.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Comovido, agradeço as manifestações da Senadora Marluce Pinto e do Senador Tião Viana, que muito me confortam neste instante.

Senadora Marluce Pinto, na verdade, deixo o Partido, mas mantenho as amizades que aqui construí ao longo da minha militância partidária de fidelidade, lealdade e correção. As circunstâncias me levaram a este instante doloroso, mas os meus sonhos continuam íntegros, a minha esperança e a minha disposição de lutar permanecem firmes.

Se estou sendo expulso do Partido, se o Partido criou circunstâncias para que eu dele saísse, não irei agredir ninguém e nem fazer ataques pessoais. Quero manter acesa a chama da minha esperança, agradecendo a todos que foram solidários comigo.

Hoje foi um dia de muita emoção para mim. Descedo, recebi ligações da Paraíba, de pessoas de várias gerações. Inclusive, recebi uma ligação muito confortadora e muito animadora de uma senhora de 76 anos de idade, de um longínquo Município do sertão.

Agradeço a todos e despeço-me dos meus colegas Senadores do PMDB, os quais sempre admirei, com os quais procurei colaborar. De cada um guardarei a melhor lembrança e o melhor perfil, porque o bom é termos a certeza de que novos caminhos vão surgir. Tenho certeza de que a mão de Deus vai me segurar, para que eu possa cumprir com fidelidade o destino que Ele próprio me reservou.

Agradeço a todos, desculpo-me por alguma omissão e deixo um abraço fraternal a cada um como se me despedisse para um até breve, porque continuo nesta Casa com a mesma lealdade, com a mesma firmeza e a mesma disposição de ajudar o Brasil e a Paraíba. O Brasil precisa de ajuda. Quero, pois, emfileirar-me aos que rem ajudar o Brasil a se encaminhar pela vereda de um futuro promissor e mais acalentador para todos nós.

Agradeço de forma renovada e com emoção as manifestações da Senadora Marluce Pinto e do Senador Tião Viana. E repito o Salmista: "Deus, em quem confio, é quem vai ditar os meus caminhos".

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Peço a complacência da Mesa para que eu possa fazer uma breve intervenção. Senador Ronaldo Cunha Lima, sou Vice-Presidente do PSDB e vi chegar aqui, agora, naturalmente para homenagear V. Ex^a, o meu Presidente, Deputado José Aníbal, que, não sendo Senador, naturalmente não se pode manifestar nesta sessão. Mas tenho certeza de que tenho o seu apoio

na manifestação que venho fazer. Não me sinto no direito de opinar sobre a política interna do Estado da Paraíba, onde em todos os Partidos só tenho amigos e razões de respeito pelas postulações e posições de cada um e de cada grupo. Tenho, entretanto, o direito de expressar publicamente a alegria que V. Ex^a acaba de me dar e o sentimento que passo a desfrutar. Sinto-me mais forte agora, passando a pertencer a uma bancada que conta com a sua presença. Quero, em nome do meu Partido, em nome da Executiva Nacional do meu Partido, se me permite o meu Presidente José Aníbal, e em nome da Banca do PSDB no Senado, dar as boas-vindas a V. Ex^a. O PSDB ficará muito feliz não apenas com a sua presença, mas com a certeza de que a sua atuação, dentro do Partido, há de representar uma contribuição tão grande quanto representou até agora a sua luta dentro do PMDB, pelo PMDB e pelo Brasil. É dessa forma que vemos a sua chegada e é com esse carinho que o abraçamos neste momento.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Geraldo Melo. Fico confortado com as suas palavras. Registro, com emoção, a presença do Deputado José Aníbal, Presidente do PSDB, agora meu Presidente e meu chefe. Agradeço também as presenças confortadoras de amigos e irmãos, do Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, e de outros Prefeitos da Paraíba, que vieram assistir a essa minha despedida do meu Partido, ao qual dediquei a minha vida, durante 35 anos.

Espero, Senador Geraldo Melo, honrado com a sua companhia, poder ajudar V. Ex^a, o PSDB e o Brasil neste momento difícil que atravessa. Com a mesma força, com a mesma fidelidade com que me conduzi no PMDB, eu o farei, agora, no PSDB, ao lado de V. Ex^a e dos demais companheiros aos quais me juntarei. Cito o companheiro Cícero Lucena, aqui presente, meu amigo e irmão, e o Prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima.

Agradeço a você, meu filho, que sofre perseguições e retaliações por minha causa. Agradeço, dizendo que você é meu canto de esperança e meu caminho de futuro. Deus também o abençoará, e a Paraíba sabe reconhecer seu mérito e seu valor.

Obrigado, Senador Geraldo Melo e Presidente José Aníbal.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR RONALDO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Exmo. Sr. Presidente da Executiva Nacional do PMDB Senador Maguito Vilela

A Comissão Executiva Nacional do PMDB recebeu representação do eminente Deputado Federal Damião Feliciano contra o Diretório Regional do PMDB da Paraíba na qual requer a dissolução daquele Diretório Estadual.

Inicialmente, foi designado relator o Senador Carlos Bezerra, que por ter devolvido sem parecer, foi a mim cometida tal tarefa.

Constou deste Processo:

- Representação inicial do Deputado Damião Feliciano;
- Defesa subscrita pelo Sr. Haroldo Coutinho de Lucena, presidente do Diretório Estadual da Paraíba;
- Documento do Deputado Damião Feliciano, designado pelo próprio como alegações finais;
- Cópia da defesa do Diretório Municipal de Campina Grande no processo de dissolução;
- Reprodução de notícias veiculadas em jornais da Paraíba. Foram por mim, ou vi dos informalmente os senhores:
- Governador José Maranhão;
- Senador Ronaldo Cunha Lima;
- Senador Ney Suassuna;
- Deputado Federal Armandinho Abílio;
- Deputado Federal Inaldo Leitão;
- Deputado Federal Dormiciano Cabral;
- Deputado Federal Carlos Dunga;
- Prefeito Cássio Cunha Lima.

Do Significado Histórico do PMDB da Paraíba.

– Durante décadas, o PMDB da Paraíba foi exemplo de fidelidade à ética e aos princípios partidários, firmeza ideológica, crescimento continuado, unidade e vitórias consagradas;

– O grande número de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos de pequenas, médias e grandes cidades — inclusive a capital João Pessoa e Campina Grande — a maior cidade do interior —, bancadas estaduais e federais expressivas; todos os senadores, vários governadores eleitos pelo PMDB, ao longo do tempo, em fim — a jóia da Coroa do PMDB no país — pela expressão reconhecida das suas lideranças, pela força e vigor da sua militância e pelas vitórias acumuladas;

– Destaque-se aqui com saudade as figuras eminentes de Antônio Mariz e Humberto Lucena.

Do Início das Hostilidades e da Divisão.

– De um tempo a esta parte, mais precisamente a partir de 1998 a 1999, esta secção regional — orgulho do PMDB Nacional — começou a dividir-se e a definir;

– Em 1998, na Convenção Nacional que decidiu entre candidaturas próprias ou não a Presidência da República, o PMDB da Paraíba apresentou-se fracionado;

– Em 1998, na Convenção Regional para escolha da Direção do Partido e posteriormente, para escolha do candidato a Governador, as fraturas se revelaram intensas;

– Em 1999, a desunião era flagrante e se agravava, com a perda de valorosos companheiros;

– Em 2000, com a participação da Executiva Nacional, encontrou-se uma pacificação provisória em alguns municípios entre os grupos opostos dentro do PMDB; mas renunciando o quadro atual, a presença de integrantes do Governo Estadual, em particular do Governador Maranhão em palanque adversário em Campina Grande, indicava o agravamento do quadro interno;

– Em 2001, este processo desarmônico tem continuidade e o outrora unido e poderoso PMDB da Paraíba vive um quadro de desalento e redução expressiva da sua representação.

Senão, Vejamos:

– No Senado Federal: o PMDB está na iminência de perder a unanimidade da representação (1 de 3 ou 2 de 3);

– Na Câmara Federal: todos os 5 (cinco) Deputados Federais eleitos pelo PMDB deixaram o Partido, e o único Deputado hoje integrante do PMDB, eleito por outra legenda, é o signatário da representação contra o Diretório Estadual;

– Na Assembléia Legislativa da Paraíba: dos 18 (dezoito) Deputados Estaduais eleitos, 7 (sete) já deixaram o Partido, podendo no futuro imediato reduzir ainda mais a nossa representação;

– Nas Prefeituras: já se desligaram do PMDB, os Prefeitos de João Pessoa e Campina Grande, Cícero Lucena e Cássio Cunha Lima, respectivamente, lideranças de significativa presença na história do PMDB e com vitórias expressivas nas suas cidades — e também, o Prefeito de Guarabira; sabendo-se o quanto qualquer governo exerce de atração às municipalidades, presume-se: que quanto mais próximo das eleições de 2002, mais o resainda serão as defecções de prefeitos de peemedebistas;

– Nas Câmaras Municipais já perdemos e estamos perdendo vereadores, a começar pela Capital, onde o PMDB perdeu todos os vereadores;

– Na recente Convenção Estadual do PMDB da Paraíba a imprensa local destacou a falta de mobilização partidária;

– A Direção Partidária eleita em 20 de maio de 2001: já determinou a dissolução de Diretórios Municipais do PMDB.

Do Pedido de Dissolução:

O requerimento se embasa em informações verificadas a seguir sintetizadas:

– O esfacelamento do PMDB paraibano;

– A perda continuada de lideranças importantes e expressivas, tanto federais quanto estaduais ou municipais que engrandecem o PMDB;

– O risco de novas perdas de companheiros de inegável valor como, por exemplo, o Senador e Ex-governador Ronaldo Cunha Lima e outras lideranças que o acompanhariam;

– A comprovada incapacidade da atual Direção Estadual de contornar as dificuldades de convivência e composição dos grupos de beligerantes;

– As reduzidas possibilidades eleitorais para um PMDB dividido, fragilizado e descaracterizado pelas ausências de lideranças tradicionais e reconhecidas:

– A efetiva possibilidade de retorno de lideranças partidárias com saídas pelo voto e pelo passado de lealdade à causa peemedebista, desde a luta pela redemocratização.

Acrescento, como fato verificado, a intervenção – sem causa – em Diretórios Municipais;

Acrescento, ainda, por motivo próprio e convicção, a tentativa de trazer para o PMDB, lideranças e personalidades, cujas presenças — pelo perfil ideológico conservador — descaracterizariam nossa legenda, maculando a credibilidade e o conceito arduamente construídos pelo aguerrido PMDB paraibano.

Da Defesa da Direção Estadual

– Declarar inepta a inicial e impróprio o pedido de dissolução;

– Reconhecer as perdas de inúmeras lideranças;

– Afirma que o Partido “contina firme”, “mantida a unidade com pessoas comprometidas com os ideais;”

– Afirma o Partido “de purado”, “tão somente em processo de depuração partidária;”

– Desqualifica o valor político e pessoal do Deputado Federal, signatário da inicial;

– Destaca – no que concordamos – a liderança e a expressão vitoriosa do Governador José Maranhão e do PMDB da Paraíba em 1998.

Da Justificativo do Relator

– O PMDB paraibano nos últimos anos vive intensa dificuldade de convivência de grupos antagônicos, com redução significativa do seu conceito, dos seus quadros e das possibilidades eleitorais futuras;

– A lastimável perda de valorosos companheiros por omissão, inação ou desinteresse da direção partidária estadual que nada ou pouco fez para construir a unidade e convivência, tão necessárias, quanto a democracia interna e a divergência respeitosa;

– A palavra de purar por duas vezes registrada na defesa do Diretório da Paraíba, somada à declaração do Sr. Roosevelt Vita – Chefe da Casa Civil do Governo Estadual – em 25 de junho de 1999, a imprensa – referindo-se a integrantes do PMDB, “adversários vão ser expurgados” – revela a ação de liberdade e método dos próprios e inaceitáveis ao nosso Partido;

– Esse novo esforço para recompor, unir, fortalecer, recuperar, buscar companheiros que se retiraram, enfim reconstruir o PMDB da Paraíba, não pode ser feito pela atual direção, comprovadamente, sem aptidão, sem vontade e sem autoridade para essa importante missão.

Do Voto – Preliminar

O art. 61 no seu § 9º do Estatuto contemplar perfeitamente o requerimento do Deputado Damião Feliciano que deu início ao presente processo.

Art. 61 no seu § 9º – “A dissolução pode ser requerida por qualquer filiado da circunscrição, Senador, Deputado Federal, Estadual ou Membro do Diretório Estadual.”

Vencida, portanto a preliminar.

Do Voto – Mérito

Quanto ao mérito, por reconhecer, pelas razões já expostas, a impossibilidade do Diretório Estadual da Paraíba de conduzir o PMDB estadual impedindo o seu fortalecimento, sua unidade, seu crescimento, sou, pelo acolhimento do requerido na inicial.

Com base no art. 61 § 1º do Estatuto: “Será também de cretada a dissolução do Diretório cujo desempenho eleitoral não corresponder aos interesses do Partido ou, a critério do órgão hierárquico imediatamente superior for considerado impeditivo do progresso do desenvolvimento partidários,” proponho sustar o encaminhamento do registro (art. 61 § 4º) da Convenção Estadual realizada dia 20 de maio e de signar Comissão Provisória para o cumprimento das tarefas que lhe são próprias.

É o Parecer.

Brasília, 25 de junho de 2001. – **César Shirmer**, Deputado Federal – 3º Vice-Presidente, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência registra a presença, neste plenário, do Prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima; do Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena; dos Deputados Federais Wilson Braga, Domiciano Cabral, José Aníbal, de São Paulo, Ricardo Ri que, Carlos Dunga e Inaldo Leitão; e do Deputado Estadual Artur Cunha Lima, os quais saúda em nome da Mesa.

Peço à nobre Senadora Marluce Pinto que assumo a Presidência, tendo em vista que sou o próximo orador inscrito.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRª PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia de ontem, o Brasil – e por que não dizer o mundo inteiro – teve a oportunidade de fazer uma homena-

gem merecida ao grande escritor brasileiro Jorge Amado.

Tive o ensejo de, ao lado de muitos Colegas meus, falar, embora de forma resumida, sobre a vida e a obra do grande brasileiro Jorge Amado, cuja lembrança ficará bem viva na nossa memória e nos nossos corações, devido à sua identidade com o nosso povo, ao seu engajamento pela nacionalidade, por nossa cultura, porque, acima de tudo, ele foi um escritor muito ligado às raízes populares.

Hoje, Sr^a Presidente, volto à tribuna, para, mais uma vez, acentuar os traços marcantes daquele que foi o escritor mais admirado, mais lido e mais homenageado em todo o planeta: Jorge Amado.

A morte, na Bahia, do escritor Jorge Amado priva o Brasil de uma das suas mais autênticas vozes, enluta as letras brasileiras, interrompe, de algum modo, o contato com o mundo. O escritor e suas obras passaram a representar, aos olhos e ouvidos do mundo, um retrato sincero do Brasil, com suas festas, seus tipos, sua cultura, seu modo de viver.

A Família Amado tem raízes no meu querido Estado de Sergipe. Os Amados de G, como Gilberto, Genolino, Gilson, Gileno e Gil d'Ásio Amado, nasceram no meu Estado, entre Itaporanga e Estância. Os Amados de J, como Jorge e James Amado, nasceram na Bahia. Jorge Amado nasceu em Piranji, em 1912, e viveu parte de sua existência no contato com Ilhéus, com a região cacauzeira do sul da Bahia, onde tomou por inspiração a vida de homens e mulheres de todos os tipos, que foram transformados em personagens de suas obras.

Aos 19 anos, publicou **País do Carnaval**, seu primeiro livro. Dois anos depois, em 1933, publicou **Cacau**, seguindo-se os chamados romances urbanos: **Suor**, 1934; **Jubiabá**, 1935; **Mar Morto**, 1936; **Capitães de Areia**, 1937. Sua obra ganhou, imediatamente, o aplauso da crítica, a leitura dos brasileiros e o interesse internacional, que o transformou no autor brasileiro mais editado fora do País, mais conhecido, mais lido, mais admirado.

A obra de Jorge Amado foi continuada nos anos seguintes, com **Seara Vermelha**, 1946; **Gabriela Cravo e Canela**, 1958; **Os velhos Marinheiros**, 1962; **Os Pastores da Noite**, 1964; **Dona Flor e Seus Dois Maridos**, 1966; **Tenda dos Milagres**, 1968; **Tereza Batista Cansada de Guerra**, 1972; **Tieta do Agreste**, 1977; **Tocaia Grande**, 1984, e muitos outros livros, calcados na vida da gente brasileira, principalmente tendo a Bahia como cenário inspirador.

A unidade da obra de Jorge Amado está no compromisso do escritor com os fatos, as pessoas, as situações, emoldurados pela paisagem baiana, tendo o mar da Bahia como realce de todo o apanhado de experiências. O mar, a civilização do cacau, a presença turca e de outros povos no Brasil, a saga de pescadores, os conflitos entre os chefes do poder local e os grupos subalternos, negros e mestiços introduzidos na trama, e o doce sabor da comida, o ritmo lento da vida, enfim, uma coleção ampla dos retratos do Brasil.

O sucesso de Jorge Amado fora do Brasil representa, mais do que o reconhecimento à qualidade da sua literatura, uma lição sobre o Brasil e o povo brasileiro. Estão, portanto, na obra de Jorge Amado, os traços da baianidade, que são, em certo sentido, os traços mesmo da brasilidade. E ninguém me lhor que ele soube fixar, com as letras e com o estilo de sua literatura, como é o Brasil, como é a Bahia, como é o Nordeste brasileiro, como tem sido a aventura humana, na luta dura e sacrificante pela sobrevivência, sem a perda da esperança, da alegria, da solidariedade.

Durante alguns anos de sua vida Jorge Amado enveredou pelos caminhos políticos. Engajado, combateu o Estado Novo, refugiou-se no interior da Bahia, no meu amado Estado de Sergipe, viveu fora do País, interrompeu a edição dos seus romances, como um combatente que assumiu os desafios do seu tempo. Desse período político nasceram as obras **Terra do Sem Fim**, **O Mundo da Paz**, **Subterrâneos da Liberdade** e uma biografia sobre o líder comunista Luis Carlos Prestes, **O Cavaleiro da Esperança**.

A participação política, que o levou a Europa e a Ásia, deu o reforço necessário para que a obra literária de Jorge Amado fosse acolhida, traduzida, lida, premiada, em pelo menos quatro países, o que significa uma divulgação do Brasil e da cultura brasileira, a mais extensa, que abriu caminho a que outros autores, como Gilberto Freyre, também fossem apreciados pela leitura e pela crítica internacionais.

Jorge Amado foi Deputado Federal Constituinte em 1946, pelo Partido Comunista Brasileiro, eleito pelo Estado de São Paulo. Atuou, ao lado de Gilberto Freyre, eleito pela esquerda democrática de Pernambuco, na defesa da normalidade jurídica e constitucional do País, mas teve seu mandato cassado quando o Governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra colocou o PCB na ilegalidade. A curta experiência parlamentar serviu de reforço à sua carreira de escritor, retomando sua obra e aumentando o sucesso entre os leitores, em todo o mundo.

Homenageado com as mais diversas honrarias e prêmios em vários países, Jorge Amado contudo não deixava a Bahia, não trocava os seus personagens, não se afastava da temática rica que abraçou, ainda muito jovem, para construir seu patrimônio de romancista. A coerência é, assim, um traço característico que percorre toda a obra de Jorge Amado, e o faz porta-voz de todas as palavras e gestos do povo baiano e brasileiro.

Ao comparecer ao velório, na última homenagem de ontem, em Salvador, a multidão de amigos e de admiradores parecia ser uma legião de personagens que saltaram das páginas dos livros, da viagem lúdica e tomaram corpo e alma, emoção e sentimento, diante do escritor morto. Em muitos países os jornais espalharam a notícia da morte e um mesmo triste lamento se formou, registrando o prestígio que gozava, em vida, Jorge Amado, e que por certo continuará gozando, como um justo voto de aplauso, de admiração e de reconhecimento pela sua obra.

Nos tempos difíceis do Estado Novo, Jorge Amado refugiou-se em Estância, cidade do meu Estado de Sergipe, berço da família Amado, onde encontrava a paz, a alegria, o companheirismo de velhos amigos. Jorge Amado tornou-se um estanciano pelo coração, um sergipano pela amizade permanente com a terra do seu pai, dos seus tios, dos seus primos. A Sergipe voltava sempre que o tempo permitia. Comia caranguejos na Praia de Atalaia, conversava com os amigos, incentivava os mais novos, acompanhava com interesse a vida cultural sergipana.

Em Estância, fez com João Nascimento, livreiro da Papelaria Modelo, uma parceria. Todos os dias, durante aquele exílio estanciano, Jorge Amado e João Nascimento mobilizavam a cidade, escreviam textos que moças e rapazes representavam repetidamente, como a matar o tempo com aquela experiência artística, como um autor àquela época já acreditado.

Sergipe tem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os motivos para paratilhar com a Bahia a dor e o sofrimento que a morte do escritor Jorge Amado provoca. Sergipe guarda íntegra a imagem risonha, sempre bem-humorada, do escritor, como guarda os temas dos seus livros, as paisagens, muitas vezes sergipanas, onde fluem as narrativas.

Em vida, Jorge Amado recebeu de Sergipe muitas homenagens, como prova do afeto e do carinho do povo sergipano ao múltiplo autor, inclusive o título de Cidadão Sergipano. Em Sergipe, Jorge Amado caminhava como um conterrâneo pela ruas de Aracaju, de São Cristóvão e de Estância, onde recebeu sem-

pre, de todos nós, os mais justos e merecidos aplausos pela sua obra e pelo exemplo de sua vida.

Neste momento de luto, apresento em nome do Estado de Sergipe e do povo sergipano, que honrosamente represento nesta Casa, os mais sinceros pésames a sua mulher, Zélia Gattai, companheira permanente, mulher e amiga, mãe e também escritora, completando a biografia tão ilustre do marido amado, aos filhos, aos baianos e a todos os brasileiros que perderam a voz na circunstância da morte do seu maior e melhor intérprete.

Que o Brasil, surpreendente como o é, faça de Jorge Amado um modelo e de sua obra um roteiro cultural, para continuar a mostrar ao mundo afora sua beleza, sua alegria, sua história de muitas lutas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Mesa prorroga a Hora do Expediente por 15 minutos para que os Srs. Senadores inscritos possam fazer suas breves comunicações.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, diante da ausência dos dois Senadores, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à tribuna para fazer uma comunicação inadiável em virtude da pressão muito grande existente hoje em todos os Estados brasileiros com relação à reforma tributária. Creio que o Senado da República e o Congresso Nacional precisam enviar todos os esforços no sentido da realização urgente da reforma tributária.

Faço esse apelo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o meu Estado de Goiás tem tido problemas com o Distrito Federal, com Minas Gerais e, inclusive, com São Paulo.

Surpreendentemente, o Secretário da Indústria e Comércio de Goiás, a mando naturalmente do Sr.

Governador, depois de uma visita do Presidente do PSDB a Goiás, está culpando os Senadores de Goiás pela guerra fiscal travada hoje entre os Estados.

Já tive oportunidade de dizer que o que falta em Goiás é autoridade política, é governo. Infelizmente, o nosso Estado já se atritou com Mato Grosso do Sul, governado pelo Zeca do PT; com o Distrito Federal, governado por Joaquim Roriz; está se atritando com Minas Gerais, governado por Itamar Franco; já se atritou com São Paulo, governado por Geraldo Alckmin. E Goiás sempre leva a pior.

Parece-me que o Governador e seus Secretários, os Secretários da Fazenda e o da Indústria e Comércio, não estão tendo competência para dialogar com os demais Estados da Federação. Agora mesmo estão atribuindo toda a culpa aos Senadores do PMDB. Transferem a sua responsabilidade para nós, Senadores do PMDB, como se fôssemos os culpados pela incompetência do Governador de Goiás e pela falta de autoridade do Governo goiano.

Os Senadores Mauro Miranda e Iris Rezende, enfim, toda a Bancada federal de Goiás não faltou, em momento algum, com o Governo de Goiás, com o Estado de Goiás e com o povo goiano. Aprovamos tudo aquilo que era do interesse de nós, do Estado e do nosso povo e vamos continuar aprovando.

Todos defendemos Goiás e os goianos. Infelizmente, o Governador não tem tido sensibilidade para perceber a união de todos os goianos em favor do Estado de Goiás e, portanto, quer transferir a responsabilidade do problema concernente às questões fiscais para os Senadores.

É lógico que Goiás não é diferente dos demais Estados; Goiás tem a sua política, tem um programa de incentivo fiscal, que foi inclusive iniciado por Iris Rezende, um programa que se chamava Fomentar – atualmente tem outro nome. Mas todos os Estados, naturalmente, buscam empresas e indústrias para fortalecer, e Goiás não é diferente.

Portanto, eu gostaria que o Governador de Goiás tivesse mais tato e mais habilidade para tratar com Zeca do PT, com Joaquim Roriz, com Geraldo Alckmin e com Itamar Franco para resolver os problemas do Estado sem transferir responsabilidades para os Senadores. Aliás, todos os Senadores têm lutado pela reforma tributária. Queremos que se faça essa reforma para se evitar o choque fiscal que hoje existe entre os Estados, a chamada guerra fiscal.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas boas notícias trago ao Plenário do Senado. A primeira delas é que pretendo dar ao Senado da República a oportunidade de corrigir mais um dos erros terríveis do Presidente da República.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso condecorou Fujimori com a Ordem do Cruzeiro do Sul e intermediou o asilo político do facinora Montesinos, estipendiado pela CIA, que lhe dava US\$5 milhões ao ano sob o pretexto de combater o tráfico. O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro, dentre todos do Planeta, a reconhecer a eleição fraudulenta de Fujimori, que acabou desaguando na sua deposição e fuga para o Japão.

Estou propondo a este Plenário um projeto que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul, forçando a sua devolução e limpando do rol dos homenageados o terrível nome do ex-Presidente do Peru.

É uma boa notícia, não tenho a menor dúvida, e espero contar com o apoio unânime dos Srs. Senadores.

A segunda notícia é que, depois de termos susinado a tramitação do projeto de minha autoria que determinava a impressão do voto numa impressora lacrada e automaticamente colocado numa urna absolutamente indevassável, para que ele fosse melhor discutido, estamos chegando a um acordo com a colaboração e algumas idéias inteligentes e oportunas dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Na próxima semana, a Comissão do Voto Eletrônico, que é composta pelo Senador Romeu Tuma, pelo Senador José Eduardo Du tra, pelo Senador Bello Par ga e por mim, terá uma reunião com o Presidente do TSE, quarta-feira, às 14h, na companhia dos membros de comissões semelhantes que foram organizadas na Câmara Federal.

Vamos ajustar os últimos detalhes, sem a menor sombra de dúvida, posso dizer ao Senado Federal e ao Brasil que as próximas eleições serão mais seguras e, mais do que isso, serão eleições que poderão ser auditadas pelo cidadão comum. Serão dispensados os técnicos extraordinariamente bem formados, pois a auditagem será acessível ao eleitor, que terá a certeza de que o voto digitado no computador teve o destino por ele desejado, porque o cidadão poderá conferir o voto impresso antes de apertar a tecla

“confirma”, que lançará o voto na urna indevassável, indevassáveis que são a urna e a impressora.

São notícias que acredito interessantes.

Neste breve espaço de cinco minutos, acrescento uma opinião: nós, do Senado da República, estamos vivendo um momento de crise, de tensão e de desgaste com essas acusações feitas ao Presidente da Casa. Eu sugeriria um conselho dado por Carl Von Clausewitz, no seu livro **Da Guerra**. Essa crise, se prolongada, contamina e adoce o organismo institucional, que é o Congresso, e prejudica profundamente o processodemocrático no Brasil. A minha sugestão é de que essa crise seja precipitada e resolvida no âmbito da Casa, porque na esfera do Judiciário, com a sua lentidão estrutural do contraditório amplo, dos recursos que postergam decisões, estaremos sofrendo o desgaste por um período extraordinariamente longo e desnecessário.

Que as Comissões assumam a sua responsabilidade, que a apuração seja feita com a velocidade necessária e que a decisão final do Senado tenha fim a essa crise institucional antes que a metástase desse processo desmoralize a Casa e o Congresso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Casildo Maldaner, concedo a palavra a V. Ex^a como último orador inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Agência Nacional de Energia acaba de atender a uma reivindicação do Governo catarinense para que possa repassar aos consumidores um aumento de 20,78% no custo da energia.

Trago esta ponderação nesta tarde, Sr. Presidente, pois estou recebendo diversas manifestações não só dos consumidores de Santa Catarina, mas principalmente do setor produtivo. A elevação de 20,78% no valor da energia neste momento – e, por certo, isso deve estar ocorrendo em outras Unidades da Federação – vai afetar enormemente o setor produtivo e os consumidores, pelo menos no meu Estado de Santa Catarina.

Houve o apelo – e os catarinenses, como os demais brasileiros, atenderam ao Governo – para que se economizasse energia. Houve uma poupança no meu Estado em torno de 20%. Diante dessa economia no consumo de energia, o Governo do meu Estado, não satisfeito com a arrecadação, resolveu transferir aos catarinenses um aumento de 20,78% no custo da energia, de uma vez só.

Vejam só o paradoxo: o Governo do Estado está oferecendo uma reposição salarial, de 1999 até agora, de 17,8%, parceladamente, e transferindo 20,78% a todos os consumidores – não só aos servidores, professores e aposentados –, à vista. Essa é a reclamação que fazemos. Se houvesse parcelamento, a fim de que, gradualmente, o poder aquisitivo, que está sucumbido, fosse resgatado e, depois, se cumprissem com outras obrigações, ainda haveria o contrapeso, mas não é o que ocorre no meu Estado. Essa transferência é à vista e se alguém não pagar a energia, com certeza ela lhe será cortada no final do mês.

É assim que acontece, quer dizer, quando deve, paga a prazo e quando vai cobrar, tem que ser à vista. Então, essa é uma posição que não é entendida pela sociedade, que se revolta.

Por isso, trago nesta tarde, Sr. Presidente e nobres colegas, o protesto e a manifestação contrária dos catarinenses em relação a isso. Houve um apelo no sentido de se reduzir o consumo de energia em 20%. Ele foi atendido e caiu a arrecadação. Agora, o Governo transfere 20,78% de aumento de uma vez só, enquanto o repasse aos servidores é gradual, de pouco mais de 1% ao mês. Não se pode entender isso.

São essas as ponderações que gostaria de fazer neste instante, Sr. Presidente e nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 421, DE 2001

Com base no que dispõe o § 2º, do art. 50 da Constituição Federal, regulamentado pelo art. 216 do Regimento Interno e pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, do Senado Federal, requereio sejam solicitadas ao

Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações, relativas às atividades da Caixa Econômica Federal:

1. Qual é e quando foi editado o diploma legal que impede que a Caixa Econômica Federal financie a compra de imóvel urbano para quem já é proprietário de outro imóvel?

2. **a)** Anteriormente à edição do diploma legal que trata a questão 1, as regras do Sistema Financeiro da Habitação permitiam o financiamento; por agente financeiro da Administração Pública, para a aquisição de imóvel urbano a quem já fosse proprietário de outro imóvel, desde que este não houvesse sido comprado com financiamento de agente do Sistema Financeiro da Habitação? **b)** Se afirmativa a resposta,

informar os diplomas legais que embasavam essa permissão?

3. Considerando a possibilidade de resposta afirmativa à questão 2, informar quantos são os contratos ainda vigentes em que a Caixa Econômica Federal financiou a aquisição de imóvel urbano para quem já fosse proprietário de outro imóvel adquirido sem financiamento de agente do Sistema Financeiro da Habitação?

4. **a)** Ainda considerando a hipótese de resposta afirmativa à questão 2, informar quais são as regras aplicáveis a esses contratos para a liquidação antecipada da dívida? **b)** A esses contratos, por exemplo, aplicam-se as regras referentes ao Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS? **c)** Há diferenças entre a liquidação antecipada da dívida nos contratos de que trata a questão 2 deste Requerimento e aqueles efetuados com base na legislação atual, que impede o financiamento para quem já for proprietário de imóvel? **d)** Quais são elas?

5. **a)** Na década de 1980, quais eram as regras vigentes: o proprietário de um imóvel (não financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação) poderia obter financiamento de agente financeiro para a aquisição de outro imóvel? **b)** Mesmo considerando que houvesse o impedimento legal, em 1980, se o agente financeiro financiou a aquisição de outro imóvel urbano, coberto pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais, ao final do contrato e do pagamento das prestações, o referido Fundo quita o imóvel?

Justificação

O objetivo deste requerimento é o de esclarecer a real situação dos contratos realizados pela Caixa Econômica Federal – CEF destinados ao financiamento de imóveis urbanos por quem já era proprietário de imóvel não financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Certamente, tais contratos constituem-se, hoje, em resíduo das operações da CEF, uma vez que, há muito, os detentores de imóvel não podem mais obter financiamento para a compra de outro imóvel.

Além disso, como esses contratos encontram-se entre o grupo dos mais antigos, é maior a probabilidade de que essas pessoas financiadas pela CEF pretendam na liquidar antecipadamente as dívidas, razão pela qual

formulamos as questões 4 e 5.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2001. – **Carlos Bezerra.**

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2001

Solicita informações ao Sr. Ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes sobre parecer jurídico do departamento jurídico desse Ministério sobre o cumprimento de exigências para a liberação do plantio comercial de OGMS (transgênicos).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos art. 215, inciso I, alínea a e art. 216, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao senhor Ministro de Estado da Agricultura e Abastecimento, pedido de informações sobre parecer jurídico desse Ministério relacionado à liberação do plantio de espécies geneticamente modificadas (transgênicos).

De acordo com notícias veiculadas pela imprensa nacional, o departamento jurídico do Ministério da Agricultura e Abastecimento elaborou e encaminhou à Advocacia Geral da União um parecer técnico afirmando que a publicação da Medida Provisória nº 2.137, de 28-12-2000 (criando a Comissão Técnica de Biossegurança — CTNBio) e do Decreto nº 3.871, de 18-7-01 (determinando a rotulagem dos produtos que contenham traços de mudanças genéticas), todas as exigências do juiz Antônio Prudente, da 6ª Vara Federal de Brasília. Tal determinação judicial suspendeu o plantio comercial de OGMS e exigiu o estudo prévio de impacto ambiental para a liberação de transgênicos.

Como estão tramitando nesta Casa vários projetos de lei que dispõem sobre esse assunto, solicito seja encaminhado ao Senhor Ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes pedido de cópia do referido parecer jurídico.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2001. – **Helôisa Helena.**

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001 (nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em opera-*

ções de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele país, cujo parecer foi lido anterior, constará da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, em regime de urgência, nos termos do art. 172, II, "c", combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, o Ofício nº S/34, de 2001 (nº 2.007/2001, na origem), de 7 do corrente, encaminhando manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de Pernambuco para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S. A., com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cinco milhões, cento e vinte e três mil, duzentos e treze dólares dos Estados Unidos e vinte e oito centavos, equivalente a doze milhões, noventa e três mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos, à taxa de câmbio de 31 de maio de 2001, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 3.594, de 2001, de 11 de julho último, encaminhando cópia da Decisão nº 438/2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente ao levantamento de auditoria realizado nas obras do Projeto Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, no Estado do Piauí (TC 926.911/98-8).

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 194, de 2000, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2001

Nos termos do art. 281 do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do regimento nº 53, de 2001.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2001. – **José Eduardo Dutra**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para encaminhar a matéria e fazer uma outra solicitação.

O requerimento que é objeto desse que está na mesa foi aprovado, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Houve um acordo de Líderes na Comissão – inclusive respaldando o acordo feito em uma reunião de Líderes que aconteceu no final do mês de junho – no sentido de que a matéria pudesse ser incluída na pauta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Então, voto a favor da dispensa de interstício e solicito a V. Exª que, em havendo concordância do Plenário, inclua a matéria na Ordem do Dia de hoje, ainda.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que explicitamente melhore a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Trata-se de um requerimento do Senador José Eduardo Dutra, que pede a dispensa de interstício para votar ainda hoje o projeto a que se refere – o Requerimento nº 53 votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este requerimento, o qual requisita os Relatórios do Banpará foi aprovado hoje, como consequência de um acordo realizado ainda no decorrer do semestre passado, em uma reunião do Colégio de Líderes, presidida por V. Exª.

Sr. Presidente, gostaríamos de invocar o testemunho de V. Exª no sentido de que honramos, um a um, todos os compromissos assumidos. Tudo o que for preciso para que esses fatos se esclareçam definitivamente e irreversivelmente o PMDB fará. Mais uma vez estamos materializando um compromisso, colaborando também irreversivelmente com o esclarecimento que se quer, de modo a não deixar dúvida nenhuma, absolutamente.

V. Exª, como Presidente do Senado Federal e também da reunião do Conselho de Líderes, está

acompanhando, passo a passo, tudo o que está acontecendo com relação a esta investigação. É isso que o PMDB quer. É isso que o Senador quer. É isso que o Senado Federal e o Brasil espera de todos nós.

Portanto, nada tenho a opor. Concorro, de pronto, com a retirada do interstício.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Antes de colocar o requerimento em votação, quero confirmar o que acabam de afirmar os Srs. Líderes José Eduardo Dutra e Renan Calheiros. O Senador Renan Calheiros foi enfático na Reunião de Líderes, solicitada por mim no dia 24 de julho passado, no sentido de que esta Casa deve proceder com extrema serenidade no sentido de esclarecer todos os fatos que envolvem o Relatório a que diz respeito o Requerimento nº 53.

Em votação o Requerimento n.º 423, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à imediata apreciação do Requerimento nº 53, de 2001, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando que o Ministro de Estado da Fazenda determine ao Presidente do Banco Central do Brasil o envio, ao Senado Federal, de todos os Relatórios de Auditoria, Inspeção e/ou Fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984 a 1987, tendo Parecer favorável (sob o nº 728/2001), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Bello Parga.

Cópias do referido parecer do requerimento, em avulso, em contram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores nas respectivas Bancadas.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, a Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 424 , DE 2001

Nos termos do art. 372 combinado com o art. 281 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Parecer nº 729, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências, a fim de que matéria conste da ordem do dia de amanhã, para a primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2001. –
Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência, em não havendo objeção do Plenário, transformará as sessões das próximas sexta-feira e segunda-feira em deliberativas, com Ordem do Dia exclusiva, com a Proposta de Emenda à Constituição das Medidas Provisórias. Com isto, pretende a Presidência, com a concordância das Lideranças do Plenário, estabelecer um rito especial para a votação da emenda constitucional que limita a capacidade do Presidente da República em editar medidas provisórias. (Pausa.)

Não havendo objeção, assim será cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 1012-L-PFL/2001

Brasília, 4 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.172-31, de 26 de julho de 2001, que "Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo: Deputado **Pedro Irujo** – Suplente: Deputado **Osório Adriano**. Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OF. GLPMDB Nº 170/2001

Brasília, 7 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.196-2, de 26-7-2001, que "estabelece Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos-EMGEA", ficando a mesma assim constituída:

Titulares: Senador Carlos Bezerra, Senador João Alberto Souza.

Suplentes: Senadora Marluce Pinto, Senador Pedro Ubirajara.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

Item 1:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 2001**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 724, de 2001, Relator: Senador Bello Parga), *que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, parecida Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte

PARECER Nº 730, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 213, de 2001.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001.

Sala de Reuniões da Comissão, de 2001. – **Edison Lobão – Ronaldo Cunha Lima – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto.**

ANEXO AO PARECER Nº 730, DE 2001

**Aprova a Programação Monetária
relativa ao terceiro trimestre de 2001.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001, nos termos da Mensagem nº 165, de 2001 (nº 719, de 2001, na origem).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2000** (nº 2.408/96, na Casa de origem), *que acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (inclui a informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio), tendo

Parecer favorável, sob nº 552, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nilo Teixeira Campos.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 425, DE 2001

Nos termos do inciso II, do art. 279, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2000, que acrescenta parágrafo ao artigo 26, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966 (dispondo sobre a inclusão da matéria de informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus), a fim de que o mesmo seja reexaminado pela Comissão de Educação.

Justificação

A presente solicitação de reexame da matéria justifica-se para que a mesma possa receber emendas perante a comissão, visando ao seu aperfeiçoamento, de forma a permitir que os sistemas estaduais e municipais de educação tenham maior liberdade de planejar currículos de acordo com as necessidades e possibilidades regionais.

Não resta dúvida quanto à imprescindibilidade da informática para o desenvolvimento do ensino de 1º e 2º graus, porém, sua imediata implantação implicaria custos com que, a curto prazo, poucas escolas teriam disponibilidade financeiras de arcar.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2001 –
Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001** (nº 2.515/2000, na Casa de origem), que dá *nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP*, tendo

Parecer favorável, sob nº 553, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: *ad hoc* Senador Romeu Tuma.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, perante a Mesa não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2001 (Nº 2.515/2000, na Casa de origem)

Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI INICIAL Nº 2.515, DE 2000

Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 3, de 2001)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares*, tendo

Pareceres sob nºs 227 e 228, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Geraldo Althoff, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Tião Viana, Júlio Eduardo e da Senadora Heloísa Helena, e abstenção do Senador Ricardo Santos; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas perante a Comissão durante o turno suplementar): favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 2 do corrente, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o projeto, os Substitutivos e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 426, DE 2001

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da emenda nº 7 ao PLS/449/99.

Rejeitada a Emenda nº 7.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2001. – **Heloísa Helena – Edson Lobão.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, contra o voto do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Aprova o requerimento, contra o voto do Líder do PFL.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 427, DE 2001

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da Emenda nº 8 do PLS/449/99.

Rejeitada a emenda nº 8.

Sala das Sessões 8 de agosto de 2001. – **Heloísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias destacadas serão votadas oportunamente.

Em votação a Emenda nº 2, da CAS (Substitutivo), que tem preferência regimental, ressalvadas as emendas destacadas.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a Emenda nº 2, ficam prejudicados o projeto e a Emenda nº 1, da CAS (Substitutivo).

Passa-se à votação da Emenda nº 7, destacada, que tem parecer contrário.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para V. Ex^a deixar bem claro o processo de votação.

Se bem entendi, o projeto foi aprovado, ressaltados os destaques que a Senadora Heloísa Helena apresentou. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Aprovamos a Emenda nº 2 (Substitutivo), da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – E agora vamos passar à votação dos destaques?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Das emendas destacadas. Exatamente.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, autora do destaque.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queríamos fazer a discussão do projeto e o encaminhamento da votação, inclusive o Senador Tião Viana estava inscrito para fazer o encaminhamento antes da discussão e votação dos requerimentos de destaque. Como eu estava inscrita para falar depois do Senador Tião Viana, fiquei esperando que a palavra fosse concedida a S. Exª para que eu pudesse encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A matéria foi aprovada, já é vencida. A Mesa não percebeu que o Senador Tião Viana havia solicitado a palavra.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª tem a palavra como única oradora admitida nesse processo, por ser a autora.

A SRª HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um projeto extremamente importante para a vida do País, pois contém modificações bastante relevantes para os hospitais universitários. Eles apresentam uma certa complexidade, uma vez que trabalham com formação de recursos humanos. Portanto, é de fundamental importância que possamos alterar, por meio da aprovação das Emendas de nºs 7 e 8, aspectos absolutamente relevantes do projeto.

Sou contrária ao projeto porque, de fato, ele destina um percentual de leitos públicos para quem tem seguro-saúde. É importante que esta Casa e a opinião pública saibam que quem tem seguro-saúde é a minoria, ou seja, essa “elitizinha” aqui e uma “elitizinha” espalhada fora do Senado, do Parlamento. As pessoas que têm seguro-saúde já podem ser atendidas nos hospitais públicos, ou seja, quem tem seguro-saúde já pode ser atendido em um hospital universitário, em um pronto-socorro de hospital público. E o seguro-saúde, conforme manda a lei, por um procedimento a que o segurado se submeteu, obrigatoriamente, tem que ressarcir o hospital universitário ou o hospital público.

A gravidade desse projeto é que todos sabemos que não há leitos ociosos. Não adianta dizerem que há leitos em ociosidade em hospital público. Não há. Há leitos que não são colocados em operação, porque a política econômica definida pelo Governo Federal é a de sufocar a estrutura pública do País.

O que acontece? Muitos hospitais universitários – vou citar um exemplo – têm 100 leitos. Lá fora, há 200, ou 300 ou 500 pessoas querendo ocupar esses 100 leitos. Muitas vezes, somente 90 leitos estão em uso, devido à irresponsabilidade, insensibilidade e incompetência do Governo Federal com a situação da saúde.

Como não é destinado dinheiro, o que é que está deixando nervosos agora os dirigentes dos hospitais universitários? Graças a Deus, a maioria dos dirigentes dos hospitais universitários, a maioria – aliás, a instância maior para discutir política de saúde foi, recentemente, a XI Conferência Nacional de Saúde – foi contra esse tipo de projeto, foi contra o projeto que retira leitos dos pobres. Retira leitos dos pobres sim quando propõe que até 25% dos leitos dos hospitais universitários possam ser destinados para quem pode pagar, para quem tem seguro-saúde. Ora, eu, que tenho seguro-saúde, já posso ser atendida no hospital universitário e no pronto socorro, e o meu seguro-saúde tem a obrigação de ressarcir o hospital universitário.

Agora, o mais grave no projeto é a hotelaria diferente, pois estaremos inserindo no setor público algo que não existe em nenhum lugar do País, exceto no Incor. Se queremos resolver o problema do Incor, vamos ser sérios e honestos e editar uma portaria, uma norma técnica ou uma medida provisória. Agora, generalizar uma maldade e uma

infâmia como essa é algo da maior gravidade, Sr. Presidente!

Sabe o que isso significa, Senador José Alencar? Significa que haverá no hospital universitário dois andares para os pobres e um andar para o rico, porque está escrito no projeto que a hotelaria é diferente. Ninguém venha me dizer que está preservada a universalidade. Duvido! Aliás, isso foi dito na audiência pública. O filho de um Senador não será atendido do mesmo jeito que o filho de um trabalhador rural. Se o filho de um Senador tem dinheiro e pode escolher o hospital onde será atendido, que deixe os leitos públicos para serem disponibilizados aos filhos da pobreza!

Sr. Presidente, o apelo que faço, embora eu seja contrária ao projeto, é para possibilitar o seguinte: se é para arrecadar dinheiro com quem pode pagar para financiar o pobre, não tem problema. Fazemos isso, mas sem hotelaria diferente.

Vamos aprovar as emendas do Senador Sebastião Rocha para rejeitar a hotelaria diferente. Vamos impedir que haja o andar do rico e o andar do pobre no hospital. Vamos tirar a hotelaria diferente do projeto, porque vamos fazer uma primeira experiência num hospital universitário. Em nenhum hospital público deste País há o andar do pobre e o andar do rico; o que há é a rede conveniada e a rede privada. De modo que é inadmissível que estejamos tirando leitos. Não me venham dizer que há leitos ociosos, porque não há nenhum leito nessa condição. Quando o leito está sem uso, isso ocorre devido à irresponsabilidade do Governo Federal, que, ao mesmo tempo em que arranca da possibilidade de vida de um pai de família mais pobre deste País R\$2 mil por hora, para pagamento da dívida externa, dá menos de um real para cada habitante deste País.

Então, o apelo que faço é no sentido de aprovarmos as Emendas nºs 7 e 8, para corrigir o que pode ser uma distorção grave. E o mais grave, em um hospital de ensino, é criar, nos recursos humanos que serão formados, a capacitação para o atendimento diferenciado do pobre e do rico.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por cinco minutos, e, em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendendo perfeitamente as motivações que trazem a Senadora Heloísa Helena a debater no Plenário essa matéria, porque dizem respeito, de fato, à crise de acesso aos hospitais vivida pela população brasileira. É bom que se diga que, no Estado de São Paulo, há 2,5 milhões de habitantes sem acesso a leitos hospitalares. E essa crise se estende a todos os hospitais universitários do Brasil. Mas eu não posso concordar, de forma alguma, com a idéia de que esse projeto aprovado aqui irá prejudicar, de algum modo, o cidadão carente que procura acesso aos hospitais universitários.

Fui a favor do projeto apresentado, relatado pelo Senador Geraldo Althoff, porque pude apresentar quatro emendas que, no meu entendimento, garantem os princípios da universalidade e da equidade, assegurando dignidade a qualquer cidadão que faça uso de um hospital universitário. E entendo tratar-se de modificações históricas que estão ocorrendo e até sendo recuperadas.

Se fizermos uma revisão da história dos hospitais universitários no Brasil, veremos que, em 1955, surgiu um fundo de pesquisa vinculado ao Instituto de Cardiologia do Estado de São Paulo. Esse fundo arrecadava recursos que eram investidos no atendimento ali prestado. Sobreviveu até o ano de 1967, quando o Governo Federal, por entender que não constava no Orçamento, considerou que o fundo não era mais necessário, pois decisões orçamentárias resolveriam o problema de manutenção do Instituto de Cardiologia de São Paulo.

Surgiram os sistemas de previdência. Por esses sistemas, estavam excluídos do acesso a qualquer hospital universitário no Brasil aqueles que não fossem carentes ou indigentes.

Até a Constituição de 1988, vivemos esse modelo, sendo que o então cientista e grande médico brasileiro, Dr. Zerbini, criou no Instituto do Coração, na Fundação Zerbini, a possibilidade de acesso para doentes que, sendo conveniados ou segurados, podiam fazer algum tipo de prestação de serviço que contribuísse para o funcionamento desse tipo de modelo assistencial que era o hospital universitário.

Essa modalidade de atendimento avançou, e hoje o Incor é um limbo: não tem amparo legal, não é reconhecido pelo Sistema Único de Saúde, e a sociedade brasileira sabe que a experiência do Institu-

to do Coração propiciou o aumento, em oito vezes, do acesso de doentes carentes àquela unidade hospitalar. Em nenhum outro dos hospitais universitários, que não aceitam pacientes que têm planos ou seguros de saúde, houve aumento da oferta de leitos para o doente carente.

Dessa forma, entendo que está assegurado o princípio da universalidade e da equidade, permitindo-se, apenas, a diferenciação no uso do leito. Existe a possibilidade de o paciente optar pela hotelaria diferenciada, mas essa opção, em nenhum momento, é discriminatória ou exclui pacientes carentes. O que não poderíamos deixar no projeto original era a aprovação de 25% dos leitos funcionantes, porque isso reduziria, todos os anos, em 12 mil o número de leitos para o doente carente neste País – 400 mil internações. No debate, na Comissão de Assuntos Sociais, conseguimos aprovar uma emenda que diz que aos leitos funcionantes será acrescido um percentual de até 25% para essa modalidade de atendimento. Sendo assim, não há prejuízo para qualquer doente carente neste País, além de se assegurar que, em 4 anos, haja a recuperação da oferta de leitos, colocada a serviço dos seguros e planos de saúde, para a população carente.

Por esta razão, estou absolutamente tranqüilo de que o Brasil não pode deixar que uma pessoa pare com a sua BMW no estacionamento pago do Hospital das Clínicas – que é tocado pela iniciativa privada – e ocupe um leito hospitalar de um carente, porque sua contribuição não pode tornar-se recurso para manutenção do hospital. A manutenção de um hospital universitário ou qualquer hospital assistencial do Brasil envolve 2,5% dos recursos do valor do prédio e 10% a 15% a mais para equipamentos, para garantir a atualização mínima. Por isso, sem uma fonte de recursos, virá o colapso e o extermínio dos hospitais universitários.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, pela ordem, por 5 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do ora dor.) – Sr. Presidente, estou solicitando a palavra pela ordem porque sou o autor do projeto, e não havia outro dispositivo regimental que me permitisse manifestar-me neste momento.

Após as palavras da Senadora Heloísa Helena, quem está acompanhando esta reunião do Senado pode supor que estamos aqui aprovando um

projeto perverso, voltado contra os usuários do Sistema Único de Saúde. Isso não é verdade, Sr. Presidente! Perdoe-me a Senadora Heloísa Helena, por quem tenho grande amizade, mas não serão a emoção nem a altura da sua voz que emprestarão consistência aos seus argumentos, de maneira nenhuma.

A aprovação das duas emendas faz-me renegar a autoria do projeto, porque seria simplesmente anulá-lo. O projeto, tal como está, é muito melhor do que o projeto apresentado por mim. Tivemos contribuições dos Senadores Tião Viana, Geraldo Althoff. Além disso, o Conselho Nacional de Saúde, onde estão representados os usuários, onde estão várias instituições deste País, estudou o assunto e trouxe uma proposta, que é esta. O Senador Geraldo Althoff, que é o Relator, está aqui para confirmar.

Senadora Heloísa Helena, perdoe-me V. Ex^a, que é uma Senadora destemida, idealista, mas V. Ex^a está profundamente equivocada: o projeto não está tirando nenhum leito de pessoas carentes! Os dispositivos acrescentados, com os quais eu concordei, foram incluídos porque aperfeiçoaram o projeto e lhe deram mais segurança. Eles simplesmente estão permitindo que o hospital, sem prejudicar o SUS, receba pacientes conveniados.

O Senador Sebastião Rocha foi outro que muito colaborou para o aperfeiçoamento do projeto. Os debates foram válidos, e o projeto é de 1999. O que se deseja é permitir que esses hospitais atendam pessoas seguradas, nem sempre ricas. Será que todos os usuários de planos e seguros de saúde do Brasil são ricos? Se o fossem, não precisariam nem de plano de saúde.

Então, o que se quer é permitir que o hospital universitário, que tem pessoal preparado, gente competente e função docente, preste também serviços a esses planos e seguros de saúde, sem prejudicar os carentes, sem diminuir nenhum leito do SUS.

O Professor Adib Jatene esteve aqui e mostrou estatísticas segundas quais os hospitais conveniados com planos e seguros de saúde atendem um número muito maior de usuários do SUS do que os que não têm convênio, porque eles estão co-financiando o hospital.

Sr. Presidente, não quero mais ler nos jornais, todos os dias, as manchetes: “Hospital universitário fechou”. “Hospital universitário desativou leitos”. “Hospital universitário reduziu o número de leitos”.

“Hospital universitário fechou as portas”. “Hospital universitário não tem filme para exame de radiologia”. Isso é o que vemos todos os dias. A resposta poderia ser muito simples: “É só o Governo dar mais dinheiro para os hospitais universitários”. Também quero e peço isso, mas não estamos vendo isso acontecer nos últimos anos.

Por outro lado, querer que, como propõe uma das emendas, o segurado do plano de saúde seja atendido nas mesmas condições do atendido pelo SUS é ilusório. Para isso ele vai para outro hospital, que não o Hospital de Clínicas, onde ele possa receber atendimento diferenciado. O projeto é bem claro quando se refere apenas à hotelaria, ou seja, ao tipo de apartamento a ser utilizado pelos conveniados, de acordo com o plano ou seguro de saúde que tiverem. E quem fiscalizará essa utilização? O Conselho Estadual de Saúde ou o Ministério Público, como acontece, em São Paulo, no Incor e em outros hospitais.

Então, Senadora Heloísa Helena, repito que V. Ex^a é uma Senadora destemida e por quem tenho uma admiração muito grande, pela sua combatividade; mas, perdoe-me, V. Ex^a pode até ser contra o projeto, mas os seus argumentos não são daqueles que possam tirar o mérito da iniciativa, de maneira nenhuma.

De forma que, Sr. Presidente, como autor do projeto – substancialmente melhorado pelos Senadores Tião Viana, Sebastião Rocha, Geraldo Althoff e pela contribuição do Conselho Nacional de Saúde e da Associação de Diretores de Hospitais Universitários –, afirmo que ele precisa ser aprovado tal como está no substitutivo de autoria do Senador Geraldo Althoff.

Muito obrigado.

O Sr. Sebastião Rocha (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a compreensão de V. Ex^a, dada a relevância do assunto. Eu não estava em plenário no momento da discussão e pensei que chegaria em tempo. Não vou entrar no mérito da discussão, porque o Regimento Interno do Senado Federal já não o permite. Mas, como autor da emenda para a qual a Senadora Heloísa Helena apresentou destaque, peço a V. Ex^a que me conceda dois minutos apenas para expressar a minha opinião a respeito deste projeto, de

conteúdo positivo, cujo objetivo é garantir a sobrevivência dos hospitais universitários.

Eu, que sou médico, e a Senadora Heloísa Helena, que é enfermeira, atuamos durante muito tempo nos hospitais universitários e sabemos da situação precária que muitos deles atravessam. Buscou-se, então, uma forma de resolver esse problema, de tentar melhorar o atendimento. Convém salientar que este projeto abre esse precedente apenas para os hospitais universitários, que poderão destinar 25% dos seus leitos aos conveniados de planos e seguros de saúde. Essa excepcionalidade se deve ao fato de que os hospitais universitários não se destinam apenas ao diagnóstico e tratamento de doenças, mas principalmente ao ensino, à pesquisa e extensão, demandando, portanto, muito mais recursos para seu pleno funcionamento do que os hospitais públicos comuns.

Ressalto que apresentei a emenda, embora considere o projeto positivo, necessário e imprescindível para a sobrevivência dos hospitais universitários, porque conheço, por exemplo, o Hospital AC Camargo, em São Paulo, da Fundação Antonio Prudente, onde não há praticamente diferenciação de hotelaria. Houve um aperfeiçoamento tão grande do hospital, a par tirados recursos obtidos com os planos de saúde, que o mesmo serviço de hotelaria pode ser obtido tanto por usuários do Sus quanto de planos de saúde.

Este é o projeto que considero ideal, porque que deve estimular a busca de um grande empresário ou de um político pelo Incor ou por qualquer outro hospital universitário é a qualidade do serviço e não obrigatoriamente a qualidade da hotelaria. Entendo ainda que os hospitais universitários deveriam primar, ao obter recursos de planos de saúde, pela melhoria do padrão de hotelaria, tornando-o equivalente para todos que buscarem o serviço do hospital universitário.

Voto favoravelmente ao destaque, como autor da emenda. Todavia, se estivesse em plenário, teria votado a favor do projeto também no momento da votação, por entender que o projeto, como disse, é necessário, é imprescindível. Mas, para ser justo, entendo também que o melhor seria que a hotelaria não fosse diferenciada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, agradeço a oportunidade dada por V. Ex^a para que, como Relator deste projeto, tecesse considerações muito rápidas. Não desejo entrar no mérito do projeto, mas ressaltar o espírito que norteou a Comissão de Assuntos Sociais na sua análise.

Realizou-se uma audiência pública com a finalidade de se buscar subsídio a este projeto. Num determinado momento, manifestei-me contrariamente a determinadas emendas, mas, posteriormente, ao compreendê-las melhor, passei a ter uma visão completamente diferente daquela inicial. E, graças à participação efetiva dos Senadores Sebastião Rocha e Tião Viana, conseguimos chegar a um consenso. Como bem disse o autor do projeto, o Senador Lúcio Alcântara, conseguimos aprimorá-lo e chegamos a um final de maneira muito mais adequada do que no início.

Por essa razão, acredito que estamos votando, sem entrar no seu mérito, um projeto amplamente discutido nas suas mais variadas visões. Com certeza, votaremos um bom projeto e, mais ainda, qualificaremos ainda mais os hospitais universitários no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação a Emenda nº 7, destacada, que tem parecer contrário do Relator.

As Sr^{as} e os Sr^s. Senadores que a aprovam votam “sim” e os que a rejeitam votam “não”. Lembro, mais uma vez, que a emenda tem parecer contrário do Relator.

A SR. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador Edison Lobão, já que V. Ex^a está nos ajudando a entender a votação, gostaria que, se possível, lesse a emenda.

Como parece que estamos debatendo outra matéria, gostaria que V. Ex^a lesse a emenda que será votada agora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Emenda nº 7 consta no avulso 13, que encontra-se sobre as bancadas, na página 13:

“Acrescenta ao texto do § 1º do art. 43 a expressão “garantindo o atendimento, prioritariamente, aos não-pagantes e aos casos de urgência e de emergência.”

Em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “não”, acompanhando o Relator da matéria.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “não”.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL encaminha o voto “não”.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não”.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, o Bloco está liberado. Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação a Emenda nº 7.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitada.

Em votação a Emenda nº 8, com parecer igualmente contrário do Relator.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, autora do destaque.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, autora do destaque para votação da emenda do Senador Sebastião Rocha.

Acabamos de rejeitar, Sr. Presidente, uma emenda que dizia simplesmente que a prioridade no atendimento é para os não-pagantes. Desejo tecer duas considerações muito objetivas. Foi dito aqui, primeiramente, que o Conselho Nacional de Saúde é favorável. Entretanto, se é para realizar uma disputa entre entidades, a instância superior ao Conselho Nacional de Saúde, que é a Conferência Nacional de Saúde, votou uma moção contrária à liberação dos leitos, o que está nas suas deliberações.

O segundo ponto é que quem tem seguro saúde já pode ser atendido nos hospitais universitários. A emenda não diz que quem tem seguro saúde não pode ser atendido, mas que quem o possui já pode ser atendido nos hospitais universitários, e o seguro saúde já é obrigado a restituir o procedimento. Então, não há problema.

Em relação a essa emenda que será discutida agora, a diferença relevante é a hotelaria. Estou pedindo apoio para a votação desta emenda porque não quero que, no chamado hospital universitário, que é público, exista o andar do pobre e o andar do

rico. Somente isso. Se eu, que tenho seguro saúde, quero ser atendido pelos grandes e maravilhosos professores, técnicos dos hospitais universitários, serei atendido lá sem problema.

Essa emenda pleiteia simplesmente que não exista serviço de hotelaria diferenciado; que não haja o andar dos ricos, que podem pagar e escolher outros hospitais – todos que estamos aqui podemos escolher o hospital universitário ou qualquer outro mais rico e mais poderoso e de mais alta tecnologia. Já podemos fazer isso? Podemos sim. Então, se o problema é o espírito, a competência, a produtividade, a revolução tecnológica dos hospitais, que seja atendido no hospital universitário com todo o seu direito; só não precisa ter um quarto diferente; só não precisa ter um andar diferente.

Todos sabemos – desafio quem diga o contrário – que num hospital que tenha um andar diferenciado, uma hotelaria diferenciada, não se atende do mesmo jeito o rico e o pobre. Não atende, e sabemos disso! Já que foi tudo aprovado, vamos acrescentar que não haja hotelaria, nem andar ou apartamento, diferenciada. Se todos queremos ser atendidos, que o sejamos. O seguro saúde vai pagar; só não preciso do serviço de hotelaria diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação a Emenda nº 8, destacada, com parecer contrário.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – É preciso o apoio de três Srs. Senadores.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Apóiam o pedido os Senadores Geraldo Cândido, Maguito Vilela, José Eduardo Dutra e Lauro Campos.

Será feita a verificação.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências do Senado Federal que acorram ao plenário, a fim de que possamos proceder à verificação de **quorum**.

Tem início a votação por processo eletrônico. Quem votar “sim” aprova a Emenda nº 8, que tem parecer contrário.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto “não”.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “não”.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB indica o voto “não”.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, o Bloco está liberado, e eu voto “sim”.

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu voto “não”.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu voto “sim”.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, já que é para encaminhar o voto pessoal, eu voto “sim”. Pensei que fosse apenas o voto das Lideranças.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, se é para declarar o voto individual, também voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência reitera o pedido para que os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa venham ao plenário, porque há votação nominal. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, só para orientar os Senadores que estão chegando agora, informo que a Liderança do Governo encaminha o voto “não”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, desejo saber se vai ser um novo encaminhamento das Lideranças, se vai ser uma nova discussão já que o Bloco liberou... Senão vou discutir de novo, pedindo, pelo amor de Deus, o voto “sim” para a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senadora Heloísa Helena, não haverá um novo encaminhamento.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Então, que se avise aos Senadores da base do Governo.

(Procede-se à verificação de votação.)

EMENDA Nº 8, AO PLS 449/1999

Nº Sessão: 1 Nº vot.: 1 Data Início: 08/08/2001 Hora Início: 16:41:26
 Sessão Data: 08/08/2001 Hora: 14:30 Data Fim: 08/08/2001 Hora Fim: 16:49:42

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BL-PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO	BL-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDÓ	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JÚNIOR	NÃO	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PTB	MG	ARLINDO PORTO	NÃO				
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM				
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	NÃO				
BL-PPS	PE	CARLOS WILSON	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	NÃO				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM				
BL-PT	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	NÃO				
PFL	PI	FREITAS NETO	NÃO				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	NÃO				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
BL-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	NÃO				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
PFL	PE	JOSÉ COELHO	NÃO				
BL-PT	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	NÃO				
BL-PDT	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
BL-PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO				
BL-PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	NÃO				
	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
BL-PSDB	CE	LUIZ PONTES	NÃO				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	NÃO				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	NÃO				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	NÃO				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
BL-PSDB	RJ	NILO TEIXEIRA CAMPOS	NÃO				
	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUTO	NÃO				
BL-PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	NÃO				
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM				
PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
BL-PDT	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM				
BL-PSDB	CE	SERGIO MACHADO	NÃO				

Presid.: EDISON LOBÃO
 1º Sec.:
 2º Sec.:
 3º Sec.:
 4º Sec.:
 Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 25
Votos NÃO: 31 **Total: 56**
Votos ABST: 0

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Votaram
SIM 25 Srs. Senadores; e NÃO 31.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Rejeitada a Emenda n.º 8.

A matéria vai à Comissão Diretora, a fim de ser
redigido o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

EMENDA Nº 2 – CAS

(Substitutivo)

Altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro
de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos
hospitais universitários e de ensino captar recursos
provenientes de internações hospitalares.

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, a
seguinte redação:

“Art. 1º O art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,
passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 43.

§ 1º Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar
até vinte e cinco por cento dos seus leitos operacionais e
capacidade assistencial a pacientes que se encontrem cobertos por
planos ou seguros de saúde para assistência, mediante
ressarcimento, mantendo-se a universalidade e a equidade em todos

número de leitos colocados a disposição de pacientes SUS não será reduzido – considerando o nível atual – teremos uma contração da demanda, que já se encontra reprimida.

Para adequar-se à Lei Complementar 95/98, o texto passa a ser numerado como §5º.

A emenda nº 5 propõe substituir, no novo § 1º do art. 43, a expressão “capacidade assistencial” por “e demais procedimentos hospitalares”.

Não nos parece que a segunda expressão confira mais clareza ao texto da lei.

A emenda nº 6 quer substituir, no texto desse mesmo dispositivo, a expressão “parte de [seus leitos operacionais e capacidade assistencial]” por “até vinte e cinco por cento”.

Trata-se de emenda de teor similar ao da emenda nº 2, isto é, definindo um limite máximo – aqui estabelecido em 25% – para o percentual de leitos possíveis de serem colocados a disposição de pacientes pagantes, com o que concordamos.

A emenda nº 7 acrescenta ao texto do § 1º do art. 43 a expressão “garantindo o atendimento prioritariamente aos não-pagantes e aos casos de urgência e emergência”.

Sua justificação, também aqui, é a não contração de demanda e a garantia de que, em havendo necessidade, os pacientes SUS não serão preteridos pelos pagantes.

A emenda nº 8 propõe suprimir do texto o mesmo dispositivo a expressão “admitindo-se diferenciações apenas no padrão de hotelaria”.

Quer seu autor que não haja qualquer tipo de diferenciação na assistência prestada a pacientes SUS e pacientes pagantes.

III – VOTO

As contribuições recebidas e o debate que provocaram, durante os dois turnos em que a matéria esteve em análise nesta Comissão, foram muito

os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde aos demais pacientes, admitindo-se diferenciações apenas no padrão de hotelaria.(AC)

§ 2º Os recursos obtidos na forma do parágrafo anterior deverão ser integralmente utilizados para a manutenção e recuperação do hospital, visando a melhoria das condições de atendimento.(AC)

§ 3º Na regulamentação desta Lei será ouvido o Conselho Nacional de Saúde. (AC)

§ 4º Em cada unidade federada, o percentual de leitos operacionais e da capacidade assistencial a ser destinada a pacientes que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde, de que trata o § 1º, será pactuado, anualmente, em referência a cada hospital universitário e de ensino, entre os órgãos dirigentes estadual e municipal do Sistema Único de Saúde e a direção do hospital, ouvidos o conselho estadual de saúde e o conselho de saúde do município em que se localiza o hospital.(AC)

§ 5º É vedada, para o cumprimento do disposto no § 1º, a redução do número de leitos operacionais e da capacidade assistencial destinados ao atendimento dos pacientes não-pagantes, disponíveis na data da entrada em vigor desta Lei, conforme atestam os registros feitos, para cada hospital universitário e de ensino, junto ao Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) e ao Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS).” (AC)

Sala da Comissão,

Presidente

Relator

Senado Federal - 11/2082/06-9963

**ANEXO AO PARECER N° , DE 2000 (CAS)
EMENDAS APRESENTADAS AO PLS N° 449, DE 1999**

N°	Disp.	Autor	Tipa	Conteúdo	Parece	Justificação
01	§ 1°	Tiãõ Viana	Modificativa e aditiva	Define percentual máximo de 20% da capacidade assistencial a ser colocada a disposição de pacientes pagantes e acrescenta princípio.	AP	É necessário estabelecer um teto para a 'parte' da capacidade assistencial a ser retirada da oferta a pacientes SUS para não aumentar a contratação da demanda.
02	§ 2°	Tiãõ Viana	Aditiva	Permite a aplicação dos recursos da nova fonte para a recuperação do hospital e não só para sua manutenção.	AP	O acréscimo é procedente, lógico, justo e coerente com o espírito do projeto.
03	§ 5° (novo)	Tiãõ Viana	Aditiva	Atribui ao Ministério Público a fiscalização da Lei	R	Esta já é competência constitucional e legal do Ministério Público.
04	§ 6° (novo)	Tiãõ Viana	Aditiva	Impede a redução do número de leitos atualmente a disposição de pacientes SUS	AT	A solução encontrada para o financiamento dos HU não pode representar redução de oferta e contratação de demanda a pacientes SUS
05	§ 1°	Sebastião Rocha	Modificativa	Substitui a expressão "capacidade assistencial" por "e demais procedimentos hospitalares"	R	Não traz mais clareza a redação.
06	§ 1°	Sebastião Rocha	Modificativa	Restabelece percentual máximo de 25% da capacidade assistencial a ser colocada a disposição de pacientes pagantes	AT	É necessário estabelecer um teto para a 'parte' da capacidade assistencial a ser retirada da oferta a pacientes SUS para não representar contratação exagerada da demanda.
07	§ 1°	Sebastião Rocha	Aditiva	Acréscimo princípio de prioridade para pacientes não pagantes e casos de urgência/emergência.	R	Foi consenso do Plenário da Comissão que a emenda não aprimora o texto.
08	§ 1°	Sebastião Rocha	Supressiva	Impede qualquer tipo de diferenciação dos serviços prestados, inclusive no que diz respeito ao padrão de hotelaria.	R	Foi consenso do Plenário da Comissão que a emenda não aprimora o texto.

* Dispositivo alterado pela emenda. Faz referência aos novos dispositivos acrescidos pelo Projeto (Substitutivo / Emenda n° 1-CAS), ao art. 43 da Lei n° 8.080/90.

** AP = acolhida parcialmente; AT = acolhida integralmente; R = rejeitada

São as seguintes as emendas rejeitadas:

**EMENDA AO SUBSTITUTIVO APROVADO
AO PLS Nº 449, DE 1999**

Acrescentar no § 1º do art. 43 do Substitutivo aprovado ao Projeto de Lei nº 449/1999, que altera a Lei nº 8.080 de 19 setembro de 1990, após a expressão “Sistema Único de Saúde”, a expressão “garantido o atendimento prioritariamente aos não pagantes e aos casos de urgência e emergência”.

Justificação

A emenda propõe garantir que não haja reserva de leitos ou de alas, ou seja, quando necessário, sob indicação médica, os leitos destinados aos pagantes passam ser utilizados pelo não pagantes.

Sala da Sessão, – **Sebastião Rocha.**

**EMENDA AO SUBSTITUTIVO APROVADO
AO PLS N. 449, DE 1999**

Excluir no § 1º do art. 43 do Substitutivo aprovado na alterando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a seguinte “admitindo-se diferenças apenas no padrão de hotelaria”.

Justificação

A retirada desta expressão propõe que não haja qualquer tipo de diferenciação nos serviços de hotelaria prestados pelos hospitais universitários, independente do paciente ser pagante ou não.

Sala da Sessão, – **Sebastião Rocha.**

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei “sim” e o painel acusa que votei “não”.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Ata registrará o equívoco cometido por V. Exª.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Não houve equívoco, não; eu assinali o voto “sim”.

Penso que está havendo algum problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2001** (nº 565/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de

Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 661, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2001**

(Nº 565/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica apro va do o ato a que se refe re a Portaria nº 7, de 10 de janeiro de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceira Grande, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2001** (nº 569/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mamma Bianca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 662, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2001**

(Nº 569/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Mamma Bianca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 25, de 2 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação Mamma Bianca, a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2001** (nº 619/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 622, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Jonas Pinheiro.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Se na do res que o apro vam que i ram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 73, 2001**

(Nº 619/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 67, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ilha FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2001** (nº 652/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis – TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, sob nº 668, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Carlos Patrocínio.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam que i ram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 89, DE 2001**

(Nº 652/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis — TO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 41, de 17 de fevereiro de 2000, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária Palmeirópolis — TO a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirópolis, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Item 9:

Discussão, em turno suplementar, do **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000**, de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências”, tendo

Parecer sob nº 634, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Passa-se à discussão do substitutivo, em turno suplementar.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, peça a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Senador Arlindo Porto, para discutir.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com informações do IBGE, no ano de 1997, em relação a 1996, houve um decréscimo de 3,2% no número de trabalhadores rurais empregados com carteira assinada. Em 1998, em relação a 1997, houve uma redução de 4,3% do número de trabalhadores rurais com carteira assinada. Conseqüentemente, aumento de conflito entre trabalhadores e empregadores, o que reduz o direito dos trabalhadores, dificulta a relação do trabalho e, principalmente, deixa de conscientizar empregadores e trabalhadores. Baseado nisso, apresentamos o Projeto de Lei nº 75/2000. O Relator, Senador Pedro Simon, apresentou um substitutivo que valorizou sobremaneira o nosso projeto e que agora está para ser votado em turno suplementar.

Estamos propondo, Sr. Presidente, que os condomínios de produtores rurais destinados à contratação de mão-de-obra temporária possam ser equiparados aos produtores rurais individuais para fins pre-

videnciários, o que significa pagar 2,7% da Previdência Social não como empregado pessoa jurídica, que deve recolher mais de 28%. A nossa expectativa é a de diminuir o conflito entre trabalhador e empregadores, assegurando aos trabalhadores a possibilidade de ter a sua carteira assinada, naturalmente assegurando-lhe mais dignidade e potencial para usufruir, no momento oportuno, aquilo a que tem direito: a aposentadoria.

Nosso encaminhamento é no sentido da aprovação da emenda apresentada pela Senadora Heloísa Helena.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arlindo Porto, o Sr. Edison Lobão, Presidente em exercício, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não foi apresentada a emenda. Assim, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2000.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea i:

“Art. 12.

V –

i) o condomínio de produtores rurais, estabelecido com a finalidade única de contratação de mão-de-obra;

.....”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Item 10 :

Requerimento nº 256, de 1999, da Senadora Emilia Fernandes, solicitando o sobrestamento da tramitação do **Projeto de**

Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, até que os conflitos envolvendo aquele País sejam melhor esclarecidos, tendo

Parecer sob nº 605, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade do Requerimento.

A Presidência, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, declara prejudicado o Requerimento nº 256, o qual será arquivado definitivamente. O Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999, será incluído na Ordem do Dia oportunamente.

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – É sobre o assunto?

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Tem V. Ex^a a palavra, que disporá de cinco minutos

A SRA EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, é importante que se faça um resgate histórico desta matéria. Lembro apenas que fui Relatora, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do projeto de decreto legislativo que estabelece o acordo internacional entre o Brasil e a Indonésia, ao qual demos parecer favorável. O projeto chegou a plenário exatamente no período de profundos conflitos entre a Indonésia e o Timor Leste, razão por que entramos com um requerimento de sobrestamento da tramitação dele até que os conflitos entre os dois países fossem esclarecidos. O requerimento foi aprovado pelo Plenário, voltou à nossa Comissão, foi analisado pelo Senador Romeu Tuma, que apresentou seu parecer de prejudicialidade de nosso requerimento em tempo necessário para que víssemos o desenrolar dos problemas, como o aviltamento dos direitos humanos e da democracia, visando à solução mais concreta do conflito.

Quero dizer aos Srs. Senadores que o arquivamento do requerimento é pertinente e que continuamos mantendo a nossa posição sobre a importância

desse acordo comercial entre o Brasil e a Indonésia, o qual facilitará a integração entre os dois países.

A questão do Timor Leste movimentou a atenção de todos os países, portanto, o requerimento era necessário, e assim foi entendido pelo Plenário. Faça esse registro para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores sabiam o porquê do parecer e do requerimento.

Entendemos que a Indonésia e o Timor Leste tiveram momentos de grandes conflitos, houve mortes e confrontos, assassinato de deputados. Tudo ocorreu exatamente naquele momento. Pedimos o sobrestamento para dizer que o Brasil queria uma saída democrática, pacífica, para a situação que aqueles dois países estavam vivendo. Não podíamos aplaudir um país que estava invadindo a democracia e a soberania de outro, bem como violando direitos humanos.

Neste momento, no entanto, as coisas se encaminham favoravelmente. Então, nada mais justo que se peça o arquivamento do nosso requerimento, para que o acordo internacional tramite legalmente nesta Casa.

Era esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer, em respeito aos novos Senadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nilo Teixeira Campos.

É lido o seguinte:

PARECER 731, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515, de 2000, na Casa de origem), que dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP.

Sala de Reuniões da Comissão, 8 de agosto de 2001. – **Edison Lobão Presidente – Relator – Ronaldo Cunha Lima – Antonio Carlos Valadares – Marluce Pinto – Nilo Teixeira Campos.**

ANEXO AO PARECER Nº 731, DE 2001

Dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nilo Teixeira Campos.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 428, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515/2000, na Casa de origem), que dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP.

Sala das Sessões, 8 de agosto de 2001 – **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Paulo Hartung.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim” no Item 4 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Ata registrará, conforme prevê o Regimento, a manifestação de V. Ex^a.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria de registrar o meu voto “sim” na votação do Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Jonas Pinheiro, a Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nilo Teixeira Campos.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Conforme as razões expostas no pronunciamento que fiz na sessão de 8 de agosto de 2001, comunico a Vossa Excelência e aos meus nobres pares, a minha desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e a minha nova opção partidária para o Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB, ao qual me filiarei brevemente, em data a ser fixada.

Sala das Sessões, 8 de Agosto de 2001. – **Ronaldo Cunha Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “sim” na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Senador Alberto Silva, a Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, provavelmente, na próxima semana, o Ministro Pedro Malan virá à Comissão de Assuntos Econômicos para dar explicações a respeito do novo acordo com o FMI.

Infelizmente, mais uma vez, o Senado Federal fará o papel de espectador. Debateremos com o Ministro Malan, S. Ex^a provavelmente repetirá seu fundamentalismo econômico – o que faz há seis anos e meio, todas as vezes que vem a esta Casa; apresentará as justificativas; dirá que é a salvação da economia brasileira. E nós levantaremos questionamentos, debateremos, mas ficará por isso mesmo.

Lembramos que, em 1997 ou 1998, o acordo anterior foi aprovado nesta Casa – registro inclusive que só veio para cá por que nós, da Oposição, entramos com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal.

Na ocasião, foi dito que só era necessário mandar para cá porque se tratava de um acordo diferente, não apenas com o FMI, mas que pressupunha também operações financeiras com o BIS (Banco para Compensações Internacionais), com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), com um banco do Japão, com o Deutsche Bank e outros.

O calhamaço do acordo chegou aqui numa segunda-feira à tarde, na terça-feira de manhã, o Ministro Pedro Malan veio fazer a justificativa. No mesmo dia, a Comissão de Assuntos Econômicos votou o acordo e, na quarta-feira, o Plenário do Senado Federal votou a matéria favoravelmente.

Ontem, tive a oportunidade de assistir a parte das justificativas do Ministro Pedro Malan. Constatou-se, mais uma vez, que S. Ex^a deseja muito viabilizar-se como candidato do Governo.

O Ministro resolveu agora, em todas as suas intervenções, estabelecer polêmicas com o PT. Inclusive, está bem informado e acessa às vezes o **site** do PT. Soube até que, a exemplo do que S. Ex^a fez no congresso do PT em 1991, já leu todas as teses das correntes do nosso Partido do processo de sucessão que está sendo agora estabelecido.

S. Ex^a quer, naturalmente, credenciar-se como candidato, o que pode acontecer, já que a diferença de 6% para 3% ou para 2% não é muito grande. Então, no frigar dos ovos, o Ministro Pedro Malan pode acabar sendo o candidato do PSDB e do Governo.

Afora essa parte política, S. Ex^a explica, justifica e apresenta aquilo que já era de conhecimento de todos e já era a expectativa, por que o receituário do FMI não muda no tempo nem no espaço. O mesmo que vale para a cochinchina vale para o Brasil, para a Tailândia, para a China, para a Rússia. Os anos passam e ele continua com a mesma lengalenga, o mesmo receituário: superávit primário, redução de déficit e pri-

o-riação de tudo aquilo que é economizado, que gera o superávit primário, para pagamento de juros.

O problema não é simplesmente a discussão de romper ou não com o FMI. O Ministro Pedro Malan procura as palavras de ordem do PT como “fora FMI” ou “romper com o FMI”, cobrando isso como justificativa para o que ele chama de nossa incoerência.

Não se trata da visão de “demonização” do FMI nem sequer de romper com o FMI, já que o Brasil é sócio dele. Trata-se, e esta discussão naturalmente vai ocorrer quando chegarmos mais perto da campanha eleitoral e estabelecermos o debate econômico, de analisar se vamos continuar com uma política econômica que, na sua totalidade, de forma absolutamente acrítica, aplica o receituário do FMI, ou se o Governo brasileiro – e me refiro ao futuro, por que não temos a expectativa de que o atual venha a caminhar nessa direção – irá romper com esta política do FMI.

Cada vez mais, a crítica à política do FMI no mundo não é uma exclusividade de setores da esquerda mundial. A crítica à política do FMI, ao seu receituário ortodoxo, que vem dando com os burros n'água em diversos países deste planeta, vem sendo aumentada por setores cada vez mais insuspeitos que analisam a economia mundial.

Temos de lembrar que quando a Rússia “quebrou” em 1998, ela já vinha, há seis meses, fazendo o dever de casa imposto pelo receituário do FMI.

Neste momento, a sociedade brasileira como um todo está sofrendo alguns dos efeitos colaterais da política ortodoxa do FMI: o apagão e a economia de energia que a Nação brasileira está sendo convocada a fazer, e está atendendo, por que o povo brasileiro tem dado demonstrações cabais de que é muito mais inteligente e solidário do que as elites que o governam.

O momento que estamos vivendo hoje, em relação às nossas debilidades na infra-estrutura, são decorrentes desse tipo de receituário. É a lógica de que investimento, inclusive em infra-estrutura, é classificada do pelos contadores do FMI como despesa; portanto, as despesas diminuem o superávit primário e precisam ser reduzidas, mesmo que sejam “despesas” que, na verdade, são investimentos em infra-estrutura que podem contribuir para a retomada do desenvolvimento a curto e médio prazo. Aí, sim, por meio da retomada do desenvolvimento, aumentar o superávit primário e diminuir o déficit.

Infelizmente, pelo que eu vi ontem, na semana que vem vamos estabelecer aqui a continuidade desse tipo de situação. A maioria governista, naturalmente, vai justificar que é uma medida para garantir a si tu-

ação do Brasil, para evitar o que aconteceu com a Argentina. É a lengalenga de sempre. Como temos dito já há alguns anos, recorre-se a esse “pronto-socorro” do FMI, exatamente em face da absoluta dependência que o Brasil continua tendo dos capitais voláteis e externos e principalmente por não levar em consideração os interesses maiores da Nação.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, este debate continua sendo, aqui no Senado, uma discussão de surdos. O apagão é um exemplo emblemático de situação crítica para a qual chamamos a atenção de todos. Quando levantávamos, ao longo do tempo, a necessidade de estabelecer um novo modelo de privatização e de investir na geração de energia, sempre éramos classificados como dinossauros e recalçados por termos perdido as eleições. Infelizmente, a arrogância, a empáfia e a auto-suficiência dos que fazem a política econômica continuam as mesmas. Prova disso é a entrevista do banqueiro Edmar Bacha, ex-membro do Governo, que chega ao despatúrio de dizer: “O PT vai perder a eleição, mas ainda vai causar muito prejuízo à economia”. Essa declaração me fez lembrar de quando ingressei na faculdade, onde os calouros recebiam dos veteranos os dez mandamentos, eivados de bom humor, mas que, ao mesmo tempo, perpassavam um profundo autoritarismo. A declaração do Edmar Bacha me fez recordar um desses mandamentos, que dizia o seguinte: “O veterano nunca erra, raramente se engana, e, quando isso acontece, a culpa é exclusivamente do calouro”.

É exatamente isso que o Edmar Bacha disse: “O PT vai perder a eleição, mas vai atrapalhar a economia.” Quer dizer, os erros da equipe econômica são causados, aliás, os erros, não, os enganos, porque a equipe econômica nunca erra, raramente se engana, e, quando engana, a culpa é do PT, da Oposição.

Edmar Bacha tem uma certa razão, porque os banqueiros, de um modo geral, têm a triste mania de confundir os interesses nacionais com os seus próprios interesses; confundir a economia do País com a economia dos bancos. Então, nesse aspecto, sob essa lógica, o Edmar Bacha está certo: “O PT vai prejudicar a economia”. Não a economia do País, não os interesses da sociedade, mas a economia dos interesses que ele representa e as atividades dos interesses que ele representa, com certeza o PT irá prejudicar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Com prazer. Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de aduzir algumas reflexões aos argumentos que V. Ex^a vem desenvolvendo tão bem. Primeiramente, começando pelas observações do economis-

ta Edmar Bacha, ex-assessor do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e hoje presidente da Associação dos Bancos de Investimento no Brasil. Durante os anos sessenta e setenta, Edmar Bacha havia se distinguido, tal como então o Ministro da Fazenda Pedro Malan, como um dos críticos do processo de concentração da renda e da riqueza, bem como do processo de ditadura do regime militar que caracterizava o Brasil. Edmar Bacha foi um dos que se tornou conhecido pela expressão Belíndia, dizendo que o Brasil era uma mistura de Bélgica e de Índia. Em 1978, Edmar Bacha publicou, com Roberto Mangabeira Unger, o livro **Participação, Salário e Voto: Um Projeto de Democracia para o Brasil**. No capítulo de medidas para melhor distribuição da renda, propunha ele que houvesse principalmente duas medidas: a realização da reforma agrária e a instituição de um programa de garantia de renda mínima, por meio de um imposto de renda negativo. Quando assessor do Ministro da Fazenda na implantação do Plano Real, cheguei a dialogar com ele para verificar se não gostaria de introduzir, como uma contrapartida do processo de estabilização da economia, também aquilo que ele propugnava em 1978: a garantia de uma renda mínima. Entretanto, ele avaliou que não era ainda o momento para que isso pudesse ocorrer. Importante ressaltar que, passados sete anos, no que diz respeito aos objetivos de realização de justiça, de melhorar a distribuição da renda e de erradicar a pobreza, o Governo Fernando Henrique Cardoso deixa extraordinariamente a desejar. Nossa situação é tal que a prioridade continua sendo o atendimento aos credores internacionais, bem como aos credores internos do Brasil, que são aqueles que estão na faixa de maior renda. O Ministro Pedro Malan tem dito que a estabilidade é o seu propósito maior e que a estabilidade em si seria uma política social significativa, como se a contrapartida do modelo que vem adotando não implicasse dificuldades por vezes tão graves como aquelas que decorrem da inflação. Eu me refiro, Senador José Eduardo Dutra, ao aumento da dívida, porque, de dezembro de 1994 a maio de 2001, a dívida mobiliária federal aumentou de R\$62 bilhões para R\$562 bilhões, o que significa quase 10 vezes. Já a dívida líquida do setor público, incluindo União, Estados e Municípios, que era inferior a 30% do PIB, chegou a 52% do PIB em abril último. Portanto, estamos vivenciando um procedimento que, certamente, precisa de uma crítica que seja feita por um avaliador que não tenha aquela atitude de que sabe tanto, e sem levar em consideração as críticas que o Partido dos Trabalhadores está fazendo. Seria extremamente importante para o Senado que viessem os Ministros da Fazenda e do Planejamento a esta Casa com a atitude de dizerem que estão propondo tais metas e tais limites para as diversas áreas junto ao Fundo Monetário Internacional. Mas se o Senado Federal estabelecer outros li-

mites e outras metas, então poderia o Ministro da Fazenda, o Governo brasileiro, junto ao FMI, dizer que os termos negociados até o presente não foram aqueles que o Senado aprovou. Essa deveria ser a nossa atitude; esse deveria ser o conteúdo do diálogo. O Ministro da Fazenda deveria ver o Congresso Nacional – sobretudo o Senado Federal, que tem a responsabilidade constitucional de aprovar ou não os termos de acordos financeiros internacionais – como instrumento de apoio para uma posição muito mais assertiva junto ao organismo financeiro internacional ou ao conjunto deles. Assim, prezado Líder do Bloco de Oposição, Senador José Eduardo Dutra, avalio que seria adequado aproveitarmos a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que ocorrerá semana que vem com a presença dos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares, para tentarmos reverter a atitude que até agora vem caracterizando a relação entre o Ministério da Fazenda e o Senado Federal, a fim de que não sejamos novamente um simples mata-borrão do acerto entre o Governo e o FMI.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a toca no ponto principal da discussão, que não é simplesmente se somos contra ou a favor do Fundo Monetário Internacional como palavra de ordem. A questão é como os respectivos Governos e os respectivos Congressos se posicionam em relação aos acordos e exigências do FMI.

Há quatro ou cinco anos – se não me engano –, houve um debate no Congresso americano a respeito do aporte de mais recursos dos Estados Unidos para o FMI. O Congresso aprovou esse subsídio, desde que esses recursos não fossem utilizados em financiamentos para ajudar outros países a desenvolverem projetos nas áreas de microeletrônica, têxtil e siderurgia, áreas exatamente em que os Estados Unidos estavam perdendo competitividade. O Congresso americano aprovou o aumento de aporte de capital americano para o FMI, desde que isso não ferisse os interesses americanos.

Infelizmente, essa não tem sido a postura do nosso Congresso em assuntos semelhantes.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, sei que o meu tempo está-se esgotando, mas queria ainda conceder um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Comprometo-me a encerrar o pronunciamento logo em seguida.

Senador Antonio Carlos Valadares, ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador José Eduardo Dutra, felicito V. Ex^a pelas considerações a respeito do novo acordo já assinado – antes de qualquer pronunciamento do Congresso Nacional – pelo Governo com o FMI, o que obrigará a uma economia de mais de R\$45 bilhões. Isso significa, sem dúvida, que os setores mais pobres da população sofrerão com esse arrocho. Por exemplo: a casa popular, que já foi um sonho daqueles que queriam ter uma morada, hoje se constitui num verdadeiro vexame para qualquer família que tenha assumido compromissos com o financiamento imobiliário da Caixa Econômica Federal e dos demais agentes financeiros da habitação. A **Rede Globo**, em duas edições seguidas, segunda-feira e terça-feira, apresenta, com números impressionantes, a falência do setor habitacional no Brasil e a perseguição a todos aqueles que obtiveram o financiamento e que estão sob ameaça de perderem não somente suas casas, mas de perderem tudo o que pagaram durante anos e anos de trabalho. Ora, com esse acréscimo do superávit primário, de 3% para 3,5%, o Brasil vai precisar apertar mais o cinto e, com isso, ganham, naturalmente, aqueles que têm alguma dívida a receber no exterior, porque o Brasil vai economizar, tirando recursos dos programas sociais. Entre 2001 e 2002 mais de R\$10 bilhões serão drenados. Ora, enquanto recebe R\$15 bilhões por um lado e gasta R\$10 bilhões por outro, para pagar juros da dívida, então...! Neste instante, o pronunciamento de V. Ex^a tem consistência, é oportuno, porque revela a preocupação de todos nós que fazemos Oposição ao comportamento do Governo, que sempre se apresenta abertamente, dizendo que tudo vai bem no Brasil, que nós não vamos nos tornar uma nova Argentina. Tomara que tal não aconteça! Não torcemos por isso, e nem somos da política do “quanto pior melhor”, mas sabemos o quanto o povo do Brasil está sofrendo na própria pele o racionamento de energia em consequência da falta de políticas públicas consistentes que venham fazendo investimentos no setor energético. Por quê? Porque o Governo se propõe, única e exclusivamente, a atender ao receituário do FMI, como V. Ex^a se referiu. De forma que parabeno V. Ex^a mais uma vez. Estou totalmente de acordo com seu ponto de vista e sei que o pronunciamento do Sr. Ministro será ouvido por todos nós e terá o nosso respeito, mas já sabemos o que ele vai dizer. V. Ex^a já antecipou tudo. Paralelamente, parabeno o Líder do Governo que, daqui a pouco, cumprirá o seu papel de defender o indefensável.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Conclindo, quero fazer referência ainda a um trecho do aparte do Senador Eduardo Suplicy quando do S. Ex^a relembra o passado do economista Edmar Bacha. Por isso, quando me referi a ele, disse “economista”

e, depois, corrija para o “banqueiro” Edmar Bacha. Da mesma forma que o economista Edmar Bacha era bem melhor que o banqueiro Edmar Bacha, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso era bem melhor que o Presidente atual. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nilo Teixeira Campos, Suplente de Secretário.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peça a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Tem a palavra V. Exª, em nome da Liderança, por vinte minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, sem querer entrar na provocação dos Senadores José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Valadares, quero apenas registrar que os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares estarão aqui na próxima semana para dar as explicações necessárias ao Senado Federal quanto à questão do acordo com o FMI.

Quando o Senador José Eduardo Dutra diz que o Ministro Pedro Malan tem fixação com o PT, eu diria que o que ocorre é o inverso. Diria que o PT não passa um dia sem falar, sem questionar, sem se levantar contra as questões tocadas pelo Ministério da Fazenda. O Ministro da Fazenda apenas cobra que o PT torne clara a sua posição no tocante a essas questões. Mas creio que cada um tem sua posição, e é importante que seja explicada, para que, no momento correto, aí, sim, o País possa julgar e definir os rumos que a economia brasileira deve tomar no futuro, porque isso será decidido no próximo ano, nas próximas eleições.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Romero Jucá, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Apesar de ter ouvido V. Exª, concedo. Não estou querendo polemizar. Só queria fazer essa observação.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Mas o bom é polemizar, Senador Romero Jucá. É apenas para registrar que acredito que V. Exª tenha revelado que não quer o Ministro Pedro Malan como candidato, porque, na verdade, a aprovação que fez a ele foi de que o mesmo estava doído para ser candidato e, por isso, estava polemizando com o PT. Como

V. Exª destacou esse ponto, então, devo concluir que ele não é o candidato de V. Exª. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – O Governo não tem candidato ainda. O Governo tem excelentes nomes. Fala-se no Ministro Pedro Malan, no Ministro José Serra, no Ministro Paulo Renato, no Ministro Pimentada Veiga, no Deputado da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, no Governador de São Paulo, Geraldo Alckimin, na Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, no Governador Tasso Jereissati. Então, temos na base do Governo muitos nomes, e um deles, sem dúvida, será escolhido candidato pela grande aliança e disputará as eleições para ganhar. Mas esse é um momento para o próximo ano. V. Exª está querendo antecipar que o Ministro Pedro Malan seja candidato. E S. Exª disse ontem, em entrevista coletiva, que não falava como candidato. Portanto, a observação de V. Exª não é pertinente.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Romero Jucá, gostaria de completar o aparte dizendo que, em política, geralmente quem tem muito é quem não tem nenhum. V. Exª me fez lembrar a entrevista recente concedida por seu correligionário em Sergipe, o Governador Albano Franco, quando anunciou que daria uma notícia que seria como uma bomba: não seria candidato a senador; permaneceria no governo ou seria candidato a deputado federal. E listou os nomes de 13 possíveis candidatos. Se listou tantos nomes é porque não havia nenhum. V. Exª se parece com ele. Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Senador José Eduardo Dutra, não conheço detalhes da política de Sergipe. O Sr. Albano Franco é um grande governador. Cabe a ele discutir os rumos de sua sucessão no âmbito do partido. Mas, com relação ao Governo, devo lembrar que o Ministro Pedro Malan não falou ontem como candidato. No momento certo, o candidato do Governo será escolhido, anunciado, e debaterá as idéias, inclusive econômicas, com o PT e outros partidos. É importante que, no próximo ano, fique claro que rumo o PT, o Governo, enfim, todos os partidos desejam para o País. Que todos os partidos tenham a sua proposta no tocante à economia.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, não para travar um embate pré-eleitoral, mas para dois registros que considero importantes a respeito de anúncios feitos pelo Ministro Raul Jungmann. O primeiro deles de que cerca de 20 milhões de hectares de terras griladas, dos 50 milhões de hectares que deverão ser cancelados, principalmente na Amazônia, serão destinados a novas áreas de proteção ambiental. Portanto, é uma decisão dentro do Governo que se encaminha no sentido de ampliar ainda mais a proteção do meio ambiente, principalmente na região amazônica.

O Ministro registrou também que ontem a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria o Ca-

cadastro Nacional de Imóvel Rural e que essa lei deve ser sancionada dentro de alguns dias pelo Presidente da República. O cadastro já foi aprovado aqui pelo Senado, agora foi aprovado pela Câmara e, sem dúvida nenhuma, será um instrumento forte também dentro da política de reforma agrária e de redistribuição de terras.

Portanto, parabeno o Ministro Raul Jungmann pelas posições assumidas, tanto na questão do cadastro quanto na questão das terras griladas, porque o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra estão fazendo um grande trabalho de recuperação, como eu disse, de algo em torno de 50 milhões de hectares de terras griladas no Brasil.

Sr. Presidente, o outro registro que eu gostaria de fazer é sobre o título que recebeu da Câmara de Vereadores de Boa Vista. Agradeço aos vereadores, ao Presidente da Câmara, Flávio Chaves, e a todos a concessão do título de Cidadão de Boa Vista, amparado pelo Decreto Legislativo nº 239. Nasci no Recife, sou pernambucano, dediquei a minha vida política, em parte, ao povo de Roraima e à cidade de Boa Vista, e recebo com muita distinção, com muita satisfação e com muita honra essa concessão de título de cidadão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Permito o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Romero Jucá, V. Exª fez uma referência a iniciativas do Ministro Raul Jungmann, e hoje a **Folha de S. Paulo** registrou um fato bastante interessante no contraponto do Painel sobre o prefeito de Cajazeiras, na Paraíba, Carlos Antônio, do PDT, que teria 6.600 famílias alistadas para receber cestas básicas do Governo. E o Ministro Raul Jungmann anunciou que poderá processar os prefeitos do Nordeste que não forem buscar as cestas básicas do Governo para distribuí-las em suas cidades. Por que o prefeito resolveu ainda não fazê-lo? Diante do anúncio, ele enviou um telegrama ao Ministro dizendo que, se o Ministro Raul Jungmann comparecer ao ato de distribuição das cestas, ele irá buscá-las. O prefeito explicou o porquê. Disse ele: – “Deixo o Ministro escolher quem vai recebê-las e saio correndo, fico vivo e não me queimo com os eleitores”. Ora, por que esse episódio é interessante e me refere a nos sa reflexão? Aliás, há poucos dias, o Senador Ney Suassuna fez um pronunciamento também sobre esse tema e, com ele, mais uma vez, fiz uma reflexão que aqui reitero. Veja, Senador Romero Jucá, esse episódio é muito interessante porque, se tivermos uma situação tal em que o prefeito de uma cidade deve decidir entre as famílias que estão numa

situação de grande carência, qual delas terá o direito de receber uma cesta básica? Por que não avançarmos na direção de simplesmente universalizarmos esse direito, para que não houvesse essa dificuldade burocrática de critérios – que, inclusive, levou o prefeito de Cajazeiras a tal dilema que chegou a preferir não buscar as cestas? É importante termos uma definição em lei de forma muito objetiva sobre qual família ou pessoa tem direito. Uma forma é estabelecer o critério segundo o qual a família ou a pessoa terá o direito desde que sua renda não atinja determinado patamar, desde que tenha crianças na escola etc. Em vez de cesta básica, mais eficaz será a família receber em dinheiro ou em cartão magnético, como, aliás, parece ser a conclusão do próprio Governo Fernando Henrique e do Ministro Raul Jungmann, conforme as suas últimas declarações.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Senador Suplicy, o Ministro do Desenvolvimento Agrário é muito bom em propaganda, é ótimo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – S. Exª tem utilizado muito a publicidade, que tem sido mais eficaz que propriamente a forma de todas as famílias terem o direito à vida, à existência, à renda.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – O mais importante é o **marketing** – para alguns.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas, diante de episódios como o ocorrido hoje no painel, tenho-me convencido de que será mais adequado ao Brasil chegar, o quanto antes, ao dia em que dará uma renda básica incondicional a todas as pessoas. Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Exª pelo aparte, pelas observações e pela preocupação com relação às cestas básicas, uma questão grave que já está sendo cuidada pelo Governo. As Comissões municipais estão até mesmo vendendo os cadastros para verificar o número de atendimentos em cada Município.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, pedindo a transcrição da matéria “Terras griladas vão se tornar áreas protegidas” e do Decreto Legislativo nº 239, de 05 de junho de 2001, que me concede o título de Cidadão de Boa Vista, Roraima.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Son: Romero Juca



RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

MÍDIA IMPRESSA

JORNAL

O GLOBO

DIA 08

MES ANO
ago/2001

PODERNO
1º

PÁGINA
14A

Terras griladas vão se tornar áreas protegidas

Jungmann anuncia que até o fim do ano 20 milhões de hectares terão proteção ambiental

Francisco Leali

Enviado especial

• BORBA, Amazônia. Às margens do Rio Madeira, ao som de um improvisado coro de crianças cabocias cantando "Sole mio", o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, anunciou ontem que o governo vai destinar, até o fim do ano, 20 milhões de hectares de terras griladas para a criação de novas áreas de proteção ambiental.

No total, o governo espera anular registros de cerca de 50 milhões de hectares de terras da União registradas irregularmente na região amazônica.

Áreas haviam sido recuperadas pela União

Além das áreas de proteção ambiental, Jungmann informou que o Incra também vai transferir parte das terras recuperadas pela União para a Funai, que deverá destiná-las às comunidades indígenas.

O ministro oficializou ontem a destinação de 2,4 milhões de hectares de terras ao Ibama. Essas áreas já haviam sido recuperadas pela União, com a ajuda do Tribunal de Justiça do Amazonas, que anulou os registros falsos. O Ibama já decidiu criar sete unidades de conservação em 1,7 milhão de hectares.

Câmara aprova Cadastro Nacional de Imóvel Rural

Depois de viajar durante uma hora de helicóptero e

mais 20 minutos de barco, o ministro Jungmann visitou ontem uma dessas áreas que haviam sido griladas. Próximo ao município amazonense de Borba, a cerca de 150 quilômetros de Manaus, as terras que faziam parte das fazendas Rio Luna 1, 2 e 3 estavam irregularmente registradas por uma empresa de madeireiros da Malásia.

— Aqui, a vida selvagem ia pagar um preço altíssimo. Certamente, seria degradada e os recursos naturais, explorados desmedidamente

— afirmou o ministro.

Em Brasília, a Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que cria o Cadastro Nacional de Imóvel Rural. A lei deverá ser sancionada nos próximos dias pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

A proposta do Cadastro Nacional de Imóvel Rural foi apresentada pelo governo com o objetivo de coibir a grilagem de terras no país e para facilitar as desapropriações para efeito de reforma agrária.

O novo cadastro de terras rurais terá controle direto do Incra e da Receita Federal, que vão gerenciar uma base comum de informações. O governo aposta que a partir da regularização dos dados do Cadastro Nacional serão coibidas as apropriações irregulares e as transferências irregulares de terras.

"Poderemos acabar com essa canalhice", diz ministro

Jungmann disse que, com a aprovação da lei, o governo terá um mecanismo a mais para anular registros irregulares e punir os cartórios envolvidos em fraudes.

— Agora, poderemos acabar com essa canalhice que estava ocorrendo com grilagem de terras públicas — disse o ministro.

A solenidade em Borba agitou o pequeno município amazonense. Para ali rumaram diversos políticos, autoridades do judiciário e também vários representantes de organizações não-governamentais.

ONGs cobram mais apoio a preservação ambiental

As ONGs comemoraram a transferência das terras do Incra para o Ibama, mas cobraram mais apoio do governo à implantação das áreas de preservação ambiental.

Coordenador da Campanha Amazônia do grupo ecológico Greenpeace, Paulo Adário afirmou:

— Se o governo não implanta a unidade de conservação, as terras ficam sujeitas a todo tipo de exploração. ■

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
DEPARTAMENTO DE APOIO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 239, DE 05 DE JUNHO DE
2001.

Autor: Ver. George Melo

**"CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
BOAVISTENSE AO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR SENADOR ROMERO JUCA
- FILHO."**

O Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, faz saber que a Edibilidade aprovou a ele promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Boavistense ao Excelentíssimo Senhor Senador Romero Juca Filho pelos relevantes serviços prestados ao Município de Boa Vista.

Parágrafo Único- A solenidade de entrega do título, dar-se-á no Plenário Estácio Pereira de Mello.

Art. 2º- Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

Plenário Estácio Pereira de Mello, Boa Vista-RR, 05 de junho de 2001.

Flávio dos Santos Chaves
Presidente - CMBV

Marcos Francisco Sampaio da Silva
1º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – V. Ex^a será atendido na formado Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por permuta com o Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronunciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traço ao plenário do Senado uma discussão que julgo inadiável e que não poderia estar ausente desta Casa e muito menos do Congresso Nacional. O assunto clonagem humana tem sido tratado pela imprensa nos últimos dias, especialmente pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que tem sido vanguarda e dado a devida e responsável atenção à matéria.

O Senado tem uma responsabilidade especial por hoje de ter o parecer final de um projeto do Senador Lúcio Alcântara, que encontrou um substitutivo do Senador Roberto Requião, cuja relatoria está em minhas mãos, na Comissão de Assuntos Sociais. Espero apresentar uma solução legislativa a essa matéria nos próximos dias.

Trata-se de uma situação extremamente delicada, que envolve desde posicionamentos de extrema preocupação de autoridades religiosas, como o Papa João Paulo II, de autoridades internacionais de saúde, como o representante da Organização Mundial de Saúde, e de autoridades científicas de todos os países que já têm legislações sobre a matéria reprodução humana.

Há uma preocupação com a afirmação inusitada do pesquisador Severino Antinore, italiano que reside atualmente nos Estados Unidos. Ele divulgou que, nos próximos 30 dias, estará clonando o primeiro ser humano. Há 200 voluntárias para tal medida, o que deixa perplexa a comunidade científica, de modo especial os que atuam nos campos da saúde pública, da bioética e da pesquisa genética.

O Brasil tem cientistas de renome, ligados ao Centro de Bioética e Pesquisas em Reprodução e Genética da Universidade de São Paulo. O pesquisador Sergio Pena, por exemplo, afirma que Severino Antinore não será louco de tentar clonar seres humanos. Outra grande pesquisadora de São Paulo, Dr^a Mayana Zatz, afirma que a certeza de Severino Antinore no sentido de que a clonagem de humanos não trará conseqüências é totalmente infundada.

Esta mos diante de uma situação que supera em muito os riscos das violentas pesquisas praticadas pelos nazistas com seres humanos, pois trata-se de um campo obscuro.

Lembro que, quando da clonagem da ovelha Dolly, houve 277 tentativas de reprodução direta para apenas um êxito. Houve uma margem de 1% de êxito e 99% de acidentes graves no resultado da tentativa de clonagem. Em humanos, não há qualquer estudo nem amparo da legislação. De maneira inusitada, um pesquisador diz que, mesmo em águas internacionais, onde não há legislação pertinente, fará sua pesquisa e realizará a clonagem nos próximos 30 dias. Existe uma violência explícita aos direitos humanos, à bioética, à comunidade científica internacional.

Espero sinceramente que o Senado Federal esteja atento a essa matéria, porque, senão, estaremos reeditando a prática nazista da eugenia ou então lembrando “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley. É necessária muita atenção do Congresso Nacional, que tem o dever de legislar sobre a matéria e apresentar uma conclusão restritiva às autoridades científicas do Brasil. No campo da reprodução assistida comum, já extrapolamos os limites, e não posso entender como legítima, coerente e científica uma prática dessa natureza.

A essência do ser humano em sua possibilidade de sobrevivência tem sido exatamente a sua diversidade genética, e agora querem entrar na contramão da história da evolução humana, trazendo a prática da eugenia à luz do dia, rompendo e agredindo qualquer legislação internacional sobre a matéria.

É preciso muita atenção do Congresso brasileiro, e espero que a responsabilidade e o componente ético falem muito mais alto. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Capítulo XII – Pesquisa Médica

É vedado ao médico:

Art. 122. Participar de qualquer tipo de experiência no ser humano com fins bélicos, políticos, raciais ou eugênicos.

Art. 123. Realizar pesquisa em ser humano, sem que este tenha dado consentimento por escrito, após devidamente esclarecido sobre a natureza e conseqüências da pesquisa.

Parágrafo único. Caso o paciente não tenha condições de dar seu livre consentimento, a pesquisa somente poderá ser realizada, em seu próprio benefício, após expressa autorização de seu responsável legal.

Art. 124. Usar experimentalmente qualquer tipo de terapêutica, ainda não liberada para uso no País, sem a devida autorização dos órgão competentes e sem consentimento do paciente ou de seu responsável legal, devidamente informados da situação e das possíveis conseqüências.

Art. 125. Promover pesquisa médica na comunidade sem o conhecimento dessa coletividade e sem que o objetivo seja a proteção da saúde pública, respeitadas as características locais.

Art. 126. Obter vantagens pessoais, ter qualquer interesse comercial ou renunciar à sua independência profissional em relação a financiadores de pesquisa médica da qual participe.

Art. 127. Realizar pesquisa médica em ser humano sem submeter o protocolo à aprovação e ao comportamento de comissão isenta de qualquer dependência em relação ao pesquisador.

Art. 128. Realizar pesquisa médica em voluntários, sadios ou não, que tenham direta ou indiretamente dependência ou subordinação relativamente ao pesquisador.

Art. 129. Executar ou participar de pesquisa médica em que haja necessidade de suspender ou deixar de usar terapêutica consagrada e, com isso, prejudicar o paciente.

Art. 130. Realizar experiências com novos tratamentos clínicos ou cirúrgicos em paciente com afecção incurável ou terminal sem que haja esperança razoável de utilidade para o mesmo, não lhe impondo sofrimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Senador Tião Viana, V. Ex^a trouxe um assunto muito importante ao conhecimento do Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por cessão do Senador Paulo Hartung.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande tristeza que assomo hoje à tribuna, para fazer este pronunciamento. Contudo, em nome da honra e da verdade, não posso e não me vou recusar a fazê-lo. É sempre muito triste vivenciar a diáspora entre pessoas queridas, amigas, a diáspora entre companheiros de sonho em algum momento.

Nesse aspecto, a política é, talvez, o mais cruel dos sortilégios. Caminhos que se trilham no companheirismo, irmanados no mesmo ideal de construção social e de se conseguir fazer um lugar melhor para se viver, podem e são, muitas vezes, bifurcados numa curva qualquer da estrada. Muitas vezes, companhei-

ros saem da estrada principal e pegam atalhos que não dão em lugar algum, mas a história precisa ter seus registros. Exatamente porque a história passa a competir com a responsabilidade e para que se tenha o registro dos fatos, ocupo a tribuna, mas com tristeza.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Paraíba tem 223 Municípios, e o PMDB tem mais de 100 Prefeituras; o segundo Partido tem pouco mais de 40. Hoje o PMDB da Paraíba foi citado como fracopor um Senador paraibano – o PMDB que tinha 60 Municípios e que hoje tem mais de 100. Não é verdade. Foi citado como um Partido prepotente, que expulsou pessoas. Não é verdade. Foi citado como um Partido que interveio em diretórios municipais. Tragam a intervenção num deles e, de público, penitenciar-me-ei. Não é verdade também essa afirmação. Falou-se, inclusive, em intervenção em João Pessoa, em Campina Grande e em outros municípios. Balela, mentira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Lamento muito dizer isso, mas, quando o Senador Ronaldo Cunha Lima vem aqui e diz que está saindo, também não é verdade. S. Ex^a já saiu há muito tempo, quando ele retirou do PMDB o Prefeito Cícero Lucena Filho, quando retirou do PMDB o Deputado Armando Abílio Vieira e outros, alguns para o PSDB, outros para o PTB. O filho foi retirado e está sem partido até hoje. Ora, como alguém pode pertencer a um partido se retira os seus aliados dele? Por inúmeras vezes, ele anunciou que ia largar, que ia deixar o Partido e assumir o partido A, B ou C.

Intervenção em João Pessoa nunca houve. O que tivemos lá foi o abandono, pelo Prefeito Cícero Lucena Filho, do Partido, que ficou como um barco à deriva no rio, sem capitão, sem comandante e sem tripulação. Nós assumimos. Sun Tzu, em **A Arte da Guerra**, diz que o poder não admite espaço vazio; nós ocupamos o espaço que o prefeito deixou vazio.

Em Campina Grande, o Prefeito Cássio Cunha Lima se aliou ao PT; agora está sem partido. Como alguém pode estar com o pai e os companheiros no PSDB e estar aliado ao PT, e continuar sem partido?

Na verdade, a estratégia deles, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é ocupar siglas. Eles querem ocupar siglas, não interessa se há coerência, não interessa conhecer o conteúdo programático. Chegam nesta Casa sempre como vitoriosos, mas não o são.

A Bíblia fala da serpente irra, que quem planta colhe. Passei vinte anos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse grupo e o lar guei por que eu queria seguir a estrada principal.

Num determinado momento, fizemos o acordo da granja – a casa onde reside o Governador da Paraíba. O Senador Ronaldo já estava no Senado, o cunhado era o Ministro da Integração Nacional, o filho era Prefeito de Campina Grande, o irmão era Deputado Federal e seria o Vice-Governador, que gerenciaria a eleição seguinte, cujo candidato seria Cássio Cunha Lima, e o primo era Deputado Estadual. Creio que nenhuma família teve tanto poder no meu Estado. Talvez, por ter tanto poder, houve uma distorção, pensaram que poderiam fazer tudo.

E o que aconteceu? Depois do acordo em que José Maranhão seria o Governador, eu seria o Senador e o irmão dele seria o Vice-Governador, eles resolveram não cumprir. A agressão foi tão violenta que o povo da Paraíba deu ao Governador José Maranhão 82% dos votos, a maior votação que um governador teve neste País. Democracia é isto: voto. Mas não parou aí.

Sr. Presidente, li o discurso do Senador Ronaldo Cunha Lima. Gostaria de ter estado presente, se estivesse teria intervindo na ocasião. Mas, como houve a troca, eu era o segundo, perdi a ocasião. Nele, S. Ex^a diz que nós do Governo José Maranhão fomos perseguido não só ele como o grupo dele e a cidade de Campina Grande.

Sou de Campina Grande e tenho muito orgulho de ser campinense. Nós, campinenses, somos um povo diferenciado, somos teimosos, lutamos pelas coisas. Investi uma parte do meu capital em Campina Grande em um **Shopping Center** que emprega mais de duas mil pessoas.

Mas foi o Governador José Maranhão, na sua administração, que perseguiu a cidade: duplicou a BR-230, uma obra de mais de 100 milhões para um Estado pobre, a maior obra rodoviária que a Paraíba já teve – é uma estrada de primeiro mundo, dá gosto vê-la. Fez mais: construiu o Pronto-Socorro, que Cunha Lima, campinense, estando no Governo, não construiu. José Maranhão construiu um hemocentro, também de primeiro mundo; dezenas de escolas; levou água a bairros. Mas sua maior obra foi Acauã, que permitirá que a cidade não tenha problemas com água por muitos e muitos anos.

Mas veio a perseguição, resultado a da chamada “dor de cotovelo”. Eles poderiam ter feito e não o fizeram. Eu entendo, psicologia humana é assim mesmo.

Fico com pena, triste por ter de vir aqui relatar tudo isso, porque sei diferenciar, Sr^{as} e Srs. Senadores, inimigo de adversário.

Trato com a maior urbanidade todos os adversários. Quando encontro o Senador Ronaldo, lembro os tempos anteriores, eu o cumprimento, mas so mos adversários.

A verdade tem de ser mantida. Quando da Executiva do PMDB, disseram que o Partido estava fraco. Um Partido que tem a metade dos prefeitos do Estado! O Senador Maguito Vilela, Presidente do PMDB, está aqui. S. Ex^a foi à inauguração da nossa sede, a me lhor de todo o País, e peço o seu testemunho.

No dia da inauguração da sede, sessenta e sete pessoas, vinte prefeitos, inúmeros deputados, centenas de lideranças passaram para o PMDB, vindos de outros partidos. E o Senador Maguito Vilela foi vilipendiado porque fez um discurso saudando esse feito. Disseram que ele foi até lá para dizer que iria entregar ao nosso grupo. Não! O Senador Maguito disse, na Executiva – e eu peço o testemunho de toda a Executiva –, o seguinte: “Vocês aceitam que eles voltem – porque não estão no Partido – e disputem aqui dentro do Partido?” E nós, na mesma hora, dissemos: “aceitamos”. “Então, voltem ao Partido e nós vamos julgar o pedido de intervenção que vocês fizeram ao PMDB”. Não foi isso, Senador Maguito Vilela?

V. Ex^a poderia, por gentileza, ocupar o microfone e dizer se eu estou falando a verdade? Foi exatamente isso que aconteceu?

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Exatamente. V. Ex^a está retratando aquilo que aconteceu em João Pessoa. Logo a seguir, eu vou apartear-lo.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o que aconteceu? Hoje, o Senador Ronaldo Cunha Lima disse que foi expulso do PMDB. Não! Não foi expulso. Nós o aceitamos de braços abertos. Venha! Mas aceite a democracia de batermos chapas.

Ganhamos a primeira e a segunda convenção. Íamos ganhar novamente se viessem. Eles entraram na Justiça. Perderam em todas as instâncias, e dizem que foi uma eleição, uma convenção com corrupção. Então, a Justiça é louca! Lá e cá.

Eu fico triste, porque desejo a união. Quero o meu PMDB cada vez mais forte, como temos na Paraíba e em Goiás. Quero um PMDB forte no País; um Partido que tem passado, presente e, com toda certeza, terá futuro, porque mesmo em uma crise como a que estamos passando, desejamos a transparência, a verdade em todas as ocasiões, custe o que custar.

Concedo o aparte ao nobre Senador Maguito Vilela, Presidente do PMDB.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Ney Suassuna, faço coro com as palavras de V. Ex^a e lamento a saída do honrado e digno Senador Ronaldo Cunha Lima do PMDB. Evidentemente, perder integrantes é ruim para o Partido, e o PMDB se sente frustrado com a perda de um companheiro do nível, da estirpe política do Senador Ronaldo Cunha Lima. É lamentável que isso tenha ocorrido, porque envidamos todos os esforços em prol de uma composição. Cheguei, inclusive, a indagar do Governador José Maranhão e de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, se havia como conviver com o grupo Cunha Lima, e V. Ex^{as} responderam prontamente que sim, que os receberiam de braços abertos e que aceitariam o diálogo. Infelizmente, a recíproca não foi verdadeira. Não aceitavam mais conviver com o Governador, com V. Ex^a, e o Partido teve de optar. Quer dizer, o problema é grave para ser superado pelo Diretório Nacional. Naturalmente queríamos decidir depois de todas as conversações, oportunidades e tentativas de conciliação. Entretanto, infelizmente, o Senador tomou essa posição, que lamentamos. Digo a V. Ex^a e ao Brasil todo que tive a honra de participar, em João Pessoa, da inauguração da sede própria do PMDB, indubitavelmente a melhor, a mais bonita, a mais funcional de todo o Brasil e, a de João Pessoa, muito funcional, muito bonita, muito organizada. Fiquei realmente encantado com o PMDB da Paraíba. E mais do que isto: fiquei encantado com a popularidade do Governador José Maranhão. Eu fiquei impressionado! Quer dizer, na inauguração de uma sede, numa tarde chuvosa em João Pessoa, havia lá dez mil pessoas, quinze mil pessoas. O Senador Pedro Simon e eu, que esperávamos encontrar quinhentas pessoas na inauguração, fomos lá recebidos por dez a quinze mil pessoas em uma festa maravilhosa. Vi um PMDB extremamente pujante, forte; um governador com credibilidade, e o povo aplaudindo-o sem parar. Percebi que V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, goza hoje também de uma popularidade muito grande na Paraíba e que ao sair com V. Ex^a às ruas, aos restantes, o povo gritava o seu nome, acenando, querendo cumprimentá-lo. Saí de lá radiante com o PMDB, um Partido forte, um governador muito querido, com muita credibilidade – um Partido com mais de 20 deputados estaduais, com mais de 90 ou 100 prefeitos. Só naquele dia 20, prefeitos se filiaram ao Partido, sem contar com centena de vereadores. Isso nos empolga. O PMDB da Paraíba – eu disse isso lá – é um exemplo para o Brasil em todos os sentidos. Por isso, parabenezo V. Ex^a pela grande movimentação do Partido lá. O Senador Pedro Simon também ficou impressionado com a atu-

ação do PMDB. Perdemos um companheiro, mas não a batalha nem a guerra. Pelo contrário, tenho certeza absoluta de que o PMDB da Paraíba continuará sendo vitorioso, vigoroso e, realmente, de tradições naquela terra. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Maguito Vilela. Alegro-me ao ouvir essas palavras de V. Ex^a.

A eleição reporá, com toda a certeza, aqueles que perdemos. Nós ganharemos a eleição.

Ao encerrar, digo mais uma vez que lamento ter de fazer este discurso. Eu preferiria não ter de fazê-lo. A bem da verdade e para a história, eu não poderia deixar de fazê-lo.

Nunca tive outro Partido. Sou do PMDB desde o dia em que ingressei na política e, no dia que eu sair do PMDB, sairei da política, porque comungo com o programa do meu Partido. Não entendo como alguns podem pertencer a vários partidos, como é o caso citado pelo grupo a que acabei de contrapor a minha opinião.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Após as palavras proferidas pelo Senador Ney Suassuna, e dando continuidade aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Senador Carlos Bezerra, por permuta com o Senador Mauro Miranda.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, há pouco ouvimos um debate sobre o FMI. O Líder do PT referiu-se ao novo acordo firmado e sobre a dívida.

Acredito que o que está se passando aqui é mais ou menos como o teatro do absurdo de Eugène Ionesco. Abranda-se a reação popular ao FMI, para a manutenção do **statu quo**. Entretanto, penso que o próximo Presidente da República não conseguirá governar o Brasil fazendo a mesma acrobacia que o atual Presidente. Se algum candidato Oposição pensa desse modo, está equivocado. A Nação não suporta mais promover superávit e superávit a fim de pagar juros aos banqueiros, honrar o compromisso da dívida. Honra-se o compromisso da dívida com o sofrimento da Nação inteira, dos trabalhadores, dos funcionários públicos, daqueles que recebem salário mínimo. Esse tipo de política está definida e não muda agora, pois este Governo tem as regras claras; mas o próximo Governo não poderá e nem conseguirá conviver com essa situação. Estou percebendo uma preparação da elite para que o vencedor das eleições en-

tre no jogo, adequando-se a ele. Está enganado alguém que pense que ganhará a eleição na Oposição e manterá o jogo que aí está.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, informo a V. Ex^{as} que apresentei ontem requerimentos de informação para que os Srs. Ministros da Previdência e da Assistência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão enviem a esta Casa a relação atualizada dos imóveis de propriedade da União que não estejam sendo utilizados nas administrações públicas federais e que não tenham pendência judicial, devendo tal relação conter, no mínimo, a localização, a descrição sumária e o valor de mercado.

Há informações oficiais, porém não atualizadas, de que a União possui inúmeros imóveis, arrecadados das mais variadas formas, inclusive em cobrança da dívida ativa, que não têm nenhuma utilidade para a mesma, estando, muitas vezes, ocupados por terceiros, com aluguéis irrisórios ou até gratuitamente.

Nessa fase de parcos recursos para investimentos, especialmente de natureza social, seria importante verificar-se a possibilidade de entregar tais imóveis à Caixa Econômica Federal, para vendê-los em nome da União e reforçar os recursos do Tesouro Nacional.

O primeiro passo seria conhecer a relação desses imóveis, que, segundo a imprensa noticiou, há dois anos, chega a três milhões de unidades, incluindo prédios, terrenos. Esse é o principal objetivo dos requerimentos encaminhados a esta Presidência.

Esses mais de três milhões de imóveis, conforme avaliação da Secretaria de Administração do Governo Federal, realizada em 1999, valem astronômica quantia de R\$400 bilhões! Vejam bem, R\$400 bilhões na avaliação de 1999. São três milhões de imóveis, que valem R\$400 bilhões, numa avaliação de 1999, o que significa dizer que, atualmente, esse "patrimônio inútil" seja bem maior.

Anunciou-se, em 1999, que o BNDES iria financiar a contratação de uma consultoria para avaliar preços e condições de venda caso a caso. Ocorre que hoje vivemos um momento diferenciado, de falta de recursos até para questões emergenciais, como é o caso da crise do setor energético. Daí a sugestão que faço no sentido de que a Caixa Econômica Federal utilize seu corpo técnico, de experiência e eficiência comprovadas, e venda esse patrimônio, seja através de um processo licitatório ou mesmo com a realização de um grande leilão nacional.

Mas por que este termo "patrimônio imobiliário inútil", explorado pela imprensa? Ora, na que le ano de

1999, segundo a Secretaria de Administração, todos esses imóveis rendiam ao Governo Federal, em aluguéis e outras rendas, apenas R\$120 milhões anuais. Isso é um absurdo! Estamos administrando prejuízos. A manutenção desse "patrimônio inútil" é a mais clara demonstração de ineficiência administrativa que vem de muitos anos. É preciso dar um basta nessa situação. É preciso que se faça um "limpa", e que se aplique todos os bilhões arrecadados da melhor maneira possível.

E é em relação aos mais de R\$400 bilhões a serem arrecadados com a venda desses imóveis que faço aos eminentes Senadores algumas sugestões.

Sr. Presidente, não poderia deixar de manifestar aqui minha solidariedade aos servidores públicos civis, que lutam pela recomposição de sua renda salarial. Já são seis anos de duras penas, diante de uma inflação "maquiada" pelo Governo, mas que afeta dolorosamente as famílias brasileiras.

O último aumento dos servidores foi de 22,7%, concedido em 1995 pelo Presidente Itamar Franco. Nesses seis anos, a defasagem atingiu o índice de 75,48%, segundo cálculos do Dieese. Por que o Presidente da República não aplica parte dos recursos que seriam arrecadados com a venda do "patrimônio imobiliário inútil" de mais de R\$400 bilhões e não aumenta o salário dos servidores? É mais um meio de corrigir essa grande injustiça que fere o princípio constitucional da irredutibilidade dos salários, conforme se manifesta o Ministro Marco Aurélio de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Com esses mais de R\$400 bilhões, além do aumento dos servidores, o salário mínimo também poderá ser reajustado, recuperando-se o poder aquisitivo por conta da inflação inesperada ocorrida nesse primeiro semestre.

Igualmente de tamanha importância, há a área social para a qual devemos dar maior prioridade. Urge uma ação mais consistente nesse sentido, pois sabemos que a Primeira Dama, Dr^a Ruth Cardoso, vem enfrentando sérias dificuldades financeiras para a condução do Programa Comunidade Solidária. Esse é o retrato de toda a área social. Em relação ao combate à seca no Nordeste, só foram liberados, até agora, 2% do Orçamento para essa área que considero a mais crítica do País. Trata-se da região chamada de Polígono das Secas, no Nordeste. Para atender àquela população, praticamente nada foi liberado.

A Fundação Getúlio Vargas divulgou há poucos dias pesquisa que aponta o vergonhoso índice de 50 milhões de cidadãos brasileiros que vivem em miséria absoluta. Meu Deus! Precisamos nos reerguer como

nação, e para isso não basta demonstrar um gráfico que aponte o crescimento do nosso Produto Interno Bruto. De que adianta, afinal, o Brasil figurar entre as sete nações mais ricas do mundo e apresentar, por outro lado, o vergonhoso retrato de 50 milhões de indigentes?!

Outra pesquisa estarrecedora realizada pelo Unicef registrou há poucos meses que 50 milhões de crianças vivem do lixo no Brasil! Para onde caminhamos, afinal?! Que conceito cultivamos de cidadania?! Precisamos dar melhores condições de saúde ao povo brasileiro. Os recursos estão aí, nas mãos do Governo, e a saúde e a assistência social poderiam levar uma boa dose de investimentos com parte desses mais de R\$400 bilhões de reais da venda do “patrimônio imobiliário inútil” da União.

O setor energético, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, seria também amplamente beneficiado com os recursos arrecadados pelo Governo com a venda desse patrimônio. Na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabeleceram-se como prioridades nos financiamentos do BNDES o atendimento a investimentos na área de geração e transmissão de energia elétrica, mas a situação é emergencial.

Com a venda do “patrimônio imobiliário inútil”, teremos recursos de sobra, portanto, para investimentos em todas as fontes de energia no País. O meu Estado, por exemplo, Mato Grosso, o maior produtor nacional de soja e segundo na produção de grãos em geral, precisa desses recursos para a conclusão total da Usina Hidrelétrica de Manso, com capacidade para gerar 210 megawatts, e implementar ainda mais investimentos em linhas de transmissão.

O setor de transporte seria outro grande beneficiado. Não apenas com a recuperação da malha rodoviária, que está destruída, mas também com novos investimentos para as hidrovias e o transporte intermodal.

Ainda na área social, o Governo Federal teria condições, de posse desses mais de 400 bilhões de reais, de resgatar um direito do cidadão brasileiro de menor poder aquisitivo que é o direito à habitação. Em alguns Estados da Federação, a construção de casas populares praticamente não existe mais, e um exemplo é Mato Grosso. Nesses quase sete anos de administração, o atual governo do Estado construiu apenas 200 habitações populares. Repito: 200 casas populares em quase sete anos de governo. Isso é ridículo.

No meu governo, de 1987 a 90, tive a responsabilidade de investir no setor habitacional. Construímos 20 mil casas e entregamos aproximadamente dez mil lotes urbanizados, beneficiando mais de 150 mil pessoas. O atual governo de Mato Grosso não vê

prioridade no setor e, hoje, em Mato Grosso e em outros Estados, o que se vêem são residências lotadas, divididas pelos pais com filhos, genros e netos, por culpa da ausência dos governos nesse direito constitucional dos cidadãos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, são mais de 400 bilhões de reais que podemos arrecadar com a venda desses imóveis. Apenas para fazer uma simples comparação, a Comissão Mista de Orçamento, cuja Presidência tenho a honra de ocupar, estará recebendo do Governo Federal, até o final do mês de agosto, a proposta do orçamento para 2002, e o Orçamento que estaremos trabalhando, sabe-se previamente, supera os 900 bilhões de reais.

Ou seja, com a venda do “patrimônio imobiliário inútil” da União, vamos para um volume de recursos de 1 trilhão e 400 bilhões de reais para que o Governo Federal invista com a maior consistência em todo o País, principalmente em obras sociais. A obtenção desses recursos, conforme as Sr.^{as} e os Srs. Senadores podem ver, não vem de nenhum “passe de mágica”. É uma fonte real, segura e a que o próprio Governo do Presidente Fernando Henrique já se referiu há dois anos.

Outro benefício que o Governo poderia levar aos trabalhadores brasileiros seria no cumprimento da sua responsabilidade social com o pagamento das diferenças registradas no FGTS referentes aos Planos Verão e Collor 1. São 40 bilhões de reais devidos aos trabalhadores.

O Congresso Nacional aprovou recentemente a Lei Complementar nº110, de 29 de junho deste ano. Essa lei veio corrigir uma grande injustiça praticada pelo Poder Público contra os trabalhadores brasileiros. Uma injustiça generalizada, já que atingiu tanto aqueles de maior fonte de renda, quanto os trabalhadores de menor poder aquisitivo, mas que, no contexto da Federação, compõem, também, a força produtiva do País.

Depois de travados os embates na Justiça entre trabalhadores, empresários e o Poder Público, estabeleceu-se que o pagamento dessas diferenças do FGTS será feito em parcelas a partir de julho do ano que vem, portanto daqui a um ano ainda, até janeiro de 2004. Esse prazo foi aprovado diante das argumentações do Governo de que a União não dispõe desses recursos para efetuar o pagamento do FGTS de uma só vez. Mas, mesmo depois de criada essa lei, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, com essa “tabela” e cronograma de pagamento, penso que nada nos impede de continuar a buscar um meio mais eficiente de o Governo Federal quitar, de uma só vez, esse débito de 40 bilhões de reais da União para com

os trabalhadores brasileiros. Isso é possível, com a venda do “patrimônio imobiliário inútil”, caso o Governo Federal se interesse. Meu partido, o PMDB, certamente dará total apoio.

Assim, em vez de efetuar o pagamento da diferença do FGTS só a partir do ano que vem, concluindo a quitação desse débito só em 2004 – e até lá muita coisa pode acontecer –, o Governo Federal poderia pagar essa conta de uma só vez! Repito: é possível fazer caixa para isso!

Está ainda na lembrança de todos nós o discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda no início do seu primeiro mandato, quando afirmou, em outras palavras, que não apenas os cidadãos têm que honrar com seus deveres perante o Poder Público, mas que a recíproca também é verdadeira. A União tem o dever de quitar o débito da diferença do FGTS. A lei já existe, mas o prazo estabelecido é penoso demais, principalmente quando avaliamos que existe como efetuar esse pagamento, já!

É muito dinheiro que teremos disponível com a venda desse “patrimônio imobiliário inútil”. Muito se poderia fazer em todas as áreas da administração, além das que já citei. Muito mais ainda em educação, além de maior combate à seca que castigamos os irmãos nordestinos e atuação mais eficaz nos programas de ação estratégica de combate às desigualdades regionais. Poderíamos apoiar mais a agroindústria, responsável por parcela significativa do nosso PIB, e ainda expandir o programa de reforma agrária.

Poderíamos, ainda, com esses mais de R\$400 bilhões, além do que teremos no Orçamento para 2002, incentivar os projetos de integração, a exemplo do Corredor de Exportação, que teve início no meu governo e que ainda hoje necessita concluir um pequeno trecho de rodovia que parte de Cáceres, cruza a Bolívia e chega aos portos de águas profundas do oceano Pacífico, no Chile e Peru, onde ocorre grande parte do comércio mundial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal empreendeu verdadeiras batalhas para privatizar empresas nacionais, construídas com o esforço dos brasileiros. Sua justificativa foi arrecadar recursos, reduzir despesas e abater a dívida. Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, o resultado. O BNDES nos informa que a arrecadação teria alcançado até agora US\$67,5 bilhões, mas os dados do Tesouro Nacional de hoje indicam que a efetiva arrecadação seria de apenas R\$28,9 bilhões.

O que é isso perto da venda do “patrimônio imobiliário inútil”, superior a R\$400 bilhões? – Vitória de Pirro!

Conclamo, portanto, o Excelentíssimo Presidente Fernando Henrique Cardoso a se empenhar nesse processo de venda do “patrimônio imobiliário inútil” da União, com aplicação dos recursos auferidos

no abatimento da dívida e num amplo programa de desenvolvimento com justiça social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Dando prosseguimento aos trabalhos, concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende, pelo tempo restante da presente sessão.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem vim à tribuna para dirigir um apelo ao Senhor Presidente da República no sentido de determinar ao Governo que acompanhe de perto o quadro vivido pelos produtores de leite em nosso País. E hoje, em um debate na Confederação Nacional da Agricultura, onde se encontrava o Ministro de Estado da Agricultura, pude sentir também a preocupação de S. Ex^a – inclusive já existem sinais de ações do Ministro no sentido de recolocar as coisas nos seus devidos lugares.

Hoje venho à tribuna, Sr. Presidente, preocupado com outra questão que está falando muito de perto à população brasileira. Não faz muito tempo, o Brasil inteiro e o próprio Governo foram surpreendidos com a notícia da escassez de energia elétrica no País, levando o Governo, em uma ação rápida, competente, a estabelecer uma política de racionamento de energia em todo o País.

Muito se discutiu a respeito da surpresa do povo e do próprio Governo com aquela realidade. Muitos, à época, procuravam justificar essa situação pela escassez de chuvas nas últimas temporadas, o que não aceitei. Vim à tribuna e disse: eximo o Presidente da República de qualquer responsabilidade, porque esse é um problema de uma área que tem um Ministério específico para cuidar dela. E quando há um Ministério específico para cuidar de determinado problema, é claro que o Presidente da República não é obrigado a ficar atento ou a buscar, pessoalmente, conhecer essas questões. E eu disse à época: o Ministério de Minas e Energia e os Ministérios da área econômica colocaram o Presidente da República numa situação difícil. Mas já era uma realidade. Ninguém se insurgiu contra as providências tomadas pelo Governo, que estabeleceu uma política de racionamento. Entendo que todos nós, nesta Casa, fomos surpreendidos com o comportamento popular diante de tais providências: não houve quebra-quebra nem passeatas de protesto. O povo, pacificamente, entendeu, aceitou e passou a acatar a política de racionamento determinada pelo Governo.

Sr. Presidente, ontem mais uma surpresa: o anúncio do presidente das Centrais Elétricas de Goiás de que nos próximos dias, se não me engano a

partir de amanhã, começará o corte de energia dos consumidores que não conseguiram alcançar o percentual de racionamento de 20%. Há em Goiás cerca de 1 milhão e 600 mil consumidores, dos quais cerca de 290 mil nos próximos dias terão cortado o fornecimento de energia, por que não alcançaram a meta. No entanto, ninguém pode negar que todos os consumidores de Goiás economizaram, consumiram muito menos do que no mesmo período do ano passado. Mas, a determinação do Governo é a do corte do fornecimento de energia. A grande indagação é: merecem esse castigo os consumidores de energia elétrica que deram tal demonstração de empenho? Nem o Governo Federal esperava que a participação se desse nessa dimensão. Uns, por um ou outro motivo, não conseguiram alcançar o percentual estabelecido pelo Governo e, além de pagar a conta da energia com multa, que não é pequena, ainda vão passar pela humilhação de ter a energia elétrica cortada por um, dois ou três dias. Como ficará a situação de uma família que tenha crianças em casa – quem sabe recém-nascidas – que precisam de alimentação durante a noite? Como ficará a situação daquelas pessoas que têm familiares doentes? Simplesmente porque não conseguiram alcançar o percentual estabelecido, repito, além da multa, vão ter a energia elétrica de suas casas cortada.

Sr. Presidente, isso é de mais! O povo não merece esse castigo, porque colaborou, todos colaboraram. Não falo apenas do meu Estado, não falo simplesmente pelos goianos. Sei que o clamor, o desapontamento, é de milhares e milhares de consumidores por este Brasil afora, que não vão entender essa ação do Governo, que não passa de uma humilhação injustificável. Não é o povo o responsável por essa situação, é o Governo; a área que cuida da energia elétrica não teve a capacidade de fazer previsão, e a área econômica fechou, a quatro mãos, os cofres públicos, não permitindo que as demais áreas do Governo investissem nesse setor fundamental. Então, não é o consumidor o culpado.

Ora, alcançamos a meta pedida, superada em muitos casos. Entendo e não discuto a multa, acredito que vai impor respeito; temor até, porque não existe castigo maior do que colocar a mão no bolso do consumidor. Não há necessidade de privar milhões de brasileiros de energia elétrica. Essa medida não resolve, basta a multa.

Sr. Presidente, fiquei – repito – impressionado com a colaboração do povo do meu Estado. Hoje Goiânia é uma cidade escura. Nos prédios, quando muito, há uma luz acesa. Estou informado de que isso aconteceu em todos os Estados aonde chegou a resolução do Governo para redução do consumo, de forma que o corte anunciado não se justificava de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Senador, nosso tempo está esgotado. Vou prorrogar as sessões até que V. Ex^a termine o pronunciamento.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, muito obrigado pela generosidade e iniciativa de V. Ex^a. Oportunamente, concederei um aparte, com muita honra, ao Senador Casildo Maldaner.

Concluindo meu pensamento, animei-me a vir à tribuna não para criticar o Governo, mas porque conheço bem o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não apenas como sociólogo admirável e respeitado em quase todo o mundo. Conheço-o como companheiro de partido, no passado, ainda no nosso MDB, como companheiro de momentos difíceis, como vítimas da ditadura: ele, exilado, e eu, cassado aqui no País. Conheço-o como Presidente da República, de quem tive a honra de ser Ministro. Estou certo de que essa medida não surgiu das intenções pessoais do Presidente da República.

Então, me animei. Conhecendo o Presidente como criatura extremamente sensível e humana, volta da para as questões sociais deste País, não apenas como estudioso, mas como quem tem vivenciado os problemas sobretudo das camadas mais sofridas da sociedade, venho aqui fazer um apelo a Sua Excelência: não permita, Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que a sua equipe lhe faça mais esse mal, porque não se justifica. Isso não vai reduzir mais o consumo coisíssima nenhuma, porque o povo já assumiu na alma, no coração, a política de contenção e de redução de gasto. Não é preciso mais corte.

A imprensa escrita, falada e televisionada abraçou, com toda a sua força, esta campanha. As associações, os parlamentos, as entidades de classe, todos os segmentos sociais entenderam, e, em vez de protestos nas ruas, passaram a criar, a difundir a idéia da necessidade de racionamento. Não será possível, nem compreensível, que o Governo corte a energia por um ou por dois dias, isso é humilhação. A família que tiver a energia cortada perderá alimentos essenciais ou terá que buscar socorro junto à família vizinha. Não sei o que será de tanta gente neste País, que, depois de adaptada à energia elétrica, por castigo, ficará um, dois ou três dias sem energia, vindo depois o técnico da empresa religar.

Após fazer esse apelo ao Presidente da República, e estou certo de que Sua Excelência se sensibilizará, pois aqui não fala um adversário, um inimigo, mas uma pessoa que o conhece e que o admira, que acredita que assumirá uma posição e dará um basta a tantos desgastes provocados por elementos da sua equipe, que muitas vezes não têm a sensibilidade de necessária com uma população que sempre responde aos chamamentos do Governo, venho também, Sr. Presidente, manifestar minha posição, meu

protesto contra a atitude do Governador do meu Estado, que, mesmo diante de uma situação complexa que vivemos hoje na área energética do País, de vender as centrais elétricas de Goiás, saiu pelo mundo, percorrendo os mais importantes países, oferecendo às multinacionais as Centrais Elétricas de Goiás.

Não se justifica vender a uma distribuidora que terá indiscutivelmente um objetivo: o lucro. Para Goiás será um desastre, será atirar o Estado em um precipício. Qualquer multinacional que se tornar a distribuidora da energia elétrica em Goiás, onde não haverá concorrente, investirá apenas nas áreas, nas regiões e nos setores onde alcançar o retorno desejado, no período determinado. Os pobres que construiram as suas casas na periferia, os pequenos que quiserem instalar uma microindústria, esses não terão mais vez. Nas mãos do Poder Público, uma empresa não pode buscar apenas o lucro, tem de buscar o bem-estar social.

As Centrais Elétricas de Goiás têm a sua história. Hoje o Estado produz em torno de 3 milhões de megawatts. No entanto, a distribuição é feita em um Estado, como eu disse, com quase 1 milhão e 600 mil clientes consumidores; um Estado que tem energia elétrica em 95% das suas propriedades rurais.

A indústria vai descobrindo o Centro-Oeste como uma região viável para os seus investimentos. Centenas de indústrias, nos últimos anos, têm procurado o Centro-Oeste, sobretudo Goiás. De uma hora para outra isso tudo estará nas mãos de quem nós não sabemos, mas apenas uma coisa entendemos: as multinacionais, na sua maioria, não têm alma nem pátria. Não se interessam por desenvolvimento nem pelo bem-estar social. Eles não vêm aqui para fazer caridade a ninguém, mas para buscar o lucro do nosso povo.

Sr. Presidente, eu não sou contra o fato de o Governo abrir oportunidades para que essas empresas venham e construam as usinas, as redes de transmissão; mas comprar o que está feito não tem justificativa, ainda mais nessa hora em que uma empresa como a Centrais Elétricas de Goiás será vendida a preço de banana. Ela cairá nas mãos de empresas que vão buscar o capital investido em pouco mais de 2 anos.

Durante a campanha, eu e o atual Governador, em um debate, recebemos a seguinte indagação: Se o senhor for eleito, venderá as Centrais Elétricas de Goiás? Eu disse: Não! Fez a mesma pergunta ao atual Governador de Goiás, que respondeu: "Não, e assumo aqui um compromisso: não permitirei que ela seja vendida". Hoje, porém, com a maior cara-de-pau, que eu entendo té como falta de caráter, e numa postura de desrespeito ao povo, sai pelo mundo afora a oferecer as Centrais Elétricas de Goiás, como se pela verdadeira

mem público fosse um risco n'água e como se o povo não merecesse respeito, nem consideração.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Antes de encerrar o meu pronunciamento, concedo, com muito prazer, um aparte a esse ilustre homem público, Senador Casildo Maldaner, que, para mim, é um patrimônio que este País tem na área pública.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Eu gostaria apenas de tecer um comentário adicional. Perguntados se, eleitos, venderiam as Centrais Elétricas de Goiás, V. Ex^a e o atual Governador de Goiás responderam que não o fariam. Entretanto, percorre o mundo em busca de multinacionais interessadas em adquirir a CELG e – quem sabe – com o financiamento do BNDES. Parte de recursos nossos financiando a aquisição de um patrimônio nosso por multinacionais! Não há dúvida de que não esteja intercedendo o Governador junto ao BNDES, no sentido de emprestar dinheiro para uma multinacional comprar o que é nosso, as Centrais Elétricas de Goiás. Atualmente enfrentamos a crise energética. Apesar da redução do consumo de energia, ainda há a ameaça do corte de energia. Trago o exemplo de Santa Catarina. Houve um apelo para que o catarinense economizasse energia, e muitas famílias viveram na penumbra para economizar, para atender o apelo do Governo Federal e Estadual... Enfim, muitas e muitas famílias estavam vivendo à base de velas, para poderem atender ao Governo. Houve uma redução no meu Estado, uma economia de 20%. A surpresa, Senador Iris Rezende, é que o Governador, não de Goiás, mas do meu Estado, de Santa Catarina, com aquela sede de que caiu a arrecadação dizia: "Eu não abro mão da arrecadação!" Houve uma economia de 20% no custo da energia, quando nesta semana pediu autorização para a Agência Nacional de Energia Elétrica e está repassando aos consumidores do meu Estado, através das Centrais Elétricas de Santa Catarina – a Celesc, 20,78% de aumento. Isso é blefar. Primeiro um apelo. Vivia na penumbra, à luz de vela, com uma economia de 20%, e dizia: "Eu não abro mão do dinheiro". E agora, a partir desta semana, estará repassando aos consumidores do meu Estado 20,78% de aumento aos consumidores em gerais, indústrias, ao setor produtivo. Vejam o custo que terá que ser repassado na geração de mercadorias, na produção. O que me telefonaram ontem e hoje... Está uma balbúrdia! Vejam a ganância em arrecadar. E por mais paradoxal que possa parecer, nos últimos dias, anunciou que iria fazer um repasse aos serviços de 17,8%, que se referem aos anos de 1999, 2000 e 2001, de acordo com a inflação; 17,8%. Esse repasse aos servidores estaduais e aposentados será fiado e não à vista. Será feito

em parcelas, em longas parcelas. Agora, estoura essa notícia de que o aumento da energia de 20,78% será repassado. Com certeza, no fim do mês, quem não pagar, terá cortada a sua energia. E isso não será parcelado, nem a prazo, terá de ser à vista. É uma contradição, um desrespeito aos catarinenses. Por isso, venho cumprimentá-lo, porque V. Ex^a também dá um grito de guerra em relação aos seus coestaduanos do Estado de Goiás. Com certeza, V. Ex^a está levando um alerta ao Brasil inteiro. Por isso, eu tinha de fazer esse aparte a V. Ex^a, Senador Iris Rezende.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelo honroso aparte que me deu V. Ex^a, trazendo à discussão mais uma questão que envolve os interesses diretos do nosso povo. Por essa e outras razões é que o mundo político vai perdendo o respeito do nosso povo.

Muitos entendem que, hoje, o povo tem ojeriza do mundo político por causa da corrupção de muitos que se utilizam do poder para arrumar a vida pessoal ou dos seus. Mas não é só por isso. É por isso – porque a corrupção é inadmissível –, mas o é também por atitudes como a do Governador do meu Estado. Políticos que, na época da campanha, tratam o povo de uma maneira: sorriem, abraçam, gastam, fazem promessas. Mas, passada a eleição, alcançando a vitória, viram as costas ao povo, como se o povo não merecesse respeito. Não podemos aceitar isso! Temos de gritar, quando há essas humilhações!

Quando se lançou o pacote de redução de gastos de energia era admissível que se pensasse em cortes, mas, no momento em que o Governo viu que o povo abraçou, com toda a sua força, com sentimento de pátria, o apelo do Governo e passou a economizar, já não caberia mais a execução desse item que ainda vem trazer, além da multa pecuniária, o castigo do corte de energia. Dessa maneira, não, pois, assim, seria como tratar o povo como coisa, porque não tenho notícia de um consumidor, no meu Estado – e sei que isso se estende às demais regiões do País –, que não tenha economizado. No final de semana, vejo, nas casas do interior e nos prédios de Goiânia, por todo lado, uma economia generalizada.

Então, fica o meu apelo ao Senhor Presidente da República para que revogue o item do corte e dê o crédito ao povo, como o povo deu crédito ao Governo, quando este pediu que se economizasse.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Sérgio Machado enviou à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, serão lidas na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Francelino Pereira e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero registrar, Sr. Presidente, nobres Senadores, o Congresso Estadual do CREA que se realizará amanhã na cidade de Palmas no Tocantins. O CREA/TO constitui o mais jovem dos Conselhos Estaduais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que, na verdade, integrados em nível nacional do CONFEA – Conselho Federal das mesmas categorias profissionais, congrega ainda geólogos, geógrafos, tecnólogos e técnicos de nível médio.

Somando-se o conjunto dessas categorias profissionais, Sr. Presidente, nobres Senadores, são cerca de 850 mil associados, profissionais formados em algumas das melhores escolas do país, que atuam em praticamente todos os setores da vida nacional – na engenharia em seus mais diversos ramos, na infra-estrutura habitacional, no urbanismo, no saneamento básico, na infra-estrutura de transportes, na eletrônica, na informática, no sistema de produção agrícola, no planejamento urbano e rural, na pesquisa, na administração, enfim, nobres Senadores, difícil seria o setor da vida nacional onde não atue algum profissional de algum dos ramos congregados pelo sistema CONFEA/CREA.

Calcula-se, que em torno de 70% do PIB nacional sofre diretamente a influência deste sistema através de seus profissionais, que atuam como planejadores, administradores, assessores, consultores, ou, enfim, atuando capilarmente desde os mais altos níveis do poder público, como na iniciativa privada, até os mais distantes recantos do País, constituindo-se, talvez, na mais completa rede capilar de profissionais e de formadores de opinião pública.

Pois bem, Sr. Presidente, no momento em que registro a realização do Congresso do CREA do Tocantins, quero também dar conhecimento a esta Casa que, nos meses de junho, julho e concluindo-se, agora, no mês de agosto, mobilizaram-se, da mesma forma, os 27 CREA que constituem o sistema CONFEA em todos os Estados da Federação, sob a articulação de seu Presidente Nacional, Engenheiro Wilson Lang, e dos respectivos presidentes dos Conselhos Regionais, em preparação ao IV Congresso Nacional da Categoria e 58ª Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que se realizará no

período de 3 a 7 de novembro próximo, na cidade de Foz do Iguaçu.

No entanto, Sr. Presidente, as informações preliminares que trago a esta Casa têm por objetivo solicitar seja transcrito nos Anais do Senado o tema objetivo da análise e do debate desta categoria tão representativa da sociedade nacional e que será levado à aprovação daquele congresso, com o objetivo de oferecê-lo à consideração das lideranças nacionais, no contexto do próximo ano eleitoral, quando estarão se apresentando à sociedade brasileira e ao eleitorado, os candidatos aos executivos federal e estaduais, bem como aos legislativos nos mesmos níveis.

Neste momento, Sr. Presidente, solicito seja transcrito nos Anais desta Casa o documento referencial em debate, em torno do tema: Ética, Valorização Profissional e Projeto Brasil.

Elaborado o documento por consultores especiais – o Prof. Alípio Casati, pós-doutor em Educação e professor da PUC-SP; pelo Arquiteto Jaime Pvsch, consultor independente e pelo Prof. Oswaldo Della Giustina, coincidentemente assessor técnico desta Casa –, de acordo com as orientações do Conselho de Presidentes do Sistema, os trabalhos dos consultores se inter-relacionam dentro da visão proposta e servirão de base, após as discussões em todos os níveis do mesmo sistema, para o documento de Foz de Iguaçu.

A inter-relação dos temas – Ética, Valorização Profissional, e Projeto Brasil – decorre da concepção básica de que, nas condições do Brasil e do mundo de hoje, a ética extrapola o simples conceito de moral individual, para assumir uma discussão social ou global face às novas formas globais e interdependentes das relações sociais. Assumindo a ética tal discussão, propõem os documentos, que a valorização profissional dessas categorias, deve realizar-se não só a promoção dos direitos individuais ou corporativos, mas de modo especial no exercício das responsabilidades e na contribuição das categorias e dos profissionais que as integram para o desenvolvimento nacional, ou seja, o aprimoramento das sociedades humanas. É Srs. Senadores, nobres Senadoras, a consciência da cidadania que perpassa essa junção dos temas da ética e da valorização profissional, que se desdobram, na prática, pela proposta de um projeto para o Brasil, que nos termos do documento referencial deve basear-se:

1 – Na participação da sociedade, dos anseios e dos valores de seus integrantes na formulação do modelo (de organização e desenvolvimento nacional);

2 – Na priorização do homem como sujeito, objeto e instrumento de toda ação pública e privada na construção desse modelo.

3 – No aproveitamento prioritário das efetivas potencialidades nacionais como estratégia de participar do processo de globalização e promover o desenvolvimento do povo brasileiro, como soberania, justiça e sustentabilidade.

Neste contexto, o documento alerta que conceitos meramente financeiros acabam tornando o País refém dos países ou grupos que manipulam as finanças, a tecnologia e o poder supra-nacional e, nessa questão, se encontra a ameaça fundamental que faria sobre a soberania e a sustentabilidade da economia e das instituições políticas e sociais do país.

Os recursos hídricos, a dimensão produtiva e sustentável dos solos, os recursos naturais, especialmente a biodiversidade e a dimensão das questões ambientais, a dimensão de sua população não apenas como mercado, mas como fator de produção, inclusive científica e cultural – esses são recursos planetários que, se movidos poderiam alavancar o país ao circuito dos países desenvolvidos, afirma o documento. O desenvolvimento sustentável da Amazônia, se insere desta forma, não como uma questão regional, mas como instrumento estratégico essencial para um novo projeto nacional, que garante a soberania e o desenvolvimento sustentável do país – propõe o documento em discussão.

Creio, Sr. Presidente, que, ao trazer a esta Casa o debate assumido por uma das mais expressivas parcelas da sociedade brasileira, estou contribuindo para que o País supere os traumas que tem sido a constante de nossa vida política e social nesses últimos anos para trazer uma agenda positiva, e o início de um debate efetivamente produtivo, a bem do Brasil.

Desejo o maior êxito ao CREA/TO, em seu Congresso Estadual, e que os propósitos assumidos em momento tão oportuno pelo sistema CONFEA/CREAs alcance plenamente seus objetivos.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS



CONFEA
Conselho Federal de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia



TEXTOS REFERÊNCIAS

Subsídios para discussão
nos Congressos Estaduais e
Nacional de Profissionais



IV ENP

*Congresso
Nacional de
Profissionais*

**58^a
SOEAA**

*Semana Oficial de
Engenharia,
Arquitetura e
Agronomia*

**03 a 07/11/2001
Foz do Iguaçu - Paraná**

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia



Composição da Comissão Organizadora
Nacional do IV CNP

Presidente Confea,
Eng. Civil Wilson Lang

Presidente CREA/PR,
Eng. Agrôn. Luiz Antônio Rossafa
Coordenador Comissão de Assuntos Nacionais
(CAN),

Eng. Etetric. Edison Ftávio Macedo
Chanceler Comissão do Mérito,
Eng. Agrôn. Francisco Janduí Viana
Repres. Colégio de Presidentes (CP),
Eng. Civ. José Luiz Prudente D'Oliveira
Repres. Colégio de Entidades Nacionais (CDEN),
Eng. Agrôn. Júlio César Martins de Resende

Presidente CREA/BA,
Eng. Mec. Marco Antônio Amigo
Cons. Fed. do PR,
Téc. Ind. em Eletrôn. Sérgio Luiz Chautard

Este Caderno nasceu da convicção de que os sistemas de profissionais do Brasil, entre os quais o Sistema Confea/Crea, não podem silenciar diante do tema que hoje emerge e se impõe, atravessando o país por todos os setores, segmentos, classes, instituições, regiões, níveis e âmbitos, sejam econômicos, sociais ou políticos: o tema da Ética. Todos os cidadãos brasileiros estão sendo desafiados a posicionarem-se diante deste grande problema, que pode desmontar de vez, ou reerguer finalmente nosso país, nesta virada de século e milênio.

Engenheiros, Arquitetos, Engenheiros-Agrônomos, Geógrafos, Geólogos, Meteorologistas, Tecnólogos e Técnicos, na condição de profissionais e na condição de cidadãos, são chamados a se pronunciar sobre este tema. A agenda dos Congressos Estaduais convergindo para o Congresso Nacional da categoria em novembro próximo é a oportunidade para essa participação.

Outros dois temas serão entrelaçados nesse debate: o tema da valorização profissional e o tema da participação na formulação e realização de um projeto de desenvolvimento nacional (Projeto Brasil). Os três formam um conjunto. Cada um deles leva aos demais. Eles se implicam e se exigem reciprocamente. Por isso vamos discuti-los conjuntamente.

Você está sendo convidado a ler atentamente este texto. A lê-lo de modo diferente das leituras habituais de tantos outros textos e documentos que nos caem nas mãos cotidianamente. Este é um tema e

um texto especial. É uma ocasião para se fazer uma reflexão especial. Encontre o melhor momento e ambiente para uma leitura calma, refletida. Você não está diante de um texto a ser consumido, mas a ser tomado como provocação ao diálogo, à reflexão, à crítica construtiva, a decisões coletivas. Por isso, quando possível, leia-o também junto com outros colegas. Discuta-o. Anote, rabisque, redija observações e sugestões.

Vamos aos Congressos Estaduais e ao Congresso Nacional para discutir e decidir sobre uma nova etapa na história do Sistema CONFEA/CREAs: construir avanços em nossas posições e concepções acerca da valorização profissional acerca de nossa participação no processo de desenvolvimento nacional, um "Projeto Brasil". Vamos fazer isto relacionando ética profissional com ética da cidadania.

Contextualizando os eixos temáticos do IV CNP
Ética, Valorização Profissional e Projeto Brasil.

1. Ética e atualidade
2. Ética e convivência humana
3. Ética, valorização profissional e projeto Brasil
4. Para um código de ética de profissionais

Conclusão

Suas Anotações

Valorização profissional

1. Por que uma política de valorização profissional

2. Uma nova política de valorização profissional

3. A condução da política de valorização profissional

4. Alvos de uma política de valorização profissional

5. Metodologia para a formação de uma política de valorização profissional

Suas Anotações

Elementos para uma política de valorização profissional

1. Explicação introdutória

2. Na virada do século

3. Tomada de decisão

4. Como é a coisa

5. Como está a coisa

6. O que pode ser feito

7. Considerações finais

Suas Anotações

Questões pontuais afluentes p/ formulação de uma política de valorização profissional

1. Atribuições profissionais – AP
2. Salário mínimo profissional – SMP
3. Tabelas de honorários – TH
4. Anotações de responsabilidade técnica –

ART

5. Código de ética profissional
Suas Anotações
Documento referencial para formulação do Pro-

jeto Brasil

1. Introdução
2. A história
3. O momento atual
4. Os postulados da proposta
5. Os conteúdos da proposta
6. Metodologia do trabalho
7. Conclusões e orientações finais

Anexo – Sugestões de roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos

Suas Anotações

Parte 1

Contextualizando os eixos temáticos do IV CNP

Edison Flavio Macedo, Engenheiro ELetrecista — Conselheiro Federal por Santa Catarina — Coordenador da Comissão de Assuntos Nacionais.

Ontem e hoje

Antes do III Congresso Nacional de Profissionais, realizado em Natal/RN, em maio de 1999, para contextualizar o tema do evento – o Estatuto do Sistema CONFEA/CREAs – escrevemos uma ficção despretenciosa com o título *Uma Estorinha*, à guisa de introdução, na qual foi mostrada a dificuldade que se tinha para discutir, em todo o Brasil, no âmbito das Entidades de Classe, algo aparentemente tão árido quanto um "estatuto", com a enorme quantidade de suas seções, artigos, parágrafos, incisos e alíneas.

Agora, antes da realização do IV CNP, programa do para a cidade de Foz do Iguaçu/PR, em novembro de 2001, a estória é outra, também uma ficção, porém com o enredo adaptado às novas preocupações e demandas deste que é o maior sistema profissional do Brasil. A ficção é, uma vez mais, ambientada numa reunião de profissionais, hipoteticamente acontecida em alguma das quase mil entidades de classe existentes no país para discutir a programação do Congresso Nacional.

Os personagens são igualmente fictícios – profissionais em geral, sindicalistas, dirigentes de Associações, conselheiros regionais e inspetores – e qualquer semelhança que possa existir com fatos e perso-

nagens reais será, como de praxe, uma mera coincidência.

– Qual é a xaropada de agora? Indagou alguém lá do fundo da sala, sem identificar-se.

Entre o constrangimento de uns e a silenciosa aprovação de outros, revelada esta pelo sorriso irônico estampado em alguns rostos, procurei amortecer o petardo verbal e retardar um pouco a resposta, para melhor prepará-la.

– O que disse o colega? Não deu para entender bem, por favor repita – falei.

– É simples, e curto respondeu o colega, agora de pé, procurando mostrar descontração – em 1999 fomos convocados para discutir o tal Estatuto, que não deu em nada, e agora vem o Confea, novamente, com os tais "eixos temáticos". Durma-se com este barulho!

– O colega tem razão em demonstrar tal irritação – apressou-se em apoiar um vizinho bem informado – Todos pensávamos que o tal de artigo 58 da Lei nº 9.649/98 havia concedido aos "conselhos de fiscalização das profissões regulamentadas" a capacidade necessária para decidir sobre suas próprias estruturas, organizações e funcionamentos, bem como havia assegurado a representação de todos os Estados nos Conselhos Federais respectivos. ...e o que aconteceu 16 meses depois? O Supremo Tribunal Federal – embora ainda em decisão liminar – mandou voltar tudo ao que era antes, não foi?

Novos sorrizinhos amarelos, aplausos velados às manifestações e, após, ouvidos atentos à nossa resposta.

– Pois é colegas, o processo democrático é assim mesmo: complexo, multifacetado, procurando organizar-se à medida em que transcorre; em busca permanente dos consensos mínimos – e não da unanimidade que, conforme Millor Fernandes, "é sempre burra"; repetitivo, às vezes; provocativo, sempre; mas que oportuniza a participação de todos; enfim, é um processo de inclusão política, social e econômica. Vive de eleições, é certo, que se sucedem à semelhança das extrações das loterias – para fazer com que nossas esperanças, anseios e reivindicações possam renascer das próprias cinzas" a cada nova eleição. Isso vale também para as questões de nosso sistema profissional que, integrado ao sistema maior que é a sociedade brasileira, tem um importante papel a cumprir.

Os fatos recentes, lembrado pelos colegas, deve servir de exemplo a todos nós. Precisamos ficar sempre atentos às coisas que estão acontecendo no país, ao nosso redor, com repercussões diretas ou in-

diretas sobre o nosso sistema profissional. De um lado são as ações – muitas vezes inesperadas – que vem do Executivo (as medidas provisórias, por exemplo); de outro são os projetos de novas leis tramitando no Legislativo – em especial aquelas que, de alguma maneira, interferem com o exercício profissional e; de outro ainda, são as decisões oriundas do judiciário, tanto as chamadas liminares – com apenas efeito suspensivo temporário – como as de mérito – as que estabelecem efeito terminativo das questões ajuizadas.

O que se deseja agora é buscar em todo o país as melhores contribuições para aprimorar o comportamento ético dos profissionais e para valorizar tanto o trabalho desses profissionais como a importância de suas profissões. E mais, sobretais bases – da atuação ética e da valorização conquistada – procurar, através de uma melhor articulação com o governo e com a sociedade, influir na elaboração e na execução de um consistente Projeto Nacional de Desenvolvimento. E mais ou menos isto.

– Ora, dito assim parece até muito fácil, mas, como sabemos, na prática a teoria é outra – respondeu.

Um outro colega levantou-se e, decidido, entrou na conversa.

– Meu nome é Alberto Cesário, sou presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros – agrônomos do Alto Vale. Muito se fala hoje em Ética, basta ligar a televisão, abrir um jornal ou uma revista e lá está: a ética na política, que em vão se tenta encontrar (talvez se esteja procurando em lugar errado); a ética no futebol, que é a preocupação atual de duas CPLs (mostrando a corrupção que grassa à sombra das "chuteiras imortais"); a ética na biologia, que procura estabelecer os adequados limites nas perspectivas da engenharia genética aplicada à reprodução humana. E pasmem, os jornais de ontem publicaram uma reportagem sobre a crise nas penitenciárias, dizendo que, em recentes motins, os detentos feriram de morte sua "ética tradicional" ao usar seus próprios parentes como reféns. Na verdade, hoje muito se fala de ética, pouco dela se entende e menos ainda dela se cumpre. Por que, então, discutir agora a Ética Profissional? Como tema de Congresso?

– Justamente por isso que Você acaba de dizer: por que pouco se cumpre! E pouco se cumpre por que muito pouco se conhece dela, de seus princípios e, em se tratando de uma ética profissional, da relação que ela necessariamente deve manter com as "éticas maiores" que de certa forma devem condicioná-la: a "ética do cidadão" e a ética do ser humano", principalmente. Muitos atentados à ética acontecem a todo

momento em todos os grupamentos humanos comprometidos com as suas "incipientes éticas próprias". E contra isso, não tenhamos dúvida, a sociedade deve reagir debatendo, reclamando e pressionando.

Como Você está agora reclamando como cidadão que é! Afinal, vivemos numa "aldeia global", sofrendo a cada momento as influências mais contraditórias das mais diferentes mídias. Por exemplo, as que acobertam a corrupção (justamente aquela que as alimenta) e as que procuram denunciá-la; as que defendem valores socialmente válidos e as que os subvertem à soldo de interesses inconfessáveis; as que defendem ideais que estimulam vícios; enfim, um verdadeiro – espaço "moraleético" de possibilidades, dentro do qual Você procurará traçar e seguir uma trajetória. O mesmo acontece conosco, profissionais do Sistema Confea/CREAs, imerso que estamos no mar de nossos problemas técnico-científicos e no oceano das questões políticas, sociais e econômicas de nosso tempo. Para cruzar este oceano necessitamos da firme orientação de uma "ética cidadã" e para navegarmos nesse mar uma apropriada "ética profissional" haverá de nos servir de bússola.

Ou isto ou o naufrágio! Não acreditam? Vejam o que diz a história da humanidade sobre a derrocada dos impérios e, até mesmo, das sociedades menores, das organizações, inclusive as profissionais: a crise ética marcou o início do fim. Isto é verdade, mas, por outro lado, tais crises também podem despertar potenciais adormecidos, liberar forças até então reprimidas e desencadear mudanças comportamentais e éticas jamais imaginadas.

– Bússola? O que é isso colega? Se formos depender de bússola em plena era dos satélites e dos GPSs provavelmente não iremos muito longe, e se chegarmos lá não chegaremos a tempo.

– Entendo a sua colocação como o reconhecimento de que os meios tradicionais já demonstraram sua ineficácia de que já dispomos hoje de meios mais eficientes para instrumentar nossas ações. Mas, não nos esqueçamos, mais importante que o meio utilizado – que muitas vezes pode ser lento, mas seguro – é o conhecimento que deveremos ter de "onde estamos" agora, "para onde queremos ir", "quais são os nossos objetivos" e "o que fazer" para alcançá-los. E tem mais, isso não é tudo em termos de ética profissional, pois o êxito de nossa empreitada – ou da necessária navegação em mar encapelado – dependerá muito do consenso alcançado pelos demais integrantes do sistema profissional que essa ética vier a disciplinar, ou seja, pelos que, como se costumava dizer, "estão no mesmo barco". Enfim, dependerá do pacto ético que deveremos firmar com nossos pares.

– O colega está querendo dizer que a ética profissional será aquilo que decidirmos em conjunto? Que nós, enquanto integrantes de um mesmo sistema profissional, temos o direito-dever e a capacidade de formatá-la à nosso feitio?

– Em termos, será isso mesmo. Desde que tais decisões sejam, sempre, permeadas por princípios, valores e comportamentos socialmente legítimos, ou seja, desde que esse trabalho de formulação e estabelecimento se fundamente numa ética maior, na "ética da cidadania", e sobre ela, então, se consiga levantar várias colunas estruturadoras de uma verdadeira "ética profissional".

– Mas não é só isso, já que começamos vamos complementar essa verdadeira "cadeia de interrelações" repetindo um conceito já apresentado anteriormente: assim como a "ética profissional" passa pela "ética do cidadão" esta deverá apoiar-se firmemente nos elementos capazes de assegurar a todos os "humanos" e ao planeta que eles habitam, como dizia Leonardo Boff, as indispensáveis condições de sustentabilidade. Efetivamente, tais condições estarão sempre a depender não apenas da preocupação com o meio ambiente mas, também, da preocupação com o ser humano e com a sociedade como partes diferenciadas da natureza. Na verdade, a visão individual e limitada cede lugar à visão global e holística, valorizadora tanto dos indivíduos como dos cidadãos e dos profissionais.

– E quanto à Valorização Profissional? O que poderemos dizer dela, indagou um colega sentado bem à frente.

– Pode deixar que eu mesmo respondo esta – adiantou-se o Presidente da Associação. Valorização é, também, um conceito complexo. E tem mais, já que iniciamos discutindo ética, lanço a seguinte indagação: A valorização depende da conduta ética, ou vice-versa?

– Olha mais um aí querendo complicar – desabafou um colega a meu lado. E completou, agora um pouco mais alto: Daqui à pouco ele vai querer saber quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

– Para mim, neste caso, a ordem dos fatores não altera o produto – arriscou um outro.

– Taí um bom início para esta a discussão deste outro tema. A meu ver não será conveniente estabelecer uma relação de precedência entre a ética e a valorização. Na verdade elas representam conceitos complementares, não se excluem, antes se integram e, sempre, se discute um à vista do outro, vis-a-vis; é como se representassem, cada um deles, a testemunha indispensável à apresentação do outro. (– Ou talvez a cara e a coroa de uma mesma moeda, opinou alguém)

Dito isto, já que agora é a vez da valorização, não nos esqueçamos que a ética – com seus princípios e normas – estará sempre presente, embora possa não estar falando diretamente dela.

– Olha meu caro – apelou um outro colega –, não querendo filosofar, valorização profissional para mim nada mais é do que trabalho digno e dignamente remunerado, o resto é baboseira. E para alcançá-la haverá, com certeza, que "falar menos" e "fazer mais".

– Sem dúvida – interferiu outro, pois a esta altura o interesse era geral e a participação disputada –, mas não apenas de trabalho digno deve viver o cidadão-profissional. Isto é fundamental, mas não é tudo. Para mim valorização profissional significa, também, disposição clara de participação e ocupação de espaços na vida política, social e econômica da comunidade e requer, primeiro, formação adequada, algum tipo de liderança, persistência e dedicação (sem falar da correta postura ética, é claro).

– Para mim, mais valorizado é aquele que presta serviços do que aquele que recebe benefícios – falou outro "de boca cheia".

– Sem dúvida, tudo isso é participação. Mas, o que mais?

– O mais, acho eu – disse um que havia permanecido calado até então –, é saber: o que cada um de nós, antes de mais nada, poderá fazer por si mesmo nesse sentido? Pois valorização não é, e nunca foi, uma dádiva caída do céu. Há que, primeiramente, defini-la no âmbito das demandas e das possibilidades individuais; depois persegui-la com persistência e, finalmente, agarrá-la e explorá-la com todas as forças disponíveis. Ou seja, cada um deve ter seu projeto pessoal a respeito dela, do qual farão parte, obrigatoriamente, uma boa e contínua formação profissional e o conhecimento sempre atualizado do perfil profissional demandado pelo "mercado de oportunidades", agora não mais centrada no "emprego" e sim no "trabalho".

– Não é mole esta coisa de valorização – interferiu outro colega. Você vai passar a vida toda perseguindo-a; e a medida em que a for conquistando irá alcançando algo mais, maior, melhor, mais alto. É a eterna insatisfação humana, mas o importante é o esforço, permanente, pela auto-inclusão nesse cada vez mais sofisticado "mercado de oportunidades": Há, pois, que superar as forças de inércia e se dispor a participar de uma competição cada vez mais acirrada. Há, com toda a certeza, regras éticas para isso.

– Trata-se então de algo eminentemente pessoal? – manifestou-se outro colega, meio desiludido. Quer dizer que o Sistema Confea/CREAs não tem nada a ver com a valorização profissional? Cada um que "se vire" para conquistá-la?

– E a defesa do salário mínimo profissional, e a proteção das atribuições profissionais (“reservas de mercado”), e o combate ao exercício ilegal das profissões, e a fiscalização da qualidade das obras, serviços e produtos, todos itens necessários em qualquer rol de valorização, quem cuidará disso? – bradou alguém demonstrando visível irritação.

Felizmente chegamos às responsabilidades do Sistema Confea/Crea, após termos passado, primeiro e necessariamente, pela discussão das responsabilidades individuais envolvidas (o que cada um poderá fazer por si próprio, como disse um colega). Ora, enquanto na visão individual a valorização confunde-se com a própria realização pessoal, na visão de um sistema social como o nosso — o Sistema Confea/Crea — a valorização dos profissionais, e de suas respectivas profissões, constitui-se num dos principais componentes da eficácia social que perseguem, como instituições públicas que são e tendo em vista as funções públicas que desempenham. Justamente por isso que o Sistema Confea/Crea — além do trabalho conjunto que realiza com sindicatos e associações — reserva parte significativa de seus recursos para a aplicação em projetos que objetivem estimular e apoiar a valorização dos profissionais e das profissões. Ou, dito de outra forma, o profissional valorizado e consciente dos “interesses sociais e humanos” que presidem o exercício de suas profissões será sempre um agente alavancador do desenvolvimento e não apenas simples beneficiário dele.

– E que projetos são esses? Podemos saber? E como participar deles, a fim de nos tornarmos, como disse o colega”, simultaneamente “agentes e beneficiários do desenvolvimento?”

Isso mesmo. Não apenas participar, passivamente, como figurantes anônimos, como meros beneficiários desses projetos. Muito mais do que isso, devemos atuar proativamente, como lideranças corresponsáveis por seus desdobramentos e implementações. Vejamos alguns exemplos desses projetos, desenvolvidos pelos Crea e pelo Confea: Programas de Educação Continuada, em vários Crea; Programas de Valorização Profissional e Defesa do Salário Mínimo Profissional, em parceria com inúmeros Sindicatos; Programas de Fiscalização Preventiva Integração, em parceria com vários órgãos públicos; Programa de Fóruns Temáticos, visando a discussão das Políticas Públicas com repercussão nas áreas profissionais; Programa de Comunicação Institucional, utilizando os vários tipos de mídias visando a integração dos profissionais entre si, das entidades, escolas e Conselhos entre si e de todos esses elementos com a

sociedade; Programa Editorial, de apoio à publicações de profissionais discutindo, inclusive, ética e valorização etc.

Pelos semblantes dos presentes podia-se até imaginar a intensa movimentação de neurônios naquele momento. Todos ávidos de participação. Milhares de especificações, requisitos e diretrizes passavam pelas cabeças daqueles profissionais, ora transformados em analistas de sistemas pessoais — e, também, organizacionais — enfrentando o desafio de desenvolver aplicativos voltados à própria valorização, procurando incluir nestes proposições relativas às contribuições indispensáveis de seu Conselho Profissional. Foi uma verdadeira catarse. Assunto empolgante. A discussão prolongar-se-ia ainda por horas, se não fosse...

– E quanto ao Projeto Brasil? Este não é o outro tema a ser discutido por nossos Delegados no IVCNP?

Não há dúvida que sim, mas não apenas pelos Delegados, por todos nós e em todo o país, desde os encontros Microrregionais até os CEPs, e destes ao IV CNP. E os Delegados serão justamente aqueles que, nesses eventos precursores, se mostrarem os mais capazes de representar o pensamento geral e os mais aptos a defendê-lo. Na verdade, nenhum dos 850.000 profissionais brasileiros foi excluído dessa discussão, vez que o Confea instalou um “Forum Permanente” em sua **Home Page** (www.confea.org.br) para receber e sistematizar as propostas desses profissionais sobre o tema dos Congressos. Eis que as políticas nacionais que um projeto nacional de desenvolvimento propõe, e depois busca implementar, objetivam a valorização dos cidadãos e da sociedade, valorização esta traduzida pela geração de empregos, pela inclusão social, pelo desenvolvimento sustentável, pela melhoria crescente dos indicadores sócio-econômicos do país e, enfim, pela melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social. Essas políticas desdobram-se em programas governamentais que, por sua vez, implicam em todo um conjunto de serviços, projetos e obras relacionadas às profissões do Sistema Confea/Crea. Entre essas políticas estão: a de transporte, de ciência e tecnologia, de recursos hídricos, de comunicações, energética, de saneamento, ambiental, de desenvolvimento urbano, agrícola e industrial, florestal e outras mais.

– Há que procurar influir sobre as decisões políticas — gritou (gritou mesmo) um dos participantes da reunião, demonstrando uma certa irritação —, sob pena de nos tornarmos mero homologadores de deci-

sões leigas sobre assuntos profissionais. Decisões estas muitas vezes destituídas de consistente fundamentação técnica, geralmente oportunistas, e, sem dúvida alguma, impregnadas de fisiologismos e de clientelismos políticos. E uma das causas disso é a participação inexpressiva de nossas profissões na composição de nossas Casas Legislativas, tendo em vista — para não dizer omissão — o nosso histórico distanciamento da discussão da chamada “problema nacional”.

– E tem mais, colegas, até mesmo os cargos e funções técnicas exclusivas dos profissionais do Sistema são ocupadas por leigos, por apadrinhados políticos, em evidente exercício ilegal. Quem não conhece inúmeros casos desses?

– E de quem é a culpa? Nossa? Dos Conselhos? Dos sindicatos? Só não me digam que é do Papa!

Reparem bem como as coisas confluem. Primeiro trocamos idéias sobre a dimensão da ética; depois, discutimos o significado da valorização. Agora que o assunto é o Projeto Nacional, temos a plena convicção de que profissionais éticos e valorizados não apenas estão preparados para participar mas, também, se poderá esperar que essa participação venha a se transformar em expressivo catalisador do aperfeiçoamento desse Projeto.

Tem mais, a respeito desta participação de que ora se fala, vale lembrar o saudoso Ulisses Guimarães que dizia: “o verdadeiro cidadão brasileiro, aquele real — e não o virtual, criado como um objeto volátil de uma mídia massacrante — vive nos Municípios, e não nos Estados e na União, estas meras ficções legais”. Da mesma forma poderíamos dizer que os engenheiros, arquitetos, engenheiros-agronomos, geógrafos, geólogos e meteorologistas, tecnólogos e técnicos reais, concretos, agentes do desenvolvimento, são aqueles que vivem nos quase 5.600 municípios brasileiros e neles contribuem com seus variados trabalhos para que o Sistema Confea/Crea possa ser, como se divulga, o responsável por mais de 50% do PIB brasileiro.

Eis porque o Projeto Nacional de Desenvolvimento deverá, para os efeitos de nossa discussão, desdobrar-se nos Projetos Estaduais de Desenvolvimento, na realidade em 27 deles; bem como também abordar as realidades mais próximas de cada grupo profissional — suas bases municipais e microrregionais de atuação — e nestas discutir os respectivos Planos Diretores.

– Dá para entender — voltou a falar o presidente da Associação —, é como se estivéssemos montando

a grade curricular de um amplo “programa de cidadania-profissional”. Os problemas e as potencialidades do município, do estado e da união serão aí abordados tanto de **per si** como face a importância relativa de cada um deles nos vários contextos. As prioridades deverão ser exaustivamente discutidas e, após, estrategicamente definidas. Os recursos financeiros necessários deverão ser previstos e consignados nos respectivos orçamentos-programa.

– É isso, caro Presidente, esse é um desafio que nos cabe enfrentar, sob pena de não somente abdicarmos de parte importante de nossa cidadania como continuarmos meros caudatários — em nossa própria área profissional — de decisões leigas. Há que reagir, pois. (as palavras acaloradas dos últimos participantes parece ter sensibilizados os presentes, que os aplaudiram entusiasticamente).

E reagiremos, inteligentemente Como?

Começemos seguindo a sugestão de Oswaldo Della Giustina, o autor do texto referencial sobre o Projeto Brasil: primeiro, debatendo sobre uma Visão Estratégica do Brasil (o país que temos, o país que desejamos ter e o país que podemos ter); segundo, trocando idéias sobre os Equívocos do Processo Brasileiro (de prioridades estratégicas, de ordem econômico-financeira e de ordem ético-cultural); terceiro, inventariando os Recursos Estratégicos para um Projeto Nacional (em nível local, em nível estadual e em nível nacional); quarto, definindo os Projetos Estratégicos (de significado estadual, estadual com significado nacional e de significado nacional).

Continuemos internalizando a idéia de processo, de um processo que será desenvolvido em todas as suas fases: o antes (fase em que se perguntará “o que?”, “por que?”, “para quem?” e “quanto custará?”), o durante (fase em que se perguntará “como?” e “quando?”) e o depois (fase em que se perguntará “daria para fazer me lhor?” e “va leu a pena?”). Perguntas seguidas das competentes respostas, é claro.

Eis aí a razão — ou as razões — de se preten der discutir no IV CNP, de forma organizada, o trinômio Ética-valorização-projeto Brasil. E nesse sentido a contribuição do Confea poderá ser muito significativa e importante: fornecendo os textos referenciais para a discussão nacional que antecederá o IV CNP; contribuindo para viabilizar os Congressos Estaduais, Levando aos mesmos a palavra abalizada das lideranças profissionais e dos “experts” em cada um dos temas, proporcionando a informação necessária para, como diria Norbert Wiener (o “pai da cibernética”), “acionar o gatilho da ação” (ação esta, ressalte-se, tanto dos cidadãos-profissionais e de suas lideranças como das milhares de organizações profissionais que integram o Sistema Confea/Crea).

Visualização do Processo dos Congressos

Hoje e amanhã

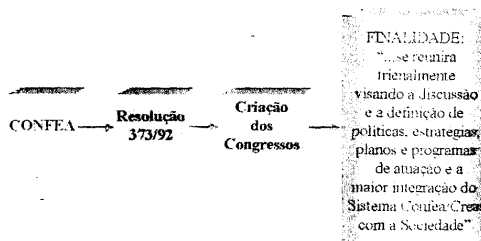
De 3 a 7 de novembro do corrente ano estará se realizando o IV CNP, na cidade de Fóz do Iguaçu/PR, na seqüência da 58ª Semana Oficial da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. De 15 de abril a 15 de agosto nos Estados, sob a coordenação dos CREAs, estarão sendo realizados os Congressos Estaduais de Profissionais. Antes desses Congressos, ou mesmo durante o transcurso deles, centenas de Encontros Microrregionais acontecerão. Todos esses eventos discutindo o mesmo temário e, por certo, contribuindo para os mesmos objetivos: **transformar o Sistema CONFEA/CREAs num alavancador do desenvolvimento nacional e os profissionais que o integram em componentes éticos e proativos desse esforço.**



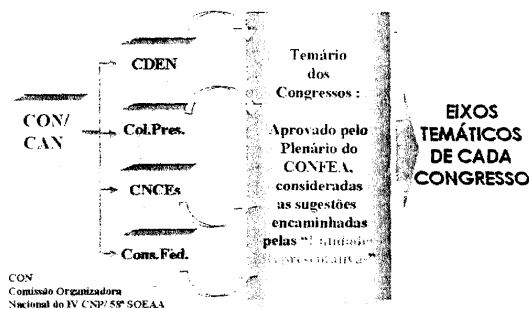
Este esforço, em seu conjunto, caracteriza o funcionamento - na prática - de uma verdadeira **ESCOLA DE LIDERANÇAS**, na qual todos nós estamos, desde já, inscritos.

Aproveitamos aqui alguns slides, de uma exposição apresentada no Plenário do CONFEA, para permitir a todos os colegas uma visualização ampla do processo dos congressos.

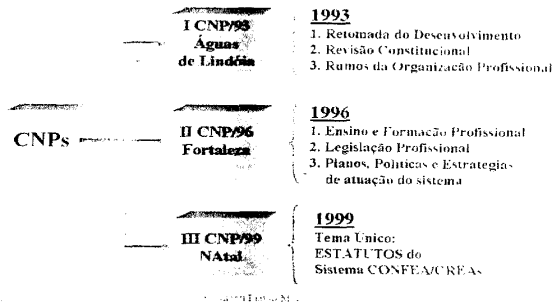
III BLOCO - FINALIDADE DOS CONGRESSOS



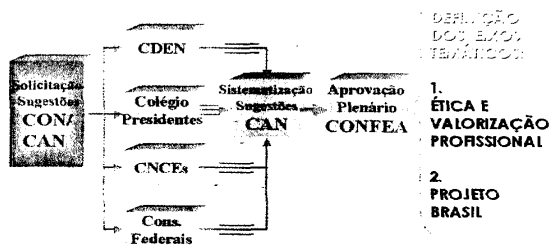
V BLOCO - TEMÁTICA DOS CONGRESSOS



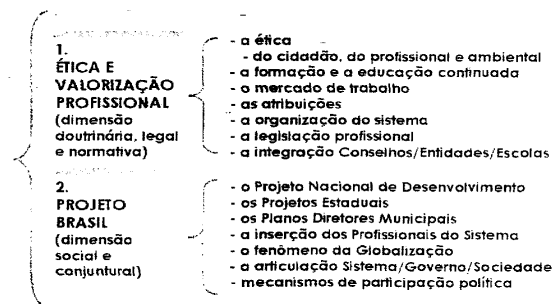
VII BLOCO - HISTÓRICO DAS TEMÁTICAS



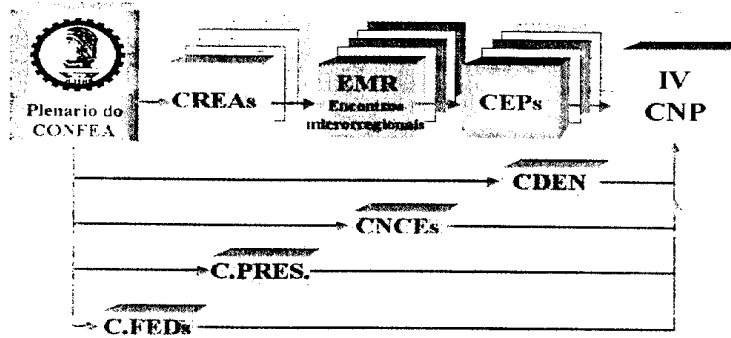
IX BLOCO - TEMÁTICA DO IV CNP / FÓZ DO IGUAÇU (processo de estabelecimento)



X BLOCO - DESDOBRAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS

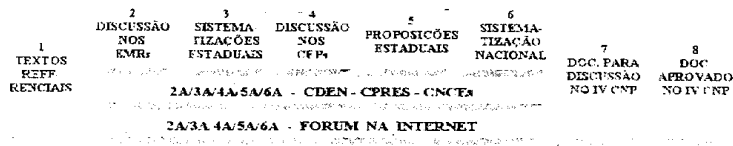
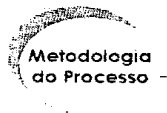


XII BLOCO - VISÃO GERAL DO PROCESSO DE REALIZAÇÃO



DEB - 01/02/2004/12/12/02

XXVI BLOCO - METODOLOGIA DO PROCESSO



Parte 2

Ética, valorização Profissional Projeto Brasil

Alipio Casali

Doutor em Educação pela PUC.SP, Pós-Doutor em Educação pela Université de Paris.

1. Ética e atualidade

- 1.1. Por que falar em ética?
- 1.2. Mas, o que é a ética?
- 1.3. Por que a ética é necessária e importante?
- 1.4. Em que e onde, no Brasil, está fazendo mais falta a ética?
- 1.5. A quem a falta de ética prejudica?
- 1.6. Por que a conduta de toda liderança social profissional tem que se pautar pela ética?

2. Ética e Convivência Humana

- 2.1. Ética e relações sociais cotidianas
- 2.2. Ética e modelo econômico
- 2.3. Ética e justiça social
- 2.4. Ética e meio ambiente
- 2.5. Ética e política
- 2.6. Ética e corrupção
- 2.7. Ética e cidadania

3. Ética, Valorização Profissional e Projeto Brasil

- 3.1. A ética como direito da vida a criar-se, conservar-se e desenvolver-se, em convivência
- 3.2. Ética e valorização profissional
- 3.3. Ética, valorização profissional e projeto de desenvolvimento nacional
- 3.4. Ética profissional, ética da cidadania, ética universal

4. Para um Código de Ética de Profissionais

- 4.1. O que é um código de ética?
- 4.2. Como deve ser formulado um código de ética?
- 4.3. Quais os limites de um código de ética?
- 4.4. Os códigos de ética no âmbito do sistema Confea/Crea
- 4.5. Quais as potencialidades de um código de ética numa corporação de profissionais?

Ementa

O objetivo deste texto é fornecer subsídios para uma consideração crítica acerca dos desafios éticos que se apresentam às corporações de profissionais, mais especificamente ao Sistema Confea/Crea, na perspectiva de fundamentar decisões para a revisão do seu Código de Ética.

1. Ética e atualidade

1.1. Por que falar em ética?

A ética é o tema do momento. Em todo o mundo, mas especialmente no Brasil, há motivos de sobra para se preocupar com a ética. O fato é que em nosso país assistimos a uma degradação moral acelerada, principalmente na política. Ou será que essa baixa moral sempre existiu? Será que hoje ela está apenas vindo a público? Uma ou outra razão, ou ambas combinadas, são motivos suficientes para alguma reação ética dos cidadãos conscientes de sua cidadania.

Há um razoável consenso, hoje, de que o modelo de desenvolvimento econômico vigente no Brasil tem gerado estruturalmente e sistematicamente situações contrárias aos princípios éticos: gera desigualdades crescentes, gera injustiças, rompe laços de solidariedade, reduz ou extingue direitos, lança populações inteiras a condições de vida cada vez mais indignas. A violência que se exerce cotidianamente contra a vida e a propriedade do cidadão comum, assim, aparece como consequência dessa violência estrutural primeira.

Como se não bastasse, tudo isso convive com situações escandalosas: o enriquecimento ilícito de alguns; a impunidade de outros, a prosperidade da hipocrisia política de muitos, etc.

Os engenheiros, arquitetos e agrônomos, assim como todas as demais categorias profissionais, não podem ignorar esse problema da ética, sob pena de se "descolarem" do país real. Sob pena de não compreenderem quais são os verdadeiros desafios de sua valorização profissional. Sob pena de falarem em projeto de desenvolvimento nacional (Projeto Brasil) apenas por alguns de seus aspectos.

A ética é um tema emergente e emergencial, e seu esclarecimento é urgente e indispensável para todas as categorias profissionais.

1.2. Mas, o que é a ética?

A ética não se confunde com a moral. A moral é a regulação dos valores e comportamentos considerados legítimos por uma determinada sociedade, um povo, uma certa tradição cultural, uma religião, etc. Há morais específicas, também, em grupos sociais mais restritos: uma instituição, um partido político, uma escola, etc.

Há, portanto, muitas e diversas morais. Isto significa dizer que uma moral é um fenômeno social particular, que não tem necessariamente compromisso com a universalidade, isto é, com o que é válido de direito para todos os homens. Exceto quando ataca-

da: justifica-se dizendo-se universal, supostamente válida para todos.

Mas, então, todas e quaisquer normas morais são legítimas? Não deveria existir alguma forma de julgamento da validade das morais? Existe, e essa forma é o que se chama de ética.

A ética é uma reflexão crítica sobre a moralidade. Mas ela não é puramente teoria. A ética é um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, cujo objetivo é balizar as ações humanas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade, de modo tal que a sociedade, as diversas instituições que a constituem e cada indivíduo possam tornar-se cada vez mais humanos.

A ética pode e deve ser incorporada pelos indivíduos, sob a forma de uma atitude prática diante da vida cotidiana, capaz de julgar criticamente os apelos a-críticos da moral vigente. Mas a ética, tanto quanto a moral, não é um conjunto de verdades fixas, imutáveis. A ética se move, historicamente, se amplia e se adensa. Para se entender como isso acontece na história da humanidade, basta lembrar que, um dia, a escravidão foi considerada “natural”.

Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal, e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.

Essa distinção entre moral e ética não é unânime. Etimologicamente, ética deriva de êthos (grego), que significa morada habitual. Por sua vez, moral deriva igualmente de mas, moris (latim), cuja raiz também significava morada. Tem-se convencionado, porém, com mais frequência, pensar a moral como referente às moradas particulares das culturas e das instituições, e a ética como referência à desejada morada humana universal.

1.3. Por que a ética é necessária e importante?

A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem a referência a princípios humanitários fundamentais, analogamente comuns a todos os povos, nações, religiões etc., a humanidade corre riscos reais de se despedaçar e, eventualmente, auto-destruir.

Também é verdade que a ética não garante o progresso moral da humanidade. O fato de que os seres humanos são capazes de concordar minimamente entre si sobre princípios como justiça, igualdade de

direitos, dignidade da pessoa humana, cidadania plena, solidariedade, etc., cria chances para que esses princípios possam vir a ser postos em prática, mas não garante o seu cumprimento.

As nações do mundo já entram em acordo em torno de muitos desses princípios. A “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, pela ONU (1948), é uma demonstração de o quanto a ética é necessária e importante. Mas a ética não basta como teoria, nem como princípios gerais acordados pelas nações, povos, religiões, etc. Nem basta que as Constituições dos países reproduzam esses princípios, como a Constituição Brasileira o fez, em 1988. No seu Art. 3º está escrito:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Francamente: quando este artigo da Constituição foi cumprido integralmente?

É preciso que todas as instituições e cada cidadão e cidadã (cada profissional e cada cliente, consumidor, usuário) incorporem esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por eles seu comportamento. Isso traz uma consequência inevitável: frequentemente o exercício pleno da cidadania (ética) entra em colisão frontal com a moral vigente. Até porque a moral vigente, sob a lógica dos interesses econômicos – e de mercado, sempre reflete suas frequentes e graves degenerações.

1.4. Em que e onde, no Brasil, está fazendo mais falta a ética?

A falta e a quebra da ética ameaça todos os setores e aspectos da vida e da cultura de um país. Não há como negar, porém, que, nas instituições políticas, a falta ou quebra da ética tem o efeito mais destruidor. Isto se dá porque o político é tido como (e deve ser) um exemplo para a sociedade.

Com efeito, a política é o ponto de equilíbrio de uma nação. Quando a política não realiza sua função, de ser a instância que faz valer a vontade e o interesse coletivos, rompe-se a confiabilidade e o tecido político e social do país. O mesmo acontece quando a classe política apoia-se no poder público para fazer valer seus interesses privados.

Mas a política não se exerce apenas nas instituições específicas que levam esse nome. Toda ação institucional e de todo cidadão é uma ação política. As relações institucionais, no interior de uma corporação de profissionais e entre essa corporação e a sociedade a que pertence, são também relações políticas.

A multiplicação de escândalos éticos no Brasil só não é mais grave do que uma de suas próprias consequências: a de converter-se em coisa banal, coisa natural e corriqueira, diante da qual os cidadãos sejam levados a concluir: "sempre foi assim, nada pode fazer isso mudar", ou coisa ainda pior: "ele rouba, mas faz".

Do outro lado, uma vida política saudável, transparente, representativa, responsável, verdadeiramente democrática, ou seja, ética, nas instituições políticas e nas instituições da sociedade civil, e entre elas as corporações de profissionais, tem o poder de alavancar a autoconfiança de um povo e reerguer um país alquebrado e ameaçado pela desagregação.

Daí a importância e o dever de cada profissional, e das corporações de profissionais, de realizarem cotidianamente a ética em suas ações.

1.5. A quem a falta de ética prejudica?

A falta de ética mais prejudicada a quem tem menos poder (menos poder econômico, menos poder político, menos poder cultural). A transgressão aos princípios éticos acontece sempre que há desigualdade e injustiças na forma de exercer o poder. Isso acentua ainda mais a desigualdade e a injustiça. A falta ou a quebra da ética significa a vitória da injustiça, da desigualdade, da indignidade, da discriminação. Os mais prejudicados são os mais pobres, os mais excluídos.

A falta de ética prejudica o doente que compra remédios caros e falsos; prejudica a mulher, o idoso, o negro, o índio, recusados no mercado de trabalho ou nas oportunidades culturais; prejudica o trabalhador que tentar a vida política; prejudica a criança abandonada à própria sorte nas ruas das cidades; prejudica os analfabetos no acesso aos bens econômicos e culturais; prejudica as pessoas com necessidades especiais (físicas ou mentais) a usufruir da vida social; prejudica com a – discriminação e a humilhação os que não fazem a opção sexual esperada e induzida pela moral dominante; prejudica o cliente, o consumidor, ou o usuário, em seus direitos de receber aquilo pelo que pagou; etc.

A atitude ética, ao contrário, é incluyente, tolerante e solidária: não apenas aceita, mas também valoriza e reforça a pluralidade e a diversidade, porque

plural e diversa é a condição humana. A falta de ética instaura um estado de guerra e de desagregação, pela exclusão. A falta de ética ameaça a humanidade.

1.6. Por que a conduta de toda Liderança social e profissional tem que se pautar pela ética?

As lideranças sociais e profissionais têm um poder e uma responsabilidade decisiva de um ponto de vista ético. Nenhuma nação, povo, grupo social, pode realizar seu projeto histórico sem lideranças. A liderança social é o elemento de ligação entre os interesses do grupo social e as oportunidades históricas disponíveis para realizá-los. A responsabilidade ética da Liderança, portanto, se pudesse ser medida, teria o tamanho e o peso dos direitos reunidos de todos aqueles que ela representa e lidera.

As lideranças sociais e profissionais têm uma tripla responsabilidade ética: institucional, pessoal e educacional. Institucional, porque devem cumprir fielmente e estritamente os deveres que lhes foram atribuídos. Pessoal, porque devem ser, cada uma delas, um exemplo de cidadania: justas, eticamente íntegras. Educacional, porque, além de serem um exemplo, devem dialogar com aqueles que elas lideram, de modo a ampliar a sua consciência política e a fazê-los crescer na cidadania.

A incoerência ética do Líder desqualifica sua Liderança e coloca em risco o destino histórico do projeto de seu grupo.

2. Ética e convivência humana

2.1. Ética e relações sociais cotidianas

Falar de ética é falar de convivência humana. São os problemas da convivência humana que geram o problema da ética. Há necessidade de ética porque os seres humanos não vivem isolados; e os seres humanos convivem não por escolha mas por sua constituição vital. Há necessidade de ética porque há o outro ser humano.

Mas o outro, para a ética, não é apenas o outro imediato, próximo, com quem se convive, ou com quem casualmente se depara. O outro está presente também no futuro (temporalidade) e está presente em qualquer lugar, mesmo que distante (espacialidade). A ética exige que a convivência com o outro (próximo ou remoto) seja respeitosa e justa.

O princípio fundamental que constitui a ética da convivência é este: o outro é um sujeito de direitos e sua vida deve ser digna tanto quanto a minha deve ser. O fundamento dos direitos e da dignidade do outro é a sua própria vida e a sua liberdade (possibilidade) de viver plenamente. As obrigações éticas da convivência humana devem pautar-se não apenas por

aquilo que já temos, já realizamos, já somos, mas também por tudo aquilo que poderemos vir a ter, a realizar, a ser. As nossas possibilidades de ser são parte de nossos direitos e de nossos deveres. São parte da ética da vida e da convivência.

2.2. Ética e modelo econômico

O sistema econômico é o fator mais determinante de toda a ordem (e desordem) social. É o principal gerador dos problemas, assim como das soluções éticas. O fato de o sistema econômico parecer ter vida própria, independente da vontade dos seres humanos, contribui para ofuscar a responsabilidade ética dos que estão em seu comando. O sistema econômico mundial, do ponto de vista dos que o comandam, é uma vasta e complexa rede de hábitos consentidos e de compromissos reciprocamente assumidos, o que faz parecer que sua responsabilidade ética individual não exista.

A globalização (falsa universalidade) do sistema econômico cria a ilusão de que ele seja legítimo. As multidões crescentes de desempregados, famintos e excluídos, entretanto, são a demonstração dessa ilusão.

A moral dominante do sistema econômico diz que pelo trabalho qualquer indivíduo pode ter acesso à riqueza.

A crítica econômica diz que a reprodução da miséria econômica é estrutural. A ética diz que, sendo assim, exigem-se transformações radicais e globais na estrutura do atual modelo econômico dominante.

As corporações de profissionais, pela importância que têm na sustentação do modelo econômico vigente, são desafiadas a se perguntarem e a responderem por sua responsabilidade ética nesse processo de produção de riquezas e misérias econômicas.

2.3. Ética e justiça social

A moral tradicional do liberalismo econômico e político acostumou-nos a pensar que o campo da ética é o campo exclusivo das vontades e do livre arbítrio de cada indivíduo. Nessa tradição, também, a organização do sistema econômico-político-jurídico seria uma coisa "neutra", "natural", e não uma construção consciente e deliberada dos homens em sociedade. Por isso acostumamo-nos a julgar que não seja parte de minha responsabilidade ética a situação do desempregado, do faminto, do doente crônico, do que migrou por causa da seca, da criança de rua, do que não teve êxito na escola, das etnias indígenas em extinção etc., só porque esses males não foram produzidos por mim diretamente.

Um sistema econômico-político-jurídico que produz estruturalmente desigualdades, injustiças, discriminações, exclusões de direitos etc., é um sistema eticamente mau, por mais que seja legalmente (moralmente) constituído. Em consequência, pelo outro lado: o fato de existirem injustiças sociais obriga-me eticamente a agir de modo a contribuir para a sua superação.

2.4. Ética e meio ambiente

A voracidade predatória do modelo econômico vigente o faz enxergar a natureza tão somente como fonte de matérias primas para a produção de mercadorias. A natureza tornou-se ela própria uma mercadoria.

O trabalho é a ação humana que transforma a natureza para o homem. Mas para que o trabalho cumpra essa finalidade de sustentar e humanizar o homem, deve realizar-se de modo sustentável para a natureza e para o homem. A voracidade predatória de nosso modelo econômico está rompendo perigosamente o equilíbrio de sustentabilidade entre a natureza e o homem. Este é um dos problemas éticos mais radicais da nossa geração, pois ameaça a sobrevivência futura do planeta e da humanidade. Para se falar em dignidade da vida é preciso, antes, que haja vida.

A moral dominante desse sistema econômico separa a natureza da cultura, e com isso desumaniza a natureza e desnaturaliza o homem. Preservar e cuidar da natureza é preservar e cuidar da nossa humanidade, das gerações atuais e futuras. Preservar e cuidar do meio ambiente é uma responsabilidade ética diante da natureza humana.

Os engenheiros, arquitetos e agrônomos têm uma responsabilidade ética específica a esse respeito, uma vez que sua ação profissional interfere diretamente no meio ambiente, o "habitat" natural-cultural-humano.

2.5. Ética e política

Política é a ação humana que deve ter por objetivo a realização plena dos direitos e, portanto, da cidadania para todos. O projeto da política assim, é o de realizar a ética, fazendo coincidir com ela a realização da vontade coletiva dos cidadãos, o interesse público. A função ética da política é eliminar, numa ponta, os privilégios de poucos; na outra ponta, as carências de muitos; e instaurar o direito para todos.

São inegáveis os aprimoramentos das instituições políticas no Brasil, ao longo da sua história. Mas são inegáveis igualmente as trações de uma parte da

classe política contra essas instituições e contra o mandato que lhes tem sido confiado.

Requer-se, pois, o exercício da cidadania ativa e criativa, tanto pelos políticos quanto pelos cidadãos: reforçando-se e aprimorando-se as instituições políticas, fazendo-as valer de direito e de fato. A cidadania ativa, como lutada pelos próprios direitos e pelos direitos de todos, é o exercício cotidiano da ética política.

2.6. Ética e corrupção

A corrupção é a suprema perversidade da vida econômica e da vida política de uma sociedade. É a subversão dos valores social e culturalmente proclamados e assumidos como legítimos. A corrupção, seja ativa ou passiva, é a força contrária, o contra-fluxo destruidor da ordem social. É a negação radical da ética, porque destrói na raiz as instituições criadas para realizar direitos. A corrupção é anti-ética.

A corrupção pode, em situações extremas e absurdas, chegar a tornar-se a moral estabelecida, a ponto de gerar nos cidadãos o conformismo com o mal social. A história recente de nosso país tem nesse ponto um dos maiores desafios a enfrentar. Ou bem os cidadãos reagem ativamente e os responsáveis legais agem exemplarmente sem concessões à impunidade, ou o país avança rapidamente para a desagregação.

Indignar-se, resistir e combater a corrupção é um dos principais desafios éticos da política no Brasil, e uma afirmação da cidadania.

2.7. Ética e cidadania

As instituições sociais e políticas têm uma história. É impossível não se reconhecer seu desenvolvimento e o seu progresso em muitos aspectos, pelo menos do ponto de vista formal. A escravidão era legal no Brasil até 120 anos atrás. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar apenas há 60 anos e os analfabetos apenas há 13 anos. Chamamos isso de ampliação da cidadania.

Mas há direitos formais (civis, políticos e sociais) que nem sempre se realizam como direitos reais. A cidadania nem sempre é uma realidade efetiva, nem para todos. A efetivação da cidadania e a consciência coletiva dessa condição é um indicador do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.

Para a ética não basta que exista um elenco de princípios fundamentais e direitos definidos nas Constituições. O desafio ético para uma nação é o de universalizar os direitos reais, permitindo a todos e a cada um a cidadania plena, cotidiana e ativa.

3. Ética, valorização profissional e “Projeto Brasil”

3.1. A ética como direito da vida a criar-se, conservar-se e desenvolver-se, em convivência.

Alguns animais vivem isolados; outros têm como hábito próprio de sua espécie a vida em colônias, sob regras de trabalho e convivência rígidas e imutáveis. É próprio do ser humano viver grupalmente, em sociedade. Mas o que mais caracteriza o animal humano é a sua versatilidade, fruto de sua racionalidade e de sua liberdade. Por isso cabe distinguir os três âmbitos distintos de seus modos de viver: o individual, o cultural, o universal.

Um ser humano permanentemente e absolutamente isolado é uma abstração ou uma aberração da espécie. Mas os seres humanos gostam de isolar-se esporadicamente, e têm no modo de ser individual o exercício de uma existência singular, única, irrepetível. A privacidade é um direito inalienável. A singularidade é também um modo de ser ético. No âmbito do direito penal, com razão, a intimidade da consciência é impenetrável e sua intencionalidade é o último critério de julgamento do direito do indivíduo.

No outro extremo, uma humanidade pensada como absoluta e anônima totalidade de indivíduos seria também uma abstração e uma aberração. A humanidade é uma totalidade rica, plural e diversa, de indivíduos e grupos, etnias, culturas, nações etc., com nomes e identidades próprios. A vida cotidiana concreta dos humanos acontece na sua maior parte nesse espaço intermediário, grupal, relacional, cultural, institucional, de convivência.

É próprio do ser humano conjugar e equilibrar (ainda que sempre precariamente) esses três âmbitos em que se desenvolve sua vida cotidiana: o individual, o cultural, o universal. Nesses três níveis ou âmbitos de vida e convivência, a ética está implicada. No jogo entre esses três âmbitos é que se constrói a identidade de cada indivíduo, de cada grupo social e da humanidade. Mas tal é a complexidade de determinações possíveis a constituírem o perfil de cada indivíduo e de cada grupo e da humanidade, que não cabe falar propriamente de sua “identidade”, mas de suas “identidades”. A identidade move-se, adapta-se, altera-se, interminavelmente. Todo indivíduo e todo grupo, assim como a humanidade, na medida em que são saudáveis, estão em movimento, em desenvolvimento.

Desenvolver-se é realizar um duplo movimento:

- descobrir capacidades e talentos já dados por sua constituição material e cognitivo-psíquico-espiritual (esse processo de descoberta, porém, é inesgotável); e
- construir o novo, efetivando as potencialidades e talentos descobertos, fazendo-os render, ampliando-os (processo este que também é inesgotável).

A espécie humana vem desenvolvendo-se biologicamente e psicologicamente. Nos nossos dias, entretanto, esse desenvolvimento encontra-se sob ameaça de estancamento, de retrocesso e mesmo de degeneração total, em escala mundial. O desenvolvimento é um dilema ético: direito e dever de não se degenerar e, ao contrário, de se gerar, manter e ampliar. Não desenvolver-se é degenerar. O primeiro e último critério ético, rigorosamente, é esse: o direito da vida de criar-se, conservar-se e desenvolver-se, em convivência.

3.2. Ética e valorização profissional

Cada indivíduo tem o direito e o dever de valorizar-se e ser valorizado. Mas a valorização deve ter menos a ver com “possibilidade de ser admirado” do que com “capacidade de realizar algo maximamente importante para um número máximo de pessoas maximamente necessitadas”. Ser valorizado, pois, é ser capacitado a contribuir para projetos coletivamente relevantes. Nessa valorização, portanto, a ética está implicada.

O mesmo “vale” para as instituições, os grupos sociais, as corporações profissionais. Uma corporação profissional tem o direito e o dever de proteger, promover, valer e fazer valer a atividade profissional de cada um de seus membros, assim como proteger, promover, valer e fazer valer suas próprias atividades na vida da sociedade. Estas atividades serão valiosas na medida em que forem contributivas para a sociedade. Os limites e riscos dessa valorização estão claros: se ela restringir-se à auto-proteção, não passará de simples corporativismo; se ela ampliar-se para o serviço à comunidade e à sociedade em geral, torna-se ação política, propriamente ética, e seu horizonte é a universalidade.

3.3. Ética, valorização profissional e projeto de desenvolvimento nacional.

Uma corporação de profissionais será tanto mais ética quanto mais promover a valorização profissional, articulando-a com os reais interesses nacionais e universais (não confunda-se o mundial relação de

forças entre as nações, da qual resultam hierarquias de poderes com o universal critério de justiça para todos os envolvidos, inclusive os politicamente excluídos). A ética e a valorização profissional, no que se refere às responsabilidades sociais de uma corporação de profissionais, encontram sua realização plena na sua participação crítica e contributiva ao projeto de desenvolvimento nacional. Se a valorização profissional mede-se pela “capacidade de realizar algo maximamente importante para um número máximo de pessoas maximamente necessitadas”, percebe-se a relação entre a valorização profissional e a participação no projeto de desenvolvimento local, regional, nacional.

Um “projeto de desenvolvimento nacional” (“Projeto Brasil”) está em pauta em nosso país desde longa data. Ele pode ser reconhecido, com diversas faces, no governo atual, desde 1994, assim como desde a redemocratização de 1984, em 1964, ou 1930, 1889, 1822... É impossível dizer quando começou o Projeto Brasil.

Mas é possível dizer com certeza que o país não está satisfeito com seu processo de desenvolvimento. Porque o desenvolvimento que o país reclama há décadas e séculos é o desenvolvimento integral, aquele sempre prometido mas nunca realizado: desenvolvimento econômico, social, político, cultural, estético, ético. Desenvolvimento de todos e com todos, em todos os aspectos.

Ao contrário, o que paira no ar da nossa história é a sensação do desesperdício, de que estamos sempre à beira de morrer na praia, de que nossa hora nunca chega e poderá nunca chegar. Nosso país é uma monumental possibilidade de desenvolvimento, reiteradamente projetada, insatisfatoriamente realizada e, não raro, grosseiramente fracassada.

Os profissionais deste país revelarão seu verdadeiro valor, e valorizarão bastante a si mesmos, na medida em que contribuirão efetivamente para a formulação e realização de um completo projeto de desenvolvimento nacional.

3.4. Ética profissional, ética cidadã, ética universal

Tudo o que até aqui foi afirmado, é para sustentar que há uma relação direta entre os princípios que referenciam a ética universal do ser humano, a ética da cidadania (brasileira, no caso) e a ética do profissional (do engenheiro, arquiteto, agrônomo, e outros).

Um profissional não é uma peça anônima na cadeia de produção econômica. Cada profissional é um

ser econômico, mas ao mesmo tempo um ser social e político, isto é, um cidadão. Essas coisas não se separam, e não poderiam ser separadas. Enquanto cidadão, a conduta de todo profissional brasileiro deverá se referenciar pela Constituição Brasileira de 1988, não por acaso chamada de "a Constituição Cidadã". Realizar a Constituição é realizar a Cidadania. Mas a condição ética do profissional não se reduz a esse âmbito. Além de ser cidadão de uma nação, cada profissional é um "cidadão do mundo": deve referenciar sua conduta também pelos princípios éticos universais consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, assinada em 1948. Ela afirma, em seus primeiros artigos, que:

Art. 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros.

Art. 2. Toda pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamados por esta Declaração, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento, ou qualquer outra condição. (...)

Art. 3. Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.

Se o profissional quiser ainda mais densidade ética para referenciar sua conduta, poderá nutrir-se também das consistentes formulações críticas que têm sido produzidas por outros documentos da ONU, particularmente a Unesco, como, por exemplo, a "Carta da Terra", de 2000. Poderá também nutrir-se das densas reflexões de personalidades de reconhecimento mundial, como o Prêmio Nobel da Paz, Tenzin Gyatso (S.S. Da lai Lama), que tem concentrado suas recentes reflexões sobre o tema da ética. No ambiente brasileiro, Leonardo Boff tem sido um dos autores mais reconhecidos acerca do mesmo tema.

4. Para um código de ética de profissionais

4.1. O que é um código de ética?

Um código de ética é um acordo explícito entre os membros de um grupo social: uma categoria profissional, um partido político, uma associação civil etc. Seu objetivo é explicitar como aquele grupo social, que o constitui, pensa e define sua própria identidade política e social; e como aquele grupo social se compromete a

realizar seus objetivos particulares de um modo compatível com os princípios universais da ética.

Não se pode confundir Código de Ética com "Deontologia". A deontologia é a normatização moral dos deveres profissionais, mas do ponto de vista de sua funcionalidade dentro da corporação. A ética é crítica acerca da corporação e de sua funcionalidade.

Um código de ética começa pela definição dos princípios que o fundamentam e se articula equilibradamente em torno de dois eixos de normas: direitos e deveres.

Ao definir direitos, o código de ética cumpre a função de delimitar o perfil do seu grupo. A hipervalorização dos direitos, porém, pode descaracterizar a pretensão ética do código, reduzindo-o a mero código moral, corporativista, autocentrado, defensivo. Ao definir deveres, o código abre o grupo à universalidade. Esta, segunda, é a função principal de um código de ética.

4.2. Como deve ser formulado um código de ética?

O processo de produção de um código de ética deve ser ele mesmo já um exercício de ética. Caso contrário, poderá não passar de um simples código moral defensivo de uma corporação. A imposição autoritária de um código de ética, com muito mais razão, é um contra-senso ético.

A formulação de um código de ética deve, pois, envolver intencionalmente, o quanto possível, todos os membros do grupo social (profissional) que ele abrangerá e representará. Isso exige um sistema ou processo de elaboração "de baixo para cima", do diverso ao unitário, construindo-se consensos progressivos, de tal modo que o resultado final seja reconhecido como representativo de todas as disposições morais e éticas do grupo.

A elaboração de um código de ética, portanto, realiza-se como um processo ao mesmo tempo educativo no interior do próprio grupo. E deve resultar num produto tal que cumpra ele também uma função educativa e exemplar de cidadania diante dos demais grupos sociais, dos demais profissionais, de seus clientes, consumidores, usuários, e de todos os cidadãos.

4.3. Quais os limites de um código de ética?

Um código de ética não tem força jurídica de lei universal. Mas deverá ter força simbólica para tal.

Embora um código de ética possa prever sanções para os descumprimentos de seus dispositivos, estas sanções dependerão sempre da existência de uma legislação, que lhe é juridicamente superior, e

por ela limitado. Por essa limitação, o código de ética é um instrumento frágil de regulação dos comportamentos de seus membros. Essa regulação só será ética se e quando o código de ética for resultado de uma convicção íntima das pessoas (profissionais) que ele representa.

Isso aumenta a responsabilidade do processo de elaboração do código de ética, para que ele tenha a força máxima da Legitimidade. Quanto mais democrático e participativo esse processo, maiores as chances de identificação dos membros do grupo com seu código de ética e, em consequência, maiores as chances de sua eficácia ética.

4.4. Os códigos de ética no âmbito do Sistema Confea/Crea.

O profissional engenheiro, arquiteto, engenheiro-agrônomo, geógrafo, geólogo, meteorologista, tecnólogos e técnicos já dispõe de um código de ética para referenciar sua conduta. A Resolução nº 205/71, do Confea, com sua grou em nove itens os principais deveres dos profissionais da categoria. Mais recentemente, em 1993, a CIAM (Comissão de Integração da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharia, do Mercosul) também aprovou um Código de Ética para seus profissionais. É de se ressaltar que um código de ética que ultrapassar fronteiras nacionais, construindo consensos para além dos limites culturais e morais de culturas e corporações limitadas, revela um extraordinário movimento de abertura em direção à universalidade, a qual, como temos insistido, é a referência definitiva da ética.

Toda agremiação de profissionais é legítima no seu objetivo de realizar interesses particulares. Toda agremiação de profissionais não apenas pode, mas deve, por dever ético, defender e proteger direitos. Direitos econômicos, sociais, políticos, culturais. Mas a defesa corporativa desses direitos e interesses está sempre a um passo da pior degeneração que lhe pode ocorrer: a de auto-cenrar-se e fechar-se exclusivamente em si mesma, ignorando outras categorias profissionais, ignorando o resto do país, defendendo vantagens e não propriamente direitos. Isso caracterizaria o que se chama de “corporativismo”, a doença moral das corporações de profissionais. O corporativismo é uma negação da política. É a negação da ética da cidadania.

Este é o principal desafio na elaboração dos conteúdos de um código de ética: que não se perca a noção do país como realidade complexa; que não se enxerguem privilégios onde devem constar direitos e deveres; que as ações corporativas não se reduzam a corporativismo.

4.5. Quais as potencialidades de um código de ética numa corporação de profissionais?

Uma corporação de profissionais que se dispõe a construir democraticamente seu próprio código de ética, encontrará muitas dificuldades no processo de articulação de consensos. Entretanto, quanto mais se explicitarem os dissensos e se esforçar para convergirem as diferenças, tanto mais chances se terá de que o código acumule força simbólica de representação da vontade coletiva. E tanto mais propriamente ético isto será quanto mais o vetor das forças acumuladas e amalgamadas no texto final apontar para a responsabilidade crítica dos profissionais na construção da sociedade e da cultura de que participam.

Engenheiro, segundo a etimologia, é o que engendra, genera, desenvolve o gen, o elemento criador. Arquiteto, segundo a etimologia (arché-tektón), é o “carpinteiro e marceneiro” primordial, fundamental. Agrônomo, histórica e sociologicamente, está relacionado diretamente à manutenção e desenvolvimento (recriação) da morada humana, pela gestão (gestação) da terra e produção de alimentos. Engenheiro, arquiteto e agrônomo são profissões umbilicalmente ligadas ao êt hos primordial, à morada humana fundamental, ao seu habitat natural e cultural, que ordena seus hábitos e costumes, de modo a melhor se criar, conservar e desenvolver a vida em con-vivência (acontecimento social, cultural, histórico).

Todo profissional, assim como toda corporação de profissionais, por sua condição social, tem deveres de participar, crítica e criativamente, da construção do projeto de desenvolvimento da sociedade a que pertencem. Engenheiros, arquitetos e agrônomos têm, nessa ligação metafórica do significado original de seus nomes, uma razão a mais para colaborarem como construtores e cultivadores de uma sociedade e uma humanidade com vida e justiça mais efetivas, ou seja, mais éticas, portanto, mais humanas.

Chegamos ao final de um texto, de uma reflexão. Este ponto de chegada deve ser o ponto de partida de uma nova ação.

Vamos começar por compartilhar nossas reflexões e sugestões.

Estamos pensando numa imensa tarefa nacional de construir consensos sobre nossa ética profissional, em direção ao IV Congresso Nacional do Sistema Confea/Crea, em novembro próximo.

Participe deste movimento.

Temos uma sugestão de procedimento: pense em três princípios éticos que você consideraria fundamentais para definir um Código de Ética dos Enge-

nheiros, Arquitetos e Agrônomos. Redija-os e no-los encaminhe.

Reúna seus colegas de escritório, de faculdade, de empresa, de órgão público, e proponha a discussão deste texto. Discutam também os três princípios éticos que cada um definiu.

Ao final da discussão, de preferência antes do seu Congresso Estadual, encaminhe-nos as sugestões de princípios, individuais e grupais. Com tais sugestões Você estará colaborando para a preparação dos Congressos Estaduais e do Congresso Nacional de novembro.

E já estará realizando uma ação ética.

Parte 3

Sobre uma Política de Valorização Profissional

Jaime Bernardo
Pusch
Arquiteto

1. Porque uma política de valorização profissional.

Como premissa, aceitaremos a existência de um fenômeno mundial, amplamente discutido nos mais diversos foros, que é a disritmia da evolução contemporânea.

Desde a década de sessenta do século XX, que se observa um incremento vertiginoso da produção do conhecimento científico e tecnológico. Sua velocidade de avanço, geometricamente crescente, não vem sendo acompanhada pela percepção do homem comum. O homem, em geral, absorve mais ou menos as mudanças de seu ambiente, apropriando-se mesmo que parcialmente das benesses produzidas pelo conhecimento científico e tecnológico, mas nem sempre compreendendo muito bem o que acontece com elas. Paralelamente, as instituições humanas mostram-se lerdas para dar respostas a estas mudanças e atender à pressão da evolução do conhecimento disponível sobre a vida humana e harmonizar os processos de acomodação dos novos meios e produtos aos hábitos do cotidiano e às relações sociais e econômicas.

Surge daí uma disritmia, caracterizada pelo descompasso entre o avanço muito rápido do conhecimento científico e tecnológico, a capacidade de absorção individual relativa e a adaptação das instituições em ritmo mais lento.

Dois fenômenos concomitantes são dignos de nota. A globalização e a redução do poder estatal.

Globalização

Quanto ao primeiro fenômeno, há quem afirme que ele se iniciou com o Império Romano, ampliou-se com a Era das Navegações e hoje esteja caminhando para seu climax. Questão de ponto de vista. Ocorre, no entanto, que a forma que ele se mostra hoje em dia é diferenciada, face à sua velocidade de envolvimento dos povos e os impactos que propicia nos grupos étnicos e sociais. Não são só as disseminações da ciência e das tecnologias, das políticas, dos capitais e do comércio em nível mundiais que dão a expressão da globalização contemporânea. Mais notável é a formação de uma cultura universal que se choca com frequência com os padrões culturais locais e tradicionais.

Redução do Estado

Quanto ao Estado, no vas for mas estão em prática, superando os aspectos ideológicos construídos no século XIX e praticados no século XX. O Estado liberal, o Estado Socialista, o imperialismo, o totalitarismo, são substituídos progressivamente por Estados nacionais onde a característica interna preponderante é a emergência da cidadania solidária como princípio, talvez esta se desenhando como a ideologia do século XXI. Em face desta nova forma de pensar, onde o cidadão equilibra-se em direito com o Estado, as instituições carecem de reexame. Em decorrência, o Estado passa a reduzir-se. Está deixando de existir o Estado-produtor, diminui o Estado-provedor e o Estado-regulador, ainda com alguma vida pela frente, já está a entregar para a Sociedade sua auto-regulação.

Neste universo, como se inserem as profissões das Engenharias, da Arquitetura e da Agronomia?

Se de um lado elas são em grande parte agentes da produção tecnológica – esta que assevera a disritmia de outro, apresentam-se como um segmento social discreto, regulado pelo Estado em sua prática. Desta forma, fica evidente que estas profissões trazem em seu seio o exemplo da contradição do fim de século.

Podemos então afirmar que Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e profissionais afins trazem em si o reflexo da disritmia global. Produzem ou reproduzem a ciência e a tecnologia, sofram o impacto da espiral e suas instituições não têm presteza de resposta atualizadora.

2. Uma nova política de valorização profissional.

Tradicionalmente, quando falávamos em valorização profissional, duas questões vinham à pauta.

Uma delas era a concorrente aos ganhos individuais dos profissionais. Inevitável era mergulharmos em longas discussões sobre tabelas de honorários e sobre o salário mínimo profissional. Ocupávamo-nos com valores monetários ótimos e com os meios mais eficazes para que fossem cumpridas. Outra, não menos vultosa, era a reserva de mercado. Tendíamos a exigir mais e mais de nossas instituições uma atuação ampla e punitiva contra os chamados “leigos”. Como conseqüência, os esforços para a valorização profissional concentravam-se na severidade da fiscalização do exercício ilegal das profissões e das atribuições profissionais.

Hoje, quando falamos em valorização profissional, havemos de introduzir novos conceitos para pautar a discussão. A questão de ganhos e competências não deve ser esquecida, embora sejam questões da superfície do problema. Aprofundando mais, devemos inserir temas mais genéricos e universais, que também absorvam estes dois tradicionais.

Em face ao momento histórico em que vivemos, uma política de valorização profissional deve atender a pelo menos dois grandes objetivos teóricos: o delineamento da identidade profissional e a inserção do profissional no ciclo histórico.

Identidade

Engenheiros, Arquitetos, Engenheiros-agrônomo, Geólogos, Geógrafos, Meteorologistas, Tecnólogos e Técnicos só são iguais perante a lei. Cada uma destas profissões, cada vertente do conhecimento científico e tecnológico, cada prática produtiva tem seu próprio perfil. Não se pode esperar considerações iguais para entes tão desiguais.

A busca de uma identidade para cada profissão deve seguir no caminho que parte da definição exata do seu perfil contemporâneo e chega a organização do sistema harmonizada com as suas potencialidades econômicas e sociais e seu alcance técnico-científico.

A questão da identidade da profissão leva até à identidade do profissional. Seria absurdo esperar-se que, dentro de uma mesma profissão, todos os profissionais sejam absolutamente iguais, nivelando-os pela detenção privilegiada do título sem considerar também suas potencialidades e seus anseios individuais.

Há, pois, que se considerar para o redefinido do Sistema a identidade da profissão e a identidade do profissional. Quanto à primeira, vista pela ótica das potencialidades de recuperação social do campo de conhecimento específico. Quanto à segunda, pela ca-

pacidade inerente de cada indivíduo de agir sobre seu meio.

Inserção

A inserção da profissão e do profissional na sociedade contemporânea está condicionada à capacidade de assimilarem e serem assimilados pela modernidade. A profissão, de um lado, deve ter em si respostas para as demandas da atualidade, sob pena de extinção. Já, o profissional, depende de sua “empregabilidade”, ou seja, de sua capacidade de ajustar-se às circunstâncias e explorar as oportunidades.

Uma profissão pode inserir-se com força na contemporaneidade à medida que ela tenha em seu bojo o instrumental técnico-científico para satisfazer às demandas sociais e econômicas. A sociedade moderna não precisa mais de profissões voltadas à obsolescência, mas sim ao por vir. Não há mais lugar para ferreiros, mas para engenharia de materiais. Não há mais necessidade de datilógrafos e linotipistas, mas de engenharia da computação.

O profissional, enquanto indivíduo e unidade econômica, é requerido em sua versatilidade e polivalência. Tem que possuir a capacidade de dirigir com eficácia seu conhecimento para atender circunstâncias em permanente mutação e tem que dominar razoavelmente dois ou mais campos de conhecimento e os harmonizar na ação criativa. Estreitam-se os espaços para o generalista, aquele que sabe um pouquinho sobre muitas coisas. Também se torna apertada a oportunidade para o especialista, aquele que domina muita coisa sobre uma pequena parcela do conhecimento. O momento requer a polivalência e a versatilidade, ou seja, saber o suficiente sobre diversas coisas coerentes. Este profissional não visa a estabilidade linear da carreira nem a monótona rotina técnica e nem precisa se angustiar ante o desemprego, pois que sempre terá o que “vender” apesar da variação das demandas.

O arcabouço de uma nova política de valorização profissional deve então buscar estes novos horizontes. A questão acessória de ganhos fica resolvida como o retorno lógico valorizado da correta inserção das profissões neste concerto social. A questão de competências ou atribuições fica resolvida na redefinição da identidade profissional ante a tendência histórica atual.

3. A condução da política de valorização profissional.

Não seria possível hoje diariamente pensar-se na formulação de quaisquer políticas sem a participação

do segmento social a que ela se destina. Dentro de uma perspectiva democrática, a manifestação de cada cidadão e de todos é fundamento necessário. A via a caminhar _ seria desnecessário dizer _ é pela condução evolutiva através de seus representantes. Democraticamente, a formulação desta política deve surgir do âmbito do universo profissional e ter sua condução por seus representantes. Este sistema já está pronto. E o Sistema Confea/CREAs.

Do ponto de vista prático, a condução de uma política de valorização profissional que tenha sua origem no coletivo das profissões e possa ser desenvolvida com eficácia, deve ser tomada por este Sistema. Ele reúne em si as qualidades da legitimidade e da legalidade. **Legitimidade**

Embora tenha sua origem em uma necessidade de Estado para o controle do exercício das profissões a ele afetas e se institua como uma constelação de autarquias federais, este sistema é composto pelo modo representativo. Os segmentos sociais corporativos e associativos, bem como os de formação profissional, têm seu ponto de encontro no sistema pelos seus representantes. Esta capilaridade confere ao Sistema Confea/CREAs a desejada legitimidade para agasalhar o foro de debates nacional sobre as questões de interesse profissional. É um órgão representativo em sua constituição e universal em seu alcance.

Legalidade

Restaria a questão da legalidade. Perguntar-se-ia: compete ao Confea ou aos CREAs promover uma política de valorização profissional? Resta saber se estas instituições têm o poder, o dever ou a faculdade da ação. A princípio, sim. Eis que sendo instrumentos de Estado para a normalização, coordenação, fiscalização e aprimoramento das práticas éticas profissionais, juntam a condição de legalidade.

Olhando ainda pelo prisma do Direito, vamos encontrar a resposta na própria lei constitutiva das profissões, a Lei nº 5.194/66. Em seu art. 1º caracteriza as nossas profissões pelas "realizações de interesse social e humano". Se forem profissões que visam o Homem e a Sociedade, já temos uma resposta. O Sistema Confea/CREAs pode, deve e tem a vontade fundada de promover uma política de valorização profissional. Eis que existe em função do profissional e a ele se volta na sua caracterização de realizador social e humano. E isto se desdobra nos coletivos profissionais e em cada um dos Engenheiros, Arquitetos, Engenheiros Agrônomos e profissionais afins.

4. Alvos de uma política de valorização profissional.

Ao mesmo tempo em que o sistema Confea/CREAs é o legítimo promotor de uma política de valorização profissional, ele é um dos alvos das mudanças que esta política puder formular. Não é uma contradição. Antes, uma tomada de consciência dos profissionais de que uma de suas instituições _ como todas em geral _ oferece respostas muito lentas no tempo e que precisa de uma revisão em seus fundamentos, práticas e alcance. Também é uma tomada de consciência do próprio sistema, uma autocrítica. A política, no entanto, atendendo ao seu propósito holístico, deve alcançar o profissional, a profissão, a Sociedade e o Estado.

Na base do sistema está o profissional, seu elemento fundamental. Este deve ser fortemente contemplado, considerado nas suas relações de produção com e na Sociedade. No entanto, não se pode supor que seja possível promover ações que visem a valorização do profissional sem que a capacidade de resposta institucional com elas esteja afinada. A interação é necessária, sobretudo para abreviar o fosso entre o elemento humano e as instituições, cujas velocidades de adaptação, como vimos, são diferentes. O contrário apenas acentua a disritmia.

Devemos adotar como alvos de uma política de valorização profissional não só o profissional, mas toda a classe a qual ele pertence e necessariamente também as instituições.

5. Metodologia para a formulação de uma política de valorização profissional.

Ao abrir-se o debate sobre a questão, recomenda-se a adoção de uma linha de raciocínio metodológico. Não necessariamente esta linha deverá ser adotada, estando posta apenas como diretriz genérica de reflexão.

- Tendência contemporânea das profissões do Engenheiro, do Arquiteto, do Agrônomo, do Geólogo, do Geógrafo, do Meteorologista, do Tecnólogo e do Técnico.

Identidade de cada uma destas profissões e de seus profissionais.

Inserção das profissões e dos profissionais nesta quadra histórica.

- Respostas esperadas (e a serem provocadas) das instituições.

Resposta da Sociedade.

Resposta do Estado.

Resposta do Sistema específico de organização profissional.

- Para uma análise do sistema de relações profissionais com vistas à formulação das propostas, anexamos o texto de apoio “Elementos para uma Política de Valorização Profissional”.

Elementos para uma Política de Valorização Profissional

Jaime Bernardo
Pusch
arquiteto

1. Explicação introdutória

2. Na virada do século

- 2.1. O que mudou?
- 2.2. O que não mudou?
- 2.3. O que precisa mudar e o que não deve ser mudado?

3. Tomada de posição

- 3.1. O que é valorização profissional?
- 3.2. Precisamos de uma política para a questão?

4. Como é a coisa

- 4.1. Revendo o “sistema” Elementos Relações
- 4.2. Analisando ponto à ponto
 - O pacto
 - O controle

5. Como está a coisa

- 5.1. O profissional e o serviço
- 5.2. O cliente e a remuneração
- 5.3. O ambiente regulatório

6. O que pode ser feito.

- 6.1. Junto a nós mesmos
- 6.2. Junto aos usuários de nossos serviços
- 6.3. Junto ao sistema normalizador

7. Considerações finais

1. Explicação Introdutória

Em 1984, tive a grata oportunidade de ver publicado um desprezioso opúsculo denominado “Elementos Para Uma Política de Valorização Profissional”. Tratava-se de um texto que se propunha a estabelecer pontos de discussão sobre a situação de então das profissões do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo. De novidade, o trabalho trazia a introdução do método sistêmico para a análise da organização de nosso universo profissional.

Decorridos 17 anos, estamos sendo convocados para retomar a sempre momentosa questão da valorização profissional. Busquei entre meus escritos aquele pequeno texto e o reli depois de tanto tempo. Pude observar que ele se manteve, apesar de tantas e tantas mudanças ambientais, surpreendentemente atual. Vitória do método

Para este texto de apoio procurarei manter os conceitos da quele trabalho, bem como o método adotado, porém fazendo as necessárias atualizações e aportando informações relevantes para a retomada do debate temático.

2. Na virada do século

2.1. O que mudou?

- Nas últimas duas décadas o número de profissionais de nosso sistema aumentou significativamente, mais que duplicando. Antes, com profissões tipicamente masculinas, hoje, conta com uma crescente participação feminina.
- Em 1988, fizemos a Constituição Cidadã. Consolidou-se a organização federativa e emergiu o princípio da cidadania na nação brasileira. O Estado democrático de direito tornou-se presente em nossas relações do dia a dia.
- O Brasil, até então fechado em suas fronteiras, “abre os portos para as nações amigas”. Entramos na competição dos mercados mundiais de bens e serviços. Estamos agora consumindo desde quinquilharias tipo um-e-noventa-e-nove até bens e serviços da mais moderna tecnologia. A reação interna precisa ser rápida para fazer frente aos efeitos chocantes de uma globalização vertiginosa.
- Cai o muro de Berlim. Não é exatamente uma vitória do capitalismo clássico sobre o socialismo. Antes, uma vitória da cidadania sobre o Estado totalitário. Também cai o apartheid. As ideologias fundadas no século XIX e experimentadas no século XX já não fazem muito sentido.
- Os futurólogos da guerra fria previam um mundo dividido em dois grandes blocos de Estados mundiais para o século XXI. Pelo contrário, nunca na história houve tantas nações como temos hoje. Apenas as fronteiras tornaram-se mais facilmente transponíveis. As guerras pela autonomia nacional e étnica se intensificam em quase todos os continentes.
- Nossos tradicionais adversários do Cone Sul hoje são nossos parceiros comerciais no Mercosul.

- O Estado brasileiro passa a se retirar dos setores produtivos. Inaugura-se o processo das privatizações com uma vigorosa entrada de capitais e tecnologias estrangeiras. O Estado-produtor, principal padrão de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, reduz-se significativamente tanto na esfera Federal, como nas de Governos Estaduais e Prefeituras.
- O conceito da relação de trabalho fundada no emprego passa a ser reformulada. Fala-se muito frequentemente em mercado de oportunidades. O profissional já não é mais visto como mero trabalhador subordinado, mas como unidade produtiva autônoma. A relação empregatícia: capital + trabalho = produção, supera-se conceitualmente pela fórmula: capacidade + oportunidade = sucesso.
- A Era das Comunicações está montada na telefonia celular móvel e na Internet.
- A relação do profissional com seu cliente passa a ser regulada também pelo Código de Proteção do Consumidor. Novos princípios de relacionamento contratual devem ser observados em favor do cliente, sobretudo no que concerne à qualidade dos serviços.
- O Estado brasileiro – como de resto no mundo todo – continua retirando-se das relações sociais. Inicia-se um período de desregulamentação. Funções tradicionais da administração pública vêm sendo substituídas progressivamente pela iniciativa privada, por ONG's, OSCIP's e agências reguladoras. Emerge, ainda que timidamente, o chamado Terceiro Setor.
- Assevera-se a concentração de rendas. A massa marginalizada do processo econômico é significativamente maior e mais distante do acesso aos bens e serviços produzidos. O desemprego e o subemprego são crônicos.
- Os paradigmas estão em mutação. Valores sociais tradicionais são escanteados. Há um evidente processo de desagregação social e desmanche ético, cuja "pontado iceberg" é a violência urbana.
- Os meios de produção, hoje, são indissociáveis da informática. Práticas profissionais e mesmo profissões tradicionais estão desaparecendo. Onde foram parar os radiotelegrafistas, linotipistas, operadores de telex, desenhistas técnicos, datilógrafos? Onde irão parar os torneiros mecânicos, topógrafos? Estaremos todos em extinção? O especialista e o generalista perdem terreno. Sobressai-se o profissional polivalente.

- Vivemos o mais desconcertante choque cultural da história. Trazemos valores morais e éticos do século XIX, vivemos as grandes mudanças políticas e ideológicas do século XX e, perplexos, acalentamos expectativas da nova ordem do século XXI.

- Até o clima mudou. E isto é importante para a Engenharia, para a Arquitetura e para a Agronomia.

2.2. O que mudou?

- A autarquia competente para a normalização e fiscalização profissionais é a mesma da década de trinta.
- A legislação que regulamenta o exercício profissional é praticamente a mesma de 1966.
- A legislação trabalhista e o direito civil continuam íntegros na sua codificação original.
- A Constituição de 1988 não liberalizou a prática profissional, ainda mantendo a exigência de qualificação para seu exercício, conforme dispuser a lei.
- A participação do Engenheiro, do Arquiteto, do Engenheiro-agrônomo, do Geólogo, do Geógrafo, do Meteorologista, do Tecnólogo e do Técnico na formação da riqueza nacional ainda é preponderante.
- A produção científica e tecnológica nacionais ainda é insignificante. As universidades continuam em processo de sucateamento.
- A capacidade de realização individual do profissional ainda está limitada pela rigidez do sistema de concessão de atribuições profissionais.
- Permanece a Luta pelo cumprimento do salário mínimo profissional desde 1966. O salário mínimo profissional, diz o senso comum, cristalizou-se como 'salário máximo profissional' de difícil transposição. Os profissionais do setor público são discriminados quanto a isto.
- O Código de Ética Profissional continua o mesmo de 1971.
- As profissões do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo mantêm seu perfil fundamental como definido no art. 1º da Lei nº 5.194/66: "...caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano..."
- O sistema de produção profissional não mudou.

2.3. O que precisa mudar e o que não deve ser mudado?

- Esta é exatamente a questão.

3. Tomada de posição

3.1. O que é valorização profissional

O fundamento da questão repousa no conceito de valor. Temos que ter uma visão clara e precisa desta qualidade dos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e das profissões afins. Temos que identificar que estimativa a sociedade brasileira faz destes profissionais e qual o grau de importância que eles dão a si mesmos ante esta mesma sociedade. É uma relação de mão dupla.

Quando falamos em valorização, estamos implicitamente dizendo que esta estimativa está aquém do grau esperado e que é necessário aumentá-lo.

Mais que uma questão de juízo de valor, temos uma questão ética. Como se posiciona o profissional ante a sociedade que serve e qual o retorno que ela lhe dá?

Necessariamente há que se examinar:

- A capacitação básica dos profissionais para corresponder às solicitações da sociedade do século XXI;
- A inclusão do profissional no processo produtivo, consideradas as novas formas das relações sociais e econômicas;
- A redefinição do perfil das profissões, suas competências e atribuições ante o mundo moderno;
- A capacidade de resposta individual, coletiva e representativa frente ao acelerado processo de transformação dos paradigmas;
- O resgate do conhecimento social para a importância do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo neste novo quadro que se desenha;
- O reposicionamento do profissional como capitão do processo de desenvolvimento, como gerente tecnológico da nação e como ator-autor da História.

3.2. Precisamos de uma política para a questão?

No momento em que nos propomos a examinar esta questão, é porque pelo menos desconfiamos que a situação real está em descompasso com o desejado. A maioria dos profissionais luta num mercado competitivo para alcançar seu sucesso individual. Cada um capacita-se e busca (ou cria) sua própria oportunidade para completar a fórmula do sucesso. Mas, nem a todos a sorte sorri.

Precisamos de um patamar mínimo de satisfação para todos e para cada um dos profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. E isto deman-

da uma política realista, coerente, conseqüente e factível.

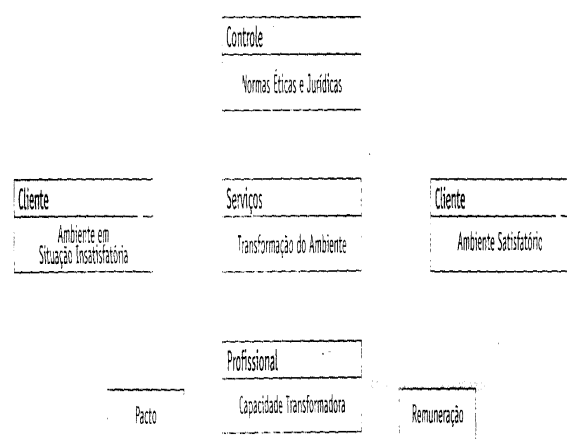
A democratização do sucesso depende de um esforço coletivo e harmônico. Assim, os resultados poderão ser obtidas com mais eficácia e distribuídos difusamente. Para tanto, uma ação metódica e participativa, veiculada pela representação, é o esboço seguro de uma política para o setor.

O profissional não deve ser apenas mero espectador da história. Há que se conscientizar que é seu autor. Mais que isto, é também seu beneficiário.

4. Como é a coisa

4.1. Revendo o “sistema”

Para uma leitura facilitada do universo de relações profissionais, adotamos o método sistêmico. Encontraremos uma dinâmica que resulta na transformação do ambiente para se obter uma satisfação de necessidades. Num determinado momento, temos alguém, um indivíduo ou uma comunidade, com uma determinada necessidade. O Profissional entra neste momento e, mediante a prestação de um determinado serviço, transforma esta realidade insatisfatória em um novo estado de satisfação. É um processo de mudança qualitativa para melhor. Este serviço prestado é regulado por parâmetros externos. Há normas éticas e jurídicas que o disciplinam. O profissional também é parametrizado por sua capacidade de realizadora. Como efeito de **feedback**, o profissional é remunerado. O sistema é simples e universal em seus elementos e relações.



Elementos:

- **O cliente** — pessoa ou comunidade beneficiária dos serviços. Aquele que se apropria da transformação qualitativa do ambiente.

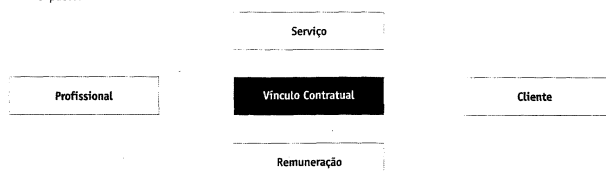
- **O profissional** — pessoa com capacidade de transformação do ambiente. Agente do desenvolvimento.
- **O serviço** — ação da transformação de uma situação insatisfatória para uma satisfatória. Processo pontual do desenvolvimento.
- **O controle** — conjunto de normas éticas e jurídicas que parametrizam a forma e o conteúdo do serviço e a conduta do cliente e do profissional. Sistema regulador do processo de desenvolvimento.

Relações:

- **O pacto** — relação bilateral entre o cliente e o profissional para realização de determinado serviço. Relação contratual pela qual o profissional satisfaz uma determinada necessidade do cliente e este o remunera. A prestação pode ser em forma empregatícia, liberal ou empresarial. A remuneração se dará, respectivamente, por salário, honorário ou lucro.
- **Os parâmetros** — relação unilateral normativa entre, de um lado, o poder gestor e, de outro, os contratantes. A sociedade exerce uma forma de controle pela norma ética de aceitação moral e o Estado o exerce pela imperatividade da norma legal. O controle gestor das relações contratuais se processa sobre a conduta dos contratantes.

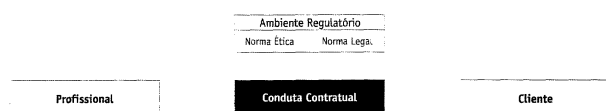
4.2. Analizando ponto a ponto

O pacto:



- O profissional e o cliente se relacionam mediante um contrato. Estabelece-se um vínculo objetivo entre um e outro.
- O profissional paga sua prestação através de um serviço técnico especializado com o objetivo de realizar no ambiente do cliente uma ação capaz de satisfazer uma carência ou necessidade. O profissional pode prestar os serviços como empregado do cliente, como autônomo de forma liberal ou como empresário.
- O cliente remunera o profissional na forma pactuada. A remuneração poderá ser em forma de salário, quando com vínculo empregatício, em forma de honorários quando o serviço for eventual ou em forma de lucro, quando o profissional for empresário.

O controle:



- O vínculo contratual impõe uma conduta do profissional para com o cliente e vice-versa. O profissional deve fazer alguma coisa de alguma forma

para o cliente e este deve responder com determinadas obrigações acordadas previamente para aquele.

- Além das normas internas de conduta estabelecidas no pacto, parâmetros externos modelam a conduta de ambos os pólos.
- Existe um ambiente regulatório que estabelece os limites de todas as relações pactuais. Um deles, a Sociedade, o outro, o Estado. Baseada nos costumes a Sociedade cria parâmetros comportamentais de boa convivência. O Estado, com base na lei, obriga a observância de regras pela sanção.
- A sociedade recomenda normas éticas de aceitação moral para a conduta das partes.
- O Estado impõe normas legais de aceitação coercitiva para a conduta dos pactuantes.
- O desvio da conduta ética é punido pela recriação, pelo repúdio e pela censura e pela exclusão sociais.
- A inobservância das normas jurídicas é punida pelas penas da lei.

5. Como está a coisa

O primeiro passo para a elaboração de uma política de valorização profissional é o estabelecimento de um diagnóstico da situação atual das profissões. Devemos elaborar objetivamente um “perfil da coisa” e, com sinceridade, detectarmos o grau de descompasso com uma realidade projetada, as causas dos fatos e os possíveis recursos a seremacionados para a sua reversão. Ainda dentro do método sistêmico façamos um roteiro de avaliação. Os pontos abaixo relacionados dizem respeito a fatores que permanecem sob observação nas últimas décadas e que não apresentaram reversão significativa. Outros mais recentes poderão ser identificados. Caso sejam relevantes, deverão também ser examinados.

5.1. O profissional e o serviço

- **Formação básica** — espera-se dos cursos de formação o fornecimento de uma cultura científica condizente com a demanda exterior. A capacitação profissional mínima deve estar afinada com o momento tecnológico e com a realidade nacional. O fosso tecnológico mundial e interno reflete-se em cada indivíduo.

— Como está nossa bagagem tecnológica ante o momento histórico?

- **Papel social** — o papel de agente promotor do desenvolvimento é a localização do profissional na sociedade. O profissional deve apropriar-se exatamente de sua dimensão técnico-política.

– Temos plena consciência de nossa participação na sociedade?

- **Liderança** — o trabalho do profissional se dobra no meio social e afeta o homem. Por natureza, ele é um líder no processo de desenvolvimento.

– Exercemos a “palavra final” em questões técnicas?

- **Capacidade agenciadora** — o profissional é um agente promotor de mudanças. Por princípio, um gerador de postos de trabalho e não um candidato permanente a um emprego qualquer.

– Estamos impassíveis ou com baixa iniciativa própria?

- **Direitos e deveres** — o conhecimento de toda a legislação que modela a conduta do profissional é fundamental, bem como sua correta interpretação. O Engenheiro, o Arquiteto e o Agrônomo antes de serem profissionais especializados são cidadãos.

– Conhecemos e compreendemos nossos direitos e deveres?

- **Sociabilidade** — a concorrência é regra aceitável. Porém, vivemos em sociedade e a dimensão de classe deve estar sempre presente nas nossas ações.

– Estamos unidos e fortalecidos como classe, categoria ou segmento?

- **Ética** — a disputa concorrencial por um mercado exíguo deve encontrar fronteira nos postulados éticos de aceitação moral geral.

– Que importância damos à ética nas nossas relações?

- **Iniciativa** — o profissional tende à postura de só agir sob demanda, ignorando que sua bagagem capaz o qualifica para a tomada da iniciativa das ações.

– Estamos agindo como empreendedores?

- **Auto-estima** — cada profissional é herdeiro de toda uma milenar história técnica, científica e ética. Pode dizer: – eu não sou nem um leigo, nem “mais um” profissional, eu sou “o” profissional.

– Que importância cada um de nós dá a si mesmo?

- **Adequabilidade** — os serviços são a expressão da capacidade de realização do profissional. As soluções devem vir ao encontro da real necessidade do beneficiário, o cliente.

– Fazemos obras e serviços no exato tamanho da necessidade?

- **Compatibilidade** — é sempre esperado que as soluções propostas sejam possíveis de concretização. A proposição deve estar adequada aos recursos disponíveis.

– Nossas realizações são sempre exequíveis?

- **Qualidade** — a primeira expectativa do consumidor é quanto à qualidade dos serviços e obras. Presteza, economicidade, estética, originalidade, personalização, produtividade, otimização são conceitos que se embutem no conceito geral de qualidade.

– A qualidade dos serviços é, em média, aceitável?

- **Atualidade** — o desenvolvimento tecnológico é célere. O profissional deve estar em permanente atualização com os métodos, técnicas e conceitos que se mostram em permanente renovação.

– Atualizamos nossos conhecimentos na velocidade das mudanças?

- **Atribuições profissionais** — as atribuições profissionais são os limitadores genéricos legais da capacidade realizadora do profissional. Seu conhecimento fará com que o profissional as exerça em sua plenitude e não as exorbite.

– Conhecemos criticamente nossas atribuições legais?

5.2. O Cliente e a remuneração

- **Identificação do perfil** — cada profissional tem seu perfil delineado. O usuário deve conhecer a real função do profissional como produtor de soluções especializadas. É indesejável o chamamento do profissional para apenas “assinar” soluções próprias com objetivo de legalização. Também não convém a confusão do espaço de especialização de cada modalidade da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

– Sabe-se para que serve exatamente um profissional?

- **Obrigatoriedade da contratação** — é amplo o universo de práticas privativas do Engenheiro, do Arquiteto e do Agrônomo, cuja contratação é obrigatória. A preferência do leigo prático em detrimento do profissional habilitado tem sido atitude comum.

– Há ocupação do espaço privativo de trabalho?

- **Correta utilização** — a participação do profissional pode ser requisitada na amplitude de sua capacidade e de suas atribuições. A sub-utilização ou o desvio de função é verificável costumeiramente.

– Sabe-se exatamente o que pode ou não fazer um profissional?

- **Justa remuneração** — o profissional tem direito a uma justa remuneração ou a um salário mínimo de lei. Na prática, tem acontecido o regateio de honorários e a “maximização” do salário mínimo.

– Recebemos do cliente o que merecemos?

- **Confiabilidade** — o serviço profissional pode e deve ser recebido pelo cliente como satisfatório, por princípio. O clima de confiança na capacidade de realização das tarefas solicitadas deve ser restabelecido sem reservas ou preconceitos. O Engenheiro, o Arquiteto e o Agrônomo são as pessoas certas para fazerem Engenharia, Arquitetura e Agronomia, sem dúvidas.

– O cliente confia inteiramente no profissional?

5.3. O ambiente regulatório

- **Regulamentação** — as relações jurídicas são geridas pelas normas exaradas pelo Estado através de seus organismos constitucionais. O Estado moderno tende a reduzir sua presença na vida civil e procede a desregulamentação de diversos setores.

– O grau de regulamentação que temos está adequado à contemporaneidade?

- **Atualidade legal** – todo o controle das relações profissionais é fundado em leis. A dinâmica histórica transforma paradigmas e relações em uma velocidade que não é acompanhada pela atualização da norma jurídica.

– Nossa legislação ainda espelha o que somos e o que podemos fazer?

- **Fiscalização** — a norma para ser eficaz na prática deve ser escudada pelo exercício do chamado “poder de polícia” sobre as condutas. A fiscalização, espera-se, deve ser o máximo possível voltada para o essencial e menos para o acessório.

– Fiscaliza-se com resultados práticos?

- **Agilidade** — contrapõe-se à eficiência normativa e fiscalizadora a burocratização. O excesso de preocupação formalista e a má interpretação do direito emperram a ação eficaz e abrem janelas para a corrupção funcional.

– Opera-se o sistema com correção e presteza?

- **Presença classista** — em tese, o organismo de classe expressa os anseios e as aspirações coletivas. Em órgãos de Estado auto-regulamentados, como os nossos, a participação efetiva das representações modela a regulamentação com mais aproximação à realidade profissional.

– Participamos efetivamente da nossa auto-regulamentação?

- **Cidadania** — o Estado democrático de direitos atribui-se na soberania popular e no império da lei. Estabelece-se o equilíbrio entre o cidadão e o Estado.

– Estamos conscientes de nossos direitos e deveres ante a normalização profissional?

6. O que pode ser feito

Po demos almejar um estado em que tudo esteja satisfatório para nós, para nossos clientes e para o sistema. Se concluímos que o atual quadro profissional é deficitário, temos que arregalar as mangas e ir à luta. Mudar, mas para melhor e com segurança. E isto é valorização profissional.

De corrente da análise da situação em que estão as profissões, algumas metas podem ser estabelecidas. O conteúdo de cada conceito surgirá do processo de discussão. A maneira de alcançá-las (são metas!) deverá ser proposta de maneira racional e factível, tendo em mente os recursos do sistema.

6.1. Junto a nós mesmos

- **Reciclagem técnico-cultural**

Implantação de um sistema de educação permanente voltado para as demandas de atualização ética e tecnológica acessível a todos os profissionais.

- **Conscientização de sua própria importância**

Estabelecimento de um processo de sensibilização consciente e abertura de canais de debate permanente sobre as questões profissionais e sociais.

- **Participação político-comunitária**

Conclamação de todos os profissionais para a participação em questões internas nas entidades de classe e nos foros comunitários de interesse das profissões.

- **Instrumentalização tecnológica**

Oferta de forma rápida e acessível aos profissionais de informações relativas à atualização técnica.

- **Ética renovada**

Abertura de foro global de debate para a renovação dos parâmetros éticos.

- **Empreendedorismo**

Desenvolvimento consciente do espírito de liderança, pioneirismo e iniciativa na tomada de decisões criativas.

6.2. Junto aos usuários de nossos serviços

- **Esclarecimento sobre o papel das profissões**

Vulgarizar a informação sobre a necessidade, obrigatoriedade e vantagens da contratação dos profissionais.

- **Remuneração do profissional**

Estabelecer novos parâmetros para as tabelas de honorários mínimos de obrigatoria observância em face da liberalização dos mercados competitivos.

- **Confiança na capacidade realizadora dos profissionais**

Resgatar a confiança do cliente posicionando o Engenheiro, o Arquiteto e o Agrônomo como autoridades do saber tecnológico.

6.3 Junto aos usuários de nossos serviços

- **Revisão legal**

Verificação da atualidade de toda a legislação profissional em face dos princípios do primado da cidadania e da redução da intervenção do Estado na vida civil.

- **Desburocratização dos procedimentos**

Avaliação dos procedimentos que visam mera produção de papéis ou simples tributação sem retorno.

- **Fiscalização substantiva eficaz**

Redirecionamento da fiscalização para objetivos preventivos com redução progressiva do enfoque sobre questões adjetivas.

- **Representação classista**

Motivação da reunião dos profissionais em torno de organismos de classe e alargamento das bases de representação no sistema.

- **Apoio à iniciativa individual**

Implantação de políticas menos restritoras e mais estimuladoras à criatividade, à capacidade de transformação e de geração de riquezas para todos os profissionais.

7. Considerações finais

Valorização profissional não é algo pontual, um conceito simples, algo que se possa resolver tomando esta ou aquela medida isolada. Antes, estamos de frente de algo complexo, de um conjunto de variáveis que devem ser identificadas, atacadas e permanentemente avaliadas.

Na formulação da política de valorização profissional algumas diretrizes sugerem o caminho seguro. As propostas devem surgir do seio da classe profissional, desde cada um dos seus integrantes, e serem encaminhadas pelo sistema profissional instituído até sua implementação.

Não podemos perder de vista a avaliação do momento histórico, onde o avanço dos conhecimentos distancia-se do avanço organizacional e institucional. Há diferenças e elas se aguçam e quem perde

com isto é o profissional. Procuremos o equilíbrio viável.

Finalmente, toda política deve ser feita pelo Homem e para o Homem. Particularmente, o Homem qualificado, identificado e inserto na Sociedade. O Profissional do século XXI.

O profissional é a pedra sobre a qual se erige todo o sistema.

O foco de todas as políticas deve ser o profissional, considerado tanto como classe, como na sua dimensão individual.

Questões Pontuais Afluentes para a Formulação de uma Política de Valorização Profissional

Complementarmente ao texto de apoio, apresentamos outras questões especiais que estão, há algum tempo; no debate nacional. São pontos que, submetidos ao consenso, poderão contribuir para a formulação de uma política de valorização profissional.

1. Atribuições Profissionais – AP

Abre-se espaço para a discussão sobre as atribuições profissionais. São normas que estabelecem limites para a ação do profissional de forma genérica. Hoje, sua superação implica em sanções tipificadas como exercício ilegal da profissão. Questiona-se a contraposição da atribuição versus a capacidade individual do profissional.

Discute-se:

- Até que ponto as atribuições profissionais contribuem para a valorização profissional.
- As AP devem permanecer como estão.
- É necessária uma redefinição destas AP segundo uma visão de contemporaneidade.
- Práticas tecnológicas de domínio comum devem ser excluídas das AP, deixando livre sua prática para qualquer cidadão que mostre capacidade de realizá-las.
- A capacidade de realização do profissional é primaz, sendo desnecessária uma regulamentação de AP.
- As AP podem ser estabelecidas como patamar mínimo, segundo a formação básica escolar, flexibilizando-se à medida que o profissional individualmente incorpore conhecimentos tecnológicos pela educação pós-formal.

2. Salário Mínimo Profissional – SMP

O salário mínimo profissional, como estabelecido em lei, e indubitavelmente constitucional. No entanto, questiona-se a eficácia da Lei para uma política de ganhos para os profissionais que praticam seus misteres na forma empregatícia. Sobretudo, examina-se a ancoragem no salário mínimo que, sem dúvida, é alvo de uma política de reajustes defasados. Também é apontada a tendência por parte dos empregadores de praticarem o salário mínimo profissional como “salário máximo”.

Discute-se:

- Em que níveis a existência de um salário mínimo profissional pode contribuir para valorizar as profissões.
- O SMP deve permanecer como está.
- O SMP deve ser revogado e dar lugar à livre negociação entre empregador e empregado, como acontece com outras profissões.
- O SMP deve ser reestudado em sua referência ao salário mínimo para maior, objetivando um maior ganho para o profissional.
- O SMP deve ser reavaliado em sua referência ao salário mínimo para menor, visando uma abertura de mais postos de trabalho para os profissionais.
- O SMP deve ser ter um valor fixo mais condizente ao mérito da profissão, sem ancoragem no salário mínimo geral.

3. Tabelas de Honorários – TH

As tabelas de honorários mínimos profissionais são de Livre elaboração pelas entidades de classe. Uma vez registradas no Sistema, passam a ser de obrigatória observância pelo jurisdicionado. Seu não cumprimento implicaria em atitude anti-ética. Sua existência em determinada jurisdição impõe parâmetros de ganhos mínimos para o profissional em exercício liberal. Por outro lado, torna menos flexível a livre negociação de honorários e dificulta a oferta dos trabalhos em períodos de retração de demanda ou de forte competitividade interna. Questiona-se a sua conveniência hoje em dia, quando se procuram mercados mais competitivos para a oferta pela qualidade e pelo preço dos serviços.

Discute-se:

- Qual a importância das tabelas de honorários para a valorização profissional.
- A atual política de TH deve ser mantida e incrementada.
- Deve ser tornada obrigatória a prática de TH por todas as entidades profissionais.

- Devemos ter uma TH única, nacional e de obrigatória observância legal.
- As TH só são cabíveis para grupos profissionais reunidos em sistema cooperativo, sendo impraticáveis em regime competitivo.
- O princípio da livre negociação e da livre competição afastam a necessidade de TH.

4. Anotações de Responsabilidade Técnica – ART

A Anotação de Responsabilidade Técnica foi criada em lei com o objetivo de formação de fundos para a operação da Mútua. Com o passar dos anos, os Crea tiveram na art seu principal instrumento de fiscalização do exercício profissional e sua mais importante fonte de recursos para operar esta fiscalização. Os profissionais anotadores têm como benefício a formação de seu acervo técnico, importante instrumento de certificação curricular.

Tramita projeto de lei na Câmara Federal que visa a revogação da lei que lhe deu origem. A ser aprovada, extingue-se a ART e a Mútua. Do ponto de vista do profissional, é permanentemente questionada a conveniência de ter-se a obrigatoriedade de se anotar a responsabilidade técnica, posto que responsabilidade é fato jurídico definido pelo Código Civil e persiste com ou sem sua anotação junto aos Crea.

Discute-se:

- Como a anotação de responsabilidade técnica onde contribuir para a valorização profissional.
- A ART deve permanecer como está.
- A ART deve ser reestudada quanto à sua obrigatoriedade.
- A ART deve ser reestudada em relação a seu alcance.
- A ART deve ser reestudada quanto a seus objetivos.
- A ART deve ser reavaliada quanto a suas taxas, estudando-se também uma compensação arrecadatória para os Crea.
- A ART deve ser isenta de taxas, havendo uma compensação de arrecadação pela majoração das anuidades.
- A ART deve ser revogada.

5. Código de Ética Profissional

Nosso código de ética está positivado por resolução do Confea, atendendo o que dispõe a Lei 5.194/66. O fato de ter guardada em lei e ser acompanhado de sanção, isto é, penalidade administrativa por sua eventual infração, tem presença entre nós

como norma jurídica. Seu caráter é, pois, não de código de ética mas de código disciplinar ou código deontológico. Estando a questão ética sendo reexaminada, cabe a discussão da legitimidade de um código baixado com imperatividade legal.

Discute-se:

- Em que grau uma política de valorização profissional se condiciona pela codificação ética e pela normalização disciplinar.
- Convém a existência de um código de ética com força coercitiva como está.
- Necessitamos de um código de ética formulado pelo coletivo profissional, porém de aceitação apenas moral, sem sanção.
- Além de um código de ética de aceitação moral, precisamos de um código disciplinar.
- Precisamos de um código disciplinar para o controle da prática das profissões pelo sistema Confea/Crea, ficando os códigos éticos a critério de cada grupamento profissional.
- Cada modalidade profissional deve ter sua própria codificação, segundo seu perfil peculiar.
- Os princípios e parâmetros inspiradores do atual código devem ser reavaliados quer para efeitos éticos, quer para efeitos disciplinares

Parte 4

Documento Referencial para Formulação do projeto Brasil

Oswaldo Della Giustina
Professor Universitário,
pós-graduado em Planejamento
Estratégico e Planejamento de
Recursos Humanos

1. INTRODUÇÃO

- A caminhada individual para o global e holístico
- Da teoria à prática.

2. A HISTÓRIA

- Uma história pouca edificante
- O sistema Confea assume sua dimensão de cidadania.

3. O MOMENTO ATUAL

- Um novo país
- Repensam o Brasil em sua infra-estrutura.
- A ameaça da desagregação.

4. OS POSTULADOS DO PROJETO

- Significado das engenharias
- As potencialidades nacionais
- O Ingresso na globalização com responsabilidade e soberania
- A exigência de uma nova ética social.

5. OS CONTEÚDOS DA PROPOSTA

- Um projeto nacional é mais do que reivindicações setoriais
- Um projeto nacional envolve dimensões, éticas e materiais.

6. METODOLOGIA DO TRABALHO

7. CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES FINAIS

Anexo

- Sugestão de Roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos.

1. Introdução

Na era pós-tecnológica, o homem perde progressivamente sua individualidade em favor do coletivo – do balística ou do global – e construir o coletivo torna-se, assim, pressuposto de construir o individual.

- **A caminhada individual para o holístico e global.**

O início do Terceiro Milênio se caracteriza pela substituição progressiva do individual pelo coletivo – não no sentido do marxista – e pelo global – não no sentido da globalização capitalista – mas no sentido de que todo o processo humano, e mais amplamente os processos da natureza, se interdependem, como partes de um mesmo organismo ou de um mesmo sistema. Não apenas atuam globalmente, mas são efetivamente, na sua diversidade, partes de um mesmo ser.

Talvez seja a evidência do ensinamento de Ortega e Gasset quando afirma que nós somos nós mesmos e tudo o que nos cerca, “nós e nossas circunstâncias” diz ele. Caminho do individual para o coletivo.

Neste sentido, o individual, o isolado, a parte se para da do todo, vão se tornando conceitos ou realidades que prevaleceram e se esgotaram no passado. Agora, pela dimensão da tecnologia, constroem-se uma nova realidade, interdependente, em cada uma de suas partes e que, no conjunto, devem formar um sistema harmônico.

Dessa forma o indivíduo se insere, no seu meio, no seu grupo, o grupo, se insere na sociedade e a so-

cidade, constitui a nova humanidade, seu modo de ser, de organizar-se.

Perde sentido, portanto, a visão dos interesses ou dos direitos, ou da defesa daquilo que é apenas individual. Tornam-se parte da sobrevivência individual, a promoção dos interesses e dos direitos sociais ou coletivos, e a defesa ou a promoção desses direitos ou interesses, passa a fazer parte da sobrevivência do indivíduo. Porque ele vive nesse coletivo.

Os problemas, as crises, as angústias, a insatisfação ou as incertezas que caracterizam o mundo pós-tecnológico decorrem, em grande parte, de não se ter percebido esta nova perspectiva, não se ter compreendido esta realidade verdadeiramente holística, ou de imaginar, promover-se a globalização, – ou aceitá-la, apenas como um fenômeno econômico, onde o mais forte engole o mais fraco – e não como um novo sistema de aumento de relações onde os homens, ou as nações, tem que aprender a conviver cooperativamente.

Na verdade, trata-se de uma mudança de paradigma onde está surgindo um novo mundo, um mundo diferente, no qual as individualidades se ampliam, as interdependências se tornam solidariedade e as responsabilidades de cada um assumem a dimensão de responsabilidade coletiva.

- **Da teoria à prática.**

Esta é a visão e a razão da definição proposta como tema para o IV Congresso do sistema Confea/crea:

- **Ética, Valorização Profissional e Projeto Brasil.**

Nesta proposta, os três temas se entrelaçam, na medida em que, nesse mundo interdependente:

1. a ética deixa de ser apenas uma questão de foro íntimo ou da consciência individual, para transformar-se num compromisso em favor da construção de estruturas e de convivências sociais adequadas, justas e humanas;

2. a valorização profissional extravasa a dimensão de mera satisfação pessoal para significar, para cada indivíduo, a capacidade de ocupar um espaço social, com consciência, competência e responsabilidade, a partir do pressuposto de que o indivíduo vive, e cada vez mais se realiza, no coletivo, por causa da visão holística e da interdependência global, referidas;

3. dessa inserção do indivíduo no coletivo, o estudo e a proposição de um projeto coletivo – o projeto Brasil, flue e decorre necessariamente.

O meio em que vivemos, ou as circunstâncias de que somos parte, é o Brasil. Construir o Brasil, constitui, portanto, parte da nossa construção pessoal, do emprego de nossa capacidade profissional, ou seja, da nossa valorização profissional e da exigência da nova postura ética, neste momento da história.

2. A História

O processo histórico brasileiro pouco contribuiu para formar uma sociedade nacional, que por imposição dos interesses mercantilistas, teve no Estado sempre um representante mais preferencial desses interesses, do que dos interesses da Nação. A exclusão da sociedade e a submissão do Estado aos interesses externos, foi uma constante, na formação do país e não está sendo fácil libertar-se desses condicionamentos.

No contexto de uma nova e necessária inserção do cidadão, ou do profissional, na realidade nacional, é importante perceber, inicialmente, que graves equívocos têm se inserido no processo de formação da sociedade brasileira. No período colonial, mais se tratou de consolidar, no território de além do mar, uma colônia rica no intuito de fornecer matéria-prima para as Cortes europeias, do que por os fundamentos para criar uma civilização, malgrado as celebradas qualidades miscigenatórias do colonizador português.

- **Uma história pouco edificante.**

Assim foi com o pau-brasil, a cana-de-açúcar, e os ciclos de exploração do ouro, dos diamantes e de outras riquezas naturais, extraídas para ornar o luxo dos palácios europeus e, num processo de comercialismo sem limites, enriquecer o tesouro de algumas nações que, com a primeira revolução industrial, começaram a dominar o mundo.

Socialmente, esses mesmos equívocos dividiram o país entre a classe detentora de privilégios, voltada a explorar e consumir a riqueza nacional, e a classe fornecedora de mão-de-obra escrava, inculta e abandonada à sua sorte, resultando, quando formalmente liberta, em um extrato social, constituído principalmente de descendentes das raças negra e índia, que até hoje luta à margem da sociedade, por ocupar seu espaço, carregando o trauma de uma história de exclusão e opressão.

O processo de superação do período colonial não mudou essencialmente esta situação. Feita à independência do país, mais sob os auspícios da metrópole, ou dos interesses das nações imperialistas – com forte repressão aos movimentos nativistas, e malgrado eventuais qualidades pessoais das novas elites governantes do Império, ou posteriormente da

República, com processo de divisão interna da sociedade brasileira, feita de classes excludentes, e ampliando a separação entre o Estado e a própria sociedade, só fez consolidar-se.

Assim é que a democracia brasileira tem se caracterizado mais pelo zelo em manter seus aspectos formais, do que em garantir, efetivamente, a participação da sociedade na construção do país; mais em organizar o Estado – o estado de direito, do que em promover a cidadania – a sociedade democrática, a sociedade de direito.

Apropriada Universidade, preocupada em garantir privilégios de toda ordem, pouco tem contribuído para a democratização da sociedade e para o engajamento das elites, nela preparadas, na construção nacional.

• O Sistema Confea/Crea assume sua dimensão de cidadania.

Por essas razões e nesta perspectiva, o Confea, atento às aspirações de sociedade e, especialmente das categorias profissionais que representadas no **Crea**, se propõe a dar um passo adiante em sua função social, que não se confunde e menos se esgota, com a manutenção de privilégios, ou a defesa de interesses corporativos, mas, se amplia e se realiza com seu engajamento na sociedade, com sua participação, na construção de um novo Brasil, nesse limiar que nos põe frente à frente com o Terceiro Milênio:

– um Brasil plural, democrático e por isto participativo, ao invés de excludente;

– um Brasil regional e socialmente solidário e cooperativo, e integrado com todos os países, porém soberano;

– um país capaz de aproveitar, em favor dos brasileiros e da humanidade, suas reservas de recursos naturais de dimensão planetária, sem destruí-los.

3. O momento atual

O Brasil não dispõe de um projeto nacional adequado à sua dimensão, aos anseios da sociedade brasileira e à sua inserção no mundo como nação soberana. O Projeto Brasil deseja ser a contribuição do Sistema Confea/Crea para a formulação desse projeto.

• Um país equivocado

Não é isto o que está acontecendo.

Enquanto cresce a legião dos excluídos, formando o cinturão de miséria das periferias urbanas e das áreas rurais desassistidas, cresce também a riqueza nas mãos de poucos – poucos que vão se transformando em um dos canais, entre outros, por onde o patrimônio nacional vem sendo internacionalizado, solapando nossa capacidade de decidir sobre-

ranamente sobre os interesses do país, e nos deixando à mercê do jogo especulativo internacional, ou daqueles que, dispondo de instrumentos de dominação, olham com olhares cúpidos sobre o território nacional, suas perspectivas econômicas e suas imensas reservas naturais. É preciso consciência de que, neste contexto de dominação e prevalência dos interesses dos que detêm o poder, sem qualquer compromisso ético no seu emprego, iniciativas como a Alca, precisam ser analisadas do ponto de vista da sociedade brasileira e não apenas do ponto de vista de alguns ajustes de setores econômicos interessados, ou como imposição dos que querem o domínio dos mercados. Povo, pátria, soberania, dignidade não são mercadorias que se trocam ou que se vendem, ao sabor dos interesses ou das circunstâncias.

É preciso afirmar, no entanto, que por aquilo que é, e pela dimensão de seus recursos naturais, o Brasil não pode ser concebido como um peixe no país, sem visibilidade, ou incapaz de ser respeitado pelo jogo das forças globais.

Também o Brasil não pode assumir uma atitude de isolamento, num mundo que, definitivamente, se globaliza e se torna interdependente. Holístico e global.

• Um novo País

Mas se o Brasil dispõe de recursos planetários, é com a transformação desses recursos em poder, que ele há de sentar-se à mesa das Nações, com a dignidade da dimensão de seu povo, de seu território e de suas potencialidades, das quais o mundo não pode prescindir, para sobreviver.

É dessa consciência, que há de surgir o Brasil integrado na globalização, cooperativo e solidário, mas soberano e sustentável:

– sustentável como Nação;

– sustentável como potência econômica, e como centro de identidade cultural e social, onde o humano há de prevalecer sobre as coisas;

– sustentável no uso e na preservação de seus recursos naturais e do meio ambiente, parcela significativa e essencial para a sobrevivência do Planeta Terra.

Este novo Brasil, necessitado de ser redescoberto, no que ser concebido e administrado numa perspectiva diferente da que hoje é praticada, e é este o Brasil pelo qual os brasileiros aspiram, e o Brasil a que os brasileiros têm direito.

É para a construção deste novo Brasil, que os engenheiros, os arquitetos, os engenheiros-agrônomo, os geógrafos, os geólogos, os meteorologistas,

os tecnólogos e os técnicos, cada um em sua especialidade, e todos na sua condição de cidadania, estão convocados. Trata-se de construir, uma sociedade que se dirija pelos padrões da responsabilidade, da competência, da justiça, da solidariedade entre as pessoas, as classes, e as diferentes regiões do país, formando com base nesta ética essencial, a nova Nação.

- **Repensar o Brasil em sua infra-estrutura.**

Para isto é necessário repensar o Brasil, desde sua identidade, à sua infra-estrutura, e à sua organização social, em suas dimensões política, econômica, e cultural.

Quanto à identidade brasileira é preciso tomar consciência de suas reais potencialidades, e construir um projeto a partir do aproveitamento dessas potencialidades, ao invés de buscar inspiração, formas e estratégias de construir o Brasil a partir de modelos estrangeiros impostos a nós, ou por nós importados, sem que nada a tenhamos a ver com eles. Isto não é xenofobia, que não a temos, nem teria sentido tê-la na era da globalização. Mas é simplesmente consciência e afirmação da identidade nacional e de sua viabilidade como Nação.

Sobre a nossa infra-estrutura, deve-se começar a refletir sobre o equívoco de nosso sistema de transportes, baseado exclusivamente no modal rodoviário, desintegrado em si, direcionado prevalentemente ao sul do país, quando os grandes mercados do mundo estão no hemisfério norte, e permitindo a permanência do enorme vazio do Brasil Norte e Central, a mais estratégica o arte do território nacional.

Um exemplo seguinte, no que se refere à infra-estrutura, pode ser dado em relação a questão energética – relegados que estamos a ter nosso processo de crescimento limitado pela falta de energia, enquanto temos água, biomassa, luz solar e outras fontes de energia limpa, em abundância, nenhuma delas, porém adequadamente identificadas, planejadas e postas à serviço da produção.

Poderiam ser citados ainda os sistemas de telecomunicações, privatizados de forma atalhoada e que escapam de toda forma e cada vez mais, aos controles governamentais e a seus compromissos de servir ao público, com eficiência e a custos acessíveis, para que o povo, e não só as elites, entrem na era da comunicação.

Paralelamente, tem sido desmontados nossos sistemas de pesquisa, valendo como exemplo citar o caso da Embrapa e seu patrimônio de pesquisa agropecuária, deixando pela metade projetos como o do Cerrado, que permitissem garantir a sustentabilidade dos solos e a superação da monocultura. Ou, ainda, o

caso da pesquisa e do monitoramento da ocupação da Amazônia, para que, tornando produtiva, dispusesse de tecnologias de ocupação, manejo e processo compatíveis com o imperativo de sua sustentabilidade.

- **A ameaça da desagregação**

Enfim, no que se refere à organização social do país, na dimensão de sua organização econômica, ética social e política, não é aceitável que o Brasil se apresente diante do mundo com seus contrastes, de ser a 8ª ou 10ª economia do planeta, enquanto se situa em 79º lugar nos índices de desenvolvimento humano; que os 10% mais ricos tenham 46% da riqueza nacional restando apenas 14% para os 50% mais pobres, resultando em uma razão de 30 entre a média de renda dos 10% mais ricos sobre os 40%, mais pobres, e fazendo com que sejamos, efetivamente, campeões absolutos da má distribuição de renda no mundo. Esta razão é de 3 no Japão, de 5 no Paquistão, de 10 no Egito, de 15 na Costa Rica, de 18 em Zâmbia, de 27 no Panamá. Por isto, e que este conjunto de equívocos, caminhamos para a violência urbana e rural, para a insegurança material e física, para a desorientação ética e para a perda de valores, que, a partir do mau exemplo das gerações mais velhas desorientadas, recai com impacto, especialmente sobre a juventude, inserida num mundo desumanizado e vítima dessas condições subumanas impostas por um sistema que, já ultrapassado, teima em se manter.

Não parece que as propostas ou projetos propostos eventualmente ao país, tenham esta dimensão, ou se tenham preocupado seriamente em superar esta situação desagregadora.

Neste momento a Nação quer mudar tais parâmetros e reconstruir o Brasil, como grande Nação, grande porque justa, democrática, humana, sustentável. O sistema Confea/Crea não poderia estar alheio a esta aspiração e esta é a razão deste Projeto para o Brasil.

4. Os postulados da proposta

Algumas questões, postas como postulados, constituem pressupostos sobre os quais deve-se chegar a um certo consenso, para definir estratégias de ação nacional na busca dos objetivos definidos.

O Projeto Brasil – um esforço de contribuição do sistema Confea/Crea, para quebrar a ameaça de desagregação nacional, baseia-se em alguns postulados fundamentais:

- **O significado das engenharias**

O primeiro postulado é referente ao que representam os próprios segmentos das engenharias no contexto nacional e de sua capacidade conseqüente de influir e contribuir para o processo de criação e consolidação do novo país – viável, justo, dinâmico, participativo e, dessa forma, democrático.

São quase um milhão de profissionais do mais alto nível. Formados, a maioria, em alguns dos melhores centros de conhecimento, investigação e formação do país, profissionais que se espalham por todos os recantos do território nacional e que se inserem capilarmente em toda estrutura da sociedade, desde suas elites até suas periferias sociais ou territoriais.

Atuam nas diversas áreas profissionais: na engenharia civil, mecânica, elétrica, na arquitetura, na geologia, na agricultura e no conjunto de atividades decorrentes, com profunda repercussão, não apenas nos níveis de produção e renda, mas na qualidade de vida das pessoas, no meio ambiente, na habitação, no saneamento, nos programas de infra-estrutura, no meio rural e no meio urbano, enfim.

Amplia-se este leque de presenças se considerar a participação da categoria em cargos de direção, quer no meio social, participando de lideranças comunitárias, quer no meio político, participando na gestão das comunidades e da sociedade nacional, na condição de integrantes do poder público, executivo e legislativo, municipal, estadual e federal, quer enfim, no meio econômico, como dirigentes de empresa, assessores, consultores e detentores de funções que influenciam em decisões que afetam mais de 60% do PIB nacional.

É necessário tomar consciência desta representatividade, e, em consequência, da responsabilidade dela decorrente, que se expressa no exercício profissional competente e dedicado, mas também na disposição de contribuir com a construção nacional, e com a solução de problemas que afetam a sociedade brasileira.

• **As potencialidades nacionais**

O segundo postulado, refere-se à dimensão das potencialidades nacionais, representadas não apenas por uma população que se aproxima rapidamente dos 200 milhões de habitantes, os quais não podem ser vistos apenas na perspectiva de um dos grandes mercados mundiais, e sim, em sua imensa capacidade de produzir, em seus desejos e aspirações, em suas condições de cidadania e em seus direitos a crescer em dimensão humana e qualidade de vida. Infelizmente o descaso pela preparação do homem, tem feito com que talentos sejam desperdiçados e os níveis gerais de educação e saúde estejam, nessa entrada do Terceiro milênio, bem abaixo dos níveis médios existentes, não já nos países desenvolvidos, dos quais estamos distantes, mas mesmo dos nossos comparses países em desenvolvimento.

Há uma imensa dúvida social a ser resgatada, dívida que deve ser entendida não apenas como eliminação dessas carências – a exclusão, o desemprego, a subnutrição, o déficit sanitário e educacional, mas que abrange também a exclusão da população de seu direito a participar, e ser construtora de seu presente e do futuro da Nação.

A essa população com suas potencialidades, a serem integradas no processo, soma-se uma reserva imensa de recursos naturais, estratégicos para a humanidade do terceiro milênio:

– Um território, em sua maior parte ainda vazio, onde se somam milhões de habitantes, ocupáveis sustentavelmente e produtivamente, num mundo onde a demanda de alimentos cresce qualitativa e quantitativamente, sem que se tenham formulado políticas e adotado medidas capazes de diminuir a fome, que se alastra perigosamente no Brasil como no planeta, sobretudo nos continentes e nas regiões periféricas. Na verdade, diante dos transgênicos, que, à parte das dúvidas que persistem sobre suas consequências, ameaçam se transformar numa nova tecnologia de dominação, o Brasil pode se afirmar como o produtor número um de alimentos verdes, a demanda maior da nova era que está se iniciando.

A partir dessa sua capacidade de produzir aumentos em grande escala – o Brasil teria condições de fazer desovar e repor continuamente os estoques existentes, obrigando a criação de novos mercados e de novas fontes mundiais de financiamento, que viabilizem sua melhor distribuição, atendendo sobretudo as referidas regiões periféricas – territórios da fome.

– Recursos hídricos de dimensão planetária, algo em torno de 20% das disponibilidades mundiais, num mundo onde escasseia a água, como consequência do crescimento da população, do aumento de seu consumo industrial e agrícola e de sua deterioração crescente, resultado de um uso irracional e predatório;

A identificação e o uso sustentável desses recursos hídricos disponíveis, incluem o conhecimento efetivo dos lençóis subterrâneos e seu uso racional, na agricultura e no abastecimento das cidades, bem como para produção de energia elétrica, cujo avanço nos processos de produção, no entanto envolve o aproveitamento da biomassa, e da energia solar e eólica, permitindo a disponibilidade de mais energia limpa, abundante e de baixo custo.

– Recursos biogenéticos, representados por cerca de 30% da biodiversidade do planeta, existente só na Amazônia, sem contar a riqueza genética dos cerrados, do pantanal, dos recursos da mata atlântica e de outras regiões do nordeste ao sul do país, sem que haja políticas consistentes para seu aproveitamento sustentável, em favor do Brasil e da humanidade.

– Recursos tradicionais: Toda essa riqueza se soma aos recursos tradicionais cuja oportunidade de uso poderá passar, em razão dos avanços da própria tecnologia, sem que tenham sido adequadamente aproveitados. Pode-se referir nestes talinha, o ferro, o petróleo, o carvão e outros materiais pesados, enquanto pouco se tem investido no conhecimento e no aprovei-

itamento de materiais estratégicos, como o nióbio, o quartzo, o urânio, o molibdênio e outros.

Enfim, é necessário retornar à questão da reformulação de nossa matriz viária, e, face dos custos que representam os transportes num país de dimensões continentais como o Brasil.

Esta reformulação precisa abranger, além de um redirecionamento da rede de transportes, que integre de forma mais racional o Brasil em si mesmo – seu território e seus mercados, e que o integrem melhor ao mundo, também uma integração melhor dos modais rodoviários, que predominam, com modais ferroviários e fluviais, com objetivo de diminuir o custo Brasil, onerado pela má concepção do sistema que chega a crescer em até 20% o custo de alguns de nossos principais produtos de exportação.

• **O ingresso na globalização com responsabilidade e soberania**

O conjunto dessas potencialidades planetárias e seu aproveitamento racional poderia constituir a âncora do ingresso do Brasil no processo de globalização, com soberania e sustentabilidade.

Mas o contrário. Optou-se por ingressar na globalização através da parte mais frágil do país, mais dependente das flutuações, dos interesses ou dos condicionamentos impostos pela economia virtual e especulativa, que está desnacionalizando o patrimônio brasileiro e ameaçando a soberania da Nação. Neste contexto é que se há de considerar o novo papel do Estado, a ser diminuído em tamanho mas acrescido em competência e eficácia, com base num novo pacto federativo, de maiores autonomias regionais e de fortalecimento dos Estados e das comunidades municipais, ou seja, da Sociedade Nacional.

- A exigência de uma nova Ética Social

Enfim, **um último postulado refere-se à necessária e urgente introdução de uma nova ética que**, abranja não só a vida política, mas também os processos econômicos e interpessoais em geral, ultrapassando o moralismo explícito que, às vezes, desgraçadamente para o país, mascara o sentimento ético do povo brasileiro. É a ética mascarada, ou a ausência da ética, que deve ser substituída por uma nova ética, capaz de inspirar uma sociedade orientada pelos valores da responsabilidade, da competência, da justiça e da solidariedade entre as pessoas, as classes, as diferentes regiões do país, construindo – se, nesses novos fundamentos, o novo Brasil.

5. Os conteúdos da proposta

Para um projeto nacional, não é suficiente definir um conjunto de projetos setoriais ou de metas a serem alcançadas. Esse conjunto de projetos e metas exige uma visão sistematizada da sociedade e uma

estratégia comum de ação. Além do que, é preciso criar um liame que expresse a vontade nacional e o engajamento da sociedade na construção consciente de um país solidário, soberano, e participativo.

Com base nos postulados identificados, a proposta a ser desenvolvida objetiva mover as categorias representadas pelo Sistema CONFEA-CREA, em todo país, em cada Estado e em cada comunidade, também em cada um de seus segmentos, a refletir; sobre o projeto brasileiro atual – ou sua inexistência e unir forças com os mais variados segmentos da sociedade brasileira, convidando – os a contribuir na formulação e na construção de um novo projeto, embasado na superação dos condicionamentos histórico-culturais e dos rumos pelos quais o país está sendo conduzido. Isto nos dá a certeza de que é possível, ainda nesta geração, pôr os fundamentos do novo Brasil e projetá-lo para o terceiro milênio.

• **Um projeto nacional é mais do que um conjunto de reivindicações setoriais.**

Para isto, não é suficiente que, ao final, o produto construído contenha reivindicações setoriais, ou mesmo, simplesmente, apresente propostas ou soluções nesta dimensão.

Óbvio que os segmentos das engenharias possuem áreas de atuação específicas, especialmente nos setores de infra-estrutura que por si, influenciam sobre todo um projeto nacional. Assim quando se fala em matriz de transporte, ou de energia elétrica, ou de comunicações; em políticas de produção agrícola ou industrial; em aproveitamento de recursos naturais, ou de condições habitacionais nos meios urbano ou rural, se está referindo segmentos básicos para um projeto nacional, onde os profissionais das engenharias atuam diretamente.

Permanecer, porém, nessa perspectiva da atuação setorial, significaria correr um duplo risco:

– **O primeiro, numa realidade interdependente**, onde todos os segmentos se interrelacionam e atuam como partes de um sistema maior, isolar uma parte, ou algumas partes do todo, pode significar inviabilizar a parte isolada, por causa da interdependência.

– **O segundo, que, no pressuposto do sucesso improvável da ação setorial**, pode-se até desenvolver certas partes, mas sem o correspondente desenvolvimento das outras, desestruturando dessa forma o processo, e gerando sistemas desarmônicos, ou organismos sociais monstruosos, inseguros e insustentáveis.

Sem a visão global se estará também aorindo esoaço para propostas falaciosas que, favorecendo a alguns, naverão de frustrar a sociedade e mais uma vez, ou romper a sustentabilidade do processo.

- **Um projeto nacional envolve dimensões éticas e materiais.**

Centrado, pois, em propostas específicas, o projeto a ser construído deverá considerar o conjunto da realidade nacional e todos os elementos que com ela interagem, **quer de ordem ética, como a justiça, a participação, a inclusão, a cultura, a formação do homem, quer de ordem material como as políticas e as disponibilidades financeiras, os recursos naturais e uma nova infraestrutura para transporte, energia e comunicações, a tecnologia, os condicionantes da globalização e da interdependência.** Na verdade, um projeto nas dimensões demandadas pelo país deve responder a questões tais como: para onde vamos? que sociedade queremos construir? como responder aos anseios nacionais? Que instrumentos ou mecanismos, ou seja, que projetos são coerentes e eficazes na busca dos resultados definidos?

Não é suficiente, mesmo que fosse possível preocupar-se em construir apenas uma economia. Um Projeto Nacional tem por objetivo construir uma Sociedade, para o quê a sustentabilidade econômica constitui apenas um instrumento.

Também, como foi dito, um Projeto Nacional não se constitui apenas de uma soma de projetos setoriais, ou de metas a serem alcançadas, como também se disse.

Um Projeto Nacional deve estabelecer um liame entre esses Projetos e metas, que os intercomplementam, que estabeleça entre eles a relação contínua de causa e efeito, dando continuidade e sustentabilidade ao processo

É neste “plus” que país – ou a Nação, se seja apenas o líder, o se in se re, ou que se expressa a vontade nacional e a adesão necessária para que e en gaje no projeto e seja a principal artífice de sua própria construção. E o Estado condutor, ou o viabilizador desse projeto.

6. Metodologia do trabalho

Estabelecidos os pressupostos e os conteúdos a desenvolver, a metodologia de trabalho nos indica os caminhos que devem ser percorridos para que se alcance êxito e o resultado final seja uma construção comum. Da participação de todos, se chegará ao edifício sólido, múltiplo e abrangente: a construção do novo Brasil.

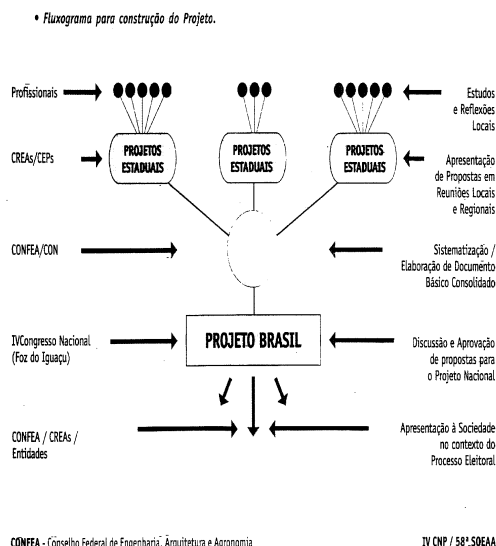
A construção desse Projeto na forma como se o deseja expressão do sentimento da sociedade através de um dos seus segmentos mais representativos, implica, pois, numa primeira etapa, em estudo e reflexão individual e em grupo, para o quê, o CONFEA oferece material de consulta em seu site, na Internet, contendo dados, informações, análises e bibliografia. O presente documento, por sua vez, objetiva balizar o esforço comum, de modo que a liberdade e o pluralismo das for-

mulações possam constituir um corpo consistente, harmônico e pronto para ser levado à sociedade.

Os temas levantados, nesse nível, serão relatados e debatidos nos Congressos e reuniões locais, regionais e setoriais, durante todo o período preparatório ao Congresso Nacional, a ter lugar no mês de novembro, em Foz de Iguaçu. Para esse Congresso será formatado o projeto Nacional – que será levado à sociedade brasileira, no contexto do processo eleitoral a ter curso no ano 2002.

A figura seguinte expressa esta estratégia de agregar proposições sucessivas até a formulação da proposta final.

- **Fluxograma para construção do Projeto.**



7. Conclusões e orientações finais

Para êxito da proposta, recomenda-se aos Presidentes dos CREA's que analisem o presente documento e o façam circular entre os associados, agregando visões próprias e levantando questões estratégicas de interesse dos respectivos Estados, de modo que um Projeto Nacional, além da formulação das questões nacionais, possa ser enriquecido com o levantamento de questões de ordem local e regional. Alguns pontos devem merecer especial atenção.

1. É conveniente que os temas a serem discutidos nas reuniões locais e Congressos estaduais, sejam sistematizados em documentos prévios – balizamentos regionais - e resultem em sínteses de proposições, que sob o enfoque dos interesses locais, quer correspondentes às perspectivas nacionais.

2. Esses documentos – sínteses locais e regionais – fornecerão os elementos essenciais a serem sistematizados a nível do **CONFEA**, para a elaboração do documento prévio a ser levado à debate e

aprovação do Congresso de Foz do Iguaçu, no mês de novembro.

3. Além das informações e dados disponíveis no site do **CONFEA**, www.confes.org.br, o Conselho Federal e seus membros, especialmente a CON – Comissão Organizadora Nacional do IV CNP – e a CAN – Comissão de Assuntos Nacionais, estarão disponíveis a qualquer momento para esclarecimentos complementares, apoio e assessoria ao processo. Recomenda – se de modo especial, a leitura do polêmico – **Humanização da Sociedade – A REVOLUÇÃO DO TERCEIRO MILÊNIO**, do professor Osvaldo Bella Giustina. Recomenda – se também a leitura do AVANÇA BRASIL, BRASIL 2020, bem como os diversos Planos de Diretrizes e Metas elaborados em Governos anteriores. É claro, em cada um dos Estados, a leitura e discussão dos respectivos Projetos Estaduais.

4. No decorrer do processo, e depois dele, é importante que se integrem no debate também outros segmentos da sociedade, categorias profissionais ou não. Isto enriquecerá o trabalho e, simultaneamente abrirá canais de cooperação com a sociedade, de modo que este Projeto seja sempre mais abrangente e se transforme numa proposta efetivamente nacional.

5. Concluindo, cabe reafirmar que tanto quanto os interesses específicos das categorias representadas pelo Sistema CONFES/CREA5, o esforço para gerar este Projeto se constitui numa resposta de nossa categoria profissional aos anseios e às aspirações nacionais.

O momento presente, decisivo para o processo brasileiro, quer de toda esta presença e temos a certeza que os engenheiros, os agrônomos, os arquitetos e urbanistas, os geólogos, os geógrafos, os tecnólogos e os técnicos de nível médio de qualquer dessas categorias, articulados por seus órgãos de representação, saberão responder à este chamado.

ANEXO – Sugestão de Roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos

1. Visão Estratégica do Brasil.

Este item pretende fazer uma análise, a critério dos participantes, da realidade nacional – seus equívocos e potencialidades, as aspirações dos grupos etc...

- O país que temos
- O país que cesejamos ter.
- O país que podemos ter.

2. Equívocos do Processo Brasileiro.

Este item visa definir as políticas esperadas, de interesse local e nacional, a definição de prioridades, nos vários setores da vida pública.

- De prioridades estratégicas.
- De ordem econômico financeira.
- De ordem ético cultural.

3. Recursos estratégicos para um Projeto Nacional.

Com base nas definições anteriores, o objetivo desse item é a identificação de potencialidades nos diversos níveis, considerando que recursos que podem não ter significado nacional, podem ser estratégicos para o desenvolvimento local ou regional. Projeto nacional desconcentrado, participativo, só existe quando as realidades locais, ou estaduais, constituem parte ou componentes dele.

- A nível local
- A nível estadual
- A nível nacional

4. PROJETOS ESTRATÉGICOS

Este item pode simplesmente listar esses projetos, mas se conseguir alguns elementos a mais, é de se já ver: justificativas, ordem de custos, estratégias de implementação, etc.

Esta é uma sugestão de ordem geral. Cada CREA, ou segmento, poderá identificar a forma, selecionar pontos ou aspectos de interesse próprio, de modo que a abordagem deve ser definida com liberdade e de acordo com os múltiplos interesses das integrantes do Sistema CONFES/CREA.

- De significado estadual
- Estadual com significado nacional
- De significado nacional.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei, como um dos representantes desta Casa, juntamente com os nobres senadores José Sarney e Waldeck Ornelas, o último adeus de Salvador, da Bahia e do Brasil a Jorge Amado.

Ve-la do no Palácio da Aclamação, centro de Salvador, o corpo foi levado por uma viatura do Corpo de Bombeiros até o cemitério Jardim da Saudade, onde foi realizada, por volta da cinco da tarde de ontem, a cerimônia preparatória para a cremação do corpo, o que deverá ocorrer hoje.

Não houve discursos. Um sentido e compungido silêncio dominou a multidão de admiradores anônimos que choravam o desaparecimento daquele que projetou Salvador e a Bahia no mundo.

Nas avenidas, ruas estreitas da cidade velha, nas calçadas do Pelourinho, no vale do Canela e nas demais vias que demandavam da Aclamação ao cemitério, era possível identificar nas pessoas que passavam, silenciosas e contritas, os personagens da obra de Amado, todos voltados para a vida da Bahia.

Nas janelas, nas sacadas e nas varandas dos prédios por onde passou o cortejo fúnebre, pessoas do povo se aglomeravam, agitando lenços brancos numa comovente despedida.

Quando o cortejo fúnebre passou diante de um colégio, todos os alunos ocuparam as janelas numa comovente despedida da mais jovem geração baiana àquele que soube, com sua obra, falar aos corações de todas as idades.

As homenagens irmanaram todas as pessoas e todas as crenças sem distinção.

O sincretismo religioso, marca registrada da Bahia, fez-se presente na despedida final a um escritor que fez de sua obra um repositório da liberdade política e da liberdade religiosa, um cidadão do mundo aberto a todas as manifestações da cultura e do espírito.

Guardo na memória da juventude os primeiros livros de Amado. Acompanhei, como milhões de cidadãos, no Brasil e no resto do mundo, o surgimento de sua obra mais madura, mais realista e mais sensual, as histórias sobre o cacau, os turcos “baianos”, os corónéis e as mulatas.

Essa é a herança imorredoura que nos legou Amado, e que se perpetuará através da eternidade.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a seja anexado a este meu curto pronunciamento, algumas palavras que pretendi proferir na tarde de ontem, desta tribuna, e que não pude fazê-lo em razão de ter, ainda pela manhã, seguido para Salvador, como um dos representantes desta Casa na homenagem a Jorge Amado.

Jorge, (*vírgula*) Amado – Foi com esse título, expressivo e verdadeiro, que um jornal anunciou a morte de Jorge Amado, o escritor brasileiro de maior fama internacional.

Amado morreu nesta segunda-feira, às 19 horas e 30 minutos, em Salvador, de insuficiência cardíaca. Depois de amanhã completaria 89 anos.

Suas exéquias ocorreram, ontem, e, a seu pedido, seu corpo foi cremado, e as cinzas, jogadas de baixo de uma mangueira no quintal de sua casa.

Jorge Amado publicou 42 livros, entre romances, biografias, memórias, poesia e literatura infantil, editados em 48 idiomas e em mais de 60 países. Par-

te de sua obra, como **Gabriela, Cravo e Canela**, foi adaptada pelo cinema e pela televisão.

Ele se definia como um narrador à solta, um contador de histórias e admitia que não era um escritor culto, intelectual.

Mas Oswald de Andrade o considerava “o novo *Castro Alves que a Bahia criou*”.

Todos nos lembramos e nos emocionamos com as histórias dos personagens de **O país do Carnaval; Cacau, Suor; Jubiabá; Mar Morto; Capitães de Areia; Terças do Sem Fim; São Jorge de Ilhéus; Bahia de Todos os Santos; O Amor do Soldado; Seara Vermelha; Os Subterrâneos da Liberdade**, composto de **Os ásperos tempos, Agonia da noite e a luz do túnel; Gabriela, Cravo e Canela; A morte e a morte de Quincas Berro D’Água; Os velhos marinheiros; Os pastores da noite; Dona Flor e seus dois maridos; Tenda dos milagres; Teresa Batista cansada de guerra; O gato malhado e a andorinha sinhá; Tieta do agreste; Farda, Fardão, Camisola de dormir; As mortes e o triunfo de Rosalina; Estrada do mar, Philadelpho; De como muita Porciúnculo descarregou seu defunto; O menino Grafiúna; A bola e o goleiro; Tocaia grande; Senhor; O solar dos azulejos; O sumiço da santa; A apostasia universal de água brusca; A descoberta da América pelos turcos; Navegação de cabotagem**, e até os de caráter político, como **O cavaleiro da esperança** e **O mundo da paz**.

Amado se foi nos deixando dois títulos inéditos: **Apostasia e Bóris, o Vermelho**.

Num texto escrito por ele mesmo em Paris, em dois de junho de 1992, Jorge Amado escreveu: “Meu ideal de felicidade é minha mulher, Zélia”.

Jorge Amado conheceu Zélia Gattai em 1945, na Praça da República, em São Paulo, durante um comício pela libertação de Luís Carlos Prestes.

“Quando eu a conheci – disse Jorge Amado em uma entrevista – ela era uma linda moça. Hoje é uma bela mulher. Sempre recebi, na vida, muito mais que mereço. Meu maior prêmio foi Zélia”.

A presença da mulher é forte na obra de Jorge Amado. Não por acaso são as mulheres o alvo das mais famosas adaptações feitas para o cinema e a tv, de livros como *Tieta, Gabriela, Dona Flor e Tereza Batista*.

Amante de filmes como “Em Busca do Ouro”, de Charles Chaplin, e de canções como “Saudade de Itapuã”, de Dorival Caymi, Jorge Amado tinha outros amores, como a Bahia e Paris.

No texto sobre si mesmo, escrito em 1992, considerou **Dona Flor e seus dois maridos, Tenda dos milagres, Tocaia grande e Sumiço da santa** seus melhores romances, mas no fundo gostava de todos, pois costumava dizer que *“Livros são como filhos —”*.

Como disse o **The New York Times**, Jorge Amado *“foi o romancista que encantou o mundo com suas histórias bem-humoradas e sensuais”*.

Para nós, seus leitores e admiradores através das gerações, Jorge Amado foi mais do que isso: com sua obra construída sobre as raízes do povo brasileiro, criou um Brasil ao mesmo tempo fictício e real.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com vasta extensão territorial e com flora e fauna exuberantes, nosso País abriga em seu seio diferentes ecossistemas. O Brasil e a comunidade internacional têm o maior interesse na preservação das riquezas naturais, para que as gerações futuras tenham o direito de usufruí-las.

Assim, foi com profundo orgulho e alegria que recebi a notícia de que dois parques nacionais de meu Estado deverão ser incluídos como sítios de patrimônio natural mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – Unesco, de acordo com parecer da União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN. Trata-se do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no município de Alto Paraíso, e do Parque Nacional das Emas, localizado na cidade de Mineiros.

Neste sábado, os peemedebistas de Goiás estarão reunidos em um grande encontro regional em Alto Paraíso, excelente oportunidade para que possamos discutir com a sociedade local os benefícios que o município passará a contar no momento em que for oficializada a decisão da Unesco.

No final de junho passado, a antiga cidade de Goiás recebeu o título de patrimônio histórico da humanidade e o *board* da Unesco, na ocasião, decidiu ampliar para duas as áreas da Biosfera do Cerrado que concorrerão, em dezembro próximo, na Finlândia, à condição de patrimônio natural mundial.

Se a Câmara dos Deputados aprovar, antes da reunião de Helsinque, a proposta de emenda constitucional que declara o cerrado patrimônio natural protegido pela Constituição, certamente os títulos serão concedidos e trarão grandes benefícios para a região.

A Chapada dos Veadeiros e o Parque Estadual de Terra Ronca já foram proclamados pela Unesco como Reserva da Biosfera do Cerrado, áreas de conservação reconhecidas internacionalmente. São duas zonas-núcleo de preservação do segundo gran-

de ecossistema brasileiro mais ameaçado depois da Mata Atlântica. O Parque das Emas, cujas terras foram doadas pelo fazendeiro Filogônio Garcia para fins de preservação, constitui, por sua vez, uma das zonas-núcleo da Reserva da Biosfera do Pantanal.

Cada uma dessas áreas tem características próprias, todas de interesse nacional e internacional, pela beleza que oferecem. São consideradas de múltiplo uso, pois sua exploração é diversificada, indo desde passeios ecológicos em trilhas até esportes de aventura, como montanhismo, canoagem e alpinismo.

São inúmeros os atrativos naturais que oferecem aos visitantes. O Parque Estadual da Terra Ronca, por exemplo, tem grande concentração de cavernas, atravessadas por rios, que fazem a terra “roncar”. O das Emas possui belas cachoeiras, cânions, rios e praias. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, asilo natural de um sem número de microrganismos e de variadas espécies da flora e da fauna, tem como prioridade a proteção dos mananciais hídricos da região. Local de ampla biodiversidade, encontramos lá espécies da fauna quase extintas e grande variedade de flora. O solo tem mais de 1,6 bilhões de anos e o Parque é uma das últimas reservas de água pura do mundo, sendo uma das regiões de maior luminosidade do planeta devido ao incrível acúmulo de cristais que brotam do chão.

Novos planos do Ministro Zequinha Sarney, na sua profícua gestão no Ministério do Meio Ambiente, prevêem a terceirização dos serviços em alguns parques nacionais, entre eles o da Chapada dos Veadeiros, sem que o IBAMA descuide da fiscalização. Essa medida contribuirá para a melhoria do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável, com vantagens não só para os visitantes, mas também para a população local.

Esperamos, Sr. Presidente, para breve, a criação de mais dois parques nacionais em meu Estado: Cavernas de Mambáí, com centenas de cavernas, e Fazenda Palmeiras, refúgio de vegetação nativa, que respeitarão a sensibilidade do bioma.

Essas iniciativas são de suma importância para nosso Estado, pois, por meio delas, poderemos preservar áreas de rara beleza e manter intactos ricos mananciais de água, atendendo às recomendações de desenvolvimento sustentável. Estaremos, dessa forma, resguardando precioso patrimônio para as gerações que estão por vir.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Sena-

dores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44
DE 2001 – COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência – art. 336, III,
combinado com os arts. 338, III, e 346, III,
do Regimento Interno, nos termos do
Requerimento nº 386, de 2001)
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2001 – Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera a composição do Conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991* (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA).

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (a ser lido em Plenário), favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 212, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, c, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001 (nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quatroenta e dois mil e trezentos e três soldados, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele País, tendo.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Iris Rezende.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 636, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Jefferson Peres.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 1-B, DE 1995

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 424, de 2001)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (limitação à edição de medidas provisórias), tendo

Parecer favorável, sob nº 729, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

– 6 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 1996

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1996 (nº 360/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 642, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2001 (nº 582/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 663, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 72, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2001 (nº 613/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 664, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 78, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2001 (nº 626/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Vila Mendes – AMOVIM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Xavier Chaves, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 665, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 92, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2001 (nº 656/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbaúba, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 671, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 98, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2001 (nº 670/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Saúde Kas sis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaúbal, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 623, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Moreira Mendes.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 99, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2001 (nº 676/2000, na Câmara

dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Uruoquense de Desenvolvimento e Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uruoca, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, sob nº 624, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 168, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2001 (nº 809/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Expansão Cultural Rádio e TV Canoinhas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 683, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner.

– 14 –

PARECER Nº 650, DE 2001

Discussão, em turno único, do Parecer nº 650, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Hartung, concluindo favoravelmente à Indicação nº 1, de 2001, do Senador Lúcio Alcântara, que sugere, nos termos do art. 224, combinado com o art. 99, in ciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – a ser iniciada em maio de 2002, sejam objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

– 15 –

REQUERIMENTO Nº 391, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 391, de 2001, do Senador Gerson Camata, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 1999 e 211, de 2000, por regularem a mesma matéria.

– 16 –

REQUERIMENTO Nº 393, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 393, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000 e 14, de 2001, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Teixeira Campos) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

**ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS
DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 8.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM MARÇO DE 2001

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p><u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224</p>	<p><u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2282 e 311-3051/3052</p>
<p><u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170</p>	<p><u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192</p>
<p><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5208 e 318-8992/8997</p>	<p><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2083/2085 e 311-3259/3488</p>

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4581 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1º Eleição Geral: 18.04.1995
2º Eleição Geral: 30.03.1998
3º Eleição Geral: 27.05.2001

Presidente: Senador Gilberto Mastrinho ¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Gilberto Mastrinho	AM	3104	1. Renan Calheiros	AL	2201
Carlos Bazerra	MT	2291	2. Ney Suassuna	PB	4345
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Mariuce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. Freitas Neto	PI	2131
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Geraldo Melo (PSDB)	RN	2371
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PPB)	TO	2071	3. Sérgio Machado (PSDB)	CE	2281
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloisa Helena (PT)	AL	3187	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PPS)	ES	1128
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Membro nato (art. 25 da Resolução nº 20/93) Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051					

Composição eleita em 27.6.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4581 e 311-3265

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em nova composição.

² Comunicação de formação do Bloco feita na sessão de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

³ Em 12.2.2001, o PPS voltou a integrar o Bloco Parlamentar de Oposição (Comunicação lida em 12.2.2001 – DSF de 13.2.2001).



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 - 3489 e 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 3504)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 22.05.2001

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Meistrinho	AM	3104/3106	4 - Vago (2)		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	6 - Renan Calheiros	AL	5161
José Alencar	MG	4018/4621	6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - José Fogaça	RS	1207/1607
Wellington Roberto	PB	3194/3195	8 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/87
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Freitas Neto	PI	2131/2137	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Coelho	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	1 - Sérgio Machado	CE	2281/2287
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 - Vago		
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Osmar Dias (1)	PR	2121/2137
Pedro Piva	SP	2351/2355	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Romero Jucá	RR	2111/2117	6 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Helôisa Helena	AL	3197/3198	2 - Marina Silva	AC	2181/2187
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
Paulo Hartung	ES	1031/1231	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto	MG	2321/2327	1 - (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001

(2) Retirada do Sr. Nova da Costa, em virtude da reassunção do titular, em 01.08.2001

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em : 15/08/2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: **ROMEU TUMA**
 Vice-Presidente: **MARINA SILVA**
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Casildo Maldaner	SC	2141/2148
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Gilvam Borges	AP	2151/2157
Mariuce Pinto	RO	1301/4082	3 – Valmir Amaral	DF	4064/4065
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Amir Lendo	RO	3130/3132
(vago)			6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
(vago)			7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
(vago)			8 – Nabor Júnior	AC	1478/4819
(vago)			9 – Pedro Ubirajara	MS	2221/2227

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Carlos Patrocínio	TO	4058/4068
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho	PE	1284/3245
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	7 – (Vago)		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – (Vago)		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Vago			Ricardo Santos	ES	2022/2024
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Teotônio Vilela	AL	4093/4098
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Osmar Dias (1)	PR	2121/2125	Álvaro Dias	PR	3208/3207
Romero Jucá	RR	2111/2117	Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
 Secretário: José Roberto A. Cruz
 Telefones da Secretaria: 311-4698/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
 Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
 Fax: 311-3652 - E-mail: jrc@senado.gov.br

Atualizada em: 27/06/2001

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

VAGO

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

JUVÊNCIO DA FONSECA	MT - 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062

GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA - 2211/2217

LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO - 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	

SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP - 2241/2247
TIÃO VIANA	AC - 3038/3493

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

VAGO
VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

**VAGO
VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJPresidente: **BERNARDO CABRAL**Vice-Presidente: **OSMAR DIAS (2)**

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Mariuce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto	PB	3194/95
José Fogça	RS	1207/1607	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Pedro Ubirajara	MS	2221/2227	6 – Amir Lando	RO	3130/3132
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – José Alencar	MG	4621/4753

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Romeu Tuma	SP	2051/57
Maria do Carmo Alves	SE	4056/57	5 – José Agripino	RN	2361/2667
Hugo Napoleão	PI	3086/3087	6 – Carlos Patrocínio	TO	4058/4068

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	Sérgio Machado	CE	2281/2285
Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437	Pedro Piva	SP	2351/2357
Osmar Dias (1)	PR	2121/2125	Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Heloísa Helena	AL	394/3199
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretária: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 27/06/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- Retirada as Indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 - Ney Suassuna	PB	4346/4348
Glivam Borges	AP	2151/2157	4 - José Fogaça	RS	1207/1607
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 - Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 - Maguito Vilela	GO	3149/50
Padro Ubirajara	MS	2221/2227	7 - Juvêncio da Fonseca	MT	3016/3016
Valmir Amaral (Vago)	DF	4064/4065	8 - (Vago)		
			9 - (Vago)		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/87	1 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - Francellino Pereira	MG	2411/2417
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/71	4 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 - Romeu Tuma	SP	2051/2057
Carlos Patrocínio (Vaga cedida ao PTB)	TO	4058/4068	6 - Maria do Carmo Alves	SE	4058/4067
			7 - Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alvaro Dias	PR	3206/3207	1 - Osmar Dias (1)	PR	2121/2125
Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437	2 - Lúcio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 - Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 - Pedro Piva	SP	2381/2385
Fernando Matuzalém	RO	2251/2258	5 - Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 - (Vago)		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 - Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 - Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Roberto Freire	PE	2161/2167	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
(Vago)			1 - Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas.

Sala nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizado: 27.06.2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

VAGO
VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTES

JOSÉ FOGAÇA	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4618
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
FREITAS NETO	PI-2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4058/64
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-FERNANDO MATUSALÉM (PPB)	RO-2251/58
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ2431/37
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
SATURNINO BRAGA	RJ-4229/30	VAGO	

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 28/06/01

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE**Presidente: JEFFERSON PÉRES****Vice-Presidente: VAGO****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3108	1 - Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 - José Alencar	MG	4621/4753
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Vago (1)			4 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Renan Calheiros	AL	2261/2262	5 - Wellington Roberto	PB	3194/3195
Valmir Amaral			6 - Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 - Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 - Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 - Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Pedro Piva	SP	2351/2357	Álvaro Dias	PR	3206/3207
Fernando Matuzalém	RO	2251/2258	Leomar Quintanilha	TO	2072/2075

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 - Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2081/2067	2 - Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tiã Viana	AC	3038/3493	3 - Paulo Hartung	ES	1031/1231

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Nova da Costa, em virtude da reassunção do titular, em 01.08.2001

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :01/08/2001

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: JOSÉ ALENCAR

Vice-Presidente: LEOMAR QUINTANILHA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - Valmir Amaral	DF	1961/1066
José Alencar	MG	4018/4621	2 - Iris Rezende	GO	2032/2038
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	2091/2096	4 - Pedro Ubrajara	MS	2221/2227
Nabor Júnior	AC	1478/4619	5 - Gilberto Meistrinho	AM	3104/3106
Roberto Requilão	PR	2401/2407	6 - Wellington Roberto	PB	3194/3198
Marluce Pinto	RR	1301/4062	7 - Maguito Vilela	GO	3149/3150

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/3087
Carlos Patrocínio	TO	4058/4068	3 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Cedido ao PTB			5 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 - (Vago)		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago			Pedro Piva	SP	2351/2357
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotônio Vilela	AL	4093/4095	Luz Pontes	CE	3242/3243
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
			Sérgio Machado	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 - Emília Fernandes	RS	2331/2337
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Sebastião Rocha	AP	2241/2247
José Eduardo Dutra	SE	2381/2397	3 - Lauro Campos	DF	2341/2347
Paulo Hartung	ES	1031/1231	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :27/06/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

VAGO

1- VAGO

VAGO

2- VAGO

VAGO

3- VAGO

VAGO

1- VAGO

VAGO

2 - VAGO

VAGO

1- VAGO

VAGO

1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: FREITAS NETO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - Gilberto Meistrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 - Luiz Otávio (Cessão)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	3 - (Vago)		
Vago (1)					
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Wellington Roberto	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 - Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 - Francellino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Freitas Neto	PI	2131/2137			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	1 - Sérgio Machado	CE	2281/2287
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino Braga	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Tasso Rosado, em virtude da reassunção do titular, em 15.05.2001.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)
Secretário: José Francisco B. Carvalho
Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em :12/06/2001

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)**

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5821	318 2821
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGÊ BORNHAUSEN	PFL	SC	**04	311 4208	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	316 2860

MEMBROS TITULARES | MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	***05	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4083	AMIR LANDÓ	RO	##15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGÊ BORNHAUSEN	SC	**04	311 4208	323 5470	DJALMA BESSA	BA	#13	311 2211	224 7803
GERALDO ALTHOFF	SC	***06	311 2041	323 5089	JOSÉ JÓRGE	PE	#04	311 3245	323 6484
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	**24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 8625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##68	311-2331	323-5084	ROBERTO SATURNINO	RJ	#11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5328	318 2328	MALLY NETTO	SP	218	318 5218	318 2218
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	838	318 5838	318 2838
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR BERRAGLIO	PR	848	318 5848	318 2848
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	* 13	318 5963	318 2963	MARISA BERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	050	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5837	318 5837
PPB									
JULIO REDECKER	RS	821	318-5821	318-2821	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*366	3185366	3182366	PAULO DELGADO	MG	* 284	318 5288	318 2288

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7186 - 318 5232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e-mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ANAIS DO SENADO FEDERAL

**ATAS DA 83ª À 88ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA DE 1º DE
AGOSTO A 08 DE AGOSTO DE 2001**

V.25 Nº 16

ADEMIR ANDRADE

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2001, que altera a redação do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.	161
Repúdio à ameaça de racionamento de energia elétrica no Estado do Pará.	224
Críticas à política econômica do Governo Federal.	224
Necessidade de convocação do Ministro Pedro Malan para prestar esclarecimentos, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, acerca das propostas governamentais destinadas à retomada do desenvolvimento.	224

ÁLVARO DIAS

Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2001, que dispõe sobre o ressarcimento dos recursos utilizados no pagamento do empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.	082
---	-----

AMIR LANDO

Considerações sobre a ocupação territorial do Estado de Rondônia.	101
Apelo às autoridades econômicas para que seja solucionada a crise na cafeicultura, principalmente no Estado de Rondônia.	214

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Requerimento nº 409, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA.	551
---	-----

ANTONIO CARLOS VALADARES

Contrariedade com a ausência de previsão orçamentária destinada ao reajuste dos servidores públicos federais.	151
Esclarecimentos ao Senador Lauro Campos.	315
Relato de sua participação no Encontro Internacional Socialista, organizado pelo PSB.	548

Justificativa à apresentação de emenda à Constituição Federal, incluindo o direito à alimentação como direito social. 548

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal. 565

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2001, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para prever a convocação de plebiscito para decidir sobre a transposição das águas do Rio São Francisco. 570

Homenagem póstuma ao escritor baiano Jorge Amado, falecido no último dia 6. 610

ARLINDO PORTO

Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, que torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário. 043

Requerimento nº 408, de 2001, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2001, de sua autoria, que torna imprescritíveis os crimes dos quais resultem danos ao Erário. 542

Discutindo o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2000, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que "estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências". 634

BELLO PARGA

Parecer nº 724, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 165, de 2001, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2001. 537

Parecer nº 728, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Requerimento nº 53, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda através do Banco Central o envio de todos os relatórios de auditoria, inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984 a 1987. 596

BERNARDO CABRAL

Regozijo com a inauguração da Universidade Estadual do

Amazonas.	079
Defesa do fortalecimento do Poder Legislativo.	139
Parecer nº 721, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para permitir que as penas restritivas de direito possam ser aplicadas diretamente.	257
Requerimento nº 407, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Plínio Ramos Coelho, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Advogado, Jornalista e Professor, falecido no Estado do Amazonas.	266
CARLOS BEZERRA	
Requerimento nº 414, de 2001, solicitando ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.	571
Requerimento nº 415, de 2001, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social as informações que menciona.	571
Requerimento nº 421, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações que menciona.	614
Defesa da venda do patrimônio imobiliário da União e da utilização dos recursos resultantes para pagamento da dívida do FGTS com os trabalhadores e para o reajuste dos salários do funcionalismo público.	647
CARLOS PATROCÍNIO	
Apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia no sentido de que o Estado do Tocantins não seja punido por não atingir a meta de reduzir 15% do seu consumo médio anual.	289
Requerimento nº 416, de 2001, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2001, de sua autoria, que altera a redação dos arts. 148 e o § 2º do art. 902 da Lei nº 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, tendo em vista a já existência do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2000, também de sua autoria, tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	572
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR).	574

CARLOS WILSON

Ineficácia das políticas governamentais voltadas à minorar os efeitos da seca no Nordeste. 229

Parecer nº 726, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997. 579

CASILDO MALDANER

Balanço dos resultados alcançados no primeiro ano de criação do Plano Nacional de Segurança Pública. 119

Relatório de sua participação em encontro na Embaixada do Brasil em Moscou, com importadores russos de carne bovina brasileira. 178

Participação de S. Ex.^a em encontro com empresários do setor de importação e processamento de carnes da Federação Russa, realizado na Embaixada Brasileira em Moscou, no dia 26 de julho último. 233

Considerações sobre o reajuste de 20,78% autorizado pela Agência Nacional de Energia, atendendo solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina. 614

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Importância da agenda de inaugurações anunciada pelo Governo de Tocantins para o próximo dia 5 de outubro. 104

Satisfação pela implantação no Estado do Tocantins do governo itinerante. 194

Homenagem pelos 261 anos de criação do Município de Arraias – TO. 194

Regozijo pela política governamental desenvolvimentista implantada no Estado do Tocantins. 315

Importância econômica e social da conclusão das obras da Hidrovia Araguaia-Tocantins e da Ferrovia Norte-Sul. 588

Registro da realização, amanhã, do Congresso Estadual do CREA - TO, na cidade de Palmas. 653

EDUARDO SUPPLY

Relato do comparecimento de S. Ex.^a à posse do novo Presidente do Peru, Alejandro Toledo, como representante do Senado Federal e do Partido dos Trabalhadores. 117

Considerações sobre o desempenho econômico brasileiro, por ocasião do 7º aniversário do Plano Real. 145

Requerimento nº 410, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador-BA. 552

EMÍLIA FERNANDES

Discutindo o Requerimento nº 256, de 1999, solicitando o sobrestamento da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1999 (nº 658/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, em Brasília, em 24 de setembro de 1996, até que os conflitos envolvendo aquele País sejam melhores esclarecidos. 635

FRANCELINO PEREIRA

Requerimento nº 398, de 2001, solicitando que seja adiada do dia 2 para o dia 30 de agosto de 2001, a homenagem a ser prestada, na hora do Expediente, a Pedro Aleixo, pelo centenário de seu nascimento. 091

Preocupação com o desgaste da imagem do Senado Federal perante a opinião pública. 141

Transcrição de reportagem publicada no Estado de Minas, intitulada "Aeroporto parado por três dias", que aborda a situação do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. 202

Comentários à recuperação da lagoa da Pampulha. 202

Solicitação de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a analisar as condições de funcionamento dos aeroportos das cidades de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. 202

Homenagem ao escritor Jorge Amado, falecido em 06 do corrente. 692

GERALDO ALTHOFF

Requerimento nº 399, de 2001, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e nºs 94, 190 e 232, de 2000. 092

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, que cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS). 568

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. 624

GERALDO CÂNDIDO

Cobrança do cumprimento da lei que estabelece um plano de cargos e salários para o funcionalismo público, em particular para os servidores civis das Forças Armadas lotados no Comando da Marinha. 585

GILBERTO MESTRINHO

Ratificação da imparcialidade na condução dos trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar quanto às representações contra o Presidente da Casa, Senador Jader Barbalho. 047

HELOÍSA HELENA

Parecer nº 718, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 4, de 2000 (nº 1.381/99, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 304/99, referente ao Relatório de Levantamento de Auditoria, realizada na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte-CE. 042

Anúncio de apresentação, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, de requerimento para convocação de autoridades para debater o novo acordo com o FMI. 286

Considerações ao pronunciamento do Senador Romero Jucá. 289

Requerimento nº 422, de 2001, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura informações que menciona. 615

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. 620

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. 625

IRIS REZENDE

Parecer nº 723, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2001, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 69 da Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. 262

Situação da pecuária leiteira no Brasil frente à concorrência das multinacionais e à falta de uma política para o setor. 543

Parecer nº 727, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2001 (nº 1.090/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército Brasileiro, composto de quarenta e dois militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz, no período de 14 de agosto a 13 de setembro de 2001, naquele País. 595

Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que não penalize com o corte no fornecimento de energia elétrica os consumidores que não conseguiram atingir o percentual de racionamento. 650

Protesto contra a pretensão do Governador do Estado de Goiás de vender as Centrais Elétricas de Goiás. 650

JEFFERSON PÉRES

Apoio à previsão de recursos no orçamento para reajuste salarial do funcionalismo público federal. 281

JOSÉ ALENCAR

Justificativas à apresentação de emenda à medida provisória que trata da Adene – Agência de Desenvolvimento do Nordeste,

para incluir na área de atuação os municípios do leste de Minas Gerais. 153

JOSÉ EDUARDO DUTRA

Parecer nº 722, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2000, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a divulgação em Diário Oficial do relatório do registrador de dados de vôo (caixa-preta) de avião acidentado. 259

Requerimento nº 423, de 2001, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Requerimento nº 53, de 2001. 616

Considerações sobre a vinda do Ministro Pedro Malan à Comissão de Assuntos Econômicos para explicar o novo acordo com o FMI. 636

JOSÉ FOGAÇA

Satisfação com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à constituição que limita a edição de medidas provisórias. 223

Comentários ao lançamento do chama do “pacote ético” pela Câmara dos Deputados. 223

Requerimento nº 405, de 2001, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2001, com os Projetos de Lei do Senado nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e nºs 94, 190 e 232, de 2000. 229

Parecer nº 719, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a propaganda eleitoral para os cargos de Vice-Presidente, de Vice-Governador, Vice-Prefeito e Suplente de Senador e dá outras providências. 253

LAURO CAMPOS

Projeto de Resolução nº 29, de 2001, que altera a Resolução nº 20, de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar. 085

Crítica ao recesso parlamentar, comentando a proposta do

	10
chamado “pacote ético”.	290
Análise da crise argentina e suas conexões com a economia brasileira.	290
Indagações sobre a legitimidade da licença do Senador Jader Barbalho em relação à Presidência da Casa.	315
LÚCIO ALCÂNTARA	
Homenagem pelo transcurso do centenário de nascimento de Pedro Aleixo.	192
Parecer nº 725, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 160, de 2001 (nº 709/2001, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Benjamim Zymler para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.	540
Registro da posse do novo presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap, o cientista político Fernando Limongi, ocorrida no início do mês de junho.	589
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.	623
LÚDIO COELHO	
Concordância com a proposta da oposição em convocar autoridades do Governo Federal para esclarecimentos sobre o novo acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI.	282
LUIZ OTÁVIO	
Preocupação com a manutenção dos compromissos sociais desenvolvidos pela Companhia Vale do Rio Doce no Estado do Pará, em virtude de mudança na sua diretoria.	190
Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR).	574

MAGUITO VILELA

Justificativas à apresentação de requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Chapadão do Céu – GO, Alberto Rodrigues da Cunha. 152

Requerimento nº 401, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Rodrigues da Cunha, ex-Prefeito de Chapadão do Céu, em Goiás, ocorrido no dia 26 de julho último. 158

Apelo para aprovação célere da reforma tributária a fim de solucionar problemas tributários estaduais. 612

MARIA DO CARMO ALVES

Análise dos resultados econômicos e sociais do Plano Real no transcurso do seu sétimo aniversário. 046

Parecer nº 720, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1999, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. 255

MARINA SILVA

Considerações sobre o risco da liberação incondicional dos organismos modificados geneticamente – OGM. 216

Registro de conferência no Acre destinada a debater os resultados da política de diversificação da economia extrativista. 283

Avaliação do chamado “pacote ético”, sugerido pela presidência da Câmara dos Deputados como resposta às críticas da sociedade à atuação do Congresso Nacional. 581

MARLUCE PINTO

Requerimento nº 406, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Brasil, ex-Prefeito de Boa Vista. 229

Requerimento nº 411, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA. 552

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que

autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). 576

Regozijo com a inauguração de linha de transmissão de energia entre a Venezuela e Boa Vista, em Roraima. 601

MAURO MIRANDA

Considerações sobre a aprovação do Estatuto da Cidade pelo Congresso Nacional. 194

Satisfação com a decisão da UNESCO de incluir o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no município de Alto Paraíso e do Parque Nacional das Emas, localizado na cidade de Mineiros, como sítios de patrimônio natural mundial. 694

MOREIRA MENDES

Homenagem de pesar pelo falecimento, no último dia 7 de julho, do Sr. Francisco José Chiquilito Coimbra, ex-Prefeito de Porto Velho/RO. 586

MOZARILDO CAVALCANTI

Registro da inauguração, em breve, da linha de transmissão de energia elétrica da Venezuela para Boa Vista/RR. 078

Defesa da redução das tarifas cobradas pela Bovesa em Roraima, em virtude da substituição da energia termoelétrica, mais cara, pela energia proveniente da hidroelétrica de Guri, na Venezuela. 143

Requerimento nº 402, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Olavo Brasil, ex-Prefeito de Boa Vista, Roraima, ocorrido no último dia 30 de julho. 160

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2001, que dispõe sobre o Adicional Tarifário Para Linhas Aéreas Regionais Suplementadas. 160

Necessidade de regulamentação da chamada “Lei do Abate”, que autoriza a destruição de aeronaves clandestinas que estejam sobrevoando o espaço aéreo nacional. 204

Comentários à decisão do Supremo Tribunal Federal referente à obrigatoriedade de reajuste para os servidores públicos federais. 279

NABOR JÚNIOR

Necessidade de recuperação da BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco, bloqueada por caminhoneiros. 079

NEY SUASSUNA

Insatisfação com a generalização de que todos os políticos são corruptos. 112

Críticas à morosidade e à burocracia brasileira para distribuição de água e cesta básica na região nordestina. 112

Preocupação com os prejuízos resultantes da greve das polícias civil e militar no País. 186

Comentários sobre as declarações do Senador Ronaldo Cunha Lima a respeito de sua saída do PMDB. 645

OSMAR DIAS

Recuperação permanente do emprego no campo, em decorrência da Emenda Constitucional nº 28, que estabeleceu prazo de cinco anos para a prescrição das ações trabalhistas na área rural. 106

Importância da concessão de liminar adiando para o próximo dia 15 a audiência pública sobre o leilão de privatização da Companhia de Eletrificação do Paraná – COPEL. 181

Parecer nº 729, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (adoção de medidas provisórias). 599

Requerimento nº 424, de 2001, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1-B, de 1995 (nº 472/97, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências (adoção de medidas provisórias), cujo parecer foi lido anteriormente. 617

PAULO HARTUNG

Requerimento Nº 417, de 2001, solicitando homenagens de

pesar pelo falecimento de Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido no último dia 30 de julho, em Cariacica–ES. 572

PAULO SOUTO

Requerimento nº 413, de 2001, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear o escritor Jorge Amado. 565

PEDRO SIMON

Requerimento nº 396, de 2001, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Comandante Rolim Adolfo Amaro, fundador e Presidente da TAM. 045

Reflexão acerca da tramitação, na Câmara dos Deputados, de matérias referentes à imunidade parlamentar, ao sigilo bancário e ao financiamento público de campanhas eleitorais. 206

Requerimento nº 412, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do escritor Jorge Amado, ocorrido ontem, em Salvador/BA. 552

RICARDO SANTOS

Apelo ao Governo para que eleve os recursos do Orçamento destinados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, visando a recuperação da atividade cafeeira. 166

Requerimento nº 404, de 2001, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento da Irmã Marcelina de São Luiz, ocorrido na última segunda-feira, dia 30 de junho. 192

ROBERTO REQUIÃO

Justificativas à apresentação de projeto de lei que anula a concessão pelo Presidente da República da Ordem do Cruzeiro do Sul ao ex-Presidente do Peru, Alberto Fujimori. 613

Registro de reunião com o Presidente do TSE, na próxima quarta-feira, para tratar da segurança nas eleições eletrônicas. 613

ROBERTO SATURNINO

Preocupação com o desenvolvimento do País diante da

atual política econômica. 075

Projeto de Resolução nº 30, de 2001, que altera a Resolução nº 53, de 1997, que regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 193, concernentes à alimentação de bens móveis e imóveis. 086

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2001, que altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação, pelo Congresso Nacional, de titular de cargo no âmbito do Poder Executivo que seja detentor de mandato e cuja escolha dependa da aprovação prévia do Senado Federal, bem como o encaminhamento de requerimento de informações às mesmas autoridades. 089

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2001, que altera o inciso V do art. 37 da Constituição Federal, para determinar que no mínimo cinqüenta por cento dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores de carreira. 091

ROMERO JUCÁ

Cumprimentos à Eletronorte e ao Ministério de Minas e Energia pela implantação da linha de transmissão de energia elétrica de Guri, na Venezuela, para Boa Vista-RR. 096

Registro da proposta do Ministro da Saúde, encaminhada ao Ministério do Planejamento, de transformação da Fundação Nacional de Saúde em Agência Federal de Proteção à Saúde. 168

Transcrição de matéria publicada no jornal **O Globo**, edição do último dia 1º, sob o título “Corte tira do orçamento reajuste dos servidores”. 221

Proposta para criação de subcomissão na Comissão Mista de Orçamento, destinada a analisar a questão do reajuste salarial do funcionalismo público. 221

Homenagem pelo centenário de nascimento de Pedro Aleixo. 231

Projeto resolução nº 31, de 2001, que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM. 270

Apoio ao requerimento da oposição para convocação de ministros ao Senado, para esclarecimentos sobre o acordo com o FMI. 289

Cumprimentos ao Ministro José Serra pela proposta de

reestruturação da carreira de sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde. 293

Felicitções à empresa Boa Vista Energia – BOVESA, de Roraima, contemplada com o “Prêmio Excelência pelo Empreendimento” da Abrave. 293

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). 573

Satisfação com a retomada, pelo Incra, do projeto Anauá, de assentamento no município de Rorainópolis-RR. 580

Comentários ao projeto denominado Infovia Multimídia para o Desenvolvimento de Programas de Educação e Saúde a Distância das Universidades Amazônicas, destinado a promover o ensino e a integração de populações carentes da região Norte. 590

Registro da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Cadastro Nacional do Imóvel Rural. 640

Recebimento do título de Cidadão de Boa Vista, concedido pela Câmara Municipal de Boa Vista. 640

ROMEU TUMA

Requerimento nº 420, de 2001, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, ocorrido nesta data, em São Paulo-SP. 588

RONALDO CUNHA LIMA

Requerimento nº 400, de 2001, solicitando seja consignado voto de congratulação ao jornal Correio da Paraíba, pelo reconhecimento e homenagem prestada na publicação do dia 31 de julho do corrente ano pelo jornal Gazeta Mercantil, com o Prêmio Imagem Empresarial Estadual. 122

Críticas à intervenção da Diretoria Regional do PMDB no município de Campina Grande, que culminou com a saída de S. Ex.^a do partido. 603

Comunicação de filiação de S. Ex.^a ao PSDB. 603

Parecer nº 730, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2001. 618

Parecer nº 731, de 2001 – Comissão Diretora, que dá redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2001 (nº 2.515/2000, na Casa de origem). 635

SEBASTIÃO ROCHA

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. 624

TIÃO VIANA

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 133, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Cantá-RR). 573

Reflexões sobre as experiências destinadas à clonagem humana. 644

Discutindo o Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. 622

WALDECK ORNELAS

Defesa da criação do cargo de técnico previdenciário dentro do quadro de reestruturação do INSS. 189

WELLINGTON ROBERTO

Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2001, que dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. e dá outras providências. 082